

VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285

ANAIIS

ARTIGOS CIENTÍFICOS RESUMOS EXPANDIDOS

Publicações de
14 Grupos de Trabalho



VI SEMINÁRIO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (VI SECISA)

ISSN – 2447-6285 - 01 A 03 DE JULHO

ANAIS

UNESPAR – CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/9

S471 Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas (6. : SECISA : Campo Mourão-PR)

Anais do VI SECISA - Inovação e transformação social: criando valor para um mundo sustentável / organização geral de Adalberto Dias de Souza e Aparecida da Penha dos Santos. Diagramação e editoração Álvaro Leonel de Oliveira Castro e Rogério Silveira Tonet. -- Campo Mourão : UNESPAR, 2025.
1.296 p. : il.; Color.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa/anais>
ISSN: 24747-6285

1. Ciências Sociais Aplicadas. 2. Inovação Tecnológica. I. Souza, Adalberto D. (org.); II. Santos, Aparecida da P. (org.); III. Castro, Álvaro L. de O. IV. Tonet, Rogério S. V. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo Mourão, PR. VI. UNESPAR. V.II. Título.

UNESPAR

Reitora

Salete Paulina Machado Sirino

Vice-Reitor

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Pró-Reitor de Administração e Finanças

João Marcos Borges Avelar

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Marcos Dorigão

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Rosimeiri Darc Cardoso

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Valderlei Garcias Sanches

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Thais Gaspar Mendes da Silva

Pró-Reitora de Políticas Estudantis e Direitos Humanos

Analéia Domingues

Pró-Reitora de Planejamento

Helena de Oliveira Leite

UNESPAR – CAMPO MOURÃO

Diretora de Campus

Céres América Magalhães Ribas

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Adalberto Dias de Souza

Diretor do Centro de Ciências Humanas e da Educação

João Henrique Lorin

Divisão de Graduação

Analice Czyzewski

Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação

Mônica Aparecida Bortolotti

Divisão de Extensão e Cultura

Carla Caroline Holm

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Thais Gaspar Mendes da Silva

Diretora de Pesquisa

Adéli Bortolon Bazza

Chefe de Divisão de Pesquisa

Lucimary Afonso dos Santos

Chefe da Divisão de Inovação e Tecnologia

Guilherme Corredato Guerino

Chefe da Divisão de Iniciação Científica

Heloá Costa Borim Christinelli

Diretor de Pós-Graduação

Adilson Anacleto

Chefe da Divisão de Pós-Graduação

Matheus Amarante do Nascimento

Diretor de Estratégias em Pesquisa

Felipe de Almeida Ribeiro

Chefe de Divisão de Gestão de Recursos para Pesquisa

Heric Garcia de Moraes

Chefe de Divisão de Periódicos / Projetos

Rael Bertarelli Gimenes Toffolo

Secretária da Pró-Reitoria

Fernanda Carolina Carzino

Agente Universitária

Dalita Batista Moura

Estagiárias

Ana Caroline Rocatelli

Pamela Eduarda Echeli Monteiro

Bolsistas – Fundação Araucária

Lucas Mateus Silva

Samuel Carvalho Lima Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA VI SECISA – UNESPAR

Coordenação Geral

Adalberto Dias de Souza
Aparecida da Penha dos Santos

Coordenação Executiva

Jesus Crepaldi
Jorge Leandro Delconte Ferreira
Marcos Junio Ferreira de Jesus
Raquel Lage Tuma
Rony Peterson da Rocha

Comissão de Atividades de Extensão, Cultura e Pesquisa

Carla Caroline Holm
Mônica Aparecida Bortolotti

Comissão de Formatação e Editoração

Álvaro Leonel de Oliveira Castro
Rogério da Silveira Tonet

Comissão de Divulgação e Relações Públicas

Álvaro Leonel de Oliveira Castro
Joab Jacometti de Oliveira
Marcos Schebeleski
Maria Dolores Barrionuevo Alves

Comissão de Infraestrutura e Cerimonial

Joab Jacometti de Oliveira
Marcos Schebeleski
Raquel Lage Tuma

Comissão Científica

Cristiane Marques de Mello (Coordenadora)
Aparecida da Penha dos Santos
Claudia Chies
Eloisa Paula de Oliveira
Janaína Gabrielle Moreira Campos da Cunha
Amarante
Jheine Oliveira Bessa Franco

Bolsistas

Ana Paula Hiraki Yakuda
Élcio Henrique Borges da Rocha
Luiz Henrique Eugênio

COORDENADORES DE GRUPOS DE TRABALHO

01 – Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

Cristiane Marques de Mello

02 – Pessoas e Resultados Organizacionais

Aparecida da Penha dos Santos
Nágila Giovanna Silva Vilela Gonçalves

03 – Contabilidade Gerencial

Mônica Aparecida Bortolotti

04 – Contabilidade, Gestão e Políticas Públicas

Mônica Aparecida Bortolotti

05 – Economia Sustentável e Desenvolvimento

Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera

06 – Turismo e Hospitalidade

Raquel Lage Tuma

07 – Engenharia de Produção

Claudilaine Caldas de Oliveira
Márcia de Fátima Moraes

08 – Gestão do Agronegócio

Eloisa Paula de Oliveira

09 – Tecnologia, Transformação Digital e Inteligência Artificial

Rogério Silveira Tonet

10 – Marketing

Álvaro Leonel de Oliveira Castro

11 – Sustentabilidade em Ambientes de Inovação

Janaína Gabrielle Moreira Campos da Cunha
Amarante
Rubya Vieira de Mello Campos

12 – Comunidade: PROJETEK – Unespar, Engenharias e Arquiteturas

Adalberto Dias de Souza

13 – Comunidade: IES, ONG's, Institutos e Organizações

Jackelline Favro
Joze Palani Guarez

14 – Outros Temas Emergentes

Lucineia Chiarelli
Sandra Garcia Neves

**COMISSÃO CIENTÍFICA
AVALIADORES**

Alex Sandro dos Santos
Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera
Álvaro Leonel de Oliveira Castro
André Luiz de Paiva
André Ricardo Bechlin
Andrieli Arianne Borges Avelar Halateno
Annamaria Artigas
Aparecida da Penha dos Santos
Beatriz Negrelli da Silva
Bruna Maria Gerônimo
Bruno Reinoso Hybner
Carla Caroline Holm
Célia Kimie Matsuda
Claudilaine Caldas de Oliveira
Cristiane Marques de Mello
Cristiano Molinari Bispo
Cristina Hillen
Eloisa Paula de Oliveira
Fabíola Bevervanço Zdepski
Felipe Facco Mendes Ferreira
Gabriel Francisco Cabrera de Sá
Gilberto Junior Rodrigues
Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling
Jackelline Favro
Janaína Gabrielle Moreira Campos da Cunha
Amarante
Jheine Oliveira Bessa Franco
Jorge Leandro Delconte Ferreira
José Celso Oliveira dos Santos
Joze Palani Guarez
Juliana Carolina Teixeira
Juliane Borchers
Luana Furtado Vilas Boas
Luciana Aparecida Bastos

Lucimara Liberali
Lucineia Chiarelli
Marcelo Marchine Ferreira
Márcia de Fátima Moraes
Marco Antônio Facione Berbel
Marcos Junio Ferreira de Jesus
Marcos Schebeleski
Maria Dolores Barrionuevo Alves
Maria de Lourdes Santiago Luz
Maricléia Aparecida Leite Novak
Mariele Fernandes Pegoraro
Mario Filizzola Costa
Meire Jacqueline Bacetto
Mônica Aparecida Bortolotti
Nágila Giovanna Silva Vilela Gonçalves
Pedro Costa Einloft
Priscila Pasti Barbosa
Raquel dos Santos Vieira
Ricardo Suave
Rodrigo Monteiro da Silva
Rogério Silveira Tonet
Ronaldo de Oliveira Santos Jhuniór
Rony Peterson da Rocha
Rubya Vieira de Mello Campos
Sandra Garcia Neves
Sérgio Luiz Maybuk
Stênio Cristaldo Heck
Syntia Lemos Cotrim
Tainara Rigotti de Castro
Tânia Maria Coelho
Tatiana Colasante
Tiago Martins da Silva
Victor Galindo de Mello
Vinicius Gonçalves Vidigal
Vitor Hugo Garcia de Souza
Wagner Wanderbrook

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os Anais do VI SECISA – Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão, realizado entre os dias 1 e 3 de julho de 2025, sob o tema “Inovação e Transformação Social: criando valor para um mundo sustentável”.

Este evento científico reafirma o compromisso da UNESPAR e de outras instituições de ensino, com a produção e disseminação do conhecimento, a formação crítica, a responsabilidade social e a transformação da realidade por meio da educação pública de qualidade. A proposta temática, voltada à inovação e à sustentabilidade, revelou-se atual e necessária, diante dos desafios impostos pelas rápidas transformações tecnológicas e sociais que impactam diretamente as instituições, os profissionais e a sociedade.

O VI SECISA foi realizado em formato híbrido, com atividades presenciais e virtuais, e contou com a participação de cerca de 400 pessoas, entre docentes, estudantes, agentes universitários, pesquisadores, egressos e membros da comunidade externa. O evento consolidou-se como espaço de excelência acadêmica, interdisciplinaridade e diálogo entre universidade e sociedade, promovendo:

- Palestra de abertura com o Professor Mestre Antonio Cesar Marini.
- Mesa-redonda com especialistas convidados;
- 14 Grupos de Trabalho (GTs) temáticos;
- Apresentação de mais de uma centena de trabalhos científicos nas modalidades de resumo expandido e artigo completo;
- Publicação de Anais com os principais resultados e reflexões.

O evento foi inaugurado com a inspiradora palestra do Professor Antonio Cesar Marini, que abordou com profundidade e sensibilidade os desafios e oportunidades da inovação tecnológica no contexto das Ciências Sociais Aplicadas e da gestão de pessoas nas organizações, na atualidade. Sua fala destacou o papel estratégico das instituições de ensino superior na construção de soluções sustentáveis e socialmente responsáveis, provocando reflexões críticas sobre o futuro da educação, da pesquisa e da cidadania para a gestão de pessoas nas empresas e nas instituições de um modo em geral. A comissão organizadora agradece imensamente ao professor Marini por sua valiosa contribuição, que estabeleceu o tom reflexivo e transformador do evento.

A qualidade dos trabalhos científicos apresentados foi um dos grandes destaques do VI SECISA. As submissões, nas modalidades de resumo expandido e artigo completo, demonstraram elevado rigor metodológico, relevância temática e compromisso com a produção acadêmica de excelência. Os trabalhos foram avaliados por docentes da UNESPAR e de outras instituições, garantindo um processo criterioso e transparente.

Os Grupos de Trabalho (GTs), organizados em eixos temáticos interdisciplinares, desempenharam papel essencial na estrutura do evento. Coordenados por professores e pesquisadores experientes, os GTs proporcionaram espaços de debate qualificado, promovendo a troca de saberes e a construção coletiva de conhecimento. A diversidade de temas abordados refletiu a riqueza e a complexidade das Ciências Sociais Aplicadas, fortalecendo o caráter plural e inclusivo do seminário.

O encerramento do VI SECISA foi marcado por uma mesa-redonda de alto nível, que reuniu docentes e pesquisadores para discutir as influências atuais da Inteligência Artificial,

frente aos principais eixos temáticos do evento à luz dos desafios contemporâneos. A atividade abordou temas como inovação tecnológica, sustentabilidade, inclusão social, políticas públicas e o papel das universidades na transformação da sociedade. O debate foi caracterizado pela profundidade analítica, diversidade de perspectivas e espírito colaborativo, consolidando o evento como um espaço de escuta, diálogo e proposição de caminhos para o futuro da educação e da pesquisa.

A comissão organizadora do VI SECISA expressa seus mais sinceros agradecimentos:

- Aos docentes, estudantes, agentes universitários, pesquisadores e membros da comunidade externa que participaram ativamente do evento, contribuindo com ideias, experiências e saberes que enriqueceram cada atividade.
- Ao Professor Antonio Cesar Marini, pela brilhante palestra de abertura, que inspirou reflexões profundas e deu início ao seminário com excelência.
- Aos coordenadores e avaliadores dos Grupos de Trabalho, pela dedicação na condução dos debates e na avaliação criteriosa dos trabalhos submetidos.
- Aos autores e autoras dos trabalhos científicos, pela qualidade das produções e pelo compromisso com a pesquisa e a extensão universitária.
- À Comissão Organizadora do evento, pelo empenho incansável, pela organização exemplar e pelo cuidado com cada detalhe que tornou o VI SECISA um evento memorável.

O VI SECISA reafirma o papel da universidade como agente de transformação social, comprometida com a excelência acadêmica, a responsabilidade pública e a formação cidadã. Que os trabalhos aqui reunidos inspirem novas pesquisas, parcerias e ações transformadoras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e conectada com os valores da ciência e da educação.

Convidamos desde já todos e todas – docentes, estudantes, agentes universitários, pesquisadores e membros da comunidade externa – a participarem da próxima edição do SECISA. Que possamos, juntos, continuar construindo pontes entre o saber acadêmico e a realidade social, fortalecendo a universidade pública como espaço de inovação, inclusão e transformação.

Boa leitura!

Comissão Organizadora do VI SECISA - 2025

Prof. Dr. Adalberto Dias de Souza

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Coordenador do VI SECISA

Sumário

GT 01 – Estratégia, Inovação e Empreendedorismo – Artigos Científicos	14
A dinâmica da proficiência e da estratégia como motor das competências financeira e empreendedora	15
Articulando os domínios financeiro e empreendedor a partir da abordagem das configurações	29
Comportamento financeiro e intenção empreendedora: explorando interdependências e possibilidades	43
Governança corporativa pelas lentes da teoria da agência: uma revisão bibliográfica das seminais literaturas da área.....	57
O e-commerce como um aliado nas vendas das empresas de pequeno porte.....	69
O papel do estado na promoção da inovação: estrutura, fomento e políticas públicas	82
Mapeando o conhecimento em ambientes de inovação: produção científica na última década	96
Planejamento estratégico e sustentabilidade no agronegócio: uma análise de plano de negócio na cadeia do abacate	116
Políticas públicas de empreendedorismo no brasil: uma análise bibliométrica	130
Um estudo sobre a utilização do design thinking em microempresas de campo mourão e região.....	145
GT 01 – Estratégia, Inovação e Empreendedorismo – Resumos Expandidos.....	158
Empreendedorismo feminino: perfil, motivação e desafios das mulheres empreendedoras em Campo Mourão-PR	159
Estratégias de posicionamento digital e crescimento: o caso blue sky	164
Inovação e economia: fundamentos teóricos e epistemologia	169
Marketing digital e desenvolvimento regional: análise das ações da unespar no Programa Paraná Empreende Mais	175
Paraná Empreende Mais: fortalecendo equipes com relacionamento e colaboração	179
Programa Paraná Empreende Mais: capacitando empreendedores e aspirantes por meio do curso plano de negócios	186
GT 02 – Pessoas e Resultados Organizacionais – Artigos Científicos.....	191
Clima organizacional em uma empresa do agronegócio.....	192
Como o feedback da avaliação de desempenho pode influenciar na motivação dos colaboradores.	204
Cultura organizacional: uma análise bibliométrica da produção científica nos anos de 2015 a 2024	221
Diversidade, inclusão e equidade de gênero: percepções de mulheres líderes da administração pública	234
GT 02 – Pessoas e Resultados Organizacionais – Resumos Expandidos	246
Diversidade sexual e de gênero no mercado de trabalho – exclusão/inclusão	247
Endomarketing: uma abordagem estratégica entre motivação e engajamento	252
Liderança eclesialística em tempos voláteis: formação, desafios e caminhos de capacitação	257
Vínculo e imparcialidade: uma relação paradoxal entre conceitos	262
GT 03 – Contabilidade Gerencial – Artigos Científicos.....	268
A importância da auditoria contábil na transparência empresarial: um estudo de caso aplicado a empresa Cálamo distribuidora de produtos de beleza s.a.....	269
Contabilidade e ação comunitária: contribuições para a sustentabilidade na agricultura familiar	283
Descrição dos relatórios de auditoria interna da casa da moeda entre os anos de 2020 à 2024	296

Inovação e sustentabilidade no campo: o potencial das tecnologias sociais para a agroecologia e a agricultura familiar.....	312
Relatórios de auditoria contábil: estudo de caso da companhia paranaense de energia (Copel).....	324
Tecnologia e escritórios de contabilidade: um estudo na percepção de profissionais da área contábil.....	339
GT 03 – Contabilidade Gerencial – Resumos Expandidos	355
Análise da literatura nacional acerca da relação entre criatividade e controle gerencial	356
Análise da relação entre criatividade e controle gerencial em pequenas empresas.....	361
Desempenho contábil e valor de mercado do grupo Natura & Co.....	366
Imposto solidário: seu imposto faz a diferença.....	372
Mapeamento de mercado de produtos orgânicos em Campo Mourão-PR.....	377
Projeto de extensão: fortalecendo redes agroecológicas	382
GT 04 – Contabilidade, Gestão e Políticas Públicas – Artigos Científicos	388
Desafios na gestão municipal em moçambique no contexto da criação de novas autarquias	389
Estudantes de ciências contábeis portadores de diploma universitário: quais são suas âncoras de carreira?	402
Gestão estratégica de custos: análise da produção científica do congresso brasileiro de custos entre 2014 e 2023	416
Índice de efetividade das vilas rurais: uma análise aplicada	431
Necessidade de alteração legislativa para viabilidade de exclusividade aos microempreendedores individuais em contratações públicas por meio de credenciamento	449
GT 04 – Contabilidade, Gestão e Políticas Públicas – Resumos Expandidos.....	463
Análise da gestão de frotas veiculares públicas sob a perspectiva das diretrizes ESG: estudo de caso no município de Campo Mourão-PR	464
Automação do registro de entregas do PNAE em Barbosa Ferraz-PR	473
GT 05 – Economia e Desenvolvimento Sustentável – Artigos Científicos	479
Análise comparativa dos processos de integração regional na América Latina e no Caribe: aLALC/ALADI, CAN e CARICOM.....	480
Levantamento de empregos formais e médias de renda na microrregião de Campo Mourão ano 2023 e busca para o desenvolvimento sustentável.....	494
Levantamento de empregos formais e média de renda na microrregião de Goioerê ano 2023 e busca para o desenvolvimento sustentável	507
Participação nos cursos do SENAC e SENAR dos municípios da microrregião de Campo Mourão e contribuição para desenvolvimento sustentável.....	522
Participação nos cursos do SENAC e SENAR dos municípios da microrregião de Goioerê e contribuição para desenvolvimento sustentável	537
Uma análise dos conhecimentos, dificuldades e percepções dos jovens sobre educação financeira	553
GT 05 – Economia e Desenvolvimento Sustentável – Resumos Expandidos.....	568
A eficácia da aplicabilidade de crédito de carbono na economia brasileira	569
A relação entre compliance e crescimento econômico paranaense: uma abordagem com painel espacial	573
A relação espacial entre o empreendedorismo e o crescimento econômico paranaense	579
Análise comparativa do índice da cesta básica de Campo Mourão e o índice nacional do DIEESE em 2024 ..	585
Avaliação das teorias que explicam o processo de integração econômica.....	590
Efeito do crédito agrícola na produção agropecuária do Paraná uma abordagem com ponderação espacial.....	596

Empreendedorismo feminino: uma análise dos fatores determinantes no estado do Paraná	601
O impacto da inflação na sustentabilidade financeira das concessionárias de distribuição de energia elétrica .	606
os municípios mais dinâmicos da região sul do Brasil.....	611
GT 06 – Turismo e Hospitalidade – Artigos Científicos.....	618
Acessibilidade em meios de hospedagem no Brasil: uma análise bibliométrica	619
Centro histórico de Curitiba – PR: uma análise a partir do modelo de gestão de destinos turísticos inteligentes (DTI).....	633
O turismo como meio de valorização na produção do espaço: uma análise acerca da potencialidade turística do município de Santa Amélia - PR.....	648
GT 06 – Turismo e Hospitalidade – Resumos Expandidos	663
Aplicação da legislação federal do turismo em Campo Mourão: a realidade do cadastur na hotelaria local.....	664
Estado da arte das publicações científicas sobre turismo e cultura na Ilha de Valadares - Paranaguá - PR	670
GT 07 – Engenharia de Produção – Artigos Científicos	675
Análise da organização do trabalho: estudo de caso em uma empresa de confecção de cortinas	676
Complexo agroindustrial da mandioca: desafios, oportunidades e sustentabilidade.....	689
Complexo agroindustrial do maracujá na agricultura familiar: sustentabilidade, estratégia e inovação em Corumbataí do Sul (PR).....	704
Gestão da produção em pequena agroindústria: diagnóstico e propostas para o PCP das areias gato bill.....	720
Integração de metodologias ativas e inteligência artificial na disciplina de controle estatístico da qualidade (CEQ).....	734
Logística reversa como ferramenta de redução de custos e geração de valor nas cadeias produtivas	749
GT 07 – Engenharia de Produção – Resumos Expandidos.....	762
A integração da produção mais limpa (P+L) e do planejamento e controle da produção (PCP) para sustentabilidade do processo produtivo	763
Aplicação da ferramenta lean seis sigma visando a redução de perdas e reclamações de clientes em uma indústria de autoadesivos	769
Aplicação das etapas definir, medir e analisar da metodologia dmaic para redução do tempo de manutenção preventiva em filatórios textéis	775
Classificação ABC para indicação de sistemas de controle de estoques de medicamentos agro veterinários ...	781
Conectando saberes: práticas de integração entre cursos de engenharia de produção e o ensino médio no Brasil	787
Lean manufacturing e dmaic aplicados a gestão logística de armazéns: estudo de caso em uma cooperativa ..	793
Logística agroindustrial: indicadores de desempenho aplicáveis a centros de distribuição de alimentos.....	799
Processo produtivo da areia higiênica à base de mandioca.....	804
GT 08 – Gestão do Agronegócio – Artigos Científicos	814
Coordenação vertical em sistemas agroindustriais: mecanismos de governança entre cooperativas e produtores rurais no Paraná	815
Mulheres rurais: quais as características que o censo agropecuário traz, referente as suas propriedades?	829
GT 08 – Gestão do Agronegócio – Resumos Expandidos.....	844
A legislação brasileira sobre a conservação de nascentes.....	845
Revisão de literatura: estratégias de otimização produtiva na avicultura de corte.....	850
Transporte de commodities:um estudo sobre a viabilidade de uma ferrovia passando por Campo Mourão-PR	855

GT 09 – Tecnologia, Transformação Digital e Inteligência Artificial – Artigos Científicos.....861

- Fake news e gestão pública: um estudo sobre os impactos da desinformação na imagem institucional e nas decisões governamentais em uma prefeitura da região centro-ocidental do Paraná 862
- Transparência pública e participação cidadã: uma análise do portal da prefeitura de Barbosa Ferraz 877

GT 09 – Tecnologia, Transformação Digital e Inteligência Artificial – Resumos

Expandidos 887

- Avaliação de aglomerado de computadores de placa única que utilizam apache flink..... 888
- Inclusão digital na administração pública: uma análise da facilidade de acesso às plataformas de compras públicas no Brasil 891
- Inovação: principais conceitos 896
- Inovação em movimento: uma análise da evolução conceitual ao longo do tempo 900
- Inteligência artificial e sua possível influência na gestão das empresas 905
- O uso de câmeras com inteligência artificial na segurança pública: um estudo exploratório com profissionais do setor de tecnologia da informação 910
- Smart specialisation: conceitos e fundamentos 915
- Soberania territorial e disputas pelo 5G: geopolítica da inovação em um mundo conectado 921

GT 10 – Marketing – Artigos Científicos.....926

- Análise dos resultados do net promoter score (NPS) de uma cooperativa de crédito de Mato Grosso do Sul .. 927
- Avaliação e pontos de melhoria do marketplace Shopee a partir da perspectiva de vendedores brasileiros..... 943
- Escolhendo a Shopee: uma investigação do processo decisório dos vendedores da plataforma..... 958
- Estratégias de marketing em lojas do setor do agronegócio: uma revisão bibliográfica 974
- O marketing como estratégia de captação e fidelização de clientes em uma clínica odontológica de pequeno porte 986
- Redes sociais como ferramentas de comunicação pública: uma análise das prefeituras da COMCAM..... 996

GT 10 – Marketing – Resumos Expandidos 1007

- Marketing digital: redes sociais influenciam no comportamento de compra dos moradores de Campo Mourão? 1008
- Revisão de literatura sobre a prática esportiva de beach tennis e a possibilidade de estudo na ótica da Consumer Culture Theory 1013

GT 11 – Sustentabilidade em Ambientes de Inovação – Resumos Expandidos.....1018

- Dextrina de amido oxidado com alto teor de sólidos: aplicação industrial 1019
- Prato do carneiro no buraco: um levantamento dos resíduos sólidos..... 1025

GT 12 – Comunidade: Projetek UNESPAR/UTFPR/COMCAM/CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura – Artigos Científicos.....1030

- A utilização da tecnologia BIM na segurança viária: um estudo sobre a implementação de câmeras de monitoramento em semáforos no município de Campo Mourão/PR 1031
- Agenda 2030 ESG e sua relação com o uso da tecnologia BIM 1042
- Contribuições da tecnologia BIM para a inovação e sustentabilidade na elaboração de projetos para prefeituras municipais e órgãos públicos do Paraná: Projetek Paraná/Unespar 1058
- Gestão de frotas veiculares públicas: um estudo do impacto nas diretrizes ESG, na prefeitura municipal “delta” 1075

O uso da tecnologia BIM na gestão de obras públicas: um estudo sobre a utilização do bim em projetos de escolas municipais do Paraná.....	1088
Utilização da tecnologia bim em obras públicas no município de Campo Mourão-PR.....	1103
GT 12 – Comunidade: Projektek UNESPAR/UTFPR/COMCAM/CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura – Resumos Expandidos	1117
Integração de ferramentas BIM por órgãos públicos brasileiros: avanços, barreiras e perspectivas.....	1118
GT 13 – Comunidade: Instituições de Ensino Superior, ONG’s, institutos e demais organizações externas – Artigos Científicos	1122
A eficiência da adubação nitrogenada na produtividade da cultura do milho	1123
GT 13 – Comunidade: Instituições de Ensino Superior, ONG’s, institutos e demais organizações externas – Resumos Expandidos.....	1137
A morte e o luto no contexto hospitalar: contribuições da psicologia hospitalar para o cuidado integral	1138
Assédio moral no trabalho: um obstáculo à construção de ambientes sustentáveis	1143
O padrão estético como ferramenta de opressão feminina: uma reflexão sobre os impactos dos ideais de beleza na constituição da subjetividade e na saúde mental feminina	1147
GT 14 – Outros temas emergentes – Artigos Científicos.....	1155
A escola como espaço onde o mundo acontece em miniatura: o psicólogo escolar e a arte de escutar o invisível	1156
De olho no futuro: como a análise da pense nos anos de 2009-2019 nas escolas de Curitiba pode estruturar as políticas públicas para a educação brasileira	1168
Educação em pequenas cidades: as contribuições do programa de desenvolvimento educacional - PDE.....	1185
Entre permanecer e desistir: um olhar inicial sobre a evasão no ensino superior na Unespar/Campo Mourão.....	1200
Entre vínculos e desafios: um relato da experiência do estágio básico em psicologia escolar no ambiente do curso técnico em estética	1212
Experiência da prática de estágio em psicologia escolar com estudantes do 3º ano do ensino médio	1223
Formação de professores para a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na educação básica ..	1234
Pesquisas interdisciplinares em foco: perspectivas emergentes e desafiadoras	1247
GT 14 – Outros temas emergentes - Resumos Expandidos.....	1263
A importância da língua brasileira de sinais na formação acadêmica em psicologia: experiência de sensibilização e proposta de curso	1264
A utilização de testes psicológicos na orientação profissional: demandas da geração Z e desafios do mercado de trabalho	1268
Consciência, emoções e funções psicológicas superiores na psicologia histórico-cultural: uma análise a partir do filme “Divertidamente”.....	1273
Construindo a educação inclusiva: o aee e o apoio multiprofissional no desenvolvimento pleno	1278
Estilos parentais, transtornos do neurodesenvolvimento e saúde mental escolar: reflexões a partir do projeto da universidade sem fronteiras “cuidado! aqui fazemos arte!” e da lei 14.819/2024	1284
Francisco, Mill e Tocqueville: quando o papa é mais liberal que seus críticos	1289
Identidade e cultura afro-brasileira na educação infantil: reflexões sobre a lei 10.639/03 e práticas docentes ..	1294



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 01

ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A DINÂMICA DA PROFICIÊNCIA E DA ESTRATÉGIA COMO MOTOR DAS COMPETÊNCIAS FINANCEIRA E EMPREENDEDORA

Cristiano Molinari Bispo¹ – Universidade Estadual do Paraná

Paulo Sergio Marques Lani² – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: Estratégia, Inovação e Empreendedorismo.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo conceber um modelo configuracional que associe os domínios financeiro e empreendedor à teoria das capacidades dinâmicas, concebendo as dinâmicas da proficiência e da estratégia como motor das competências relevantes para a prosperidade. Este trabalho adota as capacidades dinâmicas como um conceito central, definido como a habilidade de integrar, construir e reconfigurar competências em ambientes mutáveis. O artigo aprofunda como a dinâmica da proficiência financeira (ciclo de educação, capacitação e comportamento financeiro) e a dinâmica da estratégia empreendedora (ciclo de intenção, desenvolvimento e sustentabilidade empreendedora) funcionam como capacidades dinâmicas. Essas dinâmicas são as microfundações que permitem a aquisição, aprimoramento e adaptação contínua de conhecimentos, habilidades e estratégias. Em essência, o exercício dessas capacidades dinâmicas resulta na competência financeira e na competência empreendedora, respectivamente, sendo que a interdependência entre essas competências é analisada sob a lente da abordagem das configurações. O modelo postula que a prosperidade emerge da configuração equilibrada e sinérgica entre a competência financeira e a competência empreendedora. Este estudo conceitual, ao detalhar as dinâmicas internas e sua ligação com as capacidades e competências, ratifica a criação e gestão de valor como pilares essenciais, com outras funções organizacionais sendo subliminarmente contempladas em sua estrutura.

Palavras-chave: Capacidades dinâmicas. Finanças. Empreendedorismo. Configurações.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo concebir un modelo configuracional que asocie los dominios financiero y emprendedor con la teoría de las capacidades dinámicas, entendiendo las dinámicas de la pericia y la estrategia como el motor de las competencias relevantes para la prosperidad. Este trabajo adopta las capacidades dinámicas como un concepto central, definido como la habilidad de integrar, construir y reconfigurar competencias en entornos cambiantes. El artículo profundiza en cómo la dinámica de la pericia financiera (ciclo de educación, capacitación y comportamiento financiero) y la dinámica de la estrategia emprendedora (ciclo de intención, desarrollo y sostenibilidad emprendedora) funcionan como capacidades dinámicas. Estas dinámicas son las microfundaciones que permiten la adquisición, mejora y adaptación continua de conocimientos, habilidades y estrategias. En esencia, el ejercicio de estas capacidades dinámicas resulta en la competencia financiera y la competencia emprendedora, respectivamente, siendo que la interdependencia entre estas competencias es analizada bajo la lente del enfoque de configuraciones. El modelo postula que la prosperidad emerge de la configuración equilibrada y sinérgica entre la competencia financiera y la competencia emprendedora. Este estudio conceptual, al detallar las dinámicas internas y su vínculo con las capacidades y competencias, ratifica la creación y gestión de valor como pilares esenciales, contemplando subliminalmente otras funciones organizacionales dentro de su estructura.

Palabras clave: Capacidades dinámicas. Finanzas. Emprendimiento. Enfoque de configuraciones.

¹ - Doutor em Administração (PUCPR) – e-mail: cristiano.bispo@unespar.edu.br

² - Graduando em Administração (UNESPAR) – e-mail: paulo2017lani@gmail.com

INTRODUÇÃO

As ações de estudar, capacitar-se e comportar-se financeiramente associadas às ações de almejar, desenvolver e sustentar um empreendimento formam um contexto rico para tentar explicar o desempenho das organizações. Tem-se, portanto, a articulação dos domínios financeiro e empreendedor em um ecossistema que apresente dinâmicas nas quais possam emergir competências relevantes para a prosperidade.

O presente estudo, portanto, reconhecendo a conexão dos domínios financeiro e empreendedor de um ponto de vista configuracional, acrescenta a teoria das capacidades dinâmicas para estabelecer um modelo que concebe as dinâmicas da proficiência e da estratégia como motor das competências financeira e empreendedora, podendo se caracterizar como um ensaio teórico ou como um estudo de proposições. Assim sendo, o estudo teoriza como a associação dessas competências pode desempenhar um papel relevante junto à prosperidade do empreendedor/empreendimento. Sintetizando, o presente estudo tem por objetivo conceber um modelo configuracional que associe os domínios financeiro e empreendedor à teoria das capacidades dinâmicas.

É exatamente nesse contexto que a teoria das capacidades dinâmicas pode contribuir para tentar desvendar a maneira como essas dinâmicas podem funcionar para levar ao desenvolvimento das competências citadas. Assim, tem-se um estudo que, trabalhando com os domínios financeiro e empreendedor, acrescenta a abordagem das configurações e a teoria das capacidades dinâmicas para tentar encontrar um modelo integrativo que considere os conceitos envolvidos simultaneamente.

A próxima seção aborda a teoria das capacidades dinâmicas, a qual é acrescentada ao modelo configuracional que integra os domínios financeiro e empreendedor. A seção que se segue demarca os domínios financeiro e empreendedor. A próxima seção apresenta o modelo proposto à luz da abordagem das configurações. Na sequência, acrescenta-se a teoria das capacidades dinâmicas ao modelo para situar a emergência das competências. Finalmente, as considerações finais ratificam contribuições, reconhece limites e aponta caminhos para possíveis estudos futuros.

A TEORIA DAS CAPACIDADES DINÂMICAS

Embora a Visão Baseada em Recursos (*Resource-Based View* – RBV) de Barney (1991) foque em ativos valiosos, raros, inimitáveis e não substituíveis (modelo VRIN) como fontes de

vantagem competitiva, Teece, Pisano e Shuen (1997) foram além, popularizando o conceito de capacidades dinâmicas. Eles as definem como a habilidade da firma de integrar, construir e reconfigurar competências internas e externas para enfrentar ambientes de rápida mudança. Para Teece, Pisano e Shuen (1997), recursos são ativos difíceis ou impossíveis de imitar, frequentemente devido aos altos custos de transferência ou ao seu caráter tácito.

Apesar de ser uma teoria influente, a RBV ela não aborda adequadamente o desenvolvimento e a integração de recursos, sendo por vezes criticada por sua vagueza conceitual e tautologia, e por não explicar como os recursos de fato geram vantagem competitiva (Eisenhardt; Martin, 2000). A abordagem das capacidades dinâmicas preenche essa lacuna ao focar nos processos de ajuste e renovação dos recursos em ambientes mutáveis. Diferentemente da RBV, que prioriza a seleção de recursos, as capacidades dinâmicas enfatizam o desenvolvimento contínuo e a recombinação de ativos para manter a vantagem competitiva (Kliesch-Eberl; Schreyo, 2007). Elas atuam como uma ponte entre os recursos da firma e o dinâmico ambiente de negócios, focando na combinação e conexão dos recursos., e não nos recursos isolados.

Teece, Pisano e Shuen (1997) explicam que o dinamismo das capacidades dinâmicas se refere à habilidade de renovar competências para se alinhar a um ambiente de negócios em constante mudança. O termo capacidade, por sua vez, realça o papel central da gestão estratégica nesse processo, englobando habilidades organizacionais, recursos e competências funcionais. Cavusgil, Seggie e Talay (2007) complementam, afirmando que desenvolver e alavancar capacidades dinâmicas, convertendo-as em configurações de recursos, é crucial para alcançar vantagem competitiva duradoura.

Protogerou, Caloghirou e Lioukas (2011) identificaram três processos essenciais para as capacidades dinâmicas: coordenação/integração, aprendizado e resposta competitiva estratégica. A coordenação/integração é a habilidade de avaliar e combinar recursos para formar novas capacidades (Amit; Schoemaker, 1993; Iansiti; Clark, 1994). O aprendizado é o principal meio de renovação estratégica. A resposta competitiva estratégica (Eisenhardt; Martin, 2000; Helfat et al., 2007) envolve a capacidade de examinar o ambiente, identificar oportunidades, avaliar sua posição e responder a movimentos competitivos. Esses processos, ao atuarem em conjunto, facilitam a criação de novas configurações de capacidades operacionais. Complementarmente, Wang e Shi (2011), inspirados por Pavlou e El Sawy (2006), desdobram as capacidades

dinâmicas em capacidade de resposta ao mercado, capacidade de aprendizado organizacional, capacidade de coordenação e capacidade de integração.

Diante das várias concepções existentes sobre capacidades dinâmicas, que nem sempre são perfeitamente congruentes, percebe-se a necessidade de definições mais abrangentes. Nesse sentido, Barreto (2010) propõe uma visão mais parcimoniosa, definindo capacidade dinâmica como o potencial da empresa para resolver problemas de forma sistemática. Isso envolve sua propensão a: perceber oportunidades e ameaças; tomar decisões orientadas ao mercado nos momentos certos; modificar sua base de recursos.

OS DOMÍNIOS FINANCEIRO E EMPREENDEDOR

A compreensão do comportamento e das competências envolvidas na atuação dos indivíduos em contextos econômicos e empresariais exige a manifestação clara de dois domínios fundamentais: o financeiro e o empreendedor. Ambos domínios estão conectados ao processo de gestão de recursos e à capacidade de adaptação frente aos desafios e oportunidades. Ao longo das duas seções, serão apresentados os conceitos que estruturam esses dois domínios, com o objetivo de esclarecer como cada um deles contribui para a construção de trajetórias empreendedoras individuais, conscientes, sustentáveis e alinhadas às exigências de um ambiente dinâmico e competitivo.

Domínio Financeiro

Inicialmente, pode-se dizer que o domínio financeiro está relacionado com a capacidade de compreender, utilizar e tomar decisões conscientes sobre recursos financeiros no cotidiano das pessoas. Esse domínio é composto por três termos, comumente encontrados na literatura internacional, quais sejam *financial education*, *financial literacy* e *financial behavior* os quais podem ser traduzidos, respectivamente, como educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro. Esses termos, segundo Soares (2017), eventualmente são tratados como sinônimos. Esses conceitos não só influenciam o modo como lidamos com o dinheiro, mas também refletem a maneira com que o conhecimento, o planejamento e as decisões financeiras impactam diretamente na estabilidade econômica individual e até mesmo em âmbitos profissionais.

Nesse contexto, primeiramente, a educação financeira é a primeira engrenagem para o início da jornada de desenvolvimento dessa competência. Trata-se do processo de

aquisição de conhecimentos sobre finanças, como orçamento, juros, crédito e investimentos, conhecimento que estarão estreitamente ligados ao cotidiano de um empreendedor. De acordo com a OCDE (2005), a educação financeira permite que as pessoas desenvolvam habilidades e confiança para tomar decisões bem-informadas. Além disso, Souto et al. (2021) observaram que pessoas com maior nível de conhecimento financeiro tendem a apresentar menor propensão ao endividamento e maior controle sobre os próprios gastos. Tais afirmações evidenciam que a educação financeira não apenas apresenta o conceito, mas influencia diretamente o comportamento prático das pessoas.

A partir desse aprendizado inicial, a capacitação financeira está mais relacionada à aplicação desses conhecimentos na prática. É nesse instante que o indivíduo passa a usar, de forma efetiva, o controle orçamentário, decisões sobre captação de crédito ou planejamento de consumo, ou seja, é a habilidade adquirida por meio de experiências vividas que influenciam diretamente a expertise em lidar com os recursos financeiros disponíveis. Huston (2010) afirma que a alfabetização financeira depende não apenas do entendimento conceitual, mas da capacidade de aplicar esse conhecimento na rotina. Complementando esse olhar, Sherraden (2010) propõe que essa habilidade é influenciada também por fatores externos, como o acesso aos serviços financeiros e o ambiente em que o indivíduo está inserido. Cruz, Brito e Carvalho (2023) reforçam ainda que a eficácia da educação financeira aumenta quando há uma conexão entre o conteúdo ensinado e a realidade vivida pelos indivíduos.

Consequentemente, o comportamento financeiro é o reflexo direto da combinação entre conhecimento adquirido e prática. Essa etapa envolve a aplicação de hábitos positivos como evitar compras por impulso, manter uma reserva de emergência ou ter disciplina para cumprir metas financeiras. Segundo Herawati et al. (2018), o comportamento financeiro é a forma como as pessoas gerenciam seus recursos a partir de planejamento, controle e responsabilidade. No entanto, como explicam Macedo Júnior (2003) e Olsen (1998), esse comportamento pode ser afetado por emoções, percepções e crenças que nem sempre seguem a lógica racional, o que mostra como fatores psicológicos também precisam ser considerados na análise financeira.

Domínio Empreendedor

Assim como no âmbito financeira, o domínio empreendedor também se estrutura em dimensões que contribuem para a atuação consciente e estratégica dos indivíduos no ambiente de negócios. Ele pode ser dividido em três frentes principais: a intenção empreendedora, o desenvolvimento empreendedor e a sustentabilidade empreendedora. Esses aspectos formam a base do comportamento empreendedor, que pode ser aprendido, incentivado e aplicado tanto em iniciativas individuais como em intenções embrionárias de empreendimentos.

Inicialmente, a intenção empreendedora representa a motivação que leva um indivíduo a considerar a possibilidade de empreender. Trata-se da fase na qual surge o desejo, mesmo que de maneira inconsciente, envolvendo a preparação para abrir um negócio e a disposição para enfrentar riscos quanto à prosperidade do negócio. Para Thompson (2009), a intenção empreendedora é a convicção pessoal de que alguém pretende criar um empreendimento e está se organizando para isso. Esse desejo pode ser influenciado por características individuais, ambiente familiar e até experiências acadêmicas. Cruz Júnior et al. (2006) destacam que o ambiente acadêmico tem papel fundamental nesse estímulo, mas que muitos empreendedores, mesmo capacitados, ainda negligenciam práticas básicas, como o uso do plano de negócios para abertura de um novo negócio. Tal afirmação pode ser explicada pelo fato de que algumas decisões são tomadas com base em emoções momentâneas e no desejo de realização pessoal, sem o devido planejamento, o que é considerado um preditor do sucesso de um novo negócio.

Na sequência desse processo motivacional, o desenvolvimento empreendedor envolve a execução prática das ideias empreendedoras. Aqui o foco está em aplicar ideias, superar obstáculos e buscar soluções práticas para criar valor. Schumpeter (1997) afirma que o empreendedor é responsável por realizar combinações novas, gerando inovação e movimentando o desenvolvimento econômico. Já Fillion (1999) reforça que esse desenvolvimento exige visão, estratégia e a capacidade de transformar ideias em realidade. Zampier e Takahashi (2011) acrescentam que o desenvolvimento de competências empreendedoras está diretamente ligado à aprendizagem prática, ou seja, ao processo contínuo de experimentação e aprimoramento.

Por fim, a sustentabilidade empreendedora fecha esse ciclo, representando a capacidade de um empreendimento manter-se viável ao longo do tempo. Isso envolve planejamento de longo prazo, gestão de riscos e adaptação às mudanças do mercado. Munck e Borim-de-Souza (2009) explicam que sustentabilidade se relaciona à continuidade de uma atividade mesmo diante de crises e incertezas. É inevitável enfrentar adversidades ao abrir um novo negócio, porém, muitos desses riscos são evidenciados no plano de negócio que é elaborado antes do início das atividades

do empreendimento. Drucker (1986) complementa que assumir riscos de forma calculada é essencial para garantir que o empreendimento se mantenha competitivo. Como meio estratégico para manter o ciclo de vida do negócio de forma estável, é necessário alinhar os objetivos financeiros da organização ao cenário externo no qual ela está inserida. Zafar et al. (2024) afirmam que a sustentabilidade empreendedora não depende apenas dos resultados financeiros, mas também da integração com a responsabilidade social e ambiental, o que fortalece a reputação e a longevidade dos negócios.

O MODELO PROPOSTO À LUZ DA ABORDAGEM DAS CONFIGURAÇÕES

Conforme ilustrado no Quadro 1, nosso construto teórico se estrutura em dois domínios interligados: o domínio financeiro e o domínio empreendedor. O domínio financeiro abrange a educação financeira (o conhecimento adquirido), a capacitação financeira (as habilidades desenvolvidas) e o comportamento financeiro (a prática aplicada). Paralelamente, o domínio empreendedor compreende a intenção empreendedora (o objetivo a ser alcançado), o desenvolvimento empreendedor (as ações executadas) e a sustentabilidade empreendedora (a manutenção do negócio).

Quadro 1 – Domínios financeiro e empreendedor

Domínio	Categoria	Descrição
Financeiro	Educação	Processo de aprendizado financeiro que abrange a aquisição de conhecimento teórico, desde conceitos básicos até avançados, para capacitar indivíduos a tomarem decisões financeiras conscientes e informadas.
	Capacitação	Desenvolvimento de habilidades práticas, através do aprendizado, que permite a aplicação eficaz do conhecimento financeiro em situações reais como orçamentação, investimentos e planejamento.
	Comportamento	Maneira como o indivíduo lida com finanças no cotidiano e em decisões importantes, as quais são influenciadas por fatores emocionais e hábitos, impactando diretamente a estabilidade financeira.
Empreendedor	Intenção	Ponto de partida para o empreendedor que manifesta o desejo inicial de criar um negócio, impulsionando a jornada empreendedora desde a concepção da ideia.
	Desenvolvimento	Processo contínuo de construção, expansão e aprimoramento do negócio que envolve a evolução desde a ideação e implementação até o crescimento e adaptação no mercado.
	Sustentabilidade	Objetivo final do empreendedor de manter o negócio viável e relevante a longo prazo, demonstrando uma visão de futuro e preocupação com a continuidade do empreendimento.

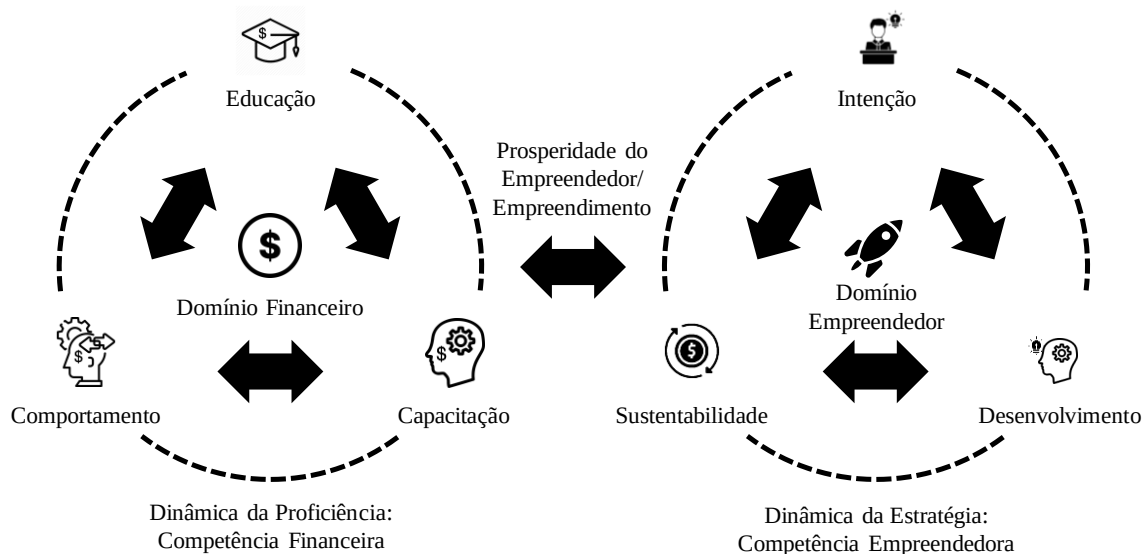
Fonte: Os próprios autores.

Assim propõe-se um modelo (Figura 1) que aborda o domínios financeiro e empreendedor de forma integrativa à luz abordagem das configurações (Miller; Mintzberg, 1985; Meyer; Tsui; Hinings, 1993; Mintzberg; Ahlstrand; Lampel, 2000), demonstrando homeostase e reconhecendo equilíbrio entre as variáveis, com certas configurações se estabilizando e gerando resultados superiores. Dessa forma, delimita-se cada domínio:

Domínio Financeiro: O domínio financeiro se estrutura sob a dinâmica da proficiência, onde o estudo, o aprendizado e a prática interagem para alcançar um estado de Competência Financeira. Aqui, a competência financeira é o resultado da interação dos conceitos de educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro.

Domínio Empreendedor: O domínio empreendedor se desenvolve através da dinâmica da estratégia, na qual a visão, o desenvolvimento e a sustentação se influenciam mutuamente na busca pela Competência Empreendedora. Neste caso, a competência empreendedora é o produto da interação entre intenção empreendedora, desenvolvimento empreendedor e sustentabilidade empreendedora.

Figura 1 – Ciclos autorreforçadores dos domínios financeiro e empreendedor



Fonte: Os próprios autores.

O ciclo autorreforçador do domínio financeiro, portanto, se constrói sobre a ideia de que estudar, aprender e praticar se reforçam mutuamente, elevando a competência financeira por meio da dinâmica da proficiência. Assim sendo, essa dinâmica autorreforçadora entre educação, capacitação e comportamento impulsiona a competência financeira, que é a capacidade integrada de gerir eficazmente os recursos e tomar decisões financeiras adequadas.

Já o ciclo autorreforçador do domínio empreendedor reflete como a visão, a ação e a persistência se interligam para formar um empreendimento sólido, aumentando a competência empreendedora por meio da dinâmica da estratégia. Assim, essa dinâmica autorreforçadora entre intenção, desenvolvimento e sustentação impulsiona a Competência Empreendedora, que é a capacidade integrada de conceber, implementar e gerenciar um empreendimento de forma eficaz e adaptativa.

Sintetizando, tem-se que a Competência Empreendedora seria o resultado da interação entre intenção, desenvolvimento e sustentação, da mesma forma que a Competência Financeira é o resultado da educação, capacitação e comportamento financeiro.

Traz-se as capacidades dinâmicas ao modelo porque as mesmas capturam a ideia de movimento e interação dentro de cada domínio. Essa concepção destaca que a proficiência e a estratégia não são estados estáticos, mas sim processos ativos e interativos (dinâmicas). Além disso, as capacidades mostram pertinência diante da abordagem das configurações, a qual enaltece a interdependência entre várias variáveis para a conquista de uma situação de equilíbrio entre elas que seja promissora.

AS CAPACIDADES DINÂMICAS E A EMERGÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS

É relevante e pertinente associar as dinâmicas da proficiência e da estratégia dos respectivos domínios financeiro e empreendedor ao conceito de capacidades dinâmicas. A teoria das capacidades dinâmicas é um desdobramento da visão baseada em recursos, que busca explicar como as empresas conseguem sustentar vantagem competitiva em ambientes de rápida mudança. Em essência, as capacidades dinâmicas não são os recursos em si, mas a capacidade de uma organização de renovar e reconfigurar seus recursos e competências para se adaptar e criar valor em ambientes dinâmicos.

Os ciclos dentro de cada domínio (dinâmica da proficiência e dinâmica da estratégia), sendo manifestações das capacidades dinâmicas, representam a capacidade de o indivíduo/empreendimento integrar, construir e reconfigurar seus conhecimentos, habilidades, comportamentos e estratégias em resposta ao ambiente, visando suas respectivas competências.

Em resumo, a interação entre os domínios financeiro e empreendedor é uma via de mão dupla, onde a proficiência financeira fornece as bases para a ação estratégica empreendedora, e a experiência empreendedora, por sua vez, estimula e aprimora a competência financeira. O

sucesso sustentável em ambos os domínios emerge de uma configuração equilibrada e sinérgica desses elementos.

Assim, as capacidades dinâmicas não são recursos isolados, mas sim a forma como esses recursos são orquestrados e reconfigurados em padrões para gerar e gerir valor em ambientes voláteis. O construto, ao buscar o equilíbrio promissor de variáveis, apresenta fortemente essa ideia de orquestração e reconfiguração.

Se a prosperidade é o objetivo final do empreendedor/empreendimento, ela deve ser vista como a convergência e o produto da sinergia entre a competência financeira e a competência empreendedora. Se prosperidade é o conceito-chave que emerge da interação dos dois domínios, então o resultado individual de cada domínio precisa ser um estado ou capacidade que, juntos, configuram a prosperidade.

Tanto a educação, capacitação e comportamento financeiro, quanto a intenção, desenvolvimento e sustentabilidade empreendedora podem ser vistos como partes ou aspectos da base de recursos (conhecimentos, habilidades, processos, etc.) de um indivíduo ou de um empreendimento. As dinâmicas são os mecanismos pelos quais essa base de recursos é criada, estendida e modificada para gerar as competências financeiras e empreendedoras.

Assim sendo, a dinâmica da proficiência financeira (estudar, aprender, praticar) pode ser interpretada como a capacidade dinâmica de adquirir e aprimorar competências financeiras em resposta às necessidades do ambiente (pessoal ou de negócio). Já a dinâmica da estratégia empreendedora (visar, desenvolver, sustentar) é a capacidade dinâmica de conceber, implementar e adaptar modelos de negócio para navegar no mercado, criar valor e garantir a longevidade.

Competência como Resultado: Se as capacidades dinâmicas são a capacidade de mudar e reconfigurar, então a competência (financeira ou empreendedora) seria o resultado de se ter exercitado e desenvolvido essas capacidades dinâmicas. Ou seja, ao exercitar as capacidades dinâmicas (através da dinâmica da proficiência/estratégia), o indivíduo/empreendimento alcança um estado de maior competência.

Sobretudo, as capacidades dinâmicas do domínio financeiro interagem e se reforçam com as capacidades dinâmicas do domínio empreendedor. Assim, a prosperidade do empreendedor/empreendimento é, no modelo, o resultado final que emerge da configuração e sinergia entre a competência financeira (do domínio financeiro) e a competência empreendedora (do domínio empreendedor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo aprofundou os mecanismos internos que impulsionam os domínios financeiro e empreendedor, estabelecendo uma conexão explícita entre suas dinâmicas e o conceito de capacidades dinâmicas. A principal contribuição teórica reside em demonstrar como a dinâmica da proficiência financeira (educação, capacitação, comportamento) e a dinâmica da estratégia empreendedora (intenção, desenvolvimento, sustentabilidade) atuam como capacidades dinâmicas fundamentais. Ratificamos que essas dinâmicas são os motores que levam à construção da competência financeira e da competência empreendedora, respectivamente, fornecendo microfundações essenciais para a teoria das capacidades dinâmicas em contextos de finanças e empreendedorismo.

A seleção dos domínios financeiro e empreendedor para este construto é intencional e estratégica, focando nos pilares essenciais da gestão de valor e criação de valor, respectivamente. Embora outras funções organizacionais, como marketing, recursos humanos, produção e logística, sejam cruciais para o sucesso de um empreendimento, argumenta-se que elas são intrinsecamente contempladas de forma subliminar na dinâmica da proficiência do domínio financeiro e na dinâmica estratégica do domínio empreendedor. Em outras palavras, a formulação e execução de uma estratégia empreendedora eficaz (que busca a competência empreendedora) e a gestão prudente dos recursos financeiros (que leva à competência financeira) naturalmente envolvem a orquestração desses elementos operacionais. Esta delimitação permite uma análise mais profunda da interdependência e da sinergia direta entre as competências financeira e empreendedora, sem sobrecarregar o modelo com detalhes funcionais que seriam subprocessos dos domínios centrais. Assim sendo, os ciclos autorreforçadores nos domínios descritos são as microfundações (ou manifestações em um nível mais específico) das capacidades dinâmicas que levam à competência financeira e à competência empreendedora, as quais, em conjunto (pela abordagem das configurações), geram a prosperidade. Essa formulação, portanto, se alinha perfeitamente com a proposta da abordagem das configurações e com a relevância das capacidades dinâmicas. Em essência, o potencial do modelo reside na interdependência entre esses domínios, analisada sob a lente da abordagem das configurações. Essa perspectiva permite entender que a prosperidade (do empreendedor/empreendimento) não é um resultado isolado de apenas um domínio. Pelo contrário, ela emerge da configuração equilibrada e da sinergia entre a competência financeira e a competência empreendedora.

Ainda que este estudo aprofunde a natureza das dinâmicas e a formação das competências sob a ótica das capacidades dinâmicas, suas limitações incluem a ausência de validação empírica. A complexidade de mensurar as interações dos ciclos autorreforçadores e a emergência das competências exige abordagens metodológicas robustas para estudos futuros.

Como possibilidades de estudos futuros, sugere-se a aplicação de métodos qualitativos e quantitativos para testar as proposições teóricas apresentadas, investigando como as dinâmicas da proficiência e da estratégia se desenvolvem em diferentes contextos empreendedores. Adicionalmente, pesquisas futuras podem explorar a relação dessas capacidades dinâmicas com o desempenho financeiro e o sucesso empreendedor a longo prazo, solidificando ainda mais a compreensão da prosperidade como um resultado configuracional e dinâmico.

REFERÊNCIAS

AMIT, R.; SCHOEMAKER, P. Strategic assets and organizational rent. **Strategic Management Journal**, v. 14, n. 1, p. 33-46, 1993.

BARRETO, I. Dynamic capabilities: a review of past research and an agenda for the future. **Journal of Management**, v. 36, n. 1, jan. 2010.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 1, n. 1, p. 99-120, 1991.

CAVUSGIL, E.; SEGGIE, S. H.; TALAY, M. B. Dynamic capabilities view: foundations and research agenda. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 15, p. 159-166, 2007.

CRUZ JÚNIOR, J. B.; ARAÚJO, P. C.; WOLF, J. M.; RIBEIRO, T. V. A. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre teoria e prática. **Revista de Ciências da Administração**, v. 8, n. 15., jan/jun 2006.

CRUZ, D. J.; BRITO, T. C. A.; CARVALHO, D. A. A influência do ensino das finanças no comportamento financeiro de estudantes. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 61-75, 2023.

DRUCKER, P. F. **Inovação e empreendedorismo**: prática e princípios. Nova York: Harper & Row, 1986.

EISENHARDT, K. M.; MARTIN, J. A. Dynamic capabilities: what are they? **Strategic Management Journal**, v. 21, p. 1105-1121, 2000.

FILION, L. J. Empreendedores: da reflexão à ação. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 6-21, out./dez. 1999.

HELFAT, C. E.; FINKELSTEIN, S.; MITCHELL, W.; PETERAF, M. A.; SINGH, H.; TEECE, D. J.; WINTER, S. G. **Dynamic capabilities**: understanding strategic change in organization. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2007.

HERAWATI, N. T. et al. Factors that influence financial behavior among accounting students in Bali. **International Journal of Business Administration**, v. 9, n. 3, p. 30-38, 2018.

HUSTON, S. J. (2010). Medindo a alfabetização financeira. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296–316.

IANSENTI, M.; CLARK, K. B. Integration and dynamic capability: evidence from product development in automobiles and main framework computers. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n. 3, p. 557-605, 1994.

KLIESCH-EBERL, M.; SCHREYO G. How dynamic can organizational capabilities be? towards a dual-process model of capability dynamisation. **Strategic Management Journal**, n. 28, 2007.

MACEDO JÚNIOR, J. H. C. **Finanças comportamentais: uma aplicação da teoria do prospecto na tomada de decisão de investidores no Brasil. 2003.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MEYER, A. D.; TSUI, A. S.; HININGS, C. R. Configurational approaches to organizational analysis. **Academy of Management Journal**, v. 36, n. 6, p. 1175-1195, 1993.

MILLER, D.; MINTZBERG, H. The case for configuration. In: MORGAN, G. (org.). **Beyond method**: strategies for social research. Beverly Hills / London / New Delhi: Sage Publications, 1985.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. M. Sustentabilidade nas organizações: Perspectivas e desafios. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v. 7, n. 1, p. 28-41, jan./abr. 2009.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Recomendação sobre Princípios e Boas Práticas para Educação e Conscientização Financeira**. Paris, 2005.

OLSEN, R. A. Finanças comportamentais e suas implicações para a volatilidade dos preços das ações. **Financial Analysts Journal**, [S.l.], v. 52, n. 1, p. 10-18, 1998.

PAVLOU, P. A.; EL SAWY, O. A. From IT leveraging competence to competitive advantage in turbulent environments: the case of new product development. **Information Systems Research**, v. 17, n. 3, p. 198-227, 2006.

PROTOGEROU, A.; CALOGHIROU, Y.; LIOUKAS, S. Dynamic capabilities and their indirect impact on firm performance. **Industrial and Corporate Change**, p. 1-33, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SHERRADEN, M. S. **Capacidade financeira: o que é e como pode ser medida?** (Financial capability: What is it, and how can it be measured?) Children and Youth Services Review, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 18-23, jan. 2010.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOUTO, L. R. A. et al. Educação financeira e tomada de decisão: um estudo com servidores públicos. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 57-72, 2021.

TEECE, D. J.; PISANO, G.; SHUEN, A. Dynamic capabilities and strategic management. **Strategic Management Journal**, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.

THOMPSON, E. R. Individual entrepreneurial intent: Construct clarification and development of an internationally reliable metric. **Entrepreneurship Theory and Practice**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 669-694, 2009.

WANG, Y.; SHI, X. Thrive, not just survive: enhance dynamic capabilities of SMEs through IS competence. **Journal of Systems and Information Technology**, v. 13, n. 2, p. 200-222, 2011.

ZAFAR, S.; SOHAIL, A.; SHAKIR, C. A. B.; SAEED, N.; NAEEM, M. F. Driving entrepreneurial sustainability: unveiling the influence of performance, social dynamics, and privacy factors on behavioral intentions. **Kurdish Studies**, v. 12, n. 4, p. 1068-1077, maio, 2024.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W. **Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. Especial, p. 564-585, 2011.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ARTICULANDO OS DOMÍNIOS FINANCEIRO E EMPREENDEDOR A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CONFIGURAÇÕES

Cristiano Molinari Bispo¹ – Universidade Estadual do Paraná
Paulo Sergio Marques Lani² – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: 01 Estratégia, Inovação e Empreendedorismo.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo articular teoricamente os domínios financeiro e empreendedor em uma perspectiva intra e inter-domínio, com a proposição de um modelo integrado. Centrado na abordagem das configurações, o estudo argumenta que a prosperidade, seja ela do empreendedor ou do empreendimento, emerge intrinsecamente da profunda interdependência e da sinergia contínua estabelecida entre esses dois domínios. O domínio financeiro é estruturado pelos conceitos interligados de educação financeira, capacitação financeira e comportamento financeiro. Esses componentes se influenciam mutuamente e de maneira recíproca, formando um ciclo autorreforçador que impulsiona a proficiência na gestão de recursos e a tomada de decisões eficazes. Paralelamente, o domínio empreendedor é composto pela intenção empreendedora, desenvolvimento empreendedor e pela sustentabilidade empreendedora, da mesma forma operando em um ciclo de influências recíprocas que direciona a criação e a perenidade do negócio. O artigo detalha as complexas relações bidirecionais intra-domínios e a inter-relação entre o domínio financeiro e o domínio empreendedor, demonstrando que a prosperidade pode ser o resultado de uma configuração equilibrada e sinérgica de suas interações conjuntas. Este trabalho justifica a exclusividade desses dois domínios por representarem os pilares essenciais da criação de valor e da gestão de valor, com outras funções organizacionais sendo subliminarmente contempladas em sua estrutura.

Palavras-chave: Finanças. Empreendedorismo. Configurações.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo articular teóricamente los dominios financiero y emprendedor desde una perspectiva intra e interdominio, con la proposición de un modelo integrador. Centrado en el enfoque de configuraciones, el estudio argumenta que la prosperidad, ya sea del emprendedor o del emprendimiento, emerge intrínsecamente de la profunda interdependencia y la sinergia continua establecida entre estos dos dominios. El dominio financiero se estructura por los conceptos interconectados de educación financiera, capacitación financiera y comportamiento financiero. Estos componentes se influyen mutua y recíprocamente, formando un ciclo autorreforzador que impulsa la pericia en la gestión de recursos y la toma de decisiones eficaces. Paralelamente, el dominio emprendedor se compone de la intención emprendedora, el desarrollo emprendedor y la sostenibilidad emprendedora, operando de la misma forma en un ciclo de influencias recíprocas que direcciona la creación y la perennidad del negocio. El artículo detalla las complejas relaciones bidireccionales intradominios y la interrelación entre el dominio financiero y el dominio emprendedor, demostrando que la prosperidad puede ser el resultado de una configuración equilibrada y sinérgica de sus interacciones conjuntas. Este trabajo justifica la exclusividad de estos dos dominios al representar los pilares esenciales de la creación de valor y la gestión de valor, con otras funciones organizacionales siendo subliminalmente contempladas en su estructura.

Palabras clave: Finanzas. Emprendimiento. Enfoque de configuraciones.

¹ - Doutor em Administração (PUCPR) – e-mail: cristiano.bispo@unespar.edu.br

² - Graduando em Administração (UNESPAR) – e-mail: paulo2017lani@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os âmbitos financeiro e empreendedor ocupam relevante espaço de discussão na academia e na prática das organizações. A aproximação desses campos tem o potencial de proporcionar avanços importantes para a literatura, com possíveis implicações gerenciais. Assim, aventa-se que o desafio da assunção de riscos geralmente atrelada ao empreendedorismo pode se beneficiar de elementos de ordem financeira de modo a possibilitar e avaliar cálculos necessários a esse expediente. Do mesmo modo, a análise de viabilidade financeira também certamente precisa se alimentar da visão empreendedora de longo prazo que se pretende implementar nas organizações de modo a não apenas prever, mas forjar o futuro.

O presente estudo, portanto, incumbe-se de realizar uma articulação intelectual sobre dois conjuntos de conceitos, um de ordem financeira e outro de ordem empreendedora, podendo se caracterizar como um ensaio teórico ou como um estudo de proposições. Esses dois conjuntos, no âmbito do presente texto, são reconhecidos como domínios. Por sua vez, esses domínios são analisados tanto do ponto de vista das relações dos componentes internos de cada um quanto do ponto de vista da relação entre os próprios domínios, ou seja, em uma perspectiva intra e inter-domínio. Sintetizando, o presente estudo tem por objetivo articular teoricamente os domínios financeiro e empreendedor em uma perspectiva intra e inter-domínio, adotando como lente de análise a abordagem das configurações.

Traz-se a abordagem das configurações para esse estudo para viabilizar a articulação dos conceitos envolvidos, valendo-se da mesma como um princípio metodológico. A abordagem das configurações pode ser tomada, portanto, como uma concepção de homeostase entre as variáveis, reconhecendo um senso de equilíbrio entre os elementos sob análise, no sentido de que possíveis configurações podem se estabilizar com resultados superiores.

A próxima seção se responsabiliza por posicionar a abordagem das configurações, no contexto desse estudo, como lente de análise de modo a permitir a consecução do objetivo proposto. Na sequência, abre-se uma seção para demarcar especificamente os domínios financeiro e empreendedor. A próxima seção propõe um modelo e articula interdependências intra e inter-domínios. Finalmente, chega-se às considerações finais para ratificar contribuições, reconhecer limitações e apontar possibilidades para estudos futuros.

ABORDAGEM DAS CONFIGURAÇÕES COMO LENTE DE ANÁLISE

Para acomodar a abordagem das configurações, o conceito de equifinalidade se mostra adequado por apregoar que há mais de uma forma de se obter êxito. Entretanto, essas possibilidades são finitas, com poucos padrões viáveis para a consecução dos objetivos empresariais¹. Miller e Mintzberg (1985) observaram que a pesquisa organizacional tem focado na análise em vez da síntese. A análise se concentra em poucas variáveis, buscando relações causais e contínuas. A síntese visa identificar configurações, que são conjuntos de atributos, estados e processos de uma organização. Apesar disso, os autores defendem que a análise e a síntese são etapas cruciais na ciência. A análise serve para definir e medir os componentes de um fenômeno, enquanto a síntese os integra em imagens, conceitos ou configurações, permitindo a identificação de padrões e a generalização (Miller; Mintzberg, 1985).

Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) argumentam que a escola de configuração é vista sob duas perspectivas: a configuração e a transformação. A configuração diz respeito ao estado e contexto organizacional, enquanto a transformação trata do processo de elaboração da estratégia. Dessa forma, a escola de configuração postula que a estratégia de uma organização é geralmente estável, pontuada por mudanças significativas e ocasionais.

Miller (1990) complementa que as configurações sugerem uma variedade organizacional limitada, e que há várias formas de se alcançar o sucesso ou o fracasso. No entanto, pondera que toda empresa possui sua singularidade, sendo que mesmo aquelas que parecem se encaixar em uma configuração específica o fazem apenas de forma aproximada.

Assim sendo, conforme Meyer, Tsui e Hinings (1993), a abordagem das configurações permite agrupar diversas variáveis em tipologias (desenvolvidas conceitualmente) ou taxonomias (derivadas empiricamente), explicando como a ordem emerge da interação das partes da organização. Essa visão holística e não linear, que transita entre o equilíbrio e o desequilíbrio, privilegia a síntese em contraposição à análise, não buscando, conforme os autores, explicar como a ordem é projetada dentro de cada parte da organização, mas como a ordem emerge da interação das partes como um conjunto.

DEMARCANDO OS DOMÍNIOS FINANCEIRO E EMPREENDEDOR

Esta seção apresenta os conceitos subjacentes aos domínios financeiro e empreendedor, os quais são necessários à compreensão do modelo a ser apresentado na próxima seção.

¹ Ver prefácio escrito por Donald C. Hambrick para a edição de 2003 do livro de Miles e Snow (1978) *Organizational strategy, structure, and process*.

Domínio Financeiro

Soares (2017) organiza o debate sobre a educação financeira em três posturas incorporadas pelas pessoas: postura ativa, daqueles que buscam interação com o mercado financeiro para encontrar oportunidades de melhorar patrimônio e consumo; postura defensiva, daqueles que percebem a chance de complementar o que se ganha para sustentar seu padrão de vida; postura dos excluídos, que pouca interação estabelecem com o mundo financeiro diante do cenário de desigualdade e exclusão financeira. Ademais, a OCDE (2005) define educação financeira como o processo em que indivíduos e sociedades melhoram sua compreensão sobre produtos e conceitos financeiros, desenvolvendo habilidades e confiança para tomar decisões bem-informadas e eficazes. Hofmann (2013), por sua vez, concebe a educação financeira como um meio capaz de adicionar utilidade e pertinência no cotidiano dos estudantes, estabelecendo interações, por exemplo, entre matemática e economia, o que pode contribuir para a formação de estudantes mais preparados para tomar parte em atividades recorrentes em seu dia a dia, envolvendo temas como consumo, poupança, investimento e previdência.

Dessa forma, Soares (2017) reconhece que a capacitação financeira é tomada pela maioria dos autores como o resultado de se estar financeiramente educado, ancorando-se, dentre outros autores, em Dolvin e Templeton (2006) e Willis (2008). Assim, a capacitação financeira é um tipo particular de capital social que é adquirido ao longo do ciclo de vida por meio do aprendizado de vários assuntos que afetam a habilidade de gerenciar receitas, despesas e poupança (Delavande; Rohwedder; Willis, 2008). Resumidamente, Hogard (2002) sustenta que a capacitação financeira envolve o gerenciamento dos recursos financeiros em termos de seguro, investimentos, poupança e orçamento. Sherraden (2010) também propõe que a capacitação financeira considera não só habilidades individuais, mas também fatores estruturais, como o ambiente social e o acesso aos serviços financeiros, o que significa que pessoas bem informadas podem encontrar dificuldades para aplicar seus conhecimentos caso estejam em contextos de vulnerabilidade financeira.

Assim sendo, a capacitação financeira envolve conhecimento sobre questões referentes à gestão de recursos financeiros e ativos, bem como investimentos, crédito, seguro e taxas (Hogarth, 2002). Desta forma, tem-se que a capacitação financeira pode ser compreendida, conforme já preliminarmente exposto conforme Soares (2017), como o resultado do processo de educação financeira.

Finalmente, o comportamento financeiro é relacionado à administração das finanças pessoais, abrangendo atividades de planejamento, gerenciamento e controle de recursos financeiros (Herawati et al., 2018). Esse conceito revela, portanto, uma postura prática do indivíduo diante dos conceitos anteriores, envolvendo diretamente a capacidade tomar decisões e fazer escolhas perante as situações financeiras do dia a dia, inclusive como um empreendedor. Segundo Macedo Júnior (2003), o comportamento financeiro pode ser distorcido por fatores emocionais e cognitivos que interferem nas decisões econômicas, mesmo quando o indivíduo possui conhecimento técnico. Isso significa que a forma como as pessoas lidam com dinheiro, tomam decisões de investimento ou gerenciam dívidas nem sempre é puramente racional, sendo influenciada por vieses, emoções e atalhos mentais que podem levar a escolhas menos adequadas.

Domínio Empreendedor

O domínio empreendedor representa um campo essencial para compreender como os indivíduos constroem suas trajetórias rumo à criação e sustentação de negócios. Em um cenário econômico dinâmico, marcado pela inovação e competitividade, entender os fatores que influenciam o comportamento empreendedor torna-se essencial. Esse domínio pode ser reconhecido em três dimensões: a intenção empreendedora, o desenvolvimento empreendedor e a sustentabilidade empreendedora. Essas dimensões estão interligadas e ajudam a explicar o processo que leva uma pessoa a desejar empreender, transformar essa intenção em ação e manter seu negócio viável. A seguir, serão discutidos os fundamentos conceituais de cada uma dessas dimensões, com base em autores reconhecidos na literatura acadêmica pertinente.

A intenção empreendedora envolve uma motivação consciente de iniciar um negócio, o que envolve planejamento, desejo de realização e percepção de oportunidades, sendo definida por Thompson (2009) como a convicção de que se pretende abrir um empreendimento de maneira intencional e planejada. Essa intenção está relacionada à autoconfiança e à percepção de capacidade individual, o que fortalece a disposição para agir e enfrentar os riscos envolvidos (Palazzechi et al., 2018). Para Parreira, Pereira e Brito (2011), essa intenção está vinculada ao impulso e propensão para assumir riscos, identificar oportunidades e transformar ideias em iniciativas concretas. A intenção empreendedora é, portanto, a premissa do comportamento empreendedor, fazendo com que pessoas com alta intenção empreendedora sejam mais propensas a iniciarem novos negócios do que as demais (Kong; Zhao; Tsai, 2020). Gerba (2012), por

exemplo, salienta que estudantes que recebem uma educação voltada ao empreendedorismo tendem a apresentar maior intenção de empreender do que aqueles que não têm acesso a esse tipo de conteúdo, reforçando assim o papel da educação.

Ademais, reconhece-se que esse comportamento empreendedor, tomado nesse estudo como desenvolvimento empreendedor, é o processo no qual empreendedores colocam sua visão empreendedora em prática, transformando e criando mais valor por meio de informações, recursos, oportunidades ou tecnologias que possuam (Kong; Zhao; Tsai, 2020). Assim, não basta apenas o desejo do indivíduo de empreender, é necessário agir estrategicamente para implementar ideias, mobilizar recursos financeiros e gerir o negócio de maneira adequada com eficiência. Schumpeter (1997) foi um dos primeiros autores a destacar a importância do empreendedor como agente de mudança e inovação, responsável por realizar “combinações novas” e impulsionar o desenvolvimento econômico. Esse entendimento coloca o empreendedor no centro da criação de valor e da transformação social. Complementando essa visão, Filion (1999) argumenta que o diferencial do empreendedor está na sua capacidade de vislumbrar o futuro e transformar visões em realidade. Assim, espera-se que o desenvolvimento empreendedor envolva etapas como organização de suas finanças pessoais, elaboração de planos de negócio, análise de viabilidade do negócio, captação de recursos, implementação etc. Complementando, Machado e Nassif (2014) expõem que os empreendedores contemporâneos não apenas identificam oportunidades no ambiente externo, mas também criam soluções a partir de seus próprios conhecimentos, experiências e competências.

A sustentabilidade empreendedora, por seu turno, representa a capacidade de manter o negócio viável ao longo do tempo, mesmo diante de mudanças e dificuldades. podendo ser percebida como a habilidade das empresas responderem às suas necessidades financeiras de curto prazo sem comprometer a sua habilidade de atender às suas necessidades futuras (Bansal; Desjardine, 2014). Essa etapa engloba, dessa forma, aspectos como resiliência, inovação, responsabilidade social e adaptação às exigências do ambiente competitivo. Munck e Borim-de-Souza (2009) definem sustentabilidade como a capacidade de manter algo em estado contínuo, o que, no caso do empreendedorismo, significa garantir que o negócio possa sobreviver e prosperar no longo prazo. Essa continuidade é amplamente influenciada pelo o que é construído mentalmente na intenção empreendedora e constantemente aprimorado no desenvolvimento do empreendedor, pois a sustentabilidade está condicionada à habilidade do empreendedor de planejar estrategicamente, tomar decisões assertivas e lidar com riscos de maneira calculada.

Drucker (1986) ressalta que assumir riscos é inevitável na trajetória empreendedora, e que o sucesso está vinculado à capacidade de calcular e gerenciar esses riscos com sabedoria, ou seja, é interessante também que haja um equilíbrio entre os perfis do empreendedor visionário e o conservador.

PROPOSTA DO CONSTRUTO: ESTRUTURA E RELAÇÕES DOS DOMÍNIOS

Para apresentar o modelo e suas relações em função dos seus domínios e componentes, tem-se, a seguir, o modelo propriamente dito com suas variáveis, as relações intra-domínio financeiro e empreendedor e, finalmente, as relações inter-domínios.

O Modelo Proposto e suas Variáveis

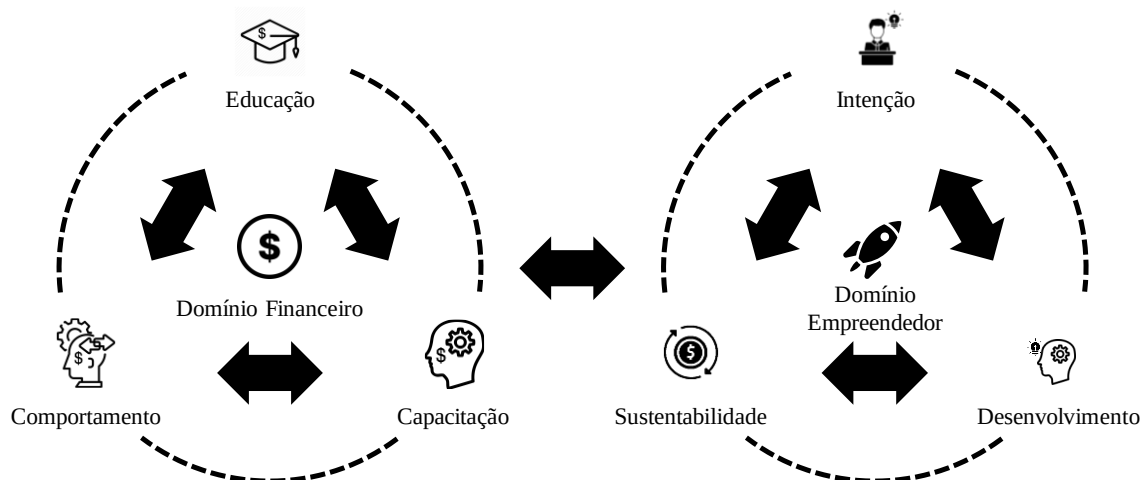
Conforme pode ser observado no Quadro 1 e na Figura 1, enquanto o domínio financeiro se organiza em educação financeira (o que se estuda), capacitação financeira (o que se sabe) e o comportamento financeiro (o que se pratica), o domínio empreendedor se organiza em intenção empreendedora (o que se almeja), desenvolvimento empreendedor (o que se realiza) e sustentabilidade empreendedora (o que se mantém).

Quadro 1 – Domínios financeiro e empreendedor

Domínio	Categoria	Descrição
Financeiro	Educação	Processo de aprendizado financeiro que abrange a aquisição de conhecimento teórico, desde conceitos básicos até avançados, para capacitar indivíduos a tomarem decisões financeiras conscientes e informadas.
	Capacitação	Desenvolvimento de habilidades práticas, através do aprendizado, que permite a aplicação eficaz do conhecimento financeiro em situações reais como orçamentação, investimentos e planejamento.
	Comportamento	Maneira como o indivíduo lida com finanças no cotidiano e em decisões importantes, as quais são influenciadas por fatores emocionais e hábitos, impactando diretamente a estabilidade financeira.
Empreendedor	Intenção	Ponto de partida para o empreendedor que manifesta o desejo inicial de criar um negócio, impulsionando a jornada empreendedora desde a concepção da ideia.
	Desenvolvimento	Processo contínuo de construção, expansão e aprimoramento do negócio que envolve a evolução desde a ideação e implementação até o crescimento e adaptação no mercado.
	Sustentabilidade	Objetivo final do empreendedor de manter o negócio viável e relevante a longo prazo, demonstrando uma visão de futuro e preocupação com a continuidade do empreendimento.

Fonte: Os próprios autores.

Figura 1 – Ciclos autorreforçadores dos domínios financeiro e empreendedor



Fonte: Os próprios autores.

O construto se organiza em dois domínios essenciais, conforme Figura 1, sendo que cada um dele funciona como um ciclo autorreforçador. O domínio financeiro concebe que os componentes educação, capacitação e comportamento influenciam-se mutuamente. O domínio empreendedor, por sua vez, também preconiza que seus componentes – intenção, desenvolvimento e sustentabilidade – se influenciam mutuamente.

Relações Intra-Domínio Financeiro

Este ciclo se constrói sobre a ideia de que estudar, aprender e praticar se reforçam mutuamente. Na sequência, cada par de influências são analisados de forma bidirecional.

a) Educação Financeira e Capacitação Financeira

Educação Financeira sobre Capacitação Financeira: Um maior conhecimento teórico e conceitual sobre finanças (Educação Financeira) fornece a base necessária para o desenvolvimento de habilidades práticas de gestão e aplicação (Capacitação Financeira).

Capacitação Financeira sobre Educação Financeira: O aprimoramento de habilidades (Capacitação Financeira) frequentemente gera a necessidade de aprofundar o conhecimento teórico (Educação Financeira) para preencher lacunas percebidas.

b) Educação Financeira e Comportamento Financeiro

Educação Financeira sobre Comportamento Financeiro: Estudar sobre finanças (Educação Financeira) pode conscientizar o indivíduo sobre a importância de hábitos financeiros

saudáveis, incentivando a adoção de práticas mais prudentes e disciplinadas (Comportamento Financeiro).

Comportamento Financeiro sobre Educação Financeira: A atenção aos hábitos financeiros já incorporados (Comportamento Financeiro), como orçar e controlar gastos, pode demandar mais conhecimento (Educação Financeira) para otimizar essas ações, pois a experiência releva necessidade e instiga a curiosidade.

c) Capacitação Financeira e Comportamento Financeiro

Capacitação Financeira sobre Comportamento Financeiro: As habilidades desenvolvidas (Capacitação Financeira), como a capacidade de planejar e executar um orçamento, tornam a aplicação desse conhecimento (Comportamento Financeiro) mais desejada, dirigida e consistente.

Comportamento Financeiro sobre Capacitação Financeira: Certas práticas financeiras regulares (Comportamento Financeiro), como o hábito de registrar transações, aperfeiçoa as habilidades envolvidas (Capacitação Financeira), tornando o indivíduo mais apto e eficiente.

Relações Intra-Domínio Empreendedor

Este ciclo reflete como a visão, a ação e a persistência se interligam para formar um empreendimento sólido. Novamente, a seguir, analisa-se, de forma bidirecional, cada par de influências.

a) Intenção Empreendedora e Desenvolvimento Empreendedor

Intenção Empreendedora sobre Desenvolvimento Empreendedor: Motivação e clareza de propósito para empreender (Intenção Empreendedora) formam um ponto de partida para promover a iniciativa e o engajamento ativo em ações de criação e implementação do negócio (Desenvolvimento Empreendedor).

Desenvolvimento Empreendedor sobre Intenção Empreendedora: O engajamento nas atividades do negócio, a superação de desafios e a obtenção de sucessos incrementais (Desenvolvimento Empreendedor) podem reforçar ou ajustar a motivação inicial (Intenção Empreendedora), tornando-a mais resiliente e focada.

b) Intenção Empreendedora e Sustentabilidade Empreendedora

Intenção Empreendedora sobre Sustentabilidade Empreendedora: Uma visão clara e um propósito duradouro (Intenção Empreendedora) orientam as decisões de longo prazo, desde o

início, visando a longevidade e a resiliência do negócio (Sustentabilidade Empreendedora), adaptando-se às mudanças do mercado.

Sustentabilidade Empreendedora sobre Intenção Empreendedora: A manutenção do sucesso contínuo do empreendimento (Sustentabilidade Empreendedora) pode fortalecer o comprometimento original (Intenção Empreendedora), motivando o empreendedor a continuar inovando, buscando novas oportunidades e promovendo ajustes quando oportuno ou necessário.

c) Desenvolvimento Empreendedor e Sustentabilidade Empreendedora

Desenvolvimento Empreendedor sobre Sustentabilidade Empreendedora: Ações eficazes e eficientes de criação e crescimento do negócio (Desenvolvimento Empreendedor) são diretamente responsáveis por estabelecer as bases para a relevância, longevidade e viabilidade do empreendimento (Sustentabilidade Empreendedora).

Sustentabilidade Empreendedora sobre Desenvolvimento Empreendedor: A busca pela manutenção e resiliência (Sustentabilidade Empreendedora) exige um constante processo de aprendizado, adaptação e inovação (Desenvolvimento Empreendedor) para que o negócio possa continuar relevante e competitivo em um ambiente em constante mudança.

Relações Inter-Domínios

O inter-relacionamento entre os domínios financeiro e empreendedor se ancoram na abordagem das configurações, onde a sinergia entre os dois domínios leva à prosperidade do empreendedor/empreendimento. A seguir, analisa-se os nominados domínios de forma bidirecional.

Domínio Financeiro sobre Domínio Empreendedor: A Competência Financeira fornece a base e a segurança para o empreendedorismo. Ela permite alocar capital de forma mais inteligente no desenvolvimento do negócio, gerenciar riscos, buscar financiamento de forma eficaz e garantir a liquidez necessária para as operações, potencializando a Competência Empreendedora por viabilizar o investimento em inovação e adaptação.

Domínio Empreendedor sobre Domínio Financeiro: A Competência Empreendedora impacta diretamente o domínio financeiro ao gerar valor e oportunidades de receita. Um empreendimento bem-sucedido e estratégico cria riqueza, exige e, por sua vez, aprimora a Competência Financeira para gerenciar essa riqueza, o que faz com que a própria experiência empreendedora ajude a desenvolver habilidades valiosas que são úteis na gestão financeira.

DISCUSSÃO SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DAS CONFIGURAÇÕES

A inter-relação bidirecional entre os domínios financeiro e empreendedor é o ponto onde a abordagem das configurações se manifesta plenamente. A prosperidade do empreendedor/empreendimento não é um resultado linear, mas sim uma configuração ideal que emerge da sinergia e do equilíbrio entre a competência financeira e a competência empreendedora. Uma alta competência financeira combinada com uma alta competência empreendedora, portanto, certamente tem o potencial de criar uma configuração promissora para o sucesso sustentável.

Tem-se, finalmente, que, a partir da definição dessas relações, o modelo proposto, além de mostrar seus componentes, avança explicitando como eles poderiam interagir para gerar resultados complexos e desejáveis.

Sob a ótica das configurações, o sucesso tanto financeiro quanto empreendedor não depende apenas do nível isolado de cada conceito em cada domínio, mas sim da configuração específica e do equilíbrio entre eles. Por exemplo: Um alto nível de intenção empreendedora, combinado com baixa educação financeira e comportamento financeiro inadequado, pode levar a decisões financeiras arriscadas e ao fracasso do negócio. Uma sólida competência financeira pessoal, sem a iniciativa e a visão da intenção empreendedora, pode não se traduzir em oportunidades de crescimento econômico através do empreendedorismo.

Essa interdependência reforça a importância dos domínios não como entidades separadas, mas como partes integrantes de um sistema maior, no qual o desenvolvimento de um domínio influencia e é influenciado pelo desenvolvimento do outro, pois a abordagem das configurações exige que o resultado promissor emergja da combinação dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou propor um construto teórico inovador que articula os domínios financeiro e empreendedor sob a abordagem das configurações, visando uma compreensão mais profunda da prosperidade do empreendedor e do empreendimento. A principal contribuição reside na formulação de um modelo que não apenas delimita os conceitos constituintes de cada domínio – educação, capacitação e comportamento no domínio financeiro; e intenção, desenvolvimento e sustentabilidade no domínio empreendedor – mas também desvenda suas complexas inter-relações bidirecionais. Ao apresentar os ciclos autorreforçadores internos de

cada domínio e a interdependência entre os mesmos, este artigo demonstra como a prosperidade emerge de uma configuração sinérgica e equilibrada entre eles.

Os domínios apresentados, em sua essência, abordam o como o valor é criado (empreendedor) e o como o valor é gerido (financeiro) no contexto individual e empresarial. Observa-se que outras funções (recursos humanos, marketing, produção, logística etc.), portanto, já estão sendo contempladas por estarem dentro do modelo. Assim sendo, como a organização do construto se deu a partir da gestão do valor (domínio financeiro) e da criação de valor (domínio empreendedor), os demais conceitos relacionados já se mostram presentes no interior desses dois domínios, mas de forma subliminar, não sendo explicitados simplesmente porque os mesmos, pela organização conceitual utilizada, não aparecem como elementos de primeira ordem (domínios) ou de segunda ordem (componentes de cada domínio).

Apesar de sua contribuição, este estudo conceitual possui limitações inerentes à sua natureza teórica. A validação empírica do modelo proposto bem como a mensuração dos conceitos e das inter-relações apresentadas representam desafios que não foram abordados. Além disso, a delimitação a apenas dois domínios, embora justificada pela busca de profundidade e coerência configuracional, sugere que futuras pesquisas podem explorar a interação com outras dimensões relevantes do negócio e do indivíduo.

Como possibilidades para estudos futuros, propõe-se a validação empírica deste construto em diferentes contextos. Assim, a pesquisa subsequente buscará um aprofundamento essencial dos mecanismos internos de cada domínio. Para isso, a teoria das capacidades dinâmicas aparece como uma oportunidade para viabilizar a continuidade do estudo.

REFERÊNCIAS

- BANSAL, P.; DESJARDINE, M. R. Business sustainability: It is about time. **Strategic Organization**, v. 12, n. 1, p. 70-78, 2014.
- DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources. [Working Paper n. 190]. University of Michigan, **Michigan Retirement Research Center**, 2008.
- DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, p. 133-149, 2006.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e empreendedorismo**: prática e princípios. Nova York: Harper & Row, 1986.

FILION, L. J. Empreendedores: da reflexão à ação. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 6-21, out./dez. 1999.

GERBA, D. T. Impacto da educação empreendedora nas intenções empreendedoras de estudantes de negócios e engenharia na Etiópia. **African Journal of Economic and Management Studies**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 258-277, 2012.

HERAWATI, N. T. et al. Factors that influence financial behavior among accounting students in Bali. **International Journal of Business Administration**, v. 9, n. 3, p. 30-38, 2018.

HOFMANN, R. M. **Educação financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HOGARTH, J. M. Financial literacy and family and consumer sciences. **Journal of Family & Consumer Sciences**, v. 94, n. 1, p. 14-28, 2002.

KONG, F.; ZHAO, L; TSAI, C-H. The relationship between entrepreneurial intention and action: the effects of fear of failure and role model. **Frontiers in Psychology**, v. 11, 2020.

MACEDO JÚNIOR, J. H. C. **Finanças comportamentais: uma aplicação da teoria do prospecto na tomada de decisão de investidores no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MACHADO, H. P. V.; NASSIF, V. J. O campo do empreendedorismo: uma revisão conceitual e perspectivas de pesquisa no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 16, n. 51, p. 184-205, abr./jun. 2014.

MEYER, A. D.; TSUI, A. S.; HININGS, C. R. Configurational approaches to organizational analysis. **Academy of Management Journal**, v. 36, n. 6, p. 1175-1195, 1993.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. Organizational strategy, structure, and process. New York: McGraw-Hill, 1978.

MILLER, D. **The Icarus paradox**: how exceptional companies bring about their own downfall: new lessons in the dynamics of corporate success, decline, and renewal. New York: Harper Collins, 1990.

MILLER, D.; MINTZBERG, H. The case for configuration. In: MORGAN, G. (org.). **Beyond method**: strategies for social research. Beverly Hills / London / New Delhi: Sage Publications, 1985.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. M. Sustentabilidade nas organizações: Perspectivas e desafios. **Revista de Administração da UNIMEP**, Piracicaba, v. 7, n. 1, p. 28-41, jan./abr. 2009.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Recomendação sobre Princípios e Boas Práticas para Educação e Conscientização Financeira**. Paris, 2005.

PALAZZECCHI, L.; BUCCI, O.; DI FABIO, A. Alto empreendedorismo, liderança e profissionalismo (HELP): um novo recurso para trabalhadores no século XXI. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 9, p. 1-8, 2018.

PARREIRA, P.; PEREIRA, F.; BRITO, N. **Empreendedorismo e motivações empresariais no ensino superior**. Lisboa: Edições Sílabo, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SHERRADEN, M. S. **Capacidade financeira: o que é e como pode ser medida?** (Financial capability: What is it, and how can it be measured?) *Children and Youth Services Review*, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 18-23, jan. 2010.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

THOMPSON, E. R. Individual entrepreneurial intent: Construct clarification and development of an internationally reliable metric. **Entrepreneurship Theory and Practice**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 669–694, 2009.

WILLIS, L. E. Against Financial Literacy Education. **Iowa Law Review**, v. 94, p. 197–285, 2008.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

COMPORTAMENTO FINANCEIRO E INTENÇÃO EMPREENDEDORA: EXPLORANDO INTERDEPENDÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Paulo Sergio Marques Lani¹ – Universidade Estadual do Paraná
Cristiano Molinari Bispo² – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: 01 Estratégia, Inovação e Empreendedorismo.

RESUMO

Este estudo, caracterizado como um ensaio teórico, tem como objetivo explorar as possíveis interdependências entre o comportamento financeiro e a intenção empreendedora. O estudo parte da compreensão de que decisões financeiras pessoais e o desejo de empreender não são processos isolados, mas que podem se influenciar mutuamente e interferir nas decisões e intenções dos indivíduos, especialmente em contextos de construção de um futuro empreendedor. O artigo organiza as discussões em torno de dois conceitos de cada domínio: comportamento financeiro presente e comportamento financeiro exigido; intenção empreendedora embrionária e intenção empreendedora manifesta. A partir dessas categorias, foram discutidas as tensões e alinhamentos possíveis entre prática e intenção, considerando ainda a *práxis* como elemento integrador, e a abordagem das configurações como referência para identificar padrões de alinhamento ou desalinhamento. Os resultados teóricos apontam que um comportamento financeiro estruturado pode facilitar a transição entre a intenção de empreender e a ação prática em si. Por outro lado, a intenção de empreender também pode funcionar como impulsionadora de hábitos financeiros positivos ao despertar a vontade de iniciar um novo negócio. O estudo busca contribuir para a literatura ao integrar dois domínios pouco explorados de forma conjunta, e sugere pesquisas futuras com foco empírico, especialmente entre em estudantes.

Palavras-chave: Comportamento Financeiro. Intenção Empreendedora. Práxis.

RESUMEN

Este estudio, caracterizado como un ensayo teórico, tiene como objetivo explorar las posibles interdependencias entre el comportamiento financiero y la intención emprendedora. El estudio parte de la comprensión de que las decisiones financieras personales y el deseo de emprender no son procesos aislados, sino que pueden influirse mutuamente e interferir en las decisiones e intenciones de los individuos, especialmente en contextos de construcción de un futuro emprendedor. El artículo organiza las discusiones en torno a dos conceptos de cada dominio: comportamiento financiero presente y comportamiento financiero requerido; intención emprendedora embrionaria e intención emprendedora manifesta. A partir de estas categorías, se discuten las tensiones y alineaciones posibles entre práctica e intención, considerando además la praxis como elemento integrador y el enfoque de las configuraciones como referencia para identificar patrones de alineamiento o desalineamiento. Los resultados teóricos señalan que un comportamiento financiero estructurado puede facilitar la transición entre la intención de emprender y la acción práctica. Por otro lado, la intención de emprender también puede actuar como impulsora de hábitos financieros positivos al despertar el deseo de iniciar un nuevo negocio. El estudio busca contribuir a la literatura al integrar dos dominios poco explorados en conjunto y sugiere investigaciones futuras con enfoque empírico, especialmente entre estudiantes.

Palabras clave: Comportamiento financiero. Intención emprendedora. Praxis.

¹ - Graduando em Administração (UNESPAR) – e-mail: paulo2017lani@gmail.com

² - Doutor em Administração (PUCPR) – e-mail: cristiano.bispo@unespar.edu.br

INTRODUÇÃO

Diante dos conceitos preliminarmente apresentados, quais sejam o comportamento financeiro e a intenção empreendedora, caracteriza-se esse estudo como um ensaio teórico que busca explorar a pertinência e a intensidade da relação entre os mesmos. Assim sendo, esse estudo estabelece como objetivo realizar uma articulação teórica envolvendo os conceitos de comportamento financeiro e intenção empreendedora, abordando potenciais interdependências e possibilidades de abordagem para pesquisas futuras. Esse esforço, de natureza teórica e especulativa, embora se concentre nos conceitos de comportamento financeiro e intenção empreendedora, os transcende eventualmente de modo a permitir analisar possíveis vínculos relevantes com conceitos adicionais. Esse enfoque se apresenta como uma análise independente, embora ancorada na literatura pertinente, que viabilize a proposição de possíveis abordagens de pesquisa para a consecução de futuras investigações de natureza teórico-empírica.

Estudar e analisar simultaneamente o comportamento financeiro e a intenção empreendedora é importante, pois esses dois conceitos estão cada vez mais presentes na vida dos indivíduos, especialmente diante das constantes e repentinas mudanças econômicas e sociais. O modo que alguém administra suas finanças, aliado à vontade de abrir um negócio, influencia diretamente seu futuro profissional e financeiro. Ademais, entender como esses dois domínios estão relacionados pode auxiliar o desenvolvimento de práticas mais conscientes e realistas no campo da administração.

Atualmente, a literatura acadêmica já discute amplamente o comportamento financeiro quanto a intenção empreendedora de forma separada. No entanto, esse estudo prioriza como as dimensões do comportamento financeiro e intenção empreendedora se influenciam mutuamente. Essa lacuna revela a importância de refletir sobre os dois domínios de maneira integrada e como eles podem agir nas decisões das pessoas.

A proposta desse ensaio teórico, portanto, é contribuir para o avanço da compreensão sobre o tema ao promover uma análise que considera tanto os aspectos comportamentais de finanças pessoais quanto os fatores que despertam a intenção de empreender. Espera-se que esse estudo forneça bases conceituais para futuras pesquisas, especialmente voltadas para jovens estudantes que estão se preparando para tomar decisões financeiras.

OS CONCEITOS DE COMPORTAMENTO FINANCEIRO E INTENÇÃO EMPREENDEDORA

Entender como os indivíduos tomam decisões sobre o uso de seus recursos financeiros e sobre a intenção de abrir um negócio é essencial nos dias de hoje, principalmente diante dos desafios econômicos e das oportunidades que surgem. Portanto, estudar o comportamento financeiro e a intenção empreendedora ajuda a compreender melhor como essas decisões são formadas. A seguir, serão apresentados os principais conceitos que exemplificam cada um dos temas abordados, os quais servem de base para refletir sobre como eles podem estar correlacionados.

Comportamento Financeiro

O comportamento financeiro pode ser preliminarmente compreendido como o conjunto de ações e decisões tomadas pelos indivíduos em relação à administração de seus recursos financeiros pessoais, considerando fatores como consumo, poupança, aplicações e dívidas. De acordo com Thaler (2015), as decisões financeiras dificilmente seguem padrões estreitamente racionais, sendo uma parte influenciadas por limitações cognitivas, emoções e vieses comportamentais, como o excesso de confiança financeira e a procrastinação. Seguindo o mesmo viés, Macedo (2003) relata que as finanças comportamentais integram os conceitos da psicologia cognitiva, economia e finanças, visando construir um modelo mais detalhado do envolvimento humano nos mercados financeiros.

Diferentemente, o conceito de alfabetização financeira, também conhecida como capacitação financeira (*financial literacy*), pode ser compreendido como um componente essencial do comportamento financeiro, sendo indispensável para a tomada de decisões conscientes e responsáveis. De acordo com Lusardi (2007), a alfabetização financeira é definida como o conhecimento financeiro com o objetivo de alcançar a prosperidade. Essa relação implica na aquisição de habilidades dos indivíduos e conhecimentos necessários para utilizar os recursos financeiros existentes de maneira eficaz, com o intuito de atingir seus objetivos financeiros sustentáveis e compatíveis com seu bem-estar ao longo da vida. Desse modo, percebe-se que a capacitação financeira representa uma habilidade potencial dos indivíduos que pode ou não se converter em comportamento para o qual esse artigo lança um olhar mais específico.

Nesse contexto, o comportamento financeiro impacta diretamente a vida do indivíduo, já que tais práticas não se limitam ao aspecto técnico da gestão do dinheiro, mas também

influenciam diretamente o bem-estar subjetivo e a qualidade de vida ao longo do tempo, como também as suas decisões futuras. Essa perspectiva é importante, pois permite compreender que as decisões financeiras não ocorrem de forma isolada, mas estão também estreitamente relacionadas com aspectos emocionais, sociais e até mesmo identitários da vida do sujeito. Como destacam Brügggen et al. (2017), o bem-estar financeiro é um estado em que o indivíduo é capaz de manter o padrão de vida desejado tanto no presente quanto no futuro, além de desfrutar de liberdade financeira. Além disso, estudos indicam que o bem-estar financeiro afeta não apenas a esfera individual, mas também os âmbitos familiar e social (Castro-González et al., 2020). Adicionalmente, Ferreira (2017) ressalta que os indivíduos não têm total controle sobre seu comportamento econômico, conhecendo muito pouco do que se passa durante o processo de tomada de decisão, o que evidencia a influência de aspectos emocionais nas decisões financeiras. Assim, administrar bem os próprios recursos não é apenas uma questão de técnica, mas também uma forma de garantir segurança, autonomia e realização pessoal.

Além disso, essa compreensão se relaciona com o conceito de satisfação financeira, que pode ser definido como a percepção individual de estar financeiramente estável e seguro em relação ao presente e ao futuro. Como destacam Xiao, Sorhaindo e Garman (2006), “comportamentos financeiros positivos contribuem para a satisfação financeira”, evidenciando que atitudes positivas como o planejamento, disciplina no uso do crédito e a busca por educação financeira estão fortemente associadas à percepção de segurança e estabilidade econômica ao longo da vida. Nesse sentido, de acordo com Lusardi e Mitchell (2007), a educação financeira tem ganhado ampla relevância. Isso se deve à crescente complexidade dos produtos financeiros e à maior importância das decisões financeiras tomadas pelas famílias. Dessa forma, a educação financeira, aliada a um bom conhecimento, proporciona satisfação financeira às famílias por meio de escolhas de investimento mais acertadas.

Intenção Empreendedora

A intenção empreendedora pode ser compreendida como o desejo ou disposição individual de iniciar um novo negócio, sendo influenciada tanto por fatores racionais quanto emocionais. Essa duplicidade pode ser aproximada da diferenciação proposta por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) entre estratégia deliberada e estratégia emergente. Enquanto a motivação consciente de empreender reflete um planejamento estruturado, ancorado em análises e metas, a motivação considerada como “irracional” pode surgir de desejos momentâneos,

impulsos criativos, desejo de autonomia ou realização pessoal, configurando uma estratégia que se molda ao longo do tempo e circunstâncias. Nesse viés, a intenção de empreender não se limita a uma lógica estritamente calculada e previsível, mas também pode surgir de fatores emocionais. O ato de empreender pode ser uma resposta a uma necessidade de autorrealização do indivíduo, encontrado muito nos executivos de sucesso e em pessoas ambiciosas (Chiavenato, 2006).

De acordo com Ajzen (1991), a intenção é moldada por três componentes principais: a atitude em relação ao comportamento, as normas subjetivas e o controle comportamental percebido, conforme proposto em sua teoria do comportamento planejado. Tal teoria busca compreender como fatores internos (como crenças e valores pessoais) e externos (como expectativas sociais) influenciam diretamente a formação da intenção, que antecede a ação propriamente dita. Inteirando essa perspectiva, Shapero e Sokol (1982) destacam que a intenção de empreender é também determinada pela percepção de desejabilidade e viabilidade do ato empreendedor. Nesse sentido, a medida que o indivíduo percebe com mais intensidade o quanto determinado fator contribui para facilitar ou dificultar a realização de uma ação, maior tende a ser o impacto do controle percebido na previsão da intenção e do comportamento.

Cabe destacar também que, embora a intenção empreendedora seja um preditor do comportamento futuro, ela também pode ser influenciada por outros fatores, como o comportamento financeiro de iniciar um novo negócio, sendo a intenção empreendedora considerada um forte preditor do comportamento financeiro. A capacidade de organizar, poupar e planejar os próprios recursos pode gerar segurança e confiança, favorecendo a intenção de iniciar um novo negócio. Nesse sentido, alguns estudos como os de Lusardi e Mitchell (2014) apontam que níveis mais elevados de alfabetização e organização financeira estão associados a maior probabilidade de envolvimento em atividades empreendedoras. Assim, é possível considerar uma via de mão dupla entre os dois domínios: se por um lado o ato de empreender exige certa base financeira, por outro, o desejo de empreender pode incentivar o surgimento de práticas mais conscientes de recursos financeiros pessoais.

Vale ressaltar também que a intenção empreendedora pode ser despertada ao longo do tempo nos indivíduos, principalmente em cenários econômicos favoráveis. Shane e Venkataraman (2000) argumentam que a descoberta e avaliação de oportunidades empreendedoras são centrais para o estudo do empreendedorismo, uma vez que é por meio delas que os indivíduos percebem possibilidades viáveis de atuação no mercado. Tal perspectiva salienta a importância de ambientes econômicos positivos, nos quais o dinamismo e a abertura

para inovações favorecem a identificação de oportunidades e, consequentemente, impulsionam o despertar da intenção empreendedora. Essa perspectiva enfatiza a importância de cenários econômicos positivos, onde a identificação de novas oportunidades no mercado pode impulsionar e despertar a intenção empreendedora.

EXPLORANDO OS CONCEITOS DE COMPORTAMENTO FINANCEIRO E INTENÇÃO EMPREENDEDORA E SUAS INTERDEPENDÊNCIAS

A relação entre os dois domínios – comportamento financeiro e intenção empreendedora – pode ser entendido como uma via de mão dupla. Isso significa que tanto a intenção empreendedora pode influenciar o comportamento financeiro, quanto o comportamento financeiro atual pode agir sobre o fortalecimento da intenção empreendedora. Dessa forma, o comportamento financeiro se refere a práticas do uso de recursos financeiros, e a intenção empreendedora significa um movimento mental e motivacional do possível surgimento de um novo negócio. Sob esse viés, é possível considerar que essa via de mão dupla revela que o processo empreendedor não começa necessariamente com a prática ou com o pensamento, mas com a interação entre ambos, o que nos leva à ideia de práxis, ou seja, a junção entre teoria e prática como impulsionador para a ação. O comportamento financeiro é visto como o campo que prepara o indivíduo para o empreendedorismo, pois ele reflete o nível de organização, disciplina e gestão financeira do futuro empreendedor. Esses elementos podem contribuir com a viabilidade e motivação em sua intenção de empreender. Porém, é importante considerar que o processo não segue um padrão linear de início, pois o indivíduo pode, primeiramente, desenvolver a intenção de empreender e, somente depois, buscar as etapas que o conduzem ao comportamento financeiro de um empreendedor.

Comportamento Financeiro Presente e Comportamento Financeiro Exigido

É necessário refletir sobre como a intenção empreendedora pode atuar como um fator impulsionador do comportamento financeiro. Ou seja, a partir do momento em que um indivíduo desenvolve o desejo de empreender, ele pode entender a necessidade de organizar primeiramente suas finanças pessoais, buscar mais conhecimento sobre o tema e adotar hábitos mais saudáveis com o dinheiro. O comportamento financeiro presente representa a forma como o indivíduo lida atualmente com seu dinheiro, considerando práticas como o seu controle de gastos, capacidade de poupança, organização orçamentária e decisões de consumo. Trata-se de um retrato do

momento atual que ela está vivendo com suas finanças, que pode ter sido moldado por fatores antecessores como educação financeira, capacitação financeira, experiências passadas, renda disponível e crenças pessoais sobre dinheiro. Em muitos casos, esse comportamento não segue um padrão ideal e pode incluir hábitos impulsivos, ausência de planejamento ou uso inadequado do crédito. Espera-se que o indivíduo que pretende iniciar um novo negócio, reconheça a situação de seu comportamento financeiro atual e busque capacitação para elevar de nível o seu comportamento financeiro e torná-lo mais adequado.

Já o comportamento financeiro exigido diz respeito ao conjunto de práticas necessárias para alcançar determinado objetivo financeiro ou para sustentar um projeto futuro, como o de empreender. Esse comportamento esperado vai além do cotidiano e inclui planejamento de longo prazo, reservas de emergência, controle sobre dívidas e visão estratégica do uso dos recursos. Em outras palavras, o comportamento financeiro exigido é aquele que um indivíduo precisa desenvolver para transformar sua intenção em ação de forma segura e responsável.

A comparação entre o comportamento atual e o exigido permite identificar desvios e necessidades de desenvolvimento. Um futuro empreendedor pode perceber, por exemplo, que ainda não possui os hábitos financeiros necessários para viabilizar seu projeto (presente), o que o motiva a buscar mudanças (exigido). Dessa forma, entender essa diferença é fundamental para promover a consciência e o aprimoramento financeiro como uma etapa do processo empreendedor.

Intenção Empreendedora Embrionária e Intenção Empreendedora Manifesta

De maneira análoga, a intenção empreendedora pode ser explorada em suas fases *embrionária* e *manifesta*. Intenção empreendedora embrionária é aquela que ainda está sendo formada. Ela pode surgir a partir de uma insatisfação com a realidade atual, do desejo de independência financeira, da observação de uma oportunidade, impulso criativo ou até mesmo da intenção de alcançar um patamar de vida que exige a abertura de um empreendimento para alcançar esse objetivo. Nesse estágio, o indivíduo ainda não tem clareza total sobre o tipo de negócio, o modelo que irá seguir ou os recursos necessários. A ideia de empreender pode estar mais ligada ao sonho ou ao desejo do que a um plano concreto, por isso o conceito de *embrionária*. Esse estágio se aproxima da ideia de estratégia emergente, conforme discutido por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), na qual as ações não seguem um plano pré-definido, mas surgem gradualmente a partir de ajustes práticos à realidade. Apesar disso, ela já é um sinal

importante de movimento interno e pode se fortalecer com o tempo. Exemplificando, é o caso de alguém que, ao ser questionado sobre seu projeto de vida, demonstra querer autonomia e flexibilidade em sua rotina de trabalho, sem perceber que isso só seria possível por meio de um negócio próprio. De maneira análoga, ele quer empreender, porém, ainda não sabe explicitamente. Este sentimento é conceituado neste artigo como *intenção empreendedora embrionária*.

Por outro lado, a intenção empreendedora manifesta ocorre quando o indivíduo já possui uma decisão mais clara e estruturada sobre empreender. Aqui, a pessoa geralmente já identificou uma oportunidade, possui metas mais definidas, começa a buscar conhecimento específico e até a tomar decisões financeiras e estratégicas relacionadas ao negócio. Essa fase se aproxima do conceito de estratégia deliberada, proposto por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), na qual há um direcionamento consciente das ações para alcançar um objetivo.

Reconhecer essas duas fases da intenção empreendedora é importante para entender que nem todo empreendedor surge com um plano pronto. Muitas vezes, a jornada empreendedora começa com pequenas ideias, dúvidas e reflexões, que se transformam ao longo do tempo em ações concretas. Além disso, esse processo pode ser diretamente influenciado pelo modo como o indivíduo lida com suas finanças pessoais.

Interdependências entre o Comportamento Financeiro e a Intenção Empreendedora

A relação entre comportamento financeiro e intenção empreendedora é marcada por interdependências mútuas. Isso significa que um influencia o outro de forma contínua. Um indivíduo com uma forte intenção de empreender pode se ver motivado a primeiramente organizar melhor sua vida financeira, buscando economizar, controlar seus gastos e planejar investimentos, com o objetivo de alinhar-se ao comportamento financeiro requerido para a atividade empreendedora, para somente depois concretizar a sua ideia de abrir um negócio. Por outro lado, quem já possui hábitos financeiros saudáveis e um bom nível de organização pode se sentir mais preparado e confiante para dar início a um negócio próprio, caso ele não possua um comportamento financeiro demasiadamente conservador.

Ademais, essa conexão mostra que comportamento e intenção não caminham em linhas paralelas, mas se encontram e se complementam ao longo do tempo. Em muitos casos, a intenção de empreender surge justamente da segurança percebida que o indivíduo sente em sua situação financeira. Em outros, o desejo de empreender é tão forte que se torna o fator principal e

motivacional para iniciar uma mudança de comportamento financeiro e adaptá-lo ao seu projeto futuro.

Nesse sentido, é válido destacar, nesse contexto, que comportamento financeiro difere de situação financeira. O âmbito do comportamento financeiro compete às ações e decisões que o indivíduo adota no uso do dinheiro. Em paralelo, a situação financeira é o resultado ocorrido das ações provenientes do comportamento financeiro, mas também, a situação é influenciada por agentes externos como renda, contexto familiar e estado socioeconômico do país. Outro aspecto interessante é que o empreendedorismo não ocorre apenas por oportunidade, mas também pela necessidade. De acordo com o relatório *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2023), muitas pessoas decidem empreender porque enfrentam a ausência de alternativas de renda, como no caso de quem perde o emprego e se vê obrigado a abrir um negócio para sobreviver. Esse tipo de empreendedor tende a agir mais por urgência do que por planejamento e intenção, o que pode afetar também a qualidade do comportamento financeiro. Essa ocasião amplia a compreensão sobre os diferentes perfis de empreendedores, que não se resumem apenas em pessoas motivadas por inovação ou prosperidade.

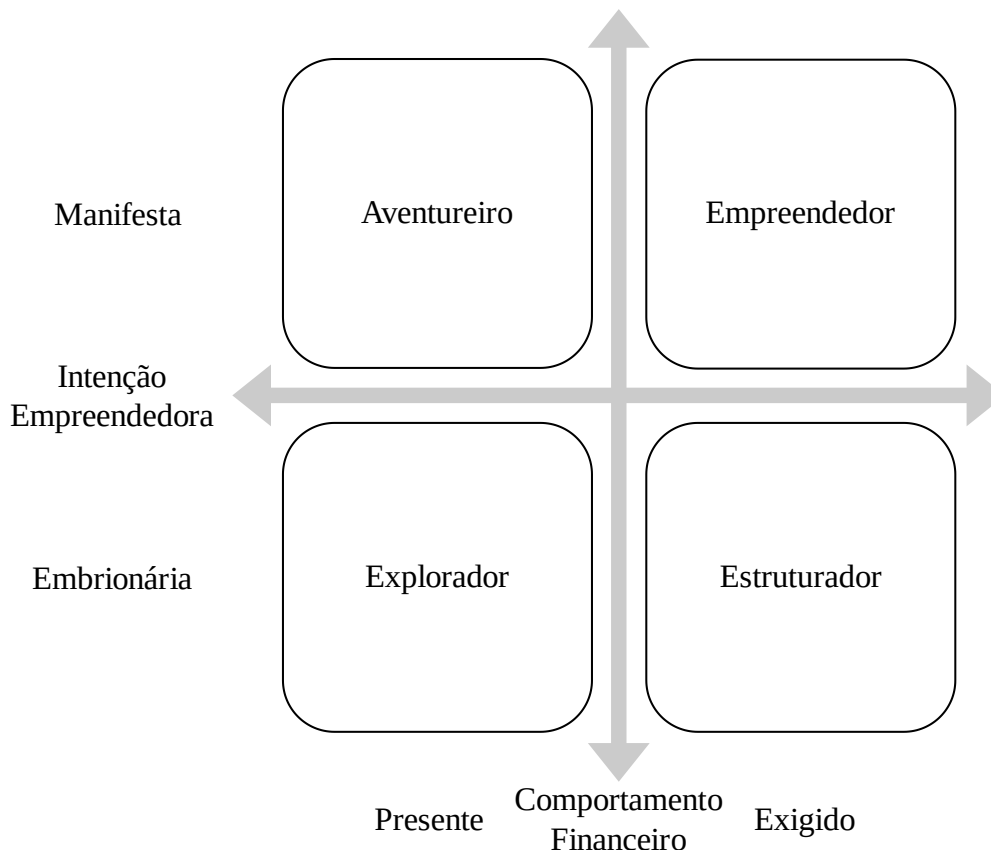
Realizando um cruzamento entre as duas dimensões analisadas, comportamento financeiro (presente e exigido) e intenção empreendedora (embrionária e manifesta), tem-se a formação de quatro possíveis perfis, conforme pode ser observado na Figura 1. Essa matriz permite visualizar como diferentes combinações entre intenção e comportamento geram perfis que demandam diferentes tipos de atenção, seja em termos de educação financeira, seja em termos de estímulo à ação empreendedora. Na sequência, os quadrantes explicarão de forma mais detalhada, evidenciando a configuração de cada perfil.

Perfil Explorador: Este quadrante combina a intenção empreendedora embrionária (ainda em formação, buscando clareza) com o comportamento financeiro presente (o indivíduo lida com o dinheiro de sua maneira atual, sem necessariamente ter um objetivo empreendedor em mente). O termo *explorador* sugere alguém que está descobrindo possibilidades, sem um plano totalmente definido, tanto na ideia de negócio quanto na gestão financeira para tal. Há uma curiosidade ou insatisfação que o move, mas ainda está no estágio de exploração de caminhos.

Perfil Estruturador: Este quadrante representa a intenção empreendedora embrionária, onde a ideia ainda está se desenvolvendo, mas o indivíduo já está focado em alinhar seu comportamento financeiro ao que será exigido para empreender no futuro. O perfil *estruturador* capta a ideia de alguém que está construindo uma base sólida, organizando suas finanças e

desenvolvendo hábitos necessários para um futuro empreendimento. Ele está preparando o terreno.

Figura 1 – Possíveis perfis relacionando comportamento financeiro e intenção empreendedora



Fonte: Os próprios autores.

Perfil Aventuroiro: Neste perfil a intenção empreendedora já é manifesta, clara e estruturada, mas o comportamento financeiro é o *presente*, ou seja, o indivíduo está agindo (ou prestes a agir) com base em suas práticas financeiras atuais, que podem não estar totalmente alinhadas ou preparadas para os desafios de um novo negócio. O perfil *aventureiro* reflete bem a coragem de iniciar um negócio com uma intenção forte, mas potencialmente com uma gestão financeira que ainda não atingiu o nível *exigido*, implicando um maior risco ou a necessidade de adaptação rápida.

Perfil Empreendedor: Este é o quadrante do alinhamento completo. A intenção empreendedora é manifesta e clara, e o comportamento financeiro já é o *exigido* ou está em processo de ser, garantindo uma base sólida para o empreendimento. O termo *empreendedor*

encapsula a figura que está realizando a práxis (união de teoria e prática) de forma consciente e preparada, transformando a intenção em ação de maneira sustentável.

Com isso, entender essa interdependência ajuda a reforçar que o desenvolvimento de competências empreendedoras precisa ser acompanhado pelo fortalecimento da consciência financeira. Afinal, empreender exige tomada de decisões, gestão de recursos, capacidade de lidar com riscos e planejamento. Quando comportamento financeiro e intenção empreendedora se alinham, conseqüentemente, o caminho para a ação empreendedora se torna mais viável e sustentável ao longo do tempo.

Ao confrontar o comportamento financeiro, que se expressa no campo prático, com a intenção empreendedora, que nasce na teoria e na projeção futura, surgem tensões importantes. Essa dualidade remete diretamente ao conceito de *práxis*, que não é completamente a união entre ação e o pensamento, mas sim a reflexão sobre a prática e prática orientada pela reflexão. É nessa interação que ocorrem os maiores desafios e, ao mesmo tempo, as maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal. A intenção de empreender pode ser ousada, criativa e visionária, enquanto o comportamento financeiro tende a buscar segurança, controle e estabilidade. Em muitos casos, o indivíduo se vê dividido entre o desejo de inovar e o medo de arriscar, revelando um desequilíbrio entre essas duas dimensões.

Outrossim, essas contradições também podem ser observadas de forma mais evidente em perfis típicos. Considerando, por exemplo, uma pessoa que é muito conservadora financeiramente, ela pode ter dificuldade para assumir os riscos necessários a uma ideia empreendedora inovadora. Já um perfil agressivo financeiramente, que assume riscos sem planejamento, pode não ter uma intenção empreendedora madura o suficiente para sustentar um negócio de longo prazo. A síntese entre esses extremos, como propõe a abordagem das configurações (Miller, 1986), pode ser vista como um ponto de equilíbrio (homeostase) entre visão e estrutura, ousadia e controle. Empreender, nesse sentido, exige mais do que apenas ser um visionário ou apenas planejar excessivamente, exige combinar os dois de forma adaptativa por igual ou em proporções semelhantes para a concretização da ideia e sustentação do negócio.

Essa reflexão aprofundada revela que o alinhamento entre a intenção empreendedora e o comportamento financeiro não é um processo simples nem automático. Pelo contrário, representa um processo contínuo de amadurecimento, exigindo um profundo autoconhecimento para identificar os próprios interesses e disposições financeiras. Adicionalmente, demanda um processo de aprendizagem constante, no qual o indivíduo desenvolve habilidades para gerenciar

tanto seus recursos quanto seus riscos de forma estratégica. Ao reconhecer a necessidade de aprendizado e trabalhar proativamente esses conflitos internos, buscando essa integração consciente entre o desejo de criar e a comportamento financeiro de gerenciar, o indivíduo aumenta exponencialmente suas chances de transformar sua intenção empreendedora em uma realidade empresarial sólida e verdadeiramente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico teve como propósito refletir sobre as possíveis interdependências entre o comportamento financeiro e a intenção empreendedora. A partir de uma abordagem conceitual e argumentativa, buscou-se compreender como esses dois campos se articulam e se retroalimentam, destacando que tanto a prática financeira influencia a decisão de empreender quanto a própria intenção de empreender pode instigar mudanças no modo como o indivíduo lida com suas finanças pessoais após despertar o interesse de empreender.

O estudo tem como principal contribuição apresentar uma diferenciação e análise entre comportamento financeiro presente e exigido, assim como entre intenção empreendedora embrionária e manifesta. Com isso, o estudo propôs uma matriz com quatro perfis distintos: *explorador* (intenção empreendedora embrionária e comportamento financeiro presente), *estruturador* (intenção empreendedora embrionária e comportamento financeiro exigido), *aventureiro* (intenção empreendedora manifesta e comportamento financeiro presente) e *empreendedor* (intenção empreendedora manifesta e comportamento financeiro exigido).

Essa organização conceitual buscou oferecer uma nova lente para interpretar a jornada empreendedora como um processo que começa antes da abertura de um negócio, envolvendo preparo psicológico, financeiro e estratégico. Ao integrar elementos como a *práxis* e a abordagem das configurações, o artigo reforça a complexidade do ato de empreender e propõe uma visão mais integrada entre desejo, planejamento e comportamento.

Reconhece-se, entretanto, que esta é uma construção teórica, sem aplicação empírica direta. Essa característica limita a possibilidade de generalização das ideias discutidas, mas oferece uma base útil para fundamentar possíveis pesquisas futuras.

Diante do que foi exposto, recomenda-se que estudos posteriores explorem empiricamente as relações aqui discutidas, especialmente com jovens em formação acadêmica, futuros empreendedores e contextos de vulnerabilidade. Também é relevante ampliar a discussão para os domínios de desenvolvimento e sustentabilidade empreendedora, de modo a compreender

não apenas o momento da decisão de empreender, mas também sua manutenção ao longo do tempo do novo negócio.

REFERÊNCIAS

AJZEN, I. **A teoria do comportamento planejado**. Comportamento Organizacional e Processos de Decisão humana, v. 50, n. 2, p. 179–211, 1991. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3193/319356599006/html/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRÜGGEN, E. C. et al. Bem-estar financeiro: uma conceituação e agenda de pesquisa. **Journal of Business Research**, v. 79, p. 228–237, 2017.

CASTRO-GONZÁLEZ, S.; LÓPEZ-MORENO, M.; SÁNCHEZ-CASTRO, J. L. Bem-estar financeiro e sua relação com comportamento financeiro e alfabetização financeira: um estudo na Espanha. **International Journal of Consumer Studies**, v. 44, n. 6, p. 511–520, 2020.

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: **Dando asas ao espírito empreendedor**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FERREIRA, J. C. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2017.

GEM. **Global Entrepreneurship Monitor: empreendedorismo no Brasil 2022** (S. M. de S. S. Greco, Org.). [s.l.]: ANEPEPE, 2023. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/11/GEM-BR-2022-2023-Livro-Final.pdf>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Alfabetização financeira e preparação para a aposentadoria: evidências e implicações para a educação financeira. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.

_____. A importância econômica da alfabetização financeira: teoria e evidências (The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence). **Journal of Economic Literature**, [s. l.], v. 52, n. 1, p. 5–44, mar. 2014. (Versão preliminar disponível como NBER Working Paper n.º 18952, abril de 2013).

MACEDO, A. F. **Finanças comportamentais: uma abordagem interdisciplinar**. [Dissertação de Mestrado em Administração]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14302/1/AFFAlva.pdf> Acesso em: 19 abr. 2025.

MILLER, D. Configurações de estratégia e estrutura: rumo a uma síntese. **Strategic Management Journal**, v. 7, n. 3, p. 233–249, 1986.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. A promessa do empreendedorismo como campo de pesquisa. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SHAPERO, A.; SOKOL, L. As dimensões sociais do empreendedorismo. In: Kent, C. A.; Sexton, D. L.; Vesper, K. H. (org.). **Enciclopédia do empreendedorismo**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, p. 72-90, 1982.

THALER, R. H. **Comportamento inadequado**: a construção da economia comportamental. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2015.

XIAO, J. J.; SORHAINDO, B.; GARMAN, E. T. Comportamentos financeiros de consumidores em aconselhamento de crédito. **Revista Internacional de Estudos do Consumidor**, v. 30, n. 2, p. 108–121, 2006.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS LENTES DA TEORIA DA AGÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS SEMINAIS LITERATURAS DA ÁREA

Janaína Gabrielle Moreira Campos da Cunha Amarante¹ – Unespar Campus de Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 01 ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

RESUMO

Este artigo analisa a Teoria da Agência sob a perspectiva de seu desenvolvimento histórico, estrutura conceitual e aplicação na governança corporativa. O problema de pesquisa centra-se na compreensão de como a Teoria da Agência pode explicar a mitigação dos custos de agência e comportamentos oportunistas no âmbito da governança corporativa. O estudo objetiva analisar os fundamentos e aplicações da Teoria da Agência, discutindo seus mecanismos de controle e incentivo como estratégias para alinhar os interesses de principais e agentes, com ênfase no papel da governança corporativa na redução de assimetrias informacionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de autores clássicos da área, a partir da análise crítica de obras seminais. Os resultados apontam que a Teoria da Agência permanece vigente como base teórica relevante para compreensão de fenômenos organizacionais complexos, influenciando estudos sobre remuneração executiva, estrutura de propriedade, desempenho empresarial e processos de tomada de decisão. Conclui-se que, embora amplamente difundida, a teoria ainda demanda atualizações frente aos desafios das estruturas organizacionais contemporâneas e à crescente complexidade das relações contratuais.

Palavras-chave: Teoria da Agência. Governança Corporativa. Assimetria de Informação. Custos de Agência. Comportamento Oportunista.

RESUMEN

Este artículo analiza la Teoría de la Agencia desde la perspectiva de su desarrollo histórico, estructura conceptual y aplicación contemporánea en la gobernanza corporativa. El problema de investigación se centra en comprender cómo la Teoría de la Agencia puede explicar la comprensión y mitigación de los costos de agencia y los comportamientos oportunistas en el ámbito de la gobernanza corporativa. El estudio tiene como objetivo analizar los fundamentos y aplicaciones de la Teoría de la Agencia, discutiendo sus mecanismos de control e incentivo como estrategias para alinear los intereses entre principales y agentes, con énfasis en el papel de la gobernanza corporativa en la reducción de las asimetrías de información. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en una revisión bibliográfica de autores clásicos del área, a partir del análisis crítico de obras seminales. Los resultados indican que la Teoría de la Agencia sigue vigente como base teórica relevante para comprender fenómenos organizacionales complejos, influyendo en estudios sobre la remuneración ejecutiva, la estructura de propiedad, el desempeño empresarial y los procesos de toma de decisiones. Se concluye que, aunque ampliamente difundida, la teoría todavía requiere actualizaciones frente a los desafíos de las estructuras organizativas contemporáneas y a la creciente complejidad de las relaciones contractuales.

¹ - Doutora em Administração – e-mail: janaina.amarante@unespar.edu.br

Palabras clave: Teoría de la Agencia. Gobernanza Corporativa. Asimetría de Información. Costos de Agencia. Comportamiento Oportunista.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a complexidade das estruturas organizacionais e a separação entre propriedade e controle nas corporações deram origem a inúmeros desafios envolvendo a governança e a tomada de decisões empresariais. Neste cenário, a Teoria da Agência, proposta por Jensen e Meckling (1976), surge como estrutura teórica essencial para compreender os conflitos de interesse existentes entre os principais (acionistas) e os agentes (gestores), especialmente em contextos de assimetria de informação.

Na concepção corporativa, a governança está relacionada à maneira pela qual as organizações são administradas e governadas, consistindo em uma estrutura de direitos e responsabilidades entre as partes de uma organização (Aguilera et al., 2008). As seminais correntes teóricas que fornecem subsídios para a temática comumente encontram-se ancoradas na teoria da agência (Jensen; Meckling, 1976), a qual idealiza a análise de conflitos e custos decorrentes da separação entre propriedade e controle e a relação principal-agente, em que uma parte (o principal) delega trabalhos para outro (o agente), com a celebração de um contrato entre as partes (Eisenhardt, 1989).

A teoria busca explicar como essas relações contratuais podem gerar custos organizacionais – os chamados custos de agência – quando o agente age em benefício próprio, em detrimento dos objetivos do principal. A literatura também ressalta que a insuficiência de mecanismos de monitoramento e incentivos agrava esse problema, elevando os riscos de decisões oportunistas (Fama; Jensen, 1983; Eisenhardt, 1989).

Nesse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como a Teoria da Agência explica a compreensão e mitigação dos custos de agência e comportamentos oportunistas no âmbito da governança corporativa?

Diante dessa problemática, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar os fundamentos e aplicações da Teoria da Agência, discutindo seus mecanismos de controle e incentivo como estratégias para alinhar os interesses de principais e agentes, com ênfase no papel da governança corporativa na redução de assimetrias informacionais, a partir de uma revisão de

literatura das principais obras da área. A discussão será sustentada por um levantamento bibliográfico envolvendo autores clássicos e contemporâneos, como Ross (1973), Jensen e Meckling (1976), Fama (1980), Eisenhardt (1989) e Williamson (1987).

Ao final deste estudo, espera-se oferecer uma reflexão teórica relevante sobre o impacto da Teoria da Agência nas estruturas decisórias organizacionais, contribuindo para a construção de modelos de governança mais eficientes, transparentes e alinhados aos interesses de seus múltiplos stakeholders.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Enraizada na economia, a teoria da agência (Ross, 1973; Jensen; Meckling, 1976) aduz direcionamentos relativos às soluções de problemas de agência ou potencial conflito entre o agente e o principal, os quais estão ligados às situações em que partes cooperantes compartilham de divisão de trabalho e objetivos distintos. Esta teoria envolve a relação de agência e assevera que o principal delega trabalhos ao agente, inclusive outorgando autoridade e poder de decisão, com o intuito deste último agir em seu nome. Embora a teoria da agência tenha sua construção nos anos 70 (Jensen; Meckling, 1976), no contexto da economia organizacional, é aplicada contemporaneamente nos estudos que abarcam a governança corporativa.

O objetivo desta teoria concentra-se em fornecer previsões parcimoniosas aos comportamentos dos indivíduos racionais nas relações bilaterais que envolvem partes interessadas, de modo que cada indivíduo é confrontado com informações assimétricas sobre o esforço e os interesses de outro indivíduo. Em outras palavras, a teoria da agência converge para identificação dos contratos mais eficientes para alinhamento dos interesses do principal e o agente (Fama; Jensen, 1983).

Na perspectiva histórica de suas origens, os anos de 1960 e 1970 são marcados pela exploração do compartilhamento de risco entre grupos ou indivíduos, por parte dos economistas (Wilson, 1968; Eisenhardt, 1989), cuja abordagem centrava-se nas distintas ações das partes cooperantes relativas ao risco e os respectivos problemas gerados em função do comprometimento do compartilhamento de riscos.

A amplificação das pesquisas relativas aos conteúdos de compartilhamento de riscos sobreveio com a teoria da agência (Jensen; Meckling, 1976), a qual acresce à literatura

econômica existente, o denominado “problema de agência”, que compreende justamente os problemas existentes entre as partes cooperantes quando da existência de divisões, interesses e objetivos diferentes de trabalho (Ross, 1973; Jensen; Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989).

A construção da teoria da agência teve também seus fundamentos a partir do estudo seminal de Berle e Means (1932), *The Modern Corporation and Private Property*, os quais realizaram uma análise empírica de grandes empresas norte americanas e sua composição acionária. O cerne desta pesquisa consistiu em discussões relativas à separação entre propriedade e controle e os respectivos potenciais custos e benefícios. Estudiosos da vertente econômica revisitaram esses pensamentos e, finalmente, criaram a perspectiva da teoria da agência (Jensen; Meckling, 1976; Fama, 1980; Fama; Jensen, 1983), cujas discussões serão realizadas na completude da revisão de literatura que será apresentada na sequência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à análise teórico-conceitual da Teoria da Agência no contexto da governança corporativa. O método utilizado é o estudo bibliográfico, considerando como principal fonte a literatura especializada, composta por artigos científicos e livros clássicos.

O levantamento teórico concentrou-se nas principais obras que fundamentam a Teoria da Agência, como os trabalhos seminais de Jensen e Meckling (1976), Fama e Jensen (1983), Eisenhardt (1989) e Williamson (1987), além de marcos históricos como Berle e Means (1932) e Coase (1937). Também foram analisadas contribuições mais recentes que discutem o comportamento oportunista dos agentes, os custos de agência e os impactos da assimetria de informação na performance organizacional.

A escolha pelo método qualitativo justifica-se pela complexidade dos fenômenos abordados, os quais envolvem aspectos intangíveis das relações organizacionais e contratuais, que dificilmente poderiam ser capturados por métodos quantitativos. A análise foi orientada pela interpretação crítica dos conceitos centrais da teoria, buscando compreender suas aplicações práticas e limitações no ambiente corporativo atual.

A coleta de dados teóricos foi realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2025, priorizando fontes indexadas em bases acadêmicas como Web of Science, Scopus, Scielo, Google Scholar, Capes e periódicos da área de Administração e Economia.

Para consecução da análise e interpretação dos resultados, empregou-se a legitimada técnica de análise de conteúdo em consonância às recomendações de Bardin (2011), especificamente a análise categorial, consistindo em um procedimento intermediário entre a descrição, que abrange a identificação das principais características do conteúdo analisado, e a interpretação, que compreende o significado das características extraídas do texto (BARDIN, 2011), partindo da teoria da agência para a identificação de implicações práticas observadas na literatura aplicada à governança corporativa, em que a inferência e interpretação dos resultados foram realizadas integralmente a partir das lentes da aludida teoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao relatar de forma objetiva, a teoria da agência sugere - desde que as metas do principal e do agente estejam alinhadas – que o agente tomará decisões que maximizam os objetivos do principal (Jensen; Meckling, 1976). Contudo, quando os objetivos do principal e do agente divergem e o agente tem a oportunidade de agir em seu próprio interesse (ou seja, tem informações relevantes que o principal não tem, referido como "assimetria de informação"), a teoria da agência prevê que o agente tomará decisões que maximizem seu interesse próprio sobre os interesses do principal (Jensen; Meckling, 1976; Booth; Schulz, 2004). Esta teoria configura-se em profunda influência no pensamento dos pesquisadores de organizações, como pesquisas sobre a remuneração dos CEOs (*chief executive officer* – diretor presidente), desempenho da firma, risco da firma e decisões estratégicas como diversificação e fusões. Para muitos, incluindo Jensen (1998), o modelo tornou-se sinônimo de teoria da governança corporativa.

Seguramente, o profícuo estudo de Jensen e Meckling (1976) traz um marco para constituição da teoria da agência e o embasamento para pesquisas no âmbito da governança corporativa. Cumpre evidenciar que a teoria foi estruturada a partir de uma abordagem quantitativa e conceitual para investigar a natureza dos custos decorrentes, depreendendo-se, subsequentemente, em uma configuração empírica com o intuito de explorar o comportamento organizacional e a governança corporativa (Parker et al., 2018), abordagem referenciada por Eisenhardt (1989) como a teoria da agência positivista.

Embora com o merecido reconhecimento da importância das pesquisas realizadas anteriormente, é inegável que o estudo de Jensen e Meckling (1976) foi considerado como um marco na economia financeira para o direcionamento de trabalhos empíricos relativos ao campo da governança corporativa. Tal estudo pode ser considerado como um “divisor de águas” e é respeitado até os dias atuais, tanto na comunidade científica como no mercado corporativo, inclusive para a maior referência de governança corporativa no âmbito nacional, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2020).

O estudo de Fama (1980) também emerge em importância ao trazer discussões acerca do papel dos mercados de capital e mercados eficientes como mecanismos informacionais utilizados para controlar o comportamento oportunista dos agentes.

A teoria da agência sustenta a premissa de que os agentes são essencialmente egoístas e oportunistas (Fama; Jensen, 1983) e, a menos que efetivamente monitorados, explorarão seus princípios (Miller; Whitford, 2007), de modo que a assimetria de informação que existe entre os agentes e seus principais viabilizam condições para o oportunismo. A intenção oportunista é sempre maliciosa e envolve ações como mentir, roubar, enganar e formas sutis de fraude (Williamson, 1987).

Burnham (1941) apresenta pressupostos de que as ações dos agentes são voltadas ao interesse próprio e dispõe de uma configuração oportunista. Com foco na maximização de valor, a orientação é impulsionada pelo lucro e interesse próprio (Jensen, 1993). Gerentes são retratados como agentes que se envolvem no gerencialismo, uma forma de oportunismo relacionado ao problema principal-agente, de modo que a riqueza da empresa é sacrificada por salários, reputações, bônus e outros resultados (Fama; Jensen, 1983).

Fica evidente que o ambiente em que o contrato é firmado entre as partes é submetido a uma esfera de assimetria informacional, o qual é propício para que exista certo “privilégio/vantagem” informacional do agente em relação ao principal. Uma das principais razões pelas quais o conflito emerge, consiste nos contratos de trabalho serem imperfeitos, de modo que nem todas as contingências podem ser contabilizadas; monitoramento é difícil e caro, e como tal, o principal apresenta dificuldades em fazer valer seus direitos de propriedade (Eisenhardt, 1989).

Tal configuração pode viabilizar situações em que o agente atue e envide seus esforços

em torno do seu auto interesse em detrimento da criação de valor para o principal (Machostadler; Pérez-Castrillo, 1995), a partir de um comportamento oportunista (Jensen; Meckling, 1976; Fama; Jensen, 1983), situação em que o principal precisará utilizar mecanismos de controle como monitoramento, denominado na literatura como custos de agência (Xiang *et al.*, 2012).

A teoria da agência apresenta dois pressupostos comportamentais relacionados ao agente e ao principal: (i) racionalidade e (ii) auto interesse (Jensen; Meckling, 1976). A existência de conflitos de interesses gera os custos de agência (Jensen; Meckling, 1976), derivando a necessidade de monitoramento e mecanismos de ligações entre o agente e o principal. Não obstante, os autores ainda definem que estes custos de agência são perdas residuais do acionista. De acordo com Jensen e Meckling (1976, p. 308), os custos totais de agência compreendem:

1. Custo de criação e estruturação de contratos entre o principal e o gestor;
2. Gastos de monitoramento das atividades dos gestores pelo principal;
3. Gastos promovidos pelo próprio agente para mostrar ao principal que seus atos não serão prejudiciais aos mesmos;
4. Perdas residuais decorrentes da diminuição da riqueza do principal por eventuais divergências entre as decisões do agente e as decisões que iriam maximizar a riqueza do principal.

As perdas residuais consistem na redução dos benefícios para o principal em consequência da divergência de interesses entre o principal e o agente, mesmo após a implementação de um sistema de monitoramento e o esforço da ligação entre as partes, citando como exemplo decisões tomadas pelo agente que não maximizem a riqueza do principal. Jensen e Meckling (1975) asseveram que os custos de agência decorrem de situações diversas em que exista um esforço cooperativo entre partes, mesmo se a relação entre o principal e o agente não estiver nitidamente clara.

De acordo com Coase (1937) e Fama e Jensen (1983) o problema de agência é essencialmente elementar na denominada “visão contratual da firma”. Nesta esfera, os contratos celebrados entre o principal e o agente devem ser direcionados às decisões e gestão de recursos da firma. Contudo, em função da possibilidade de ocorrência de circunstâncias imprevistas, nem todos os contratos, de configuração implícita ou explícita, podem ser, em sua totalidade, cumpridos (Jensen, 1993). A teoria sugere que a melhor opção é projetar contratos que alinhem os interesses dos gestores e dos proprietários (Rhoades; Rechner; Sundaramurthy, 2000).

De acordo com Eisenhardt (1989), a estrutura da agência preconiza a replicação nas mais diversas configurações, compreendendo desde o nível macro até o micro, como políticas regulatórias até questões relativas ao interesse particular/próprio. A autora ainda afirma que a teoria da agência é muito recorrente na explicação de fenômenos organizacionais. Eisenhardt (1989) propicia uma visão geral da teoria, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Visão geral da teoria da agência

Ideia chave	Relacionamento entre o principal e o agente deve refletir a eficiência da organização e da informação e os custos que implicam riscos.
Unidade de análise	Contrato entre o principal e o agente.
Suposições humanas	Interesse pessoal; Racionalidade limitada; Aversão ao risco.
Suposições da organização	Conflito de metas entre as partes; Eficiência como critério de eficácia; Assimetria de informação entre o principal e o agente.
Suposição de informação	Informações como uma mercadoria comprável.
Problemas de contrato	Agência (risco moral e seleção adversa); Compartilhamento de riscos.
Domínio do problema	Relacionamentos em que o principal e o agente têm, em parte, diferentes objetivos e preferências de risco (por exemplo, a compensação, a regulação, a liderança, a gestão de impressão, a denúncia, a integração vertical e preços de transferência).

Fonte: Eisenhardt (1989)

De acordo com os seus próprios precursores, Jensen e Meckling (1976), a teoria da agência possibilita o desenvolvimento de duas correntes: (i) positivista e (ii) principal-agente. A vertente positivista evidencia os mecanismos de governança principalmente em corporações, consubstanciando estudos atinentes à remuneração dos executivos e na estrutura de governança. A linha positivista pode ser expandida para vários tipos de relacionamentos entre agentes e principais, a partir de uma tendência mais empírica (Bendickson *et al.*, 2016). A vertente principal-agente inclina-se para as relações técnicas e matemáticas, não empírica, que detalha as especificidades do contrato entre as partes, determinando o contrato ótimo (Eisenhardt, 1989).

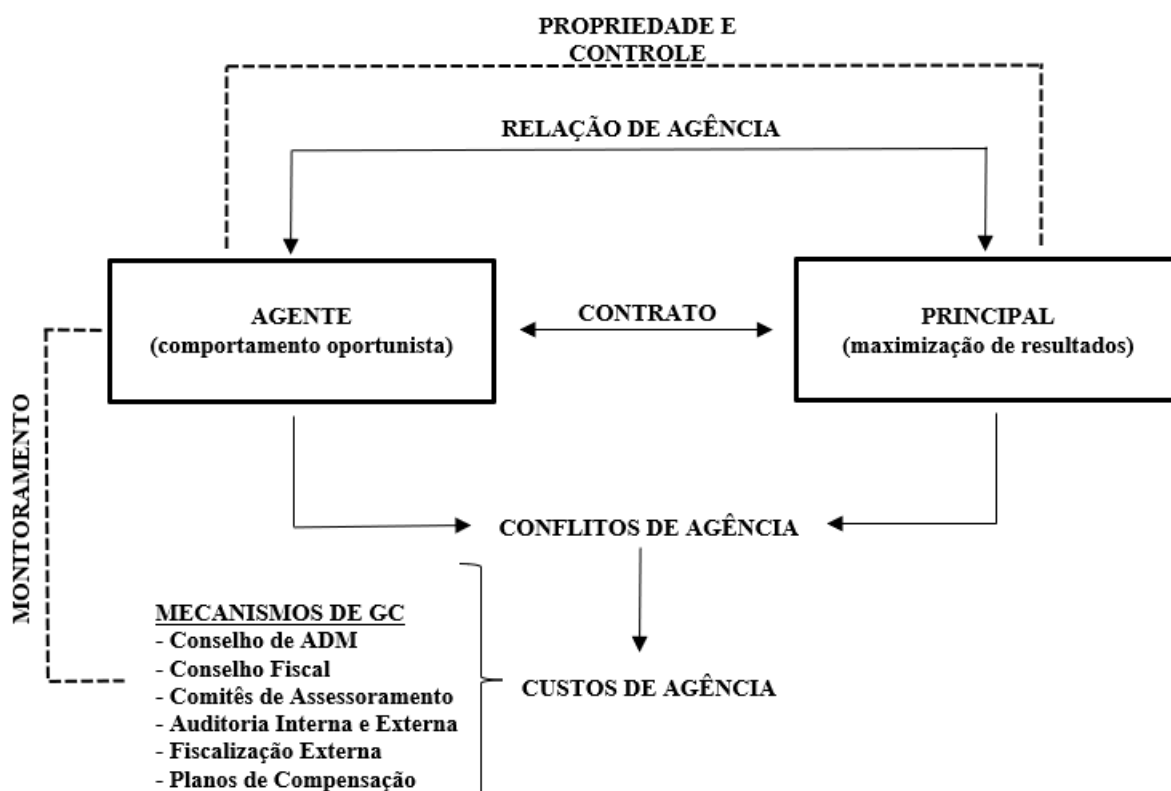
Saito e Silveira (2008) sintetizam a obra de Jensen e Meckling (1976) em três essenciais contribuições: a) a elaboração de uma teoria de estrutura de propriedade organizacional fundamentada em conflitos que não podem ser evitados, oriundos dos interesses individuais e

com predições passivamente testáveis sob o aspecto empírico; b) Novas denominações conceituais acerca dos custos de agência, evidenciando a relação presente no âmbito organizacional com a separação entre propriedade e controle; e c) criação de uma novidade conceitual da firma como uma simples ficção legal que amolda-se como um ponto de ligação para um conjunto de relações contratuais entre as partes.

Logo, os estudos de Jensen e Meckling (1976), Eisenhardt (1989), Coase (1937) e Fama e Jensen (1983), considerados os principais estudiosos precursores da teoria da firma, os quais consubstanciaram o referencial teórico deste estudo, permitiram construir uma estrutura teórica com os principais constructos e suas respectivas inter-relações, viabilizando sua replicação para o modelo de pesquisa, cuja intenção é trazer novas evidências empíricas à teoria em epígrafe.

A representação do agente e do principal e sua respectiva relação de agência é o cerne da teoria. A Figura 1 retrata, em um formato objetivo, a estrutura teórica utilizada, inclusive para o processo de coleta de dados a partir da revisão de literatura, como a principal proposta do presente estudo:

Figura 1 – Teoria da Agência



Fonte: adaptado da revisão de literatura de Jensen e Meckling (1976), Eisenhardt (1989), Coase (1937) e Fama e Jensen (1983).

Seus críticos a chamam de trivial, desumanizada, e até mesmo “perigosa” (Perrow, 1986, p. 235), enquanto Jensen (1983, p. 324) reconhece que a teoria da agência é frequentemente acusada de ser tautológica e excessivamente técnica, com estilo matemático que obscurece sua aplicabilidade empírica. Não obstante, a teoria da agência tem sido bem-sucedida para explicar estruturas de governança corporativa em ambientes com características comuns. Tal assertiva é respaldada no fato de que a referida teoria tem um profundo efeito na comunidade acadêmica e nas práticas de gestão (Bendickson *et al.*, 2016; De Jong; Van Der Poel; Wolfswinkel, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou os fundamentos e aplicações da Teoria da Agência, destacando sua relevância na governança corporativa e nas relações contratuais entre principais e agentes. O conceito de assimetria informacional e os custos de agência foram tratados como elementos centrais na compreensão dos desafios enfrentados por empresas na busca pelo alinhamento de interesses e pela maximização da eficiência organizacional.

A análise demonstrou que, sem mecanismos eficazes de monitoramento e incentivo, os agentes tendem a adotar comportamentos oportunistas, comprometendo a transparência e a integridade das decisões empresariais. A literatura revisitada, incluindo os clássicos estudos de Jensen e Meckling (1976), Fama e Jensen (1983) e Eisenhardt (1989), reforça a necessidade de estratégias contratuais e de governança que minimizem perdas residuais e aprimorem a estrutura de controle nas corporações.

Mesmo que submetida às críticas de pesquisadores organizacionais, subsistindo a intitulações como minimalista (Perrow, 1986) e por microeconomistas como tautológica e com falta de rigor (Jensen, 1983), a teoria da agência é seguramente referenciada como teoria dominante para pesquisas atinentes à governança corporativa. Tal teoria não apenas antecede outras teorias influentes, incluindo a dependência de recursos, a visão baseada em recursos e teoria institucional, como assegura sua perenidade no âmbito acadêmico ao longo dos seus mais de 90 anos, reconhecida como teoria dominante.

Dessa forma, este estudo contribui ao ampliar o debate sobre boas práticas de governança, reforçando a importância do equilíbrio entre os interesses dos acionistas e da administração das

empresas. Para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar a análise sob a vertente empírica, principalmente em entidades de configurações complexas, além da verificação das implicações da teoria em contextos digitais e ESG, explorando novos mecanismos de governança que possam otimizar a relação entre agentes e principais.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, R. V.; FILATOTCHEV, I.; GOSPEL, H.; JACKSON, G. An organizational approach to comparative corporate governance: Costs, contingencies, and complementarities. **Organization science**, v. 19, n. 3, p. 475-492, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENDICKSON, J., MULDOON, J., LIGUORI, E. W., Davis, P. E. Agency theory: background and epistemology. **Journal of Management History**, v. 22, n. 4, p. 437-449, 2016.

BERLE, A; MEANS, G. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan, 1932.

BOOTH, P., SCHULZ, A. K.-D. The Impact of an ethical environment on managers' project evaluation judgments under agency problem conditions. **Accounting, Organizations and Society**, 29, 473-488, 2004.

BURNHAM, J. The Managerial Revolution: What is Happening in the World, **John Day Company Inc.**, New York, NY, 1941.

COASE, Ronald H. **The Nature of the Firm**. **Economica**, Londres, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

DE JONG, A.; VAN DER POEL, M.; WOLFSWINKEL, M. The changing relation between CEOs and shareholders: A case study on Royal Philips NV, 1971-2001. **Journal of Management History**, v. 23, n. 4, p. 375-400, 2017.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: An assessment and review. **Academy of management review**, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

FAMA, E. Agency problems and the theory of the firm. **Journal of political economy**, v. 88, n. 2, p. 288-307, 1980.

FAMA, E; JENSEN, M. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, v. 26, p.301-327, June, 1983.

JENSEN, M. C. The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems. **Journal of Finance**, 48 (3), pp. 831-880, 1993.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W.H., Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure, **Journal of Financial Economics**, Vol. 3 No. 4, pp. 305-360, 1976.

MACHO-STADLER, I.; PÉREZ- CASTRILLO, J.D. **Na introduction to the economics of information**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MILLER, G.J., WHITFORD, A.B., The principal's moral hazard: constraints on the use of incentives in hierarchy, **Journal of Public Administration Research and Theory**, Vol. 17 No. 2, pp. 213-233, 2007.

PARKER, D. W., DRESSEL, U., CHEVERS, D., ZEPPESELLA, L. Agency theory perspective on public-private-partnerships: international development project. **International Journal of Productivity and Performance Management**, 239-259, 2018.

PERROW, C. **Complex organizations**. New York: Random House, 1986.

RHOADES, D. L.; RECHNER, P. L.; SUNDARAMURTHY, C. Board composition and financial performance: A meta-analysis of the influence of outside directors. **Journal of Managerial issues**, p. 76-91, 2000.

ROSS, S.A. The economic theory of agency: the principal's problem, **The American Economic Review**, Vol. 63 No. 2, pp. 134-139, 1973.

SAITO, R.; SILVEIRA, A. M. Governança corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 79-86, 2008.

WILLIAMSON, O.E. "Transaction Cost Economics and Organization Theory", **Journal of Industrial and Corporate Change**, 2: 107-156, 1983.

WILSON, R. **On the theory of syndicates**. *Econometrica*, 36, 119-132, 1968.

XIANG, P., ZHOU, J., ZHOU, X., YE, K. Construction project risk management based on the view of asymmetric information, *Journal of Construction*. **Engineering Management**, Vol. 138 n°. 11, pp.1303–1311, 2012.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

O E-COMMERCE COMO UM ALIADO NAS VENDAS DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Leonardo Hideaki Miyashiro¹ – Faculdade UMFG

Geser Rodrigo Temoteo² – Faculdade UMFG

Nágila Giovanna Silva Vilela Gonçalves³ – UNESPAR Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 01 Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

RESUMO

O fluxo econômico por meio do e-commerce iniciou-se na metade da década de 1990. Desde o início dessas atividades, as empresas que adotaram tais processos visavam vantagem competitiva, e com passar dos anos esse meio de fluxo econômico vem sendo cada vez mais necessário. Isso porque com o avanço da tecnologia que agrega mais praticidade e aumento na disseminação de informações, as empresas estão buscando novas alternativas para alcançar mais clientes. Nesta perspectiva, atualmente são vendidos não apenas produtos, mas também serviços. Durante a pandemia do Covid-19, foi percebido um grande avanço no e-commerce devido às exigências sanitárias. Posto isto, o objetivo deste trabalho é analisar a importância das vendas on-line para empresas de pequeno porte da cidade de Cianorte – PR. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é quantitativa e descritiva, e utilizou do questionário como técnica de coleta de dados. Foram entregues 35 questionários, presencialmente, aos representantes de empresas de pequeno porte da cidade de Cianorte, porém quatro estavam incompletos ou preenchidos incorretamente. A partir dos dados obtidos de 31 empresas, foi possível analisar que em aproximadamente 32% das empresas pesquisadas, o e-commerce possui uma representatividade de faturamento acima de 40%. Os resultados da amostra estudada permitiram concluir que o e-commerce possui relevância para essas empresas no que tange à visibilidade de marca e oportunidade de faturamento.

Palavras-chave: E-commerce. Tecnologia. Vantagem Competitiva. Gestão. Micro e Pequenas Empresas.

RESUMEN

El flujo económico a través del comercio electrónico comenzó a mediados de la década de 1990. Desde el inicio de estas actividades, las empresas que adoptaron estos procesos buscaron obtener ventajas competitivas, y con el paso de los años, este medio de flujo económico se ha vuelto cada vez más necesario. Esto se debe a que, con el avance de la tecnología, que aporta mayor practicidad y mayor difusión de información, las empresas buscan nuevas alternativas para llegar a más clientes. En esta perspectiva, actualmente se venden no solo productos, sino también servicios. Durante la pandemia de Covid-19, se observó un gran avance en el comercio electrónico debido a las exigencias sanitarias. Dicho esto, el objetivo de este trabajo es analizar la importancia de las ventas en línea para los pequeños negocios de la ciudad de Cianorte – PR. En cuanto a los procedimientos metodológicos, la investigación es cuantitativa y descriptiva, y

¹ - Bacharel em Administração – e-mail: leonardo_hideaki@hotmail.com

² - Bacharel em Administração – e-mail: geser_cia@hotmail.com

³ - Doutora em Administração – e-mail: nagila.goncales@unespar.edu.br

utilizó el cuestionario como técnica de recolección de datos. Se entregaron personalmente treinta y cinco cuestionarios a representantes de pequeñas empresas de la ciudad de Cianorte, pero cuatro estaban incompletos o se completaron incorrectamente. Con base en los datos obtenidos de 31 empresas, se pudo analizar que, en aproximadamente 32% de las empresas encuestadas, el comercio electrónico representa más del 40 % de los ingresos. Los resultados de la muestra estudiada permitieron concluir que el comercio electrónico es relevante para estas empresas en términos de visibilidad de marca y oportunidades de ingresos.

Palabras clave: Comercio electrónico. Tecnología. Ventaja competitiva. Gestión. Micro y pequeñas empresas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil, assim como os demais países do mundo, vivenciou, entre 2020 e 2023, uma situação atípica decorrente da pandemia do Covid-19, que impôs diversas mudanças nos hábitos das sociedades. A pandemia trouxe consigo a necessidade de tomadas de decisões e adoção urgentes de estratégias para preservar vidas e conter a propagação do vírus. Cientistas, estudiosos e autoridades do mundo inteiro passaram a recomendar o isolamento e distanciamento social como a maneira mais eficaz para conter o avanço do Sars-Cov.

Esse novo contexto, de acordo com Almeida, Froemming e Ceretta (2020), imposto pela crise sanitária, gerou muitos reflexos no mercado de consumo, bem como na atuação das empresas, que precisaram se reinventar e inovar, a fim de atender às novas demandas de atendimento aos consumidores e não serem sucumbidas pela crise.

Os hábitos de consumo passaram a ser a distância e as empresas precisaram adotar novas estratégias para se adaptarem à realidade do atendimento remoto. Diante disso, o que antes era apenas uma opção passou a ser utilizado com mais frequência, tanto para compras, como para fornecimento de serviços. Segundo Silva *et al.* (2021), verifica-se que a pandemia foi um acelerador de “futuros”, pois a crise sanitária antecipou estratégias no mercado e na sociedade, a exemplo do trabalho remoto, da educação a distância, da necessidade de privilégio da sustentabilidade e da adoção de estratégias de marketing digital para fomentar o e-commerce.

Entender o comportamento de consumo é essencial no reconhecimento do porquê e como os indivíduos tomam suas decisões de compra, a fim de que as empresas possam elaborar melhores estratégias de marketing para conquistar e satisfazer consumidores (Solomon, 2002).

Durante o período do isolamento social, novos hábitos e formas de consumo foram criados e adaptados à nova realidade. De acordo com Silva (2021), o e-commerce passou a ser

uma ferramenta essencial para que as empresas se mantivessem ativas e fizessem com que seus produtos chegassem ao consumidor final.

O objeto de estudo desta pesquisa abrange um e-commerce específico: as empresas de pequeno porte, especialmente as micro e pequenas empresas (MPEs). As MPEs representam 26,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o conjunto de produtos, serviços e riquezas produzidas no país (SEBRAE, 2024). Em junho de 2024, as MPEs geraram seis de cada dez empregos (Nascimento, 2024). Posto isto, o objetivo deste estudo é analisar a importância das vendas online para micro e pequenas empresas da cidade de Cianorte – PR.

De acordo com o site E-Commerce Brasil (Kina, 2024), o e-commerce brasileiro registrou um faturamento de R\$ 204,3 bilhões em 2024, um crescimento de 10,5% comparado ao ano anterior. O ticket médio foi de R\$492,40 e o número de compradores online somou 91,3 milhões (Kina, 2024). Por isso, se engana quem acredita que os pequenos varejistas devem ter seus negócios restritos a uma loja física. Empresas de menor porte podem e devem contar também com um e-commerce para garantir o sucesso de seus negócios. Neste ponto, destaca-se a justificativa prática deste trabalho, no sentido de compreender a relevância do e-commerce para negócios menores. Por fim, Sousa, Klein e Voese (2022, p. 368) apresentam a relevância de, por meio de estudos, “[...] verificar como as MPEs se adaptam às dinâmicas institucionais e às mudanças decorrentes da implantação do e-commerce em seu campo organizacional”, o que se apresenta como justificativa teórica desta pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

E-commerce

O ponto inicial do e-commerce foi a partir da evolução da internet, somado a projeções de grandes corporações que visavam expandir seus negócios por meio da realização de transações comerciais de forma eletrônica (Turchi, 2019). Segundo Kotler (2000), o termo e-commerce significa ter uma ampla variedade de transações eletrônicas, tais como o envio de pedidos de compra para fornecedores via troca eletrônica de dados (EDI).

O comércio eletrônico é a realização de toda a cadeia de valor dos processos de negócio em um ambiente eletrônico, por meio da aplicação intensa das tecnologias de comunicação e de informação, atendendo aos objetivos de negócio (Albertin, 2000). Segundo Turchi (2019), o e-

commerce não é um mero segmento de mercado, mas engloba diversas modalidades, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Modalidades do e-commerce

Modalidade	Definição
<i>B2C – Business to Consumer</i>	Se refere à venda de uma empresa para um consumidor. Identifica-se esta modalidade sendo praticada em sites de varejos e <i>shoppings</i> virtuais.
<i>B2B – Business to Business</i>	Abrange os fluxos comercial das empresas, no que tange a compra e venda de produto e serviços entre empresas. É identificado, por exemplo, em indústrias vendendo para o atacado, e o atacado vendendo para as lojas de varejo.
<i>B2G – Business to Government</i>	Engloba o fluxo comercial eletrônico entre empresas privadas e instituições governamentais.
<i>B2I – Business to Institutions</i>	Fluxo comercial eletrônico entre empresas e instituições.
<i>B2E – Business to Employee</i>	E-commerce de produtos e serviços de empresas destinado a seus funcionários.
<i>C2C – Consumer to Consumer</i>	E-commerce entre consumidores, compra e venda realizada de forma direta. Atualmente este segmento possui várias plataformas on-line apropriadas, sites como o Mercado Livre, OLX, Enjoei, WebMotors, entre outros.
<i>O2O – On-line to off-line</i>	Segmento baseado na compra de produtos e serviços realizada <i>on-line</i> para o uso <i>off-line</i> . Esse mercado em constante crescimento e inclui, como exemplo, o iFood, Uber e Airbnb.

Fonte: Turchi (2019).

A conceituação do e-commerce não remonta apenas aos tempos modernos do século XXI. Anos antes do período Web 2.0, as corporações investiram na nova modalidade de negócio devido a grandes referências no mercado dos Estados Unidos. Um exemplo é a Amazon, que sempre concentrou suas atividades voltadas para o e-commerce e hoje é a maior referência no mercado (Turchi, 2019). Porém, em meados dos anos 2000, houve o ocorrido da queda de Nasdaq (*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*). Consequentemente, a grande massa de corporações que investiu no negócio da web regrediu drasticamente. Esse fato ocorreu em razão do alto fluxo de investimentos envolvidos em empresas que aplicaram esforços de forma prematura na nova modalidade de negócio da época (Turchi, 2019). Após ocorrido da crise de Nasdaq, muitas empresas permaneceram existindo, porém com dificuldades financeiras, levando, mais tarde, ao encerramento de suas atividades (Turchi, 2019).

O e-commerce nas empresas de pequeno porte

O porte da empresa é importante, pois ajuda a definir o tipo de categoria que ela será enquadrada. No caso de empresas de pequeno porte, é fundamental destacar as principais: Microempreendedor Individual (MEI), a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP). O MEI não pode contratar mais de um funcionário e sua receita bruta no ano-calendário anterior deve ser de até R\$81.000,00. A Microempresa pode ter até nove empregados se for do segmento de comércio/serviço e até 19 caso seja empresa. A receita bruta a cada ano-calendário deve ser igual ou inferior a R\$360.000,00. A EPP de comércio/serviço pode contratar de 10 a 49 empregados e na indústria de 20 a 99 empregados e sua receita-bruta, em cada ano-calendário, deve ser superior a R\$360.000,01 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (SEBRAE, 2023).

Além dos casos de sucesso de grandes empresas que atuam no e-commerce, como por exemplo a Amazon, Submarino, Americanas.com, e o grupo Magazine Luiza (buscando atender a vários nichos de mercado, desde calçados até artigos de informática), as pequenas e médias empresas também começaram a adotar o e-commerce. Essas empresas têm buscado expandir suas vendas, a visibilidade e alcance da marca, aumentando assim as suas receitas (Turchi, 2019).

Ao observar o panorama geral do mercado, mudanças como, por exemplo, a primeira onda de 2020 da pandemia do Covid-19 e a segunda onda de 2021 causaram impactos nos hábitos de venda e consumo. Tanto os consumidores como as empresas, tiveram que se adaptar, mudar suas atividades e inserir novos panoramas que, conseqüentemente, impactaram positivamente o mercado online (Turchi, 2019).

Mediante ao avanço contínuo da tecnologia, maior disponibilidade de acesso à internet e a popularização dos *smartphones*, o Brasil se tornou referência para outros países como um ambiente favorável para a propagação de mídias sociais (SEBRAE, 2022b). Segundo informações do relatório da Datareportal (2022), no início do ano 2022, no Brasil havia cerca de 165,3 milhões de internautas, e a conexão móvel estava em cerca de 224,9 milhões de *smartphones*.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2022a), a vantagem da loja virtual diante do marketplace é que todo o faturamento fica na empresa, não havendo necessidade de pagamento de comissões para hospedagem dos produtos. Mas é necessário garantir que o website seja claro, de fácil navegação e ofereça ao cliente a maior variedade possível de meios de pagamento (cartão de crédito ou débito, boleto, pix etc.). Sem

esquecer os cuidados com o gerenciamento de informações do cliente, por força da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (BRASIL, 2018).

Mesmo com a queda nas medidas restritivas adotadas pelos governos estaduais e municipais, o número de microempreendedores individuais (MEI) e de micro e pequenas empresas que comercializam seus produtos pela internet continua apresentando incremento (Fernandes, 2022). De acordo com a 13ª Pesquisa de Impacto da Pandemia do Coronavírus nos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV PROJETOS, 2022), observa-se que os microempreendedores individuais (MEI) também são mais atuantes no e-commerce, com 76% deles vendendo pela internet contra 72% dos donos de micro e pequenas empresas.

Apresentadas as considerações sobre o e-commerce nas micro e pequenas empresas, o tópico seguinte apresenta os procedimentos metodológicos norteadores desta pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pode ser classificada como aplicada, de caráter quantitativo e descritivo. Segundo Creswell e Creswell (2020, p. 18):

Os métodos quantitativos envolvem o processo de coleta, análise, interpretação e escrita dos resultados de um estudo. Existem métodos específicos, tanto no levantamento quanto na pesquisa experimental, que se relacionam à identificação de uma amostra e de uma população, à especificação da estratégia da investigação, à coleta e análise dos dados, à apresentação dos resultados, à realização de uma interpretação e à escrita da pesquisa de uma maneira consistente com um levantamento ou estudo experimental.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 1999). A técnica de coleta de dados utilizada foi o questionário. O questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões em que o próprio informante preenche. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados (Cervo; Bervian, 2002). O questionário foi desenvolvido pelos próprios pesquisadores e composto por 21 questões (Apêndice A). As perguntas procuraram identificar as experiências e os comportamentos das MPEs em relação às vendas no e-commerce.

Foram entregues, presencialmente, 35 questionários aos representantes de empresas de pequeno porte de diferentes segmentos localizadas no município de Cianorte. Todos foram devolvidos, mas quatro estavam incompletos ou preenchidos de forma errada. Portanto, a análise se deu a partir dos 31 questionários preenchidos corretamente.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, expostos em gráficos e discutidos com vistas a atingir o objetivo do trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (1996), o objetivo da estatística descritiva é representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 1 representa o enquadramento das empresas pesquisadas. Pode ser observado que a maioria das empresas (45,2%) se enquadra como Microempresa (ME). Empresas com enquadramento no regime Empresa de pequeno porte (EPP) correspondem a 41,9% e com regime microempreendedor individual (MEI) soma 12,9%.

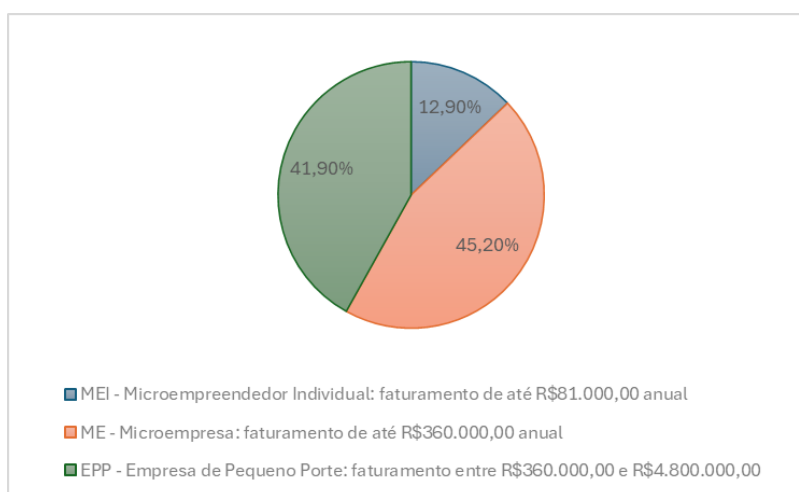


Gráfico 1: Enquadramento das empresas pesquisadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com Fernandes (2022), observa-se que os microempreendedores individuais (MEI) são mais atuantes no e-commerce, com 76% deles vendendo pela internet contra 72% dos donos de micro e pequenas empresas. Os resultados desta pesquisa mostram o contrário, o que

pode estar associado ao fato de esta ser uma pesquisa local e haver maior dificuldade em atingir os microempreendedores individuais.

Entre as empresas pesquisadas, foi observado que as principais motivações para estar presente no mercado on-line são a visibilidade da marca e a oportunidade de faturamento. Essas duas opções de respostas tiveram o mesmo resultado: 67,7% (Gráfico 2). A obtenção de alguma vantagem competitiva sobre os concorrentes corresponde a 35,5%.

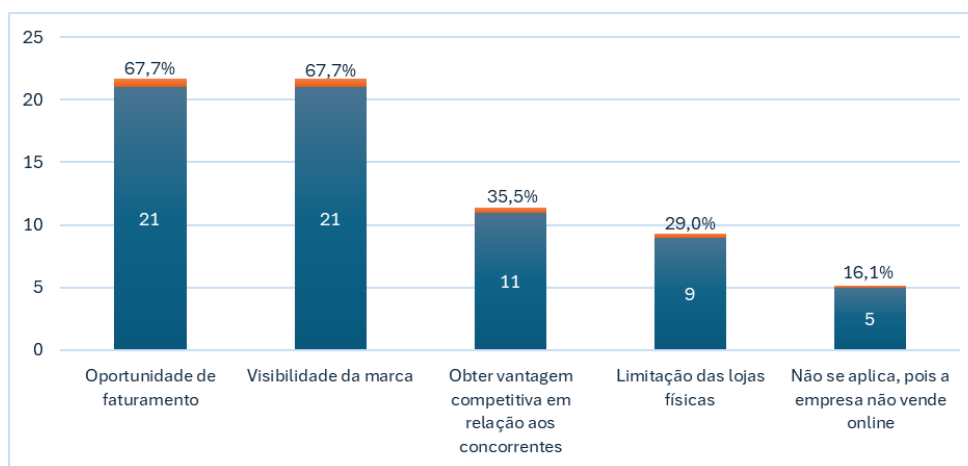


Gráfico 2: Principais motivos da integração no on-line

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Gráfico 3 apresenta a maior dificuldade encontrada pelos entrevistados no processo das vendas on-line. A alta concorrência foi citada por 61,36% das empresas. A baixa visibilidade aparece como a segunda maior dificuldade, mencionada por 41,9% das empresas, tornando a exposição da empresa no on-line um agravante no processo na venda.

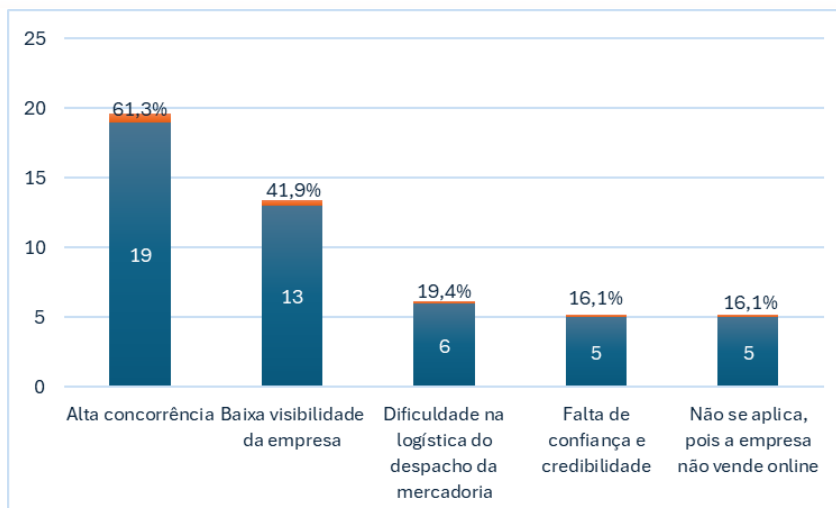


Gráfico 3: Maiores dificuldades identificadas na venda online

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Gráfico 4 apresenta a representatividade das vendas on-line no faturamento das empresas pesquisadas. Através dos dados obtidos observa-se que para 32,3% das empresas essa representatividade é de 21 a 40%. Já em 19,4% das empresas pesquisadas o faturamento on-line corresponde de 41 a 60% do faturamento total da empresa.

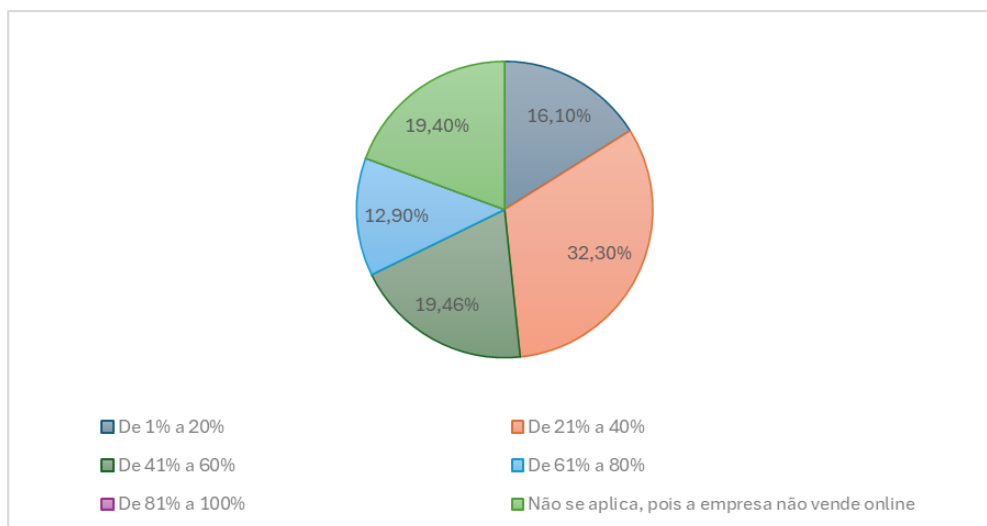


Gráfico 4: Representatividade das vendas on-line no faturamento da empresa

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os resultados do Gráfico 4 são coerentes com o faturamento geral de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. De acordo com pesquisa realizada pelo Sebrae, aproximadamente 40% do faturamento dos pequenos negócios advém do e-commerce (Kina, 2024).

O Gráfico 5 apresenta os principais canais de divulgação utilizados pelas empresas pesquisadas. É possível observar que o Whatsapp e o Instagram têm a mesma representatividade (83,9%) nas empresas pesquisadas no quesito de divulgação de produtos.

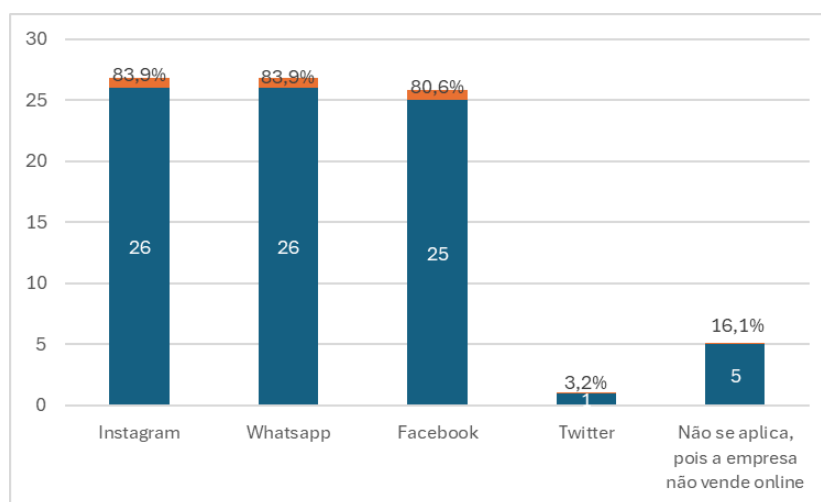


Gráfico 5: Canais de divulgação on-line utilizados para a divulgação de produtos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Mediante ao avanço contínuo da tecnologia, maior disponibilidade de acesso à internet e a popularização dos *smartphones*, o Brasil se tornou referência para outros países como um ambiente favorável para a propagação de mídias sociais (SEBRAE, 2022b). Esses dados vêm de encontro aos dados obtidos na pesquisa realizada na cidade de Cianorte, que aponta que as mídias digitais utilizadas em *smartphones* são de grande representatividade para as empresas.

Em relação à forma de captação de futuros clientes, foi observado entre as empresas pesquisadas que 53,3% utilizam tráfego orgânico para atrair possíveis clientes ou fazer apresentação de seus produtos. No que tange à visibilidade de marca e oportunidade de faturamento, as vendas on-line apresentam uma grande importância para as empresas que foram

pesquisas, sendo que em algumas dessas empresas o e-commerce corresponde a até 80% do faturamento total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa revelam que o e-commerce tem se tornado um grande aliado para as empresas de pequeno porte, agregando uma possibilidade de crescimento econômico, expandindo sua área de atuação pela possibilidade de levar os produtos a mais clientes além do alcance da loja física.

As empresas estão cada vez mais incluindo o e-commerce em suas atividades, visando maior faturamento e visibilidade da marca. Isso tem sido possibilitado pelo avanço da tecnologia e a facilidade de acesso à internet. Dessa forma, tanto os consumidores como também as organizações estão se adaptando para melhor usufruir dessas ferramentas.

O e-commerce é uma tendência que se iniciou nos anos 1990 e que vem se intensificando com o avanço da tecnologia. Cada dia mais se faz presente no dia-dia dos consumidores, tornando um facilitador para a decisão de compra. Novos empreendedores e gestores buscaram – em alguns casos em razão da pandemia de Covid-19 – utilizar o e-commerce como ferramenta motriz visando oportunidade de mercado, podendo expor seus produtos ou serviços sem a limitação e custos de um arranjo físico.

A partir do estudo realizado, foi possível analisar a importância das vendas on-line para empresas de pequeno porte da cidade de Cianorte – PR. No entanto, as informações foram captadas apenas de empresas com localizações comerciais fixas, o que indica uma limitação deste estudo. No decorrer da coleta de dados foi constatada a dificuldade na aplicação da pesquisa para os microempreendedores individuais, porque muitos deles não possuem local fixo de trabalho. Outra limitação a se destacar diz respeito ao fato de algumas questões terem sido deixadas em branco. Assim, quatro questionários tiveram que ser descartados porque estavam incompletos.

Para novas pesquisas, é possível buscar informações sobre a importância dos pequenos negócios na economia local, especificamente na região de Cianorte. Podem ser realizadas ainda pesquisas qualitativas por meio de entrevistas com gestores de pequenos negócios para compreender com maior profundidade a importância do e-commerce para o faturamento da

empresa. Por fim, estudos futuros podem buscar entender em qual área/segmento o e-commerce parece ter maior destaque nas empresas de Cianorte e região.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. L. **Comercio eletrônico**: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ALMEIDA, M. R. C.; FROEMMING, L. M. S.; CERETTA, S. B. N. **Comportamento de consumo em meio a pandemia da covid-19**. 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/18481>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 18 out. 2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice, 2002.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Grupo A Educação S.A., 2020.

DATAREPORTAL. **Digital 2022 – Brasil**. 2022 Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 12 out. 2022.

FERNANDES, D. Aumenta número de empresas que atuam com comércio eletrônico. 25 nov. 2021, **E-commerce Brasil**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/aumenta-numero-empresas-comercio-eletronico>. Acesso em: 20 maio 2025.

FGV PROJETOS. **O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios** – 13ª edição. 2021. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/impacto-coronavirus-13aedicao_diretoria-v7.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KINA, L. E-commerce fatura R\$ 204,3 bilhões no Brasil em 2024. 13 jan. 2025, **E-commerce Brasil**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-resultados-2024-brasil-abcomm>. Acesso em: 20 maio 2025.

KINA, L. E-commerce representa mais de 40% do faturamento de pequenos negócios, aponta Sebrae. 3 jan. 2024. **E-commerce Brasil**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/e-commerce-faturamento-pequenos-negocios-sebrae>. Acesso em: 20 maio 2025.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NASCIMENTO, L. Micro e pequenas empresas geram seis de cada dez empregos em junho. 01 ago., 2024. **Agência Brasil**. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-08/micro-e-pequenas-empresas-geram-seis-de-cada-dez-empregos-em-junho>. Acesso em: 20 maio 2025.

SEBRAE. **E-commerce**: ferramenta a seu alcance para ampliar as vendas. 2022a. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/e-commerce-ferramenta-a-seu-alcance-para-ampliar-as-vendas,f3163f66e5c12810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 20 maio 2025.

SEBRAE. **MPEs: Pilares Econômicos do PIB Brasileiro**. 2024. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/impulsiona/mpes-pilares-economicos-do-pib-brasileiro/#:~:text=MPEs%20representam%2026%2C5%25%20do,como%20com%C3%A9rcio%20constru%C3%A7%C3%A3o%20e%20servi%C3%A7os>. Acesso em: 20 maio 2025.

SEBRAE. **Qual a receita bruta e o número de empregados para MEI, ME e EPP?** 2023. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/numero-de-empregados-receita-bruta-para-mei-me-epp>. Acesso em: 20 maio 2025.

SEBRAE. **Uso do WhatsApp favorece vendas e melhora o atendimento a clientes**. 2022b. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/uso-do-whatsapp-favorece-vendas-e-melhora-o-atendimento-a-clientes,4f42d15a9567d410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 20 maio 2025.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOUSA, H. A.; KLEIN, L.; VOESE, S. B. O Impacto das Pressões Institucionais na Adoção e Manutenção do E-Commerce em Micro e Pequenas Empresas (MPEs) Brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 24, n. 2, p. 366-382, 2022.

TURCHI, S. R. **Estratégias de marketing digital e e-commerce**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

O PAPEL DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO: ESTRUTURA, FOMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Milena da Silva Vaciliev¹ – UNESPAR
Bruno Henrique Gonçalves² – UNESPAR
Jheine Oliveira Bessa Franco³ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO 1: Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

RESUMO

O presente artigo tem como tema o papel do Estado na promoção da inovação, com foco na estrutura, no fomento e nas políticas públicas. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que forma os marcos legais da inovação, em âmbito federal e estadual (Paraná), estruturam os mecanismos de fomento, governança e articulação entre os agentes envolvidos nas políticas públicas de inovação entre 2018 e 2024? O objetivo geral é analisar como as leis de inovação, vigentes nesse período, estabelecem esses mecanismos. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada na análise documental de sete dispositivos legais — três federais e quatro estaduais. Os resultados apurados indicam que, no âmbito federal, as políticas priorizam o fortalecimento do ecossistema empresarial e a promoção de startups, com foco em parcerias público-privadas e incentivos fiscais. Já no nível estadual, especialmente no Paraná, as leis demonstram um esforço mais evidente de descentralização territorial, com destaque para a inclusão de municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Conclui-se que o Estado possui papel estratégico no estímulo à inovação, mas enfrenta desafios relacionados à avaliação de impacto e à articulação entre os agentes.

Palavras-chave: Inovação. Políticas Públicas. Estado. Fomento. Desenvolvimento Regional.

RESUMEN

El presente artículo tiene como tema el papel del Estado en la promoción de la innovación, con énfasis en la estructura, el fomento y las políticas públicas. Se parte del siguiente problema de investigación: ¿de qué forma los marcos legales de la innovación, en los ámbitos federal y estatal (Paraná), estructuran los mecanismos de fomento, gobernanza y articulación entre los agentes involucrados en las políticas públicas de innovación entre 2018 y 2024? El objetivo general es analizar cómo las leyes de innovación vigentes en dicho período establecen estos mecanismos. La metodología adoptada es de naturaleza cualitativa, con carácter exploratorio y descriptivo, basada en el análisis documental de siete dispositivos legales —tres federales y cuatro estatales. Los resultados obtenidos indican que, en el ámbito federal, las políticas priorizan el fortalecimiento del ecosistema empresarial y la promoción de startups, con énfasis en asociaciones público-privadas e incentivos fiscales. A nivel estatal, especialmente en Paraná, las leyes demuestran un esfuerzo más evidente de descentralización territorial, destacándose la inclusión de municipios con menor Índice de Desarrollo Humano (IDH). Se concluye que el Estado desempeña un papel estratégico en el estímulo a la innovación, pero enfrenta desafíos relacionados con la evaluación de impacto e la articulación entre los agentes.

Palabras clave: Innovación. Políticas Públicas. Estado. Fomento. Desarrollo Regional.

¹ - Graduanda do curso de Administração da UNESPAR - Campo Mourão – e-mail: milenavaciliev@gmail.com

² - Graduando do curso de Administração da UNESPAR - Campo Mourão – e-mail: brunopj97@gmail.com

³ - Doutora em Administração - e-mail: jheine.franco@unespar.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inovação, enquanto fenômeno central para o desenvolvimento econômico e social, é frequentemente impulsionado pela ação estatal, que atua como indutor, regulador e articulador de políticas públicas (Schumpeter, 1961; Freeman, 1979; Mazzucato, 2014). No contexto brasileiro, especialmente no estado do Paraná, a promoção da inovação tem sido pautada por marcos legais que buscam estruturar mecanismos de fomento, governança e integração entre atores públicos, privados e acadêmicos (Panisson; Willerding; Lapolli, 2018). No entanto, a efetividade dessas políticas depende não apenas da criação de normas, mas também de sua capacidade de superar desafios como a burocracia, a descentralização de recursos e a ausência de indicadores claros de avaliação (Souza, 2002; Júnio, 2020).

Compreender os marcos legais da inovação é essencial para avaliar como o Estado organiza sua atuação no fomento à pesquisa, no estímulo à competitividade e na promoção do desenvolvimento regional. Diante disso, é necessário questionar: como essas leis estão estruturadas? Quais critérios definem quem pode acessar os recursos públicos para inovar? Elas favorecem a inclusão de territórios marginalizados ou reforçam desigualdades? A partir dessas inquietações, este artigo se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: de que forma os marcos legais da inovação, em âmbito federal e estadual (Paraná), estruturam os mecanismos de fomento, governança e articulação entre os agentes envolvidos nas políticas públicas de inovação entre 2018 e 2024? Essa questão surge da necessidade de compreender se as legislações recentes são capazes de equilibrar incentivos econômicos e eficiência institucional, especialmente em um cenário marcado pela crescente demanda por transparência e articulação estratégica (Mazzucato, 2014).

O objetivo geral é analisar como as leis de inovação em âmbito federal e estadual (Paraná), vigentes entre 2018 e 2024, estruturam os mecanismos de fomento, governança e articulação entre os agentes envolvidos. Para isso, destacam-se os seguintes objetivos específicos: I - levantar os principais dispositivos legais federais e estaduais relacionados ao fomento à inovação entre 2018 e 2024; II - examinar os critérios legais e institucionais estabelecidos para o acesso aos recursos públicos destinados à inovação, considerando os diferentes perfis de público-alvo; III - avaliar as estratégias de articulação propostas entre Estado, setor privado e instituições de pesquisa, à luz da literatura sobre inovação e governança pública.

A justificativa deste estudo reside na relevância de políticas públicas bem desenhadas para a competitividade nacional e a redução de assimetrias regionais. Conforme destacam Muran, Marini e Perondi (2016), o conhecimento e a inovação são bases para o progresso econômico, mas exigem coordenação estatal. Além disso, a lacuna identificada na literatura sobre a efetividade prática dessas leis, especialmente quanto à falta de métricas de avaliação, reforça a originalidade da pesquisa.

Quanto à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com análise documental de sete marcos legais, sendo três federais e quatro estaduais.

Este artigo está estruturado em cinco partes, além dessa introdução. A primeira corresponde à fundamentação teórica, na qual são discutidos os principais conceitos relacionados ao tema, com base em uma pesquisa bibliográfica. A segunda parte aborda os procedimentos metodológicos adotados no estudo. A terceira parte compreende o desenvolvimento, no qual são apresentadas as legislações analisadas e descrito o processo de seleção e análise dessas normas. A quarta parte refere-se aos resultados e à discussão, trazendo a interpretação dos dados obtidos a partir da análise das leis. Por fim, a quinta parte apresenta as considerações finais, com reflexões e apontamentos decorrentes da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inovação, embora frequentemente associada à criação de novidades no mercado, constitui um fenômeno complexo e multifacetado, essencial para a dinâmica econômica e social. Joseph Schumpeter, um dos autores mais influentes na área, concebe a inovação como o motor do desenvolvimento econômico, destacando seu papel nas rupturas dos ciclos de estabilidade capitalista (Schumpeter, 1961). Para ele, a inovação é um processo de “novas combinações”, no qual o produtor atua como agente transformador, introduzindo novos bens, métodos de produção, mercados, fontes de matéria-prima ou organizações industriais (Schumpeter, 1997). Essa perspectiva se alinha ao conceito de “destruição criadora”, que descreve o processo pelo qual a inovação revoluciona a estrutura econômica, substituindo o antigo pelo novo e gerando impactos no mercado e na concorrência (Schumpeter, 1961).

Complementando essa visão, Christopher Freeman (1979) aponta a inovação como um processo de “acoplamento”, onde ciência, tecnologia e mercado interagem continuamente. Essa abordagem enfatiza o caráter interativo e não linear da inovação, que se desenvolve por meio de

pesquisa, desenvolvimento e criatividade, necessitando de feedbacks constantes para sua concretização. Assim, a inovação transcende a mera invenção, configurando-se como a aplicação bem-sucedida de novas ideias que geram valor e transformam o cenário existente. O Manual de Oslo (1997) consolida essa perspectiva, definindo a inovação como um fenômeno sistêmico e interativo, presente em diversos setores da economia. O documento reconhece que a inovação pode se manifestar em produtos, processos, métodos organizacionais ou de marketing (OCDE, 1997), e que seu desenvolvimento não segue uma trajetória linear, podendo ser incremental ou radical.

As políticas públicas se constituem como o principal instrumento de atuação do Estado, refletindo as decisões tomadas para abordar problemas que afetam coletivamente a sociedade (Secchi, 2010). Elas emergem como respostas a demandas sociais e envolvem uma complexa interação entre atores estatais e não estatais em seus processos de formulação, implementação e avaliação (Secchi, 2010; Souza, 2002). Uma definição concisa, mas abrangente é a de Dye (1984, *apud* Souza, 2002), que as descreve como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Essa perspectiva é ampliada por Secchi (2010), que as associa à resolução de questões que impactam uma coletividade em termos quantitativos e qualitativos.

Embora a abordagem multicêntrica reconheça a participação de diversas entidades, como ONGs e redes de políticas, o Estado mantém sua posição central, detendo o controle de recursos e a capacidade de elaborar e executar políticas (Secchi, 2010). Desse modo, as políticas públicas são um mecanismo pelos quais o poder público busca intervir na realidade social e econômica, visando o bem-estar coletivo e a promoção do desenvolvimento, sendo essenciais para a governança e a gestão dos desafios contemporâneos.

Para compreender a diversidade e o impacto das políticas públicas, se tem algumas tipologias de desenvolvidas. Lowi (1972, *apud* Secchi, 2010) propôs uma classificação, dividindo-as em quatro tipos: políticas distributivas, que beneficiam grupos específicos com custos diluídos para a sociedade; políticas redistributivas, que transferem recursos entre diferentes segmentos sociais; políticas regulatórias, que estabelecem padrões de comportamento e normas; e políticas constitutivas, que definem as regras do jogo político e as estruturas institucionais.

Essa categorização auxilia na análise de como as políticas públicas são desenhadas e implementadas, e como elas afetam a dinâmica política e social. No contexto do desenvolvimento

econômico, as políticas de fomento à inovação, por exemplo, podem ser vistas como uma combinação de tipos, visando reorientar recursos para setores estratégicos e promover avanços tecnológicos. A efetividade dessas políticas depende não apenas de um bom desenho técnico, mas também da capacidade dos gestores públicos em interpretar os valores sociais e envolver a população em sua execução (Denhardt, 2012; Souza, 2002), garantindo que as ações do Estado gerem transformações reais e contribuam para o desenvolvimento inclusivo.

No Brasil, políticas públicas voltadas à inovação têm ganhado destaque como estratégias relevantes para o fortalecimento das capacidades produtivas, científicas e sociais de uma nação. Júnio (2020) destaca que o Estado exerce um papel significativo quando investe em inovação, desse modo, influenciando o desempenho das organizações e impulsionando a economia. De forma complementar, Muran, Marini e Perondi (2016) afirmam que o conhecimento, em suas diversas formas, constitui a base do progresso econômico, sendo a inovação um fenômeno complexo que demanda o envolvimento do poder público. Panisson, Willerding e Lapolli (2018) reforçam essa ideia ao apresentar o Sistema Nacional de Inovação como um conjunto de atores, cujas interações viabilizam a geração e a difusão de novas tecnologias, sendo esses atores o governo, universidade e setor produtivo.

Nesse ambiente sistêmico, o incentivo estatal não se limita à concessão de recursos, mas também inclui a criação de políticas que favorecem o surgimento de redes institucionais e o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento, como apontado por Freeman (1995, *apud* Panisson; Willerding; Lapolli, 2018).

Além de promover avanços tecnológicos, as políticas públicas de inovação também impactam as dinâmicas sociais e regionais. Para Lopes, Amaral e Caldas (2008, *apud* Muran; Marini; Perondi, 2016), a gestão pública inovadora deve considerar a diversidade das organizações locais e promover ações planejadas que articulem desenvolvimento econômico com inclusão social. Júnio (2020) argumenta que a constituição de ecossistemas de inovação fortalece a cidadania ao envolver os cidadãos na construção de soluções sociais.

Essa perspectiva é corroborada por Sen (2010), que define o desenvolvimento como a ampliação das liberdades reais que as pessoas desfrutam, destacando que políticas públicas e o papel ativo do Estado são essenciais para criar condições que ampliem as capacidades e opções disponíveis para a sociedade. Segundo o Manual de Oslo (1997), políticas eficazes devem observar as interações entre instituições e as condições regulatórias que influenciam o processo

inovador. Desse modo, ao integrar aspectos econômicos, sociais e institucionais, as políticas públicas de inovação se apresentam como ferramentas para transformar conhecimento em progresso compartilhado.

No contexto brasileiro, o estado do Paraná tem se destacado pelo desenvolvimento de legislação voltadas ao fomento à inovação, como a criação do FIME/PR pela Lei nº 19.480/2018, a Lei Estadual de Inovação - Lei nº 20.541/2021 - a regulamentação do Fundo Paraná com a Lei nº 21.354/2023 e a recente Lei nº 22.107/2024, que autoriza o repasse direto de recursos aos municípios. Essas iniciativas demonstram uma preocupação com a descentralização e a interiorização das políticas públicas. O investimento em inovação está diretamente ligado ao desenvolvimento econômico e à melhoria das práticas sociais e organizacionais (Muran; Marini; Perondi, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza básica, com abordagem qualitativa, voltada à compreensão dos dispositivos legais que estruturam as políticas públicas de fomento à inovação no Brasil, com ênfase no estado do Paraná. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar o conteúdo normativo e institucional das legislações, considerando suas diretrizes, critérios de acesso aos recursos públicos e os atores envolvidos em sua implementação. Segundo Vergara (2015), a pesquisa qualitativa é adequada quando se busca analisar fenômenos complexos em seus contextos naturais, direcionando-se à compreensão aprofundada de ações, significados e dinâmicas sociais. Esse tipo de abordagem é especialmente pertinente quando o pesquisador pretende captar interpretações, relações e sentidos atribuídos por indivíduos e grupos sociais, o que contribui para uma compreensão mais rica e contextualizada da realidade investigada.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. É descritiva na medida em que busca identificar e apresentar as características centrais das leis analisadas, especialmente no que se refere à definição dos mecanismos de fomento, à gestão dos recursos e aos perfis dos públicos beneficiários. Conforme Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, podendo também estabelecer relações entre variáveis. Destacam-se pelo uso de técnicas padronizadas de coleta de dados e são amplamente utilizadas por pesquisadores sociais voltados à atuação prática.

Já o caráter exploratório desta pesquisa se justifica pela necessidade de mapear e compreender como essas legislações estão organizadas, especialmente quanto à estrutura legal, ao alcance regional e às categorias de beneficiários.

A análise das políticas públicas foi realizada com base em um conjunto de 7 marcos legais, sendo 3 no âmbito federal, que são: Decreto nº 9.283/2018, Lei Complementar nº 182/2021 e Lei nº 13.674/2018; e quatro estaduais que são: Leis nº 19.480/2018, 20.541/2021, 21.354/2023 e 22.107/2024, todas elas relacionadas ao fomento à inovação. Esses dispositivos foram agrupados conforme o nível de abrangência, sendo federal ou estadual, e analisados segundo os seguintes critérios: tipo de instrumento, objetivo declarado, escopo geográfico, perfil dos atores beneficiados, critérios de acesso aos recursos, formas de repasse e alcance social e territorial.

Para a análise dos dados, foram empregadas duas técnicas metodológicas complementares. A análise documental permitiu interpretar os textos legais com base em fontes oficiais, observando suas determinações formais e objetivos declarados. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental consiste em um estudo crítico e organizado com base em fontes primárias, com uma análise cuidadosa das informações à luz dos objetivos da pesquisa. Por fim, a análise bibliográfica foi utilizada para fundamentar teoricamente a discussão, a partir de obras e artigos científicos voltados à temática da inovação, políticas públicas e desenvolvimento regional.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar como as leis de inovação em âmbito federal e estadual (Paraná), vigentes entre 2018 e 2024, estruturam os mecanismos de fomento, governança e articulação entre os agentes envolvidos nas políticas públicas de inovação. Para isso, o estudo teve como foco um conjunto de dispositivos legais que regulam o fomento à inovação no Brasil, buscando compreender seus critérios de acesso, a destinação dos recursos públicos, os atores envolvidos e os impactos sociais e territoriais promovidos.

Com base na metodologia, foram analisados sete marcos legais. Esses instrumentos foram agrupados conforme sua abrangência e examinados a partir de categorias previamente definidas: tipo de instrumento, objetivo declarado, abrangência geográfica, perfil dos beneficiários, critérios de acesso aos recursos, formas de repasse e alcance regional e social.

Essa abordagem permitiu uma leitura e análise comparativa entre os dispositivos, destacando pontos de convergência e especificidades normativas. No caso das legislações estaduais, buscou-se observar como o Paraná tem se adaptado às diretrizes nacionais à sua realidade local, por meio da criação de programas próprios, ampliação da rede institucional e inserção de princípios como liberdade econômica, sustentabilidade e articulação público-privada.

Na seção seguinte, são apresentados achados da análise documental, com destaque para os mecanismos legais que orientam a gestão da inovação, as estratégias de articulação institucional e os efeitos dessas normas sobre o território e os grupos sociais beneficiários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa resultou na sistematização de sete dispositivos legais relacionados ao fomento à inovação, sendo três em âmbito federal e quatro em nível estadual do Paraná, todos com vigência entre os anos de 2018 e 2024. Esses marcos legais foram analisados com base nos seguintes critérios: objetivo declarado, forma de fomento, públicos atendidos, critérios de acesso aos recursos e órgãos responsáveis pela execução.

Em nível federal, os dispositivos analisados foram: Decreto nº 9.283/2018, Lei Complementar nº 182/2021 e Lei nº 13.674/2018. Esses dispositivos demonstram prioridade na articulação entre instituições públicas e privadas. Os instrumentos normativos priorizam parcerias, estímulo às startups, incentivos fiscais ao setor de TIC e a ampliação de possibilidades para contratações e aplicação de recursos em projetos inovadores. Os critérios de acesso variam: nos dispositivos voltados ao setor público, há maior rigidez e burocracia, enquanto nas iniciativas destinadas ao setor privado há maior flexibilidade, especialmente para pequenas empresas inovadoras.

Em nível estadual, as Leis nº 19.480/2018, 20.541/2021, 21.354/2023 e 22.107/2024 evidenciam um esforço de descentralização territorial e de promoção da equidade regional. A Lei nº 19.480/2018 institui o FIME/PR como fundo de apoio às micro e pequenas empresas inovadoras; a Lei nº 20.541/2021 estrutura o marco estadual da inovação com princípios, conceitos e incentivos; a Lei nº 21.354/2023 regulamenta a distribuição dos recursos do Fundo Paraná; e a Lei nº 22.107/2024 atualiza a anterior ao permitir repasses diretos aos municípios.

O Quadro 1 resume os principais aspectos identificados nas legislações analisadas:

Quadro 1 – Leis de fomento a inovação

Lei	Tipo de Instrumento	Objetivo Declarado	Escopo Geográfico	Atores Beneficiados	Crítérios de Acesso	Forma de Repasse	Alcance Social / Territorial
Decreto nº 9.283/2018	Regulamentação federal	Regulamentar a Lei de Inovação; promover parcerias entre ICTs e empresas	Nacional	ICTs, empresas, pesquisadores	Ter política de inovação institucional e projeto de PD&I	Convênios, contratos, TEDs	Nacional; sem foco explícito em regiões vulneráveis
LC nº 182/2021 (Startups)	Lei complementar	Estimular criação de startups e facilitar contratações públicas	Nacional	Startups, investidores	Estar registrada como startup; limite de receita e tempo de atuação	Chamadas públicas, sandbox	Nacional; com potencial local via municípios
Lei nº 13.674/2018	Lei ordinária (alteração da Lei de Informática)	Incentivar investimentos em TIC e PD&I	Nacional (com foco na Amazônia Ocidental e Centro-Oeste)	Empresas de TIC, ICTs	Investir no mínimo 5% do faturamento em PD&I	Incentivos fiscais; contrapartidas	Regionalização parcial (regiões estratégicas)
Lei nº 19.480/2018	Lei estadual (PR)	Criar o FIME/PR para apoio a MPEs inovadoras	Paraná	Micro e pequenas empresas	Participar de editais; requisitos definidos em chamadas	Editais públicos	Acesso ampliado a MPEs do PR
Lei nº 20.541/2021	Marco legal estadual	Estabelecer política estadual de inovação e equidade regional	Paraná	ICTs, startups, universidades, municípios	Não detalha diretamente; depende de regulamentação	Diversas, via programas	Redução de desigualdades regionais e estímulo à inovação local
Lei nº 21.354/2023	Lei ordinária estadual	Regulamentar Fundo Paraná e sua distribuição	Paraná	Fundação Araucária, municípios, ICTs	Ter secretaria de inovação ou fundo próprio	Transferência fundo a fundo	Foco em descentralização e apoio municipal
Lei nº 22.107/2024	Atualização da Lei nº 20.541/2021	Ampliar alcance municipal e permitir repasses diretos	Paraná	Municípios, organizações locais	Crítérios semelhantes à 21.354/2023	Repasse diretos vinculados ao Fundo Paraná	Inclusão de municípios com menor IDH

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os resultados indicam que tanto a legislação federal quanto a estadual têm se movimentado para aprimorar os mecanismos de fomento à inovação, embora com estratégias distintas. Em nível federal, o foco está na dinamização do ecossistema empresarial inovador. Já no contexto estadual, há um esforço mais evidente de regionalização e inclusão social.

A análise dos marcos legais evidencia uma evolução normativa no sentido de estruturar mecanismos públicos de apoio à inovação. Em âmbito federal, o Decreto nº 9.283/2018 operacionaliza as Leis de Inovação e define regras para parcerias entre ICTs, empresas e o

Estado, estabelecendo diretrizes para uso de recursos públicos. No entanto, sua efetiva aplicação ainda enfrenta entraves burocráticos e institucionais. Como apontam Panisson, Willerding e Lapolli (2018), a eficácia das políticas de inovação depende da coordenação entre os atores e da existência de um ambiente cooperativo estruturado.

A Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups) introduziu avanços importantes, como o ambiente regulatório experimental e novos mecanismos de contratação pública. Contudo, sua aplicação demanda capacidades locais técnicas e institucionais. Segundo Júnio (2020), políticas públicas que favorecem a formação de ecossistemas de inovação também ampliam o exercício da cidadania, desde que acompanhadas de articulação e suporte entre os diversos agentes.

No caso da Lei nº 13.674/2018, que promoveu mudanças na Lei de Informática, o foco é o incentivo fiscal ao setor de TIC e a promoção de PD&I, principalmente em regiões estratégicas como Amazônia Ocidental e Centro-Oeste. Apesar disso, observa-se que os maiores benefícios acabam concentrados em empresas já estabelecidas.

Em contraste, a Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups) e a Lei nº 13.674/2018 (Lei de Informática), embora representem marcos regulatórios relevantes, não apresentam dispositivos normativos que determinem indicadores de desempenho, metas ou mecanismos de avaliação de impacto. A LC 182/2021 promove avanços como o ambiente regulatório experimental e a flexibilização de contratações públicas, mas não exige relatórios de impacto nem estabelece parâmetros para avaliar os efeitos dessas medidas sobre o ecossistema de inovação. De modo semelhante, a Lei nº 13.674/2018, ao reformular os incentivos fiscais para o setor de TIC e PD&I, omite cláusulas que assegurem o acompanhamento sistemático dos resultados obtidos. Essa lacuna fragiliza a governança pública, pois reduz a capacidade do Estado de ajustar políticas com base em evidências e de demonstrar os retornos sociais e econômicos das ações implementadas.

Em âmbito estadual, o Paraná tem demonstrado esforço em descentralizar o fomento à inovação. A Lei nº 19.480/2018 cria o FIME/PR, voltado a micro e pequenas empresas, e a Lei nº 21.354/2023 estabelece critérios para distribuição de recursos entre instituições, governos locais e fundações. Segundo Lopes, Amaral e Caldas (2008, *apud* Muran; Marini; Perondi, 2016),

a gestão pública eficaz para o desenvolvimento regional exige planejamento e articulação com os diferentes atores territoriais.

A Lei Estadual nº 20.541/2021, considerada o marco da inovação no Paraná, e sua atualização pela Lei nº 22.107/2024, ampliam a atuação municipal ao preverem repasses diretos para projetos locais. Essa estratégia alinha-se à concepção de desenvolvimento proposta por Sen (2010), ao argumentar que o desenvolvimento deve ser entendido como a expansão das liberdades reais das pessoas, e que políticas públicas eficazes são essenciais para criar condições que ampliem essas liberdades, especialmente ao considerar as desigualdades sociais e regionais que limitam as oportunidades de diferentes grupos.

Apesar dos avanços observados nas legislações analisadas, nenhuma das quatro leis estaduais prevê instrumentos normativos de acompanhamento, indicadores de desempenho ou metas de avaliação de impacto. Embora a Lei nº 22.107/2024 autorize repasses com base em critérios como “indicadores sociais”, o texto legal não define quais são esses indicadores nem estabelece mecanismos formais para avaliar os resultados obtidos pelos municípios beneficiados. A ausência de diretrizes claras para monitoramento compromete a possibilidade de mensurar a efetividade das ações públicas e de retroalimentar o ciclo de formulação de políticas com base em evidências. Souza (2002) enfatiza que a política pública é uma construção coletiva que exige governança ativa e participação social para que seus efeitos se concretizem.

Nesse contexto, o Estado deve ultrapassar o papel de mero financiador e assumir uma função coordenadora, integrando universidades, empresas e setor público. Como defendem Panisson, Willerding e Lapolli (2018), a inovação é fruto de interações contínuas em redes colaborativas. Mazzucato (2014) reforça essa ideia ao apresentar o Estado como agente empreendedor, capaz de investir em áreas negligenciadas pelo mercado e impulsionar transformações tecnológicas com foco no interesse público. Reconhecer esse papel é preciso para compreender a inovação como um processo coletivo sustentado por uma governança estratégica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste artigo evidenciam que o Estado brasileiro tem desempenhado papel ativo na promoção da inovação, sobretudo por meio da formulação de marcos legais voltados à estruturação de ecossistemas de inovação. No plano federal, destacam-se iniciativas que visam impulsionar o empreendedorismo inovador, como o apoio a startups e a

regulamentação dos ambientes promotores de inovação. No entanto, observa-se que essas políticas nem sempre consideram as desigualdades regionais, o que pode limitar seus efeitos em termos de coesão territorial e inclusão social.

No âmbito estadual, com destaque para o Paraná, os dispositivos legais analisados demonstram maior atenção à descentralização das ações de fomento à inovação, com ênfase em municípios do interior e na articulação com universidades e institutos de ciência e tecnologia. A presença de políticas específicas para as regiões menos desenvolvidas do estado aponta para um esforço de democratização do acesso aos recursos e oportunidades relacionados à inovação. Ainda assim, há desafios no que diz respeito à efetiva implementação desses marcos e à capacidade dos entes locais de operacionalizá-los de forma integrada.

Dessa forma, conclui-se que, embora haja avanços na institucionalização de políticas públicas de inovação em múltiplos níveis federativos, persiste a necessidade de fortalecimento da articulação entre os atores da tríplice hélice (Estado, universidades e setor produtivo), para garantir que os instrumentos legais se convertam, de fato, em transformações concretas. Ademais, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre os impactos dessas leis na prática, considerando dados empíricos sobre sua aplicação e resultados, especialmente nos territórios excluídos dos processos de desenvolvimento tecnológico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. **Regulamenta dispositivos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para dispor sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 fev. 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.283%2C%20DE%207,de%201990%2C%20e%20o%20art>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. **Institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador.** (Código Civil). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp182.htm>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.674, de 11 de junho de 2018. **Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13674.htm>. Acesso em: 9 jun. 2025.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012

FREEMAN, Christopher. **The Determinants Of Innovation**: market demand, technology, and the response to social problems. *Futures*, v. 11, n.3, p. 206-215, 1979. ISSN 0016-3287

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2002.

JÚNIOR, Alexandre Aloys Matte. **Inovação, políticas públicas de apoio e seus impactos sociais**: resgate teórico sobre os temas. *Ágora (St. Cruz do Sul, Online)*, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 78–93, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/14671>>. Acesso em: 9 jun. 2025. DOI: 10.17058/agora.v22i1.14671.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2014.

MURAN, C. A. B.; MARINI, M. J.; PERONDI, M.A. **Políticas públicas de fomento à inovação: uma discussão teórica acerca de possíveis resultados para o desenvolvimento regional**. Anais do 29o Congresso Internacional de Administração – ADM 2016, 13 a 16 de setembro de 2016, Natal-RN. Disponível em <<https://anteriores.admpg.com.br/2016//down.php?id=2048&q=1>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Brasília: FINEP, 1997. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PANISSON, César; WILLERDING, Inara Antunes Vieira; LAPOLLI, Édis Mafra. **Políticas públicas que subsidiam a inovação no Brasil**. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, Itajaí, v. 5, n. 2, p. 178–192, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rbts/article/view/13651>>. Acesso em: 9 jun. 2025. DOI: 10.14210/rbts.v5n2.p178-192.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. Brasília: FINEP, 1997. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PARANÁ (Estado). Lei nº 19.480, de 30 de abril de 2018. **Institui o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (Fime/PR)**. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, 2 maio 2018. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=197014&indice=1&totalRegistros=25&dt=2.6.2020.10.28.0.438>> Acesso em: 9 jun. 2025.

PARANÁ (Estado). Lei nº 20.541, de abril de 2021. **Institui a Lei Estadual de Inovação do Paraná, que incentiva a inovação, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e o fomento de novos negócios**. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, abril 2021. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=246931&indice=1&totalRegistros=1&dt=31.4.2021.16.52.7.683>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

PARANÁ (Estado). Lei nº 21.354, de 1º de janeiro de 2023. **Regulamenta o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná.** *Diário Oficial do Estado do Paraná*, jan. 2023. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=279029&indice=1&totalRegistros=1&dt=9.5.2025.16.39.2.424>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

PARANÁ (Estado). Lei nº 22.107, de 23 de agosto de 2024. **Altera a Lei nº 21.354/2023 (Fundo Paraná), destinando recursos para desenvolvimento tecnológico dos municípios paranaenses e institui outras providências.** *Diário Oficial do Estado do Paraná*, 23 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=336208&indice=1&totalRegistros=1&dt=9.5.2025.16.41.31.870>> Acesso em: 09 jun. 2025

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Tradução: Maria Sílvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas.** Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, dezembro de 2002. Disponível em: <<https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Pesquisa em Administração**, 6ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. pág.vii. ISBN 9788522499052. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499052/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

MAPEANDO O CONHECIMENTO EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÚLTIMA DÉCADA

Bruno Willian Gonçalves¹ – UNESPAR/Campo Mourão-PR
Leandro Pinto de Souza Júnior² – UNESPAR/Campo Mourão-PR
Cristiane Marques de Mello³ – UNESPAR/Campo Mourão-PR

GRUPO DE TRABALHO 1: Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução da produção científica sobre ambientes de inovação ao longo da última década (2014–2024), por meio de um estudo bibliométrico sistemático, com dados coletados na base Scopus (Elsevier). O problema de pesquisa parte da necessidade de compreender como o conceito de ambientes de inovação tem se consolidado na literatura internacional, em especial no campo das Ciências Sociais Aplicadas, considerando os impactos de eventos disruptivos e transformações tecnológicas no comportamento da produção acadêmica. A hipótese central é a de que a inovação, enquanto fenômeno multidimensional, tem sido objeto de crescente interesse acadêmico, sobretudo em contextos de crise e reconstrução, como no período da pandemia de COVID-19. A metodologia utilizada é de abordagem quantitativa, com coleta de dados bibliográficos, filtragem de publicações científicas e análise estatística com apoio dos softwares Excel e VOSviewer. Os resultados indicam que a China lidera o volume de publicações sobre o tema, mas os artigos mais citados provêm de diversas nações, revelando um campo de pesquisa globalizado. Observou-se ainda um pico de produção entre 2020 e 2022, sugerindo que os ambientes de inovação se tornam ainda mais relevantes em momentos de instabilidade. Conclui-se que esses ambientes funcionam como sistemas abertos e interdependentes, integrando instituições, pessoas e recursos com vistas à geração de conhecimento e soluções inovadoras. O estudo também contribui ao destacar autores, países e tendências emergentes, e propõe direções para pesquisas futuras, incluindo a avaliação de políticas públicas, métricas de impacto e estratégias colaborativas de inovação.

Palavras-chave: Ambientes de Inovação. Bibliometria. Produção Acadêmica. Inovação.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la evolución de la producción científica sobre los entornos de innovación a lo largo de la última década (2014–2024), mediante un estudio bibliométrico sistemático, con datos recolectados en la base Scopus (Elsevier). El problema de investigación parte de la necesidad de comprender cómo se ha consolidado el concepto de entornos de innovación en la literatura internacional, especialmente en el ámbito de las Ciencias

¹ Graduando em Administração pela UNESPAR campus de Campo Mourão-PR – e-mail: bruno.wg2@gmail.com

² Graduando em Administração pela UNESPAR campus de Campo Mourão-PR – e-mail: leandrodesouzajunior1@gmail.com

³ Doutora em Administração. Orientadora. Docente dos Cursos de Administração e Contabilidade da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR - e-mail: cristiane.mello@unespar.edu.br

Sociales Aplicadas, considerando los impactos de eventos disruptivos y transformaciones tecnológicas en el comportamiento de la producción académica. La hipótesis central es que la innovación, como fenómeno multidimensional, ha sido objeto de creciente interés académico, especialmente en contextos de crisis y reconstrucción, como el período de la pandemia de COVID-19. La metodología adoptada es cuantitativa, con recolección de datos bibliográficos, filtrado de publicaciones científicas y análisis estadístico con apoyo de los programas Excel y VOSviewer. Los resultados indican que China lidera en volumen de publicaciones sobre el tema, pero los artículos más citados provienen de diversas naciones, revelando un campo de investigación globalizado. También se observó un pico de producción entre 2020 y 2022, lo que sugiere que los entornos de innovación ganan relevancia en momentos de inestabilidad. Se concluye que estos entornos funcionan como sistemas abiertos e interdependientes, integrando instituciones, personas y recursos con el fin de generar conocimiento y soluciones innovadoras. El estudio también contribuye al destacar autores, países y tendencias emergentes, y propone direcciones para futuras investigaciones, incluyendo la evaluación de políticas públicas, métricas de impacto y estrategias colaborativas de innovación.

Palabras clave: Entornos de Innovación. Bibliometría. Producción Académica. Innovación.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, a capacidade de inovar configura-se como um dos principais determinantes para a competitividade e a sustentabilidade organizacional. Nesse contexto, os chamados ambientes de inovação têm se consolidado como um campo de crescente relevância, tanto na prática empresarial quanto no escopo acadêmico, despertando o interesse de diversos países como objeto de investigação científica. Tais ambientes, que podem assumir múltiplas configurações – desde laboratórios de pesquisa até complexos ecossistemas empresariais – exercem papel estratégico na promoção da criatividade, no estímulo à geração de conhecimento e na efetiva transformação de ideias inovadoras em soluções viáveis para o mercado.

Conforme ressaltam Wang et al. (2016), ambientes de inovação podem ser compreendidos como sistemas interativos nos quais convergem distintos elementos locais de inovação, tais como conhecimento técnico-científico, competências específicas e capital humano qualificado. Esses elementos se articulam com organizações, universidades e instituições que compartilham valores socioculturais, formando um espaço propício à dinamização de processos inovadores.

Nesse sentido, destaca-se o papel das universidades enquanto parceiras estratégicas na consolidação de startups e empreendimentos emergentes, contribuindo significativamente para

sua sustentabilidade a longo prazo. Conforme argumentam Nickerson e Zenger (2004), a busca por eficiência organizacional demanda a seleção criteriosa de mecanismos de governança, ponderando-se os benefícios e os custos associados a cada arranjo, sobretudo no que se refere à resolução de problemas complexos inerentes à inovação.

A publicação internacional aponta que as inovações – sejam elas de produtos, serviços ou processos – dificilmente emergem de maneira isolada. Trata-se, antes, de um fenômeno colaborativo, fundamentado em redes de cooperação. Nesse cenário, Campos e Pomedá (2007) identificam que as inovações mais significativas são, em geral, resultado de alianças estratégicas entre empresas e instituições acadêmicas, destacando a importância da articulação entre os diferentes atores do sistema de inovação.

O objetivo geral desse artigo é o de realizar uma análise bibliométrica com o intuito de mapear a evolução das produções científicas relacionadas ao tema “ambientes de inovação” no período de 2014 a 2024, com base na base de dados Scopus (Elsevier).

Como objetivos específicos, propõem-se: (a) Mapear os países que mais produzem artigos sobre o tema; (b) Apontar os autores mais produtivos; e (c) Identificar os artigos mais citados e mais relevantes escritos sobre o tema durante o período estipulado.

Além dessa seção introdutória, este artigo está estruturado da seguinte forma: fundamentação teórica que embasa a pesquisa empírica, na terceira seção descreve-se os procedimentos metodológicos adotados, ao passo que a quarta seção é dedicada à apresentação e análise dos resultados. Por fim, são expostas as considerações finais e as referências utilizadas. Espera-se que, a partir das análises empreendidas, o leitor possa desenvolver uma compreensão aprofundada e contemporânea acerca dos ambientes de inovação, reconhecendo-os não apenas como conceitos teóricos, mas como instrumentos efetivos de geração de valor, dinamismo econômico e estímulo à criação de empreendimentos bem-sucedidos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos que orientam o desenvolvimento da presente pesquisa, de natureza bibliométrica e caráter sistemático. A bibliometria, conforme definido por Takahashi et al. (2013), constitui-se como uma metodologia em expansão no campo das Ciências Sociais Aplicadas, voltada à análise quantitativa da produção científica. Seu principal objetivo é traçar um panorama das publicações existentes sobre determinado tema,

utilizando-se de princípios estatísticos para evidenciar padrões, tendências e lacunas, de acordo com os recortes e interesses do pesquisador.

O caráter sistemático da abordagem adotada neste estudo refere-se à organização estruturada dos dados, de modo a transformar informações fragmentadas em conhecimento integrado e analiticamente útil. A lógica que sustenta essa perspectiva encontra respaldo na teoria geral dos sistemas, formulada por Ludwig von Bertalanffy e amplamente difundida no campo da administração por autores como Chiavenato (2014). Segundo essa abordagem, dois princípios fundamentais caracterizam os sistemas: o propósito e o globalismo. O propósito se refere à coordenação de esforços entre os elementos do sistema para o alcance de um objetivo comum, enquanto o globalismo diz respeito à interdependência entre as partes, destacando que alterações em um componente podem gerar efeitos significativos no todo.

Aplicados à pesquisa bibliométrica, esses princípios permitem compreender a produção científica como um sistema dinâmico, composto por múltiplos elementos interconectados – autores, artigos, instituições, áreas temáticas, redes de coautoria, entre outros. Individualmente, tais elementos podem fornecer dados isolados; no entanto, quando analisados de forma integrada, revelam padrões estruturais e evolutivos do campo de estudo. Essa análise sistêmica possibilita identificar a trajetória do conhecimento produzido, bem como seus focos emergentes, principais contribuições, lacunas e convergências temáticas, contribuindo para o entendimento do sistema acadêmico como um ambiente de inovação e avanço intelectual.

2.1 Ambientes de Inovação: Conceitos e Importância

A natureza transversal do conceito de ambientes de inovação torna evidente sua capacidade de estabelecer conexões com múltiplos campos de estudo, entre os quais se destaca o empreendedorismo. Essa relação é especialmente visível quando se considera o papel desses ambientes na estruturação e no suporte a iniciativas empreendedoras de base tecnológica.

De acordo com Wang et al. (2016), os ambientes de inovação são concebidos como espaços nos quais convergem recursos oriundos de diferentes esferas — governamental, empresarial e acadêmica —, compondo ecossistemas propícios à geração de conhecimento, à transferência de tecnologia e à criação de novos empreendimentos. Nessa perspectiva, é legítimo considerar as incubadoras como elementos constitutivos desses ambientes, dada sua função de intermediação entre universidades e o setor produtivo.

Conforme descrito por Dias e Porto (2013, apud Passador, Linares e Silva, 2016), as incubadoras podem ser entendidas como estruturas institucionais vinculadas a organizações responsáveis pela difusão de conhecimento científico e tecnológico. Seu papel ultrapassa a simples hospedagem de empresas nascentes, atuando de maneira estratégica na consolidação de empreendimentos inovadores. Essas instituições são responsáveis por criar condições únicas de “nascimento” para empresas de base tecnológica, favorecendo sua inserção no mercado com maior robustez.

O estudo conduzido por Linares, Passador e Silva (2016) compara empresas incubadas com aquelas que não passaram por esse processo e revela que as primeiras demonstram desempenho superior em aspectos relacionados à geração de inteligência organizacional. Tal conceito é esclarecido com base na definição de Montgomery e Weinberg (1998), que compreendem a geração de inteligência como um conjunto de práticas de planejamento institucional, reconhecimento de oportunidades de mercado e aplicação estratégica de informações relevantes, contribuindo para a construção de vantagem competitiva.

Ainda segundo os autores, as empresas incubadas apresentam maior capacidade de adaptação e resposta às exigências do mercado, uma vez que passam por um processo contínuo de validação, aprimoramento e reformulação de seus produtos antes do lançamento definitivo. Esse ciclo de feedback e melhoria contínua constitui um diferencial importante no contexto da inovação orientada ao mercado.

Embora apresentem semelhanças com as incubadoras, os parques tecnológicos possuem escopo mais abrangente e configuram-se igualmente como ambientes de inovação. De acordo com definição veiculada no portal UOL, os parques tecnológicos são empreendimentos planejados e geridos com o objetivo de fomentar a pesquisa aplicada, promover a inovação em áreas tecnológicas e estimular a cooperação entre universidades, centros de pesquisa e o setor empresarial. Tais espaços funcionam como catalisadores de interações institucionais, promovendo sinergias que favorecem a geração e difusão de conhecimento tecnológico.

Mello e Serra (2023) destacam o papel estratégico desempenhado pelos parques tecnológicos não apenas no desenvolvimento organizacional, mas também no fortalecimento de sistemas regionais de inovação (SRI). Em sua análise sobre o ecossistema paulista, os autores argumentam que tais ambientes exercem impacto significativo sobre indivíduos e territórios,

contribuindo para a estruturação de redes colaborativas e a elevação da capacidade inovativa local.

Os ambientes de inovação, segundo os autores, operam como plataformas de conexão entre agentes diversos — pessoas, instituições e recursos —, viabilizando a criação de arranjos institucionais capazes de aprimorar a produtividade e a complexidade dos processos organizacionais. Essas conexões estratégicas são essenciais para a conversão do conhecimento científico em soluções tecnológicas tangíveis, como produtos e serviços com elevado valor agregado, aptos a serem inseridos em mercados competitivos.

Adicionalmente, os parques tecnológicos reforçam o dinamismo dos sistemas regionais de inovação ao impulsionar a geração de empregos qualificados, fomentar a cultura empreendedora e fortalecer redes de relacionamento interinstitucional. A confiança gerada por esses ambientes, aliada à infraestrutura de apoio ao empreendedorismo, estimula a criação de novos negócios e a permanência de talentos nas regiões atendidas.

Mello e Serra (2023) enfatizam ainda que os efeitos dos parques tecnológicos transcendem a esfera empresarial, alcançando dimensões socioeconômicas mais amplas. Por sua capacidade de articulação entre ciência, tecnologia e mercado, esses ambientes contribuem para o desenvolvimento sustentável das regiões onde estão inseridos, promovendo inclusão produtiva, diversificação econômica e avanços tecnológicos estruturantes.

2.2 Compartilhamento de Conhecimento nos Ambientes de Inovação

A inovação é amplamente reconhecida como um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável de organizações, regiões e países. Conforme argumentam Delgado et al. (2023), sua contribuição transcende o âmbito empresarial, estendendo-se ao fortalecimento das economias nacionais, especialmente em contextos marcados pela intensificação da economia do conhecimento. Em estudo comparativo entre incubadoras de empresas de base tecnológica no Brasil e no Equador, os autores buscaram compreender como se estabelecem os processos de compartilhamento de conhecimento em distintos contextos socioterritoriais, evidenciando semelhanças e especificidades entre os países analisados.

Os resultados da pesquisa reforçam a centralidade das interações colaborativas e das parcerias institucionais nos chamados habitats de inovação. Tais interações, segundo os autores, são essenciais para o compartilhamento de conhecimento entre os atores que compõem esses

ambientes — universidades, empresas, incubadoras e demais agentes institucionais —, favorecendo a emergência de inovações tecnológicas e organizacionais. Nesse sentido, Delgado et al. (2023, p. 3) citam diversos estudos convergentes (Rahmi & Indarti, 2019; Santoro et al., 2018; Laily & Ernawati, 2020) ao afirmarem que: “o compartilhamento do conhecimento acelera e apoia os processos de inovação”.

Além disso, com base nas contribuições de Zhao, Zhang e Wu (2017) e Miranda e Borges (2019), os autores sustentam que o compartilhamento de conhecimento exerce influência direta sobre a capacidade de crescimento e desenvolvimento das empresas incubadas. A circulação de saberes entre instituições e atores permite ampliar a base cognitiva dos empreendimentos, consolidar competências e, sobretudo, aprimorar sua capacidade de resposta às demandas do mercado. Trata-se, portanto, de um recurso intangível de elevado valor estratégico, cuja apropriação eficaz pode definir o potencial inovador da organização.

Delgado et al. (2023, p. 4) ainda destacam os benefícios derivados das redes interorganizacionais constituídas em ambientes de incubação e parques tecnológicos. Tais redes possibilitam a mobilização, a coordenação e a combinação de diferentes fontes de conhecimento, fortalecendo a inteligência organizacional. Os autores observam que o compartilhamento do conhecimento é um processo intencional, e que sua efetividade depende da capacidade das organizações em assimilar, interpretar e utilizar as informações recebidas. Quando bem gerido, esse processo torna-se um diferencial competitivo para as empresas inseridas em ecossistemas inovadores.

Entre os aspectos mais relevantes observados nesses ambientes destacam-se: (i) as parcerias estratégicas entre startups e instituições acadêmicas ou empresariais; (ii) a riqueza das interações presenciais e virtuais que promovem o intercâmbio de ideias; e (iii) os mecanismos de capacitação técnica e gerencial que favorecem o desenvolvimento de negócios inovadores. Tanto no Brasil quanto no Equador, os ambientes físicos e digitais desempenham papel fundamental na facilitação dessas dinâmicas, com ênfase em programas de treinamento e qualificação.

A eficácia dos ambientes de inovação, no entanto, depende de condições organizacionais que incentivem a criatividade, a experimentação e o aprendizado contínuo. Nesse sentido, Barroso et al. (2005) argumentam que a construção de uma cultura organizacional favorável à inovação é um dos fatores determinantes para a manutenção da capacidade inovadora.

Segundo os autores, organizações inovadoras são aquelas que reconhecem o valor das propostas criativas de seus colaboradores e adotam uma postura ativa na gestão do conhecimento, tanto aquele desenvolvido internamente quanto o oriundo de fontes externas.

O capital intelectual, aliado à criatividade, representa um ativo estratégico nas organizações contemporâneas. Como enfatizam Barroso et al. (2005, p. 98), “torna-se cada vez mais necessário que as empresas saibam gerir fluxos e atores do conhecimento, visando utilizá-los em ações voltadas para a criatividade e inovação, de forma a crescer e sustentar sua posição competitiva no mercado”. Desse modo, o estímulo à criatividade individual não deve ser entendido como mero atributo pessoal, mas como um componente estruturante da estratégia organizacional, capaz de impulsionar inovações e gerar vantagem competitiva sustentável.

Ao concluir sua análise, os autores reforçam que o potencial inovador das organizações pode ser significativamente ampliado por meio de práticas de gestão voltadas à valorização das capacidades criativas de seus membros. Trata-se de uma abordagem sistêmica que reconhece a interdependência entre os fatores humanos, organizacionais e institucionais na promoção da inovação.

2.3 Inovação para além da materialidade e os desafios da coleta de dados

A inovação, por sua natureza multifacetada, configura-se como um fenômeno complexo, atravessado por uma diversidade de variáveis contextuais, institucionais, culturais e tecnológicas. Compreendê-la demanda, portanto, a superação de uma visão restrita e exclusivamente material dos chamados ambientes de inovação. Tais ambientes não se limitam a estruturas físicas específicas, como incubadoras localizadas no Brasil ou parques tecnológicos na Inglaterra. Pelo contrário, são concebidos como ecossistemas sociotécnicos dinâmicos, que podem emergir em distintas realidades geográficas — desde países altamente desenvolvidos até economias periféricas — e manifestar-se por meio de redes, fluxos de conhecimento, práticas colaborativas e cultura organizacional voltada à experimentação.

Nesse sentido, a compreensão mais ampla e relacional dos ambientes de inovação requer também uma abordagem metodológica capaz de captar a diversidade espacial e temática da produção científica sobre o tema. A coleta e a análise de dados bibliométricos tornam-se, então, instrumentos fundamentais para mapear o alcance, a intensidade e a direção das discussões

acadêmicas em diferentes países e contextos, bem como para identificar contrastes, convergências e lacunas no debate global sobre inovação.

O cenário contemporâneo é profundamente marcado pelos efeitos da globalização e da aceleração das transformações tecnológicas. Tais processos tornaram o mundo progressivamente mais interconectado e suscetível a mudanças abruptas, muitas vezes imprevisíveis, como demonstrado pela crise sanitária global desencadeada pela pandemia de COVID-19. Este evento, de escala mundial, impactou intensamente os sistemas sociais, econômicos e institucionais, gerando efeitos duradouros em múltiplas esferas da vida cotidiana.

Apesar das inúmeras consequências negativas — sociais, econômicas e psicológicas — decorrentes da pandemia, é inegável que ela também atuou como um catalisador de inovação, especialmente no que se refere à adoção de tecnologias digitais e à reconfiguração de processos organizacionais. Práticas que antes eram pontuais ou incipientes tornaram-se, em curto espaço de tempo, amplamente disseminadas, como é o caso de plataformas de ensino a distância, cursos online, sistemas de delivery, reuniões virtuais, telemedicina e modelos de trabalho remoto. Essas transformações evidenciam que os ambientes de inovação podem extrapolar os limites físicos tradicionais e se configurar em espaços digitais e híbridos, nos quais a inovação é impulsionada por novas necessidades sociais e pela capacidade adaptativa dos atores envolvidos.

Essa perspectiva é coerente com a visão de Schumpeter (1982), para quem a inovação está intrinsecamente ligada à destruição criativa — ou seja, à substituição de antigas estruturas econômicas por novas formas mais eficientes —, muitas vezes provocadas por rupturas profundas no ambiente externo. Complementarmente, Christensen (2011) introduz o conceito de inovação disruptiva, destacando que mudanças inesperadas no comportamento dos consumidores ou nas condições de mercado podem dar origem a soluções inovadoras, inicialmente marginalizadas, mas com alto potencial de reconfigurar setores inteiros. Tais abordagens ajudam a compreender como eventos críticos, como a pandemia, criam oportunidades para o surgimento de novas dinâmicas produtivas e organizacionais.

Dessa forma, discutir inovação no contexto pós-pandêmico implica reconhecer o papel das crises como aceleradoras de mudança, bem como a importância da flexibilidade institucional e da capacidade de resposta das organizações diante de cenários de incerteza. A construção de ambientes inovadores, nesse sentido, não depende unicamente de infraestrutura ou investimento,

mas também da criação de condições culturais, tecnológicas e relacionais que favoreçam a circulação do conhecimento, a cooperação entre agentes e a experimentação de novas soluções.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a coleta, tratamento e análise dos dados que fundamentam este estudo de natureza bibliométrica. Considerando que transformações globais impactam de maneira direta e indireta os sistemas produtivos, sociais e acadêmicos, optou-se por delimitar um recorte temporal de dez anos, compreendendo o período de 2014 a 2024. Este intervalo contempla marcos importantes da evolução tecnológica e social, como o avanço dos dispositivos vestíveis (smartwatches), a consolidação de tecnologias voltadas à mobilidade elétrica e autônoma, o desenvolvimento de foguetes reutilizáveis, bem como eventos críticos de saúde pública, como a pandemia da COVID-19.

A escolha do intervalo de uma década fundamenta-se na premissa de que, embora possa parecer breve quando comparado à linha histórica da inovação, a velocidade das transformações contemporâneas torna este período altamente significativo. A aceleração dos ciclos tecnológicos e a intensificação da produção científica permitem observar alterações substanciais nas abordagens teóricas e práticas relacionadas aos ambientes de inovação. Assim, a análise longitudinal de uma década se apresenta como um recorte analítico apropriado para captar a evolução conceitual e a expansão temática da área.

Para a realização da coleta de dados, utilizou-se o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, via autenticação pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que permite a vinculação de usuários a instituições de ensino superior brasileiras. A base de dados selecionada foi a Scopus (Elsevier), reconhecida por sua abrangência multidisciplinar e alta relevância para estudos bibliométricos.

A estratégia de busca incluiu os termos “innovation environments” (ambientes de inovação), entre aspas, com o objetivo de restringir os resultados a publicações que contenham ambas as palavras de forma conjunta e contextualizada, além do termo genérico “innovation” (inovação), para permitir uma análise mais ampla da produção científica relacionada ao tema. Os resultados foram inicialmente filtrados para incluir apenas artigos científicos publicados no intervalo de 2014 a 13 de outubro de 2024.

A busca retornou um total de 725 artigos, dos quais 23,03% pertencem à área de Ciências Sociais Aplicadas, foco principal desta pesquisa. Após a aplicação de filtros adicionais — como a seleção de artigos em estágio final de publicação —, chegou-se a uma amostra final de 173 artigos. Os dados extraídos foram organizados em formato tabular no software Microsoft Excel e submetidos à análise por meio da ferramenta VOSviewer, utilizada para a construção de mapas de coocorrência e redes de colaboração científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise inicial da produção acadêmica evidencia uma concentração significativa de publicações na China, país que lidera o ranking com 37,85% dos artigos sobre ambientes de inovação indexados na base Scopus no período analisado. Esse resultado representa 82 publicações, reforçando o posicionamento da China como um dos principais polos globais de desenvolvimento científico e tecnológico. Em contraste, os Estados Unidos — maior potência econômica mundial — aparecem com apenas 9 artigos publicados sobre o tema, o que sugere dinâmicas distintas de interesse acadêmico ou classificações terminológicas específicas em cada contexto nacional.

No total, foram identificadas publicações em 54 países, o que demonstra a capilaridade internacional do debate sobre ambientes de inovação. Devido a limitações técnicas do Microsoft Excel para representação gráfica de categorias com baixa frequência absoluta, os países com apenas um artigo publicado cada — como Vietnã, Venezuela, Emirados Árabes Unidos, Taiwan, Arábia Saudita, Paquistão, Macedônia do Norte, Nigéria, Moçambique, Malásia, Líbano, Letônia, Quênia, Cazaquistão, Indonésia, Hong Kong, Etiópia, Egito, Dinamarca, Croácia, Colômbia, Canadá, Camboja, Bélgica, Bangladesh, Áustria e Argélia — foram agregados na categoria "outros países", representando individualmente 0,5% da amostra analisada.

ARTIGOS PUBLICADOS

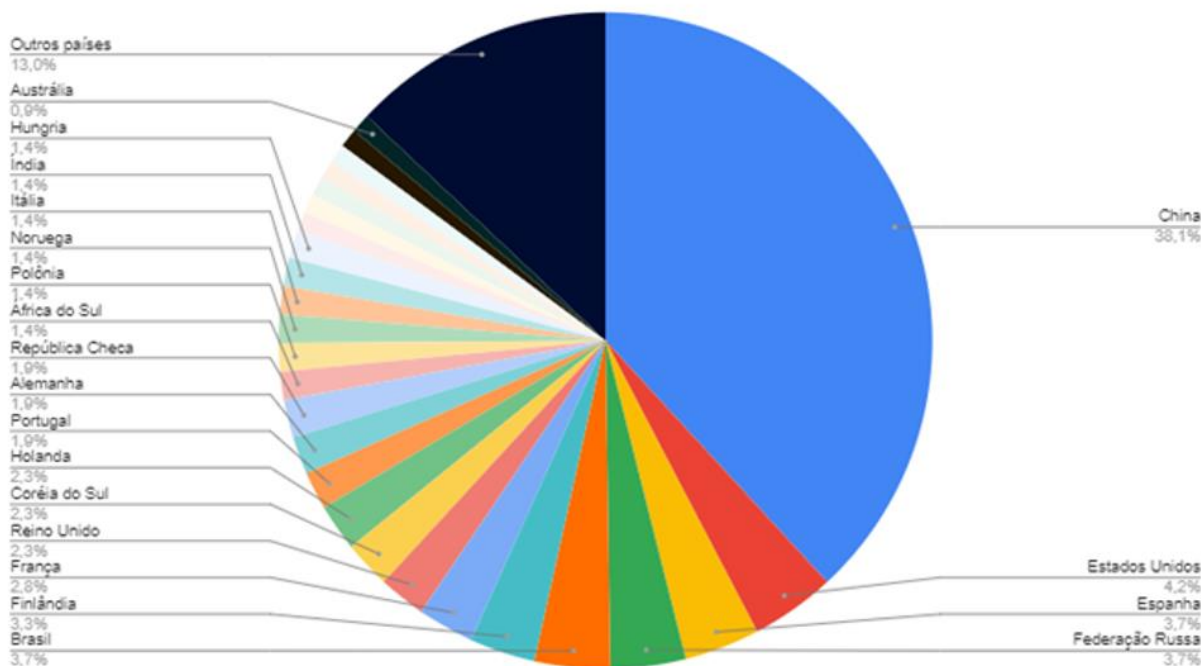


Gráfico 1 – Produção acadêmica por países sobre ambientes de inovação

Fonte: elaboração própria (2024)

Ao analisar os artigos mais citados da base de dados obtemos os resultados do quadro 1 onde podemos ver que apesar da predominância chinesa em relação a produção de artigos na área, existem diversos trabalhos de diversos países que se destacam a ponto de serem artigos amplamente utilizados como referência no setor. Outro adendo a fazer é em relação aos artigos de múltipla nacionalidade que assim como as inovações de alto nível que surgem por meio de acordos corporativos e cooperações com universidades, descrito por Campos e Pomeda (2007).

Quadro 1 – Artigos com o maior número de citações dentro da plataforma

Nome dos autores	Título	Ano	Citado	País
Lam, Long; Nguyen, Phuong; Le, Nga; Tran, Khoa	The relation among organizational culture, knowledge management, and innovation capability: Its implication for open innovation	2021	156	Vietnã
Costa, Joana; Matias, João C.O.	Open innovation 4.0 as an enhancer of sustainable innovation ecosystems	2020	139	Portugal
Guo, Lei ; Xu, Luying	The effects of digital transformation on firm performance: evidence from China's manufacturing sector	2021	124	China
Li, Yaya; Zhang, Yuru; Pan, An; Han, Minchun; Veglianti, Eleonora	Carbon emission reduction effects of industrial robot applications: Heterogeneity characteristics and influencing mechanisms	2022	102	China e França
Hao, Xiaoli; Wang, Xinhui; Wu, Haitao; Hao, Yu	Path to sustainable development: Does digital economy matter in manufacturing green total factor productivity?	2023	90	China
Durana, Pavol; Kral, Pavol; Stehel, Vojtech; Lazarolu, George; Sroka, Włodzimierz	Quality culture of manufacturing enterprises: A possibleway to adaptation to industry 4.0	2019	81	Eslováquia
Pilár, Ladislav; Stanislavská, Lucie Kvasničková; Pitrová, Jana; Krejčí, Igor; Tichá, Ivana; Chalupová, Martina	Twitter analysis of global communication in the field of sustainability	2019	53	República Tcheca
Li, Bin; Tong, De; Wu, Yaying; Li, Guicai	Government-backed 'laundering of the grey' in upgrading urban village properties: Ningmeng Apartment Project in Shuiwei Village, Shenzhen, China	2021	48	China
Oksanen, Kaisa; Hautamäki, Antti	Transforming regions into innovation ecosystems: A model for renewing local industrial structures	2014	37	Finlândia
Robaczewska, Joanna; Vanhaverbeke, Wim; Lorenz, Annika	Applying open innovation strategies in the context of a regional innovation ecosystem: The case of Janssen Pharmaceuticals	2019	37	Belgica, França, Espanha e Holanda

Fonte: Elaboração própria (2024)

Destaque para o estudo dos vietnamitas supracitados por representar 8,18 % de todas as 1908 citações totais referente a todos os artigos da amostra e 17,99% dentre os 10 mais citados. No artigo em questão “*The relation among organizational culture, knowledge management, and innovation capability: Its implication for open innovation*” se discute dois segmentos fundamentais da inovação, que pode ser observado em uma gama de artigos da amostra como pode ser observado, a seguir na figura 1.

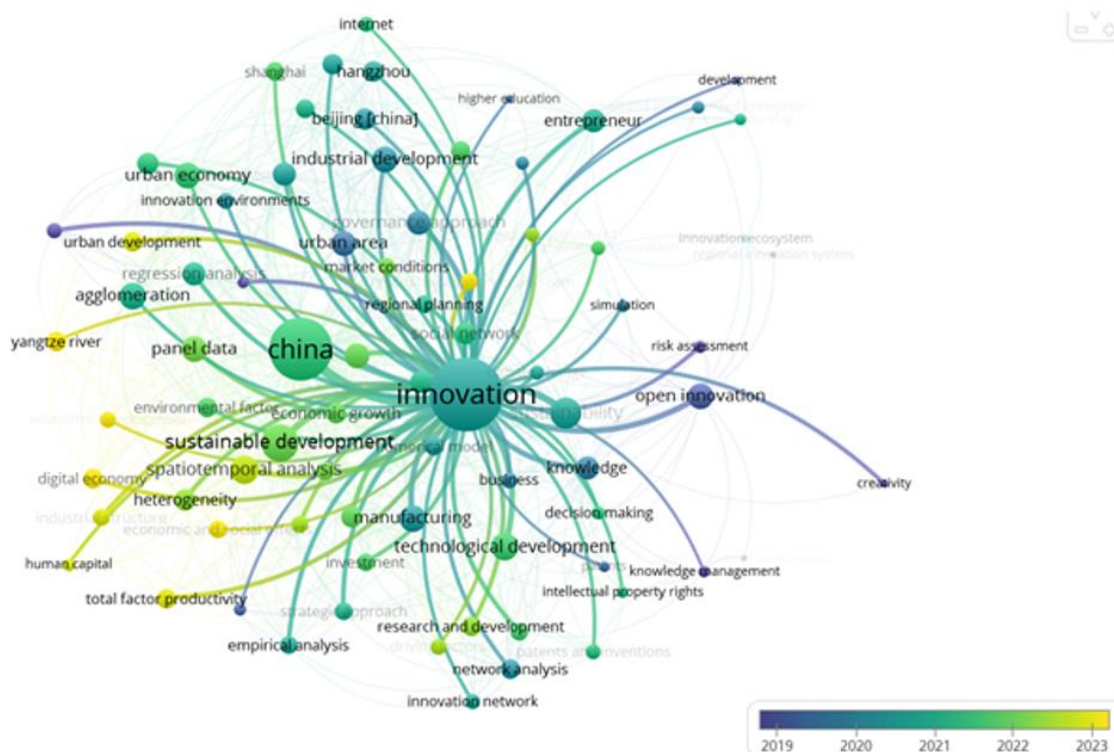


Figura 1 – Mapeamento de palavras ao longo do tempo

Fonte: Vosviewer (2024)

A representação gráfica anterior reflete como a inovação pode ser uma grande área e quantas grandes pesquisas podem se desenvolver partindo dela, podemos ver que termos como desenvolvimento urbano, sustentabilidade e desenvolvimento, inovação aberta, P&D, compartilhamento de conhecimento, entre outros se mostram muito bem representados dentro de nossa amostra que indica um bom caminho nas ciências sociais.

Ainda no sentido de aglutinação de conhecimento entre países podemos observar, na figura 1, a seguir a união de países para a produção de alguns dos artigos da amostra.

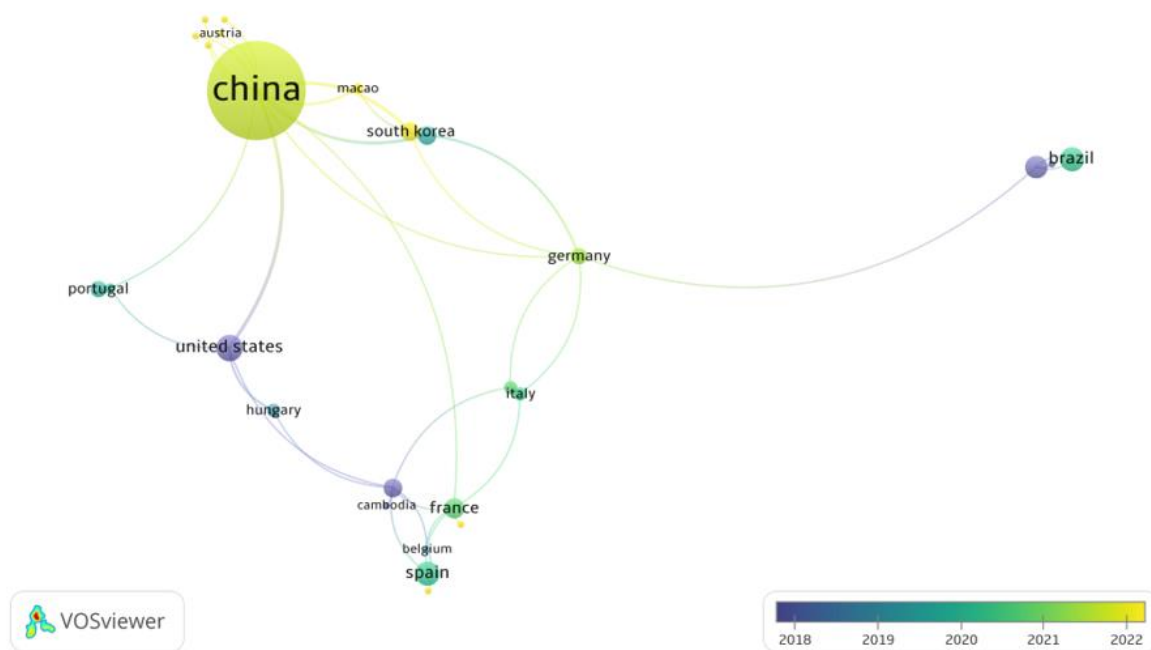


Figura 1 – Países que cooperaram entre si para a produção de artigos dentro do espaço amostral
Fonte: VOSviewer (2024)

Esta interação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em prol da geração de conhecimento acadêmico acessível é um ponto positivo a ser considerado em nossa análise permite que pesquisadores de diferentes culturas e diferentes perspectivas sobre como inovar e solucionar problemas interajam entre si, visando o desenvolvimento socioeconômico.

Podemos observar através desta representação gráfica que o tamanho dos círculos reflete o número de co-autorias com aquele país, a proximidade entre os círculos indicam a intensidade de colaboração, e por último as cores referentes ao ano onde mais houveram estas colaborações com a finalidade de avanços científicos.

Uma vez que estamos falando sobre produção acadêmica ao longo do tempo é imprescindível fazermos uma representação a respeito da mesma dentro do escopo da revisão, a seguir vemos no gráfico 2.

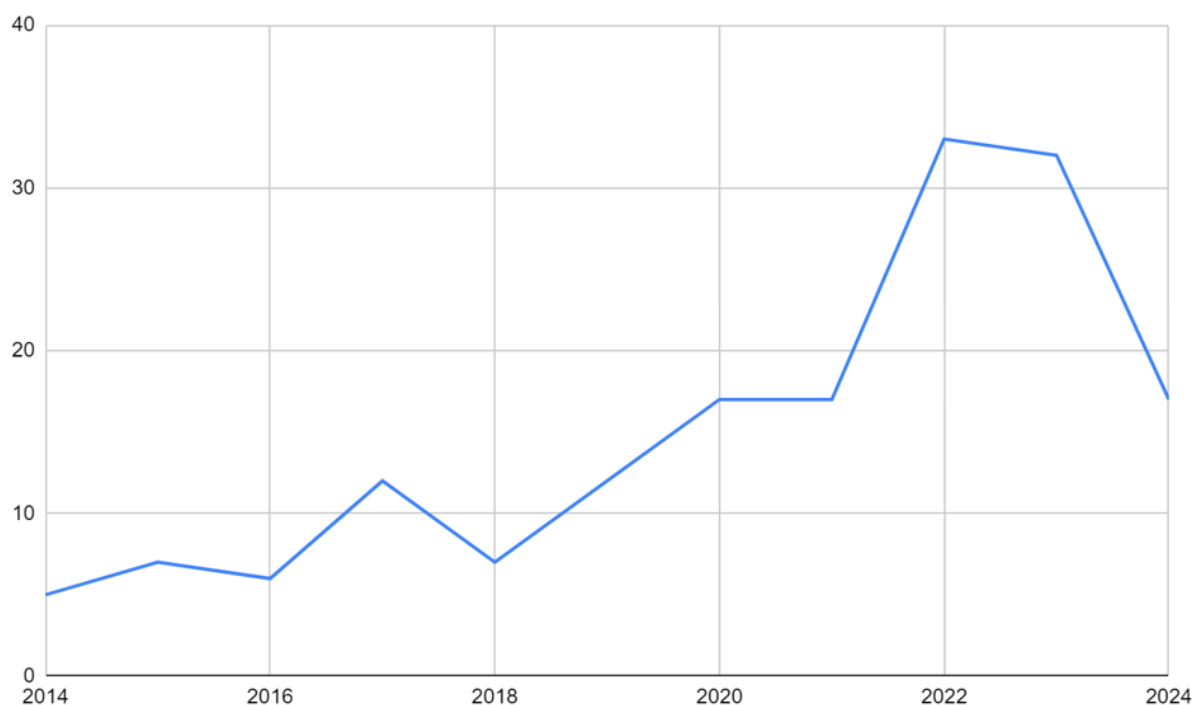


Gráfico 2 – número de produções por ano

Fonte: elaboração própria (2024)

Os resultados obtidos ao longo da análise bibliométrica demonstram não apenas o crescimento quantitativo da produção científica sobre ambientes de inovação ao longo da última década, mas também revelam padrões que corroboram os pressupostos teóricos apresentados na fundamentação.

A elevada produção científica identificada no período de pandemia da COVID-19 (2020–2022), que representou cerca de 39% da amostra, está em consonância com os argumentos de Schumpeter (1982), quando este afirma que os processos de inovação frequentemente emergem de períodos de crise, por meio do que chamou de destruição criativa. A pandemia, ao provocar rupturas em cadeias produtivas, nas formas de trabalho e nos modelos de consumo, funcionou como um catalisador para o surgimento de novas soluções tecnológicas e organizacionais, exatamente como descrito pelo autor.

Além disso, a persistência e o crescimento das publicações após o período mais agudo da pandemia reforçam a ideia de que a inovação não é um evento isolado, mas um processo sistêmico e contínuo, sustentado por redes de cooperação e pelo compartilhamento de conhecimento — como destacado por Delgado et al. (2023). No estudo empírico realizado por

esses autores, o conhecimento foi tratado como um recurso estratégico que circula nos ambientes de inovação, sendo essencial para o fortalecimento de empresas incubadas e, por extensão, para a geração de novas tecnologias.

Da mesma forma, o destaque da China como principal país publicador sobre o tema (com 37,85% dos artigos da amostra) evidencia o esforço sistemático desse país em consolidar ecossistemas de inovação baseados na articulação entre Estado, universidades e setor produtivo — estrutura próxima àquela descrita por Wang et al. (2016). Para esses autores, os ambientes de inovação são sistemas interativos nos quais se combinam conhecimento, competências e recursos institucionais em prol do desenvolvimento tecnológico.

Por fim, a constatação de que os ambientes de inovação ultrapassam os limites físicos tradicionais, expandindo-se para formatos digitais e híbridos especialmente após 2020, sustenta as contribuições de Christensen (1997), que ao tratar das inovações disruptivas, destaca o potencial transformador de tecnologias que rompem com os modelos preexistentes. A intensificação do ensino a distância, do trabalho remoto e do uso de plataformas digitais de colaboração durante e após a pandemia são expressões contemporâneas desse tipo de inovação, cuja origem está diretamente relacionada às mudanças de comportamento e necessidade de adaptação organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo respira a teoria de Bertalanffy, conforme descrita por Chiavenato no livro Teoria Geral da Administração, que traça um interessante paralelo entre sistemas de organismos vivos e as organizações, onde cada sistema trabalha de forma integrada para o bom funcionamento do organismo, podemos dizer que os ambientes de inovação funcionam como sistemas abertos, interagindo com o meio ambiente e utilizando-se de recursos externos e internos para gerar conhecimento e inovação, além disso, assim como no estudo dos seres vivos, no estudo bibliométrico se faz necessário uma análise separada de cada parte milimétrica que o compõem de maneira sistemática e uma visão macro para saber para onde estão indo as pesquisas.

Com base na análise dos dados coletados entre 2014 e 2024, observamos que esses ambientes se constituem como ecossistemas complexos, dinâmicos e fundamentais para o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico de diferentes regiões e países e que os estudos mais citados não necessariamente são do país que mais produz artigos. Importante ressaltar como

a primeira e segunda economia mundial lideram, demonstrando que o tema traz consigo um alto nível de complexidade e interesse que convidam outras nações a buscar compreender e implementar internamente para colher os bons frutos da inovação.

Fazendo uma análise somente dos níveis de produção ao longo da última década notamos um crescimento do interesse entre as nações para com os ambientes de inovação dentro das ciências sociais aplicadas, além de apontar para onde a inovação pode ir em estudos posteriores.

As contribuições teóricas deste artigo envolvem uma visão atualizada das produções acadêmicas recente, demonstrar que existe sim uma grande sub área da inovação que precisa ser estudada, conceitos que podem ser alvo de futuras pesquisas, como anda a cooperação entre os países em relação a produção de artigos de alto nível com contribuições gerenciais e avanços científicos cada vez maiores.

Como agenda para pesquisas futuras, recomenda-se a exploração de novas métricas de avaliação da eficácia dos ambientes de inovação, incluindo indicadores qualitativos. Sugere-se também a realização de estudos comparativos entre políticas públicas de incentivo à inovação, a análise de casos exitosos de ecossistemas inovadores, e a investigação sobre como esses ambientes podem contribuir diretamente para a redução da mortalidade de empresas e para o desenvolvimento socioeconômico regional. A conexão entre teoria e prática deve ser intensificada, aproximando o conhecimento acadêmico das transformações exigidas pela realidade de um mundo em constante reinvenção.

As limitações deste artigo estão justamente em ser o estudo de uma área reduzida dentro do imensidão que é o tema inovação, a delimitação de palavras-chave, a base de dados utilizada, o número de artigos delimitado pelas expectativas de resultados desejados para que nossa pesquisa fizesse sentido além do viés acadêmico que carrega por si só, fazendo se necessário também olhar para nossos ambientes de inovação como impulsionadores de criatividade e empreendimentos capazes de mover a economia adiante.

REFERÊNCIAS

BARROSO, M. F.; BRUNO-FARIA, M. F.; REGO, A. Criatividade e inovação nas organizações: conceitos, medidas e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 1, p. 95–115, 2005.

CAMPOS, E. B.; POMEDA, J. R. On knowledge, networks, social capital and trust in innovation environments. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 7, n. 6, p. 575–592, 2007. DOI: 10.1504/IJEIM.2007.014598.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. In: __. Abordagem Sistêmica da Administração. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014. p. 481-482.

CHRISTENSEN, Clayton M. **O dilema da inovação**: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: Makron Books, 2011.

DECICINO, R. **Parques tecnológicos** – parceria entre governo, empresas e universidades. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/parques-tecnologicos-parceria-entre-governo-empresas-e-universidades.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LAILY, N.; ERNAWATI, E. Knowledge sharing and innovation in small businesses. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v. 9, n. 1, 2020.

MIRANDA, G. J.; BORGES, M. A. V. Knowledge sharing and innovation performance in Brazilian firms: the mediating role of innovation capability. **Journal of Information & Knowledge Management**, v. 18, n. 1, 2019.

MONTGOMERY, David B.; WEINBERG, Charles B. **Marketing intelligence**: the strategic use of information systems in marketing. New York: Wiley, 1998.

NICKERSON, J. A.; ZENGER, T. R. A knowledge-based theory of the firm—the problem-solving perspective. **Organization Science**, v. 15, n. 6, p. 617–632, 2004. DOI: 10.1287/orsc.1040.0093.

RAHMI, R.; INDARTI, N. Knowledge sharing and innovation capability: the mediating role of absorptive capacity. **International Journal of Business and Society**, v. 20, n. 3, p. 1058–1075, 2019.

SANTORO, G.; BRESCIANI, S.; BALDASSARRE, F. The role of social media in collaborative innovation: a systematic review and future research directions. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 133, p. 287–298, 2018.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1982.

SERRA, M. A. Orquestrando parques tecnológicos como política pública para o desenvolvimento econômico regional: uma avaliação do Sistema Paulista de Ambientes de Inovação. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 22, publicação contínua, p. 1–33, 2023. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/73621>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SILVA, G. A. B.; LINARES, I. M. P.; PASSADOR, J. L. Orientação para o mercado em ambientes usuais de empreendimento versus ambientes de inovação por incubadoras. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 7, n. 1, p. 1–13, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/74463>. Acesso em: 13 ago. 2024.

TAKAHASHI, A. R. W. **Pesquisa Qualitativa em Administração**. In: TAKAHASHI, A. R. W. (Org.). Delineamento Metodológico. São Paulo: Atlas, 2012. p. 81.

URPIA, A. G. B. C.; SARTORI, R.; DELGADO, A. A. S.; PARDO-CUEVA, M.; SCARABELLI, B. H. O compartilhamento do conhecimento em ambientes de inovação: uma análise comparativa de um caso no Brasil e no Equador. **NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 13, n. único, p. 1–23, 2023. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/74463>. Acesso em: 13 ago. 2024.

WANG, S.; FAN, J.; ZHAO, D.; WANG, S. Regional innovation environment and innovation efficiency: the Chinese case. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 28, n. 4, p. 396–410, 2016. DOI: 10.1080/09537325.2015.1095291.

ZHAO, X.; ZHANG, M.; WU, W. The impact of knowledge sharing on innovation performance: a study of Chinese high-tech firms. **Journal of Knowledge Management**, v. 21, n. 6, p. 1296–1315, 2017.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DE PLANO DE NEGÓCIO NA CADEIA DO ABACATE

Ana Julia Ferreira de Castro¹ – UNESPAR

Bruna Maiara de Castro² – UNESPAR

Douglas Rocha Silva³ – UNESPAR

Eliei Felipe Rezende Farias da Silva⁴ – UNESPAR

Franciely Belbit Machado⁵ – UNESPAR

Juliane Bassette⁶ – UNESPAR

Paola Rossaneis⁷ – UNESPAR

Rubya Vieira de Mello Campos⁸ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO 1: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

RESUMO

O presente estudo avaliou a viabilidade de implantação de uma indústria de azeite de abacate em Minas Gerais, com base em um plano de negócios elaborado para a empresa Tanaka Agronegócios Ltda. O objetivo foi verificar se a proposta apresenta coerência estratégica, operacional e financeira, além de alinhamento com princípios de sustentabilidade. A pesquisa foi aplicada, de abordagem qualitativa e delineamento exploratório-descritivo, utilizando o método de estudo de caso instrumental. A unidade de análise foi o plano de negócio, com dados obtidos por meio de análise documental e reuniões on-line com representantes da cooperativa parceira, realizadas no primeiro semestre de 2024. A análise foi conduzida com base em triangulação metodológica, articulando evidências empíricas e categorias teóricas. Os resultados indicaram que o plano possui estrutura sólida, proposta de valor centrada na produção de azeite vegetal funcional e práticas operacionais sustentáveis. Os indicadores financeiros analisados demonstraram rentabilidade, ponto de equilíbrio viável e prazo de retorno inferior a 36 meses. A análise SWOT evidenciou vantagens competitivas, associadas ao consumo de alimentos saudáveis e ao uso eficiente de recursos. Concluiu-se que o plano representa uma alternativa viável para a estruturação de empreendimentos sustentáveis na agroindústria, contribuindo para o fortalecimento de cadeias produtivas locais e a promoção da inovação com responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: sustentabilidade empresarial; agronegócio; óleo vegetal.

RESUMEN

El presente estudio evaluó la viabilidad de implantar una industria de aceite de aguacate en el estado de Minas Gerais, a partir del análisis de un plan de negocios desarrollado para la

¹ - Graduando – e-mail: anaju748@gmail.com

² - Graduando – e-mail: brunacastro10@outlook.com

³ - Graduando – e-mail: douglasdrs736@gmail.com

⁴ - Graduando – e-mail: elielfefe@gmail.com

⁵ - Graduando – e-mail: francy.belbit@gmail.com

⁶ - Graduando – e-mail: julianebassette37@gmail.com

⁷ - Graduando – e-mail: prrossaneis@hotmail.com

⁸ - Doutor – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br – Orientador

empresa Tanaka Agronegócios Ltda. El objetivo fue verificar si la propuesta presentaba coherencia estratégica, operativa y financiera, además de alinearse con principios de sostenibilidad. La investigación fue aplicada, con enfoque cualitativo y diseño exploratorio-descriptivo, utilizando el método de estudio de caso instrumental. La unidad de análisis fue el plan de negocios, cuyos datos se obtuvieron mediante análisis documental y reuniones virtuales con representantes de la cooperativa asociada, realizadas durante el primer semestre de 2024. El análisis se basó en una estrategia metodológica integrada, articulando evidencias empíricas con categorías teóricas de la literatura especializada. Los resultados indicaron que el plan posee una estructura coherente, con una propuesta de valor centrada en la producción de un aceite vegetal funcional y prácticas operativas sostenibles. Los indicadores financieros demostraron rentabilidad, punto de equilibrio adecuado y un plazo de retorno inferior a 36 meses. El análisis FODA evidenció ventajas competitivas relacionadas con el consumo de alimentos saludables y el uso eficiente de recursos. Se concluyó que el plan representa una alternativa viable para la estructuración de emprendimientos sostenibles en la agroindustria, con potencial para fortalecer cadenas productivas locales y promover la innovación con responsabilidad socioambiental.

Palabras clave: sostenibilidad empresarial; agronegocio; aceite vegetal.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crescente valorização dos produtos naturais e funcionais no mercado global tem impulsionado a inovação na agroindústria, especialmente na cadeia de óleos vegetais nobres (EPAMIG, 2020; FAO, 2021). Nesse contexto, o azeite de abacate surge como uma alternativa promissora ao azeite de oliva, devido às suas propriedades nutricionais, estabilidade oxidativa e crescente aceitação entre consumidores preocupados com a saúde (SILVA et al., 2018; RIBEIRO et al., 2021). A estruturação de empreendimentos voltados à produção e comercialização desse insumo requer planejamento estratégico rigoroso, sendo o plano de negócios uma ferramenta essencial para orientar decisões e reduzir incertezas (DORNELAS, 2021).

Este artigo tem como objetivo geral analisar a viabilidade de implantação de uma indústria de azeite de abacate no estado de Minas Gerais, a partir da avaliação de um plano de negócios elaborado para a empresa Tanaka Agronegócios Ltda. Como objetivos específicos, busca-se: (i) descrever a estrutura e os componentes do plano de negócio; (ii) verificar a coerência entre os elementos estratégicos, operacionais e financeiros; (iii) confrontar os achados com a literatura acadêmica da área; e (iv) propor recomendações para o aperfeiçoamento do modelo proposto.

A questão de pesquisa que orienta este estudo é: o plano de negócio proposto apresenta viabilidade estratégica, operacional e financeira para a implantação de uma indústria de azeite de abacate? Parte-se da hipótese de que o plano, quando confrontado com os fundamentos teóricos e as evidências de mercado, apresenta estrutura coerente e viável, capaz de sustentar a implementação de um empreendimento competitivo e sustentável.

A justificativa para esta pesquisa reside na escassez de estudos aplicados que integrem o uso de planos de negócios no contexto de cadeias agroindustriais emergentes, como a do abacate, especialmente em um cenário que demanda práticas sustentáveis e de valorização de produtos funcionais. Além disso, o estudo se alinha às diretrizes de fomento ao empreendedorismo rural e à inovação no agronegócio, contribuindo com conhecimento técnico e acadêmico para a área.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, com delineamento exploratório-descritivo, fundamentada em estudo de caso único. O objeto analisado foi o plano de negócios da Tanaka Agronegócios Ltda., por meio de análise documental e reuniões on-line com a cooperativa parceira. A interpretação dos dados seguiu abordagem integrada, com base em categorias teóricas da literatura especializada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise desenvolvida ao longo deste estudo, com o objetivo de contextualizar e embasar os principais conceitos utilizados na avaliação do plano de negócios da Tanaka Agronegócios Ltda. São abordadas as contribuições da literatura sobre plano de negócios, sustentabilidade na agroindústria, estratégias de mercado, análise de viabilidade e inovação territorial.

Plano de negócios

O plano de negócios é uma ferramenta essencial no ambiente empresarial, especialmente no contexto do empreendedorismo. Ele representa um documento que detalha os objetivos de um empreendimento, os meios para alcançá-los e os recursos necessários para sua implementação (DORNELAS, 2018).

Na estrutura clássica de um plano de negócios, incluem-se seções como análise de mercado, plano de marketing, plano operacional, plano financeiro e análise de riscos. Cada uma

dessas partes deve estar alinhada com a proposta de valor da empresa, refletindo a viabilidade do negócio no curto, médio e longo prazo (SEBRAE, 2019).

Um plano de negócios bem elaborado permite ao empreendedor antecipar desafios, identificar oportunidades e avaliar a sustentabilidade do empreendimento. Ele também serve como instrumento de comunicação com potenciais investidores e parceiros estratégicos (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014).

Outro aspecto relevante é a dinamicidade do plano. Ele não deve ser encarado como um documento estático, mas sim como um guia flexível, sujeito a revisões conforme o negócio evolui e o ambiente externo se transforma (KAPLAN; NORTON, 2004).

Importância para empreendimentos inovadores

Empreendimentos inovadores, como é o caso de uma indústria de azeite de abacate, demandam um planejamento detalhado e específico. O plano de negócios fornece subsídios para validar a proposta de valor, identificar segmentos de mercado, definir canais de distribuição e estimar a demanda do produto (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2010).

Em setores emergentes, a incerteza é um dos principais desafios. O plano de negócios contribui para a redução de riscos, pois possibilita simulações de cenários, previsões financeiras e análises de sensibilidade. Dessa forma, o empreendedor pode tomar decisões mais assertivas (TIDD; BESSANT, 2015).

Além disso, o plano favorece a organização interna da empresa, orientando as ações dos colaboradores e contribuindo para a construção de uma cultura organizacional voltada à excelência e à inovação (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

Por fim, a importância do plano de negócios se revela também na captação de recursos. Investidores e financiadores exigem informações concretas e projeções realistas antes de alocar capital, e um plano bem estruturado atende a essa demanda com clareza e precisão (DORNELAS, 2018).

Indústria de azeite de abacate no Brasil

O azeite de abacate é um produto que vem ganhando destaque por suas propriedades nutricionais e funcionais. Rico em ácidos graxos monoinsaturados, especialmente o ácido oleico,

ele também apresenta altos teores de vitamina E, fitoesteróis e antioxidantes naturais (SILVA et al., 2018).

Esses componentes conferem ao azeite de abacate propriedades benéficas para a saúde cardiovascular, redução de processos inflamatórios e proteção contra o envelhecimento celular. Estudos apontam que seu consumo regular pode contribuir para a melhoria de perfis lipídicos e do sistema imune (VAFEIADOU et al., 2015; JORIS; MENSINK, 2016).

Comparado ao azeite de oliva, o azeite de abacate possui maior ponto de fumaça, o que o torna mais estável para usos culinários que envolvem aquecimento. Essa característica o diferencia no mercado e amplia suas possibilidades de aplicação gastronômica (RIBEIRO et al., 2021).

Além disso, seu sabor suave e textura leve são aspectos valorizados por chefs e consumidores, especialmente os que buscam alimentos funcionais com qualidade sensorial diferenciada (COSTA, 2019).

Cadeia Produtiva e Processamento

A cadeia produtiva do azeite de abacate envolve uma série de etapas que vão desde o cultivo da fruta até a extração e o envase do produto. O Brasil possui condições edafoclimáticas favoráveis à cultura do abacate, o que representa uma vantagem competitiva (EMBRAPA, 2020).

A extração do azeite geralmente ocorre por processos mecânicos a frio, que preservam suas propriedades nutricionais e organolépticas. A escolha do tipo de extração, o ponto ideal de colheita e o tempo de armazenamento das frutas impactam diretamente na qualidade do azeite produzido (VIEIRA et al., 2018).

Apesar de ainda incipiente no Brasil, a cadeia do azeite de abacate apresenta grande potencial de desenvolvimento, especialmente com o aumento da demanda por produtos saudáveis e sustentáveis (SEBRAE, 2019).

Panorama de mercado: nacional e internacional

O mercado de azeite de abacate encontra-se em plena expansão, impulsionado pelo crescimento do consumo consciente e pelo aumento do interesse por superalimentos. No Brasil, embora a produção ainda seja limitada, observa-se uma crescente inserção do produto em feiras, empórios e supermercados especializados (IBGE, 2020).

No cenário internacional, países como México, Chile e Estados Unidos lideram a produção e exportação do azeite de abacate. O Brasil, por sua vez, tem potencial para se tornar um player relevante, dada sua capacidade produtiva e a diversidade de cultivares (FAO, 2021).

Estudos de mercado indicam que consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos com atributos funcionais e que ofereçam valor agregado. Isso reforça a importância de uma estratégia de marketing focada na educação do consumidor e na comunicação dos diferenciais do produto (KOTLER; KELLER, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com delineamento exploratório-descritivo e natureza aplicada, conforme classificação proposta por Gil (2017) e Vergara (2016). O método utilizado foi o estudo de caso único instrumental, conforme orientações de Yin (2016), centrado na análise de um plano de negócios elaborado para a empresa Tanaka Agronegócios Ltda. Os dados foram obtidos por meio de análise documental e reuniões on-line com representantes da cooperativa parceira, realizadas no primeiro semestre de 2024. Embora o estudo se concentre em um único plano ainda não implementado, sua profundidade e estruturação metodológica permitem compreender práticas empreendedoras sustentáveis no setor agroindustrial.

Procedimentos metodológicos

Foi conduzida uma revisão bibliográfica sistematizada, com base em livros clássicos e artigos científicos recentes, disponíveis em bases como Scielo, Google Scholar e periódicos da CAPES. A revisão teve como objetivo estabelecer o marco teórico do estudo e validar, à luz da literatura, as premissas e decisões descritas no plano de negócio analisado. As categorias utilizadas incluíram: plano de negócios, agronegócio sustentável, análise de viabilidade, marketing agroindustrial e gestão da inovação.

A estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso único instrumental (YIN, 2016), tendo como unidade de análise o plano de negócio da empresa Tanaka Agronegócios Ltda, localizada em São Gotardo – MG. O plano foi construído com base em fontes secundárias e contempla todas as dimensões exigidas para análise de viabilidade de empreendimentos, incluindo estudo de mercado, plano operacional, projeções financeiras e construção de cenários.

Foi realizada uma análise documental do conteúdo integral do plano de negócio, com base nas categorias analíticas extraídas da literatura sobre empreendedorismo e planejamento empresarial, conforme modelos propostos por Dornelas (2021), Osterwalder e Pigneur (2010) e Hisrich, Peters e Shepherd (2014). Além disso, foram consultados documentos fornecidos pela cooperativa associada à Tanaka Agronegócios, que contribuíram com dados operacionais e comerciais relevantes. O período de coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2024, por meio de reuniões *on-line* realizadas com os representantes da cooperativa. O material analisado inclui dados sobre missão, visão, marketing, layout industrial, custos, estimativas financeiras e indicadores de desempenho.

Técnicas de análise de dados

A análise dos dados baseou-se na técnica de abordagem metodológica integrada, combinando as evidências extraídas do plano de negócio com a literatura acadêmica e fontes documentais externas (como dados do IBGE, SEBRAE, EPAMIG e EMBRAPA), conforme orientação de Denzin e Lincoln (2011).

Foram aplicadas ferramentas de análise estratégica, como a Matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) e os principais indicadores de viabilidade econômica e financeira: ponto de equilíbrio, lucratividade, rentabilidade e prazo de retorno, conforme as fórmulas e conceitos apresentados por Gitman e Zutter (2018) e Marion (2015).

DESENVOLVIMENTO

A análise do plano de negócios da Tanaka Agronegócios Ltda., voltado à implantação de uma agroindústria de azeite extravirgem de abacate em Minas Gerais, buscou verificar sua coerência interna frente às exigências de mercado, sustentabilidade e viabilidade financeira.

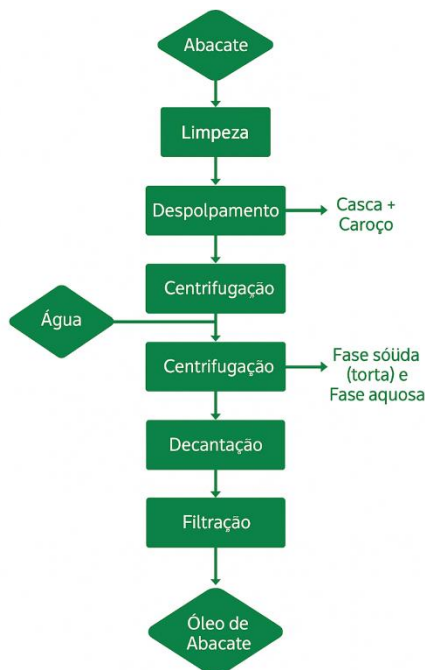
A estrutura do plano seguiu modelos amplamente reconhecidos, com proposta de valor, análise de mercado, plano operacional e projeções financeiras. A estratégia adotada baseou-se na diferenciação por qualidade e sustentabilidade, voltada a um público preocupado com saúde e alimentação funcional.

As projeções financeiras apontaram boa lucratividade e retorno viável, mesmo em cenários adversos. A análise SWOT reforçou o posicionamento competitivo da empresa, com integração à produção local e oportunidades no mercado de alimentos naturais. Riscos

relacionados à sazonalidade e dependência de matéria-prima foram considerados, exigindo atenção estratégica.

O plano também incluiu o detalhamento do processo produtivo, representado em fluxograma (Figura 1), com nove etapas — do recebimento dos frutos ao armazenamento do produto, ao armazenamento final — evidenciando organização e padronização do fluxo operacional.

Figura 1 – Fluxograma do processo produtivo de azeite de abacate.

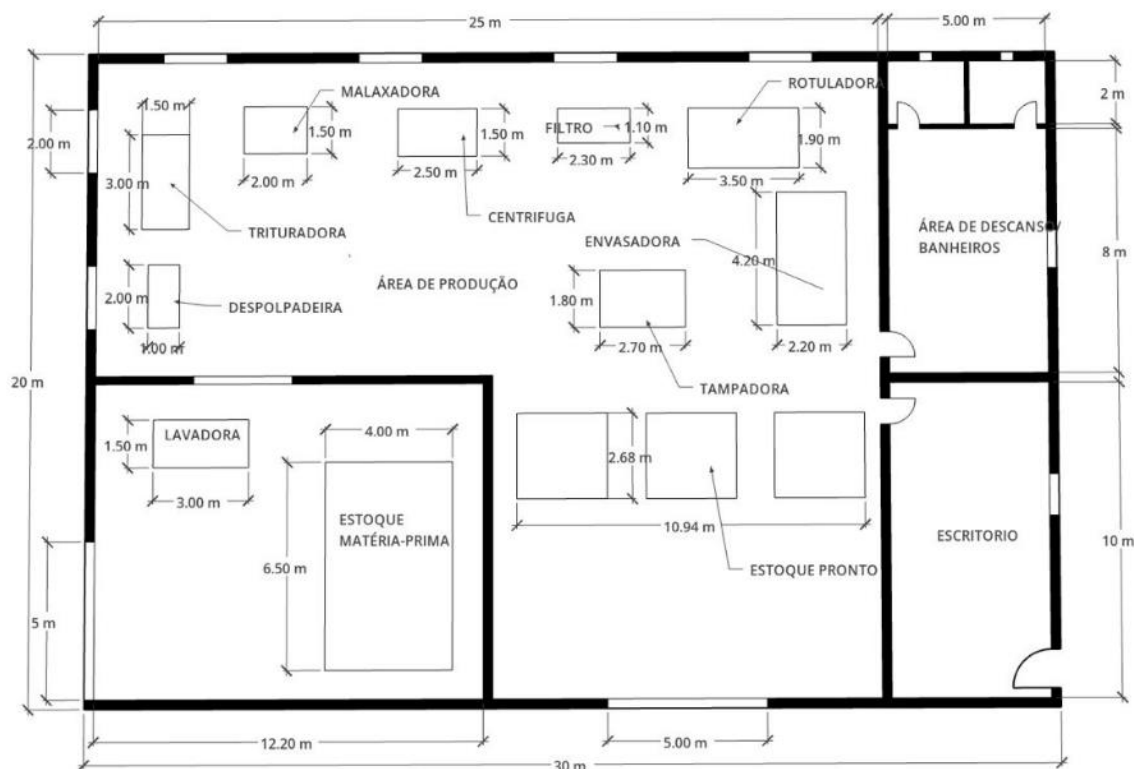


Fonte: Adaptado do plano de negócios da Tanaka Agronegócios Ltda. (2024).

O fluxograma apresentado evidencia a lógica sequencial do processo produtivo, destacando a padronização das etapas e o controle de qualidade em cada fase. Já o layout proposto demonstra uma organização física eficiente, com disposição linear das áreas produtivas, o que favorece a fluidez operacional, minimiza desperdícios e atende às exigências sanitárias.

O arranjo físico das instalações, ilustrado na Figura 2, foi concebido para assegurar fluidez operacional, com layout linear e setores organizados conforme as exigências sanitárias e logísticas.

Figura 2 – Layout proposto para a planta industrial.



Fonte: Plano de negócios da Tanaka Agronegócios Ltda. (2024).

A integração entre fluxo de processo e arranjo físico reforça a viabilidade técnica da proposta, compatível com os princípios de sustentabilidade operacional analisados neste estudo.

No arranjo físico das instalações, as áreas de produção, apoio e expedição foram organizadas de modo a minimizar deslocamentos e garantir a rastreabilidade do processo, respeitando as boas práticas de fabricação recomendadas para o setor de alimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados da análise do plano de negócios da Tanaka Agronegócios Ltda., à luz da literatura especializada. Os dados foram organizados em três eixos — estratégico, operacional e financeiro — e discutidos com base em critérios metodológicos e teóricos reconhecidos, garantindo coerência e fundamentação na avaliação realizada.

Modelo de negócio e estrutura organizacional

O plano de negócio evidencia uma proposta de valor alinhada ao conceito de inovação incremental, ao propor um produto funcional (azeite de abacate) com diferenciação baseada em

qualidade, origem e sustentabilidade. Segundo Osterwalder e Pigneur (2010), modelos de negócio bem estruturados articulam os elementos de oferta, clientes, infraestrutura e viabilidade financeira, o que se observa na descrição da Tanaka Agronegócios. A empresa apresenta missão, visão e valores coerentes com práticas ESG, o que reforça o posicionamento estratégico em mercados premium.

Análise de mercado e comportamento do consumidor

A análise do público-alvo, realizada por meio de questionário estruturado, revelou que o maior interesse pelo produto está entre mulheres de 18 a 35 anos, com nível educacional médio-alto e preocupações com saúde e bem-estar. Esses dados corroboram Kotler e Keller (2019), que destacam a segmentação por estilo de vida como chave para o posicionamento eficaz.

O crescimento médio do consumo de azeite de abacate é estimado em 15% ao ano (EPAMIG, 2020), o que indica uma tendência convergente com a valorização de produtos naturais e funcionais. Entretanto, observa-se uma lacuna quanto à mensuração da elasticidade-preço e ao potencial real de penetração em mercados de menor poder aquisitivo, o que representa uma limitação estratégica.

Capacidade produtiva e eficiência operacional

A análise do layout produtivo e dos equipamentos revelou uma estrutura racional, com capacidade instalada de produção mensal de 5.332 garrafas de 250 ml. O índice de utilização da capacidade, estimado em 85%, indica eficiência operacional acima da média para agroindústrias de pequeno porte (MOREIRA, 2004). A Tabela 1 resume a capacidade operacional das etapas produtivas previstas para o processamento do azeite de abacate.

Tabela 1 - Capacidade operacional e estimativa de produção diária por etapa do processo industrial

Etapa do processo	Capacidade (kg/litros)	Produção diária (8h)
Despolpadeira	200 kg/h	1.600 kg
Centrífuga	150 l/h	1.200 l
Envasadora	500 l/h	2.000 garrafas (250 ml)

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Essa estrutura permite escalabilidade por adição de turnos, com impacto moderado nos custos fixos, conforme argumentam Gitman e Zutter (2018). A manutenção da qualidade, no entanto, dependerá de controles rigorosos, o que demanda investimentos futuros em certificações e rastreabilidade.

Viabilidade econômico-financeira

A análise dos indicadores financeiros demonstra a viabilidade do empreendimento, com retorno projetado em 30 meses. A Tabela 2 sintetiza os principais indicadores:

Tabela 2 – Indicadores de desempenho econômico-financeiro

Indicador	Valor Estimado
Investimento total	R\$ 1.566.340,94
Receita mensal projetada	R\$ 240.000,00
Lucro operacional	R\$ 51.910,07
Ponto de equilíbrio	1.045 litros/mês
Lucratividade	21,63%
Rentabilidade mensal	3,31%
Prazo de retorno	30 meses

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Os dados confrontam positivamente com os critérios de viabilidade defendidos por Marion (2015), que considera satisfatórios investimentos com retorno inferior a três anos em negócios de base industrial. No entanto, o plano assume estabilidade nos custos variáveis e no preço de venda, o que não considera cenários inflacionários ou riscos regulatórios.

Análise SWOT e estratégias competitivas

A Matriz SWOT aplicada revelou forças bem delineadas (tecnologia limpa, verticalização, diferenciação), mas também fragilidades estratégicas, como a baixa diversidade de canais de distribuição e a dependência da variedade de abacate Hass — cultivar predominante no projeto, reconhecida por seu alto teor de óleo e exigências agrônômicas específicas. As oportunidades incluem exportações e parcerias com o setor gastronômico, enquanto a principal ameaça é a entrada de novos concorrentes com foco em preço.

Conforme Mintzberg et al. (2000), estratégias competitivas sustentáveis requerem contínua adaptação, o que demanda da empresa um monitoramento sistemático do ambiente e inovação incremental contínua.

Construção e Interpretação de Cenários

Foram modelados dois cenários: otimista e pessimista. No primeiro, projeta-se aumento da demanda e apoio institucional; no segundo, retração do consumo e elevação dos custos. A análise sensível indica que no cenário pessimista o prazo de retorno se estende para até 40 meses, mas o negócio ainda permanece viável, com rentabilidade marginal de 1,8% ao mês. Tal resiliência está alinhada ao conceito de robustez estratégica (KAPLAN; NORTON, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste estudo permitiu avaliar, com rigor técnico e fundamentação teórica, a viabilidade de implantação de uma indústria de azeite de abacate a partir do plano de negócio desenvolvido pela Tanaka Agronegócios Ltda. O trabalho demonstrou que o modelo proposto é economicamente promissor, estrategicamente bem-posicionado e operacionalmente viável, especialmente se considerado o cenário crescente de valorização de alimentos funcionais e sustentáveis.

O estudo de caso mostrou que o plano de negócio estudado não apenas está tecnicamente fundamentado, mas também representa uma iniciativa promissora para a promoção de cadeias produtivas sustentáveis no setor agroindustrial.

As análises financeira e operacional reforçam a robustez do plano, evidenciada por indicadores consistentes de lucratividade e prazo de retorno. Ainda que o cenário pessimista aponte riscos significativos, como aumento de custos ou redução da demanda, o projeto se mantém resiliente e com margem para adaptação, especialmente com a aplicação de boas práticas de gestão e diversificação de canais de distribuição.

O estudo também evidenciou contribuições teóricas e práticas. Do ponto de vista acadêmico, reforça o papel do empreendedorismo sustentável e da gestão estratégica no agronegócio, com ênfase em modelos replicáveis e escaláveis. Do ponto de vista prático, oferece um roteiro aplicável a empreendedores e cooperativas que pretendem ingressar no mercado de óleos vegetais nobres, valorizando a biodiversidade e a cultura local.

Conclui-se, portanto, que o plano de negócio em questão apresenta solidez conceitual e aplicabilidade prática, sendo uma referência promissora para o fortalecimento de cadeias agroindustriais inovadoras e sustentáveis no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. São Paulo: Empreende, 2021.

EMBRAPA. **Azeite de abacate para alimentação: alternativa ao azeite de oliva**. 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/16725921/azeite-de-abacate-para-alimentacao-alternativa-ao-azeite-de-oliva>. Acesso em: 23 maio 2025.

EPAMIG. **Azeite de abacate é alternativa para alimentação mais saudável**. 2020. Disponível em: <https://epamig.wordpress.com/2020/01/08/azeite-de-abacate-e-alternativa-para-alimentacao-mais-saudavel/>. Acesso em: 23 maio 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization. **Avocado market review 2021**. Roma, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb6496en/cb6496en.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GITMAN, L. J.; ZUTTER, C. J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Pearson, 2018.

HISRIC, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2025.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business model generation: inovação em modelos de negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010.

RIBEIRO, R. C. et al. Composição química e propriedades funcionais do azeite de abacate. **Revista Brasileira de Nutrição Funcional**, v. 13, n. 4, p. 21–30, 2021.

RICHARDSON, M. **Monte um plano de negócio fácil e simples**. SEBRAE, 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/monte-um-plano-de-negocio-facil-e-simples,17f2850c4d8f2610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 23 maio 2025.

ROSENDO, V. **Óleo de abacate divide espaço com o azeite de oliva em Minas Gerais**. Canal Rural, 2024. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/oleo-de-abacate-divide-espaco-com-o-azeite-de-oliva-em-minas-gerais/>. Acesso em: 23 maio 2025.

SEBRAE. **Como fazer uma boa análise de mercado. 2023.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-fazer-uma-bo-a-analise-de-mercado,2061b189deb36810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, A. P. et al. Perfil nutricional e benefícios do azeite de abacate. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5431>. Acesso em: 23 maio 2025.

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da inovação.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VAFEIADOU, K. et al. Effects of cis-monounsaturated fatty acids on human serum lipids and lipoproteins: a systematic review and meta-analysis. **Journal of the American Heart Association**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ahajournals.org/doi/full/10.1161/JAHA.115.002543>. Acesso em: 23 maio 2025.

VIEIRA, F. M. C. et al. Estudo comparativo do rendimento e qualidade do óleo de abacate obtido por diferentes métodos de extração. **Revista Ceres**, v. 65, n. 3, p. 271–278, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rceres/a/5kZfvWq8s3sk7dtrTtbYHMs>. Acesso em: 23 maio 2025.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Raquel dos Santos Vieira¹ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: 01 Estratégia, Inovação e Empreendedorismo.

RESUMO

A pesquisa objetivou caracterizar, a partir de um estudo bibliométrico, os artigos científicos selecionados sobre as políticas públicas de empreendedorismo, no período entre 2014 e 2024. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utilizou-se da abordagem quantitativa e foi classificada como descritiva. Foram analisados 15 (quinze) artigos, publicados nos portais Scielo e Spell, no período entre 2014 e setembro de 2024. Os artigos foram analisados com o auxílio dos softwares *Bibliometrix* e *Microsoft Excel* e dos sites *Write Words* e *Word Clouds*. Os resultados indicaram que a Revista Regepe foi a que mais publicou artigos sobre as políticas públicas de empreendedorismo no período analisado. O maior quantitativo de artigos foi publicado nos anos de 2022 e 2023, possivelmente como reflexo das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo após a Pandemia da COVID-19. A frequência de palavras nos títulos e palavras-chave e na nuvem de palavras está alinhada com a literatura científica sobre as políticas públicas de empreendedorismo. Notou-se que as políticas públicas se apresentam como um meio para fomentar iniciativas inovadoras, contribuindo, assim, para alcançar resultados que beneficiem empresas e comunidades. Sugere-se como pesquisa futura investigações qualitativas e quantitativas que busquem identificar as abordagens das políticas públicas de empreendedorismo no Brasil e como essas abordagens dialogam para a construção de uma cultura empreendedora em território nacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Empreendedorismo; Bibliometria.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo caracterizar, a partir de un estudio bibliométrico, los artículos científicos seleccionados sobre las políticas públicas de emprendimiento, en el período comprendido entre 2014 y 2024. Para alcanzar el objetivo propuesto, se adoptó un enfoque cuantitativo y la investigación fue clasificada como descriptiva. Se analizaron 15 (quinze) artículos publicados en los portales Scielo y Spell, entre 2014 y septiembre de 2024. Los artículos fueron examinados con el apoyo de los softwares Bibliometrix y Microsoft Excel, así como de los sitios Write Words y Word Clouds. Los resultados indicaron que la revista Regepe fue la que más publicó artículos sobre políticas públicas de emprendimiento durante el período analizado. El mayor número de publicaciones se registró en los años 2022 y 2023, posiblemente como resultado de las políticas públicas de fomento al emprendimiento tras la Pandemia de COVID-19. La frecuencia de palabras en los títulos, palabras clave y en la nube de palabras está alineada con la literatura científica sobre políticas públicas de emprendimiento. Se observó que las políticas públicas se presentan como un medio para fomentar iniciativas innovadoras, contribuyendo así a lograr resultados que benefician tanto a empresas como a comunidades. Como sugerencia para investigaciones futuras, se recomienda la realización de estudios cualitativos y cuantitativos que busquen identificar los enfoques de las políticas públicas de emprendimiento en Brasil y cómo estos enfoques contribuyen a la construcción de una cultura emprendedora en el territorio nacional.

Palabras clave: Políticas Públicas; Emprendimiento; Bibliometría.

¹ - Gestora de Turismo, Gestora e Empreendedora, Administradora, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Docente do curso de Turismo da Unespar campus Campo Mourão – e-mail: raquelsantosufpr@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O empreendedorismo popularizou-se no Brasil, a partir da década de 1990, como sinônimo da abertura de empresas privadas. Essa interpretação permanece e, nos dias atuais, ao abordar o empreendedorismo no cenário nacional, destacam-se as micro e pequenas empresas (MPE).

De acordo com o Mapa de Empresas, do Ministério da Economia (2024), em outubro de 2024, as MPEs representavam 97% das empresas brasileiras. Soma-se a isso o fato das MPEs serem as responsáveis por 70% dos empregos formais do país. Esses dados demonstram a expressividade das MPEs no país e a sua contribuição para a economia nacional.

Nesse cenário, o empreendedorismo se destaca e passa a ser inserido nas estratégias de países que almejam alcançar melhores desempenhos econômicos. Para isso, é fundamental desenvolver ações que estimulem a iniciativa empreendedora e, ao mesmo tempo, dêem suporte para os empreendimentos existentes. Dessa forma, tais ações precisam estar articuladas, a fim de fomentar e manter a atividade empreendedora (Sarfati, 2013).

Ressalta-se que as ações mencionadas emergem das políticas públicas de empreendedorismo, que são definidas pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP, 2024). Este Ministério é responsável pelo conjunto de ações governamentais organizado em planos, programas e projetos que objetivam incentivar e viabilizar a criação de novos negócios, bem como fomentar o desenvolvimento de negócios existentes (MEMP, 2024).

As políticas públicas de empreendedorismo possibilitam o planejamento, execução, monitoramento e controle de ações direcionadas ao fomento do empreendedorismo. Essas políticas possibilitam a criação e implementação de ações embasadas nas necessidades locais em diálogo com os objetivos governamentais, identificando negócios com potencial de contribuir para o fortalecimento da economia (Sarfati, 2013).

A partir do contexto exposto, apresenta-se como fundamental conhecer e compreender as características dos artigos científicos que pesquisaram as políticas públicas de empreendedorismo. Assim, o presente estudo norteou-se pelo seguinte problema de pesquisa: como se descreve os artigos científicos sobre as políticas públicas de empreendedorismo no

Brasil? Para responder ao problema de pesquisa, delimitou-se como objetivo geral: caracterizar, a partir de um estudo bibliométrico, os artigos científicos sobre as políticas públicas de empreendedorismo, no período entre 2014 e 2024, construindo um panorama acerca de alguns aspectos da produção, como autores, periódicos, período de publicação, entre outros.

Justifica-se essa pesquisa pela necessidade de compreender cientificamente o panorama das pesquisas sobre as políticas públicas de empreendedorismo brasileiras. Tal entendimento poderá contribuir para (re)pensar políticas públicas futuras que contribuam, efetivamente, para a construção de uma cultura empreendedora no Brasil.

O estudo está organizado em cinco capítulos, além desta introdução. Na sequência apresenta-se o referencial teórico que embasou o estudo. No terceiro capítulo têm-se os aspectos metodológicos empregados. O quarto capítulo exhibe a apresentação e análise dos resultados obtidos e, por fim, no quinto capítulo tecem-se as considerações finais.

EMPREENDEDORISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O empreendedorismo é definido pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (Monitor Global de Empreendedorismo - GEM) como:

Qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. É importante destacar que o foco principal é o indivíduo empreendedor, mais do que o empreendimento em si (GEM, 2013, p. 5).

Complementarmente, Dolabela (2008, p. 24 e 25) define o empreendedor e o empreendedorismo empresarial, respectivamente, como o “indivíduo que cria uma empresa, qualquer que seja ela” e o ato ou iniciativa de “abrir empresas”.

Segundo o GEM (2013), o empreendedorismo é o principal fator de desenvolvimento econômico de um país. Uma nação com indicadores reduzidos de criação de novos empreendimentos tendência à estagnação econômica. Nesse contexto, os países tendem a colocar o empreendedorismo entre as prioridades das políticas públicas na tentativa de alcançar a

prosperidade econômica. Assim, apesar do conceito de empreendedorismo ser mais amplo do que a simples abertura de um empreendimento, a abertura de novas empresas se constitui em um forte indicador para mensurar o empreendedorismo.

Para Dolabela (2008) o empreendedorismo se caracteriza como um fenômeno cultural, pois na compreensão do autor, os empreendedores nascem devido à influência do meio em que vivem. Nessa perspectiva, o empreendedor sempre terá algum outro empreendedor próximo do seu círculo de convivência que o influencia e que é visto por ele como um exemplo a ser seguido.

O autor Dolabela (2008) indica que o empreendedorismo corresponde, também, a um fenômeno local, no qual existem cidades, regiões e países mais ou menos empreendedores que outros e que o perfil dos empreendedores varia de um lugar para outro. Nesse sentido, Fillion (1999) e Dolabela (1999) argumentam que quanto maior o reconhecimento social do empreendedorismo, maior será o número de pessoas que o escolherão como opção de carreira.

Nessa perspectiva, Santos, Leite e Fonseca (2014) argumentam sobre a necessidade de se criar um ambiente propício para o empreendedorismo, especialmente, com políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento do setor. Esses autores mencionam alguns entraves encontrados pelos empreendedores, como cargas tributárias altas, exigências legais exageradas, dificuldades de acesso ao crédito e falta de segurança que, segundo eles, limitam o desenvolvimento dos empreendimentos. Assim, o Estado possui um papel essencial de fomentar o empreendedorismo a partir de políticas públicas que apóiem e incentivem sua efetivação.

Ademais, o empreendedorismo se apresenta como fenômeno coletivo e comunitário, pois implica a ideia de sustentabilidade por envolver, além de indivíduos, as respectivas comunidades, regiões e países. Assim, o empreendedorismo tem como fundamento a cidadania, buscando proporcionar bem-estar coletivo a partir dos princípios de comunidade e cooperação (Dolabela, 2008).

Uma característica inseparável do empreendedorismo é a inovação. Para Dornelas (2001), o empreendedor assume os riscos inerentes à iniciativa empreendedora ao começar algo novo. Dessa forma, Dolabela (2008) complementa que a iniciativa e a inovação estão contidas no empreendedorismo.

Nessa perspectiva, Hisrich e Peters (2004), defendem que o:

Empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal (Hisrich; Peters, 2004, p. 29).

Para Drucker (1986), a inovação é fundamental para o empreendedorismo. Segundo ele, para um empreendimento ser considerado como tal, deve, obrigatoriamente, criar algo diferenciado, de forma que mude ou transforme valores sociais. Assim, é a partir da inovação que um empreendimento nasce e é por meio dela que os empreendedores exploram uma oportunidade e consolidam seus empreendimentos no mercado.

Para que o empreendedorismo se desenvolva de forma adequada é fundamental o apoio governamental por meio de políticas públicas que fomentem a abertura e manutenção de empreendimentos. Uma política pública corresponde ao conjunto de procedimentos formais e informais que exprimem relações de poder e buscam resolver, de forma pacífica, conflitos relativos aos bens públicos (Rua, 1998).

Para Dye (1972, p. 2), política pública é definida como “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer”. Trata-se, segundo o autor, de uma determinação consciente de um governo. Nessa perspectiva, Jenkins (1978) menciona que as políticas públicas se referem à seleção de objetivos e os meios para alcançá-los. Assim, pode-se compreender que uma política pública compreende um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator ou grupo de atores.

Para Dias (2003, p. 121), as políticas públicas são um “conjunto de ações executadas pelo Estado, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”. Assim, uma política pública compreende o resultado do pensamento e da ação de um governo em prol de um coletivo.

As políticas públicas, de acordo com Saravia (2006), se configuram como um sistema de decisões públicas direcionadas à prevenção e/ou correção. Trata-se de um sistema destinado a manter ou modificar a vida social, a partir do estabelecimento de objetivos e estratégias para alocação de recursos. Assim, conforme apontado por Schlager (2007), as políticas públicas são

processos, que carregam a noção de temporalidade, desdobramento e interligação de ações, acontecimentos e decisões.

Nota-se que as políticas públicas, segundo John (2012), se desenvolvem em um ambiente complexo para tomadas de decisões e recebem influências diversas da economia e das instituições de forma geral. Dessa maneira, o Governo, no papel de provedor e direcionador de recursos, é o responsável por estabelecer os objetivos e definir prioridades para atender as necessidades e desejos da população.

Observa-se, também, que as políticas públicas se apresentam como uma medida de gestão de problemas e demandas da sociedade. Essa gestão se efetiva a partir da “utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos” (Dias; Matos, 2012, p. 14). Assim, quando bem geridas, as políticas públicas podem contribuir para a construção de uma sociedade com suas necessidades e direitos devidamente atendidos.

No Brasil, desde a década de 1990, as políticas públicas de empreendedorismo, além de incentivar a inovação, estão voltadas para a ciência e a tecnologia (Negri, 2017; Rauen, 2017). Nessa perspectiva, para Freire, Maruyama e Polli (2017) o Brasil avançou no que se refere ao apoio ao empreendedorismo, contribuindo para dinamizar o ecossistema empreendedor nacional.

No entanto, Freire, Maruyama e Polli (2017) indicam que esse apoio ainda se apresenta de forma pulverizada, sem foco e continuidade. Dessa forma, tais políticas públicas se mostram como insuficientes para impulsionar consistentemente o empreendedorismo e, conseqüentemente, contribuir efetivamente ao desenvolvimento econômico nacional. Negri (2017) complementa que o resultado das políticas públicas de empreendedorismo brasileiras foi modesto quando comparado às iniciativas similares de outros países.

Na intenção de capacitar a população brasileira para o empreendedorismo, em 1999 foi instituído o Programa Brasil Empreendedor, com a meta inicial prevendo a “capacitação de mais de um milhão de empreendedores brasileiros na elaboração de planos de negócios, visando à captação de recursos junto aos agentes financeiros do programa” (MEMP, 2024).

Pode-se citar dentre as principais políticas públicas de empreendedorismo no Brasil, contemporaneamente, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Essa lei estabelece normas gerais

relacionadas ao tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Vale comentar que o tratamento diferenciado estabelecido na referida Lei está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Outra política pública brasileira de empreendedorismo é o Programa Empreendedor Individual, que foi instituído pela Lei Complementar nº 128/2008, e alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Esse programa incentiva a formalização dos empreendimentos, de forma que o empreendedor obtenha o registro empresarial junto aos órgãos governamentais, tenha um CNPJ e possa emitir nota fiscal, acessar serviços bancários, pagar tributos mais acessíveis, vender e prestar serviços para o governo e ter regime previdenciário próprio (MEMP, 2024).

Citam-se ainda dois programas do Governo Federal: O Pronampe e o Programa Acredita. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi lançado em 2020 (Pronampe – Lei nº 13.999) e apresenta como objetivo “facilitar o acesso ao crédito às MPEs, ofertando garantia suficiente para reduzir o risco dos agentes financeiros e desonerando as empresas do prêmio de risco embutido no *spread* bancário”. (MEMP, 2024). Já o Programa Acredita, tem como foco oferecer crédito com taxas de juros diferenciadas para pequenos empreendedores (MEMP, 2024). Nota-se que ambos os programas citados enfatizam a oferta de crédito aos micro e pequenos empreendedores brasileiros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa utilizou-se da abordagem quantitativa que é considerada “um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis” (Creswell, 2010). A pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois, segundo Gil (2022), apresenta como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. De acordo com o autor, esse tipo de pesquisa tem a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis e se dedica à descrição destas relações.

A pesquisa classifica-se, também, como bibliométrica. Esse tipo de pesquisa consiste na utilização de métodos estatísticos e matemáticos para caracterizar diferentes aspectos da literatura, realizando assim uma análise quantitativa da informação (Araújo, 2006). Dessa forma, a bibliometria pode ser aplicada em diversos âmbitos de análise com a utilização de técnicas variadas, visto que, por desenvolver-se a partir da utilização de um programa voltado à produção científica, requer publicações apropriadas para assegurar resultados satisfatórios (Araújo, 2011).

Para alcançar o objetivo geral, selecionaram-se os artigos publicados no período entre 2014 e setembro de 2024, quando foi operacionalizada a busca nos portais *Scielo* e *Spell*. Definiram-se, como critérios para a seleção dos artigos, a apresentação das expressões “políticas públicas” ou “empreendedorismo” no título ou nas palavras-chave.

Foram identificados 16 (dezesesseis) artigos, sendo 8 (oito) em cada uma das plataformas citadas. No entanto, um artigo foi excluído por estar repetido nas duas bases de dados. Assim, a análise procedeu com 15 (quinze) artigos.

Os artigos selecionados foram organizados com o auxílio do software *Bibliometrix*, que resultou em uma planilha com os seguintes títulos nas colunas: Título do artigo; Ano de publicação; Nome da revista; Autores; Universidade de origem dos autores; Palavras-chave e Resumos.

Para análise da planilha, as informações de cada uma das colunas foram compiladas, identificando-se um padrão de variação das palavras. Em seguida, utilizaram-se como suporte o software *Microsoft Excel* e os sites *Write Words* para contagem de frequência de palavras (http://www.writewords.org.uk/word_count.asp) e *Word Clouds* (<https://www.wordclouds.com/>) para elaboração de nuvem de palavras.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo tem como objeto de análise os artigos científicos sobre políticas públicas de empreendedorismo publicados nos portais *Scielo* e *Spell*, no período de 2014 a setembro de 2024.

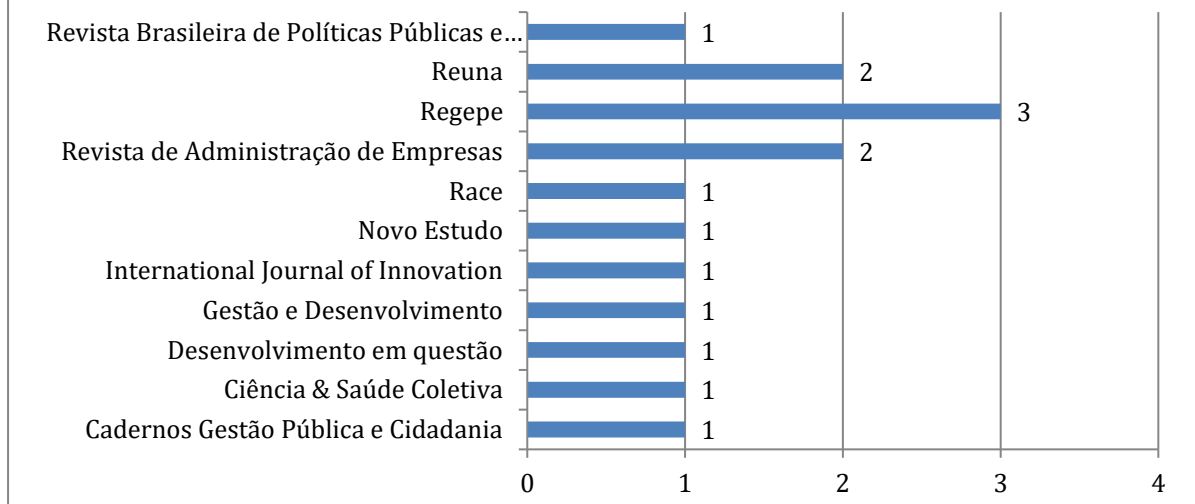
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo bibliométrico, analisaram-se 15 (quinze) artigos que se enquadraram nos critérios de seleção definidos para a pesquisa.

Os periódicos analisados e o número de artigos científicos publicados em cada um deles podem ser visualizados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Publicações por periódicos científicos

Publicações por Revista Científica



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

A Revista de Empreendedorismo e Pequenos Negócios (*Entrepreneurship and Small Business Journal* - REGEPE) destacou-se no estudo com três publicações. Na sequência, aparecem a Revista de Administração de Empresas (RAE) e a Revista Reuna com duas publicações cada uma. As demais revistas científicas apresentaram, cada uma, uma publicação.

Os anos de publicação dos artigos analisados podem ser visualizados no Gráfico 2.

Gráfico 2: Artigos publicados por ano



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

O Gráfico 2 apresenta um aumento não contínuo na quantidade de publicações. Nota-se aumento de publicações nos anos 2018 e 2022, seguidas de reduções nas publicações, com exceção do ano 2023. Em 2022 e 2023 foram registradas o maior quantitativo de artigos publicados (três em cada ano).

Pode-se inferir a isso a implementação de uma série de políticas públicas de empreendedorismo com o objetivo de fomentar os empreendimentos no pós-pandemia da COVID-19, que afetou drasticamente os empreendimentos brasileiros, principalmente os micro e pequenos. Infere-se, também, que a queda para dois artigos em 2024 pode-se justificar pela realização da coleta de dados até o mês de setembro, podendo este número ter aumentado até o final do referido ano.

A frequência em que as palavras aparecem no título e nas palavras-chave dos artigos foi identificada e pode ser visualizada no Gráfico 3.

Gráfico 3: Frequência de palavras no título e nas palavras-chave



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

Excluindo-se as palavras “políticas públicas” e “empreendedorismo”, o termo que mais se destacou foi “inovação”, mencionada oito vezes. Esse fato pode ser explicado pela relação direta do empreendedorismo com a inovação. Trata-se de uma característica inerente à atividade empreendedora, de criar algo novo e, com isso, se diferenciar de outros empreendimentos do mercado (Dolabela, 2008; Dornelas, 2001).

Outra palavra que se destacou foi “desenvolvimento”, com cinco menções. Neste caso, a literatura indica que o empreendedorismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e local (Dolabela, 2008).

A terceira palavra em destaque na pesquisa foi “Estado”, com três menções. Como apontado por John (2012), o Estado é o responsável pela elaboração e execução das políticas públicas, cabendo a ele o papel de fomentar a inovação nos empreendimentos com vistas ao desenvolvimento local.

Com duas menções cada, as palavras: “venezuelanos”, “trabalho”, “teoria”, “sustentabilidade”, “sociedade”, “regional”, “programa”, “mulheres”, “migrantes”, “limitada”, “juventude”, “incentivos”, “fomento”, “fiscais”, “empresas”, “empreendedores”, “empreendedora”, “ecossistemas”, “contexto”, “cidade”, “capitalismo”, “capacidades”,

“atributo” e “administração” como as mais citadas nos títulos e palavras-chave dos artigos analisados.

As palavras mais recorrentes nos resumos dos artigos analisados foram organizadas em uma nuvem de palavras e podem ser visualizadas na Figura 1.

Figura 1: Nuvem de palavras dos resumos



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

As palavras que se destacaram, excluindo as palavras-chave da pesquisa “empresendedorismo”, “políticas” e “públicas”, foram, respectivamente, “pesquisa”, “análise”, “fomento”, “resultados”, “artigo”, “objetivo”, “empresas”, “estudo”, “inovação”, “desenvolvimento” e “social”.

Nota-se que as palavras destacadas estão relacionadas diretamente com conceitos basilares da teoria do empreendedorismo em diálogo com as políticas públicas da área. A pesquisa e a análise são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que impulsionem a inovação e o crescimento social. Dessa forma, as políticas públicas se apresentam

como um meio para fomentar iniciativas inovadoras, contribuindo, assim, para alcançar resultados que beneficiem empresas e comunidades (Saravia, 2006; Dolabela, 2008).

No que se refere ao número de produções dos autores, destacam-se os pesquisadores Magnus Luiz Emmendoerfer e Mateus Cerqueira Anicio Moraes, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, que tiveram três e duas publicações, respectivamente, dentro dos critérios do estudo. Vale comentar que ambos os pesquisadores possuem publicações compartilhadas. Os demais autores e co-autores apareceram uma única vez em um dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou caracterizar, a partir de um estudo bibliométrico, os artigos científicos sobre as políticas públicas de empreendedorismo. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utilizou-se da abordagem quantitativa e foi classificada como descritiva. Foram analisados 15 (quinze) artigos, publicados nos portais Scielo e Spell, no período entre 2014 e setembro de 2024. Os artigos foram analisados com o auxílio dos softwares *Bibliometrix* e *Microsoft Excel* e dos sites *Write Words* e *Word Clouds*.

Os resultados indicaram que a Revista Regepe foi a que mais publicou artigos sobre as políticas públicas de empreendedorismo no período analisado. O maior quantitativo de artigos foi publicado nos anos de 2022 e 2023, possivelmente como reflexos das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo após a Pandemia da COVID-19.

Identificou-se que os resultados da frequência das palavras nos títulos, nas palavras-chave e na nuvem de palavras estão alinhados com a literatura científica sobre as políticas públicas de empreendedorismo. As palavras que mais se destacaram foram “inovação”, “desenvolvimento” e “Governo”, demonstrando a importância da inovação para os empreendimentos se diferenciarem no mercado, de forma a contribuir com o desenvolvimento local e sustentável. Para isso, é fundamental a existência de políticas públicas que incentivem a abertura e a manutenção dos empreendimentos brasileiros. Notou-se que, as políticas públicas se apresentaram como um meio para fomentar iniciativas inovadoras, contribuindo, assim, para alcançar resultados que beneficiam empresas e comunidades.

Sugere-se como pesquisa futura pesquisas qualitativas e quantitativas que busquem identificar as abordagens das políticas públicas de empreendedorismo no Brasil e como essas abordagens dialogam para a construção de uma cultura empreendedora em território nacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria**: evolução histórica e questões atuais. Em Questão, Porto Alegre, 2006.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; ALVARENGA, Lúcia. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 31, pág. 51-70, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R., MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**: Uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. RAE – Revista de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, outubro/dezembro, 1999.

FREIRE, C. T.; MARUYAMA, F. M.; POLLI, M. **Políticas públicas e ações privadas de apoio ao empreendedorismo inovador no Brasil**: Programas recentes, desafios e oportunidades. In: TURCHI, L. M. (Org.); MORAIS, J. M (Org.). Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações. Brasília: IPEA, 2017. 492 p. cap. 7, p. 233-294

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo na Região Sul do Brasil**. IBQP/ SEBRAE/ IEL, 2013.

HISRICH, Robert. D; PETERS, Michael. P. **Empreendedorismo**. 5.Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JENKINS, W. I. **Policy Analysis: a Political and Organization Perspective**. Londres, Martin Robertson, 1978.

JOHN, P. **Analysing Public Policy**. Routledge, Oxon, 2012.

MEMP – MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. **Site institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br>. Acesso em: 07 dez. 2024.

Ministério da Economia. **Mapa de Empresas Brasileiras**. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 23 nov. 2024.

NEGRI, F. **Por uma nova geração de Políticas de inovação no Brasil**. In: TURCHI, L. M. (Org.); MORAIS, J. M (Org.). **Políticas de Apoio à Inovação Tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações**. Brasília: ipea, 2017. 485 p. cap. 1, p. 25-46.

RAUEN, A. T. (Org.). **Políticas de Inovação pelo lado da Demanda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. 481 p.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SARAVIA, E. O conceito de política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI E. (orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, vol. 47, n. 01, pp. 25-48, jan./fev. 2013.

SCHLAGER, E. A Comparison of Frameworks, Theories, and Models of Policy Processes. In: SABATIER, P. (ed.) **Theories of the Policy Process**. Cambridge: Westview Press, 2007.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO DESIGN THINKING EM MICROEMPRESAS DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO

Maria Renata Beche¹ - Unespar/Campus de Campo Mourão

Vitória Teodoro² - Unespar/Campus de Campo Mourão

Adalberto Dias de Souza – orientador³ - Unespar/Campus de Campo Mourão

Marcos Junior Ferreira de Jesus – co-orientador⁴ - Unespar/Campus de Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 01 Estratégia, Inovação e Empreendedorismo.

RESUMO

O presente trabalho buscou estudar o nível de utilização da ferramenta de *design thinking* em microempresas do município de Campo Mourão e região. A pesquisa realizada foi de natureza descritiva, com coleta de informações sobre *design thinking*. Foi realizada a aplicação de um questionário online elaborado no *Google Forms*, em cinco micro empresas dos setores de vendas, produção, prestação de serviços e transporte. Para realizar a análise dos dados, eles foram convertidos em gráficos de modo a promover melhor visualização dos resultados. Os resultados obtidos demonstram que o *design thinking* é pouco conhecido, com apenas uma das empresas sendo familiar com o termo, porém não tendo conhecimento sobre a ferramenta. A utilização do *design thinking* vista nos resultados fortalece a percepção de que a ferramenta é desconhecida para as microempresas de Campo Mourão e região, apresentando 0% de uso. Outro resultado que condiz com o desconhecimento do *design thinking* é que 80% das empresas não consideram o produto ou serviço que oferecem como inovador, o que pode influenciar no baixo interesse em buscar ferramentas inovadoras para aplicar em seu empreendimento. Foram também avaliados itens como o índice de satisfação dos clientes, as etapas utilizadas no desenvolvimento de produtos e serviços, as principais características dos modelos de gestão de cada empresa, a frequência com a qual o produto ou serviço oferecido é avaliado segundo as necessidades dos consumidores e onde está o foco para a busca de diferencial. Apesar dos resultados se apresentarem como negativos para o uso do *design thinking* em microempresas de Campo Mourão e região, foi possível observar oportunidades para a implementação do *design thinking* e ferramentas similares.

Palavras-chave: Design Thinking. Inovação. Microempresas. Empreendedorismo.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo estudiar el nivel de uso de la herramienta Design Thinking en microempresas del municipio de Campo Mourão y alrededores. La investigación fue descriptiva, con la recopilación de información sobre Design Thinking. Se aplicó un cuestionario en línea elaborado en Formularios de Google a cinco microempresas de los sectores de ventas, producción, prestación de servicios y transporte. Para realizar el análisis de datos, estos se convirtieron en gráficos para facilitar la visualización de los resultados. Los resultados obtenidos demuestran que Design Thinking es poco conocido, ya que solo una de las empresas está familiarizada con el término, pero desconoce la herramienta. El uso de Design Thinking observado en los resultados refuerza la percepción de que la herramienta es desconocida para las microempresas de Campo Mourão y alrededores, con un 0% de uso. Otro resultado consistente con el desconocimiento de Design Thinking es que el 80% de las empresas

¹ Graduanda em Administração - e-mail: mrenatabeche@gmail.com

² Graduanda em Administração - e-mail: vi2003teodoro@gmail.com

³ Doutor em Geografia - e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

⁴ Doutor em Administração - e-mail: marcos_junio@hotmail.com

no consideran innovador el producto o servicio que ofrecen, lo que puede influir en el bajo interés en buscar herramientas innovadoras para aplicar en sus negocios. También se evaluaron aspectos como los índices de satisfacción del cliente, las etapas del desarrollo de productos y servicios, las principales características de los modelos de gestión de cada empresa, la frecuencia con la que se evalúa el producto o servicio ofrecido según las necesidades del consumidor y el enfoque en la búsqueda de la diferenciación. Si bien los resultados fueron negativos en cuanto al uso del Design Thinking en las microempresas de Campo Mourão y la región, se observaron oportunidades para su implementación y herramientas similares.

Palabras clave: Design Thinking. Innovación. Microempresas. Empreendimento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em um mercado empresarial altamente concorrido e competitivo a inovação é um fator de extrema importância. A inovação permite que micro empresas se adaptem às mudanças tecnológicas, econômicas e sociais do mercado, contribuindo para seu desenvolvimento. De fácil aplicação e desenvolvimento, a ferramenta *design thinking* é uma escolha ideal para obter melhores resultados em micro empresas que buscam se adequar às mudanças e transformações. O foco da abordagem é colocar o ser humano no centro do processo, incentivando a compreensão profunda das necessidades, desafios e aspirações dos usuários. Com objetivo de identificar os problemas, o *design* busca desenvolver soluções inovadoras para a empresa de modo a atender as necessidades dos clientes, como foco principal da sua estratégia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. INOVAÇÃO

A inovação se refere a criação de algo inteiramente novo ou transformação de algo já existente, seja no processo ou no resultado final. Schumpeter (1939) define inovação como uma “combinação de fatores de uma nova forma”, ou seja, inovar não necessariamente significa criar algo do zero, podendo ser resultado de uma nova visão aplicada nos fatores já existentes que leva ao surgimento de um novo produto, serviço ou processo.

Diferenciação obtida através da inovação é segundo Mendonça & Griebeler (2016) de extrema importância para as empresas, pois, segundo Bonini e Sbragia (2011), o desenvolvimento atual acelerado exige que as empresas busquem ir além de melhorias simples e

procurem alcançar o progresso constante com o desenvolvimento sistemático de soluções inovadoras para garantir seu lugar no mercado no longo prazo.

2.2. A METODOLOGIA DO *DESIGN THINKING*

A metodologia do *design thinking* aplica os valores essenciais do design na estratégia do negócio (PINHEIRO, 2011), sendo descrita por Brown (2008) como uma disciplina que usa a sensibilidade e métodos do *designer* para corresponder às necessidades das pessoas com a tecnologia disponível.

Essa metodologia aplica os valores essenciais do design na estratégia do negócio (PINHEIRO, 2011), sendo importante definir claramente de qual perspectiva se aborda o problema em questão para ter melhor compreensão de quais necessidades precisam ser atendidas, como é visto no estudo de caso realizado por Felder et al. (2023).

Por ser centrado no problema e ancorado no presente, fornecendo insights obtidos a partir dos comportamentos e necessidades atuais dos clientes e abordando o desenvolvimento de novos produtos (GORDON et al., 2019), a utilização do *design thinking* como uma forma de pensamento estratégico por empresas tem aumentado juntamente com a busca por inovação para oferecer produtos com um diferencial mais atraente ao público, segundo Santos et al. (2017).

Para uma boa aplicação do *design thinking* segundo Vianna et al. (2012), é preciso que se tenha conhecimento aprofundado da situação, tendo todos os ângulos e perspectivas necessários para oferecer a melhor solução possível.

O *design thinking* é composto por três etapas, para Brown (2008), são etapas não lineares que compõem o processo de *design thinking* e pelas quais os projetos costumam transitar antes de obter uma solução considerada adequada. As três etapas apresentadas são inspiração, ideação e implementação.

2.2.1. INSPIRAÇÃO

A etapa da inspiração é a identificação de um problema ou oportunidade que dá início a busca por soluções. Segundo Brown (2008), a inspiração é o primeiro estágio do processo, em

que a equipe busca entender a problemática em questão, reunir informações relevantes e estabelecer uma visão ampla do contexto em que o problema está inserido. É a base para o processo do *design thinking*, na qual a equipe responsável procura compreender a situação. O *designer thinker* deve ir além da simples análise de informações, buscando conhecimento em fontes variadas (BROWN, 2008). Diversas ferramentas podem ser utilizadas para obter informações, como entrevistas e pesquisas de mercado.

2.2.2. IDEACÃO

A etapa da ideação envolve geração, desenvolvimento e teste de ideias que possam levar a uma solução. Nonato (2022), descreve essa etapa como sendo o “momento no qual os profissionais de uma equipe desenvolvem propostas iniciais para solucionar um desafio ou problema”. É nesse momento que a criatividade dos *designers thinkers* deve se mostrar mais intensamente, trazendo novas ideias e soluções, podendo ser utilizadas técnicas como brainstorming, brainwriting, mapa mental e prototipação rápida (NONATO, 2022). Durante a ideação se explora diferentes perspectivas do problema que deve ser solucionado, utilizando diferentes abordagens para testar as ideias sugeridas.

2.2.3. IMPLEMENTAÇÃO

Refere-se à fase de desenvolvimento, teste e refinamento dos protótipos criados na ideação para que possam ir ao mercado. Para Brown (2008) a implementação é o momento no qual as ideias são transformadas em “coisas reais”, ou seja, em produtos, serviços ou sistemas concretos que serão testados e experimentados por usuários. Nessa etapa são considerados todos os aspectos das soluções propostas, sejam eles financeiros, tecnológicos, de gestão ou operacionais, para garantir que elas possam ser executadas corretamente sem trazer impactos negativos.

2.3. MICROEMPRESAS

De acordo com a Lei Complementar nº123 de 14 de dezembro de 2006, para ser considerada uma microempresa (ME) é necessário apresentar receita bruta anual de até R\$ 360

mil, tendo no máximo 9 funcionários no setor de indústria ou prestação de serviços e até 19 funcionários no setor comercial.

As microempresas contribuem para o desenvolvimento regional, impulsionando a economia local, gerando renda e oferecendo oportunidades de empregos para a população. De acordo com um levantamento realizado pelo Sebrae, no primeiro semestre de 2023 cerca de 70% das vagas de empregos formais foram geradas por microempresas. Considerando o impacto positivo que as microempresas trazem, tanto no aspecto do desenvolvimento social quanto econômico, é possível ver a importância que elas possuem.

2.4. FERRAMENTAS DE INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS

Conhecido como um dos principais autores sobre inovação Chesbrough (2003) coloca que, a adoção de ferramentas de inovação em microempresas é essencial para sua sobrevivência e crescimento, uma vez que essas empresas muitas vezes enfrentam recursos limitados e tempo reduzido para investir em pesquisa e desenvolvimento.

Para que uma organização tenha sucesso Drucker (2016), afirma que a inovação é a ferramenta mais forte e eficaz, as ferramentas de inovação auxiliam no desenvolvimento de ideias criativas, na identificação de oportunidades de mercado e na adaptabilidade às constantes mudanças do mercado. Além disso, é possível encontrar diversos tipos de ferramentas que não apresentam altos níveis de dificuldade em sua aplicação, como é o caso do *design thinking*.

Ao aplicar a metodologia do *design thinking*, as microempresas podem repensar e remodelar seus produtos e processos de forma inovadora, para atender de maneira mais precisa às necessidades e expectativas de seus clientes. Proporcionando uma melhor compreensão das demandas do mercado, permitindo que a empresa se adapte rapidamente e crie soluções que realmente agreguem valor aos consumidores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa apresenta natureza básica, dessa forma tem como objetivo gerar conhecimento sem necessidade de aplicação na prática e sem fins lucrativos. Pesquisa de natureza básica pode ser entendida segundo Appolinário (2011, p. 146), como “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos

resultados a serem colhidos”. Dessa forma se classifica como uma pesquisa pura, pois gera conhecimento através de conhecimento, sobre determinado assunto e aprimora assuntos já estudados, seus benefícios não são somente para a comunidade científica, mas também para o público em geral através da utilização dos dados. Perguntas como, porquê e qual sua utilidade, são exemplos de pesquisa de natureza simples.

O objetivo da pesquisa tratada é descritivo. Segundo Gil (2008, p.28) é possível afirmar que pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, assim como podem ser classificados como os que apresentam a seguinte característica “utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”. De acordo com Gil (2008), exemplos de pesquisa descritiva são: que buscam estudar as características de um grupo, analisando idade, sexo, nível escolar, etc. Incluem-se nesse grupo levantamento sobre opinião, atitudes e crenças de uma população. Exemplos desse estudo são: pesquisa de opinião, pesquisa eleitoral, sendo exemplos que descrevem uma realidade.

Para analisar os dados coletados, o método quantitativo proporciona um resultado baseado em valores numéricos, proporcionando resultados que podem ser quantificados. Richardson (2012, p.70), descreve da seguinte forma, “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.”. Dessa forma (Richardson, 2012) tem como objetivo garantir uma precisão dos resultados com uma margem de segurança ao pesquisado e possibilitando entendimento do modo como as variáveis estão operando.

O procedimento de pesquisa de levantamento está relacionado à obtenção de dados sobre um determinado grupo. Segundo Gil (2008) há uma coleta de informações de um grupo significativo de pessoas em relação ao estudo abordado, seguido de uma análise quantitativa e então a observação das conclusões dos dados estudados. O autor cita, que não são estudados todos os integrantes de uma população, por isso seleciona-se uma amostra, que tem como objetivo a investigação. As conclusões desse estudo são projetadas para a população como um todo, porém levando em consideração uma margem de erro considerável. Em geral os dados são

coletados através de questionários, possibilitando conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e possibilitando números para uma quantificação.

A amostragem escolhida para a pesquisa é a amostragem criteriosa/proposital. Se faz necessário o uso de uma amostragem no levantamento pois ele “abrange um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade.” (GIL, 2002, p.121). Segundo Bussab e Morettin (2002), uma amostra pode ser definida como qualquer subconjunto de uma população. A amostragem criteriosa/proposital é realizada “[...]segundo critérios estabelecidos, para a garantia da representatividade da amostra.” (JUNIOR, s.d.)

A coleta de dados será feita por meio de um questionário. Para Gil (2002), mesmo havendo regras a serem seguidas que surgem com a experiência dos pesquisadores, não há uma estrutura fixa de como o questionário deve ser elaborado, mas seu objetivo é representar os objetivos da pesquisa de maneira clara e precisa.

O método escolhido para o tratamento dos dados é o uso de gráficos. Uma representação gráfica foi escolhida pois “a representação gráfica da distribuição de uma variável tem a vantagem de, rápida e concisamente, informar sobre sua variabilidade. ” (BUSSAB E MORETTIN, 2002, p.36) e, em nossa pesquisa, buscamos ter a maior clareza possível em relação aos dados obtidos.

A análise escolhida é a análise descritiva. Segundo Gil (1999, p.156), o objetivo da análise é “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto”. De acordo com Appolinário (2011), a análise descritiva é objetiva, não busca fazer previsões, apenas descrevendo as tendências dos dados e observando os acontecimentos para gerar conhecimento sem tentar testar uma hipótese.

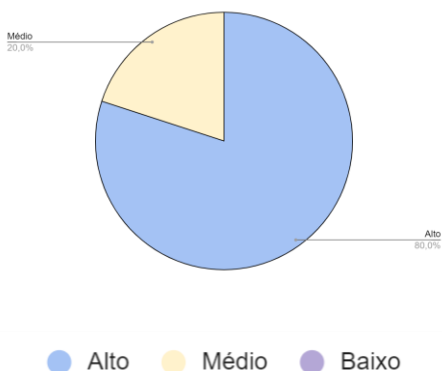
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em cinco microempresas de Campo Mourão e região, classificadas dessa forma segundo seu número de funcionários, essas microempresas são dos setores de vendas, produção, prestação de serviços e transporte. O tempo de atuação de todas as empresas em seus respectivos segmentos está acima de quatro anos.

Segundo Martin (2010), o *design thinking* promove o equilíbrio entre o pensamento analítico e intuitivo, o que permite às organizações gerar inovações para aumentar eficiência e

competitividade. Das empresas consultadas, apenas uma apresentou conhecimento sobre a ferramenta de gestão *design thinking* mesmo sem utilizá-la, enquanto as demais empresas não a conheciam e não fazem uso da mesma.

Gráfico 01 - Índice de satisfação dos clientes (na perspectiva das empresas)



Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

Em relação ao nível de satisfação apresentado pelos clientes quanto ao produto/serviço oferecido, 80% das empresas auto avaliam o índice de satisfação dos clientes como alto e 20% das empresas auto avaliam a satisfação dos clientes como médio.

Gráfico 02 – Etapas do desenvolvimento de produtos/serviços oferecidos pelas empresas



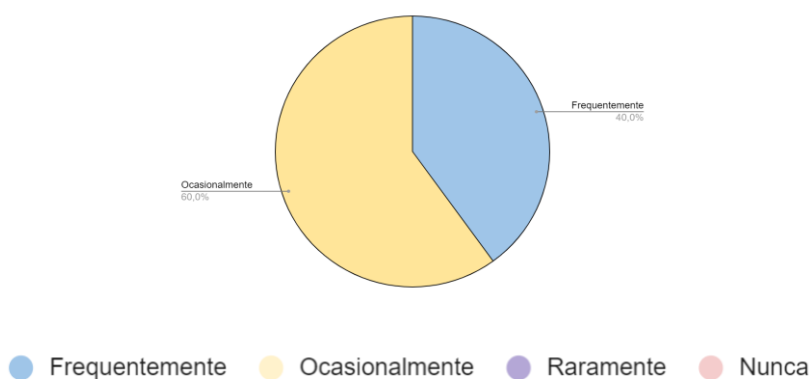
Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

Quanto ao desenvolvimento do produto/serviço, reduzimos o processo de desenvolvimento a quatro etapas principais alinhadas com o *design thinking*: observação de problema, ideação, imersão e prototipagem. Entre as empresas consultadas, a adoção da observação de problema como etapa do processo de desenvolvimento do produto/serviço é a mais comum, acontecendo

em quatro das cinco empresas. A etapa da ideação é a segunda mais frequente sendo utilizada por três das cinco empresas. Tanto a prototipagem quanto a ideação são utilizadas por duas empresas cada.

Entre as empresas consultadas, 20% avaliam seu próprio produto/serviço como sendo inovador e 80% das empresas avaliam o produto/serviço como não sendo inovador. A partir desses dados é possível observar que as empresas não fazem uso de uma ferramenta de inovação e em sua maioria apresentam produtos que não são inovadores.

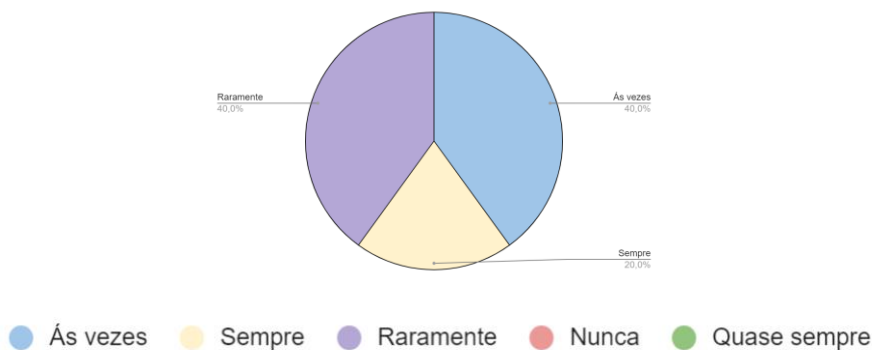
Gráfico 03 - Frequência de avaliação do produto/serviço em comparação com o mercado



Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

A avaliação dos produtos/serviços em relação ao mercado é realizada com frequência por 40% das empresas e ocorre de modo ocasional nos outros 60%.

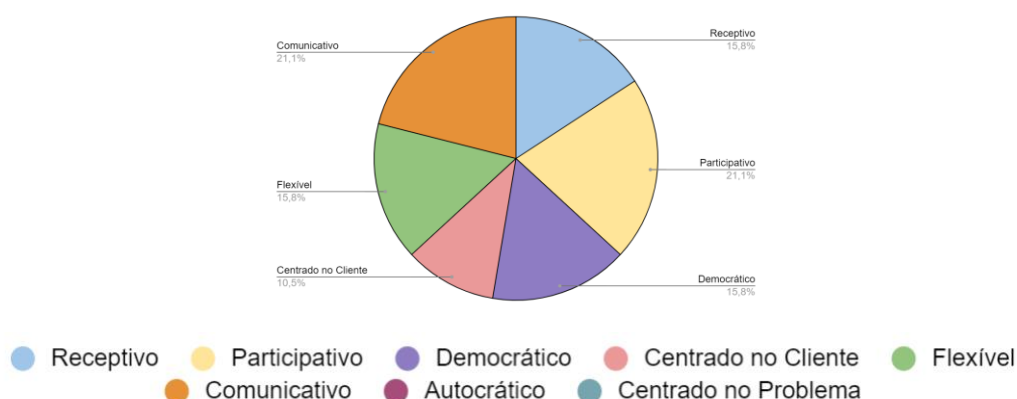
Gráfico 04 - Frequência de participação dos funcionários em novas ideias e melhorias



Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

A participação dos funcionários na concepção e aplicação de ideias e a implementação de melhorias ocorre regularmente em apenas uma das empresas. Em duas empresas, esse envolvimento é esporádico, e nas duas restantes, a participação dos funcionários é praticamente inexistente. Entre as formas que essas participações ocorrem, foram citadas reuniões feitas

Gráfico 05 - Características dos modelos de gestão



Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras, 2023.

Para Arruda e Pinho (2002) “estratégia centrada no cliente cresce em importância dentro dos processos estratégicos dos negócios empresariais”. A liderança centrada no cliente está presente apenas em duas das cinco empresas entrevistadas, e os modelos de liderança autocrático e centrado no problema não fazem parte da forma de gestão de nenhuma das empresas consultadas. Se tratando do modelo de liderança apresentado pelas empresas consultadas, as duas características mais frequentes são a liderança comunicativa e a liderança participativa, que são utilizadas por quatro das cinco empresas.

Quanto à obtenção de um diferencial em relação aos seus concorrentes, o foco de 40% das empresas entrevistadas são as formas de organização interna e/ou externa da empresa e de 60% das empresas o foco é no produto/serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conduzida em microempresas localizadas no município de Campo Mourão e região proporciona uma visão explícita acerca do nível de utilização da ferramenta de *design thinking* até o ano de 2023. Os resultados revelaram que a maioria das microempresas entrevistadas não possuem conhecimento sobre a ferramenta de *design thinking*. Apenas uma

empresa demonstrou ter conhecimento sobre tal ferramenta, mesmo sem aplicá-la, portanto, não foi possível obter respostas quanto às formas de utilização da ferramenta *design thinking* em microempresas do município de Campo Mourão e região, sendo perceptível que existe uma falta de informação e oportunidades perdidas para essas empresas explorarem abordagens inovadoras. Apesar da falta de adoção do *design thinking*, as empresas avaliaram positivamente o índice de satisfação dos clientes. Isso indica que, embora não estejam utilizando a ferramenta *design thinking*, estão atendendo às necessidades dos clientes de maneira eficaz, segundo suas próprias percepções.

Quanto à frequência de avaliação do produto/serviço em relação ao mercado os resultados foram variados. No entanto, os estudos mostram que a análise regular é fundamental para garantir a competitividade e a adaptação às mudanças nas demandas dos consumidores, obtendo vantagem competitiva organizacional.

A participação dos funcionários na geração de ideias e melhorias mostrou-se limitada em algumas empresas. Modelos de liderança comunicativa e participativa foram os mais comuns entre elas, indicando uma abordagem flexível e democrática na gestão. A pesquisa destacou que as empresas focam principalmente na organização interna/externa ou no produto/serviço como fontes de diferencial competitivo. A inovação, especialmente por meio do *design thinking*, pode ser uma estratégia adicional para fortalecer esse diferencial.

A pesquisa reforça a importância da inovação para as microempresas, especialmente em um ambiente de negócios dinâmico e altamente competitivo. A capacidade de adaptar-se às mudanças e oferecer soluções criativas pode ser crucial para o crescimento sustentável. Tal capacidade de adaptação pode ser adquirida através da utilização do *design thinking* nas empresas, pois estudos mostraram que tal ferramenta capacita para o enfrentamento de desafios complexos de maneira inovadora, muitas vezes resultando em soluções mais eficazes e alinhadas com as reais necessidades e desejos dos usuários.

A pesquisa aponta para a necessidade de conhecimento e capacitação das microempresas em relação ao *design thinking*, uma ferramenta que pode impulsionar a inovação, melhorar a satisfação do cliente e fortalecer a competitividade. A adoção de abordagens mais centradas no cliente, participativas e inovadoras pode ser crucial para o sucesso contínuo dessas empresas em um mercado em constante evolução.

REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARRUDA, Danielle e PINHO, Raimundo Roberto. **Gestão centrada no cliente em empresa pública**: aplicabilidade do modelo de Whiteley & Hessian no caso dos Correios do Ceará. Multitemas, n.28, ago. 2002.
- BONINI, Luiz Alberto e SBRAGIA, Roberto de. **O modelo de Design Thinking Como Indutor da Inovação nas Empresas: Um Estudo Empírico**. v.2. São Paulo: Revista de Gestão e Projetos- GeP. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9411/4180> >. Acesso em: 28 abr. 2023.
- BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm >. Acesso em: 17 out. 2023.
- BROWN, Tim. **Design Thinking**. Harvard Business Review, v. 86, n. 6, p. 85-92, jun. 2008.
- BUSSAB, Wilton O. e MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DRUCKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor**. Rev. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016. 400 p.
- FAGERBERG, Jan et al. (Ed.). **Innovation studies: evolution and future challenges**. Oxford University Press, 2013.
- FELDER, Martijin; KLEINHOUT-VLIEK, Tineke; STEVENS, Marthe e BONT, Antoinette de. **From ‘if only’ to ‘what if’: An ethnographic study into design thinking and-Vlie organizational change**. v.86. Design Studies, 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Dados e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.
- GORDON, Adam. et al. **Escaping the ‘Faster Horses’ Trap: Bridging SF and design-based innovation**. Technology Innovation Management Review. Vol. 9 (8) 30-42, 2019. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/335595611_Escaping_the_'Faster_Horses'_Trap_Bridging_Strategic_Foresight_and_Design-Based_Innovation > Acesso em: 22 de maio de 2023.
- HILL, Charles W.L. & JONES, Gareth R. **Essentials of Strategic Management**. Cengage Learning, 2011.
- JUNIOR, Guanís de Barros Vilela. **Estatística: Técnicas de Amostragem**.
- LEITÃO, João et al. **Dimensões Competitivas de Portugal**: Contributos dos Territórios, Sectores, Empresas e Logística. Centro Atlântico, 2008.
- MARTIN, Roger. **Designthinking: achieving insights via the “knowledge funnel”**. Emerald Group Publishing Limited. v. 38, n. 2, 2010, p. 37-41.

MENDONÇA, Barbara Gündel; GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Design Thinking e Inovação na Estratégia Organizacional**. Salão do Conhecimento, [S. l.], v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: < <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7213> >. Acesso em: 30 abr. 2023.

NONATO, Livia. **Ideação: conceito, processos e relação com design thinking**. In: AEVO. AEVO. [S.l.]. 3 nov. 2022. Disponível em: < <https://blog.aevo.com.br/ideacao/> >. Acesso em: 16 out. 2023.

PINHEIRO, Tennyson. **Design Thinking Brasil: empatia, colaboração e experimentação para pessoas, negócios e sociedade**. Tennyson Pinheiro, Luis Alt em parceria com Felipe Pontes: prefácio de Kerry Bodine. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RICHARDSON, Jerry Roberto e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Pedro Vieira Souza et al. **A metodologia design thinking: estratégia gerencial para empreendimentos**. Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 25-43, dez. 2017. ISSN 2317-6792. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/relainep/article/view/55490>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

SCHUMPETER, Joseph. **Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. Nova York: McGraw-Hill, 1939. 461 p.

SEBRAE. **Cerca de 70% dos empregos gerados este ano estão nas micro e pequenas empresas**. ASN Nacional, 04 ago. 2023. Disponível em: <[Cerca de 70% dos empregos gerados este ano estão nas micro e pequenas empresas | ASN Nacional - Agência Sebrae de Notícias \(agenciasebrae.com.br\)](https://agenciasebrae.com.br)>. Acesso em: 17 out. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 01

ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

RESUMOS EXPANDIDOS

EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL, MOTIVAÇÃO E DESAFIOS DAS MULHERES EMPREENDEDORAS EM CAMPO MOURÃO-PR

Franciele Alves¹ – UNESPAR – Campo Mourão
Aparecida da Penha dos Santos² – UNESPAR – Campos Mourão

Grupo de Trabalho: 1 Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o empreendedorismo feminino tem ganhado força e visibilidade no Brasil, tornando-se uma importante engrenagem de transformação social e econômica. Cada vez mais mulheres têm criado seus próprios negócios como forma de conquistar autonomia financeira, expressar sua criatividade e ocupar espaços historicamente dominados por homens. No entanto, apesar do crescimento da presença feminina no mundo dos negócios, as empreendedoras brasileiras ainda enfrentam inúmeras dificuldades.

Sob este aspecto uma pesquisa publicada pelo GEM (2023) revelou que o empreendedorismo no Brasil tem mostrado sinais de crescimento, com uma série de dados positivos e desafios persistentes. O interesse por empreender nos próximos três anos aumentou, subindo de 48,7% em 2023 para 49,8% em 2024. Além disso, a autoconfiança dos brasileiros em sua capacidade de iniciar um negócio também cresceu, passando de 65,9% para 67,4%.

Além dos dados do GEM (2023), diversos estudos acadêmicos reforçam a importância do empreendedorismo feminino no contexto brasileiro. Dornelas (2018) destaca que esse movimento é motivado tanto por necessidade quanto por oportunidade. Oliveira (2017) ressalta que muitas mulheres veem no empreendedorismo uma alternativa para alcançar autonomia e equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Ainda, conforme Silva et al. (2020), as empreendedoras têm papel decisivo na transformação social de comunidades vulneráveis. Fischer, Albuquerque e Andrade (2021) acrescentam que o empreendedorismo feminino está ligado à inovação social. Por fim, Hisrich, Peters e Shepherd (2014) apontam os obstáculos

¹ Graduanda em Administração - e-mail: Francielealves1658@gmail.com

² Administradora, Contadora e Mestre em Administração – e-mail: appenha12@gmail.com

específicos de gênero que essas mulheres enfrentam, mas também suas competências e resiliência no ambiente de negócios.

Dessa forma, destaca-se o crescimento da presença de mulheres neste mercado, antes dominado pelos homens, tornando a presente pesquisa relevante sobre aspectos sociais, econômicos e culturais que motivam as mulheres liderarem seus negócios, entender seus desafios, e descrever seu perfil na cidade de Campo Mourão - PR.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar o perfil da mulher empreendedora no município de Campo Mourão-PR e demonstrar sob a perspectiva da mulher empreendedora, quais são as motivações e dificuldades no decorrer do processo empreendedor na micro e pequenas empresas. Ademais o estudo pretende conhecer as características pessoais de empreendedoras relacionadas à sua origem, trajetória educacional, experiência profissional e vida pessoal, além de identificar as motivações para empreender e apresentar, sob a perspectiva da mulher empreendedora no município de Campo Mourão-PR, quais são as dificuldades encontradas durante o processo de empreender.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, quantitativa cuja principal estratégia metodológica é o levantamento bibliográfico, com o intuito de compreender as motivações que levam as mulheres ao empreendedorismo, bem como delinear o perfil das empreendedoras. Com foco específico na cidade de Campo Mourão – PR, buscar-se-á identificar padrões, estratégias e dificuldades enfrentadas por essas mulheres no exercício de suas atividades empreendedoras.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é fundamental nas fases iniciais de uma investigação, pois permite o embasamento teórico necessário à construção do objeto de estudo. Complementarmente, Minayo (2001) destaca que a abordagem qualitativa é adequada para investigar fenômenos sociais complexos, possibilitando uma compreensão aprofundada das percepções e experiências dos sujeitos envolvidos.

Para a coleta de dados primários, será utilizado o instrumento de questionário com perguntas estruturadas, aplicado às empreendedoras locais. Ainda que seja comumente associado a pesquisas quantitativas, o questionário pode ser adaptado a estudos qualitativos quando estruturado de forma a captar informações descritivas e subjetivas (Triviños, 1987). Assim, os dados obtidos serão analisados por meio de uma abordagem descritiva, visando interpretar as informações à luz da literatura existente e das especificidades do contexto local.

4. RESULTADOS

A presente pesquisa busca compreender a influência do empreendedorismo feminino no cenário dos negócios locais, tendo como foco a cidade de Campo Mourão – PR. A partir da coleta de dados por meio de questionários aplicados a mulheres empreendedoras, é possível traçar um panorama preliminar do perfil dessas profissionais, bem como dos principais desafios e motivações que permeiam suas trajetórias.

Estudos como os de Dornelas (2018) e Oliveira (2017) contribuem para a compreensão dos dados obtidos, pois mostram que a motivação para empreender está diretamente relacionada à busca por autonomia e por melhores condições de vida. Essa realidade também foi observada entre as entrevistadas de Campo Mourão, que relataram desejo de independência financeira e flexibilidade de horário como fatores determinantes.

Os desafios enfrentados por essas mulheres estão alinhados com os apontamentos de Hisrich, Peters e Shepherd (2014), como a dificuldade de acesso a financiamento, conciliação entre vida pessoal e profissional e preconceitos de gênero. As empreendedoras relataram também que a falta de apoio e redes de contato dificultam o crescimento de seus negócios.

5. DISCUSSÃO

O presente estudo ainda está em andamento e pretende trazer discussões sobre as motivações para iniciar o empreendimento, impacto social e econômico da atuação das mulheres no mundo empreendedor e seus maiores desafios, eventualmente enriquecendo o debate sobre o assunto que se tornou importante nas últimas décadas com o aumento da presença feminina nos negócios.

O Estudo faz sentido uma vez que Silva et al. (2020), traz que o empreendedorismo feminino desempenha um papel fundamental na promoção da equidade de gênero, ao permitir que mulheres conquistem espaço e reconhecimento em um mercado historicamente excludente.

Diante deste cenário observa-se que Fischer, Albuquerque e Andrade (2021) complementam essa visão ao argumentar que o empreendedorismo feminino está cada vez mais conectado a soluções sustentáveis e à inovação social. Sendo assim, a pesquisa traz um enriquecimento para o debate acadêmico, econômico e social, trazendo informações visibilidade para mulheres empreendedoras.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que a realização desta pesquisa sobre o empreendedorismo feminino pode contribuir significativamente para o enriquecimento do debate em torno do tema, tanto no âmbito acadêmico quanto social. Ao apresentar dados e reflexões sobre a realidade das mulheres empreendedoras, o estudo ampliará a compreensão sobre seus desafios, motivações e impactos. Autoras como Diniz (2011) e Fischer et al. (2004) ressaltam que o empreendedorismo feminino é atravessado por questões de gênero, sendo fortemente influenciado por desigualdades históricas e estruturais que afetam o acesso a recursos, redes de apoio e reconhecimento no mercado. Além disso, estudos como o de Dolabela (2008) destacam que o empreendedorismo pode ser uma importante ferramenta de emancipação econômica e social para as mulheres, sobretudo em contextos de vulnerabilidade.

Cabe ressaltar que compreender os fatores que impulsionam ou limitam o empreendedorismo feminino é importante para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas voltadas à equidade de gênero no ambiente empresarial, assim a realização desta pesquisa sobre o empreendedorismo feminino em Campo Mourão-PR contribuirá de forma significativa para ampliar o entendimento acerca das trajetórias, motivações e desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras e os resultados poderão evidenciar a importância de políticas públicas e iniciativas de apoio que considerem as especificidades de gênero, promovendo maior equidade no acesso a crédito, capacitação e redes de apoio, pois entende-se que compreender as múltiplas dimensões do empreendedorismo feminino é essencial não apenas para fortalecer o papel das mulheres nos negócios, mas também para fomentar uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva.

7. REFERÊNCIAS

DINIZ, Eliete. **Mulher e trabalho: o empreendedorismo feminino no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FISCHER, A. L.; ALBUQUERQUE, L. G.; ANDRADE, M. C. Empreendedorismo feminino e inovação social no Brasil. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 10, n. 1, p. 123-140, 2021.

FISCHER, Rosa Maria; ALMEIDA, Maria Isabel; MELO, Maria Angélica. **Gênero e trabalho: a construção social da diferença sexual**. São Paulo: EDUSP, 2004.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil – Relatório 2023/2024**. Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/>. Acesso em: 23 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Maria Cecília. **Mulheres empreendedoras: trajetórias, desafios e conquistas**. Revista Brasileira de Estudos de Gênero, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2017.

SILVA, Juliana M. da; SANTOS, Karina F.; BARBOSA, Adriana C. **Empreendedorismo feminino como ferramenta de transformação social**. Revista Brasileira de Administração, v. 5, n. 3, p. 88-97, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ESTRATÉGIAS DE POSICIONAMENTO DIGITAL E CRESCIMENTO: O CASO BLUE SKY

Vitória Teodoro¹ – UNESPAR
Prof. Dr. Marcos Schebeleski² – UNESPAR

Grupo de Trabalho 01: Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

1. INTRODUÇÃO

O cenário das redes sociais tem crescido exponencialmente, tornando-se mais competitivo e marcado por transformações significativas. As dinâmicas de interações de usuários e plataformas acompanham as mudanças nas formas de comunicação e expectativas sociais. Um exemplo recente dessas transformações foi a oportunidade criada pelo bloqueio temporário do X (antigo Twitter) no Brasil. A interrupção na disponibilidade de uma plataforma demonstrou a fragilidade existente nos modelos tradicionais de redes sociais, mas o espaço aberto nesse mercado pela saída temporária da plataforma dominante impulsionou o crescimento de diversas plataformas alternativas, como Threads e BlueSky. A BlueSky, plataforma criada por um dos cofundadores do Twitter, obteve mais de um milhão de novos usuários em apenas três dias, com 85% dos 2.6 milhões de novos usuários totais em setembro sendo brasileiros (LOPES, 2024; THE BLUESKY TEAM, 2024). Essas mudanças não apenas destacam a volatilidade do mercado, mas também trazem questionamentos quanto à segurança e privacidade dos dados de seus usuários. Este estudo busca compreender um caso recente no cenário de redes sociais, que está em constante evolução, contribuindo para a aquisição de conhecimento quanto ao uso de estratégias de posicionamento e crescimento no contexto de plataformas digitais de forma a construir um panorama do fenômeno investigado, contemplando as circunstâncias de sua ocorrência.

A Bluesky tem origem em 2019, em um projeto financiado pelo Twitter (atual X) que buscava desenvolver uma rede social descentralizada de código aberto (GRABER, 2022). A plataforma passou por múltiplas etapas de testes e desenvolvimento com comunidades fechadas antes de ser publicamente lançada em 2024. O nome Bluesky era inicialmente temporário, porém, segundo Graber (2023), foi mantido por representar um “espaço aberto de possibilidades: o pássaro do Twitter (atual X) se libertando de uma plataforma fechada para o ecossistema da Bluesky” (GRABER, 2023). O ecossistema colaborativo favorece a inovação tecnológica e a construção de espaços seguros para discussões democráticas e pluralismo de ideias, que agregam valor à plataforma no atual cenário de desinformação. A possibilidade de criação de extensões, interfaces e serviços complementares por desenvolvedores independentes, além do alinhamento com os princípios de transparência e autonomia em comunidades digitais, posiciona a Bluesky como uma alternativa às grandes plataformas baseada em publicidade e coleta intensiva de dados.

¹ Graduanda em Administração – e-mail: vitoria.rocha.21@unespar.edu.br

² Prof. Doutor em Administração – e-mail: marcos.schebeleski@unespar.edu.br – Orientador

O conceito de “posicionamento” é inicialmente introduzido por Al Ries e Jack Trout, na década de 1970, evoluindo para tornar-se uma ferramenta de criação de identidade e diferencial de extrema relevância em um cenário supersaturado em comunicação, denominado “sociedade super comunicativa” pelos autores. Nesse tipo de sociedade, o excesso de informações disponíveis, seu grande volume, velocidade acelerada de produção e variedade de meios de transmissão congestionam as mensagens destinadas ao consumidor.

Segundo Kotler e Keller (2012), uma estratégia de mercado eficaz está alinhada ao público-alvo e as condições do mercado no qual se está inserido, avaliando novas oportunidades e reduzindo negócios que não atendam às demandas do mercado. Christensen (1997) introduz o conceito de inovações disruptivas, que costumam surgir como alternativas mais simples, baratas e acessíveis, tendo potencial de evoluírem e transformarem indústrias ou substituir produtos tradicionais. O impacto das mudanças trazidas por novas tecnologias e modelos de negócio diferenciados é reafirmado pelo autor por meio desse conceito.

Enquanto estratégias de crescimento no contexto tradicional são complexas, as estratégias de crescimento em contextos digitais adicionam novos fatores que ampliam seu grau de complexidade. De acordo com Torres (2009), ferramentas como campanhas virais, marketing de conteúdo, redes sociais e SEO são impulsionados pelos ambientes digitais e auxiliam no crescimento orgânico, aumentando o alcance e o engajamento da marca com monitoramento em tempo real. A influência dos valores percebidos, usabilidade e identificação com a proposta da rede na migração de usuários é retratada no estudo realizado por Jeong et al. em 2024, indicando a necessidade de construir uma presença sólida e coerente que alcance seu público. Gatilhos psicológicos, como escassez, autoridade, prova social (CIALDINI, 2012) e elementos como confiança e construção de comunidades são essenciais para o impulsionamento do crescimento em plataformas como a Bluesky. Estas técnicas, quando utilizadas corretamente, podem reforçar vínculos com o consumidor, potencializando o alcance e a adesão de produtos, incentivando a fidelização.

2. OBJETIVOS

O objetivo principal deste estudo é analisar as estratégias de posicionamento da BlueSky que permitiram seu crescimento excepcional diante da oportunidade gerada pelo bloqueio do X no Brasil. Busca-se entender como a plataforma expandiu sua base de usuários brasileiros, adaptando-se para fidelizar o alto volume de novos usuários e posicionando-se como uma alternativa descentralizada e acessível.

Para tal, a pesquisa se propõe a:

- a) Analisar as condições de mercado nas quais a oportunidade utilizada pela BlueSky surgiu;
- b) Analisar as estratégias de crescimento e posicionamento utilizadas pela BlueSky;
- c) Avaliar o impacto das estratégias de posicionamento da BlueSky na percepção dos usuários de suas vantagens competitivas.

3. METODOLOGIA

O presente estudo é um estudo de caso quali-quantitativo de natureza exploratória (GIL, 1999; YIN, 2001) que busca obter conhecimentos detalhados do fenômeno em análise e sua inserção no contexto atual. A amostra selecionada se limita aos usuários brasileiros da Bluesky, X e Threads, escolhidos por meio de sua participação voluntária. A fim de compreender o crescimento da Bluesky e seu destaque como uma alternativa ao X, as variáveis consideradas são o número de usuários, a percepção dos usuários, fatores externos e as estratégias de marketing da plataforma. Através da análise dessas variáveis se constrói um panorama detalhado das reações dinâmicas ao mercado contemporâneo.

A variável de número de usuários na Bluesky por região demográfica analisa a distribuição geográfica dos usuários no Brasil entre as regiões Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e seu perfil (idade, gênero) para analisar o grau de adesão regional. A variável de percepção dos usuários e lealdade a marca procura mensurar o grau de intenção de uso continuado da plataforma Bluesky em relação aos seus concorrentes, avaliando lealdade a marca, apego, importância percebida e potencial de engajamento futuro. A variável de fatores externos contempla mudanças de políticas de privacidade de dados, instabilidade institucional, o bloqueio X e a influência desses fatores na adesão à Bluesky. A variável estratégias de marketing da Bluesky analisa diferenciais competitivos, estratégias de engajamento comunitário e proposta de valor abrangendo o posicionamento da Bluesky diante de seus concorrentes e como a empresa se comunica com seus consumidores.

Os dados a serem utilizados provêm de fontes primárias, obtidos por meio de questionários e entrevistas, e de fontes secundárias, obtidos por meio de relatórios de mercado, publicações científicas e documentos oficiais da Bluesky. A utilização de um questionário baseado nos modelos de Bruner II (2009) com questões fechadas e escalas Likert permite avaliar dimensões de usabilidade, funcionalidades, moderação de conteúdo e interações sociais e a escala de lealdade para abordar intenção de uso continuado, recomendação da plataforma a terceiros e comparação com concorrentes, enquanto as entrevistas semi-estruturadas subsequentes, seguindo as recomendações de Yin (2001) e Gil (1999), tem como objetivo captar aspectos subjetivos da experiência de uso da Bluesky e do X, explorando o nível de engajamento, confiança, percepção de valor e fatores que motivaram a migração ou permanência na Bluesky.

O modelo teórico preliminar deste estudo afirma que a intersecção de fatores internos e externos influencia o crescimento e posicionamento da Bluesky. As estratégias de marketing da Bluesky são o elemento central na construção da percepção dos usuários e da lealdade à marca, com o posicionamento claro e diferenciado sendo crucial para criar associações positivas e incentivar a geração de lealdade (KOTLER & KELLER, 2012; RIES & TROUT, 2009). Os valores percebidos e a identificação do usuário com a marca impulsionam o engajamento voluntário, essencial para o crescimento sustentável (JEONG et al., 2024; CIALDINI, 2012). Simultaneamente, os fatores externos analisados podem atuar como catalisadores ou barreiras de novas oportunidades. Porter (1980) destaca que tais oportunidades, juntamente com as ameaças, definem o ambiente competitivo e a capacidade da Bluesky de capitalizar a crise do X (LOPES, 2024) é um exemplo de como inovações disruptivas tem potencial em nichos negligenciados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, atualmente em desenvolvimento, propõe-se a analisar as estratégias de posicionamento da Bluesky como uma plataforma emergente no cenário das redes sociais que impulsionou seu crescimento diante da oportunidade gerada pelo bloqueio do X no Brasil. De acordo com os objetivos delineados, busca-se compreender como a Bluesky conseguiu capitalizar tal evento para expandir sua base de usuários brasileiros com seu posicionamento descentralizado e acessível por meio de uma abordagem quali-quantitativa para analisar detalhadamente os fatores envolvidos.

A compreensão do caso da Bluesky poderá contribuir para o conhecimento sobre como empresas emergentes podem impulsionar seu crescimento diante de oportunidades inesperadas e manter a relevância em um mercado em constante transformação, servindo como um caso de estudo para futuras plataformas que buscam um espaço no cenário digital cada vez mais saturado.

5. REFERÊNCIAS

BRUNER II, G. C. *Marketing Scales Handbook: a compilation of multi-item measures for consumer behavior & advertising research*. Volume 5. Fort Worth, TX: GCBII Productions, 2009.

CHRISTENSEN, C. M. *O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso*. São Paulo: M. Books, 1997.

CIALDINI, R. B. *As armas da persuasão: como influenciar e não se deixar influenciar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRABER, J. How it Started: Three Phases. Bluesky Blog, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://bsky.social/about/blog/2-28-2022-how-it-started>. Acesso em: 9 jan. 2025.

GRABER, Jay. *A New Look for Bluesky: The Social Butterfly*. Bluesky Blog, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://bsky.social/about/blog/12-21-2023-butterfly>. Acesso em: 18 jan. 2025.

JEONG, U.; et al. *User Migration Across Multiple Social Media Platforms*. In: Proceedings of the 2024 SIAM International Conference on Data Mining. SIAM, 2024. p. 1–10. Disponível em: <https://epubs.siam.org/doi/abs/10.1137/1.9781611978032.51>. Acesso em: 12 jan. 2025.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing: a edição do novo milênio*. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

LOPES, A. *BlueSky: o que você precisa saber sobre redes sociais descentralizadas*. Exame, São Paulo, 2 set. 2024. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/bluesky-o-que-voce-precisa-saber-sobre-redes-sociais-decentralizadas/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PORTER, M. E. *Competitive strategy: techniques for analyzing industries and competitors*. New York: Free Press, 1980.

RIES, A.; TROUT, J. *Posicionamento: a batalha por sua mente*. São Paulo: M. Books, 2009.

THE BLUESKY TEAM. *Bem-vindos ao Bluesky!* Bluesky Blog, 04 set. 2024. Disponível em: <https://bsky.social/about/blog/09-04-2024-bem-vindos>. Acesso em: 9 jan. 2025.

TORRES, C. *A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar*. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INOVAÇÃO E ECONOMIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLOGIA

Isadora Paes Mohring Caldana¹ – UNESPAR

Rogério Silveira Tonet² – UNESPAR

Marcos Junio Ferreira de Jesus³ – UNESPAR

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a inovação tem sido a força propulsora que impulsionou o progresso humano e o desenvolvimento de novas soluções para problemas antigos. No cenário atual, em que a tecnologia e as necessidades sociais estão em constante mudança, a inovação assume um papel fundamental para garantir a competitividade e o crescimento econômico. Diante disso, faz-se necessário o estudo das concepções teóricas da inovação, em diferentes campos do saber, para entender sua aplicação na prática, em meio a um mundo globalizado e altamente competitivo.

Com isso, este trabalho percorre a literatura, com o objetivo de entender o conceito da inovação, desde a Antiguidade, Economia Clássica, evolucionária até a Contemporânea. Através de diversos conceitos criados com o tempo, realiza um apanhado geral dos pensamentos dos autores, apontando suas principais conclusões, e unindo os seus resultados.

2. OBJETIVOS

Investigar as origens históricas e a construção epistemológica do conceito de inovação, analisando sua evolução e impacto nos estudos organizacionais e econômicos. Os objetivos específicos são identificar as principais concepções teóricas da inovação ao longo da história, destacando sua evolução; examinar as bases epistemológicas que sustentam o conceito de inovação e sua relação com paradigmas científicos e filosóficos; explorar a relação entre a epistemologia da inovação e sua aplicação prática no desenvolvimento econômico e organizacional.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, pois visa compreender as origens e a construção epistemológica do conceito de inovação, analisando teorias, conceitos e paradigmas ao longo da história. Esse tipo de abordagem permite uma análise aprofundada e interpretativa

¹ - Estudante de Ciências Econômicas – e-mail: isadoramohring@gmail.com

² - Doutor em Administração – e-mail: rogerio.tonet@unespar.edu.br – Co-orientador

³ - Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com – Orientador

dos significados e construções teóricas ao redor do objeto estudado. O procedimento principal adotado é o levantamento bibliográfico, com foco na análise de obras clássicas e contemporâneas sobre inovação, economia, administração e epistemologia. O estudo busca conectar diferentes autores e perspectivas teóricas, desde a Antiguidade até os dias atuais, para traçar a evolução do conceito de inovação. Utiliza análise documental como principal instrumento, com base em livros, artigos científicos, relatórios técnicos e manuais institucionais.

4. RESULTADOS

O conceito de inovação surge da necessidade de implementar e gerar novas práticas, de modo a antecipar-se às alterações do ambiente externo, se tornando crucial para o crescimento econômico das organizações, as colocando em vantagem frente as competições de mercado. Suas raízes, e sua evolução ao longo da história são muito discutidas, e refletem em mudanças nas práticas sociais, econômicas, científicas e tecnológicas.

Na Antiguidade, a “inovação” eram soluções práticas para necessidades humanas, como por exemplo, antes da invenção da roda em 3.500 A.C (antes de Cristo), a humanidade não tinha ferramenta nenhuma para transporte de produção e tinha suas capacidades limitadas, feito isso, a humanidade começou a poder carregar muito mais, incentivando comércio entre comunidades pela primeira vez, além de viabilizar diversas maneiras de transporte.

Na economia clássica, a inovação não era tratada de forma explícita. Adam Smith, em sua obra “*A Riqueza das Nações*” (1776), analisou sobre a importância da divisão do trabalho (permitida por avanços tecnológicos) para o aumento da produtividade. Em resumo, ao dividir um processo em operações distintas, a especialização dos trabalhadores permitiria aumentar a produtividade com o mesmo número de pessoas, inovando a produção industrial. (SMITH, 1776)

Em “*Princípios de Economia Política e Tributação*” (1817), David Ricardo discute a teoria das vantagens comparativas, onde a especialização e a busca por eficiência são essenciais para o crescimento econômico, e os países se especializam na produção dos bens que têm menores custos de oportunidade, podendo comercializar produtos com mais eficácia. (RICARDO, 1817) Para Karl Marx, em “*Manifesto Comunista*” (1848), o sistema capitalista possui uma característica instável e dinâmica (como a inovação), sempre sendo revolucionada por novos empreendimentos, novas mercadorias e métodos de produção.

Foi Joseph A. Schumpeter quem iniciou formalmente a discussão do conceito de inovação no período neoclássico, e seu impacto no desenvolvimento econômico. Define este conceito como qualquer mudança significativa que modifique o modo como os bens e serviços são produzidos ou distribuídos. Em sua obra *"The Theory of Economic Development"* (1912), apresenta o papel do empreendedor na inovação, pois buscam por novas oportunidades de negócios, assumindo riscos e rompendo padrões estabelecidos e mudanças estruturais. Em *"Capitalism, Socialism and Democracy"* (1942), discute a destruição criativa, introdução de novas e melhores combinações produtivas, com o abandono de práticas obsoletas, que alteram as relações entre produtores e consumidores. Essas inovações podem ser produtos novos ou melhorias, novos métodos de produção, mercados, fontes de matéria-prima, e estruturas organizacionais. (SHUMPETER, 1912)

No *"Modelo de crescimento de Solow"* (1956), a inovação aparece implicitamente no conceito de progresso tecnológico, onde este progresso é fundamental para que a economia não atingisse um estado estacionário, levando a estagnação do crescimento do PIB per capita. Diante disso, Solow defende que o investimento na tecnologia é um dos fatores mais importantes para o crescimento da economia.

Na ótica evolucionária, no início da década de 90, a inovação se torna indispensável para o desenvolvimento econômico, e a produtividade. Paul Romer argumenta em seu artigo *"Endogenous Technological Change"* (1990) que o conhecimento é um bem não rival, que se tido em abundância, gera retornos crescentes, e empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento tendem a obter lucros com novas ideias. A inovação é um processo de criação e disseminação de novas ideias, tecnologias e conhecimento, como cita: "A taxa de crescimento de longo prazo é determinada pela taxa de investimento em conhecimento." (ROMER, 1990, p. S80).

Andrew H. Van de Ven, por sua vez, se destaca no estudo da inovação organizacional e empresarial, em seu livro *"The Innovation Journey"* (1999), conceitua que "A jornada da inovação é um ciclo não linear de atividades divergentes e convergentes que pode levar muitos anos para ser concluído." (VAN DE VEN et al., 1999, p. 3). Lembrando a importância da aprendizagem e sua adaptação, pois o sucesso da inovação depende de diversos autores de um ecossistema, sendo um processo cheio de incertezas, dúvidas e feedbacks, tornando a inovação um processo complexo, interativo e coletivo, com a implantação de novas ideias por pessoas que interagem em um contexto institucional.

Tidd, Bessant e Pavitt (1997) são autores renomados na área de inovação e gestão da tecnologia. Definem a inovação como a introdução de bens e serviços novos ou aprimorados, melhoria nos métodos de produção (processos), mudanças na estrutura (organizacional), e entrega e captura de valor (modelo de negócios) em soluções viáveis e aplicáveis. Argumentam que a inovação é um processo, não um evento único, e precisa ser gerenciada estrategicamente dentro das organizações. (TIDD, BESSANT, PAVITT, 1997)

O modelo de inovação de Cooper (2008), é baseado em fases de gestão e desenvolvimento de novos produtos, divididas em estágios, com o objetivo de redução de riscos, e melhora na eficiência. (1) são identificadas oportunidades, e geração de ideias inovadoras, (2) é feito um estudo de mercado para viabilizar o projeto, (3) estuda-se o plano de desenvolvimento, (4) é feita a criação do produto e testes internos, (5) e ocorre a verificação do desempenho no mercado, (6) gerando seu lançamento e comercialização.

O artigo "*Innovation and the Role of the Firm*" de Morlacchi e Martin (2009) aborda o papel fundamental das empresas no processo de inovação, e explora a estratégia organizacional, analisando interações entre diferentes agentes, e como influenciam uma empresa em inovar. A inovação é vista como algo que agrega valor e transforma a maneira como uma empresa opera, competindo no mercado, ela pode ocorrer em diversas formas, como inovações incrementais (pequenas melhorias contínuas) e inovações radicais (mudanças disruptivas). Em meio a um ecossistema de inovação, as empresas são consideradas motores, alinhados com objetivos estratégicos e competitivos.

Damanpour e Aravind (2012), em estudos recentes, focam na inovação gerencial (processos e estruturas organizacionais), e tecnológica (novos produtos e serviços), salientando que o conhecimento de determinantes, como o mercado, a concorrência e o capital são indispensáveis na implementação de uma ideia, prática ou objeto novo para uma organização. (DAMANPOUR, ARAVIND, 2012)

A quarta edição do Manual de Oslo, publicada em 2018 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), atualizou conceitos-chave de inovação em quatro tipos, a inovação de produto, introdução de melhorias nos bens e serviços, inovação de processo, implementação de métodos de produção, inovação de marketing, promoção de produtos, e inovação organizacional, mudanças nas práticas de negócios.

5. DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada revelou que o conceito de inovação é historicamente dinâmico e interdisciplinar, perpassa uma ideia de criar produtos, e desenvolve um modelo que envolve processos e estruturas organizacionais. Os autores clássicos se complementam, e o que era apenas atender a necessidades humanas, passa a agregar valor, e tornar da inovação novos métodos de produção, marketing e comercialização.

6. CONCLUSÃO

Considerada um dos principais fatores de crescimento econômico, e de melhoria das condições de vida em sociedade, a inovação provém de conhecimento para gerar valor nos bens e serviços produzidos no mercado, debatendo o seu papel desde a antiguidade, até os dias atuais. Contribuindo para um debate sobre sua importância no mundo contemporâneo, e sua relevância para a transformação econômica e social. Por ser multidisciplinar, torna-se um estudo complexo, fornecendo bases sólidas para investigações acadêmicas, e aprimoramentos teóricos, até que se concretize como uma ciência.

7. REFERÊNCIAS

- BORNELI, Junior. *As 13 inovações com maior impacto na história da humanidade*. StartSe, 2024. Disponível em: <https://www.startse.com/artigos/maiores-inovacoes-historia-humanidade/>. Acessado em: 09/02/2025.
- COOPER, Robert G. *Winning at New Products: Creating Value through Innovation*. 4. ed. New York: Basic Books, 2008.
- COSTA, Achyles. *Teoria econômica e política de inovação*. Rev. Econ. Contemp, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 281-307, maio-ago/2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1848. p. [43].
- MORLACCHI, P.; MARTIN, B. R. Innovation and the Role of the Firm. *Journal of Technology Transfer*, v. 34, n. 2, p. 120-150, 2009.
- OECD/Eurostat (2018), *Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation*, 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD. Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg.
- ROMER, Paul M. *Endogenous technological change*. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, Part 2, p. S71-S102, 1990.
- SILVA, D. O. et al. *Modelos para a gestão da inovação: revisão e análise da literatura*. *Production*, v. 24, n. 2, p. 477-490, Apr./June 2014.
- SOLOW, Robert M. *Technical Change and the Aggregate Production Function*. *The Review of Economics and Statistics*, v. 39, n. 3, p. 312-320, 1957.

SOUZA, Bruno-Faria. *Processo de inovação no contexto organizacional: uma análise de facilitadores e dificultadores*. BBR - Brazilian Business Review, vol. 10, núm. 3, julio-septiembre, 2013, pp. 113-136.

SOUZA, Maria Cristina. *Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo. 2009. Dissertação em Ciências Sociais Aplicadas*. Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

STEFANOVITZA, Juliano Pavanelli; NAGANO, Marcelo Seido. *Gestão da inovação de produto: proposição de um modelo integrado*. Production, v. 24, n. 2, p. 462-476, Apr./June 2014.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

MARKETING DIGITAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DAS AÇÕES DA UNESPAR NO PROGRAMA PARANÁ EMPREENDE MAIS

Cristiane Marques de Mello¹ – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR
Marcos Junio Ferreira de Jesus² – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR
Karen Pereira³ – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR
Aparecida de Penha dos Santos⁴ – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR

Grupo de Trabalho 1: Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

1. INTRODUÇÃO

O marketing digital tornou-se uma das principais estratégias utilizadas por empreendedores para atrair, engajar e fidelizar clientes em um cenário de constante transformação tecnológica. A conectividade e o crescimento das plataformas digitais permitiram o acesso a novos mercados e ampliaram as oportunidades de inserção econômica, especialmente para pequenos negócios (Kannan, 2017; Kingsnorth, 2022). Nesse cenário, o Programa Paraná Empreende Mais representa uma iniciativa pública relevante ao oferecer formações práticas voltadas ao uso estratégico das ferramentas digitais, por meio do minicurso de Marketing Digital.

O Programa Empreende Mais Paraná/PEM, é uma iniciativa do Governo do Estado, coordenado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), com apoio de instituições como o Sebrae-PR, universidades estaduais, prefeituras, e outras entidades do ecossistema de inovação e empreendedorismo. O Empreende Mais Paraná tem como objetivo principal fomentar a cultura e a inovação nas cidades paranaenses, por meio de ações integradas de formação, capacitação, apoio técnico e acesso a redes de inovação. Ao capacitar empreendedores em gestão e inovação tecnológica, o programa busca fomentar essa capacidade de disrupção e renovação no cenário paranaense. Ao fortalecer o ecossistema empreendedor e conectar as universidades com o mercado, o Empreende Mais Paraná contribui para a criação de um ambiente propício à inovação e ao crescimento econômico localizado, gerando valor e empregos na região.

¹ - Doutora em Administração. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unespar – e-mail: mellcris@gmail.com

² - Doutor em Administração Pública – FGV/EAESP – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

³ - Graduanda do Curso de Ciências Econômicas – e-mail: karen_pereira@outlook.com

⁴ - Mestre em Administração, Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unespar – e-mail: appenha12@gmail.com

A capacitação de empreendedores no uso de mídias sociais, marketing de conteúdo, e-commerce e análise de dados digitais está alinhada às necessidades contemporâneas de competitividade e transformação social (Tiago; Veríssimo, 2014; Chaffey; Ellis-Chadwick, 2019).

2. OBJETIVOS

O objetivo principal desse trabalho é o de analisar os resultados da capacitação em marketing digital oferecidas pela UNESPAR no âmbito do Programa Paraná Empreende Mais, com foco na promoção da inclusão produtiva e da inovação social.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, fundamentado na análise documental dos registros institucionais da UNESPAR. Foram examinados dados relativos à realização de oito cursos de marketing digital entre fevereiro de 2024 e junho de 2025, abrangendo número de participantes, localidades e contextos de aplicação.

4. RESULTADOS

A seguir, na Tabela 1, são apresentados os dados sobre os cursos de Marketing Digital oferecidos pela UNESPAR no âmbito do Programa Paraná Empreende Mais.

Tabela 1 – Dados do Minicurso Marketing Digital

Data	Nº de Participantes	Local
09 a 11/04/2024	23	CIP
14 a 16/05/2024	44	Luiziana
21, 28 e 29/08/2024	38	Colégio Estadual Vinicius de Moraes
28 a 30/11/2024	09	CIP
13 a 15/02/2025	21	SEIDEC
11 a 13/03/2025	54	Luiziana
15 a 17/04/2025	23	CIP
02, 03 e 05/06/2025	77	UNESPAR

Fonte: Dados da pesquisa

Foram realizados oito cursos, totalizando 289 participantes. As capacitações ocorreram em Luiziana, e em Campo Mourão: no Colégio Estadual Vinícius de Moraes, na Casa do Empreendedor ligada à Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento Econômico (SEIDEC), CIP - Centro de Iniciação Profissional e Escola do Trabalho e na Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR. Os participantes incluíram estudantes, empreendedores locais e profissionais autônomos. Os conteúdos trabalhados abordaram desde estratégias de comunicação digital até a criação de campanhas pagas e uso de métricas de desempenho.

A diversidade de público permitiu a construção de redes colaborativas e favoreceu a troca de experiências. Os relatos demonstraram apropriação dos conteúdos e aplicação prática imediata em negócios reais, o que evidencia a efetividade da formação.

5. DISCUSSÃO

Autores como Ryan (2016), Kotler et al. (2021) e Kingsnorth (2022) reforçam que o domínio das ferramentas de marketing digital é essencial para o crescimento de empreendimentos em ambientes altamente competitivos. A atuação da UNESPAR, com foco em territórios fora dos grandes centros urbanos, amplia o acesso ao conhecimento técnico e fomenta a inclusão digital como política de desenvolvimento.

O modelo da tríplice hélice (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000) encontra ressonância nessas ações, pois a articulação entre universidade, setor produtivo e poder público tem potencializado o impacto territorial das formações, promovendo inovação social e sustentabilidade local.

6. CONCLUSÃO

A capacitação em marketing digital promovida pela UNESPAR no âmbito do Programa Paraná Empreende Mais demonstrou impacto relevante no fortalecimento da cultura empreendedora e na inclusão produtiva em regiões periféricas. A descentralização das ações e a adaptação dos conteúdos à realidade local foram fatores determinantes para o sucesso das iniciativas.

O engajamento dos participantes e os relatos de aplicação prática indicam que os cursos contribuíram para a transformação de ideias em projetos sustentáveis e inovadores. Reforça-se, assim, o papel das universidades públicas como agentes estratégicos de desenvolvimento.

A principal contribuição deste estudo está em evidenciar o papel da extensão universitária como ferramenta de inovação social e digital, promovendo impactos reais na vida

de empreendedores locais. Ao alinhar saber acadêmico, políticas públicas e demandas sociais, a UNESPAR cumpre sua função social de impulsionar transformações sustentáveis nos territórios em que está inserida.

7. REFERÊNCIAS

CHAFFEY, Dave; ELLIS-CHADWICK, Fiona. Digital Marketing. Pearson Education, 2019.
KANNAN, P. K. Digital marketing: A framework, review and research agenda. International Journal of Research in Marketing, 2017.

KINGSNORTH, Simon. Digital Marketing Strategy: An Integrated Approach to Online Marketing. Kogan Page, 2022.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 5.0: Tecnologia para a humanidade. Alta Books, 2021.

RYAN, Damian. Understanding Digital Marketing: Marketing strategies for engaging the digital generation. Kogan Page, 2016.

TIAGO, Maria Teresa Pinheiro Chaves; VERÍSSIMO, José Manuel Cristóvão. Digital marketing and social media: Why bother? Business Horizons, 2014.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The Triple Helix—University–Industry–Government Relations: A Laboratory for Knowledge Based Economic Development. EASST Review, 2000.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Programas e projetos: Empreende Mais Paraná*. Curitiba: SETI, [2025?]. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

SEBRAE PARANÁ. *Empreendedorismo e inovação no Paraná*. Curitiba: Sebrae/PR, [2025?]. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PARANÁ EMPREENDE MAIS: FORTALECENDO EQUIPES COM RELACIONAMENTO E COLABORAÇÃO

Aparecida da Penha dos Santos¹ – UNESPAR

Cristiane Marques de Mello² – UNESPAR

Marcos Junio Ferreira de Jesus³ – UNESPAR

Grupo de Trabalho: 1 - Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem sido visto como uma força muito sólida para o desenvolvimento econômico e o crescimento regional em todo o mundo, pois sua capacidade de gerar novos negócios, criar empregos e impulsionar a inovação o posiciona como um componente estratégico para a prosperidade das nações e seus estados. Em economias em desenvolvimento, em particular, o empreendedorismo assume um papel transformador, oferecendo vias para a mobilidade social, para o alívio da pobreza e para a promoção do crescimento inclusivo, além de que a crescente importância desse fenômeno tem direcionado a atenção global para o papel fundamental que os governos desempenham na estimulação da atividade empreendedora. (Bordeaux et al., 2022; Vatavu; Keyes; Benavides, 2024, Lee Yong; Lee Sang; Yoon, 2024)

Como afirma Dornelas (2008), com o empreendedorismo, os governos possuem a capacidade de transferir e redistribuir recursos, mitigando distorções que poderiam limitar o potencial empreendedor, já que a percepção de que a criação de novas empresas está intrinsecamente ligada a um nível ótimo de investimentos governamentais e continua a ser um atrativo para formuladores de políticas públicas.

Sob estes olhares, supracitados, o programa PEM – Paraná Empreende Pais, criado pelo governo paranaense e executado por meio dos professores das Universidades do Estado do Paraná visa dar suporte ao empreendedor, capacitando-os para a melhoria de sua performance empresarial.

¹ - Administradora, Contadora e Mestre em Administração – Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unespar e-mail: appenha12@gmail.com

² - Doutora em Administração. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unespar – e-mail: mellcris@gmail.com

³ - Doutor em Administração Pública - FGV/ EAESP. Coordenador e Professor dos cursos de Administração - Unespar – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

Com um pensamento mais futurista o PEM visa também preparar jovens acima de 16 anos para atingirem seus objetivos de longo prazo, assim o projeto atinge para além dos empreendedores, pois possui uma vertente de trabalhar também com a juventude e esta parceria Governo e Universidade, indica ser uma boa evidência das atividades a serem realizadas.

As universidades estaduais do Paraná que participam do programa Paraná Empreende Mais (PEM) são:

- Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Campus em Londrina.
- Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Campus em Maringá.
- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Campus em Ponta Grossa.
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Campi em Cascavel e Francisco Beltrão.
- Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) - Campus em Guarapuava.
- Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) - Campus em Jacarezinho.
- Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - Campi em Campo Mourão e Paranaguá.

Essas sete universidades estaduais integram o programa, oferecendo cursos presenciais e online por meio da Agência de Inovação e Desenvolvimento Regional Sustentável (AGEUNI), com apoio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Fundação Araucária.

Nesse contexto, este estudo abrangerá, especificamente a avaliação do curso Relacionamento Interpessoal e Gestão de Equipes, ofertado pelo PEM, por meio da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Campo Mourão, e justifica-se tal temática, porque se entende que a formação de equipes competentes é base estrutural para empreendedores que desejam sustentar negócios de forma sólida e colaborativa, uma vez que a capacidade de formar e liderar equipes engajadas é um diferencial competitivo que pode influenciar diretamente nos resultados organizacionais.

2. OBJETIVOS

Diante do exposto o objetivo deste estudo é o de identificar se ao final do curso, o participante, futuro empreendedor ficou satisfeito com o conteúdo aprendido no curso intitulado Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe, o qual faz parte do rol de cursos ofertados pelo programa Paraná Empreende Mais (PEM), visando verificar a eficácia do treinamento, por conseguinte de como está sendo visto e aceito sob o ponto de vista do participante.

3. METODOLOGIA

Este estudo visa avaliar a percepção de aprendizagem dos participantes e aplicação do curso do curso Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe e a pesquisa caracteriza-se como qualitativa com abordagem descritiva, pois busca descrever a percepção dos participantes em relação à satisfação com o conteúdo do curso e sua preparação para empreender. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno, já a abordagem qualitativa, por outro lado permite analisar opiniões e percepções por meio de manifestações de uma determinada população, como afirmam Lakatos e Marconi (2010).

A população-alvo da pesquisa foram os participantes do curso de formação empreendedora Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe realizado em uma escola da COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, em abril/2025 e a amostragem foi por conveniência, já que foram considerados apenas os participantes que concluírem o curso e aceitarem voluntariamente participar da pesquisa, (Gil, 2008). Para coletar os dados foi utilizado um questionário semiestruturado, com base nos princípios indicados por Richardson (2012) e a coleta foi realizada ao término do curso, presencialmente, salientando que foram respeitados a voluntariedade e o anonimato dos respondentes, conforme recomenda Severino (2007). No que se refere à análise dos dados, os mesmos foram organizados em uma só sequência e analisados por meio de descrição e comparação, de acordo com os preceitos de Triviños, (2008).

4. RESULTADOS

O empreendedor que compreender o valor da cooperação, da comunicação eficiente e da diversidade de ideias dentro da equipe, tende a obter melhores resultados, tanto em desempenho quanto em inovação, assim o PEM – Programa Paraná Empreende Mais, por meio do curso Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipes, fez uma verificação ao final do curso,

aplicada em uma Escola da Região da COMCAM, com 61 jovens acima de 16 anos, cujos resultados foram os seguintes.

a) No quesito, este treinamento foi importante para seu futuro profissional, a maioria disse que sim e que seus problemas, alguns, listados abaixo, haviam sido explicados no decorrer do curso, tais como:

- Conseguir falar sobre pressão.
- Não saber como ser uma pessoa mais tranquila.
- Ser mais compreensível.
- Preciso dialogar mais.
- Ter mais paciência.
- Ter mais consideração com as pessoas.
- Dentre outros tantos aspectos, citados.

b) No quesito se os mesmos estavam satisfeitos com o curso, dentre as respostas obteve-se os seguintes resultados:

- Sim aprendi muito e vou utilizar este aprendizado pelo resto da vida.
- Valeu muito a pena, aprendi muitas coisas.
- Eu aprendi que tenho que melhorar.
- Gostei muito do curso, aprendi bastante.
- O curso valeu a pena, muito bom.
- Valeu muito, foram ensinamentos que vou levar para toda a vida.
- Sim, estou satisfeita, pois tive compreensão sobre os assuntos.
- Valeu estar este tempo estudando o curso.
- Gostei muito, porque acabamos aprendendo um pouco mais de cada um e como ter empatia, que não estamos sozinhos e às vezes tem alguém do seu lado com os mesmos pensamentos que você.
- Aprendi bastante.
- Curso muito produtivo.
- Gostei muito deste curso, achei legal, as dinâmicas, aprendi muito com este curso que vai ajudar muito na minha vida pessoal e profissional.
- Gostei do curso, aprendi sobre relacionamento interpessoal e como ouvir mais, valeu “super” a pena.
- Eu amei, foi prático, adorei as atividades práticas e vou levar para a vida.

- O curso ajudou muito, aprendemos a como agir em certos momentos e perdermos a vergonha de conversar com quem não conhecemos.

- Aprendi muito neste curso.

Cabe ressaltar que ocorreram mais respostas, que coadunam com as supracitadas, haja vista que se agrupou as respostas, mas parecidas.

5. DISCUSSÃO

A presente pesquisa traz que as expectativas das participantes do curso de Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe, Primeira Turma 2025, realizada na região da COMCAM em parceria com Programa Paraná Empreende Mais – PEM, foram satisfatoriamente atendidas, especificamente neste estudo realizado, indicando que a iniciativa de abordar competências socioemocionais, como comunicação, empatia e trabalho em equipe, mostra-se alinhada às exigências contemporâneas do mercado de trabalho, que valoriza cada vez mais as chamadas "soft skills", pois o resultado da avaliação feita ao final do curso aponta para um aspecto positivo, tanto na percepção dos participantes quanto na aplicação prática do conteúdo aprendido.

Pode-se observar também que a maioria dos jovens afirmou que o curso foi importante para o seu desenvolvimento pessoal e profissional e as dificuldades relatadas por eles, tais como lidar com pressão, ser mais paciente, dialogar melhor e ter mais empatia – são desafios comuns enfrentados tanto em ambientes profissionais quanto pessoais e o fato dos participantes conseguirem reconhecer essas limitações e identificarem que o curso abordou tais questões de forma satisfatória indica um bom grau de engajamento e aprendizado. Para além disso, o reconhecimento de problemas pessoais como “preciso dialogar mais” ou “não sei como ser uma pessoa mais tranquila” também indica uma elevação no nível de autoconsciência dos participantes, sendo um dos primeiros passos para o aprimoramento interpessoal.

Com base no supramencionado, entende-se que os depoimentos coletados reforçam a efetividade e a aceitação positiva da metodologia utilizada, pois frases como “vou utilizar este aprendizado pelo resto da vida”, “aprendi a ter empatia” e “o curso ajudou a perder a vergonha de conversar com quem não conheço” demonstram que a abordagem prática e dinâmica do curso não apenas transmitiu conhecimento, mas também proporcionou boas experiências. Já no que refere a

recorrência de termos como "empatia", "compreensão" e "atividades práticas" aponta que o curso foi além do conteúdo teórico, favorecendo um ambiente propício à experimentação e à reflexão sobre o comportamento individual e coletivo.

Considerando que o curso teve como foco o Relacionamento Interpessoal e o Trabalho em Equipe, é possível auferir que os objetivos foram atingidos e os jovens empreendedores ou intraempreendedores, saíram do curso com mais clareza sobre a importância da escuta ativa, da paciência, da empatia e do respeito às diferenças, que são pontos importantes para o trabalho em grupo e para a construção de um ambiente colaborativo, pois o reconhecimento de que “aprendemos a como agir em certos momentos” e que “vale a pena estudar esse tipo de conteúdo” evidencia que houve uma mudança de mentalidade, o que pode impactar diretamente no desempenho desses jovens em futuras situações profissionais.

6. CONCLUSÃO

O curso Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipes se mostrou adequado para os jovens participantes e futuros empreendedores da COMCAM, pois entende-se que a abordagem adotada favoreceu o desenvolvimento de competências que na atualidade demandam cada vez mais refinamento para a obtenção de resultados nas organizações, promovendo autoconhecimento, empatia, habilidades de comunicação e cooperação. Esses resultados reforçam a importância de programas como o PEM para a formação integral dos jovens e adultos, bem como sugere a necessidade de ampliação e continuidade de iniciativas dessa natureza em outras regiões do estado.

Cabe destacar que este estudo se refere à análise de apenas uma turma (Primeira Turma do curso de 2025), representando um recorte inicial e ao final do presente ano (2025) será realizada uma avaliação mais ampla, com base em todos os grupos participantes, porém, os resultados obtidos até o momento indicam que a implementação do curso foi uma escolha acertada, demonstrando resultado bem satisfatória nesta etapa inicial.

7. REFERÊNCIAS

BOUDREAUX, Christopher J. et al. How can governments attract entrepreneurs and their businesses? **Small Business Economics Journal**, [s.l.], v. 58, n. 4, p. 1957-1976, 2022. Disponível em:

<https://home.fau.edu/cboudreaux/web/SBEJ%20Government%20Investments%20in%20Entrepreneurship%20Online%20Version.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEE, Yong-Ki; LEE, Sang-Hyun; YOON, Seok-Jae. Government expenditure and entrepreneurial activity: considering. **Entrepreneurship & Regional Development**, [s.l.], v. 36, n. 3, p. 771-791, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504851.2024.2305671>. Acesso em: 15 maio 2024.

PARANÁ. Secretaria do Planejamento. **Planeja Paraná**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/PlanejaParana/Planeja-Parana>. Acesso em: 15 maio 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços. **Importância das políticas públicas e parcerias no desenvolvimento do Paraná**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.seic.pr.gov.br/Noticia/importancia-das-politicas-publicas-e-parcerias-no-desenvolvimento-do-Parana>. Acesso em: 15 maio 2025.

RICHARDSON, Roberto Jorge. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VATAVU, Sorin; KEYES, Michael; BENAVIDES, Francisco. Impact of Government Policies on Entrepreneurial Ecosystems. **International Journal of Business & Law Research**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 1696-1705, 2024. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/impact-of-government-policies-on-entrepreneurial-ecosystems-ymr8k40s48.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PROGRAMA PARANÁ EMPREENDE MAIS: CAPACITANDO EMPREENDEDORES E ASPIRANTES POR MEIO DO CURSO PLANO DE NEGÓCIOS

Cristiane Marques de Mello¹ – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR
Marcos Júnio Ferreira de Jesus² – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR
Karen Pereira³ – UNESPAR – *Campus* de Campo Mourão-PR

Grupo de Trabalho 1: Estratégia, Inovação e Empreendedorismo

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem ganhado destaque como vetor estratégico de desenvolvimento econômico e social, especialmente em contextos marcados por desigualdades regionais e desafios estruturais. Em particular, as políticas públicas voltadas à promoção do empreendedorismo e da inovação vêm sendo reconhecidas como instrumentos capazes de fomentar a inclusão produtiva, a geração de renda e a dinamização de economias locais (Dornelas, 2021; Drucker, 2014).

Nesse contexto, o Programa Paraná Empreende Mais emerge como uma iniciativa robusta do Governo do Estado do Paraná, implementada sob a coordenação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), em parceria com universidades estaduais, prefeituras municipais, Sebrae/PR e outros agentes do ecossistema de inovação. Seu propósito fundamental é promover o desenvolvimento regional sustentável por meio da capacitação empreendedora, apoio técnico e estímulo à criação de negócios inovadores.

A atuação das universidades públicas, notadamente aquelas localizadas fora dos grandes centros urbanos, revela-se estratégica nesse processo. Conforme aponta Etzkowitz e Leydesdorff (2000), o modelo da “tríplice hélice” – que articula universidade, governo e setor produtivo – destaca o papel central das instituições de ensino superior na geração e difusão do conhecimento aplicado. No Paraná, esse protagonismo é evidenciado por ações como a oferta de cursos de plano de negócios, que combinam formação técnica e estímulo à prática empreendedora nos territórios atendidos.

¹ - Doutora em Administração. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unespar – e-mail: mellcris@gmail.com

² - Doutor em Administração Pública – FGV/EAESP – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

³ - Graduanda do Curso de Ciências Econômicas – e-mail: karen_pereira@outlook.com

A capacitação por meio do ensino de ferramentas como o plano de negócios constitui um dos pilares fundamentais da formação empreendedora, por auxiliar indivíduos a transformarem ideias em empreendimentos sustentáveis e bem estruturados (Dolabela, 2017). Além disso, a oferta descentralizada desses cursos potencializa o alcance das ações, promovendo inovação social e contribuindo para a redução das assimetrias regionais (Mulgan, 2007; Lastres; Cassiolato, 2005).

Dessa forma, o presente trabalho tem como foco analisar a contribuição do Programa Paraná Empreende Mais, com ênfase nas ações executadas pela Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, no eixo de capacitação empreendedora. Ao investigar a realização de cursos de plano de negócios nos municípios de Campo Mourão e Araruna, busca-se compreender de que maneira essas iniciativas têm promovido a cultura empreendedora e estimulado a transformação territorial a partir da educação empreendedora.

2. OBJETIVOS

Analisar as ações de capacitação empreendedora promovidas pelo Programa Paraná Empreende Mais, com ênfase na realização de cursos de plano de negócios pela Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, como instrumento de fortalecimento do empreendedorismo e do desenvolvimento regional sustentável.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, com o objetivo de analisar as diretrizes, ações e impactos do Programa Paraná Empreende Mais enquanto política pública voltada ao fortalecimento do empreendedorismo, da inovação e do desenvolvimento regional sustentável no Estado do Paraná. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela ênfase na compreensão dos processos, das articulações institucionais e dos resultados percebidos a partir da implementação do programa em diferentes territórios. A presente análise baseia-se em levantamento documental e registros institucionais da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), referentes às ações do Programa Paraná Empreende Mais no eixo de capacitação empreendedora. Foram coletados dados sobre a realização de cursos de plano de negócios em municípios atendidos, com identificação do número de participantes, datas e locais de realização.

4. RESULTADOS

Por meio da coleta de dados em relatórios dos cursos do PEM pela UNESPAR – campus de Campo Mourão, no que se refere a realização do curso de curso de Plano de Negócio, apresentam-se os resultados a seguir. Foram realizados dois cursos de plano de negócios no âmbito do programa. O primeiro ocorreu em Campo Mourão, de 4 a 6 de dezembro de 2023, com a participação de 19 alunos. O segundo foi realizado em Araruna, de 18 a 20 de junho de 2024, contando com 21 alunos. As ações evidenciam a atuação descentralizada da universidade e a efetiva articulação com o ecossistema local de inovação.

Além dos números absolutos de participantes, observa-se que os cursos realizados contribuíram para a integração entre diferentes perfis de participantes, incluindo jovens universitários, microempreendedores individuais e interessados em iniciar um negócio próprio. Essa diversidade de público reforça o papel do curso como um espaço de aprendizagem coletiva e troca de experiências, favorecendo a construção de redes locais de colaboração. A partir dos relatos obtidos nos registros institucionais, é possível inferir que os participantes demonstraram elevado engajamento nas atividades propostas, o que indica não apenas a efetividade da metodologia adotada, mas também a pertinência do conteúdo frente às necessidades regionais. Esses aspectos qualitativos evidenciam que, mesmo em número limitado, as ações formativas desenvolvidas no âmbito do programa têm potencial de gerar impactos concretos na vida dos participantes e nas comunidades envolvidas.

5. DISCUSSÃO

O fortalecimento do empreendedorismo por meio de políticas públicas voltadas à capacitação representa uma das estratégias mais eficazes para promover o desenvolvimento local sustentável, conforme discutido por Dolabela (2017) e Drucker (2014). No contexto paranaense, o Programa Paraná Empreende Mais consolida-se como uma plataforma integrada de fomento à inovação, ao empreendedorismo e à inclusão produtiva, ao conectar instituições públicas de ensino superior, prefeituras e agentes do ecossistema de inovação regional.

A realização dos cursos de plano de negócios em Campo Mourão e Araruna, com participação total de 40 alunos, evidencia a ampla disseminação das ações do programa e o protagonismo da Unespar como agente difusor do conhecimento aplicado. Segundo Dornelas

(2021), a formação empreendedora é essencial não apenas para estimular novos negócios, mas também para criar ambientes favoráveis à inovação incremental e à geração de soluções locais.

Além disso, a atuação da universidade no interior do estado reforça o papel das instituições públicas como indutoras de desenvolvimento territorial (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000). A abordagem adotada pelo programa, centrada em cursos presenciais e contextualizados, está alinhada à concepção de inovação social, ao buscar atender demandas específicas da comunidade e promover transformações sustentáveis (Mulgan, 2007).

Outro ponto de destaque é a articulação interinstitucional promovida pelo programa, que fortalece a governança territorial e contribui para o surgimento de arranjos produtivos locais mais resilientes (Lastres; Cassiolato, 2005). A presença do Sebrae como parceiro estratégico amplia o alcance técnico das ações, promovendo sinergias entre capacitação, mentoria e estruturação de negócios.

Por fim, ainda que os dados levantados se limitem a dois cursos em regiões específicas, os resultados apontam para o potencial multiplicador da metodologia aplicada, especialmente se ampliada em futuras edições do programa com maior sistematização de dados qualitativos sobre os impactos nos participantes e em seus projetos empreendedores.

6. CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que o Programa Paraná Empreende Mais, por meio da realização de cursos de plano de negócios em parceria com a Unespar, tem cumprido um papel relevante na difusão da cultura empreendedora e na promoção de práticas de inovação social em nível local. A participação de 40 alunos nos municípios de Campo Mourão e Araruna indica uma efetiva mobilização regional e contribui para a formação de um ecossistema mais robusto de inovação e desenvolvimento.

A análise permitiu constatar que a atuação descentralizada da universidade, aliada à articulação com parceiros como o Sebrae, potencializa os efeitos das políticas públicas de empreendedorismo, contribuindo para o empoderamento de indivíduos e comunidades. Além disso, o modelo adotado pelo programa demonstra aderência às boas práticas internacionais de incentivo à inovação em territórios periféricos ou menos industrializados.

A principal contribuição deste trabalho reside em oferecer evidências sobre o papel estratégico das universidades estaduais no interior do Paraná na implementação de políticas

públicas empreendedoras. Ao destacar o impacto das ações de capacitação em planos de negócios, o estudo amplia o entendimento sobre como iniciativas locais podem gerar transformações significativas na realidade econômica e social de pequenos municípios. Espera-se que esta análise incentive novas investigações sobre a eficácia e a escalabilidade de programas similares em outros contextos regionais.

7. REFERÊNCIAS

- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. São Paulo: Sextante, 2017.
- DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- DORNELAS, José C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.
- LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. **Indicadores de inovação e desenvolvimento: reflexões e propostas para o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: RedeSist/UFRJ, 2005.
- MULGAN, Geoff. **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. Oxford: Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.
- PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Programas e projetos: Empreende Mais Paraná**. Curitiba: SETI, [2025?]. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2025.
- SEBRAE PARANÁ. **Empreendedorismo e inovação no Paraná**. Curitiba: Sebrae/PR, [2025?]. Disponível em: <https://www.sebraepr.com.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 02

PESSOAS E RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

ARTIGOS CIENTÍFICOS

CLIMA ORGANIZACIONAL EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO

Amália Patrícia de Oliveira¹ – Faculdade UMFG

Taise Fernanda Rodrigues² – Faculdade UMFG

Rita de Cássia Zandoná de Lima³ – Faculdade UMFG

Nágila Giovanna Silva Vilela Gonçalves⁴ – UNESPAR Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

RESUMO

A gestão de pessoas fez com que as empresas comessem a ter uma visão estratégica de como alguns aspectos organizacionais afetam o comportamento de seus colaboradores, possibilitando realizar uma gestão de forma mais humanizada. Nesse sentido, o clima organizacional se tornou parâmetro importante para identificar os potenciais da organização e, principalmente, os pontos fracos e que necessitam de maior atenção. Diante disso, este artigo tem por objetivo analisar o clima organizacional de uma empresa do agronegócio na cidade de Cianorte-PR. A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo e utilizou o questionário como técnica de coleta de dados. O clima organizacional foi mensurado a partir da aplicação da Escala de Clima Organizacional (ECO), elaborada por Siqueira (2008), constituída por 63 questões divididas em cinco fatores organizacionais. Participaram da pesquisa 27 trabalhadores. Foi possível perceber que o clima organizacional, de forma geral, é positivo (com a média de 4,23), porém foram verificados contrastes ao analisar os fatores e as questões isoladamente. Enquanto os fatores apoio da chefia e organização, reconhecimento, conforto físico e coesão entre colegas tiveram médias positivas, o fator controle e pressão foi considerado neutro. Os resultados sugerem que ações podem ser tomadas para mitigar problemas específicos, especialmente aqueles relacionados à punição dos trabalhadores pelos líderes, ao controle exagerado sobre os colaboradores e à pressão exercida pelo líder. Ao final do artigo, são destacadas as limitações encontradas no desenvolvimento do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas. Clima Organizacional. Agronegócio.

RESUMEN

La gestión de personal ha llevado a las empresas a tener una visión estratégica de cómo algunos aspectos organizacionales afectan el comportamiento de sus empleados, permitiéndoles llevar a cabo la gestión de forma más humanizada. En este sentido, el clima organizacional se ha convertido en un parámetro importante para identificar el potencial de la organización y, principalmente, sus puntos débiles que requieren mayor atención. Por ello, este artículo busca analizar el clima organizacional de una empresa agroindustrial en la ciudad de Cianorte, PR. La investigación es cuantitativa y descriptiva, y utilizó un cuestionario como técnica de recolección de datos. El clima organizacional se midió mediante la Escala de Clima Organizacional (ECO), desarrollada por Siqueira (2008), compuesta por 63 preguntas divididas en cinco factores organizacionales. Veintisiete trabajadores participaron en la investigación. Se

¹ - Bacharela em Administração – e-mail: ollipatricia@gmail.com

² - Bacharela em Administração – e-mail: taisfernanda993@hotmail.com

³ - Bacharela em Administração – e-mail: rita_iedem@hotmail.com

⁴ - Doutora em Administração – e-mail: nagila.goncales@unespar.edu.br

observó que el clima organizacional, en general, es positivo (con una media de 4,23); sin embargo, se observaron contrastes al analizar los factores y las preguntas por separado. Mientras que los factores de apoyo de la dirección y la organización, reconocimiento, comodidad física y cohesión entre compañeros presentaron medias positivas, el factor de control y presión se consideró neutral. Los resultados sugieren que se pueden tomar medidas para mitigar problemas específicos, especialmente aquellos relacionados con el castigo a los trabajadores por parte de los líderes, el control excesivo sobre los empleados y la presión ejercida por el líder. Al final del artículo, se destacan las limitaciones encontradas en el desarrollo del estudio y se sugieren futuras investigaciones.

Palabras clave: Gestión de Personas. Clima Organizacional. Agroindustria.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cada vez mais as organizações precisam de pessoas competentes, pois estão atuando em um ambiente altamente competitivo (Bes; Capaverde, 2020). De acordo com os autores, os esforços do setor administrativo de recursos humanos devem incluir entender plenamente a natureza humana, seus comportamentos, conhecimentos e habilidades.

“A base da gestão de pessoas está atrelada à relação de dependência entre empresa e pessoas numa troca de interesse mútuos” (Fidelis, 2014, p. 19). Para o autor, as empresas precisam das pessoas para alcançar suas metas e as pessoas dependem das empresas para realizar em seus objetivos pessoais e profissionais. Para que a relação entre ambos seja duradoura é importante a flexibilidade, negociação, compromisso e resultados para o alcance dos objetivos em comum (Fidelis, 2014).

É por meio do clima organizacional que as pessoas se manifestam em relação à organização que trabalham (Ferreira, 2013). Identificar o clima organizacional possibilita aumentar a eficiência na organização, pois contribui com a criação de um ambiente mais satisfatório e ao mesmo tempo canaliza os comportamentos para o atingimento dos objetivos organizacionais (Ferreira, 2013).

Para Siqueira (2008), o clima organizacional representa a concepção de como o ambiente de trabalho tem influência nas organizações, no que diz respeito ao comportamento e à disposição das pessoas nesse local, seu bem-estar e o desempenho da organização. A autora relata que é possível verificar mudanças positivas e o contentamento dos colaboradores quando é analisado o clima, e como as empresas se preocupam em como gerir seus colaboradores e o clima organizacional.

As empresas estão compreendendo a importância de as lideranças considerarem os colaboradores como parceiros (Siqueira, 2008). Isso acontece porque o capital intelectual é

escasso. Assim, o papel do líder de atrair e manter o funcionário na organização merece uma maior atenção, pois a forma como a gestão de pessoas é conduzida pode impactar na retenção dos colaboradores e no clima organizacional (Siqueira, 2008). Posto isto, o objetivo desta pesquisa é analisar o clima organizacional de uma empresa do agronegócio na cidade de Cianorte-PR.

Segundo Soares (2019), a análise do clima organizacional pode gerar informações importantes para tomadas de decisões de uma organização e no desenvolvimento dos colaboradores. Particularmente, no setor do agronegócio, há uma baixa qualificação dos profissionais, somado a uma alta rotatividade no setor (Soares, 2019), o que justifica a necessidade de realizar pesquisas sobre clima organizacional.

Além disso, esta pesquisa será importante para as empresas entenderem as expectativas de suas equipes e aspectos do ambiente de trabalho, proporcionando informações para a aplicação de estratégias e solução de problemas com conflitos internos, desmotivação e não cumprimento de metas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O clima organizacional pode ser utilizado para medir a eficácia de uma organização, pois favorece na compreensão do quanto as expectativas da empresa e dos colaboradores estão sendo atendidas (Dutra; Dutra; Dutra, 2017).

O clima pode ser entendido como a percepção da atmosfera da organização e impacta a satisfação com o trabalho, as interações entre os grupos e até mesmo os comportamentos que exprimem afastamento dos empregados do ambiente de trabalho (absenteísmo, rotatividade, entre outros) (Ferreira, 2013, p. 55).

O clima organizacional é influenciado pela cultura organizacional, mas, sobretudo pela maneira que a empresa trata seus colaboradores (Lacombe, 2012). As empresas vivem um momento de reinvenção, com novas habilidades e necessidade de olhar para os colaboradores, que são vistos como parceiros da organização (Ribeiro, 2017).

Perante o exposto, torna-se importante oferecer um ambiente agradável para o colaborador trabalhar, pensando tanto nos aspectos físicos, assim como também nos aspectos

psicológicos. Dessa forma, pensar e agir em torno da motivação e melhoras no clima organizacional são importantes para o bem-estar do clima (Ferreira, 2013).

Existem diversos indicadores do clima organizacional, como, por exemplo, rotatividade de pessoal, absenteísmo, depredação do patrimônio da empresa, programas de sugestões, avaliações de desempenho, greves, queixas no serviço médico, entre outros (Ferreira, 2013). Também existem diferentes instrumentos para medir o clima organizacional, tal como o proposto por Santos *et al.* (2019), que construíram uma escala para uma instituição pública e o instrumento criado por Martins *et al.* (2004) para identificar as dimensões componentes do clima organizacional.

Neste trabalho, o clima organizacional é medido por meio do questionário de Siqueira (2008). A Escala de Clima Organizacional (ECO) é uma escala multidimensional construída e validada com o objetivo de avaliar a percepção do trabalhador sobre várias dimensões do clima organizacional (Siqueira, 2008). De acordo com a autora, o clima pode ser compreendido a partir de cinco fatores, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Fatores do Clima Organizacional e Definições

Fator	Definição
Apoio da chefia e da organização	Suporte afetivo, estrutural e operacional da chefia e da organização fornecida aos empregados no desempenho diário de suas atividades no trabalho.
Reconhecimento	Diversas formas de recompensa usadas pela empresa para premiar a qualidade, a produtividade, o esforço e o desempenho do trabalhador.
Conforto físico	Ambiente físico, segurança e conforto proporcionados pela empresa aos empregados.
Controle e pressão	Controle e pressão exercidas pela empresa e pelos supervisores sobre o comportamento e desempenho dos empregados.
Coesão entre colegas	União, vínculos e colaboração entre os colegas de trabalho.

Fonte: Adaptado de Siqueira (2008, p. 33).

A ECO tem sido utilizada em pesquisas científicas da área de administração, como nos trabalhos de Dorigoni (2011), Fonseca (2019) e Banhos (2024). Com o objetivo de avaliar o clima organizacional de uma agência financeira, na percepção dos colaboradores, Dorigoni (2011) realizou uma pesquisa com 30 colaboradores dessa agência. Os dados foram coletados por meio da ECO (Siqueira, 2008). O resultado, de forma geral, foi favorável, mas os colaboradores

avaliaram de forma negativa o controle e pressão que estavam sujeitos. Contudo, verificou-se que essa avaliação negativa estava mais relacionada às normas e organização da agência.

A pesquisa realizada por Fonseca (2019), com o objetivo de compreender a influência do clima organizacional nos afastamentos por doenças ocupacionais, também utilizou a escala elaborada por Siqueira (2008). O estudo foi feito nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e contou com 173 participantes, incluindo servidores públicos, técnico-administrativos e docentes. Os participantes definiram o clima organizacional como mediano, sendo o fator de reconhecimento o que apresentou o pior resultado, o que se mostrou como um fator com tendência a piorar e necessitado de atenção.

Já Banhos (2024) buscou analisar a percepção do clima organizacional de 108 colaboradores de pequenas e médias empresas do Polo Empresarial do CIVIT – Serra/ES. Os resultados apresentados destacaram um clima organizacional intermediário, sendo as piores médias atribuídas ao fator de recompensas. O autor destaca que isso pode estar associado ao fato de a maior parte dos trabalhadores terem ensino superior completo ou incompleto, mas receberem entre um e três salários mínimos, o que indica salários incompatíveis com a qualificação.

Nesta pesquisa, a análise do clima organizacional se dará em uma empresa do agronegócio. Segundo Megido e Xavier (2003), o agronegócio é um sistema integrado, visto como um conjunto de planejamento de negócios, pesquisa, estudos, ciência e tecnologia. Em outra perspectiva, de acordo com Silva, Pandolfi e Pandolfi (2019), o agronegócio tem o objetivo de obter uma produtividade mais relevante, ao introduzir novas tecnologias, havendo a necessidade de captar uma mão de obra preparada, sendo importante a eficiência da equipe e a percepção do clima organizacional pela empresa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada como quantitativa e descritiva. Foi realizada uma pesquisa de campo no setor administrativo de uma empresa de agronegócio a partir da aplicação de um questionário. Foram entregues 30 questionários impressos para o responsável do setor e após dois dias foram retirados 27 questionários respondidos. As respostas foram coletadas de forma anônima para preservar a identidade dos respondentes. Os dados foram organizados em uma tabela do Excel, em que foi possível verificar as médias de cada afirmativa, assim como também foi obtido as médias de cada fator.

O questionário foi aplicado conforme a metodologia da Escala de Clima Organizacional (ECO) de Siqueira (2008). Ela possui 63 afirmativas, divididas em cinco fatores: apoio da chefia e da organização, do item 1 ao 21; recompensa, do item 22 ao 34; conforto físico, do item 35 ao 47; controle/pressão, do item 48 ao 56; e coesão entre colegas, do item 57 ao 63. O colaborador deve escrever, para cada afirmativa, um número entre 1 e 5 (discordo totalmente, discordo, não sei opinar, concordo, concordo totalmente). Ao final do questionário, foram apresentadas ainda perguntas de caracterização dos respondentes.

Os dados foram analisados conforme indicado por Siqueira (2008). O cálculo da média de cada fator é feito da seguinte forma: são somadas as respostas das questões de um determinado fator, em seguida, esse valor é dividido pelo número de questões presentes no fator. Por fim, esse último valor deve ser dividido pelo número de respondentes. O resultado será um número entre 1 e 5, que é a “amplitude da escala de respostas” (Siqueira, 2008, p. 34). As médias de cada fator também podem ser somadas e divididas por cinco (quantidade de fatores) para obter a média geral do clima organizacional.

Siqueira (2008) propõe que um clima positivo tem uma média igual ou superior a 4; para um clima neutro a média deve ser de 3 a 3,9; e para um clima negativo a média deve ser igual ou inferior a 2,9. A interpretação dos dados deve ser feita de forma que quanto maior a média, melhor é o clima. Contudo, a interpretação é feita ao contrário no fator 4, já que ele se refere à pressão que os colaboradores são submetidos. Por isso, quanto maior for a média nesse fator, pior é o clima. Ao final, foi possível identificar quais os fatores no clima organizacional da empresa possuem maior relevância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada no setor administrativo de uma empresa do Agronegócio, que está localizada na Cidade de Cianorte e que atua no cultivo e armazenagem de grãos de soja e milho, comercialização de insumos agrícolas e assessoria técnica profissional. Participaram da pesquisa 16 mulheres e 11 homens. A idade média desses colaboradores é de aproximadamente 29 anos, sendo o mais jovem com 21 anos e o mais velho com 42 anos. Foi constatado também que 14 funcionários são casados/amasiados e 13 são solteiros.

Com relação aos cargos ocupados, 24 deles são subordinados (assistentes, auxiliares e estagiário), mostrando que a gerência é centralizada e atribuída a pessoas-chaves para exercerem

esse papel. Mais da metade dos trabalhadores (14) trabalha diretamente com 10 ou mais pessoas. Quanto ao nível de escolaridade, sete colaboradores possuem ensino médio completo, sete possuem ensino superior incompleto e 13 colaboradores possuem nível superior.

Como foi explicado na metodologia, as 63 afirmativas foram avaliadas pelos colaboradores. Para cada afirmativa eles deveriam responder entre 1 e 5, sendo que 1 significa “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”. Tais afirmativas são divididas em 5 fatores, que são: apoio da chefia e organização, reconhecimento, conforto físico, controle e pressão e coesão entre colegas (Siqueira, 2008).

De acordo com Siqueira (2008), o clima positivo significa que é agradável e produz bem-estar e produtividade. Já um clima neutro, significa que está em uma “situação-limite”, ou seja, tem grande tendência a adoecer e gerar mal-estar no ambiente de trabalho. Por fim, um clima negativo representa um ambiente de trabalho com muitos problemas e que gera total insatisfação e desconforto para os colaboradores, necessitando de ações rápidas para reverter a situação.

A Tabela 1 apresenta a média para cada um dos fatores do clima organizacional, bem como a média geral do clima organizacional da empresa. No Apêndice A é possível verificar a média de cada uma das questões do questionário.

Tabela 1 - Média dos fatores do clima organizacional

Fator	Média	Resultado
Fator 1 - Apoio da chefia e organização	4,346	Positivo
Fator 2 - Reconhecimento	4,017	Positivo
Fator 3 - Conforto físico	4,493	Positivo
Fator 4 - Controle e pressão	3,984	Neutro
Fator 5 - Coesão entre colegas	4,312	Positivo
Média Geral	4,230	Positivo

Fonte: elaborada pelas autoras (2025) com base nos dados da pesquisa.

O fator 1 (apoio da chefia e organização) apresentou um resultado positivo com uma média de 4,346, mostrando que os trabalhadores estão satisfeitos em suas relações com a diretoria e em como a diretoria proporciona assistência a esses funcionários. Entretanto, dentre as questões analisadas nesse fator, pode-se perceber que as questões 2, 13 e 16 (verificar Apêndice A) tiveram as menores médias (3,852, 3,852 e 3,741, respectivamente), significando que alguns

colaboradores estão insatisfeitos em como a diretoria promove a participação deles nas mudanças e tomada de decisões, além de uma média ruim com relação à resolução de problemas.

O fator 2 (reconhecimento) diz respeito às recompensas que a empresa pode proporcionar aos colaboradores em relação a premiar a qualidade, a produtividade, o esforço e o desempenho do trabalhador. Esses aspectos são percebidos pelos colaboradores de forma positiva, tendo o fator uma média de 4,017. A questão com maior média foi a 27, que diz respeito à preocupação da empresa com a saúde do funcionário. Em seguida, destaca-se a questão 23, que trata da valorização dos funcionários pelo líder. Com isso observa-se que a empresa promove reconhecimento para com o colaborador, o que pode gerar maior motivação no trabalho. De forma contrária, na pesquisa de Banhos (2024), o fator de recompensa foi mal avaliado, especialmente no que diz respeito à relação entre o salário e a produtividade do colaborador e a qualidade das tarefas realizadas.

O fator 3 (conforto físico) apresentou a média mais alta entre os fatores (4,493), indicando que os colaboradores estão satisfeitos com o conforto no ambiente de trabalho que é promovido pela empresa. Ao analisar as questões 35 a 45, que fazem parte desse fator, observa-se que todas as médias foram maiores do que as médias das questões 46 e 47. Portanto, apesar de os trabalhadores estarem satisfeitos com o fato de o ambiente de trabalho atender às necessidades físicas do trabalhador e ser agradável, bem como com a preocupação da empresa com a segurança no trabalho; alguns deles não estão satisfeitos com os aspectos relacionados à ergonomia e ao ambiente de trabalho.

O fator 4 (controle e pressão) apresentou um clima neutro, com uma média de 3,984, mostrando que o clima corre o risco de se tornar negativo perante o controle e pressão que os colaboradores são submetidos. Por isso, esse fator apresenta deficiências e necessita de ações rápidas para combater esse problema e diminuir a exposição dos colaboradores ao estresse. Dentre as questões pertencentes a esse fator, a punição dos trabalhadores pelos líderes (questão 52), o controle exagerado sobre os colaboradores (questão 48), e a pressão exercida pelo líder (questão 54) foram avaliadas com as menores médias e, por isso, apresentaram os melhores resultados nesse fator (isso porque a análise do fator 4 é feita ao contrário das demais). Porém, ainda assim, por apresentarem médias de 3,815, 3,852 e 3,333, respectivamente, representando um grande risco de adoecimento no futuro.

O fator 5 (coesão entre os colegas) mostrou-se positivo (4,312), ou seja, existe harmonia entre os colegas no ambiente de trabalho. Também pode-se afirmar que os colaboradores

conseguem demonstrar profissionalismo suficiente para que haja um clima amigável. Porém, alguns colaboradores se mostraram insatisfeitos em não poder contar seus problemas pessoais aos colegas, já que a questão 63 apresentou a menor média nesse fator. Apesar disso, altas médias foram atribuídas às questões relacionadas à cooperação entre os colegas (questão 60) e boa recepção a novos colegas (questão 61).

A média geral apresentou-se positiva, significando que a empresa está promovendo bem-estar para os colaboradores. Apesar disso, a média foi 4,230, podendo ser constatados problemas quando são analisados os fatores e suas questões isoladamente, como foi feito na análise de cada fator. Portanto, percebe-se a relevância de entender os colaboradores por meio da análise de clima organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o clima organizacional de uma empresa do agronegócio na cidade de Cianorte-PR. A análise foi realizada através da aplicação da Escala ECO, que possui cinco fatores. Dentre eles, foi possível observar que quatro resultaram em um clima positivo, sendo: apoio da chefia e organização, recompensa, conforto físico e coesão entre colegas. Já o fator controle e pressão teve um resultado neutro.

Vale destacar que o clima organizacional é o combustível para que as empresas estejam em constante crescimento, pois metas são traçadas e atingidas com mais esforço. Através da pesquisa realizada, é notório que a perspectiva de um colaborador em uma organização relaciona-se com o ambiente de trabalho e suas condições, o crescimento profissional, a ajuda dos superiores e a valorização do seu trabalho.

Conclui-se destacando a relevância de fazer a verificação do clima organizacional, já que além de mostrar as forças da empresa, é possível descobrir problemas que muitas vezes os gestores não têm ciência. Esse tipo de verificação, quando feita com frequência, torna-se uma ferramenta interessante para auxiliar no controle das ações feitas pela empresa. A principal limitação desta pesquisa está relacionada com o tamanho da amostra (27). Além disso, dos 30 trabalhadores da empresa, três não preencheram o questionário, por motivo desconhecido.

Para pesquisas futuras é interessante fazer uma análise do clima organizacional por meio da ECO em duas etapas: primeiro verificar como está o clima e a detecção de problemas, e uma outra análise após a implementação de ações para combater esses problemas identificados. Dessa forma é possível ter uma visão prática da eficácia em medir o clima organizacional com a ECO.

Ressalta-se também a possibilidade de pesquisar o clima organizacional em áreas diferentes do agronegócio, podendo ser realizadas comparações entre os diferentes segmentos. Sugere-se também que as pesquisas sejam realizadas em empresas que possuam um número maior de colaboradores, dessa forma será possível entender como é o funcionamento dos setores e como se mantém a relação e desempenho dos funcionários em um ambiente onde há uma equipe maior.

REFERÊNCIAS

- BANHOS, A. A. Análise do clima organizacional: um estudo em pequenas e médias empresas no polo empresarial do CIVIT – Serra/ES. **Revista Foco**, v. 17, n. 7, p. 1-31, 2024.
- BES, P.; CAPAVERDE, C. B. **Planejamento em gestão de pessoas**. Porto Alegre, 2019: Grupo A, 2020.
- DORIGONI, C. R. **Avaliação do clima organizacional existente em uma instituição financeira privada**. 2011. Monografia (Bacharel em Administração) – Universidade de Brasília (UnB), Porto Velho, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3013/1/2011_CatiaRechDorigoni.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.
- DUTRA, J. S.; DUTRA, T. A.; DUTRA, G. A. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2017.
- FERREIRA, P. I. **Série MBA - Gestão de Pessoas - Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2013.
- FIDELIS, G. J. **Gestão de Pessoas - Estrutura, Processos e Estratégias Empresariais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.
- FONSECA, K. A. C. **O clima organizacional e as doenças ocupacionais de servidores públicos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional) - Instituto Politécnico de Santarém, Santarém (Portugal), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/2611>. Acesso em: 21 maio 2025.
- LACOMBE, F. **Recursos Humanos: Princípios e Tendências**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MARTINS, M. C. F.; OLIVEIRA, B.; SILVA, C. F.; PEREIRA, K. C.; SOUSA, M. R. Construção e validação de uma escala de medida de clima organizacional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 4, n. 1, p. 37-60, 2004.
- MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. **Marketing e agribusiness**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- RIBEIRO, A. L. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SANTOS, T. D. C.; RODRIGUES, M. S.; FRANÇA, L. P.; CERATTI, B. K.; MENESES, P. P. M. Construção de uma escala de clima organizacional para uma organização pública. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 713-719, 2019.

SILVA, L. G.; PANDOLFI, J. G.; PANDOLFI, M. A. C. A importância da gestão de pessoas no agronegócio. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 203–213, 2019.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do Comportamento Organizacional**: Ferramentas de Diagnóstico e de Gestão. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

APÊNDICE A – Médias para cada afirmativa da ECO

Afirmativas	Média
Apoio da chefia e organização	4,346
01. Meu setor é informado das decisões que o envolvem.	4,333
02. Os conflitos que acontecem no meu trabalho são resolvidos pelo próprio grupo.	3,852
03. O funcionário recebe orientação do supervisor para executar suas tarefas.	4,000
04. As tarefas que demoram mais para serem realizadas são orientadas até o fim pelo líder.	4,519
05. Aqui, o líder ajuda os funcionários com problemas.	4,333
06. O líder elogia quando o funcionário faz um bom trabalho.	4,519
07. As mudanças são acompanhadas pelos supervisores (ou líder).	4,519
08. As mudanças nesta empresa são informadas aos funcionários.	4,481
09. Nesta empresa, as dúvidas são esclarecidas.	4,519
10. Aqui, existe planejamento das tarefas.	4,519
11. O funcionário pode contar com o apoio do líder	4,704
12. As mudanças nesta empresa são planejadas	4,778
13. As inovações feitas pelo funcionário no seu trabalho são aceitas pela empresa.	3,852
14. Aqui, novas ideias melhoram o desempenho dos funcionários.	4,296
15. O líder valoriza a opinião dos funcionários.	4,296
16. Nesta empresa, os funcionários têm participação nas mudanças.	3,741
17. O líder tem respeito pelos funcionários.	4,556
18. O líder colabora com a produtividade dos funcionários.	4,481
19. Nesta empresa, o líder ajuda o funcionário quando ele precisa.	4,593
20. A empresa aceita novas formas de o funcionário realizar suas tarefas.	4,000
21. O diálogo é utilizado para resolver os problemas da empresa.	4,370
Reconhecimento	4,017
22. Os funcionários realizam suas tarefas com satisfação.	4,259
23. Aqui, o líder valoriza seus funcionários.	4,444
24. Quando os funcionários conseguem desempenhar bem o seu trabalho, eles são recompensados.	4,222
25. O que os funcionários ganham depende das tarefas que eles fazem.	3,667
26. Nesta empresa, o funcionário sabe por que está sendo recompensado.	4,037
27. Esta empresa se preocupa com a saúde de seus funcionários.	4,556
28. Esta empresa valoriza o esforço dos funcionários.	4,370
29. As recompensas que o funcionário recebe estão dentro das suas expectativas.	3,741
30. O trabalho bem feito é recompensado.	3,963

31. O salário dos funcionários depende da qualidade de suas tarefas.	3,741
32. A produtividade do empregado tem influência no seu salário.	3,667
33. A qualidade do trabalho tem influência no salário do empregado.	3,778
34. Para premiar o funcionário, esta empresa considera a qualidade do que ele produz.	3,778
Conforto físico	4,493
35. Os funcionários desta empresa têm equipamentos necessários para realizar suas tarefas.	4,333
36. O ambiente de trabalho atende às necessidades física do trabalhador.	4,593
37. Nesta empresa, o deficiente físico pode se movimentar com facilidade.	4,481
38. O espaço físico no setor de trabalho é suficiente.	4,704
39. O ambiente físico de trabalho é agradável.	4,444
40. Nesta empresa, o local de trabalho é arejado.	4,519
41. Nesta empresa, existem equipamentos que previnem os perigos do trabalho.	4,556
42. Existem iluminação adequada no ambiente de trabalho.	4,370
43. Esta empresa demonstra preocupação com a segurança no trabalho.	4,667
44. O setor de trabalho é limpo.	4,852
45. Os equipamentos de trabalho são adequados para garantir a saúde do empregado no trabalho.	4,556
46. Nesta empresa, a postura física dos empregados é adequada para evitar danos à saúde.	4,074
47. O ambiente de trabalho facilita o desempenho das tarefas.	4,259
Controle e pressão	3,984
48. Aqui, existe controle exagerado sobre os funcionários.	3,852
49. Nesta empresa, tudo é controlado.	4,148
50. Esta empresa exige que as tarefas sejam feitas dentro do prazo previsto.	4,185
51. A frequência dos funcionários é controlada com rigor por essa empresa.	4,222
52. Aqui, o líder usa as regras da empresa para punir os funcionários.	3,815
53. Os horários dos funcionários são cobrados com rigor.	4,000
54. Aqui, o líder pressiona o tempo todo.	3,333
55. Nesta empresa, nada é feito sem a autorização do líder.	4,074
56. Nesta empresa existe uma fiscalização permanente do líder.	4,222
Coesão entre colegas	4,312
57. As relações entre as pessoas deste setor são de amizade.	4,296
58. O funcionário que comete um erro é ajustado pelos colegas.	4,074
59. Aqui os colegas auxiliam um novo funcionário em suas dificuldades.	4,333
60. Aqui nesta empresa, existe cooperação entre os colegas.	4,556
61. Nesta empresa, os funcionários recebem bem um novo colega.	4,556
62. Existe integração entre colegas e funcionários nesta empresa.	4,407
63. Os funcionários se sentem à vontade para contar seus problemas pessoais para alguns colegas.	3,963
Média Geral	4,230

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

COMO O FEEDBACK DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PODE INFLUENCIAR NA MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES.

Edna Golin Aires¹ - Faculdade Unicampo
Rosimar Antonio de Lima² - Faculdade Unicampo
Thaís Martires³ - Faculdade Unicampo
Alexandra A. de A. Cardoso⁴ Faculdade Unicampo

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

RESUMO: Para que se tenha êxito em uma organização, as pessoas que a compõe devem ser vistas como parceiros, que trabalham em busca de um propósito em comum. Mas pessoas, que também tenham suas necessidades atendidas. O feedback da avaliação de desempenho possibilita que o colaborador se situe sobre a relação existente entre ele e a organização, como ele está se comportando e desempenhando seu trabalho, e como suas atitudes afetam todos ao seu redor, bem como nos resultados da organização. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi de identificar se o feedback da avaliação de desempenho pode influenciar na motivação dos colaboradores. Para tanto, apresenta-se um breve entendimento do que é a avaliação de desempenho e feedback, explicando alguns dos tipos de métodos existentes, e algumas considerações sobre a motivação no ambiente organizacional. A pesquisa é de caráter qualitativo e se caracteriza como um estudo de caso. Conforme Godoy (1995), esse tipo de método se enquadra as pesquisas que visam uma análise aprofundada do objeto, de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. Em suma, foi possível constatar que, a organização realiza a avaliação de desempenho, mas não realiza o feedback, pois os respondentes, mostraram-se desmotivados em vários aspectos, deixando claro a existência de lacunas na comunicação entre gestor e colaborador.

Palavras-chave: Pessoas. Feedback. Colaborador.

RESUMEN: Para que una organización tenga éxito, sus integrantes deben ser vistos como socios que trabajan por un propósito común. Pero también como personas que tienen sus necesidades satisfechas. La retroalimentación de la evaluación del desempeño permite a los empleados comprender la relación entre ellos mismos y la organización, cómo se comportan y realizan su trabajo, y cómo sus actitudes afectan a todos los que los rodean, así como a los resultados de la organización. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación fue identificar si la retroalimentación de la evaluación del desempeño puede influir en la motivación de los empleados. Para ello, se presenta una breve comprensión de la evaluación del desempeño y la retroalimentación, explicando algunos de los tipos de métodos existentes y algunas consideraciones sobre la motivación en el entorno organizacional. La investigación es de naturaleza cualitativa y se caracteriza como un estudio de caso. Para Godoy (1995), este tipo de método se enmarca en la investigación que busca un análisis en profundidad del objeto, un entorno, un sujeto simple o una situación particular. En resumen, se pudo constatar que la organización realiza la evaluación de desempeño, pero no brinda retroalimentación, pues los

¹ - Gestora de Recursos Humanos – e-mail: edna.golin.aires10@gmail.com

² - Gestora de Recursos Humanos – e-mail: rosimar.lima@faculdadeunicampo.edu.br

³ - Gestora de Recursos Humanos – e-mail: thais.martires@gmail.com

⁴ - Mestre e Doutoranda em Administração – e-mail: alexandra.cardoso@faculdadeunicampo.edu.br

*encuestados se mostraron desmotivados en varios aspectos, dejando en evidencia que existen brechas en la comunicación entre gerente y empleado.
Palabras-clave: Personas. Feedback. Empleados.*

INTRODUÇÃO

A avaliação de desempenho consiste basicamente em verificar o desempenho individual do colaborador em relação ao trabalho exercido, bem como, tratar de assuntos sobre a organização e seu funcionamento. Conforme Tavares e Tavares (2017), o feedback da avaliação de desempenho é uma das formas disponíveis de se estimular o desenvolvimento do colaborador, e possivelmente alcançar melhores resultados para a organização. Consideram que tanto a avaliação de desempenho quanto o seu feedback se trata de processos de comunicação, de compartilhamento de informações, normalmente entre líder e liderado, se tratando assim, de um processo bidirecional, em que o líder deve estar disposto a ouvir, receber possíveis críticas e sugestões de seus colaboradores.

De acordo com Pereira, Fernandes e Silva (2013), para que se tenha um sistema integrado e eficaz de gestão organizacional, faz-se necessário que se tenha antes, um sistema de avaliação de desempenho adequado, visto que, esse processo avaliativo pode determinar o sucesso ou fracasso pessoal, profissional ou organizacional. Em conformidade com as ideias da autora, as organizações devem se atentar as mudanças no contexto empresarial e se alinhar a essas mudanças nos seus diferente âmbitos, a nível tecnológico, cultural, organizacional, social e econômico. Nesse sentido, Pereira (2013), destaca que: “No fundo, a essência da avaliação de desempenho está no que motiva o comportamento das pessoas no domínio do trabalho, ou seja o que as faz querer fazer com benefício para a organização” (PEREIRA, FERNANDES, SILVA, 2013, p. 13).

Parte desse processo avaliativo, é o momento do feedback, que se bem direcionado, compartilhado de forma adequada, conforme Tavares e Tavares (2017), promove a reflexão e redireciona as ações e escolhas do colaborador. Dado o exposto, o presente trabalho tem por objetivo buscar evidências se o feedback da avaliação de desempenho pode influenciar na motivação dos colaboradores de uma Instituição de Ensino Superior situada na região da COMCAM – Comunidade dos Municípios de Campo Mourão – PR. Para Williams (2005, p. 02), “Oferecer feedback eficiente é uma das técnicas mais poderosas de comunicação”. Ou seja, além

da importância dessa devolutiva, o como fazê-lo fará toda a diferença. Assim, uma análise sobre como os líderes tem realizado o feedback da avaliação de desempenho, é necessário para compreender sua influência no comportamento dos colaboradores e, conseqüentemente no desempenho de sua devida função.

A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O processo avaliativo de colaboradores ocorre desde a antiguidade, e foi se aprimorando no decorrer dos anos. Em meados de 1900, o precursor sobre o tema, Frederick Winslow Taylor, por meio de suas pesquisas, trouxe as primeiras evidências científicas referente a avaliação de desempenho. Em que, conforme Brandão e Guimarães (2001), eram embasadas em disciplinariedade do colaborador e autocontrole no modo de desempenhar o seu trabalho.

Para, Brandão e Guimarães (2001), esse avanço, principalmente em relação as técnicas utilizadas, evoluíram de um modelo de via de mão única, em que o chefe avalia o colaborador, para um modelo de avaliação bilateral, ou seja, ambos podem ser avaliados, e discutem em busca de melhorias, de modo que atendam principalmente, as necessidades e objetivos de cada um, e contribua para o desempenho deste colaborador.

Para Teiga (2012), a avaliação de desempenho é uma ferramenta que permite avaliar e medir como cada um está desempenhando seu papel dentro da organização, e se o que se espera de cada um em sua respectiva função está sendo ou não correspondido, e o quanto está. O autor acredita que avaliar o desempenho de alguém está relacionado a mapear os resultados apresentados, com foco em identificar os pontos fortes, e estabelecer um plano de ação que possibilite a manutenção ou melhoria desse desempenho.

Para Chiavenato (2010), a avaliação de desempenho é uma apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa, de acordo com as atividades que ela realiza, de suas competências e potencial de desenvolvimento, bem como, das metas e resultados a serem alcançados. Considera ainda, como um processo dinâmico que envolve o colaborador e seu superior e seus relacionamentos e representa uma técnica de direção imprescindível na atividade administrativa atual (CHIAVENTAO, 2010).

Contudo, conforme Teiga (2012), a avaliação de desempenho não se justifica por si só, ela não é um fim, mas sim um processo contínuo e constante, que deve fazer parte do dia a dia

dos avaliadores e avaliados. Nota-se contudo, que a avaliação de desempenho requer muito cuidado e conhecimento para sua implementação e desenvolvimento. Neste sentido, existem alguns tipos de métodos que podem ser utilizados, cada qual com sua finalidade. No próximo tópico, apresentamos algumas considerações dos principais métodos utilizados atualmente.

MÉTODOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Cada organização vive uma realidade, e isso deve ser considerado quando se diz respeito a implementação de uma avaliação de desempenho. A avaliação de desempenho deve estar relacionada com modelo de gestão da empresa e ter harmonia com a sua missão, compromisso e objetivos. Só assim, será possível obter resultados significativos (TEIGA, 2012). A literatura apresenta vários tipos de avaliação de desempenho, para este trabalho, apresentamos os mais utilizados, bem como suas vantagens e desvantagens, em conformidade com o autor Teiga (2012):

Método escala gráfica: É método mais simples e prático, e é o mais utilizado pelas organizações. Trata-se de um formulário de dupla entrada contendo fatores de avaliação de desempenho x graus de avaliação. Tais fatores são selecionados para definir as qualidades que serão avaliadas, devem ser definidos de forma simples, clara e objetiva, para não haver distorções. Dentre as vantagens, destaca-se: fácil entendimento e avaliação simples, visão integrada e resumida dos fatores de avaliação, pouco trabalho ao avaliador no registro de avaliação. Algumas desvantagens: pouca flexibilidade, dá espaço para subjetividade, tendência a estereotipação dos avaliados e massificação dos resultados.

Método da escolha forçada: Trata-se de uma avaliação por meio de frases que descrevam determinados tipos de desempenho individual. Cada conjunto é composto de duas ou mais frases. O avaliador deve escolher obrigatoriamente apenas uma ou duas que mais se apliquem ao desempenho do avaliado. Dentre as vantagens: Resultados mais confiáveis e isentos de influências subjetivas e pessoais e aplicação simples, sem exigir preparo intenso ou sofisticado dos avaliadores. Algumas desvantagens: Elaboração e montagem complexas, exigindo bastante tempo e esforço, classificação dos colaboradores apenas em bons, médios e fracos, sem informações mais detalhadas, obtenção de poucas informações sobre necessidade de treinamento e potencial de desenvolvimento.

Método da autoavaliação: Trata-se de um processo em que o próprio colaborador se avalia, espera-se que, de forma honesta e sincera. Por isso, é considerado subjetivo, mas possibilita ser trabalhado a autonomia, a transparência, e o comprometimento. Não cabe falar de vantagens e desvantagens.

Método da avaliação por resultados: Consiste numa análise periódica entre resultados fixados e resultados efetivamente alcançados. As conclusões a respeito dos resultados permitem a identificação dos pontos fortes e fracos, bem como das atitudes gerenciais necessárias para o próximo ciclo. É prático, embora dependa das atitudes e motivação do avaliador, do clima organizacional e do nível de abertura para feedback.

Método de avaliação 360°: tem-se apresentado como um método de escolha surgido há pouco tempo. Está atingindo grande popularidade entre as empresas de nosso país. Nele, há feedback envolvendo competências profissionais e sugestões de aperfeiçoamento e desenvolvimento, buscando aumentar a eficácia do profissional nos processos empresariais e em sua qualidade de vida no trabalho. Deve ser realizado entre profissionais pertencentes ao mesmo círculo de influência empresarial: pessoal de supervisão, clientes, parceiros, fornecedores e o profissional em foco.

Métodos mistos: Trata-se de métodos de avaliação variados, em todos os aspectos, pois cada gestor ajusta os métodos às suas peculiaridades e necessidades, fazendo com que cada organização tenha seu próprio sistema de avaliação do desempenho adequado às circunstâncias, à sua história e aos seus objetivos.

Esses, são os métodos mais comuns utilizados pelas organizações. Para Chiavenato (2010), o método 360° é o mais rico, pois possibilita a participação de toda a organização, e propicia diferentes informações vindas de todos os componentes da organização. “A lógica da avaliação baseia-se na fixação de objetivos de equipa associando o sucesso individual ao da organização” (PEREIRA, FERNANDES, SILVA 2013, p. 13). Assim, selecionado os fatores, critérios, bem como os objetivos que se adequam as necessidades da organização em determinado momento, ficará mais clara e simples a escolha de qual método será mais viável.

Considerando a importância da escolha do método, um dos momentos da avaliação de desempenho, que pode influenciar em todo o processo de forma significativa, é o feedback. Conforme o autor Teiga (2012), a avaliação de desempenho trata-se de um processo contínuo e

constante, e o feedback é parte integrante desse processo, talvez o mais importante. Para Williams (2005, p. 02), “Oferecer feedback eficiente é uma das técnicas mais poderosas de comunicação”. Ou seja, além da importância dessa devolutiva, o como fazê-lo fará toda a diferença. Por outro lado, não dar o feedback pode acarretar em pontos negativos para a organização.

Já, o feedback insignificante, como próprio nome diz, trata-se de uma devolutiva considerada vaga ou genérica, sem muita importância, e sem grandes impactos, se comparado aos demais feedbacks. Por último e não menos importante, o feedback ofensivo está relacionado aos três anteriores, por exemplo, uma correção mal feita, o modo de falar para corrigir, pode causar impactos negativos, e ser visto pelo lado ofensivo, mesmo que não seja intencional. Cabe salientar que, independentemente de qualquer tipo de feedback, cabe o respeito e empatia pelo próximo, pois sempre haverá uma melhor forma de se comunicar, sem que ofenda a dignidade de alguém.

Sobre isso, segundo Alexander (2006, apud Tavares e Tavares, 2017), há colaboradores que após uma crítica, apresentam sentimentos e atitudes negativas, e queda na motivação, bem como, são mais resistentes à mudança comportamental, e isso é visto como algo ruim para a organização. Já outros colaboradores, na mesma situação, buscarão modificar seus comportamentos, para que não recebam mais críticas. Logo, é importante que o responsável por essa tarefa, conheça os perfis de seus colaboradores, e cabe a ele encontrar a melhor forma de realizar o feedback em seus diferentes contextos.

Para Teiga (2012), o nível de satisfação laboral do colaborador está relacionado a como ele desempenha seu trabalho. E, para isso é importante que a organização proporcione oportunidades para que eles desenvolvam suas personalidades, e que isso é uma forma de motivação. O autor cita algumas necessidades que devem ser exercitadas, e que todos nós temos. Principalmente, pensando em um trabalho recente, são elas: aceitação, autodeterminação, criatividade, inclusão social, liberdade para arriscar e errar, orgulho do próprio trabalho, responsabilidade. Destaca ainda que as pessoas, normalmente, necessitam também de serem desafiadas, terem novas oportunidades, serem reconhecidas, serem aceitas como são, serem ouvidas, serem tratadas de modo humano e justo, e serem úteis.

Dentre algumas atitudes por parte dos gestores, para motivar seus colaboradores, o autor destaca algumas condições, como: Adotar um sistema de recompensas ligado ao desempenho,

ter um relacionamento aberto e sincero, identificar os anseios e necessidades das pessoas, preocupar-se com elas e com seus desenvolvimento dentro da organização, reconhecer e valorizar o bom desempenho dos colaboradores, ser paciente e tolerante as limitações, saber ouvir sugestões, etc. E cita, saber dar e receber feedback.

Com isso, notamos que o feedback não é somente uma simples conversa advinda de uma avaliação, os resultados dependem muitas vezes de fatores como os citados anteriormente, ou seja, toda a relação construída entre colaborador e organização, durante o tempo anterior a avaliação, e podem ter relação com a motivação desse colaborador.

MOTIVAÇÃO

Falar sobre a motivação no ambiente de trabalho, tem várias particularidades que devem ser consideradas. Para Volpato e Cimbalista (2002), cada indivíduo desenvolve impulsos motivacionais diferentes, se tratando assim de um processo que ocorre de forma intrínseca. O processo motivacional, é um tema ainda considerado pela literatura, como complexo. Volpato e Cimbalista (2002), apontam que as dificuldades de entendimento, está relacionado ao fato de que não há uma motivação única que reflita sobre a relação do colaborador com o desenvolvimento de seu trabalho.

Assim, subentende-se que não é possível traçar uma estratégica específica de motivação que abranja a todos. Isso está diretamente relacionado as peculiaridades de cada ser humano. “Não é tão fácil compreender o outro e valorizar de forma justa suas intenções e seus motivos” (BERGAMINI, 1990, p. 24). Segundo o dicionário Aurélio, a motivação define-se por: Ato ou efeito de motivar, de despertar o interesse por algo: os elogios serviram de motivação para melhorar. [Psicologia] - Reunião das razões pelas quais alguém age de certa forma; processo que dá origem a uma ação consciente.

Conforme Cidade (2013), essas necessidades perpetuam em um estado de tensão do indivíduo, até o momento em que a mesma seja satisfeita pelo comportamento motivado. Quando isso acontece, o autor destaca que o indivíduo volta ao seu estado de equilíbrio psicológico, dando a entender que se trata de um círculo vicioso. Ou seja, o comportamento motivado do indivíduo está atrelado às suas necessidades. Cidade (2013), ressalta que as diferentes teorias sobre motivação tem por objetivo melhorar a produtividade nas organizações. “Se quem produz são as pessoas, então considera-se fulcral saber e perceber como geri-las” (CIDADE, 2013, p. 18).

Nota-se que a motivação tem relação com as ações humanas diante de seus objetivos e/ou necessidades, em que de alguma forma, o indivíduo é incentivado, tendendo a mudanças em seu comportamento. Para Volpato e Cimbalista (2002), um ponto a ser considerado, é a relação motivação e sucesso empresarial. Para o autor, o sucesso é um tipo de motivação que não nasce só, depende da tecnologia adotada pela organização, bem como, do desempenho e qualidade de trabalho das pessoas que compõe a organização, em busca de um mesmo objetivo.

Os autores, supramencionados salientam que é necessário considerar o humano em sua unicidade e especificidade, que é preciso estar atento as suas dimensões éticas e culturais, bem como, a sua subjetividade. E completam que, as organizações centradas nas pessoas, compartilham informações em toda a organização. “Parte-se do princípio de que é preciso utilizar o capital intelectual dos trabalhadores, que estes têm de compreender em detalhes os resultados apresentados pela empresa e o que ela está tentando fazer.” (VOLPATO e CIMBALISTA, 2002, p. 81).

Assim, as organizações que cuidam de seu bem maior, o colaborador, devem adotar um trabalho que possibilite desenvolvê-lo dentro da organização. Pois, um colaborador desmotivado tende a produzir menos e reclamar muito, gerar conflitos, dentre outras situações negativas. Nessa perspectiva, Chiavenato (2003), salienta que cada pessoa precisa alcançar os objetivos organizacionais e pessoais, e que, “as pessoas estão dispostas a cooperar desde que as suas atividades na organização contribuam diretamente para o alcance de seus próprios objetivos pessoais”. (CHIAVENATO, 2003, p. 353).

Portanto, as organizações devem propiciar a seus colaboradores, meios que permitam seu crescimento, desenvolvimento, que o valorize, e que o faça se sentir parte da organização.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, refere-se a um estudo de caso, em que conforme Godoy (1995), esse tipo de método se enquadra as pesquisas que visam uma análise aprofundada do objeto, de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. O presente trabalho refere-se ainda, a um estudo com caráter qualitativo. Para Gil (2002), a pesquisa qualitativa consiste em descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou então, estabelecer relações entre variáveis.

Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa se aplica a estudos que envolvem os seres humanos e os fenômenos que os envolvem, bem como, quando se trata de estudos que envolvam relações sociais, considerando diferentes ambientes. A autora ressalta que, esse tipo de estudo auxilia numa melhor compreensão do fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas. Em relação a coleta de dados, foi realizada por meio de um questionário com 13 questões estruturadas, que foram respondidas mediante questionário, e implementada com os colaboradores de uma Instituição de Ensino localizada na Região da COMCAM - Paraná, no período do dia, 03 a 08 do mês de novembro do ano de 2021.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta pesquisa teve por objetivo identificar se o feedback da avaliação de desempenho pode influenciar na motivação dos colaboradores. Para isso, a pesquisa foi implementada com 14 colaboradores de uma Instituição de Ensino Superior localizada na região da COMCAM/PR. Com a implementação do questionário, no qual conta com 13 questões, a priori foi possível identificar que a Instituição não realiza o feedback de forma adequada. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos em cada questão. Neste trabalho, chamaremos os respondentes por C1, C2, C3, e assim sucessivamente.

Tabela 1: Respostas das 10 primeiras questões da pesquisa.

Questões	Sim	Não	As vezes
1. Você está feliz no seu trabalho atual?	43%	21%	36%
2. Você considera seu trabalho significativo?	71%	7%	21%
3. É reconhecido/valorizado, quando faz um bom trabalho?	36%	43%	21%
4. Está satisfeito (a) com o horário de trabalho?	86%	7%	7%
5. Está satisfeito com as tarefas que realiza?	71%	7%	21%
6. Considerando seu esforço, dedicação, e suas competências, e o trabalho que desempenha, você está satisfeito com o seu salário?	14%	71%	14%
7. Você se sente ouvido/acolhido pelo seu gestor?	50%	14%	36%
8. É atendido com facilidade pelo seu gestor, quando precisa dele?	71%	-	29%
9. Você é estimulado a crescer dentro da empresa?	14%	79%	7%
10. Já teve oportunidades para que isso aconteça?	14%	79%	7%

Fonte: As autoras.

Referente as questões 1 e 2: A maioria está feliz com o trabalho desempenhado e o considera significativo. Em contrapartida o colaborador C4 afirma que não está feliz, e complementa: “Insatisfação salarial e falta de reconhecimento”. Corroborando com esse sentimento, C6 afirma que, “Estou cansado e não sou reconhecido”.

Quando questionados sobre o reconhecimento na questão 3, 43% responderam que não são reconhecidos. As repostas aqui apresentadas, são indícios que a organização não está valorizando corretamente o seu capital humano e intelectual, conforme Volpato e Cimbalista (2002), as empresas devem possibilitar o desenvolvimento de seus colaboradores, e não ser reconhecido, estarem cansados e insatisfeitos, são indícios de que há lacunas no que diz respeito ao cuidado com às necessidades de seus colaboradores.

Em contrapartida 36% responderam que sim. Em complemento, nas questões 4 e 5, os respondentes estão satisfeitos com o horário de trabalho e com as tarefas que realizam, porém referente a questão 6, pode-se observar que a maioria, 71%, não estão satisfeitos com o seu salário atual. Sobre isso, Cidade (2013), afirma que se o salário não for satisfatório, a motivação do colaborador tende a diminuir, mesmo que já se tenha a priori motivação em realizar devidas tarefas. As respostas referente a questão 6, estão a seguir:

C1 afirma, “Não, pois temos que fazer trabalho de outras pessoas, onde ficamos sobrecarregados”.

C4, “Não condiz com a função que exerço”.

C6, considera “salário muito abaixo do merecido”.

C7, não está satisfeito e afirma “Não tem aumento há muito tempo”.

C9, afirma que, “o salário está defasado e não há perspectiva de melhora”

Referente as questões 7 e 8, a maioria considera ser atendido pelo gestor, contudo, conforme os colaboradores:

C1, “Na maioria da vezes, o gestor até nos ouve, mas não soluciona o problema”. C3, afirma que, “Nunca precisei de atendimento com o gestor da empresa, sempre quando preciso, falo com a minha chefe”.

C6, afirma que “O gestor é uma ótima pessoa para conversar. A respeito do atendimento dado pelo gestor afirma, “Em se tratando de algum assunto, sim. Se for na parte de aumento salarial, se torna um pouco difícil”.

C9, afirma que, “Nosso gestor é acessível, mas nem sempre atende as solicitações da equipe”.

C10 considera que, “Acredito que neste aspecto seria importante ter mais diálogo com os colaboradores, ainda ficam ouvindo conversas de corredores, sem ouvir os envolvidos”. Não houve manifestações do restante.

É possível auferir que há um distanciamento na relação gestor e colaborador, principalmente no quesito, atendimento as necessidades individuais e de equipe. Conforme Oliveira e Passos (2013), um bom líder deve ser cúmplice do seu time, para que assim a equipe se torne mais homogênea. Para tanto, os autores destacam que [...] “o gestor precisa conhecer de perto os interesses e anseios de cada colaborador, pois quando se trata de motivação, ela é individual. No entanto, se é utilizado um único meio de motivar a todos simultaneamente.” Contudo, relacionando esse fato as relações interpessoais, conforme os autores, influencia no bom desempenho das produções diárias da equipe.

No que diz respeito às questões 9 e 10, é possível auferir, segundo 79% dos respondentes, que a instituição não estimula os seus colaboradores a evoluir dentro da organização. Conforme os respondentes:

C1, sobre a questão 9: “Muitas vezes não temos benefícios dentro do setor que trabalhamos, a própria empresa não tem objetivos”.

C3: “Não vejo nenhum incentivo por parte da empresa, o crescimento profissional dos funcionários, acumulamos funções”.

C4: “A função e trabalho muda, e o salário continua o mesmo”.

C5: “Não há área de crescimento, podemos notar pelos outros colaboradores que estão estagnados a anos”.

C6: “Não chegou essa oportunidade ainda, desde que entrei na empresa nunca teve”.

C7: “Não existe isso na empresa”.

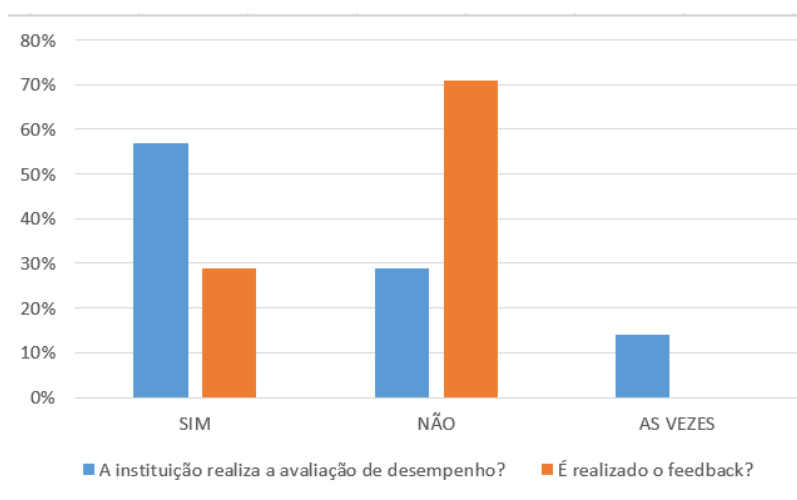
C8: “Não há nenhum estímulo para crescimento dentro da empresa. Nenhum curso ou treinamento é oferecido”.

Nota-se que a instituição não dá a devida atenção ao desenvolvimento de seus colaboradores, não cabe aqui apontar erros ou culpados, nota-se porém, a falta de proximidade nas relações entre gestor e colaborador, bem como ao atendimento das solicitações da equipe como um todo. Conforme Oliveira e Passos (2013), o equilíbrio entre a satisfação pessoal e os objetivos da organização, [...] tem sido uma preocupação para as empresas, bem como, a preocupação com a motivação de seus colaboradores. Os autores acreditam que, o elemento motivação influencia na produtividade e consequentemente no lucro da organização. Visto que, bons resultados dependem integralmente de toda a equipe.

As últimas três questões, foram referentes a avaliação de desempenho e o feedback dado pela Instituição, sendo a última, de opinião pessoal. Os resultados estão no gráfico 1.

Com o objetivo de verificar como a instituição se comporta em relação a avaliação de desempenho e feedback, e sendo este o principal tema do trabalho aqui exposto, destaca-se no gráfico 1, os dados referentes as questões 11, 12.

Gráfico 1: Índice de respostas referente a avaliação de desempenho e feedback.



Fonte: As autoras.

As duas questões apresentadas no gráfico 1 são:

11. A instituição realiza avaliação de desempenho? Se sim, com que frequência?

12. É realizado o feedback? De que forma?

E a última questão é de caráter pessoal. 13. Como você o interpreta? Qual é a sua opinião sobre o feedback?

Conforme apresentado no gráfico, sobre a pergunta se a instituição realiza a avaliação de desempenho, 57% dos colaboradores disseram que sim, 29% responderam que não, e 14% responderam as vezes. Já referente ao feedback, de acordo com 71% dos respondentes, ficou explícito que a instituição não realiza o feedback.

Seguem abaixo as respostas de alguns colaboradores referente as questões 12 e 13.

C1: ‘Não é realizado o feedback, devido a isso não sei como interpretar’.

C2: “Não é realizado de nenhuma forma. Não há feedback, algo que é extremamente essencial para o auto desenvolvimento”.

C3: “O feedback vindo da empresa nem sempre é bom, nos sentimos pressionados”.

C4: “Importante, mas não temos”.

C5: Afirma que, “Por enquanto não é realizado o feedback, e o considera “importante, se não, não tem como melhorar”.

C6: “Não tivemos esse momento, o feedback será muito importante para a maioria dos colaboradores, mas infelizmente não temos essa atenção”.

C7: Afirma que, “Não há feedback, interpreto como um erro enorme, acho muito importante ter feedback”.

C8: Sobre a questão 12, afirma que, “As vezes, em reunião ou pessoalmente. Acho muito importante para o comandado ter ciência do seu trabalho e pelo fator motivacional.

C9: Sobre a questão 12, afirma que, “As vezes, uma reunião com os colaboradores. Referente a questão 13, afirma que, “Totalmente desnecessário e ineficiente, não altera em nada o comportamento desestimulado da equipe.

C10, C12 e C13, C14 não se manifestaram, C11, respondeu; “Ainda não sei”.

Contudo, as respostas dos colaboradores dão indícios de que a avaliação de desempenho ocorre, mas já o feedback não. Conforme Brandão e Guimarães (2001), as técnicas de avaliação de desempenho evoluíram para um modelo de avaliação bilateral, em que ambos podem ser

avaliados, e discutirem em busca de melhorias, de modo que atendam principalmente, as necessidades e objetivos de cada um, e contribua para o desempenho deste colaborador. Porém nota-se que, na instituição em estudo, as técnicas utilizadas ainda permeiam em uma via de mão única.

Vale ressaltar, que a maioria dos respondentes consideram o feedback importante, inclusive para melhorias em suas funções, e lamentam não ter esse retorno. O C8, ressalta a importância do feedback para orientar o gestor e destaca o fator motivacional dos colaboradores. Em consonância, o colaborador C13, traz a discussão em relação ao feedback ser ineficiente e não altera em nada o trabalho desestimulado dos mesmos.

Nesse sentido, Teiga (2012), salienta que:

Muitos projetos de implantação de sistemas de avaliação têm sido abortados ou não são continuados por uma série de fatores, dos quais destacamos: medo ou falta de compromisso dos gestores (novamente a importância de seu papel); dificuldade de trabalhar com a subjetividade do processo e não preparação das pessoas envolvidas, tanto no como fazer quanto na motivação e na habilidade para dar e receber feedback. (TEIGA, 2012, p. 78)

Neste estudo, o feedback não é realizado pela organização. Deixando claro, o quão primordial é o papel do gestor nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se tenha êxito em uma organização, as pessoas que a compõe devem ser vistas como parceiros, que trabalham em busca de um propósito em comum. Mas pessoas, que também tenham suas necessidades atendidas. O feedback da avaliação de desempenho possibilita que o colaborador se situe sobre a relação existente entre ele e a organização, como ele está se comportando e desempenhando seu trabalho, e como suas atitudes afetam todos ao seu redor, bem como nos resultados da organização. Assim, destaca-se o quão importante é o papel do gestor, e como seu trabalho pode fazer a diferença na vida de seus colaboradores, no que diz respeito a satisfação profissional e pessoal. Com esta pesquisa, foi possível constatar que a organização precisa melhorar o processo de avaliação de desempenho, bem como de feedback. Pois os respondentes, mostraram-se desmotivados em vários aspectos.

Ressaltamos que, a instituição realiza a avaliação de desempenho, mas o principal momento, que é a devolutiva não está acontecendo. Pode-se notar que a comunicação entre gestor e colaborador não está sendo efetiva. Bem como, os colaboradores não compreendem para que serve a avaliação de desempenho, já que o feedback não é realizado. Williams (2005), considera o feedback uma poderosa técnica de comunicação.

E, nesta organização, está escasso, como explicitado neste trabalho, não ter essa devolutiva pode acarretar pontos negativos para a organização. E isso já está acontecendo. Pode-se verificar com esta pesquisa, colaboradores desmotivados com o salário, com as tarefas em excesso, com a não valorização/reconhecimento, com a falta de oportunidades, de desenvolvimento/crescimento dentro da organização, e com o atendimento as solicitações feitas ao gestor. Todos esses aspectos, deveriam ser solucionados e/ou evitados, caso a avaliação de desempenho fosse bem desenvolvida e concluída.

O objetivo da pesquisa foi de verificar se o feedback da avaliação de desempenho pode influenciar na motivação dos colaboradores. Para tanto, as questões foram estruturadas com perguntas envolvendo de modo geral, a satisfação com o trabalho desempenhado, a relação colaborador e gestor e a avaliação de desempenho e feedback. Assim, considerando os resultados obtidos, pode-se concluir que se houvesse o feedback na organização, os resultados seriam melhores ou contrários aos apresentados neste trabalho, e que sim, o feedback pode influenciar na motivação dos colaboradores, pois possibilita esclarecimentos de uma relação de trabalho, em busca de melhorias para toda a equipe. Pois ficou claro que há uma carência em relação a comunicação entre gestor e colaborador. Indo ao contrário de toda a teoria aqui explicitada.

Com este trabalho, espera-se contribuir, principalmente, com os líderes da Instituição em estudo, bem como, para outros líderes, para que se atentem mais a importância de seus colaboradores para o êxito da organização. E que para isso, o fator motivação é importante e deve ser trabalhado, e com o feedback da avaliação de desempenho é possível identificar lacunas e trilhar caminhos para que isso se realize.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, C. W. **Motivação:** Mitos, Crenças e Mal-entendidos. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 30, n. 2, abr-jun, 1990.

BRANDÃO, H. P. GUIMARÃES, T. A. Gestão de Competências e Gestão de Desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 8 - 15, jan./mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n1/v41n1a02.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

CIDADE, M. M. A. C. C. (2013). A motivação em época de crise: uma investigação interpretativista sobre a motivação de profissionais em Portugal durante a crise pós 2008. (**Tese de mestrado não publicada**). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/13412>>. Acesso em: 14 de ago. de 2021.

CHIAVANETO, Idalberto; **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**; o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901995000300004>.

OLIVEIRA, Rosane S. O papel do gestor na motivação dos seus colaboradores. **Cairu em Revista**. Jan 2013, Ano 02, nº 02, p. 33-41, ISSN 22377719. Disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/03_PAPEL_GEST_MOT_COL_33_41.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

PEREIRA, Catarina; FERNANDES, Rui; SILVA, Armando. Importância da Avaliação de Desempenho nas Organizações. Estudo de caso numa empresa portuguesa do sector alimentar. 2013. 83 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Finanças Empresariais, Instituto Politécnico do Porto Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Vila do Conde, 2013.

TAVARES, Ariane Serpeloni; TAVARES, FELIPE MATTOS. Conversando sobre Desempenho: como o feedback e a avaliação de desempenho podem contribuir para os resultados da organização.. **Revista de Administração do Unisal**, [S.l.], v. 7, n. 12, dez. 2017. ISSN 1806-5961. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/sj/index.php/RevAdministracao/article/view/599>>. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

TEIGA, A. J. **Gestão de Pessoas**. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/53605377-Gestao-de-pessoas-pessoas-gestao-de-adriano-jose-teiga-gestao-de-pessoas.html>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

VOLPATO, Maricilia; CIMBALISTA, Silmara. O processo de motivação como incentivo à inovação nas organizações. **Revista da FAE**, v. 5, n. 3, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/485/380>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

WILLIAMS, R. L. **Preciso saber se estou indo bem!** (Antonio Evagelista de Moura Filho, Trad.) Rio de Janeiro: Sextante, 2005. Disponível em: <https://intranet.brasal.com.br/cc/images/Preciso-saber-se-estou-indo-bem.pdf>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS ANOS DE 2015 A 2024

Bruna Thalita Pepato Galassi¹ – Faculdade UMFG

Gabriele Alves Strazza² – Faculdade UMFG

Nágila Giovanna Silva Vilela Gonçalves³ – UNESPAR Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a produção científica sobre Cultura Organizacional nos anos de 2015 a 2024. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliométrica, quantitativa e descritiva na base de dados Web of Science. A palavra-chave utilizada foi “*organizational culture*”, aplicada a tópico. Os trabalhadores também foram filtrados para “artigos” e nas categorias “*management*” e “*business*”. Ao final, foram encontrados 2.784 resultados. A análise dos dados incluiu o número de publicações por ano, os autores, as afiliações, os periódicos em que foram publicados os artigos, os idiomas e os países. Dos resultados encontrados, destaca-se um aumento de publicações sobre a temática ao longo dos anos, sendo predominantemente escritos no idioma inglês e nos seguintes países: Estados Unidos, Inglaterra e China. Ainda foram levantados os *hot topics*, isto é, os principais tópicos relativos ao estudo dessa temática, destacando-se o tema desempenho, com o maior índice m.

Palavras-chave: Cultura organizacional. Bibliometria. Web of Science.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la producción científica sobre Cultura Organizacional de 2015 a 2024. Para ello, se realizó una investigación bibliométrica, cuantitativa y descriptiva en la base de datos Web of Science. La palabra clave utilizada fue “*cultura organizacional*”, aplicada al tema. Los trabajadores también fueron filtrados por “artículos” y en las categorías “*gestión*” y “*negocios*”. Al final, se encontraron 2.784 resultados. El análisis de datos incluyó el número de publicaciones por año, los autores, las afiliaciones, las revistas en las que se publicaron los artículos, los idiomas y los países. De los resultados encontrados, se destaca un aumento en las publicaciones sobre el tema a lo largo de los años, siendo escritas predominantemente en inglés y en los siguientes países: Estados Unidos, Inglaterra y China. También se plantearon los temas de actualidad, es decir, los principales temas relacionados con el estudio de este tema, destacando el rendimiento del tema, con el índice m más alto.

Palabras clave: Cultura organizacional. Bibliometría. Web of Science.

¹ - Graduada em Administração – e-mail: brunagalassi33@gmail.com

² - Graduada em Administração – e-mail: gabrielestrazza@gmail.com

³ - Doutora em Administração – e-mail: nagila.goncales@unespar.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cultura organizacional é uma área temática da Administração e dos estudos organizacionais e traz contribuições para diferentes ciências, áreas de conhecimento e para a antropologia cultural (Freitas, 2007). Na década de 1980, o assunto ganhou enfoque e, desde então, se atualiza com base nas necessidades organizacionais e no contexto histórico (Freitas, 2007). Além disso, em 1983, a autora Freitas (2007) afirma que foram evidenciados números significativos de publicações abordando a temática em revistas conceituadas no mundo acadêmico internacional, como *Administrative Science Quartely* e *Organization Dynamics*. Em complemento, segundo Malheiros e Tomei (2021), o interesse pelo estudo da cultura organizacional não é recente e tem recebido grande atenção dos pesquisados.

A partir de uma busca na base de dados Web of Science, foi possível constatar que nos últimos cinco anos (2021 a 2025) o termo cultura organizacional aparece em 4.907 trabalhos científicos, sendo que 4.333 são artigos. Ademais, observou-se que as principais áreas de publicação foram gestão e administração (39,45%), ciências e pesquisas ambientais (11,10%), saúde ocupacional ambiental e pública (4,95%), tecnologia sustentável verde (4,89%) e enfermagem (4,85%). Os resultados mostram, portanto, que o tema é relevante para diferentes áreas do conhecimento.

Posto isto, o objetivo deste trabalho é analisar a produção científica sobre Cultura Organizacional nos anos de 2015 a 2024. Para atingir tal objetivo, foi utilizada a base de dados Web of Science com uso da metodologia de pesquisa bibliométrica, que busca contribuir na mensuração e compreensão da evolução da produção científica com base em técnicas quantitativas e estatísticas (Pimenta *et al.*, 2017). Segundo Araújo *et al.* (2017), os estudos bibliométricos sobre cultura organizacional são necessários, visto ser possível analisar os artigos de forma mais complexa.

A metodologia abordada neste trabalho assume um papel importante na análise da produção científica de forma a quantificar os autores, universidades, idiomas e países que se dedicaram a pesquisá-lo. Além disso, essa temática é importante para as organizações, visto que o perfil dos líderes tem se adaptado a novas condições de trabalho (Newstrom, 2011). Através do estudo do comportamento organizacional dos funcionários, os gerentes são capazes de melhorar os resultados por meio de ações (Newstrom, 2011). As empresas descobriram que demonstrar atenção, escutar e preocupar-se com funcionários é chave para a motivação do

trabalhador (Newstrom, 2011). Em complemento, o estudo do comportamento organizacional é necessário para entender as pessoas dentro das organizações, individualmente ou em grupos (Newstrom, 2011).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática cultura organizacional chama a atenção de pesquisadores nos contextos teóricos e práticos, sendo um tema de relevância para a análise organizacional (Freitas, 2007). Segundo Fleury e Fischer (2015), a temática colocou diversos autores em diálogo, propiciando o surgimento de diferentes conceitos envolvendo a cultura organizacional. No decorrer dos anos de 1980, a temática obteve maior influência nos estudos dentro do campo de administração (Freitas, 2007).

Segundo Schein e Schein (2022), o conceito de cultura se diversificou ao longo da história, sendo utilizado pelos antropólogos para se referir a rituais e costumes e por pesquisadores científicos com foco de estudo no clima organizacional e práticas, visando lidar com pessoas e valores de uma organização.

Para Schein (1983, p. 3, tradução livre) a cultura organizacional é definida como:

[...] a estrutura de pressupostos fundamentais estabelecida, descoberta ou desenvolvida por dado grupo no processo de aprendizagem de solução de problemas de adaptação externa e integração interna que, tendo funcionado suficientemente bem para ser admitida como válida, deve, portanto, ser ensinada aos novos membros do grupo como a maneira correta de perceber, pensar e sentir aqueles problemas.

De acordo com Dias (2013), o conceito de cultura é definido como um conjunto de valores, crenças, ideologias, hábitos e costumes, sendo esses responsáveis por gerar padrões e comportamentos coletivos na organização. De forma similar, Vilela (2017) define a cultura organizacional como um sistema de significados formados socialmente, sendo as experiências dos próprios funcionários compartilhadas entre si para formulação da cultura. A autora cita os elementos que constituem a cultura, entre eles: valores, crenças e pressupostos, ritos, normas e tabus.

De acordo com Pettigrew (1979), a cultura é um sistema de símbolos, como: linguagem, ideologia, crença, ritual e mito. A construção desses símbolos é responsável pela concepção

grupal e organizacional, além de trazer consequências significativas para a organização (Pettigrew, 1979). O autor menciona que a cultura é criada pelo homem, mas também é responsável por criar o homem. Finalmente, Perez e Cobra (2017) definem a cultura organizacional como padrões de comportamento das pessoas na empresa, envolvendo crenças, valores, regulamentos, tradições, lideranças, hierarquia, missão e estratégias que estão presentes na organização e que podem interferir no desempenho profissional.

Freitas (2007) reconhece a importância da cultura para entender a organização. A autora complementa que a cultura é uma variável que está sob o controle dos membros da organização, permitindo que a empresa possa direcioná-la de acordo com os objetivos e estratégias. No entanto, é importante mencionar que a cultura não é um processo fácil de ser alterado, visto que ela não depende apenas de um membro, e sim do grupo da empresa (Freitas, 2017).

De acordo com Pimenta *et al.* (2017), com os avanços e surgimento de novas tecnologias, a bibliometria ganhou popularidade no meio acadêmico, motivando o aumento de buscas por embasamentos teóricos na conceituação, elaboração e metodologias das pesquisas. Diversas bases de dados foram criadas e ganharam destaque, com a finalidade de mapear e analisar a produtividade de autores, instituições e áreas de conhecimento (Pimenta *et al.*, 2017).

A seguir, são apresentados os resultados de pesquisas bibliométricas sobre o tema cultura organizacional. Tais trabalhos servirão como base para discussão dos resultados desta pesquisa. As pesquisas analisadas são de: (1) Malheiros e Tomei (2021); (2) Corrêa *et al.* (2018); (3) Araújo *et al.* (2017).

Malheiros e Tomei (2021) utilizaram as metodologias bibliométrica e sistemática para identificar a estrutura intelectual e os campos de pesquisa atuais sobre a cultura organizacional no Brasil. Os autores utilizaram a base de dados Web of Science, filtrando a busca entre o período de 1945 a 2021, nas áreas de business e management. Segundo os autores, através da pesquisa foi possível identificar a estrutura intelectual e os campos atuais de pesquisa sobre a temática cultura organizacional no Brasil utilizando uma base de dados internacional na coleta de dados (Malheiros; Tomei, 2021). Dessa forma, os autores concluíram que a estrutura intelectual da temática é composta por três grandes linhas de pesquisas, sendo elas: (1) conceito, formação e impacto da cultura organizacional, (2) papel dos valores compartilhados na cultura organizacional e (3) impactos da cultura organizacional nas questões comportamentais. E com

relação aos campos atuais de pesquisa, foram identificados cinco grupos: (1) influência da cultura na performance e na gestão das organizações, (2) influência da temática no comportamento dos indivíduos, (3) papel da cultura organizacional entre objetivos organizacionais e interesses individuais, (4) relação entre cultura organizacional e cultura organizacional e (5) relação entre cultura organizacional e competências comportamentais (Malheiros; Tomei, 2021).

Corrêa *et al.* (2018) empregaram a metodologia bibliométrica para analisar uma década de publicações sobre cultura organizacional, de 2006 a 2015. A fonte dados utilizada foi a Web of Science, sendo o estudo focado em identificar os períodos mais relevantes, áreas temáticas, tipos de documentos, anos de publicações, autores, títulos das fontes, instituições, países, idioma, *hot topics*, entre outros. De acordo com os autores, a pesquisa permitiu identificar um comportamento crescente no número de publicações sobre a temática cultura organizacional ao longo do período (3.687), bem como demonstrou que as áreas que mais empregam o tema são as organizacionais e econômicas (Corrêa *et al.*, 2018). O autor Charles Glisson foi considerado o principal pesquisador sobre a temática, apresentando 17 publicações. Além disso, os temas estratégia e liderança foram apontados como *hot topics* (Corrêa *et al.*, 2018).

Araújo *et al.* (2017) realizaram a pesquisa bibliométrica via portal SPELL (Scientific Periodicals Electronic Library) através da busca pela palavra-chave “cultura organizacional” no período entre 1995 e 2016. O objetivo do artigo foi analisar a produção científica brasileira sobre cultura organizacional, sendo examinada a evolução da produção sobre a temática, revistas mais recorrentes, métodos adotados nos artigos encontrados e temáticas relacionadas com a cultura organizacional (Araújo *et al.*, 2017). Foi identificado que a evolução no número de artigos sobre o tema não obedeceu a uma média de publicações por ano, no entanto, notou-se um crescimento considerável de publicações sobre cultura organizacional (Araújo *et al.*, 2017). Os autores identificaram que a pesquisa qualitativa foi mais utilizada durante os estudos. Além disso, o hot topic mais abordado foi inovação (Araújo *et al.*, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza básica, sendo caracterizada como bibliométrica, quantitativa e descritiva. A pesquisa de natureza básica é conceituada por Appolinário (2011, p. 146) como [...] “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação a priori com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Em complemento, Pereira (2019)

afirma que a pesquisa básica é importante na geração de novos conhecimentos e para o avanço da ciência.

A origem do termo bibliometria deu-se pela junção do radical *biblion*, do grego, livro, com o sufixo *metria*, no grego, mensuração, ou seja, para a pesquisa ser caracterizada como *bibliométrica*, ela deve conter uma análise quantitativa dos dados (Soares; Picolli; Casagrande, 2018). Por análise quantitativa entende-se mensurar e expressar numericamente os resultados pesquisados (Appolinário, 2011), garantindo a precisão da coleta de dados e análise de informações empregando a quantificação (Alexandre, 2021). Segundo Pimenta *et al.* (2017, p. 7) a bibliometria [...] “tem papel importante na avaliação da produção científica mundial, uma vez que seus indicadores podem retratar o comportamento e a evolução de um campo de conhecimento”. A pesquisa também é caracterizada como descritiva, que tem o objetivo de descrever o fenômeno observado sem interferir nas variáveis estudadas (Appolinário, 2011).

Para realizar a pesquisa *bibliométrica* foi utilizada a base de dados Web of Science, sendo o termo “*organizational culture*” aplicado a “tópico” (título, resumo e palavras-chave) durante a busca. Foi adicionado o intervalo de data personalizada entre 2015 e 2024, totalizando uma década. A partir da consulta, foram encontrados 9.794 resultados. Posteriormente, foi selecionado o tipo de documento, refinando apenas para artigos, sendo encontrados 7.965 resultados. Para finalizar a consulta, a categoria também foi refinada para “*management*” e “*business*”, ou seja, apenas artigos da área de administração/gestão, sendo encontrados 2.784 resultados.

Em relação aos artigos selecionados foi realizada a caracterização das publicações sobre cultura organizacional, incluindo a quantidade de artigos publicados por ano, principais autores, afiliações, principais periódicos, países e idiomas, bem como a indicação de possíveis *hot topics* vinculados à temática cultura organizacional.

Os *hot topics*, traduzido por tópicos quentes, são os principais tópicos associados com a temática estudada neste trabalho: cultura organizacional. Sendo assim, foram pesquisados na base de dados Web of Science 30 tópicos juntamente com o termo “*organizational culture*”. A partir do h-index é calculado o m, sendo esse obtido através da divisão do h-index pela quantidade de anos pesquisado, neste caso, 10 anos. Se o índice m for menor ou igual a 0,5, isso significa que a temática é de interesse dos pesquisadores, mas abrange uma comunidade pequena. Se o índice for maior que 0,5 e menor ou igual a 2, existe a possibilidade de se tornar um *hot topic*, pois abrange uma comunidade grande. Finalmente, se o índice m for maior que 2, é considerado

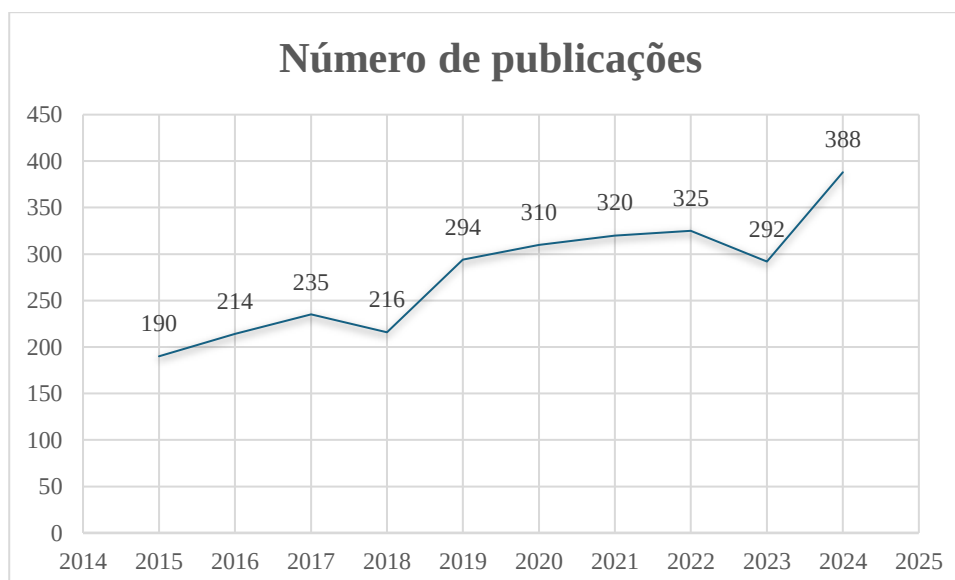
um *hot topic*, sendo um tópico importante para a temática no período pesquisado (Ávila *et al.*, 2014 apud Araújo *et al.*, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização das pesquisas sobre cultura organizacional

Na Figura 1 verifica-se a evolução da quantidade de artigos científicos publicados sobre cultura organizacional entre os anos de 2015 e 2024. De acordo com os números coletados na base de dados, o ano de 2015 teve o menor número de artigos publicados (190). No entanto, de forma geral, percebe-se uma evolução nas publicações sobre cultura organizacional. O ano de 2024 marcou a década, sendo o período com maior número de publicações, totalizando 388 artigos. Os números levantados confirmam o apontado por Perez e Cobra (2017), já que é notável que o termo cultura organizacional despertou o interesse de profissionais e estudiosos de diversas áreas ao longo dos anos, principalmente da área da administração, que passaram a estimular discussões no sentido de compreender a temática para as organizações. Apesar disso, Araújo *et al.* (2017) constataram que o volume de publicações sobre cultura organizacional não obedeceu a uma média por ano, mostrando-se heterogêneo.

Figura 1 - Evolução da quantidade de artigos publicados sobre cultura organizacional



Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Na Tabela 1 observam-se os oito principais autores que publicaram artigos sobre o tema cultura organizacional na última década. O autor com maior número de publicações é Le Ba Phong, com dez publicações no total. Segundo o *Google Scholar*, Phong é professor associado em gestão empresarial na *Hanoi University of Industry* (Vietnã).

Tabela 1 - Principais autores de artigos publicados sobre cultura organizacional

Autor(a)	Quantidade de artigos
Le PB	10
Ajmal M	9
Ali M	9
Antony J	8
Ghinea VM	8
Kim S	8
Naqshbandi MM	8
Park S	8

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

A Tabela 2 apresenta as principais afiliações, isto é, as instituições que os autores dos artigos estão vinculados. A principal instituição foi a *State University System of Florida* (Sistema Universitário Estadual da Flórida), que totalizou 42 artigos publicados ao longo da década. Destacam-se, ainda, dois institutos indianos, que juntos somaram 54 artigos publicados. No Brasil, autores afiliados à Universidade de São Paulo publicaram 22 artigos sobre cultura organizacional.

Tabela 2 - Principais afiliações dos autores sobre cultura organizacional

Afiliação	Quantidade de artigos
<i>State University System of Florida</i>	42
<i>University System of Ohio</i>	33
<i>Indian Institute of Management IIM System</i>	29
<i>Indian Institute of Technology System IIT System</i>	25
<i>Universidade de Sao Paulo</i>	22
<i>Abu Dhabi University</i>	21

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Na Tabela 3 apresentam-se os principais países que tiveram publicações sobre a temática cultura organizacional na base de dados Web of Science. Os Estados Unidos (USA) lideram o ranking com o maior número de artigos publicados (527), seguido da Inglaterra (223) e da China (221). O Brasil foi o quinto país no ranking com relação ao número de publicações sobre o tema (142), representando 5% do total de publicações na última década. Apesar disso, apenas 45 artigos foram escritos em português, enquanto 96,2% das publicações estão em inglês, considerada a linguagem universal. De acordo com Corrêa *et al.* (2018), os idiomas inglês, espanhol e português foram os mais empregados pelos pesquisadores da temática.

Tabela 3 - Principais países com publicações sobre cultura organizacional

País	Quantidade de artigos
USA	527
Inglaterra	223
China	221
Índia	196
Brasil	142
Austrália	131
Espanha	120
Alemanha	116
Malásia	109
Canadá	108
Indonésia	104

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Ao comparar os números levantados por Corrêa *et al.* (2018) com o apresentado na Tabela 3, foi possível observar que em ambos os artigos os países USA, China e Inglaterra lideraram o ranking. Notou-se que o Brasil não apareceu no ranking dos dez países que mais publicaram sobre cultura organizacional no artigo de Corrêa *et al.* (2018), no entanto, ocupou a quinta posição na busca realizada neste trabalho. Isso porque no trabalho anteriormente mencionado os autores compilaram os números de todas as áreas que publicaram sobre a temática (e não apenas *management e business*, como nesta pesquisa).

A Tabela 4 contempla os periódicos que tiveram maior número de publicações sobre a temática cultura organizacional na base de dados Web of Science na última década. Os destaques são: *Cogent Business & Management* e *Journal of Business Research*, com mais de 50 publicações cada. Enquanto a primeira foca em pesquisas nas áreas de negócios e gestão, desde pesquisa operacional até governança corporativa, contabilidade e marketing, a segunda possui diferentes seções, incluindo empreendedorismo, inovação, turismo, recursos humanos, marketing, finanças, entre outros.

Tabela 4 - Principais periódicos com publicações sobre cultura organizacional

Periódicos	Quantidade de artigos
<i>Cogent Business Management</i>	56
<i>Journal of Business Research</i>	53
<i>International Journal of Organizational Analysis</i>	46
<i>Benchmarking an International Journal</i>	45
<i>Journal of Knowledge Management</i>	43
<i>Journal of Asian Finance Economics and Business</i>	40
<i>Quality Access to Success</i>	38
<i>Journal of Organizational Change Management</i>	37
<i>International Journal of Productivity and Performance Management</i>	36
<i>Engineering Construction and Architectural Management</i>	34
<i>Business Process Management Journal</i>	31

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Hot topics vinculados à temática cultura organizacional

Para identificar os *hot topics*, inicialmente foram listados 30 possíveis tópicos que se relacionam com o tema cultura organizacional. Na Tabela 5 estão os 10 *hot topics* mais abordados em artigos sobre o tema. Dessa forma, os tópicos foram ordenados pelo h-index em ordem decrescente, ou seja, os tópicos com maior número de citações em artigos científicos lideraram o ranking. Para identificar os *hot topics*, o h-index foi dividido por dez, visto que a pesquisa trata de um período de 10 anos. Dentre os possíveis *hot topics* previamente listados, apenas quatro tiveram $m \leq 2$: sistema de gestão, competências, mudança cultural e resistência à mudança.

Tabela 5 - Tópicos relacionados à cultura organizacional

Tópico	Nº de publicações	Nº de citações	h-index	Índice m
Desempenho (<i>performance</i>)	3861	65372	103	10,3
Conhecimento (<i>knowledge</i>)	2360	36012	82	8,2
Inovação (<i>innovation</i>)	2193	35109	81	8,1
Liderança (<i>leadership</i>)	2747	36516	79	7,9
Comportamento (<i>behavior</i>)	1436	20938	65	6,5
Estratégia (<i>strategy</i>)	1197	17804	63	6,3
Sucesso (<i>success</i>)	1187	16648	63	6,3
Valores (<i>values</i>)	1561	18837	61	6,1
Emprego (<i>job</i>)	1208	17568	57	5,7
Satisfação (<i>satisfaction</i>)	1234	15798	51	5,1

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

O tópico com maior destaque foi o desempenho, podendo estar relacionado com a busca do entendimento do desempenho dos indivíduos na organização e sua relação com a cultura organizacional. Destacaram-se, ainda, as temáticas de conhecimento, inovação e liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa contribuem para o contexto acadêmico, visto ser importante que os pesquisadores conheçam o panorama de evolução da temática sobre cultura organizacional. Este tipo de estudo permite identificar a tendência de publicações sobre a temática, favorecendo que os pesquisadores ampliem os horizontes de acordo com as lacunas de pesquisa. Ademais, esta pesquisa contribui para o contexto empresarial, pois colabora para que a gestão identifique os principais temas discutidos nos artigos sobre cultura organizacional, especialmente no que diz respeito a desempenho, liderança e valores.

Em relação às limitações, considera-se que foi utilizada apenas a base de dados Web of Science para coletar os dados, no entanto, existe uma diversidade de bases internacionais, nacionais e outras fontes de coleta. Além disso, a pesquisa limitou-se a buscar somente por artigos da categoria de gestão e administração, ainda que outras áreas também se dediquem a pesquisar sobre a temática.

Sugere-se a realização de pesquisas futuras que ampliem o uso de bases de dados disponíveis, não limitando-se a uma única fonte de coleta. Ademais, uma pesquisa que abrange mais categorias de estudo, além de administração, pode ser utilizada na análise do panorama da cultura organizacional de forma mais ampla. Também é recomendada uma revisão sistemática da literatura para investigar os *hot topics* relativos à temática.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, A. F. **Metodologia Científica**: princípios e fundamentos. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2021.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARAÚJO, D. S.; NAYANE, A. J.; SILVA, B.; MELO, F. E. M.; MENEZES, B. S.; CABRAL, A. C. A. A Produção Científica Brasileira em Cultura Organizacional: uma análise bibliométrica no período de 1995-2016. **Revista Expressão Católica**, v. 6, n. 2, jul./dez., 2017.
- CORRÊA, J. S.; SANTOS, R. C. T.; MOURA, G. L.; CAMPOS, S. A. P. Uma Década de Publicações sobre Cultura Organizacional: um estudo de bibliométrico. **Revista Uniabeu**, v. 11, n. 27, jan.-abr., 2018.
- DIAS, R. **Cultura Organizacional**: construção, consolidação e mudança. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Cultura e Poder nas Organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional**: evolução e crítica. 1. ed. São Paulo, 2007.
- MALHEIROS, T. B.; TOMEI, A. P. Cultura Organizacional no Brasil: estudo bibliométrico em bases internacionais. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 60-77, jan./mar., 2022.
- NEWTROM, J. W. **Comportamento Organizacional**: o comportamento humano no trabalho. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- PEREIRA, J. M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- PEREZ, F. C.; COBRA, M. **Cultura Organizacional e Gestão Estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- PETTIGREW, A. M. On Studying Organizational Cultures. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, p. 570-581, 1979.
- PIMENTA, A. A.; PORTELA, A. R. M. R.; OLIVEIRA, C. B.; RIBEIRO, R. M. Bibliometria nas Pesquisas Acadêmicas. **Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão - Scientia**, v. 4, n. 7, p. 1-13, 2017.
- SCHEIN, E. H. Coming to a New Awareness of Organizational Culture. **Sloan Management Review**, v. 25, n. 2, p. 3-16, 1984.

SCHEIN, E. H.; SCHEIN, P. **Cultura Organizacional e Liderança**. 5. ed. Barueri (SP): Atlas, 2022.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em Administração e Contabilidade.

Administração: Ensino e Pesquisa, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

VILELA, N. G. S. Conflito **Trabalho-família e Cultura Organizacional: um estudo com mulheres trabalhadoras no contexto brasileiro**. 2017. 210 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EQUIDADE DE GÊNERO: PERCEPÇÕES DE MULHERES LÍDERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Paula Fernanda Leonel da Costa Biaggi¹ – Faculdade UMFG
Nágila Giovanna Silva Vilela Gonçalves² – UNESPAR Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

RESUMO

Considerando as recentes mudanças no mercado de trabalho por meio da transformação tecnológica e digital, discussões como a relevância da diversidade, inclusão e equidade de gênero têm ganhado ênfase. Não apenas no setor privado, mas no âmbito da administração pública também são necessários questionamentos sobre essas temáticas. No atual cenário mundial pós-pandemia, as desigualdades se tornaram mais evidentes e as expectativas da sociedade em questões de direitos humanos aumentaram. Sendo assim, este estudo, de cunho qualitativo, buscou compreender a percepção de mulheres líderes quanto à diversidade, inclusão e equidade de gênero na administração pública. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo caracterizada como qualitativa e descritiva. Cinco mulheres que ocupam cargos de liderança na administração pública municipal no Sul do Brasil foram entrevistadas. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que, apesar da compreensão das entrevistadas sobre os conceitos e práticas de diversidade e inclusão, ainda há uma lacuna sobre a temática de inclusão. Sendo assim, é perceptível a necessidade de aprofundar as discussões sobre suas diferenças, desafios e práticas organizacionais na administração pública. Ao final, são apresentadas as contribuições teóricas e práticas, bem como a limitação e sugestões de estudos futuros.

Palavras-chave: Administração Pública. Diversidade. Inclusão. Equidade de Gênero. Liderança Feminina.

RESUMEN

Considerando los cambios recientes en el mercado laboral a través de la transformación tecnológica y digital, debates como la relevancia de la diversidad, la inclusión y la equidad de género han cobrado mayor relevancia. No solo en el sector privado, sino también en la administración pública, es necesario cuestionar estos temas. En el actual escenario global pospandémico, las desigualdades se han vuelto más evidentes y las expectativas de la sociedad en materia de derechos humanos han aumentado. Por lo tanto, este estudio cualitativo buscó comprender la percepción de las mujeres líderes respecto a la diversidad, la inclusión y la equidad de género en la administración pública. Para ello, se realizó una investigación de campo cualitativa y descriptiva. Se entrevistó a cinco mujeres que ocupan puestos de liderazgo en la administración pública municipal del sur de Brasil. Los datos se analizaron mediante análisis de contenido. Los resultados mostraron que, a pesar de la comprensión de las entrevistadas sobre los conceptos y prácticas de diversidad e inclusión, aún existe una brecha en el tema de la inclusión. Por lo tanto, existe una clara necesidad de profundizar en las discusiones sobre sus

¹ Especialista em Gestão de Pessoas e Equipes – e-mail: leonelpaulafernanda@gmail.com

² Doutora em Administração – e-mail: nagila.goncales@unespar.edu.br

diferencias, desafíos y prácticas organizacionales en la administración pública. Finalmente, se presentan contribuciones teóricas y prácticas, así como limitaciones y sugerencias para futuros estudios.

Palabras clave: Administración Pública. Diversidad. Inclusión. Equidad de Género. Liderazgo Femenino.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pandemia causada pelo coronavírus trouxe à tona debates sobre as novas configurações de trabalho e sua relação com a diversidade e inclusão, aliada a modelos de trabalho flexíveis, transformação digital, avanços tecnológicos, novos modelos de gestão, liderança inclusiva, acesso a oportunidades e empresas humanizadas (Gelenske, 2020). Essas temáticas evidenciaram o ativo mais valioso das organizações: as pessoas (Gelenske, 2020).

Com os avanços na tecnologia de informação, bem como as mudanças demográficas causadas pela globalização, o contato com diferentes realidades sociais e culturais incitou as organizações a discutirem sobre a diversidade (Ubeda *et al.*, 2022). Além disso, com a abertura de mercados globais, empresas multinacionais, originárias de países “adiantados” em termos de direitos sociais, começaram a implementar também em outras localidades, políticas e práticas para incluir mulheres e outros grupos marginalizados (Ubeda *et al.*, 2022).

Desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, existem os princípios fundamentais como “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Título I, Artigo 3º, Inciso IV). Isso também é identificado no excerto que se refere à “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Título II, Capítulo II, Artigo 7º, Inciso XXX), o que vem de encontro com a busca pela garantia de direitos individuais e coletivos. Além disso, o trecho “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Título II, Capítulo I, Artigo 5º, Inciso I) reforça tais princípios.

É importante promover tais direitos constitucionais de maneira efetiva, garantindo a diversidade e a inclusão sem preconceitos ou discriminações nos âmbitos público e privado, e evitando a falsa sensação de incorporação, conhecida como Tokenismo (Andrade, 2022). Esse conceito diz respeito a dar a ilusão de acesso a direitos ou espaços de forma meramente simbólica a membros de grupos minorizados na sociedade e no trabalho (Andrade, 2022).

É evidente que a gestão da diversidade pode ser vista como um componente necessário e útil para as organizações, seja pelos benefícios que ela oferece, seja pela necessidade de corrigir as desigualdades históricas (Fernandes; Berlato, 2022). A partir dessa perspectiva, todos os países que tenham um histórico de luta contra as desigualdades sociais e uma força de trabalho diversificada podem tirar proveito da gestão da diversidade (Fernandes; Berlato, 2022).

Esta pesquisa trata da diversidade, inclusão e equidade em um contexto específico: a administração pública. De acordo com Andrade (2022), o conceito-chave para a diversidade e inclusão no setor público é a teoria da burocracia representativa. Essa teoria ajuda a entender a importância de um perfil plural na execução de serviços públicos e na tomada de decisões. Para atender adequadamente às necessidades e desejos de uma população, a máquina pública deve ter funcionários que sejam uma amostra genuína e representativa da sociedade (Andrade, 2022). Diante do apresentado, o objetivo geral deste estudo é compreender a percepção de mulheres líderes quanto à diversidade, inclusão e equidade de gênero na administração pública.

No atual cenário mundial pós-pandemia, as desigualdades se tornaram mais evidentes e as expectativas da sociedade em questões de direitos humanos aumentaram. Portanto, o tema não é apenas útil como ferramenta de gestão, mas também como uma contribuição de instituições públicas e privadas para a consolidação dos princípios de direitos humanos (Timóteo, 2022). Por fim, Timóteo (2022) ainda ressalta a importância do debate permanente e progressivo sobre diversidade e inclusão no setor público, tanto do ponto de vista gerencial quanto acadêmico. Assim, as organizações públicas podem se envolver mais na promoção da consciencialização sobre a desigualdade e na procura de mecanismos para combatê-las, a fim de criar uma sociedade equitativa que reconheça e honre as singularidades humanas em todas as suas dimensões (Timóteo, 2022).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diversidade e inclusão

Segundo Ubada *et al.* (2022), a problemática da diversidade começou a ser discutida no Brasil após a inclusão dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, a abertura econômica brasileira e a vinda de organizações multinacionais. Somente nos anos 2000 a temática da diversidade na gestão começou a ser abordada sob perspectiva acadêmica no Brasil, ao passo que organizações voltadas para a promoção da responsabilidade social passaram a enfatizar a importância da implementação de práticas de diversidade e inclusão como vantagem competitiva

para as organizações (Timóteo, 2022). Dessa forma, nos últimos 20 anos, no Brasil, houve um aumento significativo no reconhecimento da importância das políticas de diversidade pelas empresas (Timóteo, 2022). Essas políticas são vistas como estratégias para melhorar a eficiência e gestão, bem como um imperativo moral das organizações, relacionadas aos direitos humanos (Timóteo, 2022).

O conceito de diversidade é polissêmico e plural, traz consigo ideais como o respeito às diferenças, à representatividade, à igualdade de oportunidades e à inclusão (Ubeda *et al.*, 2022). A definição de diversidade também abarca aspectos relativos a gênero, geração, sexualidade, cultura, classe social, religião, etnia, raça e deficiência (Ubeda *et al.*, 2022).

É importante destacar que diversidade não é sinônimo de inclusão (Ubeda *et al.*, 2022). A inclusão está relacionada com a valorização e o acolhimento das características singulares de cada indivíduo, resultando em um senso de pertencimento na organização (Timóteo, 2022). Para que a inclusão de fato ocorra, é necessário que todas as pessoas, independentemente de suas individualidades e diferenças, façam parte da organização, tenham uma relação em grupo, estejam engajadas nas atividades propostas e tenham as mesmas oportunidades de crescimento (Ubeda *et al.*, 2022).

Andrade (2022) evidencia que muitas organizações encaram a diversidade como uma obrigação. Além de prejudicar a si mesmas, essa ideia afeta os indivíduos que são contratados como “cota representativa”. É importante compreender que essa prática não garante o direito à igualdade em sua integralidade (Andrade, 2022). Vilela, Hanashiro e Costa (2020) analisaram, a partir do banco de dados das Melhores Empresas para Trabalhar, a associação entre as práticas de RH voltadas para a carreira das mulheres e a equidade de gênero. Os resultados, que incorporaram uma amostra de 365 empresas e mais de 250.000 trabalhadores revelaram uma discrepância de gênero, pois quase 63% das empresas não possuíam práticas de RH voltadas para o atendimento, a atração e a retenção de mulheres nas organizações (Vilela; Hanashiro; Costa, 2020). Esses resultados reforçam que ainda é necessário discutir a temática da sub-representação feminina nos cargos de liderança e a diversidade de gênero, de forma mais ampla.

Andrade (2022) ressalta também que, na prática, a diversidade e a inclusão precisam estar ligadas, e destaca que o sistema de cotas de entrada, por si só, não garante a inclusão, mas pode mudar a situação em termos de diversidade. Isso evidencia a necessidade de implantação de

políticas inclusivas nas organizações, envolvendo as administrações públicas, para que seu corpo organizacional reflita os interesses da sociedade que representa (Timóteo, 2022).

Segundo Fernandes e Berlato (2022), a necessidade de implantação dessas políticas ainda é reflexo dos aspectos contextuais históricos relacionados à cultura nacional e que implicam diretamente na cultura organizacional do meio público e privado. A cultura discriminatória está enraizada em grande parte dos brasileiros, que possuem valores oriundos de um meio desigual, o que muitas vezes dificulta a implantação e compreensão da importância da gestão da diversidade (Fernandes; Berlato, 2022).

No âmbito público, quando se trata de desigualdades e ações de inclusão, é importante ressaltar que embora o ingresso no serviço público geralmente ocorra por meio de concurso público, não se pode afirmar que o mesmo aconteça em cargos de liderança (Timóteo, 2022). Na ausência de regras que considerem os critérios de igualdade, o preconceito inconsciente das pessoas em posições de poder, principalmente homens, faz com que profissionais do mesmo sexo permaneçam nessas posições (Timóteo, 2022). Como resultado desta omissão, as mulheres estão sub-representadas no topo da pirâmide hierárquica das instituições públicas (Timóteo, 2022).

Equidade de gênero

Antes de tratar sobre equidade de gênero é necessário compreender o conceito de igualdade. A igualdade pode ser entendida como um princípio orientador e um direito fundamental na boa prática jurídica e não universal (Bühning; Cavalheiro, 2013). Contudo, não há dúvida de que a igualdade, como princípio abstrato, não tem significado técnico em si, e só pode ser interpretada como a relação de paridade entre os indivíduos em relação a determinadas condições aceitas (Bühning; Cavalheiro, 2013). A igualdade refere-se a disponibilizar algo para todos, já a equidade diz respeito a ofertar algo na medida das necessidades de cada indivíduo (Ubeda *et al.*, 2022). Sendo assim, a equidade está um passo além da igualdade e, por isso, é comum a resistência de lideranças para promover a equidade (Ubeda *et al.*, 2022).

De acordo com Timóteo (2022), a equidade preocupa-se com a promoção da justiça, proporcionando condições diferenciadas para grupos específicos com base no reconhecimento das barreiras que historicamente impediram a sua participação em ambientes organizacionais. É preciso equidade para a igualdade de oportunidades, considerando as singularidades dos indivíduos (Ubeda *et al.*, 2022). Para exemplificar esses conceitos, os autores propõem as

seguintes situações hipotéticas: na primeira são ofertadas bicicletas iguais para todas as pessoas, desconsiderando as diferenças de estatura física, sexo, idade, deficiências, entre outras; já na segunda situação também são ofertadas bicicletas, mas adaptadas às necessidades de cada pessoa, portanto possuem tamanhos distintos, acessibilidade e adaptações para pessoas com deficiência, entre outras condições. No primeiro caso, foram ofertadas aos indivíduos bicicletas idênticas considerando a ideia de igualdade, já no segundo, foram oportunizadas bicicletas diferentes considerando as individualidades de cada um e gerando uma condição de equidade entre eles (Ubeda *et al.*, 2022).

Quando se fala sobre gênero, comumente refere-se às construções sociais que diferenciam homens e mulheres e são atribuídas – com base no sexo designado no nascimento – expectativas de papéis sociais a serem cumpridos, bem como características pessoais (como o modo de pensar e agir) (Ubeda *et al.*, 2022). Em relação a isso, é necessário considerar que o ser humano leva consigo vieses inconscientes que geram opiniões antecipadas, julgamentos e decisões pautadas em estereótipos e preconceitos, muitas vezes involuntários, seja por ausência de referências ou desconhecimento (Ubeda *et al.*, 2022).

Ao tratar sobre o gênero, muito se fala também sobre conceitos como identidade de gênero e orientação sexual, mas neste estudo é importante ressaltar que apesar da relevância de outros marcadores sociais como os grupos LGBTQIAPN+, as análises estarão limitadas à diversidade dos gêneros feminino e masculino.

Carneiro, Frare e Gomes (2019) ressaltam que são perceptíveis fatores preconceituosos nas discussões sobre liderança feminina, resultantes de uma relação histórica pela atribuição da mulher como responsável pela família e do homem pelo trabalho. Por diversas razões, políticas discriminatórias de promoção corporativa afetam diretamente o emprego, a renda, o crescimento e as famílias dessas pessoas (Carneiro; Frare; Gomes, 2019). Outra característica discriminatória no trabalho que ainda gera discussões é o da diferença salarial (Carneiro; Frare; Gomes, 2019). Sobre esse assunto, foi sancionada a Lei Nº 14.611, em 03 de julho de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo buscou compreender a percepção de mulheres líderes quanto à diversidade, inclusão e equidade de gênero na administração pública. Visando alcançar as respostas para esse objetivo, foi realizada uma pesquisa aplicada.

Quanto à abordagem, trata-se de um estudo qualitativo. Segundo Gibbs (2009), esse tipo de pesquisa busca analisar um contexto geral a partir de experiências individuais ou grupais a fim de entender, descrever e explicar fenômenos sociais por meio de investigações das práticas de interações cotidianas e profissionais dos indivíduos. Em relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva. Segundo Gil (1989), pesquisas desse tipo têm como objetivo descrever as características de determinada população, fenômeno ou relações entre variáveis.

Para Godoy (1995), um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre, e deve ser analisado numa perspectiva integrada. Para isso, o pesquisador vai a campo objetivando captar o fenômeno de estudo a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas (Godoy, 1995). Sendo assim, quanto ao meio de investigação, trata-se de uma pesquisa de campo.

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas orientadas por roteiro. Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente no ambiente de trabalho de cada entrevistada. O formato semiestruturado foi escolhido pois possibilita ao entrevistado discorrer sobre o tema em questão sem se limitar apenas à indagação formulada pelo pesquisador (Minayo, 2007).

Participaram das entrevistas cinco mulheres que ocupam cargos de liderança na administração pública de uma cidade da região Sul do Brasil. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e objetivando garantir o sigilo de suas identidades e do órgão da administração pública, elas foram nomeadas respectivamente como E1, E2, E3, E4 e E5. Essas mulheres tinham, no momento da entrevista, entre 27 e 41 anos, duas eram solteiras, duas casadas e uma em união estável. Três delas têm filhos com idade entre 2 e 14 anos. Em relação à formação acadêmica, duas possuem ensino superior completo, duas possuem pós-graduação *lato sensu* completa e uma possui mestrado completo. O tempo de atuação em cargos de liderança variou entre 3 e 15 anos.

Os dados produzidos a partir das transcrições das entrevistas foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicação que utiliza procedimentos para ajudar o pesquisador a realizar

interpretações a partir de uma identificação objetiva e sistemática dos conteúdos presentes nas mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversidade e inclusão

Quanto aos conceitos de diversidade e inclusão, é perceptível que as entrevistadas compreendem e sabem diferenciá-los, conforme relata a E4:

A diversidade trata a individualidade do ser humano, onde o diferenciamos de um ser genérico. Já a inclusão, se faz necessária quando essa individualidade foge a um padrão estabelecido, mas que precisamos incluir e integrar essas diferenças que acabam sendo excluídas ou ficando à margem, por isso se faz necessária a inclusão da diversidade quando ela gera uma marginalidade (E4).

Para a E1, a diversidade está relacionada à pluralidade, e a inclusão não necessariamente precisa estar relacionada à diversidade, mas em incluir algo ou alguém específico em um local. É importante evidenciar, diante desta frase, que apesar de serem conceitos distintos, segundo Andrade (2022), precisam estar ligados pois são complementares.

Segundo a E3, as pessoas precisam entender verdadeiramente o que é diversidade e inclusão porque esses conceitos, apesar de possuírem descrições objetivas, podem ser sentidos e percebidos de formas subjetivas, então as pessoas podem não compreender, questionar, ou até mesmo identificá-los como uma forma de tratamento desigual.

Segundo a E1, políticas inclusivas são fundamentais, desde que elas sejam realmente efetivas, não só de fachada. Essa constatação está alinhada com o conceito do tokenismo, que dá a falsa sensação de incorporação e a ilusão de acesso a direitos ou espaços de forma meramente simbólica a membros de grupos minorizados na sociedade e no trabalho (Andrade, 2022).

Quanto à importância da diversidade para a cultura organizacional, a E4 relata que as políticas inclusivas são fundamentais não só na área pública, mas também na privada. Segundo ela, ambas visam a produtividade e algumas decisões humanitárias por vezes geram determinados preconceitos, então muitas pessoas falam “essa pessoa não vai conseguir” ou “assim não vai dar certo”, mas na maioria das vezes elas se surpreendem. Ela ainda cita que teve a experiência de trabalhar com uma pessoa com deficiência: “ele é fantástico apesar das limitações físicas, está lá na empresa até hoje, e lembro que ele tinha uma produtividade maior do que a de pessoas ditas ‘normais’”.

Assim como Ubeda *et al.* (2022), a E2 comenta sobre as cotas previstas no Artigo nº 93 da Lei 8.213/1991, que trata sobre a contratação de pessoas com deficiência, evidenciando a ineficiência desse sistema:

Sobre as vagas de pessoas com deficiência, na administração pública precisamos obrigatoriamente contratar, já no meio privado não, porque eles podem justificar ou apenas pagar uma multa. Então vejo que esse tema impacta mais o meio público e empresas de grande porte, as demais comumente se esquivam dessas obrigações (E2).

Como citado na frase anterior, a E2 compreende inclusão como “um direito, uma obrigação que devemos cumprir”. Já para Andrade (2022), quando se encara a inclusão sobre essa ótica, além de prejudicar as organizações, afeta os indivíduos que são contratados, pois essa prática não garante o direito à igualdade em sua integralidade.

Além disso, é possível identificar uma importante convergência sobre o tema, envolvendo o conceito-chave para a diversidade e inclusão no setor público: a teoria da burocracia representativa (Andrade, 2022). A E1 relata:

Quando queremos falar sobre inclusão de mulheres nas campanhas, por exemplo, um homem talvez tenha a capacidade técnica para falar, mas ele não vive aquilo de fato, então ele não sabe o que é ser mulher em sua integralidade, portanto uma mulher na área da mulher é uma amostra genuína para falar o que as mulheres enfrentam (E1).

Sendo assim, ambos concordam que a máquina pública deve conter funcionários que sejam uma amostra genuína e representativa da sociedade (Andrade, 2022). É importante ressaltar que essa representatividade citada também é útil como referência e inspiração, para que grupos marginalizados se identifiquem e adquiram cada vez mais vez e voz nos meios públicos e privados.

Igualdade e equidade

Quanto aos conceitos de igualdade e equidade, apenas uma entrevistada não soube conceituar equidade. Assim como Ubeda *et al.* (2022), a E3 considera a igualdade como a oferta de condições iguais de uma mesma situação, já a equidade significa tratar diferentes pessoas de forma diferente para que elas tenham as mesmas condições e disputem em condição de igualdade.

A entrevistada E4, pontua que “a equidade vem para dar igualdade, então eu preciso prever alguns direitos e degraus, para equiparar o ponto de partida”. Ela ainda cita um exemplo dentro de sua realidade profissional:

O aluno que chega na escola com fome, de um contexto complexo, não podemos dizer que ele tem o mesmo ponto de partida de uma outra criança que tem a família presente, que chega à escola com a barriga cheia, com o uniforme limpo e material na bolsa. Então eu preciso ofertar café da manhã em algumas escolas, para gerar uma equidade em que todos pelo menos não tenham fome (E4).

Para a E2, a “igualdade é quando tratamos as pessoas de forma igual sem olhar para o fato de que para algumas pessoas o igual não é o ponto de partida”. Ela exemplifica a diferença entre igualdade e equidade: “existem três pessoas com alturas diferentes, lado a lado, se cada uma pudesse subir três degraus, seria uma condição de igualdade, mas a condição de altura permaneceria a mesma, o campo de visão dos três permaneceria desigual, então isso não garante equidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstram que, apesar da compreensão sobre os conceitos e práticas de diversidade e inclusão, ainda há uma lacuna sobre a temática de inclusão, visto que essa não se refere à mera inserção. Portanto, é perceptível a necessidade de aprofundar as discussões sobre suas diferenças, desafios e práticas organizacionais na administração pública.

No que refere-se à igualdade e equidade de gênero, pode-se concluir que a equidade vem para garantir igualdade. É mais fácil gerar condições iguais em um meio sem considerar as diferenças do que gerar condições diferentes para atingir um igual. Assim, entende-se que a equidade está um passo além da igualdade e, por isso, essa diferenciação não é tão citada ou presente nas políticas organizacionais.

Os resultados apresentados permitiram responder ao objetivo geral, que buscou compreender a percepção de mulheres líderes quanto à diversidade, inclusão e equidade de gênero na administração pública. Quanto à contribuição teórica, esta pesquisa colaborou para a literatura brasileira, em especial na área de administração e gestão de pessoas e equipes. Ao apresentar a percepção das entrevistadas, o estudo também apresenta uma contribuição prática, podendo servir de base para que os gestores da administração pública efetivamente implementem

políticas e práticas para garantir a diversidade, inclusão e equidade na administração pública – não apenas de gênero, mas também de idade, raça, etnia etc.

A principal limitação deste estudo refere-se ao número de mulheres entrevistadas. O departamento de Recursos Humanos da administração pública estudada não soube quantificar o total de mulheres líderes e a qual departamento estavam vinculadas, o que dificultou o acesso a elas.

A fim de ampliar os estudos envolvendo a temática de liderança feminina e sua relação com a administração pública, novas pesquisas podem ser feitas visando investigar de maneira aprofundada essa relação, bem como aprimorar os resultados encontrados aqui. Uma sugestão é descrever como desenvolver a percepção nas organizações públicas quanto à importância da diversidade e inclusão para atuação igualitária de mulheres e homens em cargos de liderança.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. D. Diversidade e inclusão no setor público: por onde começar?. **Centro de Liderança Pública**, 2022. Disponível em: <https://www.clp.org.br/diversidade-e-inclusao-no-setor-publico-por-onde-comecar/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 277 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.611 de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm. Acesso em 24 jan. 2024.

BÜHRING, M. A.; CAVALHEIRO, A. C. Evolução histórico-conceitual do princípio da igualdade e os limites da discriminação legal. **Revista Direito em Debate**, v. 15, n. 26, p. 81-104, 2013.

CARNEIRO, L. B.; FRARE, A. B.; GOMES, D. G. Teto de Vidro: um estudo sobre os fatores deste fenômeno no Brasil sob a percepção de mulheres gestoras. *In: International Conference in Accounting*, 19, 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, 2019. p. 1-20.

FERNANDES, T.; BERLATO, H. Gestão da diversidade: as influências da cultura organizacional. *In: Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração*, 46., 2022, On-line. **Anais [...]**. On-line: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. p. 1-13.

GELENSKE, T. Diversidade e inclusão em pauta na pandemia: como a covid-19 trouxe à tona importantes debates sobre o tema e porque sua empresa não pode perder a oportunidade de discuti-los. **HSM Management**, 2020. Disponível em:

<https://www.revistahsm.com.br/post/diversidade-e-inclusao-em-pauta-na-pandemia>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p.

TIMÓTEO, M. O. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública: avanços e desafios. **Revista TCU: Revista do Tribunal de Contas da União**, v. 1, n. 150, p. 112-134, 2022.

UBEDA, C. L.; FRAGA, A. M.; GEMELLI, C. E.; PRESTES, V. A. Gestão de pessoas e relações de trabalho: da teoria às práticas de impacto social para pessoas e organizações. In: CANEJERO, M. A. *et al.* (org.). **Administração: conceitos, teoria e prática aplicados à realidade brasileira**. Barueri: Atlas, 2022. Cap. 12. p. 217-249.

VILELA, N. G. S.; HANASHIRO, D. M. M.; COSTA, L. S. (Des)Igualdade de Gênero no Local de Trabalho e Práticas de Recursos Humanos. **Revista Alcance**, v. 27, n. 3, p. 382-398, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 02

PESSOAS E RESULTADOS ORGANIZACIONAIS

RESUMOS EXPANDIDOS

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO – EXCLUSÃO/INCLUSÃO

Erica Toscano Aggio¹ – Faculdade União De Campo Mourão
Jhessica Eloize De Cristo² – Faculdade União De Campo Mourão
Luan Henrique De Sousa³ – Faculdade União De Campo Mourão
Valeria Mansano Olipa⁴ – Faculdade União De Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

1. INTRODUÇÃO

A diversidade sexual e de gênero no mercado de trabalho é uma pauta cada vez mais presente no debate acadêmico e social, principalmente em razão das barreiras enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ para sua inserção e permanência em espaços profissionais. Apesar de conquistas legais e avanços sociais significativos, a realidade ainda é marcada por altos índices de preconceito, invisibilização e exclusão. Esses obstáculos dificultam a construção de ambientes seguros e respeitosos, prejudicando diretamente a saúde mental, a autoestima e o desempenho profissional dos sujeitos envolvidos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

O ambiente organizacional, muitas vezes, ainda reproduz estereótipos e práticas discriminatórias, mesmo diante de um discurso institucional que se apresenta como plural. A ausência de políticas claras e ações efetivas de acolhimento faz com que muitos profissionais LGBTQIA+ ocultem sua identidade, vivam situações de constrangimento ou sejam alvos de hostilidade. Conforme apontam Alvarenga, Allain e Fernandes (2020), a valorização da diversidade depende da construção de espaços coletivos de escuta, reconhecimento e empatia, que superem a simples tolerância e promovam a verdadeira inclusão.

Neste cenário, é importante destacar que o preconceito não ocorre apenas de forma explícita, mas também por meio de microviolências simbólicas, exclusões silenciosas e omissões institucionais. Isso reforça a necessidade de ações educativas permanentes, voltadas para o respeito às diferenças e para a criação de ambientes em que todos se sintam pertencentes.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por profissionais LGBTQIA+ no mercado de trabalho e propor estratégias de inclusão que possam ser aplicadas de forma prática pelas organizações, bem como o fortalecimento de políticas públicas e corporativas comprometidas com os direitos humanos e com a equidade.

¹ - Graduanda em Psicologia – e-mail: ericaaggio@yahoo.com.br

² - Graduanda em Psicologia – e-mail: jhessicaeloize.cristo@hotmail.com

³ - Graduando em Psicologia – e-mail: lhs.sousa2001@gmail.com

⁴ - Graduanda em Psicologia – e-mail: valeria_molipa@hotmail.com

Os resultados da pesquisa realizada revelam que, embora a maioria dos participantes afirme sentir-se parte da equipe de trabalho, mais da metade já sofreu discriminação ou constrangimento devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual. A ausência de apoio psicológico institucional e a falta de políticas organizacionais efetivas agravam esse cenário, demonstrando a urgência de ações concretas voltadas à promoção de ambientes profissionais mais seguros, inclusivos e respeitosos para a população LGBTQIA+.

2. OBJETIVOS

- Apresentar uma proposta de solução a partir das dificuldades de inclusão de profissionais LGBTQIA+ no mercado de trabalho.
- Identificar as dificuldades enfrentadas por profissionais LGBTQIA+ no ambiente de trabalho.
- Propor medidas concretas para promover a inclusão e o acolhimento nas organizações.

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório com procedimento bibliográfico.

As plataformas utilizadas para a seleção do material bibliográfico foram o Google Acadêmico, a Biblioteca Virtual da CAPES, o Scielo, além de sites oficiais como os do Conselho Federal de Psicologia, da ANTRA e de instituições voltadas aos direitos humanos.

A seleção do material de estudos foram os que tratavam diretamente da inclusão/exclusão de pessoas LGBTQIA+ no ambiente profissional, que abordassem os impactos sociais e psicológicos desse processo, e que estivessem disponíveis em português, com publicação entre os anos de 2010 a 2022. E foram excluídos estudos com foco exclusivamente internacional, bem como os que tratavam maneira superficial ou sensacionalista.

Nesse sentido, foi elaborado um questionário informal de múltipla escolha, com uma única questão discursiva, utilizando a plataforma Google Forms, distribuído virtualmente por meio de redes sociais e fóruns.

A análise dos dados quantitativos obtidos pelo formulário buscou identificar padrões de discriminação, sentimento de pertencimento e acolhimento no ambiente profissional. A questão aberta permitiu a interpretação de narrativas pessoais, oferecendo profundidade às informações obtidas e subsidiando as propostas de inclusão organizacional elaboradas no estudo.

4. RESULTADOS

A pesquisa obteve 59 respostas completas e válidas, coletadas por meio de questionário virtual elaborado no Google Forms. O público participante foi composto majoritariamente por pessoas LGBTQIA+, entre 18 e 60 anos, residentes em diferentes regiões do país, com predominância da faixa etária entre 26 e 35 anos (44,07%). Dentre os respondentes, 52,54% se identificaram com o sexo biológico feminino e 60% se declararam homossexuais. Também estiveram representadas outras orientações sexuais, como bissexual (30,91%), pansexual (5,45%) e assexual (1,82%).

Ao serem questionados sobre a forma como se posicionam em relação à sua identidade de gênero e/ou orientação sexual no ambiente profissional, 64% afirmaram que deixam explícita essa identidade, 28,81% optam por compartilhar somente com colegas próximos e 6,78% preferem manter sigilo. Esses dados evidenciam que, embora muitos se sintam confortáveis para expressar sua identidade, ainda há um número significativo de pessoas que não se sentem plenamente seguras.

Em relação ao acolhimento por parte das equipes de trabalho, 84,75% dos participantes disseram se sentir parte integrante do grupo, enquanto 13,56% ficaram em dúvida e 1,69% relataram não se sentir incluídos. Contudo, ao aprofundar a questão do respeito e da valorização no ambiente de trabalho, os dados apontaram uma realidade mais complexa: 54,24% dos entrevistados relataram já ter sofrido algum tipo de discriminação devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual, e 61,02% afirmaram já ter se sentido ofendidos ou constrangidos por comentários relacionados à sua sexualidade dentro do ambiente organizacional.

Nesse sentido, 47,45% disseram se sentir seguros no ambiente de trabalho, e 44,06% afirmaram se sentir seguros na maior parte do tempo. Em contrapartida, 8,47% dos participantes alegaram não se sentirem seguros, o que demonstra a permanência de um ambiente instável e pouco acolhedor para uma parcela considerável dessa população. Outro dado alarmante é que 64,41% dos participantes informaram que não têm nenhum tipo de apoio psicológico dentro das empresas em que atuam, e precisam lidar sozinhos com os conflitos vivenciados, muitas vezes recorrendo ao apoio informal de colegas ou familiares.

Quando analisado o empenho das empresas no combate à discriminação, 61,01% dos participantes afirmaram que suas organizações não demonstram ações efetivas ou diretrizes claras sobre o tema. Apenas 25,42% consideram que há iniciativas concretas, enquanto 13,56% reconhecem um esforço limitado por parte das empresas. Por outro lado, 69,49% disseram que,

mesmo diante das dificuldades, não pensam em desistir da carreira por conta da sua identidade, o que evidencia a resiliência e a força desses profissionais.

Os relatos abertos do questionário trouxeram importantes insights qualitativos. Muitos apontaram que a falta de posicionamento da empresa diante de episódios de preconceito agrava o sofrimento psicológico. Um depoimento relatou que, diante de um caso de discriminação explícita contra um colaborador gay, a empresa ficou do lado do cliente ofensor e não tomou nenhuma medida reparadora, resultando em forte impacto emocional no profissional atingido.

5. DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio do questionário evidencia que a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no ambiente organizacional ainda enfrenta entraves significativos. Apesar de 84,75% dos participantes declararem sentir-se parte da equipe de trabalho, mais da metade relatou já ter sofrido discriminação ou se sentido ofendida por comentários relacionados à sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Esse contraste entre sentimento de pertencimento e experiências de preconceito pode ser explicado pelo chamado “ambiente ambíguo”, onde convivem o discurso de tolerância e práticas excludentes não institucionalizadas. Esses achados corroboram com as observações de Quadros (2018), que destaca que o preconceito e a violência simbólica vivenciados por pessoas LGBTQIA+ no mundo do trabalho são reproduções de uma cultura estruturalmente excludente, mesmo em contextos aparentemente acolhedores.

De acordo com Costa (2015), esse processo de exclusão está relacionado à construção de hierarquias sociais baseadas na heteronormatividade, que classificam e inferiorizam identidades divergentes do padrão hegemônico.

Neste sentido, Lick, Durso e Johnson (2013), pessoas LGBTQIA+ estão mais propensas a desenvolver problemas de saúde mental e física devido à constante exposição ao preconceito e à marginalização. Esse fato é reforçado pela ausência de apoio psicológico institucional identificado na presente pesquisa, onde 64,41% dos participantes relataram não ter nenhum tipo de suporte dentro da organização.

Do ponto de vista prático, os dados sugerem a necessidade urgente de políticas públicas de diversidade que ultrapassem a formalidade dos discursos institucionais e se efetivem em ações concretas, como treinamentos sobre diversidade sexual e de gênero, canais de escuta e denúncia, acolhimento psicológico e revisão dos processos de recrutamento e seleção. Segundo Alvarenga,

Allain e Fernandes (2020), a inserção efetiva de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho só será possível com a construção de ambientes de confiança e respeito mútuo, baseados na empatia e no reconhecimento das diferenças como potencialidades.

Uma limitação do estudo está no uso de um questionário virtual e na amostragem por conveniência, o que pode restringir a representatividade dos dados. Além disso, o anonimato, embora necessário para segurança dos participantes, impossibilita o acompanhamento longitudinal dos efeitos da exclusão ou inclusão vivenciada pelos respondentes. Ainda assim, os dados levantados fornecem subsídios importantes para o debate e apontam caminhos viáveis para a construção de ambientes organizacionais mais equitativos.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que, embora haja certo avanço na discussão sobre diversidade sexual e de gênero, o mercado de trabalho ainda impõe barreiras significativas para o público LGBTQIA+. Os dados coletados confirmam que muitas empresas não estão preparadas para lidar com essa diversidade. Dessa forma, é fundamental que políticas públicas e empresariais priorizem ações educativas, escuta ativa e apoio psicológico. A valorização da diversidade precisa deixar de ser um discurso e tornar-se prática concreta dentro das organizações. A transformação cultural deve ser incentivada continuamente, para que a inclusão aconteça de forma efetiva e respeitosa.

7. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. T. C.; ALLAIN, L. R.; FERNANDES, G. W. R. *Identidades de gênero e sexuais: análise das percepções de formandos em licenciatura em ciências biológicas*. Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática, v. 4, n. 4, p. 566-596.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. *Dossiê Assassinato e violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 12 out. 2022.

LICK, D. J.; DURSO, L. E.; JOHNSON, K. L. *Minority Stress and Physical Health Among Sexual Minorities*. *Perspect Psychol Sci.*, v. 8, n. 5, p. 521-48, 2013.

QUADROS, S. V. *Travestis e transexuais no mercado de trabalho: trabalho e diversidades no interior da sociedade de classes*. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, [s. l.], ano 2018, v. 16, n. 1, 21 maio 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ENDOMARKETING: UMA ABORDAGEM ESTRATEGICA ENTRE MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO¹

Giovana Da Silva Foregatti² – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Paraná.

Eloisa Paula De Oliveira³ – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, Paraná.

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as organizações têm destinado recursos significativos para investir em seus ambientes de trabalho, com o objetivo de proporcionar segurança, conforto e motivar seus colaboradores, demonstrando preocupação com o clima organizacional. Dessa forma, diversas mudanças ocorreram nas empresas, especialmente relacionadas às estratégias voltadas ao público interno, buscando manter um ambiente de trabalho agradável e promovendo maior engajamento entre os colaboradores.

O endomarketing surge para auxiliar nesta estratégia interna das empresas, sendo utilizado como ferramenta para construção e fortalecimento da cultura organizacional. Para Peres (2012), as empresas que investem em endomarketing têm um clima organizacional mais positivo e colaborativo, e seus colaboradores apresentam maior satisfação no trabalho, então se faz preponderante focalizar esforços em estratégias de endomarketing.

Com isso a utilização de endomarketing pode trazer um diferencial no mercado, pelo fato de quando se tem colaboradores alinhados com a missão da empresa consegue-se obter o melhor atendimento e cuidado com o cliente. Mostrando que manter essas práticas e ações a empresa consegue se diferenciar das demais e ir modificando com as mudanças expostas no mercado.

2. OBJETIVOS

Em termos gerais, objetiva-se:

- Compreender os conceitos fundamentais do endomarketing e suas relações com a motivação e o engajamento dos colaboradores no ambiente organizacional.

Desta forma tem-se como objetivos específicos:

¹ Este resumo expandido apresenta resultados parciais da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em desenvolvimento no curso de Administração da UNESPAR – Campus Campo Mourão.

² - Graduanda de Administração – e-mail: giovana_foregatti@hotmail.com

³ - Doutora em Administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com - Orientadora

- Identificar os principais elementos que caracterizam o endomarketing como estratégia de valorização do público interno.
- Analisar como o endomarketing influencia a motivação dos colaboradores.
- Examinar a relação entre práticas de endomarketing e o engajamento organizacional, considerando os desafios e limitações para sua implementação.

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, básica, exploratória e descritiva em que buscou-se compreender os principais conceitos relacionados ao tema. O procedimento de coleta de dados realizado foi o levantamento bibliográfico, realizado por meio da consulta a livros e artigos científicos que tratam dos temas abordados. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite atingir um espaço amostral maior, inviável a partir de uma pesquisa de campo, sob a qual o investigador teria que percorrer um longo território coletando dados diretamente com os sujeitos. Os resultados foram analisados por meio de análise de conteúdo de forma descritiva, com o objetivo de identificar os principais conceitos, práticas e desafios relacionados ao uso estratégico do endomarketing nas organizações.

4. RESULTADOS

O endomarketing é uma ferramenta estratégica voltada à valorização do público interno, promovendo ações que integram os colaboradores à missão, visão e valores da organização. Segundo Brum (2012), trata-se de uma forma de alinhar a comunicação e os objetivos institucionais aos interesses dos funcionários, fortalecendo o vínculo entre ambos. Entende-se que o endomarketing influencia diretamente na motivação, no engajamento e na cultura organizacional conforme exposto a seguir.

Comunicação

Silva e Santana (2023) afirmam que o endomarketing contribui para o fortalecimento da cultura organizacional e para o engajamento das equipes, desde que aliado à comunicação interna. A prática de disseminar valores e integrar os colaboradores aos objetivos empresariais permite uma gestão mais humanizada e eficiente. De acordo com Brum (2012), é essencial que os líderes saibam se comunicar com clareza e coerência para gerar credibilidade e comprometimento.

Motivação

O endomarketing tem um impacto considerado para a motivação, para Land e Pereira (2021) a motivação refere-se ao impacto das forças internas dos colaboradores que são responsáveis pelo esforço, direção e persistência no ambiente de trabalho. O endomarketing sendo uma ferramenta de estratégia para gestão pode promover grandes mudanças na cultura organizacional. Weber (2019) define a motivação como um impulso interno que move os indivíduos em direção a determinados comportamentos. No contexto organizacional, o endomarketing age como agente de estímulo, promovendo o bem-estar e o reconhecimento no ambiente de trabalho.

Engajamento

O engajamento no trabalho pode ser entendido também como um fator positivo, ligado ao bem-estar e a satisfação do colaborado o que diferencia a empresa que possui colaboradores engajados ou não está na valorização do profissional. Para os autores os benefícios e remuneração nem sempre faz com que o colaborador se torne engajado, e sim a relação que estabelece com a empresa e a realização de seus sonhos. Então investir no colaborador é um diferencial que gera motivação e que leva ao engajamento (Bakker; Leitter, 2010). E como complemento Robbins (2005) aponta que compromisso com o trabalho ou engajamento podem ser compreendidos como sendo o nível em que o colaborador se identifica com a organização. De acordo com Silva e Santana (2023) o foco do endomarketing é impactar diretamente os colaboradores da empresa, promovendo o engajamento e a busca por realização profissional, indo além da remuneração.

Desafios do Endomarketing

Hunter (2006) aponta que o sucesso do endomarketing depende da liderança. Quando gestores não praticam aquilo que pregam, ou quando há desalinhamento entre o discurso e a prática, as ações internas perdem credibilidade. Além disso, a falta de ferramentas para avaliar os efeitos do endomarketing ainda é um entrave comum nas organizações, especialmente nas de menor porte.

5. DISCUSSÃO

Com base na literatura consultada, observa-se que o endomarketing não deve ser entendido apenas como uma ação de comunicação interna, mas como uma estratégia integrada à gestão de pessoas e à cultura organizacional. Há consenso entre os autores quanto à sua capacidade de melhorar o engajamento e a motivação, especialmente quando as ações são contínuas e coerentes com os valores da empresa.

Porém alguns estudos alertam que a sua eficácia depende diretamente da liderança. Segundo Hunter (2006) a liderança é a habilidade de inspirar as pessoas para trabalharem com entusiasmo visando alcançar os objetivos comuns, inspirando a confiança por meio da força do caráter. Portanto nota-se uma lacuna na literatura quanto a mensuração de resultados da aplicabilidade do endomarketing, especialmente em empresas de pequeno porte, o que indica a necessidade de pesquisas futuras que abordem o tema.

6. CONCLUSÃO

Com base na análise bibliográfica, conclui-se que o endomarketing é uma ferramenta estratégica essencial para o fortalecimento da cultura organizacional, motivação e aumento do engajamento dos colaboradores. Os autores consultados apontam que quando bem aplicado, a ferramenta pode contribuir para um ambiente de trabalho mais satisfatório, onde os profissionais se sintam valorizados.

Diante disso destaca-se que o engajamento vai muito além de benéficos financeiros, que se constrói a partir de relações entre colaboradores e organização, na liderança inspiradora e identificação dos valores da empresa. Entretanto observa-se a necessidade de pesquisas futuras voltadas a mensuração dos resultados dessas práticas, principalmente em pequenas empresas, para ampliar o conhecimento e entendimento do endomarketing.

7. REFERÊNCIAS

- BAKKER, A.; LEITER, M. P. (2010) **Where to go from here: integration and future research on work engagement**. In: A. B. Bakker & M. P. Leiter (coords.). *Work engagement: a handbook of essential theory and research*. New York: Psychology Press, 181-196.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.
- HUNTER, James C. **Como se tornar um líder servidor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006
- LAND, S. PEREIRA, D. S. G. **Comunicação interna: endomarketing como estratégia motivacional no ambiente de trabalho de uma empresa do ramo calçadista do vale do Paranhana/RS**. Revista de administração de empresas eletrônicas. RAEE. Rio Grande do Sul. n. 13. p. 200-224, 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/administracao/article/view/1982>. Acesso em: 20 out. 2024.
- PERES, T. C. O. **Ferramentas do endomarketing para avaliar e propor melhorias no clima organizacional de uma biblioteca universitária pública**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 9, n. 2, p. 12-24, jan/jun. 2012.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SILVA, P. G. S.; SANTANA, G. M. **O endomarketing como estratégia de motivação e produtividade: o caso de autarquia em Boa Vista – Roraima**, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1249/764>. Acesso em: 07 jan. 2025.

WEBER, P. **Psicologia da Motivação: Como Alcançar Mais Resultados Rápidos Com Simples e práticas Estratégias de Motivação**, 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

LIDERANÇA ECLESIAÍSTICA EM TEMPOS VOLÁTEIS: FORMAÇÃO, DESAFIOS E CAMINHOS DE CAPACITAÇÃO

Henrique Custódio de Oliveira Biscaia¹ – UNESPAR Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e Resultados Organizacionais

1. INTRODUÇÃO

A liderança, em seu sentido mais amplo, é uma das competências mais valorizadas nas organizações e instituições humanas. Segundo Chiavenato (2004), liderar é influenciar pessoas para que elas se envolvam de maneira voluntária na realização dos objetivos da equipe ou organização. Essa habilidade envolve mais do que comando ou autoridade: trata-se de desenvolver relações de confiança, comunicação eficaz e visão estratégica.

Com o passar do tempo, os estudos sobre liderança passaram a integrar elementos da psicologia, da administração e da sociologia, buscando compreender como diferentes estilos e modelos de liderança afetam os resultados organizacionais. Autores como Hunter (2004) enfatizam o conceito de liderança servidora, no qual o líder está a serviço do outro e não acima dele. Nesse cenário, ser líder é também ser um facilitador do desenvolvimento humano e institucional, o que amplia o papel tradicional de chefia para uma atuação mais integrada, ética e transformadora.

No ambiente eclesiástico, a liderança assume contornos ainda mais complexos. O líder religioso, além de conduzir espiritualmente a comunidade, precisa administrar conflitos, orientar equipes, gerir recursos e manter o engajamento da congregação. Apesar da importância desse papel, ainda é comum que a liderança ministerial seja assumida sem preparo técnico adequado, com base apenas em experiências pessoais ou tempo de caminhada dentro da igreja. Como aponta Harvey (2012), a liderança pastoral exige competências que vão além da espiritualidade, envolvendo também habilidades administrativas, emocionais e sociais. Segundo Rusch (2010), a administração bíblica apresenta princípios que podem ser aplicados à liderança eclesiástica, fortalecendo a organização interna das igrejas.

Com as transformações culturais da sociedade atual — marcada pelo individualismo, pela velocidade da informação e pela fluidez das relações —, torna-se urgente repensar os processos

¹ - Graduando em Administração – e-mail: henrique.biscaia.21@unespar.edu.br

de formação e capacitação de líderes eclesiais. Inspirado no conceito de modernidade líquida proposto por Bauman (2001), este trabalho busca compreender como os líderes religiosos podem se manter relevantes e eficazes em um cenário de instabilidade e mudança constante. Assim, propõe-se uma análise da liderança eclesial sob uma perspectiva interdisciplinar, articulando fundamentos teológicos, administrativos e sociais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar os desafios da liderança eclesial na modernidade líquida, com foco na formação e capacitação de líderes religiosos em igrejas brasileiras (denominação de igreja será escolhida com o passar do tempo).

2.2 Objetivos Específicos:

- Investigar os principais desafios enfrentados por líderes religiosos no contexto contemporâneo;
- Identificar práticas eficazes de formação e capacitação ministerial;
- Relacionar fundamentos da administração à atuação de líderes eclesiais;
- Compreender como a modernidade volátil influencia o exercício da liderança religiosa.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, tendo como objetivo compreender os desafios da liderança eclesial no contexto da modernidade volátil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores da administração, sociologia e teologia aplicada, com foco em obras que tratam de liderança, gestão e transformações culturais contemporâneas.

Os procedimentos adotados envolveram o levantamento e análise de livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos (TCCs) que abordam a liderança em contextos religiosos, especialmente em igrejas protestantes, por se tratar do grupo com maior volume de produção bibliográfica disponível. Embora o autor pertença à tradição católica, optou-se por utilizar referências protestantes em razão do acesso facilitado e da relevância prática de tais materiais.

4. RESULTADOS

A partir da análise bibliográfica realizada, foi possível identificar que a liderança eclesial, especialmente em contextos protestantes, enfrenta uma série de desafios diante das transformações sociais da modernidade líquida (BAUMAN, 2001). Entre os achados mais significativos está a constatação de que muitas igrejas ainda investem pouco na formação técnica e emocional de seus líderes, priorizando critérios subjetivos, como carisma ou tempo de envolvimento com a comunidade (HARVEY, 2012; HUNTER, 2004).

Autores como Chiavenato (2014) e Rusch (2010) reforçam a ideia de que o preparo organizacional e estratégico é fundamental para a eficácia da liderança em qualquer tipo de instituição, incluindo as religiosas. Assim, percebe-se que há um descompasso entre as exigências atuais do ambiente eclesial e os modelos de liderança ainda praticados em diversas igrejas.

Além disso, a literatura aponta para a importância de integrar princípios de gestão com valores espirituais, promovendo uma liderança servidora, ética e contextualizada com as demandas do mundo contemporâneo. Essa integração, porém, ainda é pouco explorada na prática por parte de muitas instituições religiosas, revelando uma lacuna formativa que precisa ser enfrentada.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio da análise bibliográfica evidenciam que a liderança eclesial está diante de um cenário de profunda instabilidade, o que exige competências além da dimensão espiritual. A modernidade líquida, conforme descrita por Bauman (2001), impõe mudanças rápidas, relações frágeis e constante adaptação, o que desafia os líderes religiosos a revisarem seus métodos de atuação.

Ao comparar os achados com a literatura, observa-se um consenso entre autores como Hunter (2004) e Harvey (2012) sobre a importância de um modelo de liderança mais servidora, empática e estrategicamente preparada. No entanto, na prática, muitas igrejas ainda operam com base em critérios tradicionais, sem investir em formação contínua ou gestão estruturada.

Essa lacuna entre teoria e prática tem implicações tanto organizacionais quanto pastorais. Do ponto de vista teórico, evidencia a necessidade de aprofundar estudos que articulem liderança espiritual com ferramentas administrativas. Na prática, mostra que o despreparo pode comprometer não apenas a organização interna das igrejas, mas também seu impacto social e comunitário.

Entre as limitações do presente estudo, destaca-se a ausência de dados empíricos, uma vez que a pesquisa foi conduzida exclusivamente com base em fontes secundárias. Embora isso tenha permitido uma análise ampla da literatura, o aprofundamento em realidades específicas exigirá, futuramente, estudos de caso ou diagnósticos organizacionais em instituições religiosas concretas.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios da liderança eclesial diante da modernidade líquida, com foco na formação e capacitação de líderes religiosos. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a liderança nas igrejas, especialmente em contextos protestantes, ainda carece de preparo técnico e emocional diante das exigências contemporâneas.

Autores como Bauman (2001), Hunter (2004) e Chiavenato (2014) contribuíram para o entendimento de que a atuação pastoral demanda mais do que espiritualidade: exige visão estratégica, habilidade de gestão e capacidade de adaptação em um cenário volátil e complexo. A ausência de formação estruturada pode comprometer tanto o funcionamento interno das comunidades quanto sua relevância social.

O trabalho reforça a importância de integrar fundamentos administrativos à prática eclesial, promovendo um modelo de liderança servidora, ética e eficaz. Como limitação, destaca-se a ausência de análise empírica, o que abre espaço para estudos futuros com aplicação prática, seja por meio de diagnósticos organizacionais em igrejas locais ou entrevistas com líderes religiosos.

Portanto, esta pesquisa contribui para o debate sobre a liderança religiosa no século XXI, oferecendo uma base teórica que pode ser expandida por pesquisas aplicadas, especialmente em contextos católicos e ecumênicos, que ainda são pouco explorados na literatura acadêmica da área.

7. REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HARVEY, Dave. **A liderança pastoral**. São José dos Campos: Editora Fiel, 2012.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

MAIA, Eduardo. **Os Desafios da Liderança Eclesiástica em Meio aos Conflitos Contemporâneos**. Batista Pioneira, 2022. Disponível em:
<https://www.batistapioneira.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/TCC-Eduardo-Maia.pdf>.
Acesso em: 16 maio 2025.

RUSCH, Myron. **Administração: uma abordagem bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

VÍNCULO E IMPARCIALIDADE: UMA RELAÇÃO PARADOXAL ENTRE CONCEITOS

Erica Toscano Aggio¹ – Faculdade União De Campo Mourão
Jhessica Eloize De Cristo² – Faculdade União De Campo Mourão
Luan Henrique De Sousa³ – Faculdade União De Campo Mourão
Valeria Mansano Olipa⁴ – Faculdade União De Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO 2: Pessoas e resultados organizacionais

1. INTRODUÇÃO

A atuação do psicólogo é atravessada por desafios éticos e técnicos que exigem constante reflexão. Dentre esses desafios, destaca-se a relação entre dois conceitos fundamentais: vínculo e neutralidade. Ambos são pilares do exercício profissional, mas frequentemente se apresentam como exigências paradoxais. Enquanto o vínculo se configura como um elemento essencial na construção de relações terapêuticas eficazes, pautadas na escuta, acolhimento e confiança, a neutralidade remete à necessidade de isenção, objetividade e imparcialidade, especialmente em contextos onde decisões técnicas podem impactar diretamente a vida dos sujeitos atendidos.

No entanto, esses conceitos não são neutros em si mesmos e tampouco se aplicam de maneira uniforme nas diferentes áreas de atuação da psicologia. A neutralidade, por exemplo, tem raízes no ideal científico cartesiano, que busca afastar a subjetividade como forma de garantir validade e legitimidade ao saber produzido (BOCK; FURDADO; TEIXEIRA, 2002; PREZEMYSŁAW, 2005). Por outro lado, o vínculo é reconhecido como condição necessária para a efetividade da prática psicológica, sendo valorizado por diversas abordagens teóricas e práticas da profissão. Essa tensão levanta questões importantes: é possível ser neutro e vincular-se ao mesmo tempo? Como o psicólogo pode equilibrar esses princípios em contextos diversos, como o hospital, o tribunal, a escola, a comunidade ou a clínica?

Diante disso, o presente trabalho propõe uma análise aprofundada da relação entre vínculo e neutralidade na atuação do psicólogo, destacando a forma como esses conceitos se manifestam e se entrelaçam nas principais áreas da psicologia. Por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, busca-se compreender os limites, as

¹ - Graduanda em Psicologia – e-mail: ericaaggio@yahoo.com.br

² - Graduanda em Psicologia – e-mail: jhessicaeloize.cristo@hotmail.com

³ - Graduando em Psicologia – e-mail: lhs.sousa2001@gmail.com

⁴ - Graduanda em Psicologia – e-mail: valeria_molipa@hotmail.com

possibilidades e as implicações éticas desse paradoxo, que impacta diretamente a prática e a identidade profissional do psicólogo.

2. OBJETIVOS

- Investigar a relação entre vínculo e neutralidade na atuação do psicólogo em diferentes contextos profissionais.
- Discutir a aplicação desses conceitos nas principais áreas da psicologia;

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório com o procedimento bibliográfica.

As plataformas utilizadas para busca do material bibliográfico incluíram o Google Acadêmico, a Biblioteca Virtual da CAPES, o Scielo, bem como sites oficiais de conselhos profissionais (CFP, CRP) e órgãos públicos voltados aos direitos humanos e à saúde mental.

Foram adotados critérios de seleção de inclusão e exclusão para desenvolver a pesquisa. Os materiais selecionados foram obras publicadas entre os anos de 2000 a 2024, com ênfase em textos que abordassem diretamente os fundamentos éticos da psicologia, o Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), bem como os impactos da formação de vínculo nas relações profissionais e institucionais, bem como estudos que discutiam a inclusão/exclusão de diferentes sujeitos nos contextos de cuidado e atendimento psicológico, especialmente em relação à sua vulnerabilidade social e simbólica. E a exclusão das materiais que não dialogam com a realidade brasileira da atuação profissional.

A análise do estudo visou compreender como se dá a presença (ou ausência) dos princípios de imparcialidade e vínculo na atuação cotidiana, bem como as implicações da tentativa de manter neutralidade diante da complexidade subjetiva dos sujeitos atendidos.

4. RESULTADOS

A análise teórica realizada evidenciou que os conceitos de vínculo e neutralidade se manifestam de maneira distinta nas principais áreas de atuação da psicologia, revelando tensões, adaptações e exigências específicas de cada contexto profissional.

Na psicologia jurídica, observou-se que a imparcialidade é não apenas desejada, mas frequentemente exigida como pressuposto de validade para os documentos produzidos, como

laudos e pareceres técnicos. A literatura mostra, contudo, que tal exigência entra em conflito com a própria natureza subjetiva da psicologia. Autores como Sampaio (2017) e Oliveira (2015) apontam que, mesmo nos processos periciais, é impossível eliminar completamente os elementos subjetivos, o que desafia a neutralidade técnica esperada no campo jurídico.

Na psicologia hospitalar, os resultados indicam que a construção de vínculo é indispensável. A atuação junto a pacientes e familiares demanda escuta, acolhimento e manejo emocional, exigindo do psicólogo uma postura ativa e relacional (SIMONETTI, 2004; ANGERAMI-CAMON, 1988). A neutralidade, nesse contexto, não se configura como distanciamento, mas como equilíbrio emocional e postura ética diante do sofrimento do outro.

No campo da psicologia organizacional, os resultados apontam para uma dupla exigência: de um lado, a necessidade de atender às demandas das instituições contratantes; de outro, o dever de preservar o bem-estar e os direitos dos trabalhadores. A neutralidade, nesse contexto, se torna um desafio ético, pois muitas vezes o psicólogo é pressionado a alinhar sua atuação aos interesses corporativos. Ao mesmo tempo, o vínculo com os colaboradores é fundamental para promover ações eficazes de gestão e desenvolvimento humano (BANOV, 2002; LIMA, 2010).

Na psicologia clínica, a noção de vínculo ganha centralidade. A transferência e a relação terapêutica são estruturantes da técnica psicanalítica, sendo o vínculo a base para o processo de elaboração psíquica (SANTOS, 1994). A neutralidade do analista, segundo Eizirik (1993), não se refere à ausência de subjetividade, mas a uma postura ética que visa garantir o espaço do paciente como protagonista do processo analítico.

Na psicologia escolar, os resultados evidenciam uma evolução da prática, que passou de uma abordagem centrada na patologização do aluno para uma atuação mais dialógica e institucional. O vínculo com a comunidade escolar é essencial para que o psicólogo possa promover transformações no processo de ensino-aprendizagem, sendo a escuta ativa e o trabalho colaborativo estratégias fundamentais (ANDRADA, 2005; MARTINS, 2003). A neutralidade aqui é relativizada, pois o engajamento ético e afetivo é condição para a mudança institucional.

Na psicologia social, foi possível constatar que o vínculo não é apenas necessário, mas fundamental da prática. O psicólogo precisa estar inserido na realidade da comunidade, estabelecendo relações horizontais e participativas. A neutralidade, nesse campo, não se aplica nos moldes tradicionais, pois pressupõe engajamento político, sensibilidade social e atuação ética voltada à transformação (CAMPOS, 1998; FREITAS, 1998).

5. DISCUSSÃO

A atuação do psicólogo transita entre o rigor técnico e a sensibilidade humana. A imparcialidade, concebida como princípio ético-científico (FERREIRA, 1986), é indispensável para garantir equidade e evitar interferências subjetivas. No entanto, o vínculo é igualmente essencial: sem ele, não há escuta autêntica, confiança ou efetividade nas intervenções (EIZIRIK, 1993; SANTOS, 1994).

Na psicologia jurídica, o ideal de neutralidade é amplamente exigido, mas constantemente tensionado pela subjetividade dos casos e pela impossibilidade de completa isenção, conforme afirma Oliveira (2015). A exigência de pareceres técnicos “neutros” ignora a complexidade do sujeito e os limites epistemológicos da ciência psicológica (SAMPAIO, 2017; FOUCAULT, 1986).

No campo hospitalar, Simonetti (2004) e Angerami-Camon (1988) destacam que o vínculo não é apenas inevitável, mas necessário. A escuta, o acolhimento e o manejo emocional são componentes essenciais da atuação psicológica nesse contexto. A expectativa de neutralidade pode alienar o profissional de sua própria humanidade e comprometer o cuidado.

Na área organizacional, a neutralidade torna-se uma expectativa corporativa, muitas vezes incompatível com as exigências éticas da profissão. Banov (2002) e Lima (2010) mostram que psicólogos organizacionais frequentemente enfrentam pressões que desafiam a imparcialidade, e o vínculo, quando orientado apenas à produtividade, pode ser distorcido. Ainda assim, conforme Siqueira e Gomide-Júnior (2014), a construção de vínculos saudáveis promove bem-estar e senso de pertencimento.

Já na clínica, Freud inaugura uma nova forma de vínculo pela transferência (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007), e a neutralidade do analista é entendida como uma postura ética, e não como ausência de subjetividade. A escuta flutuante e o acolhimento são ferramentas fundamentais do processo terapêutico (EIZIRIK, 1993).

A psicologia escolar e social requer vínculo como condição primeira da intervenção. O psicólogo escolar atua na mediação entre diferentes sujeitos (ANDRADA, 2005; MARTINS, 2003), enquanto o psicólogo social precisa estar imerso na realidade do sujeito, construindo ações de forma dialógica (CAMPOS, 1998; SILVA & CORGOZINHO, 2011). A neutralidade, nesses casos, é substituída pela ética do compromisso e da escuta (FREITAS, 1998).

6. CONCLUSÃO

Vínculo e neutralidade não são opostos excludentes, mas elementos que precisam ser harmonizados na prática psicológica. A neutralidade absoluta é inatingível, mas a busca por uma postura ética, reflexiva e técnica permanece imprescindível. O vínculo, por sua vez, é a ponte que torna possível a transformação do sofrimento em elaboração. O psicólogo precisa reconhecer seus próprios limites, investir em supervisão e autocuidado, e exercer sua prática com responsabilidade, sensibilidade e rigor científico.

7. REFERÊNCIAS

- ANDRADA, E. G. C. *Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar*. Psicologia, Reflexão e Crítica, 18, p. 196-199, 2005.
- ANGERAMI-CAMON, V. (Org.) *A psicologia no hospital*. São Paulo: Traço, 1988.
- BANOV, M. R. *A Psicologia, Ferramentas da Psicologia Organizacional*, (33), São Paulo: CenaUn, 2002.
- BOCK, A. M.B; FURDADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAMPOS, R. H. F. *Introdução: a psicologia social comunitária*. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-33). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- EIZIRIK, C. *Entre a escuta e a interpretação: um estudo evolutivo da neutralidade psicanalítica*. Revista de Psicanálise da SPPA. V. 1, n. 1, p. 19-42, 1993.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Vigiar e punir prisão* (L. M. P. Vassalo, Trad., 4ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. 1986.
- FREITAS, M. F. Q. *Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo*. Psicologia Reflexão e Crítica, 11(1), 1-12, 1998.
- LIMA, A. F. *Gênese, desenvolvimento e redefinição da psicologia social: da separação epistemológica ao compromisso com a práxis*. Revista Psicologia e Saúde, 2(1), 72-79, 2010.
- MARTINS, J. B. *A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica*. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. 2, p. 39-45, 2003.
- PREZEMYSŁAW; R. *O mito da neutralidade revisado*. In. III Encontro Nacional de Psicólogos. Rio de Janeiro, v. 34, n.3, p. 109-110.
- SAMPAIO, C. R. B. *Psicologia e Direito: O que pode a psicologia? Trilhando caminhos para além da perícia psicológica*. 2017. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/livros/psicologia_juridica_direito_familia.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 03

CONTABILIDADE GERENCIAL

ARTIGOS CIENTÍFICOS

**A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA CONTÁBIL NA TRANSPARÊNCIA
EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO APLICADO A EMPRESA CÁLAMO
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A**

Gabriele Moreira Garcia¹ – Universidade Estadual do Paraná
Maria Gabriela Braz de Oliveira² – Universidade Estadual do Paraná
Patrícia da Silva Gonçalves³ – Universidade Estadual do Paraná
Mônica Aparecida Bortolotti⁴ – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: GT3: CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

Este trabalho tem como foco analisar a importância da auditoria contábil como ferramenta de promoção da transparência empresarial, a partir do estudo de caso da empresa Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A., integrante do Grupo Boticário. A pesquisa busca compreender de que forma a auditoria externa, quando realizada com base em princípios éticos e observando as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), especialmente a NBC TA 700, contribui para a fidedignidade das informações contábeis e para o fortalecimento da governança corporativa. O método adotado foi qualitativo, de caráter descritivo, com análise documental dos relatórios de auditoria independente emitidos pela KPMG entre os anos de 2020 e 2024. Os resultados demonstram que a auditoria externa é um instrumento essencial para assegurar a credibilidade das demonstrações financeiras, identificar riscos e garantir a conformidade com as normas contábeis. Todos os relatórios analisados apresentaram pareceres sem ressalvas, evidenciando a transparência e o comprometimento da empresa com as boas práticas contábeis. A estrutura dos relatórios segue rigorosamente os requisitos da NBC TA 700, incluindo a exposição clara das responsabilidades da administração e do auditor, bem como a ênfase em temas relevantes, como a avaliação do valor recuperável dos ágios e a continuidade operacional. Conclui-se que a auditoria contábil, especialmente em sua forma independente, vai além de um procedimento técnico: ela é um pilar estratégico da governança corporativa e da sustentabilidade institucional. A aderência às NBCs e a atuação ética dos auditores reforçam a confiança dos stakeholders e favorecem a tomada de decisões. Recomenda-se a ampliação do estudo para outros segmentos e empresas, de modo a validar os resultados e fortalecer o papel da auditoria como elemento de integridade e controle nas organizações.

Palavras-chave: Auditoria contábil; Transparência empresarial; Governança corporativa; NBC TA 700;

¹Graduanda em Ciências Contábeis – e-mail: gabrielemg204@gmail.com

²Graduanda em Ciências Contábeis – e-mail: gabi02bz@gmail.com

³Graduanda em Ciências Contábeis – e-mail: patriciasilvagoncalves1@gmail.com

⁴Doutora em Políticas Públicas; Mestre em Desenvolvimento Regional; Mestre em Extensão Rural; Bacharel em Ciências Econômicas; Bacharel em Ciências Contábeis; Tecnóloga em Gestão Pública – e-mail: monica.bortolotti@unespar.edu.br – Orientadora

RESUMEN

Este estudio se centra en analizar la importancia de la auditoría contable como herramienta para promover la transparencia empresarial, a partir del estudio de caso de la empresa Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A., integrante del Grupo Boticário. La investigación busca comprender cómo la auditoría externa, cuando se realiza con base en principios éticos y siguiendo las Normas Brasileñas de Contabilidad (NBC), especialmente la NBC TA 700, contribuye a la fidelidad de la información financiera y al fortalecimiento del gobierno corporativo. El método adoptado fue cualitativo, de carácter descriptivo, con análisis documental de los informes de auditoría independiente emitidos por KPMG entre los años 2020 y 2024. Los resultados muestran que la auditoría externa es una herramienta esencial para garantizar la credibilidad de los estados financieros, identificar riesgos y asegurar el cumplimiento de las normas contables. Todos los informes analizados presentaron opiniones sin salvedades, lo que evidencia el compromiso de la empresa con la transparencia y las buenas prácticas contables. La estructura de los informes sigue rigurosamente los requisitos de la NBC TA 700, incluyendo la presentación clara de las responsabilidades de la administración y del auditor, así como el enfoque en temas relevantes como la evaluación del valor recuperable del goodwill y la continuidad operacional. Se concluye que la auditoría contable, especialmente en su forma independiente, va más allá de un procedimiento técnico: es un pilar estratégico del gobierno corporativo y de la sostenibilidad institucional. La adhesión a las NBC y la actuación ética de los auditores refuerzan la confianza de los stakeholders y favorecen la toma de decisiones. Se recomienda ampliar el estudio a otros sectores y empresas para validar los resultados y fortalecer el papel de la auditoría como elemento clave de control e integridad organizacional.

Palabras clave: Auditoría contable; Transparencia empresarial; Gobierno corporativo; Normas Brasileñas de Contabilidad;

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A auditoria contábil exerce um papel essencial no ambiente corporativo contemporâneo, sendo reconhecida como um instrumento técnico de verificação e validação das informações financeiras e operacionais das entidades. Sua importância está diretamente relacionada à transparência, confiabilidade e integridade das demonstrações contábeis, pilares fundamentais para a governança corporativa e para a tomada de decisão dos *stakeholders* (Ribeiro; Coelho, 2023; Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Historicamente, a evolução da auditoria no Brasil acompanhou o crescimento das exigências normativas e legais relacionadas à transparência e ao controle financeiro, culminando na obrigatoriedade da auditoria independente para sociedades anônimas de capital aberto, instituições financeiras e entidades de grande porte, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/2007 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (Brasil, 2007; CFC, 2016).

A auditoria pode ser classificada em duas modalidades principais: auditoria interna e auditoria externa. A auditoria interna tem caráter preventivo e consultivo, atuando de forma

continua dentro da organização com foco na melhoria dos processos e no gerenciamento de riscos (Attie, 2018). Já a auditoria externa, também conhecida como auditoria independente, tem como objetivo principal atestar a veracidade das demonstrações contábeis, garantindo sua conformidade com as normas técnicas e legais (Farinelli; Saquetto, 2024; Nbc Ta 700, 2016).

Partindo do pressuposto de que a auditoria contábil é um dos mecanismos mais eficazes de promoção da transparência e integridade das informações financeiras, este trabalho tem como objetivo analisar os relatórios de auditoria externa da empresa Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A., integrante do Grupo Boticário, no período de 2020 a 2024, à luz das NBCs, especialmente a NBC TA 700, que trata da formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente, afim de compreender a relevância da auditoria para a promoção da transparência contábil na empresa (CFC, 2016).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A auditoria contábil moderna vai além da simples verificação das demonstrações contábeis, abrangendo a análise da eficácia e eficiência dos controles patrimoniais, com foco na credibilidade das informações financeiras e operacionais. Autores como Brito e Fontenelle (2015) e Crepaldi & Crepaldi (2023) reforçam que a atividade envolve testes técnicos para emitir opinião sobre a adequação das demonstrações às normas contábeis e à legislação vigente, atuando também na prevenção de fraudes e garantindo a integridade do patrimônio das organizações.

A auditoria contábil é definida como um exame sistemático e independente das demonstrações financeiras, com o objetivo de expressar uma opinião sobre a adequação das mesmas em relação às normas contábeis vigentes. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2023), trata-se de um processo técnico, desenvolvido por profissionais habilitados, que visa verificar a exatidão dos registros contábeis, a legalidade das operações e a aderência às normas e princípios contábeis.

Ribeiro e Coelho (2023) destacam que, ao validar a veracidade dos dados apresentados pelas entidades, a auditoria contribui para a transparência das informações, favorecendo a tomada de decisões por parte de acionistas, investidores, órgãos reguladores e demais *stakeholders*. Para que o processo de auditoria seja eficaz, ele deve observar os princípios fundamentais da ética profissional e seguir as diretrizes técnicas estabelecidas pelas **Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs)**, especialmente as NBC TAs, que tratam especificamente da auditoria independente das demonstrações contábeis (CFC, 2024).

O objetivo central da auditoria é verificar se as demonstrações financeiras representam com fidedignidade a situação patrimonial e financeira da entidade, assegurando que estejam livres de distorções relevantes, sejam elas causadas por erro ou fraude. Para isso, são utilizados procedimentos técnicos e analíticos que fornecem evidências suficientes para que o auditor possa emitir uma opinião fundamentada sobre a confiabilidade das informações contábeis (Crepaldi e Crepaldi, 2023).

Além da emissão de pareceres técnicos, a auditoria contribui significativamente para o fortalecimento da governança corporativa, atuando na melhoria dos controles internos e na promoção da transparência na gestão. Nesse contexto, torna-se uma ferramenta de apoio à tomada de decisão por parte de investidores, credores e reguladores. De acordo com Biscalquim e Vasques (2016), a auditoria também serve como instrumento de proteção aos investidores ao avaliar os mecanismos de controle e gestão de riscos das organizações. O Quadro 01 apresenta, exemplificando, os principais objetivos da auditoria e sua relação com os impactos organizacionais.

Quadro 1- Principais objetivos da auditoria e sua relação com os impactos organizacionais.

Objetivo da Auditoria	Impacto na Organização
Garantia da fidedignidade das demonstrações financeiras	Maior confiança dos <i>stakeholders</i>
Identificação de riscos e irregularidades	Redução de fraudes e erros
Fortalecimento dos controles internos	Melhoria da governança corporativa
Cumprimento das normas e regulamentações	Evita penalidades e sanções

Fonte: Auditoria Contábil: Teoria e Prática (12th ed.), (Crepaldi & Crepaldi, 2023).

A auditoria contábil possui como finalidade assegurar que as demonstrações financeiras reflitam com fidelidade a situação econômico-financeira da entidade, promovendo a confiabilidade e a integridade das informações prestadas. De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2023), a atividade tem como foco a análise técnica e imparcial dos registros contábeis, validando sua consistência com a realidade operacional da empresa.

Para Ribeiro e Coelho (2023), a auditoria exerce papel estratégico na governança corporativa, ao proporcionar transparência e embasamento confiável às decisões dos gestores e investidores. Além disso, contribui para identificar falhas, fraudes ou erros que comprometam a credibilidade dos relatórios financeiros. Como reforça Marion (2021), a auditoria assume papel central na supervisão das práticas organizacionais, sendo fundamental para garantir a integridade das relações institucionais.

O trabalho diferencia auditoria contábil interna e externa, sendo a segunda a explorada na pesquisa. A **auditoria interna** é uma atividade independente e objetiva, que visa agregar valor e melhorar as operações da organização. Ela está estruturada dentro da própria entidade e atua de forma contínua, com o propósito de avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de controle, governança e gestão de riscos.

Segundo Attie (2018), a auditoria interna possui papel preventivo, atuando na análise dos processos operacionais, administrativos e contábeis, a fim de identificar pontos de vulnerabilidade, recomendar melhorias e assegurar o cumprimento das normas internas e externas. Complementando, Crepaldi e Crepaldi (2023) afirmam que o auditor interno, por estar inserido na estrutura organizacional, possui uma visão mais abrangente e integrada dos processos, sendo um importante agente de consultoria e orientação para a administração. Seu trabalho não está voltado apenas para aspectos financeiros, mas também para a eficiência operacional, conformidade com políticas internas, desempenho dos departamentos e gerenciamento de riscos.

Lins (2017) reforça que a auditoria interna se distingue por sua atuação contínua e por seu enfoque nas práticas gerenciais, operacionais e estratégicas, embora não seja obrigatória por lei, sua implantação tem sido cada vez mais valorizada, sobretudo em organizações de grande porte ou com estruturas de governança corporativa bem definidas.

Já a auditoria externa, também conhecida como auditoria independente, é uma ferramenta essencial para verificar a veracidade e integridade das informações divulgadas por uma empresa. De acordo com Pereira e Bonafini (2023), seu principal objetivo é identificar falhas e inconsistências nos dados contábeis apresentados. Farinelli e Saquetto (2024) complementam que essa auditoria também assegura a conformidade com as normas contábeis e fornece maior segurança aos usuários das informações financeiras.

Ribeiro e Coelho (2023) destacam que a auditoria externa é exigida por órgãos reguladores para determinadas entidades, especialmente as sociedades por ações (S.A.), instituições financeiras e empresas listadas em bolsa, sendo regida por um conjunto de normas técnicas e éticas rígidas, que visam garantir a independência e objetividade do auditor.

Essa atividade deve estar em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), em especial a NBC TA 200 (R1), que estabelece os princípios fundamentais da auditoria independente, como ética, julgamento profissional e ceticismo. Já a NBC TA 700 trata da formação e apresentação da opinião do auditor, definindo a estrutura adequada do relatório e os tipos de opinião que podem ser emitidos.

As NBCs se dividem entre normas profissionais e técnicas, sendo as NBC TAs voltadas à auditoria independente e alinhadas às normas internacionais da IFAC. Conforme Crepaldi & Crepaldi (2023), essas normas abrangem diretrizes, interpretações e comunicados técnicos. A NBC TA 700 define o formato do relatório de auditoria, que deve ser claro, estruturado e emitido por escrito, físico ou digital.

Quadro 2 - Relatório de Auditoria – Estrutura

Item	Descrição
Título	Esclarecer que o relatório é de um auditor independente; Diferenciar o relatório do auditor independente de relatórios emitidos por outros.
Opinião	Identificar a empresa que as demonstrações foram auditadas; Afirmar que as demonstrações foram auditadas; Identificar o título de cada demonstração; etc.
Base para Opinião	Declarar a auditoria em conformidade com as NBCs; Referenciar a seção “Responsabilidades do Auditor”; Declarar se o auditor acredita que são suficientes.
Principais Assuntos de Auditoria	Comunicar os principais assuntos do relatório; e Conformidade com NBC TA 701.
Outras informações	Aplicável ou não; Se aplicável, conforme NBC TA 720.
Responsabilidades da Adm. e Governança	Explicar as responsabilidades da Administração; Elaboração das demonstrações, em conformidade; Avaliar a capacidade da entidade; Identificar os responsáveis pela apresentação das demonstrações.
Responsabilidades do Auditor	Declarar os objetivos do auditor; Segurança razoável não é garantia para uma boa auditoria; Distorções podem decorrer de fraude ou erro; etc.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na (NBC TA 700).

A adoção das NBC TAs alinha a auditoria brasileira aos padrões internacionais (IFRS/IASB), exigindo aplicação integral e sem adaptações, conforme destaca Crepaldi (2023).

A Lei nº 11.638/2007 também reforça esse processo ao desvincular a contabilidade societária da fiscal, fortalecendo a transparência e a governança corporativa.

Attie (2018) reforça que o auditor externo não possui função de fiscalização de gestão, tampouco poder decisório, sendo seu papel limitado à emissão de pareceres técnicos com base em evidências obtidas durante o exame das demonstrações contábeis.

Embora compartilhem fundamentos técnicos semelhantes, auditorias interna e externa possuem finalidades distintas. A **auditoria interna** foca na melhoria contínua dos processos e na conformidade com políticas internas, sendo uma ferramenta de apoio à administração. Já a **auditoria externa** é voltada à validação das demonstrações financeiras e atende, principalmente, a interesses externos, como investidores, credores e órgãos reguladores.

Lins (2017) explica que a auditoria interna é contínua, com abordagem operacional e consultiva, enquanto a auditoria externa é periódica, com abordagem opinativa e legal. Apesar das diferenças, há sinergia entre ambas. Segundo Ribeiro e Coelho (2023), a interação entre os auditores internos e externos pode promover maior eficiência nos trabalhos, desde que mantida a independência de cada função. A auditoria externa pode se beneficiar das análises realizadas pela auditoria interna, reduzindo o escopo de testes e aumentando a compreensão dos controles internos da entidade.

A atuação dos auditores, sejam internos ou externos, deve observar os princípios éticos profissionais (integridade, objetividade, competência profissional, confidencialidade e comportamento profissional), além de seguir as NBCs aplicáveis. Entre as principais normas aplicáveis à auditoria externa, destacam-se: NBC TA 200: Objetivos do auditor independente e condução da auditoria; NBC TA 240: Responsabilidade do auditor em relação a fraudes; NBC TA 315: Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; NBC TA 500: Evidência de auditoria; NBC TA 700: Formação da opinião e emissão do relatório.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, tendo como principal estratégia o estudo de caso. Gil (2019) explica que a pesquisa qualitativa é adequada em contextos em que se busca compreender a profundidade de um fenômeno, sem a necessidade de generalizações estatísticas, a pesquisa qualitativa tende a ser mais flexível, adaptando-se ao

contexto investigado, o que favorece a coleta de dados ricos e contextualizados, especialmente em estudos de caso, entrevistas e observações participantes.

A pesquisa foi realizada em uma sociedade anônima de capital fechado a Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. integrante do Grupo Boticário, com o objetivo de analisar a aplicação das normas brasileiras de contabilidade (NBCs) no contexto dos procedimentos de auditoria e sua influência na transparência das informações contábeis.

Para embasar teoricamente a pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com levantamento de obras acadêmicas, artigos científicos, normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), periódicos, revistas e sites. O estudo de caso foi conduzido por meio da análise documental dos relatórios de auditoria dos anos de 2020 a 2024 que estão disponibilizados pela empresa em seu site, confrontando-os com as normas brasileiras de contabilidade (NBCs). Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, buscando-se identificar a aderência às normas vigentes e os impactos percebidos na qualidade e confiabilidade das informações divulgadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A empresa pesquisada, Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. é integrante do Grupo Boticário, especializada na distribuição de produtos de beleza, como perfumes, cosméticos e artigos de higiene pessoal, com sede da empresa está localizada na cidade de Curitiba, no Paraná. (Grupo Boticário, 2025)

Com base nesse referencial normativo, o presente estudo analisou os relatórios de auditoria independente da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. referentes aos anos de 2020 a 2024, com o objetivo de verificar, na prática, a aderência às normas contábeis e avaliar a transparência e confiabilidade das informações divulgadas.

O quadro 3 apresenta uma análise dos relatórios dos auditores independentes emitidos ao longo de cinco anos, destacando que a empresa manteve um título padronizado e que, em todos os períodos, os auditores emitiram opinião afirmando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa.

Quadro 3 – Estrutura do Relatório de Auditoria Independente da empresa analisada

Item	Descrição
Título	Durante os cinco anos analisados a empresa mantém um o título do relatório padronizado. Título dado ao relatório: <i>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>
Opinião	Nos cinco anos analisados é identificada a empresa bem como apresentados os demonstrativos analisados pelo auditor na formação de sua opinião. Sua opinião é exposta adequadamente da seguinte forma: <i>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da empresa, na data dos relatórios.</i>
Base para Opinião	Em todos os anos analisados o auditor declara pontos importantes; que seguem adequadamente as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sua responsabilidade que será mais bem abordada no tópico “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Esclarecem que são independentes em relação a companhia conforme prevê a ética profissional e as normas, além de afirmarem serem suficientes sua base para opinião.
Principais Assuntos de Auditoria	Nos anos analisados destaca-se como principal assunto de significância para os auditores a Avaliação do valor recuperável dos Ágios, bem como a auditoria endereçou o assunto. Uma abordagem crítica sobre as projeções da empresa, nos quatro anos, a conclusão foi que eram aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para estimativa do valor recuperável dos referidos ativos.
Outras informações	Tópico que não é obrigatório no relatório. É apresentado apenas no relatório do ano de 2024 da empresa onde é abordado sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), pelo qual foi avaliado a conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado para formação de opinião do auditor.
Responsabilidades da Adm. e Governança	Neste tópico o auditor expõe as responsabilidades da administração da empresa, que envolvem a correta elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras seguindo as normas contábeis brasileiras e a avaliação de capacidade de continuidade da entidade.
Responsabilidades do Auditor	Em todos os exercícios analisados, os auditores descrevem de forma clara e consistente suas responsabilidades, conforme exigido pela norma, incluindo: a obtenção de segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorções relevantes, a avaliação dos riscos, o julgamento profissional, a consideração da continuidade operacional e a comunicação com os responsáveis pela governança.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A base para essa opinião sempre mencionou o cumprimento das normas brasileiras e internacionais de auditoria, além da independência dos auditores. O principal assunto de auditoria identificado foi, de forma recorrente, a avaliação do valor recuperável dos ágios, sendo destacadas as premissas e metodologias adotadas. O item “Outras Informações” foi citado apenas no relatório de 2024, com foco na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), conforme o CPC 09. Também são descritas as responsabilidades da administração na elaboração das demonstrações financeiras e as responsabilidades dos auditores, que envolvem a obtenção de segurança razoável quanto à ausência de distorções relevantes, sempre em conformidade com as normas profissionais.

O Quadro 3 compara os relatórios de auditoria independente da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. entre 2020 e 2024, evidenciando conformidade com a estrutura exigida pela NBC TA 700 e uma opinião sem ressalvas em todos os anos, atestando a adequação das demonstrações contábeis. Os relatórios foram elaborados pela KPMG Auditores Independentes, sob responsabilidade do contador Edson Rodrigues da Costa. Apesar da consistência e clareza dos relatórios, destaca-se que, conforme a NBC PA 400, a permanência do mesmo auditor por longos períodos pode comprometer a independência, sendo recomendada a rotatividade para evitar ameaças à objetividade

Quadro 4- Comparativo Responsabilidades dos Auditores

Anos	Normas de Auditoria Aplicadas	Foco das Responsabilidades	Continuidade Operacional Avaliada	Comunicação com a Governança
2020	NBCs/ISAs	Avaliação de riscos, testes em base amostral, políticas contábeis	Sim	Sim
2021	NBCs/ISAs e Normas profissionais e éticas brasileiras	Testes e julgamentos contábeis, consistência das práticas	Sim	Sim
2022	NBCs/ISAs	Controles internos e julgamento profissional	Sim	Sim
2023	NBCs/ISAs	Continuidade operacional, julgamentos contábeis	Sim	Sim
2024	NBC TA 700, foco em segurança razoável	Estimativas contábeis, riscos e testes documentais	Sim	Sim

Fonte: Elaborados pelos autores (2025).

O Quadro 4 apresenta um comparativo das responsabilidades dos auditores da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. entre 2020 e 2024, mostrando a aplicação consistente das Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria (NBCs/ISAs) em todos os anos. As principais responsabilidades envolveram avaliação de riscos, testes amostrais, análise de políticas contábeis, controles internos, julgamentos profissionais e estimativas contábeis, sempre com foco na continuidade operacional e comunicação efetiva com a governança da empresa. Em 2024, destaca-se a aplicação específica da NBC TA 700, com ênfase na obtenção de segurança razoável nas auditorias

Quadro 5- Comparativo com as Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente

NBC TA	Exigência da Norma	Evidência nos Relatórios
NBC TA 700	Opinião clara e objetiva, base para opinião, responsabilidades do auditor e da administração	Todos os relatórios apresentam estrutura completa com opinião sem ressalvas ou com ênfases técnicas
NBC TA 260 (R2)	Comunicação com os responsáveis pela governança	Comunicação documentada em todos os relatórios, inclusive com destaque a julgamentos críticos e áreas-chave
NBC TA 701	Divulgação dos principais assuntos de auditoria (assuntos-chave)	Os relatórios destacam goodwill e estimativas contábeis como assuntos-chave
NBC TA 570	Avaliação da continuidade operacional	Análise clara da capacidade de continuidade, sem incertezas materiais identificadas nos períodos analisados
NBC TA 315 (R2)	Identificação e avaliação de riscos relevantes de distorção nas demonstrações contábeis	Aplicada em todos os anos com foco em riscos e estimativas críticas
NBC TA 540 (R2)	Auditoria de estimativas contábeis, incluindo valor justo	Aplicada principalmente em 2023 e 2024 para testes de recuperabilidade e estimativas de <i>goodwill</i> .

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria.

O Quadro 5 compara os relatórios de auditoria da Cálamo Distribuidora de 2020 a 2024 com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TA 700 e outras relevantes), evidenciando rigorosa aderência técnica. Os relatórios refletem uma abordagem profissional e ética, confirmando a adequação das demonstrações financeiras em todos os anos, sem ressalvas ou modificações nas opiniões dos auditores. Questões críticas, como goodwill e continuidade

operacional, foram tratadas com evidências e metodologias sólidas, e a estrutura dos relatórios está em conformidade plena com os modelos exigidos pelas normas brasileiras de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatórios de auditoria independente da empresa Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A., referentes aos anos de 2020 a 2024, permitiu constatar que a auditoria contábil desempenha um papel estratégico na garantia da fidedignidade das informações financeiras, no fortalecimento dos controles internos e na promoção da governança corporativa. Conforme afirmam Crepaldi e Crepaldi (2023), a auditoria atua como uma ferramenta indispensável para assegurar que as demonstrações contábeis representem adequadamente a realidade econômica das organizações.

Os relatórios analisados evidenciaram a aderência da empresa às Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente à NBC TA 700, com a emissão de pareceres sem ressalvas, o que reforça a credibilidade e a transparência das informações apresentadas. A atuação da KPMG Auditores Independentes demonstrou alinhamento com os princípios da ética, independência e julgamento profissional, como preconiza a NBC TA 200 (CFC, 2016).

Além disso, a auditoria contribui de forma significativa para a mitigação de riscos e a prevenção de fraudes, assegurando a integridade das demonstrações financeiras e aumentando a confiança de investidores, credores e demais usuários da informação contábil (Ribeiro; Coelho, 2023; Marion, 2021). A análise crítica dos principais assuntos de auditoria, como a avaliação do valor recuperável dos ágios e a continuidade operacional, evidencia a aplicação rigorosa das normas, como a NBC TA 540 e a NBC TA 570 (CFC, 2016).

Portanto, conclui-se que a auditoria contábil, quando realizada com base em princípios éticos, técnicas rigorosas e em conformidade com as normas vigentes, é um elemento indispensável para a integridade e confiabilidade das informações financeiras. Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da análise para outras empresas e setores, a fim de verificar a efetividade da auditoria em diferentes contextos organizacionais e sua contribuição para o desenvolvimento de uma cultura de transparência e governança no ambiente corporativo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. D. P. S.; ARRUDA, D. G.; & BARRETTO, P. H. T. Auditoria contábil: *Enfoque teórico, normativo e prático*. Grupo GEN. 2008.
<https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502126879>

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.
Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597017229>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BISCALQUIM, A. C., & VASQUES VIEIRA, E. T. *Auditoria interna como fortalecimento da governança corporativa nas empresas de capital aberto*. Redeca – Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos. 2016 2(2), 56–72.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. *Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*. 2006.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

BRASIL. (2007). Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. *Altera a Lei nº 6.404/76 e amplia as exigências contábeis para empresas de grande porte*.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm

BRASIL. . Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)*. 1976.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. *Dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social e regula a isenção de contribuições para a seguridade social*. 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. *Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias*. Diário Oficial da União. 2016.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. 1976.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm

BRITO, C., & FONTENELLE, R. *Auditoria privada e governamental: teoria de forma objetiva e mais de 500 questões comentadas (3ª ed.)*. 2015 Niterói: Impetus.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC PA 400 – Relatório do auditor independente*. Brasília: CFC. 2015 <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pa-do-auditor-independente/>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs**. Brasília: CFC, 2024. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TA 610 – Utilização dos trabalhos de auditores internos*. Brasília: CFC. 2014 <https://www.cfc.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente*. Brasília: CFC. 2016 https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA700&_gl=1*_waw_wgt*_ga*MzkwMjI0Nzc2LjE3NDQzMjMwMjk.*_ga_38VHCFH9HD*czE3NDcyNzIyNjgkbzEyJGcxJHQxNzQ3MjcyMzIxJGowJGwwJGgw

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775002>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FARINELLI, E. A. C., & SAQUETTO, P. H. M. A auditoria externa na prevenção e detecção de fraudes e erros contábeis. *Revista Scientia Alpha*, 2024, 3(3).

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social (7ª ed.). 2019 Atlas.

GRUPO BOTICÁRIO. Sobre o Grupo Boticário. Disponível em: <https://www.grupoboticario.com.br/sobre-o-grupo-boticario/> Acesso em: 5 maio 2025.

LINS, L. D. S. **Auditoria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011807>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MARION, J. C. Auditoria: Teoria e Prática (10ª ed.). 2021. Atlas.

PEREIRA, B. L., BONAFINI, L. M. O papel da Auditoria Externa nas Organizações. 2023. ETEC Prof. Alcídio de Souza Prado.

RIBEIRO, O. M.; COELHO, J. M. R. **Auditoria**. 4. ed. (Série em foco). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788571442481>. Acesso em: 2 jun. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

CONTABILIDADE E AÇÃO COMUNITÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Isabela Taysa Leal Viana¹ – Unespar
Jhonathan Solochinski Durso² – Unespar
Carolline Pereira da Costa³ – Unespar
Érica da Costa Sardinha⁴ – Unespar
Larissa Roberta Pontes de Moraes⁵ – Unespar
Luisa Millian Rupp⁶ – UEM
Jorge Leandro Delconte Ferreira⁷ – Unespar

Grupo de Trabalho: 3 Contabilidade Gerencial

RESUMO

O artigo analisa como associações, cooperativas e projetos de extensão utilizam ferramentas contábeis para fortalecer práticas agroecológicas na agricultura familiar. Parte-se da crítica à agricultura convencional, baseada no uso intensivo de agrotóxicos, degradação ambiental e perda de biodiversidade, para apresentar a agroecologia como alternativa sistêmica que valoriza os saberes tradicionais, os ciclos naturais e a autonomia das comunidades rurais. A agricultura familiar, responsável por 77% dos estabelecimentos rurais e 70% dos alimentos consumidos no Brasil, é foco central desta análise, com ênfase em iniciativas de apoio técnico na intermediação de políticas públicas, assistência técnica e acesso a mercados diferenciados. O objetivo geral é compreender como práticas contábeis adaptadas ao contexto rural contribuem para o fortalecimento da agroecologia. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica da literatura combinada à análise comparativa de três estudos de caso, com base na análise temática de práticas, desafios e impactos socioambientais. Os resultados indicam que cooperativas utilizam planilhas e realizam assembleias de custos, embora enfrentem dificuldades com infraestrutura e letramento contábil; associações comunitárias recorrem a controles manuais úteis ao planejamento produtivo, mas enfrentam problemas de sucessão geracional; e projetos de extensão aumentam significativamente o uso da NFP-e, embora haja carência de acompanhamento continuado. Conclui-se que a contabilidade rural tem função não apenas financeira, mas também educativa, política e cultural, fomentando a transparência e a governança participativa. Contudo, desafios persistem. Recomenda-se a criação de núcleos contábeis permanentes, capacitações híbridas em alfabetização financeira e digital, parcerias com instituições de ensino para formação de jovens e redes de apoio técnico, além da implantação de sistemas de monitoramento com indicadores-chave por ao menos dois ciclos agrícolas.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Familiar. Contabilidade Rural. Gestão Participativa. Sustentabilidade.

¹ - Acadêmica – e-mail: isabela.viana.22@estudante.unespar.edu.br

² - Especialista – e-mail: jhonathan.durso.22@estudante.unespar.edu.br

³ - Acadêmica – e-mail: carolline.costa.22@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Acadêmica – e-mail: erica.sardinha.22@estudante.unespar.edu.br

⁵ - Acadêmica – e-mail: larimorais26@uem.br

⁶ - Mestra – e-mail: pg54749@uem.br

⁷ - Doutor – e-mail: jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

RESUMEN

El artículo analiza cómo asociaciones, cooperativas y proyectos de extensión utilizan herramientas contables para fortalecer prácticas agroecológicas en la agricultura familiar. Parte de la crítica a la agricultura convencional, basada en el uso intensivo de agroquímicos, la degradación ambiental y la pérdida de biodiversidad, para presentar la agroecología como una alternativa sistémica que valora los saberes tradicionales, los ciclos naturales y la autonomía de las comunidades rurales. La agricultura familiar, responsable del 77 % de los establecimientos rurales y del 70 % de los alimentos consumidos en Brasil, es el foco central de este análisis, con énfasis en iniciativas de apoyo técnico en la intermediación de políticas públicas, asistencia técnica y acceso a mercados diferenciados. El objetivo general es comprender cómo las prácticas contables adaptadas al contexto rural contribuyen al fortalecimiento de la agroecología. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica de la literatura combinada con el análisis comparativo de tres estudios de caso, con base en un análisis temático de prácticas, desafíos e impactos socioambientales. Los resultados indican que las cooperativas utilizan planillas y realizan asambleas de costos, aunque enfrentan dificultades con la infraestructura y la alfabetización contable; las asociaciones comunitarias recurren a controles manuales útiles para la planificación productiva, pero sufren problemas de sucesión generacional; y los proyectos de extensión incrementan de manera significativa el uso de la NFP-e, aunque existe carencia de seguimiento continuado. Se concluye que la contabilidad rural cumple una función no solo financiera, sino también educativa, política y cultural, fomentando la transparencia y la gobernanza participativa. Sin embargo, persisten desafíos. Se recomienda la creación de núcleos contables permanentes, capacitaciones híbridas en alfabetización financiera y digital, alianzas con instituciones educativas para la formación de jóvenes y redes de apoyo técnico, así como la implementación de sistemas de monitoreo con indicadores clave durante al menos dos ciclos agrícolas.

Palabras clave: Agroecología. Agricultura Familiar. Contabilidad Rural. Gestión Participativa. Sostenibilidad.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a agricultura tradicional tem gerado prejuízos ao meio ambiente e às populações rurais devido ao uso excessivo de pesticidas, à rápida erosão do solo, à diminuição da biodiversidade e à concentração de terras. Em resposta a essa situação, surgiram abordagens que visam uma agricultura mais sustentável, que não se limita a eliminar produtos químicos, mas que busca um equilíbrio entre produtividade, segurança alimentar e a autonomia dos agricultores, ao mesmo tempo em que valoriza a agricultura familiar e fortalece a cultura local e a organização comunitária (Altieri e amp; Nicholls, 2000 conforme Hernández, 2011).

A agroecologia, enquanto campo de pesquisa e prática, adota uma abordagem holística dos sistemas agrícolas, levando em conta aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Utilizando métodos como a adoção de sementes nativas, o cultivo intercalado e a gestão orgânica do solo, promove a preservação da água e do solo, aumenta a capacidade das comunidades de lidarem com crises climáticas e conserva conhecimentos tradicionais (Santos et al., 2014).

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que são consumidos, mesmo que utilize apenas áreas de terra relativamente pequenas (Censo Agropecuário IBGE, 2017). Quando associada à agroecologia, essa prática fortalece a autonomia alimentar, preserva a diversidade agrícola e mantém costumes culturais tradicionais (Silva et al., 2023). Organizações como cooperativas, associações e instituições de extensão rural estabelecem uma ligação entre os agricultores e as políticas públicas (PNAE, PAA, PRONAF), oferecendo apoio técnico e formação em boas práticas agroecológicas, orientando sobre aspectos fiscais e facilitando a venda direta através de feiras locais ou certificações orgânicas, promovendo, assim, a colaboração entre os produtores e a troca de saberes (Lima e amp; Vargas, 2015). Entretanto, apesar de a contabilidade ser fundamental para o crescimento das associações, revelou-se que 70% delas a veem apenas como uma ferramenta para cumprir obrigações burocráticas, restringindo seu uso à conformidade legal e tributária (Melo; Freire; Nascimento; Silva, 2020). A contabilidade rural ainda é pouco adotada pelos agricultores brasileiros, pois eles a consideram complicada e limitada às exigências fiscais (Crepaldi, 2009).

Embora existam estudos pontuais sobre contabilidade em associações, cooperativas e projetos de extensão, não se identifica na literatura um estudo comparativo que examine, no cotidiano, como essas três formas aplicam registros contábeis para apoiar a agricultura familiar ecológica.

Qual é o papel dessas entidades no fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar, e quais são os desafios e contribuições para um desenvolvimento rural justo, sustentável e solidário? No atual cenário do desenvolvimento rural solidário, as entidades de apoio cooperativas, associações de mulheres e projetos de extensão universitária desempenham papel central ao articular ações de agroecologia e agricultura familiar, promovendo tanto a difusão de saberes tradicionais quanto a incorporação de práticas contábeis adaptadas às especificidades do meio rural. No limite dessa investigação, identificamos uma lacuna: embora se reconheça a importância desses grupos na organização social e econômica das comunidades, faltam análises comparativas sobre como mecanismos de controle e planejamento contábil fortalecem seu desempenho e autonomia. O objetivo deste trabalho é mapear e comparar as práticas contábeis

adotadas por três estudos de caso representativos as cooperativas de agricultores familiares em Anchieta/SC; a Associação de Mulheres “Resgatando sua História”; e o Projeto de Extensão “Planejamento e Controle Contábil na Atividade Rural” descrevendo os procedimentos utilizados, identificando os desafios enfrentados e avaliando os ganhos percebidos. Ao confrontar teorias e evidências de campo, esperamos demonstrar como a contabilidade rural pode se tornar uma ferramenta estratégica para apoiar a agroecologia e promover um desenvolvimento rural mais equitativo, justo e sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Agroecologia transcende meramente a técnica agrícola ao incorporar conhecimentos tradicionais, fundamentos ecológicos e equidade social, promovendo um modelo sustentável que preza pela biodiversidade e pela soberania alimentar (Altieri e Caporal, 2023). Coletivos organizacionais adaptam essa sabedoria ao contexto local. Um exemplo disso é a Associação de Mulheres “Resgatando sua História”, que utiliza ferramentas contábeis simplificadas (como caderno de horas, fluxo de caixa e controle de estoques) para guiar a implementação de canteiros agroecológicos, cisternas e bancos de sementes crioulas, possibilitando decisões relacionadas à rotação de culturas e à gestão da água. Essas ferramentas foram escolhidas devido à percepção da complexidade e às limitações de tempo e recursos (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023).

Essas práticas reforçam a dimensão política e cultural da agroecologia porque promovem mais do que a produção de alimentos: fortalecem os laços entre as pessoas, resgatam o protagonismo das comunidades sobre suas decisões e valorizam os saberes locais como parte da identidade e da história de cada território.

No Brasil, iniciativas como o PNAE e o PAA valorizam produtos da região e reforçam o direito à alimentação, enquanto cooperativas utilizam dados de custos para acessar linhas de crédito do PRONAF, viabilizando investimentos em práticas agroecológicas (Brasil, 2018; Campos 2016). Dessa forma, a agricultura familiar, juntamente com a agroecologia, sustenta a soberania alimentar e a variedade sociocultural (Silva et al., 2023).

Associações, cooperativas e organizações não governamentais ligam conhecimentos técnicos a saberes locais, promovendo educação e organização comunitária, além de fortalecer a ação política e o acesso a políticas públicas (Lima e Silva, 2020). Dentro das cooperativas,

métodos de custo adaptados auxiliam os produtores a rastrear despesas, negociar insumos e acessar mercados institucionais (Campos 2016).

Iniciativas como “Resgatando sua História” oferecem sistemas simplificados (diário de horas, fluxo de caixa) para orientar o plantio, a rotação de culturas e a gestão da água (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023). Projetos de extensão proporcionam diagnósticos e treinamentos (NFP-e, IRPF, formação de preços) e materiais educativos (folder, fluxogramas, e-books), diminuindo as barreiras de formalização e promovendo a contabilidade como ferramenta de gestão (Cittadin et al., 2024).

A contabilidade rural traz informações sobre o patrimônio, tomada de decisões e aumenta a transparência (Marion, 2012). As práticas de custo possibilitam fazer um mapeamento de despesas, avaliar a viabilidade e planejar ações estratégicas (Tavares e Rech, 2024). Nas cooperativas agroecológicas, ela também atua na educação e no empoderamento ao registrar e interpretar as atividades da comunidade (Souza e amp; Almeida, 2019).

Campos (2016) categoriza os custos indiretos em poucas “atividades prioritárias” (como processamento, armazenamento e comercialização) e utiliza planilhas simples para gerenciar insumos, mão de obra e transporte. Brandão, Barbosa e Bergamasco (2023) enfatizam a importância de registros de horas trabalhadas, planilhas de fluxo de caixa e controle de estoques, além de um caderno de plantio, que serve para orientar a venda de excedentes e a prática agroecológica. Cittadin e colaboradores (2024) demonstram que a utilização de fluxogramas (para SAT/SEF e NFP-e), minicursos focados na formação de preços, preenchimento do Livro Caixa para IRPF e a elaboração de e-books com casos práticos ajuda a diminuir a assimetria de informações, além de fomentar investimentos em agroecologia.

Apesar dos progressos feitos, existem lacunas que limitam o pleno potencial da contabilidade rural, como a ausência de exemplos claros de simplificação do ABC em planilhas acessíveis e a falta de oficinas demonstrativas, conforme apontado por Campos (2016). Seria interessante criar núcleos contábeis permanentes para processar dados e oferecer capacitação contínua; as associações poderiam estabelecer parcerias com escolas técnicas para promover visitas mensais de alunos de contabilidade. Projetos de Extensão poderiam fornecer aconselhamento prático e disponibilizar conteúdo online acessível, além de incluir a juventude na implementação de programas de incentivo, como bolsas e estágios, com o objetivo de atrair

esses jovens para a gestão cooperativa e associativa, como sugerem Brandão, Barbosa e Bergamasco (2023). Também seria viável a implementação de sistemas de monitoramento com indicadores-chave (como NFP-e emitidas, produção orgânica certificada e mutirões contabilizados) em pelo menos dois ciclos agrícolas, a fim de avaliar os ganhos econômicos, sociais e ambientais, possibilitando a mensuração de impactos.

Essas sugestões visam superar as barreiras relacionadas à habilidade em práticas contábeis e ao uso de ferramentas digitais, resolvendo a escassez de especialistas, atraindo novas gerações e estabelecendo bases para uma análise contínua dos resultados, assegurando que a contabilidade rural contribua para o fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo utiliza abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e análise comparativa de artigos, para compreender o papel da contabilidade na agroecologia e na agricultura familiar. A pesquisa bibliográfica da literatura abrangeu temas como agroecologia, agricultura familiar, contabilidade socioambiental e organizações do terceiro setor, com base em livros, artigos, teses e documentos institucionais, fundamentando o estudo e delimitando conceitos.

Entre abril e maio de 2025, realizamos buscas em bases como Scopus, Web of Science, SciELO, e Google Acadêmico. Para localizar os estudos encontrados, publicados entre 2009 a 2024, usamos palavras-chave em português e inglês por exemplo: agroecologia, agricultura familiar, agroecology, family farming) e filtros de período para focar nos anos desejados, além de explorar a ordenação por relevância ou número de citações para identificar trabalhos centrais e rastrear referências importantes. Então, revisamos títulos e resumos com critérios claros de inclusão (foco em contabilidade ou gestão aplicada à agroecologia/agricultura familiar) e exclusão (temas fora do escopo ou sem metodologia definida), para aprofundar a compreensão empírica, realizou-se uma análise comparativa entre três artigos científicos que abordam diferentes aspectos da contabilidade aplicada à agricultura familiar e à agroecologia. A seleção dos artigos seguiu critérios de relevância, atualidade e contribuição ao tema. Por meio da leitura detalhada e da sistematização de critérios como tipo de estudo, metodologia, resultados e desafios, foi possível construir a Tabela 1, inserida na sessão dos Resultados e Discussão, ela foi elaborada com base em Citadin et al. (2024), Matos et al. (2022) e Brandão, Barbosa e

Bergamasco (2023), que fundamenta a discussão crítica e o diálogo entre as evidências teóricas e práticas. A análise dos dados seguiu o método de análise temática, organizando as informações em categorias que englobam a atuação, as práticas contábeis e seus efeitos no desenvolvimento agroecológico. A triangulação de múltiplas fontes e métodos fortaleceu a confiabilidade dos resultados, promovendo uma visão integrada e crítica do objeto de estudo.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo analisou três experiências onde aplicam ferramentas contábeis para apoiar a agroecologia na agricultura familiar: Cooperativas da Agricultura Familiar (Matos et al., 2022), a Associação de Mulheres “Resgatando sua História” (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023), e o Projeto de Extensão “Planejamento e Controle Contábil na Atividade Rural” (Cittadin et al. 2024).

As cooperativas da Agricultura Familiar se reúnem em assembleias de custos e usam planilhas simples para registrar receitas e despesas, alocando parte dos recursos para compostagem e sementes crioulas, o que contribui para o aumento da renda. Contudo, a maioria dos cooperados não domina conceitos contábeis básicos e não dispõem de infraestrutura tecnológica para relatórios mais detalhados ou métodos avançados de custeio.

Na Associação de Mulheres é empregado o caderno de horas, fluxo de caixa manual e controle de estoques para planejar safras e organizar mutirões agroecológicos, garantindo autoconsumo e preservação ambiental. Porém, o grupo envelhecido e a baixa participação de jovens comprometem a continuidade, e o acesso restrito a mercados formais limita a expansão.

No Projeto de Extensão oferece diagnósticos iniciais (NFP-e, IRPF), palestras e materiais didáticos (folders, fluxogramas, e-book). Após capacitação, inúmeros produtores passaram a emitir NFP-e e registrar fluxo de caixa manual. Ainda assim, permanece a escassa capacitação digital e a falta de acompanhamento sistemático que quantifique ganhos em renda “verde” ou aumento de área agroecológica.

Algumas lacunas apresentadas como familiaridade contábil/digital que é limitado, infraestrutura tecnológica precária, ausência de monitoramento contínuo são obstáculos que impedem não só a adoção contínua de práticas contábeis, mas também a mensuração de impactos socioambientais e econômicos a médio/longo prazo.

Iniciativas como núcleos contábeis regionais, compostos por equipes de contadores rurais e técnicos em economia solidária para suporte permanente; capacitação híbrida, que combina módulos práticos offline com breves conteúdo online para elevar o conhecimento prático sem depender exclusivamente da internet; e monitoramento simplificado, por meio de planilhas compartilhadas ou formulários padronizados para coleta trimestral de indicadores (NFP-e, custos de insumos, área agroecológica) e geração de relatórios semestrais, podem transformar a contabilidade rural em ferramenta estratégica, fortalecendo a gestão participativa e a sustentabilidade agroecológica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Descreve-se como cooperativas, associações locais e projetos de extensão apoiam e podem fortalecer a adoção de ferramentas contábeis pelos agricultores familiares, destacando ações vigentes, desafios e impactos agroecológicos.

I. Cooperativas de Agricultura Familiar (Artigo 1): Atualmente, promovem assembleias periódicas para debater custos coletivos, disponibilizam planilhas básicas e orientam formação de preço. Como resultado, têm iniciado melhorias no controle de custos, o que libera parte dos recursos para práticas como compostagem e sementes crioulas. No entanto, a baixa capacitação contábil dos cooperados, a escassez de contadores especializados e a infraestrutura tecnológica limitada impedem a adoção de métodos de custeio mais sofisticados (por exemplo, ABC) e a elaboração regular de relatórios contábeis, dificultando a comprovação empírica dos benefícios agroecológicos.

II. Associação de Mulheres “Resgatando sua História” (Artigo 2): Reúnem-se mensalmente em assembleias democráticas, utilizando caderno de horas, fluxo de caixa manual e controle de estoques, além de organizar mutirões agroecológicos. Esses instrumentos simplificados já orientam o planejamento de safras, o manejo de insumos orgânicos e reforçam o autoconsumo. Apesar disso, o envelhecimento das associadas e a baixa adesão de jovens, somados à fadiga de reuniões e à dificuldade de acesso a canais formais de venda, limitam a continuidade e a expansão das práticas.

III. Projeto de Extensão “Planejamento e Controle Contábil na Atividade Rural” (Artigo 3): Identifica necessidades através de encontros e formulários, realiza palestras e minicursos sobre a emissão de NFP-e, IRPF e precificação, além de fornecer materiais educativos (folders,

fluxogramas, e-books). Mais de 60% dos participantes começaram a emitir notas fiscais de maneira regular e a registrar suas receitas e despesas em planilhas manuais. Contudo, a limitada capacidade digital, a falta de contadores com expertise em contabilidade rural e a ausência de um acompanhamento contínuo dificultam a avaliação de ganhos reais em produção agroecológica e comércios de renda “verde”.

A Tabela 1 a seguir sintetiza os autores, artigos, ações atuais, os desafios principais, a metodologia, principais resultados e o impacto agroecológico que foram observados para cada um dos textos:

Tabela 1 - Estudos sobre gestão contábil e impactos agroecológicos na agricultura familiar

Autores	Matos et al., (2022)	(Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023)	Citadin et al. (2024)
Artigos	A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar.	Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano.	Planejamento e controle contábil na atividade rural: um relato de extensão.
Ações Atuais	Eles realizam assembleias regulares para discutir custos, utilizam planilhas simples para repartir despesas e recebem orientações sobre formação de preços.	Eles se reúnem mensalmente para deliberar, registram horas de trabalho, organizam mutirões agroecológicos e mantêm controles simples em planilhas ou cadernos.	Eles promovem reuniões virtuais e presenciais, ministram palestras e minicursos sobre finanças, tributação e nota fiscal eletrônica, além de produzir folders e um e-book.
Desafios principais	Eles enfrentam desconhecimento contábil, falta de contadores especializados e limitações tecnológicas.	Eles enfrentam envelhecimento do grupo, baixa adesão de jovens, fadiga por excesso de reuniões e acesso restrito a mercados formais.	Eles lidam com baixa familiaridade tecnológica, falta de tempo dos produtores e carência de contadores rurais.
Metodologia	Eles conduziram um ensaio teórico a partir de revisão de literatura no Google Acadêmico, com buscas por “agricultura familiar”, “cooperativas” e “gestão de custos”.	Eles realizaram estudo de caso qualitativo, com entrevistas semiestruturadas a todas as sócias e ex-integrantes, grupo focal, questionários a técnicos, observação e documentos internos.	Eles aplicaram pesquisa descritiva e participante, incluindo observação direta do projeto, análise documental e questionários a agricultores de Criciúma e Turvo.
Principais Resultados	Eles concluíram que o controle de custos é crucial para a competitividade, mas	Eles demonstraram protagonismo na tomada de decisões, adaptaram ferramentas de gestão ao	Eles capacitaram cerca de 70 agricultores; observaram grande interesse pela NFP-e e planejamento tributário; e

ainda carecem de dados empíricos específicos. contexto local e construíram um sistema colaborativo e inclusivo. receberam feedback positivo sobre os materiais.

Impacto Agroecológico	O melhor controle de gastos libera recursos para compostagem e sementes crioulas, apoiando práticas mais naturais, embora ainda sem provas detalhadas.	Tornaram-se referência em agroecologia local, fortalecendo o uso de recursos próprios (cisternas, banco de sementes) e a preservação do meio no semiárido.	A emissão eletrônica de notas evitou deslocamentos e reduziu emissões de veículos; o melhor planejamento financeiro pode favorecer práticas mais sustentáveis no campo.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos artigos Matos et al., (2022); (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023); Citadin et al. (2024).

Apesar das ações pontuais de cada entidade, os impactos agroecológicos ainda carecem de comprovação, devido a desafios comuns: baixo domínio contábil e digital, infraestrutura precária e falta de especialistas. Essas limitações dificultam tanto o uso de ferramentas contábeis mais robustas quanto a mensuração de benefícios socioambientais. Para enfrentá-las, destacam-se três frentes de ação:

A criação de equipes fixas compostas por contadores rurais e técnicos em economia solidária nas cooperativas e associações, além da mobilização de contadores voluntários, reduziria a dependência de conhecimento externo e ampliaria a autonomia local.

A inclusão de oficinas regulares de alfabetização contábil e digital (presenciais e offline, quando a internet for limitada) e módulos online de contabilidade rural básica (videoaulas, quizzes, fóruns) reforçariam as competências dos cooperados e associados.

O acompanhamento e a mensuração de resultados devem incluir a implantação de sistemas simples de monitoramento com indicadores como número de NFP-e emitidas, variação de custos, percentual de produção agroecológica e número de mutirões contabilizados ao longo de pelo menos dois ciclos agrícolas, permitindo avaliar os impactos econômicos, sociais e ambientais. Somente com iniciativas mais consistentes nessas três frentes a contabilidade rural poderá deixar de ser meramente burocrática e tornar-se ferramenta estratégica no cotidiano dos agricultores familiares, potencializando o fortalecimento da agroecologia e a sustentabilidade das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associações, cooperativas e projetos de extensão usam ferramentas contábeis simplificadas para apoiar a agroecologia na agricultura familiar, mesmo em contextos diversos. Cooperativas realizam assembleias de custos e planilhas básicas, conseguindo destinar recursos a compostagem e sementes crioulas, embora lidem com a baixa aptidão contábil, falta de contadores e infraestrutura deficiente. A Associação de Mulheres “Resgatando sua História” adota caderno de horas, fluxo de caixa manual e controle de estoques para planejar safras e mutirões, fortalecendo a coesão social, porém o envelhecimento do grupo e a baixa participação dos jovens colocam em risco a continuidade dessas práticas. O projeto “Planejamento e controle contábil na Atividade Rural” aumentou o conhecimento fiscal em 60% passaram a emitir NFP-e e atualizar o Livro Caixa após as oficinas, mas a instabilidade da internet, a falta de computadores e a ausência de acompanhamento contínuo dificultam a mensuração de resultados concretos.

Conclui-se que a contabilidade rural atua não apenas no controle financeiro, mas também como instrumento educativo, político e cultural: orienta o planejamento de safras, a escolha de culturas e promove diálogo coletivo sobre o uso dos recursos naturais, reforçando a resiliência das comunidades, reduzindo incertezas financeiras e estimulando uma governança mais participativa. Ainda assim, persistem lacunas importantes: capacitação insuficiente para gestão financeira e uso de tecnologia; escassez de contadores rurais e infraestrutura precária; lideranças envelhecidas e baixa adesão de jovens; e ausência de monitoramento contínuo que quantifique, a médio e longo prazo, o impacto sobre renda, práticas agroecológicas e sustentabilidade ambiental.

Para avançar, recomenda-se criar núcleos contábeis permanentes (contadores e técnicos em economia solidária) para suporte constante; oferecer capacitação híbrida em alfabetização financeira e digital (com módulos presenciais e offline); firmar parcerias com escolas técnicas e universidades (estágios, mentorias, visitas) para atrair jovens e formar redes locais de assistência; e implementar o monitoramento de indicadores-chave (NFP-e emitidas, variação de custos, percentual de produção agroecológica) durante dois ciclos agrícolas. Essas medidas poderão ampliar a autonomia dos agricultores, incentivar a agroecologia e promover maior equidade social, além da conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.; BARBOSA, F.; BERGAMASCO, A. Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano = Social organization and rural associative management among women in the Semi-arid Region of Sergipe. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 2, e249024, 2023. DOI: 10.1590/1806-9479.2021.249024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/54kYJ9T7shQnwJQbnsbgxgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2025.

CITADIN, A.; PEREIRA, D. S.; CUSTÓDIO, M. C.; BELLOLI, M. M.; SILVA, S. M.; MENEGALI, M. V. Planejamento e controle contábil na atividade rural: um relato de extensão = Accounting planning and control in rural activity: an extension report. Revista de Extensão da UNESC, v. 9, n. 1, 2024. ISSN 2448-4245. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PLANEJAMENTO+E+CONTROLE+CONT%C3%81BIL+NA+ATIVIDADE%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/PLANEJAMENTO+E+CONTROLE+CONT%C3%81BIL+NA+ATIVIDADE%20(1).pdf). Acesso em: 29 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Agência de Notícias IBGE, 25 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 14 mai. 2025.

LIMA, M. S.; VARGAS, M. A. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 2, p. 165, 2015. Disponível em: <https://bibliotecasemiaridos.ufv.br/jspui/handle/123456789/2870>. Acesso em: 24 abr. 2025.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATOS, C. L. da S.; LOPES, M. C. de A.; CARNEIRO, E. S.; SILVA, A. C. da. A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/revis194,+Art1_CM7esp_Matos_etal_coop.pdf. Acesso em: 29 mai. 2025.

NUNES, R. da S.; LOPES, L. da C. A importância da contabilidade para a prestação de contas nas organizações do terceiro setor: um estudo de caso na Fundação de Amparo ao Menor de Palmeira dos Índios/AL. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3348/1/A%20import%C3%A2ncia%20da%20contabilidade%20para%20presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20contas%20nas%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20do%20terceiro%20setor%3A%20um%20estudo%20de%20caso%20na>

%20funda%C3%A7%C3%A3o%20de%20amparo%20ao%20menor%20de%20Palmeira%20dos%20%C3%8Dndios%20-%20AL.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

PEREIRA, T. F.; SOUSA, C. G. de. Gestão de custos em uma pequena propriedade rural familiar: análise do custeio variável e absorção na produção de milho e soja. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, [S. l.], v. 6, n. 5, 2022. Disponível em: <https://revista.abcustos.org.br/abcustos/article/view/671/840>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SANTOS, M. S.; SILVA, A. S.; OLIVEIRA, F. A. Agroecologia, agrotóxicos e alimentação adequada e saudável: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 5, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51266>. Acesso em: 24 abr. 2025.

TAVARES, M. K. G.; RECH, I. J. Contabilidade de custos na agricultura familiar: uma revisão sistemática. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC, 2024. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contabilidade-de-custos-na-agricultura-familiar>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SILVA, A. B. de J. R.; OLIVEIRA, A. R. de. A importância da agroecologia para o fortalecimento da agricultura familiar. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 18, n. 1, p. 333, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51266/38727>. Acesso em: 24 abr. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

DESCRIÇÃO DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA INTERNA DA CASA DA MOEDA ENTRE OS ANOS DE 2020 À 2024

Thais Fernanda de Abreu¹ – Unespar
Lucas de Jesus Oliveira² – Unespar
João Gabriel de Oliveira dos Anjos³ – Unespar
Mônica Aparecida Bortolotti⁴ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: 03 CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os relatórios de auditoria interna da Casa da Moeda do Brasil (CMB) no período de 2020 a 2024, com foco na Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental dos Relatórios Anuais de Auditoria Interna (RAINT). A pesquisa evidencia a evolução estrutural e funcional da auditoria interna, destacando avanços na profissionalização, integração entre seções e uso de tecnologias de acompanhamento, como o sistema e-Aud e o Painel de Acompanhamento de Recomendações. Observou-se um esforço contínuo da CMB em consolidar práticas alinhadas à governança corporativa, com ênfase no fortalecimento dos controles internos e na efetividade das recomendações de auditoria. A partir de 2023, houve um foco maior na auditoria de sistemas e processos digitais, refletido na alteração da nomenclatura de seções internas. Apesar de uma leve redução na taxa de execução dos trabalhos programados em 2024, foram mantidas iniciativas de capacitação técnica e ampliadas ações de monitoramento. Conclui-se que a auditoria interna da CMB não apenas cumpre sua função de controle e conformidade, mas também atua como instrumento estratégico de apoio à gestão, contribuindo para maior transparência, eficiência e responsabilidade institucional. Os dados analisados reforçam a importância de uma auditoria ativa e bem estruturada na construção de uma administração pública moderna e comprometida com os princípios da boa governança.

Palavras-chave: auditoria interna; governança; transparência.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar los informes de auditoría interna de la Casa de la Moneda de Brasil (CMB) en el período de 2020 a 2024, con enfoque en la Sección de Auditoría Contable, Financiera y Operacional. Se utilizó un enfoque cualitativo, basado en revisión bibliográfica y análisis documental de los Informes Anuales de Auditoría Interna (RAINT). La investigación evidencia la evolución estructural y funcional de la auditoría interna, destacando avances en profesionalización,

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, da Unespar Campus de Campo Mourão – e-mail: abreut982@gmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis, da Unespar Campus de Campo Mourão – e-mail: lucasolizonatto321@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis, da Unespar Campus de Campo Mourão e-mail: joao.gabriel.o.anjos@gmail.com

⁴ Doutora em Políticas Públicas; Mestre em Desenvolvimento Regional; Mestre em Extensão Rural; Bacharel em Ciências Econômicas; Bacharel em Ciências Contábeis; Tecnóloga em Gestão Pública – e-mail: monica.bortolotti@unespar.edu.br – Orientadora

integración entre secciones y uso de tecnologías de seguimiento, como el sistema Aud y el Panel de Seguimiento de Recomendaciones. Se observó un esfuerzo continuo de la CMB para consolidar prácticas alineadas con la gobernanza corporativa, con énfasis en el fortalecimiento de los controles internos y en la efectividad de las recomendaciones de auditoría. A partir de 2023, hubo un mayor enfoque en auditoría de sistemas y procesos digitales, reflejado en el cambio de nomenclatura de secciones internas. A pesar de una ligera reducción en la ejecución de trabajos planificados en 2024, se mantuvieron las iniciativas de capacitación técnica y se ampliaron las acciones de monitoreo. Se concluye que la auditoría interna de la CMB no solo cumple su función de control y cumplimiento, sino que también actúa como instrumento estratégico de apoyo a la gestión, contribuyendo a una mayor transparencia, eficiencia y responsabilidad institucional.

Palabras clave: auditoría interna; gobernanza; transparência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o avanço da globalização e a crescente complexidade dos negócios, a auditoria se tornou uma ferramenta estratégica imprescindível para as organizações, desempenhando funções cruciais na avaliação da transparência e integridade das informações financeiras e operacionais. Sua importância se reflete não apenas na conformidade com as normas e regulamentos, mas também na mitigação de riscos, no fortalecimento dos controles internos e no apoio à tomada de decisões estratégicas (Moreira e Baran, 2018).

Assim, a auditoria se estabelece como um pilar essencial para a confiança e a credibilidade do mercado, tanto no setor público quanto privado, sendo fundamental para a sustentabilidade das empresas e a proteção dos interesses dos *stakeholders*. A evolução dessa prática, que passa por uma adaptação constante às novas exigências do mercado, reflete a necessidade de uma abordagem mais integrada e proativa, alinhada com os princípios da ética, da transparência e da eficiência operacional. Neste contexto, a função do auditor se torna ainda mais relevante, não apenas como um revisor, mas como um agente que contribui ativamente para a melhoria dos processos e para o fortalecimento da governança corporativa das organizações (Flozano e Silvério, 2014).

Segundo Franco e Marra (2001), a auditoria pode ser classificada em três grandes áreas: auditoria financeira, auditoria de cumprimento e auditoria operacional. A auditoria financeira foca na avaliação das demonstrações financeiras, buscando garantir que estas reflitam adequadamente a situação econômica da entidade. Já a auditoria de cumprimento verifica se os procedimentos e controles internos estão sendo observados conforme a legislação e as políticas

internas. Por fim, a auditoria operacional tem como objetivo avaliar a eficiência e a eficácia dos recursos e processos utilizados pela organização.

A auditoria contemporânea se consolida, portanto, como uma atividade essencial não apenas para a verificação de informações financeiras, mas também para a melhoria dos controles internos, assessoramento da administração, prevenção de riscos e suporte à governança organizacional. Como afirma Flozino e Silvério (2014), a auditoria tornou-se indispensável diante do crescimento das atividades econômicas e das dificuldades dos gestores em controlar individualmente todos os setores da organização. Assim, além de certificar as demonstrações contábeis, a auditoria moderna atua de forma preventiva, contribuindo para uma gestão mais eficiente, segura e alinhada aos princípios da ética, transparência e legalidade.

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, sendo uma das instituições mais antigas do país, fundada em 1694. Sua principal função é a fabricação de cédulas e moedas metálicas em circulação no Brasil, além da produção de passaportes, selos fiscais e outros documentos de segurança. Com importância estratégica para a economia nacional, a CMB também atua no fornecimento de produtos para outros países, destacando-se pela aplicação de tecnologias avançadas em seus processos. Apesar de sua relevância institucional, a empresa tem enfrentado desafios relacionados à transparência e à eficiência, o que reforça a importância da auditoria na avaliação de suas práticas contábeis e de governança. (CMB, 2025)

Portanto, o objetivo do estudo foi descrever os relatórios de auditoria interna da Casa da Moeda do Brasil (CMB), entre os anos de 2020 e 2024, com o intuito de compreender a transparência e a qualidade das informações contábeis divulgadas pela empresa, bem como as mudanças identificadas entre os relatórios.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No estudo entende-se que a auditoria, no cenário contemporâneo, ultrapassa o papel tradicional de mera conferência de registros contábeis, assumindo um caráter estratégico dentro das organizações. Com o aumento da complexidade dos negócios e a necessidade de maior transparência e confiabilidade nas informações financeiras, a auditoria passou a ser vista como uma ferramenta essencial para o fortalecimento dos controles internos, apoio à governança corporativa e mitigação de riscos operacionais e financeiros. Conforme apontam diversos estudos

sobre governança corporativa, a auditoria é um serviço fundamental para a boa gestão organizacional, permitindo a identificação e correção de falhas que impactam diretamente no crescimento institucional (Santiago, 2023).

Existem vários tipos de auditorias, das quais são aplicadas para diferentes finalidades, sendo elas fiscais, financeiras, processos, dentre outras. De acordo com Ribeiro e Coelho (2023), a **auditoria das demonstrações contábeis** visa avaliar a veracidade das informações financeiras. Enquanto a auditoria **de gestão** analisa a eficiência da gestão e a conformidade com planos e metas. A chamada **auditoria de sistemas** avalia a qualidade do sistema de processamento de dados e dos controles de TI. Já a **auditoria fiscal e tributária** examina a eficácia dos procedimentos de controle, apuração e recolhimento de tributos.

Dentro dessa gama de tipos de auditoria para áreas específicas, elas podem ser utilizadas tanto em auditoria interna quanto na auditoria externa e com a crescente preocupação das empresas com a transparência e a boa governança, a auditoria interna e externa assumem funções estratégicas. A auditoria interna, como destacam Moreira e Baran (2018), se tornou uma ferramenta de monitoramento e aconselhamento da gestão, responsável por avaliar e melhorar continuamente a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança. Já a auditoria externa, por sua vez, tem como função principal emitir uma opinião independente sobre a veracidade das demonstrações financeiras, assegurando maior confiabilidade das informações a investidores, credores e demais partes interessadas.

Em relação a Auditoria Interna a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna – estabelece o conceito de auditoria interna, é uma atividade de exame, análises e avaliações que visa a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, sistemas de informações, controles internos e gerenciamento de riscos, com vistas a assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. Diante do exposto acima, a auditoria interna tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos.

A obrigatoriedade da auditoria interna é abordada na norma NBC TI 01 (2003), que em sua essência estabelece que a Auditoria Interna deve ser realizada nas pessoas jurídicas de direito público e privado. A norma enfatiza que esta atividade visa assessoramento à administração da entidade, garantindo o cumprimento de normas, controles e eficiência nas operações.

O planejamento da auditoria constitui uma etapa essencial para a condução adequada dos trabalhos, pois orienta a definição do escopo, dos prazos e dos procedimentos necessários ao alcance dos objetivos propostos, conforme estabelece a NBC TI 01. No caso da empresa selecionada para análise neste estudo, estão presentes tanto a Auditoria Interna quanto a Auditoria Independente; contudo, o foco da presente pesquisa recairá sobre a Auditoria Interna.

A NBC TI 01 trata especificamente do planejamento da Auditoria Interna, destacando-o como um componente essencial do processo. De acordo com essa norma, a análise dos riscos deve ser realizada durante a fase de planejamento, considerando a possibilidade de os objetivos da auditoria não serem plenamente atingidos. Nessa análise, devem-se levar em conta fatores como limitações no alcance dos procedimentos e a complexidade das transações examinadas.

Dentre os objetivos do planejamento, segundo a NBC TA 300, destacam-se a identificação de áreas relevantes, a avaliação dos riscos de distorção relevante e a definição dos procedimentos de auditoria. A norma enfatiza também a importância do conhecimento do ambiente da entidade, da experiência da equipe, da materialidade e dos resultados de auditorias anteriores (CFC, 2016).

A estrutura da auditoria interna está regulamentada pela NBC TI 01 (2003), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essa norma estabelece que a auditoria interna deve ser conduzida de forma sistemática, objetiva e independente, com o propósito de avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos da entidade. O planejamento das atividades deve contemplar os riscos inerentes às operações, assegurando que os trabalhos estejam alinhados aos objetivos organizacionais.

Ainda segundo a NBC TI 01, a execução da auditoria interna exige a aplicação de procedimentos técnicos, que envolvem tanto testes de observância — voltados à verificação da conformidade com os controles estabelecidos — quanto testes substantivos, destinados à validação das informações geradas. A documentação adequada e a comunicação oportuna dos achados são elementos essenciais para que a auditoria interna contribua efetivamente com a transparência e o aprimoramento contínuo da gestão.

Além disso, os programas de trabalho devem ser estruturados de maneira adequada, funcionando como guia e instrumento de controle durante a execução da auditoria. Tais programas devem ser periodicamente revisados e atualizados conforme as exigências das

circunstâncias, o que reforça a importância de um planejamento criterioso para garantir a efetividade da Auditoria Interna (NBC TI 01, 2003).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e análise documental, conforme orientações metodológicas de Lakatos (2021). A revisão envolveu livros, artigos acadêmicos e publicações especializadas que tratam da auditoria interna, governança e controle no setor público. A análise documental concentrou-se em relatórios oficiais da auditoria interna da CMB, obtidos diretamente no portal institucional, contemplando informações sobre estrutura organizacional, processos, indicadores de desempenho e acompanhamento das recomendações.

Para garantir a confiabilidade dos dados, foram considerados documentos oficiais (2020/2024), assegurando um panorama recente da atuação da auditoria interna. A interpretação dos dados buscou identificar as principais mudanças na estrutura, volume de atividades e efetividade na implementação das recomendações apontadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

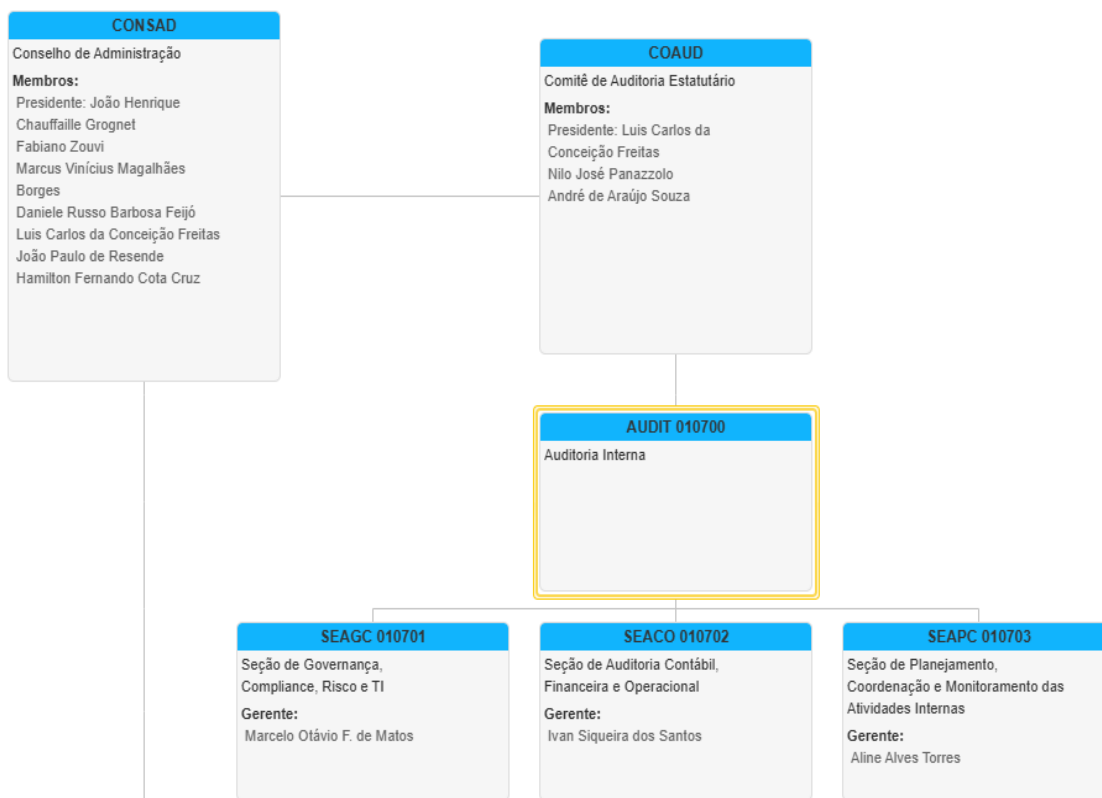
Fundada em 8 de março de 1694, inicialmente para resolver a escassez de moedas no Brasil Colonial, a Casa da Moeda Brasileira (CMB) atualmente conta com estrutura industrial composta por três unidades especializadas, o Departamento de Cédulas (DECED) é incumbido da impressão das cédulas utilizadas no meio circulante do país e também para outros países, como por exemplo os pesos argentinos; o Departamento de Moedas e Medalhas (DEMOM) dedica-se à cunhagem de moedas destinadas à circulação corrente, bem como à produção de medalhas e moedas comemorativas, e por fim, o Departamento de Produtos Gráficos e Cartões (DEGER) é responsável pela confecção de diversos itens gráficos institucionais, incluindo passaportes, selos fiscais e postais, diplomas, carteiras, entre outros documentos oficiais (CMB, 2025).

A estrutura organizacional da Casa da Moeda do Brasil, é composta por diversas áreas estratégicas que visam garantir o cumprimento de suas funções institucionais com eficiência, controle e transparência. Entre essas áreas, destaca-se a Auditoria Interna, cuja posição no organograma reflete sua independência funcional e sua relevância no processo de governança corporativa (CMB, 2025)

A seguir, apresenta-se o organograma institucional da CMB, com destaque para a localização da Auditoria Interna na estrutura organizacional. Essa representação permite visualizar como a área se relaciona com os demais setores da entidade e reforça sua atuação autônoma no apoio à gestão e na avaliação dos controles internos. Conforme Figura 1, a estrutura superior da CMB é composta por conselhos e órgãos de governança responsáveis por definir diretrizes estratégicas e supervisionar a gestão da entidade. Esses órgãos exercem papel fundamental na condução institucional e na garantia de conformidade com os princípios da administração pública.

A Auditoria Interna, vinculada de forma a assegurar sua independência funcional em relação às demais áreas executivas. Essa disposição hierárquica reforça seu caráter técnico e autônomo, permitindo que atue com isenção na avaliação dos controles internos, na mitigação de riscos e no apoio à integridade dos processos organizacionais.

Imagem 1: Organograma da localização da Auditoria



Fonte: Casa da Moeda (2025)

Nesse contexto de autonomia e alinhamento estratégico, destaca-se a trajetória da Unidade de Auditoria Interna (AUDIT) da CMB, que, entre os anos de 2020 e 2024, apresentou

uma estrutura organizacional estável em termos de divisão funcional, ao mesmo tempo em que registrou variações relevantes na composição de sua equipe e no detalhamento de aspectos técnicos e administrativos. A análise da estrutura nesse período permite observar a consolidação de práticas alinhadas à governança, à gestão de riscos e à conformidade (*compliance*), além de um aperfeiçoamento contínuo na gestão das atividades de auditoria.

Em todos os anos analisados, a AUDIT esteve organizada em três seções principais: (i) Seção de Governança, *Compliance*, Risco e Tecnologia da Informação (TI), (ii) Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional, e (iii) Seção de Planejamento, Coordenação e Monitoramento das Atividades da Auditoria Interna. A partir de 2023, observa-se a inclusão explícita da expressão “Tecnologia da Informação” no nome da primeira seção, sugerindo uma ênfase crescente na auditoria de sistemas e processos digitais.

A tabela 1, apresenta uma análise comparativa da evolução da estrutura e da equipe da Auditoria Interna da CMB ao longo dos anos de 2020 a 2024. A cada ano, diferentes aspectos da organização foram aprimorados, incluindo a definição de hierarquia, a composição da equipe e o foco na integração das seções de auditoria, com ênfase na governança, *compliance* e gestão de riscos. A tabela 1, destaca não apenas as alterações estruturais, mas também o aprofundamento da transparência e da eficiência nas atividades da auditoria interna, refletindo a busca contínua por melhores práticas de controle e conformidade no setor público.

Tabela 1: Mudanças na Estrutura da Auditoria Interna da CMB: 2020-2024

Ano	Descrição	Composição da Equipe	Estrutura Organizacional e Observações
2020	A AUDIT estava subordinada ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), à Diretoria de Compliance (DICOP) e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno.	Não especificada	Hierarquia clara com foco em controle e transparência no setor público.
2021	Primeira referência à composição quantitativa da equipe, composta por 13 empregados, divididos entre um chefe de auditoria, três gerentes operacionais, oito auditores e um técnico administrativo.	13 empregados: 1 chefe de Divisão auditoria, 3 gerentes, 8 responsabilidades, auditores, 1 técnico especialização das áreas de administrativo.	clara de com atuação na auditoria interna.
2022	Manutenção da estrutura organizacional, com ênfase na eficiência das atividades e na abordagem integrada da gestão de riscos e <i>compliance</i> .	Não detalhado	Foco na integração e racionalização dos processos de auditoria, mantendo a estrutura de 2021.

Ano	Descrição	Composição da Equipe	Estrutura Organizacional e Observações
2023	Alteração na nomenclatura da seção de TI e maior integração entre as seções, com foco na avaliação dos processos de governança, controle de riscos, conformidade e auditoria de processos financeiros, operacionais e tecnológicos.	Não detalhado	Intensificação da integração entre as seções, visando maior cobertura na avaliação de processos.
2024	Detalhamento da equipe da AUDIT, composta por 11 empregados, liderados pelo chefe de auditoria Victor de Souza Leão.	11 empregados: Chefe de auditoria e outros membros, incluindo a formalização do organograma da auditoria interna.	Apresentação do organograma formal da auditoria interna, com ênfase na transparência e na maturidade institucional da área.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da CMB

Conclui-se que, entre 2020 e 2024, a Unidade de Auditoria Interna da CMB manteve uma estrutura organizacional coerente e funcional, conforme seus relatórios, ao mesmo tempo em que aprimorou seus processos por meio do fortalecimento da equipe, da formalização de seus vínculos e da adaptação às demandas tecnológicas e de governança contemporâneas.

ANÁLISE DA EFETIVIDADE NA SEÇÃO DE AUDITORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E OPERACIONAL (2020–2024)

A escolha pela análise da efetividade da Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional entre os exercícios de 2020 à 2024 se justifica pela importância estratégica que esse eixo representa dentro da estrutura da auditoria interna. Responsável por examinar a conformidade das informações contábeis, a eficiência dos processos financeiros e a operacionalização das atividades da organização, essa seção exerce um papel central na promoção da transparência, no fortalecimento dos controles internos e na prevenção de riscos. Avaliar seu desempenho ao longo desses dois anos permite compreender em que medida as práticas adotadas contribuíram para a melhoria da governança e da gestão na Casa da Moeda do Brasil.

Entre 2020 e 2022, observa-se um avanço na estruturação e regularidade das atividades de auditoria. A partir de 2021, consolidou-se o monitoramento de 124 recomendações, número

que se manteve em 2022, incluindo recomendações da auditoria interna, externa e da CGU. Em 2020, os dados são mais dispersos, sem total consolidado, refletindo uma etapa inicial de organização do processo, conforme dados do Quadro 1.

A emissão de novas recomendações se estabilizou em 82 nos anos de 2021 e 2022, o que demonstra consistência nas ações de auditoria. Em 2020, não há dados numéricos, mas há referência a recomendações relacionadas à pandemia e à governança. Quanto às recomendações concluídas, 88 foram atendidas em 2021 e o mesmo número em 2022, embora com pendências relativas a recomendações externas e da CGU.

Quadro 1 – Comparações anos 2020, 2021 e 2022

Indicador	2020	2021	2022
Total de Recomendações em Monitoramento	Não há número consolidado; há recomendações internas, externas e da CGU sendo monitoradas.	124 recomendações (95 internas, 21 externas, 8 CGU).	124 recomendações (95 internas, 21 externas, 8 CGU) com monitoramento contínuo.
Novas Recomendações Expedidas	Sem número específico; menção a recomendações relativas à COVID-19, governança e controle interno.	82 novas recomendações da auditoria interna; outras da externa e CGU também monitoradas.	82 novas recomendações expedidas; monitoramento de recomendações anteriores mantido.
Recomendações Concluídas/Realizadas	Dados específicos não detalhados; há registros de acompanhamento.	88 recomendações concluídas (62 de 2021 e remanescentes).	88 recomendações concluídas; 10 da auditoria externa e 4 da CGU pendentes ou suspensas.
Auditorias Especiais Realizadas	35 exames/auditorias especiais, incluindo avaliação de teletrabalho e sistema ERP.	Sem dados específicos, mas com continuidade de ações internas.	Planejamento de auditorias e acompanhamento em andamento, com foco em melhorias e controles internos.
Taxa de Execução dos Trabalhos	Sem percentual definido; diversos trabalhos foram realizados.	Cumprimento das ações planejadas com auditorias realizadas.	Alta taxa de execução com boa aderência ao planejamento anual.
Capacitação da Equipe	Adesão ao teletrabalho desde 2019 facilitou adaptação a novas metodologias.	Esforços contínuos em capacitação (gestão de riscos, controle interno, ferramentas digitais).	Mesma linha de 2021, com continuidade na capacitação técnica da equipe.

Gerenciamento de Recomendações	Implementação do sistema e-Aud para monitoramento e controle.	Uso contínuo de sistemas informatizados para acompanhamento de ações corretivas.	Fortalecimento do gerenciamento com apoio do Comitê de Auditoria e avaliação sistemática das ações implementadas.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos relatórios da CMB.

Em 2020, foram realizados 35 exames de auditoria, incluindo avaliações específicas como teletrabalho e sistemas. Nos anos seguintes, não há detalhamento quantitativo. A taxa de execução dos trabalhos programados é descrita como alta, embora sem percentuais específicos. A capacitação da equipe foi contínua, com foco em gestão de riscos e ferramentas digitais. Destaca-se ainda a evolução no gerenciamento de recomendações, com a adoção do sistema e-Aud em 2020 e o fortalecimento dos mecanismos de controle e monitoramento nos anos seguintes, incluindo a atuação do Comitê de Auditoria, conforme quadro 2

Quadro 2: Comparação anos 2023 e 2024

Aspectos	Exercício de 2023	Exercício de 2024
Total de Recomendações em Monitoramento	124 recomendações (95 internas, 21 externas, 8 CGU)	117 recomendações (108 internas, 9 externas)
Novas Recomendações Expedidas	10 novas recomendações	11 novas recomendações expedidas
Concluídas/Realizadas	30 exames de auditoria concluídos (27 PAINT, 0 especiais, 2 remanescentes)	22 exames de auditoria concluídos (26 PAINT, 0 especiais, 2 remanescentes)
Auditorias Especiais Realizadas	4 auditorias especiais	4 auditorias especiais
Taxa de Execução dos Trabalhos Programados	Praticamente 100% de auditorias especiais concluídas	Redução na execução, apenas 18 dos 26 programados foram concluídos
Ações de Capacitação da Equipe	Não mencionadas	4 gerentes/empregados no 44º CONBRAI 2024
Iniciativas de Gerenciamento de Recomendações	Acompanhamento regular das recomendações	Criação do "Painel de Acompanhamento de Recomendações"

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos relatórios da CMB.

Em 2023, a Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional monitorou um total de 124 recomendações, das quais 95 eram internas, 21 externas e 8 da CGU. Em 2024, esse

número caiu para 117 recomendações, com a maioria (108) de natureza interna e uma redução nas externas (9). Essa diminuição no número total de recomendações pode indicar um maior foco em questões internas e uma possível diminuição nas auditorias externas.

Em relação às novas recomendações expedidas, em 2023 foram feitas 10, enquanto em 2024 o número subiu ligeiramente para 11. A quantidade de exames de auditoria realizados, por sua vez, apresentou uma queda significativa, de 30 em 2023 para 22 em 2024. Essa redução pode ser um reflexo de uma reestruturação nos recursos ou uma mudança nas prioridades de auditoria. No entanto, o número de auditorias especiais realizadas manteve-se estável, com 4 auditorias especiais realizadas em ambos os anos. A taxa de execução dos trabalhos programados também sofreu uma diminuição considerável, passando de praticamente 100% de execução para apenas 18 dos 26 trabalhos programados concluídos em 2024. Isso sugere um possível impacto nos recursos disponíveis ou uma mudança na estratégia de execução das auditorias programadas.

Enquanto em 2023 não foram mencionadas ações de capacitação da equipe, em 2024, 4 gerentes/empregados participaram do 44º CONBRAI, um evento importante de atualização na área de auditoria interna. Essa participação é indicativa de um esforço contínuo para o aprimoramento da equipe de auditoria, alinhando-os com as melhores práticas do setor. Em relação ao gerenciamento de recomendações, em 2023, a auditoria realizou um acompanhamento regular das recomendações. Em 2024, foi implementado um novo sistema, o "Painel de Acompanhamento de Recomendações", visando uma supervisão mais eficiente e um acompanhamento mais rigoroso da implementação das recomendações.

Segundo os relatórios de auditoria da CMB, a análise da Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional entre os exercícios de 2023 e 2024 revela um ano de transição, com avanços em alguns aspectos e desafios em outros. Apesar de uma redução no número total de recomendações monitoradas e na quantidade de exames de auditoria realizados, o foco em questões internas e a introdução de novas ferramentas, como o "Painel de Acompanhamento de Recomendações", indicam um esforço contínuo para melhorar a supervisão e o gerenciamento das atividades de auditoria. A redução na taxa de execução dos trabalhos programados e o aumento no número de novas recomendações expedidas sugerem ajustes nas prioridades e uma readequação dos recursos. Além disso, a participação de membros da equipe em eventos de capacitação como o 44º CONBRAI reflete uma preocupação com o aprimoramento contínuo e a atualização das melhores práticas na área de auditoria interna. A Seção de Auditoria tem

demonstrado resiliência ao adaptar suas estratégias e processos, alinhando-se às novas demandas e desafios organizacionais, o que contribui para o fortalecimento da governança e da transparência na Casa da Moeda do Brasil.

Dessa forma, a análise dos relatórios de auditoria da CMB, no período de 2020 a 2024, evidencia uma trajetória marcada por avanços na sistematização das atividades da Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional, especialmente a partir da consolidação de processos de monitoramento e do uso de ferramentas tecnológicas de acompanhamento. Embora desafios ainda persistam como a oscilação na taxa de execução dos trabalhos e a redução no número de auditorias concluídas, os dados indicam um esforço contínuo de adaptação e aprimoramento, refletido na criação de mecanismos como o Painel de Acompanhamento de Recomendações e na retomada das ações de capacitação da equipe. Esses elementos reforçam o papel estratégico da auditoria interna como instrumento de fortalecimento da governança e da transparência institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso da Casa da Moeda do Brasil, a análise dos relatórios da Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Operacional entre os anos de 2020 e 2024 evidenciou uma evolução significativa na estruturação dos processos de auditoria, especialmente a partir da implementação de sistemas de monitoramento e da adoção de práticas voltadas à profissionalização e à governança. Ressalta-se que a instituição conta com auditorias interna e externa, sendo que, para fins deste estudo, optou-se por concentrar a análise na auditoria interna, por seu papel mais direto no acompanhamento contínuo das práticas da organização.

Observa-se, ainda, que ao longo dos cinco anos analisados, cada exercício auditado apresentou um foco distinto, refletindo mudanças nas prioridades e nos riscos percebidos. Essa mudança variável pode ser interpretada, sob uma perspectiva teórica, como um indicativo positivo de maturidade da função de auditoria, uma vez que sugere que as dificuldades identificadas em anos anteriores foram devidamente tratadas, permitindo que novos pontos críticos fossem priorizados.

Os dados demonstram que, apesar das oscilações no número de exames realizados e da variação na taxa de execução dos trabalhos programados, houve avanços importantes no acompanhamento das recomendações, na consolidação de ferramentas tecnológicas e na

qualificação da equipe técnica. Tais iniciativas contribuem diretamente para o fortalecimento dos controles internos e para a geração de informações confiáveis, fundamentais à tomada de decisão por parte dos *stakeholders*.

Nesse sentido, o papel da auditoria interna na Casa da Moeda do Brasil transcende a mera verificação de conformidade, assumindo uma dimensão estratégica no aprimoramento da gestão pública e na consolidação da credibilidade institucional. O contínuo processo de adaptação às novas exigências do ambiente organizacional aponta para a importância de manter investimentos na capacitação técnica, no desenvolvimento de sistemas de apoio à auditoria e no compromisso com os princípios da ética, da eficiência e da responsabilidade. Assim, a auditoria reafirma sua função como elemento central da governança corporativa e da sustentabilidade das instituições públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597017229>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Disponível em: <https://search.app/8tKAAKfrFJpHGhu56>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL **Organograma institucional**. 2025. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/organograma/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL **Relatório anual das atividades de auditoria interna: exercício de 2021**. Rio de Janeiro: CMB, 2022. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/arquivos/pcmb/aceso-a-informacao/auditorias/raint/RAINT-2021.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL **Relatório anual das atividades de auditoria interna: exercício de 2022**. Rio de Janeiro: CMB, 2023. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/arquivos/pcmb/aceso-a-informacao/auditorias/raint/RAINT-2022.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL **Relatório anual das atividades de auditoria interna: exercício de 2023**. Rio de Janeiro: CMB, 2024. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/arquivos/pcmb/aceso-a-informacao/auditorias/raint/RAINT-2023.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Relatório anual das atividades de auditoria interna: exercício de 2024**. Rio de Janeiro: CMB, 2025. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/arquivos/pcmb/acesso-a-informacao/auditorias/raint/RAINT-2024.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Relatório anual das atividades de auditoria interna: exercício de 2020**. Rio de Janeiro: CMB, 2021. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/arquivos/pcmb/acesso-a-informacao/auditorias/raint/RAINT-2020.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Relatório anual de auditoria interna (RAINT)**. 2025. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/portal/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-anual-de-auditoria-interna-raint.html>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Sobre a empresa**. 2025. Disponível em: <https://www.casamoeada.gov.br/portal/a-empresa/sobre-a-cmb.html>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de Auditoria**. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 250 – Consideração de leis e regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2019. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA250.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 300 – Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TI 01 – Da Auditoria Interna**. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/4_Publicacao_Auditoria_Interna.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Sá. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775002>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

JUND, Silvia. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 6 jun. 2025.

LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026610>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MOREIRA, Ana; BARAN, Karina. A importância da auditoria interna para as organizações. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 5, n. 2, 2018.

RIBEIRO, Olívio Martins; COELHO, José Milton Rodrigues. *Auditoria*. 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. (Série em foco). Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788571442481>. Acesso em: 6 jun. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO CAMPO: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA A AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA FAMILIAR

Érica da Costa Sardinha¹ – Unespar
Jhonathan Solochinski Durso² – Unespar
Carolline Pereira da Costa³ – Unespar
Isabela Taysa Leal Viana⁴ – Unespar
Larissa Roberta Pontes de Moraes⁵ – Unespar
Luisa Millan Rupp⁶ – UEM
Jorge Leandro Delconte Ferreira⁷ – Unespar

Grupo de Trabalho: 03 Contabilidade Gerencial

RESUMO

Este artigo analisa o papel das tecnologias sociais como ferramentas de inclusão social e fortalecimento da agroecologia no contexto da agricultura familiar. A partir de uma revisão bibliográfica de autores como Seixas et al, Guimarães e de Jesus (2023, Leal (2015), Lourenço et al. e Carvalho e Lago (2019) foram identificadas tecnologias simples, acessíveis e de baixo custo que contribuem para a autonomia produtiva e a sustentabilidade no meio rural. Entre as práticas analisadas, destacam-se as tecnologias hídricas aplicadas no Semiárido, como as cisternas de placas, barragens subterrâneas e bombas d'água populares. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como essas tecnologias se consolidam diante dos desafios enfrentados pelas comunidades rurais, incluindo a escassez de água, a baixa produtividade e as limitações de infraestrutura. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa bibliográfica detalhada, com a seleção de sete artigos publicados entre 2004 e, utilizando bases de dados como Google Acadêmico e CAPES, o que permitiu aprofundar a análise sobre os conceitos e aplicações dessas tecnologias e seus impactos. Os resultados evidenciam que essas tecnologias, quando desenvolvidas de forma participativa e adaptadas aos contextos locais, promovem inclusão social, segurança hídrica e alimentar, e maior resiliência ambiental. A análise aponta que essas soluções não se limitam a aspectos técnicos, mas também impulsionam a geração de renda, a valorização dos saberes tradicionais e o fortalecimento dos laços comunitários. Apesar do grande potencial, a consolidação dessas práticas enfrenta desafios como o reconhecimento institucional, a burocracia na execução de projetos e a escassez de recursos. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas e da extensão popular é muito importante para ampliar o alcance e a eficácia dessas iniciativas na agroecologia e no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, consolidando um modelo de desenvolvimento rural mais justo e participativo.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais. Agroecologia. Agricultura Familiar. Semiárido. Inclusão Social.

¹ - Acadêmica – e-mail: erica.sardinha.22@estudante.unespar.edu.br

² - Especialista – e-mail: jhonathan.durso.22@estudante.unespar.edu.br

³ - Acadêmica – e-mail: carolline.costa.22@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Acadêmica – e-mail: isabela.viana.22@estudante.unespar.edu.br

⁵ - Acadêmica – e-mail: larimorais26@gmail.com

⁶ - Mestra – e-mail: pg54749@uem.br

⁷ - Doutor – e-mail: jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de las tecnologías sociales como herramientas para la inclusión social y el fortalecimiento de la agroecología en el contexto de la agricultura familiar. A partir de una revisión bibliográfica de autores como Seixas et al, Guimarães y de Jesus (2023, Leal (2015), Lourenço et al. y Carvalho y Lago (2019), se identificaron tecnologías simples, accesibles y de bajo costo que contribuyen a la autonomía productiva y la sostenibilidad en las zonas rurales. Entre las prácticas analizadas, se destacan las tecnologías hídricas aplicadas en la región Semiárida, como las cisternas de placa, las presas subterráneas y las bombas de agua populares. La relevancia de este estudio radica en la necesidad de comprender cómo se consolidan estas tecnologías ante los desafíos que enfrentan las comunidades rurales, incluida la escasez de agua, la baja productividad y las limitaciones de infraestructura. La metodología adoptada consistió en una investigación bibliográfica detallada, con la selección de siete artículos publicados entre 2004 y 2014, utilizando bases de datos como Google Académico y CAPES, lo que permitió un análisis más profundo de los conceptos y aplicaciones de estas tecnologías y sus impactos. Los resultados muestran que estas tecnologías, cuando se desarrollan de manera participativa y se adaptan a los contextos locales, promueven la inclusión social, el agua y seguridad alimentaria, y mayor resiliencia ambiental. El análisis indica que estas soluciones no se limitan a aspectos técnicos, sino que también impulsan la generación de ingresos, la valorización de los conocimientos tradicionales y el fortalecimiento de los vínculos comunitarios. A pesar de su gran potencial, la consolidación de estas prácticas enfrenta desafíos como el reconocimiento institucional, la burocracia en la ejecución de proyectos y la escasez de recursos. Se concluye que el fortalecimiento de las políticas públicas y la extensión popular es fundamental para ampliar el alcance y la eficacia de estas iniciativas en agroecología y el desarrollo sostenible de las comunidades rurales, consolidando un modelo de desarrollo rural más justo y participativo.

Palabras clave: Tecnologías Sociales. Agroecología. Agricultura Familiar. Región Semiárida. Inclusión Social.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As tecnologias sociais são vistas como instrumentos estratégicos para a promoção do desenvolvimento local, valorizando os saberes tradicionais e fortalecendo a participação comunitária associadas à agroecologia. O modelo de agricultura da agroecologia integra práticas agrícolas sustentáveis, respeito ao meio ambiente e equidade social. As tecnologias sociais têm contribuído significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de sistemas produtivos mais autônomos e potentes.

Para Seixas et al. (2015), as tecnologias sociais são fundamentais para promover a inclusão social, gerar trabalho e renda, e fomentar o desenvolvimento local sustentável. Os

autores enfatizam que essas tecnologias possuem uma conexão indissociável com a sociedade, uma vez que são concebidas para sua melhoria e evolução.

As tecnologias sociais se diferenciam das tecnologias convencionais por serem desenvolvidas juntamente com as comunidades, focando na inclusão social, na acessibilidade e na resolução de problemas da vida cotidiana dos indivíduos. Na agroecologia, as tecnologias sociais ganham sentido ampliado, pois favorecem a promoção da qualidade alimentar, o uso racional dos recursos naturais e a valorização da cultura e dos saberes adquiridos dos agricultores que a praticam.

De acordo com Seixas et al. (2015), um dos objetivos principais das Tecnologias Sociais é a sua capacidade de ser reaplicada e adaptada nas condições das comunidades, contando com a colaboração dos indivíduos que fazem parte delas.

Seixas et al. (2015) argumentam que, para serem consideradas sociais, as tecnologias devem apresentar características como inovação, atenção às necessidades sociais com espaço para feedback, sustentabilidade e viabilidade econômica. Esses aspectos reforçam a forte ligação entre as tecnologias sociais e o bem-estar social, além de evidenciar a participação da comunidade em sua criação e implementação, o que também é um traço marcante da agroecologia, que se baseia na justiça social e na valorização dos conhecimentos tradicionais.

Esse artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, o papel das tecnologias sociais no fortalecimento da agricultura familiar. A discussão se justifica pela crescente adoção de práticas agroecológicas aliadas às tecnologias sociais em diversas regiões do Brasil, o que demonstra seu grande potencial, mas também evidencia desafios como o reconhecimento institucional e a sustentabilidade financeira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Existe uma significativa interconexão entre as tecnologias sociais, a agroecologia e a agricultura familiar, visto que elas se unem para enfrentar de maneira integrada os desafios sociais, ambientais e produtivos. Serafim et al. (2013) definem a agroecologia como uma área de conhecimento e atuação dedicada a construir sistemas agrícolas sustentáveis, impulsionando tanto a biodiversidade ecológica quanto a sociocultural. Nesse contexto, a tecnologia social atua



como um instrumento estratégico, empregando iniciativas coletivas e participativas para reduzir desigualdades e fortalecer a segurança alimentar e nutricional. A agricultura familiar, por sua vez, é vista como o setor ideal para concretizar esses ideais, dada sua capacidade de resistir à monocultura, preservar práticas culturais e conectar-se à produção de alimentos saudáveis para populações vulneráveis. Exemplos como a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) ilustram como a combinação de tecnologias sociais e agroecologia pode impulsionar a autonomia produtiva, otimizar o uso de recursos e expandir a inclusão socioeconômica no meio rural.

A formação de redes sociotécnicas constitui um aspecto crucial na relação entre tecnologias sociais e agroecologia, funcionando como espaços colaborativos para a geração de conhecimento e inovação. Conforme observam Abreu et al. (2018), a agroecologia no Brasil transcende a mera prática agrícola, configurando-se como um projeto social que engloba princípios ecológicos, justiça social e participação cidadã. Essas redes, compostas por agricultores familiares, técnicos, pesquisadores, estudantes e consumidores, operam sob uma dinâmica horizontal e dialógica, facilitando a conexão entre saberes locais e científicos para alcançar metas compartilhadas. Nesse ambiente, a inovação emerge de forma coletiva, não sendo imposta externamente, mas sim desenvolvida a partir das necessidades reais das comunidades e da valorização dos recursos naturais e culturais. Os autores enfatizam que tal modelo organizacional expande a legitimidade social e política da agroecologia, além de favorecer a formulação de políticas públicas direcionadas à transição agroecológica. Portanto, o fortalecimento dessas redes é uma estratégia essencial para promover um desenvolvimento rural que seja tanto sustentável quanto inclusivo.

Embora as tecnologias sociais apresentem um potencial considerável para o fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar, sua implementação depara-se com diversos desafios estruturais e institucionais. Abreu et al. (2018) apontam que a fragilidade e a interrupção das políticas públicas destinadas a impulsionar as redes sociotécnicas representam uma barreira significativa para a disseminação de práticas agroecológicas sustentáveis. Soma-se a isso, conforme os autores, a burocracia na execução de projetos, a limitação de recursos financeiros, os prazos apertados e a dificuldade em assegurar a participação ativa dos agricultores, fatores que comprometem a efetividade das iniciativas. Além disso, a baixa visibilidade das inovações desenvolvidas em nível local é um obstáculo para sua replicação e

reconhecimento institucional. Esses impedimentos sugerem que, para que as tecnologias sociais atinjam seu pleno potencial, são necessárias condições políticas, econômicas e metodológicas específicas, o que sublinha a importância de novas investigações e ações para aprofundar o conhecimento sobre sua eficácia e capacidade de escala em diferentes contextos territoriais.

Diante desse cenário de desafios e da comprovada eficácia das tecnologias sociais, torna-se essencial aprofundar a análise sobre sua importância e o fortalecimento da agricultura familiar, buscando compreender as estratégias para superar os obstáculos e ampliar seu alcance, o que justifica o presente estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar a importância das tecnologias sociais na sociedade e no fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, foram consultados artigos científicos que abordam os temas de tecnologias sociais, agroecologia e agricultura familiar. A seleção dos artigos buscou identificar os principais conceitos, aplicações e impactos dessas tecnologias, servindo como base para a discussão e as conclusões apresentadas neste trabalho.

Quanto à natureza, esta pesquisa se classifica como básica, pois seu foco está na geração de conhecimentos novos e aprofundados sobre a relação entre tecnologias sociais e agroecologia no contexto da agricultura familiar, sem uma aplicação prática imediata ou específica, mas contribuindo para um entendimento mais amplo do fenômeno. Em relação à abordagem do problema, o estudo possui caráter qualitativo. Isso se justifica pela análise e interpretação de conteúdos de artigos científicos, buscando compreender significados, contextos e percepções sobre a importância das tecnologias sociais.

Os procedimentos técnicos para coleta de dados foram realizados exclusivamente por meio de pesquisa bibliográfica. Esse método envolveu a consulta e análise de artigos científicos sobre o tema da pesquisa, buscando estabelecer um embasamento teórico sólido para sustentar as discussões apresentadas no trabalho. Para a busca dos artigos foram utilizadas bases de dados como Google Acadêmico e CAPES, por meio dos termos: “agroecologia”, “tecnologias sociais”, “agricultura familiar”, “tecnologias sociais na agroecologia”, “tecnologias sociais e agricultura familiar”, “tecnologias sociais no campo” e “tecnologias sociais no Brasil”. Foram selecionados

7 artigos, escritos no período de 2004 à 2023, cujo os conteúdos estava de acordo com a linha de pesquisa desejada.

DESENVOLVIMENTO

Aplicação das Tecnologias Sociais

As tecnologias Sociais são ferramentas que podem ser utilizadas para melhorar as condições de trabalho e de produção dos pequenos agricultores que praticam a agricultura familiar. O Brasil é marcado por uma enorme diversidade de biomas e clima, o que exige que as tecnologias sociais sejam adaptadas para atender às diferentes necessidades das comunidades de cada região.

No semiárido, a pesquisa de Leal (2015) investiga a eficácia de tecnologias sociais hídricas para a captação e armazenamento de água da chuva. O estudo da autora, focado nos municípios de Alagoinha e Pesqueira, ressalta a importância dessas tecnologias para que as comunidades possam se adaptar aos desafios impostos pelos longos períodos de estiagem e problemas de solo, contribuindo para o bem-estar social da população nessas condições climáticas específicas.

As tecnologias sociais voltadas para a captação de água da chuva, quando aplicadas em municípios específicos, são consideradas por Leal (2015) como promotoras da adaptação humana ao ambiente local. Essas inovações garantem o suprimento de água potável e de qualidade para consumo humano e animal, contribuem para a manutenção do saneamento básico e impulsionam a agricultura familiar. Tais benefícios permitem que as populações permaneçam em suas comunidades com dignidade, protegendo-as de situações de vulnerabilidade exploratórias durante os períodos de estiagem.

No contexto do semiárido, Leal (2015) classifica o uso da água em duas categorias principais: a 'primeira água', destinada ao consumo humano, higiene e preparo de alimentos, e a 'segunda água', empregada na agricultura para o plantio. Na sequência, serão apresentados exemplos de tecnologias sociais hídricas mencionadas pela autora.

Entre as tecnologias hídras citadas por Leal (2015), as cisternas de 16 mil litros destacam-se como uma solução. Elas são instaladas nas proximidades das moradias e têm a finalidade de armazenar água da chuva, que é utilizada para consumo e preparo de alimentos. A construção dessas cisternas emprega materiais como placas de cimento, telas e anéis de concreto, e sua captação de água se dá por canos de PVC, com uma parte enterrada para garantir a estabilidade da estrutura.

Leal (2015) também menciona as barragens subterrâneas como uma tecnologia de armazenamento de água que se localiza no subsolo. Essas estruturas consistem em valas que são escavadas em regiões de córregos, aproveitando o enchimento natural durante os períodos chuvosos para reter a água.

Leal (2015) descreve a Bomba d'Água Popular (BAP) como uma tecnologia que permite extrair água subterrânea utilizando uma bomba volante. Essa ferramenta é capaz de operar em poços desativados com profundidade de até 80 metros, alcançando uma vazão de até mil litros de água por hora. Sua funcionalidade visa atender até dez famílias, fornecendo água para dessedentação animal, cultivo de alimentos e uso doméstico.

Com base na análise de Leal (2015), as tecnologias sociais possuem grande relevância para as comunidades do semiárido, pois facilitam a adaptação ao clima e impulsionam a agricultura familiar local. A utilização dessas tecnologias hídras para o armazenamento de água, inclusive para o plantio de alimentos, confere-lhes um papel fundamental no desenvolvimento econômico das regiões onde são implementadas.

Leal (2015) aponta que a utilização de cisternas de placa contribui significativamente para o fortalecimento econômico local por meio de diversos fatores. Entre eles, destacam-se a comercialização do excedente de alimentos cultivados com a água armazenada, a aquisição preferencial de materiais para a construção das cisternas nas próprias comunidades próximas às instalações, e a oportunidade de os próprios agricultores serem remunerados pela mão de obra na construção dessas estruturas. Esses elementos, entre outros, fomentam o desenvolvimento endógeno e valorizam a mão de obra local.

Essa afirmação da autora pode se assemelhar à visão dos autores Seixas et al (2015) sobre como as tecnologias sociais são uma grande ferramenta de desenvolvimento da sociedade, visto que as tecnologias além de proporcionar as melhorias na qualidade de vida relacionadas

especificamente com a atividade para a qual foram desenvolvidas, exercem também papel econômico, podendo até mesmo gerar renda para a comunidade onde estão inseridas.

Seixas et al. (2015) argumentam que a defesa da Tecnologia Social como um motor de desenvolvimento é crucial devido a questões como o aumento da exclusão social, a precarização do trabalho e a violação dos direitos humanos. Os autores enfatizam que as Tecnologias Sociais evidenciam a transformação social, a participação direta da população e o senso de inclusão social. Além disso, promovem a melhoria das condições de vida, o atendimento a necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, e a inovação. Também se destacam pela capacidade de atender a demandas específicas, pela organização e sistematização, pelo diálogo entre saberes acadêmicos e populares, e pela acessibilidade e apropriação das tecnologias. A difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, e a busca por soluções coletivas são igualmente importantes, sendo todos esses aspectos pautados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos.

Tecnologias Sociais, Agricultura Familiar e Agroecologia

As tecnologias sociais representam soluções criadas de forma coletiva, acessíveis, de baixo custo e voltadas para a inclusão social. De acordo com o Instituto de Tecnologia Social, ITS Brasil (2004), tecnologias sociais são definidas como um conjunto de técnicas e metodologias que são transformadas, desenvolvidas ou aplicadas em conjunto com a população, sendo por ela apropriadas. Essas tecnologias, por sua vez, oferecem soluções para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida das pessoas. Esse conceito é retomado por Carvalho e Lago (2019), ao destacarem que essas tecnologias se diferenciam por sua capacidade de reaplicação, simplicidade e adaptação aos contextos locais, promovendo transformações sociais sustentáveis.

Em seu artigo, os autores Carvalho e Lago (2019) fizeram uma revisão de literaturas sobre os temas de tecnologias sociais e inovações tecnológicas na agricultura familiar. Dentre os 23 estudos sobre tecnologias sociais analisados, apenas 12 identificaram claramente o tipo de tecnologia utilizada, sendo que metade dessas estava cadastrada no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Os pesquisadores destacam que pesquisas que aplicaram a tecnologia social como um processo ou método para aprimorar a eficiência técnica ou desenvolver empreendimento familiares indicaram um aumento na capacidade de produção,

melhoria na qualidade dos produtos e a criação de novas alternativas para a geração de renda. Além disso, Carvalho e Lago (2019) analisaram sete estudos sobre a aplicação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na agricultura familiar. Apesar da presença de celulares, internet e computadores em muitas residências rurais, os autores observaram que o uso dessas ferramentas ainda é restrito a atividades de lazer e informações gerais, não sendo adequadas para a gestão da unidade produtiva.

Essas tecnologias não apenas contribuem para a produção sustentável, como também reforçam a autonomia das famílias agricultoras, fortalecendo circuitos econômicos locais e solidários. A sua implementação está, frequentemente, ligada à atuação de universidades e projetos de extensão, que aproximam os conhecimentos acadêmicos dos saberes populares.

Apesar do expressivo potencial das tecnologias sociais, Carvalho e Lago (2019) alertam que sua consolidação como estratégia de desenvolvimento enfrenta desafios significativos, como o afastamento da comunidade científica e a burocracia que dificulta a disseminação dessas inovações.

Carvalho e Lago (2019) enfatizam a relevância de diversos atores, como universidades, cooperativas e prefeituras, na promoção e institucionalização das inovações. Eles ressaltam que a variedade de aplicações das tecnologias sociais evidencia a importância das universidades, que, por meio da extensão universitária, cumprem seu papel social.

Portanto, é fundamental ampliar as políticas públicas de apoio às tecnologias sociais, garantir recursos para sua implementação e incentivar a pesquisa e extensão voltadas à realidade da agricultura familiar e agroecológica. Essas tecnologias representam não apenas soluções técnicas, mas também ferramentas para justiça social, sustentabilidade e fortalecimento do território rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As tecnologias sociais se mostram essenciais como instrumentos de transformação social no meio rural, principalmente por estarem profundamente conectadas à realidade das comunidades, respeitando suas especificidades e saberes tradicionais. Foi possível avaliar diversos exemplos de como essas tecnologias, desenvolvidas com a participação ativa das populações locais, contribuem para a autonomia produtiva, melhoria das condições de vida e

fortalecimento da agricultura familiar. Essa abordagem reforça o caráter coletivo e inclusivo das tecnologias sociais, alinhando-se aos princípios da agroecologia e à busca por alternativas sustentáveis e justas.

Guimarães e de Jesus (2023) descrevem como as tecnologias sociais são de grande importância para os produtores de pequeno e médio porte, que enfrentam dificuldades para poder investir em tecnologias inovadoras às quais os produtores de grande porte têm fácil acesso. As tecnologias sociais possibilitam a inovação nas agriculturas dessas propriedades com menos capital, dentro de suas capacidades. Isso reforça o vínculo entre as tecnologias sociais e a agroecologia com a sociedade, e também como as tecnologias sociais contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, disponibilizando para o pequeno produtor um leque de possibilidades de inovação dentro do que sua condição permite.

A análise dos estudos de autores como Seixas et al. (2015), Guimarães e de Jesus (2023), Leal (2015), Lourenço et al (2023) e Carvalho e Lago (2019) permitiu compreender que as tecnologias sociais não apenas oferecem soluções técnicas acessíveis e de baixo custo, mas também estimulam a geração de renda, a segurança alimentar e a resiliência ambiental. Práticas como o uso de cisternas, barragens subterrâneas, banheiros ecológicos e bombas d'água populares mostram que é possível promover o desenvolvimento local com base em recursos simples, mas extremamente eficazes. Além disso, essas tecnologias fortalecem os laços comunitários e a valorização do conhecimento tradicional, ampliando assim o protagonismo dos pequenos agricultores.

Outro aspecto fundamental abordado é o papel das políticas públicas, das universidades e dos projetos de extensão na difusão e no fortalecimento das tecnologias sociais. A atuação desses agentes é indispensável para garantir a continuidade e expansão dessas iniciativas, muitas vezes dificultadas por falta de reconhecimento institucional, burocracias e escassez de recursos. A extensão popular e a integração entre saberes acadêmicos e populares foram destacadas como grandes estratégias para superar esses desafios e ampliar a aplicabilidade das tecnologias sociais em diferentes regiões.

Dessa forma, conclui-se que as tecnologias sociais não são apenas soluções técnicas pontuais, mas sim estratégias estruturantes que promovem justiça social, sustentabilidade e fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica. Ao atenderem às necessidades reais das

comunidades, essas tecnologias contribuem para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, participativo e adaptado à diversidade dos territórios rurais. Ampliar o alcance e o apoio institucional a essas práticas é, portanto, uma condição essencial para consolidar um futuro mais inclusivo e sustentável para o campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte este estudo permitiu compreender o papel o das tecnologias sociais como instrumentos de fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar. Através da análise de diferentes experiências, constatou-se que tais tecnologias não apenas oferecem soluções técnicas acessíveis e sustentáveis, mas também promovem a inclusão social, a autonomia produtiva e a valorização dos saberes tradicionais das comunidades rurais.

Os exemplos discutidos, como as cisternas de placas e tecnologias de saneamento ecológico, demonstram que o desenvolvimento tecnológico pode estar alinhado com princípios de justiça social, participação comunitária e preservação ambiental. Além disso, reforçam a importância da articulação entre políticas públicas, universidades, movimentos sociais e comunidades locais para a difusão e consolidação dessas práticas.

Apesar do avanço das tecnologias sociais em diferentes territórios, ainda existem desafios a serem enfrentados, como o reconhecimento institucional, a burocratização e a limitação de recursos. Assim, torna-se importante ampliar os investimentos em políticas de apoio, fomentar a extensão universitária e fortalecer redes colaborativas que favoreçam a replicação dessas soluções em escala mais ampla.

Dessa forma, conclui-se que as tecnologias sociais são ferramentas transformadoras, capazes de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural mais justo, sustentável e inclusivo, reafirmando seu papel essencial e contribuindo de forma prática para a construção de um futuro mais resiliente para os territórios agroecológicos e para as populações que deles dependem.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S. de; BELLON, S; TORRES, T. Z. Agroecologia em redes sócio-técnicas: inovação social para um novo modelo de agricultura familiar? In: CONGRESSO SOBER, 2018.
- CARVALHO, E. S; LAGO, S. M. S. A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura. RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar, v. 5, n. 2, p. 86–115, 2019.

GUIMARÃES, L. B. de A.; DE JESUS, I. L. S. As tecnologias sociais como instrumento de fortalecimento da produção sustentável e inclusiva na agricultura familiar. In: SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2023.

ITS (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL). Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. Rio de Janeiro: ITS, 2004.

LEAL, A. K. T. B. N. Uso de tecnologias sociais de captação de água da chuva para a convivência com o semiárido brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2015.

LOURENÇO, B. M.; SUGAHARA, C. R.; FERREIRA, D. H. L. Tecnologias sociais aplicadas aos recursos hídricos. In.: Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC), Itapetininga, v. 10, p. 1-31, 2023.

SEIXAS, A. S.; LIMA, T. L. M. de; LIMA, G. M. de; DANTAS, T. K. S. de; GUIMARÃES, P. B. V. As tecnologias sociais como instrumento para o desenvolvimento nacional. Revista GEINTEC, São Cristóvão/SE, v. 5, n. 4, p. 2678–2688, 2015.

SERAFIM, M. P.; JESUS, V. M. B. de; FARIA, J. Tecnologia Social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2013.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

RELATÓRIOS DE AUDITORIA CONTÁBIL: ESTUDO DE CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

Camila dos Santos Rocier¹ – Universidade Estadual do Paraná
Elias Marinato Abreu² – Universidade Estadual do Paraná
Matheus Ricardo de Almeida³ – Universidade Estadual do Paraná
Mônica Aparecida Bortolotti⁴ – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: 03 CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir os fundamentos da teoria da auditoria contábil e analisar sua aplicação prática por meio de um estudo de caso da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, normas contábeis e relatórios institucionais da COPEL. A auditoria contábil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), é uma ferramenta essencial para garantir a fidedignidade das informações financeiras, fortalecer os controles internos, promover a transparência e assegurar a conformidade com os princípios da governança corporativa. A análise concentrou-se em dois períodos distintos: os relatórios de auditoria interna da COPEL de 2017 a 2021 e os relatórios de auditoria independente de 2020 a 2024. No âmbito da auditoria interna, observou-se uma atuação estratégica voltada ao fortalecimento dos controles internos, à gestão de riscos, ao compliance, à segurança da informação e à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os Relatórios Anuais de Atividades (RAINT) evidenciaram a independência funcional da auditoria, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Quanto à auditoria independente, os relatórios seguiram rigorosamente a NBC TA 700, destacando os principais assuntos de auditoria e assegurando a confiabilidade das demonstrações financeiras da companhia, com pareceres técnicos consistentes e transparentes. Conclui-se que a integração entre auditoria interna e independente fortalece os mecanismos de controle, a governança corporativa e a confiança dos stakeholders. O caso da COPEL demonstra a importância estratégica da auditoria na sustentabilidade e integridade das organizações do setor público e privado.

Palavras-chave: Auditoria Contábil. Governança Corporativa. COPEL. Controles Internos. Demonstrações Financeiras.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir los fundamentos de la teoría de la auditoría contable y analizar su aplicación práctica mediante un estudio de caso de la Companhia Paranaense de Energia (COPEL). La investigación se llevó a cabo con un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y bibliográfico, basada en libros, artículos científicos, normas contables y documentos institucionales de COPEL. La auditoría contable, según las Normas Brasileñas de Contabilidad (NBC), es una herramienta esencial para garantizar la fidelidad de la información financiera, fortalecer los controles internos, promover la transparencia y asegurar el cumplimiento de los principios de gobernanza corporativa. El análisis se centró en dos periodos distintos: los informes de auditoría interna de COPEL de 2017 a 2021 y los informes de auditoría independiente de 2020 a 2024. En cuanto a la auditoría interna, se observó una

¹ Graduanda Ciências Contábeis, Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: mlarocier@gmail.com

² Bacharel em Sociologia; Graduando Ciências Contábeis, Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: elias.abreu.22@estudante.unespar.edu.br

³ Graduando Ciências Contábeis da Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: almeida.m.r1998@gmail.com

⁴ Doutora em Políticas Públicas; Mestre em Desenvolvimento Regional; Mestre em Extensão Rural; Bacharel em Ciências Econômicas; Bacharel em Ciências Contábeis; Tecnóloga em Gestão Pública – e-mail: monica.bortolotti@unespar.edu.br – Orientadora

actuación estratégica orientada al fortalecimiento de los controles internos, la gestión de riesgos, el cumplimiento normativo, la seguridad de la información y la adecuación a la Ley General de Protección de Datos (LGPD). Los Informes Anuales de Actividades (RAINT) demostraron la independencia funcional del área, que reporta directamente al Consejo de Administración. Respecto a la auditoría independiente, los informes siguieron rigurosamente la NBC TA 700, destacando los principales asuntos de auditoría y asegurando la confiabilidad de los estados financieros de la compañía. Se concluye que la integración entre auditoría interna e independiente fortalece los mecanismos de control, la gobernanza y la confianza de los stakeholders. El caso de COPEL evidencia la importancia estratégica de la auditoría para la sostenibilidad e integridad organizacional.

Palabras clave: Auditoría Contable. Gobernanza Corporativa. COPEL. Controles Internos. Estados Financieros

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A auditoria é o ramo da contabilidade que tem como premissa verificar a precisão dos registros contábeis, com o objetivo de combater fraudes e prevenir irregularidades tanto nas empresas públicas e privadas, quanto nas contas governamentais, por meio da identificação de falhas no controle interno das organizações, visando fornecer informações seguras e transparentes, mediante a emissão de uma opinião sobre as atividades verificadas (Ribeiro; Coelho, 2023).

Segundo Lins (2017), a auditoria envolve a verificação, análise e avaliação, transmitindo seus resultados de acordo com os objetivos estabelecidos. Attie (2018) destaca a auditoria como uma especialidade contábil focada na avaliação da eficiência e eficácia do controle patrimonial executado pelas entidades, com a finalidade de emitir um parecer crítico em conformidade com as normas em vigor.

A meta da auditoria é expressar uma opinião sobre a situação financeira e patrimonial da entidade, suas operações e alterações no patrimônio líquido, em conformidade com as normas contábeis brasileiras (Attie, 2018). A auditoria tem como objetivo fortalecer a confiança de usuários internos, como gestores e contabilistas, e externos, como o governo e instituições financeiras, nas informações contidas nos relatórios contábeis (Ribeiro; Coelho, 2023). Embora não tenha como objetivo principal identificar fraudes, desvios éticos ou falhas operacionais, a auditoria tem a capacidade de identificar tais situações durante a análise, resultando na emissão de um parecer sobre a autenticidade das informações (Mattos, 2017).

A auditoria contábil contribui para fortalecer a confiança dos usuários internos (diretores e funcionários) e externos (fornecedores, clientes e instituições financeiras) nas informações contábeis (Vicente, 2014). Esta metodologia examina elementos como a exatidão das

demonstrações financeiras, com o objetivo de confirmar sua autenticidade e emitir julgamentos sobre sua confiabilidade (Attie, 2018; Ribeiro; Coelho, 2023). Ademais, é capaz de detectar erros e fraudes, examinar os controles internos, respaldar as concessões de crédito e confirmar o valor real do patrimônio líquido da organização, assegurando a conformidade com as normas contábeis (Vicente, 2014).

As normas de auditoria estabelecem orientações fundamentais para a execução das atividades dos auditores, englobando normas gerais, de execução e de parecer. Elas organizam a análise das demonstrações financeiras e, em situações específicas, podem exigir dados adicionais. Essas regras, estabelecidas por entidades reguladoras, garantem ordem, disciplina, capacitação e comportamento ético dos auditores, incentivando a idoneidade, independência, integridade e imparcialidade na carreira de auditor.

No intuito de aplicar os conceitos discutidos, este trabalho propõe-se a realizar um estudo de caso sobre a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), uma das principais empresas do setor elétrico brasileiro, com capital aberto e relevante participação no mercado. A análise será focada nos relatórios de auditoria elaborados tanto pela auditoria interna quanto pela auditoria independente, em períodos distintos.

A auditoria interna da COPEL, no período de 2017 a 2021, desempenhou um papel estratégico na avaliação dos controles internos, assegurando a conformidade das operações com políticas internas, regulamentações do setor elétrico e boas práticas de governança corporativa. A atuação proativa da auditoria interna foi fundamental para a mitigação de riscos operacionais, a melhoria contínua de processos e o fortalecimento da transparência nas práticas administrativas da empresa. Por outro lado, a auditoria independente, no período de 2021 a 2024, teve como foco a emissão de pareceres sobre as demonstrações financeiras da companhia, assegurando sua fidedignidade perante investidores, órgãos reguladores e demais partes interessadas. A análise externa, conduzida em conformidade com os padrões brasileiros e internacionais de auditoria, reforçou a credibilidade dos relatórios contábeis da COPEL, contribuindo para a atratividade da empresa no mercado de capitais e para a confiança do público nos resultados divulgados.

Dessa forma, o estudo da COPEL objetivou ilustrar, de forma prática, como a auditoria — em suas duas vertentes — contribui para a governança, a transparência e a sustentabilidade organizacional. A integração entre auditoria interna e auditoria independente fortalece os mecanismos de controle, assegura o cumprimento das normas contábeis e promove a confiança nas informações corporativas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A auditoria é uma especialização contábil com vistas a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial realizado pelas organizações e que tem como farol a emissão de uma opinião sobre determinado dado, sendo uma atividade fundamentalmente crítica, voltada às regras em vigor por força das normas implantadas para o controle do patrimônio (Attie, 2018), a. Ou seja, é uma técnica contábil que surgiu da necessidade de se garantir a veracidade das informações derivadas dos registros contábeis (Ribeiro; Coelho, 2023).

Segundo Lins (2017), de maneira geral e simplificada, auditoria - seja interna ou independente - significa conferência, verificação, análise e avaliação, tendo por fim a comunicação de seus resultados mediante aos objetivos ao qual a auditoria se propõe. A auditoria pode ser classificada em dois tipos principais: interna e externa, cada uma com suas características, objetivos e finalidades distintas.

A auditoria interna ou operacional é realizada por auditores que integram o próprio quadro da empresa e tem como objetivo avaliar os processos da organização, como desempenho, qualidade dos serviços e produtos, controles internos, entre outros. Esse tipo de auditoria busca assessorar a administração da entidade para prevenir fraudes e erros (Lins, 2017).

Complementando para Crepaldi e Crepaldi (2023), a auditoria interna constitui um conjunto de procedimentos com o objetivo de examinar a integridade e adequação dos controles internos da entidade. É uma atividade de avaliação independente destinada à revisão das operações como um serviço prestado à administração. A auditoria interna pode ser contábil (Ênfase nos controles internos e na qualidade/confiabilidade das informações geradas.); Operacional (Tem como objetivo analisar as atividades operacionais para avaliar, e se necessário, corrigir a relação custo-benefício entre os recursos utilizados.); De *Compliance* (Foca em verificar o cumprimento das normas aplicáveis à empresa e seus regulamentos internos; De sistema (O foco da auditoria de sistemas encontra-se na segurança e exatidão das informações geradas pelo sistema de informação); Fiscal e tributária (Tem como principal objetivo a avaliação dos procedimentos fiscais e tributários utilizados pela empresa com o intuito de verificar o cumprimento das normas fiscais e tributárias de forma a inibir possíveis contingências futuras); e De qualidade e ambiental (Visa identificar possíveis problemas (riscos) e oportunidades de melhorias relacionadas direta ou indiretamente à melhoria da qualidade dos produtos e redução

dos impactos ambientais das atividades da empresa). (Lins, 2017). A auditoria interna, e acordo com a NBC TI 01, tem como objetivo auxiliar a administração no cumprimento de seus objetivos, focando na integridade, eficácia, eficiência, economicidade e adequação dos sistemas e processos da entidade. O auditor interno é responsável por assessorar a administração na prevenção de fraudes e erros, devendo relatar por escrito e de forma confidencial quaisquer irregularidades identificadas.

A transparência e a precisão das informações são primordiais para o trabalho dos auditores, os quais se deparam com uma série de circunstâncias que podem influenciar no seu parecer. Nesse sentido, em meio às diversas informações prestadas pela contabilidade, a ocorrência de distorções nas demonstrações contábeis, podem ser caracterizadas como fraude ou erro, representando uma ameaça para a administração e para os registros financeiros, pois sem a devida intervenção, pode influenciar na visão e na confiança perante os investidores e as demais partes interessadas (Cunha, 2021). Segundo as NBC - TA 240 (R1) durante o processo de auditoria o que distingue entre a fraude e o erro está na intencionalidade da ação, sendo duas categorias distintas de irregularidades financeiras que têm consequências significativas. De acordo com Medeiros et al. (2004) uma das características dos erros é o fato de serem involuntários, ocorridos por conta de desatenção do usuário ou má interpretação dos fatos nas demonstrações, por outro lado, as fraudes contábeis são caracterizadas pelas manipulações dos registros financeiros para enganar e distorcer a verdadeira posição financeira e patrimonial.

Para garantir a eficácia, os auditores internos necessitam de planejamentos e procedimentos adequados para executar seus trabalhos de forma eficaz. Segundo a NBC TI 01, o planejamento deve incluir uma análise preliminar das áreas, dos produtos e dos processos, além de definir a amplitude e a época dos trabalhos. Além disso, é necessário levantar fatores relevantes, como políticas de gestão de risco, controles internos, sistemas contábeis, entidades associadas e partes relacionadas, uso de especialistas, histórico de trabalhos anteriores e objetivos estratégicos da entidade, devendo ser documentado e conter programas de trabalho detalhados como os procedimentos, cronograma, equipe etc.

Conforme a NBC TI 01, no processo de planejamento da auditoria interna é essencial a avaliação dos riscos envolvidos, os quais podem afetar a eficácia e a abrangência dos trabalhos. Os principais riscos a serem considerados incluem as limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria, a complexidade das transações analisadas e a dependência de especialistas em áreas específicas do conhecimento. A norma também destaca a importância da elaboração e

manutenção de papéis de trabalho organizados de forma sistemática, seja em meio físico ou eletrônico, quanto à execução dos procedimentos, pode-se recorrer ao uso de amostragem, tanto estatística quanto não estatística, como técnica de seleção.

Já a estrutura do relatório da auditoria interna deve conter o objetivo e extensão dos trabalhos realizados, a metodologia adotada, os procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão, as limitações encontradas, os fatos constatados e evidências obtidas, os riscos associados aos fatos e as conclusões e recomendações à administração. O relatório deve ser objetivo, claro, imparcial e confidencial devendo ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar, e pode ser parcial caso se identifiquem irregularidades que necessitem de providências imediatas da entidade.

Já, a auditoria independente tem como finalidade aumentar a confiança nas demonstrações contábeis dos usuários dessas informações, baseando-se na opinião formada através da análise das demonstrações financeiras da empresa auditada, em conformidade com as normas contábeis estabelecidas. O auditor independente deve examinar minuciosamente as demonstrações contábeis para cumprir seu principal objetivo de identificar quaisquer irregularidades presentes (Ribeiro; Coelho, 2023). Sendo assim, a auditoria externa tem como objetivo avaliar e testar os sistemas de controles internos e contábeis para assegurar a veracidade das demonstrações financeiras. O auditor deve seguir normas e procedimentos rigorosos, mantendo um elevado grau de independência (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Os tipos de auditoria externa podem ser classificadas de acordo com Ribeiro e Coelho (2023), como: De demonstrações contábeis (Tem como propósito expressar a opinião sobre a veracidade das informações contidas nas demonstrações contábeis); De Gestão (Tem por finalidade expressar a opinião sobre a eficiência da gestão das operações e sobre a sua consistência com os planos e metas que foram orçados.); De sistemas (Tem por fim expressar a opinião sobre a qualidade do sistema de processamento eletrônico de dados e dos controles existentes no ambiente de tecnologia de informações.); Fiscal e Tributária (Tem por objetivo expressar a opinião sobre a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados para o controle, apuração e recolhimento de tributos.)

Por fim, Ribeiro e Coelho (2023), complementam dizendo que a auditoria externa tem como finalidade aumentar a confiança nas demonstrações contábeis dos usuários dessas informações, baseando-se na opinião formada através da análise das demonstrações financeiras da empresa auditada, em conformidade com as normas contábeis estabelecidas. O auditor

independente deve examinar minuciosamente as demonstrações contábeis para cumprir seu principal objetivo de identificar quaisquer irregularidades presentes.

O relatório de auditoria é uma expressão utilizada nas normas de auditoria para se referir ao produto final do trabalho sobre as demonstrações contábeis, o qual contém a opinião do auditor, sendo esta não pessoal e embasada em testes e evidências (Longo, 2011). É por meio do Relatório de Auditoria Independente que o auditor expressa sua opinião sobre a propriedade das demonstrações, assegurando que elas representam adequadamente a posição patrimonial, financeira e o resultado do período em análise, garantindo credibilidade e fidedignidade às demonstrações contábeis (Crepaldi; Crepaldi, 2023). A partir da crise financeira de 2008, frente à necessidade cada vez maior dos investidores em obter informações transparentes e confiáveis, assim como dos analistas que passaram a buscar explicações mais detalhadas dos auditores (Concil, 2015), o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) efetuou modificações no relatório do auditor, para um relatório mais informativo e proficiente aos agentes do mercado de capital (Rocha, 2016).

De acordo com a NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis - o relatório do auditor deve observar a seguintes estrutura: título, destinatário, opinião do auditor, base para opinião; continuidade operacional; principais assuntos de auditoria; outras informações; Responsabilidade pelas demonstrações contábeis; Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis; Localização da descrição das responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações; Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório; Nome do sócio ou responsável técnico; Assinatura do auditor; Endereço do auditor independente; e Data do relatório do auditor

Conforme a NBC TA 240 (R1), ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor são a obtenção de segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estejam livres de distorções relevantes, independentemente, se causada por fraude ou erro, possibilitando ao auditor a expressão de sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável e apresentar o relatório sobre as demonstrações contábeis, comunicando-se como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as suas próprias constatações. Nos casos em que não for possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor for insuficiente nas circunstancias para atender aos usuários

previstos das demonstrações contábeis, as NBCs TA requerem que o auditor se abstenha de emitir sua opinião ou renuncie ao trabalho, quando a renúncia for possível de acordo com lei ou regulamentação aplicável.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo, cujo propósito é discutir os princípios da teoria de auditoria contábil, é classificado como uma pesquisa bibliográfica. A metodologia empregada envolveu a avaliação qualitativa de várias fontes secundárias, tais como livros, artigos científicos e outras publicações pertinentes no campo da contabilidade e auditoria.

A obtenção de dados ocorreu por meio da pesquisa e escolha de materiais bibliográficos que discutem os princípios básicos, a trajetória histórica, os propósitos e as diversas visões teóricas da auditoria contábil. A avaliação dos dados recolhidos se deu de forma interpretativa e crítica, com o objetivo de identificar e condensar os conceitos e entendimentos centrais sobre auditoria, conforme exposto pelos autores consultados, como Lins (2017), Attie (2018) e Ribeiro e Coelho (2023), cujas definições e metas foram enfatizadas na introdução deste estudo. Este é um estudo qualitativo, concentrado na avaliação dos procedimentos de auditoria interna e externa da Copel. O estudo procura entender a aderência das práticas de auditoria da organização às regulamentações e seu impacto na governança empresarial.

A coleta de dados ocorreu através de pesquisa documental em relatórios financeiros e de auditoria da Copel, bem como em normas contábeis como NBC TI 01 e NBC TA 700, foram analisados os relatórios de auditoria interna no período de 2017 a 2021 e de auditoria independente os relatórios do período de 2020 a 2024. Também foram examinadas fontes acadêmicas e institucionais que discutem a auditoria interna e independente no setor elétrico do Brasil. A análise dos dados adotou uma metodologia fundamentada no Framework Internacional de Práticas Profissionais (IPPF), possibilitando uma análise crítica dos documentos. A Copel analisou padrões, aderência às normas de auditoria e os efeitos das práticas implementadas na administração de riscos e controles internos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COPEL possui mais de 70 anos de experiência e competência técnica nas áreas

de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Criada em 26 de outubro de 1954, com controle acionário do Estado do Paraná, a empresa abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (Antiga BM&FBovespa, hoje, B3), tornando-se em julho de 1997 a primeira do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Sua marca também está presente, desde junho de 2002, na Comunidade Econômica Europeia, com seu ingresso na Latibex – o braço latino americano da Bolsa de Valores de Madri. Em 8 de agosto de 2023 foi concluída a operação de privatização da Companhia, o que acarretou na perda do controle acionário da empresa por parte do governo paranaense.

De acordo com a NBC TI 01, os Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) da COPEL atuam em conformidade com as normas vigentes, assegurando a efetividade dos processos de avaliação e o fortalecimento dos mecanismos de controle e governança. A Auditoria Interna da COPEL atua de maneira independente e objetiva, agregando valor à organização, fortalecendo os controles internos, promovendo a gestão de riscos e apoiando a governança. Essa atuação está de acordo com a missão estabelecida no *International Professional Practices Framework* (IPPF) de aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e percepção baseadas em riscos. Todos os relatórios RAINTE do período de 2017 a 2021 indicaram que a Auditoria Interna se reporta diretamente ao Conselho de Administração, assegurando a autonomia funcional, de acordo com o IPPF e com o Regulamento da Auditoria Interna da COPEL. Os relatórios evidenciaram que a Auditoria Interna, avaliou a eficiência dos controles internos e de *compliance*, além de monitorar a gestão de riscos corporativos, investigou e apurou denúncias de irregularidades, prestou serviços de consultoria e de avaliação, agregando valor aos processos e garantiu atendimento às exigências da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Em relação à execução dos trabalhos, foi destacado a implementação de projetos de auditoria contínua com apoio de ferramentas digitais, a realização de testes de efetividade dos controles internos para atendimento à Lei *Sarbanes-Oxley* e a atuação em temas estratégicos como LGPD, segurança cibernética e *compliance*. A equipe de auditoria da COPEL obteve certificação em programas de avaliação da qualidade, com revisões periódicas dos procedimentos e capacitação contínua dos auditores, conforme o IPPF.

Entre os anos de 2017 e 2021, a Auditoria Interna desempenhou um papel relevante na avaliação e fortalecimento dos controles internos da organização, se adaptando com as demandas de cada período. Em 2017, o foco foi em auditorias de processos internos, testes de controles,

avaliação de riscos e investigação de denúncias. No ano seguinte, as ações se concentraram na conformidade, revisão de controles internos e suporte à governança, além de atendimentos a órgãos reguladores. Em 2019, foram priorizadas auditorias em áreas críticas e investigações de irregularidades, incluindo testes de controles relacionados à Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX). Com o impacto da pandemia em 2020, houve a necessidade de adaptação do Plano de Auditoria, destacando-se a implantação de práticas de auditoria digital. Já em 2021, a atuação voltou-se para temas estratégicos e atuais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), segurança cibernética, gestão de participações e *compliance*.

Na linha do tempo dos responsáveis pela Auditoria Interna entre os anos de 2017 e 2021, evidenciando as transições de liderança na função de Superintendente. Observa-se que, em 2019, houve uma mudança entre os Superintendentes, com a substituição de Haroldo Moleta por Marília Azevedo Bassan Franco da Rocha, conforme registrado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINTE 2019. Essa transição marcou o início da gestão de Marília que permaneceu no cargo durante todo o exercício de 2020 e 2021.

Por fim, foi observado que a Auditoria Interna da COPEL está em conformidade com as normas nacionais e internacionais, alinhada às boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, atuando de forma efetiva para fortalecimento e segurança da organização. Os documentos apresentam de forma clara o planejamento das atividades, a execução dos procedimentos de auditoria interna, a identificação de riscos, a descrição das limitações eventualmente encontradas, bem como as respectivas recomendações de melhoria dos controles internos e da governança corporativa.

AUDITORIA INDEPENDENTE NA COPEL

De acordo NBC TA 700, todos relatórios apresentados pelas empresas de auditoria independentes da COPEL observam a estrutura preconizada pela referida norma: indicam claramente o título, o destinatário, a opinião do auditor, a base para opinião, principais assuntos de auditoria, outros assuntos, responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis, nome do sócio ou responsável técnico, assinatura do auditor, endereço do auditor independente e data do relatório do auditor.

No período de 2020 até 2023, a empresa responsável foi Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, com Fernando de Souza Leite – Contador CRC nº 1 PR

050422/O-3 (2020), e Jonas Dal Ponte CRC nº RS 058908/O-1 (2021/2023) os auditores responsáveis, já em 2024, a empresa Pricewaterhouse Coopers, realizou a auditoria externa sob responsabilidade de Guilherme Naves Valle CRC 1MG070614/O-5.

Quanto ao título, todos os relatórios indicam claramente que é o relatório do auditor. No que diz respeito ao destinatário, os relatórios são endereçados conforme exigido pelas circunstâncias do trabalho. No que se refere à opinião do auditor, é identificada a empresa cujas demonstrações contábeis foram auditadas, é afirmado que as demonstrações contábeis foram auditadas, é identificado o título de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis, é feita referência às notas explicativas, é incluindo o resumo das principais políticas contábeis e é especificado a data ou o período de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis.

Quanto à base para opinião, é declarado que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria, é referenciado a seção que descreve as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria, é declarado que o auditor é independente da entidade de acordo com as exigências éticas relevantes relacionadas com a auditoria e que ele atendeu às outras responsabilidades éticas do auditor de acordo com essas exigências. A declaração identifica a jurisdição de origem das exigências éticas relevantes, referindo-se ao Código de Ética e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, por fim, é declarado que se acredita que a evidência de auditoria obtida pelo auditor é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

No que diz respeito aos principais assuntos de auditorias, em todos os relatórios analisados, foi expresso que esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não foram expressas uma opinião separada sobre esses assuntos. De acordo com a NBC TA 701, os auditores comunicaram os principais assuntos de auditoria nos seus relatórios, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Principais Assuntos de Auditoria

ANO	PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA
2020	- Reconhecimento de receita. - Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (“<i>impairment</i>”) de ativos imobilizados. - Reconhecimento de passivo de PIS e COFINS a restituir para consumidores. - Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais. - Ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas – COPEL Telecom

	- Ataque cibernético. - Contabilização ativos de contrato de transmissão. - Ênfase a assuntos relacionados à COVID-19, à reapresentação dos valores correspondentes, às operações descontinuadas, ao desdobramento de ações e à reapresentação dos valores correspondentes – 01 de janeiro de 2019.
2021	- Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade de rede elétrica. - Provisões para litígios e passivos contingentes. - Repactuação do risco hidrológico. - Ênfase a assuntos relacionados à COVID-19,
2022	- Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade de rede elétrica. - Provisões para litígios e passivos contingentes. - Provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS.
2023	- Ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas – UEG Araucária (UEGA) e Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS. - Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica. - Provisões para litígios e passivos contingentes.
2024	- Renovação dos contratos de concessões e de geração. - Provisão de litígios e passivos contingentes. - Reconhecimento de receita de energia fornecida e disponibilizada, mas não faturada.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Na seção outros assuntos, em todos os relatórios foram abordados o tema das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), à exceção do relatório de 2024 que, além de abordar o tema anteriormente mencionado, também abordou que a auditoria das demonstrações financeiras do período anterior foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 29 de fevereiro de 2024, sem ressalvas. Em outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor, todos os relatórios ficaram explícitos a responsabilidade da administração pela elaboração das demonstrações contábeis e que a opinião da auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, não sendo expresso por parte da auditoria qualquer forma de conclusão sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: em todos os relatórios, ficaram explícitos que a Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, sendo responsável, também, pela avaliação da capacidade da companhia, em continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em todos os relatórios foram explícitos os objetivos do auditor, a declaração de que segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria sempre detectará uma distorção

relevante quando ela existir, a declaração de que as distorções podem decorrer de fraude ou erro e a declaração de que o auditor exerceu o julgamento profissional e manteve o ceticismo profissional durante toda a auditoria. Por fim, todos os relatórios apontam o nome do auditor técnico responsável, sua assinatura, seu endereço e a data em que foram obtidas as evidências de auditoria apropriadas e suficientes para a fundamentação da opinião sobre as demonstrações contábeis. No período analisado, observou-se que, conforme exigido pelas normas, a COPEL foi auditada por duas empresas de auditoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito central discutir os fundamentos da teoria da auditoria contábil e investigar, com base em uma análise qualitativa e documental, como esses princípios são aplicados na prática da COPEL. Para isso, foram utilizados referenciais teóricos consagrados, como os de Lins (2017), Attie (2018) e Ribeiro e Coelho (2023), bem como normas técnicas nacionais e internacionais que regulam a atividade de auditoria no Brasil.

A pesquisa evidenciou que a auditoria contábil, além de possuir uma sólida base teórica, desempenha papel estratégico na promoção da transparência, na mitigação de riscos e na melhoria contínua da governança corporativa. Ao longo do estudo, constatou-se que os princípios fundamentais da auditoria — como independência, objetividade, competência técnica, diligência e sigilo profissional — são respeitados tanto nas atividades da auditoria interna quanto nos trabalhos da auditoria independente realizados na COPEL. No que se refere à auditoria interna, os RAINTs entre 2017 e 2021 demonstraram um esforço contínuo da empresa em manter processos de auditoria robustos, alinhados às diretrizes do IPPF e às exigências da NBC TI 01.

A atuação da Auditoria Interna destacou-se pela sua autonomia, vinculando-se diretamente ao Conselho de Administração, o que reforça sua independência funcional e integridade das análises. Ao longo dos anos, a equipe auditora se manteve atualizada e engajada na execução de projetos relevantes, como auditorias digitais, testes de efetividade dos controles internos (inclusive os relacionados à Lei *Sarbanes-Oxley*), adequação à LGPD, segurança cibernética, compliance e gestão de riscos. A transição de liderança ocorrida em 2019, com a substituição do superintendente da área, também foi conduzida de forma estruturada, sem prejuízos à continuidade das boas práticas já implementadas.

Em paralelo, a auditoria independente apresentou relatórios no período de 2020 a 2024 que seguiram rigorosamente as normas estabelecidas pela NBC TA 700 e demais diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade, bem como os princípios éticos do Código de Ética Profissional do IESBA. A empresa auditora Deloitte Touche Tohmatsu foi responsável pelos trabalhos até 2023, sendo substituída pela PricewaterhouseCoopers em 2024. As análises realizadas confirmaram que todos os relatórios obedeceram à estrutura obrigatória exigida, contendo opinião clara e fundamentada dos auditores, identificação dos principais assuntos de auditoria, declarações de conformidade ética e técnica, e informações complementares de interesse dos usuários das demonstrações contábeis. Os principais assuntos de auditoria variaram ao longo dos anos, refletindo tanto mudanças no ambiente regulatório quanto eventos extraordinários, como a pandemia de COVID-19 e operações de descontinuidade de unidades da empresa.

A COPEL, ao longo do período analisado, demonstrou comprometimento com a governança, com a transparência da informação contábil e com o fortalecimento dos seus controles internos. A atuação das auditorias, tanto interna quanto independente, tem servido como instrumento relevante para garantir a integridade das demonstrações financeiras, a prevenção e correção de irregularidades, e o cumprimento das obrigações legais e normativas, sobretudo em um momento de grande transformação institucional com a privatização da companhia em 2023. Conclui-se que a auditoria contábil, quando conduzida de forma técnica, ética e estratégica, vai além de sua função tradicional de fiscalização e validação. Ela se consolida como um mecanismo de apoio à tomada de decisão, à melhoria da eficiência operacional e à construção de uma cultura organizacional baseada na responsabilidade, integridade e excelência. O caso da COPEL é exemplar na medida em que evidencia como a auditoria pode ser aliada da gestão, da transparência e da sustentabilidade empresarial, especialmente em setores regulados e de alto impacto socioeconômico como o setor elétrico.

REFERÊNCIAS

ATTIE, W. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597017229>. Acesso em: 20 maio 2025.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. *Auditoria interna*. Copel Sustentabilidade, [s.d.]. Disponível em: <https://copelsustentabilidade.com/governanca/governanca-corporativa/estrutura-de-governanca/auditoria-interna/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *IAASB e IESBA lançam documento intitulado*

Normas Globais de Asseguração e Ética: confiança na sustentabilidade. Brasília: CFC, 2025. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/iaasb-e-iesba-lancam-documento-intitulado-normas-globais-de-asseguracao-e-etica-confianca-na-sustentabilidade/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TA 240 (R1): responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis.* Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TA 250: consideração de leis e regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis.* Brasília: CFC, 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TA 600 (R2): considerações especiais – auditorias de demonstrações contábeis de grupos, incluindo o trabalho dos auditores dos componentes.* Brasília: CFC, 2023. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2023/NBCTA600\(R2\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2023/NBCTA600(R2)).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TA 700: formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.* Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *NBC TI 01: da auditoria interna.* Resolução CFC nº 986/2003. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000986.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. *Auditoria contábil: teoria e prática.* 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775002>. Acesso em: 20 maio 2025.

CUNHA, I. L. *Auditoria externa: a importância da confiabilidade das informações na detecção de fraudes contábeis.* UNISUL, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17725/1/TCC%20-%20Idalberto%20Luis%20Cunha.pdf>.

LINS, L. D. S. *Auditoria.* 4. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011807>.

LONGO, C. G. *Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTOS, J. G. de. *Auditoria.* Florianópolis: Editora SAGAH, 2017.

MEDEIROS, A. K.; SÉRGIO, L. M.; BOELHO, D. R. *A importância da auditoria e perícia para o combate a fraudes e erros na contabilidade das empresas.* UFRN, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ducineli-Botelho/publication/342720339>.

RIBEIRO, O. M.; COELHO, J. M. R. *Auditoria.* 4. ed. (Série Em Foco). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788571442481>.

ROCHA, D. *Contagem regressiva para o novo relatório de auditoria.* Revista RI – Relação com Investidores, n. 207, 2016.

VICENTE, E. F. R. *Auditoria contábil.* Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

TECNOLOGIA E ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO NA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL

Thais Fernanda de Abreu¹ – UNESPAR

Lucas Oliveira de Jesus² – UNESPAR

Stella Maris Lima Altoe Suave³ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 3 Contabilidade Gerencial

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo verificar a percepção de profissionais da área contábil atuantes em escritórios de contabilidade, acerca dos desafios diante das tecnologias presentes em sua rotina profissional. Por meio de um estudo descritivo e quantitativo, foi aplicado um questionário, utilizando o *Google Forms*, a profissionais do setor, contendo as seguintes perspectivas: i) tecnologia; ii) desafios e dificuldades das atividades contábeis e iii) identificação e atuação na área. Os resultados indicaram que os respondentes reconhecem que as organizações estão preparadas para integrar a tecnologia em suas atividades. Além disso, observou-se que a maioria dos participantes acreditam que a adoção de *softwares* contábeis avançados contribui para a melhoria da eficiência e são necessários para os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade de Campo Mourão – PR. No entanto, também foram identificados desafios enfrentados pelos profissionais, sendo os principais: o custo de implementação, a necessidade de treinamento e as limitações dos sistemas existentes.

Palavras-chave: Contabilidade; Escritórios; Tecnologia.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo verificar la percepción de los profesionales del área contable que trabajan en despachos contables, acerca de los desafíos frente a las tecnologías presentes en su rutina profesional. A través de un estudio descriptivo y cuantitativo, se aplicó un cuestionario, utilizando Google Forms, a profesionales del sector, que abordó las siguientes perspectivas: i) tecnología; ii) desafíos y dificultades de las actividades contables; y iii) identificación y actuación en el área. Los resultados indicaron que los encuestados reconocen que las organizaciones están preparadas para integrar la tecnología en sus actividades. Además, se observó que la mayoría de los participantes cree que la adopción de softwares contables avanzados contribuye a la mejora de la eficiencia y es necesaria para los servicios prestados por los despachos contables de Campo Mourão – PR. No obstante, también se identificaron desafíos enfrentados por los profesionales, siendo los principales: el costo de implementación, la necesidad de capacitación y las limitaciones de los sistemas existentes.

Palabras clave: Contabilidad; Despachos; Tecnología.

¹ - acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – e-mail: abreut982@gmail.com

² - acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – e-mail: lucasolizonatto321@gmail.com

³ - doutora em Ciências Contábeis e professora no curso de Ciências Contábeis da UNESPAR campus de Campo Mourão – e-mail: stella.suave@unespar.edu.br - Orientadora

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O profissional contábil desempenha papel fundamental na sociedade, atualmente facilitado pelo uso de sistemas integrados que agilizam a análise de relatórios (Padoveze, 2015). Com os avanços tecnológicos acelerados, o papel desses profissionais está em transformação significativa (Andersen, 2019). Grandes empresas, como as “Big 4”, investem expressivamente em inovação para manter competitividade, sendo essa uma estratégia crucial para melhorar os resultados contábeis (Novaes; Braga, 2020). A implementação de sistemas como o SPED visa reduzir fraudes e erros, promovendo padronização e controle (Silva, 2020).

Avanços como Inteligência Artificial e Automação de Processos Robóticos (RPA) representam desafios inéditos para os contadores (Andersen, 2019). A tecnologia tem modificado o ritmo, a agilidade e a precisão do trabalho contábil, valorizando profissionais que adotam soluções tecnológicas para fornecer informações eficientes à gestão (Khan et al., 2018).

Entendendo então que há a utilização das novas tecnologias, as quais agilizam o processo do profissional contador, apresentamos a seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção dos profissionais da área contábil, atuantes em escritórios de contabilidade, acerca dos desafios diante das tecnologias presentes em sua rotina profissional?** Tendo como objetivo geral verificar a percepção dos profissionais atuantes em escritórios de contabilidade, acerca dos desafios diante das tecnologias presentes em sua rotina profissional, para analisar de que maneira os profissionais da contabilidade compreendem a importância das novas tecnologias e a percepção destes acerca do avanço da tecnologia e o risco, ou não, da substituição do profissional “mecânico”, compreendendo quais desafios os profissionais enfrentam com o avanço da tecnologia.

As transformações tecnológicas aceleram processos e tornam o domínio digital essencial para a contratação e promoção nas organizações (Silva; Ravache, 2021; Pauleski, 2023). Contudo, as organizações contábeis ainda enfrentam dificuldades para acompanhar as constantes mudanças nas áreas contábil, fiscal e trabalhista no Brasil (Silva, 2020). Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar o entendimento sobre esses desafios.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE

O mundo está em crescente mudança, em vários âmbitos, sejam eles social, profissional, tecnológico e/ou econômico, sendo que a contabilidade, por sua vez, se adapta conforme as necessidades encontradas. A era digital, também conhecida como a 4ª Revolução Industrial ou Indústria 4.0, é o momento que a integração da tecnologia da informação e comunicação alcançam objetivos maiores em relação a produtividade, qualidade, gerenciamento, o que possibilita novas estratégias e modelos de negócios (Sacamano et al., 2018).

Embora esse conceito da Indústria 4.0 ainda não tenha expandido globalmente, o ideal é que facilite ou melhore a vida humana em muitos aspectos, no entanto, essa melhora depende de que maneira o capital humano será orientado, irá exigir assim um profissional criativo, inovador e colaborativo (Moraes, 2020).

O profissional em contabilidade diante de tantas adaptações e mudanças, acompanha esta revolução, surgindo assim *softwares* e *startups* que impactam na profissão. Segundo Oliveira (2014) em termos de evolução, a contabilidade acompanhou o progresso da internet. Após esse avanço tecnológico, mudanças na legislação tributária e a utilização de internet para várias atividades, as empresas perceberam a necessidade de ter sistemas integrados e começaram a implantar programas de controle internos, esses programas atualmente são conhecidos como *Enterprise Resources Planning* (ERP) (Oliveira, 2014).

Os mecanismos digitais surgem como facilitadores do meio contábil, abrem espaço para outras áreas antes não tão exploradas, como controladoria, custos, consultorias, dentre outras. Segundo Iudícibus e Martins (2019, p. 8) “o mercado de trabalho para o contador é um dos melhores entre os de profissionais liberais”.

Desta maneira, surgem especulações sobre o futuro da profissão, no que tange um profissional mecânico que pode ser substituído por ferramentas tecnológicas, em atividades mais operacionais, assim busca-se ao longo dos tempos adotar artifícios mais modernos, como a área consultiva, ampliando o campo de atuação. A qualificação desses profissionais influencia diretamente de que maneira será o desempenho dos escritórios e a inovação tecnológica dos mesmos (Frare et al., 2020).

ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NA ATUALIDADE

Atualmente o mercado de trabalho da área contábil se encaminha para uma nova contabilidade, segundo Andrade e Mehleck (2020), isso faz com que os profissionais contábeis redefinam suas expectativas, se adaptem para atender novas necessidades e tendências. Assim, a contabilidade que visa apenas lucro e rentabilidade, já não oferece, em plenitude, as aspirações dos usuários (Assaf Neto; Araujo, 2004).

Para Frare et al., (2020), investir em qualificações dos profissionais contábeis não influencia no desempenho dos mesmos, mas sim, promove uma melhor inovação tecnológica e consequentemente elevará consideravelmente o desempenho destes profissionais. Além disso, Frare et al., (2020) ressaltam que é essencial que os profissionais de contabilidade aprimorem continuamente suas habilidades, especialmente em relação às tecnologias, para manterem sua posição no mercado de trabalho e não perderem lugar para profissionais mais qualificados. Assim sendo, o impacto dos avanços tecnológicos nas rotinas diárias das práticas contábeis realizadas pelos profissionais de contabilidade permitiu que a própria tecnologia se tornasse um instrumento ainda mais significativo na geração de informações essenciais para a administração das empresas (Corazzim, 2017).

O perfil do profissional moderno tem se beneficiado da tecnologia e da inovação. Essas ferramentas têm gerado novas oportunidades, expandindo áreas de atuação, melhorando o bem-estar e permitindo alcançar novos níveis de sucesso (Marion; Alonso, 2020). Esses avanços possibilitaram o surgimento dos escritórios contábeis digitais, que são utilizados com finalidade estratégica pelas empresas, desempenhando um papel vital no planejamento e na realização de metas e objetivos organizacionais (Pontes, 2023).

A partir do levantamento bibliográfico sobre estudos efetuados em torno do tema de tecnologia na contabilidade, foi elaborado um levantamento sobre autores e evidenciado os objetivos, metodologia e principais resultados, de maneira separadas a partir dos objetivos de pesquisa. Assim, utilizou-se as seguintes palavras-chaves como fontes de pesquisa: contabilidade, inovação, tecnologia, contabilidade gerencial e inovação em escritórios.

Carmona et al. (2014), identificaram qual a influência da cultura organizacional no processo de inovação organizacional em escritórios de contabilidade brasileiros. Percebe-se que os diferentes níveis de cultura organizacional dão suporte a comportamentos inovadores, que são

essenciais para alavancar o mercado financeiro e o desempenho das organizações de serviços de conhecimento, como são os escritórios contábeis.

Andrade e Mehlecke (2020), por sua vez, verificaram como a contabilidade digital é aceita no processo de geração de informações contábeis em uma organização, assim demonstraram que a contabilidade digital favorece os escritórios, traz bons reflexos e influências aos usuários da contabilidade, possibilitando uma maneira diferente de ver o modo de fazer contabilidade.

Novaes e Braga (2020), analisaram a contribuição das inovações em tecnologia para as práticas de escritórios contábeis, chegando à conclusão de que os escritórios têm investido em inovações de sistemas e sistemas de informações, e que os mesmos fornecem treinamentos após a implementações de aparatos tecnológicos. Assim, a investigação a partir dessas mudanças e utilização de instrumentos voltados a tecnologia na profissão contábil se torna pertinente.

Santos Júnior et al. (2023) analisaram a percepção de profissionais contábeis do Estado de Santa Catarina acerca do mercado de trabalho em contabilidade. Os autores compreenderam que os profissionais da área estão passando por um processo de inovação e adaptação às exigências do mercado atual, buscando manter-se atualizados e competitivos. Ou seja, o mercado de trabalho na área contábil está em expansão e oferece oportunidades para os profissionais qualificados em todos os âmbitos, desde legal a aparatos da tecnologia, que se tornam facilitadores do trabalho contábil.

Assim os trabalhos apresentados anteriormente, analisaram vantagens tecnológicas da informação para escritórios e os profissionais contábeis, bem como a percepção e resultados que os clientes dos mesmos têm, em relação a função do contador para o gerenciamento das empresas. Em relação a tecnologia, apresenta o impacto causado no cotidiano da profissão e o quanto a relação de informações para com os usuários em alguns casos precisa ser mais clara e incisiva ao que diz respeito a continuidade das empresas. Existem, portanto, inúmeras vantagens de alocação de esforços na construção de um ambiente inovador e consequentemente tecnológico.

O diferencial deste trabalho está em demonstrar como as tecnologias contribuíram para o desenvolvimento da vantagem competitiva dos escritórios de contabilidade de Campo Mourão – PR.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao seu objetivo, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2022) estudos descritivos visam detalhar as características de uma população ou explorar as relações entre diferentes variáveis.

É um estudo quantitativo, se volta para a descrição e explicação, bem como dados mensuráveis e observáveis, utilizando técnicas estatísticas. Assim, sendo apropriado para investigar atitudes e responsabilidades dos respondentes, a partir de questionários. A amostra deve representar fielmente o universo estudado para que os dados possam ser generalizados e aplicados ao contexto da pesquisa. O objetivo é relatar o desenvolvimento interpretativo dos dados coletados (Marconi; Lakatos, 2022).

DESENVOLVIMENTO

Tendo como objetivo geral verificar a percepção dos profissionais atuantes em escritórios de contabilidade, acerca dos desafios diante das tecnologias presentes em sua rotina profissional, para analisar de que maneira os profissionais da contabilidade compreendem a importância das novas tecnologias e a percepção destes acerca do avanço da tecnologia e o risco, ou não, da substituição do profissional “mecânico”, compreendendo quais desafios os profissionais enfrentam com o avanço da tecnologia.

Segundo dados de 30 de junho de 2024, fornecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 528.161 profissionais da contabilidade possuem registro ativo no Brasil, verificando o estado do Paraná, tem-se 27.440 contadores, destes 272 na cidade de Campo Mourão.

A amostra da presente investigação é restrita a profissionais contábeis que atuam em escritórios de contabilidade na cidade de Campo Mourão – PR. A seleção da amostra foi de maneira intencional, pelo critério de conveniência, tanto em termos de localização geográfica como em virtude do conhecimento pessoal dos pesquisadores com os possíveis respondentes, ou de pessoas que pudessem facilitar o acesso a eles. A amostra por conveniência busca a representatividade da população (Zangirolami-Raimundo et al., 2018). Cabe destacar que o método de escolha da amostra não compromete a sua essência. A presente pesquisa apresentou uma amostra final de 29 respostas.

Os dados foram coletados a partir de um questionário elaborado pelo *Google Forms*, no qual é uma adaptação da pesquisa de Silva (2020), cujo objetivo é “conhecer a percepção dos gestores atuantes em escritórios de contabilidade acerca das dificuldades e novos desafios na prestação de serviços oferecidos às micro, pequenas e médias empresas”. Devido as peculiaridades da presente pesquisa, o questionário foi adaptado. As alterações são referentes a um recorte das questões e a adequação ao público alvo do estudo, os profissionais em contabilidade atuantes em escritórios de contabilidade, tendo em vista que no estudo base eram direcionadas às micro, pequenas e médias empresas.

O presente estudo investigou a percepção de profissionais da contabilidade quanto aos desafios e impactos das tecnologias em sua rotina. O instrumento de pesquisa foi estruturado em três blocos: **Tecnologia** (4 questões), avaliando a preparação das organizações contábeis para integrar tecnologias e os efeitos da inteligência artificial; **Desafios e dificuldades** (4 questões), abordando desafios futuros como competitividade, inovações e questões éticas; e **Identificação e atuação** (8 questões), coletando dados demográficos e profissionais dos respondentes. O questionário, elaborado no Google Forms, foi aplicado entre setembro e outubro de 2024, com divulgação via WhatsApp, utilizando envios individuais e grupos de contadores, o que ampliou o alcance e assegurou a representatividade dos dados. O estudo também respeitou princípios éticos, incluindo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL DOS RESPONDENTES

Em relação ao perfil dos respondentes da pesquisa, destacando a faixa etária, formação, função que exercem nas empresas incubadas, tempo na função e gênero. Nota-se, que os respondentes são predominantes o público masculino, sendo estes 75,90% dos respondentes, enquanto o feminino representa 24,10%. A idade dos mesmos varia de 19 a 51 anos ou mais, no qual sua maioria permeia entre 31 e 50 anos, em relação ao tempo de atuação, a maior parte possui entre 16 e 50 anos de trabalho em escritórios de contabilidade.

CONTABILIDADE E TECNOLOGIA

Apresenta-se os dados em relação as expectativas dos profissionais da área contábil quanto ao desenvolvimento da tecnologia e a contabilidade. Foi utilizada escala Likert, nesta

análise, foram empregadas quatro medidas estatísticas principais para avaliar os dados: média, moda, mediana e desvio padrão.

A partir dos dados coletados, em relação as organizações contábeis e a preparação para atuar com a tecnologia (questão 1) foi examinado um conjunto de dados em que a média foi 4,03, a moda foi 4, a mediana foi 4 e o desvio padrão foi 0,61. Esses resultados indicam uma distribuição centralizada com pouca variação entre os valores, sugerindo uma consistência significativa nos dados coletados.

Portanto, em sua maioria os respondentes concordam moderadamente, que as organizações estão aptas para trabalhar em conjunto com a tecnologia. Os achados de Silva (2020), indicam que as organizações contábeis não estão preparadas para atuar com tecnologia devido a resistência tecnológica por parte das organizações, enquanto outros respondem que concordam que as organizações estão preparadas.

Ao analisar o conjunto de dados da segunda questão, sobre os serviços operacionais se podem ser substituídos pela Inteligência Artificial (IA), a média foi 3,79, a moda foi 4, a mediana foi 4 e o desvio padrão foi 1,16. Esses valores indicam uma distribuição semelhante ao primeiro conjunto de dados, com a moda e a mediana centralizadas em 4, mas com uma média ligeiramente menor e um desvio padrão maior, sugerindo uma maior variação entre os valores desta vez. Essa maior variabilidade pode indicar a presença de *outliers* ou uma distribuição menos uniforme comparativamente a questão anterior.

Percebe-se que essa variabilidade dos respondentes também se aproxima dos resultados de Silva (2020), sobre a substituição, que já acontece no contexto dos serviços operacionais, sobretudo em função do atual período de quarta revolução industrial, enquanto outros respondentes da mesma pesquisa alegam que não haverá substituição, mas sim que a IA será um aliado.

Na terceira questão, que trata sobre a redução gradual de demanda por pessoal, com relação a IA, observa-se que a média foi 3,59, a moda foi 4, a mediana foi 4 e o desvio padrão foi 1,03. Novamente, a moda e a mediana permanecem centralizadas em 4, mas a média é ainda menor do que nos conjuntos anteriores. O desvio padrão, um pouco menor do que o do segundo conjunto, mas maior que o do primeiro, sugere uma variação moderada nos valores. Este padrão contínuo de uma moda e mediana centradas com uma média decrescente e variação ligeiramente

menor pode indicar que, apesar da constância de valores modais, há uma tendência de valores mais baixos em geral no conjunto de dados. Assim as concordâncias seja ela parcial ou total em relação a afirmação aparecem em maior parte, também com no estudo de Silva (2020), onde a escolha por concordo parcialmente foi de 31,42% e concordo totalmente de 62,6% dos respondentes.

Na quarta questão, foi verificado se a adoção de *software* de contabilidade avançado, melhora a eficiência e a precisão dos serviços prestados pelos escritórios de contabilidade, a média foi 4,52, a moda foi 5, a mediana foi 5 e o desvio padrão foi 0,68. Esses resultados indicam uma mudança notável em relação aos conjuntos anteriores. A moda e a mediana, agora em 5, sugerem que o valor mais frequente e o valor central dos dados são 5, mostrando uma tendência de valores mais altos, com concordo totalmente. A média de 4,52 está significativamente mais próxima da moda e da mediana, indicando uma distribuição geral mais alta. Além disso, o desvio padrão de 0,68, embora não seja o menor entre os conjuntos analisados, indica uma variação relativamente baixa, sugerindo que os dados estão mais concentrados em torno do valor central de 5. Os achados de Silva (2020), evidenciam que os *softwares* contábeis específicos facilitam a apuração de balanços, demonstrações de resultado, controle de contas, etc. Pois os livros são elaborados digitalmente, e o documento eletrônico permite modificações sem que aconteçam rasuras.

Na questão cinco, em relação ao aumento da automação e a introdução de novas tecnologias no campo da contabilidade, como inteligência artificial e análise avançada de dados, a necessidade de capacitação contínua e atualizações frequentes dos profissionais de contabilidade se torna cada vez mais essencial. A média foi 4,83, a moda foi 5, a mediana foi 5 e o desvio padrão foi 0,38. Observa-se que tanto a moda quanto a mediana permanecem centralizadas em 5, indicando que o valor mais frequente e o valor central dos dados continuam sendo 5. A média de 4,83 está ainda mais próxima da moda e da mediana, sugerindo que os dados estão altamente concentrados em torno do valor 5. O desvio padrão de 0,38, o menor entre todos os conjuntos analisados, reforça essa concentração, indicando uma variação mínima nos dados e uma consistência significativa. Em sua maior parte, percebe-se que a maioria concorda com a necessidade de atualização, assim como os respondente da pesquisa de Silva (2020), na qual 54,29% encontram-se em atualização, contudo, não estando totalmente preparado.

Ainda no bloco sobre desenvolvimento da tecnologia, foi perguntado aos respondentes qual a principal vantagem da implementação de tecnologias de automação em escritórios de contabilidade, na qual a opção de redução de erros manuais foi a opção de 17,2% dos respondentes, o aumento da eficiência operacional escolhido por 69% dos respondentes, nenhum optou por treinamento especializado, e 13,8% concordam com a melhoria na conformidade. Resultados semelhantes na pesquisa de Silva (2020), a frequência relativa foi de 25,71% e treinamento especializado ainda maior de 37,14% dos respondentes, mas no que tange o aumento da eficiência para otimizar tarefas é de 48,57% das afirmativas.

Em relação aos maiores desafios enfrentados pelos escritórios de contabilidade na adoção de novas tecnologias, 27,6% pensam que é o custo da implementação, enquanto 13,8% dizem que é a resistência à mudança por parte dos funcionários, 27,6% que é a necessidade de treinamento e também com 27,6% tem-se a integração com sistemas existentes, na opção de outros 3,4% escreveram que “Os empresários, clientes dos escritórios, estão a parte dessa tecnologia e não aceitam absorver mais custos. Os preços praticados no mercado não conseguem absorver mais custos.”.

Andrade e Mehlecke (2020), escrevem em seus resultados que metade dos profissionais possuem dificuldades de adaptação às constantes mudanças, que são resultantes das inovações tecnológicas, e em saber utilizar a tecnologia a seu favor para torná-la competitivo no mercado.

Ao questionar sobre o impacto para a função dos contadores, com o aumento da automação e da IA, 55,2% dos respondes acreditam que deverá ocorrer um aumento na demanda por contadores especializados em tecnologia conforme os avanços da tecnologia, ou seja, de acordo com Novaes e Braga (2020), profissionais contábeis devem ser capaz de analisar e lidar com dados, e um ambiente inovador deve despertar o contador para novos conhecimentos e para o uso da inteligência artificial e a se adaptar a novas demandas.

Enquanto 13,8% que haverá mudanças nas funções e responsabilidades, mas sem redução de pessoal, enquanto 1,3% concordam que haverá uma redução significativa no número de profissionais necessários. Por outro lado, 10,3% assinalaram que terá uma estabilidade na demanda, com evolução nas tarefas desempenhadas, na opção de outros os respondentes escreveram que “Olha acredito que uma redução de funcionário ou também uma evolução nas tarefas”, “Mesma resposta da 7. O Os empresários, clientes dos escritórios, estão a parte dessa

tecnologia e não aceitam. Além de uma dificuldade na mudança no comportamento do contador devido ao que o cliente (empresário) espera” e “Diminuição de colaboradores”.

DESAFIOS E DIFICULDADES DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS

Sobre a estatística descritiva para o constructo desafios e dificuldades das atividades contábeis em função do desenvolvimento tecnológico, utilizou-se o mesmo padrão adotado anteriormente, incluindo o cálculo da média, moda, mediana e desvio padrão, para garantir a consistência e comparabilidade dos resultados.

A questão 9, que trata sobre se os contratos de prestação de serviços, relacionados a extração de informações e emissão de impostos de forma segura sem um contador, apenas com a tecnologia disponível pelo fisco, as respostas apresentaram média de 2,97, moda 1, a mediana 3 e o desvio padrão 1,52.

A média de 2,97 indica o valor central dos dados, enquanto a moda de 1 mostra que o valor mais frequente é 1, que é discordar totalmente. A mediana de 3 revela que o valor central dos dados ordenados é 3, sugerindo que metade dos dados está acima e metade está abaixo deste ponto. O desvio padrão de 1,52 indica a variabilidade dos dados em relação à média, proporcionando uma visão da dispersão dos valores, ou seja, os respondentes ficaram divididos, com 27,6% discordando totalmente da possibilidade e 24,1% concordando moderadamente.

Prosseguindo com a análise, sobre a evolução da tecnologia, se houve a necessidade de contratar profissionais mais qualificados para atender as necessidades advindas (questão 10), observa-se que a média dos valores é 4,34, a moda é 4,5, a mediana é 4 e o desvio padrão é 0,66. A média de 4,34 indica o valor central do conjunto de dados, enquanto a moda de 4,5 mostra que o valor mais frequente é 4,5. A mediana de 4 sugere que metade dos dados está acima e metade está abaixo deste ponto central. O desvio padrão de 0,66 revela uma variabilidade relativamente baixa em relação à média, indicando uma dispersão limitada dos valores em torno do centro.

Nesta fase da análise, sobre se aconteceram mudanças no perfil profissional contábil nos últimos anos a partir dos avanços da tecnologia, constata-se que a média foi de 4,41, enquanto a moda e a mediana foram ambas iguais a 5, e o desvio padrão registrado foi de 0,72. A média de 4,41 indica um valor central dos dados ligeiramente inferior à moda e à mediana, que são ambas 5, sugerindo que o valor mais comum e o ponto central do conjunto de dados estão bem próximos

do valor máximo possível. O desvio padrão de 0,72 revela uma dispersão relativamente baixa em torno da média, indicando que a maioria dos valores está concentrada perto dos 5. Esta distribuição sugere uma alta consistência e pouca variabilidade entre os dados analisados. Assim, Silva (2020) escreve que o respondente de sua pesquisa destaca que as empresas estão passando por grandes mudanças, exigindo profissionais contábeis com atualização constante, pois são esses profissionais que estão se mantendo no mercado.

Ainda no bloco sobre desafios e dificuldades das atividades contábeis e função do desenvolvimento tecnológico, foi levantando um questionamento sobre quais serão os maiores desafios nas atividades dos escritórios contábeis nos próximos anos, a afirmativa sobre Inovações Tecnológicas foi selecionada por 44,8% dos respondentes, sendo este a maior concordância da pesquisa, 17,2% que será diversificação de serviços oferecidos, 13,8% de regulação de mercado, 13,8% será a captação de clientes, 6,9% que obter novos conhecimentos e 3,4% em outros escreve que será “entender a mudança e fazer com o seu cliente (empresário) acredite”.

No estudo de Silva (2020), também evidenciou que os maiores desafios serão acompanhar as mudanças legais que ocorrem na área contábil, fiscal e trabalhistas e atender ao fisco. Ele também escreve que pode ser um indício de que as organizações tem uma cultura de dar prioridade aos assuntos fiscais de seus clientes, reforçando a literatura existentes.

Na questão aberta sobre este bloco na qual foi perguntado “Na sua opinião, o avanço tecnológico pode ser um facilitador na prestação de serviços contábeis ou pode trazer mais desafios/dificuldades às organizações contábeis nos próximos anos?”, 48,28% dos respondentes responderam de maneira direta e sucinta, que sim, será um facilitador.

Enquanto os outros responderam que além de ser um facilitador irá melhorar as demandas, tornando-as mais ágeis, desde que os profissionais estejam atualizados e compreender a necessidade de seus clientes. Outros afirmam que a automação já faz parte do mundo contábil, mas a falta de mão de obra qualificada faz com que a tecnologia se adiante mais, tornando-os profissionais com mais tempo hábil pra análises e aperfeiçoamento de seu trabalho. Conforme as respostas sobre o tópico do avanço tecnológico como facilitador ou mais desafios/dificuldades para os próximos anos, um dos respondentes escrevem que “Pode ser um facilitador, desde que o profissional contábil esteja consciente sobre a necessidade de manter-se atualizado e expandir seus conhecimentos, bem como compreender qual a real necessidade dos clientes”, enquanto

outro responde que “Acho que os dois, em parte vai facilitar, mas também vai exigir mais dos contadores”, ainda dentro deste bloco de questões um dos entrevistados respondem que “Por um lado essas inovações auxiliam na prestação de serviços contábeis, visto que com os sistemas reduzem a demanda de atividades operacionais, restando ao contador mais tempo para atividades específicas que demandam de análise crítica. Mas por outro lado, esse quadro irá exigir mais capacitação profissional e com isso, causar uma redução de profissionais contábeis. Mas tendo em mente toda a evolução que a profissão já teve ao decorrer da história, se mantendo sempre forte em todo lugar, acredito que vem a ser mais vantajoso para a profissão”.

A partir dessas menções, conclui-se que avanços tecnológicos têm impactado positivamente a contabilidade, oferecendo maior agilidade, eficiência e redução de erros manuais. Esses benefícios permitem que os contadores se dediquem para atividades estratégicas, como análises críticas e suporte gerencial, transformando seu papel em algo mais consultivo e essencial para a gestão empresarial. No entanto, esses avanços exigem maior capacitação e adaptação por parte dos profissionais, destacando a necessidade de atualização constante e a reestruturação dos currículos acadêmicos para atender às novas demandas.

Embora a automação simplifique processos e aumente a qualidade dos serviços, ela também traz desafios, como a possível redução de postos de trabalho e a dificuldade de encontrar profissionais especializados. Ainda assim, a evolução tecnológica é vista como uma oportunidade para fortalecer a profissão, desde que os contadores estejam preparados para se reinventarem e demonstrarem aos clientes o valor dos seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da tecnologia tornou-se um elemento central na rotina dos escritórios de contabilidade, impactando desde os sistemas de informação até os meios de comunicação e os processos operacionais. Este estudo teve como objetivo verificar a percepção dos profissionais contábeis atuantes em escritórios acerca dos desafios decorrentes do uso de tecnologias em sua prática diária. Os resultados indicam que os profissionais reconhecem a relevância dos avanços tecnológicos e compreendem a necessidade de adaptação frente às transformações impulsionadas pela quarta revolução industrial.

A tecnologia é vista como ferramenta estratégica para o aumento da eficiência e da confiabilidade das informações contábeis, redirecionando o foco do contador para funções mais

analíticas e consultivas, em vez de substituir o trabalho humano. No entanto, a transição tecnológica enfrenta barreiras como a resistência à mudança, os altos custos de implementação e a falta de formação acadêmica adequada, além da escassez de profissionais especializados.

Conclui-se que a consolidação da tecnologia como facilitadora nas práticas contábeis requer, além de investimentos em inovação, uma mudança cultural que valorize a capacitação contínua e o capital humano. Apesar das limitações da pesquisa, como a pequena amostra e possíveis ruídos na compreensão dos respondentes, o estudo contribui para reflexões relevantes e serve de base para futuras investigações sobre a adaptação dos profissionais da contabilidade e estudantes às novas demandas tecnológicas. Futuras pesquisas podem aprofundar o papel da inteligência artificial, big data e automação como instrumentos para tornar os processos contábeis mais estratégicos, eficientes e alinhados às transformações do ambiente empresarial.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, C. **Technology in accounting**: Disruptive innovations and implications. State University, Muncie, Indiana, 2019. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/31841/1/PDF%20-%20Emilly%20Jussara%20Santos%20Lima.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANDRADE, C. B. H.; MEHLECKE, Q. T. C. As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: Um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale do Paranhana/RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 1, p. 93–122, 2020. Disponível: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1596>. Acesso em: 31 mai. 2024.

ASSAF NETO, A.; ARAUJO, A. M. P. de. Contabilidade aplicada para a gestão baseada em valor: Um exemplo prático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS – ABC, X, 2003, Guarapari, ES. **Anais...** Guarapari, 2003. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2530>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CARMONA, L. J. de M.; SILVA, T. B. de J.; GOMES, G. Cultura organizacional, inovação e desempenho em escritórios de contabilidade brasileiros. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 2, n. 3, p. 121–145, 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/3936>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRCPR, 2020. Disponível em: <https://www4.crcpr.org.br/new/content/camara/registro/quantosSomos.php#CAMPO%20MOURO>. Acesso em: 31 mai. 2024.

CORAZZIM, G. A tecnologia da informação na contabilidade. **Revista Gestão em Foco**, n. 9, p. 44–50, 2017.

FRARE, A. B.; HORZ, V.; MARTINS, A. S. R.; FERNANDES, C. M. G.; QUINTANA, A. C. Qualificação profissional, inovação tecnológica e desempenho em escritórios de contabilidade. **Revista Navus**, v. 10, p. 1–13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22279/navus.2020.v10.p01-13.1243>. Acesso em: 15 ago. 2024.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2019.

KHAN, A. K.; ABOUD, O. A. A.; FAISAL, S. M. An empirical study of technological innovations in the field of accounting - Boon or bane. **Business and Management Studies**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11114/bms.v4i1.3057>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica** (8th ed.). Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770670>. Acesso em: 10 out. 2024.

MARION, J. C.; ALONSO, A. Z. **Pronunciamentos contábeis aplicados aos negócios**: Contribuição da academia à disseminação do conhecimento. 1. ed. São Paulo, SP: Trevisan Editora, 2020.

MORAES, R. B. D. S. **Indústria 4.0**: Impactos sociais e profissionais. Editora Blucher, 2020. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555060508>. Acesso em: 15 set. 2024.

NOVAES, A. E. G.; BRAGA, R. Inovações tecnológicas e sistemas de informações contábeis. **Revista Valore**, v. 5, p. 215–233, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22408/reva502020768215-233>. Acesso em: 31 mai. 2024.

OLIVEIRA, E. **Contabilidade digital**. Grupo GEN, 2014. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522491315>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis**: Fundamentos e análise (7th ed.). São Paulo: Atlas, 2015.

PAULESKI, R. K. **Impactos da inteligência artificial no trabalho do profissional que atua em escritório de contabilidade**: Um estudo de caso. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/28160>. Acesso em: 07 set. 2024.

PONTES, J. de O. **Contabilidade e tecnologia**: Revisão de literatura acerca dos escritórios de contabilidade digital. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36985>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SACAMANO, J. B.; GONÇALVES, R. F.; BONILLA, S. H. **Indústria 4.0**: Conceitos e fundamentos. Editora Blucher, 2018. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788521213710>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTOS JÚNIOR, H. M. dos; GIROLOMETTO, E.; SOUZA, R. Z. de; MARTINS, Z. B. Mercado de trabalho em contabilidade: Um estudo com profissionais contábeis do estado de

Santa Catarina. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 15, n. 2, 2023. Disponível em: <https://reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/299>. Acesso em 10 jun. 2025.

SILVA, A. M. da. **Um estudo sobre a percepção dos gestores atuantes em escritórios de contabilidade acerca das dificuldades e novos desafios na prestação de serviços oferecidos às micro, pequenas e médias empresas**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_5284f19a4860a12d96872ef93ae1acf5. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVA, H. de O.; RAVACHE, R. L. Vantagens e desvantagens das novas tecnologias. **Connecti Online - Revista Eletrônica do Univag**, n. 24, p. 49–54, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18312/connectionline.v0i24.1629>. Acesso em: 10 out. 2024.

ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, J. Z.; ECHEIMBERG, J. D. O.; LEONE, C. Research methodology topics: Cross-sectional studies. **Journal of Human Growth and Development**, v. 28, n. 3, p. 356–360, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/jhgd.152198>. Acesso em: 15 out. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 03

CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMOS EXPANDIDOS

ANÁLISE DA LITERATURA NACIONAL ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE CRIATIVIDADE E CONTROLE GERENCIAL

Thais Fernanda de Abreu¹ – Unespar
Ricardo Suave² – Unespar

Grupo de Trabalho: 03 Contabilidade Gerencial

1. INTRODUÇÃO

A relação entre criatividade e controle gerencial tem sido discutida na literatura sob as perspectivas da dualidade e do paradoxo (AMABILE, 1996; SPECKBACHER, 2017, 2021), especialmente em torno das motivações intrínseca e extrínseca. Enquanto a motivação intrínseca favorece a criatividade, a extrínseca, vinculada a metas e avaliações, pode inibi-la (AMABILE, 1996). No entanto, controles gerenciais buscam alinhar o potencial criativo aos objetivos organizacionais (KACHELMEIER et al., 2008; GRABNER; SPECKBACHER, 2016).

O interesse acadêmico pelo tema cresceu recentemente na área contábil, com estudos iniciais focando em experimentos sobre metas e desempenho (KACHELMEIER; WILLIAMSON, 2010) e, mais tarde, em análises empíricas em contextos organizacionais (GRABNER, 2014; SPEKLÉ et al., 2017). No Brasil, embora existam pesquisas sobre criatividade e elementos do controle, como orçamento e avaliação de desempenho (SILVA; LAVARDA, 2020; SUAVE; AGUIAR, 2021), falta uma revisão bibliométrica que sistematize esse campo emergente.

Há, portanto, uma lacuna na literatura nacional sobre estudos integrados de criatividade e controle gerencial. Sem um mapeamento sistemático, a base teórica fica fragmentada, dificultando o avanço das pesquisas. Esta proposta visa suprir essa carência, organizando a produção científica nacional, avaliando sua evolução e alinhamento com a literatura internacional, e sugerindo caminhos para fortalecer o campo.

¹ - Graduanda do 4º ano de Ciências Contábeis da Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: abreut982@gmail.com

² - Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP. Professor do Colegiado de Ciências Contábeis da Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: ricardo.suave@unespar.edu.br

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é identificar as principais características da literatura nacional que investiga a relação entre a criatividade e o uso de controles gerenciais no contexto organizacional. Para tanto, busca-se atingir os seguintes objetivos específicos: (i) identificar os principais autores sobre o tema; (ii) indicar os periódicos mais relevantes e seus estratos no Qualis CAPES; (iii) mapear os métodos de pesquisa empregados.

3. METODOLOGIA

Esta proposta configura-se como uma pesquisa bibliográfica, voltada à revisão da literatura sobre a relação entre criatividade e controle gerencial. Esse tipo de pesquisa permite compreender o estado atual do conhecimento sobre o tema, a partir da análise das principais contribuições publicadas (MARTINS; THEÓPHILO, 2016). A coleta de dados foi realizada principalmente na base SPELL, que reúne periódicos da área de Administração avaliados pelo Qualis/CAPES. A busca utilizou palavras-chave como “criatividade” e “controle” no título, resumo ou palavras-chave dos artigos.

Devido à escassez de estudos diretamente relacionados ao tema, também foi utilizada a busca no Google Acadêmico, ampliando o número de trabalhos analisados. Além disso, adotou-se buscas adicionais para incluir artigos citados nas referências ou que citaram os textos já selecionados. Os dados quantitativos foram organizados em planilhas, e os qualitativos, fichados para facilitar a análise e descrição dos principais achados.

4. RESULTADOS

Os artigos selecionados para análise foram publicados entre 2010 e 2023, com maior concentração nos anos de 2020 e 2023, embora tenha havido ao menos uma publicação por ano no período. A análise incluiu a verificação do número de citações no Google Acadêmico, destacando-se Bedani (2012), com 86 citações, e Muzzio e Paiva Júnior (2018), com 74. Além disso, foram ressaltados os achados mais relevantes, com atenção especial à avaliação do nível Qualis dos artigos identificados sobre a temática.

Dos 16 artigos selecionados para esta pesquisa, 100% foram publicados em periódicos classificados entre A2 e B2 no sistema Qualis. Observa-se que a maioria dos estudos (62,5%) foi veiculada em revistas de Qualis A2. Em seguida, identificam-se três publicações (18,75%) em

periódicos de Qualis A3. As demais publicações distribuem-se entre as classificações A4, B1 e B2, com um artigo em cada categoria, totalizando, conjuntamente, 18,75% do material analisado.

Dos 16 artigos analisados, apenas alguns foram selecionados para a discussão metodológica neste resumo, devido à limitação de espaço. Esses estudos adotaram diferentes metodologias, refletindo a diversidade de abordagens sobre criatividade e inovação nas organizações, destacando-se, a seguir, algumas estratégias de coleta de dados.

Estudos como os de Aguiar e Suave (2020), Muzzio e Paiva Júnior (2018) e Muzzio et al. (2024) adotaram abordagens teóricas, com foco em revisões bibliográficas e análise conceitual, sem coleta empírica de dados. Ainda assim, suas contribuições foram essenciais para a consolidação do referencial teórico sobre criatividade e inovação. Aguiar e Suave (2020) realizaram uma revisão aprofundada sobre criatividade, enquanto Muzzio e Paiva Júnior (2018) analisaram conceitos ligados à gestão da criatividade. Já Muzzio et al. (2024) mapearam publicações relevantes na biblioteca SPELL, ampliando a compreensão teórica da área.

Esses estudos contribuíram para o arcabouço teórico das pesquisas empíricas, destacando o uso crescente de métodos quantitativos, como modelagem de equações estruturais (SEM) e surveys, para analisar inovação, criatividade e desempenho organizacional.

Um estudo de destaque que utilizou uma abordagem metodológica diversificada foi o de Ehlert et al. (2023), que combinou a pesquisa survey com técnicas avançadas de análise de dados. A pesquisa envolveu gestores de empresas da B3 S.A., utilizando modelagem de equações estruturais (PLS-SEM) e *fuzzy-set qualitative comparative analysis (fsQCA)*. Concluiu-se que os controles de comportamento neutralizam e superam os efeitos negativos da incivilidade instigada, criando um ambiente mais favorável à criatividade (Ehlert, Moreira, Frare e Cruz, 2023).

A análise metodológica revela uma diversidade de abordagens no estudo da criatividade e inovação organizacional. A combinação de métodos qualitativos e quantitativos, como revisões, surveys e modelagem de equações estruturais, amplia a compreensão teórica e empírica do tema, oferecendo base sólida para pesquisas futuras sobre suas relações com o desempenho organizacional.

5. DISCUSSÃO

A análise revela que os estudos nacionais sobre controle gerencial e criatividade ainda estão em fase de desenvolvimento, refletindo o caráter emergente do tema no Brasil (Muzzio, Turetta, Cunha, Silva, 2024). Embora recente, a área apresenta potencial de expansão, especialmente ao considerar aspectos culturais, econômicos, sociais e institucionais.

Pesquisas têm avançado na diversidade conceitual e metodológica (Aguiar & Suave, 2020), mas ainda há lacunas, como o papel moderador dos controles em contextos específicos, como a incivilidade (Ehlert, Moreira, Frare e Cruz, 2023). A compreensão da criatividade organizacional exige atenção aos níveis individual, gerencial e processual, uma vez que ela sustenta a inovação e, por consequência, o desenvolvimento socioeconômico (Tudda e Santos, 2011).

Conclui-se que a criatividade, embora ainda pouco explorada na contabilidade gerencial, é estratégica para o avanço organizacional. Estudos futuros devem integrar múltiplos contextos e variáveis. Fortalecer esse campo é essencial para ampliar o impacto da inovação no país.

6. CONCLUSÃO

Em síntese, a análise da produção científica nacional sobre criatividade e controle gerencial apresenta um campo em construção, ainda marcado por lacunas e dispersão teórica. Embora os estudos revisados apresentem qualidade e diversidade metodológica, observa-se a ausência de uma consolidação conceitual que integre de forma sistemática esses dois temas.

Esta pesquisa contribui ao oferecer um mapeamento inicial, destacando os principais autores, periódicos, métodos e enfoques utilizados. No entanto, o trabalho não se esgota aqui: os achados servem como ponto de partida para investigações futuras que aprofundem o debate, explorem novos contextos organizacionais e desenvolvam modelos teóricos que ampliem a compreensão sobre como os controles gerenciais podem influenciar — positiva ou negativamente — o potencial criativo nas organizações.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. B. de; SUAVE, R. **Pesquisa sobre Criatividade em Contabilidade Gerencial: Visão Geral e Oportunidades de Pesquisa no Contexto Brasileiro.** *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, Brasília, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17524/repec.v14i1.2565>. Acesso em: 18 fev. 2025.

AMABILE, T. M. **Creativity in context: Update to" the social psychology of creativity."**. Westview press, 1996.

BEDANI, M. **O impacto dos valores organizacionais na percepção de estímulos e barreiras à criatividade no ambiente de trabalho.** RAM. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 150–176, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-69712012000300008>. Acesso em: 25 fev. 2025.

EHLERT, J. B.; MOREIRA, L. P.; FRARE, A. B.; CRUZ, A. P. C.. **O papel moderador dos controles de comportamento na relação entre incivilidade e criatividade.** *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 34, n. 93, 2023.

GRABNER, I.; SPECKBACHER, G. The cost of creativity: A control perspective. **Accounting, Organizations and Society**, v. 48, p. 31-42, 2016.

KACHELMEIER, S. J.; REICHERT, B. E.; WILLIAMSON, M. G. Measuring and motivating quantity, creativity, or both. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 2, p. 341-373, 2008.

KACHELMEIER, S. J.; WILLIAMSON, M. G. Attracting creativity: The initial and aggregate effects of contract selection on creativity-weighted productivity. **The Accounting Review**, v. 85, n. 5, p. 1669-1691, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MUZZIO, H.; TURETTA, C.; CUNHA, C. M. C.; SILVA, J. S. **Creativity in the management field in Brazil: trajectory and future directions.** REAd. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 0-0, 2024.

MUZZIO, H.; PAIVA JÚNIOR, F. G. **Organizational Creativity Management: Discussion Elements.** *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 22, n. 6, p. 922-939, 2018.

SILVA, T. B. J.; LAVARDA, C. E. F. **Relação da utilidade do orçamento no empoderamento e na criatividade.** *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 18, n. 7, p. 81-91, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19094/contextus.2020.43566>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SPECKBACHER, G. Does performance evaluation kill creativity? A (re) interpretation of existing literature. **Pacific Accounting Review**, v. 33, n. 1, p. 6-19, 2021.

TUDDA, L.; SANTOS, A. B. A. D. **Teorias para desenvolvimento da criatividade individual e organizacional.** *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 116-133, 2011.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CRIATIVIDADE E CONTROLE GERENCIAL EM PEQUENAS EMPRESAS

Matheus Ricardo de Almeida ¹– Universidade Estadual do Paraná
Ricardo Suave ²– Universidade Estadual do Paraná

Grupo de Trabalho: 03 Contabilidade Gerencial

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a interação entre controle gerencial, criatividade e autoeficácia no contexto das micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras. As MPEs representam um segmento vital para a economia do país, respondendo por grande parte da geração de empregos formais e contribuindo de forma significativa para o Produto Interno Bruto, especialmente no setor de comércio (CAMPOS; GÁUDIO, 2014).

A criatividade e a autoeficácia são reconhecidas como fatores essenciais para a sobrevivência e o crescimento dessas organizações, pois influenciam a capacidade de adaptação, a motivação dos gestores e a geração de novas soluções frente a desafios dinâmicos (BANDURA, 1997; CSIKSZENTMIHALYI, 1996). Apesar do reconhecimento teórico da importância desses elementos, há lacunas na literatura quanto à forma como podem ser integrados de modo a reforçar a eficácia dos controles gerenciais sem sufocar a inovação.

Dessa forma, esta revisão bibliográfica objetiva reunir e analisar estudos que investigam: os componentes e práticas de controle gerencial aplicáveis às MPEs, o papel da criatividade como diferencial competitivo, a influência da autoeficácia no desempenho organizacional e os mecanismos de integração entre controle, criatividade e autoeficácia que favoreçam a sustentabilidade das MPEs. Com isso, pretende-se oferecer uma base conceitual para orientar futuras pesquisas e práticas gerenciais que busquem maximizar o desempenho e a longevidade das micro e pequenas empresas.

2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

¹ Graduando do 4º ano de Ciências Contábeis da Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: almeida.m.r1998@gmail.com

² Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP. Professor do Colegiado de Ciências Contábeis da Unespar – Campus de Campo Mourão – e-mail: ricardo.suave@unespar.edu.br – Orientador

2.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho possui como objetivo geral analisar a literatura sobre a relação entre a controle gerencial, criatividade e autoeficácia.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar os principais achados dos estudos levantados;
- Descrever como ocorre a relação entre a criatividade, autoeficácia e controle gerencial nas empresas.

3. METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se fundamenta na análise de conteúdos teóricos e empíricos previamente publicados sobre os temas controle gerencial, criatividade e autoeficácia. A pesquisa bibliografia busca discutir determinado tema com base em livros, periódicos, anais de congresso etc., com o objetivo de conhecer, analisar e explicar as contribuições do assunto estudado (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

Os artigos utilizados foram obtidos por meio da plataforma SPELL e no Google Acadêmico. A escolha dos materiais considerou como critérios de busca as seguintes palavras-chave: "controle gerencial", "autoeficácia", "criatividade" e "micro e pequenas empresas". A partir desses critérios, foram selecionadas fontes que contribuíssem para compreender como esses elementos se relacionam e influenciam a gestão e o desempenho das MPEs.

4. RESULTADOS

Descrevem-se a seguir os principais achados referentes aos tópicos buscados nas pesquisas analisadas. Conforme o estudo de Campos e Gáudio (2014), fica destacado que as MPEs são responsáveis por 34,83% dos empregos no país, porém muitas delas encerram atividades em até dois anos devido à falta de controles adequados. Ferramentas de planejamento, orçamentos e sistemas de informação contábil são apontadas como essenciais para tomadas de decisão estruturadas (MOREIRA et al., 2013). Nesse sentido Bouças e Gomes (2010) definem o controle gerencial como um conjunto de atividades de planejamento, coordenação e avaliação que asseguram o alinhamento das ações aos objetivos estratégicos. Como complemento, Kovalski et

al. (2018) reforçam que, em ciclos de vida organizacional, a precisão dos controles e a qualidade das informações são determinantes para a adaptabilidade das MPEs.

É importante ressaltar que a criatividade pode ser essencial para a sobrevivência das MPEs, especialmente ao se considerar que possuem menos recursos e estrutura do que grandes empresas. Nesse sentido, Aguiar e Suave (2020) revisaram estudos sobre criatividade e contabilidade gerencial e argumentam que a criatividade é fonte de vantagem competitiva, pois facilita a geração de novas ideias em cenários incertos. Nessa linha, segundo Csikszentmihalyi (1996), a criatividade envolve produzir algo original de valor, o que requer ambientes que tolerem o erro e incentivos intrínsecos.

Relacionado à criatividade, Bandura (1997) define autoeficácia como a crença na própria capacidade de realizar tarefas, sendo determinante para motivação e persistência. Dessa forma, quando uma empresa depende do desempenho criativo do próprio empreendedor, é fundamental que ele tenha autoeficácia. Enquanto alguns estudos defendem que controles gerenciais inibem a criatividade, quando o empreendedor não está submetido a tais controles, pois em muitos casos ele é o responsável pela definição desses controles, a autoeficácia surge como um fator que o ajuda a cumprir com os objetivos organizacionais.

Nesse contexto, Costa et al. (2021) introduzem o conceito de autoeficácia criativa (AEC), ressaltando que crenças sobre a capacidade criativa influenciam escolhas de tarefas e resiliência diante de obstáculos. Como exemplos de benefícios da autoeficácia, Pereira e Beuren (2023) a relacionam com a motivação de carreira e expectativa de ganhos futuros, enquanto Piccinin et al. (2022) demonstram que gestores com elevada autoeficácia apresentam maior empenho em tarefas orçamentárias e melhor desempenho gerencial.

5. DISCUSSÃO

Os resultados apresentados demonstram que, embora as MPEs desempenhem um papel significativo na geração de empregos no país (CAMPOS; GÁUDIO, 2014), sua elevada taxa de mortalidade está diretamente associada à ausência de controles gerenciais eficazes. Este achado vai de encontro aos apontamentos de Moreira et al. (2013), que ressaltam a importância de ferramentas como planejamento, orçamentos e sistemas de informação contábil para decisões mais estruturadas e sustentáveis. Bouças e Gomes (2010) e Kovalski et al. (2018) reforçam que o controle gerencial eficiente contribui diretamente para a adaptação das MPEs aos diferentes

estágios do ciclo de vida organizacional, destacando o papel da qualidade da informação e da precisão dos controles.

Aguiar e Suave (2020) e Csikszentmihalyi (1996) identificam a criatividade como uma fonte relevante de vantagem competitiva, especialmente em contextos incertos. A ligação entre criatividade e autoeficácia é relevante, sendo que Bandura (1997) destaca a autoeficácia como fator determinante para motivação e persistência. Enquanto isso, os estudos de Pereira e Beuren (2023), bem como de Piccinin et al. (2022), evidenciam que gestores confiantes em sua própria capacidade tendem a se envolver mais profundamente em processos orçamentários e demonstram melhor desempenho gerencial.

De modo que proprietários de pequenas empresas não estão sujeitos aos controles gerenciais, pois normalmente são eles quem os definem, é necessário que tenham autoeficácia em relação aos objetivos organizacionais para que possam obter vantagens do desempenho criativo. Assim, com a complementariedade da criatividade e da autoeficácia, nota-se que podem exercer influência significativa sobre a capacidade de adaptação e inovação nas MPEs.

6. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar como ocorre a relação entre a criatividade e o uso de controles gerenciais em pequenas empresas, considerando sua relevância econômica e os desafios que enfrentam para se manter ativas no mercado. Os resultados evidenciam que a ausência de práticas gerenciais estruturadas, como planejamento, orçamento e controle, contribui significativamente para a elevada taxa de mortalidade das MPEs. Contudo, aliar a autoeficácia com a criatividade pode trazer resultados positivos a tais organizações.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andson Braga de; SUAVE, Ricardo. Pesquisa sobre Criatividade em Contabilidade Gerencial: Visão Geral e Oportunidades de Pesquisa no Contexto Brasileiro. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2020.

BANDURA, Albert. **Self-efficacy**: The exercise of control. Macmillan, 1997.

BOUÇAS, A. S.; GOMES, J. S. Controle gerencial em empresas brasileiras internacionalizadas: o caso de uma empresa de material elétrico. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 2, p. 6-26, 2010.

CAMPOS, B. R.; GÁUDIO, A. E. G. M. A Utilização de Ferramentas de Controle Gerencial em Micro e Pequenas Empresa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 8, n. 3, p. 66-78, 2014.

COSTA, Russencleyton Barros et al. Adaptação transcultural e evidências de validade da escala de autoeficácia criativa para organizações. **Revista Pretexto**, 2021.

CSIKSZENTMIHALYI, M. (1996). **Creativity**: Flow and the psychology of discovery and invention. New York: Harper Collins.

DA SILVA PEREIRA, BEATRIZ; MARIA BEUREN, ILSE. A autoeficácia e disposição para esforço de carreira influenciam na expectativa de ganhos futuros de estudantes da área de negócios? Análise multigrupos do gênero. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 17, n. 4, 2023.

KOVALSKI, Andressa; RIBEIRO, Flávio; LEPCHAK, Alessandro. Controles gerenciais e os ciclos de vida organizacional: evidências em pequenas empresas comerciais do interior do Paraná. REMIPE - **Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 296–317, 2018.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

MOREIRA, R. L.; ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO, R. D. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.

PICCININ, Yvelise; ZONATTO, Vinícius Costa da Silva; DEGENHART, Larissa; GRODT, Jonas Adriel dos Santos; BIANCHI, Márcia. Efeitos das Crenças de Autoeficácia e Atitudes Gerenciais na relação entre Participação Orçamentária e Desempenho. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

DESEMPENHO CONTÁBIL E VALOR DE MERCADO DO GRUPO NATURA &CO

Elaine da Silva Cordeiro¹ – Unicentro
Mônica Aparecida Bortolotti² – Unicentro

Grupo de Trabalho: 3 - Contabilidade Gerencial

1. INTRODUÇÃO

A relação entre desempenho contábil e valor de mercado tem sido amplamente discutida no âmbito da contabilidade e das finanças corporativas, especialmente no que tange à capacidade das informações contábeis em refletir o real valor econômico das empresas. Martins, Miranda e Diniz (2020) destacam que a transparência e qualidade das demonstrações contábeis são fundamentais para que investidores avaliem o potencial de geração de valor, mas, mesmo assim, parte relevante desse valor — especialmente relativa à inovação, capital intelectual e posicionamento estratégico — costuma ficar fora dos registros contábeis tradicionais. Portanto, embora exista correlação entre desempenho contábil e valorização de mercado, a determinação do verdadeiro valor corporativo exige análise que una números contábeis com elementos qualitativos e perspectivas futuras.

A Natura &Co atua no setor de Consumo Não Cíclico, no segmento de produtos de uso pessoal e limpeza. Após reestruturação em 2019, passou a operar como *holding*, controlando marcas como Avon, Aesop e The Body Shop, listada na B3 e na Bolsa de Nova York, destaca-se pela governança corporativa e compromisso com a sustentabilidade. Fundada em 1969, é hoje a maior empresa brasileira de cosméticos, com atuação global e foco em produtos biodegradáveis

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo analisar seu desempenho contábil e valor de mercado com base em dados financeiros recentes e estrutura acionária 2023/2024.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter descritivo, com foco na análise do desempenho contábil da Natura &Co por meio das demonstrações de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa,

¹ Graduanda em Ciências Contábeis – e-mail: elainedscordeiro@outlook.com

² Doutora em Políticas Públicas; Mestre em Desenvolvimento Regional; Mestre em Extensão Rural; Bacharel em Ciências Econômicas; Bacharel em Ciências Contábeis; Tecnóloga em Gestão Pública – e-mail: monica.bortolotti@unespar.edu.br – Orientadora

além da avaliação de seu valor de mercado com base na estrutura acionária. Os dados foram obtidos nos sites da B3 e da área de Relações com Investidores da empresa, com ênfase nos relatórios financeiros de 2023 e 2024.

4. RESULTADOS

A governança corporativa da Natura é composta por um Conselho de Administração que define estratégias e supervisiona a gestão, com apoio de comitês como os de Auditoria e Remuneração. A empresa adota práticas de controle interno, gestão de riscos e transparência com acionistas e partes interessadas (Natura &Co, 2024). Para reforçar seu compromisso com a governança, aderiu voluntariamente ao Novo Mercado da B3 em 2004, assumindo práticas rigorosas como a emissão exclusiva de ações ordinárias, presença de conselheiros independentes e divulgação de demonstrações contábeis conforme padrões internacionais. A estrutura acionária atualizada está apresentada na Tabela 1, com dados de 31/08/2024.

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO GRUPO NATURA &CO

Acionistas	Quantidade de Ações	Percentual
Controladores	533.263.855	38,45%
Ações dos administradores	1.498.491	0,11%
Ações em tesouraria	1.199.023	0,09%
Ações em circulação	850.886.697	61,35%
Total de ações	1.386.848.066	100,00%

FONTE: NATURA &CO (2024)

Em 31/08/2024, a estrutura acionária da Natura mostrava 38,45% do capital em poder dos controladores, evidenciando forte influência, enquanto os administradores detinham apenas 0,11%, favorecendo a imparcialidade na gestão. A empresa mantinha 0,09% das ações em tesouraria e 61,35% em circulação, garantindo boa liquidez no mercado. No total, havia 1.386.848.066 ações emitidas, todas ordinárias e com direito a voto, refletindo uma base acionária ampla e diversificada. A distribuição das ações em circulação consta na Tabela 2.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES EM CIRCULAÇÃO DA NATURA &CO

Acionistas das ações em circulação	Quantidade de Ações	Percentual
Dynamo	70.879.965	5,11%
Aikya	70.225.444	5,06%
Baillie Gifford	69.645.590	5,02%
Outros (excluindo os acionistas +5%)	640.249.618	46,17%

FONTE: NATURA &CO (2024)

Investidores institucionais como Dynamo (5,11%), Aikya (5,06%) e Baillie Gifford (5,02%) detêm participações relevantes nas ações em circulação da Natura, exercendo influência na governança da empresa. A categoria “Outros” representa 46,17%, indicando ampla

distribuição acionária. Essa diversidade contribui para a liquidez do mercado e reforça a estabilidade e solidez da governança corporativa.

Em 26 de abril de 2024, a maioria dos investidores da Natura eram pessoas físicas (53.751), seguidas por pessoas jurídicas (1.064) e investidores institucionais (247). Havia 850.886.697 ações ordinárias em circulação, representando 61,35% do total de ações emitidas (B3, 2024). As ações da Natura &Co Holding S.A., em comparação com o Índice Bovespa (principal índice acionário da B3) nos últimos cinco anos, encontra-se na Figura 1.

FIGURA 1 – ÍNDICE BOVESPA E AS AÇÕES DA NATURA &CO



FONTE: B3 (2024).

A Figura 1 mostra que as ações NTCO3 e NTCO3F da Natura apresentaram desempenho semelhante entre si, mas com queda significativa ao longo dos últimos cinco anos. De acordo com o Clube do Valor (2024), após alcançar R\$ 61,50 com a aquisição de marcas internacionais, a empresa passou a registrar prejuízos, como a perda de R\$ 559,8 milhões no terceiro trimestre, em contraste com o lucro do ano anterior. Fatores externos, como pandemia, guerra e alta de custos, agravaram esse cenário. A Tabela 3 complementa a análise ao comparar o balanço patrimonial entre dezembro de 2023 e junho de 2024, evidenciando redução nos recursos e no patrimônio da empresa.

TABELA 3 – BALANÇO PATRIMONIAL DA NATURA NOS ANOS DE 2024 E 2023

Balanço Patrimonial - Consolidado		30/06/2024	31/12/2023
Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	R\$	22.201.859,00	R\$ 21.078.249,00
Ativo Total	R\$	40.759.305,00	R\$ 42.747.015,00
Patrimônio Líquido	R\$	22.255.600,00	R\$ 23.120.465,00
Patrimônio Líquido Atribuído à Controladora	R\$	22.237.675,00	R\$ 23.103.239,00

FONTE: B3 (2024).

A Tabela 1 indica que, entre dezembro de 2023 e junho de 2024, houve aumento no ativo imobilizado, investimentos e intangível, mas queda no ativo total e no patrimônio líquido, inclusive o atribuído à controladora, sugerindo redução de recursos e possível distribuição de lucros. Já a Tabela 4 detalha os resultados do primeiro semestre de 2023 e 2024, evidenciando a evolução das receitas, despesas e o aumento do prejuízo líquido no período.

TABELA 4 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 1º SEMESTRE DE 2024 E 2023 Em reais

Demonstração do Resultado - Consolidado	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Receita de Venda	R\$ 13.457.885,00	R\$ 13.445.281,00
Resultado Bruto	R\$ 8.719.833,00	R\$ 8.621.484,00
Resultado Financeiro	-R\$ 496.540,00	-R\$ 844.166,00
Resultado Líquido das Operações Continuadas	-R\$ 1.291.316,00	-R\$ 905.486,00
Lucro (Prejuízo) do Período	-R\$ 1.794.216,00	-R\$ 1.384.062,00
Lucro (Prejuízo) do Período Atribuído à Controladora	-R\$ 1.793.730,00	-R\$ 1.384.278,00

FONTE: B3 (2024).

A comparação dos resultados semestrais mostra que, embora a Natura tenha registrado leve aumento na receita em 2024, o prejuízo cresceu significativamente, passando de R\$ 1,38 milhão em 2023 para R\$ 1,79 milhão em 2024. A Tabela 5 apresenta o fluxo de caixa no período, evidenciando as movimentações nas atividades operacionais, de investimento e financiamento, além do impacto da variação cambial no saldo final de caixa

TABELA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO 1º SEMESTRE DE 2024 E 2023

Demonstração do Fluxo de Caixa - Consolidado	01/01/2024 a 30/06/2024	01/01/2023 a 30/06/2023
Atividades Operacionais	-R\$ 2.458.087,00	-R\$ 1.971.875,00
Atividades de Investimento	R\$ 2.142.121,00	R\$ 95.853,00
Atividades de Financiamento	-R\$ 1.994.752,00	-R\$ 1.843,00
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes	R\$ 156.112,00	-R\$ 42.790,00
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-R\$ 2.154.606,00	-R\$ 1.920.655,00

FONTE: B3 (2024).

A análise do fluxo de caixa revela que a Natura aumentou o déficit nas atividades operacionais, de R\$ 1,97 milhão em 2023 para R\$ 2,46 milhões em 2024, indicando maior consumo de recursos nas operações. Embora as atividades de investimento tenham crescido, possivelmente por venda de ativos, o aumento das saídas nas atividades de financiamento levou a uma redução líquida no caixa, que passou de R\$ 1,92 milhão para R\$ 2,15 milhões no período, mesmo com variação cambial positiva.

5. DISCUSSÃO

No primeiro semestre de 2024, a Natura &Co apresentou leve crescimento na receita, mas com aumento do prejuízo líquido, indicando desequilíbrios operacionais que comprometem a eficiência organizacional. As perdas podem estar associadas a altos custos, desafios na gestão internacional e reestruturações após aquisições como Avon, Aesop e The Body Shop. Apesar de adotar boas práticas de governança e estar listada no Novo Mercado da B3, a empresa enfrenta forte desvalorização de ações (mais de 60% em cinco anos) e maior consumo de caixa nas operações, prejudicando sua liquidez. O fluxo de caixa é um indicador essencial da saúde financeira, e sua deterioração reforça a necessidade de alinhar a governança sólida e o propósito socioambiental da Natura a uma gestão mais eficiente e sustentável.

6. CONCLUSÃO

O estudo analisou a Natura &Co com foco em governança, sustentabilidade, desempenho financeiro e valor de mercado, destacando seu modelo de gestão ético e socioambiental, apoiado por uma governança sólida. A estrutura acionária é equilibrada, com 38,45% das ações sob controle e 61,35% em circulação, parte delas com investidores institucionais. Apesar disso, a empresa sofreu uma desvalorização de 61,81% em cinco anos. Entre 2023 e 2024, houve leve aumento na receita, mas com agravamento do prejuízo líquido e maior consumo de caixa operacional. Ainda assim, a Natura mantém seu compromisso com a sustentabilidade e boas práticas de governança, que podem ser estratégicos para reconquistar a confiança do mercado e impulsionar sua recuperação.

7. REFERÊNCIAS

B3. **Cotações.** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/. Acesso em: 19 set. 2024.

B3. **Empresas Listadas.** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

CLUBE DO VALOR. **Natura:** os altos e baixos das ações após a fusão com a Avon. Disponível em: <https://clubedovalor.com.br/blog/ntco3/>. Acesso em: 19 set. 2024.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. *Análise Didática das Demonstrações Contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas, 2020.

NATURA &CO. **Estrutura acionária.** Disponível em: <https://ri.naturaeco.com/a-natura-co/o-grupo/g-governanca-corporativa/estrutura-acionaria/>. Acesso em: 12 set. 2024.



NATURA &CO. **Estrutura de Governança Corporativa**. Disponível em: <https://ri.naturaeco.com/governanca-corporativa/estrutura-de-governanca-corporativa/>. Acesso em: 12 set. 2024.

NATURA &CO. **Nossa História**. Disponível em: <https://www.naturaeco.com/pt-br/grupo/nossa-historia/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

IMPOSTO SOLIDÁRIO: SEU IMPOSTO FAZ A DIFERENÇA

Alexandre Antonio Santos Artuzo – UNESPAR¹

Guilherme Krenski Almeida – UNESPAR²

Juliano Alexandre da Silva – UNESPAR³

Lívia Ferreira da Silva – UNESPAR⁴

Jorge Leandro Delconte Ferreira – UNESPAR⁵

Grupo de Trabalho: GT 4 - Contabilidade, Gestão e Políticas Pública

1. INTRODUÇÃO

A destinação de parte do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para projetos sociais tem se mostrado um instrumento de mobilização de recursos no Brasil. Em Campo Mourão-PR, apesar do potencial de captação, observa-se que segundo a Receita Federal, em 2022, foram direcionados R\$ 248,9 milhões via destinação do IRPF e IRPJ, enquanto em 2023 esse montante subiu para R\$ 262,5 milhões. Ademais esse crescimento de cerca de 5,4 % evidencia tanto o interesse crescente da sociedade quanto às oportunidades ainda não plenamente exploradas no município.

No contexto da Política Nacional de Assistência Social e das normas de destinação do IR, a falta de informação e transparência sobre o processo de doação é uma barreira sobre as contribuições. O Brasil, embora o total destinado em 2023 tenha ultrapassado R\$ 746 bilhões, a distribuição entre municípios mostra grande desigualdade, o que reforça a necessidade de ações locais focadas na conscientização e na simplificação do procedimento. O projeto é financiado pela Itaipu Binacional para ampliar a cidadania e o apoio às entidades sociais regionais propondo um plano de ação para ampliar esse volume de um ano para o outro.

Nesse Sentido foi analisado dados oficiais da Receita Federal de 2022 e 2023, das principais entidades beneficiadas da região. A expectativa é compartilhar o conhecimento sobre a possibilidade da destinação de imposto de renda para sua própria cidade, podendo destinar a PF 6% (3% do seu Imposto de Renda para o FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e 3% para o

¹ - Ciências Econômicas – e-mail: alexandreasartuzo2507@gmail.com

² - Ciências Econômicas – e-mail: guikrenski.unespar@gmail.com

³ - Ciências Contábeis – e-mail: julianoalexandre238@gmail

⁴ - Ciências Contábeis – e-mail: liviaoutlook376@gmail.com

⁵ Coordenador Ciências Contábeis – e-mail: jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

FMPI (Fundo Municipal da Pessoa Idosa) e a PJ pode destinar 2% (1% para cada fundo), nosso crescimento da destinação de IR no longo prazo.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Avaliar o potencial de crescimento da destinação de uma parcela do Imposto de Renda em Campo Mourão, Paraná, de um ano para outro, promovendo uma maior conscientização sobre essa prática entre os contribuintes. Além disso, buscamos aumentar o volume de destinações, com foco nas pessoas que fazem o imposto de renda e não sabem da possibilidade dessa destinação.

Objetivos Específicos

Comparar os valores destinados em 2022 e 2023 no município de Campo Mourão- PR. Promovendo por dados quantitativos o quanto a destinação causa impacto.

Esclarecer que é uma destinação do IR e não uma doação e por isso não tem custo adicional ao contribuinte, só é uma opção para decidir para onde uma parte do imposto irá. Informar e engajar pessoas tanto nas redes sociais, quanto de maneira presencial para a temática de destinação de imposto de renda aos Fundos da Criança, do Idoso e do adolescente.

3. METODOLOGIA

- Tipo de Pesquisa
Qualitativa, com apoio de abordagem quantitativa.
- Procedimentos

Levantamento bibliográfico sobre destinação de IR no Brasil e em estudos de caso similares.

Análise documental dos relatórios oficiais da Receita Federal referentes aos anos de 2022 e 2023 para Campo Mourão.

Ferramentas e Instrumentos

- Planilhas eletrônicas (Excel) para os dados de destinação.
- Publicações informativas no Instagram para divulgação e conscientização sobre a destinação.
- Ações presenciais em Campo Mourão, ensinando passo a passo como destinar parte do IR.

População: Contribuintes PF e PJ de Campo Mourão–PR e outros contribuintes alcançados pelas publicações no Instagram.

Técnicas de Análise de Dados

Foram utilizadas técnicas de análise qualitativa e quantitativa

Técnicas qualitativas: foi utilizada a técnica de análise de conteúdo aplicada, permitindo identificar e categorizar barreiras, oportunidades e boas práticas na comunicação sobre a destinação do IR.

Técnicas quantitativa: foram aplicadas técnicas descritivas, como cálculo de médias, variações percentuais e elaboração de gráficos de tendência, com foco na comparação entre os dados de 2022 e 2023.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Como o projeto de 2024 ainda está em curso, apresentam-se a seguir os dados consolidados de 2022 e 2023:

Localidade	2022 (R\$)	2023 (R\$)	Variação %
Campo Mourão	248.925.876	262.571.075	+5,48%
Paraná	11.280.858.934	11.790.431.902	+4,52%
Brasil	700.639.093.165	746.168.321.598	+6,48%

Tabela 1. Valores destinados via IRPF e IRPJ em 2022 e 2023.

Percepções iniciais (qualitativas):

- Os contribuintes têm pouca familiaridade com o procedimento da destinação, demonstrando receio de custos ocultos ou riscos de fraude e, mesmo cientes de sua gratuidade, tendem a não destinar pelo tempo exigido para a realização do processo.

5. DISCUSSÃO

Os dados indicam que Campo Mourão registrou um crescimento de 5,48 % na destinação de IR entre 2022 e 2023, acima da média estadual (4,52 %) mas abaixo da média nacional (6,48 %). Desse modo os estudos nos municípios similares apontam que fatores como densidade de entidades beneficentes ativas e intensidade de campanhas de comunicação estão fortemente correlacionados com taxas de destinação mais elevadas (CRCPR, 2025; Diário do Comércio,

2025). Em Campo Mourão, a adoção de Instagram e distribuição de panfletos mostrou-se efetiva para sensibilizar parte da população.

Implicações práticas e teóricas.

Os resultados sugerem reforçar a divulgação digital especialmente em plataformas de alta penetração como o Instagram. Além disso, a clareza na mensagem de que é uma destinação e não uma doação e por isso não gera custo adicional mostrou-se crucial: materiais que exemplificam passo a passo contribuíram para reduzir o receio de fraudes e a percepção de possíveis cobranças ocultas (Sindireceita, 2025). Campanhas como "Declare o Bem no seu Imposto de Renda" têm se mostrado eficazes (CRCPR, 2025). Na implicação teórica os dados mostram que há potencial de crescimento na destinação do IR de Campo Mourão.

Limitações do estudo

Reconhece-se que a análise se baseia em dados consolidados apenas até 2023 e em percepções iniciais de contribuintes, sem resultados depois que o projeto "Imposto solidário: Seu imposto faz a diferença" se iniciou em outubro de 2024. E comparações ano a ano dependem da estabilidade da base de dados da Receita Federal e podem ser afetadas por mudanças na composição de contribuintes ou ajustes na legislação fiscal.

Em síntese, a análise revela que, apesar dos indicadores promissores em Campo Mourão, ainda há espaço para melhorar o engajamento fiscal.

6. CONCLUSÃO

Concluiu-se que a análise realizada evidenciou o potencial de crescimento da destinação do Imposto de Renda em Campo Mourão. Apesar do avanço de 5,48% entre 2022 e 2023, persistem barreiras relevantes, para aumentar essa destinação, conforme destacado pela Receita Federal, o desconhecimento do processo por parte dos contribuintes influencia nesse processo. As evidências quantitativas e qualitativas do estudo demonstram que ações de conscientização, podem ampliar significativamente o engajamento local. Além de sugerir estratégias para o aumento das destinações, o trabalho contribui para a participação dos declarantes de IR e o uso consciente dos tributos, além das atividades desenvolvidas se alinham com os ODS 1, 3, 4, 10 e 16, promovendo educação fiscal, redução de desigualdades e fortalecimento de instituições eficazes.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Receita Federal. Imposto de renda por município (2022–2023). RFB, Disponível em:

https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/copy_of_arrecadacao-das-receitas-administradas-pela-rfb-por-municipio. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Receita Federal. *Destinação do Imposto de Renda*. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/destinacao-do-imposto-de-renda>. Acesso em : 26 mai. 2025. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ (CRCPR). *Intensifica campanhas para apoiar projetos sociais*. CRC-PR. Disponível em: <https://www.crcpr.org.br/crcpr/noticias/destinacao-do-imposto-de-renda-crcpr-intensifica-campanhas-para-apoiar-projetos-sociais>. Acesso em: 26 mai. 2025.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. *Campanhas são fundamentais para destinação solidária do IR*. Diário do Comércio. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/mm2032/campanhas-sao-fundamentais-destinacao-solidaria-ir/>. Acesso em: 26 mai. 2025.

SINDIRECEITA. Analistas-Tributários lançam campanha para incentivar destinação de Imposto para crianças, adolescentes e idosos. *Site do Sindireceita*. Disponível em: <https://sindireceita.org.br/noticias/2025/04/22/analistas-tributarios-lancam-campanha-para-incentivar-destinacao-de-imposto-para-criancas-adolescentes-e-idosos>. Acesso em: 26 mai. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

MAPEAMENTO DE MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM CAMPO MOURÃO-PR

Carolline Pereira da Costa¹ – Unespar
Jhonathan Solochinski Durso² – Unespar
Érica da Costa Sardinha³ – Unespar
Isabela Taysa Leal Viana⁴ – Unespar
Larissa Roberta Pontes de Moraes⁵ – Unespar
Luisa Millan Rupp⁶ – UEM
Jorge Leandro Delconte Ferreira⁷ – Unespar

Grupo de Trabalho: 03 Contabilidade Gerencial

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa integra as atividades do projeto de extensão “Agroecologia Familiar: Fortalecendo as Entidades”, vinculado à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Campo Mourão. A ação tem como principal objetivo mapear o mercado de produtos orgânicos no supracitado município, com o intuito de compreender como esses alimentos circulam localmente: onde são comercializados, se há informações claras e acessíveis ao consumidor quanto à sua localização dos produtos orgânicos e quais são os principais obstáculos para a ampliação desse mercado.

O estudo propõe-se a analisar se há existência de demanda por produtos agroecológicos, identificar os fornecedores disponíveis e verificar possíveis desencontros entre oferta e procura, considerando tanto os consumidores quanto os agentes comerciais. Assim, pretende-se diagnosticar falhas ao longo da cadeia de produção e comercialização, seja no fornecimento por parte dos agricultores familiares, na distribuição pelos comerciantes ou na própria conscientização e demanda dos consumidores.

Esta pesquisa conta com o apoio dos bolsistas vinculados ao projeto, os quais participarão ativamente da coleta de dados por meio de visitas a estabelecimentos comerciais, observações diretas e entrevistas com comerciantes. Com base nos dados obtidos, espera-se auxiliar os agricultores familiares, entidades parceiras e gestores públicos com informações estratégicas que

¹ - Acadêmica – e-mail: carolline.costa.22@estudante.unespar.edu.br

² - Especialista – e-mail: jhonathan.durso.22@estudante.unespar.edu.br

³ - Acadêmica – e-mail: erica.sardinha.22@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Acadêmica – e-mail: isabela.viana.22@estudante.unespar.edu.br

⁵ - Acadêmica – e-mail: larirmorais26@gmail.com

⁶ - Mestra – e-mail: pg54749@uem.br

⁷ - Doutor – e-mail: autor4@unespar.edu.br

contribuam para o fortalecimento dos vínculos entre produção, comercialização e consumo de alimentos mais saudáveis e sustentáveis.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é mapear o mercado de produtos orgânicos em Campo Mourão, identificando onde esses alimentos são comercializados, avaliando se há informações claras e acessíveis ao consumidor sobre sua localização e levantando os principais obstáculos à ampliação desse mercado.

Como objetivo específico pretende-se analisar a existência e o perfil da demanda por produtos agroecológicos na cidade. Avaliar se há clareza de informação na separação de produtos orgânicos e convencionais aos consumidores sobre a localização e a procedência dos produtos orgânicos. E analisar a existência e o perfil da demanda por produtos agroecológicos na cidade, verificando possíveis desencontros entre oferta e procura e diagnosticar falhas ao longo da cadeia de produção e comercialização.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem descritiva e exploratória, focada em 36 estabelecimentos comerciais de Campo Mourão que comercializam ou poderiam comercializar produtos orgânicos, incluindo supermercados, mercadinhos e quitandas. A amostragem baseou-se em uma rota previamente definida, com visitas presenciais realizadas por bolsistas do projeto de extensão da UNESPAR. Após a apresentação institucional e autorização do entrevistado, aplicou-se um questionário digital via Google Forms.

Nos locais que não comercializam produtos orgânicos, foram registradas as justificativas. Quando presentes, investigaram-se os tipos de produtos (hortaliças frescas, frutas, verduras, grãos ou processados), formas de exposição (gôndolas, balcão, refrigerado), frequência de oferta (permanente, ocasional ou por encomenda) e variedade (1 a 3, 4 a 10, mais de 10 itens).

Além das entrevistas, os bolsistas realizaram observações diretas sobre a presença de destaque visual, identificação de produtos orgânicos (etiquetas, certificações), visibilidade dos preços, procedência (familiar/local/regional), e possíveis vínculos com associações ou cooperativas. Todos os dados foram registrados em planilha Excel e analisados de forma qualitativa e quantitativa, respeitando os princípios éticos de pesquisa e a voluntariedade dos participantes.

4. RESULTADOS

Dos 36 estabelecimentos entrevistados – compostos por 14 supermercados (38,89%), 20 mercadinhos (55,56%) e 2 quitandas (5,6%) – todos demonstraram plena adesão ao estudo, participando com 100% de concordância. No que diz respeito à oferta de produtos orgânicos, apenas 11 estabelecimentos (30,6%) declararam disponibilizá-los regularmente, enquanto a maioria – 20 estabelecimentos (55,6%) – não os comercializaram, 1 (2,8%) já os ofertaram, mas interromperam a comercialização e 4 (11,1%) não sabia informar.

Entre os estabelecimentos que oferecem produtos orgânicos, as hortaliças frescas foram as mais frequentes (registradas em 8 estabelecimentos, 72,7%), seguidas por frutas (5; 45,5%), verduras (4; 36,4%), grãos ou produtos processados (3; 27,3%), açúcar orgânico (1; 9,1%) e frango orgânico (1; 9,1%). Apenas 2 estabelecimentos (18,2%) realizam a separação física dos produtos – um utiliza balcão refrigerado (9,1%) e outro emprega caixotes que desejam a mesma estrutura (9,1%), e nenhum adota destaque visual (100%), como sinalização especial ou uso de núcleos diferenciados. A reposição dos estoques revelou que 7 ofertantes (63,6%) reabastecem seus produtos orgânicos em base semanalmente ou com periodicidade fixa, enquanto os demais operam conforme a disponibilidade ocasional ou em dados não especificados. Em termos de variedade, 5 estabelecimentos (45,4%) oferecem mais de dez itens diferentes, 3 (27,3%) disponibilizam entre quatro e dez itens e outros 3 (27,3%) oferecem apenas de um a três produtos.

No que se refere à informação e à rotulagem, apenas 3 ofertantes (27,3%) exibem, de forma visível, a certificação ou etiqueta “orgânica”, e 5 (45,5%) destacam preços para esses produtos. Nenhum estabelecimento evidencia explicitamente “agricultura familiar” em sua comunicação ou rotulagem, e apenas 3 ofertantes (27,3%) mencionam procedência local ou regional. Além disso, nenhum dos entrevistados está vinculado formalmente a associações ou cooperativas de produtores. Esses resultados apontam para um mercado de produtos orgânicos ainda incipiente, no qual a falta de padronização na exposição, na rotulagem e na comunicação sobre a procedência pode limitar o reconhecimento e a confiança do consumidor.

5. DISCUSSÃO

Segundo IPEA (2020), a análise das tendências globais e nacionais na produção e no consumo de orgânicos revela um cenário de crescente valorização destes produtos, mas também evidencia tensões entre os princípios iniciais do movimento orgânico e as dinâmicas de mercado que se consolidaram nos últimos anos. Em nível internacional, o setor orgânico tem atraído

consumidores cada vez mais sensíveis a aspectos ambientais, sanitários e éticos, notadamente nas economias desenvolvidas.

O estudo de Silva et.al (2005) revelou que o fator econômico, em especial o preço elevado, constitui a principal barreira à ampliação do consumo de produtos orgânicos em supermercados de Londrina, sendo apontado por 45 % dos entrevistados como dificultador central. Ademais, ficou evidenciado que a regularidade de oferta e o posicionamento estratégico — a concentração dos produtos em seção única — influenciam significativamente a percepção de conveniência e, conseqüentemente, a decisão de compra (média de 4,57 na escala de Likert para facilitação pela disposição em gôndolas).

Do ponto de vista gerencial, esses resultados indicam que estratégias de marketing devem ir além da simples divulgação de atributos (e.g., “livre de agrotóxicos”), traduzindo-os em benefícios tangíveis que dialoguem com os valores mais profundos dos consumidores, tais como saúde familiar e sustentabilidade ambiental Oliveira et.al., (2022).

Silva et al. (2005) enfatizam que “a concentração dos produtos em seção única” e um layout pensado podem melhorar a percepção de conveniência. No estudo, verifica-se uma ausência quase total de destaque visual: apenas 2 estabelecimentos realizam algum tipo de separação física e nenhum adota sinalização ou núcleo diferenciado para orgânicos.

Em Silva et al. (2005), a “regularidade de oferta” aparece como fator crítico para a ampliação do consumo: a oferta isolada ou irregular tende a prejudicar a percepção de confiabilidade e conveniência, reduzindo a propensão de compra. A baixa proporção de estabelecimentos com oferta constante sugere uma fragilidade semelhante à detectada em Silva et al.: a escassa regularidade provavelmente limita a criação de hábito de compra de orgânicos.

O resultado eles colaboram com o alto índice de certificação e de etiquetas orgânicas de formas visíveis e que nenhum evidencia “agricultura familiar e apenas 3 mencionam procedência local/regional. Silva et al. apontam que, além de preço, a transparência de informações (origem, benefícios) impacta a confiança.

Uma limitação deste estudo foi a baixa adesão dos estabelecimentos pode estar relacionada abaixo giro ou margens insuficientes, preço elevado nos mercados que fornecem os produtos, a demanda é baixa, com isso os estabelecimentos podem entender que não compensam o gerenciamento frente ao custo de aquisição e risco de perda por perecibilidade.

Pesquisas futuras poderiam investigar a motivação e barreiras para entender quais fatores influenciam a decisão de compra de orgânicos, estudar a disposição a pagar por esses produtos

em diferentes categorias e empregar experimentos de campo avaliando se descontos temporários ou formas de pacotes estimulam experimentação e fidelização.

6. CONCLUSÃO

Conclui que a pesquisa realizada em Campo Mourão revela um mercado de produtos orgânicos ainda em estágio incipiente, marcado por baixa oferta regular, limitada visibilidade e falta de padronização nas práticas de comercialização. Observou-se que apenas cerca de 30% dos estabelecimentos entrevistados disponibilizam produtos orgânicos de forma consistente, predominando hortaliças frescas, seguidas por frutas, verduras e, em menor escala, grãos e processados. A exposição física e a comunicação sobre a procedência mostram-se precárias: a separação física ocorre em pouquíssimos casos, não há destaque visual sistemático e a rotulagem com certificação ou informação de agricultura familiar é pouco frequente. Ademais, não se identificou qualquer vínculo formal com associações ou cooperativas, o que pode comprometer a organização da cadeia e a negociação de melhores condições de fornecimento.

A fragilidade observada na regulação de estoque e na diversificação de itens, aliada ao possível fator inibidor do preço elevado e à baixa percepção de demanda, sugere que estratégias de marketing e de articulação institucional são necessárias para fortalecer a confiança do consumidor. Nesse sentido, ações de extensão podem incentivar parcerias entre agricultores familiares e comerciantes, promover capacitação sobre certificação e rotulagem, e fomentar iniciativas de divulgação que evidenciem benefícios ambientais, sanitários e sociais, aproximando oferta e demanda.

7. REFERÊNCIAS

- Silva, D. M., Camara, M. D., & Dalmas, J. C. (2005). Produtos orgânicos: barreiras para a disseminação do consumo de produtos orgânicos no varejo de supermercados em Londrina, PR. *Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina*, 26(1), 95-104.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2020). Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil: panorama e desafios. Texto para Discussão No. 2538. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9678>

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PROJETO DE EXTENSÃO: FORTALECENDO REDES AGROECOLÓGICAS

Jhonathan Solochinski Durso¹ – Unespar
Carolline Pereira da Costa² – Unespar
Érica da Costa Sardinha³ – Unespar
Isabela Taysa Leal Viana⁴ – Unespar
Larissa Roberta Pontes de Moraes⁵ – Unespar
Luisa Millan Rupp⁶ – UEM
Jorge Leandro Delconte Ferreira⁷ – Unespar

Grupo de Trabalho: 03 Contabilidade Gerencial

1. INTRODUÇÃO

A agroecologia configura-se como uma abordagem economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável. Portanto, capaz de articular saberes tradicionais e conhecimentos científicos para fortalecer a resiliência dos agroecossistemas familiares e mitigar as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao substituir práticas convencionais de preparo intensivo do solo por técnicas conservacionistas e ao utilizar insumos locais, a agroecologia não apenas contribui para a restauração dos serviços ecossistêmicos, mas também promove a autonomia técnica e financeira das famílias agricultoras, ampliando a capacidade de enfrentar condições climáticas adversas e de comercializar por meio de circuitos curtos (Petersen et al., 2009).

Nesse contexto, os projetos de extensão universitária desempenham papel estratégico ao conectar agricultores, consumidores, associações e instituições públicas, estimulando a difusão dos conhecimentos agroecológicos e a construção coletiva de soluções adaptadas à realidade local. Os projetos “Agroecologia familiar: aproximando produtores e consumidores” e “Agroecologia familiar: fortalecendo entidades”, desenvolvidos pela Unespar – Campus Campo Mourão em parceria com a UEM, em Barbosa Ferraz e Mariluz (PR). Iniciado em janeiro de 2023, o projeto visa mapear redes agroecológicas, promover conhecimento em planejamento

¹ - Especialista e-mail: jhonathan.durso.22@estudante.unespar.edu.br

² - Acadêmica e-mail: carolline.costa.22@estudante.unespar.edu.br

³ - Acadêmica e-mail: erica.sardinha.22@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Acadêmica e-mail: isabela.viana.22@estudante.unespar.edu.br

⁵ - Acadêmica e-mail: larimorais26@gmail.com

⁶ - Mestra e-mail: pg54749@uem.br

⁷ - Doutor e-mail: jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

estratégico, agroecológico e gestão financeira, além disso produziu materiais didáticos para apoiar as famílias agricultoras na organização de redes de comercialização.

2. OBJETIVOS

A presente pesquisa busca responder à seguinte indagação: de que maneira o projeto “Agroecologia Familiar” contribui para o fortalecimento das práticas agroecológicas e para a autonomia socioeconômica de agricultores familiares em contextos vulneráveis? Tem como objetivo principal avaliar o projeto “Agroecologia Familiar: Fortalecendo as Entidades” no que tange à consolidação de redes de cooperação entre associações de produtores, consumidores e órgãos públicos nas regiões de Barbosa Ferraz e Mariluz (PR) — municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas públicas em razão do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Busca-se, assim, compreender em que medida as ações de extensão vêm fortalecendo as práticas agroecológicas e a resiliência socioambiental das comunidades envolvidas.

Como objetivos específicos, propõem-se descrever o processo de difusão de saberes promovido pelo projeto por meio de oficinas, seminários, rodas de conversa e utilização de materiais didáticos (guias e planilhas de acompanhamento); fortalecer as redes agroecológicas locais; e ampliar a autonomia produtiva e comercial das famílias agricultoras.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou abordagem qualitativa e estudo de caso descritivo, valendo-se da pesquisa documental — com base nos documentos produzidos pelo próprio projeto —, da pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo, o que permitiu a compreensão aprofundada dos processos sociais, culturais e organizacionais. A estratégia metodológica combinou pesquisa bibliográfica e estudo de caso, centrando-se na experiência do projeto desenvolvido pela Unespar – Campus Campo Mourão.

A revisão de literatura teve como finalidade construir o referencial teórico-conceitual sobre agroecologia, extensão universitária e justiça socioambiental. Por meio da pesquisa bibliográfica, embasou-se em autores que discutem a agroecologia enquanto prática transformadora nos territórios, orientando, assim, a análise crítica dos dados empíricos coletados.

O estudo de caso descritivo, com emprego de pesquisa documental, concentrou-se na análise de materiais produzidos durante a execução do projeto, tais como relatórios de campo, atas de reuniões, guias, planilhas de vendas e registros de conversas informais com agricultores dos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz (PR). Esses documentos foram organizados e categorizados com base nos objetivos do projeto, permitindo a identificação de padrões e práticas relacionadas ao planejamento estratégico, à agroecologia e à gestão financeira nas comunidades atendidas.

A triangulação entre os dados documentais e os referenciais teóricos e bibliográficos possibilitou uma leitura crítica dos impactos do projeto nas dimensões técnica, organizacional e formativa. Embora o recorte territorial e temporal constitua limitação, os resultados obtidos fornecem indícios relevantes acerca dos caminhos da agroecologia como ferramenta de transformação social. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu compreender de que modo o conhecimento compartilhado e a ação extensionista colaboram para o fortalecimento da agricultura familiar em territórios vulneráveis.

4. RESULTADOS

A agroecologia, enquanto campo transdisciplinar, integra saberes tradicionais e conhecimentos da ecologia, agronomia, economia e sociologia para desenvolver práticas adaptadas às realidades locais, promovendo sistemas produtivos mais equilibrados e resilientes (Petersen et al., 2009). Em pequenas propriedades familiares, a diversificação de culturas e a adoção de sistemas Lavoura-Pecuária-Floresta (LPF) podem reduzir em até 40% as emissões diretas de gases de efeito estufa em comparação com métodos convencionais de manejo do solo (IPCC, 2023). Além de mitigar impactos ambientais, tais práticas podem manter ou incrementar a rentabilidade, desde que sejam apoiadas por assistência técnica qualificada e incentivos para o fortalecimento dos mercados agroecológicos (Petersen et al., 2009).

O primeiro projeto, “Agroecologia Familiar: Aproximando produtores e consumidores”, da Unespar – Campus Campo Mourão teve início em janeiro de 2023 e, em sua primeira fase, concentrou-se em aproximar agricultores e consumidores nos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz (PR). Em novembro de 2024, iniciou-se o segundo projeto de extensão, cujo objetivo foi expandir a área de atuação, consolidar redes de cooperação entre associações, consumidores e órgãos públicos, e estender o alcance do projeto a outras comunidades rurais da região.

O plano de execução se iniciou com o treinamento aos bolsistas, foram desenvolvidas atividades teóricas e práticas voltadas ao planejamento estratégico, ao conhecimento agroecológico e à gestão financeira. As experiências individuais e coletivas das dinâmicas a campo com os participantes foram compartilhadas em seminários, oficinas e rodas de conversa, o que fomentou a construção de espaço de troca de saberes. Simultaneamente, procedeu-se ao diagnóstico de cooperativas, associações e potenciais grupos de consumidores, os resultados evidenciaram práticas bem-sucedidas e identificou lacunas, permitindo ajustes contínuos no escopo do projeto para melhor atender às necessidades dos agricultores.

A partir das experiências coletivas e das demandas identificadas, foram criadas redes sociais, realizado o cadastro no Google Meu Negócio e elaborados sete guias introdutórios — disponibilizados em formatos impresso e digital — que abordam os seguintes temas: planejamento estratégico na produção agroecológica; controle de produção e de vendas; gestão financeira e de custos; estratégias de comercialização; vendas online e uso de plataformas digitais; e organização de cestas agroecológicas. Esses materiais didáticos inovadores, desenvolvidos em coautoria com os participantes das comunidades, foram concebidos para ser acessíveis e inclusivos a todos.

Na fase atual, em complementariedade aos materiais didáticos, desenvolveu-se uma planilha de automação para controle de vendas, projetada para beneficiar associações de pequeno porte, e pesquisa mercadológica a identificar tendências de consumo e o potencial de expansão dos mercados locais. Ademais, há divulgação científica oral e escrita de trabalhos acadêmicos correlacionados à execução dos projetos supramencionados. E cronograma para divulgação comunitária.

5. DISCUSSÃO

Os resultados confirmam que a agroecologia, ao integrar saberes diversos, gera benefícios sociais, econômicos e ambientais de forma simultânea (IPCC, 2023). Ademais, a diversificação da produção agropecuária contribui para a segurança alimentar e nutricional (The Lancet, 2019).

No âmbito socioeconômico, a capacitação em gestão financeira e comercialização, evidenciada pelas guias e pela planilha de automação, revelou-se determinante para o fortalecimento das redes agroecológicas locais. Tais benefícios corroboram estudos que

ressaltam a importância de incentivos institucionais e de mercados organizados para a viabilidade econômica da agricultura familiar agroecológica (Santos e Vestena, 2024).

Por sua vez, o mapeamento participativo de associações e consumidores, aliado à contínua troca de experiências entre bolsistas e agricultores, sublinha a eficácia da metodológica adotada. A combinação entre pesquisa bibliográfica, análise documental e interações de campo assegurou a validade e a confiabilidade dos achados obtidos.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho evidenciou que a articulação entre ciência, movimentos sociais, cooperativas, associações e universidades, é essencial para a construção de territórios socioambientalmente justos. Através da abordagem participativa e coletiva, foi possível elaborar e construir diagnósticos, oficinas, materiais didáticos e ferramentas de gestão, os projetos “Agroecologia Familiar” demonstrou que é possível mitigar as mudanças climáticas, fortalecer economicamente a agricultura familiar e promover a soberania e segurança alimentar de forma simultânea.

A experiência em Campo Mourão contribuiu para o aumento da autonomia financeira das famílias rurais por meio de estratégias diversificadas de comercialização e para o fortalecimento das redes de cooperação entre agricultores, associações e consumidores. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de avaliações de médio e longo prazo dos impactos ambientais e socioeconômicos, a condução de estudos comparativos entre diferentes biomas e a realização de análises do impacto e incipiência políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de mercados agroecológicos.

Em síntese, ao combinar formação, pesquisa e extensão, o projeto criou uma base sólida para a expansão das práticas agroecológicas, para a valorização da agricultura familiar e para a promoção da justiça socioambiental em regiões vulneráveis.

7. REFERÊNCIAS

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. (2023). AR6 Climate Change 2023: The Physical Science Basis. Cambridge: Cambridge University Press.

Nobre, Carlos A. Fundamentos científicos das mudanças climáticas / Carlos A. Nobre, Julia Reid, Ana Paula Soares Veiga. – São José dos Campos, SP: Rede Clima/INPE, 2012. 44 p.
https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/05/nobre_reid_veiga_fundamentos_2012.pdf

Petersen, P. F., von der Weid, J. M., & Fernandes, G. B. (2009). Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. Informe Agropecuário, 30(252), 24-33.

Santos, R. A. A. dos, & Vestena, L. R. (2024). A agroecologia e os serviços ecossistêmicos no contexto latino-americano: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Agroecologia, 19(3), 353-370. <https://doi.org/10.33240/rba.v19i3.53881>

SWINBURN, Boyd A. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. The lancet, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.
<https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2818%2932822-8>

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 04

CONTABILIDADE, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ARTIGOS CIENTÍFICOS

DESAFIOS NA GESTÃO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DE NOVAS AUTARQUIAS

Ofélia Aida Victorino¹ – Unespar
Jorge Leandro Delconte Ferreira² – Unespar

GRUPO DE TRABALHO 4: Contabilidade, Gestão e Políticas Pública

RESUMO

Este trabalho analisa os principais desafios enfrentados pelas autarquias locais em Moçambique, especialmente no contexto da recente expansão do número de municípios promovida pelo governo. A descentralização administrativa, política e financeira, prevista na legislação moçambicana desde os anos 1990, visa fortalecer a autonomia local, ampliar a participação cidadã e melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população. Diante disso, o estudo busca responder: **Quais os principais entraves à consolidação da gestão municipal nos novos municípios moçambicanos?** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada em análise documental de fontes institucionais e legislação vigente, além de revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais. Os resultados indicam que, apesar de avanços institucionais, as autarquias ainda enfrentam obstáculos que comprometem a efetividade da gestão municipal. Entre os principais desafios identificados estão a limitada cultura de arrecadação tributária local, a dependência financeira em relação às transferências do governo central, a fragilidade técnica e institucional das autarquias, os altos índices de analfabetismo e as dificuldades de implementação de políticas públicas ajustadas às realidades locais. Conclui-se que a descentralização moçambicana, embora promissora, requer ajustes estruturais e investimentos em capacidades locais para que os municípios recém-criados possam consolidar sua atuação com maior eficácia e autonomia.

Palavras-chave: Gestão Municipal. Descentralização. Autarquias Locais. Moçambique. Políticas Públicas.

RESUMEN

*Este trabajo analiza los principales desafíos que enfrentan los municipios locales en Mozambique, especialmente en el contexto de la reciente expansión del número de municipios promovida por el gobierno. La descentralización administrativa, política y financiera, prevista en la legislación mozambiqueña desde la década de 1990, tiene como objetivo fortalecer la autonomía local, ampliar la participación ciudadana y mejorar la calidad de los servicios públicos. Ante esto, el estudio busca responder: **¿Cuáles son los principales obstáculos para la consolidación de la gestión municipal en los nuevos municipios mozambiqueños?** La investigación adopta un enfoque cualitativo, descriptivo y exploratorio, basado en el análisis documental de fuentes institucionales y legislación vigente, además de una revisión bibliográfica de autores nacionales e internacionales. Los resultados muestran que, a pesar de los avances institucionales, los municipios aún enfrentan obstáculos que comprometen la efectividad de la gestión local. Entre los principales desafíos identificados están la limitada cultura de recaudación de impuestos, la dependencia financiera del gobierno central, la debilidad técnica e institucional, los altos índices de analfabetismo y las dificultades para implementar políticas públicas adaptadas a las realidades locales. Se concluye que la descentralización mozambiqueña, aunque*

¹ Graduada em Ciências Contábeis com habilitação em Auditoria. Mestranda. PPGSeD. Unespar. Campus de Campo Mourão. ofeliaaidav@gmail.com

² - PhD em Economia. Me. em Administração. Bacharel em Ciências Contábeis. jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

prometedora, requiere ajustes estructurales e inversiones en capacidades locales para que los municipios recién creados puedan consolidar su actuación con mayor eficacia y autonomía.

Palabras clave: Gestión Municipal. Descentralización. Municipios Locales. Mozambique. Políticas Públicas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A descentralização administrativa tem sido uma das estratégias adotadas por vários países africanos para promover desenvolvimento local, democracia participativa e eficiência na gestão pública. Em Moçambique, esse processo teve início com a criação das autarquias locais em 1998, como parte de uma reforma mais ampla do Estado. Desde então, o país tem buscado fortalecer a descentralização política, fiscal e administrativa. Em dezembro de 2022, o Parlamento moçambicano aprovou a criação de 12 novas autarquias, elevando o número total para 65, visando ampliar o acesso da população aos serviços públicos e fomentar a participação cidadã.

Segundo Simione (2018), a trajetória da municipalização em Moçambique reflete uma tentativa de transferir competências do nível central para os governos locais, com o objetivo de tornar a administração pública mais próxima das reais necessidades das comunidades. No entanto, a expansão das autarquias ocorre em um contexto marcado por sérios desafios institucionais, financeiros e operacionais. Dentre os entraves enfrentados, destacam-se a baixa capacidade de arrecadação própria, a dependência de transferências do governo central, a limitada qualificação técnica dos quadros locais e as dificuldades na efetivação da participação popular.

Este artigo tem como objetivo principal analisar os desafios enfrentados pelas autarquias locais em Moçambique, especialmente no contexto da criação recente de novos municípios. A pergunta que orienta esta investigação é: **quais os principais entraves enfrentados pelas autarquias locais moçambicanas diante da expansão do processo de descentralização?** Parte-se da hipótese de que, embora a descentralização represente um avanço institucional importante, sua efetividade está condicionada a fatores estruturais que ainda não foram superados.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender criticamente os limites e possibilidades da descentralização em Moçambique, contribuindo com subsídios para o aprimoramento das políticas públicas locais. A análise proposta fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com base em revisão bibliográfica e análise documental de fontes normativas, institucionais e acadêmicas.

Por fim, este trabalho está estruturado em cinco seções, além destas considerações iniciais: a seção seguinte apresenta a fundamentação teórica sobre descentralização, autarquias locais e governança municipal; na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos adotados; a quarta seção trata do desenvolvimento e análise dos dados; e a quinta seção apresenta as considerações finais com base nos resultados encontrados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A descentralização administrativa em Moçambique tem sido apresentada como um dos principais instrumentos de reforma do Estado e democratização da gestão pública desde a introdução das autarquias locais em 1998. Conforme Simione (2018), esse processo tem como meta fortalecer a autonomia dos governos locais e melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos, por meio da transferência de competências e recursos do governo central para os municípios. Essa tendência segue o modelo de descentralização adotado por diversos países africanos e lusófonos, embora em Moçambique o ritmo e a profundidade da descentralização enfrentem desafios históricos, institucionais e financeiros.

Segundo Cistac e Chiziane (2008), a descentralização moçambicana é sustentada por uma estrutura jurídica que prevê a autonomia administrativa, patrimonial e financeira das autarquias, mas que, na prática, se depara com uma frágil capacidade de arrecadação de receitas próprias. A Lei n.º 2/97 e a Lei n.º 11/97, que regulam a criação e funcionamento das autarquias, garantem essa autonomia, mas sua implementação tem sido dificultada por fatores como a limitada cultura tributária local, a carência de quadros técnicos capacitados e a ausência de mecanismos eficazes de fiscalização e controle social.

De acordo com Canhangá (2009), a descentralização, para ser efetiva, precisa estar acompanhada de mecanismos de sustentabilidade fiscal, sob pena de se tornar apenas uma desconcentração administrativa. Nesse contexto, os municípios em Moçambique continuam altamente dependentes das transferências do Orçamento do Estado, o que compromete a autonomia financeira e, conseqüentemente, a capacidade de planejar e executar políticas públicas de maneira independente.

O Banco Mundial (2022) ressalta que, em diversos países africanos, a fragmentação institucional e a limitação da arrecadação local comprometem a sustentabilidade fiscal das

unidades subnacionais, sendo necessário o fortalecimento da capacidade institucional como pré-condição para a autonomia efetiva.

Para melhor compreender a posição de Moçambique no contexto lusófono, o Quadro 1 apresenta uma comparação entre as dimensões da descentralização em países que compartilham heranças institucionais semelhantes. Essa comparação permite identificar padrões comuns e limitações específicas do caso moçambicano, inclusive em contraste com o Brasil, que possui uma das experiências de descentralização mais consolidadas entre os países lusófonos.

Quadro 1 - Comparativo entre dimensões da descentralização em países lusófonos

País	Autonomia Administrativa	Autonomia Financeira	Participação Cidadã	Dependência do Governo Central
Moçambique	Parcial	Baixa	Limitada	Alta
Cabo Verde	Ampla	Moderada	Ativa	Média
Angola	Parcial	Baixa	Muito limitada	Alta
Portugal	Ampla	Ampla	Alta	Baixa
Brasil	Ampla	Moderada a Alta	Alta	Moderada

Fonte: Elaboração própria com base em Simione (2018), Canhanga (2015), MOPIUA (2023), Banco Mundial (2022), Arretche (2012), Abrucio (2005) e IPEA (2020).

Outro desafio enfrentado pelas autarquias locais refere-se à limitação da participação cidadã nos processos de tomada de decisão. O relatório do MOPIUA (2023) destaca que, embora o quadro legal permita a realização de assembleias municipais participativas, na prática essas experiências são raras, sobretudo nos municípios mais recentes. A governança local ainda é marcada por uma forte verticalização e por práticas clientelistas, o que reduz a efetividade dos mecanismos de controle social. O UNDP (2021) reforça que o empoderamento de comunidades locais requer não apenas descentralização política e fiscal, mas também o fortalecimento de canais de participação cidadã, especialmente em contextos de baixa escolaridade.

Além disso, como destaca Baloi (2019), a criação de novas autarquias, como ocorreu em 2022 com a elevação do número para 65, não foi precedida de diagnósticos técnicos consistentes, o que resultou na instalação de estruturas municipais em territórios com baixa densidade populacional, fraca base econômica e inexistência de infraestrutura pública básica. Essa expansão sem planejamento adequado agrava os desafios já enfrentados pelas autarquias mais antigas,

criando desigualdades entre os municípios e dificultando a consolidação de uma política nacional de desenvolvimento local equilibrado.

Smoke (2015) observa que a descentralização não garante automaticamente melhores resultados de governança. Sem mecanismos eficazes de responsabilização, há o risco de transferência de ineficiências do nível central para o local.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023) revelam que menos de 15% da receita total das autarquias provêm de tributos locais, sendo o restante oriundo de transferências governamentais. Esse dado é ilustrativo da baixa autonomia financeira municipal, que compromete a capacidade das autarquias de investir em serviços públicos essenciais e ampliar a participação da população nos processos decisórios.

Portanto, a fundamentação teórica mostra que os avanços normativos e institucionais em Moçambique não têm sido suficientes para garantir uma descentralização efetiva. É necessário investir em capacitação técnica, fortalecimento da cultura cívica, ampliação da base tributária local e descentralização real de recursos, se o país pretende consolidar um modelo de gestão municipal capaz de atender às demandas da população e promover o desenvolvimento sustentável no nível local.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa classifica-se como aplicada, pois visa gerar conhecimentos voltados à compreensão e solução de problemas específicos enfrentados pelas autarquias locais em Moçambique, especialmente no contexto da expansão do número de municípios e dos desafios da descentralização administrativa. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa aplicada, consiste em gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à interpretação de fenômenos sociais e institucionais complexos, sem o uso de técnicas estatísticas formais. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70) “a pesquisa qualitativa consiste na interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados e não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, sendo o pesquisador principal instrumento de coleta de dados e a amostra têm sido pequenas e/ou não-representativas”.

Entre os procedimentos técnicos de coleta de dados utilizados, destacam-se:

- Pesquisa bibliográfica: fundamentada em livros, artigos científicos e publicações acadêmicas que abordam temas como descentralização, governança local, sustentabilidade fiscal e participação cidadã (Gil, 2008, p.50).

- Pesquisa documental: com análise de legislações específicas (como a Lei n.º 2/97 e a Lei n.º 11/97), relatórios institucionais do governo moçambicano, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e outros documentos oficiais relevantes. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 175), pesquisa documental é a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, podendo ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Não foram utilizados procedimentos como entrevistas, questionários, estudo de campo, observação direta ou estudo de caso. A escolha metodológica concentrou-se na análise de dados secundários e na sistematização do conhecimento existente, permitindo o aprofundamento teórico e prático do tema abordado.

A análise dos dados foi realizada de forma indutiva e interpretativa, buscando identificar categorias relevantes nos materiais consultados, de modo a construir uma compreensão crítica e articulada dos entraves e potencialidades da descentralização municipal em Moçambique.

DESENVOLVIMENTO

A análise dos principais desafios enfrentados pelas autarquias locais em Moçambique, especialmente após a criação de 12 novas autarquias em 2022, permite identificar obstáculos recorrentes à consolidação da descentralização. Conforme apresentado na fundamentação teórica, as limitações vão desde a baixa arrecadação própria até a frágil participação cidadã. O presente desenvolvimento se dedica a aprofundar essas questões com base na análise documental e em dados secundários recentes.

Um dos aspectos críticos diz respeito à capacidade das autarquias de promover a participação cidadã de forma efetiva. Embora a legislação preveja mecanismos como conselhos municipais e assembleias participativas, estudos (Vicente e Siteo, 2022; MOPIUA, 2023) mostram que tais dispositivos são pouco utilizados ou inexistem na prática, especialmente em

municípios recém-criados. Essa limitação compromete a legitimidade das decisões públicas e a efetividade das políticas implementadas no nível local.

Para ilustrar essas dificuldades, o Quadro 2 apresenta uma síntese de indicadores coletados em quatro autarquias moçambicanas, selecionadas por apresentarem diferentes níveis de desenvolvimento institucional. Os dados foram organizados com base em fontes do UNDP (2021), do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023) e de relatórios municipais.

Quadro 2 - Indicadores de participação cidadã em autarquias moçambicanas selecionadas

Autarquia	Tem Conselho Participativo?	Realiza Audiência Pública?	Taxa de Comparecimento (última eleição municipal)	Presença de ONGs Locais Ativas
Maputo	Sim	Sim	61%	Alta
Nacala-Porto	Sim	Não	48%	Média
Marracuene	Não	Não	39%	Baixa
Gurué	Não	Não	42%	Baixa

Fonte: Elaboração própria com base em UNDP (2021); INE (2023); Relatórios Municipais (2022).

Os dados evidenciam um padrão de fragilidade institucional que atinge principalmente autarquias menores e mais recentes. A ausência de conselhos participativos e de audiências públicas é particularmente preocupante, pois esses instrumentos são essenciais para garantir a transparência, a *accountability* e o engajamento dos cidadãos nas decisões que afetam diretamente suas comunidades.

Além disso, a taxa de comparecimento nas eleições municipais também pode ser interpretada como um indicador indireto do grau de confiança e interesse da população na gestão local. Nesse aspecto, autarquias como Marracuene e Gurué, além de apresentarem indicadores institucionais precários, registram baixo engajamento cívico, o que pode se tornar um círculo vicioso de deslegitimação e apatia política.

Cabe destacar que, mesmo nas autarquias mais consolidadas, como Maputo, a participação cidadã ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à inclusão de grupos vulneráveis e à representatividade nos conselhos locais. Assim, a descentralização não pode ser tratada apenas como uma reorganização institucional, mas precisa ser acompanhada de ações efetivas de mobilização social, fortalecimento da sociedade civil e democratização dos processos decisórios.

Além dos aspectos institucionais e participativos já abordados, é fundamental situar os desafios enfrentados pelas autarquias no contexto mais amplo das políticas públicas nacionais. A estratégia de descentralização em Moçambique integra o Plano Quinquenal do Governo (PQG) e tem sido reforçada por políticas como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) e a Política Nacional de Descentralização (PND), cujos objetivos incluem promover a equidade territorial, melhorar a qualidade dos serviços públicos e ampliar a capacidade de arrecadação dos governos locais.

Contudo, a implementação dessas políticas tem sido marcada por descompassos entre o desenho institucional e a realidade prática dos municípios. Por exemplo, embora a PND defenda a alocação progressiva de competências e recursos, muitos municípios permanecem dependentes de repasses discricionários, o que gera instabilidade orçamentária e dificulta o planejamento de médio e longo prazo. O próprio Tribunal Administrativo de Moçambique, em seu Relatório Geral das Contas Públicas de 2021, apontou que grande parte das autarquias não possui capacidade técnica para executar sequer os recursos recebidos, o que limita o alcance das diretrizes nacionais.

Outro ponto crítico refere-se à ausência de articulação vertical eficaz entre os níveis central, provincial e local. Estudos recentes (UNDP, 2021; MOPIUA, 2023) indicam que, apesar da existência de marcos normativos consistentes, a coordenação interinstitucional ainda é incipiente, com sobreposição de funções e lacunas de governança, o que prejudica a execução integrada das políticas de desenvolvimento territorial.

Essas dificuldades evidenciam que a descentralização, por si só, não configura uma política transformadora, a menos que seja acompanhada de investimentos sistemáticos em capacitação, tecnologia da informação, participação cidadã e planejamento integrado. O fortalecimento da gestão municipal, nesse sentido, não deve ser visto apenas como responsabilidade das autarquias, mas como parte de uma agenda nacional estratégica para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e os dados apresentados na seção anterior evidenciam que, embora o marco jurídico da descentralização em Moçambique preveja autonomia administrativa e mecanismos participativos, a realidade prática das autarquias locais revela um padrão persistente de fragilidade institucional. Os resultados observados nos indicadores de participação cidadã

(Quadro 2) demonstram que a ausência de conselhos participativos, a baixa realização de audiências públicas e a fraca presença de organizações da sociedade civil estão fortemente correlacionadas com a menor taxa de engajamento eleitoral e com a limitada capacidade de governança local.

Essa realidade reforça a constatação de que a descentralização, sem suporte técnico, político e financeiro adequado, não gera necessariamente melhorias na efetividade da gestão municipal. Conforme Smoke (2015), a simples transferência de competências não assegura o fortalecimento da governança local — é preciso estabelecer mecanismos robustos de responsabilização e articulação entre os níveis de governo. No caso moçambicano, observa-se que as autarquias mais recentes, como Gurué e Marracuene, acumulam déficits tanto na estrutura institucional quanto na mobilização comunitária, o que compromete a eficácia da descentralização.

O Quadro 3 sintetiza os principais desafios identificados, suas possíveis causas e as implicações práticas para a gestão pública local:

Quadro 3 - Indicadores de participação cidadã em autarquias moçambicanas selecionadas

Desafio	Possíveis Causas	Implicações para a Gestão Pública Local
Baixa participação cidadã	Falta de cultura participativa, ausência de canais formais, apatia política	Redução da legitimidade das decisões e do controle social
Dependência de transferências	Arrecadação local limitada, falta de capacitação técnica	Instabilidade orçamentária e baixa autonomia
Falta de articulação intergovernamental	Sobreposição de competências, lacunas normativas	Dificuldades na implementação integrada de políticas
Fragilidade técnica e institucional	Ausência de planejamento, escassez de recursos humanos qualificados	Ineficiência na execução orçamentária e nos serviços públicos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A partir dessa síntese, fica evidente que a descentralização em Moçambique não deve ser avaliada apenas pelo número de autarquias criadas ou pela transferência formal de atribuições. É fundamental adotar uma abordagem mais ampla e sistêmica, que considere o fortalecimento das capacidades institucionais locais, o estímulo à participação cidadã e a criação de um ambiente normativo que favoreça a coordenação entre os entes federativos.

Outro ponto relevante diz respeito à sustentabilidade fiscal. Os dados do INE (2023) indicam que menos de 15% das receitas municipais têm origem em tributos locais, o que revela

uma fragilidade estrutural da autonomia financeira das autarquias. Sem capacidade de gerar receita própria e com baixa previsibilidade nos repasses do governo central, os municípios enfrentam dificuldades para planejar ações de longo prazo e investir em políticas públicas estruturantes. Esse cenário aprofunda desigualdades entre autarquias mais consolidadas, como Maputo, e aquelas em processo inicial de institucionalização, como Gurulé.

Com base nessas evidências, o presente estudo corrobora a literatura que aponta que o sucesso da descentralização está diretamente associado à qualidade da governança local e à capacidade de implementação das políticas públicas (Arretche, 2012; Abrucio, 2005; UNDP, 2021). A descentralização deve ser tratada como um processo multidimensional, que depende não apenas de reformas legislativas, mas também de esforços coordenados de formação de quadros, fortalecimento institucional e engajamento cidadão.

Portanto, os resultados discutidos reafirmam a necessidade de rever a estratégia de descentralização em Moçambique, de modo a integrá-la mais efetivamente às políticas de desenvolvimento territorial e de inclusão democrática. A consolidação das autarquias locais requer um pacto federativo mais robusto, com responsabilidades compartilhadas, incentivos bem definidos e mecanismos de acompanhamento e avaliação contínuos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados na gestão municipal em Moçambique, especialmente no contexto da criação de novas autarquias locais, buscando compreender os efeitos da descentralização sobre a eficácia administrativa, a participação cidadã e o desenvolvimento local. Ao longo da investigação, foi possível constatar que, apesar da existência de um arcabouço jurídico e político que formaliza a descentralização, persistem obstáculos estruturais que comprometem sua efetivação.

A análise documental e os dados secundários demonstraram que autarquias recém-criadas tendem a apresentar maiores fragilidades institucionais, com baixa arrecadação própria, escassa mobilização social, reduzida capacidade técnica e limitada presença de mecanismos participativos. Mesmo em autarquias mais consolidadas, como Maputo, persistem dificuldades relacionadas à representatividade e à articulação com outros níveis de governo. A descentralização, nesses termos, revela-se incompleta, com delegação formal de responsabilidades sem a correspondente transferência de capacidades.

Entre as contribuições práticas deste trabalho, destaca-se a sistematização de evidências que revelam como a expansão de autarquias sem o devido planejamento técnico e orçamentário pode gerar estruturas frágeis, dificultando a governança local. Os dados e análises apresentados oferecem subsídios relevantes para que gestores e formuladores de políticas públicas revisitem diretrizes da Política Nacional de Descentralização e aprimorem o apoio às administrações municipais, especialmente no tocante à formação de quadros técnicos, à promoção da participação cidadã e ao equilíbrio fiscal.

Reconhece-se, no entanto, que a pesquisa se baseou em fontes secundárias e análise documental, o que limita a compreensão mais profunda das dinâmicas sociopolíticas locais e das percepções da população. Tais limitações abrem espaço para investigações futuras mais detalhadas, que possam ampliar e qualificar os achados aqui sistematizados.

Recomenda-se, nesse sentido, que estudos posteriores explorem: (i) comparações entre autarquias antigas e novas quanto ao desempenho institucional; (ii) estudos de caso sobre boas práticas municipais em arrecadação e participação social; (iii) a influência da cooperação internacional no fortalecimento local; (iv) a percepção popular sobre a descentralização; (v) a análise da execução efetiva da PND nas regiões mais vulneráveis; e (vi) a interação entre descentralização e políticas públicas setoriais como saúde, educação e agricultura.

Conclui-se, portanto, que fortalecer a gestão municipal em Moçambique requer mais do que ampliar o número de autarquias: é necessário garantir recursos, articulação federativa, participação ativa da sociedade civil e desenvolvimento institucional sustentado. Sem essas condições, o processo de descentralização corre o risco de reproduzir desigualdades, ao invés de promover a inclusão e a eficácia governamental.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: FLEURY, S. (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ARRETCHE, M. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

ATISA, G.; ZEMRANI, A.; WEISS, M. **Decentralized governments**: local empowerment and sustainable development challenges in Africa. *Environment, Development and Sustainability*, v. 23, p. 3349-3367, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Moçambique - Avaliação da Descentralização e Governança Local.** Washington, DC: World Bank Group, 2020. Disponível em: <https://documents.worldbank.org>. Acesso em: 5 maio 2024.

BALOI, Jochua Abrão. **O papel dos governos locais na manutenção da democracia:** uma análise a partir de Moçambique. Hegemonia. Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro. n. 26, p. 152-173. jan./junho, Brasília, 2019.

CANHANGA, N. J. V. Descentralização fiscal, transferências intergovernamentais e dinâmicas da pobreza nas autarquias locais. In: Anais... II Conferência IESE. **Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique.** Maputo: IESE, Conference Paper nº13, p. 1-31.2009.

CISTAC, G.; CHIZIANE, E. **10 anos de descentralização em Moçambique:** os caminhos sinuosos de um processo emergente. Maputo: Núcleo de Estudos sobre a Administração Pública e Desenvolvimento Local, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª. ed. São Paulo: Atlas, S.A, 2008.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Moçambique). **Relatório Anual de Estatísticas Municipais.** Maputo, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO PÚBLICA (MAEFP). **Política Nacional de Descentralização.** Maputo, 2020.

MOPIUA – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. **Relatório de Avaliação Institucional das Autarquias Locais.** Maputo, 2023.

MPD – MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Plano Quinquenal do Governo 2020–2024.** Maputo, 2020.

PAULO, A.; TEODÓSIO, A. dos S. de S.; DO CARMO GUERRA, J. F. **Participação Popular nos Conselhos Locais:** um Estudo de Caso sobre os Desafios em Moçambique. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, [S. l.], v. 5, n. 3, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013.

SIMIONE, F. A **História da Municipalização em Moçambique:** atores, estratégias e implicações para a Gestão Pública Local. Revista de Administração de Roraima, v. 8 n.2, p.526-549, jul-dez. 2018.

SMOKE, P. **Managing Public Sector Decentralization in Developing Countries:** Moving Beyond Conventional Recipes. Public Administration and Development, v. 35, n. 4, p. 250–262. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pad.1736>. Acesso em: 04 jun.2025.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório Geral das Contas do Estado - Exercício 2021.** Maputo, 2022.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Local Governance Indicators and Decentralization in Mozambique.** New York: UNDP, 2021.

VICENTE, J. G.; SITO, A. R. **Los municipios y el ejercicio de la ciudadanía en Mozambique: Análisis y perspectivas.** Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales, [S. l.], n. 24, p. 95–111, 2022.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PORTADORES DE DIPLOMA UNIVERSITÁRIO: QUAIS SÃO SUAS ÂNCORAS DE CARREIRA?

Ana Paula Alves Paiola¹ – UNESPAR
Cristina Hillen² – UNESPAR
Marcelo Marchine Ferreira³ – UNESPAR
Samuel Renan Borges Belinato⁴ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO 04: CONTABILIDADE, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICA

RESUMO

O objetivo deste estudo foi entender as perspectivas de carreira de estudantes de Ciências Contábeis já diplomados em outro curso do ensino superior à luz das âncoras de carreira de Schein (1996). De natureza qualitativa e exploratória, a pesquisa foi realizada com discentes de uma instituição pública de ensino superior, selecionados por acessibilidade e adesão voluntária. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, questionário baseado em Schein (1996) e documentos institucionais, sendo analisados à luz da Análise Textual Discursiva. Os resultados indicam motivações variadas para a escolha da segunda graduação, como a busca por novos conhecimentos, complementação da formação anterior e novos desafios profissionais. As perspectivas de carreira incluem aposentadoria no cargo atual, aprovação em concursos públicos e empreendedorismo. A âncora de carreira predominante foi a Vontade de Servir/Dedicação a uma Causa. O estudo contribui para a literatura ao examinar as âncoras de carreira em estudantes de contabilidade com formação prévia, e para a prática ao promover reflexões tanto entre os próprios estudantes quanto entre gestores de cursos sobre esse perfil recorrente no ensino superior.

Palavras-chave: Educação Contábil; Âncoras de Carreira; Portadores de Diploma.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue comprender las perspectivas de carrera de estudiantes de Ciencias Contables que ya poseen un título en otra carrera de educación superior, a la luz de las anclas de carrera de Schein (1996). De naturaleza cualitativa y exploratoria, la investigación se realizó con estudiantes de una institución pública de educación superior, seleccionados por accesibilidad y participación voluntaria. Los datos se obtuvieron mediante entrevistas semiestructuradas, un cuestionario basado en Schein (1996) y documentos institucionales, y se analizaron utilizando el enfoque de Análisis Textual Discursivo. Los resultados indican diversas motivaciones para cursar una segunda carrera, como la búsqueda de nuevos conocimientos, la complementación de la formación previa y nuevos desafíos profesionales. Las perspectivas de carrera incluyen la jubilación en el puesto actual, la aprobación en concursos públicos y el

¹ - Graduada em Ciências Contábeis – e-mail: ana_alves_3@hotmail.com

² - Doutora em Ciências Contábeis – e-mail: cristina.hillen@gmail.com

³ - Doutor em Educação – e-mail: mmarchine@gmail.com

⁴ - Mestre em Ciências Contábeis – e-mail: samuel.belinato@unespar.edu.br

emprendimiento. El ancla de carrera predominante fue el Deseo de Servir/Dedicación a una Causa. El estudio contribuye a la literatura al examinar las anclas de carrera en estudiantes de contabilidad con formación previa, y a la práctica al promover reflexiones tanto entre los propios estudiantes como entre los gestores de cursos sobre este perfil recurrente en la educación superior.

Palabras clave: Educación Contable; Anclas de Carrera; Titulados Universitarios.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde há muito se discute que as transformações no mundo do trabalho, nas organizações e na sociedade imprimem mudanças na estruturação e no desenvolvimento das carreiras (Chanlat, 1996). Na literatura, o termo *carreira* apresenta diferentes significados sociológicos, psicológicos e gerenciais, pois liga trabalho, sujeito, organização e sociedade, funcionando como termo mediador da experiência humana em torno do trabalho (Bendassolli, 2009).

Carreira pode significar simultaneamente emprego assalariado ou atividade não remunerada; vocação ou ocupação; posição organizacional ou trajetória de quem trabalha por conta própria (Bendassolli, 2009). Com o passar dos anos, os indivíduos passaram a dar menos valor aos conceitos tradicionais e a desejar tarefas que lhes proporcionem sentido e chance de expressar talentos (Schein e Van Maanen, 2016), tornando útil conhecer os valores do trabalho das gerações tanto no plano pessoal como no organizacional (Silva et al., 2016).

Com os passar dos anos os indivíduos passaram a dar menos valor aos conceitos tradicionais e desejar que as tarefas que precisam realizar lhes proporcionem um sentido de significado e uma oportunidade de expressar seus talentos (Schein e Maanen, 2016). Nesse sentido, conhecer os valores do trabalho das gerações é útil, tanto no contexto pessoal quanto no contexto organizacional (Silva et al., 2016).

Estudos sobre carreira classificam os indivíduos em Baby Boomers, X, Y e Z, gerações que possuem valores, cultura, necessidades e visões de mundo distintas, afetando oportunidades, desafios e práticas de retenção nas organizações (Silva et al., 2015; 2016; Veloso, 2012). Na contabilidade, tais diferenças influenciam o ingresso, a permanência na profissão e exigem competências interpessoais, digitais e adaptativas (Almeida, 2020; Prinsloo, 2020).

Schein (1996) define *âncoras de carreira* como o conjunto de valores, necessidades e talentos que, no longo prazo, guia decisões profissionais; à medida que avançam, as pessoas passam de aspirações amplas a objetivos específicos, e as âncoras ajudam a explicar esse processo (Schein e Van Maanen, 2016).

No curso de Ciências Contábeis é comum a presença de estudantes já diplomados, denominados trabalhadores-estudantes (Vargas e Paula, 2013). Pesquisas mostram motivações como obter habilitação no CRC, adquirir novos conhecimentos ou atender exigências da organização (Durso, 2015). Entre graduados que buscam a segunda formação, fatores como melhoria salarial, mercado favorável e complementação à primeira formação destacam-se (Pavão, 2020; Zago Jr. et al., 2019).

Na literatura há esforços investigativos que se pautaram em Schein (1996), como por exemplo, Lambert et al., (2019), Silva et al. (2016); Hardin, Stocks e Graves, (2001), Tieppo et al. (2010), Reis, Graziano e Osvaldo (2017), Dante e Arroyo (2017), Reis e Ramos (2017), e White, Davidson e Cullen (2020), Moreira e Araújo (2017). Tais estudos, de modo geral, investigaram e discutiram perspectivas de carreira profissional em diversos contextos. Além disto, a literatura confirmou a validade e confiabilidade das Âncoras de Carreira de Schein em termos de instrumentos e resultados, juntamente com a estrutura de fatores (White, Davidson e Cullen, 2020).

Entretanto, pouco se sabe sobre quais âncoras de carreira predominam nesse subconjunto de estudantes. Assim, este estudo busca responder: quais são as perspectivas de carreira de estudantes de Ciências Contábeis já diplomados em outro curso superior, à luz das âncoras de carreira de Schein? O objetivo é compreender essas perspectivas identificando a âncora predominante e relacionando-a às motivações e expectativas desses discentes. A pesquisa se justifica por acrescentar à literatura o exame das âncoras de carreira nesse público específico; pela relevância prática, ao dialogar sobre a gestão de trajetórias de trabalhadores-estudantes; e pela relevância social e institucional, ao oferecer subsídios para gestores de cursos de Ciências Contábeis enfrentarem demandas de carreiras flexíveis, longevidade profissional, aprendizagem contínua e impactos tecnológicos (ACCA e PwC, 2019; Almeida, 2020; Wanderley, 2022)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Carreira

O conceito de carreira tem se ampliado junto às transformações sociais, tecnológicas e organizacionais, exigindo dos profissionais posturas cada vez mais flexíveis e autônomas na condução de suas trajetórias (Wanderley 2022; Lambert et al. 2020). Nesse cenário dinâmico, “carreira” abarca definições sociológicas, psicológicas e gerenciais, funcionando como constructo-chave para compreender a relação entre trabalho, indivíduo e sociedade

(Bendassolli 2009).

Arthur, Hall e Lawrence (1989) descrevem a carreira como o conjunto de experiências profissionais que molda a interface pessoa-sociedade, enquanto London e Stumph (1982) a entendem como sucessão de estágios submetidos a pressões pessoais e contextuais. Hall (2002) enfatiza a dimensão subjetiva, pois atitudes e comportamentos se reconfiguram ao longo da vida, e Schein (1996) define a carreira como um processo dinâmico de redefinição de papéis nas redes organizacionais.

Bendassolli (2009) diferencia a carreira como recurso interpretativo para o indivíduo e como instrumento de alocação e comprometimento para a organização. Complementarmente, Schein e Maanen (2016) distinguem a carreira externa—marcada por etapas objetivas—da carreira interna, reflexo do autoconceito profissional em permanente evolução. Essa dupla perspectiva reforça que gerir a própria carreira requer equilibrar expectativas pessoais, demandas organizacionais e mudanças estruturais no mundo do trabalho.

2.2 Contabilidade e Gerações

A contabilidade, enquanto profissão, passou por sucessivas transformações sociais, econômicas e tecnológicas que remodelaram práticas e exigências (Iudícibus 2020). Essas mudanças foram vivenciadas por profissionais de gerações diversas, cada qual trazendo valores, crenças e modos de trabalhar que impulsionaram a evolução do campo contábil (Almeida e Silva 2018). O conceito de geração, cunhado por Mannheim (1952), descreve agrupamentos que compartilham experiências históricas formadoras, determinando atitudes e visões de mundo refletidas nas escolhas de carreira (Silva et al. 2015; 2016).

A literatura contábil distingue quatro grupos principais: Baby Boomers (1946-1964), Geração X (1965-1978), Geração Y (1979-1992) e Geração Z (1993-2010) (Silva et al. 2015; 2016). Os Boomers valorizam estabilidade, ascensão e lealdade; a geração X busca mérito, segurança financeira e alguma flexibilidade; a geração Y, nativa digital, prioriza autonomia, equilíbrio vida-trabalho e propósito; já a geração Z, recém-ingressa no mercado, enfatiza agilidade, protagonismo tecnológico e ambientes colaborativos (Veloso 2012).

Esses traços geracionais moldam o ingresso e a permanência na profissão contábil. Investigando estudantes das gerações Y e Z, Sousa e Colauto (2020) constataram que estabilidade e independência financeira prevalecem sobre status, indicando que segurança e autonomia são pilares na construção das trajetórias profissionais. Valores como aprendizagem contínua,

inovação e mobilidade também influenciam o planejamento de carreira e elevam a demanda por formações que desenvolvam competências digitais e interpessoais (Almeida e Silva, 2018).

A convivência intergeracional impõe desafios às organizações contábeis, que precisam adaptar modelos de trabalho, sistemas de gestão e práticas de desenvolvimento para reter talentos diversos e formar futuros líderes (Lopes e Colauto 2022). Compreender como cada geração articula seus valores às âncoras de carreira de Schein (1996) oferece um referencial estratégico para interpretar as decisões de estudantes já diplomados que buscam a segunda graduação em Ciências Contábeis, orientando políticas educacionais e ações de gestão de carreira.

2.3 Âncoras de Carreira

Schein (1996) em seu livro *Identidade Profissional*, trata sobre o desenvolvimento e carreira profissional do indivíduo, considerando que ela passa por fases dependendo do tipo pessoa e do tipo de profissão. Neste sentido, o autor relata 10 fases de carreira, que se inicia na infância e termina na aposentadoria.

Em relação às fases de carreira Schein (1996) destaca que elas são reconhecidas tanto pela pessoa quanto pela sociedade, mesmo que o espaço de tempo entre elas possam variar dependendo da profissão e do indivíduo que a exerce. Tais fases compreendem: (1): crescimento, fantasia e exploração; (2) educação, treinamento; (3) ingresso no mundo profissional; (4) treinamento básico, socialização; (5) admissão como membro; (6) estabilização no emprego, permanência como membro; (7) crise no meio da carreira, reavaliação; (8) avanço, recomeço ou estabilização; (9) desligamento; (10): aposentadoria.

Schein (1996) ainda retrata de forma generalizada a natureza das inclinações profissionais, sobre o desenvolvimento profissional e descreve detalhadamente oito tipos de inclinações, que são denominadas âncoras de carreira, conforme Tabela 1 apresentam-se a definição de cada uma destas âncoras.

Tabela 1 - Âncoras de Carreira

Âncoras de Carreira	Definição
Autonomia/Independência (AI)	Relaciona-se com pessoas que preferem personalizar o horário de trabalho, bem como a forma de executá-lo.
Segurança/Estabilidade (SE)	Indivíduos ancorados em SE, possuem interesse em mudar da dependência das organizações, para depender apenas de si mesmo.
Competência Técnica-Funcional (CT)	Está ligada a pessoas que gostam de ter suas competências e habilidades valorizadas e buscam se especializar sempre.
Competência Gerência Geral (CG)	Reconhecem as grandes recompensas que esses cargos de alto nível oferecem e possuem aptidões para os mesmos.

Criatividade Empresarial (CE)	São atraídos pelo desejo de desenvolver seus próprios negócios e colocar em prática suas ideias.
Serviço ou Dedicção a uma Causa (SD)	Pessoas que possuem essa âncora se preocupam em construir um mundo melhor e se esforçam para isso.
Desafio Puro (DP)	Os ancorados em DP estão sempre em busca de novidades, desafios e oportunidades que os estimulem a superar limites.
Estilo de Vida (EV)	A âncora EV está ligada a indivíduos que buscam equilíbrio entre seus anseios pessoais e profissionais, de forma que uma não interfira na outra.

Fonte: Schein (1996).

As âncoras de carreira possibilitam ao indivíduo ter uma visão e percepção de sua inclinação profissional e compreende-las mais facilmente, estrategicamente tomar as decisões mais acertivas com relação as escolhas profissionais como também pode contribuir com as organizações, visando melhorar as práticas de gestão de pessoas (Schein, 1996). Alguns estudos utilizaram Schein (1996) para fundamentar os seus achados. Hardin, Stocks e Graves (2001) basearam-se em Schein (1996) para definir as âncoras de carreira predominantes de Contadores Públicos Certificados (CPAs), bem como, a relação entre a âncora de carreira de CPAs e o ambiente de trabalho. Os resultados evidenciaram a âncora estilo de vida a mais dominante e, efeitos positivos quando a âncora de carreira e o ambiente de trabalho combinam.

Tieppo et al. (2010) que apresentaram uma discussão sobre a forma como o profissional recém-formado faz a sua gestão de carreira, com alunos do curso de Administração de Empresa e Hotelaria e Turismo. Os resultados evidenciaram que, em ambos os grupos há a predominância de âncoras de carreiras compatíveis com carreiras inteligentes, porém na construção prática da carreira, percebe-se que há um descolamento desse conceito, com uma tendência de se construir carreiras mais próximas dos ideais de carreiras tradicionais.

Reis, Graziano e Osvaldo (2017), objetivaram identificar como as âncoras de carreira de Schein influenciaram a escolha de carreira do grupo de estudantes de uma universidade do interior de São Paulo que compreendem as gerações X, Y e Z. Os resultados mostraram que a âncora Estilo de Vida é a que tem norteado muito mais as pessoas, não importando idade nem gênero sexual.

White, Davidson e Cullen (2020), buscaram compreender as âncoras de carreira predominantes em contadores profissionais da geração *millennials*. Os resultados evidenciaram que, a âncora de carreira em estilo de vida é predominante na geração *millennials* investigada. Seguidos da âncora de carreira em segurança e âncora em serviço, respectivamente. Os resultados evidenciam que as âncoras de carreira dos contadores profissionais *millennials* diferem das dos

contadores profissionais há cerca de 15 anos e que a âncora de carreira em segurança é muito mais prevalente do que no passado no estudo de Hardin et al. (2001), sugerindo que os contadores da geração *millennials* têm mais interesse na segurança do emprego.

Sendo assim, percebe-se que apesar do objeto de estudo ser indivíduos com formação e profissão diferentes, os achados revelaram a propensão a âncora de carreira Estilo de Vida. Isto é, são pessoas que desejam manter equilibradas suas necessidades individuais, familiares e às exigências de carreira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo segue abordagem qualitativa, de natureza exploratória (Marconi e Lakatos, 2007). Investiga oito estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade pública, todos com diploma prévio e cursando contabilidade como segunda graduação. Os sujeitos foram selecionados por amostragem intencional e por acessibilidade (Alves-Mazzotti e Gewandszajder, 1999). A coleta reuniu entrevistas semiestruturadas e o questionário “Levantamento das Inclinações Profissionais” de Schein (1996), complementados pela análise do Projeto Pedagógico do Curso.

As entrevistas e aplicação do questionário ocorreram entre os dias 20 e 26 de outubro de 2020, via videochamada na plataforma Meet e formulário do googleforms, com gravação autorizada mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e validadas pelos próprios entrevistados por e-mail. A análise dos dados foi orientada pela Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003), com auxílio de planilhas eletrônicas para categorização dos dados conforme tabela 2.

Tabela 2 - Categorização para análise.

Categorias	Subcategorias	Objetivo
Perfil dos sujeitos da pesquisa	Idade, gênero, cidade onde reside, estado civil, filhos, com quem reside...	Descrever o perfil demográfico dos estudantes possuidores de curso superior
Trajetória profissional	Aspectos profissionais (primeira formação, experiências e trajetória).	Compreender a carreira profissional dos ingressantes portadores de diploma.
Perspectivas profissionais	Expectativas e motivações profissionais Âncoras de carreira	Entender as expectativas de trajetória profissional após a formação em ciências contábeis.

Fonte: Autores (2021).

No processo de análise foi realizada triangulação dos dados (entrevistas, questionário e PPC). A análise considerou o aporte teórico de Schein (1996) para as discussões, procurando estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (Marconi e Lakatos, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos Discentes Pesquisados

Ao visar atender o objetivo proposto, foram investigados três estudantes do sexo feminino e cinco do sexo masculino matriculados na IES e portadores de diploma. Em termos de idade, o grupo se apresentou entre a faixa de 33 a 48 anos. O perfil dos investigados está sintetizado no tabela 3, que possibilita conhecer outras características.

Tabela 3 - Perfil dos entrevistados.

Sujeito	Idade (anos)	Gênero	Estado Civil	Reside com	Primeira Formação	Pós-graduação
E1	48	Masculino	Casado	Esposa e filhos	Ciências Econômicas	Auditoria e Planejamento Tributário
E2	26	Masculino	Solteiro	Sozinho	Ciências Econômicas	Mercado Financeiro e Bank (cursando)
E3	23	Masculino	Solteiro	Pais	Tecnologia e Desenvolvimento de Sistema	Desenvolvimento Mobile
E4	24	Feminino	Solteira	Sozinha	Administração e Cursando Recursos Humanos	Gestão Comercial e Vendas
E5	37	Feminino	Divorciada	Sozinha	Administração	-
E6	23	Masculino	Solteiro	Pais	Direito	Direito Tributário
E7	28	Feminino	Solteira	Pais	Administração	Gestão Pública
E8	38	Masculino	Solteiro	Sozinho	Administração e História	Ensino de Filosofia e Sociologia

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A maioria dos entrevistados são solteiros, com exceção do entrevistado E1, que também é o único que possui filhos. Além disso 50% deles residem sozinho e 50% residem com seus familiares, pais, esposa e filhos. A média de idade é de 31 anos, ou seja, os sujeitos pertencem a geração Y, com exceção do entrevistado E1, que pertence a geração X (Silva et al. 2015).

4.2 Trajetória Profissional

Os oito entrevistados exibem formações diversas, concentradas nas Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Economia, Direito) e em Tecnologia da Informação, com destaque para E8, na terceira graduação. Exceto E5, todos possuem pós-graduação concluída ou

em andamento, reforçando o perfil de profissionais já estabelecidos que recorrem à Contabilidade para requalificação ou reposicionamento estratégico.

No âmbito da experiência de trabalho, emergem dois padrões. O primeiro reúne trajetórias contínuas e ascendentes na mesma organização - casos de E1 e E3. O segundo agrega percursos fragmentados, marcados por transições entre setores público e privado, como E2, E5 e E8. A Tabela 4 resume formações, cargos e setores, evidenciando a heterogeneidade dos percursos.

Tabela 4 – Trajetória profissional dos estudantes.

[...] eu comecei a faculdade com 17 anos, quando eu tava no segundo semestre da faculdade daí sim que eu fui pra essa área de TI, que eu tô agora. (E3)
[...] eu trabalhei, antes desse que eu to hoje, como analista de recursos humanos, daí eu fui pra Companhia [...] como analista de recursos humanos também. (E4)
[...] eu me formei e durante o ano que estava me formando eu era telefonista, aí eu fiquei nesse emprego por uns dois anos, me formei e continuei como telefonista mais um ano e pouco. Daí depois eu consegui entrar em outro que desafios, não se apresentavam, era mais atendimento ao público, é secretaria acadêmica né, não tinha muito desafio né. Agora que eu tô em um que eu posso dizer que eu to tendo todos os desafios que eu não tive antes to tendo agora. (E5)
Na verdade, desde que eu me formei no final do ano passado, eu só estou pegando um caso ou outro, não estou trabalhando em escritório, nem nada disso. (E6)
[...] eu assumi o concurso [...] eu trabalho no departamento de compras pra licitação, administrativo e como eu fiz o concurso, você vai ficando. Você sabe né, então já fazem 7 anos. (E7)
[...] Eu sempre fui muito bom pra isso, pra vender algo, né, tanto que eu acho que dos meus empregos, oitenta por cento foi com vendas [...] após a formação em história fui trabalhar como professor PSS no ensino público. (E8).

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As narrativas indicam que a decisão pela segunda graduação decorre de motivações convergentes: agregar valor à carreira atual (E1), habilitar novos projetos empreendedores ou concursos públicos (E2, E8) e complementar competências da formação original (E5). Assim, a escolha não rompe com os percursos anteriores, mas os fortalece - resultado que corrobora Pavão (2020) e Souza e Durso (2018), para quem a busca por uma nova formação está ligada à continuidade ou consolidação profissional.

4.3 Perspectivas Profissionais

As motivações para cursar Contabilidade como segunda graduação são plurais: E1 vê no domínio contábil um meio de ampliar competências técnicas e conquistar promoções dentro da mesma organização onde atua há décadas; E2 enxerga um caminho duplo - abrir o próprio negócio ou obter um cargo público melhor remunerado - e E3 pretende usar o diploma para ser contador de sua futura empresa, ilustrando a tendência empreendedora da geração Y.

Em todos os casos, a Contabilidade é percebida como recurso estratégico que agrega valor, abre mobilidade e confere maior autonomia profissional.

Para outros participantes, a formação contábil complementa saberes prévios: E5, graduada em Administração, considera as duas áreas sinérgicas, enquanto os demais entrevistados relatam que o curso supre lacunas técnicas e fortalece itinerários de carreira construídos ativamente. Essas motivações convergem com as âncoras predominantes—Vontade de Servir/Dedicação a uma Causa e Segurança/Estabilidade—que indicam busca simultânea por propósito social e previsibilidade no percurso profissional, especialmente entre quem já enfrentou transições ou instabilidades

Tabela 5 - Âncoras de Carreira.

Âncoras	Maior pontuação	Menor pontuação
Aptidão técnico-funcional	1	0
Aptidão administrativa geral	0	3
Autonomia/Independência	1	1
Segurança/Estabilidade	2	2
Criatividade empreendedora	0	2
Vontade de servir/ Dedicação a uma causa	4	0
Puro desafio	0	0
Estilo de vida	0	0
Total	8	8

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A predominância da âncora Vontade de Servir está alinhada com a tendência contemporânea de buscar propósito e contribuição social na carreira (Schein, 1996; Schein e Maanen, 2016). Já a valorização da Segurança/Estabilidade reflete o desejo de reduzir incertezas, muito presente em profissionais que já transitaram por diferentes áreas ou setores. A baixa pontuação da âncora Aptidão Administrativa Geral pode indicar uma busca por novos saberes e atuações distintas daquelas experimentadas na primeira graduação, geralmente em Administração.

As escolhas profissionais são ainda moldadas pelas características geracionais dos sujeitos. Como mostra a tabela 6, a maioria dos entrevistados pertence à geração Y, cujos valores priorizam autonomia, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e realização com propósito (Lancaster e Stillman, 2017). A exceção é o entrevistado E1, pertencente à geração X, cuja âncora dominante é a segurança — uma associação também coerente com os estudos de Silva et al. (2016), que relacionam essa geração à valorização da estabilidade institucional.

Tabela 6 - Âncoras de Carreira e Perspectivas Profissionais.

Sujeito	Formação	Geração	Âncora de carreira dominante	Âncora de carreira de menor pontuação	Perspectivas Profissionais
E1	Ciências Econômicas	X	Segurança Estabilidade	/ Criatividade Empreendedora	Se aposentar na empresa que está atualmente
E2	Ciências Econômicas	Y	Vontade de Servir / Dedicação a uma Causa	Segurança Estabilidade	/ Abrir próprio negócio e/ou passar em concurso público
E3	Tecnologia e Desenvolvimento de Sistema.	Y	Segurança Estabilidade	/ Aptidão Administrativa Geral	Abrir o próprio negócio e ser o Contador dela
E4	Administração e Cursando Recursos Humanos	Y	Autonomia Independência	/ Segurança Estabilidade	/ Coordenadora de Recursos Humanos
E5	Administração	Y	Vontade de Servir / Dedicação a uma Causa	Autonomia Independência	/ Continuar trabalhando em área administrativa
E6	Direito	Y	Técnico Funcional	Aptidão Administrativa Geral	Fazer Mestrado em Direito Tributário
E7	Administração	Y	Vontade de Servir / Dedicação a uma Causa	Criatividade Empreendedora	Conciliar o atual concurso com atividades no ramo da Contabilidade
E8	Administração, História	Y	Vontade de Servir / Dedicação a uma Causa	Aptidão Administrativa Geral	Passar em outros Concursos Público

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Portanto, observa-se que as perspectivas profissionais dos estudantes com diploma prévio são moldadas por uma combinação entre experiências anteriores, valores pessoais e demandas do mercado. As âncoras de carreira ajudam a compreender essas escolhas, oferecendo uma lente teórica que conecta história de vida, motivações e planos futuros. Essa conexão, por sua vez, reforça a relevância do curso de Ciências Contábeis como uma estratégia de redirecionamento ou reforço identitário para profissionais em busca de novos sentidos e estabilidade em suas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi entender as perspectivas de carreira de estudantes de Ciências Contábeis portadores de diploma de ensino superior à luz das âncoras de carreira de Schein (1996). Os resultados mostraram que os pesquisados, portadores de diploma, tem motivações diferentes para ingressar no curso, como segundo ou terceira graduação. Se formar em Ciências

Contábeis contribuirá de forma específica para a construção de suas carreiras, caso de E1, E3, E6, ou para ampliarem seus conhecimentos para novos desafios como a exemplos dos entrevistados E2, E4, E5, E7 e E8. Sobre as perspectivas de carreira, houve diversificação com relação ao objetivo de carreira desejado, desde aqueles que querem se aposentar em seu atual emprego, alguns querem passar em concurso e outros que querem abrir o seu próprio negócio.

A âncora dominante entre os pesquisados foi a Vontade de Servir/Dedicação a uma Causa, percebendo a propensão de indivíduos pertencentes a Geração Y, que buscam ter um emprego que tenha um significado, que contribua de forma positiva com o meio que estão inseridos. E a segunda âncora de destaque entre os indivíduos entrevistados foi a Segurança / Estabilidade, que tem relação tanto com a Geração X quanto com a Geração Y, pois remete a pessoas que gostam de sentir segurança, planejar e serem gestoras de suas carreiras.

A realização deste estudo promoveu junto aos respondentes reflexão sobre as perspectivas de carreira, motivos e expectativas ao cursar tal curso. O estudo contribui com a sociedade ao gerar informações para os gestores do curso de Ciências Contábeis sobre o perfil de discentes de diferentes gerações que buscam uma segunda formação tendo em vista sua carreira. Dessa forma, também contribui com a literatura de Educação Contábil ao abordar carreira e gerações. Como sugestões de futuras pesquisas recomenda-se estudar um número maior de estudantes portadores de diploma e de diferentes regiões do Brasil. Como limitações do estudo podemos destacar possíveis vieses de interpretação dos sujeitos pesquisados como também dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E. F. de. **Revolução tecnológica no mundo dos negócios e algumas oportunidades e desafios na área contábil**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 14, e165516, 2020.
- ALMEIDA, G. T. de; SILVA, C. A. R. da. **Os desafios dos gestores na carreira contábil: A perspectiva das gerações Baby Boomer, X, Y e Z. Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 4, p. 105-120, 2018.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.
- ASSOCIATION OF CHARTERED CERTIFIED ACCOUNTANTS; PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Finance: A journey to the future?** 2019. Disponível em: https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional%20insights/Financejourney/pi-culture-future-finance-function.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.
- BENDASSOLLI, P. F. **Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira**. *RAE*, v. 4, n. 49, p. 387-400, 2009.
- CHANLAT, J.-F. **Quais carreiras e para qual sociedade? (II)**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 36, n. 1, p. 13-20, 1996.

- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
- DANTE, F. S.; ARROYO, R. F. **Âncoras de Carreira: Por Onde Caminham as Gerações?** *Recape: Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 7, n. 2, p. 512-528, 2017.
- DURSO, S. O. **Características do processo de evasão dos estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública brasileira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- HALL, D. T. **Careers in and out of organizations**. London: Sage, 2002.
- HARDIN, J. R.; STOCKS, M. H.; GRAVES, O. F. **The effect of match or mismatch between the career anchors and the job settings of CPAs: An empirical analysis**. *Advances in Accounting*, v. 18, p. 119-148, 2001.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Desafios e oportunidades para o futuro**. In: IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; MARION, J. C. **Cartas aos estudantes de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2020. p. 28-32.
- LAMBERT, S. A.; HERBERT, I. P.; ROTHWELL, A. T. **Rethinking the Career Anchors Inventory framework with insights from a finance transformation field study**. *The British Accounting Review*, v. 52, n. 2, 100862, 2020.
- LOPES, I. F.; COLAUTO, R. D. **Expectativas de Carreira Acadêmica em Contabilidade, Experiências Socioacadêmicas e Gerações Y e Z: Evidências à luz do Conceito Sócio-Histórico de Modernidade Líquida**. In: 22^o USP International Conference in Accounting, 2022.
- LOPES, I. F.; MEURER, A. M. **Autoeficácia, Elementos Priorizados na Prospecção de Carreira e Comportamento Acadêmico: Análise dos Estudantes de Ciências Contábeis das IES Públicas**. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, v. 13, n. 1, 2019.
- MARION, J. C. **Contabilidade, uma profissão fascinante**. In: IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; MARION, J. C. **Cartas aos estudantes de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2020. p. 109-116.
- MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MOREIRA, S. A. S.; ARAÚJO, B. F. V. B. de. **Homens e Mulheres da Geração Y e suas Âncoras de Carreira**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, n. 42, p. 621-650, 2018.
- PAVÃO, J. A. **Fatores motivadores e expectativas profissionais de alunos que cursam ciências contábeis como segunda formação**. *REA - Revista Eletrônica de Administração*, v. 19, n. 2, p. 323-338, 2020.
- PRINSLOO, A. **What Defines the Accountant of Tomorrow?** *International Federation of Accountants (IFAC)*, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ifac.org/knowledge-gateway/preparing-future-ready-professionals/discussion/what-defines-accountant-tomorrow>. Acesso em: 7 set. 2020.
- REIS, A. T.; GRAZIANO, G. O.; OSVALDO, Y. C. **Como as Âncoras de Carreira de Edgar Schein influenciaram na escolha da carreira feita por alunos de universidade do interior de São Paulo**. *Recape: Revista de Carreiras e Pessoas*, v. 7, n. 1, p. 374-386, 2017.
- REIS, J. A. F.; RAMOS, S. C. **Cognition of a successful professional: a study on the mental constructs of millennials**. *REBRAE*, v. 11, n. 1, p. 166-183, 2017.
- SANTOS, E. A. D.; ALMEIDA, L. B. D. **Seguir ou não carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado**. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 29, p. 114-128, 2018.
- SCHEIN, E. H. **Identidade Profissional: Como ajustar suas inclinações a suas opções de**

trabalho. São Paulo: Nobel, 1996.

SCHEIN, E. H.; VAN MAANEN, J. **Career anchors and job/role planning**. *Organizational Dynamics*, v. 45, n. 3, p. 165-173, 2016.

SILVA, R. C. da et al. **Generational perceptions and their influences on organizational commitment**. *Management Research*, v. 13, n. 1, p. 5-30, 2015.

SILVA, R. C. D. et al. **Âncoras e valores sob diferentes perspectivas da gestão de carreira**. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 18, p. 145-162, 2016.

SOUZA, J. D.; DURSO, S. D. O. **A Motivação de Estudantes-Trabalhadores e Trabalhadores-Estudantes de Ciências Contábeis para a Realização da Graduação**. In: *XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, 2018.

SRIREJEKI, K.; SUPENO, S.; FATURAHMAN, A. **Understanding the intentions of accounting students to pursue career as a professional accountant**. *Binus Business Review*, v. 10, n. 1, p. 11-19, 2019.

SOUSA, R. C. D. S.; COLAUTO, R. D. **Valores Significativos do Trabalho para Estudantes de Contabilidade das Gerações Y e Z**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS>. Acesso em: 26 maio 2020.

TIEPPO, C. E. S. et al. **Seriam as Âncoras de Carreira Aderente às Carreiras Inteligentes?: Um Estudo Comparativo entre Alunos Formandos de um curso de Administração de Empresas e de Hotelaria e Turismo**. In: *XXXIV Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, 2010.

WANDERLEY, C. D. A. **Sustentabilidade da carreira de contador: uma profissão em transição**. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 33, p. 7-12, 2021.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. *Revista de Avaliação da Educação Superior*, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013.

VELOSO, E. F. R. **É possível negar a existência da geração Y no Brasil?** *Revista Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 63, p. 745-747, 2012.

WHITE, B. S.; DAVIDSON, B. I.; CULLEN, Z. **Career Anchors of Millennial Accountants**. In: KARIM, K. E. (Ed.) *Advances in Accounting Behavioral Research*, v. 23. Emerald Publishing Limited, p. 141-161, 2020.

ZAGO JUNIOR, S. C.; BARBOSA, A.; PAVÃO, J. A. **Ser ou não ser um estudante do curso de Ciências Contábeis, eis a questão: um estudo à luz da Teoria do Comportamento Planejado**. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 11, n. 2, 2019.

--

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS ENTRE 2014 E 2023

Dionatan Batista de Lima¹ – Unespar

Estevão Calaña da Silva² – Unespar

Tiago Martins da Silva³ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: CONTABILIDADE, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICA

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as produções científicas sobre Gestão Estratégica de Custos (GEC) publicadas no Congresso Brasileiro de Custos (CBC) entre 2014 e 2023. A pesquisa se concentra na identificação das principais metodologias de custeio aplicadas, como o Custeio Baseado em Atividades (ABC), Custeio Meta e Custeio Kaizen, bem como nas suas implicações estratégicas para as organizações. A partir de uma análise descritiva e qualitativa, com ênfase na análise bibliométrica, este estudo mapeia as tendências e os principais temas abordados nas publicações, como a aplicação prática dos métodos de custeio nos setores de saúde, agroindústria e educação, além de examinar a colaboração entre instituições de ensino e a integração desses métodos com práticas de inovação e sustentabilidade. Os métodos de custeio são cruciais para a redução de custos e a promoção de vantagem competitiva sustentável. Além disso, eles contribuem para a melhoria da eficiência organizacional e a implementação de estratégias inovadoras. A pesquisa também revela que as colaborações interinstitucionais desempenham um papel fundamental na evolução da Gestão Estratégica de Custos (GEC) no Brasil. Diante dos resultados obtidos, fica evidente que os métodos de custeio se consolidam como ferramentas indispensáveis para a competitividade empresarial. A integração entre estratégias inovadoras e colaborações interinstitucionais fortalece a aplicação da GEC, promovendo maior eficiência e diferenciação no mercado.

Palavras-chave: Gestão Estratégica de Custos. Custeio Baseado em Atividades (ABC). Custeio Meta.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las producciones científicas sobre Gestión Estratégica de Costos (GCE) publicadas en el Congreso Brasileño de Costos (CBC) entre 2014 y 2023. La investigación se centra en identificar las principales metodologías de costeo aplicadas, como el Costeo Basado en Actividades (ABC), el Costeo por Objetivos y el Costeo Kaizen, así como sus implicaciones estratégicas para las organizaciones. Con base en un análisis descriptivo y cualitativo, con énfasis en el análisis bibliométrico, este estudio mapea las tendencias y los principales temas abordados en las publicaciones, como la aplicación práctica de los métodos de costeo en los sectores de salud, agroindustria y educación, además de examinar la colaboración entre instituciones educativas y la integración de estos métodos con prácticas de innovación y sostenibilidad. Los métodos de costeo son cruciales para reducir costos y promover una ventaja

¹ - Graduando em Ciências Contábeis – e-mail: dionatanbatista25@gmail.com

² - Graduando em Ciências Contábeis – e-mail: calacaestevao1@gmail.com

³ - Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável – e-mail: tms.tiago.silva@gmail.com

competitiva sostenible. Además, contribuyen a mejorar la eficiencia organizacional y a implementar estrategias innovadoras. La investigación también revela que las colaboraciones interinstitucionales desempeñan un papel fundamental en la evolución de la Gestión Estratégica de Costos (GCE) en Brasil. A la luz de los resultados obtenidos, es evidente que los métodos de costeo se están consolidando como herramientas indispensables para la competitividad empresarial. La integración entre estrategias innovadoras y colaboraciones interinstitucionales fortalece la aplicación de la GCE, promoviendo una mayor eficiencia y diferenciación en el mercado.

Palabras clave: Gestión Estratégica de Costos. Costeo Basado en Actividades (ABC). Costeo por Objetivos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A **Gestão Estratégica de Custos (GEC)** desempenha um papel crucial no contexto organizacional atual, uma vez que as empresas precisam não apenas controlar seus custos, mas também usá-los como ferramenta estratégica para obter vantagens competitivas e sustentar sua rentabilidade no mercado. A GEC integra as informações de custos com a estratégia empresarial, permitindo às organizações tomar decisões mais informadas e alinhadas com seus objetivos de longo prazo.

De acordo com Shank e Govindarajan (2008), a GEC vai além do simples controle de custos, pois permite o desenvolvimento de produtos e serviços diferenciados que podem superar os concorrentes. Esta abordagem também se alinha com a visão de Porter (1999), que enfatiza a importância da **cadeia de valor** para otimizar os gastos e alcançar uma competitividade sustentável.

Entre 2014 e 2023, o **Congresso Brasileiro de Custos (CBC)** se consolidou como um dos principais eventos acadêmicos do Brasil para discutir e disseminar o conhecimento ligado à área de custos empresariais do Brasil (ABC, 2024), inclusive sobre as práticas e metodologias de GEC. O evento tem sido um ponto de encontro para pesquisadores, profissionais e acadêmicos, que apresentam estudos inovadores e discutem as melhores práticas em **gestão de custos**.

Durante esse período diversas pesquisas sobre gestão estratégica de custos foram publicadas, abordando diversos métodos de custeio, como o **Custeio Baseado em Atividades (ABC)**, o **Custeio Meta** e o **Custeio Kaizen**, com ênfase na sua contribuição para a redução de custos e melhoria da competitividade das empresas. Estes métodos são essenciais para a implementação de estratégias que permitam às empresas não só reduzir seus custos, mas também melhorar sua

eficiência operacional e sua posição no mercado.

O objetivo deste estudo foi realizar uma análise das produções científicas sobre GEC apresentadas no **Congresso Brasileiro de Custos (CBC)** entre 2014 e 2023. A pesquisa identificou os temas mais recorrentes, as metodologias utilizadas, os principais autores e instituições vinculadas. Além disso, analisou os setores mais pesquisados, as tendências emergentes e a contribuição dessas produções para o avanço do conhecimento sobre GEC.

A relevância deste estudo reside na contribuição para a compreensão das práticas de **Gestão Estratégica de Custos** no Brasil, especialmente no contexto acadêmico, e de como essas práticas podem ser aplicadas para enfrentar os desafios competitivos e econômicos contemporâneos. Além disso, o estudo também contribui pela identificação de tendências emergentes para o avanço do conhecimento sobre GEC, sobretudo, em relação a **inovação e sustentabilidade**, refletindo as demandas do mercado e a busca por um desenvolvimento mais eficiente e responsável.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: a Seção 2 apresenta uma revisão da literatura sobre GEC, abordando os conceitos fundamentais e as metodologias de custeio mais relevantes. A Seção 3 descreve a metodologia de pesquisa, com foco na análise bibliométrica das produções científicas. A Seção 4 discute os principais resultados da análise, destacando as tendências de pesquisa, os setores de aplicação e a colaboração entre instituições. Finalmente, a Seção 5 conclui o estudo, apresentando as implicações das descobertas e sugerindo possíveis direções para futuras pesquisas na área de **Gestão Estratégica de Custos**.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS (GEC)

A gestão estratégica de custos (GEC) é uma abordagem que integra as informações de custos à estratégia organizacional, permitindo que as empresas tomem decisões orientadas para obter vantagens competitivas sustentáveis. Segundo Shank e Govindarajan (2008), a GEC analisa os custos de maneira estratégica, visando desenvolver produtos e serviços diferenciados que superem os concorrentes no mercado. Essa abordagem se alinha à visão de Porter (1999), que destaca a importância de otimizar os gastos ao longo da cadeia de valor, reduzindo custos sem comprometer a lucratividade da organização.

A gestão estratégica de custos baseia-se em três pilares principais. O primeiro é a análise da

cadeia de valor, que abrange todas as atividades desde a origem dos recursos até o descarte do produto final. Conforme Rocha e Borinelle (2007), a cadeia de valor é composta por uma sequência de atividades interligadas, e a identificação dos custos em cada etapa possibilita otimizar processos e coordenar esforços de forma integrada, maximizando o valor agregado. Shank e Govindarajan (2008) reforçam que a análise da cadeia de valor é essencial para identificar as atividades que agregam valor e para compreender as interações entre fornecedores, a organização e os clientes.

O segundo pilar é o posicionamento estratégico, que define como a empresa atuará no mercado por meio de estratégias como liderança em custo, diferenciação e diferenciação focada. De acordo com Shank e Govindarajan (2008), o posicionamento estratégico é um padrão de decisões e ações que alinha a organização ao seu ambiente para alcançar objetivos de longo prazo. Hansen e Mowen (2003) explicam que a liderança em custo busca oferecer preços inferiores aos da concorrência, enquanto a diferenciação foca em criar produtos ou serviços únicos que atendam às necessidades dos clientes. Já a diferenciação focada concentra-se em nichos específicos de mercado, permitindo que a empresa se destaque em segmentos específicos. Hofer, Tortato e Schultz (2003) ressaltam que essas estratégias são fundamentais para alcançar competitividade, seja por meio de produção em escala com baixo custo ou pela oferta de produtos diferenciados.

O terceiro pilar é a análise dos direcionadores de recursos, que busca entender os fatores que geram custos e influenciam os processos produtivos e comerciais. Shank e Govindarajan (2008) destacam que o gerenciamento de custos envolve fatores complexos, exigindo a identificação precisa dos direcionadores para uma gestão eficaz. Segundo Porter (1999), é essencial considerar não apenas o volume como direcionador de custos, mas também outros fatores que impactam diretamente a estrutura organizacional.

Em síntese, a gestão estratégica de custos é um instrumento vital para empresas que desejam se destacar em mercados competitivos. Sua aplicação otimiza a alocação de recursos, orienta estratégias de diferenciação e possibilita decisões fundamentadas, fortalecendo o posicionamento estratégico e aumentando a eficiência organizacional.

MÉTODOS DE CUSTEIO

A **gestão estratégica de custos (GEC)** utiliza diversas abordagens para analisar e controlar os custos de maneira eficiente, possibilitando uma tomada de decisão mais informada. Entre os métodos mais relevantes estão o Custeio Meta, Custeio Padrão, Custeio Kaizen, e o Custeio

Baseado em Atividades (ABC), aliado à Gestão Baseada em Atividades (ABM). Cada método possui características específicas que atendem a diferentes demandas organizacionais, contribuindo para a redução de custos e a obtenção de vantagens competitivas.

O **Custeio Meta**, ou *Target Costing*, surgiu na década de 1960 no Japão, tendo a Toyota como pioneira em sua aplicação. Este método parte do preço aceitável pelo mercado e subtrai a margem de lucro desejada para determinar o custo máximo permitido de um produto ou serviço. A essência do Custeio Meta é planejar os custos durante o desenvolvimento do produto, priorizando inovação e eficiência para atender às expectativas de preço do consumidor (BONFIN, CALLADO & CALLADO, 2018).

Conforme Martins (2003), o Custeio Meta é particularmente relevante em mercados competitivos, nos quais as empresas não podem simplesmente repassar os custos ao consumidor. Ele incentiva a redução de custos já na fase de planejamento, utilizando ferramentas como engenharia de valor para identificar oportunidades de melhoria nos processos produtivos. Bonfim et al. (2018) destacam que este método promove a integração entre equipes de desenvolvimento, engenharia e produção, fortalecendo a colaboração e a busca por soluções inovadoras.

Já o Custeio Padrão é baseado em custos previamente determinados, que servem como referência para a produção de bens ou serviços em condições normais de operação. Segundo Matz et al. (1987), esse método tem como objetivo identificar variações entre os custos reais e os padrões estabelecidos, permitindo que gestores avaliem a eficiência operacional e tomem medidas corretivas quando necessário.

Esse método é amplamente utilizado para o controle de custos e o planejamento financeiro, pois oferece uma base sólida para calcular desvios e identificar áreas de ineficiência. Coronetti et al. (2003) apontam que, ao comparar custos reais com os padrões, as organizações conseguem identificar produtos ou processos que apresentam custos acima ou abaixo do esperado, auxiliando na análise de desempenho e na tomada de decisões estratégicas.

Como explica Martins (2018), o **Custeio Kaizen** é uma abordagem de melhoria contínua que busca reduzir custos em todas as etapas do ciclo produtivo, com foco no pós-lançamento do produto. Desenvolvido no Japão, no período pós-Segunda Guerra Mundial, este método está alinhado à filosofia Kaizen, que enfatiza pequenas melhorias incrementais para alcançar eficiência e competitividade.

Martins (2018) explica que, diferentemente do Custeio Meta, que atua na fase de planejamento, o Custeio Kaizen se concentra em identificar oportunidades de redução de custos

durante a produção e a comercialização. Ele utiliza ferramentas como o programa 5S, padronização de processos e análise de desperdícios. Para Silva (2017), esse método é essencial para empresas que buscam aumentar a margem de lucro sem comprometer a qualidade do produto, promovendo inovação e sustentabilidade no longo prazo.

O **Custeio Baseado em Atividades (ABC)** e a **Gestão Baseada em Atividades (ABM)** são metodologias que focam na análise detalhada das atividades realizadas dentro de uma organização. Segundo Reis (2019), o ABC aloca custos indiretos às atividades específicas que os geram, em vez de utilizar critérios arbitrários de rateio. Esse método permite uma visão mais precisa dos custos relacionados a produtos, serviços ou processos.

A **Gestão Baseada em Atividades (ABM)** é uma extensão do ABC que utiliza as informações obtidas para gerenciar e otimizar as atividades. Martins e Rocha (2010) explicam que o ABM ajuda na tomada de decisões estratégicas, como a eliminação de atividades que não agregam valor ou a reengenharia de processos para reduzir custos. A aplicação conjunta do ABC e do ABM possibilita não apenas mensurar custos com maior precisão, mas também identificar melhorias operacionais que impactam diretamente a competitividade da organização.

Os métodos de custeio apresentados são ferramentas indispensáveis na gestão estratégica de custos, cada um com aplicações específicas que atendem a diferentes contextos empresariais. Enquanto o Custeio Meta e o Custeio Padrão oferecem suporte ao planejamento e controle financeiro, o Custeio Kaizen e o ABC/ABM proporcionam insights valiosos para a otimização contínua dos processos. A combinação desses métodos pode potencializar a capacidade das empresas de enfrentar os desafios do mercado e alcançar uma vantagem competitiva sustentável.

ESTUDOS ANTERIORES RELACIONADO AO TEMA

A gestão estratégica de custos busca aliar as informações sobre custos à definição das estratégias empresárias, com vistas ao desenvolvimento de vantagem competitiva, tornando-se um importante instrumento gerencial. Cleyton de Oliveira, Andréia, Citadin, Beatriz da Silva (2015), fez um estudo bibliométrico dos anos de 1994 a 2013, com o objetivo de analisar as produções científicas sobre a gestão estratégica de custos no Congresso Brasileiro de Custo.

A pesquisa descritiva com a abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de análise bibliométrica em 160 artigos. Os resultados mostraram que, os artigos tem um número

mínimo de catorze páginas, o número de autores por publicação é de dois a três, principalmente, poucos pesquisadores possuem um volume significativo de publicações, a produtividade dos autores da amostra é menor do que a prevista pela Lei de Lotka, as IES com maior participação de autores no evento são USP, UNISINOS e UFSC.

A principal fonte de referências dos artigos são livros, sobretudo, clássicos, a utilização de artigos como referência é pequena, os autores mais citados acompanham as principais referências de livros, os estudos mais utilizados são do tipo teórico, a principal natureza dos estudos é descritiva, a principal abordagem do problema é qualitativa e o principal tipo de pesquisa é bibliográfica, os temas mais abordados são: abordagens generalistas sobre gestão estratégica de custos, sistemas de custeio e planejamento e controle.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa adotou uma abordagem descritiva e qualitativa, utilizando a análise bibliométrica como método, conforme recomendado por Martins e Theóphilo (2009). Os dados foram coletados no site da Associação Brasileira de Custos (ABC), disponível em <https://revista.abcustos.org.br/abcustos/search>, que reúne os anais do Congresso Brasileiro de Custos (CBC), um dos principais eventos científicos da área de custos no Brasil.

Esse congresso é essencial para a divulgação de produções técnico-científicas e para promover a interação entre a comunidade acadêmica, pesquisadores, professores, estudantes, profissionais, empresários, consultores, contadores, administradores, e outros interessados na área de custos.

O período de análise compreendeu os anos de 2014 a 2023. A escolha desse período justifica-se pela necessidade de compreender as tendências mais recentes na área de custos e a evolução das discussões acadêmicas sobre o tema. Durante esses anos, o CBC publicou uma quantidade significativa de artigos que abordam temas relacionados à gestão de custos, sistemas tradicionais de custeio, e questões contemporâneas na área.

Para a seleção dos artigos, foi realizada uma pesquisa utilizando as palavras-chave "Gestão Estratégica de Custos", "Custeio Padrão", "Custeio Kaizen", "Gestão Baseada em Atividade (ABM)", e "Custeio Baseado em Atividades (ABC)" na base de dados do site do Congresso. A busca resultou em 57 artigos que continham as palavras-chave no título, resumo, ou nas palavras-

chave dos artigos, apresentados no apêndice A.

Os 57 artigos selecionados foram baixados em formato PDF utilizando o software Adobe Reader. Para a análise bibliométrica, os dados foram tratados e categorizados com o objetivo de identificar padrões e tendências nos temas abordados. A análise incluiu a frequência de citações de autores, a recorrência de temas específicos, e as colaborações entre autores. As ferramentas do software Excel, foram utilizadas para organizar e categorizar os dados, possibilitando uma análise sistemática das informações.

Além disso, foram identificados os temas mais comuns entre os artigos analisados e como os autores colaboram entre si. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada sobre o estado atual das pesquisas em gestão de custos, bem como as principais contribuições dos autores na área.

DESENVOLVIMENTO

As análises realizadas a partir das produções científicas sobre **Gestão Estratégica de Custos (GEC)** publicadas no **Congresso Brasileiro de Custos (CBC)** entre 2014 e 2023 revelam uma série de tendências e características importantes que destacam a evolução da área, especialmente no que diz respeito aos métodos de custeio, sua aplicação prática e as contribuições acadêmicas.

Os resultados obtidos são organizados com base nas características predominantes nas publicações, como temas abordados, metodologias utilizadas, autores e colaborações, instituições mais contribuintes, e tendências de publicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos temas abordados nos artigos demonstra que os **métodos de custeio** têm sido amplamente explorados, com destaque para o **Custeio Baseado em Atividades (ABC)**, o **Custeio Meta** e o **Custeio Kaizen**. O ABC é um dos métodos mais utilizados para alocar custos indiretos de forma precisa, especialmente em setores que exigem uma visão detalhada dos custos das atividades realizadas, como na **agroindústria, saúde e educação**. O **Custeio Meta**, aplicado em mercados altamente competitivos, tem sido abordado como uma ferramenta essencial para alinhar os custos de produção com as expectativas do mercado, permitindo às empresas manterem a competitividade sem comprometer a qualidade. Já o **Custeio Kaizen**, com sua filosofia de **melhoria contínua**, tem sido discutido como uma abordagem eficaz para a redução

de custos ao longo da produção, sendo aplicado em diferentes estágios do ciclo de vida do produto (Martins, 2018; Bonfim et al., 2018).

Além disso, uma característica relevante observada nas publicações é a crescente integração da **Gestão Estratégica de Custos** com as **estratégias de competitividade e sustentabilidade**. As organizações estão cada vez mais aplicando os métodos de custeio como ferramentas que não só promovem a redução de custos, mas também impulsionam a inovação e a sustentabilidade. O conceito de **análise da cadeia de valor** também tem sido amplamente discutido, com ênfase na identificação de custos ao longo de toda a cadeia de produção, desde o fornecimento de recursos até a entrega ao consumidor final, o que contribui para a otimização de processos e a maximização do valor agregado.

A **abordagem qualitativa** predominante nas publicações analisadas reflete a natureza exploratória e descritiva da maioria dos estudos apresentados no CBC. A maioria dos artigos foca em **estudos de caso**, que demonstram a aplicação dos métodos de custeio em contextos específicos, como empresas de pequeno porte, setores públicos e até organizações sem fins lucrativos. A **análise bibliométrica**, como destacou **Araújo (2006)**, tem sido uma ferramenta importante para mapear as tendências e os principais autores na área, permitindo identificar os padrões de colaboração entre as universidades e os temas que mais geraram interesse acadêmico.

Tabela 01- Características das Produções Científicas sobre GEC no CBC (2014-2023)

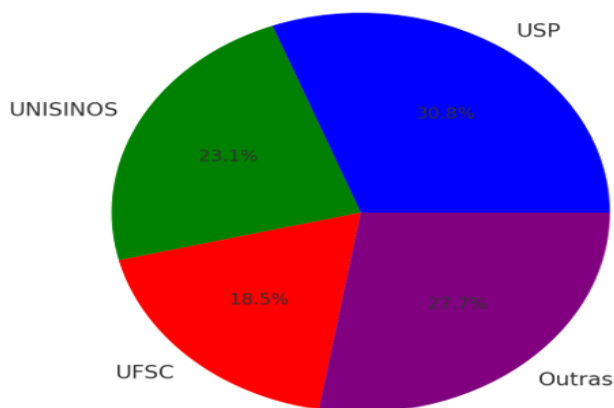
Características	Descrição
Principais Temas Abordados	- Métodos de Custeio: Custeio Baseado em Atividades (ABC), Custeio Meta, Custeio Kaizen.
	- Gestão Estratégica de Custos: Integração com estratégias de competitividade e sustentabilidade.
	- Setores de Aplicação: Agroindústria, saúde, educação, serviços, pequenas e médias empresas.
	- Análise de Cadeia de Valor: Identificação e análise de custos ao longo da cadeia de valor.
Abordagem Metodológica	- Predominância de Abordagem Qualitativa: Estudos descritivos e bibliográficos com foco em análises de casos.
	- Análise Bibliométrica: Identificação de padrões, autores mais citados e temáticas frequentes.

	- Estudos de Caso: Aplicação de métodos de custeio em contextos específicos.
Principais Autores e Colaborações	- Autores mais citados: Especialistas em GEC, como Shank & Govindarajan, Porter, Martins e Callado.
	- Colaboração Interinstitucional: Predominância de artigos com dois a três autores, com alta colaboração entre diferentes universidades.
Instituições mais Contribuintes	- USP, UNISINOS e UFSC: Universidades de destaque com alto número de publicações na área de GEC.
	- Instituições Regionais: Universidades do Norte e Nordeste também apresentam uma produção crescente de trabalhos na área.
Tendências de Publicação	- Integração com Inovação e Sustentabilidade: Estudo da GEC como fator de sustentabilidade empresarial e inovação.
	- Crescente Aplicação Prática: Maior foco na aplicação dos métodos de custeio em pequenas e médias empresas, além de setores públicos e privados.
Métodos de Custeio Utilizados	- ABC: Maior uso para alocação precisa de custos indiretos.
	- Custeio Meta: Aplicado no planejamento de custos em mercados altamente competitivos.
	- Custeio Kaizen: Aplicação focada em redução de custos ao longo da produção.

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Nos artigos analisados, observou-se que os **autores mais citados** incluem **Shank & Govindarajan, Porter, Martins, e Callado**, todos reconhecidos como especialistas na área de gestão estratégica de custos e no desenvolvimento das metodologias de custeio. A presença desses autores reflete a continuidade do desenvolvimento e aplicação das teorias clássicas de GEC, além de reforçar a importância dessas metodologias na prática empresarial contemporânea. Além disso, as publicações no CBC mostram uma **forte colaboração interinstitucional**, com artigos frequentemente coautoria de **dois a três autores**, o que reforça a tendência de trabalho em rede e a troca de conhecimento entre diferentes universidades e centros de pesquisa.

Gráfico 1 – Distribuição das publicações entre as instituições com maior produção científica.



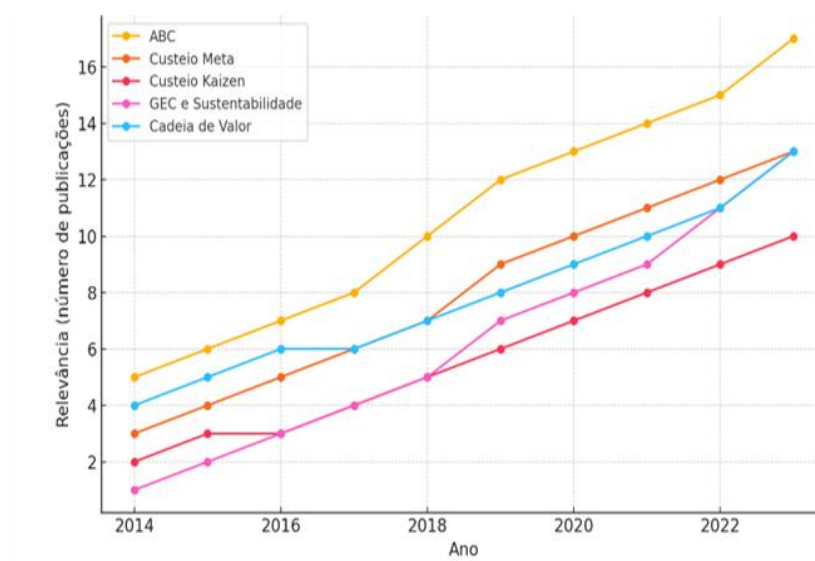
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

As instituições mais presentes nas publicações do CBC incluem universidades de grande destaque como **a USP, UNISINOS, e UFSC**. Estas universidades são responsáveis por uma grande parte das contribuições científicas na área de GEC, com uma produção constante e de alta qualidade. Porém, também se observa um crescente número de publicações de universidades **regionais**, principalmente do Norte e Nordeste do Brasil, que estão mostrando um aumento significativo de produções acadêmicas sobre GEC. Esse aumento na participação de instituições de diferentes regiões do Brasil é um indicativo de que o tema está ganhando relevância em várias partes do país, refletindo o aumento do interesse pela aplicação da GEC em diferentes contextos organizacionais e econômicos.

Uma tendência crescente observada nas produções científicas é a **integração da GEC com práticas de inovação e sustentabilidade**. Estudos como os de **Bonfim et al. (2018)** indicam que os métodos de custeio não são mais aplicados apenas para otimizar custos financeiros, mas também para ajudar as empresas a se posicionarem como líderes em **sustentabilidade empresarial**. Além disso, a **aplicação prática** dos métodos de custeio em **pequenas e médias empresas** tem se mostrado um tema central nas produções científicas, refletindo o crescente interesse em como esses métodos podem ser adaptados para organizações com recursos limitados, mas que precisam melhorar sua competitividade. A crescente demanda por sustentabilidade, tanto no campo ambiental quanto social, tem incentivado as empresas a integrar as práticas de GEC com suas estratégias de inovação, buscando reduzir custos enquanto adotam práticas mais responsáveis.

Entre as metodologias de custeio mais aplicadas, o **ABC** se destaca pela precisão na alocação de custos indiretos, especialmente em processos onde as atividades geram diferentes níveis de custo. O **Custeio Meta**, amplamente utilizado em ambientes de alta competitividade, tem sido cada vez mais relevante para o planejamento e controle de custos em mercados saturados. O **Custeio Kaizen**, por sua vez, tem sido aplicado com foco na redução contínua de custos, em todos os estágios da produção, ajudando as empresas a otimizar seus processos e, ao mesmo tempo, a aumentar sua eficiência (Shank & Govindarajan, 2008; Martins, 2018).

Gráfico 2 - Evolução dos temas de gestão estratégica de custos (2014 – 2023)



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A análise das produções científicas sobre **Gestão Estratégica de Custos (GEC)** no **Congresso Brasileiro de Custos (CBC)** entre 2014 e 2023 evidencia a crescente sofisticação e aplicabilidade dos métodos de custeio. A utilização do **Custeio Baseado em Atividades (ABC)**, **Custeio Meta** e **Custeio Kaizen** continua a ser central para as estratégias de redução de custos e maximização de valor, com uma crescente ênfase na integração dessas práticas com **inovação** e **sustentabilidade**. A colaboração interinstitucional e a diversificação nas áreas de aplicação são indicativos de que a GEC está se consolidando como uma ferramenta crucial para empresas de diferentes tamanhos e setores, contribuindo para o aprimoramento da competitividade no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções científicas sobre **Gestão Estratégica de Custos (GEC)** no **Congresso Brasileiro de Custos (CBC)** entre 2014 e 2023 revela uma evolução significativa nas práticas e metodologias adotadas, refletindo as mudanças nas necessidades e desafios enfrentados pelas organizações no Brasil. Os principais métodos de custeio abordados, como o **Custeio Baseado em Atividades (ABC)**, o **Custeio Meta** e o **Custeio Kaizen**, continuam sendo ferramentas centrais para as empresas que buscam reduzir custos, aumentar sua eficiência e alcançar uma vantagem competitiva sustentável. Cada um desses métodos tem mostrado sua eficácia em diferentes contextos organizacionais e setores, incluindo agroindústria, saúde, educação e pequenos negócios, o que reforça a aplicabilidade e a relevância contínua da GEC.

Uma tendência marcante nas publicações do período foi a **integração dos métodos de custeio com práticas de inovação e sustentabilidade**. As empresas estão cada vez mais percebendo a importância de alavancar a GEC para não apenas otimizar seus custos, mas também para promover práticas mais responsáveis do ponto de vista social e ambiental. A integração da **sustentabilidade** nos processos de GEC se tornou uma estratégia importante, pois permite às organizações reduzir seus impactos ambientais e aumentar sua competitividade ao mesmo tempo. Estudos como os de **Bonfim et al. (2018)** destacam como a GEC pode ser um diferencial estratégico, não apenas pela eficiência econômica, mas também pelo seu potencial de gerar benefícios sociais e ambientais.

Outro ponto relevante identificado foi a **forte colaboração interinstitucional**, que tem desempenhado um papel crucial no avanço da pesquisa em GEC no Brasil. As parcerias entre universidades de diferentes regiões, como a **USP**, **UNISINOS** e **UFSC**, têm promovido um intercâmbio valioso de conhecimento, contribuindo para o aprofundamento e a disseminação das melhores práticas de gestão de custos em diversos setores. Essa colaboração é um reflexo da crescente importância da GEC como um campo interdisciplinar, que envolve áreas como contabilidade, administração, economia e engenharia, entre outras.

Do ponto de vista metodológico, as **análises bibliométricas** têm sido uma ferramenta importante para mapear a produção científica e entender as tendências emergentes na área de GEC. Elas permitem identificar padrões de publicação, autores influentes e os temas mais discutidos, ajudando a direcionar as futuras linhas de pesquisa. As análises de estudos de caso também têm se mostrado essenciais para a aplicação prática dos métodos de custeio, evidenciando os desafios enfrentados pelas empresas na implementação das técnicas discutidas, especialmente em pequenos negócios e em setores mais informais.

Em síntese, as produções científicas do CBC entre 2014 e 2023 evidenciam que a **Gestão Estratégica de Custos** continua sendo um campo dinâmico e essencial para o desenvolvimento das organizações. A adaptação e aplicação dos métodos de custeio, aliada à crescente incorporação de **práticas sustentáveis e inovadoras**, oferecem às empresas as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios de um mercado competitivo e cada vez mais exigente. Além disso, a interdependência entre teoria e prática, e a colaboração entre universidades e profissionais, reforçam a importância da GEC não apenas como uma ferramenta de controle, mas como um elemento estratégico para o sucesso organizacional.

A partir dos resultados desta pesquisa, é possível concluir que a **Gestão Estratégica de Custos** se consolidou como uma área essencial para o desenvolvimento acadêmico e para a competitividade empresarial no Brasil. Futuras pesquisas podem explorar novas abordagens, a aplicação dos métodos em setores emergentes e como as empresas podem adaptar a GEC para enfrentar os desafios econômicos e ambientais do futuro.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, D. dos S., MACHADO, D. G., & QUINTANA, A. C. Análise da produção científica sobre os fluxos de caixa e a demonstração dos fluxos de caixa: Um estudo da Revista de Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo, no período de 1989 a 2009. In **Sustentabilidade Ambiental nas Organizações**. 2011. (pp. 1-10). São Paulo, SP: Anais Eletrônicos. Recuperado de https://www.ead.fea.usp.br/semad/13semad/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=375
- BONFIM, E. T., CALLADO, A. A. C., & CALLADO, A. L. C. **Aspectos do custeio alvo na gestão de custos**: um estudo em micro e pequenas empresas do setor de informática e tecnologia de Campina Grande-PB. In XXV Congresso Brasileiro de Custos, 2018. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4471>
- CORONETTI, J., *et al.* **Um estudo sobre a utilização de sistemas de custeio em empresas brasileiras**. In Congresso Internacional de Custos-CIC, Punta del Este, Uruguai, 2003. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2560/2560>
- HANSEN, D. R., & MOWEN, M. M. (2003). **Gestão de custos**: contabilidade e controle (3a ed.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- HOFER, E., TORTATO, U., & SCHULTZ, C. A. **Gestão estratégica de custos na cadeia de valor do leite e derivados**. In Anais do Congresso Brasileiro de Custos, Guarapari, ES, Brasil, 2003.
- LOURENÇO, R. L. **O uso da gestão estratégica de custos por empresas do setor imobiliário**. In Anais do Congresso Brasileiro de Custos, 2014. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/312386052>

- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. São Paulo: 9ª ed. Atlas, 2003.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. São Paulo: 11ª ed, Atlas. 2018.
- MATZ, A., et al. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas. 1987
- MARTINS, G. A., & ROCHA, W. **Gestão estratégica de custos e a relação com os sistemas de custeio**. Revista de Administração Contemporânea, 2010. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rac>
- PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise e da concorrência**. Rio de Janeiro: 17ª ed. Elsevier. 1999.
- REIS, T. **Custeio ABC: entenda como funciona o custeio baseado em atividades**. Sunoresearch. 2019. Recuperado de <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/custeio-abc/>
- ROCHA, W., & BORINELLI, M. L. Análise estratégica de cadeia de valor: um estudo exploratório do segmento indústria-varejo. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 4(7), 145-165. 2007.
- SILVA M. V. S. **Uma contribuição ao estudo da gestão estratégica de custos como instrumento de gestão de resultados nas indústrias de cimento** (Dissertação de Mestrado, PUC de São Paulo). 2017. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/>

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DAS VILAS RURAIS: UMA ANÁLISE APLICADA

Jorge Leandro Delconte FERREIRA¹ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: Contabilidade, Gestão e Políticas Públicas

RESUMO

Este artigo investiga em que medida as Vilas Rurais implantadas na região da COMCAM (PR) têm sido efetivas na promoção de bem-estar, desenvolvimento local e permanência das famílias no campo – questão pouco explorada na literatura e nas avaliações de políticas públicas rurais. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa, com aplicação de questionário estruturado a 56 moradores. A partir das respostas, foi construído o Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR), composto por cinco dimensões: infraestrutura básica, autossuficiência produtiva, atividades econômicas, vínculo com o território e satisfação subjetiva. Os resultados apontam altos níveis de pertencimento e satisfação entre os moradores, contrastando com a fragilidade nas dimensões produtiva e econômica. O IEVR permitiu captar desigualdades internas e oferecer subsídios para o redesenho de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais. Conclui-se que a efetividade de uma Vila Rural está relacionada não apenas à infraestrutura ou renda, mas também a fatores simbólicos e relacionais que sustentam a permanência das famílias no meio rural.

Palavras-chave: Vilas Rurais. Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas. Efetividade.

RESUMEN

Este artículo investiga en qué medida las Villas Rurales implantadas en la región de COMCAM (Paraná, Brasil) han sido efectivas en la promoción del bienestar, el desarrollo local y la permanencia de las familias en el campo – una cuestión poco explorada en la literatura y en las evaluaciones de políticas públicas rurales. Para ello, se llevó a cabo una investigación de carácter descriptivo y enfoque cuantitativo, mediante la aplicación de un cuestionario estructurado a 56 residentes. A partir de las respuestas, se construyó el Índice de Efectividad de las Villas Rurales (IEVR), compuesto por cinco dimensiones: infraestructura básica, autosuficiencia productiva, actividades económicas, vínculo con el territorio y satisfacción subjetiva. Los resultados señalan altos niveles de pertenencia y satisfacción entre los moradores, en contraste con la fragilidad observada en las dimensiones productiva y económica. El IEVR permitió captar desigualdades internas y ofrecer insumos para el rediseño de políticas públicas más sensibles a las realidades locales. Se concluye que la efectividad de una Villa Rural está relacionada no solo con la infraestructura o el ingreso, sino también con factores simbólicos y relacionales que sustentan la permanencia de las familias en el medio rural.

Palabras clave: Villa Rural. Desarrollo rural. Política pública. Efectividad

¹ - PhD em Economia. Mestre em Administração. Cientista Contábil – e-mail: jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há quase três décadas, o Paraná implantou as Vilas Rurais, um projeto voltado ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais do estado (Ipardes, 2005). Nesse período, diversos estudos abordaram aspectos sociais, econômicos e geográficos dessas comunidades (Ipardes, 2000; Bana, 2001; Andrade, 2005; Esser et al., 2006). Mas a maioria dos estudos focou a primeira década da implantação, com poucos estudos recentes sobre esse tema.

O último levantamento detalhado promovido pelo Governo do Paraná foi concluído em 2005, oferecendo um panorama geral da situação das Vilas Rurais à época (Ipardes, 2005). Desde então, a agricultura familiar no Brasil passou por transformações significativas, como a diversificação da produção, adoção de tecnologias de irrigação, valorização da sustentabilidade e crescente profissionalização dos pequenos produtores (Cunha et al., 2024). Estudos recentes também indicam que políticas públicas de crédito, como o Pronaf, têm gerado impactos positivos na renda e na inserção comercial de agricultores familiares, embora o acesso aos recursos ainda seja desigual e desafiador (Silva e Almeida, 2023).

Apesar da relevância e abrangência dos objetivos do Programa Vilas Rurais, parte da literatura crítica aponta que, com o tempo, muitas vilas tiveram dificuldades estruturais e operacionais. Alguns autores destacam o risco de urbanização do meio rural promovido por políticas que, embora bem-intencionadas, tendem a descaracterizar as dinâmicas próprias do campo quando não acompanhadas de apoio técnico, produtivo e organizacional de longo prazo (Fernandes e Ponte, 2002).

A partir dos anos 2000, observa-se também uma transformação profunda na agricultura familiar brasileira, com diversificação produtiva nas pequenas propriedades, valorização de redes colaborativas, uso de tecnologias sustentáveis e fortalecimento de políticas públicas voltadas ao campo, como o Pronaf e o PAA (Navarro, 2014; Cunha et al., 2024). No entanto, estudos recentes sugerem que a efetividade dessas políticas varia conforme o engajamento dos governos locais, a capacidade de articulação dos produtores e a persistência de ações de apoio institucional (Silva e Almeida, 2023; Ferreira, Alves e Caldeira, 2018).

Diante esse cenário, e após duas décadas de implantação, é relevante reavaliar impactos e atualidade das Vilas Rurais. A ausência de estudos recentes sobre essas comunidades levanta questões importantes: os objetivos originais do programa ainda são válidos? As Vilas

permanecem como instrumento efetivo de inclusão produtiva e permanência no campo? Como as famílias percebem hoje os benefícios e desafios de viver em uma Vila Rural?

A partir dessa reflexão, emerge de forma natural a seguinte pergunta de pesquisa: **qual é o perfil atual e o grau de efetividade de vilas rurais da região da COMCAM como política pública?**

O objetivo deste estudo é contribuir para a formulação e a avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão do pequeno produtor rural (como as Vilas Rurais) e à melhoria das condições de uso e exploração da terra na região de Campo Mourão (COMCAM).

Foram definidos como objetivos específicos: (a) realizar um levantamento das características estruturais das vilas; (b) investigar as atividades produtivas e organizativas desenvolvidas; (c) analisar seus vínculos institucionais; (d) identificar problemas comunitários e dificuldades enfrentadas pelas famílias; e (e) propor um índice de efetividade como instrumento de avaliação da política pública.

O Programa Vilas Rurais do Paraná, iniciado em 1997 com a criação da primeira vila rural no município de Apucarana, tinha como metas principais proporcionar moradia digna a trabalhadores rurais volantes, melhorar suas condições nutricionais e de saúde, promover o acesso a serviços públicos, capacitar mulheres e jovens, fomentar o associativismo e integrar esses grupos ao mercado de trabalho agrícola e não agrícola (Paraná, 1995).

Também interessa aqui a perspectiva institucional, como apontado por North (1994), segundo a qual os resultados de políticas públicas dependem do contexto local e dos mecanismos de governança envolvidos. Aplicada às vilas rurais, essa abordagem sugere que os efeitos do programa variam conforme o engajamento dos municípios e a persistência de suas ações de suporte (Ferreira, Alves e Caldeira, 2018; Rocha Junior e Barzotto, 2014).

Neste artigo, investigam-se cinco vilas rurais localizadas na região da COMCAM, com base em dados primários coletados por meio de questionário aplicado a 56 famílias residentes. A análise permite traçar um diagnóstico atualizado, identificar padrões de uso e percepção da terra, e avaliar o grau de efetividade da política sob a ótica dos beneficiários.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico. A terceira descreve os procedimentos metodológicos adotados.

A quarta seção reúne os resultados e a discussão, incluindo a construção do Índice de Efetividade das Vilas Rurais. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais e recomendações para políticas públicas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro nas últimas décadas tem oscilado entre abordagens tecnocráticas centradas na modernização da agricultura e propostas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e de modelos territoriais alternativos. A complexidade dos desafios enfrentados por pequenos produtores, especialmente em regiões onde políticas públicas buscaram fixar populações rurais via programas habitacionais e produtivos, exige uma leitura teórica plural. No caso do Paraná, o Programa Vilas Rurais é exemplar dessa tentativa de articular habitação, produção, fixação no campo e inclusão social. Para compreender suas potencialidades e limitações, esta seção discute quatro eixos: (i) a trajetória e o reposicionamento da agricultura familiar no Brasil; (ii) os pressupostos e críticas ao modelo de Vilas Rurais; (iii) os desafios da avaliação de políticas públicas rurais; e (iv) a importância das instituições e da trajetória local na efetividade das políticas.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: RECONHECIMENTO E CONTRADIÇÕES

A agricultura familiar ocupa papel central nas estratégias de desenvolvimento rural no Brasil, especialmente após a criação do Pronaf, em 1995. O programa marcou o reconhecimento institucional da agricultura de pequena escala, promovendo sua inclusão nas políticas públicas e reposicionando-a como agente estratégico para a segurança alimentar, geração de renda e valorização de práticas sustentáveis (Navarro, 2014; Schneider et al., 2016).

Esse reconhecimento impulsionou políticas articuladas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ampliando o acesso a mercados e fomentando o protagonismo de grupos historicamente excluídos, como mulheres e jovens rurais (Grisa e Schneider, 2015). Além da dimensão produtiva, consolidou-se a abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar, que abrange funções ambientais, sociais e culturais (Maluf, 2007; Carneiro, 2012).

Apesar dos avanços, persistem contradições. A distribuição dos recursos do Pronaf, por exemplo, favorece segmentos mais organizados, homens e regiões com melhor infraestrutura

(Silva e Almeida, 2023). A literatura também destaca desafios no acesso a crédito, assistência técnica e políticas de permanência no campo, especialmente em áreas periféricas.

No Paraná, a agricultura familiar é significativa, com destaque para cooperativas e arranjos produtivos locais. O Programa Vilas Rurais, iniciado em 1997, buscou integrar moradia, produção e inclusão social, mas recebeu críticas por padronizar lotes e impor lógica urbana ao espaço rural (Bana, 2001; Andrade, 2005). Estudos apontam carência de suporte técnico, acesso a mercados e planejamento de longo prazo (Rocha Junior e Barzotto, 2014).

Diante disso, Cunha et al. (2024) defendem políticas mais contextualizadas, que combinem apoio produtivo com valorização territorial e redes de cooperação. Reconhecer a agricultura familiar como categoria sociopolítica, e não apenas econômica, é essencial para avaliar o papel das Vilas Rurais no desenvolvimento rural sustentável.

2.2 O MODELO DE VILAS RURAIS: INOVAÇÃO OU URBANIZAÇÃO DO CAMPO?

O Programa Vilas Rurais, criado no Paraná em 1997, é citado como uma inovação institucional voltada à fixação de famílias em situação de vulnerabilidade no meio rural. A iniciativa, promovida pela SEAB e pela Cohapar, destinava-se a trabalhadores rurais temporários (sobretudo “boias-frias”), por meio da entrega de pequenos lotes com moradia, infraestrutura básica e área para produção de subsistência e comercialização (Paraná, 1995).

O programa unia objetivos sociais e produtivos: garantir moradia digna, fomentar produção agrícola, estimular associativismo, conter êxodo rural. Ao contrário de políticas fundiárias convencionais, as Vilas não vinham da desapropriação de grandes propriedades, mas da destinação de áreas públicas a núcleos habitacionais padronizados (Bana, 2001; Andrade, 2005).

Apesar do caráter inovador, o modelo foi alvo de críticas. Um dos principais questionamentos refere-se à tentativa de “urbanizar o rural”, isto é, impor uma lógica urbana ao campo por meio da padronização dos lotes, das moradias e da disposição espacial, desconsiderando a diversidade de usos da terra e de vínculos sociais no meio rural (Fernandes e Ponte, 2002).

A limitação do tamanho dos lotes (geralmente entre 0,5 e 1 hectare) foi outro ponto crítico. Essa escala restrita impôs barreiras à viabilidade econômica de várias atividades

produtivas. Além disso, a carência de assistência técnica, crédito e canais de comercialização comprometeu a sustentabilidade em diversas vilas (Rocha Junior e Barzotto, 2014).

Diversamente, experiências positivas mostram que redes produtivas e comunitárias se consolidaram onde houve articulação entre famílias, poder público e organizações sociais (Esser et al., 2006), mostrando que os resultados dependem da capacidade local de mediação e gestão.

Assim, o modelo das Vilas não deve ser avaliado apenas com base em seu desenho original, mas também em seu funcionamento nos territórios. A crítica à “urbanização do campo” não invalida a proposta, mas alerta para a importância de políticas sensíveis a especificidades locais, a modos de vida e a estratégias camponesas de reprodução social (Picolotto e Silveira, 2019).

2.3 INDICADORES, PERCEPÇÕES E EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS

A avaliação de políticas públicas tornou-se um campo estratégico da gestão pública, sobretudo diante da necessidade de qualificar decisões, ampliar a transparência e garantir o uso eficiente dos recursos. No meio rural, esse processo é particularmente desafiador: exige indicadores que considerem não apenas variáveis quantitativas, mas também aspectos sociais, territoriais e simbólicos (Souza, 2021; Farah, 2022).

Classicamente, as avaliações concentram-se em três dimensões: eficiência (uso racional dos recursos), eficácia (alcance dos objetivos) e efetividade (impacto social gerado). No entanto, Lotta (2019) alerta para limites de avaliações baseadas apenas em metas físicas, que negligenciam a percepção dos beneficiários, a qualidade da implementação e as dinâmicas locais. No campo, onde trajetórias sociais e institucionais variam muito, esses fatores são decisivos.

O Brasil acumulou, desde os anos 1990, importantes experiências de políticas voltadas à agricultura familiar (Pronaf, PAA, PNAE). Estudos demonstram avanços, mas também evidenciam problemas como descontinuidade, baixo alcance em regiões periféricas e frágil institucionalização nos municípios (Grisa e Schneider, 2015; Silva e Almeida, 2023). A efetividade, nesses casos, não decorre apenas do desenho da política, mas da capacidade de articulação entre entes federativos, da atuação de organizações locais e da escuta qualificada dos beneficiários.

No caso das Vilas Rurais, as avaliações sistemáticas são escassas, sobretudo após a fase inicial do programa. A literatura disponível indica que os resultados são heterogêneos: em alguns contextos, observam-se permanência das famílias e uso produtivo da terra; em outros, há abandono, conflitos ou desvios de função (Rocha Junior e Barzotto, 2014). Isso reforça a necessidade de avaliações que incorporem indicadores multidimensionais.

Nesse sentido, metodologias que combinam dados objetivos com percepções subjetivas vêm ganhando espaço. Indicadores compostos – que agregam aspectos estruturais, operacionais e comunitários – têm se mostrado úteis para políticas territoriais (OCDE, 2021). Além disso, avaliações participativas valorizam o saber dos beneficiários e revelam sentidos invisíveis nas abordagens tradicionais (Cecchini, 2020). A proposta deste estudo de construir um Índice de Efetividade para as Vilas Rurais da COMCAM, busca oferecer uma ferramenta diagnóstica crítica, orientada por múltiplas dimensões e sensível à realidade dos moradores, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas rurais.

2.4 INSTITUIÇÕES, CONTEXTO E DEPENDÊNCIA DE TRAJETÓRIA

A análise de políticas públicas eficazes no meio rural exige mais que identificar metas e resultados: requer a compreensão das estruturas institucionais e dos caminhos históricos que moldam as possibilidades de ação local. A abordagem institucionalista proposta por North (1994) é referência nesse campo, ao destacar que as instituições – regras formais, normas informais e estruturas organizacionais – moldam os comportamentos sociais ao longo do tempo. Isso gera o que se convencionou chamar de “dependência de trajetória” (*path dependence*), ou seja, a persistência de certos padrões mesmo diante de novas políticas ou oportunidades.

Compreender a efetividade das Vilas Rurais exige reconhecer o contexto em que foram implantadas e os arranjos locais que condicionam sua apropriação. Sua implantação variou conforme o município (política pública descentralizada): em alguns casos, houve apoio técnico continuado e articulação com Pronaf ou PAA; em outros, a política foi descontinuada ou tratada como ato pontual, sem visão de longo prazo (Rocha Junior e Barzotto, 2014; Andrade, 2005).

A presença de redes de cooperação (sindicatos, associações, cooperativas) é fundamental no desempenho dessas experiências (Grisa e Schneider, 2015; Ferreira, Alves e Caldeira, 2018). Municípios com capital social denso e governos locais proativos tendem a apresentar melhores

resultados. Já territórios marcados por clientelismo, fragmentação institucional ou ausência de planejamento participativo enfrentam maiores obstáculos.

Putnam (1993), ao analisar a performance institucional em regiões italianas, demonstrou que a qualidade das políticas está profundamente relacionada ao enraizamento de práticas colaborativas e à confiança nas instituições. No Brasil, Carneiro (2012) ressalta que o êxito de iniciativas no meio rural depende da escuta ativa dos sujeitos e da valorização dos saberes locais. A ausência dessas dimensões dificulta a resiliência de políticas como as Vilas Rurais, que dependem da coprodução de soluções entre Estado e comunidade.

Além disso, a experiência das famílias influencia suas expectativas e engajamento. Famílias oriundas de contextos de exclusão tendem a valorizar aspectos habitacionais e de segurança, mesmo com pouca viabilidade produtiva. Outras, com maior escolaridade ou inserção no mercado, avaliam a política com critérios distintos, o que interfere na coesão comunitária.

A análise das Vilas Rurais demanda considerar múltiplas camadas institucionais e históricas. A sua efetividade não depende só de seu desenho, mas de como se enraíza no território, é interpretada pelos atores locais e se adapta às trajetórias sociais e produtivas em curso.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa aplicada, com abordagem qualiquantitativa, de natureza descritiva, com o objetivo de avaliar a efetividade do modelo de Vilas Rurais implantado na COMCAM, no Noroeste do Paraná. A proposta central é compreender como as famílias residentes nessas vilas percebem sua experiência de permanência, uso produtivo do lote e acesso a políticas públicas, a partir da construção de um Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR).

A amostragem foi intencional e por conveniência, composta por 56 famílias residentes em diferentes Vilas Rurais, selecionadas com base na diversidade de contextos territoriais, tempo de implantação e características socioeconômicas. A coleta de dados foi realizada ao longo de 2024, por meio de visitas domiciliares conduzidas por bolsistas de Iniciação Científica, com aplicação presencial de um questionário semiestruturado.

O instrumento de pesquisa contou com 34 questões distribuídas em cinco blocos temáticos: (1) identificação da família e do lote; (2) histórico de uso e permanência; (3) atividades produtivas; (4) acesso a políticas públicas; e (5) avaliação subjetiva da experiência na vila. As

respostas foram registradas em planilha eletrônica e posteriormente organizadas em variáveis analíticas para fins de tratamento estatístico e elaboração do índice.

O Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR) foi concebido como um indicador composto, inspirado em metodologias da OCDE (2008) e adaptado às especificidades do meio rural paranaense. Sua construção considerou cinco dimensões principais: (i) permanência e estabilidade; (ii) uso produtivo do lote; (iii) acesso e vínculo com políticas públicas; (iv) integração comunitária; e (v) satisfação dos moradores. Cada dimensão reuniu de dois a quatro indicadores, totalizando 15 variáveis.

As variáveis foram padronizadas em uma escala de 0 a 1, conforme critérios objetivos (ex.: tempo de moradia, diversidade produtiva, acesso a políticas) e subjetivos (ex.: nível de satisfação e intenção de permanência). Para cada respondente, o IEVR foi calculado pela média simples das médias dimensionais, conforme a fórmula:

$$IEVR = \frac{1}{5} \sum_{d=1}^5 \left(\sum_{i=1}^{n_d} V_{di} \right)$$

Em que:

- V_{di} representa o valor padronizado do indicador i dentro da dimensão d ;
- n_d é o número de indicadores na dimensão d .

A pontuação final varia de 0 (mínima efetividade observada) a 1 (máxima efetividade), sendo os resultados categorizados em três faixas: baixa ($IEVR < 0,50$), intermediária ($0,50 \leq IEVR < 0,75$) e alta efetividade ($IEVR \geq 0,75$).

A análise foi complementada com comentários colhidos nas entrevistas, permitindo uma leitura mais rica dos significados atribuídos pelos próprios moradores à sua experiência nas Vilas. A combinação entre indicadores objetivos e percepções subjetivas entrega uma visão crítica e situada da efetividade da política, respeitando a diversidade dos territórios analisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e analisa os principais resultados obtidos a partir da aplicação do questionário com moradores das Vilas Rurais da região da COMCAM, em 2024. As respostas

refletem percepções individuais sobre aspectos sociais, econômicos e infraestruturais das vilas, permitindo compreender o grau de efetividade do programa sob diferentes dimensões.

A análise foi organizada em cinco eixos: (i) perfil dos respondentes; (ii) condições de vida e infraestrutura; (iii) satisfação com a moradia e com o território; (iv) participação comunitária; e (v) Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR).

Os resultados buscam não apenas quantificar indicadores, mas também compreender os sentidos atribuídos pelos moradores à sua vivência cotidiana no espaço rural organizado em formato de vila, destacando conquistas, desafios e potencialidades.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A pesquisa contou com 56 moradores das Vilas Rurais da COMCAM, entrevistados ao longo de 2024. A análise do perfil dos respondentes revela importantes características sociodemográficas que ajudam a contextualizar os demais resultados.

As famílias das Vilas têm porte médio (de 2 a 6 pessoas por lote, com média de 3,8). A maioria das entrevistas foi respondida por pessoas com vínculo direto de responsabilidade familiar: esposo, esposa e casal. Também houve participação de filhos e outros membros da família, o que contribui para uma diversidade de perspectivas na percepção sobre a Vila.

O tempo de posse do lote apresentou ampla variação, de 2 até mais de 25 anos, com predominância de residentes há mais de duas décadas. Tal fato indica estabilidade habitacional e consolidação dos laços com o território rural. Boa parte dos respondentes pertence à geração pioneira da ocupação das Vilas, o que pode influenciar na avaliação mais positiva das conquistas alcançadas desde a instalação do programa.

Observou-se baixa mobilidade no período recente: a maioria não declarou ter deixado a vila temporariamente nem ter retornado após ausência prolongada. Isso pode sinalizar um certo grau de satisfação com a vida rural ou limitação de oportunidades externas.

Na escolaridade, predominam níveis baixos de instrução formal, com muitos respondentes tendo até o ensino fundamental incompleto. As ocupações mais citadas foram aposentadoria e serviços públicos, especialmente entre os mais antigos. Há casos pontuais de professores e trabalhadores informais. Em todos os domicílios analisados nessa amostra, a coleta

de lixo ocorre regularmente, um dado relevante para a análise das condições básicas de infraestrutura.

Esses dados iniciais compõem um retrato da base social das Vilas Rurais, revelando uma população com histórico de permanência, baixa escolaridade e vínculos fortes com o local onde vivem, aspectos que serão aprofundados nas próximas seções.

4.2 – CONDIÇÕES DE VIDA E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura das Vilas Rurais revelou um padrão misto entre a presença de serviços públicos essenciais e a autoconstrução de elementos voltados à produção familiar e ao lazer.

Quanto aos serviços básicos, todos informaram dispor de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nas moradias. O transporte escolar está presente na maioria das Vilas, com exceções pontuais, reforçando o papel das políticas públicas de apoio à permanência de crianças e adolescentes no meio rural.

A presença de equipamentos de produção e subsistência (galinheiro, chiqueiro, pomar) é relatada por grande parte dos moradores. Pomar é a estrutura presente em quase todas as propriedades. Já chiqueiro e galinheiro variam entre as Vilas, indicando diferentes estratégias produtivas entre os assentados. Menos comuns são estruturas como curral, estrebaria, oficinas e barracões/paiol, embora estes últimos apareçam em parte significativa das residências, provavelmente associadas a práticas mais intensivas de produção agropecuária ou armazenamento.

Quanto a recursos hídricos próprios, como represas, observa-se sua raridade, o que pode limitar práticas de irrigação ou criações aquáticas. Da mesma forma, piscinas são inexistentes ou extremamente raras, sendo vistas como itens de lazer não prioritários nesse contexto rural.

Esses dados sugerem que as vilas oferecem uma base mínima de infraestrutura pública – especialmente água, energia, coleta de lixo e transporte escolar – complementada por iniciativas familiares voltadas à segurança alimentar e à produção agropecuária. A diversidade de estruturas presentes reflete distintos níveis de capital social, produtivo e ambiental, influenciados tanto pelas condições iniciais dos lotes quanto pelas trajetórias individuais das famílias.

4.3 SATISFAÇÃO COM A MORADIA E COM O TERRITÓRIO

A percepção dos moradores sobre a moradia e o território em que vivem revela dimensões simbólicas e práticas do assentamento em Vilas Rurais. Ainda que elementos da infraestrutura das casas varie (garagem, caixa d'água), o nível geral de satisfação é elevado.

A presença de caixa d'água foi mencionada por parte dos respondentes, indicando acesso a reservatórios individuais, especialmente úteis em casos de intermitência no fornecimento hídrico. Já garagem e mina d'água foram menos frequentes, possivelmente pela ausência de veículos automotores ou pela localização dos lotes, distantes de nascentes.

A principal motivação para morar na Vila indica predominantemente laços familiares, como “família” ou “casal”. A decisão pela moradia foi, em muitos casos, compartilhada (casal) ou tomada por um dos cônjuges. Esses dados evidenciam o caráter familiar da ocupação dos lotes e o papel da Vila como espaço de reprodução social e construção de vínculos afetivos.

Ainda que não explicitada nas respostas, a ausência de desejo de mudança ou de intenção de abandono indicam certo nível de orgulho, pertencimento e identificação com o território. Por outro lado, há baixa adesão a instâncias formais de organização (associações), sugerindo certo distanciamento em relação à gestão coletiva ou à participação nas decisões sobre a Vila.

Em síntese, mesmo com algumas carências estruturais, os moradores demonstram valorização da moradia, vínculo com a história familiar e percepção positiva da vida na vila. A satisfação parece mais relacionada a aspectos simbólicos e sociais do que a fatores materiais, reforçando a relevância do território na constituição das identidades rurais.

4.4 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A participação em atividades coletivas, produtivas e sociais nas Vilas oferece indícios sobre o grau de integração comunitária e a funcionalidade do modelo de assentamento. Quanto à assistência social ou institucional, poucos respondentes declararam receber apoio formal, concentrado principalmente na assistência social municipal. A baixa presença de vínculos com programas governamentais ou instituições externas pode indicar certo isolamento institucional ou o predomínio de estratégias autônomas de reprodução social.

Em relação à produção de alimentos, observa-se ampla presença de cultivo de legumes, verduras e frutas, com predominância do autoconsumo (respostas “C”, de consumo próprio).

Essa produção, embora de pequena escala, tem papel relevante na segurança alimentar das famílias. Destaca-se também a criação de pequenos animais, como galinhas, com foco na produção de ovos e abates eventuais para consumo familiar. A criação de animais de grande porte é menos comum, embora citada em alguns casos, inclusive com práticas de venda (“V”).

Os dados sugerem uma organização produtiva familiar de autoconsumo, com pouca participação em circuitos de comercialização e baixa inserção em redes institucionais de apoio. A vida comunitária, embora marcada por vínculos afetivos e históricos, opera com níveis reduzidos de organização formal, como mutirões, associações ou eventos regulares de integração.

Essa relativa fragilidade da participação coletiva estruturada pode representar um desafio à sustentabilidade de longo prazo das vilas, especialmente quanto à capacidade de reivindicar políticas públicas, manter espaços comuns e ampliar a oferta de serviços e infraestrutura.

4.5 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DAS VILAS RURAIS (IEVR)

Com base nos dados coletados, foi desenvolvido um Índice de Efetividade das Vilas Rurais (IEVR), para sintetizar diversos aspectos da vivência dos moradores em um indicador composto, capaz de refletir o desempenho das Vilas em múltiplas dimensões relevantes à permanência e à qualidade de vida no campo. A construção do índice se fundamenta em cinco dimensões analíticas, definidas a partir da literatura sobre assentamentos rurais e políticas de desenvolvimento territorial, bem como da estrutura do questionário aplicado. O Quadro 1 apresenta as dimensões analíticas e as variáveis utilizadas em sua composição:

Quadro 1 - Dimensões analíticas e variáveis utilizadas no cálculo do IEVR

DIMENSÃO	VARIÁVEIS OBSERVADAS
Infraestrutura básica	Acesso à água encanada, energia elétrica, transporte escolar, coleta de lixo
Autossuficiência produtiva	Cultivo de frutas, legumes e verduras; criação de pequenos animais para autoconsumo
Atividades econômicas	Produção de pães/bolos, presença de agroindústria, artesanato, comercialização eventual
Vínculo com o território	Tempo de posse do lote, intenção de permanecer, convivência com vizinhos
Satisfação subjetiva	Nota atribuída à vila, aspectos positivos e negativos, avaliação da qualidade de vida

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

Para cada variável, a presença de determinada característica (como acesso à água encanada ou produção de hortaliças) foi codificada como 1, e a ausência, como 0. A única exceção foi a dimensão “satisfação subjetiva”, construída a partir da nota atribuída pelo respondente à sua experiência na Vila Rural, normalizada para uma escala decimal entre 0 e 1.

Para evitar a nota zero e a distorção comparativa inerente, foi adotado um ajuste de piso mínimo. O cálculo de cada dimensão binária seguiu a fórmula $D_i = 0,1 + 0,9 \bar{X}_i$, com $\bar{X}_i$ sendo a média das variáveis da dimensão para o respondente i . Assim, cada participante obtém, no mínimo, 0,1 em cada dimensão, assegurando comparabilidade e evitando escores nulos.

A média das cinco dimensões compôs o valor final do IEVR para cada respondente. A Tabela 1 apresenta os resultados estatísticos das cinco dimensões e do índice geral, calculados com base em 56 observações válidas.

Tabela 1 - Valores apurados no Índice de Efetividade das Vilas Rurais

Dimensão	Médias Apuradas	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Coef. Variação
Infraestrutura básica	0,81	0,28	0,10	1,00	34,90
Autossuficiência produtiva	0,70	0,27	0,10	1,00	38,00
Atividades econômicas	0,26	0,22	0,10	0,78	83,40
Vínculo com o território	0,92	0,26	0,10	1,00	28,20
Satisfação subjetiva	0,96	0,08	0,70	1,00	8,50

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A análise dos resultados indica que a dimensão com melhor desempenho entre os moradores das Vilas Rurais é a de satisfação subjetiva, com média de 0,96 e desvio padrão reduzido. O coeficiente de variação de apenas 8,5% revela um padrão altamente homogêneo entre os respondentes, sugerindo avaliação amplamente positiva sobre a experiência de viver na vila. A maioria atribuiu notas muito altas à qualidade de vida no local, evidenciando vínculos afetivos com o território e valorização do sossego, da segurança e da estabilidade habitacional.

A dimensão vínculo com o território também apresenta pontuação média elevada, situando-se em 0,92. Ainda assim, a dispersão um pouco mais acentuada indica que, embora prevaleçam percepções positivas, há casos em que os laços com a comunidade ou o desejo de

permanência são menos expressivos, possivelmente por fatores individuais, históricos ou estruturais que impactam a trajetória de determinados moradores.

Em relação à infraestrutura básica, a média foi de 0,81. Apesar de relativamente alta, acompanha desvio padrão significativo, indicando desigualdade entre os domicílios quanto ao acesso a serviços como água, energia e transporte escolar. Enquanto alguns vivem em condições plenamente atendidas, outros enfrentam dificuldades que afetam diretamente a qualidade de vida.

A dimensão autossuficiência produtiva apresenta média de 0,70, refletindo um cenário intermediário. Parte dos respondentes mantém práticas voltadas ao autoconsumo, como hortas, criação de pequenos animais e cultivo de frutas e verduras. No entanto, a elevada variabilidade demonstra que essa realidade não é generalizada, sendo condicionada por fatores como tempo disponível, idade, acesso a insumos e recursos produtivos.

A pontuação mais baixa do índice está associada à dimensão atividades econômicas, com média de apenas 0,26. Mesmo com o ajuste de piso mínimo, os resultados confirmam a fragilidade das iniciativas produtivas voltadas à geração de renda. A maioria não realiza atividades comerciais regulares ou estruturadas, como venda de alimentos processados, produção artesanal ou participação em agroindústrias. Essa dimensão apresenta também o maior coeficiente de variação, revelando grande desigualdade entre os poucos que desenvolvem tais atividades e a maioria desconectada dos circuitos econômicos locais.

Em conjunto, os resultados mostram que as Vilas Rurais avançaram nas dimensões subjetivas e de permanência, especialmente quanto à valorização simbólica do território e à satisfação com a moradia. Por outro lado, as dimensões produtivas e econômicas ainda carecem de políticas públicas específicas que promovam autonomia financeira, cooperativismo e inserção em cadeias produtivas mais robustas. O IEVR, ao captar diferentes facetas da vida rural, constitui ferramenta útil para subsidiar o planejamento e a avaliação de programas voltados ao fortalecimento das Vilas, especialmente se associado a abordagens qualitativas e participativas.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade das Vilas Rurais a partir da percepção de seus moradores, com base em questionário aplicado a 56 residentes de diferentes municípios da COMCAM, no ano de 2024. A partir da construção do Índice de Efetividade das

Vilas Rurais (IEVR), estruturado em cinco dimensões – infraestrutura básica, autossuficiência produtiva, atividades econômicas, vínculo com o território e satisfação subjetiva – foi possível sintetizar os resultados em um indicador composto, integrando diferentes aspectos da vida rural em contexto de assentamento planejado.

Os resultados revelam que, embora existam desigualdades internas, a maioria dos moradores avalia positivamente sua experiência na Vila Rural. As maiores médias foram observadas nas dimensões de satisfação subjetiva e vínculo com o território, o que demonstra o êxito do modelo na criação de condições simbólicas e afetivas favoráveis à permanência. A Vila Rural é valorizada como espaço de sossego, segurança, vizinhança solidária e pertencimento – elementos fundamentais para o bem-estar rural.

A dimensão infraestrutura também apresenta resultados satisfatórios, ainda que com maior dispersão, evidenciando a necessidade de ações mais equitativas do poder público. Já as dimensões ligadas à produção e à geração de renda revelam fragilidades importantes. A autossuficiência produtiva, embora presente em muitos domicílios, depende de condições desiguais de tempo, força de trabalho e recursos. A dimensão econômica, com a menor média entre todas, confirma a ausência de políticas consistentes de incentivo à agroindustrialização, ao associativismo produtivo e à comercialização estruturada.

A aplicação do IEVR permitiu captar essas nuances de forma sistematizada, oferecendo instrumento útil para diagnóstico e planejamento de políticas públicas mais sensíveis à realidade das Vilas Rurais. O modelo pode ser replicado, ajustado e monitorado ao longo do tempo, possibilitando comparações entre regiões e perfis de famílias, além de subsidiar ações voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento territorial baseado na valorização das práticas locais.

Por fim, a efetividade de uma Vila Rural não pode ser compreendida apenas por sua infraestrutura física ou produtividade econômica. Aspectos imateriais, como sentimento de pertencimento, cuidado com o território e formas de cooperação cotidiana, são também centrais para a sustentabilidade desses espaços. Reconhecer e incorporar essas dimensões ao desenho e à avaliação de políticas públicas é fundamental para consolidar um modelo de desenvolvimento rural socialmente justo, ambientalmente equilibrado e culturalmente enraizado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, H. A. de. *Programa Vilas Rurais: uma proposta de desenvolvimento local?* 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
- ANDRADE, H. A. de. *Programa Vilas Rurais: uma proposta de desenvolvimento local?* 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
- BANA, A. A. *Programa Vilas Rurais: a experiência do município de Apucarana/PR*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2001.
- CARNEIRO, M. J. A construção social do “agrário” e o mundo rural como categoria de pensamento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 145–167, 2012.
- CECCHINI, S. Avaliação participativa de políticas sociais na América Latina: lições e desafios. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 10–22, 2020.
- CUNHA, A. M. et al. *Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural: novos desafios em contextos de transição socioambiental*. Curitiba: Editora UFPR, 2024.
- ESER, J. P. et al. *Vilas Rurais: avaliação de uma política de fixação de famílias no campo*. In: ENEP, 2006, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ABEP, 2006.
- FARAH, M. F. S. Avaliação de políticas públicas: avanços e desafios. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 73, n. 4, p. 797–818, 2022.
- FERNANDES, B. M.; PONTE, C. Política pública e ruralidades: a urbanização do campo. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 341–366, 2002.
- FERREIRA, C. M.; ALVES, D. R. M.; CALDEIRA, M. A. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: reflexões a partir da experiência paranaense. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 21, n. 46, p. 182–203, jan./abr. 2018.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: uma análise a partir da trajetória recente*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Vilas Rurais: análise de implantação e diagnóstico socioeconômico*. Curitiba: IPARDES, 2005.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório técnico: caracterização das Vilas Rurais do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2000.
- LOTTA, G. S. Avaliação de políticas públicas: entre eficiência técnica e construção política. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 70, n. 3, p. 381–406, 2019.
- MALUF, R. S. Agricultura familiar e sustentabilidade: uma abordagem sistêmica. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 57–80, 2007.
- NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites das políticas públicas*. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 43–71.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Measuring what matters in rural development: new metrics and methods for policy evaluation*. Paris: OECD Publishing, 2021.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. *Programa Vilas Rurais: bases conceituais, objetivos e estratégias*. Curitiba: SEAB, 1995.

PICOLOTTO, E. L.; SILVEIRA, C. A. Desafios da permanência no campo: crítica à urbanização do rural nas políticas públicas. *Revista Geografia em Questão*, Santa Maria, v. 12, n. 2, p. 135–157, 2019.

PUTNAM, R. D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

ROCHA JUNIOR, W. da C.; BARZOTTO, M. Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso das Vilas Rurais no Paraná. *Raega – O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 31, p. 214–236, 2014.

SCHNEIDER, S. et al. Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para a ação pública. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 54, n. 1, p. 5–22, 2016.

SILVA, L. G.; ALMEIDA, M. A. de. Desigualdades no acesso ao Pronaf: desafios e perspectivas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 61, n. 1, p. 29–52, 2023.

SOUZA, C. Avaliação de políticas públicas no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 107, p. 1–17, 2021.

--

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PARA VIABILIDADE DE EXCLUSIVIDADE AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO

Fernanda Sibeli Sotelo Teixeira Cersósimo¹ – Universidade Federal da Grande Dourados

GRUPO DE TRABALHO 4: Contabilidade, Gestão e Políticas Pública

RESUMO

O presente estudo analisa a viabilidade jurídica da contratação exclusiva de Microempreendedores Individuais (MEIs) por meio do credenciamento, conforme a nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021). Inserida no contexto da Agenda 2030 da ONU, a proposta visa fortalecer o desenvolvimento sustentável e reduzir desigualdades sociais. O credenciamento surge como alternativa à licitação tradicional, por permitir a contratação direta de todos os que atenderem aos requisitos do edital, favorecendo a inclusão dos pequenos negócios nas contratações públicas. Contudo, a Lei Complementar n. 123/2006 impõe restrições à exclusividade em contratações por inexigibilidade, gerando insegurança jurídica aos gestores. A pesquisa, de natureza qualitativa, com fins exploratórios e descritivos, baseia-se em levantamento bibliográfico, documental e em dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Os resultados demonstram que, embora existam iniciativas voltadas aos MEIs, elas são pontuais e limitadas a poucos entes federativos. Jurisprudência, como a do Tribunal de Contas de Minas Gerais, entende ilegal a exclusividade sem previsão expressa. Assim, o estudo propõe alterar a LC 123/2006 para permitir contratações exclusivas de MEIs em casos compatíveis, além de revisar as exceções do art. 49, IV. Sugere-se ainda a adoção de mecanismos alternativos, como subcontratações obrigatórias, e o aprofundamento do tema por meio de estudos de caso.

Palavras-chave: Credenciamento. Microempreendedor Individual. Contratações Públicas. Inclusão Social. Legislação.

RESUMEN

El presente estudio analiza la viabilidad jurídica de la contratación exclusiva de Microempreendedores Individuales (MEI) mediante el procedimiento de acreditación, conforme la nueva Ley de Licitaciones (Ley n. 14.133/2021). Inserta en el contexto de la Agenda 2030 de la ONU, la propuesta busca fortalecer el desarrollo sostenible y reducir las desigualdades sociales. La acreditación se presenta como una alternativa a la licitación tradicional, al permitir la contratación directa de todos los que cumplan con los requisitos del pliego, favoreciendo la inclusión de pequeños negocios en las contrataciones públicas. Sin embargo, la Ley Complementaria n. 123/2006 impone restricciones a la exclusividad en contrataciones por inexigibilidad, lo que genera inseguridad jurídica a los gestores públicos. La investigación, de carácter cualitativo, con fines exploratorios y descriptivos, se basa en revisión bibliográfica, documental y en datos del Portal Nacional de Contrataciones Públicas (PNCP). Los resultados demuestran que, aunque existen iniciativas dirigidas a los MEI, estas son puntuales y limitadas a pocos entes federativos. Jurisprudencias, como la del Tribunal de Cuentas de Minas Gerais, consideran ilegal la exclusividad sin previsión expresa. Así, se propone modificar la LC 123/2006 para permitir la contratación exclusiva de MEI en situaciones compatibles, además de revisar las excepciones del art. 49,

¹ - Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) oferecido pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), MBA em Práticas de Gestão na Administração Pública, pela Faculdade Focus. Pós-graduada em Direito e Processo Tributário, pelo Centro de Ensino Renato Saraiva (CERS). Graduada em Direito, pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). – e-mail: fernandasotelo.adv@gmail.com

inciso IV. Se sugiere también la adopción de mecanismos alternativos, como la subcontratación obligatoria, y el desarrollo de estudios de caso.

Palabras clave: Acreditación. Microemprendedor Individual. Contrataciones Públicas. Inclusión Social. Legislación.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O avanço da globalização provocou profundas transformações na economia mundial, gerando benefícios em diversos aspectos da vida moderna. No entanto, os projetos neoliberais das últimas décadas também ampliaram significativamente as desigualdades econômicas e sociais (Zeifert, Cenci e Manchini, 2020). Nesse cenário, grandes corporações cresceram explorando mão de obra barata em regiões estratégicas, muitas vezes com o apoio indireto do Estado por meio de contratações ou incentivos fiscais (Neto e Blanchete, 2018).

Como resposta a essa problemática de (in)justiça social, surgiram iniciativas voltadas à promoção dos direitos humanos e à redução das desigualdades, destacando-se a Agenda 2030 da ONU, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, políticas voltadas a interesses privados e sistemas excludentes representam desafios à efetivação dessa agenda global (Zeifert, Cenci e Manchini, 2020).

Entre as medidas de inclusão, destaca-se a criação do Microempendedor Individual (MEI), formalizado pela Lei Complementar n. 128/2008. Apesar de positiva, a formalização por si só não assegura igualdade de oportunidades no mercado competitivo (Chaves, Bertassi e Silva, 2018).

Diante disso, este estudo analisa o uso do credenciamento, previsto na nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021), como instrumento de inclusão social via contratação exclusiva de MEIs, e a necessidade de alteração legislativa para garantir segurança jurídica à prática.

Justifica-se o estudo pela relevância do Estado como promotor da justiça social, especialmente considerando que o credenciamento exige a contratação de todos os que atendam aos critérios do edital, favorecendo a distribuição de oportunidades e renda.

Contudo, embora previsto como forma de contratação direta, o credenciamento carece de respaldo legal para ser aplicado com exclusividade aos MEIs. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a viabilidade jurídica dessa contratação exclusiva e verificar se tal prática já ocorre na administração pública.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: quais os entraves normativos e jurisprudenciais que impedem a exclusividade de MEIs nas contratações por credenciamento? Parte-se da hipótese de que, embora praticado por alguns entes, o credenciamento exclusivo enfrenta barreiras legais, sendo necessária a alteração da LC n. 123/2006, especialmente quanto às exceções do art. 49, IV.

A pesquisa é qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica, documental e na análise de dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Espera-se que os resultados auxiliem gestores públicos na adoção de boas práticas que promovam maior inclusão social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Maria Sylvia Zanella (2019, p. 755), pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.

Já conforme ilustra Mazza (2019, p. 826), licitação é o procedimento de compra utilizado pela Administração Pública, a qual não pode por lei contratar deliberadamente - na forma que realizam os particulares - devendo respeitar, dentre outros, os princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público, ou seja, garantir que todos os licitantes possuam as mesmas condições de oferta, com o intuito de assegurar a prevalência do interesse da Administração, vencendo a proposta mais vantajosa.

Sancionada em 01 de abril de 2021 com vigência imediata, a Lei n. 14.133/21, lei de licitações, substituiu o regime de quase 30 anos que até então vigorava sob a égide da Lei Federal n. 8.666/93.

O novo legislativo trouxe alterações e inclusões substanciais que já estavam sendo implementadas através de regramentos esparsos e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais de Contas. Neste bordo, a Nova Lei de Licitações, como é conhecida, apresenta mudanças significativas em relação ao regime anterior (Araújo, 2021).

Uma das principais mudanças foi a previsão dos procedimentos auxiliares de contratação, como o credenciamento, a pré-qualificação, e o registro de preços (Kopczynski et al., 2021). Neste eito, a lei de licitações trouxe esses procedimentos descritos expressamente em seu art. 78.

De todo modo, em que pese a existência de cinco procedimentos auxiliares, o presente estudo terá seu foco voltado para apenas um: o credenciamento, que é definido pela lei n. 14.133/21 como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública “convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados” (BRASIL, 2021, art. 6º, Inc. XLII).

Em outras palavras, o credenciamento é um procedimento pelo qual a Administração convoca interessados, por meio de um edital denominado chamamento público, para que estes que cumpram e aceitem os requisitos pré-determinados, além do preço a ser pago, se credenciam para futura entrega de bens ou prestação serviços, os quais serão firmados através de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (BRASIL, 2021, art. 74, IV).

Há de se ressaltar, porém, que o credenciamento não é um procedimento inédito no Brasil e vinha sendo aplicado durante a vigência da Lei n. 8.666/93 através de entendimento jurisprudencial, como o acórdão TC-008.797/95-5, que trazia, inclusive, muitas das regras que passaram a ser expressas na nova lei.

Diante disso, restou fixado pela nova Lei de Licitações os seguintes regramentos gerais, deixando a cargo de cada ente a regulamentação de normas específicas (BRASIL, 2021, art. 79).

A nível de União foi editado o Decreto n. 11.878, de 9 de janeiro de 2024, o qual, em consonância com o Art. 187 da Lei n. 14.133/21, poderá ser utilizado pelos Estados e Municípios até que estes editem os seus próprios.

Consigna-se que o credenciamento não é uma modalidade de licitação (BRASIL, 2021, art. 28), pois diferente destas, naquele há inviabilidade de competição, sendo que a regra será contratar todos os que estiverem aptos ao fornecimento do bem ou serviço (BRASIL, 2021, Art. 79).

Por fim, necessário evidenciar que apesar das contratações de Microempreendedores individuais serem possíveis através de licitações comuns, no credenciamento a regra será

contratar todos os que cumprirem os requisitos pré-estabelecidos e aceitarem o preço a ser pago (BRASIL, 2021, Art. 79, I).

Ou seja, em tese, existiria maior inclusão e oportunidade de trabalho, visto que em licitações comuns as grandes empresas acabam por dificultar o acesso de MEIs às contratações públicas, seja por uma maior capacidade de articulação de propostas, que não necessariamente será mais vantajosa para a Administração, ou até mesmo, conforme demonstram Motta e Oliveira (2015), em razão de concorrência desleal.

Caminhando para o ponto de embate deste estudo, vejamos a dimensão da sustentabilidade, conhecida como modelo *triple bottom line*, em tradução literal: resultado triplo. Isto significa, que atualmente a sustentabilidade é vista em plena forma por meio do aspecto ambiental, social e econômico, em que cada pilar representa uma dimensão crucial para o desenvolvimento sustentável e equilibrado de sociedades e economias (Motta e Oliveira, 2015).

Sobre a dimensão social, Motta e Oliveira (2015, p. 206) destacam ainda que “representa a construção de uma sociedade mais justa, que incentive o desenvolvimento humano e a qualidade de vida, ou seja, melhor distribuição de renda e bens, incluindo a redução da pobreza”.

Esses pilares são interdependentes e sua integração é essencial para o desenvolvimento sustentável. Quando implementados de maneira integrada, esses pilares não apenas fortalecem a resiliência das sociedades, mas também contribuem para a construção de um futuro mais equitativo, próspero e seguro para todos (Augustin e Cunha, 2014).

Um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, requer, assim, o equilíbrio entre essas dimensões, garantindo que as necessidades das gerações atuais e futuras não sejam vistas pelo aspecto unicamente ambiental (Costa *et al.*, 2017).

A Agenda 2030 foi pactuada pelas Nações Unidas em 2015 e estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, com metas específicas a serem alcançadas até o ano de 2030 visando cumprir desafios globais urgentes, como erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, o que exige a superação de barreiras, com a criação de políticas de Estado fortes, contínuas e permanentes no tempo e no espaço, que propicie um crescimento econômico sustentável e inclusivo do ponto de vista social (Zeifert, et al.).

Nesse sentido, estudos anteriores têm analisado a viabilidade e a potencialidade de utilização estratégica das compras e contratações públicas como fomentadoras de ações de inclusão social e desenvolvimento regional ou local sustentável. Martins e Judensnaider (2023) demonstraram o potencial de inclusão social por meio do direcionamento da grande quantidade de ofertas de trabalho oriundas de contratos administrativos em um município brasileiro a indivíduos reclusos no mesmo município.

Calado e Ferreira (2016) abordam a oportunidade e conveniência da inclusão social de pessoas com deficiência por meio de licitações e contratações públicas mediante reforço do cumprimento de reserva de cotas como estatuída na Lei n. 8.213/1991.

Chaves, Bertassi e Silva (2018) evidenciam que o poder de compra do Estado pode ser utilizado para fomentar o desenvolvimento local por meio do favorecimento das micro e pequenas empresas (MPEs) nas licitações governamentais.

O Estatuto das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicados equitativamente aos Microempreendedores Individuais (BRASIL, 2014, Lei Complementar 147), se esforça ao definir, a partir do art. 42, benefícios e preferências para contratações públicas às pessoas jurídicas enquadradas nesse porte.

Todavia, Almeida, Matos Júnior e Salgado (2022) observaram que os principais entraves às políticas públicas de inclusão social e desenvolvimento sustentável por meio de compras e contratações públicas são o descompromisso dos gestores públicos com o interesse coletivo e a ausência de boas práticas de gestão e governança.

Chaves, Bertassi e Silva (2018), analisando as contratações de uma universidade pública no Estado de Minas gerais, constataram que, apesar da ocorrência de aumento significativo do número de micro e pequenas empresas (MPEs) contratadas, as empresas locais representavam menos de 1% do total de compras da organização pública investigada.

Sob a perspectiva das próprias MPEs, Motta e Oliveira (2015) demonstram que a concorrência desigual e falta de transparência sobre os processos licitatórios são os principais desafios enfrentados pelos microempreendedores.

Abaixo, o Quadro 1 retrata os dados do Boletim do 1º quadrimestre de 2024, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, identificando que existem 12.281.582 microempreendedores individuais ativos no país.

Quadro 1 - Movimento de abertura de empresários individuais no primeiro quadrimestre de 2024

	Empresas ativas	Empresas abertas	Variação em relação ao 3º quad. de 2023	Variação em relação ao 1º quad. de 2023
Empresário Individual	14.563.948	1.142.498	29,3%	7,9%
Microempreendedor Individual	12.281.582	1.091.205	29,8%	8,8%
Demais Empresários Individuais	2.282.366	51.293	19,1%	-8,7%

Fonte: Tabela disponível em:

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-1o-quadrimestre-2024.pdf>. Acesso em 06 jul. 2024.

Nesta perspectiva, é que o presente estudo utilizou os dados do Portal Nacional de Contratações Públicas para identificar, por meio de um panorama geral, como está atualmente o cenário nacional no que diz respeito aos editais de chamamento público para contratação, por meio de credenciamento, dos Microempreendedores Individuais, comparando posteriormente à existência de algum permissivo legislativo para eventual aplicação de exclusividade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem natureza aplicada, e pode ser considerada, em termos metodológicos como qualitativa, com fins exploratórios e descritivos, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e documentais.

DESENVOLVIMENTO

A partir dos dados obtidos por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP foram identificadas 869.450 contratações públicas, com um valor total estimado em R\$ 886.610.889.575,16, ou seja, quase R\$ 1 trilhão, entre os anos de 2021 e 2024. O total estimado desconsidera ainda as contratações *outliers*, isto é, fora dos parâmetros normais, com valores acima de 8 bilhões de reais.

Importante salientar que, a lei n. 14.133/2021 somente se tornou única e completamente obrigatória a partir de 30 de dezembro de 2023 (art. 193, II, a da Lei 14.133/21), sendo assim, contratações realizadas com base na antiga Lei de Licitações não constam nos dados analisados.

As análises foram materializadas com base no período compreendido entre o primeiro dia do mês de janeiro ao último dia do mês de junho do ano de 2024, considerando a data da contratação.

No intervalo de tempo examinado (jan-jun/2024), identificou-se 531.473 contratações, com valor total estimado de R\$620.277.277.588,00, destas, 5.037 contratações foram por meio de credenciamento (qualquer que fosse o objeto e o foco de contratação), com valor total estimado de R\$ 30.253.467.461,08, o que representa aproximadamente 0,94% da quantidade total de contratações realizadas e 4,87% do valor total estimado.

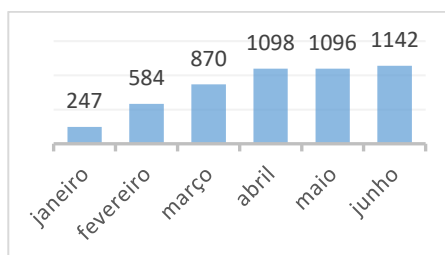
Nesse período, o valor médio do total de contratações realizadas foi de R\$1.167.090,85, enquanto o valor médio das contratações por meio de credenciamento foi de R\$6.006.247,26.

A média maior nos credenciamentos deve-se ao fato de que, em licitações comuns, a lei permite instrumentos mais simples e dispensáveis de registro no PNCP.

Por seu turno, no caso do credenciamento, o instrumento contratual é obrigatório, pois é formalizado para fazer frente a contratação direta, além disso, o documento leva como valor total um numerário estimado para possível efetivação, isso não quer dizer que o total deste será executado, algo que, em termos de exatidão, se torna impreciso para uma conclusão exata do que foi verdadeiramente investido em contratos desta natureza (BRASIL, 2021, Art. 95).

O gráfico abaixo apresenta a evolução da quantidade de credenciamentos no período analisado (jan-jun/2024):

Quadro 2 - Quantidade de credenciamentos por mês de 2024

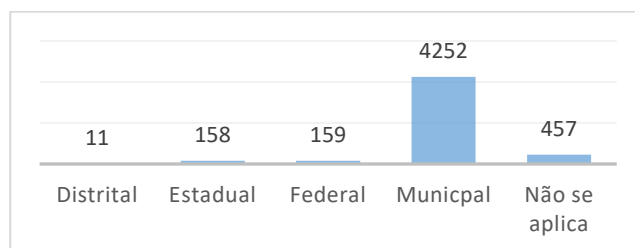


Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Nota-se, portanto, uma evolução na quantidade de credenciamento, embora ainda incipiente se comparado ao total de contratações abrangendo todas as modalidades.

Em seguida, foram analisadas a quantidade de contratações por meio de credenciamentos de acordo com cada esfera federativa contratante.

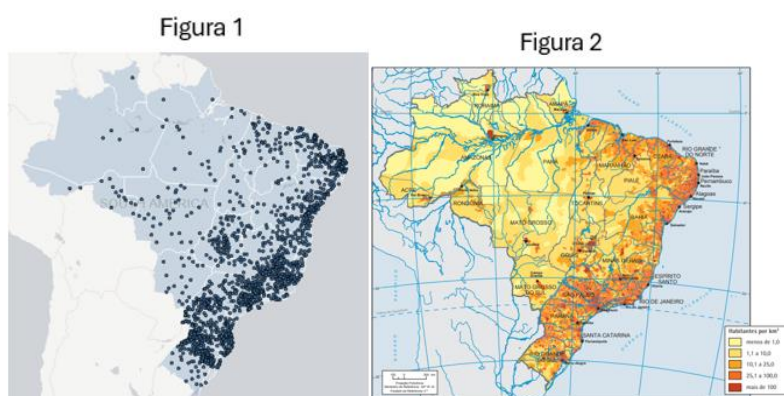
Quadro 3 - Quantidade de contratações por esfera federativa



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Os municípios se destacam com 4.252 credenciamentos celebrados no período, o que representa 84,41% do total. Tal fato pode ser atribuído às maiores necessidades de prestação de serviços e requisição de bens advindas do Poder Público Municipal para fazer frente ao interesse da população.

A distribuição geográfica dos credenciamentos realizados pode ser visualizada por meio das figuras abaixo (Figura 1), compatível com a densidade demográfica brasileira de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em relação ao ano de 2010 (Figura 2), dados mais recentes divulgados pelo IBGE na data da coleta.



Fonte: Figura 1 disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/acesso-a-informacao/painel-pncp-em-numeros>. Acesso em 06 jul. 2024

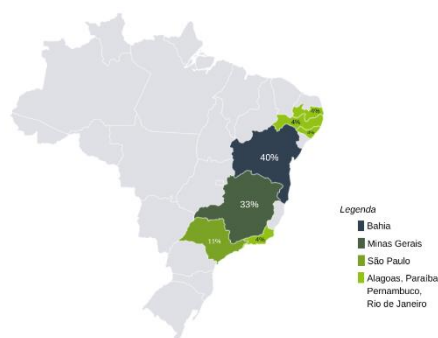
Figura 2 disponível em: <https://brasilensintese.ibge.gov.br/territorio/densidadedemografica.html> Acesso em 06 jul. 2024.

Em continuidade, filtrou-se todos os editais de chamamento público para credenciamento exclusivo de Microempreendedores Individuais, a busca foi realizada entre os dias 02 de julho

de 2024 a 06 de julho de 2024 no site: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, utilizando-se como palavra-chave “credenciamento microempreendedor”.

Foram identificados 39 processos, dos quais 31 estão aptos atualmente ao recebimento de propostas, 27 efetivamente são para o credenciamento exclusivo de Microempreendedores Individuais, sendo que estes se concentram nos seguintes estados:

Figura 3 – Mapa com a identificação percentual dos estados que possuem editais de chamamento público abertos com exclusividade para microempreendedores individuais



Fonte: Figura 3 - Mapa elaborado pela autora de acordo com os dados coletados no PNCP.

Depreende-se, portanto, que das 27 unidades federativas, somente 7 têm editais de chamamento público abertos para o fomento exclusivo de microempreendedores por meio de contratações por credenciamento.

Observou-se que há também a tendência de o procedimento auxiliar de contratação ser repetido para o mesmo ou outros objetos dentro do mesmo órgão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Examindando a explicação acerca da resistência de outros órgãos na promoção de editais de chamamento público exclusivos à Microempreendedores Individuais, percebeu-se a ausência de manifestação do Tribunal de Contas da União sobre o assunto.

Além disso, de uma interpretação literal da Lei Complementar n. 123/06, observa-se que a aplicação dos benefícios ou mesmo da exclusividade às empresas de porte pequeno, carecem de ser voltadas às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, não abrindo brechas para o fomento único e privativo de Microempreendedores Individuais.

Não obstante, conforme delineado anteriormente, as contratações de credenciamentos realizados por meio de chamamento público são firmadas através de inexigibilidade de licitação (BRASIL, 2021, art. 74, IV), por conseguinte, a Lei Complementar n. 123/06 afasta os privilégios aplicados às ME, EPP e MEIs quando da ocorrência de inexigibilidade (BRASIL, 2006, Art. 49, IV).

Foi nesta perspectiva que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em 2022 julgou procedente uma representação contra a Prefeitura Municipal de Santana do Deserto que realizava credenciamentos exclusivos aos Microempreendedores Individuais:

REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, PARTE ELÉTRICA, LANTERNAGEM E PINTURA. CREDENCIAMENTO. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTADA. MÉRITO. RESTRIÇÃO À MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECOMENDAÇÃO. 1. A legitimidade está atrelada aos possíveis atos ilegais ou antieconômicos, de modo que, o que se verifica é a existência dos pressupostos que legitimam a presença do responsável no polo passivo da demanda. 2. O credenciamento é uma hipótese de inexigibilidade de licitação por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciam-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados. 3. O tratamento diferenciado aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica aos procedimentos de inexigibilidade, inclusive credenciamentos. 4. Tendo em vista a inaplicabilidade ao credenciamento as disposições dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar n. 123/06, ante a previsão do art. 49, IV, do mesmo diploma que favorecem os MEI, às ME e às EPP e considerando que, nos procedimentos regidos pelo regime anterior à Lei n. 14.133/21, o modelo de aplicação do tratamento privilegiado, quando cabível não relaciona o valor estimado do item licitado e o limite de enquadramento da empresa, julga-se regular o apontamento. (TCE-MG – RP: 1071413, Relator: Cons. Wanderley Ávila, Data de julgamento: 07/04/2022, data de publicação: 15/06/2022.)

Embora ainda se trate de decisão com abrangência unicamente no Estado de Minas Gerais, visto que prolatada por Tribunal de Contas Estadual, observa-se que os fundamentos apresentados são sólidos.

Portanto, em consonância com o princípio da legalidade e, acima de tudo, por uma questão de segurança jurídica, é que se reconhece que para a ampla e efetiva utilização do credenciamento de Microempreendedores como mecanismo de inclusão social, haverá a necessidade de alteração da Lei Complementar n. 123/06, a fim de que esta preveja expressamente a possibilidade de contratação exclusiva de MEIs para objetos cujo este

enquadramento permita, assim como a modificação das exceções previstas no inciso IV do art. 49, para que o favorecimento também se aplique as contratações feitas por inexigibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito avaliar a viabilidade jurídica da contratação exclusiva de Microempreendedores Individuais (MEIs) por meio do credenciamento, à luz da Lei n. 14.133/2021. A análise evidenciou que, embora o credenciamento represente uma oportunidade real de inclusão produtiva e fortalecimento da economia local, a ausência de previsão legal específica para a exclusividade dos MEIs em contratações por inexigibilidade, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, impõe sérias limitações jurídicas à sua implementação ampla e segura.

A investigação demonstrou que alguns entes federativos já vêm adotando essa prática, ainda que sob o risco de questionamentos legais, como exemplificado por decisões do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O levantamento de dados empíricos também confirmou que a participação dos MEIs nas contratações por credenciamento ainda é incipiente, carecendo de políticas normativas claras e incentivo institucional.

Dessa forma, conclui-se que a alteração da LC n. 123/06 é imprescindível para possibilitar a contratação exclusiva de MEIs via credenciamento, com segurança jurídica. Além disso, recomenda-se o aprimoramento da gestão pública com políticas que promovam a inclusão produtiva de pequenos negócios, considerando sua importância social e econômica. Por fim, necessário enfatizar que o bojo desta discussão é amplo, sendo assim, estudos futuros podem aprofundar os efeitos práticos de tais medidas em diferentes realidades locais.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, S.; CUNHA, B. P. **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais**. Caxias do Sul, RS : Educs, 2014.

ALMEIDA, D.; MATOS JÚNIOR, C.; SALGADO, T. **Compras e contratações públicas como mecanismo de atendimento às políticas públicas de inclusão social e desenvolvimento sustentável**. Conjecturas, ISSN: 1657-5830, Vol. 22, N. 14 (p. 524-541).

ARAÚJO, A. J. B. **O que muda com a Nova Lei de Licitações**. Consultor Jurídico, 8 de abril de 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222152/o%20que%20muda%20com%20a%20nova%20lei%20de%20licita%C3%A7%C3%B5es%20-%20conjur.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 de junho de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Decreto Federal n. 11.878, de 9 de janeiro de 2024. Brasília, DF: 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n. 008.797/95-5**. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br/acordaoslegados/1995/Plenario/DC-1995-000104-AG-PL.pdf> Acesso em: 25 de junho de 2024.

BITTENCOURT, S. **Nova Lei de Licitações passo a passo: comentado, artigo por artigo, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, Lei nº 14.133/2021. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

CALADO, V.; FERREIRA, D. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Busca Pela Promoção do Desenvolvimento Nacional (Sustentável)**. XXV Encontro Nacional do CONPEDI - Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/6ghn3t0o>. Acesso em 07 jul. 2024.

CARVALHO, M. **Manual de direito administrativo**. 4. Ed. Rev. Atul. e Ampl. Salvador: Editora JusPodiv, 2017.

CHAVES, F. R. D.; BERTASSI, A. L.; SILVA, G. M. **Compras Públicas e Desenvolvimento Local: Micro e Pequenas Empresas Locais nas Licitações de uma universidade Pública Mineira**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v.8, n.1, p. 77-101, Jan/Abr. 2019. Disponível em: <https://regepe.org.br/regepe/article/view/867>. Acesso em 04 de julho de 2024.

COSTA, B. A.; FERREIRA, Y. C. S. M. L.; GOMES, S. C. **Gestão Pública e Governança: Contratações Públicas Sustentáveis: Práticas e Influências na Gestão Municipal**. R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte v. 16 n. 2 p. 60-76, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/1984-6975FACES2017V16N2ART3916>. Acesso em 05 jul. 2024.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo** - 32ª edição - Rio de Janeiro: Forense, 2019.

KOPCZYNSKI, A. H. M. C. **Novos rumos das licitações e contratos administrativos**. Câmara Brasileira dos Livros, 2021. E-book. ISBN 978-65-00-33323-7. Disponível em: <http://sas.adv.br/wp-content/uploads/2022/07/Novos-rumos-das-licitacoes-e-contratos-administrativos.pdf>. Acesso em: 04 jul.2024.

MARTINS, M. C.; JUDENSNAIDER, I. **As cláusulas de inclusão social nos editais de licitação do município de Arapoti (PR/Brasil) e a promoção da justiça social**. PROMETEICA - Revista de Filosofia y Ciencias – ISSN: 1852-9488, n. 28, 2023.

MAZZA, A. **Manual de Direito Administrativo** - 9ª edição - São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MEIRELLES, H. L. **O Direito Administrativo Brasileiro**. 29ª ed., São Paulo: Malheiros Editora, 2004.

MOTTA, H. A.; OLIVEIRA, L. F. P. **Compras e Contratações Públicas Federais Sustentáveis: Desafios na Participação de Micro e Pequenas Empresas do Município de São Mateus/ES**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 203-215, 2015.

NETO, E. S. M.; BLANCHETE, L. A. **A instituição de margens de preferência em licitações e seus efeitos benéficos sobre o desenvolvimento nacional sustentável**. Revista Pensamento Jurídico, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/109>>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

TCE-MG – RP: 1071413, Relator: Cons. Wanderley Ávila, Data de julgamento: 07/04/2022, data de publicação: 15/06/2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tce-mg/1547361196/inteiro-teor-1547361198>. Acesso em 07 de julho de 2024.

ZEIFERT, A. P.; CENCI, D. R.; MANCHINI, A. **A justiça social e a agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), [S. l.], v. 8, n. 2, p. 30–52, 2020. DOI: 10.25245/rdspp.v8i2.766. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/766>. Acesso em: 05 jul. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade da autora.”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 04

CONTABILIDADE, GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMOS EXPANDIDOS

ANÁLISE DA GESTÃO DE FROTAS VEICULARES PÚBLICAS SOB A PERSPECTIVA DAS DIRETRIZES ESG: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR

Celso Bunhak¹ – UNESPAR

Grupo de Trabalho: 4 Contabilidade, Gestão e Políticas Pública

1. INTRODUÇÃO

A gestão de frotas veiculares públicas representa uma dimensão estratégica da administração municipal, especialmente diante dos desafios contemporâneos de eficiência, sustentabilidade e transparência. A importância do tema está na sua relação direta com o bom uso dos recursos públicos, a qualidade dos serviços essenciais prestados à população e os impactos ambientais associados ao transporte institucional. No contexto atual, em que as diretrizes ESG (*Environmental, Social and Governance*) ganham centralidade no setor público, torna-se imperativo repensar a forma como os veículos públicos são mantidos, utilizados e monitorados.

Estudos recentes evidenciam que a ausência de políticas de manutenção preventiva gera um “efeito cascata” de custos operacionais, falhas mecânicas e prejuízos ao erário, comprometendo diretamente a qualidade dos serviços públicos (Mello, 2018). Essa situação, além de onerar os cofres públicos, contribui para o aumento das emissões de poluentes e compromete a segurança de condutores e usuários dos serviços (Silva; Pereira, 2021).

Apesar da relevância do tema, nota-se uma lacuna na adoção de tecnologias e práticas de monitoramento que promovam uma gestão preventiva e sustentável. Conforme Costa (2020), a falta de planejamento estratégico e a escassez de investimentos em sistemas de controle, como a telemetria, agravam o quadro de ineficiência. Além disso, segundo Rodrigues e Santos (2021), o uso inadequado dos veículos públicos, muitas vezes por ausência de capacitação e supervisão, reduz sua vida útil e gera desperdício de recursos.

A introdução das diretrizes ESG na gestão de frotas públicas aparece, assim, como uma resposta concreta aos desafios de governança contemporânea. Tais diretrizes envolvem, entre outros aspectos, o uso responsável dos veículos, a redução de impactos ambientais e a promoção de uma cultura de responsabilidade e eficiência (Oliveira, 2019). No entanto, como observa Mendes e

¹ - Graduação em Administração – e-mail: cbunhak@hotmail.com

Carvalho (2018), a adoção dessas práticas exige mais do que boas intenções: requer estrutura, planejamento, capacitação e comprometimento político-institucional.

Dessa forma, este estudo busca preencher uma lacuna prática e teórica ao investigar como os princípios ESG podem ser aplicados à gestão de frotas da administração pública municipal, a partir do estudo de caso da Prefeitura de Campo Mourão-PR. A pesquisa se propõe a analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais da atual estrutura de gestão da frota, propondo caminhos para sua modernização e alinhamento às diretrizes sustentáveis e de governança.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a gestão da frota veicular da administração pública municipal de Campo Mourão-PR à luz das diretrizes ESG (*Environmental, Social and Governance*), identificando os impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes das práticas atuais e propondo estratégias para uma gestão mais eficiente, sustentável e alinhada com os princípios da governança pública.

2.2 Objetivos Específicos:

- Avaliar a estrutura organizacional e os procedimentos adotados na gestão da frota pública municipal.
- Identificar os principais desafios enfrentados pelos servidores em relação à manutenção, uso e monitoramento dos veículos.
- Investigar o grau de conhecimento e aplicação das diretrizes ESG no contexto da frota pública de Campo Mourão.
- Verificar os impactos da ausência de políticas preventivas e de capacitação dos servidores sobre os custos operacionais e a qualidade dos serviços prestados.
- Propor ações práticas e sustentáveis, com base em evidências empíricas e teóricas, que possam aprimorar a gestão da frota e fortalecer a imagem institucional da administração pública perante a sociedade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e descritiva, buscando identificar, com base em dados empíricos, os desafios e oportunidades na gestão da frota veicular da administração pública municipal de Campo Mourão-PR, especialmente sob a perspectiva das diretrizes ESG.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizados o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico visou embasar teoricamente os aspectos relacionados à gestão pública de frotas, manutenção preventiva, impactos ambientais, sociais e econômicos, e aplicação das diretrizes ESG no setor público, com base em autores como Mello (2018), Oliveira (2019), Costa (2020), entre outros.

A pesquisa de campo foi conduzida por meio da aplicação de questionário estruturado, desenvolvido e distribuído através da plataforma Google Forms, conforme a prática recomendada por Souza, Almeida e Santos (2020), para facilitar a coleta de dados em ambientes institucionais e garantir o anonimato dos participantes.

A população da pesquisa foi composta por servidores públicos municipais com atuação direta ou indireta na utilização ou gestão da frota veicular. A amostra foi intencional e compreendeu 41 servidores distribuídos entre as secretarias de Saúde, Educação, Meio Ambiente, Infraestrutura e Assistência Social, selecionadas por sua relevância no uso operacional da frota, conforme destacado por Barros e Souza (2018).

Em relação às técnicas de análise de dados, os resultados obtidos foram organizados em gráficos e tabelas de frequência gerados automaticamente pela plataforma utilizada. A análise foi realizada em duas etapas: quantitativa, para o levantamento de dados percentuais, e qualitativa, por meio da análise interpretativa dos comentários abertos inseridos pelos servidores ao final do questionário, em consonância com a abordagem defendida por Silva e Pereira (2021).

Essa triangulação metodológica permitiu uma visão abrangente da situação da frota pública municipal, incorporando tanto dados objetivos quanto percepções subjetivas dos profissionais envolvidos, garantindo consistência à análise e às proposições finais deste estudo.

4. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa evidenciaram diversas fragilidades na gestão da frota veicular da Prefeitura Municipal de Campo Mourão-PR, com destaque para a ausência de manutenção

preventiva, a carência de supervisão e a limitada capacitação dos servidores. A partir da análise de dados obtidos com 41 servidores municipais, foi possível identificar padrões e recorrências que corroboram os desafios apontados na literatura.

No que se refere à função dos participantes, observou-se que a maioria dos respondentes atua diretamente com os veículos da frota — 26,8% são motoristas, enquanto 14,6% são auxiliares administrativos. Esse dado confere legitimidade à pesquisa, uma vez que esses servidores estão em contato direto com os problemas operacionais da frota (Souza; Almeida; Santos, 2020).

Sobre o tempo de serviço, 31,7% dos entrevistados atuam há mais de 10 anos na administração pública, o que lhes confere experiência para avaliar, com criticidade, as mudanças ou estagnações na política de gestão de veículos. Mello (2018) ressalta que a ausência de planejamento e manutenção estruturada gera um “efeito cascata” de custos e ineficiência, percepção que foi confirmada por servidores com mais tempo de atuação.

No que diz respeito à distribuição por secretarias, a Secretaria Municipal de Saúde concentrou 29,3% dos respondentes, seguida pela Infraestrutura (22%), Educação (12,2%), Meio Ambiente (12,2%) e Assistência Social (9,8%). Esses setores são justamente os mais dependentes da frota, sendo impactados diretamente pela ineficiência da gestão veicular. Segundo Marques e Pereira (2020), a administração pública deve adaptar sua gestão de frotas às necessidades específicas de cada setor, assegurando disponibilidade e segurança operacional.

Um dos achados mais significativos refere-se à capacitação dos condutores: 68,3% dos participantes afirmaram que não recebem treinamento adequado, especialmente em áreas como manutenção preventiva e condução econômica. Para Lima (2018), a ausência de qualificação técnica dos operadores é um dos principais fatores de desgaste prematuro dos veículos e aumento de custos com manutenção corretiva.

Outro dado alarmante refere-se à falta de políticas de manutenção preventiva claramente definidas: 73,2% dos servidores relataram desconhecer qualquer diretriz oficial nesse sentido. Essa informação está em desacordo com os princípios de governança preconizados por Santos (2020), para quem a transparência e a comunicação institucional são pilares essenciais da gestão pública moderna.

A desmotivação dos servidores também apareceu como fator relevante, sendo apontada por 29,3% dos respondentes como causa para o descuido com os veículos. Essa situação corrobora a análise de Souza, Almeida e Santos (2020), que associam a precariedade das condições de trabalho à perda de comprometimento e ao aumento do desperdício de recursos públicos.

Adicionalmente, 43,9% dos servidores indicaram que a manutenção inadequada é o principal desafio enfrentado na gestão dos veículos, seguida por problemas com fornecedores (26,8%) e orçamento insuficiente (19,5%). Esses resultados evidenciam a carência de uma política de sustentabilidade financeira e operacional, como alertado por Oliveira (2019), que destaca a relevância da gestão eficiente dos recursos para garantir responsabilidade social e ambiental.

Por fim, observou-se a ausência de supervisão e controle sistemático sobre o uso da frota, mencionada por 56,1% dos participantes como um dos principais fatores que comprometem o cuidado com os veículos. Santos (2020) reforça que, sem governança ativa e mecanismos de monitoramento como a telemetria, o uso indevido dos veículos tende a se tornar recorrente, elevando os custos e diminuindo a confiança institucional.

Esses resultados, amplamente sustentados pela literatura, revelam um cenário que exige ações estratégicas e estruturadas para alinhar a gestão da frota municipal às boas práticas públicas e às diretrizes ESG. A seguir, a seção de discussão interpretará criticamente esses achados à luz da teoria.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na presente pesquisa confirmam a existência de fragilidades significativas na gestão da frota veicular pública de Campo Mourão, evidenciando carência de políticas estruturadas, deficiência na comunicação interna e baixa capacitação dos servidores envolvidos na operação e manutenção dos veículos. Esses achados corroboram as observações de Mello (2018), que alerta para o “efeito cascata” causado pela ausência de manutenção preventiva, culminando no aumento de falhas operacionais e custos orçamentários.

A falta de conhecimento sobre políticas de manutenção por parte de 73,2% dos servidores, por exemplo, expõe uma falha grave na governança pública. Santos (2020) destaca que a transparência e o conhecimento institucional são fundamentais para garantir o uso eficiente dos recursos públicos. Nesse mesmo sentido, Almeida (2019) reforça que a comunicação eficaz é

peça-chave para que práticas sustentáveis e preventivas sejam compreendidas e adotadas pelos gestores e operadores da frota.

A predominância de motoristas e auxiliares administrativos entre os respondentes também trouxe à tona a percepção operacional da frota. A visão desses servidores, que lidam diretamente com os veículos, revelou que a ausência de supervisão constante (citada por 56,1%) e a desmotivação no ambiente de trabalho (mencionada por 29,3%) contribuem para o descuido no manuseio da frota, o que confirma os apontamentos de Souza, Almeida e Santos (2020) sobre o impacto das condições de trabalho na motivação e desempenho funcional.

Além disso, a carência de treinamentos técnicos e éticos foi apontada como um obstáculo relevante. Segundo Lima (2018), a ausência de capacitação compromete não apenas a conservação dos veículos, mas também a segurança dos usuários e da população. O despreparo operacional, conforme indicado por Silva e Pereira (2021), pode agravar os riscos e prejudicar a qualidade dos serviços públicos prestados, sobretudo nos setores de saúde e educação, onde a dependência da frota é vital.

A discussão também revela que os desafios não se restringem ao nível operacional, mas envolvem aspectos estratégicos e de planejamento. A ausência de políticas integradas entre os órgãos municipais e a limitação de recursos orçamentários (indicada por 19,5% dos servidores) enfraquecem a capacidade institucional de promover mudanças estruturais, como afirmam Mendes e Carvalho (2018), ao argumentarem que a implementação de diretrizes ESG depende diretamente da existência de uma visão estratégica de longo prazo.

Do ponto de vista teórico, os dados reforçam a literatura que aponta para a necessidade de modernização das práticas de gestão pública. Marques e Pereira (2020) defendem que a eficiência e a sustentabilidade só são alcançadas por meio da integração entre planejamento, capacitação e tecnologia. Esse argumento é validado pelo dado de que 31,7% dos servidores identificaram a ausência de manutenção como fator central da ineficiência atual.

No campo das limitações, destaca-se a abrangência reduzida da amostra, que envolveu 41 servidores, e a ausência de dados financeiros detalhados que pudessem aprofundar a análise sobre o impacto orçamentário da má gestão da frota. Conforme sugerido por Oliveira (2019), estudos com maior alcance amostral e integração com dados contábeis podem oferecer resultados mais robustos e aplicáveis à realidade de outras administrações públicas.

Portanto, a discussão evidencia que, apesar das dificuldades enfrentadas, a gestão da frota pública pode ser significativamente aperfeiçoada com base nos princípios ESG, por meio da introdução de ferramentas de monitoramento, capacitação técnica dos servidores e reorganização das políticas de manutenção preventiva, em consonância com a literatura especializada e com os desafios empíricos observados em Campo Mourão.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a gestão da frota veicular pública no município de Campo Mourão à luz das diretrizes ESG (*Environmental, Social and Governance*), identificando seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Com base na metodologia quantitativa e descritiva, complementada por análise qualitativa, foi possível constatar fragilidades relevantes nos aspectos de planejamento, manutenção, capacitação e supervisão dos veículos utilizados nas atividades da administração pública.

A ausência de políticas preventivas estruturadas, a falta de comunicação sobre práticas de manutenção e o baixo investimento em capacitação dos servidores revelaram um cenário de ineficiência que compromete diretamente a prestação dos serviços públicos, conforme os objetivos iniciais da pesquisa. Os resultados indicaram ainda a predominância de ações reativas, ausência de planejamento estratégico e carência de tecnologias de monitoramento que poderiam qualificar a governança e a sustentabilidade do uso da frota.

A análise dos dados revelou que a implementação das diretrizes ESG pode contribuir significativamente para uma gestão pública mais eficiente, transparente e comprometida com o bem comum. Elementos como o uso de veículos elétricos ou híbridos, programas de manutenção preventiva, sistemas de telemetria e formação contínua dos condutores e gestores surgem como caminhos viáveis e desejáveis para a melhoria da gestão pública.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a ampliação da amostra para outras cidades de médio porte e a inclusão de indicadores financeiros e ambientais mensuráveis, a fim de aprofundar a avaliação dos impactos das diretrizes ESG na administração pública. Também se recomenda investigar a percepção dos gestores políticos e suas decisões estratégicas frente à sustentabilidade administrativa, ampliando a compreensão sobre os fatores institucionais que promovem ou dificultam a modernização da gestão de frotas no setor público brasileiro.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João. **Gestão de frotas na administração pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 120-135, 2019.

BARROS, Thiago Silva; SOUZA, Rafael Moreira. **Gestão sustentável de frotas urbanas**. Revista Brasileira de Administração Pública, Brasília, v. 12, n. 3, p. 89-104, 2018.

COSTA, Paulo Roberto. **Desafios na gestão de frotas municipais: um estudo de caso em São Paulo**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 340-357, 2020.

LIMA, Fernanda Andrade. **Manutenção preventiva de frotas: estratégias para redução de custos**. Gestão e Negócios, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 78-92, 2018.

MARQUES, Amanda; PEREIRA, Leonardo. **Gestão de frotas públicas: estratégias para eficiência e sustentabilidade**. Revista Brasileira de Administração Pública, Brasília, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2020.

MELLO, Thiago Rodrigues. **Custos operacionais na administração pública: a importância da manutenção preventiva**. Revista de Economia e Administração Pública, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 512-530, 2018.

MENDES, Lucas Alves; CARVALHO, José Fernando. **Impacto ambiental da frota veicular municipal: estudo de caso**. Revista de Sustentabilidade, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 98-113, 2018.

NOGUEIRA, Marcelo Pires. **Veículos elétricos e híbridos: alternativas para a sustentabilidade urbana**. Revista de Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 26-39, 2020.

OLIVEIRA, Thiago. **O papel das diretrizes ESG na gestão pública**. Gestão & Sustentabilidade, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 89-101, 2019.

PEREIRA, Daniel Fernandes. **Eficácia das políticas de manutenção preventiva em frotas municipais**. Revista de Administração Municipal, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 302-318, 2019.

RODRIGUES, André; SANTOS, Marcos. **Tecnologias de monitoramento em frotas públicas: desafios e oportunidades**. Revista de Gestão Urbana, Curitiba, v. 37, n. 2, p. 75-90, 2021.

SANTOS, Paulo. **A importância da governança na gestão pública**. Caderno de Administração Pública, Recife, v. 32, n. 4, p. 85-99, 2020.

SILVA, Mariana Fernanda; PEREIRA, Rafael Costa. **Segurança veicular e qualidade dos**

serviços públicos: o caso das frotas municipais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 102-120, 2021.

SOUZA, João Victor; ALMEIDA, Maria Luísa; SANTOS, Ana Paula. **Motivação e desempenho de servidores públicos em condições precárias de trabalho.** Gestão Pública em Debate, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 33-48, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade da autora.”

AUTOMAÇÃO DO REGISTRO DE ENTREGAS DO PNAE EM BARBOSA FERRAZ-PR

Larissa Roberta Pontes de Morais¹ – Unespar
Jhonathan Solochinski Durso² – Unespar
Carolline Pereira da Costa³ – Unespar
Érica da Costa Sardinha⁴ – Unespar
Isabela Taysa Leal Viana⁵ – Unespar
Luisa Millan Rupp⁶ – UEM
Jorge Leandro Delconte Ferreira⁷ – Unespar

Grupo de Trabalho: 04 – Contabilidade, Gestão e Políticas Públicas

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e a agroecologia desempenham um papel fundamental na segurança alimentar. Conforme estabelecido na Declaração dos Agricultores Familiares, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, Camponeses, Afrodescendentes, Pastores e Pescadores Artesanais para a Cúpula Social do G20, esses grupos são responsáveis por mais de 80% dos alimentos produzidos mundialmente, exercendo funções vitais para a soberania alimentar, a conservação da biodiversidade e a resiliência climática. Em um cenário global, onde mais de 733 milhões de pessoas permanecem subnutridas e mais de 2,8 bilhões não têm acesso a dietas saudáveis, adotar sistemas agrícolas e práticas produtivas fundamentadas na agroecologia e nos saberes tradicionais revela-se essencial para a construção de um sistema alimentar sustentável, justo e inclusivo.

No âmbito escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei Federal nº 11.947/2009 e pela Resolução CD/FNDE nº 006/2020, fortalece a agricultura familiar ao adquirir diretamente produtos de pequenos produtores para abastecer escolas públicas. No Paraná, a Fundepar executa o programa na cidade de Barbosa Ferraz, exigindo o preenchimento semanal da “Guia de Entrega de Alimentos da Agricultura Familiar” para conferência dos volumes entregues e posterior repasse financeiro.

¹ - Acadêmica – e-mail: larimorais26@gmail.com

² - Especialista – e-mail: jhonathan.durso.22@estudante.unespar.edu.br

³ - Acadêmica – e-mail: carolline.costa.22@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Acadêmica – e-mail: erica.sardinha.22@estudante.unespar.edu.br

⁵ - Acadêmica – e-mail: isabela.viana.22@estudante.unespar.edu.br

⁶ - Mestra – e-mail: pg54749@uem.br

⁷ - Doutor – e-mail: jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

Este trabalho, desenvolvido pelo Projeto de Extensão “Agroecologia Familiar: Fortalecendo as Entidades” da Unespar, propõe a automação do registro e da consolidação das entregas agroecológicas em Barbosa Ferraz-PR por meio de uma planilha em Excel. A iniciativa visa reduzir o tempo de processamento e minimizar os erros de digitação, contribuindo para uma gestão mais eficiente e transparente dos dados.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é apoiar tecnicamente a Associação Casa da Agricultura Familiar de Barbosa Ferraz-PR na melhoria do controle logístico e administrativo das entregas destinadas ao PNAE.

Como objetivos específicos, pretende-se desenvolver uma planilha eletrônica adaptada à realidade dos agricultores rurais, capacitar os membros da associação no uso dessa ferramenta e avaliar os impactos da automação sobre a eficiência dos registros e a qualidade da prestação de contas.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, de natureza qualitativa e exploratória, baseada em estudo de caso. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre controles gerenciais na agricultura familiar, seguido de visitas técnicas à Associação Casa da Agricultura Familiar de Barbosa Ferraz.

Na sequência, adotou-se um processo de desenvolvimento participativo da ferramenta em Excel, incorporando validações de dados por meio de listas suspensas, utilização das fórmulas PROCV e SEERRO, funções SOMASES e aplicação do Power Query para consolidação dos registros. Paralelamente, os usuários receberam treinamentos presenciais e um guia de uso, com acompanhamento contínuo para garantir a correta aplicação da ferramenta.

A população do estudo incluiu os 18 agricultores associados e gestores da entidade. Para a análise dos resultados, realizou-se uma comparação do tempo e da taxa de erro nos registros antes e depois da implementação da planilha automatizada, além de coletar feedback qualitativo dos participantes por meio de entrevistas semiestruturadas.

A planilha foi organizada em quatro blocos funcionais que se complementam para garantir fluidez e segurança no registro das entregas. Sendo elas:

1. Configuração e orientação ao usuário: abas “Capa” e “Manual” para seleção do mês de operação e instruções passo a passo, garantindo atualização mensal e preenchimento correto dos dados.
2. Registro das entregas: abas por escola com tabelas semanais para lançamento de data, código de produto, quantidade, tipo (convencional/orgânico), local (rural/urbano) e valor, todos com validações automáticas.
3. Bases de referência: abas contendo dados padronizados da Fundepar (produtos, preços, zonas), lista de cooperados e informações logísticas (municípios, endereços), assegurando consistência.
4. Consolidação e geração de relatórios: aba “Agricultores” que agrega automaticamente registros semanais, identifica lote, calcula valores de repasse e gera relatórios para prestação de contas.

4. RESULTADOS

A implantação da planilha automatizada trouxe melhorias significativas ao processo de registro e consolidação dos dados. O tempo necessário para o preenchimento da guia semanal foi reduzido para aproximadamente duas horas, acompanhado de uma redução significativa dos erros de digitação. O sistema passou a organizar as entregas de maneira padronizada por escola, semana e agricultor, além de identificar automaticamente o responsável por cada lote. Ademais, o cálculo e o repasse financeiro tornaram-se eficientes, rápidos e precisos, por serem realizados automaticamente, o que acelerou significativamente a geração de relatórios para a prestação de contas.

5. DISCUSSÃO

Os resultados comprovam estudos sobre controles gerenciais na agricultura familiar. Conforme apontado por Carneiro et al. (2014), sistemas adaptados ao contexto dos usuários promovem maior transparência e eficiência. A redução dos erros de digitação e a diminuição do tempo de consolidação para cerca de duas horas evidenciam que a adoção de validações automatizadas e de ferramentas de consolidação avançada contribui significativamente para a melhoria dos processos. Souza et al. (2018) ressaltam a importância de ferramentas alinhadas ao

perfil dos agricultores. A expressiva redução de erros e do tempo de consolidação reforça a relevância de validações automatizadas, mesmo em planilhas de porte menor.

Na prática, os resultados sugerem que planilhas eletrônicas bem estruturadas podem servir como alternativa de baixo custo para associações e cooperativas que ainda não dispõem de sistemas elaborados que tem um valor significativo. A padronização automática dos registros por escola, semana e agricultor não apenas facilita a conferência e o repasse financeiro, mas também cria um histórico consistente que pode auxiliar análises futuras de produtividade e logísticas de rotas. Apesar dos bons resultados apresentados pela ferramenta, a fase de capacitação inicial revelou-se desafiadora. Embora tenham sido disponibilizados o guia de uso e os treinamentos presenciais, alguns agricultores demonstraram dificuldade em adotar plenamente as funcionalidades mais avançadas da planilha. Esse cenário evidencia a necessidade de desenvolver materiais de apoio complementares, como tutoriais em vídeo e FAQs interativos, além de reforçar a importância de um acompanhamento contínuo. Dessa forma, a implementação de um programa de formação continuada torna-se essencial para garantir que o conhecimento adquirido seja consolidado e não se dissipe com a rotatividade natural dos usuários.

É importante considerar como limitações do estudo o número restrito de participantes e o período relativamente curto de observação. Esse cenário pode ter ocasionado uma superestimação inicial do impacto da ferramenta devido ao efeito de novidade, e, com o tempo, os usuários poderão se adaptar melhor ou, inversamente, surgirem dificuldades que ainda não foram detectadas. Dessa forma, torna-se imprescindível acompanhar o uso da planilha por um período mais extenso, abrangendo, por exemplo, um ciclo completo de um ano letivo, e testar sua aplicação em outras associações, a fim de compreender mais profundamente os impactos operacionais e administrativos.

Em síntese, os achados do estudo reforçam que soluções simples, quando cuidadosamente adaptadas ao perfil dos usuários e contextualizadas, podem fazer uma grande diferença na rotina das organizações de agricultura familiar. A replicação da planilha em outras regiões, aliada ao fortalecimento de um programa de formação contínua, tem o potencial de transformar os processos logísticos, fortalecendo a gestão das entregas ao PNAE e proporcionando maior autonomia aos agricultores. Essa abordagem não apenas consolida os benefícios observados, mas também amplia o alcance de práticas agroecológicas, contribuindo para a sustentabilidade e a inovação no setor.

6. CONCLUSÃO

A implementação da planilha automatizada em Excel demonstrou eficácia na otimização dos processos logísticos e administrativos da Associação Casa da Agricultura Familiar de Barbosa Ferraz-PR. A ferramenta não somente reduziu o tempo de trabalho e a incidência de erros, mas também simplificou a geração de relatórios e a prestação de contas ao PNAE, evidenciando o potencial das tecnologias de controle gerencial de baixo custo em contextos de agricultura familiar.

Além dos ganhos operacionais já observados, a adoção da automatização poderá desencadear uma série de outros benefícios esperados para as entidades em médio e longo prazo. A adaptabilidade da planilha permite sua replicação em outras associações ou cooperativas da agricultura familiar, ampliando o alcance dos resultados positivos observados. O estímulo à utilização de tecnologias de controle gerencial simples é fundamental para entidades com baixo grau de profissionalização. A automação mostra-se uma ferramenta valiosa para a promoção da transparência e rastreabilidade nas compras públicas, contribuindo para a boa governança e para a prestação de contas mais clara e confiável. A inclusão futura de indicadores adicionais – como produtividade, regularidade das entregas e frequência dos cooperados – constitui uma estratégia promissora para o monitoramento estratégico, permitindo uma avaliação mais aprofundada do desempenho das entidades e dos processos envolvidos.

Para fortalecer ainda mais os resultados alcançados, recomenda-se estender a aplicação da solução a outras regiões, incorporar indicadores de produtividade e frequência de entrega e instituir uma rotina de formação continuada que garanta a capacitação permanente dos usuários.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre a alimentação escolar e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE nº 006, de 2020. Regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrícola e da Agricultura Familiar. Declaração dos Agricultores Familiares, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, Camponeses, Afrodescendentes, Pastores e Pescadores Artesanais para a Cúpula Social do G20. Brasília, 16 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt->

br/noticias/2024/10/Declaracao_Agricultura_Familiar_G20_Bilingue.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

CARNEIRO, Leandro Marcondes et al. Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 85–102, dez. 2014.

SOUZA, Rafael Moraes et al. Controles gerenciais: uma proposta de implantação de controles gerenciais a pequenos produtores rurais. In: EIGEDIN – Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, 2., 2018, Campo Grande. Anais do 2º Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. Campo Grande: UFMS, 2018. p. 150–162.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade da autora.”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 05

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: ALALC/ALADI, CAN E CARICOM

Luiz Henrique Eugênio¹ – Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão
Rosemeiry Boiko Barbosa² – Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão
Mariana Arícia Nascimento da Silva³ – Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão
Jhonatan Wesley dos Santos⁴ – Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 05 ECONOMIA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar comparativamente os processos de integração regional na América Latina e no Caribe, focando nos blocos ALALC/ALADI, Comunidade Andina (CAN) e Comunidade do Caribe (CARICOM). Partindo do reconhecimento das assimetrias econômicas e dos desafios políticos da região, o estudo investiga como esses blocos adaptaram suas estratégias para promover o desenvolvimento regional. A metodologia adotada é qualitativa e comparativa, baseada na análise de documentos oficiais, tratados constitutivos, indicadores econômicos (PIB) e sociais (IDH). Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços, persistem os desafios como a dependência de commodities, desigualdades entre os países membros e dificuldades de coordenação política. Contudo, mecanismos flexíveis (ALADI), livre circulação de pessoas (CAN) e abordagens multidimensionais (CARICOM), surgem como caminhos promissores.

Palavras-chave: Integração Regional. América Latina. ALADI. CAN. CARICOM.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar comparativamente los procesos de integración regional en América Latina y el Caribe, centrándose en los bloques ALALC/ALADI, la Comunidad Andina (CAN) y la Comunidad del Caribe (CARICOM). Partiendo del reconocimiento de las asimetrías económicas y los desafíos políticos de la región, el estudio investiga cómo estos bloques han adaptado sus estrategias para promover el desarrollo regional. La metodología adoptada es cualitativa y comparativa, basada en el análisis de documentos oficiales, tratados constitutivos, indicadores económicos (PIB) y sociales (IDH). Los resultados evidencian que, a pesar de los avances, persisten desafíos como la dependencia de productos básicos, desigualdades entre países miembros y dificultades de coordinación política. Sin embargo, mecanismos flexibles (ALADI), la libre circulación de personas (CAN) y enfoques multidimensionales (CARICOM) surgen como caminos promisorios.

Palabras clave: Integración Regional. América Latina. ALADI. CAN. CARICOM.

¹ - Ciências Econômicas – e-mail: luiz.eugenio.23@estudante.unespar.edu.br

² - Ciências Econômicas – e-mail: rosemeiryboiko@gmail.com

³ - Ciências Econômicas – e-mail: Marianaaricia857@gmail.com

⁴ - Ciências Econômicas – e-mail: jhonnywdsantos@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A integração regional na América Latina e no Caribe tem sido um processo marcado por avanços e desafios significativos, refletindo as complexidades econômicas, políticas e sociais da região. Este artigo se propõe a analisar comparativamente quatro eventos significativos desse processo: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que deu lugar à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Comunidade Andina (CAN) e a Comunidade do Caribe (CARICOM). O estudo parte do reconhecimento de que, embora esses blocos compartilhem o objetivo comum de promover o desenvolvimento regional através da integração, cada um adotou abordagens distintas, adaptadas às particularidades de seus membros e também aos seus contextos históricos em que foram criados.

A motivação central desta pesquisa reside na necessidade de compreender como esses diferentes modelos de integração têm respondido aos desafios estruturais da região, particularmente no que diz respeito às assimetrias econômicas entre países, à dependência de mercados externos e às dificuldades de coordenação política.

Conquanto a contribuição para o meio acadêmico, este artigo busca, portanto, contribuir para o debate sobre integração regional na América Latina e no Caribe, oferecendo uma análise comparativa que destaque, tanto os desafios quanto as oportunidades presentes nesses processos. Ao examinar as experiências da ALALC/ALADI, CAN e CARICOM, espera-se fornecer contribuições para a compreensão de importância do livre comércio internacional. A relevância do estudo se justifica não apenas por seu aporte acadêmico, mas também por seu potencial de proporcionar a compreensão das decisões políticas e estratégias de cooperação regional em um contexto global que cada vez vem sendo mais complexo e interdependente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A integração comercial entre os países latino-americanos tem sido um objetivo estratégico desde meados do século XX, motivado tanto por aspirações econômicas quanto políticas. Diversas teorias buscam explicar os avanços e limitações desse processo, que oscila entre momentos de cooperação e crises de desintegração.

O economista Bela Balassa (1961) propôs uma sequência evolutiva para a integração econômica, partindo de uma zona de livre comércio até uma união econômica e monetária. Na América

Latina, essa teoria influenciou a criação de blocos como o Mercosul e a Comunidade Andina, que buscaram eliminar barreiras comerciais e adotar políticas comuns.

Conforme discutido por Naddi (2018), a América Latina adotou, a partir dos anos 1990, um modelo de “regionalismo aberto” (Saludjian, 2013), que substituiu as abordagens protecionistas por uma integração alinhada à globalização neoliberal. Nesse contexto, a Aliança do Pacífico emergiu como paradigma, combinando liberalização comercial com cooperação entre México, Colômbia, Peru e Chile. No entanto, como ressalta a autora, tal modelo manteve as estruturas de dependência, sendo parcialmente moldado por interesses externos.

Raúl Prebisch (1949), defende que a mera abertura comercial não garantiria o desenvolvimento latino-americano em um sistema global marcado por assimetrias. Era necessário promover a industrialização e a cooperação entre países para reduzir a vulnerabilidade externa. Suas ideias refletem nos princípios da associação, que busca combinar liberalização comercial, com políticas de complementaridade produtiva e redução de desigualdades entre membros.

Raúl Prebisch (1949), também destaca que o livre-comércio, embora tenha sido um pilar da integração econômica global desde o século XIX, baseava-se em premissas teóricas que não resistiram aos fatos. Guerras, crises e a deterioração dos termos de troca forçaram os países periféricos a reinventarem suas estratégias, substituindo a rigidez da especialização primária por políticas industriais ativas. Essa reinvenção prática, ainda que controversa, demonstra que o comércio internacional não é estático, mas um campo de disputa e adaptação contínua.

Oliveira (2021) argumenta que a teoria do livre-comércio sustenta que a eliminação de obstáculos ao comércio internacional, como tarifas, quotas e subsídios, permite que os países se concentrem na produção de bens e serviços em que possuem melhores desenvolvimentos. Isso resulta em maior eficiência econômica, preços mais competitivos e um aumento no bem-estar global. Contudo, na prática, o livre-comércio enfrenta resistências, especialmente de setores que buscam proteção contra a concorrência estrangeira.

Já em relação aos conceitos dos indicadores econômicos, o autor, Jacquinet (2019), destaca que o Produto Interno Bruto (PIB) surge como um dos pilares da economia moderna, representando o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país durante um período específico, geralmente um ano ou trimestre. Desenvolvido como ferramenta de

mensuração da atividade econômica, o PIB baseia-se nos preços de mercado para seu cálculo, permitindo comparações internacionais e temporais. Sua relevância é tão grande, que se tornou referência fundamental para políticas públicas, investimentos empresariais e análises acadêmicas, servindo como parâmetro central do desempenho econômico das nações.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um indicador sintético criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) na década de 1990, com base no enfoque de capacidades de Amartya Sen. Ele foi desenvolvido para superar as limitações de indicadores econômicos tradicionais, como o PIB per capita, que mediam apenas o crescimento material, ignorando dimensões essenciais do bem-estar humano. O IDH combina três dimensões fundamentais: Renda (PIB per capita ajustado pela paridade do poder de compra), educação (taxa de alfabetização e anos médios de estudo) e saúde (Perspectiva de duração da vida desde o nascer). Cada dimensão é padronizada em uma escala de 0 a 1, e a média aritmética desses valores compõe o índice final, que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano máximo). Guimarães e Jannuzzi (2005)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, documental e comparativa. Foi desenvolvida com o objetivo de analisar os principais blocos econômicos da América Latina e do Caribe ALALC, ALADI, CAN e CARICOM, a partir de seus contextos institucionais, objetivos, mecanismos de integração e desempenho econômico-social. Do ponto de vista qualitativo, a pesquisa priorizou a compreensão dos fatores estruturais, políticos e econômicos que moldaram a formação e o desenvolvimento de cada bloco, valorizando interpretações fundamentadas em teorias de integração regional e desenvolvimento econômico. A abordagem comparativa permitiu identificar convergências e divergências entre os blocos, especialmente quanto à profundidade da integração, à coesão institucional e aos impactos sobre os países-membros.

De acordo com Gil (1999), o método científico consiste em um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais voltados à produção do conhecimento. Para que esse conhecimento seja considerado científico, é fundamental que o processo pelo qual ele foi obtido possa ser identificado e verificado, ou seja, que o método utilizado esteja claramente definido. A natureza documental do estudo baseou-se na análise de fontes secundárias, como tratados fundacionais,

estatutos institucionais, relatórios técnicos, dados estatísticos e literatura de artigos científicos. Foram consultadas bases de dados e publicações de organismos internacionais como CEPAL, PNUD, FMI e Banco Mundial, além de artigos científicos indexados em plataformas online. A coleta de dados incluiu indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo tem como objeto de análise os processos de integração regional na América Latina e no Caribe, por meio da análise comparativa de quatro blocos econômicos: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), sua sucessora a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Comunidade Andina (CAN) e a Comunidade do Caribe (CARICOM). Esses blocos representam diferentes modelos e estágios de integração, refletindo não apenas as condições econômicas e políticas de seus respectivos países-membros, mas também suas estratégias frente aos desafios estruturais da região.

Para compreender as dinâmicas desses processos, o estudo investigou, de forma comparativa, os fundamentos institucionais de cada bloco, os mecanismos adotados para alcançar a integração e os resultados obtidos ao longo do tempo, especialmente no que se refere à superação de assimetrias econômicas, ao fortalecimento da coesão política e à ampliação da cooperação regional.

A ALALC, como primeira experiência de integração na região, revelou-se limitada diante da rigidez dos seus instrumentos e da ausência de mecanismos eficazes para lidar com as desigualdades entre seus membros. Já a ALADI, ao sucedê-la, adotou uma abordagem mais flexível, incorporando princípios como o tratamento diferenciado e acordos parciais, visando tornar o processo mais inclusivo e adaptável às realidades nacionais.

Por outro lado, a CAN e a CARICOM foram analisadas como modelos que avançaram para além da mera integração comercial, incorporando objetivos políticos e sociais em suas agendas. A CAN destacou-se pela criação de instituições supranacionais, como o Parlamento Andino e o Tribunal de Justiça Andino, além da promoção da livre circulação de pessoas e políticas coordenadas. Já a CARICOM, voltada principalmente para pequenos Estados insulares, buscou consolidar um mercado comum caribenho, com iniciativas voltadas à cooperação funcional em

setores como saúde, educação e infraestrutura, mesmo com as limitações impostas pela baixa diversificação produtiva e pela vulnerabilidade econômica.

A análise foi enriquecida com dados econômicos e sociais, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), extraídos de fontes oficiais como o Banco Mundial e o PNUD. Esses indicadores permitiram observar as disparidades entre os países membros e compreender como tais desigualdades influenciam a efetividade dos processos de integração. Verificou-se, por exemplo, que blocos com grande heterogeneidade econômica, como a ALADI e a CARICOM, enfrentam maiores dificuldades em promover políticas integradas e reduzir desigualdades internas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ALALC, fundada em 1960 pelo Tratado de Montevideu, representou a primeira tentativa de integração econômica em grande escala na América Latina. Seu objetivo principal era o estabelecimento gradual de uma zona de livre comércio, com a perspectiva de evoluir para um mercado comum latino-americano. Para tanto, foram implementados mecanismos como as Listas Nacionais, que envolviam concessões tarifárias anuais entre os países-membros, a Lista Comum, que previa a eliminação total de tarifas para determinados produtos em um prazo de 12 anos, e os Acordos de Complementação Industrial, que buscavam a especialização setorial e a otimização dos investimentos. No entanto, a ALALC enfrentou diversos obstáculos que limitaram seu sucesso como o ritmo lento do processo de liberalização comercial, as assimetrias regionais entre os países-membros e as complexidades de sua estrutura institucional, foram apontadas como os principais obstáculos. Apesar do crescimento do comércio intrarregional no período inicial, a ALALC não conseguiu alcançar uma participação significativa no comércio global dos países da região. Em 1980, a ALALC foi substituída pela ALADI, que adotou uma abordagem mais flexível e adaptada às diferentes realidades nacionais. (Funag, 2010)

A ALADI, criada também pelo Tratado de Montevideu, manteve o objetivo de promover a integração econômica regional, mas introduziu princípios como o pluralismo político e econômico, a flexibilidade nos mecanismos de integração e os tratamentos diferenciados segundo o nível de desenvolvimento dos países-membros. Atualmente, a ALADI opera como uma zona de preferências tarifárias, com o objetivo de alcançar um mercado comum por meio de acordos parciais e graduais. Os benefícios esperados da ALADI incluem o aumento do comércio regional,

o fortalecimento das economias nacionais, o estímulo à cooperação em infraestrutura e a redução das desigualdades regionais. (Funag, 2010)

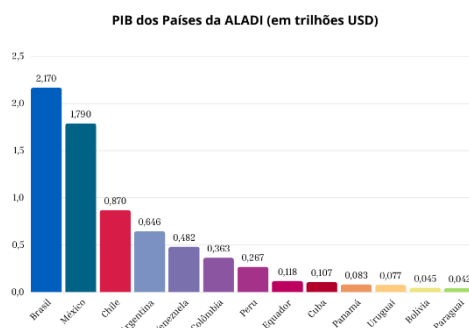
Além da ALADI, diversos blocos regionais influenciam a dinâmica econômica da América Latina e Caribe. A Comunidade Andina (CAN), criada em **1997** por meio do Protocolo de Trujillo como sucessora do Pacto Andino (1969), tem como objetivo promover a integração política e econômica entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Seu foco é o desenvolvimento equilibrado e a redução de assimetrias entre os países, visando melhorar a qualidade de vida na sub-região. (Ericeira, 2021)

A CAN destaca-se por sua **estrutura institucional complexa**, que combina órgãos supranacionais, como o Parlamento andino, e o Tribunal de Justiça Andino, com mecanismos intergovernamentais, como o Conselho Presidencial, responsável por diretrizes políticas. Entre seus avanços, destacam-se a implementação do **passaporte andino** em 2001, facilitando a mobilidade de pessoas, e o crescimento expressivo do comércio intrarregional, que saltou de US\$ 300 milhões em 1969 para US\$ 8 bilhões em 2005. No entanto, a CAN enfrenta desafios estruturais. A ausência de um *paymaster* (país líder em investimentos) e as divergências político-ideológicas, como a saída da Venezuela em 2006, fragilizam sua coesão. Além disso, a dependência de commodities e a competição por mercados externos reduzem o potencial de cooperação econômica. A influência de potências como EUA e China, por meio de acordos bilaterais, também tensiona a integração. (Ericeira, 2021)

A CARICOM (Comunidade do Caribe), estabelecida em 1973 pelo Tratado de Chaguaramas, surge como mecanismo de integração regional com três objetivos centrais: (I) promover a cooperação econômica por meio da criação de um mercado e economia comuns (CSME), visando ampliar o comércio intrabloco e a competitividade; (II) coordenar políticas externas para fortalecer a voz coletiva em fóruns internacionais; e (III) fomentar a cooperação funcional em áreas como saúde, educação e infraestrutura. O bloco, composto por 15 membros plenos, enfrenta desafios estruturais, como a dependência de monoculturas, a baixa diversificação produtiva e o limitado comércio interno. Apesar disso, sua relevância geopolítica persiste, especialmente pela capacidade de articular posições conjuntas em organismos como a OEA e a Associação de Estados Caribenhos (ACS). (Farias, 2000)

DADOS DOS BLOCOS

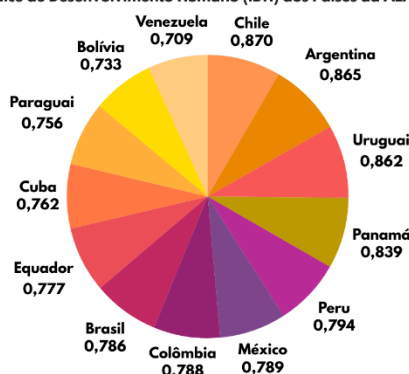
Em termos metodológicos, a análise comparativa desses blocos econômicos requer uma abordagem que combine a compreensão dos aspectos institucionais, políticos e econômicos com a avaliação dos dados quantitativos. A revisão de documentos oficiais, relatórios técnicos e literatura especializada, juntamente com a análise de indicadores econômicos como o PIB e o comércio intrarregional, permite uma visão abrangente dos desafios e oportunidades da integração regional na América Latina e no Caribe.



Fonte: *World Bank Group (2023)*

Os dados de PIB e IDH dos países da ALADI refletem as **assimetrias regionais** já mencionadas. O Brasil e o México, com os PIB's de US\$ 2,17 e US\$ 1,79 trilhões, respectivamente, destacam-se como as maiores economias do bloco, enquanto países como Paraguai com 42 bilhões e Bolívia com 45 bilhões apresentam economias significativamente menores. Essa disparidade econômica pode dificultar a harmonização de políticas comerciais e a redução de desigualdades, um dos objetivos da ALADI.

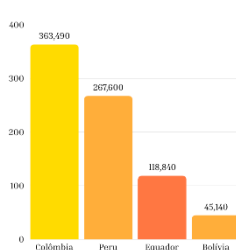
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Países da ALADI



Fonte: *Human Development Report (2023)*

No IDH, países como Chile (0,870) e Uruguai (0,862) lideram, indicando melhores condições de vida e desenvolvimento humano, enquanto Venezuela (0,733) e Bolívia (0,709) estão abaixo da média regional. Essa diferença socioeconômica reforça a necessidade de tratamentos diferenciados, princípio adotado pela ALADI para acomodar realidades distintas. Apesar disso, a baixa participação no comércio global persiste, como já apontado no artigo, sugerindo que a integração ainda não superou desafios estruturais.

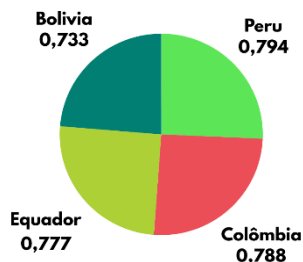
PIB dos Países da CAN (em Bilhões USD)



Fonte: *World Bank Group (2023)*

Na CAN, a Colômbia com US\$ 363,49 bilhões e o Peru com US\$ 267,6 bilhões dominam o PIB, enquanto Bolívia com US\$ 45,14 bilhões e Equador com US\$ 118,84 bilhões ficam em posições inferiores. Essa hierarquia econômica pode explicar a ausência de um *paymaster*, já que nenhum país assume claramente a liderança em investimentos, conforme destacado anteriormente.

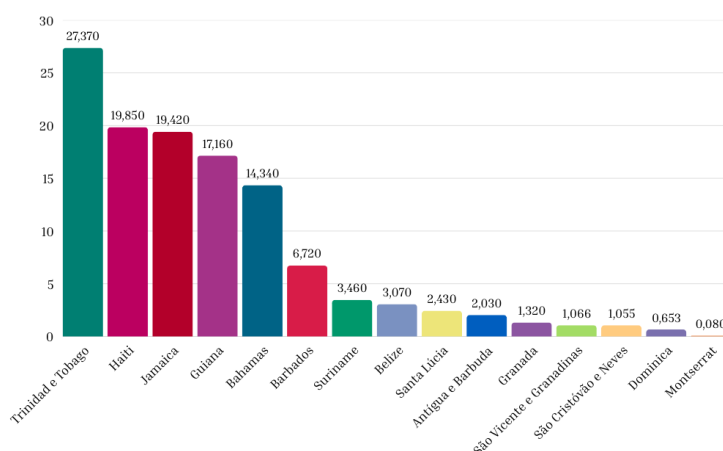
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Países da CAN



Fonte: Human Development Report (2023)

O IDH da CAN mostra progresso moderado, Peru com o índice de (0,794) e Colômbia com o índice de (0,788) estão próximos de patamares elevados, enquanto a Bolívia com o índice de (0,733) permanece atrás. O crescimento do comércio intrarregional de US\$ 300 milhões em 1969 para US\$ 8 bilhões em 2005 indica avanços na integração, mas a dependência de commodities e a influência externa de EUA e China, como mencionado, ainda limitam a cooperação setorial.

PIB dos Países da CARICOM (em Bilhões USD)

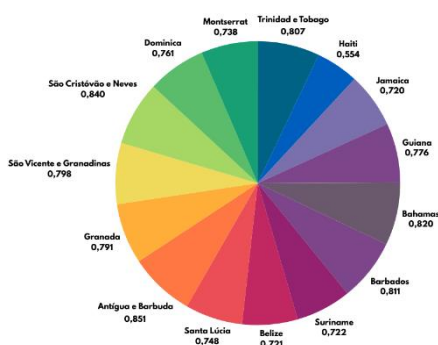


Fonte: World Bank Group (2023)

A CARICOM apresenta PIBs modestos, com Trinidad e Tobago com US\$ 27,37 bilhões e Jamaica com US\$ 19,85 bilhões estão à frente, enquanto economias como Dominica com US\$ 653 milhões e Montserrat com US\$ 80 milhões evidenciam a fragilidade econômica do bloco.

Essa heterogeneidade está alinhada com os desafios, como a dependência de monoculturas e a baixa diversificação produtiva, que limitam o crescimento sustentável.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Países da CARICOM



Fonte: Human Development Report (2023)

O IDH da CARICOM varia amplamente, Antígua e Barbuda com o índice de (0,851) e São Cristóvão e Neves com o índice de (0,840) têm índices mais elevados, já o Haiti com o índice de (0,554), o é o menos desenvolvido da região. Essa discrepância reflete a desigualdade intrabloco, agravada por fatores como instabilidade política e desastres naturais. Apesar disso, a capacidade de articulação geopolítica do bloco, parece não ser diretamente impactada por essas diferenças, já que países como Bahamas com o índice de (0,820) mantêm indicadores sociais relativamente altos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa dos processos de integração regional na América Latina e no Caribe (ALALC/ALADI, CAN e CARICOM) evidencia tanto a diversidade de modelos adotados quanto a persistência de desafios estruturais que limitam a eficácia de um comércio internacional, sem tarifas entre os países membros. Apesar das diferentes abordagens pelos blocos econômicos e estratégias adotadas por cada bloco, há um ponto comum entre eles, que é a busca pela superação das vulnerabilidades históricas que caracterizam a região, tais como as assimetrias econômicas, a dependência de mercados externos e a fragilidade na coordenação política.

A substituição da ALALC pela ALADI demonstrou uma adaptação institucional importante, introduzindo princípios de flexibilidade e tratamento diferenciado que permitiram maior adequação às realidades nacionais. Ainda assim, os avanços na ALADI têm sido limitados por

fatores como a disparidade econômica entre os membros e a pequena expansão do comércio intrarregional.

A CAN, por sua vez, alcançou progressos notáveis em termos de integração normativa, mas enfrenta dificuldades relacionadas à ausência de uma liderança econômica clara (*paymaster*), à volatilidade política de seus membros e à competição externa. Já a CARICOM, apesar de sua coesão política e do fortalecimento da identidade regional caribenha, esbarra em empecilhos estruturais decorrentes da baixa diversificação produtiva e da vulnerabilidade de suas pequenas economias. Os dados de PIB e IDH reforçam essas disparidades, apontando que a integração econômica não tem sido suficiente, por si só, para equalizar o desenvolvimento humano na região. Isso demonstra que a simples abertura comercial, sem políticas de complementaridade e inclusão, tende a perpetuar desigualdades, conforme já antecipado por Prebisch e por outras correntes críticas à teoria do livre-comércio.

Portanto, conclui-se que, embora os processos de integração tenham gerado avanços institucionais e algum aumento no comércio regional, ainda não conseguiram transformar estruturalmente as economias latino-americanas e caribenhas. Para que a integração regional se torne efetivamente um instrumento de desenvolvimento, será necessário reforçar mecanismos de integração entre os países, adotar políticas industriais coordenadas e promover uma maior articulação entre os objetivos econômicos e sociais. A integração precisa, assim, ser mais do que um plano para o livre mercado, mas também deve se constituir como um projeto político, onde uma região se desenvolve de forma independente e autônoma, ao mesmo tempo em que preserva seus recursos naturais e garante o bem-estar da população para as gerações futuras. Isso envolve um planejamento estratégico que considera as especificidades regionais e busca um equilíbrio entre o crescimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social.

REFERÊNCIAS

BALASSA, Bela. **The theory of economic integration**. Londres: Routledge, 1961.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores de desenvolvimento mundial: América Latina**. 2023. Disponível em: <https://databank.worldbank.org>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

DE OLIVEIRA, L. H. **Comércio exterior: fundamentos e organização**. São João da Boa Vista: Editora Universitária UNIFAE, 2021.

ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos. Do Pacto Andino à Aliança do Pacífico: reflexões sobre mecanismos da (des)integração da sub-região andina. **Revista de História Regional**, v. 26, n. 2, p. 621-645, 2021.

FARIAS, Déborah Barros Leal. O Brasil e o CARICOM. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 43-68, 2000.

FUNAG. **Integração latino-americana: 50 anos de ALALC/ALADI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. D. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005. (Nota: Complementei a paginação)

JACQUINET, M. **PIB - Produto Interno Bruto: breve introdução**. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/14aa4002-34a6-4502-8d60-bc7e065e0508>. Acesso em: 11 maio 2025.

NADDI, Beatriz Walid de Magalhães. Teoria Marxista da Dependência e integração regional: uma conversa necessária. In: COSTA, Adriane Vidal; REIS, Mateus Fávaro (org.). **Anais do XIII Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas**. [S.l.]: ICHS, 2018. E-book..

PREBISCH, R. (a) **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/0dd0ffa8-8f21-4d56-9cf4-48d0050247c9>. Acesso em: 14 maio 2025.

PREBISCH, R. (b) **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/0dd0ffa8-8f21-4d56-9cf4-48d0050247c9>. Acesso em: 14 maio 2025.

SALUDJIAN, Alexis. Integración económica regional liberal e inserción en la economía mundial: una visión crítica a partir de un estudio del comercio de América del Sur 1985-2009. **Prolam**, v. 12, n. 23, p. 26-41, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/83010>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human development report 2023-24**. 2023. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>. Acesso em: 17 de maio de 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060

LEVANTAMENTO DE EMPREGOS FORMAIS E MÉDIAS DE RENDA NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO ANO 2023 E BUSCA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Luiz Henrique Eugênio¹ – Unespar *Campus* de Campo Mourão
Sérgio Luiz Maybuk² – Unespar *Campus* de Campo Mourão
Adalberto Dias de Souza³ – Unespar *Campus* de Campo Mourão
Marcos Junio Ferreira de Jesus⁴ – Unespar *Campus* de Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 05 Economia Sustentável e Desenvolvimento

RESUMO

O artigo intitulado Levantamento de empregos formais e médias de renda na microrregião de Campo Mourão ano 2023 e busca para o desenvolvimento sustentável, teve como foco os 14 municípios da microrregião de Campo Mourão que tem uma população de 226.449 hab e a maior média salarial em Salários Mínimos é Campo Mourão com 2,70. O problema de pesquisa: Qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Campo Mourão? Identificar Qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Campo Mourão. Na metodologia - Levantamento, tabulação e análise de dados secundários no Ipardes, do estoque de emprego e renda masculina, feminina e geral, nos municípios individualmente. Destaca-se que Campo Mourão com 6.232 empregos no comércio. Campo Mourão, desponta no primeiro lugar com 31.525 empregos formais, municípios com maior grau de desenvolvimento no primeiro setor Araruna com 924 empregos na Indústria, Campo Mourão com 6.232 empregos no comércio. Na Administração Pública os dois municípios com maior empregabilidade são Campo Mourão 3.018 empregos, Terra Boa 702 empregos. Na indústria Campo Mourão com 3.336 empregos em segundo lugar Terra Boa com 965 empregos. Considerando a média geral em salários mínimos, a maior é Campo Mourão 2,70 salários mínimos.

Palavras-chave: Empregos. Renda. Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN

Mourão en 2023 y la búsqueda del desarrollo sostenible, se centró en los 14 municipios de la microrregión de Campo Mourão, que tiene una población de 226.449 habitantes y el salario promedio más alto en Salarios Mínimos es Campo Mourão con 2,70. Problema de investigación: ¿Cuál es la cantidad de stock empleo en cada municipio y cuál es el ingreso en salarios mínimos para hombres, mujeres y la renta media de los municipios de la microrregión de Campo Mourão?

¹ - Estudante de ciências econômicas – e-mail: luiz.eugenio.23@estudante.unespar.edu.br

² - Mestre em desenvolvimento econômico – e-mail: sergio.maybuk@unespar.edu.br

³ - Doutor em administração e em geografia humana – e-mail: adalberto.dias@unespar.edu.br

⁴ - Doutor em administração pública – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

Identificar la cantidad de stock de empleo en cada municipio y los ingresos en salarios mínimos para hombres, mujeres y el ingreso promedio de los municipios de la microrregión de Campo Mourão. En la metodología - Levantamiento, tabulación y análisis de datos secundarios en Ipadres, del stock de empleo y renta masculina, femenina y general, en los municipios individualmente. Cabe destacar que Campo Mourão cuenta con 6.232 empleos en el sector comercial. Campo Mourão ocupa el primer lugar con 31.525 empleos formales. Los municipios con mayor desarrollo en el sector industrial son Araruna, con 924 empleos, y Campo Mourão, con 6.232 empleos en el comercio. En la Administración Pública, los dos municipios con mayor empleabilidad son Campo Mourão 3.018 empleos y Terra Boa 702 empleos. En el sector Campo Mourão con 3.336 puestos de trabajo, en segundo lugar Terra Boa con 965 puestos de trabajo. Considerando el promedio general de salarios mínimos, el más alto es el de Campo Mourão con 2,70 salarios mínimos.

Palabras clave: Empleo. Ingresos. Desarrollo sostenible

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para tratar do tema no mundo do trabalho, da empregabilidade formal e sua respectiva renda e busca do desenvolvimento sustentável no presente artigo, se faz necessário discutir um pouco sobre quantidade de população, taxa de urbanização, taxa demográfica e grandes setores da economia que geram empregos formais. Ressaltando que formalidade no emprego seriam tanto aqueles de carteira assinada quanto aqueles oriundos de regime estatutário (funcionários públicos) e destacando que quando se atinge o pleno emprego (convencionado em 95% de ocupação) se tem, ao menos no aspecto de ocupação de trabalho, um caminho ao desenvolvimento sustentável que essencialmente seria atender as necessidades atuais de uma população sem comprometer as gerações futuras, evitando desperdícios, promovendo justiça social e preservando ao máximo o meio ambiente.

A Microrregião de Campo Mourão pela População Censitária de 2022 tem uma população de 226.449 pessoas contendo 14 municípios que serão citados adiante. E com o desenvolvimento desse artigo se observará que a referida microrregião produz uma renda média ainda muito baixa. No decorrer do artigo será identificado a quantidade de população de cada município e número de população com uma renda média considerável pode ser um indicador econômico. Um indicador importante que poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável, é a taxa de urbanização com planejamento urbano e será observado no artigo, municípios com taxas de urbanização muito baixas. E taxas de urbanização altas podem afetar na taxa demográfica, ou seja, quantidade de pessoas aglomeradas por km quadrado que acabam causando uma série de desafios para gestores municipais e afetam na sustentabilidade do meio ambiente.

Justifica-se a escolha do tema da empregabilidade formal por município e a renda média dela oriunda, para deixar às claras a realidade do estoque de empregos e os salários pagos que muitas vezes nem os gestores municipais sabem. Destacando que simplesmente pelo fato de se verificar uma renda média baixa já é possível perceber a qualidade dos empregos ofertados, normalmente sem processos inovativos e pouca exigência de grandes níveis de escolaridade. Diante da problematização têm-se a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Campo Mourão? Dessa forma têm-se como Objetivo Geral: Identificar Qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Campo Mourão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão apresentados alguns conceitos importantes para dar suporte teórico a proposta deste artigo. O conceito de empregabilidade pode ser considerado algo multifacetado, que abrange as tais competências individuais que varia muito de trabalhador/a para trabalhador/a até todas as condições estruturais do mercado de trabalho ou mundo do trabalho que é algo muito mais abrangente. De acordo com Munhoz (2002), a chamada empregabilidade pode ser considerada a capacidade de um indivíduo obter uma ocupação de trabalho ou mesmo manter-se nele. Não vai se limitar apenas a ter as qualificações técnicas em inglês (hard skills), mas também pode envolver competências comportamentais em inglês (soft skills), e dentre elas, comunicação, trabalho em equipe e capacidade de adaptação.

Para Gomez *et al* (1998) o conceito de emprego pode estar ligado ao trabalho como um "ganha-pão", algo imprescindível para a sua sobrevivência. No entanto, o trabalho é bem mais complexo, tem um significado mais amplo, pois envolve a identidade pessoal, a inserção social e a estruturação da vida cotidiana do trabalhador. Nesse raciocínio, a eventual perda do emprego afeta não só a renda, mas também a saúde psíquica e os laços sociais. Considerando as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na empregabilidade, segundo a OIT (2018) há megatendências como avanços tecnológicos (automação, inteligência artificial), mudanças na demografia mundial, globalização, mudanças climáticas que afetam diretamente e profundamente o mundo do trabalho.

A outra variável objeto deste artigo é a renda. Ela abrange desde sua definição econômica e jurídica e vai atingir outras complexas teorias que estudam sua distribuição, e o seu papel muito impactante no desenvolvimento sustentável e no aumento ou diminuição da desigualdade social. Ela já foi retratada há muito tempo pelos clássicos de com (Moraes & Fucks, 2001). Há uma forma específica de renda que é a da terra, discutida por teorias clássicas (como a de Marx). Ela representa a chamada parcela do excedente (o que sobra) apropriada pelo proprietário da terra, simplesmente porque esse indivíduo detém o monopólio sobre esse recurso.

De acordo com Barros *et al.* (2006), o Brasil é historicamente, ou seja, desde sua ocupação é marcado por uma elevada desigualdade de renda e ela além de ser persistente, tem suas origens como a má distribuição de ativos terra, por exemplo, educação para uns e outros não, discriminação racial e de gênero, e até um sistema tributário regressivo em que quem ganha menos paga mais proporcionalmente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa foi utilizada no presente artigo consistiu em revisões bibliográficas e dados secundários em sites especializados dos relacionados na problematização e na pergunta de pesquisa. Será utilizada pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa. Para o cumprimento do objetivo geral “Identificar qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Campo Mourão”. Fazer Levantamento, tabulação e análise de dados secundários no Ipardes, do estoque de emprego e renda masculina, feminina e geral, nos municípios individualmente Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

DESENVOLVIMENTO

O objeto de estudo desse artigo são os empregos formais nos principais ramos da economia e a renda masculina, feminina e geral oriunda deles. O desenvolvimento do presente artigo se deu à luz do cumprimento do Objetivo Geral: “Identificar qual é a quantidade de estoque

de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Campo Mourão”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente será analisada a Tabela 1 que trata de dados referentes à microrregião de Campo Mourão-PR que tratam a População Censitária ano 2022, a taxa de urbanização e a taxa demográfica. Com relação ao indicador de população destaca-se que é muito importante numa economia de país, Estado ou município, pois quanto maior a população que possa ter renda média significativa pode ser fundamental para o crescimento econômico. Percebe-se que as duas maiores populações são Campo Mourão com 99.432 hab. Terra Boa com 17.568 hab. com um detalhe importante que o primeiro colocado possui uma população acima de 400% que o segundo colocado. Tal município é considerado polo e leva o nome da microrregião. As duas menores populações são pela ordem Farol com 3.039 hab. Corumbataí do Sul com 3.760 hab, nesse caso com proporções muito parecidas.

Com relação a taxa de urbanização, destaca-se que é um indicador econômico importante pois quanto mais urbanizado seja um município, maior a complexidade de suas relações econômicas e sociais trazendo maiores possibilidades de oportunidades, por exemplo ao mundo do trabalho para a população ali existente. Percebe-se que os dois maiores percentuais são Campo Mourão com 96,80%, seguido de Engenheiro Beltrão com 90,86%, nesse caso bem proporcionais os percentuais. Percebe-se ainda que Iretama está com o indicador de 64,41%, Corumbataí do Sul com 66,17%. Lembrando que a taxa média de urbanização no Estado do Paraná está em 89,00% e excluindo os dois primeiros colocados já destacados todos os demais municípios da microrregião estão abaixo da mesma.

Tabela 1 - Municípios, População Censitária, taxa de urbanização e taxa demográfica da Microrregião de Campo Mourão

Município	População Censitária 2022 em habit.	Tx urbanização em %.	Tx demográfica Quant. Pess/km2
Araruna	14.485	84,89	30,19

Barbosa		81,11	19,92
Ferraz	10.795		
Campo		96,80	138,30
Mourão	99.432		
Corumbataí do		66,17	19,99
Sul	3.760		
Engenheiro		90,86	26,43
Beltrão	12.454		
Farol	3.039	69,96	10,43
Fênix	4.492	88,31	19,41
Iretama	10.684	64,41	19,05
Luiziana	6.690	74,48	7,31
Mamborê	13.452	80,81	17,23
Peabiru	13.346	89,02	28,80
Quinta do Sol	5.001	75,14	15,52
Roncador	11.251	69,73	15,30
Terra Boa	17.568	92,40	55,68
Total	226.449	-	-

Fonte: Ipardes (2025)

No que se refere a taxa demográfica que é a quantidade de pessoas por km quadrado, é necessário destacar que tal indicador econômico, demonstra a concentração de pessoas num mesmo espaço e dependendo do nível pode até ser um complicador para os gestores públicos, especialmente os municipais, pois pode ocasionar problemas de planejamento urbano. Percebe-se que as duas maiores taxas são Campo Mourão 138,30, Terra Boa com 55,68 com uma desproporcionalidade entre o primeiro colocado para o segundo. As duas menores taxas são Luiziana com 7,31, Farol com 10,43, também aqui embora com valores bem menores que os dois primeiros colocados também denota uma desproporcionalidade grande entre eles.

Na sequência será apresentado e analisado aqui os dados da Tabela 2 que trata de empregos por municípios e proporção na Microrregião de Campo Mourão. É necessário primeiramente esclarecer que 2023 são os últimos dados disponíveis de empregos formais na época da pesquisa. Embora o mundo do trabalho esteja em constantes mudanças, a empregabilidade formal ainda é um indicador econômico muito importante, pode representar prosperidade econômica e segurança aos trabalhadores. É possível perceber que Campo Mourão,

município polo desponta no primeiro lugar com 31.525 empregos formais correspondendo 56,97% da microrregião, seguido de longe do município de Terra Boa com 4.840 empregos formais e correspondendo a 8,80%. Destaca-se os dois municípios com menor empregabilidade, ou seja, Farol com 463 empregos formais correspondendo a 0,84% do total, Corumbataí do Sul com 482 empregos formais correspondendo a 0,88%. E coincidentemente que dois municípios na mesma sequência de menor população apresentados na Tabela 1.

Tabela 2 empregos por municípios e proporção na Microrregião de Campo Mourão

Município	Empregos formais em 2023	Prop/Microreg
Araruna	3.069	5,58%
Barbosa Ferraz	1.559	2,84%
Campo Mourão	31.325	56,97%
Corumbataí Do Sul	482	0,88%
Engenheiro Beltrão	2.523	4,59%
Farol	463	0,84%
Fênix	664	1,21%
Iretama	1.959	3,56%
Luiziana	1.427	2,60%
Mamborê	2.236	4,07%
Peabiru	1.924	3,50%
Quinta Do Sol	703	1,28%
Roncador	1.813	3,30%
Terra Boa	4.840	8,80%
Total	54.987	100,00%

Fonte: Rais e Ipardes (2025)

Seguindo nas apresentações e análises apresenta-se os dados da Tabela 3 indicando a quantidade de empregos formais de acordo com os setores que mais empregam. Antes de se analisar os dados numéricos se faz necessário algumas observações. As pesquisas apontam que os municípios mais desenvolvidos são aqueles que têm como mais empregadores na primeira colocação os setores da indústria ou do comércio que por sua vez acabam por alavancar o setor de prestação de serviço. O setor da Administração Pública direta ou indireta

têm sua importância na economia, porque é grande consumidor das mais variedades de espécies de consumo. E servidores públicos são muito importantes atendendo a população. Mas no cômputo geral dependendo do tamanho e dinâmica dos pequenos municípios estes ficam dependentes da Administração Pública direta e indireta.

Tabela 3 de empregos de acordo com os setores que mais empregam

Município	1º maior setor e quant. emprego	2º maior setor e quant. emprego	3º maior setor e quant. emprego
Araruna	Indústria 924	Administração Pública 431	Comércio 386
Barbosa Ferraz	Administração Pública 447	Comércio 438	Agropecuária 116
Campo Mourão	Comércio 6232	Indústria 3336	Administração Pública 3018
Corumbataí do Sul	Administração Pública 241	Comércio 94	Indústria 64
Engenheiro Beltrão	Administração Pública 542	Comércio 460	Transp. 136
Farol	Administração Pública 236	Industria 39	Comércio 23
Fênix	Administração Pública 260	Comércio 79	Transporte 40
Iretama	Administração Pública 460	Comércio 213	Transporte 123
Luiziana	Administração Pública 430	Comércio 77	Agropecuária 51
Município	1º maior setor e quant. emprego	2º maior setor e quant. emprego	3º maior setor e quant. emprego
Mamborê	Administração Pública 621	Comércio 340	Agropecuária 152
Peabiru	Comércio 465	Administração Pública 320	Transporte 74

Quinta do Sol	Administração Pública 210	Comércio 137	Transporte 10
Roncador	Administração Pública 469	Comércio 302	Transporte 56
Terra Boa	Industria 965	Administração Pública 702	Comércio 547

Fonte: Rais e Ipadres (2025)

Nesse raciocínio, percebe-se que os municípios que podem ser apontados com maior grau de desenvolvimento percebem-se no primeiro setor Araruna com 924 empregos na Indústria, Campo Mourão com 6.232 empregos no comércio, e finalmente Terra Boa com 965 empregos na indústria. Numa segunda análise geral Campo Mourão se destaca porque a Administração Pública direta e indireta só vai aparecer na terceira posição. Na sequência serão apresentados dados e analisados da tabela 4 que tratam inicialmente da empregabilidade intra setores em ordem alfabética Administração Pública direta e indireta, agropecuária e Comércio e sobre Indústria e Transporte apenas em forma de texto.

É necessário esclarecer que são apresentados aqui os cinco setores empregatícios que mais se destacaram na pesquisa. Analisando a tabela 4 percebe-se primeiramente que o setor Administração direta e indireta tem empregabilidade destacada em todos os 14 municípios. Nesse intrasetor os dois municípios com maior empregabilidade são Campo Mourão 3.018 empregos, Terra Boa 702 empregos. E os municípios com menor empregabilidade são Quinta do Sol 210 empregos, Farol 236 empregos. No intrasetor Agropecuária aparecem Mamborê em primeiro lugar com 152 empregos e em segundo lugar Barbosa Ferraz com 116 empregos. No intrasetor Comércio todos os municípios da microrregião aparecem, com destaque para os dois municípios que mais empregam Campo Mourão 6.232 empregos, seguido de Terra Boa com 547 empregos. Na parte de menores empregos Farol com 23 empregos e Luiziana.

Tabela 4 - Geração de empregos de acordo com os setores Adm Pública, Agropecuária e Comércio.

Município	Adm Públ.	Agrop.	Comér.
Araruna	431	-	386

Barbosa Ferraz	447	116	438
Campo Mourão	3.018	-	6.232
Corumbataí do Sul	241	-	94
Engenheiro Beltrão	542	-	460
Farol	236	-	23
Fênix	260	-	79
Iretama	460	-	213
Luiziana	430	-	77
Mamborê	621	152	340
Peabiru	320	-	465
Quinta do Sol	210	-	137
Roncador	469	-	302
Terra Boa	702	-	547

Fonte: Rais e Ipardes (2025)

Nas últimas informações intrasetores Campo Mourão somente 3.336 empregos na indústria. Corumbataí do Sul somente 64 empregos na indústria. Engenheiro Beltrão somente 136 empregos transportes. Farol somente 39 empregos indústria. Fênix somente 40 empregos transportes. Iretama somente 123 empregos transportes. Peabiru somente 74 empregos transportes. Quinta do Sol 10 empregos transporte. Roncador somente 56 empregos transporte. E finalmente Terra Boa com 965 empregos indústria e 547 empregos transporte.

Finalmente serão apresentados e analisados a Tabela 5 que apresenta média em salários mínimos masculinos, média em salários mínimos femininos e a média geral em salários mínimos. Considerando a média em salários mínimos do gênero masculino percebe-se que as duas maiores médias são Campo Mourão 3,0 salários mínimos, Farol 2,60 salários mínimos. E as três menores médias são Terra Boa 1,90 salários mínimos e Barbosa Ferraz e Corumbataí do

Sul com 2,00 salários mínimos. Analisando a média de salários mínimos do gênero feminino as três maiores médias são Campo Mourão, Farol e Mamborê com média 2,40 salários mínimos. E as três menores médias sendo Engenheiro Beltrão 1,7 salários mínimos e Barbosa Ferraz e Quinta do Sol com 1,9 salários mínimos.

Tabela 5 Média em salários mínimos Masc. Média em salários mínimos Fem. Média Geral em salários mínimos para o ano de 2023.

Município	Méd SMIN M	Méd SMIN F	Méd SMIN GER.
Araruna	2,30	2,10	2,20
Barbosa Ferraz	2,00	1,90	1,95
Campo Mourão	3,00	2,40	2,70
Corumbataí do Sul	2,00	1,90	1,95
Engenheiro Beltrão	2,10	1,70	1,90
Farol Fênix	2,60 2,30	2,40 2,10	2,50 2,20

Município	Méd SMIN M	Méd SMIN F	Méd SMIN GER.
Iretama	2,10	2,00	2,05
Luiziana	2,20	2,10	2,15
Mamborê	2,50	2,40	2,45
Peabiru	2,30	2,20	2,25
Quinta do Sol	2,30	1,90	2,10
Roncador	2,20	2,10	2,15
Terra Boa	1,90	2,00	1,95

Fonte: Rais e Ipardes (2025)

Uma observação importante, excetuando-se Terra Boa, em todos os demais municípios as mulheres ganham menos que os homens. Considerando a média geral, as duas maiores médias são Campo Mourão 2,70 salários mínimos, Farol 2,50 salários mínimos. E as duas menores médias são Engenheiro Beltrão com 1,90 salários mínimos e Barbosa Ferraz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o Objetivo Geral conforme apresentado nas Considerações Iniciais foi cumprido. Dentre os resultados mais importantes destaca-se que Campo Mourão com 6.232 empregos no comércio. Campo Mourão, desponta no primeiro lugar com 31.525 empregos formais, municípios com maior grau de desenvolvimento no primeiro setor Araruna com 924 empregos na Indústria, Campo Mourão com 6.232 empregos no comércio. Na Administração Pública os dois municípios com maior empregabilidade são Campo Mourão 3.018 empregos, Terra Boa 702 empregos. Na indústria Campo Mourão com 3.336 empregos em segundo lugar Terra Boa com 965 empregos. Considerando a média geral em salários mínimos, a maior é Campo Mourão 2,70 salários mínimos. Com todos esses resultados identificados será possível após análises e debates, contribuir para toda a comunidade e gestores municipais no propósito de encontrar as melhores alternativas possíveis para a busca de um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

BARBOSA, R. J. **A sociologia da desigualdade de renda**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 38, p. e3811031, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375967620_A_Sociologia_da_desigualdade_de_renda. Acesso em: 7 jun. 2025.

BARROS, Ricardo Paes de et al. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. v. 1. Brasília, DF: Ipea, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.

GÓMEZ, Alejandro. *A Pós-Keynes e as escolas de pensamento econômico*. Cuadernos de Economía, Bogotá, v. 43, n. 90, 2024. Disponível em:
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47722024000100115. Acesso em: 7 jun. 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base de Dados do Estado. Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em:
<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Base-de-Dados-do-Estado>. Acesso em: 31 mai. 2025.

MORAES, Antônio Carlos de; FUCKS, Gerson. *A Teoria da Renda da Terra em Marx*. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 36, n. 93, p. 25-42, 2001. Disponível em:
https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/download/4342/1599/14523. Acesso em: 7 jun. 2025.

MUNHOZ, Glaucia de Souza. *Empregabilidade: do resgate conceitual às exigências atuais do mercado*. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Maringá, v. 11, n. 2, p. 25-51, jul./dez. 2006. Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/download/255/619>. Acesso em: 7 jun. 2025.

NUNES, Selene Peres Peres; NUNES, Ricardo da Costa. *Mercado de trabalho em Keynes e o papel da rigidez de salários nominais*. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 428-443, jul./set. 1997. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/RLMNwGjPG6KPDCCTdvD4QyG/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites*. Brasília, DF: OIT, 2018. Disponível em:
https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasilia/documents/publication/wcms_626908.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

REIS, A.; FERNANDA, M. *A teoria da renda da terra ricardiana: um marco unificador entre as economias da poluição e dos recursos naturais*. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 65–81, 2021. Disponível em:
https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4342. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, José Alderir. *Além da revolução keynesiana: um estudo comparativo das escolas de pensamento econômico após keynes*. Revista de Economía del Caribe, Barranquilla, n. 33, 2024. disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-21062024000200005. Acesso em: 7 jun. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

LEVANTAMENTO DE EMPREGOS FORMAIS E MÉDIA DE RENDA NA MICRORREGIÃO DE GOIOERÊ ANO 2023 E BUSCA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Leilara Fungari Golanoski Tonete¹ – Unespar campus Campo Mourão

Sérgio Luiz Maybuk² – Unespar campus Campo Mourão

Adalberto Dias de Souza³ – Unespar campus Campo Mourão

Marco Junio Ferreira de Jesus⁴ – Unespar campus Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 05 Economia Sustentável e Desenvolvimento.

RESUMO

O artigo intitulado Levantamento de empregos formais e médias de renda na microrregião de Goioerê ano 2023 e busca para o desenvolvimento sustentável, teve como foco os 11 municípios da microrregião de Goioerê que tem uma população de 115.482 e a maior média salarial em Salários Mínimos é Boa Esperança com 2,90. O problema de pesquisa: Qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Goioerê? Identificar qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Goioerê. Na metodologia - Levantamento, tabulação e análise de dados secundários no Ipadres, do estoque de emprego e renda masculina, feminina e geral, nos municípios individualmente. Destaca-se que Ubitatã desponta no primeiro lugar com 9.457 empregos formais. Municípios com maior grau de desenvolvimento no primeiro setor Campina da Lagoa com 780 empregos no Comércio, Goioerê com 1.960 empregos no comércio, Juranda 486 empregos no Comércio e Ubitatã 4.728 empregos na indústria. Na Administração Pública os dois municípios com maior empregabilidade são Ubitatã 1.134 empregos e Campina da Lagoa 755 empregos. Na indústria Ubitatã com 4.728 empregos em segundo lugar Goioerê com 749 empregos. Considerando a média geral em salários mínimos, a maior é Boa Esperança 2,90 salários mínimos.

Palavras-chave: Empregos; Renda; Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN

El artículo titulado Encuesta de empleos formales e ingresos medios en la microrregión de Goioerê en 2023 y la búsqueda del desarrollo sostenible, se centró en los 11 municipios de la microrregión de Goioerê, que tiene una población de 115.482 habitantes y el mayor salario promedio en Salarios Mínimos es Boa Esperança con 2,90. Problema de la investigación: Cuál es la cantidad de stock de empleo en cada municipio y cuál es el ingreso en salarios mínimos para hombres, mujeres y el ingreso promedio de los municipios de la microrregión de Goioerê? Identificar la cantidad de stock de empleo en cada municipio y los ingresos en salarios mínimos

¹ - Estudante de Ciências Econômicas – leilara.tonete.23@estudante.edu.br

² - Mestre em Desenvolvimento Econômico – sergio.maybuk@unespar.edu.br

³ - Doutor em Administração e em geografia humana – e-mail: adalberto.dias@unespar.edu.br

⁴ - Doutor em Administração Pública – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

de hombres, mujeres y el ingreso promedio de los municipios de la microrregión de Goioerê. En la metodología - levantamiento, tabulación y análisis de datos secundarios en Ipardes, del stock de empleo y renta masculina, femenina y general, en los municipios individualmente. Cabe destacar que Ubiratã ocupa el primer lugar con 9.457 empleos formales. Municipios con mayor grado de desarrollo en el primer sector Campina da Lagoa con 780 empleos en Comercio, Goioerê con 1.960 empleos en Comercio, Juranda 486 empleos en Comercio y Ubiratã 4.728 empleos en Industria. En la Administración Pública, los dos municipios con mayor empleabilidad son Ubiratã con 1.134 empleos y Campina da Lagoa con 755 empleos. En el sector Ubiratã con 4.728 empleos en segundo lugar Goioerê con 749 empleos. Considerando el promedio general de salarios mínimos, el más alto es Boa Esperança con 2,90 salarios mínimos.

Palabras clave: Empleo; Ingresos; Desarrollo sostenible.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para tratar do tema no mundo do trabalho, da empregabilidade formal e sua respectiva renda e busca do desenvolvimento sustentável no presente artigo, se faz necessário discutir um pouco sobre quantidade de população, taxa de urbanização, taxa demográfica e grandes setores da economia que geram empregos formais. Ressaltando que formalidade no emprego seriam tanto aqueles de carteira assinada quanto aqueles oriundos de regime estatutário (funcionários públicos) e destacando que quando se atinge o pleno emprego (convencionado em 95% de ocupação) se tem, ao menos no aspecto de ocupação de trabalho, um caminho ao desenvolvimento sustentável que essencialmente seria atender as necessidades atuais de uma população sem comprometer as gerações futuras, evitando desperdícios, promovendo justiça social e preservando ao máximo o meio ambiente.

Voltando ao pleno emprego, algumas pessoas optam por não trabalhar esperando por uma oportunidade melhor, outros estão aguardando assumir algum concurso público, outros gastando uma poupança construída, outros em idade economicamente ativa optam para terminar um curso técnico, uma graduação de ensino superior, uma pós-graduação lato ou stricto sensu. Esse grupo pode estar nesses 5% das pessoas desocupadas em algum período.

A Microrregião de Goioerê pela População Censitária de 2022 tem uma população de 115.482 pessoas contendo 11 municípios que serão citados adiante. E com o desenvolvimento desse artigo se observará que a referida microrregião produz uma renda média ainda muito baixa. O levantamento aqui proposto é para identificar a realidade para que gestores públicos municipais

e membros da sociedade civil, empresarial, classe universitária, professores e professoras da rede municipal e estadual etc. possam sugerir alternativas para mudar a realidade de cada município e contribuir em análises futuras de desenvolvimento sustentável, mantendo a empregabilidade, mas com aumento de renda e responsabilidade social e ambiental.

No decorrer do artigo será identificado a quantidade de população de cada município e número de população com uma renda média considerável pode ser um indicador econômico. As pessoas acabam se aglomerando em municípios que têm população crescente e que de alguma forma a economia flui melhor. Um indicador importante que poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável, é a taxa de urbanização com planejamento urbano e será observado no artigo, municípios com taxas de urbanização muito baixas. E taxas de urbanização altas podem afetar na taxa demográfica, ou seja, quantidade de pessoas aglomeradas por km quadrado que acabam causando uma série de desafios para gestores municipais e afetam na sustentabilidade do meio ambiente.

Justifica-se a escolha do tema da empregabilidade formal por município e a renda média dela oriunda, para deixar às claras a realidade do estoque de empregos e os salários pagos que muitas vezes nem os gestores municipais sabem. Quando a população em geral, as lideranças pensantes, a sociedade civil, descobrem qual é a realidade de empregos e renda média de seu município e compara com outros melhores, começa a existir uma ideia de alteração de realidade. Destacando que simplesmente pelo fato de se verificar uma renda média baixa já é possível perceber a qualidade dos empregos ofertados, normalmente sem processos inovativos e pouca exigência de grandes níveis de escolaridade.

Diante da problematização têm-se a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Goioerê? Dessa forma têm-se como Objetivo Geral: Identificar qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Goioerê.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão apresentados alguns conceitos importantes para dar suporte teórico a proposta deste artigo. O conceito de empregabilidade pode ser considerado algo multifacetado, que abrange as tais competências individuais que varia muito de trabalhador/a para trabalhador/a até todas as condições estruturais do mercado de trabalho ou mundo do trabalho que é algo muito mais abrangente. De acordo com Munhoz (2002), a chamada empregabilidade pode ser considerada a capacidade de um indivíduo obter uma ocupação de trabalho ou mesmo manter-se nele. Não vai se limitar apenas a ter as qualificações técnicas em inglês (*hard skills*), mas também pode envolver competências comportamentais em inglês (*soft skills*), e dentre elas, comunicação, trabalho em equipe e capacidade de adaptação.

Para Ribeiro (2011) há a chamada perspectiva individual e contextual em que a empregabilidade deve ser de alguma forma, o resultado da interação entre as características e competências do indivíduo e o seu contexto social e econômico que abrange muito mais que suas habilidades técnicas. Isto é, não depende apenas do esforço pessoal, mas também das oportunidades disponíveis no chamado mundo do trabalho. Munhoz (2002) reforça por sua vez que a empregabilidade pode ser composta por uma série de conhecimentos, habilidades e outros atributos pessoais que podem aumentar as chances de uma pessoa conseguir e manter uma ocupação.

Para Gomez *et al* (1998) o conceito de emprego pode estar ligado ao trabalho como um "ganha-pão", algo imprescindível para a sua sobrevivência. No entanto, o trabalho é bem mais complexo, tem um significado mais amplo, pois envolve a identidade pessoal, a inserção social e a estruturação da vida cotidiana do trabalhador. Nesse raciocínio, a eventual perda do emprego afeta não só a renda, mas também a saúde psíquica e os laços sociais.

Considerando as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na empregabilidade, segundo a OIT (2018) há megatendências como avanços tecnológicos (automação, inteligência artificial), mudanças na demografia mundial, globalização, mudanças climáticas que afetam diretamente e profundamente o mundo do trabalho. Tudo isso requer necessariamente uma constante atualização das competências dos trabalhadores e políticas sociais, públicas e privadas que promovam uma "transição justa".

De acordo com Krein (2022), há novas formas de ocupação: por exemplo, a ascensão da "economia de plataforma" ou "Gig economy" que cria todos os dias, novas oportunidades de trabalho, mas ao mesmo tempo, também traz desafios relacionados ao constante aumento da precarização, ausência de direitos trabalhistas e instabilidade de renda etc., o que invariavelmente vai impactar diretamente na qualidade da empregabilidade. Numa visão sociológica, diferente de uma visão economicista, segundo Guimarães (2009), a sociologia dos mercados de trabalho com seu olhar diferenciado, analisa como as vagas e os trabalhadores se encontram. Este mercado é bem complexo, oriundo de uma construção social que é influenciada por redes de contatos, instituições (sindicatos, agências de emprego), envolvendo ainda as tais regulações estatais e convenções sociais, que acabam por definir o que seria um bom trabalhador ou um bom emprego.

Outra variável deste artigo é a renda. Ela abrange desde sua definição econômica e jurídica e vai atingir outras complexas teorias que estudam sua distribuição, e o seu papel muito impactante no desenvolvimento sustentável e no aumento ou diminuição da desigualdade social. Ela já foi retratada há muito tempo pelos clássicos de com (Moraes & Fucks, 2001). Há uma forma específica de renda que é a da terra, discutida por teorias clássicas (como a de Marx). Ela representa a chamada parcela do excedente (o que sobra) apropriada pelo proprietário da terra, simplesmente porque esse indivíduo detém o monopólio sobre esse recurso.

Para Almeida (2013), a renda, para fins tributários, por exemplo é definida como uma forma de acréscimo patrimonial, ou seja, um "produto" periódico que é derivado de uma fonte durável que vem do capital, do trabalho ou da combinação dos dois. Um aspecto que afeta diretamente a vida das pessoas é oriundo da distribuição de renda e desigualdade: de acordo com Carvalho (2000), no pensamento de Keynes, as variáveis, nível de emprego e a renda nacional são determinados pela demanda efetiva.

Quando se trata de renda pode ocorrer a competição e conflito distributivo: de acordo com Black (2004) a teoria de Kalecki, por exemplo, atesta que a distribuição de renda pode ser o resultado de um conflito de classes, em que grau de monopólio das firmas pode determinar a parcela da renda que vai para os lucros em detrimento dos salários. Um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta desde a sua ocupação é a gigantesca desigualdade de renda e riqueza. De acordo com Barros *et al.* (2006), o Brasil é historicamente, ou seja, desde sua ocupação é marcado por uma elevada desigualdade de renda e ela além de ser persistente, tem suas origens como a

má distribuição de ativos terra, por exemplo, educação para uns e outros não, discriminação racial e de gênero, e até um sistema tributário regressivo em que quem ganha menos paga mais proporcionalmente.

Na sociologia da desigualdade por exemplo, conforme Osório (2019), a desigualdade de renda não é necessariamente apenas um fenômeno econômico, é também sociológico, porque está relacionado à estrutura de classes e como as posições sociais são distribuídas, ocupadas e remuneradas. E o tema da boa e bem distribuída aplicação da renda contribuem para o crescimento e desenvolvimento econômico. De acordo Medeiros (2002), a distribuição de renda não deve ser vista apenas como uma questão de justiça social, ela é fundamentalmente uma política de desenvolvimento. Quando se reduz a pobreza e a desigualdade se fortalece o mercado interno, e contribui para o aumento da produtividade e a promoção da estabilidade social e política. Finalmente conforme Diniz (2011), a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico pode ser considerada muito complexa, e há evidências que sugerem que altos níveis de desigualdade inevitavelmente podem ser prejudiciais ao crescimento de longo prazo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa foi utilizada no presente artigo consistiu em revisões bibliográficas e dados secundários em sites especializados dos relacionados na problematização e na pergunta de pesquisa. Será utilizada pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa. Para o cumprimento do objetivo geral “Identificar qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Goioerê”. Fazer Levantamento, tabulação e análise de dados secundários no Ipardes, do estoque de emprego e renda masculina, feminina e geral, nos municípios individualmente Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubatã.

DESENVOLVIMENTO

O objeto de estudo desse artigo são os empregos formais nos principais ramos da economia e a renda masculina, feminina e geral oriunda deles. O desenvolvimento do presente

artigo se deu à luz do cumprimento do Objetivo Geral: “Identificar qual é a quantidade de estoque de emprego em cada município e qual a renda em salários mínimos para gênero masculino, feminino e renda média dos municípios da microrregião de Goioerê.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente será analisada a Tabela 1 que trata de dados referentes à microrregião de Goioerê-PR que tratam a População Censitária ano 2022, a taxa de urbanização e a taxa demográfica. Com relação ao indicador de população destaca-se que é muito importante numa economia de país, Estado ou município, pois quanto maior a população que possa ter renda média significativa pode ser fundamental para o crescimento econômico. Percebe-se que as duas maiores populações são Goioerê com 28.437 hab, Ubiratã com 24.749 hab. O município de maior população leva o nome da microrregião. As duas menores populações são pela ordem Rancho Alegre D'Oeste com 2.618 hab, Altamira do Paraná com 3.590 hab.

Com relação a taxa de urbanização, destaca-se que é um indicador econômico importante pois quanto mais urbanizado seja um município, maior a complexidade de suas relações econômicas e sociais trazendo maiores possibilidades de oportunidades por exemplo ao mundo do trabalho para a população ali existente. Percebe-se que os dois maiores percentuais são Goioerê com 92,69%, seguido de Ubiratã com 90,08%, nesse caso bem proporcionais os percentuais. Percebe-se ainda que Altamira do Paraná está com o indicador de 54,15%, Nova Cantú com 66,26%. Lembrando que a taxa média de urbanização no Estado do Paraná está em 89,00% e excluindo os dois primeiros colocados já destacados todos os demais municípios da microrregião estão abaixo da mesma.

No que se refere a taxa demográfica que é a quantidade de pessoas por km quadrado, é necessário destacar que tal indicador econômico demonstra a concentração de pessoas num mesmo espaço e dependendo do nível pode até ser um complicador para os gestores públicos, especialmente os municipais, pois pode ocasionar problemas de planejamento urbano. Percebe-se que as duas maiores taxas são Goioerê 51,39, Ubiratã com 39,08 com uma desproporcionalidade entre o primeiro colocado para o segundo. As duas menores taxas são Altamira do Paraná com 9,13, Rancho Alegre D'Oeste com 10,94 também aqui embora com

valores bem menores que os dois primeiros colocados também denota uma pequena desproporcionalidade entre eles.

Tabela 1 - Municípios, População Censitária, taxa de urbanização e taxa demográfica da Microrregião de Goioerê.

Município	População Censitária 2022	Tx urbanização	Tx demográfica Quant. Pess/km2
Altamira do Paraná	3.590	54,15	9,13
Boa Esperança	4.558	87,76	15,33
Campina da Lagoa	15.723	87,59	19,99
Goioerê	28.437	92,69	51,39
Janiópolis	5.870	68,07	17,23
Juranda	7.771	83,66	22,29
Moreira Sales	11.175	85,84	31,38
Nova Cantu	6.790	66,26	12,28
Quarto Centenário	4.201	67,58	12,97
Rancho Alegre D'Oeste	2.618	87,17	10,94
Ubiratã	24.749	90,08	39,08
	115.482		
Total		-	-

Fonte: Iparides, 2025.

Na sequência será apresentado e analisado aqui os dados da Tabela 2 que trata de empregos por municípios e proporção na Microrregião de Goioerê. É necessário primeiramente esclarecer que 2023 são os últimos dados disponíveis de empregos formais na época da pesquisa.

Embora o mundo do trabalho esteja em constantes mudanças, a empregabilidade formal ainda é um indicador econômico muito importante pode representar prosperidade econômica e segurança para trabalhadores

Tabela 2 – Empregos por municípios e proporção na Microrregião de Goioerê.

Município	Empregos	Prop/Microreg
Altamira do Paraná	535	2,15%
Boa Esperança	721	2,89%
Campina da Lagoa	2.518	10,10%
Goioerê	5.764	23,12%
Janiópolis	780	3,13%
Juranda	1.314	5,27%
Moreira Sales	1.617	6,48%
Nova Cantu	914	3,67%
Quarto Centenário	869	3,49%
Rancho Alegre D'oeste	446	1,79%
Ubiratã	9.457	37,93%
Total	24.935	100,00%

Fonte: Rais e Ipardes, 2025.

É possível perceber que Ubiratã, município polo desponta no primeiro com 9.457 empregos formais correspondendo a pouco mais de um terço de toda a microrregião, mais precisamente 37.93%, seguido de longe do município de Goioerê com 5.764 empregos formais e correspondendo a 23,12%. Destaca-se os dois municípios com menor empregabilidade, ou seja, Rancho Alegre D'Oeste com 446 empregos formais correspondendo a 1,79% do total, Altamira do Paraná com 535 empregos formais correspondendo a 2,15%. E coincidentemente que são dois municípios na mesma sequência de menor população apresentados na Tabela 1.

Seguindo nas apresentações e análises apresenta-se os dados da Tabela 3 indicando a quantidade de empregos formais de acordo com os setores que mais empregam. Antes de se analisar os dados numéricos se faz necessário algumas observações. As pesquisas apontam que os municípios mais desenvolvidos são aqueles que têm como mais empregadores na primeira colocação os setores da indústria ou do comércio que por sua vez acabam por alavancar o setor de prestação de serviço. O setor da Administração Pública direta ou indireta têm sua importância na economia, porque são grandes consumidores das mais variedades de espécie de consumo. E servidores públicos são muito importantes atendendo a população. Mas no cômputo geral

dependendo da dinâmica e do tamanho dos pequenos municípios estes ficam dependentes da Administração Pública direta e indireta.

Tabela 3- Empregos de acordo com os setores que mais empregam.

Município	1ºMaior setor	Quant. Emprego	2ºMaior Setor	Quant. Emprego	3º Maior Setor	Quant. Emprego
Altamira do Paraná	Adm Públ.	262	Comér.	96	Agrop.	80

Município	1ºMaior setor	Quant. Emprego	2ºMaior Setor	Quant. Emprego	3º Maior Setor	Quant. Emprego
Boa Esperança	Adm Públ.	281	Comér.	209	Agrop.	129
Campina da Lagoa	Comér.	780	Adm Públ.	755	Serv.	554
Goioerê	Comér.	1.960	Serv.	1.499	Indu.	749
Janiópolis	Adm Públ.	296	Comér.	218	Agrop.	148
Juranda	Comér.	486	Adm Públ.	368	Agrop.	148
Moreira Sales	Adm Públ.	549	Agrop	323	Comér.	226
Nova Cantu	Adm Públ.	338	Comér.	219	Agrop	173
Quarto Centenário	Agrop	269	Adm Públ.	243	Comér.	165
Rancho Alegre D' oeste	Adm Públ.	183	Agrop.	107	Comér.	76
Ubiratã	Indu.	4.728	Comér.	1.797	Adm Públ.	1.134

Fonte: Rais e Ipardes, 2025.

Nesse raciocínio, percebe-se que os municípios que podem ser apontados com maior grau de desenvolvimento percebem-se no primeiro setor Campina da Lagoa com 780 empregos no Comércio, Goioerê com 1.960 empregos no comércio, Juranda com 486 empregos no comércio, Quarto Centenário 269 empregos na agropecuária e finalmente Ubitatã com 4.728 empregos na indústria. Numa segunda análise geral Goioerê se destaca porque a Administração Pública direta e indireta não aparece nem na terceira posição.

Na sequência serão apresentados dados e analisados da tabela 4 que tratam inicialmente da empregabilidade intrasetores em ordem alfabética Administração Pública direta e indireta, agropecuária, comércio e sobre Indústria e Transporte apenas em forma de texto. É necessário esclarecer que são apresentados aqui os cinco setores empregatícios que mais se destacaram na pesquisa.

Tabela 4 - Geração de empregos de acordo com os setores Administração Pública, Agropecuário e Comércio.

Município	Adm Públ.	Agrop.	Comér.
Altamira do Paraná	262	80	96
Boa Esperança	281	129	209
Campina da Lagoa	755	-	780
Goioerê	-	-	1.960
Janiópolis	296	148	218
Juranda	368	171	486
Moreira Sales	549	323	226
Nova Cantu	338	173	219
Quarto Centenário	269	243	165
Rancho Alegre D'Oeste	183	107	76
Ubitatã	1.134	-	1.797

Fonte: Rais e Iparides, 2025.

Analisando a tabela 4 percebe-se primeiramente que o setor Administração direta e indireta tem empregabilidade destacada em 10 dos 11 municípios. Nesse intrasetor os dois municípios com maior empregabilidade são Ubitatã 1.134 empregos, Campina da Lagoa 755 empregos. E os municípios com menor empregabilidade são Rancho Alegre D' do Oeste 183 empregos, Altamira do Paraná 262 empregos. No intrasetor agropecuária aparecem Moreira Sales em primeiro lugar com 323 empregos e em segundo lugar Quarto Centenário com 243 empregos. No intersetor com destaque para os dois municípios que mais empregam Goioerê 1.960 empregos, seguido de Ubitatã com 1,797 empregos. Nas últimas informações intrasetores Campina da Lagoa somente 554 empregos setor serviços. Goioerê 749 empregos setor indústria e 1499 empregos setor serviços. Ubitatã somente 4.728 empregos setor indústria.

Finalmente serão apresentados e analisados a Tabela 5 que apresenta média em salários mínimos masculinos, média em salários mínimos femininos e a média geral em salários mínimos. Considerando a média em salários mínimos do gênero masculino, percebe-se que as duas maiores médias são Boa Esperança 3,20 salários mínimos, Rancho Alegre D'Oeste 2,80 salários mínimos. E as duas menores médias são Campina da Lagoa e Ubitatã 2,00 salários mínimos. Analisando a média de salários mínimos do gênero feminino as maiores médias são Boa Esperança e Rancho Alegre D'Oeste com média 2,60 salários mínimos. E as menores médias sendo Goioerê, Janiópolis, Juranda e Ubitatã com 1,80 salários mínimos.

Tabela 5 - Média em salários mínimos masculino, média em salários mínimos femininos e média geral em salários mínimos.

Município	Média Mínima M	Média Mínima F	Média Mínima Geral
Altamira do Paraná	2,10	2,10	2,10
Boa Esperança	3,20	2,60	2,90
Campina da Lagoa	2,00	2,00	2,00
Goioerê	2,30	1,80	2,05
Janiópolis	2,10	1,80	1,95

Município	Média Mínima M	Média Mínima F	Média Mínima Geral
Juranda	2,20	1,80	2,00
Moreira Sales	2,20	2,00	2,10
Nova Cantu	2,40	2,20	2,30
Quarto Centenário	2,30	2,20	2,25
Rancho Alegre D' oeste	2,80	2,60	2,70
Ubiratã	2,00	1,80	1,90

Fonte: Rais e Ipadres,2025.

Uma observação importante, apesar de em alguns municípios homens e mulheres têm a mesma média salarial, nos demais municípios as mulheres ganham menos que os homens. Considerando a média geral, as duas maiores médias são Boa Esperança 2,90 salários mínimos, Rancho Alegre D' oeste 2,70 salários mínimos. E as duas menores médias são Ubiratã 1,90 salários mínimos, Janiópolis 1,95 salários mínimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o objetivo geral conforme apresentado nas Considerações Iniciais foi cumprido. Dentre os resultados mais importantes destaca-se que Ubiratã desponta no primeiro lugar com 9.457 empregos formais, municípios com maior grau de desenvolvimento no primeiro setor Campina da Lagoa com 780 empregos no Comércio, Goioerê com 1.960 empregos no comércio, Juranda 486 empregos no Comércio e Ubiratã 4.728 empregos na indústria. Na Administração Pública os dois municípios com maior empregabilidade são Ubiratã 1.134 empregos e Campina da Lagoa 755 empregos. Na indústria Ubiratã com 4.728 empregos em segundo lugar Goioerê com 749 empregos. Considerando a média geral em salários mínimos, a maior é Boa Esperança 2,90 salários mínimos. Com todos esses resultados identificados será possível após análises e debates, contribuir para toda a comunidade e gestores municipais no propósito de encontrar as melhores alternativas possíveis para a busca de um desenvolvimento

sustentável, que não é algo simples, é bem complexo, mas não é inatingível e é necessário a busca dele todos os dias para alcançá-lo.

REFERÊNCIAS

- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- ALMEIDA, Carlos Otávio Ferreira de. **Concorrência internacional e tributação da renda no Brasil. 2013**. Tese (Doutorado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-06062013-141505/publico/Tese_Doutorado_Completa_Carlos_Otavio_Ferreira_de_Almeida.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.
- BARBOSA, R. J. **A sociologia da desigualdade de renda**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 38, p. e3811031, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375967620_A_Sociologia_da_desigualdade_de_renda. Acesso em: 7 jun. 2025.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. v. 1. Brasília, DF: Ipea, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- BLACK, Clarissa. **Economia política das Cadeias Globais de Valor**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 33, n. 1, p. 101-122, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/QmfGs8cc3RmbLh5sBZs35Bk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- DINIZ, Marcelo Bentes. **Contribuições ao estudo da desigualdade de renda entre os estados brasileiros**. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/717/1/Tese%20de%20Marcelo%20Bentes%20Diniz%20seguro%202011.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- GÓMEZ, Alejandro. **A Pós-Keynes e as escolas de pensamento econômico**. Cuadernos de Economía, Bogotá, v. 43, n. 90, 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47722024000100115. Acesso em: 7 jun. 2025.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. **A sociologia dos mercados de trabalho**. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n. 84, p. 177-195, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CBmmFgL4pyFB35p5HRHRJFN/>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Distribuição de renda como política de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11974/1/Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento_P.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

MORAES, Antônio Carlos de; FUCKS, Gerson. **A Teoria da Renda da Terra em Marx.** Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 36, n. 93, p. 25-42, 2001. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/download/4342/1599/14523. Acesso em: 7 jun. 2025.

MUNHOZ, Glaucia de Souza. **Empregabilidade: do resgate conceitual às exigências atuais do mercado.** Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Maringá, v. 11, n. 2, p. 25-51, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/download/255/619>. Acesso em: 7 jun. 2025.

NUNES, Selene Peres Peres; NUNES, Ricardo da Costa. **Mercado de trabalho em Keynes e o papel da rigidez de salários nominais.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 428-443, jul./set. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/RLMNwGjPG6KPDCTdvdD4QyG/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites.** Brasília, DF: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasilia/documents/publication/wcms_626908.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A sociologia da desigualdade de renda.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 34, n. 100, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DmN3Y3TxZBmvGBmsxbHKHRH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2025.

REIS, A.; FERNANDA, M. **A teoria da renda da terra ricardiana: um marco unificador entre as economias da poluição e dos recursos naturais.** Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 65-81, 2021. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4342. Acesso em: 7 jun. 2025.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 63, n. esp., p. 58-70, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672011000300007&script=sci_arttext. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, José Alderir. **Além da revolução keynesiana: um estudo comparativo das escolas de pensamento econômico após keynes.** Revista de Economía del Caribe, Barranquilla, n. 33, 2024. disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-21062024000200005. Acesso em: 7 jun. 2025
Base de dados do Estado - BDE, 2025. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Base-de-Dados-do-Estado>. Acesso 31, mai de 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS DO SENAC E SENAR DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Glícia Adriana Santana de Oliveira¹ – Unespar campus Campo Mourão
Sérgio Luiz Maybuk² – Unespar campus Campo Mourão
Autor Adalberto Dias de Souza³ – Unespar campus Campo Mourão
Marco Júnio Ferreira de Jesus⁴ – Unespar campus Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 05 Economia Sustentável e Desenvolvimento.

RESUMO

O artigo intitulado Participação nos cursos do SENAC e SENAR dos municípios da microrregião de Campo Mourão e contribuição para o desenvolvimento sustentável teve como foco os 14 municípios da microrregião de Campo Mourão que tem uma população de 226.449 hab e a maior média salarial em Salários Mínimos é Campo Mourão com 2,70. O problema de pesquisa: Qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Campo Mourão na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR? O Objetivo Geral: Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Campo Mourão na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR. Na metodologia - Levantamento de dados secundários no IPARDES da população da microrregião de Campo Mourão por município e representação percentual dentro da mesma. Levantamento de dados primários no Escritório Regional do SENAC de Campo Mourão-PR e Escritório Regional do SENAR de Campo Mourão-PR. Os principais resultados foram maior população município de Campo Mourão com 99.432 hab. representando 43,98%. Sobre a participação nos cursos do SENAC e comparação com a população, Campo Mourão lidera com 2.861 concluintes representando 74,54% do total, proporcionalmente bem maior que a população. Sobre os cursos na COMCAM o curso mais procurado é Beleza com 807 concluintes correspondendo a 17,17%. Sobre os cursos do SENAR e comparação com a população, Campo Mourão lidera com 1.011 concluintes representando 22,10% do total, proporcionalmente menor. **Palavras-chave:** Qualificação profissional. Microrregião. Sistema S.

RESUMEN

El artículo titulado Participación en los cursos SENAC y SENAR en los municipios de la microrregión de Campo Mourão y contribución al desarrollo sostenible se centró en los 14 municipios de la microrregión Campo Mourão, que tiene una población de 226.449 habitantes y el mayor salario promedio en Salarios Mínimos es Campo Mourão con 2,70. Problema de investigación: ¿Cuál es la relación entre el tamaño poblacional de los municipios de la microrregión de Campo Mourão y la participación en los diversos cursos de calificación del SENAC y SENAR? Objetivo general: Identificar la relación entre el número de personas en los

¹ - Estudante de Ciências Econômicas glicia.oliveira.23@estudante.unespar.edu.br

² - Mestre em Desenvolvimento Econômico – sergio.maybuk@unespar.edu.br

³ - Doutor em Administração e em geografia humana – e-mail: adalberto.dias@unespar.edu.br

⁴ - Doutor em Administração Pública – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

municipios de la microrregión de Campo Mourão y la participación en los diversos cursos de calificación SENAC y SENAR. En la metodología - Levantamiento de datos secundarios en Iparde de la población de la microrregión de Campo Mourão por municipio y representación porcentual dentro del mismo. Recolección de datos primarios en la Oficina Regional del SENAC en Campo Mourão-PR y en la Oficina Regional del SENAR en Campo Mourão-PR. Los principales resultados fueron la mayor población en el municipio de Campo Mourão con 99.432 habitantes representando el 43,98% En cuanto a la participación en los cursos del SENAC y la comparación con la población, Campo Mourão lidera con 2.861 egresados que representan el 74,54% del total, proporcionalmente mucho mayor que la población. Respecto a las carreras en COMCAM la más solicitada es la de Belleza con 807 egresados correspondientes al 17,17%. Campo Mourão lidera con 1.011 titulados que representan el 22,10% del total, proporcionalmente menor.

Palabras clave: Cualificación profesional; Microrregión; Sistema S.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A qualificação profissional como tem sido tratada na maioria dos cursos tanto do SENAC quanto SENAR nos últimos anos, sempre têm a preocupação com o meio ambiente, com a redução de desperdícios, com aspectos morais e éticos com a coisa pública, com a melhoria da qualidade de vida, com o melhor trato entre as pessoas, com respeito e sem discriminação, sem dúvida está intimamente ligada a geração de empregos e empregos sempre que possível com qualidade, têm se tornado fundamentais para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional e com o chamado desenvolvimento sustentável.

A Microrregião de Campo Mourão pela População Censitária de 2022 tem uma população de 226.449 pessoas em 14 municípios. E segundo levantamento mais atual ano 2023, dos autores deste artigo junto ao IPARDES, a média de renda de rendimento formais em salários mínimos na microrregião é baixa. Para o gênero masculino a menor média é 1,90 SM para Terra Boa e a maior média é 3,0 SM para Campo Mourão. No gênero feminino a menor média é 1,70 SM para Engenheiro Beltrão e a maior média 2,40 SM para Campo Mourão, Farol e Mamborê. E na média geral a menor média é 1,90 SM de Engenheiro Beltrão e maior média 2,70 SM para Campo Mourão. Na microrregião de acordo com pesquisa realizada e ainda não publicada por um dos autores do artigo, o rendimento médio em salários mínimos no mundo do trabalho informal é menor que o formal.

Para contribuir em análises futuras de desenvolvimento sustentável, empregabilidade, aumento de renda, qualidade de vida, melhoria do trato com o meio ambiente, é necessário e importante, construir um mapeamento mínimo e uma análise dos cursos ofertados nos municípios da microrregião por meio do Sistema S que abrange entre outros SENAC e SENAR e comparar com as respectivas populações e pode se configurar numa ferramenta para entender alguns gargalos locais e contribuir no planejamento de ações efetivas para novos empreendimentos, melhoria de renda no mundo do trabalho.

Considerando a problematização desse artigo, há evidências sobre um bom retorno econômico dos investimentos em qualificação profissional pelo Sistema S e que é muito relevante por retratar a eficácia dos cursos oferecidos na melhoria da renda e da empregabilidade dos participantes. O Sistema S, formado por várias entidades, tem como principal objetivo capacitar trabalhadores/as. Para o presente artigo pesquisados apenas o SENAC e o SENAR. Será utilizada pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa. Levantamento de dados secundários no Ipardes da população da microrregião de Campo Mourão por município e representação percentual dentro da mesma. Levantamento de dados primários no Escritório Regional do SENAC de Campo Mourão-PR e Escritório Regional do SENAR de Campo Mourão-PR. Tabulação e análise dos dados primários e secundários obtidos dos 14 municípios individualmente Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

Justifica-se a escolha do tema de um comparativo entre a população de cada município e a participação deste em qualificação profissional pelo SENAC e SENAR na microrregião de Campo Mourão, é motivada pela importância social e econômica desses cursos para a melhoria de renda. A qualificação profissional é fundamental para aumentar a empregabilidade e promover inclusão social. Busca-se fornecer evidências que orientem políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades da região. Diante da problematização têm-se a seguinte pergunta de pesquisa, qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Campo Mourão na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR? Dessa forma têm-se como Objetivo Geral: Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Campo Mourão na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Serão apresentados e discutidos algumas variáveis constantes na Problemática, Objetivo Geral, na Metodologia, Mundo do Trabalho em parte de sua precariedade, Importância das Pequenas e Médias Empresas, Importância das Políticas Públicas, Capacitação dentro das empresas, Competência dos trabalhadores, Gestão de Pessoas, Treinamento e aprimoramento do trabalhador, Habilidades, Sistema S. De forma geral há preocupação pela qualificação profissional e sua importância para o mundo do trabalho envolvendo todo tipo de atividade econômica, mas há segmentos específicos. Segundo Ribeiro e Negrão (2021) há o papel estratégico das micro e pequenas empresas (MPEs), as quais podem contribuir significativamente para a evolução da economia regional e nacional.

Ainda de acordo com Ribeiro e Negrão (2021), as MPEs representam e se destacam por contribuírem por mais de 30% dos empregos formais no Paraná, e contribuem significativamente para a inclusão econômica. Os autores afirmam que há correlação significativa entre o crescimento das MPEs e por consequência do aumento do PIB per capita, sendo necessário políticas de incentivo a essas empresas e arrematam destacando da importância de se integrar programas de qualificação técnica às todas as demandas desses pequenos empreendimentos, visando o aumento da empregabilidade local. Percebe-se assim que toda a discussão sobre qualificação é fundamental.

De acordo com Neves *et al.* (2020) há uma outra estrutura econômica que depende de qualificação e capacitação da força de trabalho, para contribuir para o desenvolvimento regional, referindo-se a atração de investimentos para diversificar suas economias e promover por exemplo, Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os autores apresentam a problemática para atrair investimentos e destacam a baixa diversificação econômica, muita dependência de atividades agropecuárias e especialmente a limitada oferta de cursos de qualificação profissional, que podem ser entraves para o avanço da microrregião de Campo Mourão, realidade que também pode ser estendida a Goioerê. Aqui os autores tratam da limitada oferta de cursos, mas os ofertantes desses cursos de qualificação muitas vezes (até alguns gratuitos), possuem baixa demanda por vários motivos.

Borges (2015) fez uma importante análise comparativa entre as microrregiões de Campo Mourão e Goioerê, destaca os casos de avanços industriais ressaltando a forte associação de políticas públicas eficazes e instituições de apoio. Segundo o autor tais políticas públicas eficazes para o desenvolvimento industrial que podem contribuir significativamente para o sucesso na geração de empregos e também na qualificação da mão de obra. E aí a necessidade da compreensão de programas como o Sistema S. De acordo com Freitas e Galvão (2023), há cada vez mais exigência no Mercado de trabalho e tudo é mais competitivo. As empresas procuram encontrar trabalhadores com habilidades diferenciadas para contribuir no desenvolvimento das atividades propostas. As mudanças no mercado de trabalho são constantes os profissionais devem acompanhar as mudanças existentes. Para acompanhar as mudanças, é fundamental que cada trabalhador invista em qualificação para obter as competências da sua profissão.

Ainda conforme Freitas e Galvão (2023), as vezes as empresas se preocupam em capacitar seus próprios funcionários. Em outras situações quem está procurando trabalho busca instituições que oferecem capacitação em todos os níveis possíveis. Pois a capacitação profissional abre portas de acesso à grandes oportunidades. Capacitação profissional pode ser melhorar na educação de qualquer nível escolar, aplicação de novas formas de se transmitir um conhecimento. Em se tratando na capacitação dentro das organizações, de acordo com Dutra (2012) qualquer organização, independente do porte, é dependente do bom desempenho do fator humano para obter o sucesso. Para tanto a gestão de pessoas é necessária. Nessa linha, de acordo Mayo (2003), capacitar é treinar e conduzir o profissional a formas de reciclagem e alteração do seu comportamento de forma positiva, dessa maneira, aprimorando sua capacidade intelectual e as técnicas a serem utilizadas no seu trabalho. E sendo assim, quanto maior a capacitação de um profissional, maior a sua probabilidade de crescimento. De acordo com Chiavenato (2010), as organizações têm investido cada vez mais no processo de qualificação, contribuindo no desenvolvimento de pessoas na aquisição de habilidades e novos conhecimentos, assim os profissionais irão se tornar pessoas com capacidade para desenvolver novas soluções, expor ideias e absorver novos hábitos.

Considerando diretamente o objetivo geral desse artigo que trata do Sistema S, de acordo com MEC (2022) no Brasil, ele tem papel central na qualificação da força de trabalho, apresenta altos índices de conclusão e satisfação dos cursos. Esses esforços são complementados por iniciativas governamentais como o PRONATEC, que amplia o acesso à qualificação gratuita.

Tais programas não apenas ajudam a atender às demandas do mercado de trabalho, mas também promovem inclusão social. Além da qualificação profissional, o Sistema S também tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores com a oferta de serviços à população, como escolas, cursos técnicos e profissionalizantes, especialização e capacitação, atividades culturais, programação de eventos, centros esportivos e de pesquisas. As nove entidades do Sistema S são mantidas com recursos de empresas dos setores correspondentes, que incidem sobre a folha de pagamento recolhidos pelas empresas e repassados às entidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa foi utilizada no presente artigo consistiu em revisões bibliográficas e dados secundários em sites especializados dos relacionados na problematização e na pergunta de pesquisa. Será utilizada pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa. Para o cumprimento do objetivo geral “Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Campo Mourão na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR” os seguintes procedimentos:

Levantamento de dados secundários no IPARDES da população da microrregião de Campo Mourão por município e representação percentual dentro da mesma. Levantamento de dados primários no Escritório Regional do SENAC de Campo Mourão-PR e Escritório Regional do SENAR de Campo Mourão-PR. Tabulação e análise dos dados primários e secundários obtidos dos 14 municípios individualmente Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.

DESENVOLVIMENTO

O objeto de estudo desse artigo são os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAC e SENAR e a relação com a população de cada município da microrregião. O desenvolvimento do presente artigo se deu à luz do cumprimento do Objetivo Geral: Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Campo Mourão na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente serão apresentados e analisados pela Tabela 1 dados de População Censitária e percentual entre os municípios da Microrregião de Campo Mourão. Com relação ao indicador de população, primeiramente neste artigo serve para dar uma dimensão de cada município e por consequência permitir comparativos com o número de participantes nos cursos aqui selecionados. Destaca-se que é muito importante numa economia de país, Estado ou município, pois quanto maior a população que possa ter renda média significativa pode ser fundamental para o crescimento econômico.

Tabela 1 - Municípios, População Censitária e percentual da Microrregião de Campo Mourão

Município	População Censitária 2022	Percentual
Araruna	14.485	6,39
Barbosa Ferraz	10.795	4,76
Campo Mourão	99.432	43,98
Corumbataí do Sul	3.760	1,66
Engenheiro Beltrão	12.454	5,49
Farol	3.039	1,34
Fênix	4.492	1,98
Iretama	10.684	4,71
Luiziana	6.690	2,95
Mamborê	13.452	5,94
Peabiru	13.346	5,89
Quinta do Sol	5.001	2,2
Roncador	11.251	4,96
Terra Boa	17.568	7,75
	226.449	
Total		100

Fonte: Ipardes, 2025.

Percebe-se que as três maiores populações são Campo Mourão com 99.432 hab representando 43,98% do total, Terra Boa com 17.568 hab representando 7,75% e Araruna com 14.485 hab representando 6,39%, com um detalhe importante que o primeiro colocado possui uma população muito acima de que o segundo colocado. Tal município é considerado polo e leva o nome da microrregião. As três menores populações são pela ordem Farol com 3.039 hab

representando 1,39%, Corumbataí do Sul com 3.760 hab representando 1,66% e Fênix com 4.492 hab representando 1,98%.

Na sequência pela Tabela 2, serão apresentados em cada município a quantidade de concluintes e percentuais de cursos do SENAC na Microrregião de Campo Mourão. O SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial criado em 1946 faz parte do Sistema S que é um conjunto de Serviços Sociais Autônomos que visa o Desenvolvimento Social, Econômico, Cultural e profissional do país, com foco em educação, saúde e assistência social. Nessa análise será feito um comparativo entre o percentual de população do município dentro da microrregião e o percentual de participação nos cursos do SENAC dentro da microrregião e identificar se a participação é proporcionalmente maior ou menor.

Tabela 2 - Municípios e concluintes e percentuais do SENAC da Microrregião de Campo Mourão

Município	Concluintes em 2024	Percentual
Araruna	100	2,60
Barbosa Ferraz	54	1,40
Campo Mourão	2.861	74,53
Corumbataí do Sul	22	0,57
Engenheiro Beltrão	130	3,38
Farol	24	0,62
Fênix	56	1,45
Iretama	138	3,59
Luiziana	51	1,32
Mamborê	108	2,81
Peabiru	111	2,88
Quinta do Sol	44	1,14
Roncador	86	2,23
Terra Boa	57	1,48
Total	3842	100,00

Fonte: Escritório Regional do SENAC em Campo Mourão - Reginaldo Inácio Coelho - Gerente Regional e Lucas Macário Técnico de Relações com o Mercado.

Percebe-se que Campo Mourão com 43,98% de população e lidera com 2.861 concluintes representando 74,54% do total, proporcionalmente bem maior. Iretama com 4,71% de população

com 138 concluintes representando 3,59% proporcionalmente menor. Engenheiro Beltrão com 5,49% de população com 130 concluintes representando 3,38% proporcionalmente menor. E no grupo dos menores em participação, Corumbataí do Sul com 1,66% de população com 22 concluintes representando 0,57% proporcionalmente menor. Farol com 1,34% de população e 24 concluintes representando 0,62% proporcionalmente menor e Quinta do Sol com 2,20% de população com 44 concluintes representando 1,14%, proporcionalmente menor.

Na sequência será apresentado e analisado na tabela 3, a quantidade de cursos realizados na Comcam juntando as duas microrregiões, o número de concluintes e o percentual geral. Infelizmente não foi possível o nível de detalhamento por município mas servirá como base que em média é possível saber os cursos mais procurados. Percebe-se claramente pela tabela que as quatro áreas mais procuradas são pela ordem Beleza 807 atendimentos correspondendo a 17,17%, Gastronomia 703 atendimentos correspondendo a 14,89%, Produção de Alimentos 615 atendimentos correspondendo a 13,01% e Gestão 614 atendimentos correspondendo a 13,01%.

Tabela 3 - Indicação das áreas de concentração dos cursos, número de concluintes de toda a COMCAM e o percentual sobre o total das especificidades.

Área	Total de concluintes em 2024 nos 25 municípios da COMCAM	Percentual
Beleza	807	17,17
Gastronomia	703	14,89
Produção de Alimentos	615	13,03
Gestão	614	13,01
Comércio	516	10,93
Artes	505	10,7
Idiomas	299	6,33
Saúde	259	5,48
Tecnologia da Informação	244	5,17
Social	39	0,82
Moda	34	0,72
Comunicação	32	0,67
Design	24	0,5
Eventos	16	0,33

Área	Total de concluintes em 2024 nos 25 municípios da COMCAM	Percentual
Hospedagem	12	0,25
Total	4719	100

Fonte: Escritório Regional do SENAC em Campo Mourão - Reginaldo Inácio Coelho - Gerente Regional e Lucas Macário Técnico de Relações com o Mercado.

São áreas muito importantes para a economia, tudo o que se refere à beleza tem uma característica no mundo do trabalho que é a participação majoritária das mulheres, mas não somente a elas. E do lado do consumo de tais produtos vem crescendo muito porque também os homens se preocupam mais nesse aspecto que anteriormente. Gastronomia e Produção de Alimentos sempre estarão em alta porque a Inteligência Artificial jamais atingirá substancialmente essas áreas. E finalmente a área de Gestão que sempre é necessária o conhecimento e até mesmo a reciclagem para os mais antigos.

Na sequência na Tabela 4, serão apresentados em cada município a quantidade de concluintes e percentuais de cursos do SENAR na Microrregião de Campo Mourão. O SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural criado em 1991 faz parte do Sistema S e tem como missão realizar ações de Formação Profissional Rural e Atividades de Promoção Social voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo com sua profissionalização e melhoria de qualidade de vida, bem como preparando-as para o exercício da cidadania e da busca do desenvolvimento sustentável. Nessa análise será feito um comparativo entre o percentual de população do município dentro da microrregião e o percentual de participação nos cursos do SENAR dentro da microrregião e identificar se a participação é proporcionalmente maior ou menor.

Tabela 4. Municípios e atendimentos e percentuais do SENAR da Microrregião de Campo Mourão.

Município	Concluintes 2024	Percentual
Araruna	189	4,12
Barbosa Ferraz	145	3,16
Campo Mourão	1.011	22,1
Corumbataí do Sul	156	3,40
Engenheiro Beltrão	242	5,28
Farol	95	2,07

Fênix	102	2,22
Município	Concluintes 2024	Percentual
Iretama	367	8,00
Luiziana	333	7,26
Mamborê	937	20,48
Peabiru	248	5,41
Quinta do Sol	323	7,04
Roncador	343	7,48
Município	Concluintes 2024	Percentual
Terra Boa	91	1,98
Total	4.582	100

Fonte: Escritório Regional do SENAR Campo Mourão - Débora Frabi

Percebe-se que Campo Mourão com 43,98% de população e lidera com 1.011 concluintes representando 22,10% do total, proporcionalmente menor. Mamborê com população de 5,94% com 937 concluintes representando 20,48%, proporcionalmente bem maior. Iretama 4,71% de população com 367 concluintes representando 8,00%, proporcionalmente bem maior. E no grupo das menores participações Terra Boa com 7,75% de população com 91 concluintes representando 1,98%, proporcionalmente bem menor. Farol com 1,34% de população com 95 concluintes representando 2,07%, proporcionalmente maior. Fênix com 1,98% de população com 102 concluintes 2,22%, proporcionalmente maior.

Na sequência será apresentado e analisado na tabela 5, a quantidade de cursos SENAR realizados na Comcam, juntando as duas microrregiões, o número de concluintes e o percentual geral. Infelizmente não foi possível o nível de detalhamento por município, mas servirá como base que em média é possível saber os cursos mais procurados.

Tabela 5- Nomes dos cursos do SENAR, quantidade de concluintes e percentual de toda a Comcam.

Nome do curso	Quantid.	Comcam %
Agricultura Orgânica	6	0,70
Agricultura de precisão	420	5,28
Agrinho	234	2,99

Nome do curso	Quantid.	Comcam %
Agrotóxicos	460	5,78
Alimentos	861	10,83
Apicultura e meliponicultura	62	0,78
APOENA	18	0,22
Artesanato	21	0,26
Bovinocultura de corte	97	1,22
Bovinocultura de leite	144	1,81
Classificação de Grãos	62	0,78
Colhedoras de grãos	187	2,35
Cultivos florestais	40	0,50
DETRAN	79	0,99
Empreendedor rural	106	1,33
Equideocultura	16	0,20
FAEP – FETAEP – Internos preparatórios	99	1,24
Floricultura	38	0,47
Fruticultura	41	0,51
Gestão	1.364	17,16
Hortimais	60	0,75
Informática	346	4,35
JAA – Jovem agricultor aprendiz	980	12,33
Jardinagem	58	0,72
Máquinas pesadas	207	2,60
Manejo Integrado Milho – Sensibilização	14	0,17
Mecânica e elétrica automotiva	10	0,12
MIP - Manejo Integrado de Pragas - sensibilização – Soja	86	1,08
Mulher atual	566	7,12
Oleaginosas e gramíneas	135	1,69
Operador de excelência	7	0,08
Pastagem	12	0,15
Prestação de serviços	14	0,17
Produção artesanal de alimentos - desossa, cortes e preparo de pratos a base de frango	10	0,12
Programa Métodos Operacionais	13	0,16

Nome do curso	Quantid.	Comcam %
Segurança no trabalho	661	8,31
Sensibilização para o Programa Métodos Operacionais	37	0,46
Trator e Implementos	274	3,44
Turismo rural	51	0,64
Total	7.946	100

Fonte: Escritório Regional do SENAR Campo Mourão - Débora Frabi

É possível perceber que os cursos com maior demanda são pela ordem são, Gestão com 1.364 concluintes correspondendo a 17,16%, JAA - Jovem Agricultor Aprendiz com 980 concluintes correspondendo a 12,33%, Alimentos com 861 concluintes correspondendo a 10,83%, Segurança no Trabalho com 661 concluintes correspondendo a 8,31%, Mulher Atual com 566 concluintes correspondendo a 7,12%, Agrotóxicos com 460 concluintes correspondendo a 5,78%, Agricultura de Precisão com 420 concluintes correspondendo a 5,28%, Informática com 346 concluintes correspondendo a 4,35% e finalmente Trator e Implementos com 274 concluintes correspondente a 3,44%.

Os cursos de gestão estão cada vez mais demandados nas propriedades rurais para qualquer tamanho, desde um grande fazendeiro até alguém da agricultura familiar que precisa se tornar cada vez mais profissional nas atividades calculando adequadamente os custos, melhorando a produtividade na produção, etc. Um detalhe, pelo SENAR aqui é o mais procurado, mas no presente trabalho pelo SENAC o curso de gestão está em quarto lugar. Os cursos para os JAA - Jovem Agricultor Aprendiz são fundamentais porque há preocupação com futuro da agricultura devido ao desejo de jovens abandonarem o campo e irem para cidade e pode não ter alguém que substitua os mais velhos. Nos encontros entre agricultores esse assunto sempre vem à tona.

Os cursos sobre alimentos são fundamentais para as pessoas que atuam no campo. É necessário tanto por leis adotadas nacionais, mas exigências como os consumidores da Europa para produtos sem agrotóxicos e mais saudáveis. Os cursos de Segurança no Trabalho são importantíssimos, pois além de protegerem a vida, evitando a morte, protegem a vida com qualidade sem acidentes que deixam sérias sequelas no futuro. E ainda evitam problemas e prejuízos econômicos. Os cursos denominados Mulher Atual são imprescindíveis, especialmente

no campo em que as mulheres normalmente enfrentam jornadas de trabalho muito pesadas e quase não têm tempo de buscarem capacitação para se tornarem mais empoderadas e enfrentarem eventualmente situações de machismo e misoginia.

Os cursos relacionados a Agrotóxicos são fundamentais para se saber o grau de problemas que os mesmos produzem a quem lida com eles diretamente, a quem consome os produtos com altos teores dessas substâncias e contribuição pelo melhor cuidado ao meio ambiente. Os cursos de Agricultura de Precisão na era inteligência artificial e todas as formas de inovação são imprescindíveis especialmente para jovens aprendizes da agricultura, mesmo que morem na zona rural possam no futuro criarem startups nesse segmento. Os cursos de informática sempre necessários, são uma nova forma de alfabetização, ajuda na gestão, nos controles e podem ser alguma forma de despertar até mesmo para Agricultura de Precisão anteriormente citada. Os cursos de Trator e Implementos são importantíssimos porque tais equipamentos são cada vez mais caros e automatizados e requer conhecimentos especiais para quem os utilizam. Registrando que tais equipamentos podem melhorar a produtividade, diminuir desperdícios e prejuízos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os resultados mais importantes destaca-se que a maior população é Campo Mourão com 99.432 hab representando 43,98%. Sobre a participação nos cursos do SENAC e comparação com a população, Campo Mourão lidera com 2.861 concluintes representando 74,54% do total, proporcionalmente bem maior que a população. Sobre os cursos na COMCAM o curso mais procurado é Beleza com 807 concluintes correspondendo a 17,17%. Sobre os cursos do SENAR e comparação com a população, Campo Mourão lidera com 1.011 concluintes representando 22,10% do total, proporcionalmente menor. O curso de maior demanda é o de Gestão com 1.364 concluintes correspondendo a 17,16%. Com referência a temática do desenvolvimento sustentável dos cursos do SENAC, mais da metade deles podem de alguma forma contribuir para esse intento. Dos cursos do SENAR também.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. S. **Políticas públicas e desenvolvimento industrial no interior do Paraná.** Revista Desenvolvimento Regional em Debate, v. 5, n. 2, p. 25–41, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2012.

FREITAS, E. M. O.; GALVÃO, L. S. **Capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho: um estudo em uma empresa de Mossoró (RN)**. Revista Brasileira de Administração Científica, v. 14, n. 3, jul./set. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAYO, A. **O valor humano de empresa**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Indicadores de desempenho do Sistema S**. Brasília: MEC, 2022.

NEVES, A. C. et al. **Diversificação econômica e qualificação profissional no interior do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 141, p. 67–84, 2020.

RIBEIRO, L. M.; NEGRÃO, F. R. **O impacto das micro e pequenas empresas na economia paranaense**. Revista Econômica do Sul, v. 9, n. 1, p. 13–29, 2021.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS DO SENAC E SENAR DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE GOIOERÊ E CONTRIBUIÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ana Carolina Lopes Rosseuau¹ – Unespar campus Campo Mourão
Sérgio Luiz Maybuk² – Unespar campus Campo Mourão
Adalberto Dias de Souza³ – Unespar campus Campo Mourão
Marco Junio Ferreira de Jesus⁴ – Unespar campus Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 05 Economia Sustentável e Desenvolvimento.

RESUMO

O artigo intitulado Participação nos cursos do SENAC e SENAR dos municípios da microrregião de Goioerê e contribuição para o desenvolvimento sustentável teve como foco os 11 municípios da microrregião de Goioerê que tem uma população de 115.482 hab e a maior média salarial em Salários Mínimos é Boa Esperança com 2,90. O problema de pesquisa: Qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Goioerê na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR? O Objetivo Geral: identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Goioerê na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR. Na metodologia - Levantamento de dados secundários no Ipardes da população da microrregião de Goioerê por município e representação percentual dentro da mesma. Levantamento de dados primários no Escritório Regional do SENAC de Campo Mourão-PR e Escritório Regional do SENAR de Campo Mourão-PR. Os principais resultados foram maior população município de Goioerê com 28.437 hab representando 24,62%. Sobre a participação nos cursos do SENAC e comparação com a população, Goioerê lidera com 314 concluintes representando 35,85% do total, proporcionalmente bem maior que a população. Sobre os cursos na COMCAM o curso mais procurado é Beleza com 807 concluintes correspondendo a 17,17%. Sobre os cursos do SENAR e comparação com a população, Goioerê lidera com 531 concluintes representando 15,56% do total, proporcionalmente menor. Sobre o curso de maior demanda é o de Gestão com 1.364 concluintes correspondendo a 17,16%.

Palavras-chave: Qualificação profissional. Microrregião. Sistema S.

RESUMEN

El artículo titulado Participación en los cursos SENAC y SENAR en los municipios de la microrregión de Goioerê y contribución al desarrollo sostenible se centró en los 11 municipios de la microrregión de Goioerê, que tiene una población de 115.482 habitantes y el mayor salario medio en Salarios Mínimos

¹ - Estudante de Ciências Econômicas ana.rosseau.23@estudante.edu.br

² - Mestre em Desenvolvimento Econômico – sergio.maybuk@unespar.edu.br

³ - Doutor em Administração e em geografia humana – e-mail: adalberto.dias@unespar.edu.br

⁴ - Doutor em Administração Pública – e-mail: marcos.jesus@unespar.edu.br

es Boa Esperança con 2,90. Problema de investigación: ¿Cuál es la relación entre el tamaño poblacional de los municipios de la microrregión de Goioerê y la participación en los diversos cursos de calificación del SENAC y SENAR? O Objetivo Geral: identificar la relación entre el número de personas en los municipios de la microrregión de Goioerê y la participación en los diversos cursos de calificación SENAC y SENAR. En la metodología - Levantamiento de datos secundarios en Ipardes de la población de la microrregión de Goioerê por municipio y representación porcentual dentro del mismo. Recolección de datos primarios en la Oficina Regional del SENAC en Campo Mourão-PR y en la Oficina Regional del SENAR en Campo Mourão-PR. Los principales resultados indican que el municipio de Goioerê tiene la mayor población, con 28.437 habitantes, lo que representa el 24,62%. En cuanto a la participación en los cursos SENAC y en comparación con la población, Goioerê lidera con 314 graduados, que representan el 35,85% del total, una proporción mucho mayor que la población. En cuanto a los cursos en COMCAM el más solicitado es Belleza, con 807 graduados, lo que representa el 17,17%. E cuanto a los cursos del SENAR y en comparación con la población, Goioerê lidera con 531 graduados, lo que representa el 15,56% del total, una cifra proporcionalmente menor. La carrera con mayor demanda es Administración, con 1.364 egresados, lo que corresponde al 17,16%..

Palabras clave: Cualificación profesional. Microrregión. Sistema S.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A qualificação profissional como tem sido tratada na maioria dos cursos tanto do SENAC quanto SENAR nos últimos anos, sempre têm a preocupação com o meio ambiente, com a redução de desperdícios, com aspectos morais e éticos com a coisa pública, com a melhoria da qualidade de vida, com o melhor trato entre as pessoas, com respeito e sem discriminação, sem dúvida está intimamente ligada a geração de empregos e empregos sempre que possível com qualidade, têm se tornado fundamentais para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional e com o chamado desenvolvimento sustentável.

A Microrregião de Goioerê pela População Censitária de 2022 tem uma população de 115.482 pessoas contendo os municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubatã. E segundo levantamento mais atual - ano 2023, dos autores deste artigo junto ao IPARDES, a média de renda de rendimento formais em salários mínimos na microrregião é baixa. Para o gênero masculino a menor média é 2,00 SM para Campina da Lagoa e Ubatã e a maior média é 3,20 SM para Boa Esperança. No gênero feminino a menor média é 1,80 SM para Goioerê, Janiópolis, Juranda e Ubatã e a maior média 2,60 SM para Boa Esperança e Rancho Alegre D'Oeste. E na média geral a menor é 1,90 SM de Ubatã e a maior 2,90 SM para Boa Esperança. Na microrregião de acordo com pesquisa realizada e ainda não

publicada por um dos autores do artigo, o rendimento médio em salários mínimos no mundo do trabalho informal é menor que o formal.

Para contribuir em análises futuras de desenvolvimento sustentável, empregabilidade, aumento de renda, qualidade de vida, melhoria do trato com o meio ambiente, é necessário e importante, construir um mapeamento mínimo e uma análise dos cursos ofertados nos municípios da microrregião por meio do Sistema S que abrange dentre outros SENAC e SENAR e comparar com as respectivas populações e pode se configurar numa ferramenta para entender alguns gargalos locais e contribuir no planejamento de ações efetivas para novos empreendimentos, melhoria de renda no mundo do trabalho. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que programas de qualificação contribuem para um aumento médio de 10% na renda dos participantes. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) faz reconhecimento de que a formação profissional como um dos fatores mais importantes para contribuir na redução o desemprego e impulsionar o crescimento econômico e de alguma forma também sustentabilidade.

Considerando a problematização desse artigo, há evidências sobre um bom retorno econômico dos investimentos em qualificação profissional pelo Sistema S e que é muito relevante por retratar a eficácia dos cursos oferecidos na melhoria da renda e da empregabilidade dos participantes. O Sistema S, formado por instituições como SEBRAE, SENAC, SESC, SENAI, SENAR, tem como principal objetivo capacitar trabalhadores para diversos setores da economia brasileira. E para o presente artigo em função da limitação de espaço serão abordados dentre as entidades do Sistema S apenas o SENAC que envolve comércio e prestação serviços essencialmente na área urbana em todos os municípios da microrregião e também o SENAR que abrange cursos na zona rural e que tem presença forte em todos os municípios da microrregião, mesmo nos municípios mais urbanizados.

Será utilizada pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa. Levantamento de dados secundários no Iparides da população da microrregião de Goioerê por município e representação percentual dentro da mesma. Levantamento de dados primários no Escritório Regional do SENAC de Campo Mourão-PR e Escritório Regional do SENAR de Campo Mourão-PR. Tabulação e análise dos dados primários e secundários obtidos dos 11 municípios individualmente (Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê,

Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubitatã.)

Justifica-se a escolha do tema de um comparativo entre a população de cada município e a participação deste município em qualificação profissional pelo Sistema S exclusivamente SENAC e SENAR na microrregião de Goioerê é motivada pela importância social e econômica desses cursos para a melhoria de renda. A qualificação profissional é fundamental para aumentar a empregabilidade, promover inclusão social e fortalecer a economia local. Ao analisar os efeitos desses cursos, busca-se fornecer evidências que orientem políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades da região. Diante da problematização têm-se a seguinte pergunta de pesquisa, qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Goioerê na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR? Dessa forma têm-se como Objetivo Geral: Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Goioerê na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na parte do referencial teórico fundamental para a viabilidade de um artigo científico serão apresentados e discutidos algumas variáveis constantes na Problematização, Objetivo Geral, na Metodologia, Mundo do Trabalho em parte de sua precariedade, Importância das Pequenas e Médias Empresas, Importância das Políticas Públicas, Capacitação dentro das empresas, Competência dos trabalhadores, Gestão de Pessoas, Treinamento e aprimoramento do trabalhador, Habilidades, Sistema S. Inicialmente uma citação demonstrando uma realidade anterior na microrregião. Segundo Silva e Oliveira (2006), ao analisar as relações de trabalho nas empresas da cadeia têxtil de Goioerê, observa-se uma predominância de vínculos precários e baixa remuneração entre os trabalhadores operacionais, o que está diretamente relacionado ao posicionamento periférico dessas empresas nos elos produtivos. Os autores afirmam que os trabalhadores operacionais estão inseridos em condições de trabalho precárias, com baixos salários e pouca estabilidade, cenário que compromete a sustentabilidade da mão de obra local. Isso se torna mais grave quando há pouco investimento em qualificação profissional nas

empresas de toda cadeia produtiva. Verifica-se que desde 2006 havia essa preocupação com a qualificação.

De forma geral há preocupação pela qualificação profissional e sua importância para o mundo do trabalho envolvendo todo tipo de atividade econômica, mas há segmentos específicos. Segundo Ribeiro e Negrão (2021) há o papel estratégico das micro e pequenas empresas (MPEs), as quais podem contribuir significativamente para a evolução da economia regional e nacional. Ainda de acordo com Ribeiro e Negrão (2021), as MPEs representam e se destacam por contribuírem por mais de 30% dos empregos formais no Paraná, e contribuem significativamente para a inclusão econômica. Os autores afirmam que há correlação significativa entre o crescimento das MPEs e por consequência do aumento do PIB per capita, sendo necessário políticas de incentivo a essas empresas e arrematam destacando da importância de se integrar programas de qualificação técnica às todas as demandas desses pequenos empreendimentos, visando o aumento da empregabilidade local. Percebe-se assim que toda a discussão sobre qualificação é fundamental.

De acordo com Neves *et al.* (2020) há uma outra estrutura econômica que depende de qualificação e capacitação da força de trabalho, para contribuir para o desenvolvimento regional, referindo-se a atração de investimentos para diversificar suas economias e promover por exemplo, Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os autores apresentam a problemática para atrair investimentos e destacam a baixa diversificação econômica, muita dependência de atividades agropecuárias e especialmente a limitada oferta de cursos de qualificação profissional, que podem ser entraves para o avanço da microrregião de Campo Mourão, realidade que também pode ser estendida a Goioerê. Aqui os autores tratam da limitada oferta de cursos, mas os ofertantes desses cursos de qualificação muitas vezes (até alguns gratuitos), possuem baixa demanda por vários motivos.

Borges (2015) fez uma importante análise comparativa entre as microrregiões de Campo Mourão e Goioerê, destaca os casos de avanços industriais ressaltando a forte associação de políticas públicas eficazes e instituições de apoio. Segundo o autor tais políticas públicas eficazes para o desenvolvimento industrial que podem contribuir significativamente para o sucesso na geração de empregos e também na qualificação da mão de obra. E aí a necessidade da compreensão de programas como o Sistema S. De acordo com Freitas e Galvão (2023), há cada

vez mais exigência no mercado de trabalho e tudo é mais competitivo. As empresas procuram encontrar trabalhadores com habilidades diferenciadas para contribuir no desenvolvimento das atividades propostas. As mudanças no mercado de trabalho são constantes os profissionais devem acompanhar as mudanças existentes. Para acompanhar as mudanças, é fundamental que cada trabalhador invista em qualificação para obter as competências da sua profissão.

Ainda conforme Freitas e Galvão (2023), as vezes as empresas se preocupam em capacitar seus próprios funcionários. Em outras situações quem está procurando trabalho busca instituições que oferecem capacitação em todos os níveis possíveis. Pois a capacitação profissional abre portas de acesso à grandes oportunidades. Capacitação profissional pode ser melhorar na educação de qualquer nível escolar, aplicação de novas formas de se transmitir um conhecimento. Em se tratando da capacitação dentro das organizações, de acordo com Dutra (2012) qualquer organização, independente do porte, é dependente do bom desempenho do fator humano para obter o sucesso. Para tanto a gestão de pessoas é necessária. Nessa linha, de acordo Mayo (2003), capacitar é treinar e conduzir o profissional a formas de reciclagem e alteração do seu comportamento de forma positiva, dessa maneira, aprimorando sua capacidade intelectual e as técnicas a serem utilizadas no seu trabalho. E sendo assim, quanto maior a capacitação de um profissional, maior a sua probabilidade de crescimento. De acordo com Chiavenato (2010), as organizações têm investido cada vez mais no processo de qualificação, contribuindo no desenvolvimento de pessoas na aquisição de habilidades e novos conhecimentos, assim os profissionais irão se tornar pessoas com capacidade para desenvolver novas soluções, expor ideias e absorver novos hábitos.

Considerando diretamente o objetivo geral desse artigo que trata do Sistema S, de acordo com MEC (2022) no Brasil, ele tem papel central na qualificação da força de trabalho, apresenta altos índices de conclusão e satisfação dos cursos. Esses esforços são complementados por iniciativas governamentais como o Pronatec, que amplia o acesso à qualificação gratuita. Tais programas não apenas ajudam a atender às demandas do mercado de trabalho, mas também promovem inclusão social. Além da qualificação profissional, o Sistema S também tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores com a oferta de serviços à população, como escolas, cursos técnicos e profissionalizantes, especialização e capacitação, atividades culturais, programação de eventos, centros esportivos e de pesquisas. As nove entidades do

Sistema S são mantidas com recursos de empresas dos setores correspondentes, que incidem sobre a folha de pagamento recolhidos pelo e repassados às entidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir das afirmações de Gil (2008), Marconi e Lakatos (2003) Cervo, Bervian e Silva (2007) a metodologia de pesquisa foi utilizada no presente artigo consistiu em revisões bibliográficas e dados secundários em sites especializados dos relacionados na problematização e na pergunta de pesquisa. Será utilizada pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa. Para o cumprimento do objetivo geral “Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Goioerê na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR” os seguintes procedimentos:

Levantamento de dados secundários no Ipardes da população da microrregião de Goioerê por município e representação percentual dentro da mesma. Levantamento de dados primários no Escritório Regional do SENAC de Campo Mourão-PR e Escritório Regional do SENAR de Campo Mourão-PR. Tabulação e análise dos dados primários e secundários obtidos dos 11 municípios individualmente (Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã).

DESENVOLVIMENTO

O objeto de estudo desse artigo são os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo SENAC e SENAR e a relação com a população de cada município da microrregião. O desenvolvimento do presente artigo se deu à luz do cumprimento do Objetivo Geral: Identificar qual é a relação da quantidade de população dos municípios da microrregião de Goioerê na participação nos diversos cursos de qualificação do SENAC e do SENAR.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente serão apresentados e analisados dados de População Censitária e percentual entre os municípios da Microrregião de Goioerê conforme Tabela 1. Com relação ao indicador

de população, primeiramente neste artigo serve para dar uma dimensão de cada município e por consequência permitir comparativos com o número de participantes nos cursos aqui selecionados. Destaca-se que é muito importante numa economia de país, Estado ou município, pois quanto maior a população e que possa ter renda média significativa pode ser fundamental para o crescimento econômico.

Tabela 1 - Municípios, População Censitária e percentual da Microrregião de Goioerê.

Município	População Censitária 2022	Percentual
Altamira do Paraná	3.590	3,10
Boa Esperança	4.558	3,94
Campina da Lagoa	15.723	13,68

Município	População Censitária 2022	Percentual
Goioerê	28.437	24,62
Janiópolis	5.870	5,08
Juranda	7.771	6,72
Moreira Sales	11.175	9,67
Nova Cantu	6.790	5,87
Quarto Centenário	4.201	3,63
Rancho Alegre		2,26
D'Oeste	2.618	
Ubiratã	24.749	21,43
	115.482	
Total		100

Fonte: Iparde, 2025.

Percebe-se que as três maiores populações são Goioerê com 28.437 hab representando 24,62%, Ubiratã com 24.749 hab representando 21,43% e Campina da Lagoa com 15.723 hab representando 13,68%. O município de maior população leva o nome da microrregião. As três menores populações são pela ordem Rancho Alegre D'Oeste com 2.618 hab representando 2,26%, Altamira do Paraná com 3.590 há representando 3,10% e Quarto Centenário com 4.201 hab representando 3,63%.

Na sequência serão apresentados em cada município a quantidade de concluintes e percentuais de cursos do SENAC na Microrregião de Goioerê de acordo com Tabela 2. O SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial criado em 1946 faz parte do Sistema S que é um conjunto de Serviços Sociais Autônomos que visa o Desenvolvimento Social,

Econômico, Cultural e profissional do país, com foco em educação, saúde e assistência social. Nessa análise será feito um comparativo entre o percentual de população do município dentro da microrregião e o percentual de participação nos cursos do SENAC dentro da microrregião e identificar se a participação é proporcionalmente maior ou menor.

Tabela 2 - Municípios e concluintes e percentuais do SENAC da Microrregião de Goioerê.

Município	Atendimentos em 2024	Percentual
Altamira do Paraná	33	3,76
Boa Esperança	53	6,04
Campina da Lagoa	23	2,62
Goioerê	314	35,85

Município	Atendimentos em 2024	Percentual
Janiópolis	109	12,42
Juranda	80	9,12
Moreira Sales	61	6,95
Nova Cantu	28	3,19
Quarto Centenário	108	12,31
Rancho Alegre D'Oeste	36	4,1
Ubiratã	32	3,64
Total	877	100

Fonte: Fonte: Escritório Regional do SENAC em Campo Mourão - Reginaldo Inácio Coelho - Gerente Regional e Lucas Macário Técnico de Relações com o Mercado.

Percebe-se que Goioerê com 24,62% de população lidera com 314 concluintes representando 35,85% do total, proporcionalmente bem maior. Janiópolis com 5,08% de população e 109 concluintes representando 12,42%, proporcionalmente bem maior. E Quarto Centenário com 3,63% de população com 108 concluintes representando 12,31% proporcionalmente bem maior. E no grupo das menores participações Campina da Lagoa com 13,68% de população com 23 concluintes representando 2,62%, proporcionalmente bem menor. Nova Cantu com 5,87% de população com 28 concluintes representando 3,19%, proporcionalmente menor e Ubiratã com 21,43% de população com 32 concluintes representando 3,64% proporcionalmente bem menor.

Na sequência na Tabela 3 será apresentado e analisado a quantidade de cursos realizados na Comcam, juntando as duas microrregiões, o número de concluintes e o percentual geral.



Infelizmente não foi possível o nível de detalhamento por município mas servirá como base que em média é possível saber os cursos mais procurados. Percebe-se que lidera o curso de Beleza com 807 concluintes correspondendo a 17,17%, Gastronomia com 703 concluintes correspondendo a 14,89%, Produção de Alimentos com 615 concluintes correspondendo a 13,03% e Gestão 614 concluintes correspondendo 13,01%. São áreas muito importantes para a economia, tudo o que se refere à beleza tem uma característica no mundo do trabalho que é a participação majoritária das mulheres, mas não somente a elas. E do lado do consumo de tais produtos vem crescendo muito porque também os homens se preocupam mais nesse aspecto que anteriormente. Gastronomia e Produção de Alimentos sempre estarão em alta porque a Inteligência Artificial jamais atingirá substancialmente essas áreas. E finalmente a área de Gestão que sempre é necessária o conhecimento e até mesmo a reciclagem para os mais antigos.

Tabela 3 - Indicação das áreas de concentração dos cursos, número de concluintes de toda a COMCAM e o percentual sobre o total das especificidades.

Área	Total de concluintes em 2024 nos 25 municípios da COMCAM	Percentual
Beleza	807	17,17
Gastronomia	703	14,89
Produção de Alimentos	615	13,03
Gestão	614	13,01
Comércio	516	10,93
Artes	505	10,7
Idiomas	299	6,33
Saúde	259	5,48
Tecnologia da Informação	244	5,17
Social	39	0,82
Moda	34	0,72
Comunicação	32	0,67
Design	24	0,5
Eventos	16	0,33
Hospedagem	12	0,25
Total	4719	100

Fonte: Escritório Regional do SENAC em Campo Mourão - Reginaldo Inácio Coelho - Gerente Regional e Lucas Macário Técnico de Relações com o Mercado.

Na sequência serão apresentados na Tabela 4, em cada município a quantidade de concluintes e percentuais de cursos do SENAR na Microrregião de Goioerê. O SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural criado em 1991 faz parte do Sistema S e tem como missão realizar ações de Formação Profissional Rural e Atividades de Promoção Social voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo com sua profissionalização e melhoria de qualidade de vida, bem como preparando-as para o exercício da cidadania e da busca do desenvolvimento sustentável. Nessa análise será feito um comparativo entre o percentual de população do município dentro da microrregião e o percentual de participação nos cursos do SENAR dentro da microrregião e identificar se a participação é proporcionalmente maior ou menor.

Tabela 4 - Municípios e concluintes e percentuais do SENAR da Microrregião de Goioerê.

Município	Atendimentos em 2024	Percentual (%)
Altamira do Paraná	176	5,14
Boa Esperança	152	4,44
Campina da Lagoa	486	14,2
Goioerê	531	15,56
Janiópolis	246	7,19
Juranda	385	11,25
Moreira Sales	206	6,02
Nova Cantu	371	10,84
Quarto Centenário	216	6,31
Rancho Alegre D'Oeste	151	4,41
Ubiratã	501	14,64
Total	3.421	100

Fonte: Escritório Regional do SENAR Campo Mourão - Débora Frabi.

Percebe-se que Goioerê com 24,62% de população e lidera com 531 concluintes representando 15,56% do total, proporcionalmente menor. Ubiratã com população de 21,43% com 501 concluintes representando 14,64%, proporcionalmente bem menor. Campina da Lagoa 13,68% de população com 486 concluintes representando 14,20%, proporcionalmente um pouco maior. E no grupo das menores participações Rancho Alegre D'Oeste com 2,26% de população com 151 concluintes representando 4,41%, proporcionalmente bem maior. Boa Esperança com 3,94% de população com 152 concluintes representando 4,44%, proporcionalmente um pouco

maior. Altamira do Paraná com 3,10% de população com 176 concluintes 5,14%, proporcionalmente bem maior.

Na sequência pela Tabela 5, será apresentado e analisado a quantidade de cursos SENAR realizados na Comcam, juntando as duas microrregiões, o número de concluintes e o percentual geral. Infelizmente não foi possível o nível de detalhamento por município, mas servirá como base que em média é possível saber os cursos mais procurados. Considerando que a região toda da Comcam que abrange as microrregiões de Campo Mourão e Goioerê ainda é essencialmente agrícola, todos os cursos listados com as respectivas quantidades têm a sua importância, mas há aqueles que são mais demandados.

Tabela 5- nomes dos cursos, quantidade de concluintes e percentual de toda a Comcam.

Nome do curso	Quantid.	% Comcam
Agricultura Orgânica	56	0,70
Agricultura de precisão	420	5,28
Agrinho	234	2,99
Agrotóxicos	460	5,78
Alimentos	861	10,83
Apicultura e meliponicultura	62	0,78
APOENA	18	0,22
Artesanato	21	0,26
Bovinocultura de corte	97	1,22
Bovinocultura de leite	144	1,81
Classificação de Grãos	62	0,78
Colhedoras de grãos	187	2,35
Cultivos florestais	40	0,50
DETRAN	79	0,99
Empreendedor rural	106	1,33
Equideocultura	16	0,20
FAEP – FETAEP – Internos preparatórios	99	1,24
Floricultura	38	0,47
Fruticultura	41	0,51
Gestão	1.364	17,16
Hortimais	60	0,75

Nome do curso	Quantid.	% Comcam
Informática	346	4,35
JAA – Jovem agricultor aprendiz	980	12,33
Jardinagem	58	0,72
Máquinas pesadas	207	2,60
Manejo Integrado Milho - Sensibilização	14	0,17
Mecânica e elétrica automotiva	10	0,12
MIP - Manejo Integrado de Pragas - sensibilização - Soja	86	1,08
Mulher atual	566	7,12
Oleaginosas e gramíneas	135	1,69
Operador de excelência	7	0,08
Pastagem	12	0,15
Prestação de serviços	14	0,17
Produção artesanal de alimentos - desossa, cortes e preparo de pratos a base de frango	10	0,12
Programa Métodos Operacionais	13	0,16
Segurança no trabalho	661	8,31
Sensibilização para o Programa Métodos Operacionais	37	0,46
Trator e Implementos	274	3,44
Turismo rural	51	0,64
Total	7.946	100

Fonte: Escritório Regional do SENAR Campo Mourão - Débora Frabi.

É possível perceber que os cursos com maior demanda são pela ordem, Gestão com 1.364 concluintes correspondendo a 17,16%, JAA - Jovem Agricultor Aprendiz com 980 concluintes correspondendo a 12,33%, Alimentos com 861 concluintes correspondendo a 10,83%, Segurança no Trabalho com 661 concluintes correspondendo a 8,31%, Mulher Atual com 566 concluintes correspondendo a 7,12%, Agrotóxicos com 460 concluintes correspondendo a 5,78%, Agricultura de Precisão com 420 concluintes correspondendo a 5,28%, Informática com 346 concluintes correspondendo a 4,35% e finalmente Trator e Implementos com 274 concluintes correspondente a 3,44%.

Os cursos de gestão estão cada vez mais demandados nas propriedades rurais para qualquer tamanho, desde um grande fazendeiro até alguém da agricultura familiar que precisa se

tornar cada vez mais profissional nas atividades calculando adequadamente os custos, melhorando a produtividade na produção, etc. Um detalhe, pelo SENAR aqui é o mais procurado, mas no presente trabalho pelo SENAC o curso de gestão está em quarto lugar. Os cursos para os JAA - Jovem Agricultor Aprendiz são fundamentais porque há preocupação com futuro da agricultura devido ao desejo de jovens abandonarem o campo e irem para cidade e pode não ter alguém que substitua os mais velhos. Nos encontros entre agricultores esse assunto sempre vem à tona.

Os cursos sobre alimentos são fundamentais para as pessoas que atuam no campo. É necessário tanto por leis adotadas nacionais, mas exigências como os consumidores da Europa para produtos sem agrotóxicos e mais saudáveis. Os cursos de Segurança no Trabalho são importantíssimos, pois além de protegerem a vida, evitando a morte, protegem a vida com qualidade sem acidentes que deixam sérias sequelas no futuro. E ainda evitam problemas e prejuízos econômicos. Os cursos denominados Mulher Atual são imprescindíveis especialmente no campo em que as mulheres normalmente enfrentam jornadas de trabalho muito pesadas e quase não têm tempo de buscarem capacitação para se tornarem mais empoderadas e enfrentarem eventualmente situações de machismo e misoginia.

Os cursos relacionados a Agrotóxicos são fundamentais para se saber o grau de problemas que os mesmos produzem a quem lida com eles diretamente, a quem consome os produtos com altos teores dessas substâncias e contribuição pelo melhor cuidado ao meio ambiente. Os cursos de Agricultura de Precisão na era inteligência artificial e todas as formas de inovação são imprescindíveis especialmente para jovens aprendizes da agricultura, mesmo que morem na zona rural possam no futuro criarem startups nesse segmento. Os cursos de informática sempre necessários, são uma nova forma de alfabetização, ajuda na gestão, nos controles e podem ser alguma forma de despertar até mesmo para Agricultura de Precisão anteriormente citada. Os cursos de Trator e Implementos são importantíssimos porque tais equipamentos são cada vez mais caros e automatizados e requer conhecimentos especiais para quem os utilizam. Registrando que tais equipamentos podem melhorar a produtividade, diminuir desperdícios e prejuízos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os resultados mais importantes destaca-se que a maior população é Goioerê com 28.437 hab representando 24,62%. Sobre a participação nos cursos do SENAC e comparação com a população, Goioerê lidera com 314 concluintes representando 35,85% do total, proporcionalmente bem maior que a população. Sobre os cursos na COMCAM o curso mais procurado é Beleza com 807 concluintes correspondendo a 17,17%. Sobre os cursos do SENAR e comparação com a população, Goioerê lidera com 531 concluintes representando 15,56% do total, proporcionalmente menor. O curso de maior demanda é o de Gestão com 1.364 concluintes correspondendo a 17,16%. Com referência a temática do desenvolvimento sustentável dos cursos do SENAC, mais da metade deles podem de alguma forma contribuir para esse intento. Dos cursos do SENAR também mais da metade pode direta ou indiretamente contribuir para o desenvolvimento sustentável, mesmo que leve um tempo ainda.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. S. **Políticas públicas e desenvolvimento industrial no interior do Paraná**. Revista Desenvolvimento Regional em Debate, v. 5, n. 2, p. 25–41, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2012.

FREITAS, E. M. O.; GALVÃO, L. S. **Capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho: um estudo em uma empresa de Mossoró (RN)**. Revista Brasileira de Administração Científica, v. 14, n. 3, jul./set. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Avaliação de Programas de Qualificação Profissional: relatório técnico**. Brasília: IPEA, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAYO, A. **O valor humano de empresa**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Indicadores de desempenho do Sistema S**. Brasília: MEC, 2022.

NEVES, A. C. et al. **Diversificação econômica e qualificação profissional no interior do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 141, p. 67–84, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Panorama do emprego e qualificação na América Latina: relatório anual 2019**. Lima: OIT, 2019.

RIBEIRO, L. M.; NEGRÃO, F. R. **O impacto das micro e pequenas empresas na economia paranaense**. Revista Econômica do Sul, v. 9, n. 1, p. 13–29, 2021.

SILVA, R. M.; OLIVEIRA, C. A. **Condições de trabalho e precarização nas cadeias produtivas têxteis do interior paranaense**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 3, n. 2, p. 59–78, 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2025.

-“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

UMA ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS, DIFICULDADES E PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Camila Veloso Da Silva¹ – UNESPAR – Campo Mourão/PR
Fernanda Dezotti Kuligowski² – UNESPAR – Campo Mourão/PR
Cristiane Marques de Mello³ – UNESPAR – Campo Mourão/PR

GRUPO DE TRABALHO: 5 Economia Sustentável e Desenvolvimento

RESUMO

A pesquisa destaca a importância da educação financeira no currículo escolar, preparando jovens para a vida real e decisões financeiras responsáveis, beneficiando a sociedade. Este estudo tem como objetivo analisar a ausência e os impactos da educação financeira na vida de jovens estudantes do ensino médio e superior. A pesquisa adota uma abordagem descritiva e explicativa, com métodos quantitativos baseados na aplicação de questionários a estudantes do curso técnico em Administração, da disciplina de Educação Financeira e da graduação em Administração. A partir da coleta de dados, foram identificados níveis variados de conhecimento financeiro, dificuldades relacionadas à organização orçamentária, investimento e controle de dívidas, bem como o papel da família e da escola na formação financeira dos jovens. A fundamentação teórica está ancorada em estudos nacionais contemporâneos, que evidenciam a relevância da educação financeira como ferramenta para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para a construção de um futuro mais equilibrado. Os resultados demonstram o potencial transformador do ensino de finanças pessoais e reforçam a necessidade de sua inclusão sistemática nos currículos escolares. O estudo contribui ainda ao propor caminhos para ampliar o alcance da educação financeira, destacando sua importância para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e preparados para a tomada de decisões econômicas.

Palavras-chave: Educação Financeira. Jovens. Finanças.

RESUMEN

La investigación destaca la importancia de la educación financiera en el currículo escolar, preparando a los jóvenes para la vida real y para tomar decisiones financieras responsables, lo que beneficia a la sociedad. Este estudio tiene como objetivo analizar la ausencia y los impactos de la educación financiera en la vida de jóvenes estudiantes de la educación secundaria y superior. La investigación adopta un enfoque descriptivo y explicativo, utilizando métodos cuantitativos basados en la aplicación de cuestionarios a estudiantes del curso técnico en Administración, de la asignatura de Educación Financiera y de la carrera de Administración. A partir de la recolección de datos, se identificaron diferentes niveles de conocimiento financiero, dificultades relacionadas con la organización presupuestaria, inversiones y control de deudas, así como el papel de la familia y la escuela en la formación financiera de los jóvenes. El marco teórico se fundamenta en estudios nacionales contemporáneos que evidencian

¹ - Graduanda em Administração – Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR – e-mail: camilavelosolive305@gmail.com

² - Graduanda em Administração – Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR – e-mail: fernanda-dezottdk@hotmail.com

³ - Doutora em Administração. Orientadora. Docente dos Cursos de Administração e Contabilidade da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR - e-mail: cristiane.mello@unespar.edu.br

la relevancia de la educación financiera como herramienta para el desarrollo de habilidades socioemocionales y para la construcción de un futuro económico más equilibrado. Los resultados demuestran el potencial transformador de la enseñanza de las finanzas personales y refuerzan la necesidad de su inclusión sistemática en los planes de estudio. El estudio también contribuye al proponer estrategias para ampliar el alcance de la educación financiera, destacando su importancia en la formación de ciudadanos más conscientes, críticos y preparados para la toma de decisiones económicas.

Palabras clave: Educação financeira. Jovens. Finanças.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação financeira desempenha um papel fundamental na preparação dos indivíduos para os desafios econômicos contemporâneos, promovendo não apenas o domínio de conceitos e práticas financeiras, mas também o desenvolvimento de comportamentos éticos e de responsabilidade social. Ao capacitar os cidadãos para decisões mais conscientes e sustentáveis, contribui-se para o bem-estar individual e coletivo. De acordo com Silva e Lautert (2022), indivíduos com níveis elevados de educação financeira apresentam maior capacidade de poupança, tomam decisões financeiras mais assertivas e conseguem reduzir gastos mensais relacionados à alimentação, saúde, moradia, água e energia elétrica. Além disso, essas pessoas tendem a ter maior compreensão sobre o endividamento e apresentam menor percentual de contas em atraso.

A formação financeira, quando estruturada a partir de uma abordagem que integra conhecimento teórico, habilidades práticas e vivências reais, pode construir uma base sólida para que os jovens alcancem estabilidade econômica e realizem seus objetivos a longo prazo. Nesse sentido, Schiller (2019) identificou, em seu estudo, que 74,7% dos universitários analisados demonstraram bom nível de alfabetização financeira. No entanto, observou-se também que estudantes de cursos não ligados à área de negócios, mulheres com até 29 anos e com pouca experiência profissional apresentaram níveis inferiores de conhecimento em finanças pessoais, evidenciando a existência de desigualdades nesse campo do saber.

A seleção dos artigos que fundamentam esta pesquisa foi orientada pela relevância e contribuição teórica e empírica no tocante à compreensão dos impactos da educação financeira no ambiente escolar. A análise crítica das obras selecionadas permitiu a identificação de conceitos centrais, metodologias utilizadas e resultados obtidos, o que subsidiou uma reflexão aprofundada sobre os principais desafios e oportunidades envolvidos na implementação da educação financeira no currículo escolar. Tal discussão também ressalta as implicações práticas para educadores e formuladores de políticas públicas educacionais.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a ausência e os impactos que a educação financeira gera na vida dos jovens. Para atingir este objetivo geral, serão abordados os seguintes objetivos específicos: (1) Avaliar a importância da educação financeira durante a infância até a adolescência; (2) Identificar os receios dos jovens no que se refere às questões financeiras da família; (3) Analisar a influência da educação financeira na vida dos jovens em escolas públicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inclusão da educação financeira no currículo escolar representa um avanço significativo na formação de jovens mais conscientes, autônomos e preparados para a tomada de decisões estratégicas ao longo da vida. Ao ensinar noções básicas de economia, orçamento, consumo consciente e investimento, essa iniciativa visa desenvolver habilidades essenciais para a gestão eficaz dos recursos financeiros e para a construção de um futuro econômico mais estável. Além disso, a educação financeira favorece a responsabilidade individual e social, incentivando os estudantes a adotarem comportamentos éticos e a compreenderem o impacto de suas escolhas financeiras na sociedade como um todo.

O presente capítulo discute a importância da educação financeira na formação dos jovens, com ênfase em sua contribuição para o planejamento, a poupança e o investimento. Tais competências são fundamentais não apenas para lidar com os desafios financeiros da vida adulta, mas também para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de forma mais equitativa.

2.1 Educação Financeira

A importância da educação financeira para a formação de jovens tem sido amplamente abordada na literatura nacional. Estudos como o de Araújo, Medeiros e Rodrigues (2023) evidenciam a crescente preocupação com a formação financeira desde os primeiros anos escolares. Segundo os autores, a educação financeira contribui diretamente para decisões mais conscientes e para a promoção de comportamentos sustentáveis em relação ao consumo e ao uso do dinheiro.

Luci et al. (2006) destacam que a formação financeira adquirida durante a graduação, especialmente em cursos como Administração e Ciências Contábeis, tem impacto positivo sobre a qualidade das decisões financeiras. O conhecimento de conceitos como fluxo de caixa,

orçamento e custo de oportunidade é considerado crucial para escolhas mais eficientes e bem informadas. Os autores argumentam, ainda, que a crescente complexidade dos produtos financeiros reforça a necessidade de uma educação contínua e estruturada desde a escola básica até o ensino superior.

Complementarmente, Santos (2020) ressalta que o letramento financeiro na juventude está diretamente relacionado à redução da vulnerabilidade social, ao passo que permite ao indivíduo compreender e planejar melhor sua trajetória de vida financeira. De forma semelhante, Morais e Lima (2021) apontam que, ao promover o autoconhecimento e o controle emocional no trato com o dinheiro, a educação financeira atua como um instrumento de transformação social, especialmente em contextos marcados pela desigualdade.

O estudo de Soares (2018) também contribui para esse debate ao demonstrar que jovens com acesso a programas de educação financeira apresentam menor propensão ao endividamento precoce e maior capacidade de poupança. Já Nascimento e Silva (2022) defendem que a inserção do tema no currículo escolar contribui significativamente para a formação de cidadãos economicamente responsáveis, sugerindo políticas públicas voltadas à universalização do ensino de finanças pessoais.

Nesse sentido, a educação financeira pode ser compreendida como um processo formativo que transcende o conhecimento técnico, incorporando práticas e valores que visam desenvolver a autonomia, a responsabilidade e o pensamento crítico. Ela envolve desde o domínio de conceitos econômicos, como política monetária e mercado financeiro, até a aplicação prática desses conhecimentos no cotidiano, por meio da administração de orçamentos, controle de gastos e planejamento de investimentos.

A ausência de educação financeira durante a infância e adolescência pode comprometer significativamente a qualidade das decisões econômicas na vida adulta. Conforme aponta Ken Honda (2022, p. 12): "[...] fomos muito influenciados por nossos pais. Se eles tinham uma relação saudável com o dinheiro, nossa vida financeira provavelmente seria bastante boa. Entretanto, boa parte dos pais teve algum problema associado ao dinheiro, de modo que há boas chances de que tenhamos também [...]".

Essa lacuna na formação familiar reforça a necessidade de que as escolas assumam um papel ativo na orientação dos jovens quanto ao uso consciente dos recursos financeiros. A ausência de exemplos ou orientações adequadas em casa frequentemente leva à perpetuação de comportamentos prejudiciais, como o consumo impulsivo, a negligência com o planejamento e

a falta de hábito de poupança. Nesse contexto, Olivieri (2013, p. 49) defende que: "[...] é benéfico que os alunos aprendam desde cedo a importância de obter pequenos ganhos financeiros, geralmente por meio de tarefas realizadas em casa."

Ao estabelecer essa conexão entre trabalho e dinheiro desde a infância, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais concreta da gestão financeira, o que favorece uma postura mais madura diante dos desafios econômicos futuros.

É importante também ressaltar que aspectos individuais, como traços de personalidade, podem influenciar o nível de conhecimento financeiro dos estudantes. Marciano e Medeiros (2022) analisaram a correlação entre o conhecimento financeiro e os cinco grandes fatores de personalidade em alunos de uma universidade federal. Os resultados indicaram que características pessoais podem impactar a forma como os indivíduos assimilam e aplicam conhecimentos financeiros, destacando a importância de considerar tais variáveis em programas de educação financeira.

A educação financeira deve ser vista como um instrumento pedagógico estratégico e transversal, capaz de promover não apenas competências técnicas, mas também habilidades socioemocionais essenciais, como tomada de decisão, resolução de problemas e trabalho em equipe. Como afirmam Ribeiro et al (2020) e Luci et al. (2023), o domínio desses saberes pode prevenir o endividamento, fomentar a capacidade de investimento e possibilitar escolhas mais alinhadas a objetivos pessoais e profissionais.

Inserir a educação financeira no currículo formal das escolas e universidades é, portanto, uma medida que visa preparar as novas gerações para os desafios de um cenário econômico cada vez mais complexo. Segundo Araújo, Medeiros e Rodrigues (2023), essa preparação pode inclusive contribuir para o crescimento econômico de maneira mais sustentável e inclusiva, ao formar cidadãos mais críticos e conscientes sobre seu papel na economia.

Conclui-se, assim, que a educação financeira deve estar presente ao longo de toda a trajetória educacional do indivíduo, adaptando-se às suas fases de vida e responsabilidades. Sua presença nos currículos escolares representa não apenas um avanço pedagógico, mas um verdadeiro investimento no futuro de uma sociedade mais justa, equilibrada e financeiramente saudável.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa. A abordagem descritiva visa apresentar, com base empírica, o panorama atual da educação financeira entre os jovens participantes, detalhando o nível de conhecimento, as dificuldades enfrentadas, as fontes de informação utilizadas, entre outros aspectos relevantes. Já o caráter explicativo busca compreender as causas dos receios relacionados ao mercado financeiro e os efeitos da presença — ou ausência — de educação financeira na vida desses jovens.

Optou-se por uma abordagem quantitativa, conforme preconizado por Gil (2019), que destaca a importância de dados mensuráveis na identificação de padrões e tendências em pesquisas sociais.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário composto por perguntas fechadas e abertas, construído por meio da ferramenta Google Formulários. Esse instrumento foi aplicado em dois contextos distintos: estudantes do segundo ano do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR – campus Campo Mourão), em fase de graduação, e alunos do Colégio Estadual Adaucto da Silva Rocha, localizado no município de Luiziana – PR, cursando o ensino médio técnico em Administração e a disciplina de Educação Financeira. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2024.

A seleção desses grupos visou contemplar diferentes realidades educacionais e faixas etárias, permitindo uma análise comparativa sobre o impacto da formação financeira nos jovens. A aplicação do questionário foi orientada pelos objetivos da pesquisa e fundamentada na literatura teórica que destaca a influência de fatores como o ambiente familiar e a ausência de orientações formais na formação de hábitos financeiros (HONDA, 2022; ARAÚJO; MEDEIROS; RODRIGUES, 2023).

Os dados obtidos foram analisados com base nos objetivos geral e específicos do estudo, especialmente no que se refere à avaliação da importância da educação financeira, à identificação dos receios em relação às finanças familiares e à análise da influência da educação financeira no contexto de escolas públicas. Para a análise quantitativa, foi utilizada a Escala Likert em diversos itens, a fim de captar o grau de concordância dos participantes com as afirmações apresentadas. Além disso, questões discursivas complementaram os dados, proporcionando uma visão mais ampla e qualitativa das percepções dos estudantes.

A pesquisa também se apoiou em uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de identificar e analisar artigos científicos publicados entre os anos de 2000 e 2023. A revisão permitiu compreender a evolução da discussão sobre a educação financeira no Brasil, destacando

a crescente valorização do tema nos currículos escolares, bem como a diversidade de estratégias metodológicas e os principais desafios enfrentados em sua implementação. Entre os temas recorrentes nas publicações analisadas, destacam-se: a definição e os objetivos da educação financeira, os modelos de ensino, os obstáculos à sua institucionalização e as perspectivas para sua consolidação futura.

Segundo Creswell (2014), a triangulação entre dados empíricos e referenciais teóricos é essencial para garantir a consistência metodológica de uma pesquisa científica. Assim, a análise dos dados foi conduzida de forma a integrar as contribuições da literatura com as percepções dos participantes, assegurando um alinhamento entre teoria e prática. Dessa forma, foi possível captar não apenas as tendências gerais, mas também as nuances que envolvem a vivência dos jovens em relação à educação financeira no ambiente escolar e familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

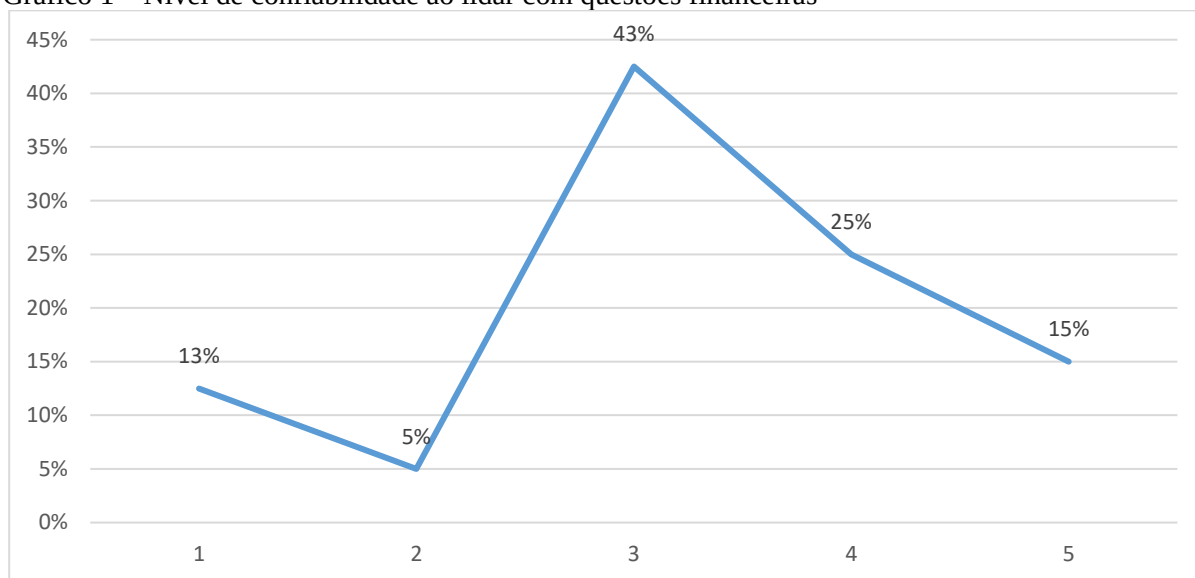
A aplicação do questionário foi realizada por meio da plataforma Google Formulários, obtendo um total de 40 respostas válidas. O instrumento foi direcionado a três grupos distintos de respondentes: estudantes do ensino médio matriculados na disciplina de Educação Financeira (32,5%), estudantes do curso técnico em Administração (22,5%) — ambos do Colégio Estadual Adaucto da Silva Rocha – E.F.M., localizado na cidade de Luiziana – PR — e acadêmicos do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Campo Mourão – PR (45%).

A partir da análise dos dados, foi possível traçar o perfil sociodemográfico dos participantes. Em relação à identidade de gênero, 65% dos respondentes se autodeclararam do gênero feminino, 32,5% do gênero masculino, e 2,5% preferiram não informar. Quanto à faixa etária, observou-se que 47,5% dos participantes têm menos de 18 anos, 40% estão na faixa entre 18 e 24 anos, 10% entre 25 e 30 anos, e 2,5% possuem mais de 30 anos.

Para avaliar o nível de confiança dos participantes ao lidar com questões financeiras, foi utilizada uma escala do tipo Likert, composta por cinco níveis: Nível 1 – Não tenho confiança alguma; Nível 2 – Tenho pouca confiança; Nível 3 – Não sei dizer; Nível 4 – Tenho bastante confiança; Nível 5 – Tenho total confiança.

O Gráfico 1 apresenta os resultados obtidos quanto ao nível de confiabilidade dos respondentes em relação ao manejo de questões financeiras.

Gráfico 1 – Nível de confiabilidade ao lidar com questões financeiras



Fonte: Autoras

Os resultados obtidos por meio do questionário evidenciam que o nível de confiança dos participantes em relação à administração de suas finanças pessoais é bastante variável. Um número significativo dos respondentes se posiciona em níveis intermediários de autoconfiança, enquanto uma parcela considerável demonstra insegurança ao lidar com questões financeiras, o que indica a necessidade de apoio e orientação nessa área.

Ao analisar os dados obtidos especificamente do grupo de acadêmicos do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná, verificou-se a presença de dificuldades relevantes no que diz respeito à educação financeira. Tais dificuldades foram sistematizadas e apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Dificuldades em relação à Educação Financeira

Dificuldade	Situação Exemplificada

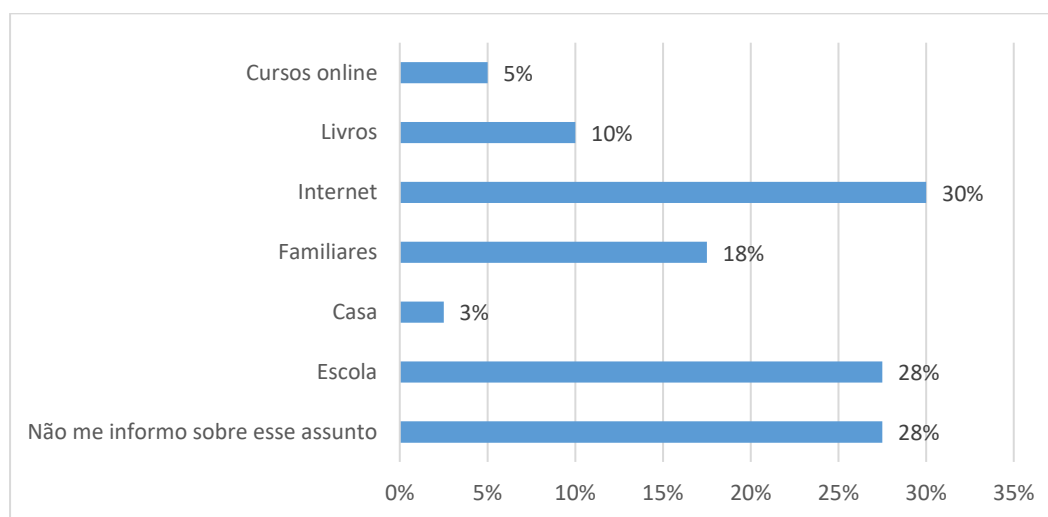
Disciplina	“Gastar apenas com o necessário”. As pessoas têm dificuldade em resistir à tentação de comprar coisas com apenas o necessário.
Organização	“Manter as contas organizadas”. As pessoas não sabem acompanhar seus gastos de forma eficiente.
Conhecimento	“Investir no Mercado Financeiro”. As pessoas não sabem como funciona o mercado financeiro e quais os riscos envolvidos.
Dívidas	“Quitar dívidas”. As pessoas podem estar sobrecarregadas com dívidas e precisam encontrar uma forma de se livrar dela.

Fonte: Autoras

A escolha deste grupo para análise aprofundada decorre da constatação de que muitos desses estudantes não tiveram acesso formal à educação financeira, o que impacta diretamente em sua capacidade de gerenciar recursos. Essa observação corrobora com a afirmação de Kiyosaki (s.d., p. 61), ao afirmar que: “[...] a maioria das pessoas não descobre o motivo de suas dificuldades financeiras porque não entende os fluxos de caixa. [...]”.

Apesar das limitações identificadas, é encorajador observar que os participantes demonstram interesse em aprimorar seus conhecimentos sobre finanças pessoais. O Gráfico 2 apresenta os canais utilizados pelos respondentes na busca por informações financeiras.

Gráfico 2 - Canais de informação sobre educação financeira



Fonte: Autoras

A análise do Gráfico 2 revela um cenário positivo quanto à procura por conhecimento. A internet se destaca como o principal meio de acesso a conteúdos sobre finanças, seguida pela família e pela escola, que também exercem papel relevante no processo de aprendizagem. No

entanto, um dado preocupante é que 28% dos participantes afirmaram não buscar qualquer tipo de informação sobre o tema.

Os recursos online, como blogs, vídeos educativos, *podcasts* e plataformas de cursos, são amplamente utilizados por jovens interessados em aprofundar seus conhecimentos financeiros. Quanto à frequência de uso desses canais, 32,5% dos respondentes informaram acessá-los diariamente, 30% semanalmente, 7,5% mensalmente, 17,5% raramente e 12,5% nunca utilizaram tais meios.

A pesquisa também revelou que 18% dos participantes utilizam seus familiares como principal fonte de informação sobre finanças. Ao serem questionados sobre a influência familiar em suas práticas financeiras, 65% afirmaram discutir finanças com seus parentes, e 70% reconheceram que sua formação nesse campo é, de fato, influenciada por eles. Esses dados reforçam o papel da família como agente fundamental na construção de hábitos financeiros saudáveis. O ambiente doméstico deve ser o primeiro espaço de aprendizagem, abordando temas como orçamento, poupança, consumo consciente e responsabilidade com o dinheiro.

Na sequência da pesquisa, foram analisadas as experiências pessoais dos participantes quanto às motivações para aprender sobre finanças. As razões identificadas estão organizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Razões Financeiras

Razões	Situações Exemplificada
Motivações	“Quero ter mais liberdade financeira”, “Desejo crescer profissionalmente”.
Desafios	“Tenho muitas dívidas e preciso controlá-las”. “Preciso de dinheiro para pagar minhas contas”. “Não tenho tempo para me dedicar às finanças”. “Sou muito impulsivo e gasto mais do que deveria”.
Objetivos financeiros	“Quero economizar para comprar um carro”. “Investir para ter uma renda extra”. “Garantir um futuro mais seguro”.
Habilidades Financeiras	“Quero aprender a administrar meu dinheiro”. “Preciso organizar minhas finanças”. “Quero tomar decisões financeiras mais inteligentes”.

Fonte: Autoras

O Quadro 2 demonstra que os respondentes possuem diferentes motivações para buscar conhecimento financeiro. Dentre elas, destacam-se o desejo de resolver problemas imediatos, como o endividamento, e a busca por um futuro economicamente mais seguro. Também se

observa a valorização das habilidades financeiras como meio para alcançar objetivos pessoais e profissionais.

Os dados obtidos por meio do questionário aplicado indicam que a educação financeira exerce influência significativa na formação de jovens estudantes e futuros profissionais. A análise revelou não apenas os impactos da ausência de conhecimento formal sobre finanças, mas também os padrões de comportamento, as motivações para o aprendizado e as principais dificuldades enfrentadas.

Entre os participantes que discutem sobre finanças com suas famílias, 65% demonstram uma relação direta entre a educação financeira doméstica e a forma como gerenciam seus recursos. A maior parte dos entrevistados reconhece a importância do aprendizado financeiro, o que pode ser observado na frequência com que utilizam canais informativos — especialmente a internet — como fonte principal de conhecimento. No entanto, a parcela de 28% que não busca informação revela uma lacuna educacional que pode ser suprida por políticas públicas voltadas à educação financeira.

Os resultados reforçam a importância de inserir conteúdos financeiros desde os primeiros anos escolares, contribuindo para a formação de habilidades como planejamento, disciplina orçamentária, tomada de decisões e consumo consciente. As dificuldades identificadas, como falta de organização financeira, ausência de metas e desconhecimento sobre investimentos, demonstram a urgência de se consolidar uma cultura de educação financeira nas instituições de ensino.

Além disso, os dados refletem um cenário de insegurança entre os jovens. A análise do Gráfico 1, que trata da confiança dos participantes em relação à gestão financeira, revela que grande parte deles se sente pouco segura ou incerta quanto à própria capacidade de lidar com o dinheiro. Apenas uma minoria apresenta confiança plena nesse aspecto.

Essa insegurança pode ser atribuída, em grande parte, à ausência de formação adequada e à complexidade do sistema financeiro, conforme indicado pelas dificuldades relatadas pelos estudantes de administração. A falta de conhecimento sobre instrumentos financeiros e o receio em lidar com dívidas são fatores recorrentes. Tais aspectos reforçam a necessidade de políticas e práticas educacionais voltadas à promoção do letramento financeiro.

Por fim, conclui-se que a escola desempenha papel indispensável na consolidação do conhecimento financeiro. Apesar da influência significativa da família e do fácil acesso à internet, é no ambiente escolar que se pode garantir uma educação sistematizada, progressiva e crítica. Assim, a incorporação da educação financeira nos currículos escolares constitui um passo fundamental para preparar as novas gerações para os desafios econômicos do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da educação financeira no currículo escolar ultrapassa a mera transmissão de conceitos teóricos sobre economia. Trata-se de uma proposta formativa que visa preparar os jovens para os desafios da vida cotidiana, proporcionando-lhes instrumentos práticos para o gerenciamento consciente e responsável dos recursos financeiros. Essa formação contribui não apenas para a organização individual das finanças, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e socialmente responsável.

Ao desenvolverem a capacidade de tomar decisões financeiras com responsabilidade, os estudantes adquirem maior autonomia e controle sobre seu futuro, impactando positivamente também as comunidades em que estão inseridos. Dessa forma, a educação financeira assume um papel estratégico na formação de cidadãos críticos, capazes de agir com discernimento em um cenário econômico cada vez mais complexo.

Apesar da relevância do tema, persistem desafios significativos relacionados à sua implementação e universalização. A presente pesquisa, inicialmente aplicada a estudantes do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), revela o potencial de expansão para outros públicos e contextos educacionais. A aplicação do instrumento de pesquisa poderia ser estendida a discentes de outras áreas do conhecimento, permitindo uma análise mais abrangente sobre o nível de letramento financeiro entre diferentes perfis acadêmicos.

Além disso, a adaptação da pesquisa para alunos do ensino fundamental representaria uma importante contribuição para a compreensão de como os conceitos de educação financeira são assimilados desde as fases iniciais da formação escolar. Tal ampliação possibilitaria o acompanhamento do desenvolvimento de competências financeiras ao longo do processo educacional, identificando lacunas e oportunidades de intervenção pedagógica.

Outra vertente relevante seria a inclusão de familiares dos estudantes como participantes da pesquisa. Ao considerar o contexto familiar, seria possível obter uma visão mais holística do processo de aprendizagem financeira, analisando a influência das práticas domésticas na formação de hábitos e atitudes relacionados ao uso do dinheiro. Essa abordagem favorece uma análise mais significativa, ao evidenciar as interações entre o ambiente escolar e familiar na consolidação do conhecimento financeiro dos jovens.

A presente investigação oferece uma contribuição relevante para o campo da educação financeira, ao apresentar evidências empíricas que reforçam a importância de integrar esse conteúdo ao currículo escolar. Os resultados obtidos oferecem subsídios para que educadores e gestores educacionais possam planejar estratégias pedagógicas mais eficazes, respeitando as especificidades de cada realidade educacional. O estudo também evidencia a necessidade de garantir o acesso universal a essa formação, promovendo a equidade e a inclusão.

Sugere-se que futuras pesquisas explorem diferentes abordagens metodológicas para o ensino de educação financeira, considerando as particularidades regionais, culturais e socioeconômicas dos estudantes. A realização de estudos longitudinais, que acompanhem os jovens ao longo do tempo, permitiria observar os impactos concretos da aprendizagem financeira nas decisões e comportamentos assumidos na vida adulta.

Adicionalmente, investigações voltadas ao uso de tecnologias digitais, como aplicativos, plataformas interativas e jogos educativos, podem representar uma via promissora para o ensino de finanças de forma lúdica e acessível. Tais recursos podem ampliar o engajamento dos estudantes, tornando o processo de aprendizagem mais significativo.

Em síntese, esta pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem mais sistemática e integrada para a educação financeira no ambiente escolar. Também destaca a importância da formação continuada dos docentes, que devem estar capacitados para atuar de forma competente e contextualizada. Quando efetivamente implementada, a educação financeira pode desempenhar um papel fundamental na formação de indivíduos mais conscientes, críticos e preparados para tomar decisões que contribuam para seu bem-estar pessoal e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. A.; MEDEIROS, B. S.; RODRIGUES, H. G. Evidenciação dos resultados da produção científica nacional sobre educação financeira. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, v. 21, n. 4, p. 47-49, 2023.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HONDA, K. **Dinheiro feliz: a arte japonesa de fazer as pazes com o seu dinheiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 66. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LUCI, C. R. et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminários em Administração**, 9, São Paulo, 2006.

MARCIANO, V. G.; MEDEIROS, A. L. Educação financeira: mensuração do conhecimento financeiro de alunos de uma universidade federal e sua correlação com os cinco grandes fatores de personalidade. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, v. 27, p. 69–94, 2022.

MORAIS, L. A.; LIMA, P. F. de. Educação financeira e desenvolvimento de competências socioemocionais em adolescentes. **Revista Pedagógica**, v. 23, n. 2, p. 145-161, 2021.

NASCIMENTO, J.; SILVA, E. L. Educação financeira no ensino básico: desafios e perspectivas para a formação cidadã. **Revista de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 2, p. 34-52, 2022.

OLIVIERI, M. F. A. Educação financeira. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013.

RIBEIRO, J. S.; EDUARDO, A. S.; MALDONADO, A. D. R. M. Aspectos conceituais da educação financeira: um estudo com os alunos do ensino médio das escolas estaduais de Nova Andradina – MS. **Anais do IV Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, 2020.

SANTOS, A. C. dos. Educação financeira como instrumento de inclusão social: uma análise da atuação em escolas públicas. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, v. 5, n. 1, p. 88-102, 2020.

SCHILLER, J. Educação financeira entre universitários: um estudo comparativo. **Journal of Financial Literacy**, v. 2, n. 1, p. 22-35, 2019.

SILVA, A.; LAUTERT, M. Nível de educação financeira e sua influência nas despesas mensais. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, v. 4, n. 3, p. 45-61, 2022.

SOARES, R. H. A influência da educação financeira na formação de hábitos econômicos em jovens estudantes. **Cadernos de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 3, p. 201-220, 2018.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 05

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESUMOS EXPANDIDOS

A EFICÁCIA DA APLICABILIDADE DE CRÉDITO DE CARBONO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Leiana Fungari Golanoski Tonete¹ – Unespar

Grupo de Trabalho: 5 Economia Sustentável e Desenvolvimento

1.INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais urgentes da atualidade, demandando ações coordenadas em escala global para a transição para uma economia de baixo carbono. Nesse cenário, o crédito de carbono surge como um dos principais instrumentos de mercado, projetado para incentivar a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Este mecanismo, fundamentado em acordos internacionais como o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015), permite que reduções de emissões sejam convertidas em ativos financeiros comercializáveis. Cada crédito equivale a uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) que deixou de ser emitida para a atmosfera.

O Brasil, com sua vasta biodiversidade, matriz energética com grande potencial renovável e um agronegócio de relevância mundial, ocupa uma posição estratégica neste mercado. A implementação eficaz de um mercado de carbono no país não apenas contribui para o cumprimento de metas ambientais, mas também representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento econômico sustentável. Estudos apontam que o mercado de carbono pode destravar investimentos, promover a inovação tecnológica em setores-chave e gerar "empregos verdes", alinhando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) à conservação ambiental (Lopes & Faria, 2023).

A relevância deste estudo reside na análise da lacuna entre o potencial teórico do mercado de carbono e sua aplicabilidade prática na economia brasileira. Com a recente regulamentação do mercado de carbono no Brasil, aprovada em 2024, torna-se crucial investigar se o arcabouço legal e as políticas públicas existentes são suficientes para garantir a eficácia deste mecanismo como ferramenta de crescimento econômico e sustentabilidade.

¹ - Bacharelada em Ciências Econômicas – e-mail: leiana.tonete.23@estudante.unespar.edu.br

2.OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar a eficácia da aplicação do sistema de créditos de carbono na promoção de sustentabilidade e crescimento econômico no Brasil. De forma específica, se objetiva investigar o impacto do mercado de crédito de carbono nos setores estratégicos brasileiros como energia e agronegócio, bem como avaliar as políticas regulatórias e seus efeitos na implementação de créditos de carbono no Brasil entre 2010 a 2024 e por fim, identificar os desafios e oportunidades associados à adoção do mecanismo de créditos de carbono no contexto econômico brasileiro.

3.METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotará uma abordagem de métodos mistos, combinando análises qualitativas e quantitativas para proporcionar uma compreensão abrangente do tema. Esta pesquisa será exploratória e descritiva. Como procedimento de coleta de dados, será utilizado o levantamento bibliográfico e documental por meio de análise de artigos científicos, relatórios de painéis internacionais como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre mudanças Climáticas), publicações de institutos de pesquisa (IPAM, Observatório do Clima), e a legislação pertinentes, com foco no marco regulatório brasileiro aprovado em 2024.

Serão realizados estudos de casos aprofundados sobre projetos de crédito de carbono em andamento no Brasil, como iniciativas de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) na Amazônia e projetos no setor de energia renovável e agronegócio.

A coleta de dados secundários incluirá informações do Sistema Brasileiro de Comércio e Emissões (SBCE) e do programa RenovaBio.

Por fim, será utilizada a análise de conteúdo para interpretar os dados provenientes da análise documental e das entrevistas bem como utilizar posteriormente, métodos estatísticos como análise de regressão linear, para examinar a relação entre a comercialização de créditos de carbono e indicadores econômicos selecionados (ex: crescimento setorial do PIB, investimentos em tecnologia limpa e geração de empregos).

4.RESULTADOS

Dado que esta pesquisa se encontra em fase de projeto, os resultados ainda não foram coletados. Contudo, com base na hipótese de que a implementação de créditos de carbono no Brasil é eficaz, espera-se encontrar evidências que demonstrem:

Uma correlação positiva entre expansão do mercado de carbono e o crescimento sustentável em setores estratégicos, especialmente no agronegócio (por meio de práticas de agricultura regenerativa) e na geração de energia renovável.

Que o marco regulatório de 2024, apesar de ser um avanço, apresenta desafios de implementação, como a necessidade de sistemas de monitoramento, reporte e verificação (MRV) mais robustos e a garantia de segurança jurídica para atrair investidores.

E por fim, a identificação de oportunidades claras para o Brasil se consolidar como líder global neste mercado, mas também de desafios, como o combate ao desmatamento ilegal, que impacta diretamente a credibilidade dos créditos gerados.

5.CONCLUSÃO

Este estudo se propõe a avaliar a complexa relação entre política ambiental e desenvolvimento econômico no Brasil por meio da lente dos créditos de carbono. Espera-se que os resultados confirmem a hipótese de que este mecanismo, quando bem regulamentado e implementado, é uma ferramenta poderosa para promover a sustentabilidade sem abdicar ao crescimento econômico.

Ao final da pesquisa, pretende-se oferecer um diagnóstico claro sobre a eficácia do sistema de créditos de carbono, contribuindo com recomendações para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias do setor privado.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a análise comparativa do modelo brasileiro com outros mercados de carbono já consolidados, como o da União Europeia, a fim de identificar lições aprendidas e melhores práticas.

6.REFERÊNCIAS

Crédito de descarbonização (CBIO), Disponível em: <[Crédito de Descarbonização \(CBIO\) — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)> Acesso em 17 de Dezembro de 2024.

Crédito de Carbono: o que é, como funciona e sua importância no combate às mudanças climáticas ,Marcus Figueiredo, Disponível em: < [Crédito De Carbono: Como Funciona E Sua Importância Ambiental](#)> Acesso em 17 de Abril de 2025.

Embrapa, Artigo- Agricultura regenerativa – o que significa, o que regenerar? Embrapa 2024, Disponível em: <[Artigo - Agricultura regenerativa – o que significa, o que regenerar? - Portal Embrapa](#)> Acesso em 23 de Abril de 2025.

FIGUEREDO, M. Crédito de Carbono: o que é, como funciona e sua importância no combate às mudanças climáticas. Disponível em:<https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/credito_de_carbano/>. Acesso em: 10 Abril. 2025.

IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia, Quem são os grandes emissores de gases de efeito estufa? Ipam ,2024, Disponível em: <[Quem são os grandes emissores de gases de efeito estufa? - IPAM Amazônia](#)> Acesso em: 23 De Junho de 2025.

LOPES, J. R.; FARIA, L. F. **O Mercado de Carbono como Vetor para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Revista Brasileira de Economia e Meio Ambiente, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

A RELAÇÃO ENTRE COMPLIANCE E CRESCIMENTO ECONÔMICO PARANAENSE: UMA ABORDAGEM COM PAINEL ESPACIAL

Danilo Cadedo Fiorin¹ - Unespar
Henrique de Almeida Alves² - Unespar
Maria de Paula Souza Dias³ - Unespar
Tiago de Paula Schuenck⁴ - Unespar
Rodrigo Monteiro da Silva⁵ - Unespar

Grupo de Trabalho: 05 Economia Sustentável e Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A relação entre a qualidade da gestão fiscal e o desempenho econômico tem se consolidado como um tema central na literatura econômica, especialmente diante da crescente valorização da responsabilidade e da transparência na administração pública. Pesquisas como de Franceschina, Bezerra e Mello (2018) destacam que a gestão fiscal é um elemento que deve ser considerado no debate sobre crescimento econômico, uma vez que uma administração pública eficiente pode criar um ambiente propício à atração de investimentos privados, fomentar atividades econômicas, proporcionar estabilidade política e econômica e ampliar o acesso da população a serviços públicos de qualidade.

Nesse contexto, as discussões sobre o tamanho do governo e a estrutura tributária tornaram-se recorrentes nas análises que investigam a relação entre desempenho econômico e gestão fiscal, comumente mensurada por meio de indicadores de transparência fiscal e dos mecanismos de controle dos recursos públicos (Mendes *et al.*, 2018; Kim *et al.*, 2018). No Brasil, a temática da transparência na gestão pública ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Essas legislações ampliaram o direito da sociedade ao acesso a informações de interesse coletivo e impuseram obrigações de transparência aos entes públicos. No contexto municipal, essa demanda se torna ainda mais relevante, considerando que os municípios são os principais responsáveis pela execução de políticas públicas.

¹ - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: danilocf03@gmail.com

² - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: henriquealmeidaalves12121@gmail.com

³ - Bacharelado em Ciências Contábeis – e-mail: eduardadudadias2006@gmail.com

⁴ - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: tiagoschuencks@gmail.com

⁵ - Doutor em Teoria Econômica – e-mail: rodrigo.monteiro@unespar.edu.br – Orientador

Esse contexto reforça a necessidade de avançar nas investigações sobre a qualidade da gestão fiscal, especialmente considerando sua relação com o crescimento econômico em nível municipais, além de tornar torna necessárias abordagens metodológicas que permitam captar não apenas as características individuais dos municípios, mas também as interdependências espaciais que podem existir entre eles, aspecto relevante em estudos regionais e que será realizado nesse estudo.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e mensurar a relação entre o compliance fiscal e o crescimento econômico dos municípios paranaenses. Como objetivos específicos, pretende-se avaliar o impacto das variáveis como capital físico, setor público, capital humano e capital financeiro, sobre o crescimento econômico municipal; verificar a existência de dependência espacial entre os municípios do Paraná, e; determinar o modelo econométrico espacial que melhor explica essa relação, utilizando testes estatísticos e critérios de informação para validação do ajuste dos modelos estimados.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa, com abordagem explicativa e os procedimentos adotados envolveram a coleta e organização de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), referentes ao período de 2013 a 2021 para todos os municípios do Estado do Paraná além do uso de modelos econométricos espaciais.

A variável dependente da análise foi o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal enquanto as variáveis independentes incluíram capital físico (representado pelo consumo de energia industrial); setor público (medido pelas despesas municipais com investimento), capital humano (trabalhadores com ensino superior completo); capital financeiro (bancos por cem mil habitantes e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), *proxy* para compliance. O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) varia em uma escala de 0 a 1, seguindo a classificação: i) inferior a 0,4:

gestão crítica; ii) entre 0,4 e 0,6: gestão em dificuldade; iii) entre 0,6 e 0,8: boa gestão, e; i) acima de 0,8: excelente gestão (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2023).

Para a estimação econométrica foram estimados modelos de painel tradicionais: empilhado, efeitos fixos e efeitos aleatórios. A escolha do modelo mais adequado foi realizada por meio da aplicação dos testes estatísticos de Chow, Breusch-Pagan e Hausman, como indicado por Gujarati e Porter (2011). Posteriormente, foi aplicado o teste de dependência espacial de Pesaran (CD), seguido das estimativas dos modelos espaciais autoregressivo (SAR), de Durbin Espacial (SDM) e o modelo SAR dinâmico, que incorpora simultaneamente defasagens espaciais e temporais da variável dependente. As estimativas foram avaliadas e comparadas com base nos critérios de informação de Akaike (AIC) e Schwarz (BIC), buscando identificar o modelo com melhor ajuste aos dados observados (Almeida, 2012). Os modelos foram especificados no formato log-log, o que permite interpretar os coeficientes diretamente como elasticidades.

4. RESULTADOS

De acordo com os dados obtidos no Ipardez, no período selecionado, o PIB *per capita* paranaense apresentou média de aproximadamente R\$ 47.368,51, com desvio padrão de R\$ 23.487,09, com mínimos e máximos de R\$ 13.213,00 e R\$ 414.745,23, respectivamente. Já o IFGF possuía média de 0,6198, variando de 0,09 a 1, o que mostra diferenças expressivas entre a qualidade da gestão fiscal entre os municípios do estado.

Em termos de resultados econométricos, como exposto na Tabela 1, de forma geral, os resultados indicam que o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) apresentou impacto negativo e estatisticamente significativo sobre o crescimento econômico dos municípios paranaenses em praticamente todos os modelos estimados, incluindo os tradicionais e espaciais. O modelo com melhor ajuste foi o Spatial Durbin Model (SDM), conforme demonstrado pelos menores valores dos critérios de informação de Akaike e Schwarz e, por esse modelo, o coeficiente do IFGF no SDM (-0,09242) sugere que um aumento de 10% no IFGF está associado, em média, a uma redução de aproximadamente 0,92% no PIB *per capita* municipal, mantendo as demais variáveis constantes. De forma semelhante, o coeficiente espacial defasado (WIFGF), estimado em -0,2169, indica que um aumento de 10% no IFGF dos municípios vizinhos está relacionado a uma queda de cerca de 2,16% no PIB *per capita* local.

Tabela 1 – Resultados dos painéis de dados tradicionais e espaciais

Variáveis	Empilhado	Efeitos Fixos	Efeitos aleatórios	SAR (efeito total)	SDM (efeito total)	SAR dinâmico (efeito total)
WPIB per capita				0,5147***	0,4569***	0,0683***
PIB per capita t-1						0,8334***
Capital físico	0,4614***	0,1235***	0,1615***	0,2445***	0,2353***	0,1987***
Setor público	-0,4380***	-0,0023	-0,0059*	0,00165	0,0117***	-0,0159***
Capital Humano	32,5661***	-0,5038	0,1368	0,72821	2,1578***	-0,8322
Capital financeiro	0,2544*	0,0131***	0,0237***	0,0208***	0,008	0,0555***
IFGF	1,5909***	-0,1147***	-0,1005***	-0,1201***	-0,0924***	-0,0762***
WCapital físico					-0,0021	
WSetor público					-0,0109**	
WCapital Humano					-1,7738***	
WCapital financeiro					0,0053	
WIFGF					-0,2169***	
Constante	19,9562***	20,0119***	19,9711***	8,8891***	10,2647	1,8351***
Diagnóstico da regressão						
Teste de Chow		528,51***				
Teste Breusch Pagan		9500,43***				
Teste de Hausman		118,66***				
CD Pesaran		213,14***				
Teste de Akaike				0,0096	0,0094	0,0111
Teste de Schwarz				0,0098	0,0097	0,0110

Fonte: resultado da pesquisa. Obs.: *** Significativo a 1%, ** 5% e * 10%, respectivamente

5. DISCUSSÃO

Os resultados mostram que o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) tem efeito negativo e significativo sobre o PIB per capita dos municípios paranaenses em todos os modelos, incluindo o Spatial Durbin Model (SDM), que apresentou o melhor ajuste segundo os critérios de Akaike e Schwarz. No SDM, um aumento de 10% no IFGF está associado a uma redução de cerca de 0,92% no PIB per capita local, enquanto o IFGF defasado espacialmente (WIFGF) indica uma queda ainda maior, próxima a 2,17%, devido aos efeitos dos municípios vizinhos.

Esse resultado negativo é consistente com o estudo de Silva (2024), que também encontrou impacto negativo do IFGF utilizando modelos espaciais em corte transversal. Uma possível explicação é que melhores índices de gestão fiscal podem refletir políticas de austeridade que limitam investimentos públicos essenciais para o crescimento econômico, como em infraestrutura e serviços.

Além do IFGF, o capital físico, financeiro e humano mostraram efeitos positivos sobre o PIB per capita, o que está alinhado com a literatura sobre fatores de crescimento econômico. Como limitação, destaca-se que o IFGF não foi desagregado, o que impediria entender quais componentes da gestão fiscal influenciam mais esses resultados. Estudos futuros poderiam explorar essa questão para aprofundar a análise

6. CONCLUSÃO

Este estudo identificou que o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) apresenta impacto negativo e estatisticamente significativo sobre o crescimento econômico dos municípios paranaenses, conforme evidenciado principalmente pelo modelo Spatial Durbin Model (SDM), que apresentou melhor ajuste aos dados. Além disso, os resultados indicam que o desempenho fiscal dos municípios vizinhos também influencia negativamente o PIB per capita local. Variáveis de controle como capital físico, capital financeiro e capital humano mostraram efeitos positivos, reforçando sua importância para o desenvolvimento econômico municipal. Esses achados apontam para a complexidade da relação entre gestão fiscal e crescimento, sugerindo que políticas de austeridade fiscal, apesar de melhorarem índices de gestão, podem limitar investimentos necessários para o desenvolvimento regional. Futuras pesquisas podem aprofundar a análise desagregando os componentes do IFGF e explorando outras dimensões da gestão pública que influenciem o crescimento, além de considerar diferentes contextos regionais para validar a generalização dos resultados.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. *Econometria espacial aplicada*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Anexo metodológico IFGF*. 2023.

FRANCESCHINA, S; BEZERRA, F. M; DE MELLO. A relação entre os índices de responsabilidade fiscal, social e gestão e o desenvolvimento nos municípios do estado do Paraná. *Estudos do CEPE*, p. 49-63, 2018.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011

KIM, D. H. WU, Y. C.; LIN, S. C. *Heterogeneity in the effects of government size and governance on economic growth*. *Economic Modelling*, v. 68, p. 205-216, jan. 2018.

MENDES, W. A., FERREIRA, M. A. M., ABRANTES, L. A., FARIA, E. R. A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 918-934. 2018.

SILVA, K. V. *Gestão Pública No Paraná: determinantes e impactos sobre o crescimento econômico*. Monografia (bacharel em Ciências Econômicas). Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

A RELAÇÃO ESPACIAL ENTRE O EMPREENDEDORISMO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO PARANAENSE

Gustavo Knach Angelo¹ – Unespar
Danilo Cadedo Fiorin² – Unespar
Beatris Fernanda Miranda³ – Unespar
Henrique de Almeida Alves⁴ – Unespar
Isadora Elisa Schebeleski⁵ – Unespar
Leilara Fungari Golanoski Tonete⁶ – Unespar
Tiago de Paula Schuenck⁷ – Unespar
Rodrigo Monteiro da Silva⁸ – Unespar

Grupo de Trabalho: Economia Sustentável e Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

O estudo da relação entre empreendedorismo e crescimento econômico é um tema recorrente tanto no debate acadêmico como entre formuladores de políticas públicas, visto que, segundo Canever, Menezes e Kohls (2011), há uma relação direta entre novos empreendimentos e a competitividade regional impactando positivamente o crescimento das economias locais.

O tema se torna particularmente relevante quando se considera o papel do empreendedor como agente capaz de identificar oportunidades, mobilizar recursos e implementar inovações que impulsionam transformações produtivas. Nesse sentido, Acs e Audretsch (2003) argumentam que o empreendedorismo não apenas estimula a criação de empresas e a geração de renda, mas também potencializa o crescimento econômico por meio de ganhos de eficiência, visão que remete ao entendimento clássico de Schumpeter (1964), que posiciona o empreendedor como figura central no processo de crescimento econômico.

Contudo, apesar da importância do tema, ainda existe uma lacuna de conhecimento quanto aos efeitos específicos do empreendedorismo sobre o crescimento econômico em contextos regionais, especialmente no Brasil. Como destaca Dornelas (2008), o empreendedorismo é condicionado pelas características socioeconômicas locais, podendo surgir tanto por oportunidade

1 - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: guguknach@gmail.com

2 - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: danilocf03@gmail.com

3 - Bacharelado em Administração – e-mail: beatrismirandda@gmail.com

4 - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: henriquealmeidaalves12121@gmail.com

5 - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: isadoraelisa13@gmail.com

6 - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: leh22_fgt@hotmail.com

7 - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: tiagoschuencks@gmail.com

8 - Doutor em Teoria Econômica – e-mail: rodrigo.monteiro@unespar.edu.br - orientador

quanto por necessidade, o que modifica seu impacto sobre o desenvolvimento. Estudos como o de Van Stel *et al.* (2005) evidenciam que, em países de baixa renda, o empreendedorismo pode ter efeitos negativos, enquanto, em economias mais desenvolvidas, tende a impulsionar o crescimento.

Assim, este estudo busca preencher essa lacuna ao investigar a influência do empreendedorismo sobre o crescimento econômico no contexto regional dos municípios paranaenses levando em consideração que as especificidades locais podem interferir nessa relação.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência do empreendedorismo sobre o crescimento econômico dos municípios paranaenses no ano de 2021. Como objetivos específicos, busca-se: i) identificar a presença de dependência espacial entre os municípios, avaliando se os níveis de crescimento econômico são influenciados pelas características dos municípios vizinhos, e; ii) estimar a magnitude e direção do impacto do empreendedorismo, mensurado pelo total de empresas em relação à população municipal, sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Dessa forma, pretende-se compreender se o empreendedorismo, juntamente com as interações espaciais, contribui para o crescimento econômico local, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficientes e adequadas às especificidades regionais.

3. METODOLOGIA

Dado o objetivo da pesquisa, a abordagem metodológica utilizou econometria espacial com dados secundários obtidos no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), organizados na forma de um *cross section* dos municípios paranaenses para o ano de 2021. A análise foi conduzida por meio de técnicas de econometria espacial utilizando os modelos autorregressivo espacial (SAR) e de defasagem espacial nos regressores (SDM) e a especificação dos modelos foi do tipo log-log, permitindo que os coeficientes fossem interpretados como elasticidades.

A variável dependente considerada foi o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal e como variáveis independentes, foram utilizadas: i) empreendedorismo: medido pelo total de empresas dividido pela população municipal; ii) três níveis de capital humano, representados pelo total de trabalhadores com ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo, todos ajustados pela população; iii) capital financeiro, expresso pelo número de agências

bancárias por cem mil habitantes, e, iv) setor público, mensurado pelo custo dos investimentos públicos *per capita*.

4. RESULTADOS

Na Tabela 1 são apresentados os resultados do modelo MQO e espaciais, indicando assim qual a influência do empreendedorismo sobre o crescimento econômico paranaense. Em todos os modelos, a variável de empreendedorismo apresentou coeficientes positivos e estatisticamente significantes ao nível de 1%, confirmando a hipótese de que o aumento na densidade empresarial está associado ao crescimento do PIB *per capita* municipal.

Tabela 1 - Resultado dos modelos econométricos: MQO, SAR e SDM

Variáveis	MQO	SAR-MV Efeito total	SDM-MV Efeito total
Financiamento	-0,0035	-0,0095	-0,1638
Empreendedorismo	0,2763***	0,3126***	0,3911***
Capital Humano 1	7,8860***	5,2190***	6,4952***
Capital Humano 2	0,6436	1,4740*	2,4566***
Capital Humano 3	7,6106***	9,0200***	8,7471***
Setor público	0,0852***	0,1048***	0,1228***
WPIB <i>per capita</i>		0,2451***	0,2736***
WFinanciamento			0,0821***
WEmpreendedorismo			-0,1004
WCapital Humano 1			11,3206**
WCapital Humano 2			-5,3705***
WCapital Humano 3			4,2996
WSetor público			-0,0308
Constante	8,1273***	000957***	0,0896***
Diagnóstico da regressão			
I de Moran	0,1820***		
Multiplicador de Lagrange (lag)	24,78***		
Multiplicador de Lagrange robusto (lag)	6,58***		
Multiplicador de Lagrange (erro)	18,24***		
Multiplicador de Lagrange robusto (erro)	0,039		
Critério de Akaike		218,51	205,42
Critério de Schwarz		258,41	265,26

Fonte: Resultado da pesquisa, os autores. Obs.: *** Significativo a 1%, ** a 5% e * a 10%.

5. DISCUSSÃO

Como pode ser visto na Tabela 1, ao se estimar o modelo MQO os diagnósticos de regressão confirmam a presença de dependência espacial, como indicado pelo I de Moran significativo e, pelos testes de Lagrange há a indicação de estimar os modelos espaciais da família SAR (Almeida, 2012). Entre eles, o modelo SDM é considerado o mais adequado, pois apresentou os menores valores nos critérios de informação de Akaike e Schwarz em comparação ao SDM. No que diz respeito aos sinais encontrados, o empreendedorismo apresentou coeficientes positivos e estatisticamente significativos nos três modelos, e, considerando o SDM como de melhor ajuste, é possível inferir que um aumento de 10% no empreendedorismo municipal está associado a um incremento de aproximadamente 3,9% no PIB *per capita*. No modelo SAR, esse impacto é de 3,1%, reforçando a robustez da relação positiva entre empreendedorismo e crescimento econômico.

As demais variáveis apresentaram sinais variados, pois o financiamento teve coeficiente negativo em todos os modelos, ainda que não significativo, possivelmente refletindo uma alocação ineficiente ou uma maior necessidade de crédito em regiões menos desenvolvidas. O capital humano, sobretudo nos níveis fundamental (Capital Humano 1) e superior (Capital Humano 3), apresentou efeitos positivos e estatisticamente significativos e a participação do setor público também apresentou coeficientes positivos e significativos, sugerindo que a presença do Estado contribui para o dinamismo econômico municipal.

A identificação de dependência espacial no PIB *per capita* indica que o crescimento econômico de um município tende a ser afetado pelos níveis dessa variável em municípios vizinhos, o que sugere a presença de externalidades territoriais positivas e reforça a compreensão de que o desempenho econômico regional ocorre de maneira interdependente, o que reforça a importância de modelos espaciais para captar essas interações, conforme destacado por Almeida (2012). Em relação aos efeitos espaciais, o modelo SDM revelou significância estatística para algumas variáveis defasadas espacialmente, como WFinanciamento (positivo), WCapital Humano 1 (positivo) e WCapital Humano 2 (negativo). O WEmpreendedorismo apresentou coeficiente negativo, porém não significativo, indicando que os efeitos indiretos do empreendedorismo sobre municípios vizinhos podem ser limitados ou heterogêneos.

Esses resultados são semelhantes aos obtidos por Van Stel, Carree e Thurik (2005) e Braunerhjelm (2010) e Silva (2024), que com abordagens metodológicas distintas, em regiões diferentes, mostram que o empreendedorismo é capaz de afetar positivamente o crescimento do

PIB per capita. O fato de ter sido verificado a dependência espacial, é possível inferir que as políticas públicas que incentivam a atividade empreendedora como estratégia para promover o crescimento econômico paranaense devem considerar as especificidades regionais do estado.

6. CONCLUSÃO

Em síntese, os resultados da pesquisa demonstram que o empreendedorismo exerce um impacto positivo sobre o PIB *per capita* dos municípios paranaenses, evidenciando sua importância como fator associado ao crescimento econômico local. Foi confirmada a presença de dependência espacial entre os municípios, o que indica que as dinâmicas econômicas não ocorrem de forma isolada, mas sim influenciadas pelas interações regionais, resultados esses que indicam a necessidade de que políticas públicas voltadas ao fortalecimento da atividade empreendedora devem considerar as especificidades territoriais do estado, buscando potencializar seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico. Como sugestão para futuras pesquisas, é possível se aprofundar no tema explorando com maior profundidade os mecanismos de interação espacial e analisar como diferentes tipos de empreendedorismo afetam o crescimento em contextos regionais distintos.

7. REFERÊNCIAS

ACS, Z.; AUDRETSCH, D. *The International Handbook of Entrepreneurship*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

BRAUNERHJELM, P., ACS, Z.; AUDRETSCH, D.; BRAUNERHJELM, P. CARLSSON, B. *The Missing Link. Knowledge Diffusion and Entrepreneurship in Endogenous Growth. Small Business Economics*. 2009.

CANEVER, M.; MENEZES, G.; KOHLS, V. K. Taxa de Formação de Empresas no Rio Grande do Sul: Deslocamentos espaciais e relação com o crescimento econômico. IPEA CODE 2011, *Anais do I circuito de debate acadêmico*, 2011.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios*. 3°. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base de dados. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development*. Harvard University Press, Cambridge, MA. 1964.

SILVA, R. M. *Empreendedorismo e crescimento econômico na região imediata de Campo Mourão uma abordagem com causalidade em painel*. In: XVI ECOPAR, 2024, Toledo. Anais Ecopar XVI 2024, 2024.

VAN STEL, A.; CARREE, M.; THURIK, R. The Effect of Entrepreneurial Activity on National Economic Growth. *Small Business Economics*, p. 311–321, 2005.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DA CESTA BÁSICA DE CAMPO MOURÃO E O ÍNDICE NACIONAL DO DIEESE EM 2024

Alexandra Andrade de Almeida Cardoso – Centro Universitário Integrado

Marcelo Alexandre Cordeiro – Centro Universitário Integrado

Fabricio Pelloso Piurcosky – Centro Universitário Integrado

1. INTRODUÇÃO

A cesta básica de alimentos constitui um dos principais indicadores do custo de vida e do poder aquisitivo da população brasileira, sendo amplamente utilizada para monitorar as condições socioeconômicas em diferentes regiões do país. As variações nos preços dos produtos que compõem essa cesta impactam diretamente o bem-estar das famílias, especialmente as de baixa renda, e refletem uma série de fatores estruturais, sazonais e conjunturais da economia.

A cesta básica de alimentos é um instrumento tradicionalmente utilizado para mensurar o custo de vida da população e avaliar o poder de compra dos trabalhadores, especialmente os de baixa renda. Composta por um conjunto de itens considerados essenciais à alimentação de um adulto ao longo de um mês, sua composição e metodologia de cálculo foram originalmente definidas pela Lei nº 3.999/1961 e posteriormente ajustadas por instituições como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que acompanha mensalmente os preços desses produtos em 17 capitais brasileiras (DIEESE, 2024). Além de refletir o impacto direto da inflação no consumo básico das famílias, a variação do custo da cesta também expressa diferenças regionais significativas, influenciadas por fatores como logística de distribuição, sazonalidade agrícola, políticas de abastecimento, entre outros (Belik e Domene, 2012; IBGE, 2024).

Nesse contexto, a análise do comportamento da cesta básica oferece subsídios importantes para a formulação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à proteção do poder de compra dos trabalhadores (Silva e Delgado, 2009).

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo principal avaliar o comportamento dos preços e suas variações ao longo de 2024, destacando as particularidades regionais e os principais fatores que influenciaram

os valores registrados. Para isso, propõe-se realizar uma análise comparativa entre o Índice de Custo da Cesta Básica (ICB) de Campo Mourão, elaborado pelo Centro Universitário Integrado em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Campo Mourão (CODECAM) e os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que divulga mensalmente o custo da cesta básica em 17 capitais brasileiras.

Ao contextualizar essas diferenças e semelhanças, espera-se contribuir para uma melhor compreensão dos impactos regionais da inflação alimentar e fornecer subsídios para políticas públicas mais eficazes.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como teórica, de natureza qualitativa, com caráter descritivo e comparativo. Essa escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que demanda uma comparação dos dados coletados pela pesquisa ICB de Campo Mourão com os dados coletados pelo DIEESE.

A metodologia adotada foi de caráter descritivo e comparativo, baseada em pesquisa documental dos boletins mensais do ICB de Campo Mourão (janeiro a outubro de 2024) e dos relatórios mensais do DIEESE. Foram analisados o valor da cesta básica, o percentual em relação ao salário-mínimo líquido e o tempo de trabalho necessário para aquisição. Os dados foram organizados em planilhas, com cálculo de variações mensais e médias comparativas. A análise considerou também os principais produtos que influenciaram nas altas e baixas dos meses analisados.

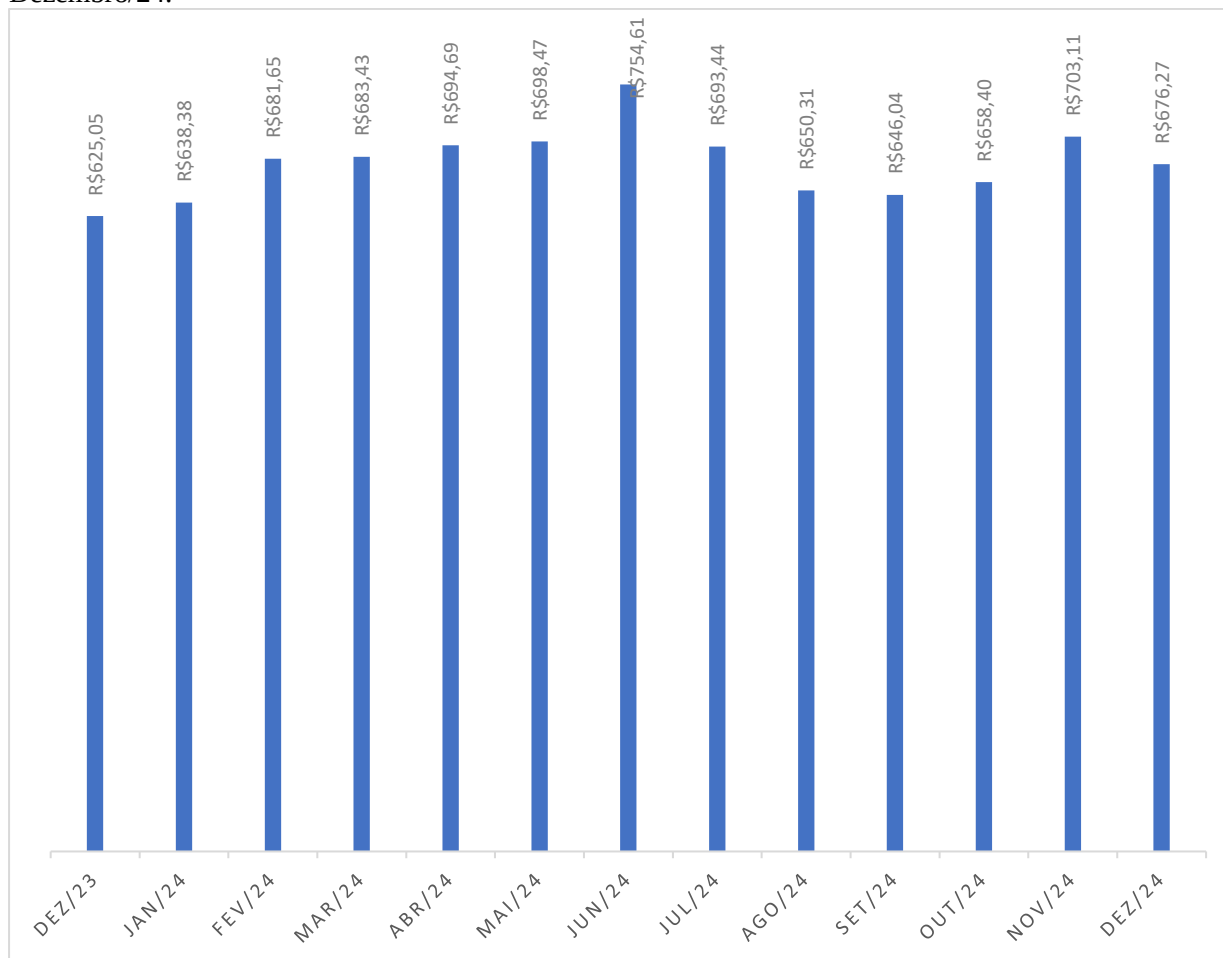
A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada dos dados, priorizando a compreensão do contexto e das relações de causalidade, ao invés da quantificação dos fenômenos (Minayo, 2016).

4. RESULTADOS

No período de janeiro a outubro de 2024, o valor da cesta básica em Campo Mourão variou de R\$638,38 (jan) a R\$754,61 (jun). O mês de junho apresentou o maior pico, representando 62,66%

do salário-mínimo líquido, exigindo 127h52min de trabalho. Em setembro, o valor caiu para R\$646,04, refletindo uma desaceleração dos preços de itens como tomate, arroz e feijão. Após o pico de junho, houve uma tendência de queda, com recuo mais expressivo em dezembro (R\$676,27). A média anual foi de R\$683,95, o que representa 57,25% do salário mínimo líquido, exigindo, em média, 117 horas de trabalho mensais para aquisição.

Gráfico 1 – Evolução do valor da cesta básica de Campo Mourão no período de Dezembro/23 a Dezembro/24.



Fonte: Relatório do Índice de Cesta Básica do Centro Universitário Integrado, CODECAM e Departamento de Pesquisa do Grupo de Pesquisadores do NEPE Núcleo de Empreendedorismo, Pesquisa e Extensão (2024).

Comparando com o DIEESE, o valor da cesta básica de Campo Mourão ficou acima de capitais como João Pessoa, Recife, Salvador, Aracaju e Natal durante todo o ano; E abaixo de São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba em todos os meses, bem como, o valor médio ficou próximo a Belo Horizonte, Brasília e Goiânia em meses pontuais.

Os produtos com maior influência nas altas mensais foram: Óleo de soja (até +25,4%), Batata (até +23,4%), Carne bovina (até +19,9%). Já as reduções mais expressivas ocorreram em: Batata (-41,3% em dez), Tomate (-31,3% em dez), Farinha de trigo (-33,9% em nov).

O gráfico 1 de evolução anual demonstra três movimentos claros: Alta contínua entre jan e jun, com o ápice em junho (R\$754,61); Uma queda expressiva até setembro (R\$646,04); e Oscilações em alta (novembro) seguidas de nova baixa em dezembro.

5. DISCUSSÃO

Entre os fatores que impactaram os valores locais destacam-se: instabilidades climáticas, alta nos preços da batata (junho), aumento no custo da carne bovina (vários meses), e variações relacionadas à oferta de hortaliças e grãos. A redução mais expressiva foi registrada em julho (-8% em relação a junho), refletindo a recuperação da oferta de alimentos perecíveis.

A oscilação entre as cidades se deve a fatores regionais como clima, transporte e composição da cesta local. Campo Mourão acompanhou, em parte, as tendências nacionais, mas com particularidades locais como a elevação precoce de carnes e laticínios.

6. CONCLUSÃO

A análise dos dados de 2024 evidencia que o custo da cesta básica em Campo Mourão acompanhou, em grande parte, a tendência observada nas principais capitais brasileiras monitoradas pelo DIEESE, embora apresente oscilações marcadas por especificidades regionais. Em diversos meses, o índice local superou o de capitais do Norte e Nordeste, refletindo uma pressão inflacionária significativa sobre os alimentos, especialmente em períodos de escassez ou aumento da demanda.

As variações mensais foram impulsionadas por múltiplos fatores, como as condições climáticas locais (estiagens e excesso de chuvas), a oferta limitada de produtos perecíveis (batata, tomate e banana), a valorização de commodities como carne bovina, café e soja, além de questões logísticas regionais que impactam o abastecimento. Tais elementos contribuíram para que Campo

Mourão atingisse, em junho, o maior valor da cesta básica do ano, seguido por quedas acentuadas no segundo semestre e uma leve recuperação em novembro.

A comparação sistemática com os dados nacionais do DIEESE reforça a relevância de pesquisas locais de monitoramento de preços. Essas medições permitem uma leitura mais precisa do custo de vida da população, ao mesmo tempo em que subsidiam políticas públicas de enfrentamento da insegurança alimentar, de controle inflacionário e de valorização do salário mínimo.

Estudos contínuos como este não apenas fortalecem a transparência econômica, mas também promovem a capacidade de gestores públicos, acadêmicos e instituições locais atuarem de forma estratégica na defesa do poder de compra da população. Em especial, destacam-se como instrumentos essenciais para a formulação de políticas de segurança alimentar em contextos municipais.

7. REFERÊNCIAS

BELIK, W.; DOMENE, S. M. A. Políticas públicas e segurança alimentar no Brasil. Estudos Avançados, 26 (75), 159-176, 2012.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Custo da Cesta Básica de Alimentos. Relatórios mensais, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 de junho de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 16. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Hucitec, 2016.

NEPE – Núcleo de Empreendedorismo, Pesquisa e Extensão. Relatórios do Índice de Custo da Cesta Básica de Campo Mourão. Centro Universitário Integrado, 2024.

SILVA, J. G.; DELGADO, G. C. A economia do agronegócio e os desafios da segurança alimentar no Brasil". Revista de Economia e Sociologia Rural, v.47, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

AVALIAÇÃO DAS TEORIAS QUE EXPLICAM O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Luciana Aparecida Bastos¹ – Unespar

Jesus Crepaldi² – Unespar

1. INTRODUÇÃO

Estudar as teorias que explicam o processo de integração econômica é fundamental para a verificação de como esse processo tem avançado na criação de blocos econômicos ao redor do mundo. Esses blocos têm sido criados por entender-se que os mesmos fomentariam o comércio intra e inter-regional, a partir de redução de barreiras tarifárias. Porém, a condução desse processo é diferente em termos de objetivos e prioridades nos distintos lugares do mundo onde blocos econômicos se formaram, justamente por conta de seu embasamento teórico. São distintas as teorias que explicam o processo de integração e elas se baseiam em três concepções: a concepção marxista, a concepção estrutural-voluntarista e a concepção clássica-liberal. O entendimento dessas três distintas concepções é necessário a quaisquer pesquisadores da área de estudos da globalização e da integração econômica, pois, apesar dos objetivos desses processos serem aparentemente similares e pouco divergentes, o entendimento teórico dos motivos pelos quais são enxergados como necessários ou como devem ser combatidos pelos países, podem variar de acordo com a concepção teórica que os amparem. Nesse sentido, amparados nas obras de BEÇAK (1999), SILBER (1995), IRACHANDE (2002), BALASSA (1961) e SCHAPOSNIKS (1997), serão apresentadas as distintas teorias da integração, destacando suas distintas concepções dos motivos pelos quais a integração econômica é necessária no sentido de ampliar o comércio regional e global, a partir da redução das barreiras tarifárias, ou deve ser combatida, por ser entendida por alguns como causadora do aprofundamento da dependência dos países menos desenvolvidos frente aos países mais desenvolvidos. Também será mostrada a diferença entre cooperação e integração econômica.

2. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é demonstrar que, à despeito da integração econômica ter o mesmo foco principal, a saber: a ampliação e o fortalecimento do comércio intra e inter-regional, bem como do comércio global, ela possui concepções teóricas embasadoras diferentes, o que torna o

¹ - Doutora em História Econômica – e-mail: singerlu@gmail.com

² - Mestre em Capacitação Gerencial Avançada – e-mail: jcrepaldi@uol.com.br

entendimento da concepção de sua necessidade, distintos. Objetiva-se, ainda, demonstrar a diferença entre cooperação e integração econômica.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a qualitativa, baseada em revisões de literatura. De acordo com Guerra, et.al (2020), a pesquisa qualitativa constitui-se numa abordagem essencial para a investigação científica. Ela se concentra no entendimento e na interpretação dos fenômenos estudados, explorando a complexidade dos contextos e sociais, individuais e culturais. A revisão da literatura permite ao pesquisador obter uma base sólida e ampla de conhecimento e ideias plurais, o que culmina para o avanço imparcial da pesquisa científica que sempre está permeada por constantes dúvidas.

4. RESULTADOS

De acordo com a maioria dos estudiosos desta linha de pesquisa, a integração econômica é condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região integrada, uma vez que proporcionaria o aumento do intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico dentro da mesma e com o restante do mundo. Na verdade, nada mais é do que um conjunto de estratégias econômicas e políticas visando atender aos anseios mais imediatos e plausíveis dos países, sem, contudo, ter o poder de diminuir os interesses geopolíticos dos mesmos em cultivar áreas de influência. De acordo com MISES (1996, p.39):

“O homem não é um ser que tenha por um lado, uma dimensão econômica e, por outro, uma dimensão política dissociada uma da outra. Os eventos políticos são consequência inevitável das mudanças das políticas econômicas.”

Porém, há controvérsias entre os teóricos da integração, em termos de Pensamento Econômico.

Os resultados da comparação do pensamento dos teóricos da integração, mostra que para o pensamento marxista, a integração econômica apenas aprofundará a dependência dos países menos desenvolvidos em relação aos mais desenvolvidos. A integração, segundo esse pensamento, é considerada como uma etapa tanto de aperfeiçoamento quanto de perpetuação da situação de dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países industrializados.

Assim, qualquer movimento em relação à defesa de processos integracionistas, estaria vinculado ao interesse dos países industrializados em dominar os países chamados subdesenvolvidos. Para a concepção estrutural-voluntarista, a integração é o meio pelo qual os países podem atingir o bem-estar econômico-social, em razão do melhor aproveitamento do conjunto dos fatores de produção das nações integradas. Para os países subdesenvolvidos, ela representaria a emancipação econômica em relação aos países industrializados. a concepção clássica-liberal, vê a integração como um desdobramento automático da economia de mercado, uma decorrência natural do capitalismo moderno que carece de especialização e competência para gerar produção em escala.

É um processo irreversível exatamente por ser inerente aos desdobramentos do próprio capitalismo moderno, permitindo a redução dos custos de produção devido a melhor alocação dos fatores produtivos e possibilitando a competição e a penetração em diversos mercados. Essa participação dos países em outros mercados traria enormes ganhos à sociedade devido ao aumento da produção, da arrecadação de impostos e da geração de novos empregos. Os resultados ainda mostram que há uma diferença significativa entre o termo Cooperação Econômica e Integração Econômica. Enquanto a Cooperação Econômica inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação em aspectos específicos, sendo uma relação mais superficial e flexível entre os países, tratando de objetivos específicos e temporários, a Integração Econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de todas as formas de discriminação como estágio do próprio processo e é construída por estágios que, gradativamente, levam a sua forma mais ampla: a união econômica e monetária entre os países-membros.

5. DISCUSSÃO

BEÇAK (1999) e SILBER (1995) ao discutirem as distintas teorias da integração, afirmaram que, de acordo com a Concepção Marxista, a integração é considerada como uma etapa tanto de aperfeiçoamento quanto de perpetuação da situação de dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países industrializados. Assim, qualquer movimento em relação à defesa de processos integracionistas, estaria vinculado ao interesse dos países industrializados em dominar os países chamados subdesenvolvidos.

Nesta concepção, a integração é um processo viável para a sustentação do capitalismo mundial, uma vez que perpetua as desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e seus benefícios

para os países mais pobres seriam passageiros e, desta forma, incapazes de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Para a Concepção Estrutural-Voluntarista, a integração é o meio pelo qual os países podem atingir o bem-estar econômico-social, em razão do melhor aproveitamento do conjunto dos fatores de produção das nações integradas. Para os países subdesenvolvidos, ela representaria a emancipação econômica em relação aos países industrializados, uma vez que seria a responsável pela viabilização do desenvolvimento econômico conquistado pela ampliação dos mercados nacionais.

Já a Concepção Clássica-Liberal, vê a integração como um desdobramento automático da economia de mercado, uma decorrência natural do capitalismo moderno que carece de especialização e competência para gerar produção em escala. É um processo irreversível exatamente por ser inerente aos desdobramentos do próprio capitalismo moderno, permitindo a redução dos custos de produção devido a melhor alocação dos fatores produtivos e possibilitando a competição e a penetração em diversos mercados. Essa participação dos países em outros mercados traria enormes ganhos à sociedade devido ao aumento da produção, da arrecadação de impostos e da geração de novos empregos.

Porém, independentemente das distintas concepções teóricas sobre a Integração, todo e qualquer projeto de integração econômica pressupõe algumas etapas a serem cumpridas até a concretização de seu objetivo. É uma série ordenada de atos sucessivos que desencadeiam na integração, ou seja, ela é realizada por etapas, desde a mais superficial (Zona de Preferência Tarifária) até a mais completa (União Econômica e Monetária).

De acordo com IRACHANDE (2002), o termo integração tem se prestado a usos múltiplos. Deste mesmo pensamento têm participado vários estudiosos que vão desde as primeiras aproximações conceituais de BALASSA (1961) até SCHAPOSKI (1997).

Porém, de maneira pragmática, integração significa a ausência de discriminações ou a eliminação progressiva das discriminações, nas relações econômicas entre dois ou mais países. Em suma, embora existam autores que tentam encontrar no processo de integração outros propósitos de monta igual ao propósito econômico, a visão prevalecente nos últimos 60 anos é de que os alicerces do processo de integração são os elementos econômicos, especialmente os de facilitação comercial e coordenação de políticas para esse objetivo. (IRACHANDE, 2002).

Já desde o começo das discussões em torno da conceituação do termo Integração Econômica, os estudiosos deste processo já vislumbravam para a mesma pelo menos três níveis, dentro dos quais o processo envolveria, paulatinamente, os países integrados, a saber: 1- o primeiro nível, onde estruturas de

comércio e de produção se harmonizam de maneira mais ou menos espontânea; 2- o segundo nível, onde o fenômeno da integração deixa de ser espontâneo e torna-se uma tentativa de coordenação das políticas econômicas dos vários Estados envolvidos no processo; e 3- o terceiro nível, onde o estágio máximo da integração representaria um ideal ou o ótimo da cooperação econômica entre Estados.

Nesse nível, todos os elementos de tratamento discriminatório entre os estados participantes e estes com terceiros estados, seriam progressivos ou definitivamente removidos ou reduzidos.

A integração também deve ser tratada como um termo muito mais amplo do que simplesmente uma cooperação; a diferença entre integração e cooperação não é só conceitual, mas, também pragmática.

Enquanto a cooperação inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação em aspectos específicos, o processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de todas as formas de discriminação como estágio do próprio processo. (IRACHANDE, 2002). A Teoria da Integração estuda também as questões relacionadas com o aumento ou diminuição do bem-estar econômico resultantes da criação de uma União Aduaneira.

De acordo com o autor, cabem no âmbito da cooperação internacional, os acordos internacionais sobre políticas comerciais, ao passo que a supressão de barreiras aduaneiras, é um ato de integração. Em suma, Enquanto a Cooperação Econômica inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação em aspectos específicos, sendo uma relação mais superficial e flexível entre os países, tratando de objetivos específicos e temporários, a Integração Econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de todas as formas de discriminação como estágio do próprio processo e é construída por estágios que, gradativamente, levam a sua forma mais ampla: a união econômica e monetária entre os países-membros. Quanto ao fato da Integração trazer benefícios para todos os envolvidos ou ser um motivo de grande preocupação para os países menos desenvolvidos, as Concepções Teóricas existentes, a saber: Clássica-Liberal, Estrutural-Voluntarista e Marxista, abrem caminho para futuras pesquisas, baseadas em estatísticas e análise empírica dos resultados do processo, conforme o mesmo avança no tempo.

6. CONCLUSÃO

Este estudo mostrou que há uma grande distância entre o termo Cooperação Econômica e Integração Econômica. Enquanto a Cooperação Econômica inclui uma ação tendente a diminuir a discriminação em aspectos específicos, sendo uma relação mais superficial e flexível entre os países, tratando de objetivos específicos e temporários, a Integração Econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de todas as formas de discriminação como estágio do próprio processo e é construída por estágios que, gradativamente, levam a sua forma mais ampla: a união econômica e

monetária entre os países-membros. Mostrou, ainda, que embora a maioria dos estudiosos da Integração Econômica baseiem seus estudos na Concepção Clássica-Liberal e na Concepção Estrutural-Voluntarista, que veem apenas benefícios para os países envolvidos no processo, a Concepção Marxista a enxerga como um meio de aprofundamento da dependência dos países menos desenvolvidos aos países mais desenvolvidos.

7. REFERÊNCIAS

BALASSA, Bella. *Teoria da integração econômica*. Lisboa: Livraria Clássica. 1ª. Edição, 1961.

BALZE, F.M. *El Comercio Exterior Argentino en la decada de 1990*. Ediciones Manantial. Buenos Aires, 1991.

BASTOS, Luciana . *Avaliação do Desempenho Comercial do Mercosul: 1994-2005*. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BEÇAK, Peggy. *O Mercosul e a Trajetória da Integração Latino-Americana. As dimensões da integração restrita e ampliada*. 1999. 162 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) 1999, 162 f . Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FONSECA, Paulo Sérgio Moreira da. *O processo de Integração da América Latina e do Caribe*. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a colaboração da Área de Planejamento do BNDES, disposto nos Anais do Seminário sobre a América do Sul: A organização do espaço sul-americano, de 31 de julho a 2 de agosto, Brasília, 2000.

GUERRA, Avaetê L. R. Et. Al. *Pesquisa Qualitativa e seus fundamentos na Investigação Científica*. Revista de Gestão e Secretariado. São José dos Pinhais, v.5. n.7. p.1-15, 2024.

MISES, L. v. *Liberalismo segundo a Tradição Clássica*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio: Instituto Liberal, 1996.

SCHAPOSNIK, Eduardo Carlos. *As Teorias da Integração e o Mercosul: estratégias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

EFEITO DO CRÉDITO AGRÍCOLA NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ UMA ABORDAGEM COM PONDERAÇÃO ESPACIAL

Tiago de Paula Schuenck¹ - Unespar
Danilo Cadedo Fiorin² - Unespar
Gustavo Knach Angelo³ - Unespar
Leiana Fungari Golanoski Tonete⁴ - Unespar
Isadora Elisa Schebeleski⁵ - Unespar
Rodrigo Monteiro da Silva⁶ - Unespar

Grupo de Trabalho: Economia Sustentável e Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A produção agropecuária representa uma das principais atividades econômicas do estado do Paraná, contribuindo de forma expressiva para o Produto Interno Bruto (PIB) estadual e para a geração de emprego e renda e, nesse contexto, o crédito agrícola atua como um instrumento importante para viabilizar investimentos em tecnologias, aquisição de insumos e melhoria da infraestrutura produtiva (Borges; Parré, 2022). Um dos fatores que influenciam o resultado da produção agropecuária no Brasil é o crédito rural, embora os efeitos possam variar conforme as características socioeconômicas e territoriais de cada região (Sobreira *et al.*, 2024). Ainda assim, são relativamente escassos os estudos que analisam como essas relações se manifestam espacialmente em nível municipal, especialmente no estado do Paraná.

Considerando a diversidade socioeconômica, estrutural e ambiental dos municípios paranaenses, torna-se necessário adotar metodologias que permitam captar a variabilidade espacial dessas relações. Neste sentido, o presente estudo busca analisar a influência do crédito agrícola sobre a produção agropecuária no Paraná, considerando as especificidades territoriais. Para isso, será empregada a técnica de Regressão Ponderada Geograficamente (RPG), que possibilita estimar como os efeitos do crédito e das demais variáveis explicativas variam ao longo do espaço, oferecendo uma visão mais detalhada das dinâmicas locais.

2. OBJETIVOS

¹ - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: tiagoschuencks@gmail.com

² - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: danilocf03@gmail.com

³ - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: guguknach@gmail.com

⁴ - Bacharelada em Ciências Econômicas – e-mail: leh22_fgt@hotmail.com

⁵ - Bacharelada em Ciências Econômicas – e-mail: isadoraelisa13@gmail.com

⁶ - Doutor em Teoria Econômica – e-mail: rodrigo.monteiro@unespar.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a influência do crédito agrícola sobre a produção agropecuária no estado do Paraná, levando em consideração as especificidades espaciais dos municípios paranaenses. Entre os específicos, identificar como as variáveis selecionadas afetam a produção agropecuária municipal. Estimar a técnica de Regressão Ponderada Geograficamente (RPG) com o intuito de captar a variabilidade espacial dessas relações e, por fim, compreender como os efeitos do crédito agrícola e das demais variáveis explicativas se manifestam de forma diferenciada ao longo do território paranaense.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos envolveram a coleta e organização de dados secundários provenientes do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As variáveis utilizadas na análise foram o valor da produção agropecuária municipal, como variável dependente, e como variáveis independentes, o acesso ao crédito (quantidade de produtores que obtiveram financiamento), o capital físico (medido pelo total de maquinário existente nos domicílios rurais), a participação em cooperativas (se o produtor era ou não cooperado), o apoio técnico recebido e o capital humano (produtores com ensino fundamental completo).

Foi aplicada a técnica de Regressão Ponderada Geograficamente (RPG), que permite a modelagem de relações espaciais heterogêneas, atribuindo pesos diferenciados conforme a localização geográfica dos municípios. Esse método possibilita estimar coeficientes locais, evidenciando como o efeito das variáveis explicativas sobre a variável dependente varia no espaço (Brunsdon; Fotheringham; Charlton, 1996; Almeida, 2012). A utilização do RPG justifica-se pela necessidade de capturar a variabilidade espacial das relações entre o crédito agrícola e a produção agropecuária, reconhecendo que tais efeitos podem se manifestar de maneira não uniforme ao longo do território paranaense. O modelo utilizado é do tipo log-log, em que o efeito da variável explicativa indica o grau de elasticidade da mesma sobre a dependente, mantendo as demais constantes.

4. RESULTADOS

Na Tabela 1 é apresentado os resultados do modelo estimado para os municípios paranaenses e o que se nota é que o modelo RPG, apresentou um valor de critério de informação de Akaike (AIC) menor em comparação ao modelo global, indicando que o RPG possui melhor

ajuste aos dados, além do fato que o coeficiente de determinação do deste modelo ser mais que o dobro do modelo global, reforçando que o modelo espacial é mais adequado para compreender as variações do valor da produção agropecuária.

Quanto às variáveis, como indicado por Brunson, Fotheringham e Charlton (1996) se observa que o critério de diferença, utilizado para avaliar a variabilidade geográfica dos coeficientes apresentou valores negativos para Crédito, Cooperado, Apoio e Capital Humano, sugerindo que esses efeitos variam espacialmente e, portanto, seus mapas locais podem ser interpretados. Já a variável Capital Físico teve valor positivo e superior a 2 no critério de diferença, indicando que sua influência espacial não é suficientemente heterogênea para justificar a análise espacial local, portanto não é gerado o mapa para essa variável.

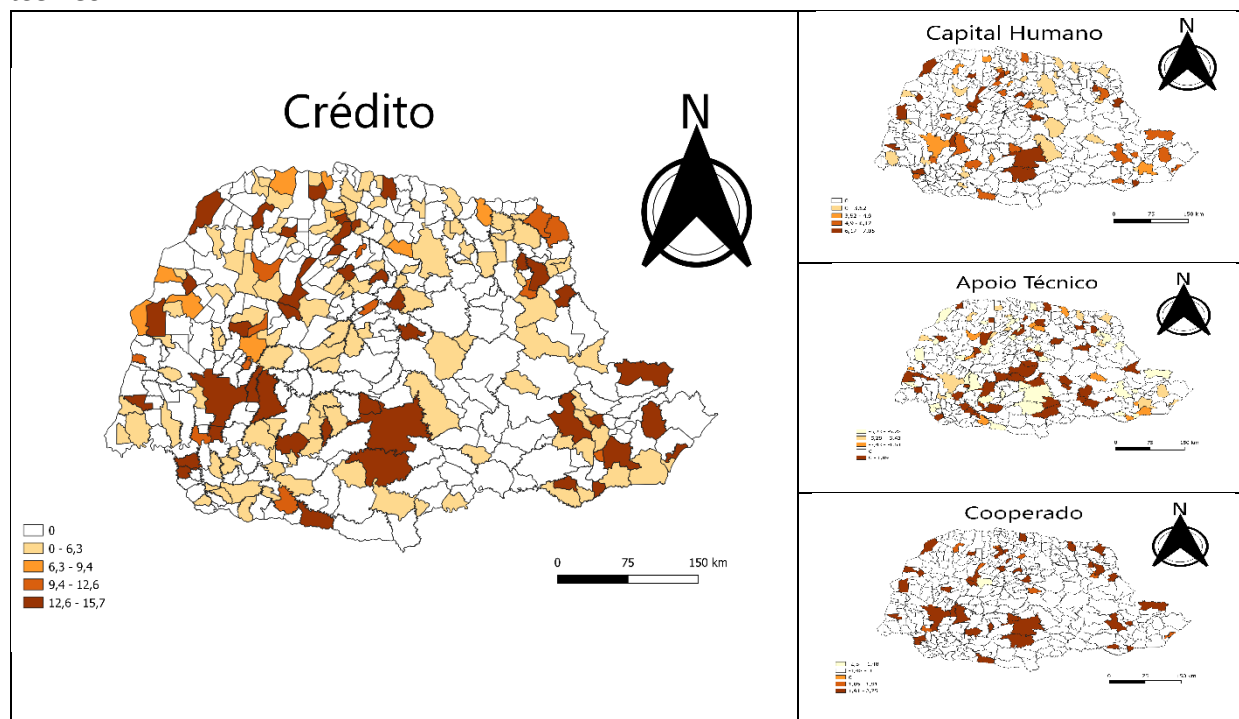
Tabela 1 – Resultados do modelo RPG para os municípios paranaenses.

Especificação do modelo		AIC	R2	
Global		28621,05	0,2467	
GWR		28478,34	0,539	
Variáveis	Quartil inferior	Média	Quartil superior	Diferença de critério
Crédito	0,7769	1,7275	3,209	-47,7535
Capital Físico	-0,5519	-0,3945	-0,2393	3,0111
Cooperado	-0,138	0,4422	0,7388	-28,9985
Apoio	-0,1971	0,6472	1,1938	-33,9313
Capital Humano	0,6846	0,9718	1,9873	-4,81

Fonte: resultado da pesquisa, os autores.

Na Figura 1 é analisado os coeficientes estimados por meio do modelo RPG para os municípios do Paraná, identificando a relação espacial entre o crédito rural e o valor da produção agropecuário, além das demais variáveis que apresentaram variabilidade geográfica. Observa-se que a significância estatística dos coeficientes variam entre os municípios, indicando que o efeito do crédito rural sobre a produção agropecuária não é homogêneo em todo o estado.

Figura 1 – Mapas dos efeitos locais das variáveis crédito, cooperado, capital humano e apoio técnico



Fonte: resultado da pesquisa, os autores. Nota: Considerando teste bicaudal $t \geq 1,64$.

5. DISCUSSÃO

Por meio da Figura 1 se observa que os coeficientes variam entre os municípios, indicando que o efeito do crédito rural sobre a produção agropecuária não é homogêneo em todo o estado. Para municípios em branco, não houve significância estatística a 10%, indicando que, nesses locais o crédito não afetou o valor produção agropecuária, já municípios em tons de marrom sinalizam que o crédito teve efeito positivo. Quando mais forte o tom de marrom, maior a influência do crédito na geração de valor da produção agropecuária e, para os municípios que possuem o maior intervalo de valor (12,6 a 15,7) terão um incremento de aproximadamente 12,6% a 15,7% no VAB agropecuário local caso ocorra a elevação de 1% do acesso ao crédito.

O maior efeito foi observado, principalmente, nos municípios de Agudos do Sul, Adrianópolis, Antonina, Campina do Simão, Campo Bonito, Campo do Tenente, Cascavel, Clevelândia, Guaraniaçu, Guarapuava, Itaipulândia, Mariópolis, Pinhão, Pérola D'Oeste, Planalto, Pontal do Paraná e São José dos Pinhais. Esses municípios, representados no mapa com os tons mais escuros de marrom, indicam uma forte sensibilidade do setor agropecuário ao crédito.

Esse padrão confirma a heterogeneidade espacial também observada em análises anteriores, como a de Pintor, Silva e Piacenti (2015) que apontaram um incremento médio de apenas 0,094% no valor bruto da produção agropecuária relacionado ao crédito rural, e o de Silva *et al.*, (2024), em que o intervalo de maior valor para o Paraná ficou entre 0,37 e 0,46. As demais variáveis utilizadas, capital humano, apoio técnico e produtores cooperados apresentaram efeito espacial heterogêneo, afetando pequenos *clusters* municipais.

6. CONCLUSÃO

A análise realizada demonstrou que o efeito do crédito rural sobre o valor adicionado bruto (VAB) agropecuário no Paraná é espacialmente heterogêneo, com maior impacto concentrado na porção sul do estado e o indicou que, nesses locais, uma elevação de 1% no acesso ao crédito pode gerar um incremento de 12,6% a 15,7% no VAB agropecuário, evidenciando uma forte sensibilidade econômica. Esses achados confirmam a heterogeneidade espacial apontada por estudos anteriores e reforçam a necessidade de políticas públicas diferenciadas conforme as especificidades regionais. Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a análise de outras variáveis territoriais e produtivas que possam influenciar essa relação, bem como avaliar a eficácia de políticas públicas customizadas, considerando as particularidades socioeconômicas e produtivas de cada município.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. *Econometria espacial aplicada*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2012.

FOTHERINGHAM, A. S.; BRUNSDON, C.; CHARLTON, M. *Geographically Weighted Regression: The Analysis of Spatially Varying Relationship*. Chichester: John Wiley, 2002.

PINTOR, E. de; SILVA, G. M.; PIACENTI, C. A. Crédito rural e crescimento econômico no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 24, n. 1, p. 5-19, 2015.

SILVA, R. M.; SILVA, J. F. L. ; BECHLIN, A. R. ; BASTOS, L. A. ; CREPALDI, J. . Explorando o impacto do crédito na agropecuária da Região Sul: uma análise geograficamente ponderada. In: Anpec Sul, 2024, XXVII Encontro de Economia da Região Sul -, 2024.

SOBREIRA, D. B.; TABOSA, F. J. S.; COSTA, E. M.; KHAN, A. S. Heterogeneous regional effects of rural credit on agricultural production in Brazil. *Revista da Sober*. 2024

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

EMPREENDEDORISMO FEMININO: UMA ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES NO ESTADO DO PARANÁ

Leilara Fungari Golanoski Tonete ¹– Unespar
Danilo Cadedo Fiorin ²– Unespar
Beatris Fernanda Miranda ³– Unespar
Isadora Elisa Schebeleski ⁴– Unespar
Rodrigo Monteiro da Silva ⁵– Unespar

Grupo de Trabalho: 05 Economia Sustentável e Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo feminino tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas por ser uma fonte de crescimento econômico e inovação social. As mulheres empreendedoras, ao criarem novos empregos e oferecerem soluções distintas para desafios organizacionais e de gestão, ampliam a diversidade das iniciativas empresariais e contribuem para o desenvolvimento econômico (Silva; Fochezatto; Celeste, 2022).

A literatura especializada evidencia que o estudo do empreendedorismo feminino deve ser conduzido de forma específica, uma vez que as trajetórias e motivações das mulheres nesse campo são marcadas por particularidades históricas, sociais e culturais. Desde o final dos anos 1970, o tema passou a ganhar espaço acadêmico, impulsionado pelos movimentos feministas que coincidiram com o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil (Schwartz, 1976). Nesse contexto, mulheres encontraram no empreendedorismo uma alternativa para superar as dificuldades de ascensão aos níveis superiores de gestão corporativa, passando a abrir seus próprios negócios como forma de inserção produtiva e autonomia econômica (Paladino, 2010). No entanto, a literatura também aponta que a participação feminina no mercado de trabalho, embora crescente, ainda é marcada por desigualdades estruturais. Thiry-Cherques e Pimenta (2003) destacam que essa disparidade decorre, em grande medida, de preconceitos relacionados a aspectos biológicos, sociais e culturais, fatores que resultam na necessidade de maior qualificação, remuneração inferior e reconhecimento desigual quando comparadas aos homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções.

¹ Bacharelanda em Ciências Econômicas – e-mail: leh22_fgt@hotmail.com

² Bacharelando em Ciências Econômicas – e-mail: danilocf03@gmail.com

³ Bacharelanda em Administração – e-mail: beatrismirandda@gmail.com

⁴ Bacharelanda em Ciências Econômicas – e-mail: isadoraelisa13@gmail.com

⁵ Doutor em Teoria Econômica – e-mail: rodrigo.monteiro@unespar.edu.br - orientador

Neste contexto, a presente pesquisa busca analisar fatores que influenciam a decisão das mulheres em empreender no Estado do Paraná, com base em dados recentes. A lacuna que este estudo pretende abordar reside na necessidade de identificar, de forma empírica, quais variáveis socioeconômicas estão associadas à probabilidade de uma mulher atuar como empreendedora, bem como mensurar o efeito dessas variáveis sobre essa decisão.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar os principais fatores que influenciam a decisão das mulheres em empreender no Estado do Paraná, com base em dados referentes ao ano de 2024. De forma específica, se objetiva identificar as variáveis socioeconômicas que estão associadas à probabilidade de uma mulher atuar como empreendedora, e; mensurar o efeito de cada variável explicativa sobre a decisão de empreender e oferecer subsídios empíricos que possam orientar políticas públicas e iniciativas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo feminino na região.

3. METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos propostos, será estimado um modelo logit, complementado pela análise dos efeitos marginais utilizando dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente ao ano de 2024.

Para analisar os determinantes do empreendedorismo feminino, foi empregado o modelo logit, apropriado para variáveis dependentes binárias, conforme indicado na literatura econométrica (Wooldridge, 2010). A variável dependente é a condição de mulher empreendedora (sim=1, não=0) e as variáveis independentes incluem: estar desempregada, ser chefe de família, não se declarar branca, possuir dependentes, morar em zona urbana ou rural, anos de estudo, idade e idade avançada (todas as variáveis binárias codificadas como 0 ou 1, exceto idade e anos de estudo, que são contínuas). A análise considera os efeitos marginais para interpretar o impacto das variáveis explicativas sobre a probabilidade de empreender, proporcionando uma interpretação mais intuitiva dos resultados, conforme recomendado por Wooldridge (2010).

4. RESULTADOS

Em termos de características socioeconômicas das mulheres empreendedoras no Paraná, de acordo com a PNADC, é possível notar que em relação à escolaridade, a maioria das mulheres

empreendedoras possuíam o ensino médio completo (33,88%) ou superior completo (29,18%), o que indica um nível educacional relativamente elevado. No que se refere à cor/raça, a maioria das empreendedoras se declararam branca (71,27%).

Quanto à zona de residência, a maior parte das mulheres empreendedoras vivia em áreas urbanas, representando aproximadamente 76% desse público e, ao se analisar a condição da mulher ser a chefe de família, tal condição está presente em pouco mais da metade das mulheres empreendedoras (51%), indicando assim que a maior delas assumem a responsabilidade principal pelo domicílio, o que pode influenciar diretamente suas motivações de empreender.

Tabela 1 – Resultado da estimação do modelo logit e efeitos marginais

Variáveis	Logit	Efeito marginal
Desempregada	1.4458***	0.1223***
Chefe de família	0.1619***	0.0083***
Não branca	-0.1223***	-0.0062***
Escolaridade	0.0749***	0.0038***
Urbano	-0.3910***	-0.0220***
Idade	0.1967***	0.0099***
Idade avançada	-0.0022***	-0.0001***
Constante	-6.9844***	
Diagnóstico da regressão		
Coeficiente de determinação		0.1527
Teste de verossimilhança		4875.14***
Correta classificação		90,17%
Área sob a curva ROC		78,71%

Fonte: Resultado da pesquisa, os autores.

Obs.: *** Significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%.

Na Tabela 1, em que é apresentado os resultados da estimação do modelo logit para a probabilidade de mulheres empreenderem no Paraná, incluindo os efeitos marginais das variáveis explicativas.

5. DISCUSSÃO

Pela Tabela 1, se nota que entre as variáveis com efeito positivo, é possível destacar a condição de desempregada, que aumenta em média 12,23% a chance de uma mulher empreender, sugerindo que a falta de emprego formal pode levar à busca por alternativas econômicas por meio do empreendedorismo. O nível de escolaridade e a idade também exercem efeitos positivos,

indicando que mulheres mais educadas e de idade intermediária têm maior propensão a iniciar um negócio, ainda que o efeito positivo da idade diminui com o avanço da idade até se tornar negativo.

Por outro lado, variáveis como residir em área urbana e ser negra apresentam efeitos negativos significativos, reduzindo a probabilidade de empreender, sugerindo que barreiras raciais podem dificultar o acesso a oportunidades. A condição de chefe de família também teve efeito positivo sobre a probabilidade da mulher paranaense empreender.

Os resultados obtidos são semelhantes aos de Da Rosa, Orellana e Menezes (2020) para as variáveis raça, idade, anos de estudos e condição de domicílio, aos de Taylor (1996), Oliveira (2018) e Silva, Fochezatto e Celeste (2022) para escolaridade, ainda que aplicado em regionalidades diferentes, corroborando o resultado de que tais variáveis influenciam positivamente a mulher a se tornar empreendedora.

Em termos de ajuste do modelo, o teste de verossimilhança apresenta valor altamente significativo, reforçando que o modelo como um todo é estatisticamente robusto e superior a um modelo nulo, sem variáveis explicativas. A taxa de correta classificação de 90,17% reforça a indicação de que o modelo é eficaz em prever corretamente se uma mulher empreende ou não, indicando bom desempenho preditivo. Outro indicador relevante é a área sob a curva ROC, que apresenta valor de 78,71%, indicando a robustez do modelo em diferenciar entre empreendedoras e não empreendedoras com uma probabilidade elevada de acerto.

6. CONCLUSÃO

Considerando o objetivo da pesquisa, os resultados apresentados permitem sintetizar alguns elementos importantes sobre os fatores que influenciam as mulheres a empreenderem no Paraná, pois ficou demonstrado que características como a condição de desemprego, a chefia de família, a escolaridade e a idade estão associadas a uma maior probabilidade de empreender, enquanto fatores como residir em áreas urbanas e ser não branca aparecem vinculados a uma menor propensão.

Esses resultados respondem ao foco central da pesquisa, ao oferecer uma visão empírica sobre como diferentes variáveis socioeconômicas se relacionam com a decisão das mulheres paranaenses de iniciar um empreendimento. Tais resultados podem auxiliar na formulação de

políticas públicas e iniciativas que busquem reduzir desigualdades e ampliar as oportunidades de empreendedorismo feminino na região.

Como desdobramento, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre as barreiras enfrentadas por grupos específicos, como mulheres negras e moradoras de áreas urbanas, bem como a análise do papel de políticas de capacitação e crédito no estímulo à atividade empreendedora para o público feminino.

7. REFERÊNCIAS

DA ROSA, S.S ; ORELLANA, V. S. Q; MENEZES, G. R. Determinantes do Empreendedorismo Feminino no Brasil e Regiões. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 4, p. 690-713, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. PALADINO, G. G.; Empreendimentos inovadores. Brasília: IEL Nacional, 2010.

OLIVEIRA, V. R. Empreendedorismo e desenvolvimento regional no Brasil: uma análise da relação entre a criação de empresas e o desenvolvimento regional ao longo do tempo e de estratégias de empreendedores selecionados. 2018. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHWARTZ, E. B. Entrepreneurship: a new female frontier. **Journal of Contemporary Business**, v. 5, n. 1, p. 47-76, 1976.

SILVA, M. S.; FOCHEZATTO, A; CELESTE, R. K. Determinantes do empreendedorismo feminino no Brasil: aplicação de um modelo de escolha ocupacional usando microdados da PNAD de 2015.. In: **XXV Encontro de Economia da Região Sul**, 2022.

TAYLOR, M. P. Earnings, independence or unemployment: why become self-employed? **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 58, n. 2, p. 253-266, 1996.

THIRY-CHERQUES, H. R.; PIMENTA, R. C. Condição feminina e percepção dos valores morais no nível técnico e gerencial das organizações brasileiras. São Paulo: **ENANPAD**, 2003.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

O IMPACTO DA INFLAÇÃO NA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Flávio Gomes Moreira da Silva¹ – USP/Esalq
Rafael Confetti Gatsios² – USP/Esalq
Gustavo Knach Angelo³ – Unespar

Grupo de Trabalho: Economia Sustentável e Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A energia elétrica é um pilar para o progresso social e avanço tecnológico global, tendo sua disseminação em larga escala, iniciada no século XIX, estabelecido as bases para a modernização contemporânea. O setor elétrico brasileiro é estruturado em um modelo tripartite, que consiste na geração, transmissão e distribuição e que assegura o fornecimento de energia ao consumidor final sob a fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL], de acordo com Silva, Souza e Lima (2020).

Este modelo regulatório visa remunerar as despesas operacionais e de capital dos subsetores, guiado pelo princípio da modicidade tarifária. Este princípio busca o equilíbrio entre garantir tarifas justas aos consumidores e permitir a sustentabilidade financeira das concessionárias, um conceito fundamental para a manutenção e democratização do acesso à energia, conforme disposto por Ferreira (2018).

Para as distribuidoras, a sustentabilidade financeira é um componente mandatório dos contratos de concessão, essencial para cobrir custos, realizar investimentos e proteger os consumidores. Nesse contexto, a ANEEL estabeleceu *covenants* financeiros como indicadores cruciais para monitorar a saúde financeira das empresas, assegurando a qualidade do serviço e um ambiente de mercado equilibrado que promova o investimento (SILVA *et al.*, 2020). O impacto da inflação sobre estes *covenants* é significativo, pois ao alterar os custos operacionais, afeta diretamente a estabilidade financeira das distribuidoras. Contudo, o modelo regulatório vigente analisa a capacidade financeira de cada distribuidora de forma individual, ignorando a

¹ - Enel Brasil. Head of Project Planner & Control Brasil

² - Orientador do MBA em Finanças e Controladoria

³ - Bacharelado em Ciências Econômicas – e-mail: guguknach@gmail.com

robustez econômica e o suporte que pode ser oferecido por suas *holdings* controladoras, um ponto crítico especialmente em períodos de alta inflação.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste artigo foi analisar o impacto da inflação na sustentabilidade financeira das concessionárias de distribuição de energia elétrica no Brasil, com foco nos *covenants* regulatórios estabelecidos pela ANEEL. Como objetivos específicos, buscou-se: i) explorar como as flutuações inflacionárias, refletidas na taxa SELIC, influenciam os indicadores financeiros e a capacidade das empresas de cumprir suas obrigações contratuais; ii) oferecer uma crítica ao modelo regulatório atual, que analisa as distribuidoras de forma individualizada, e; ii) Propor uma nova abordagem regulatória que considere a capacidade financeira consolidada das *holdings* controladoras, a partir da análise das 15 maiores distribuidoras do país em número de clientes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem analítica, delineada em cinco etapas principais. A primeira etapa consistiu na delimitação da amostra, selecionando as 15 maiores distribuidoras de energia do Brasil por número de clientes, que juntas representam 73% das unidades consumidoras do país, garantindo abrangência e relevância (HAIR JR., 2009). A segunda etapa focou na identificação dos dois *covenants* de sustentabilidade financeira definidos pela ANEEL na Resolução Normativa nº 948/2021: Capacidade Operacional, onde o EBITDA ajustado deve ser suficiente para cobrir a Quota de Reintegração Regulatória, que representa os custos de depreciação e remuneração da base de ativos, e; Limite de Endividamento que limita a Dívida Líquida Regulatória em relação à capacidade de geração de caixa operacional, com um teto inversamente proporcional à taxa básica de juros.

A terceira etapa envolveu o desenvolvimento de uma ferramenta automatizada em Excel para extrair e sistematizar dados econômico-financeiros de fontes públicas da ANEEL, como o Balancete Mensal Padronizado e o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado. Na quarta etapa, foram realizadas simulações do comportamento dos *covenants* sob três cenários de inflação, definidos a partir do histórico da taxa SELIC entre 2014 e 2023: estabilidade econômica, inflação moderada e alta inflação. Por fim, na quinta etapa, analisou-se o potencial

financeiro das *holdings* controladoras para propor uma mudança na regulamentação vigente. Os dados financeiros das distribuidoras referem-se ao período acumulado de outubro de 2022 a setembro de 2023.

4. RESULTADOS

A análise dos dados das 15 maiores distribuidoras revelou grande heterogeneidade em termos de receita, endividamento e lucratividade. Em relação ao primeiro *covenant*, que funciona como um análogo financeiro do EBIT, observou-se que, com exceção da Light, todas as distribuidoras apresentaram resultados positivos. O resultado negativo da Light, superior a R\$ 3 bilhões, indicou desafios significativos na sua capacidade de transformar ativos em lucratividade operacional.

Para o segundo *covenant*, que limita o endividamento, a análise do cenário real demonstrou que cinco distribuidoras estavam em descumprimento em setembro de 2023: Light, Neoenergia Pernambuco, Enel Ceará, Equatorial Goiás e Enel Rio de Janeiro.

A simulação de cenários inflacionários demonstrou a sensibilidade do indicador à taxa SELIC: i) Cenário de Alta Inflação: Manteve as mesmas cinco empresas em descumprimento, alinhado ao cenário real; ii) Cenário de Inflação Moderada: Apenas três empresas estariam em descumprimento: Light, Equatorial Goiás e Enel Rio de Janeiro, e; iii) Cenário de Estabilidade: Todas as empresas, com exceção da Light, cumpririam o indicador regulatório.

A análise das *holdings* controladoras das empresas em descumprimento revelou uma forte capacidade financeira. Enquanto a Light apresentou um quadro preocupante, com receita de R\$ 13 bilhões e EBITDA negativo, *holdings* como a Iberdrola e a Enel SpA exibiram resultados excepcionais, com receitas líquidas de R\$ 112 bilhões e R\$ 782 bilhões, respectivamente, e lucros de R\$ 24 bilhões e R\$ 30 bilhões em 2022, demonstrando robustez para suportar suas subsidiárias.

5. DISCUSSÃO

Os resultados desconstruem a noção de que maior receita bruta se traduz diretamente em maior sustentabilidade financeira. A complexidade do setor, influenciada por fatores

operacionais e regulatórios, mostra que a gestão eficiente e estratégias alinhadas são mais cruciais que a simples escala. O descumprimento dos *covenants* está mais associado a uma baixa geração de caixa operacional e a um elevado endividamento do que à receita. As empresas que transgrediram o segundo *covenant* apresentaram uma dívida que supera, em média, três vezes sua margem operacional, um patamar que, segundo Brigham e Ehrhardt (2016), pode levar a dificuldades de liquidez.

A principal lacuna do modelo regulatório atual é sua análise individualizada, que ignora a realidade de que muitas distribuidoras pertencem a grandes conglomerados nacionais e internacionais. Estes grupos possuem não apenas forte capacidade financeira, mas também promovem sinergias e eficiência por meio do compartilhamento de estruturas administrativas e de gestão. A dificuldade enfrentada por concessionárias como Light e Enel Rio de Janeiro é agravada por fatores exógenos, como as altas perdas não técnicas em suas áreas de concessão, um problema de segurança pública que transcende a capacidade de gestão da empresa.

Diante disso, este trabalho propõe uma revisão da regulamentação da ANEEL para que os *covenants* sejam calculados de forma consolidada, por grupo econômico. A análise realizada sob essa nova ótica demonstrou que, ao agrupar os resultados das subsidiárias, praticamente todas as *holdings* cumprem os indicadores regulatórios nos três cenários de inflação simulados, com exceção da Light e da Oliveira Energia, cujas dificuldades estão concentradas em concessões específicas e complexas. Essa abordagem holística reflete com mais justiça a verdadeira capacidade financeira dos operadores e incentiva a continuidade dos investimentos e da excelência no serviço.

6. CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou a complexidade da sustentabilidade financeira no setor de distribuição de energia elétrica brasileiro, demonstrando que ela resulta de uma interação de múltiplos fatores operacionais, financeiros e regulatórios, não sendo determinada isoladamente pela receita. A análise revelou que o modelo regulatório atual, ao focar individualmente em cada concessionária, não reflete adequadamente a realidade de mercado, onde grandes grupos econômicos com vasta robustez financeira controlam a maioria das operações

A principal contribuição e proposta do trabalho é a evolução do mecanismo de controle da ANEEL para uma análise dos *covenants* em nível de *holding*. Tal medida permitiria uma avaliação mais precisa e justa da sustentabilidade do setor, reconhecendo a sinergia e o suporte financeiro que os conglomerados oferecem. A adoção dessa abordagem não apenas fortaleceria a estabilidade financeira das distribuidoras, mas também garantiria que o Brasil avance em direção a um futuro energético mais eficiente, sustentável e resiliente, assegurando a qualidade e a continuidade de um serviço essencial para o desenvolvimento do país.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Hair Jr., J. F; Babin, B.; Money, A.H.; Samouel, P. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Bookman Porto Alegre, RS, Brasil, 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Balancete Mensal Padronizado. In: Tarifas e informações econômico-financeiras. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/relatorios-e-indicadores/tarifas-e-informacoes-economico-financeiras>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Resolução Normativa nº 948, de 23 de março de 2021. Aprova a regulação econômico-financeira – regulamentação de operações e dá outras providências. 2021. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2021948.html>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Sistema de acompanhamento de mercado de provedores de infraestrutura de rede. 2024. Disponível em: <<https://dadosabertos.aneel.gov.br/dataset/samp>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Tarifas e informações econômico-financeiras. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/relatorios-e-indicadores/tarifas-e-informacoes-economico-financeiras>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FERREIRA, M. J. *Políticas de tarifação no setor elétrico brasileiro: Encontrando o equilíbrio*. São Paulo: Editora Energia p. 102, 2018.

DA SILVA, A. L.; DE SOUZA, M. T.; DE LIMA, F. G. *Regulação das tarifas de energia elétrica no Brasil: Desafios e perspectivas*. Revista de Política Energética 4(2): 45-60, 2020.

SILVA, L. A. et al. *Estrutura do Setor Elétrico Brasileiro: uma visão integrada*. 1ed. Editora Pátria, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

OS MUNICÍPIOS MAIS DINAMICOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Fábio Rodrigues da Costa¹ – Unespar

Grupo de Trabalho: Grupo de Trabalho 5: Economia Sustentável e Desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo identificar os municípios mais dinâmicos da Região Sul do Brasil, para isso ocorrer, nessa primeira etapa do estudo, foi considerado como indicador o trabalho Região de Influência das Cidades (REGIC) elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Para a realização da pesquisa também serão utilizadas referências bibliográficas específicas na temática, obtenção de dados indiretos e análise e interpretação das variáveis.

A Região Sul do Brasil, objeto de estudo da pesquisa, é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Paraná possui população estimada para o ano de 2024 em 11.824.665 habitantes, área territorial de 199.298km² e 399 municípios. Santa Catarina conta com população estimada em 8.058.441 habitantes, área territorial de 95.730 km² e 295 municípios. O Rio Grande do Sul, por sua vez, tem população estimada em 11.229.915 habitantes, área territorial de 281.707 km² e 497 municípios (IBGE, 2025).

Nos municípios que compõem a Região Sul observa-se, por um lado, a concentração e centralização de capital e de população em poucas cidades e, por outro, a carência de desenvolvimento na maioria dos municípios (resultando em intensos problemas sociais). Assim, com base nos resultados da pesquisa espera-se contribuir com informações científicas capazes de orientar o planejamento e a definição de políticas públicas direcionadas para a redução das desigualdades, bem como para a efetivação do desenvolvimento territorial, refletindo em melhorias na qualidade de vida da população.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

¹ - Doutor em Geografia – e-mail: fabio.costa@unespar.edu.br/fabio.costa@ies.unespar.edu.br

Estudar o dinamismo dos municípios da Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), considerando as contradições e desigualdades na produção do espaço geográfico.

Objetivos específicos:

- Compreender a ação do capital no processo de produção e organização do espaço geográfico,
- Verificar a centralização do capital, a concentração populacional e a sua relação com o modelo de desenvolvimento capitalista.
- Identificar os municípios mais dinâmicos do Sul do Brasil.

3. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa partimos do entendimento de que o município é um importante elemento da organização política e administrativa do país, tendo relativa autonomia e sendo fundamental na promoção do desenvolvimento territorial. Desta forma, será utilizada a categoria município como objeto de análise e investigação. É através do materialismo histórico geográfico dialético como método que buscamos compreender as desigualdades do desenvolvimento entre os municípios na Região Sul do Brasil. Tal esforço permitirá entender as contradições capitalistas que resultaram na produção de espaços marcados por desigualdades. Em uma ponta está à constituição de municípios fortemente dinâmicos e intensamente inseridos no processo produtivo capitalista, caracterizados pela atração e centralização de capital, industrialização, presença de núcleos comerciais e de serviços complexos e capazes de atração populacional. Na outra ponta estão os municípios periféricos, caracterizados como espaços economicamente e politicamente dependentes que sofrem com a problemática da evasão populacional.

Buscamos desenvolver uma pesquisa quali-quantitativa. Entendemos que a interpretação qualitativa é fundamental para a elaboração de uma análise crítica. No entanto, não vamos nos desfazer do método quantitativo, pois a partir dos dados obtidos pode ser feito um exercício de reflexão e análise. É preciso superar a visão dicotômica entre o qualitativo e quantitativo. Também foram efetuadas leituras, estudos e fichamentos de bibliografia especializada na temática produção do espaço, evasão populacional, dinâmica da população, fatores que influenciam na dinâmica da população e problemas socioeconômicos.

Para a fundamentação teórica da pesquisa foram utilizados livros e artigos científicos publicados em revistas especializadas. Em um primeiro momento foram obtidos dados indiretos do estudo Região de Influência das Cidades (REGIC).

4. RESULTADOS

O REGIC, elaborado pelo IBGE (2020), foi o indicador utilizado para, em um primeiro momento, identificar quais são os municípios com maior dinamismo na Região Sul do Brasil. Segundo o estudo:

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas. Por dar visibilidade às centralidades e à dinâmica dos fluxos que as conectam, essa pesquisa constitui um instrumento importante para as decisões locacionais e aplicações práticas, tanto do planejamento estatal quanto da sociedade em geral. (REGIC, 2020, p. 11)

O REGIC (2020), considera que a rede urbana brasileira é composta por: Grande Metrópole Nacional (São Paulo/SP); Metrópole Nacional (Brasília e Rio de Janeiro/RJ); Metrópoles; Capitais Regionais A, B e C; Centros Sub-Regionais A e B; Centros de Zona A e B e Centros Locais. Assim:

[...] as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa (REGIC, 2020, p. 11)

Na Região Sul do país o REGIC (2020) identificou, conforme o quadro 1, os seguintes centros como os mais dinâmicos considerando a atividade empresarial, a gestão pública, a atratividade para atender a bens e serviços e as conexões externas.

Quadro 1 – Centros de mais alto nível na Região Sul

PARANÁ	
Arranjo Populacional de Curitiba	Metrópole
Arranjo Populacional de Londrina	Capital Regional B
Arranjo Populacional de Maringá	Capital Regional B
Arranjo Populacional de Cascavel	Capital Regional B
SANTA CATARINA	
Arranjo Populacional de Florianópolis	Metrópole
Arranjo Populacional de Itajaí-Balneário Camboriú	Capital Regional B
Arranjo Populacional de Joinville	Capital Regional B
Arranjo Populacional de Blumenau	Capital Regional B
Arranjo Populacional de Chapeco	Capital Regional B
Arranjo Populacional Criciúma	Capital Regional B
RIO GRANDE DO SUL	
Arranjo Populacional de Porto Alegre	Metrópole
Arranjo Populacional de Caxias do Sul	Capital Regional B
Arranjo Populacional de Passo Fundo	Capital Regional B

Fonte: REGIC (2020). Organização Costa (2025).

A metrópole de Curitiba, de acordo com o REGIC (2020, p. 15), “[...] é a quarta colocada nacional em tamanho de sua economia, com um PIB de R\$ 410 bilhões anuais. Abarca principalmente o total do Estado do Paraná, com penetração no Estado de Mato Grosso do Sul, onde subordina três centros urbanos, e no norte de Santa Catarina”. No interior do Estado do Paraná se destacam os municípios de Londrina, Maringá e Cascavel.

Por sua vez a metrópole de Florianópolis “Trata-se de uma rede bem-encadeada, composta por diversos níveis hierárquicos intermediários e Capitais Regionais com grande dinamismo econômico” (REGIC, 2020, p. 15). Os destaques no Estado de Santa Catarina são as Capitais Regionais B: Itajaí-Balneário Camboriú, Joinville, Blumenau, Chapeco e Criciúma.

No Rio Grande do Sul os destaques são a metrópole da Porto Alegre e as Capitais Regionais de Caxias do Sul e Passo Fundo. Porto Alegre exerce significativa influencia dentro do Estado, porém sua influência não se amplia para além do Rio Grande do Sul.

5. DISCUSSÃO

A elaboração da pesquisa foi embasada no conceito de desenvolvimento geográfico desigual. O desenvolvimento geográfico desigual tem as suas bases teóricas estabelecidas por Neil Smith e David Harvey, a partir da década de 1980. Smith (1988), deixa claro em seu estudo que a desigualdade não é algo exclusivo do modo de produção capitalista, visto que o desenvolvimento pré-capitalista também era desigual. No entanto, no capitalismo a desigualdade se intensifica.

No transcorrer da história da humanidade a influência natural teve inicialmente um papel relevante na diferenciação do espaço geográfico, porém, com o aprofundamento das relações capitalistas a natureza deixou de exercer forte influência. No capitalismo é a divisão do trabalho e a divisão do capital que desempenham um papel importante na diferenciação geográfica da paisagem (Smith, 1988).

A acumulação de capital conduz a um processo mais poderoso que é a centralização do capital, que possibilita, segundo Smith (1988), a rápida expansão da produção, gerando mais acumulação. A centralização ocorre em alguns poucos pontos do espaço, em detrimento de outros.

A centralização do capital conduz a desigualdades tecnológicas na produção (dentro de um país e entre os diferentes países), aprofunda as diferenças no valor do salário (especializado e não especializado, além da questão da informalidade e do desemprego), entre outras questões que marcam o desenvolvimento desigual.

No modo de produção capitalista o capital se move para onde o lucro é maior e isso acarreta: “[...] o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro [...]” (Smith, 1988, p. 212). Nesse sentido, Smith (1988, p. 171), declara: “[...] a tecnologia é tanto o veículo para a expansão do capital quanto o fator impulsionador de tal desenvolvimento. A competição é o fluxo social que generaliza a necessidade de inovação por toda a economia”.

Estas novas tecnologias, conforme Harvey (2006), “[...] podem levar a que certas produções em certos espaços floresçam, enquanto outras produções localizadas em outros espaços não poderão se beneficiar delas – o que gerará novas desigualdades geográficas”.

No capitalismo algumas regiões são bem-sucedidas, com isso a economia tende a crescer e a sociedade a se tornar mais rica. Já as regiões perdedoras são espaços nos quais o processo de acumulação está parado. “De fato, regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras conformam a

paisagem do capitalismo mundializado, expressão concreta do desenvolvimento geográfico desigual (Theis, 2009, p. 248)”.
Harvey (2016, p. 139), argumenta que o capital se esforça para produzir uma paisagem que atenda às suas necessidades. Nesse esforço, as contradições entre: “[...] capital e trabalho, concorrência e monopólio, propriedade privada e Estado, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, pobreza e riqueza [...] ganham amplitude e forma material na paisagem geografia”.

6. CONCLUSÃO

O capital e a política atuam de forma organizada na produção do espaço criando as condições necessárias para a reprodução capitalista, gerando contradições que alimentam a própria estrutura. No transcorrer do processo alguns municípios são capazes de atrair mais capital (por conterem as estruturas e infraestruturas adequadas a reprodução ampliada do capital), No entanto, outros municípios perdem a capacidade de atrair novos investimentos e entrem em decadência ou continuam incapazes de atrair os investimentos e permanecem em uma situação precária.

Na região Sul do país, em uma primeira análise, os municípios que apresentam as melhores condições para atrair os investimentos capitalistas são: as metrópoles de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, bem como as Capitais Regionais B Londrina, Maringá, Cascavel, Itajaí- Balneário Camboriú, Joinville, Blumenau, Chapeco, Criciúma, Caxias do Sul e Passo Fundo.

Segundo Harvey (2016), a mobilidade do capital abre espaço para um novo ciclo de reprodução ampliada. Isso garante continuidade e elevação dos lucros dos capitalistas e o desenvolvimento territorial de alguns municípios (muitas vezes às custas da degradação de outros municípios).

Assim, verifica-se preliminarmente nesse estudo que poucos municípios da Região Sul do Brasil são fortemente dinâmicos. Eles são capazes de concentrar uma parcela robusta dos investimentos globais que circulam no Sul do Brasil e apresentam condições favoráveis para o desenvolvimento territorial. No entanto, a outra face desse mesmo processo é a situação precária em que se encontram outros municípios da região.

7. REFERÊNCIAS

HARVEY, David. *The Limits to Capital*. Oxford: British Library, 1982.

_____. *Espaços de esperança*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *A condição pós-moderna*. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE. Ministério da Economia. *Região de Influência das Cidades*: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Ministério da Economia. *IBGE cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward William. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1, 1999.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Revista Novos Cadernos NAEA*. v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 06

TURISMO E HOSPITALIDADE

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ACESSIBILIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Raquel dos Santos Vieira¹ – Unespar
Beatriz Kohut² – Unespar
Mariele Fernandes Pegoraro³ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: 06 Turismo e Hospitalidade

RESUMO

A acessibilidade em meios de hospedagem é de grande importância para o setor de turismo, especialmente, com o avanço nas necessidades de acomodações acessíveis para pessoas com deficiência. Nesse sentido, questiona-se: qual o panorama das pesquisas científicas brasileiras sobre a acessibilidade em meio de hospedagem? O presente artigo apresenta como objetivo geral analisar o panorama das pesquisas científicas brasileiras sobre acessibilidade em meios de hospedagem. Foram delimitados três objetivos específicos 1 - Conhecer conceitualmente a acessibilidade em meios de hospedagem; 2 - Identificar as políticas públicas brasileiras que regulamentam a acessibilidade em meios de hospedagem; e 3 - Analisar bibliometricamente os trabalhos científicos que abordam a acessibilidade em meios de hospedagem. A pesquisa apresenta abordagem quantitativa e caráter exploratório e descritivo. Foram identificados 18 artigos científicos nos portais: Publicações de Turismo, Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico, Scielo, Spell e Scopus, em setembro de 2024, que foram analisados a partir da bibliometria. Os resultados indicaram concentração de publicações em 2020. Destacam-se a revista Turismo – Visão e Ação e a Universidade do Estado do Amazonas como as que mais publicaram pesquisas sobre o tema. Os termos mais frequentes nos títulos e palavras-chaves foram: “deficiência”, “turista”, “turismo”, “hospitalidade” e “design”. Já nos resumos das publicações, os termos mais frequentes foram: “deficiência”, “hospedagem” e “mobilidade”. Como pesquisas futuras, recomenda-se a investigar a percepção dos turistas com deficiência, com intuito de entender melhor as necessidades e os desafios que eles enfrentam ao tentar encontrar acomodações acessíveis. Espera-se que as conclusões deste estudo incentivem o setor hoteleiro a adotar práticas acessíveis, contribuindo para a inclusão social e para a oferta de uma hospitalidade mais ampla e diversificada.

Palavras-chave: Acessibilidade. Meios de hospedagem. Pessoa com deficiência.

RESUMEN

La accesibilidad en los medios de hospedaje es de gran importancia para el sector turístico, especialmente con el avance de las necesidades de alojamientos accesibles para personas con discapacidad. En este sentido, se plantea la siguiente cuestión: ¿cuál es el panorama de las investigaciones científicas brasileñas sobre la accesibilidad en los medios de hospedaje? El presente artículo tiene como objetivo general analizar el panorama de las investigaciones científicas brasileñas sobre la accesibilidad en los medios de hospedaje. Se definieron tres objetivos específicos: 1 - Conocer

¹ - Gestora de Turismo, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Docente do curso de Turismo da Unespar Campo Mourão – e-mail: raquel.vieira@unespar.edu.br

² - Estudante de Turismo – e-mail: biahkohut321@gmail.com

³ - Turismóloga, Mestra em História – Docente do curso de Turismo da Unespar Campo Mourão – e-mail: mariele.pegoraro@ies.unespar.edu.br

conceptualmente la accesibilidad en los medios de hospedaje; 2 - Identificar las políticas públicas brasileñas que regulan la accesibilidad en los medios de hospedaje; y 3 - Analizar bibliométricamente los trabajos científicos que abordan la accesibilidad en los medios de hospedaje. La investigación presenta un enfoque cuantitativo y un carácter exploratorio y descriptivo. Se identificaron 18 artículos científicos en los portales: Publicações de Turismo, Portal de Periódicos da Capes, Google Académico, Scielo, Spell y Scopus, en septiembre de 2024, los cuales fueron analizados a partir de la bibliometría. Los resultados indicaron una concentración de publicaciones en el año 2020. Se destacan la revista Turismo – Visão e Ação y la Universidade do Estado do Amazonas como las que más publicaron investigaciones sobre el tema. Los términos más frecuentes en los títulos y palabras clave fueron: “discapacidad”, “turista”, “turismo”, “hospitalidad” y “diseño”. En los resúmenes de las publicaciones, los términos más frecuentes fueron: “discapacidad”, “hospedaje” y “movilidad”. Como investigaciones futuras, se recomienda investigar la percepción de los turistas con discapacidad, con el fin de comprender mejor sus necesidades y los desafíos que enfrentan al intentar encontrar alojamientos accesibles. Se espera que las conclusiones de este estudio incentiven al sector hotelero a adoptar prácticas accesibles, contribuyendo así a la inclusión social y a la oferta de una hospitalidad más amplia y diversa.

Palabras clave: Accesibilidad. Medios de hospedaje. Persona con discapacidad.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A acessibilidade nos meios de hospedagem é um tema de crescente importância, especialmente, em um contexto em que a inclusão social se torna cada vez mais urgente. Apesar da existência da NBR 9050/2020 (ABNT, 2020), que estabelece diretrizes para a implementação do design universal de arquitetura, muitos ambientes hoteleiros ainda não atendem adequadamente às necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A literatura científica, embora reconheça essa problemática e a relevância da temática, apresenta uma escassez de estudos específicos sobre a acessibilidade em meios de hospedagem, o que limita o avanço das discussões e a adoção de práticas inclusivas nesse setor. Nesse sentido, questiona-se: qual o panorama das pesquisas científicas brasileiras sobre a acessibilidade em meio de hospedagem?

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo geral: Analisar o panorama das pesquisas científicas brasileiras sobre acessibilidade em meios de hospedagem. Para isso, definiram-se como objetivos específicos 1 - Conhecer conceitualmente a acessibilidade em meios de hospedagem; 2 - Identificar as políticas públicas brasileiras que regulamentam a acessibilidade em meios de hospedagem; e 3 - Analisar bibliometricamente os trabalhos científicos que abordam a acessibilidade em meios de hospedagem.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi delineada com abordagem

quantitativa de caráter exploratório e descritivo. Foi conduzida a partir de levantamento de artigos científicos nos portais: Publicações de Turismo, Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico, Scielo, Spell e Scopus, em setembro de 2024. As publicações identificadas foram analisadas a partir da bibliometria, técnica que utiliza-se de recursos estatísticos para analisar a produção científica de determinado tema.

A relevância deste estudo justifica-se pela quantidade limitada de publicações, visto que dos 18 artigos identificados, 7 são repetidos, totalizando onze publicações sobre o tema. Justifica-se, também, pela necessidade premente de adequação dos meios de hospedagem às normas de acessibilidade e, com isso, a inclusão de pessoas com deficiência na atividade turística.

TURISMO E ACESSIBILIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGENS

Turismo e Acessibilidade

O turismo é definido pela Organização Mundial de Turismo (OMT) como “o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não econômicas”. Da mesma forma, no Brasil o Ministério do Turismo considera como turismo “as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (Brasil, 2008). Assim, evidencia-se a necessidade de pernoite para a efetivação da atividade turística, destacando-se a importância dos meios de hospedagem para o setor.

Diante de uma ampla e diversificada rede de tipos e modalidades, o turismo é capaz de em um mesmo lugar concentrar variados perfis de pessoas, com necessidades diferentes, deste modo torna-se imprescindível a inclusão social. Dessa forma, nos meios de hospedagem o desenho universal, deve orientar os espaços das unidades habitacional e os de uso comum.

Nesse contexto, o turismo necessita estar constante evolução, buscando inovações e fatores de melhorias que possam atender as necessidades dos turistas. Com isso, os meios de hospedagem têm procurado se adaptar para poder garantir maior conforto aos hóspedes, principalmente aqueles com mobilidade reduzida. Ao seguirem os requisitos do desenho universal, contribuem não somente com os aspectos de infraestrutura, mas também aqueles ligados a sensibilização sobre a importância da inclusão social (Souza e Mangas, 2020).

Diante deste cenário, o Brasil vem buscando aprimorar soluções para contornar os desafios da acessibilidade em meios hoteleiros. Com isso vem se aplicando o artigo 45 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) onde se determina seguir o desenho universal em pousadas e hotéis para conseguir proporcionar boas experiências para os visitantes e melhor qualidade de vida para a comunidade local.

Os ambientes acessíveis devem permear todas as áreas sociais como a educação, a saúde, o trabalho e o lazer. O livre deslocamento é um direito universal, as pessoas com deficiência são indivíduos que não devem ser negligenciados, sendo necessário garantir-lhes uma melhor qualidade de vida por meio da implementação de infraestruturas e transportes acessíveis para eliminar as barreiras urbanas (Azevedo, 2003). No entanto, percebe-se a falta de locais capacitados para atender adequadamente as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (Santos, Santos e Ribas, 2005).

Tais adaptações ambientais devem ser estudadas em profundidade porque as pessoas com deficiência e com dificuldades de mobilidade necessitam de cuidados integrais. Estas instalações devem acomodar todas as formas de deficiência, garantindo que as empresas prestem bons serviços e sejam capazes de ganhar autonomia e independência no mercado. (Guimarães apud Prado, 2003). Assim, para um espaço ser acessível, deve acolher as pessoas com todas as suas diferenças e proporcionar-lhes o conforto e a segurança necessários sem quaisquer fronteiras (ABNT, 2015).

Portanto, a remoção de barreiras físicas e atitudinais pode facilitar o processo de inclusão social, trazendo atualizações efetivas no comportamento dos espaços e até dos sistemas de comunicação, garantindo que ele se desenvolva para todos e ajudando as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida a viverem de forma inclusiva (Sarraf, 2007).

Acessibilidade em meios de hospedagem

A acessibilidade tem se tornado um critério essencial na escolha do meio de hospedagem por turistas com deficiência. Essa consideração não apenas reflete uma crescente conscientização sobre a importância de incluir todos os viajantes nas experiências turísticas, mas também destaca a necessidade de adaptações e infraestrutura adequada que garantam conforto e segurança. Assim, os estabelecimentos que investem em acessibilidade não só ampliam seu público-alvo, mas também contribuem para um turismo mais inclusivo e responsável (Ferst e Silva Júnior, 2022).

A escolha do meio de hospedagem é fortemente influenciada pelas necessidades dos turistas, sendo essencial garantir a qualidade de vida e o bem-estar desses viajantes. No entanto, muitos estabelecimentos ainda enfrentam dificuldades para se adequar e oferecer um ambiente verdadeiramente acessível. Essa situação evidencia a importância de investimentos em infraestrutura e capacitação para que todos os turistas, independentemente de suas limitações, possam desfrutar de experiências positivas e inclusivas durante suas viagens (Ferst, Anjos e Kuhn, 2023; Pulido-Fernández *et al.*, 2023).

Os autores Ferst, Souza e Coutinho (2022) destacam a falta de investimento e melhorias em relação à acessibilidade nos meios de hospedagem. Essa carência de atualização e inovação nos processos impede que os estabelecimentos se adequem às necessidades dos turistas com deficiência, comprometendo sua experiência. A busca por soluções que promovam a inclusão é fundamental, pois a ausência de ações efetivas não só limita o acesso de um importante segmento de mercado, mas também perpetua barreiras que poderiam ser facilmente superadas com o investimento adequado.

Nesse sentido, a ausência de adequação para a acessibilidade nos meios de hospedagem resulta em uma falha em atender às necessidades de todos os turistas, criando uma lacuna significativa no ambiente turístico. Essa deficiência não apenas limita as opções disponíveis para pessoas com deficiência, mas também impede que o setor turístico atinja condições desejáveis em termos de inclusão e diversidade. Para que o turismo seja realmente acessível, é fundamental que os estabelecimentos implementem as adaptações necessárias, garantindo que todos possam desfrutar das experiências positivas que o setor tem a oferecer (Oliveira e Boaria, 2016).

Dessa forma, ressalta-se a importância de seguir a norma da ABNT NBR 9050, que estabelece parâmetros essenciais de acessibilidade para ambientes turísticos. Contudo, eles apontam uma significativa falta de conhecimento por parte dos gerentes do meio hoteleiro em relação a essa norma, o que compromete a implementação de práticas acessíveis. Essa lacuna no entendimento e na aplicação das diretrizes necessárias não apenas limita a acessibilidade, mas também impede que os estabelecimentos ofereçam uma experiência inclusiva e adequada a todos os turistas, refletindo a necessidade urgente de capacitação e conscientização no setor (Correia, Santos Larissa e Amado, 2020).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta abordagem quantitativa, que se orienta pela coleta de informações e dados numéricos para compreender e conseguir atingir o objetivo de pesquisa. Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva (Gil, 2022).

Para alcançar os objetivos do estudo, foi realizado um levantamento de artigos científicos sobre acessibilidade em meios de hospedagem nos portais: Publicações de Turismo, Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico, *Scielo*, *Spell* e *Scopus*. Para a busca, foram utilizadas as palavras-chave “acessibilidade” e “meios de hospedagem”. As buscas foram realizadas no mês de setembro de 2024 e o quantitativo de artigos identificados em cada portal pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Portais e Quantitativo de Artigos identificados

Portal	Nº de Artigos	Artigos Repetidos
Scopus	0	0
Portal de Periódicos da Capes	2	1
Scielo	2	2
Spell	2	1
Publicações de Turismo	3	3
Google Acadêmico	9	0
Total:	18	7

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

No total, a pesquisa resultou em 18 artigos que tratam da acessibilidade em meios de hospedagem, dos quais 7 se repetem entre as diferentes plataformas consultadas. Essa análise não apenas ressalta a necessidade de diversificação nas fontes de pesquisa, mas também enfatiza a importância de buscar novos estudos que ampliem a compreensão sobre a acessibilidade nesse contexto, contribuindo assim para um debate mais amplo e aprofundado.

Para a análise foi utilizada a técnica de bibliometria que, consiste na utilização de métodos estatísticos e matemáticos para caracterizar diferentes aspectos da literatura entre outros meios de comunicação, realizando assim uma análise quantitativa da informação. (Araújo, 2007). Nesse sentido, a bibliometria pode ser aplicada em diversos âmbitos de análise. No entanto, as técnicas de utilização variam, uma vez que, sendo um programa voltado para produção científica requer publicações apropriadas para assegurar resultados satisfatórios. (Andrés, 2009).

Para a análise foi utilizado o *software* gratuito *Bibliometrix*, uma ferramenta que

complementa a pesquisa de artigos, permitindo uma exploração mais profunda e obtendo resultados de dados mais significativos. A partir da planilha elaborada pelo *Bibliometrix*, foram construídos gráficos utilizando-se o *software Microsoft Excel* e nuvem de palavras utilizando o *site Wordclouds* (<https://www.wordclouds.com/>).

DESENVOLVIMENTO

O objeto de estudo refere-se ao conjunto de publicações acadêmicas, especificamente artigos científicos, produzidas no Brasil que tratam da temática da acessibilidade em meios de hospedagem. Dessa forma, a pesquisa se debruça sobre esses materiais com o intuito de identificar: Como o tema tem sido abordado ao longo do tempo; Quais são as principais contribuições teóricas e metodológicas; Quais lacunas ainda existem no campo; Quais aspectos da acessibilidade (física, comunicacional, atitudinal, entre outras) recebem mais ou menos atenção; e Quais regiões ou instituições mais contribuem com a produção sobre o tema.

Essa análise permite compreender o estado atual do conhecimento científico brasileiro sobre acessibilidade nos meios de hospedagem e identificar oportunidades para avanços futuros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as pesquisas nos portais, identificou-se como autoras em destaque: Michela Cristiane França Goulart da Universidade Federal de Santa Catarina e Marklea da Cunha Ferst da Universidade do Estado do Amazonas, que apresentaram dois artigos sobre o tema pesquisado. Os demais autores tiveram apenas um artigo cada um.

O Gráfico 1 mostra como as publicações estão distribuídas ao longo dos anos de 2005 até 2023:

Gráfico 1: Anos de Publicações

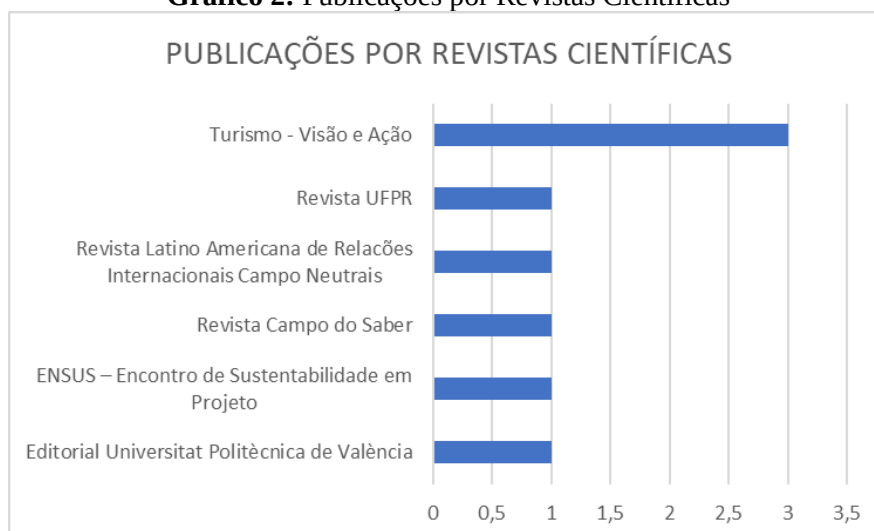


Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Identificou-se em 2020 um número maior, com 3 publicações. Nos outros anos, observou-se apenas uma publicação em cada um. Esse pico em 2020 pode indicar que o tema ganhou mais destaque decorrente do esforço de adaptação provocado pela pandemia da COVID-19. Nos demais anos, as publicações foram mais escassas o que sugere que o assunto se estabilizou, porém ainda continuava sendo discutido.

No Gráfico 2 pode ser visualizado o número de publicações por revista científica.

Gráfico 2: Publicações por Revistas Científicas

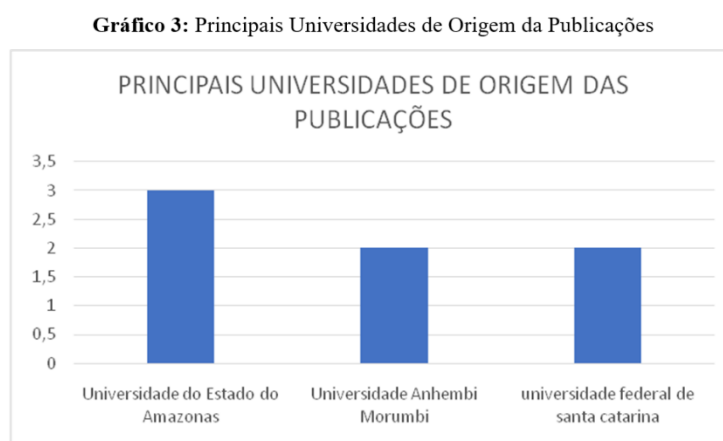


Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Observa-se que a revista Turismo – Visão e Ação tiveram três publicações referente ao tema proposto, tendo o maior número de publicações entre as revistas científicas. As demais revistas: Revista UFPR, Revista Latino Americana de Relações internacionais Campo Neutrais, Revista Campo do Saber além do Encontro de sustentabilidade em Projeto e a Editorial *Universitat Politecnica* de Valencia apresentaram uma publicação cada uma.

Isso demonstra a concentração de estudos na revista Turismo – Visão e ação, no período analisado e, também, demonstra a limitação de publicações em outras revistas, indicando a necessidade de mais pesquisas sobre esse tema para ampliar a visibilidade e a necessidade de se atentar com o público PCD.

O Gráfico 3 apresenta o número de artigos publicados por universidade.

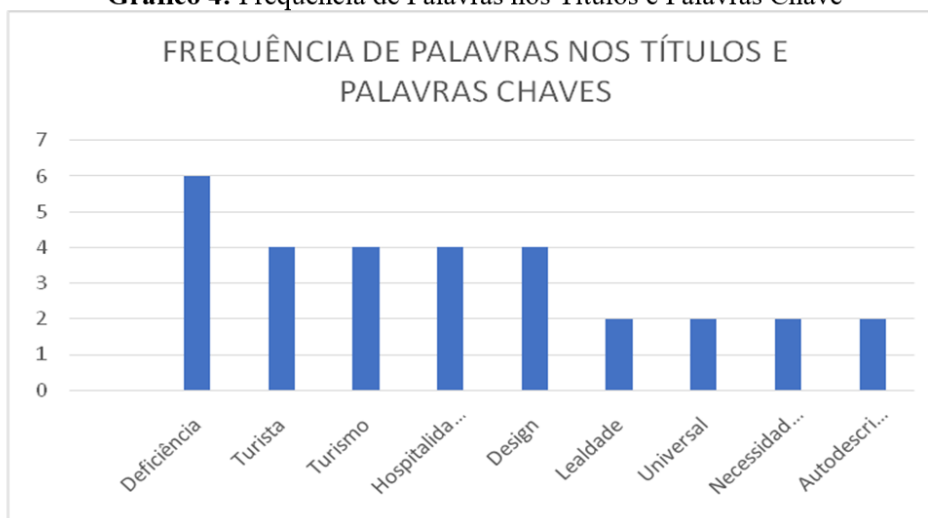


Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Verifica-se que a Universidade do Estado do Amazonas se destaca com três artigos, enquanto a Universidade Anhembí Morumbi, referência em hotelaria e hospitalidade em nosso país e a Universidade Federal de Santa Catarina tem dois artigos. Já nas demais universidades foram encontrados somente uma publicação em cada. Sendo assim pode-se observar uma lacuna nas pesquisas perante as universidades e que ainda há espaço para explorar o tema da acessibilidade.

No gráfico 4 pode ser visualizada a frequência de palavras nos títulos e palavras-chave das publicações analisadas.

Gráfico 4: Frequência de Palavras nos Títulos e Palavras Chave



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

A frequência de palavras nos títulos e palavras chaves revela as principais discussões sobre o tema. A palavra em destaque foi “deficiência” que aparece seis vezes, isso significa que grande parte das discussões sobre acessibilidade no meio hoteleiro está relacionada diretamente com as necessidades das pessoas com deficiência.

As palavras “turista”, “turismo”, “hospitalidade” e “design” aparecem quatro vezes incitando que há interesse em temáticas relativas a como se adaptar para conseguir receber qualquer tipo de público promovendo a inclusão social. Enquanto isso, “lealdade”, “universal”, “necessidades” e “autodescrição” são mencionados uma vez cada. A baixa utilização dessas palavras pode oferecer oportunidades de estudos futuros.

A nuvem de palavras (Figura 1) contém as palavras mais frequentes identificadas nos resumos dos artigos analisados.

Figura 1: Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2025.

Observa-se que palavras como "deficiência", "hospedagem" e "mobilidade" destacaram-se reforçando a necessidade de inclusão nos meios de hospitalidade, juntamente com outras como "hospitalidade", "hotelaria", "hotéis", "inclusão", "necessidades", "Brasil", "hóspedes", "objetivo", "arquitetura", "barreiras", "deficientes", "legislação", "públicas", "sociedades", "turismo", "vida", "arquitetônicas", "bem-estar", "cidadãos", "destino", "gestão", "importância", "informações", "políticas", "qualidade", "respeito", "serviços", "turística", "acessível", "acolhimento", "adaptação", "apoiado", "atrativos", "compreensão", "comunicação", "deficientes", "demandas", "desenvolvimento", "experiência", "importante", "influenciar", "lealdade", "turístico", "usabilidade", "visão", "democratização", "desfavorável", "igualdade", "impossibilidade", "oportunidade", "valorização", "visibilidade" e "viver". Essa palavras podem indicar uma preocupação e a necessidade de o turismo se desenvolver de forma justa e inclusiva. Quanto às empresas hoteleiras reflete que há um distanciamento entre necessidades e realidade, revelando que há ainda barreiras entre hospedes e meios de hospedagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade nos meios de hospedagem não é ainda um tema muito discutido, porém nos últimos anos tem ganhado evidência, pela crescente necessidade de inclusão social de maneira efetiva em atividades e setores da sociedade, incluindo-se o turismo. Nesse setor, a acessibilidade se torna relevante já que pessoas com deficiência tem também o direito de viajar e experienciar de forma positiva as atividades que nela estão envolvidas.

No entanto, o setor de turismo enfrenta desafio, ainda com a existência das políticas públicas e normas, como a Lei Brasileira de Inclusão e a NBR 9050/2020 a falta de capacitação e a ausência de investimentos suficientes em infraestrutura inclusiva representam barreiras para a implementação de um turismo verdadeiramente acessível e inclusivo.

Esta pesquisa demonstra a importância da acessibilidade como um fator essencial de inclusão social. A pesquisa teve como objetivo geral analisar o panorama das pesquisas científicas brasileiras sobre acessibilidade em meios de hospedagens.

Os principais resultados indicaram concentração de publicações em 2020. Destacam-se a revista Turismo – Visão e Ação e a Universidade do Estado do Amazonas como as que mais publicaram pesquisas sobre o tema. Os termos mais frequentes nos títulos e palavras-chaves foram: “deficiência”, “turista”, “turismo”, “hospitalidade” e “design”. Já nos resumos das publicações, os termos mais frequentes foram: “deficiência”, “hospedagem” e “mobilidade”.

A análise da produção científica relacionada ao tema proposto demonstra a falta não apenas de literatura, mas também de conhecimento sobre a aplicação das normas vigentes. Sendo assim, muitas instalações turísticas não oferecem infraestrutura adequada para visitantes com deficiência, por falta de conscientização e escassez de investimento. Uma das principais preocupações destacadas na pesquisa é a conscientização dos profissionais na implementação de políticas e a promoção de infraestrutura adaptada.

Recomendam-se como pesquisas futuras a realização de estudos sobre a percepção dos turistas com deficiência, com intuito de entender melhor as necessidades e os desafios que eles enfrentam ao tentar encontrar acomodações acessíveis. Estes estudos seriam importantes para a contribuição para o conhecimento sobre o assunto e podendo preencher lacunas que existem atualmente nos setores, além de contribuir com a implementação de ações acessíveis aos meios de hospedagem. Por fim, espera-se que as conclusões deste estudo incentivem o setor hoteleiro

a adotar práticas acessíveis, contribuindo para a inclusão social e para a oferta de uma hospitalidade mais ampla e diversificada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 set. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015.

BORGES, Marcia Leite; SANTOS, Carícia Hercília A. Oliveira dos; DAIER, Racquel Nagem. (In)Acessibilidade versus políticas públicas: a realidade das pessoas com deficiência no Brasil. Campos Neutros: **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, v. 3, n. 1, p. 90-98, jan.-abr. 2021. ISSN 2596-1314.

CORREIA, Larissa da Silva; DOS SANTOS, Rodrigo Amado. Tem acessibilidade aqui? Um estudo de caso em um hotel na zona sul do Rio de Janeiro. **Publicação de Turismo**. Disponível em: <<https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=13081>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FERST, Marklea da Cunha; ANJOS, Sara; KUHN, Vitor. Valoração da acessibilidade na hotelaria e a lealdade do turista com deficiência. **Turismo Visão e Ação**, v. 25, n. 2, p. 243-262, mai./ago. 2023.

FERST, Marklea da Cunha; DE SOUZA, Julia Ismar Silva; COUTINHO, Helen Rita Meneses. Acessibilidade em meios de hospedagem: O uso de processos inovadores no atendimento das necessidades do turista com deficiência. **Publicação de Turismo**. Disponível em: <Acessibilidade como fator de decisão na hora da escolha do meio de hospedagem por turista com deficiência (usp.br)>. Acesso em: 11 set. 2024.

FERST, Marklea da Cunha; NEVES JÚNIOR, Edson da Silva. Acessibilidade como fator de decisão na hora da escolha do meio de hospedagem por turista com deficiência. **Publicação de Turismo**. Disponível em: <Acessibilidade como fator de decisão na hora da escolha do meio de hospedagem por turista com deficiência (usp.br)>. Acesso em: 16 set. 2024.

GOMES, Telma; FRANCISCO, Naya. **Acessibilidade**: revisão bibliográfica. São Paulo, 2008. p. 1-3.

GUIMARÃES, André; BEZERRA, Cícero. **Gestão de dados**: uma abordagem bibliométrica. Curitiba, 2019. p. 171-186.

OLIVEIRA, Andrielle Pereira de; BOARIA, Francieli. Acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: um estudo no Parque Nacional do Iguaçu e Hotel das Cataratas. **Publicação de Turismo**. Disponível em: <Acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: um estudo no Parque Nacional do Iguaçu e Hotel das Cataratas (usp.br)>. Acesso em: 16 set. 2024.

SOUSA, Jenny; MANGAS, Catarina. **Acessibilidade no turismo e hotelaria**: desafios contemporâneos. Valencia, 2020. p. 849-855.

TERRA, Adilson; SANTOS, Marcos; GOMES, Carlos; COSTA, Igor; MOREIRA, Miguel. **Análise bibliométrica com o software Bibliometrix**. Foz do Iguaçu, 2022. p. 1-15.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

CENTRO HISTÓRICO DE CURITIBA – PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MODELO DE GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES (DTI)

Raquel dos Santos Vieira¹ – Unespar
Ana Cláudia Zarske dos Santos² – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: 06 Turismo e Hospitalidade

RESUMO

Um Destino Turístico Inteligente (DTI) é aquele que gerencia seus processos de forma inovadora, sustentável, e agindo positivamente na qualidade de vida de moradores e turistas. Dessa forma, questiona-se: como o turismo no Centro histórico de Curitiba – PR é impactado pelo modelo de gestão DTI? Delimitou-se como objetivo geral para a pesquisa: analisar os impactos do modelo de gestão DTI no turismo do Centro Histórico de Curitiba – PR. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo. O método adotado foi o estudo de caso e a coleta de dados foi conduzida a partir de pesquisa bibliográfica, documental, observação direta e entrevistas informais. Foram analisados os nove pilares que compõem o modelo de DTI: Governança, Inovação, Tecnologia, Acessibilidade, Sustentabilidade, Criatividade e Cultura, Mobilidade e Transporte, Promoção e Marketing, e Segurança. Entre os eixos analisados, os que apresentaram maiores fragilidades foram os de Segurança e Acessibilidade, revelando carências significativas no Centro Histórico de Curitiba, especialmente na região do Largo da Ordem. No eixo Segurança, destacou-se a insuficiência de policiamento durante os domingos. Já no eixo Acessibilidade, a principal deficiência observada foi a falta de estrutura adequada para pessoas com deficiência (PCDs), especialmente nos espaços públicos. Os demais sete eixos apresentaram iniciativas e possibilidades em andamento que contribuem para oferecer experiências positivas aos visitantes e moradores da região. Uma limitação da pesquisa foi a coincidência com o período das eleições municipais, o que restringiu o acesso a informações nos sites oficiais da Prefeitura de Curitiba. Sugere-se como pesquisa futura investigar de que forma a gestão de DTI se integra à gestão de cidades inteligentes.

Palavras-chave: Destino Turístico Inteligente (DTI). Centro Histórico. Curitiba – PR.

RESUMEN

Un Destino Turístico Inteligente (DTI) es aquel que gestiona sus procesos de forma innovadora y sostenible, actuando positivamente en la calidad de vida de residentes y turistas. En este sentido, se plantea la siguiente pregunta: ¿cómo impacta el modelo de gestión DTI en el turismo del Centro Histórico de Curitiba – PR? Como objetivo general de la investigación, se delimitó: analizar los impactos del modelo de gestión DTI en el turismo del Centro Histórico de Curitiba – PR. Para ello, se llevó a cabo una investigación cualitativa de carácter exploratorio y descriptivo. El método adoptado fue el estudio de caso, y la recolección de datos se realizó a través de investigación bibliográfica, documental, observación directa y entrevistas informales. Se analizaron los nueve pilares que componen el modelo DTI: Gobernanza, Innovación, Tecnología, Accesibilidad, Sostenibilidad, Creatividad y Cultura, Movilidad y Transporte, Promoción y Marketing, y Seguridad. Entre los ejes analizados, los que presentaron mayores debilidades fueron Seguridad y Accesibilidad, revelando carencias significativas en el Centro Histórico de Curitiba, especialmente en la zona del Largo da Ordem. En el eje de Seguridad, se destacó la

¹ - Gestora de Turismo, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Docente do curso de Turismo da Unespar campus Campo Mourão – e-mail: raquelsantosufpr@gmail.com.

² - Bacharel em Turismo – Unespar campus Campo Mourão – e-mail: zarske.santos6@gmail.com.

insuficiencia de vigilancia policial los domingos. En cuanto a la Accesibilidad, la principal deficiencia observada fue la falta de infraestructura adecuada para personas con discapacidad (PcD), especialmente en los espacios públicos. Los otros siete ejes presentaron iniciativas y posibilidades en desarrollo que contribuyen a ofrecer experiencias positivas a los visitantes y residentes de la región. Una limitación de la investigación fue la coincidencia con el período de elecciones municipales, lo que restringió el acceso a información en los sitios oficiales de la Alcaldía de Curitiba. Como sugerencia para futuras investigaciones, se propone analizar de qué forma la gestión DTI se integra con la gestión de ciudades inteligentes.

Palabras clave: Destino Turístico Inteligente (DTI). Centro Histórico. Curitiba – PR.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um Destino Turístico Inteligente (DTI) é aquele que gerencia seus processos de forma inovadora, sustentável, e agindo positivamente na qualidade de vida de moradores e turistas (MTUR, 2021). De forma geral, um DTI caracteriza-se pela integração da tecnologia da informação e comunicação (TIC) na infraestrutura física. Essa integração busca apoiar a mobilidade, disponibilizar e alocar recursos, incentivar a sustentabilidade e promover experiências turísticas de qualidade (Gretzel *et al.*, 2015).

O DTI teve sua origem na Espanha, em 2013 e, passou a ser implementado no Brasil pelo Ministério do Turismo em 2021, com a criação de um projeto piloto para transformação de destinos turísticos em destinos inteligentes, denominado DTI Brasil.

Dentre as cidades selecionadas para participar do projeto piloto DTI Brasil está a capital paranaense Curitiba. A cidade é mencionada fortemente em governança e sustentabilidade. Diante disso, alguns estudos já foram desenvolvidos sobre o DTI em Curitiba. No entanto, estes estudos abordam a cidade como um todo, não levando em consideração especificidades de cada bairro ou região.

Nesse cenário, encontra-se o Centro Histórico de Curitiba – PR que é considerado o coração da cidade e uma das áreas mais visitadas pelos turistas. Dessa forma, observar e entender como o turismo pode ser afetado pela gestão de DTI nesta região pode abrir espaço para um pensamento e resolução de possíveis efeitos negativos com maior amplitude. Assim, questiona-se: Como o turismo no Centro histórico de Curitiba – PR é impactado pelo modelo de gestão DTI?

Delimitou-se como objetivo geral para a pesquisa: analisar os impactos do modelo de gestão DTI no turismo do Centro Histórico de Curitiba – PR. Delimitaram-se, também, três

objetivos específicos: 1- Conhecer conceitualmente a gestão DTI; 2- Desenvolver uma pesquisa sobre o DTI no Centro Histórico de Curitiba – PR; e 3- Compreender a concepção da gestão pública municipal quanto ao turismo no Centro Histórico de Curitiba – PR.

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo (Gil, 2022), e utiliza o estudo de caso como método. Para coleta de dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental, observação direta e entrevistas informais. Foram analisados os nove pilares que compõem o modelo de DTI: Governança, Inovação, Tecnologia, Acessibilidade, Sustentabilidade, Criatividade e Cultura, Mobilidade e Transporte, Promoção e Marketing, e Segurança.

Justifica-se essa pesquisa, pois em busca realizada nos portais: Periódico da Capes, Publicações de Turismo e Google Acadêmico observou-se que a maioria dos trabalhos publicados sobre DTI em Curitiba – PR abordam a cidade como um todo, e este terá foco apenas no Centro Histórico de Curitiba – PR. Dessa forma, a presente pesquisa poderá contribuir para suprir a lacuna científica identificada. Além disso, de forma prática, a pesquisa poderá auxiliar gestores públicos locais no planejamento e em uma tomada de decisões mais assertiva referente ao Centro Histórico da cidade.

DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES: NO MUNDO, NO BRASIL, EM CURITIBA E NO CENTRO HISTÓRICO DE CURITIBA - PR

Destinos Turísticos Inteligentes

O conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) está fortemente relacionado às Cidades Inteligentes, que se concentram na gestão urbana por meio de estratégias voltadas à competitividade, capital humano e social, participação cidadã, mobilidade, uso eficiente de recursos e qualidade de vida (Lima e Mendes Filho, 2021; Miskalo-Cruz & Gândara, 2016; Segittur, 2016; Invat.tur, 2015). Assim, os DTIs se inspiram nesse modelo para seu planejamento e desenvolvimento.

A principal diferença entre Cidades Inteligentes e Destinos Turísticos Inteligentes está no público-alvo: enquanto as primeiras têm como foco os moradores, os DTIs direcionam suas ações aos turistas, embora estas também beneficiem os residentes locais (Corrêa *et al*, 2019; Gomes; Gândara; Ivars–Baidal, 2017).

O modelo de DTI foi lançado na Espanha, em março de 2013, pela Sociedade Estatal para a Gestão da Inovação e Tecnologias Turísticas (SEGITTUR), vinculada ao Ministério da Energia, Turismo e Agenda Digital. Essa entidade promove a inovação no setor turístico por meio da implementação de estratégias em parceria com os setores público e privado.

A SEGITTUR atua promovendo novos modelos de gestão e canais digitais no setor público e, no setor privado, apoiando empreendedores, incentivando modelos sustentáveis e competitivos, e promovendo a exportação de tecnologia espanhola. Sua atuação tem papel central na consolidação dos DTIs na Espanha (Lima e Mendes Filho, 2021; Segittur, 2016).

O modelo desenvolvido pela SEGITTUR estrutura-se em cinco eixos: Promoção Digital, Internacionalização, Transformação Digital, Destinos Turísticos Inteligentes, e Sustentabilidade alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Lima e Mendes Filho, 2021; Segittur, 2016).

Com resultados expressivos no turismo, a Espanha adotou o modelo DTI como estratégia competitiva para atender às demandas atuais e futuras do setor. A iniciativa atraiu a atenção de outros países, que passaram a adaptar e desenvolver estratégias semelhantes com foco na inovação e competitividade (Lima e Mendes Filho, 2021; Invat.Tur, 2015).

A cidade de Málaga, no sul da Espanha, é referência como protótipo de Cidade Inteligente e modelo de gestão sustentável. Foi considerada o principal destino turístico do país após avaliação da SEGITTUR, que analisou mais de 400 requisitos relacionados à governança, inovação, tecnologia, acessibilidade e sustentabilidade (Lima e Mendes Filho, 2021; Segittur, 2016).

O conceito de turismo inteligente tornou-se tendência com o desenvolvimento de pesquisas, propostas de produtos, serviços ou tecnologias inovadoras ou complementares. Nessa perspectiva, o Centro de Pesquisa de Turismo Inteligente (*Smart Tourism Research Center* – STRC) tem contribuído para esse campo, desenvolvendo estudos em países como Brasil, Coreia do Sul, Estados Unidos, Colômbia e Argentina, com foco na construção de teorias e tendências globais para o setor (Lima e Mendes Filho, 2021; Gretzel, 2015).

Destinos Turísticos Inteligentes no Brasil – DTI Brasil

No Brasil, o Ministério do Turismo lançou em 2021 o Projeto Piloto intitulado “DTI Brasil”, que tem como objetivo estabelecer diretrizes para determinar um formato nacional que transforma destinos turísticos em territórios mais atrativos. Tem como foco novas tecnologias,

alinhadas a estratégias de marketing, sustentabilidade e acessibilidade, com a oferta de melhores experiências e serviços mais acessíveis, seguros e comprometidos com a sustentabilidade (Embratur, 2022; Brasil, 2022).

Para o Projeto Piloto de 2021 foram selecionadas dez cidades brasileiras que, após o processo de implementação das estratégias de DTI, receberam os certificados de “Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) em transformação”, concedidos pelo Ministério do Turismo (MTur). Os municípios reconhecidos como DTI em transformação foram Recife/PE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Angra dos Reis/RJ, Florianópolis/SC, Curitiba/PR, Campo Grande/MS, Rio Branco/AC e Palmas/TO, além da capital federal (EMBRATUR, 2022).

Em 2023, foram selecionadas mais dez cidades para a segunda edição do DTI Brasil. As cidades selecionadas foram: Foz do Iguaçu (PR), Gramado (RS), Vila Velha (ES), Fortaleza (CE), Bonito (MS), Joinville (SC), São Luís (MA), Santos (SP), Ponta Grossa (PR) e Goiânia (GO). As cidades receberam capacitações relacionadas ao DTI, que envolveram autoridades, prefeituras, secretarias, instituições públicas e privadas (Brasil, 2023).

A elaboração do Modelo DTI Brasileiro exigiu a adaptação do Modelo DTI Espanhol no que se refere aos pilares. Enquanto o modelo DTI Espanhol é constituído de cinco pilares (Promoção Digital, Internacionalização, Transformação Digital, Destinos Turísticos Inteligentes, ODS e Sustentabilidade), para o Modelo DTI Brasileiro, foi necessário criar novos pilares, totalizando nove: Governança, Inovação, Tecnologia, Acessibilidade, Criatividade, Sustentabilidade, Segurança, Mobilidade e Transporte, Promoção e Marketing (Mtur, 2022).

Destino Turístico Inteligente em Curitiba – PR e o Centro Histórico da cidade

A cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, integra o Projeto Piloto DTI Brasil, sendo uma das 10 primeiras cidades brasileiras a receber a certificação de “Destino Turístico Inteligente em Transformação”.

Entre as iniciativas desenvolvidas em Curitiba, destaca-se o aplicativo “Curta Curitiba”, criado pelo Instituto Municipal de Turismo, mas que foi descontinuado e retirado das lojas virtuais. Atualmente, existem alternativas como o “Novo Curta Curitiba”, também do Instituto Municipal de Turismo, e o “Guia Curitiba Apresenta”, desenvolvido pela Fundação Cultural de Curitiba. Ambos têm como objetivo promover a cidade, seus eventos e atrativos. No entanto, esses aplicativos não recebem atualizações há mais de dois anos, o que compromete sua credibilidade junto aos turistas e limita sua eficácia na divulgação das atrações locais (Fernandes

Cardoso, 2018; Cruz, 2021).

Outro exemplo é a criação da “primeira rua interativa de Curitiba”, inaugurada em 2018 pela *startup* curitibana MCities. A iniciativa visa conectar as pessoas à cidade por meio de um sistema integrado que abrange cultura, entretenimento e lazer, com presença no celular, web, redes sociais, vias públicas e pontos turísticos. Em 2024, Curitiba já contava com três ruas interativas: Prudente de Moraes, Itupava e XV de Novembro (Fernandes Cardoso, 2018).

Essas ruas interativas utilizam dispositivos *beacons* — pequenos emissores de sinais de rádio para ambientes fechados — que, via *Bluetooth*, transmitem informações diretamente para *smartphones* próximos. Os usuários conectados podem acessar cardápios dos restaurantes da região, além de obter informações sobre eventos, passeios e outras experiências disponíveis na cidade por meio de QR codes instalados nas fachadas dos estabelecimentos. A MCities, em parceria com a Prefeitura Municipal, estuda a expansão dessa tecnologia para outras ruas de Curitiba (Fernandes Cardoso, 2018).

O Centro Histórico de Curitiba (CHC) é considerado o coração da cidade e uma das áreas mais visitadas pelos turistas. Esse fato se justifica por abrigar a Feira do Largo da Ordem que, de acordo com o portal G1 Paraná (2011), recebe mais de 20 mil pessoas aos domingos.

O Setor Histórico de Curitiba foi oficialmente delimitado em 1971, por meio do Decreto nº 1160, abrangendo parte da região central e do bairro São Francisco. Com isso, algumas ruas foram fechadas ao tráfego, e os proprietários de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs) foram notificados sobre a importância histórica de seus imóveis e as normas para sua conservação (Oliveira, 2018).

Como consequência do tombamento de importantes pontos turísticos e culturais da cidade, foi criada, ainda na década de 1970, a Fundação Cultural de Curitiba, responsável por promover a preservação e valorização do patrimônio histórico local. Oliveira (2018) aponta que a visitação turística pode ser comprometida por diversos fatores, como a deficiência na sinalização e na oferta de informações por meio de ferramentas como placas, mapas e sites. Além disso, a falta de familiaridade dos turistas com a região e a dificuldade de interpretar mapas cartográficos tradicionais também dificultam a exploração dos destinos. Ademais, estudo de Oliveira (2018) revelou que muitos turistas deixaram de visitar determinados pontos do Centro Histórico de Curitiba por desconhecê-los.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo (Gil, 2022), e utiliza o estudo de caso como método. Foram analisados os nove pilares que compõem o modelo de Destino Turístico Inteligente (DTI): Governança, Inovação, Tecnologia, Acessibilidade, Sustentabilidade, Criatividade e Cultura, Mobilidade e Transporte, Promoção e Marketing, e Segurança. Para essa análise, recorreu-se ao quadro de requisitos desses nove eixos apresentado no Manual Metodológico Modelo DTI Brasil (Mtur, 2022).

Inicialmente, o preenchimento do quadro foi realizado com base em dados secundários, obtidos em sites, artigos e jornais. Posteriormente, foi conduzida uma pesquisa de campo, com observações diretas e entrevistas informais. Os entrevistados incluíram um representante do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba – PR, feirantes da Feira do Largo da Ordem, comerciantes locais, um funcionário público da Feira do Poeta, o chefe e o professor de cozinha do Café Escola SENAC no Palácio Belvedere, além de seguranças do Museu de Arte Sacra e da Casa Hoffmann. As atividades de campo ocorreram no mês de outubro de 2024.

A visita ao local foi dividida em dois momentos. O primeiro ocorreu durante dias úteis, com o objetivo de compreender amplamente os requisitos exigidos pelos diferentes eixos do modelo DTI e identificar possíveis variações em relação aos dias de feira no Largo da Ordem, com base em informações fornecidas por comerciantes e gestores públicos. O segundo momento consistiu em uma visita realizada em um domingo, dia em que ocorre a feira, possibilitando a comparação entre a rotina dos dias de semana e a dinâmica específica do evento, bem como a identificação de necessidades e carências distintas em cada contexto.

DESENVOLVIMENTO

Na figura 1 pode ser observada a área espacial delimitada para este estudo, que compreende o recorte geográfico do Centro Histórico de Curitiba onde é realizada a Feira do Largo da Ordem.

Figura 1: Ilustração do Centro Histórico de Curitiba - PR



Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2025.

Os ícones de “corações” representam as ruas e Avenidas: Rua Doutor Kellers, Rua Professor Claudino dos Santos, Rua São Francisco, Rua Mateus Leme, Rua do Rosário, Av. Jaime Reis e Av. Dr. Muricy.

Já os ícones de “bandeira verde” identificam os pontos turísticos do Largo da Ordem. Prédios e edifícios históricos: Casa Hoffmann, Centro Cultural de Curitiba, Centro Juvenil de Artes Plásticas, Galeria Julio Moreira, Escola de Patrimônio & Liceu das Artes, Solar da Cultura – Sede Fundação Cultural Biblioteca, Feira do Poeta, Biblioteca Casa da Memória; Praças: Praça Garibaldi, Largo Coronel Éneas, Praça João Cândido; Igrejas: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas (Igreja da Ordem), Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São Benedito (Igreja do Rosário), 1ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba; e Museu: Museu de Arte Sacra de Curitiba (MASAC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa. Os resultados foram organizados de acordo com os eixos do DTI Brasil.

Eixo governança

No eixo da governança, verificou-se que o setor de feiras e artesanato em Curitiba – PR é gerido pelo Instituto Municipal de Turismo. Mensalmente, é realizado um sorteio que visa promover a rotatividade dos artesãos e feirantes na principal feira da cidade. Cada participante

tem direito a ocupar um espaço no Largo da Ordem durante quatro semanas. No entanto, devido à escassez de feirantes de alimentos — sem que haja justificativa clara para isso —, o rodízio acaba ocorrendo apenas entre esse grupo específico.

A região do Largo da Ordem conta com perfis ativos nas redes sociais, administrados pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC). Além disso, a Escola de Patrimônio Liceu das Artes oferece cursos gratuitos abertos à comunidade. Já o Liceu de Ofícios Criativos promove cursos e workshops voltados exclusivamente para artesãos, contribuindo para a valorização e qualificação desses profissionais.

Eixo inovação

Segundo relatos de comerciantes do Largo da Ordem, foi identificado um meio de comunicação voltado para auxiliar turistas e moradores com informações sobre os pontos de ônibus de Curitiba, opções de alimentação, locais turísticos e rotas de acesso. Trata-se do Canal 156, que pode ser acessado por ligação telefônica, aplicativo ou por meio de um código QR disponível no Largo da Ordem, ao lado do prédio da Casa da Cultura de Curitiba.

Observou-se também que alguns pontos turísticos da região estão passando por processos de restauração. A oferta de cursos e workshops voltados aos artesãos contribui para uma maior interação entre moradores e turistas. Além disso, a instalação de códigos QR em monumentos e museus proporciona uma experiência mais informativa e acessível aos visitantes.

Eixo tecnologia

De acordo com o Instituto Municipal de Turismo, foi criado o projeto *Smart Move*, um mini carro destinado à divulgação dos principais pontos turísticos de Curitiba, incluindo o Largo da Ordem. Para facilitar o acesso a informações sobre a cidade, como localização de pontos de ônibus e atrações turísticas, foram identificados o Canal 156, um aplicativo, e um código QR, oferecendo suporte para moradores e visitantes.

O Museu Paranaense e o Museu de Arte Sacra oferecem recursos de acessibilidade, como fones de ouvido e sistemas de áudio suspensos, para melhorar a compreensão dos conteúdos exibidos. Além disso, a Fundação Cultural de Curitiba (FCC) mantém redes sociais ativas, com informações atualizadas sobre eventos e atividades culturais na cidade.

Eixo acessibilidade

As vias do Largo da Ordem são pavimentadas com pedras, o que dificulta o acesso, especialmente para cadeirantes, apesar da presença de faixas laterais destinadas à circulação de pessoas com deficiência. Em dias comuns, essas vias estão livres, mas aos domingos, durante a feira, são ocupadas por barracas e ambulantes, o que limita ainda mais a mobilidade. A feira oferece banheiros químicos próximos ao Museu Paranaense e também há sanitários disponíveis no ponto de informações do Instituto Municipal de Turismo.

A Rua do Rosário é a única via da região que possui piso tátil e diversas rampas de acesso, facilitando a locomoção de pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida. No entanto, diversos pontos turísticos e instituições públicas — como o Museu Paranaense, o Liceu de Ofícios Criativos, a Escola de Arte Contemporânea Liceu das Artes, a Casa do Poeta e o próprio Instituto Municipal de Turismo — ainda não oferecem acessibilidade plena, como elevadores ou sinalização em braile.

O eixo de acessibilidade da região apresenta avanços pontuais, como fones de ouvido e caixas de som no Museu de Arte Sacra e no Museu Paranaense, voltados à inclusão de visitantes com deficiência visual. Porém, ainda há carência de recursos táteis, como informações em braile, e de estruturas adequadas para cadeirantes, especialmente nos andares superiores do Museu Paranaense, que só conta com rampas no térreo e na entrada.

Eixo sustentabilidade

Em Curitiba, a Lei Municipal nº 15.434, de 21 de maio de 2019, estabelece diretrizes para políticas públicas que incentivam o desuso de canudos e copos plásticos descartáveis, promovendo práticas sustentáveis no município (Curitiba, 2019).

A feira do Largo da Ordem segue esse princípio, estimulando comerciantes, artesãos e feirantes a evitarem o uso de sacolas plásticas e copos descartáveis. Muitos expositores utilizam materiais recicláveis ou sustentáveis em seus produtos, como madeira de reflorestamento, tecidos orgânicos e papel reciclado. São comercializados itens ecológicos, como cosméticos naturais, roupas sustentáveis e bolsas feitas de materiais reaproveitados. O acesso à feira é gratuito, permitindo a circulação, compra e venda de produtos por moradores e turistas.

Além de ser um atrativo cultural e turístico, a feira representa uma importante fonte de renda extra para os expositores, que muitas vezes expressam suas histórias de vida por meio dos artigos que produzem. O eixo da sustentabilidade valoriza essas práticas ao incentivar o uso

consciente de materiais e ao promover o exemplo para visitantes, fortalecendo o vínculo entre tradição, economia local e responsabilidade ambiental.

Eixo criatividade e cultura

Foi identificado o projeto *Linha Preta*, iniciativa desenvolvida por alunos de Jornalismo do Centro Universitário UniBrasil, em parceria com o Centro Cultural Humaita (Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira). O projeto, em formato de roteiro turístico, tem como objetivo valorizar e dar visibilidade à contribuição da população negra na construção física e social de Curitiba, além de apresentar referências históricas e culturais da cidade.

A Fundação Cultural de Curitiba, em conjunto com o Instituto Municipal de Turismo, realiza ações educativas voltadas às crianças, com foco na arte e na cultura, promovendo a valorização, conservação e recuperação de paisagens e locais históricos da capital paranaense.

De acordo com o site *Turismo de Valor* (2024), a feira do Largo da Ordem reúne cerca de 1.000 expositores e é considerada uma das maiores e mais tradicionais do Brasil, destacando-se pela preservação das tradições artesanais e artísticas, que refletem a identidade local.

Além disso, o Centro Histórico de Curitiba é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reforçando sua importância cultural e histórica para a cidade e para o país.

Eixo mobilidade e transporte

O eixo de mobilidade e transporte oferece diversas opções de acesso ao Largo da Ordem, com transporte público disponível a partir de diferentes pontos da cidade. O Terminal Guadalupe conecta tanto as linhas urbanas do centro quanto as linhas metropolitanas da região. Além disso, a *Linha Turismo Curitiba* inclui o Largo da Ordem em seu itinerário, permitindo aos visitantes conhecerem outros pontos turísticos da capital em um *tour* completo.

Apesar da presença de ciclovias na região, elas são frequentemente ocupadas por veículos nos dias comuns e pelas barracas da feira aos domingos, comprometendo o uso por ciclistas. As vias ao redor do Largo da Ordem são fechadas nas tardes de sábado e reabertas por volta das 12h30 do domingo, devido à Feira do Largo da Ordem. Após essa reabertura, o fluxo de veículos representa um risco para turistas, feirantes e moradores que ainda circulam pela área da feira.

Eixo promoção e marketing

Identificou-se o projeto *Histórias e Retratos da Feira do Largo da Ordem*, desenvolvido pelas entidades Flutua Produções e Canô Produções, com o objetivo de registrar e preservar as memórias dos responsáveis pela manutenção de uma das maiores feiras urbanas do Brasil. A iniciativa adota uma abordagem histórica, antropológica e fotográfica, destacando a importância cultural e social da feira. O projeto contribui para aproximar o turista da história e evolução da feira, localizada em uma das regiões mais emblemáticas de Curitiba. (Bem Paraná – 2022).

Além disso, elementos simbólicos da cidade, como objetos com a figura da capivara, são utilizados para reforçar a identidade curitibana e atrair visitantes. Ademais, foi observada certa limitação na divulgação digital: embora exista um aplicativo voltado apenas à venda dos produtos dos expositores, seu uso não é amplamente adotado. Em compensação, cerca de 60% dos comerciantes utilizam suas próprias redes sociais para promover e comercializar seus produtos, ampliando o alcance e a visibilidade da feira.

Eixo de segurança

Observou-se a presença de policiamento no Largo da Ordem durante os dias úteis e no período noturno. Porém, aos domingos, durante a realização da feira, a segurança se mostrou insuficiente diante do elevado fluxo de visitantes no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou: analisar os impactos do modelo de gestão DTI no turismo do Centro Histórico de Curitiba – PR. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo (Gil, 2022). O método adotado foi o estudo de caso e a coleta de dados foi conduzida a partir de pesquisa bibliográfica, documental, observação direta e entrevistas informais. Foram analisados os nove pilares que compõem o modelo de Destino Turístico Inteligente (DTI): Governança, Inovação, Tecnologia, Acessibilidade, Sustentabilidade, Criatividade e Cultura, Mobilidade e Transporte, Promoção e Marketing, e Segurança.

Entre os nove eixos analisados, os que apresentaram maiores fragilidades foram os de Segurança e Acessibilidade, revelando carências significativas no Centro Histórico de Curitiba, especialmente na região do Largo da Ordem. No eixo Segurança, destacou-se a insuficiência de

policciamento durante os domingos. Já no eixo Acessibilidade, a principal deficiência observada foi a falta de estrutura adequada para pessoas com deficiência (PCDs), especialmente nos espaços públicos. Os demais sete eixos apresentaram iniciativas e possibilidades em andamento que contribuem para oferecer experiências positivas aos visitantes e moradores da região.

Uma limitação da pesquisa foi a coincidência com o período das eleições municipais de 2024, o que restringiu o acesso a informações nos sites oficiais da Prefeitura de Curitiba – PR, reduzindo o tempo disponível para consulta dessas fontes.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se investigar de que forma a gestão DTI se integra à gestão de cidades inteligentes. Tal estudo pode servir como ponto de partida para que os gestores públicos de Curitiba planejem uma cidade que seja, simultaneamente, inteligente e acolhedora para moradores e turistas.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO. **MTur apresenta a municípios a importância de ser Destino Turístico Inteligente. Agência Gov, 2023.**

Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202307/mtur-apresenta-a-municipios-a-importancia-de-ser-destino-turistico-inteligente>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL - Ministério do Turismo. **DTI Brasil:** cidades selecionadas em 2023 recebem nova consultoria do Mtur. Ministério do Turismo, 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/dti-brasil-cidades-selecionadas-em-2023-recebem-nova-consultoria-do-mtur>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL – Ministério do Turismo. **Modelo DTI Brasil:** Manual metodológico/ Brasil. Ministério do Turismo. Brasília-DF, 2022.

CORRÊA, S. C. H.; GOSLING, M. S.; GONÇALVES, C. A. Destinos turísticos inteligentes: um estudo bibliométrico. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 9, n. 1, p. 40-61, jun. 2019.

Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CRUZ, A. M. D. S. **Uma análise da estrutura produtiva em regiões" patrimônio cultural da humanidade" como destino turístico inteligente.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. 2021.

CURITIBA. Lei n. 15.434, de 16 de setembro de 2019. **Dispõe sobre as políticas públicas de incentivo ao desuso de canudos e copos plásticos descartáveis no município de Curitiba. Leis Municipais**, Curitiba, PR, 2019. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2019/1544/15434/lei-ordinaria-n-15434-2019-dispoe-sobre-as-politicas-publicas-de-incentivo-ao-desuso-de-canudos-e-copos-plasticos-descartaveis-no-municipio-de-curitiba>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

EMBRATUR. **Destinos turísticos inteligentes em transformação no Brasil são certificados**. EMBRATUR, 2022. Disponível em:

<<https://embratur.com.br/2022/08/24/destinos-turisticos-inteligentes-em-transformacao-no-brasil-sao-certificados/>>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FERNANDES CARDOSO, I. B. **Os destinos turísticos inteligentes: um estudo em Seul, Coreia do Sul e Curitiba, Paraná**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, E. L., GÂNDARA, J. M., & IVARS-BAIDAL, J. A. É importante ser um destino turístico inteligente? A compreensão dos gestores públicos dos destinos do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 11(3), 503–536. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1318>. 2017.

GRETZEL, U., SIGALA, M., XIANG, Z., & KOO, C. Smart Tourism: Foundations and Developments. Working Paper, **Smart Tourism Research Center**, Kyung Hee University, South Korea. 2015.

INVAT-TUR. Agência Valenciana del Turisme. **Destinos Turísticos Inteligentes**. 2015. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/invattur/manual-operativo-para-la-configuracin-de-destinos-inteligentes>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LIMA, D.; MENDES FILHO, L. Modelo INVAT.TUR: Indicadores relevantes para gestão de um destino turístico inteligente. Cenário: **Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 150-154, mai./ago. 2021.

MISKALO-CRUZ, M.; GÂNDARA, J. M. Indicadores para monitoramento e gestão de destinos turísticos inteligentes. **Cultur**, ano 10, nº 02, jun. 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Processo de Transformação de Destinos em Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-ainformacao/acoes-e-programas/destinos-turisticos-inteligentes/CartilhaDTIBrasil20x15.pdf>. 2022.

OLIVEIRA, C. A. **Mapas ilustrados do Centro Histórico de Curitiba**. 2018. 97 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SEGITTUR - Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas. **Smart destinations report: building the future**. 2016. Disponível em

<http://www.segittur.es/opencms/export/sites/segitur/.content/galerias/descargas/documentos/LibroDestinos-Inteligentes-en-Inglis.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SEGITTUR. **Ejes de Actuación**. 2024. Disponível em: <<https://www.segittur.es/ejes-de-actuacion/>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

O TURISMO COMO MEIO DE VALORIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UMA ANÁLISE ACERCA DA POTENCIALIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA - PR

Evandro Del Negro da Silva¹ - Unicentro (CEDETEG)

Lucas Kienen Gerlinger² - Unicentro (CEDETEG)

GRUPO DE TRABALHO: GT 6 - Turismo e Hospitalidade.

RESUMO

O turismo no Brasil é cada vez mais importante e objeto de estudos científicos. O setor turístico auxilia na valorização dos espaços e paisagens, contribuindo para o resgate histórico e a compreensão das características que levaram ao desenvolvimento das diferentes localidades. Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma análise acerca da potencialidade turística do município de Santa Amélia, Paraná, analisando cada atrativo e seu segmento turístico. O recorte espacial da pesquisa ocupa uma área de 78,045 km² e tem uma população estimada de 3.266 habitantes. Tendo como vizinhos os municípios de: Abatiá e Bandeirantes e Cornélio Procópio, e sendo influenciado por diferentes culturas, incluindo a indígena e a imigração de paulistas, mineiros. A pesquisa inclui estudos de campo e levantamento bibliográfico e de dados em instituições públicas, para compreender as características históricas, culturais, geográficas e turísticas da região. O trabalho é dividido em coleta de dados e análise dos resultados, abordando os aspectos econômicos, ambientais, históricos e culturais que podem indicar a potencialidade turística do município. A pesquisa resultará em mapa, gráficos e tabela que apresenta os aspectos qualitativos e quantitativos do município e principalmente dos pontos turísticos propostos.

Palavras-chave: Turismo. Produção do Espaço. Pequena Cidade. Potencialidade Turística. Santa Amélia.

RESUMEN

El turismo en Brasil es cada vez más importante y objeto de estudios científicos. El sector turístico contribuye a la valorización de espacios y paisajes, contribuyendo a la recuperación histórica y a la comprensión de las características que propiciaron el desarrollo de diferentes localidades. Esta investigación tiene como objetivo analizar el potencial turístico del municipio de Santa Amélia, Paraná, analizando cada atractivo y su segmento turístico. El ámbito de la investigación abarca una superficie de 78.045 km² y tiene una población estimada de 3.266 habitantes. Limita con los municipios de Abatiá, Bandeirantes y Cornélio Procópio, y está influenciado por diferentes culturas, incluyendo la cultura indígena y la inmigración de São Paulo y Minas Gerais. La investigación incluye estudios de campo y relevamientos bibliográficos y de datos en instituciones públicas para comprender las características

¹ - Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), campus do CEDETEG - Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico de Guarapuava. Atualmente, membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES) e bolsista CAPES - e-mail: evandronow@hotmail.com

² - Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) campus do CEDETEG - Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico de Guarapuava. Atualmente membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Educação Geográfica e Cartografia para Escolares (EducartGEO) e bolsista CAPES - e-mail: gerlingerlucas@gmail.com

históricas, culturales, geográficas y turísticas de la región. El trabajo se divide en la recopilación de datos y el análisis de resultados, abordando los aspectos económicos, ambientales, históricos y culturales que pueden indicar el potencial turístico del municipio. La investigación dará como resultado un mapa, gráficos y tabla que presenta los aspectos cualitativos y cuantitativos del municipio y especialmente de los atractivos turísticos propuestos.

Palabras clave: Turismo. Producción espacial. Pueblo pequeño. Potencial turístico. Santa Amélia.

1. INTRODUÇÃO

O papel do turismo no Brasil ganha cada vez mais relevância, tornando-se também objeto de muitos trabalhos científicos. A enorme variedade de segmentos e agentes turísticos e a diversidade de usuários envolvidos mostram um universo de elementos.

Dessa forma, há uma valorização dos espaços e paisagens nos territórios, o que é de suma importância para o resgate histórico e compreensão das características que deram origem ao desenvolvimento da localidade analisada. A formação cultural, religiosa e de todos os símbolos que compõem o espaço pode auxiliar na atividade turística, uma vez que o turismo, como setor da economia, visa valorizar diversos elementos, sejam eles materiais ou imaterial.

Desde modo, a presente pesquisa pretende evidenciar os possíveis pontos turísticos do município de Santa Amélia, Paraná. Buscando assim a compreensão de cada espaço e em qual segmento do turismo o atrativo se encaixa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), Santa Amélia (Figura 1) ocupa um território de 78,045 km², sendo o segundo município menor em extensão territorial da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, ficando atrás somente do município de Nova Santa Bárbara. A população estimada é de 3.266 habitantes, sendo os municípios vizinhos: Abatiá, Bandeirantes, Cornélio Procopio e Ribeirão do Pinhal.

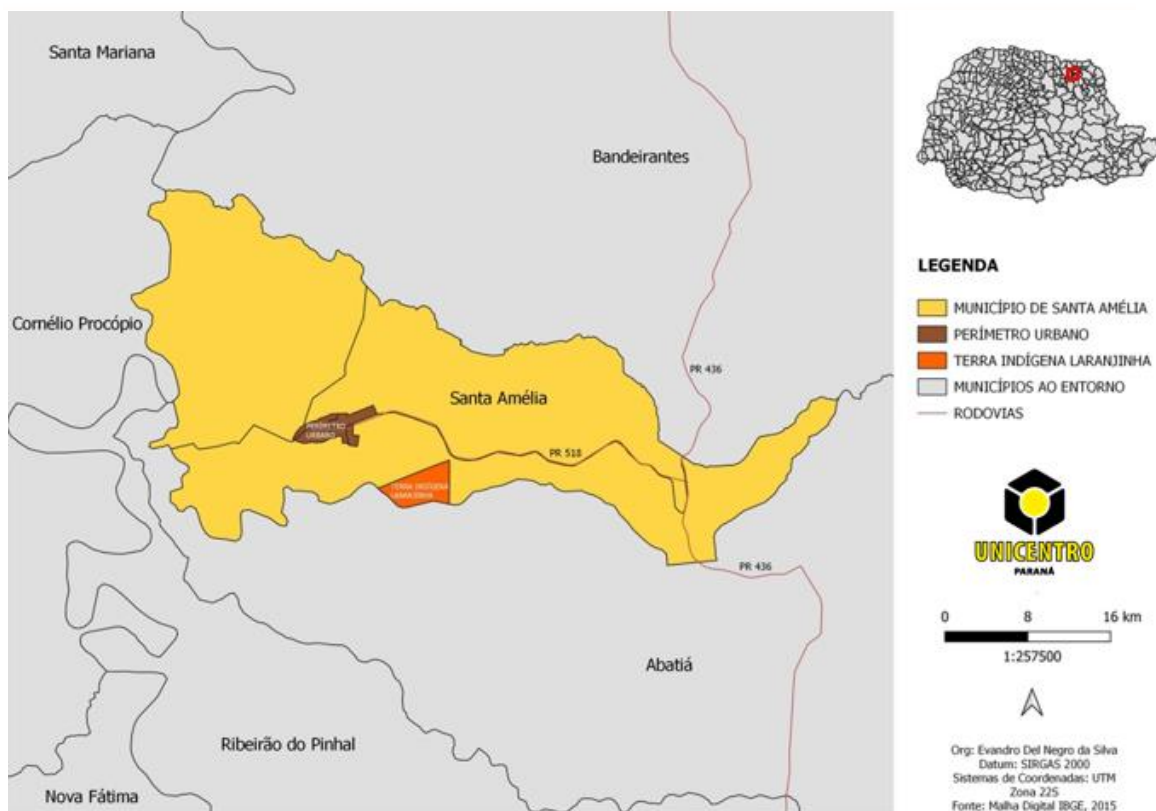


FIGURA 1: Mapa de localização do município de Santa Amélia (PR)

Fonte: Malha Digital IBGE (2018) / DER - PR (2019)

A rodovia que passa pelo município é a PR-518, que dá acesso ao perímetro urbano da cidade, e a PR-436, ligando aos outros municípios da região como Abatiá, Bandeirantes e posteriormente o acesso à BR-369. A cidade possui influência da comunidade indígena Laranjinha, da imigração de paulistas, mineiros e de estrangeiros como os italianos, japoneses e de alemães, sendo minoria na formação municipal. Estando a cerca de 404 quilômetros da capital do Estado, o município de Curitiba.

O turismo é um fenômeno que se apropria do espaço, caso se tenha um potencial ou um projeto para o local, por meio do qual diversas ações são desenvolvidas. Foram realizados alguns estudos na área, como, por exemplo: o trabalho de campo, o levantamento bibliográfico que evidencia as características do recorte cartográfico em análise, além de algumas definições conceituais sobre o espaço e o turismo que podem servir de parâmetro para esta pesquisa.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira: o levantamento dos dados e a escolha dos autores. Em seguida, os resultados da pesquisa serão apresentados com base nos

conceitos de espaço e nas concepções de turismo presentes em Santa Amélia, enfatizando os segmentos do turismo e atrativos presentes no município. Por fim, serão apresentadas as considerações parciais sobre a temática.

Os estudos sobre turismo na região de Santa Amélia tornam-se importante para poder identificar a possível potencialidade deste setor, dando enfoque aos aspectos econômicos, ambientais, históricas e culturais, analisando a espacialidade do município e as características que fazem parte de sua formação e a possível relação com o turismo.

Os procedimentos metodológicos incluem trabalho de campo, com levantamento bibliográfico e documental com base nos bancos de dados de instituições públicas, como Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o município, de órgãos de pesquisa, os mapeamentos em geral.

A pesquisa sobre o turismo em Santa Amélia busca analisar a partir dos atrativos, destacando como referencial teórico Sampaio (2017) e Maciel (2014) sobre a conceituação das informações da Terra Indígena Laranjinha (doravante TI Laranjinha). Soja (1993) para discutir sobre o conceito de espaço e Cruz (2001), relacionando o conceito de turismo.

Deste modo, primeiramente o trabalho se iniciou com o levantamento bibliográfico sobre os conceitos de espaço e o fenômeno do turismo, além das características municipais. Um levantamento documental permitiu mapear e apresentar as informações gerais do município. Deste modo, será realizado um levantamento de dados sobre os aspectos econômicos, sociais, culturais e histórico, buscando caracterizar as peculiaridades locais e a potencialidade do turismo.

Foi realizado um trabalho de campo para visualizar os principais pontos do município, observando os meios naturais, como, por exemplo, o rio Laranjinha e o patrimônio cultural, como as igrejas (católica e evangélicas), além da Terra Indígena e das comunidades rurais.

Por fim, foram elaborados mapa, gráficos, tabela, tais como: mapa de localização do município, fotografias dos atrativos turísticos propostos para Santa Amélia, os quadros, o primeiro tem a relação com os atrativos do município o segundo apresentando as capelas (rurais/urbanas) do município e outro com a etnia e família linguística dos indígenas presentes no município, já a tabela apresenta a variação étnica e quantitativa da população da TI Laranjinha.

2 A FORMAÇÃO LOCAL E OS POSSÍVEIS SEGMENTOS TURÍSTICOS

Para a compreensão do recorte espacial de Santa Amélia, é necessário conceituar espaço e turismo. Sendo assim, o espaço pode ser redefinido em conjunto com as ações humanas produtivas, por diversos setores, como o agrícola, a construção civil ou mesmo o turismo.

No sentido destacado por Soja (1993):

O espaço não é um reflexo da sociedade, ele é a sociedade [...] Portanto, as formas espaciais, pelo menos no nosso planeta, hão de ser produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana. Hão de expressar e executar os interesses da classe dominante, de acordo com um dado modo de produção e com um modo específico de desenvolvimento (SOJA, 1993, p. 89).

Dessa forma, a prática do turismo enquanto dinâmica de espaço geográfico acaba se apropriando de diversos espaços com potencialidades de visitação para o desenvolvimento da atividade turística.

O turismo, tal como outras atividades e concorrendo com elas, introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2001, p.12).

Cruz (2001, p.12), destacando os vários significados presentes na dinâmica espacial, afirma que “os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, dependendo de fatores políticos, econômicos, culturais, todo o espaço do planeta pode ser considerado espaço do turismo”.

Desta forma, voltando para a formação histórica do município, no ano de 1938, Ângelo Pavan adquiriu, por compra feita a Jayme de Carvalho, uma área aproximada a 2800 alqueires de terra, no município de Bandeirantes. A ideia de Ângelo Pavan era formar um patrimônio, promovendo a venda dos lotes e datas de sua propriedade.

No ano seguinte, uma caravana composta por Ângelo Pavan, Valentim Inforzato, José Pavan, José Galdino da Costa e do engenheiro Luiz Vom Wronski dirigiu-se ao local das terras

para a demarcação dos lotes que formariam o Patrimônio. Em 1940, foi inaugurado, oficialmente, o Povoado de Galdinópolis, que já contava com uma igreja, uma escola, um campo de futebol e luz elétrica.

No dia 14 de novembro de 1951, foi criado o município com a denominação de Santa Amélia, uma homenagem a filha de Ângelo Pavan, no caso Amélia Pavan, se desmembrando oficialmente do município de Bandeirantes.

Segundo o IPARDES, o município não possui cadastro no Ministério do Turismo (CADASTUR¹) até o ano de 2019, já em relação ao número de estabelecimentos e empregos (RAIS) nas atividades características do turismo (ACT's) até o ano de 2019, possui somente uma atividade correspondente a alimentação, com um estabelecimento.

Com isso, possíveis sugestões de segmentos turísticos, tendo como base que o município não realiza nem uma ação este setor econômico, pode se destacar como possíveis segmentos para a realização da prática turística: o turismo religioso, o turismo histórico, o turismo cultural, o turismo de lazer em conjunto com o ecoturismo, e o turismo rural.

Com esse entendimento, é possível evidenciar os atributos turísticos e a abordagem respectiva de cada ponto. A seguir, no Quadro 1, serão destacadas as principais potencialidades, pontos turísticos do município e seus segmentos.

Atrativos	Segmentos Turísticos
1. Congregação Cristã no Brasil	Turismo Religioso
2. Paróquia São José	Turismo Religioso
3. Praça Vitória Pavan e Calçada Municipal	Turismo Histórico / Turismo de Lazer
4. Rio Laranjinha	Ecoturismo
5. Terra Indígena Laranjinha	Turismo Cultural
6. Vila Rural	Turismo Rural

QUADRO 1: Principais atrativos do município de Santa Amélia (PR)

Elaboração: Del Negro, E. S (2025)

¹ Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo

2.1 Congregação Cristã no Brasil

A Congregação Cristã no Brasil (Figura 2) simboliza o rito evangélico na comunidade de Santa Amélia, tem inúmeros fiéis no município, sendo o segundo maior rito religioso por quantidade de frequentadores na cidade, tendo também uma grande adesão dos indígenas da TI Laranjinha. Sua inauguração está datada da década de 1970, estando localizada no bairro Jardim Esperança.



FIGURA 2: Congregação Cristã no Brasil, em Santa Amélia (PR)

Fonte: Trabalho de campo (2020)

Ainda tem os encontros que reúnem fiéis da região, como Bandeirantes; Itambaracá; Ribeirão do Pinhal, mas também do Estado de São Paulo, como, por exemplo, Limeira, Cotia, são outras cidades do interior paulista, reunindo caravanas na cidade durante alguns períodos do ano.

2.2 Paróquia São José

A Paroquia São José (Figura 3) está localizada no centro do perímetro urbano do município de Santa Amélia, inaugurada em 1958, tendo o auxílio dos primeiros imigrantes (paulistas, mineiros e descendência italiana) para a sua construção durante os anos 40 e 50 do século XX, um dos diferenciais da arquitetura são suas torres com cerca de 20 metros de altura, o que seria equivalente a um prédio de 6 andares (DIOCESE DE JACAREZINHO, 2025)



FIGURA 3: Paróquia São José, em Santa Amélia (PR)

Fonte: Trabalho de campo (2022)

Outros pontos relacionados ao atrativo são as festividades e as suas comunidades rurais, como a do padroeiro da cidade, São José que ocorrem no mês de maio, nos festejos de São José Operário, pois a data de comemoração à São José é dia 19 de março, no período da quaresma e também a festa de Nossa Senhora Aparecida que acaba fechando as ruas ao redor da Praça Vitória Pavan, ambas atraindo muitas pessoas para a cidade, das áreas rurais e dos municípios vizinhos. Além de administrar nove capelas (Quadro 2), uma em perímetro urbano, oito em espaços rurais no interior do próprio município e de seu vizinho, como Abatiá e Bandeirantes.

Capelas	Municípios	Bairros
1. Capela Nossa Senhora Aparecida	Abatiá	Bairro Ribeirão Grande
2. Capela Nossa Senhora da Penha	Bandeirantes	Bairro Ribeirão dos Índios
3. Capela São João Batista	Bandeirantes	Bairro Paraíso
4. Capela Nossa Senhora Aparecida	Bandeirantes	Bairro Cabiúna
5. Capela São José	Bandeirantes	Bairro Assentamento Nova Bandeirantes
6. Comunidade Santa Luzia	Bandeirantes	Bairro Cabiúzinha
7. Capela Nossa Senhora Aparecida	Santa Amélia	Centro (Capela do Hospital)
8. Comunidade Nossa Senhora Aparecida	Santa Amélia	Bairro Vila Rural
9. Capela Nossa Senhora de Guadalupe	Santa Amélia	Bairro Aldeia Laranjinha

QUADRO 2: Capelas administrada pela Paróquia São José, Santa Amélia (PR)

Fonte: Diocese de Jacarezinho (2025)

Elaboração: DEL NEGRO, E. S (2025)

2.3 Praça Vitória Pavan e Calçadão Municipal

A Praça Dona Vitória Bonadil Pavan foi inaugurada em 13 de outubro de 1970, na gestão do prefeito Paulo Baptistone, sendo uma homenagem à esposa de Ângelo Pavan, até então fundador do patrimônio, a praça serve atualmente com um espaço público de lazer, por ter uma pista para caminhada e equipamento de exercícios e brinquedos para as crianças, além ser o local das festas do Colégio Estadual Vinícius de Moraes, e ter diversos trailers de lanches, que abre no período noturno.

Já o Calçadão Municipal está na mesma localidade, mais precisamente é uma extensão da Avenida Carlirio Gomes do Santos, equivalente a dois quarteirões, onde é proibido a passagem de veículos, onde está situado grande parte do comércio da cidade, sendo inaugurado em setembro de 1994, durante o mandato do Prefeito Luiz Carlos Rodrigues. Ambos os pontos (Figura 4) foram recentemente reformados, no ano de 2019. Dos atrativos é possível observar a formação urbana da cidade, com as edificações datada da década de 50, do século XX (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA - PR, 2020).



FIGURA 4: Praça Vitória Pavan e Calçadão Municipal, em Santa Amélia (PR)

Fonte: Trabalho de campo (2020)

2.4 Terra Indígena Laranjinha

A Terra Indígena Laranjinha (Abatiá / Santa Amélia) e a Terra Indígena Yvy Porã Laranjinha (Abatiá / Cornélio Procopio / Ribeirão do Pinhal) são aldeias que possuem a mesma ancestralidade, ambas distantes cerca de 130 quilômetros de Londrina, Paraná.

A história desta comunidade tradicional da TI Laranjinha, traz alguns pontos, principalmente religiosos, como, por exemplo, o fenômeno indesejado guaranítico do “jejowy” ou “sufocação da palavra”, em que o guarani comete o suicídio, deixando essa mensagem que o mundo é injusto (SAMPAIO, 2017, p. 139).

Na TI Laranjinha não acontece o jejowy, mas houve um caso no passado com a Dona Lica. No período, ela morava na Região Noroeste do Estado, entre os anos de 1945 e 1966 e lá ela recebeu a mensagem de Nhanderú para voltar à TI Laranjinha e resgatar o mongaraí, sendo a prática religiosa guarani. Antes da visão, a Dona Lica tentou algumas vezes se matar amarrando objetos no pescoço, ninguém ficou sabendo o motivo.

Segundo Sampaio (2017, p. 142), “O temido jejowy estava ali para sufocar as palavras que no futuro ia emanar da boca dessa anciã na Casa Grande, para fortalecer os guaranis do Laranjinha e ensiná-los a prosseguir no modo de ser”. Depois dessa visão dada por Nhanderú, a Dona Lica e a família retornaram para a TI Laranjinha.

Até a década de 1980, os Guarani da referida TI Laranjinha mantinham, através da tradição oral, parte de um mito sobre a criação do mundo. Tratava-se do mito de Ceru e seus filhos gêmeos Dicocao e Kutuvi, e era conhecido por quase todas as pessoas do grupo local. Segundo os relatos, Ceru e Kutuvi eram “incorporados” por duas mulheres, que, tendo “força” para isso, acabavam sendo figuras de grande destaque e importância na liderança da casa de rezas e dos rituais que ali aconteciam. Nos últimos anos em que a casa de rezas esteve ativa, Lica e Júlia eram estas figuras centrais associadas à casa de rezas, juntamente com Bertolino (BARROS, 2003, p. 66-67).

Os ritos cristãos na Aldeia tiveram início no século XX com a construção da Capela Nossa Senhora de Guadalupe (Rito Católico), já nos anos 2000, mais precisamente em 2002, foi instalada a Congregação Cristã no Brasil (Rito Evangélico). Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a população da TI Laranjinha está em torno de 231 pessoas. Como é possível observar na Tabela 1.

	Guarani	Kaingang	Mestiços	Não-índios	Total
Nº de pessoas	86	2	129	22	239

TABELA 1: População da TI Laranjinha.

Fonte: FUNAI/ADR Londrina, PR, 2001.

A TI Laranjinha, habitada pela etnia Guarani-Nhandewa (Quadro 3), no Nordeste do Paraná, foi submetida, a partir dos anos 50, a uma intensa destruição de seus recursos naturais pelos imigrantes.

Povos	Família linguística
Guarani	Tupi-Guarani
Guarani Nhandewa	Tupi-Guarani
Kaingang	Jê

QUADRO 3: Povos étnicos presentes na TI Laranjinha, Santa Amélia (PR)

Fonte: Sampaio, O. A. M. G. R (2017) / **Elaboração:** Del Negro, E. S (2020)

A partir da década de 1990, foi realizado um manejo de determinadas áreas para fins de restauração das florestas nativas, que contribui para redefinição da identidade social e para revalorização de suas tradições. (MACIEL, V. R; NORDER, L. A, 2014). Na Figura 5, é possível observar a entrada na TI Laranjinha, no perímetro municipal de Santa Amélia.



FIGURA 5: TI Laranjinha, em Santa Amélia (PR)

Fonte: Trabalho de campo (2020)

2.5 Rio Laranjinha

O Rio Laranjinha (Figura 6) nasce no município de Ventania e tem sua foz no rio das Cinzas, entre os municípios de Bandeirantes e Santa Mariana, que posteriormente irá encontrar o rio Paranapanema, na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo, sua extensão é de aproximadamente 350 quilômetros sendo um dos principais cursos de água do Estado do Paraná.



FIGURA 6: Ponte sobre o Rio Laranjinha, entre Santa Amélia e Cornélio Procopio

Fonte: Trabalho de campo (2020)

Pouco se sabe sobre a biodiversidade do rio, porém desde setembro de 2010 vêm acontecendo algumas pesquisas da nascente até sua foz, demonstrando que o rio é um reservatório importante da biodiversidade aquática. A sua coloração alaranjada está relacionada aos componentes minerais ferrosos que estão presentes na rocha (basalto) e posteriormente no lato solo roxo da região.

2.6 Vila Rural

O loteamento da Vila Rural Novo Horizonte (Figura 7) iniciou-se na transição para o século XXI, com base na Lei Nº 1.051, de 07 de dezembro de 2001, durante o mandato do Valdemar Pagliaci.



FIGURA 7: Vila Rural Novo Horizonte, em Santa Amélia (PR)

Fonte: Trabalho de campo (2020)

Nestes pontos podem ser observados as propriedades rurais, com uma produção agrícola familiar, tendo diversas estufas, servindo também para um turismo pedagógico além do turismo rural, o atrativo fica no limite entre Santa Amélia e Abatiá e grande parte das pessoas que residem no município de Abatiá tem sua vida social em Santa Amélia, isso pela distância com a sede do município de Abatiá com essa comunidade rural.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O estudo sobre a potencialidade da atividade turística no município de Santa Amélia possibilita a sugestão de um roteiro turística ao nível municipal, coisa que não se tem até o atual momento, demonstrando a variedade nos segmentos turísticos presentes no espaço de Santa Amélia, como, por exemplo: o turismo religioso, o ecoturismo, turismo rural, turismo cultural, turismo de lazer e o turismo histórico. Sendo assim, relevante para o setor: econômico, recreativo, social, cultural, religioso e ambiental.

Entre outros pontos pode ser destacado o potencial econômico do turismo para o município e o constante controvérsia entre ampliação dos investimentos em turismo e diminuição dos impactos socioambientais, isso, pois se for comparar o turismo com o agronegócio, pode-se notar que as ações antrópicas promovida pelas monoculturas realizada na região (soja, milho, alfafa, trigo) acaba sendo de maior impacto em relação à atividade turística, pois toda atividade econômica, seja direta ou indiretamente acaba ocasionado impacto ao meio natural.

Destacando que todos os atrativos voltados ao viés social (econômico, recreativo, cultural, religioso) mencionados ao longo da pesquisa sofrem impacto direto dos atrativos físicos/naturais, e principalmente nas mudanças do meio ambiente.

A pesquisa buscou contribuir para o desenvolvimento do turismo, em uma pequena cidade, trazendo como base a Geografia do Turismo, sendo uma ciência que aborda essa modalidade econômica em expansão na sociedade e organização para um futuro roteiro no recorte espacial da pesquisa. Além de demonstrar os avanços nos estudos da temática, as características e segmentos presentes na espacialidade, assim o trabalho poderá auxiliar futuras pesquisas que sigam a mesma temática desenvolvida.

Porém, vale destacar que cada espaço tem as suas peculiaridades/potencialidade podendo ser edificado o turismo, no caso do objeto de pesquisa é válido, nos segmentos que foram apresentados, como: o turismo religioso, histórico, de lazer, cultural, ecoturismo, e principalmente rural, dado pelo fato de ser uma espacialidade que preserva as suas características históricas, acompanhado o desenvolvimento da produção do espaço através do agronegócio e das suas tecnologias e inovações.

Assim, com base na análise acerca dos possíveis pontos turísticos de Santa Amélia, constatamos que o município em questão possui um potencial para o setor turístico. Porém, ainda é necessário muito investimento para o desenvolvimento da atividade econômica. Outros pontos a serem construídos futuramente seriam o investimento no setor de hotelaria e abraçar o turismo como meio de qualidade ambiental e de vida para a população local.

4 REFERÊNCIAS

BARROS, Valéria Esteves Nascimento. **Da Casa de Rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha (PR)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFSC: Florianópolis, 2003.

FUNAI. **Censos: Terra Indígena Laranjinha**. FUNAI/Londrina, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DIOCESE DE JACAREZINHO. **Paróquia São José: Santa Amélia (PR)**. Disponível em: <<https://diocesejacarezinho.org/paroquias/paroquia-sao-jose-santa-ameliapr/>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

IBGE. **Cidades - Santa Amélia (PR).** Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-amelia/panorama>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

IPARDES. **Caderno Estatístico Municipal:** Santa Amélia (PR). Disponível em:
<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86370&btOk=o>>.
Acesso em: 21 dez. 2020.

MACIEL, Vitor Renck. NORDER, Luiz Antonio. **O processo de restauração florestal entre os Guarani-Nhandewa da Terra Indígena Laranjinha (Santa Amélia, PR).** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 108-126, jul./dez. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA (PR) **Histórico.** Disponível em:
<<http://www.santaamelia.pr.gov.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SAMPAIO, Osias Awá-Mboparadjú Guarani Ramos. **A universidade como área de influência, no olhar de um Guarani.** Iluminuras, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 134-157, jan/jul, 2017.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 06

TURISMO E HOSPITALIDADE

RESUMOS EXPANDIDOS

APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL DO TURISMO EM CAMPO MOURÃO: A REALIDADE DO CADASTUR NA HOTELARIA LOCAL

Carla Caroline Holm¹ – UNESPAR
Rosinaldo Nunes Cardoso² – IPPLAN

Grupo de Trabalho: Turismo e Hospitalidade

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística exerce importância nas realidades locais, porque é capaz de gerar emprego e renda e, a partir disso, promover melhorias na qualidade de vida da sociedade; contudo, para que haja êxito nas suas práticas, faz-se necessário agir com responsabilidade e focar em um planejamento da atividade que vise o desenvolvimento local nas suas mais variadas formas. Este planejamento é compreendido como a organização de ideias e ações orientadas para o futuro (BINFARE *et al*, 2016) e a partir de sua existência é possível conhecer determinada realidade, suas potencialidades e limitações para que a partir de então sejam executadas ações que tragam benefícios para a localidade e moradores dela.

Sabendo disso, este estudo faz uma reflexão acerca da valia do CADASTUR como uma das ferramentas de suporte para o apoio no planejamento do turismo, ilustrando, no entanto, sua aplicação na realidade hoteleira de Campo Mourão/PR. Tal recorte se dá em virtude de o município demonstrar um relativo interesse em investir na atividade nos últimos anos, mas ainda carecer de dados sólidos para planejamento e investimento mais assertivo – muitas vezes em virtude da resistência do cumprimento da legislação vigente também por parte dos profissionais que já atuam na área.

Esleveu-se a hotelaria como o setor a ser analisado por ser este tipo de equipamento o primeiro com que o turista/consumidor da atividade tem contato quando da estada no destino, portanto, figura como equipamento essencial no ecossistema da atividade. Além disso, segundo a legislação vigente, é obrigatório a este tipo de empreendimento o registro junto ao CADASTUR para que ele possa ter autorização de/para funcionamento – o que

¹ Bacharel em Turismo, Mestre em Desenvolvimento Comunitário e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Docente do Curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão) – e-mail: carla.caroline@ies.unespar.edu.br

² Bacharel em Administração e Especialista em Inteligência Competitiva e Gestão de Pessoas pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Mestre em Administração (UEM). Diretor de Pesquisa e Gestão do Instituto de Pesquisa e Gestão de Campo Mourão (IPPLAN) – e-mail: rosinaldo_cardoso@hotmail.com

ajuda a mensurar capacidade de/para ocupação do destino, além de fluxo daqueles que chegam até a cidade, e colabora para que seja possível usar tais dados com a finalidade de planejamento e organização turística.

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado uma inventariação acerca dos meios de hospedagem da cidade (CNPJ's ativos, alvarás de funcionamento existentes e registros de documentos pertencentes à Prefeitura Municipal local) e comparação da realidade atual da cidade com aquilo que está devidamente registrado junto ao portal do Governo Federal. Com isto em perspectiva, foi realizada a reflexão acerca do ideal (lei) e o real (cenário mourãoense) - tendo por base a teoria sobre planejamento turístico e considerando os desafios da aplicação da legislação vigente – demonstrando o quão frágil pode ser o diagnóstico e planejamento do turismo em virtude do descumprimento daquilo que deveria ser o instrumento mínimo norteador/orientador para a atividade.

2. TEORIA E REALIDADE DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO: O CADASTUR

O turismo cada vez mais se dissemina pelo mundo, sendo compreendido como um importante setor que traz benefícios aos locais, seja porque promove investimentos ou porque fomenta o consumo transformando os espaços. Ele é uma atividade do terceiro setor econômico que envolve prestação de serviços e tem como um de seus objetivos desenvolver as localidades proporcionando geração de emprego e renda (BARRETTO, 2002; PETROCCHI, 2002).

A literatura afirma que estes não são os únicos objetivos da atividade, mas são, talvez, os mais salubres haja vista desencadear a partir de então uma série de outras transformações positivas tanto nas localidades, como nas sociedades (emissora e receptora). Contudo, para que estas transformações – focadas no desenvolvimento - sejam alcançadas, faz-se necessário pensar e agir com responsabilidade tanto no aspecto social, como econômico e ambiental; portanto, é preciso que os municípios que desejam desenvolver o turismo, e que tenham condições para tal, tracem metas e objetivos estratégicos em um documento de planejamento turístico que norteará tanto a tomada de ações, como prospectará os impactos resultantes delas (PETROCCHI, 2002; CARDOZO, 2008).

A responsabilidade para isto é dos gestores da atividade e daqueles que dela buscam se beneficiar – poder público, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade. Uma das formas de contribuir com tal planejamento é diagnosticando a realidade das localidades que intencionam

desenvolver a atividade e, sabendo disso, em 2008 o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, lançou mão de uma legislação específica com a intenção de, entre outras coisas, ordenar o planejamento do turismo e destacar o país no que diz respeito a este setor.

A Lei Geral do Turismo (11.771/2008 – atualizada pela 14.978/2024) prevê que equipamentos essenciais para o funcionamento da atividade tenham registro no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) de modo que este possa ser um sistema/ferramenta de/para mapeamento, acompanhamento e planejamento da atividade. Em seu Art. 21 a legislação indica que os meios de hospedagem são prestadores de serviços natos à atividade e, segundo o Art. 22, “estão obrigados ao cadastro no Ministério do Turismo (...)”(BRASIL, 2024). Para a federação, somente está autorizado o funcionamento daquele empreendimento que cumprir rigorosamente o previsto e, em sendo assim, empreendedores do setor devem estar vigilantes com o cumprimento de suas responsabilidades, enquanto gestores públicos devem fazer a devida fiscalização para assegurar não apenas o rigor da lei, mas sobretudo, o panorama que por meio dela pode se ter da cidade e sua capacidade/potencial para o turismo.

Isto, em termos de planejamento, é relevante porque o diagnóstico é o primeiro passo para conseguir se prospectar a atividade e investir de maneira assertiva nela. Por meio de informações desta etapa do planejar é possível conhecer a realidade e identificar potencialidades, limitações e ordenar prioridades para que no curto, médio e longo prazo seja possível assegurar que o turismo pode transformar realidades seja econômica, social e/ou ambientalmente.

3. REFLETINDO SOBRE O CADASTUR APLICADO À CAMPO MOURÃO

Neste contexto de planejar cuidadosamente a atividade, este trabalho aplicou a teoria apreendida à realidade de Campo Mourão, um município localizado no noroeste paranaense que pode ser considerado turístico e que apresenta potencial para desenvolver ainda mais a atividade de maneira estratégica – integrando-a a outros setores produtivos locais já consolidados e que juntos podem gerar ainda benefícios à toda a sociedade local. Constatase que a atividade turística possui participação direta na economia local, gerando cerca de 171 empregos formais somente naqueles estabelecimentos relacionados à hospedagem (IPARDES, 2025). Isto não quer dizer que não haja presença e, portanto, postos de trabalho e clientes em franco consumo em outros mercados, tais como serviço de alimentação,

agenciamento de viagens, transportes terrestres, locação de veículos e produção cultural e de lazer, por exemplo, mas quer-se com isto ilustrar que o turismo já está presente no dia-a-dia mourãoense e que a hotelaria é segundo setor que mais emprega na área quando observada a realidade local, ficando atrás apenas do setor de alimentação.

Ainda que isto seja expressivo e comprove a presença e importância dos meios de hospedagens para Campo Mourão, cabe destacar que de acordo com o sistema federal CADASTUR o município detém três equipamentos desta natureza. Para fins de dimensionamento, se este número fosse dividido igualmente pelos equipamentos registrados, chegar-se-ia à conclusão de que cada equipamento possui cerca de 57 funcionários e juntos estes equipamentos e profissionais teriam de suprir a necessidade de fluxo turístico de toda uma cidade.

Conceber tal cenário parece difícil, certo? E efetivamente ele não condiz com a realidade, pois ao ser realizado o inventário da hotelaria local constatou-se que a cidade possui 19 meios de hospedagens e eles estão divididos em: a) 11 hotéis; b) 02 pousadas; e 06 motéis. Conhecendo o porte dos empreendimentos, se o número de empregos registrados fosse igualmente dividido entre estes estabelecimentos, a realidade mourãoense apresentaria cerca de nove empregos formais em cada estabelecimento – o que parece muito mais condizente com aquilo que é visto cotidianamente.

Ilustrar disparidades como a que ocorre em Campo Mourão no que diz respeito aos dados e ao planejar o turismo é importante para que se levante o questionamento: qual a valia de uma legislação para fins de ordenamento e planejamento da atividade, quando os profissionais diretamente envolvidos com o setor não a fazem cumprir (seja pela falta de responsabilidade ou fiscalização)? Além disso, é preciso refletir como pode ser feito o planejamento do futuro da atividade se o diagnóstico da qual se deseja transformar não representa a realidade do presente?

Conforme exposto, planejar o turismo é assegurar que sua prática gere transformações positivas de diferentes ordens, no entanto, para que isto seja possível, faz-se necessário levar a atividade a sério para que ela consiga efetivamente beneficiar aqueles que com ela são e estão envolvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade observada em Campo Mourão evidencia uma lacuna preocupante entre a legislação turística vigente e sua efetiva aplicação, porque o CADASTUR, enquanto instrumento legal e de

ordenamento da atividade, deveria funcionar como base estruturante para o planejamento e desenvolvimento do turismo. A obrigatoriedade legal, especialmente no que se refere ao cadastro de meios de hospedagem, não é apenas uma formalidade burocrática, mas sim um mecanismo que deveria garantir a geração de dados confiáveis que subsidiariam a tomada de decisões assertivas e positivas para o setor e aos que a ele estão relacionados.

Em um município como Campo Mourão, com fluxo turístico já existente e que demonstra interesse em intensificar ainda mais os investimentos, o não cumprimento dessa exigência enfraquece os processos de estruturação e dificulta a consolidação do turismo como atividade econômica, social e com potencial para colaborar no desenvolvimento local. Embora tenha se percebido um maior reconhecimento sobre a atividade na cidade, destaca-se que a existência de um marco legal sozinho (recém modificado para atender às demandas contemporâneas do setor) não é capaz de oferecer bases para um planejamento efetivo do setor e daí a importância de: a) o empresariado abandonar a cultura da informalidade e de resistência à regulamentação; b) o poder público exercer seu papel de fiscalizador para que a legislação seja cumprida; e c) serem promovidos encontros entre todos os interessados no setor e afetados por ele para que de forma conjunta seja objetivado planejar o destino Campo Mourão com base em dados confiáveis e que permitirão um desenho de futuro melhor.

Sem esses e outros encaminhamentos, Campo Mourão tende a permanecer sem colher frutos de toda a sua potencialidade; para tanto, o desafio não é apenas legal ou administrativo, mas sobretudo político e cultural em que mostra-se urgente construir uma mentalidade que compreenda o turismo como uma atividade econômica séria, regulada e estratégica, e não como um imprevisto ou oportunidade pontual.

7. REFERÊNCIAS

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2002.

BINFARE, P. W.; CASTRO, C. T.; SILVA, M. V.; GALVÃO, P. L.; COSTA, S. P. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo – Vol. 4, 2016**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/6042>.

BRASIL. Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm

_____. Lei nº 14.978 de 18 de setembro de 2024. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14978.htm

CARDOZO, P. F. Planejamento turístico participativo: para além dos discursos uma proposta de execução. **Revista P@rtes**, 2008. Disponível em:
<https://www.partes.com.br/2008/01/23/planejamento-turistico-participativo-para-alem-dos-discursos-uma-proposta-para-execucao/>.

PETROCCHI, M. **Planejamento e gestão do turismo**. São Paulo: Futura, 2002.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ESTADO DA ARTE DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE TURISMO E CULTURA NA ILHA DE VALADARES - PARANAGUÁ - PR

Jhonatan Ouverney Norato ¹ – UNESPAR
Raquel dos Santos Vieira ² – UNESPAR

Grupo de Trabalho: 06 Turismo e Hospitalidade

1. INTRODUÇÃO

A Ilha de Valadares - PR, localizada na cidade de Paranaguá (Figura 1), possui uma comunidade caiçara histórica desde o período de descoberta da região portuária de Paranaguá - PR. Esta comunidade possui uma história significativa quando falamos sobre comunidades no Paraná, podendo relacionar a comunidade caiçara em si.

Figura 1 - Localização da Ilha dos Valadares, PR, Brasil



Fonte: Oliveira, Adriano e Scucuglia, 2014.

De acordo com o trabalho de Eveline Tenório Mendes e Antonio Marcio Haliski (2017) denominado Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da Ilha de Valadares, podemos descobrir como esta ilha se tornou de fato Ilha de Valadares, quanto sobre a história da ilha, se dando pelo nome Valadares, por responsabilidade de uma família que residia

¹ - Estudante de Turismo – Unespar - campus de Campo Mourão - e-mail: vcouverney@gmail.com

² - Professora de Turismo – Unespar - campus de Campo Mourão - e-mail: raquel.vieira@unespar.edu.br

na ilha, famosa pela venda e comércio escravista, porém com a suspensão do tráfico negroiro, acabam por saírem da ilha, porém ainda deixando o seu impacto na ilha, deixando seu nome no local.

Nos dias atuais, a Ilha de Valadares continua sendo um local de importância para os moradores de Paranaguá, e para os turistas que desejam conhecer a cidade histórica e seus arredores, tanto por roteiros já criados pela comunidade, e compartilhados pela Rede Caiçara de Turismo de base Comunitária, estabelecida em Valadares, que conta com roteiros estabelecidos pelos moradores das comunidades da baía de Paranaguá, e que é mencionado no site oficial da Prefeitura de Paranaguá em uma aba mencionada como “outras Ilhas” mostrando uma possível lacuna de implementação pública de interesse turístico (Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2025).

Diante disso, esta pesquisa busca compreender as publicações científicas sobre a região, na tentativa de entender tanto suas relações sociais sobre possíveis pesquisas sobre o turismo, já que a região litorânea do Estado do Paraná recebe números expressivos em épocas de veraneio, tanto da região metropolitana de Curitiba quanto de todo o Estado do Paraná.

Este trabalho compreende parte do referencial teórico do Trabalho de Conclusão de Curso do autor, que aborda os impactos de grandes transportes marítimos, especialmente, os cruzeiros no município de Paranaguá - Paraná, e os impactos gerados no desenvolvimento sustentável do entorno, incluindo a Ilha de Valadares, objeto central da pesquisa.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é analisar o estado da arte das publicações científicas relacionadas ao turismo e a cultura na Ilha de Valadares - Paranaguá - Paraná.

3. METODOLOGIA

No presente trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva sobre a Ilha de Valadares. Foi realizada uma busca de artigos científicos no Portal de Periódicos da Capes com as palavras-chave: “Ilha de Valadares”, “Turismo” e “Ilha de

Valadares”, “Cultura” e “Ilha de Valadares”. As buscas foram realizadas em junho de 2025. Após a coleta de dados foi realizada uma análise de conteúdo com os artigos identificados.

4. RESULTADOS

Foram identificados 22 artigos no Portal de Periódicos da CAPES sob o termo Ilha de Valadares. Após refinar a pesquisa, adicionando o termo Cultura, foi possível encontrar 8 artigos sobre a cultura na Ilha, e após isto, os termos de pesquisa foram atualizados para Turismo e Ilha de Valadares, resultando em 0 (zero) publicações. As buscas envolveram todas as opções de pesquisas disponíveis na plataforma.

A partir dos resultados foi elaborado o Quadro 1:

Quadro 1 - Publicações sobre Turismo e Cultura na Ilha de Valadares - Paranaguá - PR

Plataforma	Termo de Pesquisa	Resultados Encontrados	Temas Abordados
Periódicos CAPES	Ilha de Valadares	22	Ciências Humanas, Multidisciplinar, Linguística, Letras e Artes, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias
Periódicos CAPES	Cultura + Ilha de Valadares	8	Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Biológicas, Multidisciplinar, Ciências da Saúde
Periódicos CAPES	Turismo + Ilha de Valadares	0	

Fonte: Portal de Periódicos Capes organizado pelos Autores, 2025

Com os resultados encontrados, é possível analisar uma lacuna de conhecimento quando falamos do turismo na Ilha de Valadares, ainda mais quando levamos em consideração o tráfego turístico tanto em Paranaguá por conta das instalações de grandes transportes turísticos como os cruzeiros no final de 2023, quando há grande fluxo de turistas da região metropolitana de Curitiba que

“descem” para o litoral no período de verão com suas famílias, tendo um impacto significativo na economia local.

É relevante comentar que, com uma linha de pesquisa possuindo um déficit de pesquisa significativo, quando falamos do turismo no Município de Paranaguá e conseqüentemente na Ilha de Valadares, notamos uma lacuna científica tanto do município com seus órgãos responsáveis como o Observatório de Turismo de Paranaguá - PR, quanto de instituições de ensino como a UFPR Litoral em Matinhos, que possui um curso de turismo instalado no litoral do Paraná, situada à 47 km da Ilha de Valadares.

5. DISCUSSÃO

Notou-se uma lacuna científica sobre o objeto de pesquisa, que possivelmente pode ser explicada, tanto por falta de incentivo público sobre a pesquisa em Valadares, quanto por possíveis situações sociais implementadas no local. Isso pode ser explicado por Mendes e Haliski (2017) que a ilha em si, teve acesso a meios de vida comuns como sistemas de esgoto e de luz elétrica após 1971 onde foi contemplada para conseguir receber auxílio às pessoas mais carentes que se localizavam na ilha, recebendo caixas de energia elétrica.

Olhando para o mesmo artigo nota-se um possível conflito contra os moradores da ilha, tanto pelas brigas que ocorriam em períodos de campeonatos de futebol, acabando por criar um estigma de violência da ilha, afetando a visão dos moradores de Paranaguá contra os moradores de Valadares. Nesse cenário, os moradores de Paranaguá designavam apelidos para os moradores de Valadares, como “índios”, utilizados no sentido pejorativo. Estes moradores eram, também, referidos como sujos, e atrasados (Mendes & Haliski, 2017).

6. CONCLUSÃO

Observou-se uma lacuna científica nos artigos científicos sobre a Ilha de Valadares. Isso pode ser explicado pelo desinteresse dos órgãos públicos e de instituições privadas sobre o turismo e a cultura nesta Ilha. Pode-se relacionar esta lacuna científica na Ilha, também, pelos estigmas contra aos moradores da ilha.

Os resultados indicam a necessidade de implementação pública de incentivo a valorização da cultura e preparação turística para o município de Paranaguá, já que o turismo na Ilha de

Valadares está sendo organizado exclusivamente pela própria comunidade, que é responsável pelo Turismo de Base Comunitária.

Sugerem-se como investigações futuras, pesquisas descrevendo como o turismo de base comunitária tem auxiliado a comunidade de forma economicamente e identificando os impactos positivos e negativos do turismo de massa litorâneo. Tais pesquisas podem contribuir para entender o impacto do turismo nas ilhas do litoral paranaense, especialmente, a Ilha de Valadares em Paranaguá.

7. REFERÊNCIAS

MENDES, EVELINE TENÓRIO; HALISKI, ANTONIO MARCIO. Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da ilha. *Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar*, Matinhos, v. 10, n. 2, p. 133–146, jul./dez. 2017. ISSN 1983-8921. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/download/51495/34902>. Acesso em: 27 de maio de 2025

OLIVEIRA, B. C. F.; ADRIANO, A. P. P.; SCUCUGLIA, K. C. Análise espaço-temporal de dinâmica de ocupação antrópica em áreas de manguezal na ilha dos Valadares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 5., 2014, Belo horizonte. Anais... Belo Horizonte: IBEAS – Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2014. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/XI-055.pdf>>

PREFEITURA DE PARANAGUÁ. **O que fazer**. Disponível em: <https://turismo.paranagua.pr.gov.br/cat/o-que-fazer/page/2/>. Acesso em: 08 de Junho de 2025

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 07

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONFECÇÃO DE CORTINAS

Ana Julia Ferreira de Castro¹ – UNESPAR/Campo Mourão
Douglas Rocha Silva² – UNESPAR/Campo Mourão
Juliane Bassette³ – UNESPAR/Campo Mourão
Paola Rossaneis⁴ – UNESPAR/Campo Mourão
Claudilaine Caldas de Oliveira⁴ – UNESPAR/Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 7 - Engenharia de Produção

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a organização do trabalho, os métodos e os tempos de execução das atividades, bem como as condições ergonômicas em uma empresa de pequeno porte especializada na confecção de cortinas, localizada em Campo Mourão, Paraná. Para a metodologia, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, caracterizando-se como pesquisa explicativa, descritiva, bibliográfica e estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de observações diretas, entrevistas informais com os colaboradores e cronometragens das principais etapas produtivas: marcação da barra, correção do tecido, costura e acabamento final. A análise dos tempos normais e padrões revelou uma eficiência média de 90%, para a etapa de costura a eficiência foi de 88%, porém observou-se nessa etapa do processo a sobrecarga física que exige das costureiras e o esforço prolongado no acabamento com ferro. Foram identificadas deficiências ergonômicas significativas nos postos de trabalho, como mobiliário inadequado, ventilação deficiente e iluminação insuficiente, fatores que afetam negativamente o desempenho e a saúde dos colaboradores. Com base nesses achados, sugerem-se intervenções como a adequação do mobiliário, reorganização do layout produtivo, implementação de pausas programadas e treinamentos contínuos. As ações sugeridas visam não apenas à otimização dos processos e aumento da produtividade, mas também à promoção do bem-estar e da segurança ocupacional. O estudo reforça a relevância de práticas organizacionais integradas, que conciliam eficiência produtiva com condições laborais saudáveis e sustentáveis, fundamentais para a competitividade das empresas.

Palavras-chave: Cadeia Produtiva Têxtil. Ergonomia. Engenharia Organizacional.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la organización del trabajo, métodos y tiempos de ejecución de actividades, así como las condiciones ergonómicas en una pequeña empresa especializada en la fabricación de cortinas, ubicada en Campo Mourão, Paraná. Para la metodología se utilizó un enfoque cualitativo-cuantitativo, caracterizado como investigación explicativa, descriptiva, bibliográfica y de estudio de caso. La recopilación de datos se realizó a través de observaciones directas, entrevistas informales con los empleados y cronometraje de las principales etapas de producción: marcado del dobladillo, corrección de la tela, costura y acabado final. El análisis de los tiempos normales y estándar reveló una eficiencia promedio de 90%, para la etapa de costura la eficiencia fue de 88%, sin embargo,

¹ - Acadêmica do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: anaju748@gmail.com

² - Acadêmico do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: douglasdrs736@gmail.com

³ - Acadêmica do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: julianebassette37@gmail.com

⁴ - Acadêmica do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial – e-mail: prossaneis@hotmail.com

⁵ - Doutora em Engenharia de Produção – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br – Orientadora

en esta etapa del proceso se observó la sobrecarga física requerida a las costureras y el esfuerzo prolongado en el acabado con plancha. Se identificaron deficiencias ergonómicas importantes en los puestos de trabajo, como mobiliario inadecuado, mala ventilación e iluminación insuficiente, factores que afectan negativamente el desempeño y la salud de los colaboradores. Con base en estos hallazgos se sugieren intervenciones como adecuar el mobiliario, reorganizar el layout de producción, implementar descansos programados y capacitación continua. Las acciones sugeridas apuntan no sólo a optimizar los procesos y aumentar la productividad, sino también a promover el bienestar y la seguridad laboral. El estudio refuerza la relevancia de las prácticas organizacionales integradas, que combinan la eficiencia productiva con condiciones de trabajo saludables y sostenibles, fundamentales para la competitividad de las empresas.

Palabras clave: Cadena de Producción Textil. Ergonomía. Ingeniería Organizacional.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cadeia de produção têxtil, composta pelos processos como fiação, tecelagem, malharia, acabamento/beneficiamento e confecção, tem passado por diversas transformações significativas, com ênfase notável naquelas vinculadas por avanços tecnológicos. Essas inovações possibilitaram ganhos significativos de produtividade, qualidade e sustentabilidade nos processos industriais (GORINI, 2000).

No Brasil, o setor têxtil e de confecção destaca-se por sua relevância econômica, sendo responsável por uma cadeia produtiva integrada que vai desde a produção de fibras até a confecção final (CNI, 2017). Entretanto, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) observa-se que, à medida que se avança na cadeia produtiva, há um aumento no número de empresas e na força de trabalho empregada, enquanto o porte médio das empresas tende a diminuir, especialmente no segmento de confecção (CNI, 2017).

Assim, a cadeia produtiva têxtil é formada por uma variedade de segmentos industriais com características distintas em termos de tamanho, quantidade de empresas, tecnologia empregada e origem do capital, sendo que cada setor dentro desses segmentos é independente, porém os produtos resultantes de cada etapa geralmente alimentam o setor ou segmento subsequente (SILVA, 2002).

Em função desse panorama, torna-se relevante estudar a organização do trabalho e os processos produtivos envolvidos no setor têxtil, especialmente no processo de confecção. Considerando esse contexto, a análise da organização do trabalho no processo de confecção revela-se essencial não apenas para otimizar os processos e elevar a eficiência, mas também para garantir condições laborais mais seguras, ergonômicas e sustentáveis. Ao estudar a forma como

o trabalho é estruturado e executado, torna-se possível identificar oportunidades de reduzir desperdícios, melhorar a alocação de recursos humanos e tecnológicos, e elevar a qualidade dos produtos fabricados.

Para Fleury (1980), a organização do trabalho refere-se à especificação do conteúdo, dos métodos e das interações entre os cargos, de modo a atender às exigências organizacionais, tecnológicas, sociais e individuais. Para uma análise mais aprofundada da organização do trabalho em ambientes produtivos, é fundamental considerar dos Estudos de Métodos e Tempos, comumente denominados cronoanálise, que visam racionalizar as atividades e melhorar o desempenho operacional (BARNES, 1980; ILO, 2004).

Para que a busca por maior eficiência produtiva não comprometa a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, é essencial integrar os princípios da ergonomia à análise do trabalho. Segundo Lida (2005), a ergonomia visa adaptar o trabalho ao ser humano, considerando suas características físicas e psicológicas, de modo a promover ambientes laborais mais seguros, confortáveis e eficientes.

Assim, este estudo visou integrar as abordagens da organização do trabalho, cronoanálise e ergonomia possibilitando a construção de um ambiente de trabalho que equilibre o desempenho operacional e saúde ocupacional.

Neste contexto, o presente teve como objetivo analisar os métodos de organização do trabalho em uma empresa de pequeno porte do ramo de confecção de cortinas, localizada na cidade de Campo Mourão/PR, denominada no estudo como EMPRESA X.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A organização do trabalho é um dos fatores fundamentais para a eficiência produtiva e para o bem-estar dos colaboradores. Conforme Chiavenato (2005), organizar significa dividir, estruturar e coordenar atividades de modo a atingir os objetivos da empresa de maneira eficiente. Assim, a adequada divisão de tarefas e a definição de fluxos de trabalho possibilitam a otimização do tempo e dos recursos disponíveis.

A divisão do trabalho, proposta inicialmente por Taylor (1911), fundamenta-se na especialização de tarefas, buscando reduzir o tempo de execução e aumentar a produtividade. No

entanto, autores contemporâneos ressaltam a importância de flexibilizar essa divisão, especialmente em pequenas empresas, para promover a multifuncionalidade e a adaptabilidade às demandas do mercado (Drucker, 1999).

2.2 ESTUDO DE MÉTODOS E TEMPOS

O estudo de métodos e tempos visa analisar e racionalizar o trabalho, identificando formas mais eficientes de realizar as tarefas e medindo o tempo necessário para cada atividade (Barnes, 1980). De acordo com Barnes (1977), a análise detalhada dos métodos de trabalho permite eliminar movimentos desnecessários, reduzir a fadiga e aumentar a produtividade.

A cronometragem, enquanto técnica de estudo de tempos, possibilita o cálculo do tempo normal e do tempo padrão de execução das atividades, sendo essencial para o planejamento da capacidade de produção e para a definição de metas realistas (Gil, 2007).

2.3 ERGONOMIA NO AMBIENTE DE TRABALHO

A ergonomia é o campo do conhecimento que busca adaptar o trabalho às características fisiológicas e psicológicas dos trabalhadores, visando melhorar a segurança, a saúde e a eficiência no desempenho das atividades (Iida, 2005).

Segundo Dul e Weerdmeester (2004), a análise ergonômica deve considerar fatores físicos, cognitivos e organizacionais. Em ambientes de confecção têxtil, a ergonomia física, como a adequação do mobiliário, iluminação, temperatura e a redução de movimentos repetitivos, é essencial para prevenir doenças ocupacionais e aumentar a qualidade de vida no trabalho.

Assim, a integração entre a organização do trabalho, a cultura organizacional, o estudo de métodos e tempos e a ergonomia é imprescindível para o alcance da excelência produtiva e para a promoção da sustentabilidade humana nas organizações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa enquadra-se como pesquisa descritiva, a fim de fazer uma análise da estrutura e cultura organizacional, métodos, tempos e ergonomia da EMPRESA X, que busca desenvolver e ser excelência na confecção de cortinas, os produtos que estão inseridos na estrutura organizacional em questão são cortinas.

O estudo é de caráter qualitativo e quantitativo, já que terá a análise desta estrutura em que o produto está inserido, buscando uma compreensão mais profunda sobre o tema com a observação de fatos reais.

Quanto aos seus métodos, o estudo pode ser classificado como estudo de caso, visto que o estudo foi realizado em uma empresa do ramo de confecção têxtil, especificamente de confecção de cortinas, na cidade de Campo Mourão.

Para a realização da presente pesquisa, foi necessário realizar visitas técnicas na EMPRESA X, na qual foi possível conversar com os colaboradores que lá trabalhavam sobre a execução de seus serviços na empresa, suas funções e habilidades, como era os incentivos oferecidos pela empresa e até mesmo pelos colegas de trabalho, além de ser possível observar também como era a postura dos colaboradores e cronometrar o tempo de duração de suas atividades. A cronometragem foi realizada com um celular, para ser possível tabelar as minutagem as quais possui etapas específicas, representadas pelas colunas, com isso obteve-se o tempo em minutos associado a cada ação.

Durante a visita, documentou-se todas as observações, para posteriormente ser possível fazer uma análise mais detalhada acerca da estrutura da organização em questão e sua forma de trabalho, considerando questões ergonômicas e de tempo. Assim, foi possível analisar as amostras após calcular o tempo normal, que é o tempo necessário para realizar uma determinada tarefa sob condições normais de trabalho, sem pressão ou fatores que influenciam a produtividade, obtido pela equação (1):

$$TN = \Sigma \text{ tempos de cada elemento da tarefa} / n^{\circ} \text{ de observações (1)}$$

Já o tempo necessário para realizar uma determinada tarefa sob condições normais de trabalho, sem pressão ou fatores que influenciam a produtividade, o chamado tempo normal podendo ser calculado através da equação (2):

$$TP = TN \times \text{fator de eficiência (2)}$$

A finalidade foi executar uma análise do setor empregado por meio visitas técnicas a empresa e juntamente a isto fazer revisões bibliográficas.

DESENVOLVIMENTO

A empresa analisada, denominada EMPRESA X para fins deste estudo, está localizada na cidade de Campo Mourão (PR) e atua no segmento têxtil, com foco na confecção de cortinas. Composta por uma equipe de oito colaboradores, a organização destaca-se pela versatilidade de seus produtos, atendendo a demandas variadas do mercado.

A estrutura da empresa é funcional, organizada em três departamentos principais: financeiro, vendas e produção. No setor de produção, que é o objeto de análise deste estudo, atuam dois colaboradores de forma multifuncional, realizando as diversas etapas da confecção de cortinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de produção das cortinas envolve o corte do tecido, montagem, entretelamento (colocar a entretela), costurar a fita wave, marcação e costura da barra, e por fim, a dobra da cortina, conforme ilustrado na Figura 1.

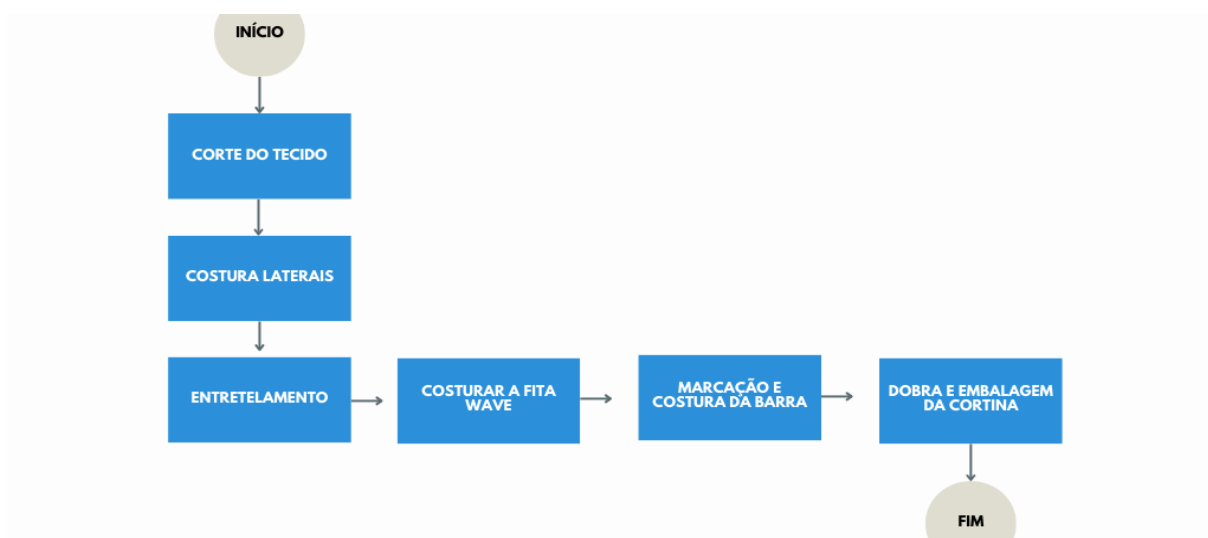


Figura 1: Fluxograma do processo de confecção de uma cortina.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

O arranjo físico no setor de produção compreende uma mesa de seis (6) metros para marcação da barra, três máquinas e outra mesa de quatro (4) metros para costura, distribuídas entre um barracão e uma sala. As tarefas são distribuídas conforme as etapas do processo, com algumas sendo realizadas por um único recurso, como marcação e passagem do ferro, e outras, como a costura da barra, feitas exclusivamente na máquina de costura industrial. A equipe é

composta por dois trabalhadores que atuam de forma colaborativa e flexível, ambos capacitados para executar todas as atividades, embora haja divisão pré-estabelecida para garantir eficiência. A rotatividade é aplicada moderadamente, permitindo que ambos conheçam todas as fases do processo, assegurando a continuidade da produção.

As tarefas foram organizadas em sequência: (1) marcar a barra, (2) corrigir sobra de tecido, (3) costurar, e (4) passar o ferro. A divisão das tarefas ocorre entre os dois funcionários da produção após o recebimento do pedido de venda. O funcionário 1 realiza marcação, correção do tecido e passa o ferro; o funcionário 2 faz marcação com agulhas e costura a barra.

O grupo de trabalho é pequeno, autônomo e com boa comunicação. A colaboração é marcada pela especialização e pela complementaridade: um se destaca na costura manual e o outro na produção em série. Essa parceria oferece eficiência e customização, com flexibilidade de horários e divisão equilibrada de tarefas. Ambos dominam o uso da máquina de costura, técnicas de medição e corte, e possuem conhecimento sobre diferentes tipos de tecidos. Sugere-se o uso de ferramentas de medição mais precisas e treinamentos contínuos para aprimorar a manipulação de tecidos e operação da máquina.

A atenção aos detalhes é destacada como essencial para garantir acabamento de qualidade e evitar retrabalho. A autonomia dos trabalhadores, combinada à comunicação eficaz e à flexibilidade, fortalece a produção e a qualidade do produto final. A dualidade entre personalização e produção em massa garante competitividade e versatilidade, e recomenda-se que os trabalhadores acompanhem as tendências do mercado para ajustar suas estratégias conforme necessário.

5.1 ESTUDO DO TRABALHO

O aperfeiçoamento dos métodos na confecção de produtos têxteis é essencial para otimizar o processo e garantir maior qualidade ao produto final. Assim, foi realizado um estudo detalhado sobre as etapas da fabricação de cortinas, buscando alcançar um padrão elevado.

A primeira etapa, com duração de cerca de 30 minutos, consiste na marcação da barra em uma cortina de dois (2) metros. O tecido é estendido sobre a mesa, onde são feitas dobras precisas e a fixação com agulhas, assegurando uniformidade. O mesmo processo é repetido no segundo tecido, com ajustes conforme a área a ser marcada. A segunda etapa, que leva em média 20

minutos, envolve a correção da sobra do tecido. A cortina é novamente estendida e medida cuidadosamente; eventuais excessos são removidos com cortes precisos. A terceira etapa, de aproximadamente 30 minutos, é dedicada à costura. O tecido é preparado na máquina, alinhado com auxílio de fita métrica e costurado com precisão. Após o término, as agulhas são cuidadosamente removidas.

Por fim, a quarta etapa, com duração média de 15 minutos, corresponde ao acabamento com ferro quente. O tecido é ajustado sobre a mesa e a barra é passada, garantindo um acabamento uniforme e durável, fundamental para a estética e qualidade da cortina.

5.2 ESTUDO DOS TEMPOS

Na etapa de marcação da barra, o tempo normal (TN) médio observado foi de aproximadamente 1,32 minutos por elemento, enquanto o tempo padrão (TP), considerando um fator de eficiência de 0,9, resultou em cerca de 1,19 minutos, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Tempo normal e tempo padrão da tarefa marcar barra

Tarefa Padrão	Tempo Normal (min)	Tempo Padrão (min)
1	0,39	0,35
2	2,47	2,22
3	0,49	0,44
4	2,48	2,23
5	0,34	0,31
6	2,36	2,12
7	0,39	0,35
8	2,43	2,19
9	0,52	0,47
10	2,58	2,32
Médias	1,32	1,19

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

A eficiência média calculada para essa etapa foi de 90%, indicando um bom desempenho, porém com margem para ajustes finos na padronização dos métodos. Observou-se também certa oscilação entre as execuções, sugerindo que fatores como interrupções ou variações na habilidade manual podem afetar o ritmo de trabalho. Em sequência, realizou-se a cronometragem da tarefa para corrigir a sobra do tecido contida na Tabela 2.

Tabela 2 - Tempo utilizado para corrigir a sobra do tecido das cortinas

Nº	estender a cortina na mesa (min.)	medir a barra com a fita (min.)	cortar a sobra (min.)	muda a parte do tecido a ser corrigida (min.)
1	0,17	0,56	1,12	0,35
2	0,19	0,59	1,15	0,36
3	0,18	0,57	1,16	0,27
4	0,20	1,12	1,11	0,31
5	0,19	1,05	1,19	0,33
6	0,18	1,03	1,20	0,29
7	0,15	0,55	1,06	0,24
8	0,16	0,58	1,09	0,25
9	0,21	1,10	1,16	0,36
10	0,16	0,56	1,09	0,23
TN Médio	0,18	0,77	1,15	0,30

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Na correção da sobra do tecido, as sub etapas foram analisadas separadamente. O tempo normal médio para estender a cortina foi de 0,18 min, medir a barra 0,77 min, cortar a sobra 1,15 min e mudar a parte do tecido 0,30 min. Com base nesses tempos, o TP médio da atividade completa resultou em aproximadamente 2,40 minutos. A eficiência geral desta etapa foi estimada

em 92%, evidenciando uma execução adequada, mas com oportunidades de melhoria, principalmente na etapa de medição, sendo identificadas pequenas variações de tempo, indicando possibilidade de ociosidade pontual ou necessidade de treinamento para maior padronização.

A próxima etapa da confecção da cortina é a costura, os tempos cronometrados estão detalhadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Tempo utilizado para realizar a costura das cortinas

Nº	arrumar a cortina na máquina (min.)	conferir com a fita (min.)	tirar as agulhas (min.)	costurar (min.)
1	0,16	0,04	0,03	0,08
2	0,15	0,06	0,02	0,11
3	0,17	0,05	0,03	0,09
4	0,19	0,06	0,04	0,14
5	0,17	0,03	0,03	0,08
6	0,18	0,04	0,03	0,10
7	0,14	0,03	0,02	0,12
8	0,15	0,05	0,02	0,11
9	0,18	0,07	0,04	0,13
10	0,16	0,06	0,03	0,10
TN Médio	0,17	0,05	0,03	0,11

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Na fase de costura, o tempo normal médio registrado para arrumar a cortina na máquina foi de 0,17 min, conferir com a fita 0,05 min, tirar as agulhas 0,03 min e realizar a costura 0,11 min. A somatória dessas sub etapas indicou um TN médio de 0,36 minutos por passagem. Considerando que uma cortina de seis metros exige sete passagens, o tempo total médio de costura por peça foi de 2,52 minutos. Aplicando o fator de eficiência de 0,9, o TP médio ficou

em 2,27 minutos. A eficiência operacional nesta etapa foi de 88%, sinalizando uma leve sobrecarga física devido à repetitividade e necessidade de múltiplas passagens na máquina, o que pode ocasionar fadiga e possíveis erros operacionais.

Por fim, o acabamento com ferro apresentou um TN médio de 15 minutos por peça, sem detalhamento em sub etapas na coleta de dados. Aplicando o mesmo fator de eficiência, obteve-se um TP de 13,5 minutos, resultando em uma eficiência aproximada de 90%. Embora não tenham sido registradas grandes variações de tempo, o esforço físico envolvido nesta etapa sugere a necessidade de atenção ergonômica para evitar sobrecarga a médio e longo prazo.

5.3 ASPECTOS ERGONÔMICOS

A análise ergonômica realizada na EMPRESA X, com base nos tempos normais, tempos padrão e índices de eficiência, evidenciou pontos críticos relacionados à sobrecarga física e à fadiga. Embora a eficiência média do processo seja satisfatória, em torno de 90%, atividades como a costura e o acabamento com ferro apresentaram maior risco ergonômico. A costura, com eficiência de 88%, exige múltiplas passagens do tecido na máquina, envolvendo esforço repetitivo e manipulação de peças grandes, o que potencializa o risco de lesões osteomusculares, especialmente nos ombros e punhos. O acabamento com ferro, com tempo médio de 15 minutos por peça, demanda posturas estáticas e prolongadas, agravadas pela ventilação insuficiente do ambiente, elevando o risco de sobrecarga térmica e desconforto.

Embora não tenha sido constatada ociosidade significativa, a repetição contínua das mesmas tarefas e a falta de pausas programadas favorecem a fadiga muscular e a redução da precisão, especialmente nas etapas de marcação e correção do tecido. A iluminação inadequada também contribui para a fadiga visual, impactando na qualidade do trabalho e aumentando a probabilidade de erros.

Diante desse cenário, recomenda-se a adoção de mobiliário ergonômico, com cadeiras ajustáveis e suportes auxiliares, além da reorganização do arranjo físico para reduzir movimentos desnecessários. Melhorias na ventilação e na iluminação são essenciais para o conforto térmico e visual. Além disso, é fundamental implementar pausas regulares e um sistema de rodízio de tarefas para distribuir melhor as cargas físicas e cognitivas. Por fim, sugere-se a realização de avaliações ergonômicas periódicas para monitorar as condições de trabalho e garantir a segurança e o bem-estar dos colaboradores, promovendo um ambiente produtivo mais saudável e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso evidenciou a importância da integração entre organização do trabalho, estudo de tempos e ergonomia na confecção de cortinas em uma empresa de pequeno porte. A análise das etapas produtivas revelou uma eficiência média de 90%, com destaque para a necessidade de ajustes metodológicos que reduzam a variabilidade dos tempos e melhorem o desempenho geral. A cronoanálise permitiu identificar pontos críticos, como a sobrecarga na etapa de costura e o esforço prolongado no acabamento com ferro, indicando riscos ergonômicos importantes que podem comprometer a saúde dos colaboradores a longo prazo.

As sugestões apresentadas, como a adoção de mobiliário ergonômico, melhorias no ambiente físico e reorganização das tarefas, visam otimizar os processos produtivos, reduzir o risco de lesões ocupacionais e elevar a qualidade de vida no trabalho. Além disso, recomenda-se a implementação de pausas programadas e treinamentos periódicos, como medidas preventivas essenciais. Assim, este estudo contribui para a reflexão sobre a necessidade de práticas organizacionais mais sustentáveis, reforçando que a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores devem caminhar conjuntamente para garantir a competitividade das empresas e a promoção de ambientes laborais mais saudáveis e eficientes.

REFERÊNCIAS

BARNES, Ralph M. **Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.

BARNES, Ralph M. **Estudo de movimentos e de tempos: projeto de trabalho e produtividade**. 7. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

BESSA, G. C. et al. Indústria têxtil 5.0: Novos modelos de gestão organizacional para a indústria de confecção. In: CONBREPO, 2020, Evento on-line. X Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção [...]. [S. l.]: Aprepro, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira, 1999.

DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. **Ergonomia prática**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GORINI, A. P. F. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

HOFSTEDE, Geert. ***Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions and Organizations Across Nations***. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). ***Introduction to Work Study***. 4. ed. Geneva: ILO, 2004.

KAKAZU, Milleni Harumi. **Biomecânica ocupacional em uma confecção têxtil**. 2016. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Têxtil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Apucarana, 2016.

SILVA, A. d. A **Organização do Trabalho na Indústria do Vestuário: Uma Proposta Para o Setor da Costura**. Orientador: Prof. Fernando Antônio Forcellini. 2002. 141 p. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SCHEIN, Edgar H. ***Organizational culture and leadership***. 3. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

TAYLOR, Frederick Winslow. ***Princípios de Administração Científica***. São Paulo: Atlas, 1911.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA MANDIOCA: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E SUSTENTABILIDADE

Gabriel Carandá de Alcântara¹ – UNESPAR
Gustavo André de Abreu Martins² – UNESPAR
Moisés da Silva Santos³ – UNESPAR
Claudilaine Caldas de Oliveira⁴ – UNESPAR
Bruna Maria Gerônimo⁵ – UNESPAR
Rubya Vieira de Mello Campos⁶ – UNESPAR
Andréa Machado Groff⁷ – UNESPAR
Rony Peterson da Rocha⁸ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 7 Engenharia De Produção

RESUMO

A mandioca exerce papel estratégico no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, especialmente em regiões com predominância da agricultura familiar, como é o caso de diversos municípios do Paraná. Este artigo tem como objetivo analisar o complexo agroindustrial da mandioca sob a ótica da sustentabilidade, identificando seus principais desafios e oportunidades. A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, classificada como descritiva e exploratória, com base em fontes bibliográficas e documentais, utilizando-se da Matriz SWOT como principal ferramenta de análise. O estudo de caso abrangeu três agroindústrias localizadas nos municípios de Terra Boa, Terra Rica e Cianorte. Os resultados indicam que a cultura da mandioca constitui um pilar essencial para o desenvolvimento socioeconômico regional, contribuindo de forma significativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. Destacam-se, como pontos fortes, a crescente demanda por produtos sustentáveis e orgânicos, bem como o avanço tecnológico no setor, evidenciado pelo desenvolvimento de cultivares mais produtivas e resistentes. Constatou-se a existência de práticas sustentáveis consolidadas e inovações tecnológicas relevantes, as quais são fundamentais para o fortalecimento do complexo agroindustrial da mandioca. Recomenda-se, como continuidade, o aprofundamento de estudos voltados à adaptação às mudanças climáticas e à ampliação do uso de tecnologias no cultivo e processamento. A pesquisa também oferece subsídios para políticas públicas voltadas à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades estratégicas relacionadas à inovação, sustentabilidade e expansão do mercado de produtos orgânicos.

Palavras-chave: Cadeia Produtiva. Desenvolvimento Regional. Gestão Sustentável. ODS.

RESUMEN

La yuca desempeña un papel estratégico en el desarrollo del agronegocio brasileño, especialmente en regiones donde predomina la agricultura familiar, como es el caso de varios municipios del estado de

¹ - Graduando – e-mail: gabriel.alcantara.24@estudante.unespar.edu.br

² - Graduando – e-mail: moises.santos.24@estudante.unespar.edu.br

³ - Graduando – e-mail: gustavo.martins.24@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Doutora – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

⁵ - Doutora – e-mail: bruna.geronimo@unespar.edu.br

⁶ - Doutora – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

⁷ - Doutora – e-mail: andrea.groff@ies.unespar.edu.br

⁸ - Doutor – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

Paraná. Este artículo tiene como objetivo analizar el complejo agroindustrial de la yuca desde la perspectiva de la sostenibilidad, identificando sus principales desafíos y oportunidades. La investigación fue realizada con un enfoque cualitativo, clasificado como descriptivo y exploratorio, basado en fuentes bibliográficas y documentales, utilizando la Matriz FODA como principal herramienta de análisis. El estudio de caso abarcó tres agroindustrias ubicadas en los municipios de Terra Boa, Terra Rica y Cianorte. Los resultados indican que el cultivo de la yuca constituye un pilar esencial para el desarrollo socioeconómico regional, contribuyendo de manera significativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), en especial al ODS 2 – Hambre Cero y Agricultura Sostenible. Se destacan, como fortalezas, la creciente demanda de productos sostenibles y orgánicos, así como el avance tecnológico en el sector, evidenciado por el desarrollo de cultivares más productivos y resistentes. Se constató la existencia de prácticas sostenibles consolidadas e innovaciones tecnológicas relevantes, las cuales son fundamentales para el fortalecimiento del complejo agroindustrial de la yuca. Se recomienda, como continuidad, profundizar los estudios orientados a la adaptación al cambio climático y a la ampliación del uso de tecnologías en el cultivo y procesamiento. La investigación también ofrece insumos para políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar, al mismo tiempo que evidencia oportunidades estratégicas relacionadas con la innovación, la sostenibilidad y la expansión del mercado de productos orgánicos.

Palabras clave: Cadena Productiva. Desarrollo Regional. Gestión Sostenible. ODS.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), também conhecida como aipim, macaxeira ou cassava, é uma planta originária da América do Sul, amplamente cultivada em regiões tropicais e subtropicais. Representa uma das principais fontes de carboidratos em países em desenvolvimento (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2013) e destaca-se não apenas por seu papel na segurança alimentar, mas também por sua versatilidade industrial, sendo empregada na produção de biocombustíveis, papel e adesivos, devido ao elevado teor de amido (EMBRAPA, 2005). Seu cultivo é favorecido por características agrônômicas, como a resistência a pragas e a tolerância a condições climáticas adversas.

Em 2023, estima-se que o Brasil tenha produzido cerca de 18,7 milhões de toneladas de mandioca, com destaque para o estado do Pará, principal produtor nacional, seguido pelo Paraná, com aproximadamente 3,3 milhões de toneladas (IBGE, 2023). No noroeste paranaense, destacam-se municípios como Terra Boa, Terra Rica e Cianorte, onde a cultura da mandioca apresenta forte relevância produtiva e organizacional. Nessas localidades, o complexo agroindustrial da mandioca configura-se como um arranjo produtivo sistêmico e interdependente, integrando atividades agrícolas, industriais e logísticas. Abrange desde a produção primária até os processos de transformação, distribuição, comercialização e consumo, envolvendo diversos

atores econômicos, produtores, cooperativas, agroindústrias, fornecedores, instituições financeiras e políticas públicas (EMBRAPA, 2013).

A mandioca, por sua adaptabilidade agroecológica e baixo custo de produção, consolida-se como cultura estratégica para pequenas e médias propriedades rurais, atuando como vetor de segurança alimentar, inclusão produtiva e geração de renda em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. Seu potencial de agregação de valor, com derivados como farinha, fécula, polvilho, chips, amidos modificados e biocombustíveis, amplia sua relevância nas cadeias agroindustriais e reforça seu papel no desenvolvimento regional sustentável, especialmente quando articulada a políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à industrialização local.

Compreender a dinâmica desse complexo produtivo é essencial para formular estratégias que fortaleçam sua eficiência, resiliência e competitividade em um cenário de crescente demanda por práticas agrícolas sustentáveis e sistemas alimentares alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, esta pesquisa parte da seguinte questão: como o complexo agroindustrial da mandioca, presente nessas localidades, contribui para a sustentabilidade, e quais são seus principais desafios e oportunidades?

O objetivo deste estudo é analisar esse complexo sob a ótica da sustentabilidade, identificando seus pontos fortes, limitações e potenciais de desenvolvimento. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com base em estudo de caso múltiplo envolvendo três agroindústrias situadas no noroeste do estado do Paraná. A coleta de dados fundamentou-se em fontes secundárias documentais e bibliográficas, e a análise foi conduzida por meio da Matriz SWOT, permitindo mapear, de forma estruturada, os fatores internos e externos que influenciam o desempenho produtivo e sustentável do setor.

A Engenharia de Produção, por meio de áreas como Operações e Processos, Gestão Organizacional e Sustentabilidade, oferece um arcabouço teórico e metodológico fundamental para diagnosticar, propor melhorias e avaliar o desempenho de sistemas produtivos. Nesse sentido, este estudo, vinculado ao Projeto Integrador do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial da UNESPAR, Campus de Campo Mourão, emprega ferramentas da área para investigar a estrutura, os fluxos produtivos, os impactos socioambientais e as estratégias de desenvolvimento do complexo agroindustrial da mandioca, promovendo uma abordagem interdisciplinar e orientada à sustentabilidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar a análise desenvolvida neste estudo, apresenta-se, a seguir, o referencial teórico que discorre sobre o conceito de complexo agroindustrial, a estrutura da cadeia produtiva da mandioca, a aplicação da Matriz SWOT como ferramenta estratégica e os princípios da sustentabilidade aplicados ao setor agroindustrial.

2.1. COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

O conceito de complexo agroindustrial refere-se ao conjunto articulado de atividades que abrangem a produção, o processamento e a distribuição de produtos agrícolas. Trata-se de uma organização produtiva integrada, na qual setores agrícolas, industriais e de serviços se conectam para gerar valor econômico, promovendo o desenvolvimento de redes produtivas e o fortalecimento das economias regionais (FARINA, 1999). De acordo com Batalha e Silva (2013, p. 12), “a formação de um complexo agroindustrial exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou a uma família de produtos.”

No caso específico da mandioca, objeto deste estudo, o complexo agroindustrial assume papel estratégico em regiões com produção expressiva, como os municípios paranaenses de Terra Rica, Cianorte e Terra Boa. Nessas localidades, a mandioca se destaca por sua relevância para pequenos e médios produtores, além de seu potencial para geração de renda e agregação de valor em diversos segmentos industriais, como o alimentício e o energético (SILVA *et al.*, 2021). Nesse contexto, a análise das cadeias produtivas que compõem o complexo agroindustrial da mandioca é fundamental para compreender seus fluxos, conexões e desafios, o que justifica sua abordagem detalhada na seção seguinte.

2.2. CADEIA PRODUTIVA

A cadeia produtiva, por sua vez, constitui uma abordagem mais específica e estruturada, focada na sequência de processos que conduzem um produto desde sua origem até o consumidor final (BATALHA; SILVA, 2013). Essa abordagem enfatiza as relações entre os agentes envolvidos e a agregação de valor ao longo das etapas.

As cadeias produtivas do complexo da mandioca formam um sistema abrangente, que envolve desde o cultivo da raiz até a industrialização e comercialização de produtos como farinha, fécula e polvilho. Cada cadeia é composta por diversos agentes econômicos, incluindo

produtores rurais, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e consumidores finais, cujas interações determinam a eficiência e a competitividade do setor (GUIMARÃES *et al.*, 2022).

Estudos apontam que a mandioca desempenha papel estratégico na segurança alimentar e na geração de renda, especialmente em regiões com predominância da agricultura familiar. No Brasil, a produção apresenta uma significativa heterogeneidade entre os agentes envolvidos, variando de sistemas tradicionais a processos industriais mais avançados (OLIVEIRA JUNIOR; WANDER, 2020)

A eficiência da cadeia produtiva depende da integração entre os elos produtivos, da adoção de tecnologias apropriadas e da coordenação eficaz entre os agentes. A ausência de organização e a informalidade em alguns segmentos podem comprometer a qualidade dos produtos e a sustentabilidade econômica da cadeia (GARCIA; BANKUTI, 2020).

Adicionalmente, a agregação de valor aos produtos derivados da mandioca, por meio de inovações tecnológicas e estratégias de mercado, é essencial para o fortalecimento da cadeia. A diversificação de produtos e a ampliação dos mercados consumidores contribuem para a dinamização do setor e para o desenvolvimento regional (GUIMARÃES *et al.*, 2022).

2.3. MATRIZ SWOT

A Matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta clássica de diagnóstico estratégico utilizada para analisar os ambientes interno e externo de organizações, setores produtivos ou territórios, permitindo a identificação de variáveis críticas que influenciam o desempenho e subsidiando o planejamento e a formulação de estratégias (GÜREL; TAT, 2017).

As forças referem-se a atributos internos que favorecem a organização ou sistema analisado, como a qualificação da mão de obra, estrutura organizacional, processos eficientes, produtos de qualidade ou base financeira sólida. As fraquezas, por outro lado, correspondem a limitações internas que reduzem a competitividade, como a baixa capacidade de inovação, ausência de padronização, deficiências tecnológicas ou estrutura de gestão ineficiente (FERNANDES, 2012).

No que tange ao ambiente externo, as oportunidades representam tendências ou fatores positivos que podem ser aproveitados, como a abertura de novos mercados, a valorização de

produtos sustentáveis ou o surgimento de inovações aplicáveis. Já as ameaças são elementos externos que podem comprometer os objetivos estratégicos, como instabilidade de preços, clima desfavorável, entrada de novos concorrentes ou mudanças regulatórias (FERNANDES, 2012; GÜREL; TAT, 2017).

No contexto agroindustrial, a Matriz SWOT é especialmente útil para identificar fatores limitantes e potencialidades em cadeias produtivas. Sua aplicação permite uma compreensão mais ampla da dinâmica produtiva e contribui para a definição de estratégias voltadas à sustentabilidade, à eficiência operacional e ao desenvolvimento regional.

2.4. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade no agronegócio brasileiro passou a ganhar maior relevância a partir da década de 1990, impulsionada pelas discussões sobre desenvolvimento sustentável fomentadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Desde então, políticas públicas, programas de certificação ambiental e incentivos à agricultura de base ecológica têm buscado conciliar produtividade e conservação dos recursos naturais. Caporal e Costabeber (2002) destacam que a sustentabilidade deve ser construída com base no território e nos saberes locais. Mais recentemente, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ampliaram as exigências por práticas agropecuárias responsáveis, justas e viáveis economicamente. Essa abordagem dialoga com Sachs (2002), ao afirmar que o desenvolvimento sustentável pressupõe a integração simultânea das dimensões ecológica, social e econômica.

Nesse contexto, a sustentabilidade tornou-se eixo estruturante para o desenvolvimento do agronegócio, especialmente no cultivo de culturas com forte papel socioeconômico, como a mandioca. Trata-se de uma cultura amplamente adaptada ao clima tropical, de baixo custo de produção e relevante para a segurança alimentar e a geração de renda, sobretudo em regiões de base agrícola familiar, como os municípios de Terra Rica, Cianorte e Terra Boa.

Sob essa ótica, a EMBRAPA (2017) ressalta a rusticidade da mandioca e sua adaptabilidade a condições adversas, sendo considerada estratégica para solos de baixa fertilidade e ambientes com limitação hídrica. Complementarmente, segundo a FAO (2018), o aproveitamento de resíduos agroindustriais e subprodutos como fonte de energia ou fertilizante é fundamental para a transição a sistemas produtivos baseados na economia circular, reduzindo perdas e desperdícios ao longo das cadeias produtivas.

No Brasil, a sustentabilidade é compreendida como o equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental. O conceito de *Triple Bottom Line*, proposto por Elkington (2012), reforça a possibilidade de articular práticas produtivas com conservação ambiental e retorno financeiro para os produtores. Nesse cenário, a mandioca desponta como cultura capaz de integrar tais pilares, combinando alta eficiência produtiva com baixo impacto ambiental. Altieri (2004) também defende sistemas agrícolas biodiversos e resilientes como fundamento da agroecologia tropical.

Alinhada à Agenda 2030 da ONU, composta pelos 17 ODS, a cadeia da mandioca demonstra potencial para contribuir com múltiplos compromissos globais. Os ODS fornecem diretrizes para enfrentar desafios contemporâneos, como erradicação da pobreza, mudanças climáticas e transição para sistemas alimentares sustentáveis (ONU, 2015).

O ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável destaca a importância de sistemas agrícolas adaptáveis e resilientes, nos quais a mandioca figura como cultura estratégica, graças à sua tolerância a solos de baixa fertilidade e condições climáticas adversos. A FAO (2018) destaca que sistemas agrícolas sustentáveis, como os baseados na mandioca, são essenciais para garantir alimentos acessíveis e nutritivos, especialmente em contextos rurais.

O ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico encontra respaldo nas cadeias produtivas da mandioca, que integram pequenos produtores e cooperativas, gerando empregos, agregando valor por meio do processamento e ampliando as possibilidades de mercado. A CEPAL (2020) reforça que cadeias produtivas inclusivas são determinantes para o desenvolvimento equitativo em economias locais.

No ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, a mandioca aparece como vetor da modernização agrícola, especialmente quando associada aos investimentos em infraestrutura rural e em tecnologias para otimização do processamento. O Banco Mundial (2021) ressalta que tais investimentos elevam a competitividade e reduzem desperdícios, fortalecendo os sistemas produtivos locais.

O ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis é contemplado pelo caráter circular da cultura da mandioca. A possibilidade de aproveitamento integral e a transformação de resíduos em subprodutos como fertilizantes e biocombustíveis demonstram a capacidade do setor de

reduzir externalidades negativas. A ONU (2020) destaca que essa lógica produtiva é fundamental para a sustentabilidade de longo prazo.

O ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima também é contemplado, uma vez que sistemas agrícolas de baixa emissão e maior capacidade de adaptação, como o da mandioca, contribuem para mitigar os impactos das mudanças climáticas. O IPCC (2019) reforça que a diversificação agrícola e a adoção de culturas resilientes são estratégicas para a segurança alimentar em um cenário de instabilidade climática.

Por fim, os ODS 1 – Erradicação da Pobreza e ODS 10 – Redução das Desigualdades ganham relevância ao se considerar a inserção de pequenos agricultores e comunidades vulneráveis nas cadeias da mandioca. A atuação desses grupos no sistema produtivo permite a ampliação do acesso a benefícios econômicos e sociais, promovendo maior equidade, conforme indicado pelo PNUD (2020).

Diante dessas evidências, observa-se que as cadeias produtivas do complexo agroindustrial da mandioca apresentam condições favoráveis para consolidar-se como modelo sustentável de produção, alinhado às diretrizes da Agenda 2030 e às necessidades socioeconômicas dos territórios rurais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza básica, uma vez que visa gerar conhecimentos teóricos que contribuam para a compreensão do complexo agroindustrial da mandioca, sem, contudo, prever aplicação prática imediata. A abordagem adotada foi qualitativa, centrada na análise interpretativa de informações obtidas por meio de documentos, dados secundários e observações indiretas acerca das dinâmicas produtivas e sustentáveis do setor. Para a caracterização da pesquisa quanto à natureza e à abordagem, foram considerados os critérios descritos por Gil (2008).

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo: exploratória, por investigar um campo ainda pouco estudado de forma sistematizada; e descritiva, por buscar organizar informações sobre as estruturas, práticas e desafios enfrentados pelas agroindústrias analisadas.

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se o estudo de caso múltiplo, definido por Yin (2015) como uma estratégia metodológica adequada para o exame aprofundado de fenômenos contemporâneos em contextos reais. Foram investigadas três agroindústrias localizadas no noroeste do estado do Paraná: (i) Nerial Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., em Cianorte; (ii) Amafil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., em Terra Boa; e (iii) Farinheira Roders, em Terra Rica.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisas documental e bibliográfica. A pesquisa documental envolveu a análise de relatórios, estatísticas públicas e registros institucionais obtidos em bases como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A pesquisa bibliográfica, por sua vez, foi fundamentada em autores especializados em complexos agroindustriais, sustentabilidade e cadeias produtivas.

Para a análise dos dados, utilizou-se a Matriz SWOT como ferramenta qualitativa de diagnóstico estratégico, possibilitando a identificação dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças do complexo agroindustrial da mandioca nos municípios investigados. A análise considerou diversos segmentos do sistema produtivo, como o mercado consumidor e os fornecedores de insumos, com o objetivo de compreender a dinâmica e a estrutura desse complexo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da Matriz SWOT ao complexo agroindustrial da mandioca permitiu identificar aspectos estratégicos relevantes nos municípios estudados. A Figura 1 apresenta a sistematização dos elementos internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que influenciam diretamente a dinâmica produtiva local.

A análise revelou, entre as forças, o avanço tecnológico no setor, especialmente com a introdução de colhedoras mais eficientes e o uso de cultivares de mandioca de maior produtividade, o que propicia maiores produções e redução dos custos de produção. Destaca-se ainda a presença de agroindústrias estruturadas, como a Amafil, que oferecem suporte logístico aos produtores locais, facilitando o escoamento da produção e reduzindo a dependência de transporte de longa distância.

Forças

Alta produtividade no cultivo.
Inovação tecnológica.
Presença de indústrias locais.

Oportunidades

Expansão do mercado externo.
Crescimento do mercado de alimentos sustentáveis.
Inovações tecnológicas.

Matriz
SWOT
Complexo Agroindustrial da Mandioca

Fraquezas

Custo elevado de produção.
Vulnerabilidade a variações climáticas.
Infraestrutura inadequada em algumas áreas.

Ameaças

Oscilação de preços.
Mudanças climáticas.
Concorrência de outras culturas.

Figura 1: Matriz SWOT do Complexo Agroindustrial da Mandioca.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2025.

No que se refere às fraquezas, observou-se que fatores climáticos como chuvas mal distribuídas, tem causado impactos negativos como atrasos no plantio e perdas significativas em algumas safras. Ademais, os custos elevados de produção, aliados à baixa mecanização, impõem dificuldades, principalmente aos pequenos agricultores que ainda dependem fortemente de mão de obra manual.

Dentre as oportunidades, destacam-se a expansão dos mercados, tanto em nível nacional quanto internacional, e o crescimento da demanda por alimentos sustentáveis e orgânicos, o que representa um nicho promissor para a mandioca e seus derivados. Soma-se a isso o desenvolvimento contínuo de cultivares mais resistentes e produtivas, como a BRS CS 01, desenvolvida pela Embrapa, que contribui para o fortalecimento das cadeias produtivas.

Por outro lado, a análise identificou ameaças que não podem ser negligenciadas. As flutuações no preço da mandioca afetam diretamente a rentabilidade dos produtores, comprometendo a estabilidade financeira do setor. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas, especialmente a maior frequência de períodos de estiagem, constituem um risco crescente para a sustentabilidade do cultivo na região.

De modo geral, os resultados da análise SWOT indicam que, apesar das fragilidades identificadas, o complexo agroindustrial da mandioca apresenta elevado potencial de desenvolvimento. O aproveitamento das oportunidades de mercado, aliado ao investimento em

inovação tecnológica e em políticas de apoio à agricultura familiar, pode representar uma estratégia eficaz para superar os desafios internos e mitigar os riscos externos enfrentados pelo setor.

No que diz respeito aos aspectos relacionados à sustentabilidade, a análise do complexo nos municípios de Terra Rica, Cianorte e Terra Boa evidenciou um alinhamento significativo com os ODS. A mandioca demonstrou ser um vetor estratégico de desenvolvimento socioeconômico regional, promovendo segurança alimentar, geração de renda, inclusão produtiva e práticas agrícolas sustentáveis.

No âmbito do ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, observou-se que a cultura da mandioca contribui diretamente para a segurança alimentar das comunidades locais, ao fornecer uma base calórica acessível, adaptada ao clima e de elevada produtividade. As indústrias estudadas reforçam esse papel ao garantir o beneficiamento e a comercialização de produtos derivados, aumentando o valor agregado e ampliando a disponibilidade de alimentos.

Em relação ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, se mostrou relevante na geração de empregos diretos e indiretos, principalmente em regiões onde a agricultura familiar é predominante. O processamento industrial, realizado por empresas como a Amafil, gera oportunidades de trabalho e fomenta o empreendedorismo local, favorecendo o desenvolvimento territorial.

O estudo também identificou práticas ligadas ao ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima, como o manejo sustentável de áreas cultivadas, a rotação de culturas, o uso de cultivares mais resistentes à seca e a valorização de resíduos agroindustriais. Essas ações contribuem para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência da produção agrícola frente a eventos extremos.

Além disso, foram reconhecidas práticas que convergem com os princípios do ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento integral da planta e à implementação de processos com menor impacto ambiental, reforçando o conceito de economia circular. Algumas iniciativas, embora ainda incipientes, indicam esforços para reduzir perdas no processo produtivo e utilizar subprodutos na geração de bioenergia e fertilizantes.

No tocante ao ODS 15 – Vida Terrestre, as práticas de conservação do solo e uso racional da água vêm sendo gradualmente incorporadas por algumas das agroindústrias investigadas. A promoção da biodiversidade e a preservação dos recursos naturais são vistas como estratégias para garantir a sustentabilidade de longo prazo do cultivo.

Por fim, o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação revelam-se como um eixo estratégico para o fortalecimento das cadeias produtivas do complexo. A articulação entre produtores, agroindústrias, instituições de pesquisa e políticas públicas é essencial para ampliar os impactos positivos da cultura na região, disseminar tecnologias sustentáveis e promover um modelo de desenvolvimento territorial mais equitativo.

Em síntese, a mandioca, além de seu papel histórico na alimentação e na cultura agrícola do país, revela-se uma cultura com alto potencial para viabilizar o desenvolvimento sustentável em múltiplas dimensões. A consolidação desse potencial, no entanto, depende do fortalecimento institucional e da adoção de estratégias integradas que promovam a transição para sistemas produtivos mais justos, resilientes e ambientalmente equilibrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a relevância do Complexo Agroindustrial da Mandioca nos municípios de Terra Rica, Cianorte e Terra Boa, destacando como os sistemas de produção, a aplicação da Matriz SWOT e a sustentabilidade se inter-relacionam no impulso ao desenvolvimento regional e à competitividade do setor. A análise dos sistemas produtivos revelou um processo eficiente e estruturado, caracterizado por operações contínuas no cultivo e intermitentes no processamento industrial. Esse modelo favorece uma gestão adequada do fluxo produtivo, desde o plantio até a transformação da mandioca em derivados como farinha e amido, atendendo às demandas do mercado e contribuindo para a redução dos custos operacionais. No entanto, as variações no rendimento e na qualidade da mandioca, somadas aos desafios climáticos, indicam a necessidade de ajustes contínuos para assegurar a padronização e a qualidade dos produtos finais.

A aplicação da Matriz SWOT permitiu identificar pontos fortes relevantes, como a presença de inovações tecnológicas, o aumento da demanda por produtos sustentáveis e a existência de cultivares mais produtivas e resistentes. Também foram evidenciadas fragilidades significativas, entre elas os altos custos de produção e a vulnerabilidade às variações climáticas,

que comprometem a estabilidade e a produtividade das lavouras. As oportunidades concentram-se na expansão dos mercados e na diversificação de produtos, enquanto as ameaças, sobretudo relacionadas às condições climáticas e às oscilações de preços, exigem estratégias adaptativas e maior resiliência setorial.

A sustentabilidade emergiu como um fator-chave para o fortalecimento do complexo agroindustrial. Os resultados demonstraram que práticas sustentáveis — como a rotação de culturas, o manejo integrado de pragas e o aproveitamento integral da planta — são essenciais para a redução dos impactos ambientais e para a garantia da viabilidade de longo prazo das cadeias produtivas. A adoção de princípios da economia circular e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), reforçam o potencial estratégico da mandioca como vetor de desenvolvimento equilibrado entre as dimensões econômica, social e ambiental.

As recomendações para pesquisas futuras incluem a ampliação do estudo para outros municípios, com vistas à realização de análises comparativas entre diferentes contextos produtivos e à identificação de boas práticas passíveis de replicação. Ademais, torna-se imprescindível aprofundar investigações sobre os efeitos das mudanças climáticas na produtividade da mandioca, bem como avaliar tecnologias adaptativas que possam mitigar riscos associados a estiagens prolongadas e ao excesso de chuvas.

Por fim, ressalta-se a importância da incorporação de inovações tecnológicas em todas as etapas das cadeias produtivas. A adoção de soluções como automação, sensores inteligentes para monitoramento de solo e o desenvolvimento de cultivares por meio da biotecnologia tende a elevar a eficiência produtiva, reduzir os custos operacionais e consolidar a competitividade do setor nos cenários nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

AGROADVANCE. **Sustentabilidade no agronegócio brasileiro**. Disponível em: <https://www.agroadvance.com.br>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Agricultural innovation and rural infrastructure**. Washington, DC: World Bank, 2021.

BATALHA, M.O.; SILVA, A.L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 1. p. 1-62.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoques científicos alternativos**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

CEPAL. **Sistemas agroindustriais: uma análise de impacto socioeconômico na América Latina**. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2020.

EMBRAPA. **Sistema de produção de mandioca para a região Centro-Sul do Brasil**. 2. ed. Brasília: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2017.

ELKINGTON, John. **Cannibals with Forks: the triple bottom line of 21st-century business**. Oxford: Capstone, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Doenças da mandioca**. 2013. Disponível em: http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/do/p_do142_6.htm. Acesso em: 9 nov. 2024.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Mandioca e Fruticultura: Cultivos – Mandioca**. 2005. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/cultivos/mandioca>. Acesso em: 6 nov. 2024.

FAO. **The future of food and agriculture – Trends and challenges**. Rome: Food and Agriculture Organization, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 5 dez. 2024.

FARINA, E. M. M. Q. **Cadeias Agroindustriais e o Sistema Agroalimentar no Brasil**. In: BATALHA, M. O. (Ed.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 135-152.

FERNANDES, D. R. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 13, n. 2, 2012.

GARCIA, E. L. M.; BANKUTI, S. M. S. REFLEXÕES SOBRE A COORDENAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA MANDIOCA: desafios para a pesquisa. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, [S.L.], n. 3-4, p. 257-275, 18 ago. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, D. L. F. *et al.* Cadeia produtiva da mandioca no território brasileiro inovações e tecnologias uma revisão sistemática da literatura: uma revisão sistemática da literatura. **Diversitas Journal**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 17-25, 2022.

GÜREL, E.; TAT, M. **SWOT analysis: a theoretical review**. *The Journal of International Social Research*, v. 10, n. 51, p. 994-1006, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: setembro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_

%5Bmensal%5D/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2023/estProdAgri_202309.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal – Culturas Temporárias e Permanentes: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

IPCC. **Climate Change and Land: Summary for Policymakers**. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, O. P.; WANDER, A. E. Descrição da cadeia produtiva da mandioca da região do Vale do Araguaia (Goiás, Brasil). Revista GeoNordeste, São Cristóvão, v. 31, n. 1, p. 73-92, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342364666>. Acesso em: 28 maio 2025.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York: United Nations, 2015.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, M. J. F.; OLIVEIRA, J. F. B.; SOUZA, R. C. de. **Cultura da mandioca: uma revisão de literatura**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2013. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2508/1/CULTURA%20DA%20MANDIOC A%20-%20uma%20revis%C3%A3o%20de%20literatura.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, C. *et al.* **O Papel da Mandioca na Agroindústria Sustentável**. Agronegócio em Foco, v. 22, n. 2, p. 124-135, 2021.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO MARACUJÁ NA AGRICULTURA FAMILIAR: SUSTENTABILIDADE, ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO EM CORUMBATAÍ DO SUL (PR)

Beatriz Agostinis¹ – UNESPAR /Campo Mourão
Elaine Severed² – UNESPAR /Campo Mourão
Tamara Fleitas de Freitas³ – UNESPAR /Campo Mourão
Claudilaine Caldas de Oliveira⁴ – UNESPAR /Campo Mourão
Rony Peterson da Rocha⁵ – UNESPAR /Campo Mourão
Bruna Maria Gerônimo⁶ – UNESPAR /Campo Mourão
Rubya Vieira de Mello Campos⁷ – UNESPAR /Campo Mourão
Andréa Machado Groff⁸ – UNESPAR /Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 7 - Engenharia de Produção

RESUMO

O Complexo Agroindustrial do Maracujá representa uma importante alternativa econômica para pequenos produtores do município de Corumbataí do Sul (PR), sobretudo no contexto da agricultura familiar. Este estudo tem como objetivo analisar o funcionamento e os desafios desse complexo produtivo, com ênfase nos aspectos estratégicos e sustentáveis da produção. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico, documental e estudo de caso realizado na Cooperativa da Agricultura Familiar de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR). Para a análise estratégica, utilizou-se a Matriz SWOT, visando identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao complexo agroindustrial do maracujá. Os resultados apontam que a COAPROCOR adota práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o estímulo à produção local, geração de renda e aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Observou-se ainda a existência de oportunidades de crescimento no mercado regional e a necessidade de superar fragilidades relacionadas à infraestrutura e à dependência de políticas públicas. Conclui-se que o Complexo Agroindustrial do Maracujá constitui um vetor relevante para o desenvolvimento socioeconômico da região, sendo essencial o fortalecimento de estratégias sustentáveis e de gestão integrada para ampliar sua competitividade e impacto social.

Palavras-chave: Complexo Agroindustrial. Maracujá. Sustentabilidade. Agricultura Familiar. ODS.

¹ - Graduanda – e-mail: agostinisbeatriz22@gmail.com

² - Graduanda – e-mail: elainesevereda@gmail.com

³ - Graduanda – e-mail: tamarafleitas055@gmail.com

⁴ - Doutora – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

⁵ - Doutor – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

⁶ - Doutora – e-mail: bruna.geronimo@unespar.edu.br

⁷ - Doutora – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

⁸ - Doutora – e-mail: andrea.groff@ies.unespar.edu.br

RESUMEN

El Complejo Agroindustrial del Maracuyá representa una importante alternativa económica para los pequeños productores del municipio de Corumbataí do Sul (PR), especialmente en el contexto de la agricultura familiar. Este estudio tiene como objetivo analizar el funcionamiento y los desafíos de este complejo productivo, con énfasis en los aspectos estratégicos y sostenibles de la producción. La investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo y exploratorio, fundamentada en revisión bibliográfica, documental y en un estudio de caso realizado en la Cooperativa de Agricultura Familiar de Corumbataí del Sur y Región (COAPROCOR). Para el análisis estratégico, se utilizó la Matriz SWOT con el fin de identificar fortalezas, debilidades, oportunidades y amenazas relacionadas con la cadena productiva del maracuyá. Los resultados indican que la COAPROCOR adopta prácticas alineadas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), destacándose el estímulo a la producción local, la generación de ingresos y el aprovechamiento sostenible de los recursos naturales. También se observaron oportunidades de crecimiento en el mercado regional y la necesidad de superar fragilidades relacionadas con la infraestructura y la dependencia de políticas públicas. Se concluye que el Complejo Agroindustrial del Maracuyá constituye un vector relevante para el desarrollo socioeconómico de la región, siendo esencial fortalecer estrategias sostenibles y de gestión integrada para ampliar su competitividad e impacto social.

Palabras clave: Complejo Agroindustrial. Maracuyá. Sostenibilidad. Agricultura Familiar. ODS.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Complexo Agroindustrial do Maracujá exerce papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico de regiões tropicais, como o Brasil, por sua capacidade de gerar renda e agregar valor à produção agrícola (EMBRAPA, 2021; Oliveira, 2019). A cultura, adaptada às condições climáticas favoráveis, possui alto potencial de industrialização em setores como o alimentício, cosmético e farmacêutico. O Brasil responde por mais de 70% da produção mundial, com cerca de 700 mil toneladas anuais em 46 mil hectares cultivados (Correio Braziliense, 2023). No Paraná, a produção atingiu 18,4 mil toneladas em 2022, com destaque para as regiões Noroeste e Centro-Sul (IBGE, 2023).

Inserido na COMCAM, Corumbataí do Sul tornou-se, nos últimos anos, um polo emergente da cultura do maracujá, com destaque para a atuação da Cooperativa da Agricultura Familiar de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR), responsável por organizar a produção e fomentar práticas sustentáveis, com certificações socioambientais e apoio técnico continuado (COAPROCOR, 2022). Embora o município ainda não figure entre os maiores produtores

estaduais, a fruticultura representa uma alternativa de diversificação econômica relevante, contribuindo para a geração de renda e a permanência das famílias no campo (SEAB, 2022).

A organização sistêmica do complexo produtivo do maracujá, que articula atividades agrícolas, industriais e comerciais, tem sido fortalecida por tecnologias como sensores inteligentes, automação e sistemas integrados de gestão (SENSIXX, 2023; TOTVS, 2024). O aproveitamento da fruta abrange desde a produção de sucos e doces até cosméticos e flores ornamentais (EMBRAPA, 2021), ampliando seu potencial de uso e agregação de valor.

Apesar dos avanços, persistem desafios como a dependência de políticas públicas, infraestrutura precária, baixa diversificação dos canais de comercialização e limitações tecnológicas. Assim, esta pesquisa busca responder à seguinte questão-problema: como o Complexo Agroindustrial do Maracujá tem contribuído para a sustentabilidade local e quais são seus principais desafios e oportunidades?

Com base nisso, o objetivo geral é analisar o complexo sob a ótica da sustentabilidade, com os seguintes objetivos específicos: (i) caracterizar sua estrutura organizacional e produtiva; (ii) identificar práticas sustentáveis e tecnológicas adotadas pela COAPROCOP; (iii) aplicar a Matriz SWOT como ferramenta de diagnóstico estratégico; e (iv) propor diretrizes para o fortalecimento do arranjo produtivo local com base na sustentabilidade e na inovação.

A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre práticas sustentáveis aplicadas à agricultura familiar, subsidiando políticas públicas e fortalecendo iniciativas locais. O estudo oferece subsídios técnicos e científicos para cooperativas, produtores e gestores públicos, visando decisões orientadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento territorial. Ainda há poucas análises sistêmicas sobre o complexo agroindustrial do maracujá sob a ótica da sustentabilidade aplicada à agricultura familiar, o que reforça a originalidade desta investigação.

Este trabalho foi desenvolvido como parte do Projeto Integrador do Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial da UNESPAR – Campo Mourão, articulando conhecimentos das disciplinas de Sistemas Agroindustriais, Sistemas de Produção, Introdução à Engenharia de Produção, Extensão Universitária, Metodologia Científica e Engenharia da Sustentabilidade, em uma experiência prática voltada à resolução de problemas reais do setor agroindustrial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção reúne os principais referenciais que embasam a análise do Complexo Agroindustrial do Maracujá. Aborda-se, inicialmente, o panorama tecnológico e estratégico da do complexo, seguido da apresentação da Matriz SWOT como ferramenta de diagnóstico organizacional. Por fim, discutem-se os princípios da sustentabilidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na Agenda 2030 como orientadora de práticas integradas e responsáveis.

2.1. PANORAMA TECNOLÓGICO E ESTRATÉGICO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO MARACUJÁ

De acordo com Jesus (2019), no Plano Estratégico para a Cultura do Maracujá 2017–2021, o Complexo Agroindustrial do Maracujá compreende um conjunto de atividades interligadas que envolvem desde a produção primária até o processamento e a logística de distribuição, gerando impactos socioeconômicos e ambientais significativos. Trata-se de um sistema sustentado por articulações entre agricultores, agroindústrias, instituições de pesquisa e o poder público, com destaque para sua relevância na geração de receita, promoção do desenvolvimento rural e indução à inovação tecnológica (IBGE, 2018).

No Brasil, a produção primária do maracujá é majoritariamente conduzida por agricultores familiares, sendo que as pequenas propriedades respondem por cerca de 95% da produção nacional (EMBRAPA, 2017). Entre as variedades cultivadas, o maracujá amarelo (*Passiflora edulis* Sims) se destaca pela preferência dos consumidores e pela alta produtividade industrial (Silva, 2019).

A dimensão industrial do complexo é estratégica, pois viabiliza o processamento da fruta em produtos com alto valor agregado, como sucos, sorvetes, geleias e licores. Além disso, resíduos do processamento — como sementes e cascas — têm sido aproveitados em processos de extração de óleos e na formulação de rações, caracterizando uma abordagem voltada à economia circular (EMBRAPA, 2017). Esse modelo de agregação de valor é complementado pelo desenvolvimento de produtos funcionais, que buscam ampliar a competitividade do setor no mercado global por meio de diferenciação e inovação (Jesus, 2019).

Dada a crescente pressão por sustentabilidade, práticas tecnológicas e ambientalmente responsáveis têm se tornado essenciais à manutenção da competitividade do setor. A adoção

dessas práticas favorece não apenas a preservação ambiental, mas também a qualidade dos produtos e a valorização comercial do complexo maracujá no contexto internacional.

O município de Corumbataí do Sul, foco empírico deste estudo, apresenta condições climáticas e edáficas propícias à produção de maracujá de alta qualidade. Segundo Souza e Martins (2021), a produtividade local tem sido positivamente influenciada por técnicas de manejo sustentável, que contribuem para a obtenção de frutos adequados tanto ao mercado interno quanto externo. Apesar dessas potencialidades, persistem desafios técnicos e logísticos que afetam o desempenho dos produtores locais. Rocha *et al.* (2022, p. 67) destacam que a principal limitação enfrentada em Corumbataí do Sul reside na escassez de investimentos em tecnologias agrícolas, indispensáveis para a melhoria da produtividade e para a redução de perdas nos processos de colheita e transporte.

2.2. MATRIZ SWOT

A Matriz SWOT foi desenvolvida na década de 1960 como resultado de estudos conduzidos pelo *Stanford Research Institute* (SRI), nos Estados Unidos, com o objetivo de compreender os fatores que influenciavam o desempenho de grandes corporações norte-americanas. Conforme relatado por Andrews (1971), um dos principais teóricos do campo da estratégia, a ferramenta foi criada para integrar a análise do ambiente interno (forças - *Strengths* e; fraquezas - *Weaknesses*), com o ambiente externo (oportunidades - *Opportunities* e; ameaças - *Threats*), fornecendo uma estrutura analítica para formulação estratégica. Desde então, a Matriz SWOT tem sido amplamente adotada por organizações de diferentes portes e setores, por sua capacidade de sintetizar informações complexas em um formato acessível e estratégico (Leitão Martins, 2011). Historicamente, o foco da administração estratégica concentrava-se no ambiente interno, mas a abordagem SWOT ampliou essa visão ao incorporar variáveis externas, tornando-se uma ferramenta essencial para o planejamento e a tomada de decisões (Barney; Hesterly, 2015).

Para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), a SWOT é um instrumento de síntese que conecta as análises ambientais com os recursos organizacionais, auxiliando na identificação de posicionamentos estratégicos sustentáveis. Ao alinhar suas capacidades internas às oportunidades do ambiente, a organização pode fortalecer sua vantagem competitiva e responder melhor às pressões externas.

Além disso, Hill, Jones e Schilling (2014) ressaltam que a aplicação periódica da Matriz SWOT é fundamental, uma vez que as condições ambientais e os recursos organizacionais são dinâmicos. A análise sistemática permite ajustes estratégicos contínuos e maior resiliência diante das mudanças de mercado.

A aplicação da Matriz SWOT neste estudo se justifica pela necessidade de compreender, de forma integrada, os fatores internos e externos que impactam o Complexo Agroindustrial do Maracujá em Corumbataí do Sul. Diante de desafios estruturais, avanços tecnológicos e exigências por sustentabilidade, a SWOT permite identificar forças (como a atuação cooperativa e certificações), fraquezas (como limitações logísticas), oportunidades (como o mercado de produtos naturais) e ameaças (como oscilações climáticas). Conforme Andrews (1971), Mintzberg *et al.* (2000) e Hill, Jones e Schilling (2014), essa análise contribui para decisões estratégicas mais conscientes e eficazes, fortalecendo a competitividade e a sustentabilidade da agricultura familiar regional.

2.3. SUSTENTABILIDADE E OS ODS

De acordo com Boff (2017, p. 17), “sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e das necessidades das presentes e das futuras gerações”. Trata-se, portanto, de um princípio ético e prático que implica responsabilidade coletiva na preservação dos recursos naturais, visando garantir dignidade às gerações atuais e futuras. Nesse sentido, a sustentabilidade constitui a base do desenvolvimento sustentável, ao articular justiça social, viabilidade econômica e equilíbrio ambiental como pilares indissociáveis das ações humanas. Esses fundamentos orientam os compromissos firmados internacionalmente por meio da Agenda 2030 e dos seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Lançada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 representa um plano de ação global voltado à promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões — econômica, social e ambiental — de forma integrada e equilibrada. Estruturada em 17 Objetivos e 169 metas, a Agenda foi adotada por 193 países com o propósito de erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas possam viver com dignidade e prosperidade até 2030 (ONU, 2015). Os ODS abrangem temáticas como saúde, educação, energia limpa, trabalho decente, inovação, redução das desigualdades, combate às mudanças

climáticas, consumo responsável e industrialização sustentável. Para Sachs (2015), os DOIS marcam uma nova era na governança global, ao combinarem metas mensuráveis, baseadas em evidências, com princípios de equidade e inclusão social.

A concretização dos ODS, contudo, exige sua adaptação às especificidades territoriais. No caso de municípios de base agrícola e agroindustrial, como Corumbataí do Sul, a implementação efetiva dos objetivos depende da atuação articulada de cooperativas, comunidades locais, instituições de ensino e governos. Conforme Le Blanc (2015), os ODS compõem uma estrutura sistêmica e interconectada, o que demanda abordagens intersetoriais e integradas. A aplicação desses princípios no estudo do Complexo Agroindustrial do Maracujá permite compreender como práticas sustentáveis, geração de renda, inclusão social e inovação tecnológica podem ser incorporadas de forma sinérgica ao complexo. Esses aspectos serão analisados de forma empírica na etapa de resultados deste artigo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, documental e na realização de um estudo de caso. Essa abordagem foi escolhida por permitir uma análise aprofundada das percepções e práticas organizacionais, considerando a complexidade contextual do objeto estudado (Minayo, 2012; Gil, 2017).

O estudo de caso foi conduzido na Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR), localizada no município de Corumbataí do Sul (PR), inserido na Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM). A escolha da COAPROCOR se justifica por sua representatividade e pelo papel estratégico que desempenha na organização da produção, industrialização e comercialização de frutos e derivados de maracujá, com adoção de práticas sustentáveis e articulação com políticas públicas. Segundo Yin (2015), o estudo de caso é especialmente indicado para investigar fenômenos complexos em contextos reais, o que reforça sua adequação à presente pesquisa.

A construção da fundamentação teórica foi embasada em fontes bibliográficas e documentais, incluindo artigos científicos, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, legislações, relatórios institucionais e bases públicas de dados. Os principais eixos temáticos abordados foram: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; agroindustrialização na

agricultura familiar; papel das cooperativas; aplicação da Matriz SWOT; e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além disso, a pesquisa assume caráter exploratório, ao buscar ampliar o conhecimento sobre a realidade local da Cooperativa e seus processos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o presidente da COAPROCOR, aplicadas por meio de formulário *online*, no mês de agosto de 2024, contendo questões abertas relacionadas às práticas sustentáveis, estratégias de comercialização, reaproveitamento de subprodutos, logística e impactos socioambientais. Os dados obtidos foram organizados e analisados conforme a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), sendo categorizados de acordo com os eixos temáticos previamente definidos.

Como ferramenta analítica, foi utilizada a Matriz SWOT, com o objetivo de identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do Complexo Agroindustrial do Maracujá. A aplicação da SWOT se justifica por sua capacidade de integrar variáveis internas e externas, estruturando as percepções organizadas durante a coleta de dados e subsidiando a formulação de estratégias voltadas à sustentabilidade e à competitividade da cooperativa (Mintzberg *et al.*, 2000; Leitão; Martins, 2011).

A combinação entre estudo de caso, análise documental, revisão bibliográfica e uso da Matriz SWOT oferece base teórica e empírica robusta para a compreensão dos fatores que influenciam o desempenho do complexo agroindustrial estudado, alinhando-se aos objetivos da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo tem como objeto de investigação o Complexo Agroindustrial do Maracujá no município de Corumbataí do Sul (PR), com foco na atuação da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR). A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo de caso, método adequado para analisar realidades específicas e aprofundar a compreensão de fenômenos inseridos em contextos concretos, conforme orientações de Yin (2015). A COAPROCOR foi selecionada devido à sua representatividade no complexo do maracujá na região da COMCAM, bem como por seu engajamento com práticas sustentáveis e ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Cooperativa atua em múltiplas frentes: desde a produção agrícola familiar, passando pelo

beneficiamento e industrialização, até a comercialização de produtos derivados do maracujá, o que a torna um arranjo produtivo relevante e estratégico.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com gestores da Cooperativa, análise documental e revisão bibliográfica para levantar informações sobre as práticas organizacionais, ambientais e socioeconômicas da COAPROCOR. A partir da coleta e análise desses dados, foi possível aplicar a Matriz SWOT como ferramenta de diagnóstico estratégico, identificando os principais pontos fortes, limitações, oportunidades e ameaças relacionadas à cadeia do maracujá. Essa etapa permitiu compreender de forma mais ampla as dinâmicas internas da cooperativa, sua interação com o meio externo e os desafios enfrentados para fortalecer sua competitividade e sustentabilidade. Os resultados obtidos serviram como base para a proposição de ações e recomendações que podem contribuir para o aprimoramento do modelo de gestão e para o alcance de metas sustentáveis alinhadas à Agenda 2030.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo são apresentados com base na análise dos dados coletados por meio de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas realizadas junto à Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR). A interpretação desses dados foi estruturada a partir de dois eixos principais: (i) Análise das práticas adotadas pela Cooperativa sob a ótica da sustentabilidade, com especial atenção ao alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e (ii) Aplicação da Matriz SWOT como instrumento de diagnóstico estratégico do Complexo Agroindustrial do Maracujá. Esses dois enfoques possibilitaram uma compreensão abrangente das ações, potencialidades, desafios e perspectivas da Cooperativa, articulando os elementos internos e externos do ambiente organizacional com os princípios do desenvolvimento sustentável.

i - Análise das práticas adotadas pela Cooperativa sob a ótica da sustentabilidade em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030:

Nessa perspectiva, a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR) adota rotineiramente práticas sustentáveis, alinhando seus objetivos institucionais aos três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico.

A Cooperativa busca implementar práticas agrícolas que respeitem e preservem o meio ambiente, com ênfase no uso responsável dos recursos naturais. Uma das iniciativas destacadas é o reaproveitamento de resíduos, como a destinação das sementes de maracujá para a empresa Natura Cosméticos S.A., que as utiliza como matéria-prima no desenvolvimento de seus produtos. A Natura, reconhecida nacional e internacionalmente por sua atuação voltada à responsabilidade ambiental e pelo uso de insumos naturais, transforma esse subproduto em valor agregado, evitando seu descarte inadequado. Essa parceria evidencia o compromisso da COAPROCOR com a economia circular e o desenvolvimento sustentável.

A missão da Cooperativa é fornecer ao mercado produtos de qualidade, integrando práticas sustentáveis em todo o complexo. Suas ações estão diretamente relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e econômicos, refletindo um compromisso ético e responsável com o território em que atua.

As atividades da COAPROCOR estão alinhadas a seis dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030, promovendo ações sustentáveis tanto nas etapas produtivas quanto nos processos logísticos. Os ODS contemplados pelas práticas da Cooperativa são:

1. ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Promove a agricultura sustentável, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Já que a Cooperativa faz parte de programas comunitários fornecendo produtos para a alimentação da comunidade;
2. ODS 4 – A Cooperativa apoia programas em relação à educação na região, ao fornecer seus produtos para alimentação escolar, apoiando incentivos a educação alimentar mais saudável no dia a dia da população mais jovem;
3. ODS 5 – Igualdade de Gênero: Incentiva a participação de mulheres em cargos de liderança na Cooperativa;
4. ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Geração de emprego e renda para mais de 700 famílias, fortalecendo a economia local por meio da comercialização de produtos do maracujá;

5. ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: Promove o uso sustentável de recursos naturais e incentiva a redução de resíduos;
6. ODS 15 – Vida Terrestre: Implementar práticas que ajudam a proteger ecossistemas locais e a biodiversidade.

A COAPROCOR apoia diretamente as comunidades rurais da região, promovendo treinamentos e capacitações para agricultores, com foco em práticas agrícolas modernas e sustentáveis. Também desenvolve programas de conscientização ambiental e social, que fortalecem a responsabilidade socioambiental e a inclusão dos produtores.

As iniciativas adotadas geram impactos positivos, por exemplo na contribuição para a segurança alimentar e nutricional da população local, na geração de emprego e renda, com a valorização da agricultura familiar e na promoção das práticas de economia circular, como o reaproveitamento de resíduos agrícolas.

Entretanto, o estudo realizado também revela que há espaço para a Cooperativa expandir o alcance das suas ações por meio do desenvolvimento de outros ODS, como de infraestrutura e energia limpa, que pode potencializar ainda mais seu impacto, tornando-se um exemplo de referência da sustentabilidade no setor agroindustrial.

Essa análise é de extrema importância para a implementação de práticas inovadoras, assim assegurando de que a COAPROCOR se mantenha como um modelo de desenvolvimento sustentável para outras cooperativas e indústrias agropecuárias, obtendo um papel de destaque no setor.

ii - Aplicação da Matriz SWOT como instrumento de diagnóstico estratégico do Complexo Agroindustrial do Maracujá:

Com o objetivo de compreender os principais fatores que influenciam o desempenho do Complexo Agroindustrial do Maracujá na região de Corumbataí do Sul, foi aplicada a Matriz SWOT como ferramenta estratégica de diagnóstico. Esta abordagem possibilitou a identificação e análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que impactam diretamente o complexo, considerando elementos internos e externos à Cooperativa COAPROCOR. A aplicação da Matriz está alinhada à metodologia adotada neste estudo, que valoriza a integração entre dados qualitativos e análises estruturadas, permitindo uma leitura sistêmica e crítica da realidade

enfrentada pelos produtores locais. A seguir, são discutidos os resultados obtidos com base nessa análise, destacando as potencialidades e os desafios do complexo, bem como as possibilidades de expansão e fortalecimento das práticas sustentáveis já adotadas, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A análise SWOT do complexo agroindustrial do Maracujá apresenta-se na Figura 1.

S	W	O	T
FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Agricultura familiar - Cooperativa local	- Dependência de financiamento para inovação - Infraestrutura rural limitada, dificultando o transporte e distribuição	- Aumento da demanda por produtos naturais e orgânicos - Expansão de mercados internacionais para exportação de maracujá brasileiro	- Condições climáticas adversas - Flutuação dos preços no mercado interno e externo

Figura 1: Análise SWOT do Complexo Agroindustrial do Maracujá.

Fonte: Autores, 2024.

Pode-se observar (Figura 1) que as forças do Complexo Agroindustrial do Maracujá são: i) agricultura familiar; e ii) cooperativa local.

A agricultura familiar constitui a base da produção rural em Corumbataí do Sul, sustentada por políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ações estaduais e o apoio da cooperativa local. Essa estrutura sólida garante acesso a financiamentos e melhoria nas práticas agrícolas, sendo reconhecida como uma força fundamental da economia local.

A Cooperativa COAPROCOR desempenha papel central no crescimento econômico e social da região, promovendo a comercialização e industrialização do maracujá e gerando empregos. Além disso, estabelece parcerias com instituições como a EMBRAPA e oferece assistência técnica aos produtores. Tanto a agricultura familiar quanto a atuação da COAPROCOR foram destacadas nas pesquisas deste estudo como pilares do Complexo Agroindustrial do Maracujá na região da COMCAM.

Entre as principais fraquezas identificadas estão a dependência de financiamento para inovação e a infraestrutura rural precária. Pequenos e médios produtores enfrentam dificuldades de acesso a crédito, o que limita investimentos em tecnologias essenciais, como irrigação e controle biológico de pragas. De acordo com Souza *et al.* (2020), a ausência de linhas de crédito específicas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da cultura do maracujá compromete sua competitividade.

A deficiência na infraestrutura rural também é um obstáculo. Estradas em mau estado, ausência de centros de armazenamento e dificuldades logísticas elevam os custos e dificultam o escoamento da produção, especialmente em períodos chuvosos. Conforme Silva e Oliveira (2021), a falta de estruturas adequadas reduz a qualidade e a competitividade do produto. Assim, melhorar a infraestrutura e ampliar o acesso a crédito são ações urgentes para impulsionar o setor.

As oportunidades mais promissoras estão no aumento da demanda por produtos naturais e orgânicos e na expansão dos mercados nacional e internacional. O maracujá orgânico tem ampla aceitação entre consumidores que buscam uma alimentação saudável. Isso abre espaço para comercialização em diversas regiões do Brasil, seja *in natura* ou por meio de derivados como polpas, geleias e licores. A crescente valorização desses produtos oferece uma base sólida para diversificação da produção e expansão de mercado.

Tais oportunidades favorecem diretamente produtores, cooperativas e redes locais, permitindo maior alcance comercial e agregação de valor ao produto. O maracujá orgânico atende a novas demandas do consumidor e contribui para o crescimento do setor, promovendo renda e sustentabilidade.

Por outro lado, as principais ameaças ao Complexo Agroindustrial do Maracujá são as condições climáticas adversas e a flutuação de preços. O maracujá é sensível a variações climáticas, que afetam diretamente a produtividade e a qualidade dos frutos. Excesso de chuvas ou longos períodos de seca impactam negativamente o cultivo, favorecendo pragas e doenças, além de causar estresse hídrico nas plantas.

A instabilidade dos preços, influenciada por fatores internos (sazonalidade e custos de produção) e externos (economia global e concorrência), afeta especialmente pequenos produtores, que muitas vezes não têm condições de armazenar ou processar seus produtos. Medidas econômicas e políticas públicas mais eficazes podem minimizar esses impactos.

Enquanto as ameaças climáticas fogem ao controle humano, ações estratégicas podem atenuar os efeitos da instabilidade econômica, promovendo maior segurança para os agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o funcionamento do Complexo Agroindustrial do Maracujá em Corumbataí do Sul (PR), com ênfase nas dimensões organizacional, produtiva e sustentável. A pesquisa permitiu alcançar os quatro objetivos propostos, oferecendo uma visão integrada das práticas da Cooperativa COAPROCOR, bem como dos desafios e oportunidades do contexto local.

Verificou-se que a agricultura familiar, apoiada por políticas públicas e fortalecida pela atuação da COAPROCOR. A Cooperativa organiza a produção, industrialização e comercialização, promovendo parcerias institucionais e geração de empregos.

No aspecto sustentável, identificaram-se ações como a utilização das sementes e parcerias com empresas ambientalmente responsáveis. Apesar dos avanços, há espaço para ampliar o alinhamento com os ODS, especialmente em temas como energia renovável, governança e parcerias estratégicas.

A aplicação da Matriz SWOT evidenciou como principais forças a agricultura familiar e a estrutura cooperativa; as fraquezas, a dependência de crédito e a infraestrutura precária; as oportunidades, a valorização dos produtos orgânicos; e as ameaças às variações climáticas e de preços.

Como resultado, foram propostas diretrizes para o fortalecimento do arranjo produtivo, incluindo investimentos em tecnologias sustentáveis, energia limpa, infraestrutura e articulação com universidades para inovação e capacitação.

Além disso, propõe-se que futuros estudos aprofundem a análise dos impactos socioeconômicos da COAPROCOR na região, incluindo avaliações quantitativas dos indicadores de desempenho sustentável, e explorem novas tecnologias que possam ser incorporadas. Estudos comparativos com outras cooperativas do setor agroindustrial também podem enriquecer o debate sobre modelos de desenvolvimento territorial sustentável. Como limitação metodológica, destaca-se que a análise se restringiu a uma única cooperativa, o que delimita o escopo da generalização dos resultados. Ainda assim, o estudo oferece um contributo científico original ao

evidenciar, de forma articulada, os vínculos entre sustentabilidade, organização produtiva e inovação tecnológica na agricultura familiar.

Em síntese, o Complexo Agroindustrial do Maracujá apresenta um potencial expressivo de crescimento, que poderá ser efetivado por meio de ações coordenadas entre produtores, cooperativas, poder público e instituições de pesquisa. A articulação entre práticas sustentáveis, inovação tecnológica e estratégias colaborativas será fundamental para garantir a competitividade, resiliência e contribuição efetiva do setor para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, Kenneth R. **The concept of corporate strategy**. Homewood: R.D. Irwin, 1971.
- BARNEY, Jay; HESTERLY, William. **Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produção agrícola municipal – maracujá**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- COAPROCOR – **Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul e Região**. Disponível em: <https://www.coaprocor.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- CORREIO BRASILIENSE. **O Brasil é o maior produtor de maracujá do mundo**. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Produção de maracujá no Brasil: práticas agrícolas e manejo sustentável**. 2017 e 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HILL, Charles W. L.; JONES, Gareth R.; SCHILLING, Melissa A. **Administração estratégica: teoria: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- JESUS, Onildo Nunes de. **Plano estratégico para a cultura do maracujá 2017–2021**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2019.
- LE BLANC, David. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015.

LEITÃO, Fernando; MARTINS, Carlos A. G. **Planejamento estratégico aplicado à agroindústria familiar**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/jcFMVC>. Acesso em: 25 out. 2024.

ROCHA, T. S. et al. A produção de maracujá e os desafios tecnológicos no Paraná. **Revista de Agricultura e Sustentabilidade**, v. 18, n. 1, p. 63–70, 2022.

SACHS, Jeffrey. **The age of sustainable development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. **Relatório da cadeia produtiva da fruticultura no Paraná**. 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.

SENSIXX. **Automação para o agronegócio com foco em sustentabilidade**. 2023. Disponível em: <https://www.sensix.io/>. Acesso em: 25 out. 2024.

SILVA, José Carlos da. **Cultivo e comercialização do maracujá no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: CONAB, 2019.

SOUZA, Mariana T.; MARTINS, Jéssica L. Fatores determinantes da produtividade do maracujá no Paraná. **Revista Agro Paraná**, v. 7, n. 2, p. 30–36, 2021.

TOTVS. **Tecnologia para agroindústria: tendências em 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.totvs.com/>. Acesso em: 25 out. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

GESTÃO DA PRODUÇÃO EM PEQUENA AGROINDÚSTRIA: DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS PARA O PCP DAS AREIAS GATO BILL

Carolina Garcia¹ – UNESPAR
Rubya Vieira de Mello Campos² – UNESPAR
Nabi Assad Filho³ – UNESPAR
Bruna Maria Gerônimo⁴ – UNESPAR
Márcia de Fátima Moraes⁵ – UNESPAR
Claudilaine Caldas de Oliveira⁶ – UNESPAR
Tania Maria Coelho⁷ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 7 Engenharia de Produção

RESUMO

A adoção de práticas estruturadas de Planejamento e Controle da Produção (PCP) é essencial para promover eficiência, sustentabilidade e competitividade em pequenas agroindústrias. Este estudo teve como objetivo propor melhorias operacionais no sistema produtivo da agroindústria Piúva, responsável pela produção da marca Areias Gato Bill, localizada em Peabiru (PR), dedicada à fabricação de areia sanitária biodegradável para felinos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e delineamento descritivo, conduzida por meio de observações técnicas, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram ausência de padronização das rotinas, subutilização da capacidade instalada, fragilidades no controle de estoques e inexistência de indicadores de desempenho. Com base nesse diagnóstico, foram propostas ações fundamentadas nos princípios do PCP e em práticas sustentáveis, como a reestruturação do layout, implantação de fichas de controle, digitalização de registros e uso de tecnologias limpas de secagem. As propostas foram validadas com a participação dos colaboradores da empresa. Concluiu-se que é possível estruturar sistemas produtivos eficientes e sustentáveis, mesmo em contextos com recursos limitados, por meio da aplicação adaptada de ferramentas da Engenharia de Produção. O estudo contribui com evidências práticas sobre o papel do PCP como instrumento de desenvolvimento organizacional e de promoção da sustentabilidade em microindústrias que operam com insumos naturais e regionais.

Palavras-chave: Cadeias produtivas locais; Eficiência operacional; Planejamento e Controle da Produção; Práticas Sustentáveis; Microindústrias.

RESUMEN

La adopción de prácticas estructuradas de Planificación y Control de la Producción (PCP) es esencial para promover la eficiencia, la sostenibilidad y la competitividad en pequeñas

¹ - Graduada – e-mail: carol-garcia99@hotmail.com

² - Doutora – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

³ - Mestre – e-mail: nabiassad@hotmail.com

⁴ - Doutora – e-mail: bruna.geronimo@unespar.edu.br

⁵ - Doutora – e-mail: marcia.morais@unespar.edu.br

⁶ - Doutora – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

⁷ - Doutora – e-mail: tania.coelho@ies.unespar.edu.br

agroindustrias. Este estudio tuvo como objetivo proponer mejoras operativas en el sistema productivo de la agroindustria Piúva, responsable por la producción de la marca Areias Gato Bill, ubicada en Peabiru (PR), dedicada a la fabricación de arena sanitaria biodegradable para felinos. Se trata de una investigación aplicada, con enfoque cualitativo y delineamiento descriptivo, realizada mediante observaciones técnicas, análisis documental y entrevistas semiestructuradas. Los resultados revelaron la ausencia de estandarización de rutinas, subutilización de la capacidad instalada, fragilidades en el control de inventarios e inexistencia de indicadores de desempeño. Con base en este diagnóstico, se propusieron acciones fundamentadas en los principios de la PCP y en prácticas sostenibles, como la reestructuración del layout, la implementación de fichas de control, la digitalización de registros y el uso de tecnologías limpias de secado. Las propuestas fueron validadas con la participación de los colaboradores de la empresa. Se concluye que es posible estructurar sistemas productivos eficientes y sostenibles, incluso en contextos con recursos limitados, mediante la aplicación adaptada de herramientas de la Ingeniería de Producción. El estudio aporta evidencias prácticas sobre el papel de la PCP como instrumento de desarrollo organizacional y de promoción de la sostenibilidad en microindustrias que operan con insumos naturales y regionales.

Palabras-clave: Cadenas productivas locales; Eficiencia operativa; Microindustrias; Planificación y Control de la Producción; Prácticas sostenibles.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A gestão eficiente da produção é fundamental para a competitividade e sustentabilidade, sobretudo em micro e pequenas agroindústrias. No Brasil, o crescimento da população de animais de estimação tem impulsionado o mercado *pet*, o qual refere-se às indústrias que comercializam produtos e serviços para esses animais, exigindo dessas empresas maior controle e inovação nos processos (BRAGANÇA; QUEIROZ, 2020). Em 2021, a população de gatos chegou a 27,1 milhões, o maior crescimento entre os animais domésticos (ABINPET, 2022). Esse cenário favorece a demanda por produtos como a areia sanitária biodegradável, cuja fabricação requer planejamento e organização produtiva.

Nesse contexto, a agroindústria Piúva, responsável pela produção da marca Areias Gato Bill, localizada no município de Peabiru (PR), desenvolve um produto alinhado à sustentabilidade ambiental e ao aproveitamento de insumos regionais, como a fécula de mandioca e o amido de milho, utilizados na produção de areia sanitária para felinos. Apesar da proposta inovadora, a empresa carece de processos sistematizados, pois não possui setor de Planejamento e Controle da Produção (PCP) e opera com 50% da capacidade instalada e não dispõe de mecanismos formais para gestão de estoques e demanda, o que dificulta a organização e a escalabilidade produtiva.

O PCP, segundo Tubino (2017), atua como elo entre os níveis estratégico, tático e operacional da produção, coordenando recursos, ordens, estoques e desempenho. Em empresas de pequeno porte, sua ausência gera desorganização e limita a resposta ao mercado. A adoção de práticas básicas, mesmo com ferramentas simples, pode proporcionar ganhos relevantes de eficiência e tomada de decisão.

Diante desse cenário, este estudo propõe soluções técnicas para responder às principais fragilidades identificadas, especialmente a ausência de sistematização dos processos, o uso parcial da capacidade instalada e a inexistência de controles de estoques e demanda.

A partir da aplicação de ferramentas adaptadas de PCP, o trabalho busca estruturar práticas gerenciais que promovam maior organização, previsibilidade e eficiência nas operações da empresa. Além de contribuir para a viabilidade operacional da agroindústria Piúva, a proposta favorece o fortalecimento das cadeias produtivas locais, ao valorizar insumos regionais e reduzir gargalos que comprometem a escalabilidade produtiva.

Em termos científicos, o estudo avança na aplicação da Engenharia de Produção a realidades de baixa complexidade tecnológica, demonstrando que, mesmo em contextos com recursos limitados, é possível alcançar ganhos significativos por meio de soluções simples, viáveis e sustentáveis. Conforme Sachs (2015), a sustentabilidade produtiva depende do uso racional de recursos, da inovação e do desenvolvimento territorial, elementos que orientam as intervenções propostas neste trabalho.

Diante desse cenário, o estudo propõe a seguinte questão norteadora: quais estratégias de PCP podem ser implementadas para otimizar os processos produtivos da agroindústria Piúva, promovendo ganhos de eficiência e sustentabilidade? O objetivo geral consiste em propor melhorias operacionais no sistema produtivo da agroindústria Piúva, responsável pela produção da marca Areias Gato Bill, localizada em Peabiru (PR), dedicada à fabricação de areia sanitária biodegradável para felinos, aplicando ferramentas compatíveis com a realidade da empresa. Os objetivos específicos incluem: (i) mapear os processos produtivos; (ii) avaliar a eficiência da estrutura física e organizacional; (iii) sugerir práticas de controle operacional e de estoques; e (iv) discutir a relação entre PCP, sustentabilidade e inovação.

O artigo está estruturado em: considerações iniciais, referencial teórico, abordando os conceitos de PCP, sustentabilidade e inovação, seguido pela metodologia, resultados e discussão, e considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (PCP)

O Planejamento e Controle da Produção (PCP) é uma função essencial na administração de empresas manufatureiras, pois alinha a demanda de mercado à capacidade produtiva, coordenando recursos materiais, humanos e tecnológicos para garantir eficiência, cumprimento de prazos e qualidade (TUBINO, 2017). Em micro e pequenas empresas, a ausência de estrutura formal e de sistemas integrados pode resultar em desorganização, desperdícios e baixa capacidade de resposta ao mercado (FERNANDES; AZEKA; BARRETO, 2007).

No setor agroindustrial, essas limitações são ainda mais evidentes, dada a variabilidade dos insumos, a sazonalidade e a complexidade logística. A aplicação de ferramentas de PCP, mesmo em ambientes produtivos simples, pode promover avanços significativos na organização dos fluxos, programação da produção e monitoramento dos estoques (SILVA; FERNANDES, 2008), incluindo o planejamento mestre, roteiros operacionais e previsão de demanda com base em dados históricos.

A formalização do PCP em empresas de pequeno porte depende mais da padronização de processos, comunicação clara e registro sistemático das ordens de produção do que da adoção de sistemas complexos (FERNANDES; AZEKA; BARRETO, 2007). O PCP também permite identificar e mitigar gargalos produtivos e perdas ocultas, como paradas não planejadas, desperdício de materiais e subutilização da capacidade.

Dessa forma, o PCP torna-se um elo entre a estratégia e a operação diária da empresa. Mesmo em contextos com restrições tecnológicas, sua aplicação garante maior organização e previsibilidade, aspectos fundamentais para empresas que buscam crescimento sustentável. Procedimentos simples, como planilhas, fluxogramas e agendas de produção, podem ser suficientes para embasar a tomada de decisão (FERNANDES; AZEKA; BARRETO, 2007).

SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (PCP)

A sustentabilidade na produção industrial vai além do uso eficiente de recursos, exigindo a integração de aspectos econômicos, sociais e ambientais no planejamento organizacional. A produção sustentável implica na redução dos impactos ao longo do ciclo de vida do produto, bem como no uso responsável de matérias-primas, energia e mão de obra (SEURING; MÜLLER, 2008). No setor agroindustrial, esse conceito se relaciona diretamente à valorização de insumos regionais, à economia circular e ao desenvolvimento local.

A agroindústria Piúva adota uma abordagem alinhada aos princípios da sustentabilidade ao utilizar fécula de mandioca e amido de milho como principais insumos, que são matérias-primas biodegradáveis, agroindustriais e de origem regional, ao produzir as Areias Gato Bill. Essa escolha contribui para a valorização de recursos locais, a redução do impacto ambiental e o fortalecimento da economia circular. Iniciativas que utilizam resíduos ou subprodutos de origem agrícola contribuem para o aprimoramento da eficiência produtiva, ao mesmo tempo em que estimulam práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável e à redução da dependência de matérias-primas não renováveis (SEURING; MÜLLER, 2008).

Pequenas indústrias possuem papel estratégico na transição para modelos produtivos sustentáveis, pela agilidade na adaptação e inovação. A comunicação clara dessas práticas ao mercado pode ainda agregar valor ao produto e melhorar o posicionamento da marca frente a consumidores mais atentos às questões ambientais (SILVA; FERNANDES, 2008).

Além disso, práticas sustentáveis integram-se diretamente ao PCP. A busca por eficiência operacional contribui para a redução do consumo de energia e insumos, minimiza retrabalhos e favorece a melhoria contínua dos processos, mesmo em contextos com baixa complexidade tecnológica (SILVA; FERNANDES, 2008).

METODOLOGIA

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e delineamento exploratório-descritivo. A escolha por essa tipologia se justifica pelo objetivo central do trabalho, que é compreender, diagnosticar e propor melhorias nos processos produtivos de uma microindústria real a partir da aplicação prática de conceitos e ferramentas da Engenharia de Produção (GIL, 2017). Trata-se, portanto, de um estudo de caso único e

instrumental, conforme definido por Yin (2016), no qual a análise detalhada de uma organização visa ampliar o conhecimento sobre práticas de planejamento e controle da produção em contextos de baixa complexidade tecnológica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi realizada por meio de três abordagens complementares, a fim de garantir uma compreensão abrangente do funcionamento da agroindústria. A primeira envolveu observação direta sistemática, com a realização de três visitas técnicas presenciais à planta de produção no segundo semestre de 2023, cada uma com duração média de quatro horas. Durante essas visitas, acompanhou-se todo o processo produtivo, desde o recebimento das matérias-primas à embalagem final, com registros detalhados sobre a disposição dos equipamentos, movimentação de materiais, tempos de operação, interações entre os operadores e falhas operacionais observadas.

A segunda abordagem consistiu em entrevistas semiestruturadas e conversas informais com o proprietário-gerente e dois operadores diretamente envolvidos nas atividades de produção. As questões trataram de aspectos como organização da produção, controle de estoques, gestão de tempo e capacidade, dificuldades enfrentadas e percepções sobre possíveis melhorias. O formato aberto das conversas permitiu uma coleta de informações detalhadas, condizente com o baixo grau de formalização da empresa.

Por fim, a terceira abordagem compreendeu a análise documental e o levantamento técnico de informações internas. Foram examinados documentos como planilhas de produção, registros de estoque, cronogramas informais e esboços do *layout* fabril. Também se coletaram dados físicos relacionados à área ocupada, aos equipamentos utilizados, ao número de funcionários, aos horários operacionais e às estimativas de capacidade produtiva. A coleta foi complementada com registros fotográficos autorizados, que contribuíram para a posterior análise do *layout* e dos fluxos operacionais.

DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

Optou-se por uma abordagem qualitativa e empírica, com foco na análise aprofundada de uma microindústria do setor agroindustrial. Essa escolha justifica-se pela necessidade de compreender a realidade operacional da empresa em seu contexto específico, permitindo o diagnóstico de gargalos produtivos e a proposição de soluções viáveis e contextualizadas. Em

microempresas com baixo grau de formalização, métodos flexíveis como o estudo de caso único são os mais adequados (GIL, 2017; VERGARA, 2016).

O escopo da pesquisa foi intencionalmente delimitado aos aspectos operacionais do (PCP e sustentabilidade, excluindo variáveis financeiras ou comerciais. A informalidade de registros e a ausência de indicadores padronizados representaram uma limitação, exigindo a triangulação entre observação direta, entrevistas e análise documental para garantir a confiabilidade dos dados.

DESENVOLVIMENTO

A unidade de análise deste estudo foi a agroindústria Piúva, responsável pela produção da marca Areias Gato Bill, localizada em Peabiru (PR). A empresa fabrica areia sanitária biodegradável para felinos, tendo como matérias-primas principais a fécula de mandioca e o amido de milho. A empresa conta com um total de nove colaboradores, sendo um o proprietário e responsável pela administração da empresa, um estagiário para auxiliar nas questões administrativas, nas ordens de produção e políticas comerciais e vendas, e os demais colaboradores são os operadores do chão de fábrica.

A investigação centrou-se na análise detalhada das práticas produtivas, com foco nos aspectos ligados ao PCP. Foram mapeados o fluxo produtivo atual, os gargalos operacionais e a capacidade instalada, possibilitando a proposição de melhorias voltadas à eficiência e organização.

O processo produtivo tem início com o recebimento dos insumos, adquiridos de fornecedores regionais. Esses materiais são estocados sem controle formal de entrada e saída, sendo depois encaminhados para a mistura e extrusão manual que gera o granulado. A secagem é realizada naturalmente em pátios externos, o que torna o processo dependente das condições climáticas, afetando a regularidade produtiva. Além disso, verificou-se a ausência de cronogramas e critérios de priorização, ocasionando acúmulo de lotes e retrabalhos. O armazenamento do produto seco ocorre em sacarias empilhadas, sem rastreabilidade ou controle por lotes. A embalagem, realizada manualmente com equipamentos simples e sem padronização, contribui para a variação nos tempos de ciclo e no desempenho operacional. O fluxograma pode ser visualizado na Figura 1.

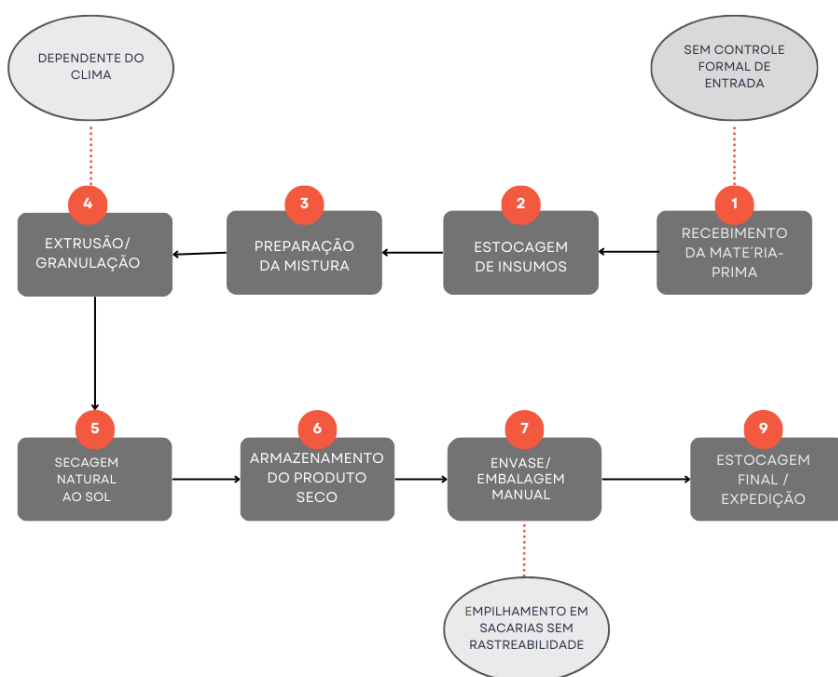


Figura 1: Fluxograma do processo produtivo atual da Areias Gato Bill.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A representação visual do processo produtivo por meio do fluxograma (Figura 1) possibilita uma visão sistêmica das operações da produção das Areias Gato Bill, evidenciando as interdependências entre as etapas e os principais pontos críticos que comprometem a fluidez e a eficiência do sistema. Essa sistematização é essencial para embasar intervenções técnicas alinhadas aos princípios do PCP, além de orientar ações de melhoria contínua com foco na padronização, rastreabilidade e otimização de recursos. Com esse diagnóstico estruturado, foi possível avançar para a proposição de melhorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados do diagnóstico da agroindústria Piúva, organizados com base nos conceitos de PCP, destacando fragilidades, propostas de melhoria e possibilidades de integração com práticas sustentáveis.

AUSÊNCIA DE CONTROLES PRODUTIVOS E IMPACTO NA EFICIÊNCIA

A inexistência de registros sistemáticos de produção, controle de estoques e indicadores de desempenho compromete significativamente a visibilidade do processo produtivo,

dificultando a mensuração da eficiência e a tomada de decisão. Essa lacuna limita o planejamento e prejudica a gestão operacional da empresa.

Segundo Bugor e Lucca Filho (2021), o PCP é essencial para alcançar eficiência produtiva com os mesmos recursos, reduzindo custos relacionados à mão de obra, insumos e materiais. A ausência dessa estrutura pode gerar retrabalho, atrasos e perda de confiabilidade junto a clientes e fornecedores. A falta de controle de estoques, por sua vez, compromete a organização dos pedidos e interfere na precisão dos prazos de entrega. Mesmo ferramentas simples de PCP já permitem organizar e monitorar as atividades, possibilitando maior aderência à demanda e controle de perdas.

SUBUTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

Com capacidade produtiva estimada em 1.000 kg por dia, a produção das Areias Gato Bill opera com menos da metade desse potencial. Essa subutilização está associada à ausência de planejamento formal, improvisações, gargalos logísticos e atrasos no fluxo produtivo.

De acordo com Bugor e Lucca Filho (2021), a inexistência de planejamento estruturado impacta negativamente a produtividade, elevando custos operacionais e dificultando a eficiência. A ausência de dados sobre gargalos e fluxos reduz a capacidade de identificar pontos críticos e implementar melhorias.

Além disso, sistemas de gestão integrados, como os ERPs (do inglês, *Enterprise Resource Planning*, para o português, Planejamento de Recursos Empresariais), podem ajudar a utilizar melhor a capacidade instalada e fornecer dados mais robustos para decisões gerenciais (SOUSA JÚNIOR, 2010). A organização de atividades em ferramentas simples também contribui para uma operação mais eficiente e adaptada à demanda (BUGOR; LUCCA FILHO, 2021).

PROPOSTAS DE REESTRUTURAÇÃO E VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO

Com base no diagnóstico realizado, foram propostas ações de reestruturação do fluxo produtivo da Areias Gato Bill com foco na organização, eficiência e sustentabilidade operacional. As medidas sugeridas incluem o desenvolvimento de um *layout* simplificado, implantação de fichas de controle de produção e estoque, uso de ferramentas visuais como quadros de acompanhamento, além da padronização de rotinas, com definição de tempos, sequência e responsáveis. A formalização dos processos, por sua vez, dissemina conhecimento entre os colaboradores e minimiza improvisações (CRUZ; MESQUITA, 2018).

A validação das propostas foi feita em conjunto com o proprietário e os operadores da linha de produção, cuja participação ativa garantiu a adequação das soluções à rotina real da

empresa. Esse envolvimento colaborativo favoreceu a aceitação das mudanças e contribuiu para o fortalecimento da cultura de melhoria contínua. Ainda segundo Cruz e Mesquita (2018), a mensuração de resultados e a participação dos funcionários são essenciais para o sucesso de processos estruturados em ambientes com recursos limitados.

ALINHAMENTO ENTRE EFICIÊNCIA PRODUTIVA E SUSTENTABILIDADE

Com base nas fragilidades identificadas e nas propostas apresentadas, elaborou-se um novo fluxo produtivo para a produção das Areias Gato Bill. O fluxograma da Figura 2 representa a reorganização das etapas operacionais, com inclusão de mecanismos de controle, padronização e gestão visual.

A proposta busca otimizar o uso da capacidade instalada, reduzir perdas e garantir maior estabilidade nas operações por meio da adoção de controles sistemáticos em toda a cadeia produtiva, desde o recebimento dos insumos até a estocagem final. Essa organização permite ampliar a rastreabilidade dos lotes, evitar perdas por vencimento ou contaminação e favorecer o uso racional do espaço físico, sem demandar investimentos elevados ou alterações estruturais complexas (SEBRAE, 2023).

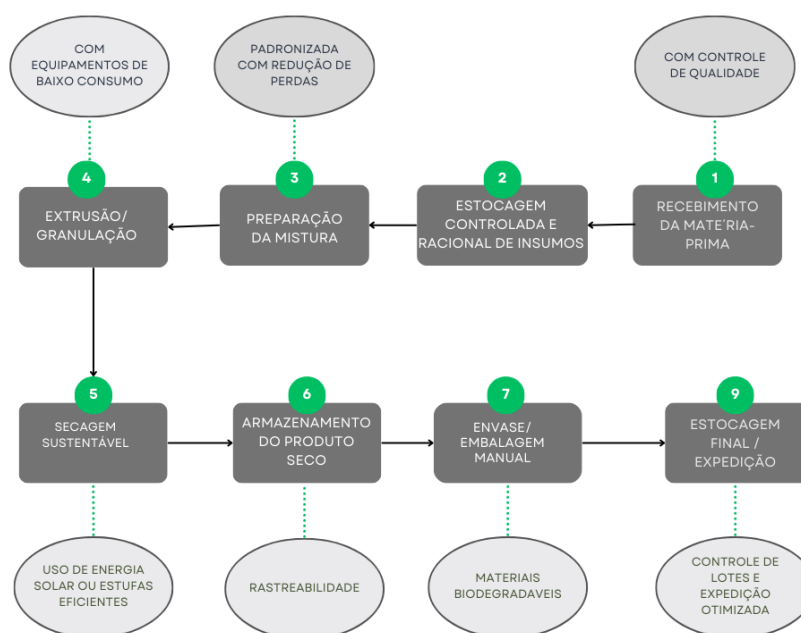


Figura 2: Fluxograma do processo produtivo proposto com foco em PCP e P+L.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no diagnóstico e nas propostas de melhoria (2023).

Na etapa de mistura, a padronização por fichas técnicas e o controle por lote contribuem para minimizar desperdícios e retrabalhos. A extrusão manual pode ser aperfeiçoada com equipamentos de baixo consumo energético, assegurando a uniformidade dos grânulos e reduzindo rejeitos - práticas alinhadas à eficiência no uso de matérias-primas e energia defendida por Muro Júnior e Godoy (2021).

Propõe-se ainda a substituição progressiva da secagem ao ar livre por secadores solares híbridos ou estufas com reaproveitamento térmico, reduzindo a dependência do clima e aumentando a previsibilidade do processo. Nas etapas seguintes, de armazenamento, envase e estocagem, recomenda-se a aplicação do programa 5S e o uso de materiais reutilizáveis para transporte interno. A utilização de embalagens biodegradáveis ou recicláveis reforça o posicionamento ambiental da marca, conforme discutido por Baêta (2023).

A digitalização de registros, por meio de planilhas ou aplicativos gratuitos, reduz o uso de papel e aprimora o controle produtivo, representando uma alternativa viável para microindústrias, como demonstram Silva e Menezes (2020). A participação ativa dos colaboradores no desenvolvimento e validação das propostas foi essencial para a adaptação à realidade da empresa. Essa abordagem colaborativa fortalece o engajamento da equipe e evidencia que, mesmo com recursos limitados, é possível implementar práticas gerenciais sustentáveis e eficazes. Cruz e Mesquita (2018) reforçam a importância da inclusão dos trabalhadores nos processos de melhoria contínua, promovendo ganhos consistentes de desempenho organizacional e ambiental.

SUSTENTABILIDADE E REQUISITOS AMBIENTAIS PARA CERTIFICAÇÃO

A adoção de práticas sustentáveis no ambiente industrial pressupõe o uso eficiente de recursos, a redução de impactos ambientais e a incorporação de estratégias que considerem os aspectos sociais e ecológicos ao longo dos processos produtivos. No entanto, o diagnóstico realizado na agroindústria Piúva evidenciou limitações significativas nesse sentido. Durante as visitas técnicas, observou-se que a empresa não adota rotinas sistemáticas de reaproveitamento de materiais ou reciclagem, tampouco utiliza fontes alternativas de energia.

Adicionalmente, não foram identificados programas de gestão ambiental, auditorias periódicas ou instrumentos de avaliação de impacto associados aos processos ou produtos. Também não há controle sistemático sobre o atendimento a requisitos legais nem ações voltadas à análise dos efeitos ambientais dos resíduos gerados. Os colaboradores não recebem treinamentos específicos sobre sustentabilidade e a empresa mantém pouca interação com a

comunidade local ou com outras instituições, excetuando-se a parceria com a universidade. Tais fatores demonstram uma desconexão entre os princípios da sustentabilidade e as práticas efetivamente adotadas na rotina operacional da empresa.

Diante das limitações observadas, recomenda-se a adoção de um conjunto de ações voltadas à estruturação de práticas sustentáveis no contexto da agroindústria. Entre as medidas sugeridas estão: (i) a implantação de rotinas simples de segregação e registro de resíduos, com vistas à identificação de possibilidades de reaproveitamento de materiais no próprio processo produtivo ou em iniciativas locais, como compostagem ou fornecimento para pequenos produtores; (ii) o uso de tecnologias de secagem de baixo consumo energético, como estufas solares, além de práticas de economia de energia no ambiente fabril; (iii) a elaboração de um plano básico de gestão ambiental, com foco no atendimento à legislação, no controle de impactos e na organização de registros; (iv) a realização de capacitações internas voltadas à sustentabilidade, abordando boas práticas produtivas, consumo racional de recursos e segurança ambiental; (v) o fortalecimento do engajamento institucional por meio de parcerias com escolas, associações ou instituições de ensino e pesquisa, com foco em educação ambiental e promoção da imagem organizacional; e (vi) a implementação de mecanismos simples de autoavaliação periódica para priorização de ações e acompanhamento das melhorias implantadas.

A aplicação gradual dessas estratégias pode contribuir significativamente para a consolidação de uma cultura organizacional mais consciente, integrando eficiência operacional e responsabilidade socioambiental, com benefícios tanto internos quanto para a imagem da empresa perante o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o processo produtivo da agroindústria Piúva, responsável pela produção da marca Areias Gato Bill, com foco na identificação de fragilidades operacionais e na proposição de melhorias estruturadas a partir dos princípios do PCP. A abordagem metodológica adotada permitiu um diagnóstico aprofundado, revelando ausência de controles formais, baixa utilização da capacidade instalada, improvisações operacionais e falta de rastreabilidade.

A partir dessa análise, foram propostas ações corretivas e preventivas com potencial de reorganizar o fluxo produtivo, aumentar a eficiência e reduzir desperdícios. As soluções

sugeridas abrangem reestruturação do *layout*, implantação de fichas de controle, uso de ferramentas visuais e planejamento das atividades, além de práticas sustentáveis como secagem com menor impacto ambiental, embalagens recicláveis e digitalização de registros.

Os resultados indicam que é viável aplicar conceitos da Engenharia de Produção em realidades de baixa complexidade tecnológica, adaptando ferramentas clássicas do PCP às condições de micro e pequenas empresas. O envolvimento dos colaboradores mostrou-se decisivo para a aceitação e viabilidade das mudanças propostas, destacando a relevância da participação ativa no processo de melhoria.

Como limitações, ressalta-se que o estudo se restringe a um único caso e não contempla indicadores quantitativos de desempenho, como custos ou retorno financeiro. Para pesquisas futuras, recomenda-se monitorar os impactos das melhorias implantadas ao longo do tempo, bem como replicar a metodologia em outras microindústrias com perfil semelhante. Conclui-se que integrar planejamento produtivo e sustentabilidade é não apenas viável, mas estratégico para o fortalecimento de pequenos negócios, contribuindo com os princípios da economia circular, uso eficiente de recursos e desenvolvimento regional sustentável.

REFERÊNCIAS

ABINPET – Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. **Perfil do Setor Pet 2022**. São Paulo: Abinpet, 2022. Disponível em: <https://abinpet.org.br/>. Acesso em: 25 maio 2025.

BAÊTA, D. G. Produção mais limpa: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Pretexto**, v. 24, n. 1, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/9501>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRAGANÇA, D. R.; QUEIROZ, E. O. Manejo nutricional de cães e gatos e as tendências no mercado pet food: revisão. **Pubvet**, [S.L.], v. 15, n. 02, p. 1-11, 27 dez. 2020. Editora MV Valero. <http://dx.doi.org/10.31533/pubvet.v15n02a756.1-11>.

BUGOR, F. B.; LUCCA FILHO, J. A Importância do Planejamento, Programação e Controle da Produção (PPCP) para o Desenvolvimento das Indústrias Atuais. **Revista Interface Tecnológica**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 461-473, 3 nov. 2021. Interface Tecnológica. <http://dx.doi.org/10.31510/infa.v18i1.1106>.

CRUZ, S. C.; MESQUITA, M. A. Disseminação do conhecimento e redução de improvisações com a formalização dos processos. **Revista Produção Online**, v. 18, n. 4, p. 1324–1343, 2018.

FERNANDES, F. C. F.; AZEKA, F.; BARRETO, M. C. M. Identificação dos principais autores em planejamento e controle da produção por meio de um survey mundial com

pesquisadores da área. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 83–95, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/k5VGL3L3VSTzXdp4y55kLFd/>. Acesso em: 25 maio 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MURO JÚNIOR, A.; GODOY, Y. O. **Implantação de Produção Mais Limpa em Complexo Alimentício Industrial**. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC, 2021. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2020/X-015.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SEBRAE. **Como implementar a produção mais limpa na sua empresa**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-implementar-a-producao-mais-limpa-na-sua-empresa>. Acesso em: 25 maio 2025.

SEURING, S.; MÜLLER, M. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. **Journal of Cleaner Production**, [S.L.], v. 16, n. 15, p. 1699-1710, 2008.

SILVA, F. M.; FERNANDES, F. C. F. Proposta de um sistema de controle da produção para fabricantes de calçados que operam sob encomenda. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 15, n. 3, p. 523–538, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/BdcpDd3z9XSSdgzNvpDYgnL/>. Acesso em: 25 maio 2025.

SILVA, J. R.; MENEZES, C. A. Implantação de ferramentas de PCP em pequenas empresas do setor alimentício: estudo de caso. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, p. 45–59, 2020. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/1350>. Acesso em: 25 maio 2025.

SOUSA JÚNIOR, I. A. **Preparação da implantação do PCP: o caso de uma indústria de pré-moldados de concreto**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35633/1/2010_tcc_iasousajr.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

TUBINO, D. F. **Planejamento e controle da produção: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INTEGRAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA DISCIPLINA DE CONTROLE ESTATÍSTICO DA QUALIDADE (CEQ)

Rony Peterson Rocha¹ – UNESPAR Campus de Campo Mourão
Claudilaine Caldas de Oliveira² – UNESPAR Campus de Campo Mourão
Márcia de Fátima Morais³ – UNESPAR Campus de Campo Mourão
Bruna Maria Gerônimo⁴ – UNESPAR Campus de Campo Mourão
Rubya Vieira de Mello Campos⁵ – UNESPAR Campus de Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 7 - Engenharia de Produção

RESUMO

Este estudo relata a aplicação de uma estratégia pedagógica inovadora na disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ), integrando metodologias ativas, como a sala de aula invertida, com o uso orientado de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), especialmente o ChatGPT. Este estudo foi orientado pelo seguinte problema de pesquisa: Como a integração entre IA e metodologias ativas pode contribuir para a consolidação da aprendizagem, ao priorizar a prática como eixo central da avaliação em seminários temáticos? Este artigo tem como objetivo geral relatar a aplicação de uma estratégia pedagógica que integra o uso orientado de Inteligência Artificial (IA) e aplicação de sala de aula invertida em seminários da disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ), com foco na etapa prática como elemento de consolidação da aprendizagem, e os objetivos específicos incluíram: i) implementar seminários temáticos com liberdade tecnológica; ii) estimular a elaboração de práticas em sala; iii) redefinir os critérios de avaliação com foco na prática; e iv) sistematizar a experiência como modelo replicável. A pesquisa é qualitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo. Foi realizado um estudo de caso com uma turma do curso de Engenharia de Produção de uma instituição pública, adotando técnicas de observação participante e análise documental. Os resultados demonstram que os alunos apresentaram bom domínio conceitual, uso adequado da IA e engajamento nas atividades. As práticas desenvolvidas foram a simulação de montagem de sanduíche e aplicação das ferramentas da qualidade, tais como: DMAIC com QFD e FMEA que evidenciaram a articulação entre teoria e prática e promoveram o desenvolvimento de competências como pensamento crítico, trabalho em equipe e resolução de problemas. Conclui-se que a abordagem adotada contribuiu significativamente para a formação de engenheiros com maior autonomia, pensamento crítico e domínio das ferramentas da qualidade.

Palavras-chave: Sala de Aula Invertida. Engenharia de Produção. Ensino e Aprendizagem.

RESUMEN

Este estudio presenta la aplicación de una estrategia pedagógica innovadora en la asignatura de Control Estadístico de la Calidad (CEC), integrando metodologías activas, como el aula invertida, con el uso orientado de herramientas de Inteligencia Artificial (IA), en especial el ChatGPT. Este estudio fue orientado por el siguiente problema de investigación: ¿Cómo puede la integración entre IA y metodologías activas contribuir a la consolidación del aprendizaje, al priorizar la práctica como eje

¹ - Doutor em Engenharia Química – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

² - Doutora em Engenharia de Produção – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

³ - Doutora em Engenharia de Produção – e-mail: marcia.morais@unespar.edu.br

⁴ - Doutora em Engenharia de Produção – e-mail: bruna.geronimo@unespar.edu.br

⁵ - Doutora em Engenharia Química – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br



central de la evaluación en seminarios temáticos? Este artículo tiene como objetivo general relatar la aplicación de una estrategia pedagógica que integra el uso orientado de IA y la implementación del aula invertida en seminarios de la asignatura de CEC, con énfasis en la etapa práctica como elemento clave del aprendizaje. Los objetivos específicos incluyeron: i) implementar seminarios temáticos con libertad tecnológica; ii) fomentar la elaboración de prácticas en clase; iii) redefinir los criterios de evaluación con enfoque en la práctica; y iv) sistematizar la experiencia como modelo replicable. La investigación es cualitativa, de naturaleza aplicada y con carácter exploratorio-descriptivo. Se realizó un estudio de caso con una clase del curso de Ingeniería de Producción de una institución pública, utilizando técnicas de observación participante y análisis documental. Los resultados muestran que los estudiantes demostraron buen dominio conceptual, uso adecuado de la IA y compromiso con las actividades. Las prácticas desarrolladas fueron la simulación del montaje de sándwiches y la aplicación de herramientas de calidad, como DMAIC con QFD y AMEF, que evidenciaron la articulación entre teoría y práctica, y promovieron el desarrollo de competencias como pensamiento crítico, trabajo en equipo y resolución de problemas. Se concluye que el enfoque adoptado contribuyó significativamente a la formación de ingenieros con mayor autonomía, pensamiento crítico y dominio de herramientas de calidad.

Palabras clave: Aula Invertida. Ingeniería de Producción. Enseñanza y Aprendizaje.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A transformação digital tem provocado mudanças significativas nas práticas pedagógicas do ensino superior, especialmente em cursos de Engenharia, que visam desenvolver competências técnicas e aplicáveis em contextos reais. No caso da disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ), esse desafio se intensifica, visto que seu conteúdo, geralmente expositivo, exige estratégias que estimulem a aprendizagem ativa e o protagonismo discente (BACICH; MORAN, 2018; BAUER, 2020).

Nesse cenário, metodologias ativas como aula invertida e estudos de caso têm mostrado eficácia ao promover engajamento e autonomia na construção do conhecimento (TOMBINI *et al.*, 2020; RECKZIEGEL *et al.*, 2021). Paralelamente, a Inteligência Artificial (IA), com ferramentas como o ChatGPT, tem sido incorporada ao ensino como apoio à produção de conteúdos e simulações (MEGAHED *et al.*, 2023; REIS, 2021a; OLIVEIRA *et al.*, 2022). Quando bem mediada e acompanhada, a IA pode ampliar a autonomia e o senso crítico dos estudantes (GOMES *et al.*, 2024; COSTA; FILHO; BOTTENTUIT JÚNIOR, 2019).

Nesse contexto, este trabalho apresenta uma prática pedagógica aplicada na disciplina de CEQ de um curso de Engenharia de Produção. A proposta envolveu uma prática de sala de aula invertida com seminários e apoio de IA na preparação teórica, seguidos da realização de uma

prática ativa aplicada pelos próprios estudantes, priorizando a atividade prática como principal evidência de aprendizagem e consolidando uma estratégia replicável para o ensino técnico.

Com o avanço das tecnologias digitais no contexto educacional, especialmente no ensino de disciplinas técnicas como o CEQ, surge a seguinte questão de pesquisa: de que forma a integração entre o uso orientado da Inteligência Artificial (IA) e a metodologia da sala de aula invertida pode contribuir para a consolidação da aprendizagem, especialmente ao se priorizar a prática como eixo central da avaliação em seminários temáticos?

Corroborando com esta perspectiva, procurando responder ao problema de pesquisa, o objetivo desse estudo foi relatar a aplicação de uma estratégia pedagógica que integra o uso orientado de IA e aplicação de sala de aula invertida em seminários da disciplina de CEQ, com foco na etapa prática como elemento de consolidação da aprendizagem.

Para alcançar o objetivo geral desse estudo, alguns objetivos específicos foram realizados, sendo estes: i) Implementar seminários temáticos em CEQ com liberdade tecnológica, permitindo o uso autônomo de IA na preparação teórica; ii) Estimular a elaboração e execução de práticas em sala, alinhadas aos temas estudados; iii) Redefinir a estrutura dos seminários, priorizando a prática como avaliação do aprendizado; e iv) Sistematizar a experiência como modelo replicável no ensino técnico em Engenharia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO

As metodologias ativas de aprendizagem têm ganhado destaque no cenário educacional contemporâneo por promoverem o protagonismo do estudante no processo de construção do conhecimento. Diferentemente do modelo tradicional, centrado na transmissão de conteúdos pelo professor, as metodologias ativas colocam o aluno como agente ativo, incentivando a resolução de problemas, o trabalho colaborativo, a autonomia e o pensamento crítico (BACICH; MORAN, 2018). Dentre as estratégias mais utilizadas destacam-se a sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso e ensino híbrido.

A integração entre tecnologias digitais e metodologias ativas favorece ambientes mais interativos, nos quais o estudante deixa de ser um receptor passivo de informações e assume o protagonismo de sua formação. Como afirmam Bacich e Moran (2018), o uso pedagógico de

tecnologias digitais, quando bem planejado, amplia as possibilidades de aprendizagem significativa, personalização do ensino e desenvolvimento de competências para o século XXI.

2.2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) ao ambiente educacional constitui um avanço tecnológico com significativo potencial de transformação pedagógica. Soluções baseadas em IA - como assistentes virtuais, sistemas adaptativos e plataformas de linguagem natural, a exemplo do ChatGPT - têm contribuído para a personalização do ensino, o fornecimento de feedback instantâneo e o estímulo ao desenvolvimento de competências digitais (MEGAHED *et al.*, 2023).

Quando aliadas às metodologias ativas, essas tecnologias potencializam as práticas educacionais ao promover maior interatividade, autonomia dos estudantes e possibilidades ampliadas de pesquisa e experimentação. Essa convergência favorece uma abordagem mais dinâmica e centrada no discente, estimulando habilidades cognitivas superiores como análise, síntese e avaliação, conforme os princípios da Taxonomia de Bloom (REIS, 2021b).

Apesar de seus benefícios, a adoção de ferramentas de IA na educação demanda uma mediação docente crítica e ética, que assegure intencionalidade pedagógica e uso responsável da tecnologia no processo formativo. O papel do professor torna-se essencial para orientar os estudantes na construção do conhecimento em atividades práticas, promovendo decisões autônomas e aprendizado significativo (SILVA; RODRIGUES, 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento, foi desenvolvido um estudo de caso único, implementado em uma turma do curso de Engenharia de Produção (EP) de uma instituição pública de Ensino Superior (ES). A prática pedagógica foi fundamentada na metodologia ativa denominada Sala de Aula Invertida, na qual os alunos acessam previamente o conteúdo teórico, utilizando o tempo de aula para aplicação prática e discussão crítica (BERGMANN; SAMS, 2018). A atividade central envolveu a organização de seminários temáticos, nos quais os alunos assumiram papel protagonista na preparação e condução dos conteúdos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e com caráter exploratório-descritivo, pois buscou compreender e relatar uma prática pedagógica realizada no contexto da disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ), promovendo uma intervenção educativa e analisando seus desdobramentos (GIL, 2019). A abordagem qualitativa foi adotada por permitir compreender os significados e sentidos atribuídos pelos participantes ao processo didático-metodológico vivenciado (LÜDKE; ANDRÉ, 2018).

3.2 FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Inicialmente, os temas dos seminários foram disponibilizados com antecedência na plataforma *Moodle*, e os alunos foram organizados em grupos de até quatro integrantes. Cada grupo teve 15 dias para preparar o conteúdo teórico e os materiais expositivos, com liberdade para utilizar ferramentas tecnológicas, especialmente ferramentas de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, as quais foram utilizadas para estruturar, revisar e complementar os conteúdos (MEGAHED *et al.*, 2023). Os alunos também utilizaram um roteiro científico orientador, elaborado pelo docente, contendo critérios de análise conceitual, referências bibliográficas e tópicos obrigatórios.

Durante as apresentações dos seminários, os estudantes atuaram como mediadores do conteúdo diante da turma. Em seguida, com base no roteiro, cada grupo realizou uma autoavaliação crítica do material preparado, considerando clareza conceitual, profundidade teórica e adequação didática (BACICH; MORAN, 2018).

Após essa etapa, os grupos tiveram mais 15 dias para planejar e aplicar uma prática pedagógica ativa, relacionada ao tema apresentado. As atividades envolveram dinâmicas, simulações e estudos-problema aplicados em sala de aula, conduzidos pelos próprios alunos, com mediação do professor (MORAN, 2018).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada com uma turma regular da disciplina de CEQ, composta por alunos do curso de Engenharia de Produção. Todos os estudantes participaram voluntariamente das atividades propostas como parte do processo avaliativo da disciplina. Não foi realizada

amostragem, uma vez que o estudo se centrou na totalidade da turma como universo da intervenção.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a sistematização da experiência, foram utilizadas as técnicas de análise documental e observação participante (LÜDKE; ANDRÉ, 2018). Foram analisados os seguintes registros: roteiros de apresentação, materiais preparados pelos alunos, cronogramas, práticas aplicadas e fichas de observação. A ficha de observação estruturada, desenvolvida pelo professor, permitiu avaliar aspectos como a articulação entre conteúdo e prática, domínio conceitual, capacidade de síntese e engajamento dos participantes. Não foram utilizados questionários ou entrevistas, visto que o foco da pesquisa esteve voltado à análise do processo formativo e das estratégias pedagógicas aplicadas.

DESENVOLVIMENTO

O objeto de estudo é caracterizado com estudo de caso realizado em uma turma regular da disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ), do curso de graduação em Engenharia de Produção em uma instituição de ensino superior pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade foi aplicada durante a disciplina de CEQ em um curso de Engenharia de Produção. A turma foi dividida em dois grupos, cada um responsável por um seminário sobre Tópicos Especiais em CEQ. Os temas abordados foram: Análise da Árvore de Falhas (FTA), Análise de Modos de Falha e Efeitos (FMEA), Desdobramento da Função Qualidade (QFD) e Boas Práticas de Fabricação (BPF), divididos equitativamente entre os dois grupos.

O professor, munido de um roteiro de avaliação (Quadro 1) previamente elaborado, realizou a análise de cada apresentação com base em critérios objetivos de avaliação científica, clareza didática, coesão temática e uso apropriado da IA.

Quadro 1 - Roteiro de avaliação utilizado pelo professor da disciplina

Critério de Avaliação		Descrição	Pontuação Máxima
Domínio do Conteúdo Científico		Clareza, coerência e profundidade conceitual na abordagem do tema; uso correto da terminologia técnica.	2,5
Estrutura e Organização da Apresentação		Lógica de exposição, introdução, desenvolvimento e conclusão; fluidez entre tópicos.	1,5
Uso de Referências Científicas		Apresentação de fontes bibliográficas confiáveis e atualizadas; citação de autores reconhecidos.	1
Aplicação e Pertinência da Inteligência Artificial		Utilização da IA de forma consciente e crítica na construção do material, exemplos ou revisão teórica.	1
Participação e Distribuição Equitativa		Equilíbrio na fala dos integrantes; todos os alunos participam ativamente.	1
Comunicação Oral e Recursos Visuais		Clareza na fala, postura, uso adequado de slides e elementos gráficos para apoio visual.	1
Capacidade de Responder a Questionamentos		Domínio dos conceitos apresentados e argumentação adequada frente às perguntas do professor ou colegas.	1
Adequação ao Tempo e Respeito às Diretrizes		Cumprimento do tempo previsto para apresentação; observância das orientações do roteiro.	0,5
Total			10

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Durante a exposição dos seminários em sala de aula, cada aluno demonstrou domínio conceitual sobre o tema designado ao seu grupo, o que evidenciou não apenas a leitura do material, mas a apropriação do conhecimento por parte dos discentes. No gráfico 1 é apresentado o resultado das notas dos 8 alunos no seminário. A linha vermelha indica a média da turma (8,4). O desempenho dos alunos mostra consistência em relação aos critérios avaliativos, com pequenas variações que refletem o equilíbrio e a qualidade geral das apresentações.

A média de 8,4 indica bom desempenho geral dos alunos, evidenciando que a maioria atingiu os objetivos da atividade, principalmente no que diz respeito ao domínio do conteúdo, uso adequado da IA e clareza na apresentação. A pequena variação entre as notas demonstra coerência e consistência no trabalho dos grupos e participação equilibrada entre os integrantes.

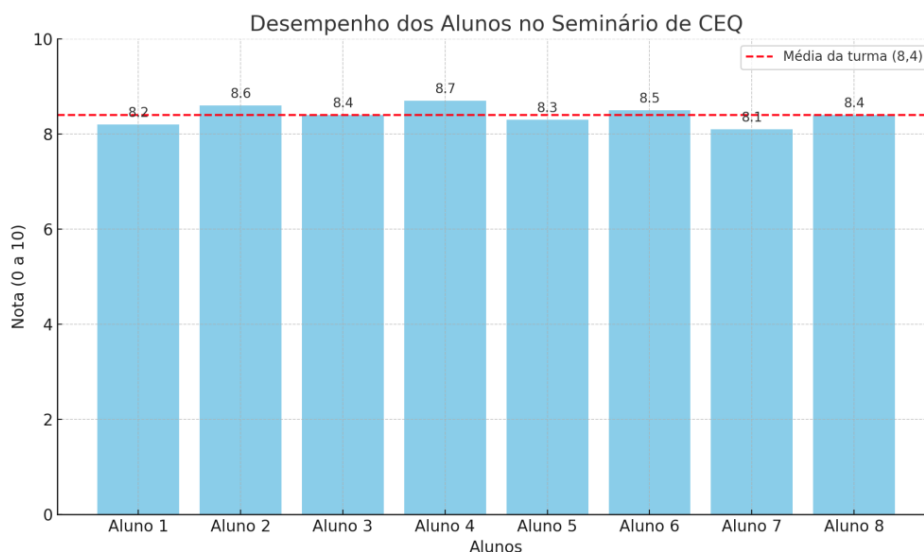


Figura 1: Resultado do Desempenho das notas dos 8 alunos no seminário.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2024.

Com base na atividade avaliativa desenvolvida na disciplina de CEQ, foi possível acompanhar o desempenho individual dos oito alunos participantes, considerando os critérios estabelecidos no roteiro de avaliação dos seminários. Os aspectos observados incluíram domínio do conteúdo científico, clareza na comunicação, uso de referências, participação oral, organização do material, capacidade de argumentação e aplicação crítica de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) na construção dos seminários. O desempenho individual baseado nos critérios é apresentado no Quadro 2.



Quadro 2 - Desempenho Individual

Aluno	Nota	Destaques em relação aos critérios avaliativos
Aluno 1	8.2	Apresentou domínio satisfatório do conteúdo. Boa organização e coesão. A IA foi usada de forma funcional, mas com menor profundidade teórica.
Aluno 2	8.6	Excelente clareza conceitual e articulação teórico-prática. Uso da IA evidenciado na estrutura e nos exemplos do seminário. Alta participação e segurança nas respostas.
Aluno 3	8.4	Atendeu plenamente os critérios esperados. Boa divisão do tempo entre os integrantes e uso correto de fontes científicas.
Aluno 4	8.7	Destaque no domínio técnico e argumentação. Apresentação fluida e bem fundamentada. Uso de IA foi integrado de forma crítica e produtiva.
Aluno 5	8.3	Participação ativa e bom alinhamento entre conteúdo e prática. IA foi utilizada para estruturação geral, mas sem destaque reflexivo.
Aluno 6	8.5	Organização clara, material bem diagramado. Atuação colaborativa no grupo. IA foi utilizada na criação de exemplos e revisão textual.
Aluno 7	8.1	Apresentou domínio adequado, porém com menor articulação conceitual. Slides organizados, mas com pouca evidência do uso crítico da IA.
Aluno 8	8.4	Cumpriu os requisitos esperados. Apresentação segura, com bom uso de referências e simulação prática bem executada.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

De modo geral, os resultados obtidos na atividade de seminário evidenciam que os alunos demonstraram bom domínio do conteúdo científico, com destaque para os alunos 2 e 4, que apresentaram maior aprofundamento conceitual. O uso da IA foi identificado em todos os grupos, sendo mais criticamente integrado por alunos 2, 4 e 6, que utilizaram a ferramenta de forma produtiva na estruturação do conteúdo e na geração de exemplos aplicados. Em relação à organização e clareza das apresentações, os alunos 3, 5 e 6 destacaram-se pela fluidez e coesão na condução do material. Todos os participantes apresentaram bom nível de participação e respeitaram a divisão equitativa das falas, o que fortaleceu a dinâmica colaborativa da atividade.

Após a etapa expositiva, cada grupo foi desafiado a desenvolver e aplicar uma prática pedagógica ativa, relacionada ao tema apresentado. Ambas as práticas envolveram estudos-problema aplicados em sala, simulando contextos reais de tomada de decisão em Engenharia da

Qualidade. As práticas foram: Simulação de Processo Produtivo - Montagem de Sanduíche; Aplicação do DMAIC com QFD e FMEA - Produção de Garrafa Térmica.

5.1 PRÁTICA 1 – SIMULAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO: MONTAGEM DE SANDUÍCHE

A primeira prática foi conduzida pelo grupo que apresentou os conceitos relacionados a Boas Práticas de Fabricação (BPF). Os alunos propuseram uma dinâmica baseada na montagem simulada de sanduíches em linha de produção, com o objetivo de evidenciar, de forma prática, os princípios de higiene, segurança e qualidade no processo produtivo de alimentos.

A atividade foi estruturada em etapas, simulando um ambiente real de manipulação e produção, com uso de luvas descartáveis, toucas e aventais, além de *post-its* para identificar os pontos críticos do processo. Foram observadas e discutidas práticas de Boas Práticas de Higiene Pessoal, como lavagem correta das mãos, uso de vestuário adequado e controle de hábitos que comprometem a segurança dos alimentos.

Na montagem dos sanduíches, os alunos demonstraram diferentes modelos de processo, comparando situações com e sem controle de qualidade. Durante a dinâmica, simularam falhas comuns, como contaminação cruzada, manipulação inadequada de ingredientes e armazenamento incorreto, relacionando essas ocorrências aos Pontos Críticos de Controle (PCCs) identificados pela lógica do APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

Ao final da atividade, os alunos realizaram o registro das etapas e dos riscos identificados, simulando um documento de controle de APPCC. A prática permitiu refletir sobre a importância da padronização de procedimentos, do monitoramento de perigos e da rastreabilidade no processo produtivo de alimentos, tornando o conceito de BPF tangível e contextualizado.

5.2 PRÁTICA 2 – APLICAÇÃO DO DMAIC COM QFD E FMEA: PRODUÇÃO DE GARRAFA TÉRMICA

A segunda prática foi conduzida pelo grupo que apresentou os temas relacionados a QFD (Desdobramento da Função Qualidade) e FMEA (Análise de Modos de Falha e Efeitos). A atividade teve como foco a simulação da produção e melhoria de uma garrafa térmica, utilizando o método DMAIC como estrutura analítica.

A prática foi dividida em cinco etapas, tais como:

1. Definir: os alunos identificaram as necessidades dos clientes (retenção térmica, resistência, ergonomia, limpeza) e as características técnicas do produto (material isolante, design, durabilidade), utilizando a Casa da Qualidade (QFD) para estabelecer as conexões entre os “os quês” e os “comos”;
2. Medir: foram analisados indicadores como tempo de manutenção da temperatura, resistência a impactos e feedbacks dos clientes. Isso permitiu a construção de uma matriz QFD inicial para avaliar o desempenho atual do produto;
3. Analisar: por meio de benchmarking e correlações na matriz QFD, os alunos identificaram lacunas de desempenho em relação à concorrência e às expectativas dos usuários;
4. Melhorar: com base nos dados analisados, propuseram ações como substituição de materiais, ajustes no design e melhorias no isolamento térmico, priorizadas com base na influência sobre os requisitos dos clientes; e
5. Controlar: foram propostas ações de monitoramento contínuo e atualização periódica da QFD, garantindo a sustentação das melhorias implementadas.

Paralelamente, foi aplicado um FMEA adaptado à preparação de alimentos, com foco na análise de riscos associados ao processo de montagem de uma refeição (ex.: má qualidade de ingredientes, cozimento inadequado, contaminações). Para cada modo de falha identificado, foi atribuído um valor de RPN (Número de Prioridade de Risco), com propostas de controle baseadas em rotinas de inspeção, ajuste de tempos e monitoramento das etapas críticas.

Essa prática demonstrou como os métodos da engenharia da qualidade podem ser aplicados tanto à prototipagem de produtos quanto à prevenção de falhas em processos, estimulando o raciocínio sistêmico, a tomada de decisão e a análise crítica de riscos.

Com base nos resultados obtidos com a aplicação da estratégia pedagógica na disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ), foi possível constatar avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem, com impactos positivos na formação dos alunos do curso de Engenharia de Produção. A proposta fundamentou-se nos princípios da sala de aula invertida e nas metodologias ativas, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, participativo e centrado no estudante, em consonância com o que defendem Moran (2018) e Bacich e Moran (2018). A estrutura da atividade, composta por seminários temáticos seguidos

da aplicação de práticas pedagógicas ativas, rompeu com a lógica tradicional de ensino expositivo e conferiu protagonismo aos discentes na construção e aplicação do conhecimento.

A utilização espontânea e crítica de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) por parte dos alunos para apoiar a elaboração dos seminários evidenciou uma atitude investigativa e adaptativa ao contexto contemporâneo de aprendizagem. Conforme argumentam Megahed *et al.* (2023) e Oliveira *et al.* (2022), o uso orientado da IA pode ampliar a autonomia intelectual e o pensamento reflexivo quando mediado por critérios pedagógicos claros, como os definidos no roteiro de avaliação utilizado pelo professor. Na prática relatada, a IA foi empregada não apenas na organização do conteúdo e na linguagem científica, mas também na geração de exemplos contextualizados, o que reforça a competência de inovação e a capacidade de aprendizagem contínua (PPC, competências 15 e 16).

Além do domínio conceitual observado durante os seminários, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos grupos mostraram-se eficazes na articulação entre teoria e prática, por meio de simulações baseadas em problemas reais da Engenharia da Qualidade. A dinâmica de montagem de sanduíches, com foco em Boas Práticas de Fabricação (BPF) e na lógica do APPCC, permitiu aos alunos experimentarem na prática os desafios relacionados ao controle de processos e à segurança alimentar, enquanto a análise da produção de uma garrafa térmica, com base no DMAIC, no QFD e no FMEA, aproximou os estudantes das ferramentas estratégicas de melhoria contínua, análise de falhas e priorização de requisitos do cliente. Ambas as práticas promoveram resolução de problemas, pensamento sistêmico, liderança e colaboração em grupo, aspectos centrais de algumas competências do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A análise do desempenho individual, representada no Quadro 2 e no Gráfico 1, confirmou a eficácia da abordagem, com notas próximas e consistentes entre os oito alunos. A média de 8,4 revela o bom nível de compreensão dos conteúdos e o engajamento nas apresentações. Houve equilíbrio na participação dos integrantes dos grupos e a IA foi utilizada de maneira variada, sendo mais criticamente explorada por alguns alunos, como indicam os resultados. Esses achados sustentam a defesa de autores como Bauer (2020), Tombini *et al.* (2020) e Reckziegel *et al.* (2021), que reconhecem nas metodologias ativas uma estratégia eficaz para ampliar o engajamento, a compreensão e a autonomia discente no ensino superior, especialmente em cursos da área tecnológica.

Em síntese, os resultados demonstram que a adoção de uma abordagem pedagógica centrada em práticas ativas, com mediação crítica da IA e apoio teórico-prático estruturado, contribui de forma efetiva para a formação de engenheiros capazes de atuar com senso crítico, autonomia e domínio das ferramentas da qualidade. A experiência relatada oferece uma alternativa viável, inovadora e replicável para outras disciplinas técnicas, consolidando a CEQ como eixo estruturante entre os conteúdos da engenharia e sua aplicação no controle e confiabilidade de processos e produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que a aplicação da estratégia pedagógica proposta, integrando o uso orientado de Inteligência Artificial (IA) e a metodologia ativa da sala de aula invertida, contribuiu significativamente para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem na disciplina de Controle Estatístico da Qualidade (CEQ). A proposta, centrada na realização de seminários temáticos e na posterior aplicação de práticas pedagógicas ativas, permitiu aos alunos não apenas a apropriação do conteúdo teórico, mas também a vivência concreta de conceitos fundamentais por meio da resolução de problemas e da simulação de processos reais da Engenharia da Qualidade.

Todos os objetivos propostos neste estudo foram atendidos. Os seminários foram implementados com liberdade tecnológica, possibilitando o uso autônomo e espontâneo de ferramentas de IA, como o ChatGPT, o que reforça seu potencial como recurso complementar à formação. A elaboração e execução de práticas em sala – como as dinâmicas de produção de sanduíches com foco em Boas Práticas de Fabricação e a análise de produção de uma garrafa térmica utilizando QFD, FMEA e DMAIC – demonstraram elevada capacidade de articulação entre teoria e prática. Além disso, a redefinição da estrutura dos seminários, com ênfase na prática como critério de avaliação, resultou em maior participação, engajamento e senso de responsabilidade dos discentes em relação ao seu processo de aprendizagem.

A experiência sistematizada neste estudo representa uma proposta inovadora, replicável e alinhada às demandas atuais do ensino de Engenharia de Produção, promovendo o desenvolvimento de competências como pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe e domínio de ferramentas técnicas e gerenciais da qualidade. Além disso, reafirma o

papel ativo do aluno na construção do conhecimento e a importância de práticas pedagógicas que dialoguem com os contextos tecnológicos contemporâneos.

Como encaminhamento para estudos futuros, recomenda-se o aprofundamento das investigações sobre os impactos pedagógicos do uso da IA na formação de engenheiros, considerando especialmente os aspectos éticos, críticos e metodológicos dessa mediação. Também se sugere a aplicação dessa abordagem em outras disciplinas técnicas do curso, com diferentes configurações temáticas e ferramentas ativas, ampliando a análise de sua efetividade em diferentes contextos curriculares e níveis de complexidade. A consolidação de experiências como esta pode contribuir decisivamente para o avanço de práticas formativas mais eficazes, inovadoras e centradas no desenvolvimento integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAUER, Maristela de Oliveira. Utilização de metodologias ativas para o processo de ensino-aprendizagem de estatística. In: SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CCAE, 5., 2020, São Mateus. **Anais...** São Mateus: UFES, 2020. p. 1-12.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução da obra Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day, 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

COSTA, M. J. M.; FILHO, J. C. F.; BOTTENTUIT JÚNIOR, J. B. Inteligência artificial, blended learning e educação a distância: contribuições da IA na aprendizagem on-line a distância. **TICs & EaD em Foco**, São Luís, v. 5, n. 1, jan./jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Marcelo D'avilla Teixeira; SANTOS, Olímpio José dos; VIANA, Silvanete Cristo; MARTINS, Valéria da Fonsêca Ribeiro. Inteligência artificial na educação: potencialidades e limites para o século XXI. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 13867-13883, 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2018.

MEGAHED, Fawzy Mohamed; ABD-ELRAHEEM, Mohamed Abdelraouf; ABD ELRAZEK, Ahmed Hassan. Artificial Intelligence Applications in Education: A Systematic Review and Future Research Agenda. **Computers & Education: Artificial Intelligence**, v. 4, p. 100116, 2023.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2018.

OLIVEIRA, Laize Almeida de; SANTOS, Antonio Marques dos; MARTINS, Rafael Castelo Guedes; OLIVEIRA, Erlania Lima de. Inteligência artificial na educação: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1014-1034, 2022.

RECKZIEGEL, Adriana C. et al. Tecnologias digitais e práticas pedagógicas no ensino superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 62, p. 1-23, 2021.

REIS, Marcelo M. Ambiente virtual inteligente para o ensino de controle estatístico da qualidade. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 56-74, 2021a.

REIS, João Carlos dos. Inteligência Artificial na Educação: desafios, possibilidades e mediação pedagógica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260066, 2021b.

SILVA, Tatiane Ribeiro da; RODRIGUES, Marcelo Lopes. Metodologias Ativas e Inteligência Artificial: contribuições para a aprendizagem significativa. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 15, n. 2, p. 84–100, 2023.

TOMBINI, Caroline; MACHADO JUNIOR, Francisco Roberto da Silva; DALCANTON, Francieli. Diferentes metodologias de ensino em aula de controle de qualidade. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e4869108730, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

LOGÍSTICA REVERSA COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DE CUSTOS E GERAÇÃO DE VALOR NAS CADEIAS PRODUTIVAS

Bruna Alves de Ávila¹ – UNESPAR/Campus Campo Mourão
Adalberto Dias dos Santos² – UNESPAR/Campus Campo Mourão
Sérgio Luiz Maybuk³ – UNESPAR/Campus Campo Mourão
Marcos J. F. de Jesus⁴ – UNESPAR/Campus Campo Mourão

RESUMO

A logística reversa surge como um mecanismo estratégico para equilibrar eficiência operacional, sustentabilidade e vantagem competitiva nas cadeias produtivas. Este artigo investiga o seu potencial na redução de custos e na criação de valor, complementando discussões sobre a sua aplicação na gestão ambiental. Em um cenário marcado pelo aumento de resíduos sólidos e pela demanda por modelos de negócios circulares, a logística reversa se destaca como uma solução viável para transformar desafios ambientais em oportunidades econômicas. O estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de casos empresariais, como os programas de remanufatura da Xerox e de reutilização de embalagens da Estée Lauder. Os resultados evidenciam que a logística reversa proporciona benefícios econômicos (recuperação de materiais, otimização de recursos), ambientais (redução de descartes e emissões) e sociais (geração de empregos e fortalecimento da imagem corporativa). Além disso, destaca-se seu alinhamento com as expectativas de um mercado cada vez mais consciente. Conclui-se que a logística reversa não apenas viabiliza a gestão sustentável de resíduos, mas também se consolida como um diferencial competitivo, capaz de reduzir custos operacionais e agregar valor às cadeias produtivas. O artigo reforça a necessidade de maior integração dessa prática nos processos empresariais, sugerindo a exploração de tecnologias emergentes, como rastreamento digital, para potencializar seus resultados.

Palavras-chave: Logística Reversa. Cadeias Produtivas. Redução de Custos. Vantagem Competitiva.

RESUMEN

La logística inversa surge como un mecanismo estratégico para equilibrar la eficiencia operativa, la sostenibilidad y la ventaja competitiva en las cadenas productivas. Este artículo investiga su potencial para la reducción de costos y la creación de valor, complementando discusiones sobre su aplicación en la gestión ambiental. En un escenario marcado por el aumento de los residuos sólidos y la demanda de modelos de negocio circulares, la logística inversa se destaca como una solución viable para transformar los desafíos ambientales en oportunidades económicas. El estudio adopta un enfoque cualitativo, basado en revisión bibliográfica y análisis de casos empresariales, como los programas de remanufactura de Xerox y la reutilización de envases de Estée Lauder. Los resultados evidencian que la logística inversa proporciona beneficios económicos (recuperación de materiales, optimización de recursos),

¹ - UNESPAR/Campus Campo Mourão – e-mail: contato.brunaavila@gmail.com

² - UNESPAR/Campus Campo Mourão – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Professor Orientador

³ - UNESPAR/Campus Campo Mourão – e-mail: sergio.maybuk@unespar.edu.br – Professor Co-orientador

⁴ - UNESPAR/Campus Campo Mourão – e-mail: marcos_junio@hotmail.com – Professor Co-orientador

ambientales (reducción de desechos y emisiones) y sociales (generación de empleos y fortalecimiento de la imagen corporativa). Además, se destaca su alineación con las expectativas de un mercado cada vez más consciente. Se concluye que la logística inversa no solo viabiliza la gestión sostenible de residuos, sino que también se consolida como un diferencial competitivo, capaz de reducir los costos operativos y agregar valor a las cadenas productivas. El artículo refuerza la necesidad de una mayor integración de esta práctica en los procesos empresariales, sugiriendo la exploración de tecnologías emergentes, como el rastreo digital, para potenciar sus resultados.

Palabras clave: Logística Inversa. Cadenas Productivas. Reducción de Costos. Ventaja Competitiva.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crescente conscientização ambiental, impulsionada pelos impactos negativos do modelo linear de produção em massa e consumo exacerbado, tem demandado a adoção de práticas sustentáveis no âmbito empresarial e governamental. Nesse contexto, a logística reversa emerge como uma estratégia fundamental para realinhar os processos produtivos, transformando resíduos em recursos e mitigando os custos ambientais e econômicos associados ao descarte inadequado. Este artigo busca explorar a logística reversa não apenas como um instrumento de gestão ambiental, mas também como uma ferramenta eficaz de redução de custos e geração de valor nas cadeias produtivas, superando as limitações das abordagens tradicionais de eficiência operacional.

O acelerado crescimento econômico do século XX, aliado ao aumento do consumo, resultou em uma crise ambiental global, marcada pela escassez de recursos naturais e pelo acúmulo de resíduos sólidos. No Brasil, a ausência de políticas eficientes de gestão de resíduos tem sobrecarregado os municípios, que enfrentam dificuldades para destinar adequadamente os descartes, muitas vezes recorrendo a aterros com vida útil limitada. Enquanto isso, empresas de diversos setores enfrentam pressões regulatórias e de mercado para adotar práticas sustentáveis, sem comprometer sua competitividade.

Diante desse cenário, a logística reversa se apresenta como uma solução viável, integrando a recuperação de materiais pós-consumo ao ciclo produtivo. Diferentemente das ferramentas tradicionais de redução de custos (que focam apenas em eficiência interna e corte de

gastos) a logística reversa amplia a perspectiva, incorporando benefícios ambientais e sociais que se refletem em vantagens econômicas de longo prazo.

Um dos autores que abordam essa temática é Leite (2003), que define a logística reversa como um ramo da logística empresarial voltado para o gerenciamento dos fluxos de retorno de produtos. Segundo ele, essa prática promove diversas formas de valorização, gera ganhos econômicos, assegura conformidade legal, contribui para melhorias operacionais, além de beneficiar o meio ambiente e fortalecer a imagem institucional das empresas.

Apesar de sua relevância, a aplicação da logística reversa ainda enfrenta barreiras, como a falta de infraestrutura, resistência corporativa e desconhecimento de seu potencial estratégico. Assim, este artigo busca responder:

"Como a logística reversa pode ser utilizada como ferramenta de redução de custos e geração de valor nas cadeias produtivas, superando as limitações das abordagens tradicionais?" Sendo assim este presente artigo tem como justificativa a relevância em três pilares: Ambiental, a logística reversa reduz a pressão sobre aterros sanitários e minimiza a extração de recursos naturais; Econômico, empresas como a Xerox e Estée Lauder demonstram que a logística reversa pode reduzir custos e abrir novas fontes de receita; e Social, pois a prática fomenta empregos e fortalece a imagem corporativa perante consumidores conscientes.

E o objetivo geral é: Analisar o papel da logística reversa na otimização de custos e na criação de valor nas cadeias produtivas. E o objetivo específico é avaliar casos de sucesso em que a logística reversa gerou benefícios econômicos, ambientais e sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como destacam Castro, Lima e Cristo (2002), o conceito de cadeia produtiva surgiu como ferramenta analítica para compreender os sistemas produtivos de forma integrada. Fundamenta-se na premissa de que a produção pode ser representada como um sistema complexo, onde diversos agentes interagem por meio de fluxos materiais, financeiros e informacionais, com o objetivo comum de atender à demanda do mercado consumidor.

Segundo o Ministério da Economia (2023), a cadeia produtiva compreende o conjunto articulado de atividades que se desenvolvem desde a obtenção de matéria-prima até a distribuição do produto final ao consumidor, formando segmentos interligados como elos de uma corrente.

Essa abordagem sistêmica permite: Visualização integral de todos os estágios do processo produtivo; Diagnóstico de pontos fortes e fragilidades em cada elo da cadeia; Fomento à cooperação entre os diferentes agentes envolvidos; Detecção de obstáculos, lacunas e gargalos produtivos; Identificação dos elementos dinâmicos que impulsionam as transações comerciais; Aprimoramento da gestão pública mediante consenso entre os atores; Análise dos fatores determinantes da competitividade em cada segmento.

Conforme Quintas (2006), a relação histórica entre a humanidade e o meio ambiente sempre foi marcada por uma interdependência crucial, na qual a exploração dos recursos naturais provocou transformações profundas no ecossistema. O autor ressalta que o ambiente é moldado por uma dinâmica complexa entre os seres humanos e a natureza, posicionando a sociedade tanto como causadora quanto vítima dos desequilíbrios ambientais. Essa perspectiva evidencia que as alterações no meio ambiente são, em essência, reflexos das interações estabelecidas entre as atividades humanas e os sistemas naturais.

Nesse processo evolutivo, as sociedades desenvolvem culturas, produzem bens materiais, criam sistemas de valores e definem padrões de comportamento que influenciam diretamente sua relação com a natureza e entre si. Tais práticas, como aponta Quintas (2006), determinam a intensidade dos impactos ambientais, sendo nesse cenário que a gestão ambiental ganha relevância como disciplina estratégica.

A partir da segunda metade do século XX, os problemas ambientais passaram a receber maior atenção global, especialmente em países desenvolvidos, os primeiros a enfrentar as consequências do crescimento econômico desenfreado (MARKOSKI et al., 2018). A exploração irracional dos recursos naturais levantou alertas sobre o risco de seu esgotamento, ameaçando a disponibilidade para as gerações futuras. A degradação da qualidade de vida urbana, o aumento da poluição e os desmatamentos em larga escala intensificaram o debate público sobre os danos causados ao meio ambiente, frequentemente tratado como mero repositório de resíduos (DAVID; VALE, 2018). Eventos como os bombardeios nucleares de Hiroshima e Nagasaki ampliaram a conscientização sobre a capacidade humana de causar destruição em escala planetária, reforçando a urgência de ações preservacionistas.

Em resposta a essas demandas, em 1992, o Instituto de Normas Britânico (BSI) lançou a norma BS 7750, estabelecendo diretrizes para Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em empresas, com foco na certificação de qualidade ambiental (MARKOSKI et al., 2018). Para que

as iniciativas corporativas sejam eficazes, é essencial adotar estratégias de comunicação claras e ações operacionais alinhadas, assegurando que o compromisso ambiental seja internalizado por colaboradores, clientes e demais partes interessadas.

Porém, foi com o desenvolvimento da logística reversa que as empresas encontraram uma solução que alia eficiência econômica e responsabilidade ambiental. Conforme Leite (2003), a logística reversa constitui-se como o segmento da logística empresarial dedicado ao gerenciamento dos fluxos de retorno de produtos pós-venda ou pós-consumo, abrangendo seu planejamento, operacionalização e controle. Esse processo visa reinserir tais produtos no ciclo produtivo ou comercial através de canais de distribuição inversos, gerando múltiplas formas de valorização - econômica, ecológica, jurídica, operacional e de imagem corporativa.

Schenini (2005) aponta que o desenvolvimento da logística reversa tem sido impulsionado por dois fatores principais: (1) a crescente regulamentação ambiental, que exige das empresas a responsabilidade pelo ciclo de vida completo de seus produtos; e (2) a maior conscientização ecológica dos consumidores, que passaram a valorizar e exigir práticas sustentáveis dos fornecedores. Essa dupla pressão transformou a logística reversa em diferencial competitivo para as organizações que a adotam.

Marins et al. (2007, p. 1) ampliam essa perspectiva ao defender que:

A logística reversa precisa ser entendida pelas empresas como uma oportunidade de adicionar valor, tanto pela oportunidade de oferecer serviços que geram vantagens competitivas, como pela imagem da empresa junto à sociedade com relação aos aspectos ambientais e a sua responsabilidade social, precisando este aspecto, de maior aprofundamento para poder identificar os retornos referidos à imagem corporativa. (MARINS; KELLY; HERNÁNDEZ; CASTRO, 2007, p. 1).

Essas abordagens convergentes demonstram que a logística reversa transcende sua função operacional original, posicionando-se como: Mecanismo de compliance regulatório; Fator de competitividade de mercado; Instrumento de construção de valor reputacional; Ferramenta de inovação em modelos de negócios; Estratégia de responsabilidade socioambiental.

A sinergia entre esses aspectos transforma a logística reversa em elemento central para empresas que almejam excelência sustentável, integrando eficiência operacional com responsabilidade ambiental e vantagem competitiva no contexto da economia circular.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, conforme classificação proposta por Gil (2002). Para alcançar os objetivos propostos, construiu-se uma base argumentativa fundamentada em material já publicado, incluindo artigos científicos, livros, monografias e fontes digitais especializadas, todos rigorosamente selecionados por sua relevância para o tema de logística reversa.

Conforme destacado por Gil (2002, p. 45), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Seguindo esta orientação, priorizou-se na coleta de dados obras de autores consagrados na área de Logística Reversa, garantindo assim a consistência teórica do estudo. Todo o material foi cuidadosamente analisado e organizado para extrair os conceitos fundamentais que permitissem compreender o impacto da logística reversa nos âmbitos ambiental e empresarial.

A opção pela pesquisa bibliográfica mostrou-se particularmente adequada, pois, nas palavras de Gil (2002, p. 3), "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente". Esta abordagem permitiu analisar diversas perspectivas sobre o tema sem as limitações de tempo e recursos que caracterizam as pesquisas de campo.

Na fase de análise, os dados coletados foram sistematizados e interpretados com o objetivo de: Analisar o papel da logística reversa na otimização de custos e na criação de valor nas cadeias produtivas; e Avaliar casos de sucesso onde a implementação da logística reversa gerou benefícios econômicos, ambientais e sociais

Este processo metodológico permitiu não apenas mapear o conhecimento existente sobre logística reversa, mas também identificar padrões e relações que contribuem para a compreensão de sua aplicação prática no contexto empresarial contemporâneo. A análise concentrou-se particularmente em casos concretos de implementação, que serviram como base para avaliar os reais impactos da logística reversa nas organizações.

DESENVOLVIMENTO

No contexto da gestão ambiental contemporânea, a logística reversa emerge como elemento estratégico não apenas para a preservação ecológica, mas como fator determinante na construção de vantagens competitivas sustentáveis. Conforme destacam Razzolini Filho e Berté

(2013), em um mercado globalizado, a excelência logística transcende os tradicionais fatores de preço, prazo e qualidade, incorporando a gestão ambiental como diferencial competitivo.

A integração da logística reversa nas cadeias produtivas modernas permite às empresas transformarem passivos ambientais em ativos econômicos. Hernández et al. (2007) ressaltam que, embora o lucro permaneça como objetivo primário das organizações, as estratégias empresariais contemporâneas devem equilibrar as dimensões econômica, ambiental e social. Neste sentido, a logística reversa se configura como mecanismo de criação de valor ao longo de toda a cadeia produtiva, desde a recuperação de insumos até a reinserção de materiais no ciclo produtivo.

Os benefícios econômicos são substantivos, conforme demonstrado por Cruz, Santana e Sandes (2013). A adoção de sistemas de logística reversa nas cadeias produtivas possibilita: Otimização de recursos: redução de custos com matéria-prima através da reinserção de materiais reciclados nos processos produtivos; Novos modelos de negócio: criação de mercados secundários para produtos e subprodutos; Eficiência energética: diminuição do consumo energético na manufatura de novos produtos; Financiamento verde: acesso a linhas de crédito preferenciais para operações sustentáveis.

Lopes e Calvo (2006) destacam que, em cadeias produtivas cada vez mais complexas, a logística reversa assume papel estratégico na construção de relacionamentos com clientes. Num cenário onde produtos se tornam commodities, os serviços ambientais associados à gestão do pós-consumo emergem como importantes diferenciadores competitivos.

Leite (2003, p. 27) argumenta que "uma visão moderna de marketing social e ambiental, quando adotada por todos os elos da cadeia produtiva, permite às empresas alinharem sua imagem corporativa às demandas contemporâneas de preservação ambiental". Esta sinergia entre os diversos atores da cadeia produtiva, desde fornecedores de matéria-prima até varejistas, é fundamental para criar sistemas de logística reversa eficientes e economicamente viáveis.

Na tabela a seguir, apresenta a pesquisa de Leite (2009) na qual revela que 36,8% das empresas brasileiras adotam a logística reversa principalmente como estratégia competitiva, superando até mesmo a conformidade com legislações ambientais (21,1%). Estes dados evidenciam como a integração da logística reversa nas cadeias produtivas deixou de ser mera obrigação legal para se tornar ferramenta estratégica de diferenciação no mercado.

Tabela 1 – Motivos que levam as empresas do Brasil a adotar a logística reversa

Motivos que levam as empresas do Brasil a adotar a logística reversa	
Motivo estratégico	Respondentes (%)
Aumento de competitividade	36,80%
Respeito às legislações	21,10%
Ecologia e Meio Ambiente	19,30%
Limpeza de canal – estoques econômicos	17,50%
Recuperação de ativos	17,50%

Fonte: Leite (2009)

Em síntese, a incorporação da logística reversa nas cadeias produtivas contemporâneas representa muito mais que adequação ambiental - configura-se como elemento central na construção de vantagens competitivas sustentáveis, capaz de alinhar eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e diferencial de mercado em um cenário empresarial cada vez mais complexo e exigente.

Conforme Lacerda (2002), a logística reversa apresenta ampla aplicabilidade nos diversos elos das cadeias produtivas, atuando tanto no retorno de produtos não conformes (devido a defeitos, erros de expedição ou excesso de estoque) quanto na recuperação de itens pós-consumo. Esta dinâmica permite a reintegração de materiais e componentes nos ciclos produtivos, criando valor econômico e ambiental ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

Markoski et al. (2018) destacam que a inserção da logística reversa nos processos industriais modernos vai além da simples conformidade ambiental - trata-se de uma estratégia inteligente de otimização de recursos que beneficia todos os atores da cadeia produtiva. Ao minimizar desperdícios e maximizar a reutilização de materiais, as empresas podem alcançar simultaneamente sustentabilidade ambiental e vantagem competitiva.

Casos emblemáticos demonstram esta sinergia entre logística reversa e eficiência nas cadeias produtivas:

Xerox (Silva, 2012): Implementou um sistema integrado de retorno e remanufatura de equipamentos, criando um ciclo virtuoso onde produtos usados retornam como insumos para novos equipamentos. Este modelo não apenas reduziu custos de produção como também fortaleceu sua posição no mercado de soluções sustentáveis.

Estée Lauder (Caldwell, 1999): Ao reestruturar sua cadeia logística reversa, a empresa transformou um custo operacional (devoluções) em fonte de receita, economizando US\$ 30 milhões anuais e melhorando sua eficiência produtiva.

Setor de Bebidas (Goldsby e Closs, 2000): A terceirização da coleta de embalagens criou uma nova cadeia produtiva paralela, gerando economia de US\$ 11 milhões/ano e reduzindo a necessidade de matéria-prima virgem.

Rizzetti (2016) complementa com o exemplo da cadeia produtiva do óleo de fritura, onde a logística reversa transforma um resíduo poluente em matéria-prima para biodiesel, criando novas oportunidades de negócios em setores complementares.

Estes casos evidenciam como a logística reversa redefine as cadeias produtivas tradicionais, transformando fluxos lineares em sistemas circulares que reduzem custos de produção, minimizam a extração de recursos naturais, criam novos mercados para produtos reciclados, fortalecem a imagem corporativa e geram empregos em setores de reciclagem e recondição.

A integração da logística reversa nas cadeias produtivas modernas deixa claro que sustentabilidade e competitividade não são objetivos antagônicos, mas sim complementares. Como demonstram os exemplos, empresas líderes estão transformando seus modelos de negócio, criando cadeias produtivas mais resilientes, eficientes e ambientalmente responsáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos casos práticos evidencia a logística reversa como um mecanismo estratégico capaz de integrar eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e geração de valor nas cadeias produtivas. Conforme demonstrado por Leite (2002), a Xerox desenvolveu um sistema integrado que transforma equipamentos em fim de vida em insumos valiosos através de processos meticulosos de desmontagem e reutilização de componentes. Esse modelo circular permitiu à empresa não apenas reduzir custos de produção em escala global, mas também estabelecer novos

fluxos de receita com produtos remanufaturados, demonstrando como a logística reversa pode ser incorporada de forma sistêmica nos processos produtivos.

O caso da Estée Lauder Companies Inc., detalhado por Caldwell (1999), ilustra a sinergia entre tecnologia e logística reversa. A empresa implementou sistemas de TI especializados que possibilitaram uma redução de 50% nas perdas por devoluções, além de otimizar os canais de redistribuição e melhorar continuamente seus processos produtivos. Essa abordagem tecnológica reforçou ainda o compromisso social da empresa, mostrando como a logística reversa pode ser articulada em múltiplas dimensões organizacionais.

Complementando essa análise, George (2010) destaca a abordagem "cradle to cradle" da linha Aveda, que incorpora princípios de logística reversa desde a fase de design dos produtos. Essa integração vertical resulta em materiais com maior potencial de reciclagem, processos de desmontagem simplificados e redução de custos operacionais, além de minimizar significativamente os impactos ambientais. O caso mostra como o planejamento prévio pode potencializar os benefícios da logística reversa ao longo de toda a cadeia produtiva.

Esses exemplos revelam quatro eixos interligados de geração de valor: ganhos de eficiência operacional através da recuperação de materiais e componentes; inovação nos modelos de negócios com criação de mercados secundários; construção de vantagem competitiva por meio de práticas sustentáveis; e aprimoramento na gestão de riscos com maior controle sobre a cadeia de suprimentos. A análise comparativa sugere que os benefícios são maximizados quando a logística reversa é concebida como elemento estrutural da cadeia produtiva, e não como iniciativa isolada.

Os resultados demonstram que a integração da logística reversa nos processos produtivos gera benefícios econômicos tangíveis enquanto promove a sustentabilidade ambiental e fortalece o capital reputacional das organizações. Essa abordagem sistêmica, conforme evidenciado pelos casos estudados, transforma a logística reversa de mera obrigação regulatória em vantagem estratégica, redefinindo os paradigmas das cadeias lineares tradicionais e apontando para novos modelos de produção mais resilientes e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo demonstra que a logística reversa consolida-se como uma estratégia indispensável para empresas que buscam alinhar eficiência operacional, sustentabilidade e vantagem competitiva. Os casos práticos examinados revelam que sua implementação vai além do simples cumprimento de exigências legais, transformando-se em um diferencial capaz de gerar valor econômico, ambiental e social.

A experiência de empresas como Xerox e Estée Lauder comprova que a integração da logística reversa nos processos produtivos proporciona benefícios tangíveis: redução de custos, criação de novos mercados, fortalecimento da imagem corporativa e maior eficiência no uso de recursos. Esses resultados evidenciam que a adoção de modelos circulares não é apenas uma resposta às pressões ambientais, mas uma oportunidade para inovar e se destacar em um mercado cada vez mais competitivo e consciente.

Além disso, a logística reversa mostra-se essencial para a construção de cadeias produtivas mais resilientes e sustentáveis. Ao reinserir materiais e componentes no ciclo produtivo, as empresas não apenas minimizam seus impactos ambientais, mas também reduzem a dependência de matérias-primas virgens, aumentando sua autonomia estratégica. Essa abordagem circular fortalece a competitividade a longo prazo, preparando as organizações para um futuro em que a escassez de recursos e as demandas por sustentabilidade serão fatores críticos.

Em síntese, a logística reversa emerge como um pilar fundamental para o desenvolvimento de negócios sustentáveis e competitivos. Sua implementação estratégica permite às empresas transformarem desafios ambientais em oportunidades, alinhando crescimento econômico com responsabilidade socioambiental. À medida que mais organizações reconhecem seu potencial, a logística reversa deixa de ser uma opção para se tornar uma necessidade estratégica, redefinindo os padrões de excelência corporativa no século XXI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Conceituação de cadeia produtiva**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/integracao-produtiva-e-competitividade-internacional/conceituacao>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CALDWELL, Bruce. **Reverse logistics: untapped opportunities exist in returned products, a side of logistics few businesses have thought about - until now.** Information Week, [San Francisco], 12 abr. 1999.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. **Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica.** In: SEMINÁRIO DE PREVISÃO E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA, 2002. Anais... Disponível em: <https://fcf.unse.edu.ar/archivos/posgrado/2002.cadeiaprodutiva.marcoconceitual.prospeccaotecnologica.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CRUZ, C. A. B.; SANTANA, R. S.; SANDES, I. S. F. **A logística reversa como diferencial competitivo nas organizações.** Revista Científica do ITPAC, v. 6, n. 4, out. 2013. Disponível em: <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/revista/64/9.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

DAVID, B. O.; VALE, A. P. S. P. do. **O surgimento do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade.** In: VILLAS-BOAS, Regina Vera (Org.). Homenagem: A contemporaneidade dos Direitos Civis, Difusos e Coletivos - estudos em homenagem à Professora Doutora Regina Vera Villas Boas. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Regina-Villas-Boas/publication/350074378_Homenagem_A_contemporaneidade_dos_Direitos_Civis_Difusos_e_Coletivos_estudos_em_homenagem_a_Professora_Doutora_Regina_Vera_Villas_Boas_livro_eletronico/links/604f96ae458515e8344a4a40/Homenagem-A-contemporaneidade-dos-Direitos-Civis-Difusos-e-Coletivos-estudos-em-homenagem-a-Professora-Doutora-Regina-Vera-Villas-Boas-livro-eletronico.pdf#page=54. Acesso em: 16 mai. 2025.

GEORGE, Jim. **Sustainable packaging examples remain rare in beauty products.** [S.l.], 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025.

GOLDSBY, T. J.; CLOSS, D. J. **Using activity-based costing to reengineer the reverse logistics channel.** International Journal of Physical Distribution & Logistics Management, Bradford, v. 30, n. 6, p. 500-514, 2000.

LACERDA, L. **Logística reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas.** 2002. Disponível em: http://www.sargas.com.br/site/artigos_pdf/artigo_logistica_reversa_leonardo_lacerda.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

LEITE, P. R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LEITE, P. R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade.** São Paulo: Prentice Hall, 2009.

LEITE, P. R. **Logística reversa: nova área da logística empresarial.** Tecnológica, ed. 78, p. 122-131, 2002.

- LOPES, A. R. U.; CALVO, E. Á. **A logística reversa como diferencial competitivo.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CULTURA (ETIC), 2006. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1211/1157>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- MARKOSKI, Adelar et al. **Gestão ambiental: um legado à logística reversa.** 2018. Disponível em: <http://www.revistaeta.org/artigo.php?idartigo=1626>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- MARINS, F.; KELLY, L.; HERNÁNDEZ, C.; CASTRO, R. **A logística reversa e a responsabilidade social corporativa: um estudo de caso num consórcio de gestão de resíduos industriais.** In: ANAIS DO IV SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA SEGET, 2007. Resende/RJ. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos07/1354_SEGET%20evento.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.
- QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública.** Brasília: IBAMA, 2006. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/QUINTAS_Jos%C3%A9_Silva-Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Ambiental_P%C3%BAblica.pdf. Acesso em: 15 mai. 2025.
- RAZZOLINI FILHO, E.; BERTÉ, R. **O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil.** Curitiba: InterSaberes, 2013.
- RIZZETTI, T. A. et al. **Uso de dinâmica de sistemas para avaliação de cenários de reaproveitamento de óleo de cozinha na produção de biodiesel em uma IES pública.** *Sistemas & Gestão*, v. 11, n. 1, p. 112-119, 2016.
- SCHENINI, P. C. (Org.). **Gestão empresarial sócio ambiental.** Florianópolis: Papa Livro, 2005.
- SILVA, N. R. **Logística reversa: uma abordagem acerca das vantagens e desvantagens de sua implantação e utilização como diferencial competitivo no mercado.** 2012. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/NATIELLE%20-%20LOGISTICA%20REVERSA.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 07

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

RESUMOS EXPANDIDOS

A INTEGRAÇÃO DA PRODUÇÃO MAIS LIMPA (P+L) E DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (PCP) PARA SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO PRODUTIVO

Fernando Ramos de Lima¹ – UNESPAR
Rubya Vieira de Mello Campos² – UNESPAR

Grupo de Trabalho 7: Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

As constantes transformações globais, tanto ambientais quanto econômicas, vêm exigindo dos sistemas produtivos uma reestruturação de seus recursos e processos. Nesse cenário, a sustentabilidade e a eficiência econômica tornam-se elementos centrais para assegurar uma produção contínua, ambientalmente responsável e socialmente viável.

Segundo o Resource Panel (2024), o mundo enfrenta uma tripla crise planetária: mudanças climáticas, perda da biodiversidade e poluição por resíduos. A crescente pressão sobre os recursos naturais, impulsionada pela economia global, ameaça transformar o discurso da sustentabilidade em meros gestos simbólicos (SAWER, 2011). Empresas que negligenciam práticas sustentáveis tendem a enfrentar, a médio e longo prazo, elevação de custos e escassez de insumos estratégicos, além da necessidade de mitigar os impactos ambientais que provocam (SAWER, 2011).

Essa conjuntura tem provocado mudanças significativas na forma como a sustentabilidade é compreendida e incorporada pelas organizações. Como afirmam Costa, Gavira e Ignacio (2002), a globalização tem transformado os processos produtivos, impulsionando os gestores a adotarem métodos e estratégias inovadoras para alcançar seus objetivos de maneira eficaz.

A urgência por novas formas de utilização dos recursos naturais, aliada à necessidade de adaptação tecnológica e ao crescente apelo por uma Responsabilidade Social Empresarial ativa, impõe desafios significativos aos sistemas produtivos convencionais. Um dos principais obstáculos à adoção de práticas sustentáveis está na dificuldade de integrar tais práticas às rotinas produtivas já estabelecidas. Nesse sentido, torna-se necessário desenvolver planos de ação que

¹ - Graduando – e-mail: fernando.lima.24@estudante.unespar.edu.br

² - Doutora – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

promovam a incorporação progressiva da sustentabilidade ao Planejamento e Controle da Produção (PCP).

PCP, de forma objetiva, permite planejar quando, quanto, onde e em que sequência os produtos devem ser fabricados, assegurando a verificação contínua do desempenho produtivo e o alinhamento com os objetivos organizacionais. De acordo com o World Resources Institute (2002), a degradação ambiental global está fortemente relacionada a atividades industriais e ao uso do solo. Em nível mundial, o setor industrial é responsável por cerca de 87% das emissões atmosféricas totais.

Nesse contexto, destaca-se o programa de Produção Mais Limpa (P+L), criado em 1991, como uma estratégia intermediária entre a produção tradicional e a minimização de resíduos. Sua proposta consiste em processos mais simples e acessíveis, que não exigem, necessariamente, tecnologias de ponta, favorecendo a adesão de indústrias com menor capacidade de investimento.

Conforme Furtado (2000), a Produção Mais Limpa (P+L) fundamenta-se em quatro princípios: precaução, ao antecipar-se a riscos ambientais e à saúde; prevenção, ao evitar a geração de resíduos na origem; controle democrático, garantindo transparência nas informações ambientais; e integração, ao considerar todo o ciclo de vida dos produtos com o uso de ferramentas como a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV). A P+L visa, portanto, à eficiência no processo produtivo, integrando os objetivos ambientais às atividades operacionais.

Diante disso, esta pesquisa de Iniciação Científica propõe uma análise teórica das possibilidades e desafios envolvidos na integração entre os conceitos de P+L e PCP, com vistas à promoção da sustentabilidade nos sistemas industriais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar, sob uma abordagem teórica, as possibilidades de integração entre os conceitos de Produção Mais Limpa (P+L) e Planejamento e Controle da Produção (PCP), considerando sua contribuição para a sustentabilidade nos sistemas industriais.

2.2 Objetivos Específicos

- Compreender os fundamentos conceituais e operacionais do PCP e da P+L.
- Identificar convergências entre práticas de gestão da produção e estratégias ambientais preventivas.

- Discutir, com base na literatura, os potenciais benefícios e desafios da integração entre P+L e PCP.
- Relacionar os resultados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para os ODS 9 e 12.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e exclusivamente bibliográfica. Foi realizado um levantamento sistemático da literatura em livros técnicos, artigos científicos, teses, relatórios institucionais e bases de dados acadêmicas como Scielo, IPEA, UNEP e WWF. A seleção das fontes considerou a atualidade das publicações, a relevância para os temas estudados e a confiabilidade das instituições. O recorte temporal abrange predominantemente produções dos últimos 10 anos, com inclusão de autores clássicos como Tubino (1997), Furtado (2000) e Tachizawa e Andrade (2008).

4. RESULTADOS

A análise teórica revelou que o Planejamento e Controle da Produção (PCP) contribui para o controle rigoroso das operações industriais, enquanto a Produção Mais Limpa (P+L) propõe intervenções proativas na origem dos processos para evitar impactos ambientais. Identificou-se que ambas as abordagens compartilham princípios como eficiência no uso de recursos, redução de desperdícios e melhoria contínua. A literatura também aponta que, embora o PCP esteja tradicionalmente associado à produtividade, sua evolução contemporânea tem incorporado aspectos de sustentabilidade, abrindo caminho para práticas integradas com a P+L.

5. DISCUSSÃO

A integração entre a Produção Mais Limpa (P+L) e o Planejamento e Controle da Produção (PCP) apresenta potencial significativo para fortalecer a ecoeficiência nos sistemas industriais. Conforme Furtado (2000), a P+L atua preventivamente, buscando minimizar impactos ambientais desde a origem do processo, enquanto o PCP, segundo Tubino (1997), organiza e racionaliza a produção com foco em eficiência operacional.

Ambas as abordagens compartilham princípios como racionalização de recursos, redução de desperdícios e melhoria contínua, ainda que com enfoques distintos: o PCP é mais gerencial e tático, enquanto a P+L é essencialmente ambiental e estratégica (Ferreira & Pimenta, 2009;

Serrão da Costa et al., 2022). O Quadro 1 sintetiza as principais diferenças e convergências entre essas duas abordagens.

Quadro 1: Comparativo entre P+L e PCP

Dimensão	Produção Mais Limpa (P+L)	Planejamento e Controle da Produção (PCP)
Objetivo Principal	Reduzir impactos ambientais na origem do processo	Planejar, programar e controlar a produção com eficiência
Foco de Atuação	Ambiental	Operacional e Gerencial
Tipo de Ação	Preventiva	Tática e Operacional
Resultados Esperados	Minimização de resíduos, uso eficiente de recursos	Eficiência produtiva, cumprimento de prazos e metas
Ferramentas Utilizadas	Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), ecoeficiência, indicadores ambientais	MRP, ERP, gráficos de Gantt, controle de estoques
Barreiras Comuns	Cultura organizacional conservadora, custo de implementação	Desalinhamento entre metas produtivas e ambientais
Contribuição para Sustentabilidade	Alta – foca na origem dos impactos ambientais	Média – depende da integração com práticas ambientais

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2025)

Observa-se que, apesar de partirem de premissas diferentes, há grande potencial de complementaridade entre as duas práticas. Entretanto, como destacam Tachizawa e Andrade (2008), obstáculos como a resistência à mudança, a falta de indicadores ambientais no PCP tradicional e a carência de modelos integradores formalizados ainda limitam a aplicação conjunta dessas abordagens.

Do ponto de vista estratégico, a discussão sobre essa integração está diretamente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 9 — que promove a inovação e a industrialização sustentável — e o ODS 12 — que trata de padrões de produção e consumo responsáveis. A ONU (2015) destaca que modelos produtivos baseados na eficiência e na prevenção são essenciais para a transição ecológica necessária nas próximas décadas.

Dessa forma, observa-se que há um campo fértil para o aprofundamento teórico sobre a articulação entre P+L e PCP, sobretudo no desenvolvimento de modelos conceituais que integrem gestão da produção, desempenho ambiental e responsabilidade social empresarial. Como alertam Marques (2008) e Almeida (2015), a sustentabilidade empresarial depende da incorporação sistêmica de práticas que conciliem competitividade e responsabilidade ambiental, o que requer não apenas mudança tecnológica, mas também mudança cultural nas organizações.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa teórica evidenciou que a integração entre Produção Mais Limpa (P+L) e Planejamento e Controle da Produção (PCP) é uma estratégia promissora para a sustentabilidade industrial, dada sua ênfase comum na eficiência e na redução de desperdícios. Apesar do potencial, persistem desafios como a resistência organizacional e a ausência de modelos consolidados.

O estudo poderá contribuir para o avanço teórico sobre o tema e indica a necessidade de desenvolver *frameworks* integradores que orientem práticas sustentáveis na indústria, sobretudo em países em desenvolvimento.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando Antônio Prado de. *Sustentabilidade empresarial: um estudo sobre o conceito e a aplicação das práticas de gestão sustentável*. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987. Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/relatorio-brundtland/>. Acesso em: 04 mar. 2025.
- COSTA, João Roberto Serrão da; GAVIRA, Muriel de Oliveira; IGNACIO, Paulo Sérgio de Arruda. Planejamento e controle da produção no contexto da produção sustentável: uma revisão sistemática da literatura. *Revista FEAUSP*, 2022. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- FERREIRA, José Henrique Silva; PIMENTA, Handson Cláudio Dias. Produção mais limpa: uma ferramenta de gestão ambiental que auxilia no incremento de competitividade em microempresa no município de Natal/RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ABEPRO, 2009.
- FURTADO, José. Produção mais limpa: conceitos e aplicações. *Revista do BNDES*, v. 7, n. 14, p. 97-102, 2000.
- LERÍPIO, Alexandre de Ávila. *Gaia: um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- MARQUES, J. A. Gestão ambiental empresarial. In: DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 447-470.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *A ONU e o meio ambiente*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 04 mar. 2025.
- SERRÃO DA COSTA, João Roberto et al. Planejamento e controle da produção no contexto da produção sustentável: uma revisão sistemática da literatura. *Revista FEAUSP*, 2022. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Reinaldo O. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa*. São Paulo: Atlas, 2008.

TUBINO, Dalvio Ferrari. *Planejamento e controle da produção: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1997.

UNEP – United Nations Environment Programme. *Produção mais limpa e gestão ambiental*. 2024. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/47082>. Acesso em: 04 mar. 2025.

WWF – World Wide Fund For Nature. *Desenvolvimento sustentável*. 2024. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/educacaoambiental/conceitos/desenvolvimentosustentavel/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

APLICAÇÃO DA FERRAMENTA LEAN SEIS SIGMA VISANDO A REDUÇÃO DE PERDAS E RECLAMAÇÕES DE CLIENTES EM UMA INDÚSTRIA DE AUTOADESIVOS

Douglas Gabriel Esquerdo¹ – UNESPAR/CM
Luana do Nascimento Procópio² – UNESPAR/CM
Solange Regina dos Santos³ – UNESPAR/CM
Dirceu Scaldelai⁴ – UNESPAR/CM
Gislaine Aparecida Pericaro⁵ – UNESPAR/CM
Rony Peterson da Rocha⁶ – UNESPAR/CM

Grupo de Trabalho: 7- Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

O rápido avanço tecnológico, os efeitos da globalização e o desejo crescente pela excelência no atendimento aos clientes fizeram com que as organizações se preocupassem mais em alinhar seus processos internos com a estratégia organizacional e as necessidades dos clientes (Araujo; Garcia; Martines, 2022). Nesse cenário, destaca-se a expansão do mercado de etiquetas autoadesivas, impulsionada pela crescente demanda por soluções de identificação e valorização de marcas, sobretudo nos setores de bens de consumo e varejo. Versáteis e economicamente viáveis, as etiquetas integram informações técnicas, códigos de barras e elementos visuais, contribuindo para a eficiência logística e o fortalecimento da imagem dos produtos, especialmente no contexto do comércio eletrônico.

Neste cenário competitivo, a qualidade e a eficiência operacional emergem como diferenciais estratégicos para as organizações. Conforme destacam Slack et al. (2020), a gestão da qualidade e a melhoria contínua são fatores críticos que conferem vantagens competitivas sustentáveis, permitindo às organizações adaptarem-se rapidamente às mudanças do mercado. Dentre as metodologias contemporâneas mais relevantes, destaca-se o Lean Seis Sigma, que integra os princípios da manufatura enxuta — orientada para a eliminação de desperdícios — com as

¹ - Pós-graduando – e-mail: douglas.esquerdo.epa@gmail.com

² - Pós-graduando – e-mail: luananascimentoprocopio@gmail.com

³ - Doutorado – e-mail: solange.regina@ies.unespar.edu.br

⁴ - Doutorado – e-mail: dirceu.scaldelai@ies.unespar.edu.br

⁵ - Doutorado – e-mail: gislaine.pericaro@unespar.edu.br

⁶ - Doutorado – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

técnicas estatísticas e de controle de variabilidade características do Seis Sigma, visando a excelência operacional e a satisfação do cliente (Ferreira et al., 2018).

O Lean Seis Sigma fundamenta-se na aplicação estruturada de ferramentas e métodos, sendo o ciclo DMAIC (Define, Measure, Analyze, Improve, Control) um dos pilares dessa abordagem. Tal metodologia permite não apenas a identificação e análise das causas fundamentais de falhas e desperdícios, mas também a implementação de soluções eficazes e a manutenção dos ganhos obtidos, promovendo uma cultura organizacional orientada à melhoria contínua (Pyzdek; Keller, 2014; Montgomery, 2013).

No âmbito da indústria de autoadesivos, um dos problemas recorrentes que afeta a qualidade do produto e a satisfação do cliente é a formação de rugas nas bobinas, que comprometem a uniformidade do material e geram impactos negativos ao longo da cadeia produtiva, incluindo retrabalhos, desperdícios e reclamações de clientes. Este fenômeno pode ser causado por diversos fatores, desde inadequações nos parâmetros operacionais, falhas técnicas em equipamentos, até insuficiências no treinamento de operadores.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral aplicar a metodologia Lean Seis Sigma, por meio do ciclo DMAIC, visando à redução de perdas internas e à diminuição das reclamações de clientes relacionadas à ocorrência de rugas em bobinas de autoadesivos, em uma indústria localizada no estado do Paraná.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem quantitativa, descritiva, explicativa e aplicada, desenvolvido em uma indústria de autoadesivos situada no estado do Paraná. O método quantitativo foi adotado com o objetivo de mensurar, de forma objetiva, as perdas internas e as reclamações de clientes associadas à ocorrência de rugas nas bobinas de autoadesivos, por meio da análise de dados coletados diretamente do sistema corporativo da empresa, conforme preconiza a abordagem quantitativa no campo das ciências sociais aplicadas (Creswell, 2010; Gil, 2019).

A pesquisa, quanto aos fins, é classificada como descritiva e explicativa. Descritiva, já que irá descrever o cenário atual em relação ao problema de rugas nas bobinas de autoadesivos no

processo e as reclamações de clientes decorrentes deste problema, e explicativa, porque irá ajudar a encontrar os fatores de falhas ao longo do processo. Quanto aos meios, a pesquisa se classifica como bibliográfica e de levantamento de dados. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade subsidiar a resolução de um problema ou hipótese por meio da análise de fontes teóricas especializadas, enquanto a pesquisa de levantamento de dados é definida como um método voltado à coleta de informações de uma população, com o objetivo de descrever suas características, opiniões ou comportamentos.

Durante o desenvolvimento, aplicaram-se ferramentas da qualidade como Diagrama de Pareto, Diagrama de Ishikawa e 5W2H, com o objetivo de identificar, priorizar e tratar as principais causas do problema. A coleta e análise de dados contaram com o suporte da equipe técnica e de produção da empresa, por meio de reuniões presenciais e extração de relatórios do sistema corporativo, garantindo a confiabilidade das informações utilizadas.

4. RESULTADOS

A aplicação da metodologia Lean Seis Sigma, por meio do ciclo DMAIC, permitiu a identificação e análise sistemática das principais causas associadas à ocorrência de rugas nas bobinas de autoadesivos, bem como a definição e implementação de ações corretivas voltadas à sua mitigação.

Na fase de Definição (Define), foram mapeados os processos produtivos da indústria, destacando-se a ocorrência de rugas como uma das principais fontes de perdas internas e de insatisfação dos clientes. A análise quantitativa dos dados históricos revelou que, no ano de 2024, as perdas gerais da empresa totalizaram 10.233.261,17 m², das quais 10,66% (1.091.443,23 m²) estiveram relacionadas ao problema de rugas, resultando em perdas financeiras superiores a R\$ 2 milhões. No mesmo período, foram registradas 407 reclamações de clientes, sendo que 13,76% (56 reclamações) tiveram como causa principal a presença de rugas, representando um volume de 68.404,71 m² de material reclamado e gerando um ressarcimento de R\$ 140.285,19.

Na fase de Medição (Measure), a estratificação dos dados permitiu identificar que, embora as rugas fossem o terceiro maior fator de perdas internas, constituíam a principal causa de reclamações procedentes de clientes, evidenciando seu impacto direto na percepção da qualidade do produto. Além disso, constatou-se que as perdas por rugas estavam concentradas predominantemente em uma das máquinas laminadoras, designada como "Máquina D",

responsável pela maior proporção de perdas desse tipo. Adicionalmente, verificou-se que os produtos fabricados com adesivo à base de acrílico apresentavam maior incidência de rugas em comparação aos produzidos com hot melt, direcionando o foco das ações corretivas para esse tipo de adesivo e para a máquina laminadora mais crítica.

Na fase de Análise (Analyze), foi realizada a identificação das causas raízes do problema mediante a utilização do Diagrama de Ishikawa, envolvendo uma equipe multiprofissional composta por técnicos e operadores. As causas foram categorizadas conforme os 6M's: Mão de obra, Método, Matéria-prima, Máquina, Meio ambiente e Medição. Destacaram-se, como fatores críticos, falhas na padronização dos parâmetros operacionais, lacunas no treinamento dos operadores, limitações na manutenção dos equipamentos e ausência de um sistema robusto de inspeção automática.

Com base nas análises realizadas, foram definidas e implementadas ações corretivas na fase de Melhoria (Improve), estruturadas com o apoio da ferramenta 5W2H. As principais intervenções incluíram: a padronização de parâmetros operacionais (velocidade, tensão e sequência de setup), a capacitação técnica dos operadores para o manuseio adequado de produtos com adesivo acrílico, a reativação do sistema automático de inspeção para detecção de não conformidades e a implantação de Quality Gates em pontos estratégicos do processo produtivo.

Embora o tempo de acompanhamento dos resultados tenha sido limitado, observou-se, após a implementação das ações, uma tendência de redução nas perdas internas por rugas, bem como um decréscimo nas reclamações associadas a esse defeito, indicando a efetividade das intervenções e o potencial da metodologia Lean Seis Sigma como instrumento de melhoria contínua na indústria analisada.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a aplicação da metodologia Lean Seis Sigma, por meio do ciclo DMAIC, demonstram a eficácia dessa abordagem na identificação, análise e mitigação de problemas produtivos críticos, como a formação de rugas em bobinas de autoadesivos. A priorização das intervenções com base em dados concretos permitiu a elaboração de ações direcionadas, alinhando-se às recomendações da literatura sobre melhoria contínua e gestão da qualidade (Ferreira et al., 2018; Pyzdek; Keller, 2014).

A identificação da concentração de perdas em uma máquina específica e em produtos com adesivo acrílico evidencia a importância da análise estratificada na gestão industrial, conforme preconizado por Montgomery (2013). Além disso, a utilização combinada de ferramentas clássicas da qualidade — como o Diagrama de Pareto, o Diagrama de Ishikawa e o 5W2H — reforça sua aplicabilidade e efetividade na condução de projetos de melhoria, conforme já destacado por Mariani (2005).

Entretanto, o estudo apresenta limitações, especialmente relacionadas ao tempo restrito de acompanhamento após a implementação das ações, o que impossibilita uma avaliação mais robusta sobre a sustentabilidade dos resultados no longo prazo. Além disso, fatores contextuais e organizacionais podem influenciar a replicabilidade das intervenções em outras unidades ou setores.

6. CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que a aplicação da metodologia Lean Seis Sigma, com o suporte de ferramentas clássicas da qualidade, foi eficaz na redução das perdas internas e das reclamações de clientes associadas à formação de rugas em bobinas de autoadesivos. A abordagem sistemática permitiu diagnosticar as principais causas do problema, implementar ações corretivas e verificar tendências de melhoria nos indicadores analisados, atendendo aos objetivos inicialmente propostos.

7. AGRADECIMENTOS

Os autores manifestam seus agradecimentos à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), à Fundação Araucária, à Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR), ao Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), à Agência de Inovação Tecnológica – AGITEC/UNESPAR e ao Núcleo de Inovação e Pesquisa em Matemática Aplicada e Engenharia – NUMENG, do qual os docentes autores deste trabalho são membros efetivos, desempenhando atividades essenciais para o fomento da pesquisa aplicada, da inovação e da excelência científica no estado do Paraná.

8. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz César Gonçalves; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. *Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Ana Paula et al. *Otimização em Processos Hospitalares: Metodologia Lean Seis Sigma*. Natal: SEDIS, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARIANI, Celso Antonio. Método PDCA e ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos industriais: um estudo de caso. RAI – Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 110–126, 2005.

MONTGOMERY, Douglas C. *Introduction to statistical quality control*. 7. ed. New York: John Wiley & Sons, 2013.

PYZDEK, Thomas; KELLER, Paul. *The six sigma handbook*. 4. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2014.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. *Administração da Produção*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

APLICAÇÃO DAS ETAPAS DEFINIR, MEDIR E ANALISAR DA METODOLOGIA DMAIC PARA REDUÇÃO DO TEMPO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM FILATÓRIOS TEXTEIS

Jacqueline de Oliveira¹ – UNESPAR/CM
Bruno Claudino dos Santos² – UNESPAR/CM
Dirceu Scaldelai³ – UNESPAR/CM
Solange Regina dos Santos⁴ – UNESPAR/CM
Gislaine Aparecida Pericaro⁵ – UNESPAR/CM
Rony Peterson da Rocha⁶ – UNESPAR/CM

Grupo de Trabalho: Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

A busca por competitividade no mercado tem impulsionado a adoção de metodologias estruturadas de melhoria contínua no setor industrial afim de garantir um nível máximo de qualidade e eficiência na manufatura. Na indústria têxtil, a confiabilidade dos equipamentos desempenha papel fundamental na garantia do processo, especialmente os Filatórios (RAMOS; 2018). Esses equipamentos são responsáveis por transformar a fibra em fio e conceder ao fio as características desejadas pelo cliente final (LEAL, LUDERS; 2012). Nesse contexto, a gestão eficiente de manutenção, torna-se essencial para garantir a confiabilidade dos equipamentos, evitando falhas que comprometam a produção e qualidade do produto final (FURTADO; 2001).

A ferramenta DMAIC foi desenvolvida com a metodologia Seis Sigma e tem como objetivo melhorar o processo através de etapas organizadas de forma cíclica e contínua, completamente direcionadas para a solução dos problemas dentro de processos (LIMA, NETO; 2018). Quando aplicada ao contexto da manutenção industrial, o DMAIC possibilita entender o processo de manutenção, identificar suas falhas e propor soluções, favorecendo assim a elaboração de planos de ação mais eficazes (FALCÃO; 2022). Nesse contexto, o presente trabalho tem como finalidade aplicar a metodologia DMAIC ao processo de manutenção preventiva dos Filatórios em uma fábrica de Fiação de Algodão. Utilizando dados já coletados pela equipe de manutenção, busca-se mapear o problema, quantificar o desempenho atual do processo e identificar as principais causas que contribuem para o aumento do tempo de manutenção.

¹ - Graduado – e-mail: jacqueengenharia@gmail.com

² - Graduado – e-mail: brunoaki333@gmail.com

³ - Doutorado – e-mail: dirceu.scaldelai@ies.unespar.edu.br

⁴ - Doutorado – e-mail: solange.regina@ies.unespar.edu.br

⁵ - Doutorado – e-mail: gislaine.pericaro@unespar.edu.br

⁶ - Doutorado – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

2. OBJETIVOS

O tempo de manutenção preventiva dos Filatórios é muito elevado do ponto de vista de produção, levando em consideração que esses equipamentos estão no processo de Acabamento, onde, efetivamente, a produção final é mensurada. Neste contexto, o objetivo desse trabalho é aplicar as três primeiras etapas da metodologia DMAIC (Definir, Medir e Analisar) afim de identificar as principais causas que contribuem para o aumento no tempo de manutenção e consequentemente afetam o desempenho da produção.

3. METODOLOGIA

A metodologia DMAIC é um modelo de aprendizagem que, embora execute atividades de melhoria, também enfatiza a coleta e análise de dados, previamente à execução de qualquer iniciativa de melhoria. De acordo com Porto et al. (2017), as fases do DMAIC são definir, medir, analisar, melhorar e controlar.

Definir consiste em realizar o planejamento inicial do projeto listando o problema a ser solucionado (CAITANO, 2024). Medir consiste em definir o sistema de medição e as coletas de dados que devem ser realizadas (CAITANO, 2024). Analisar consiste em identificar a principal causa do problema (CAITANO, 2024). Melhorar consiste em definir e implementar soluções para reduzir ou eliminar falhas e variáveis indesejadas no processo (WERKEMA, 2004). Controlar tem como objetivo validar as melhorias implementadas, os resultados positivos e instalar ferramentas de controle para que o problema não volte a acontecer (CAITANO, 2024).

A ferramenta Gráfico de Pareto auxilia na identificação dos principais problemas e 5 Por quê consiste em logo após identificar uma falha, deve-se perguntar 5 vezes porquê a falha ocorreu e assim será encontrada a causa raiz do problema (MORAIS et al, 2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de Acabamento Convencional é responsável por transformar a fibra em fio e conceder ao fio as características desejadas pelo cliente final e é composto pelos equipamentos denominados Filatórios. A fábrica de Fiação de Algodão funciona em três turnos, sendo eles, 1º Turno das 23h50 às 07h46, 2º Turno das 07h46 às 16h00 e 3º Turno das 16h00 às 23:50. As

manutenções preventivas nos Filatórios ocorrem uma vez por semana, em um único Filatório, e são realizadas no 2º turno.

A primeira etapa definir, consistiu em mapear o processo de manutenção desde a geração da Ordem de Serviço até sua execução, a fim de identificar os possíveis problemas que possam estar ocorrendo no processo. A elaboração do mapeamento evidenciou fatores importantes como por exemplo, clareza de responsabilidades, fluxo bem definido, integração entre áreas e o foco no trabalho. Nesta etapa, o objetivo principal foi mensurar o desempenho atual da manutenção preventiva nos filatórios da fábrica. O levantamento dos dados iniciou-se em 29/01/2025 e finalizou em 09/04/2025, ou seja, os dados foram levantados ao longo de dez semanas. A partir da coleta de dados, foi possível observar variações significativas nos tempos de manutenção, bem como a frequência com que determinados imprevistos contribuíram para o aumento desse tempo.

Na etapa Analise, a equipe de Planejamento e Controle de Manutenção (PCM) estabeleceu um tempo máximo semanal de 270 minutos para a execução das manutenções preventivas nos Filatórios, portanto, uma vez por semana cada Filatório deve passar pela manutenção preventiva, sendo permitida uma tolerância máxima de 30 minutos. Durante o tratamento dos dados, observou-se que os tempos individuais de manutenção nos Filatórios (90% no total) excederam o tempo. Também foi possível observar que a quantidade de mantenedores variou entre 3 e 7, sendo que a quantidade ideal, determinada pelo PCM, é de 7 mantenedores e nos casos com apenas 3 ou 4 mantenedores, os tempos de manutenção foram mais altos. A partir dos dados levantados também foi possível identificar as causas que geraram os atrasos nas manutenções, conforme apresentado na Figura 8.

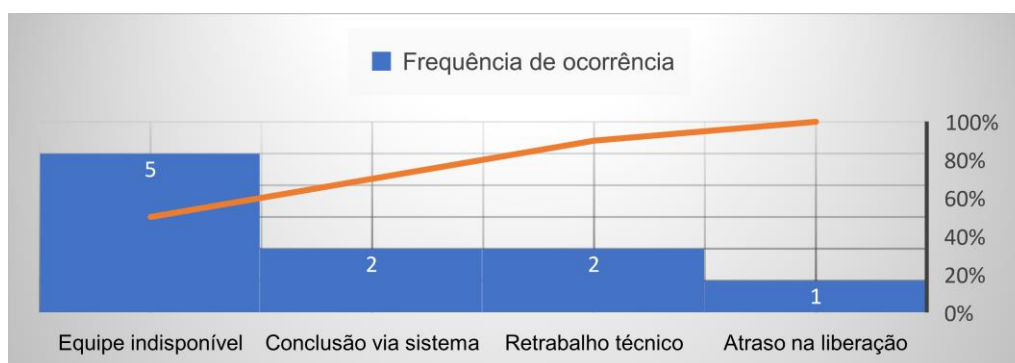


Figura 8 - Gráfico de Pareto: Causas dos Atrasos nas Manutenções.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Observando a Figura 8 percebe-se que a falta de equipe disponível é a principal causa que está gerando os atrasos nas manutenções preventivas dos Filatórios. Considerando o Princípio de Pareto 80/20, percebe-se que apenas uma causa, equipe indisponível, é responsável pela metade dos atrasos. Isso já indica a ocorrência que deve ser trabalhada para reduzir os tempos de execução das manutenções preventivas nos Filatórios. O atraso no registro da conclusão da manutenção no sistema e o retrabalho técnico correspondem a 40% das causas de atraso na manutenção preventiva dos Filatórios. Cada mantenedor recebe um formulário para informar dados da atividade, como os horários de início e término da manutenção. Durante a coleta de dados, observou-se que os mantenedores frequentemente esquecem de registrar o término da manutenção preventiva no Filatório e só o fazem após executarem outras atividades, o que gera divergência entre o tempo real e o informado no sistema. Quanto ao retrabalho técnico, a partir de janeiro de 2025, foram contratados quatro novos mantenedores para a fábrica.

A última causa identificada foi o atraso na liberação do equipamento, ocasionado pela demora do assistente de PCM em verificar o sistema. Para analisar a indisponibilidade de equipe durante as manutenções preventivas, foi realizada uma análise 5 Por quê.

	5 Porquês
Problema	<i>Equipe indisponível durante a manutenção preventiva dos Filatórios</i>
1° Porquê	Por que toda a equipe não estava disponível durante a manutenção preventiva?
Resposta:	Porque alguns mantenedores precisaram sair para atender uma emergência em outro equipamento
2° Porquê	Porque esses mantenedores tiveram que sair para ir atender outro equipamento?
Resposta:	Porque não há mantenedores suficientes para realizar a manutenção preventiva e atender as emergências de outros equipamentos, ao mesmo tempo.
3° Porquê	Porque não há mantenedores suficientes para realizar as preventivas e atender as emergências ao mesmo tempo?
Resposta:	Porque a equipe de manutenção não foi dimensionada corretamente
4° Porquê	Porque a equipe de manutenção não foi dimensionada corretamente?
Resposta:	Porque o backlog não é calculado corretamente para entender a real carga de atividades dos mantenedores.
5° Porquê	Porque o backlog não é calculado corretamente?
Resposta:	Porque nunca foi feito o levantamento da capacidade de trabalho da equipe de manutenção, ou seja, o HH disponível.
6° Porquê	Porque o HH disponível não foi levantado?
Resposta:	Porque os Mantenedores não registram no sistema, de forma imediata, o tempo gasto em cada manutenção.

Figura 9 – Análise 5 Porquês: Equipe indisponível durante a manutenção preventiva.

Fonte: Autoria própria, 2025.

A aplicação da ferramenta 5 Por quê, sobre a causa da indisponibilidade de equipe durante as manutenções preventivas demonstrou que o registro atrasado e incorreto das manutenções

impede o cálculo do Backlog, que é um indicador essencial para saber a carga de trabalho real dos mantenedores.

6. CONCLUSÃO

A aplicação da metodologia DMAIC neste estudo permitiu compreender os principais fatores que contribuem para o aumento do tempo de manutenção preventiva, evidenciando que os erros cometidos pelos mantenedores impedem que a equipe de PCM confie nos dados registrados, pois o atraso no apontamento do término das manutenções inviabiliza o levantamento de informações para o cálculo dos indicadores e compromete sua confiabilidade. Além disso, ocasiona atraso na liberação do equipamento e no início da produção. A indisponibilidade de equipe também gera perdas no processo, devido ao atraso no início e na conclusão das manutenções. A partir dessas informações, conclui-se que este estudo fornece base para a implementação de futuras ações corretivas e de controle, visando à redução significativa do tempo de manutenção preventiva dos Filatórios, sendo a metodologia DMAIC eficiente na identificação dos problemas e na análise de suas causas.

7. AGRADECIMENTOS

Os autores manifestam seus agradecimentos à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), à Fundação Araucária, à Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR), ao Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), à Agência de Inovação Tecnológica – AGITEC/UNESPAR e ao Núcleo de Inovação e Pesquisa em Matemática Aplicada e Engenharia – NUMENG, do qual os docentes autores deste trabalho são membros efetivos.

8. REFERÊNCIAS

CAITANO, C da C. Aplicação da Metodologia DMAIC para Redução de Perdas na Fabricação de Biscoito Recheado. 2024. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Alimentos) - Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2024.

FALCÃO, M. M. Aplicação da Metodologia DMAIC para Gestão da Manutenção de Equipamentos Condicionadores de Ar: Estudo de Caso nos Prédios Administrativos de uma Usina Sucroalcooleira. 2022. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2022.

FAVILLA, Thiago Augusto Couto. As ferramentas da qualidade no auxílio ao processo de custeio de medicamentos. 2017. 31 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Engenharia de Produção Mecânica) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2017.

FURTADO, E. J. de A. A. Gestão de Manutenção em Empresas Têxteis de Grande Porte. 2001. 176 páginas. Trabalho de Conclusão do Curso (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Santa Catarina, 2001.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

CLASSIFICAÇÃO ABC PARA INDICAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE ESTOQUES DE MEDICAMENTOS AGRO VETERINÁRIOS

Valquíria Lilian Santos¹ – UNESPAR/CM
Claudilaine Caldas de Oliveira² – UNESPAR/CM
Bruna Maria Gerônimo³ – UNESPAR/CM
Márcia de Fátima Moraes⁴ – UNESPAR/CM
Tânia Maria Coelho⁵ – UNESPAR/CM
Rubya Vieira de Mello Campo⁶ – UNESPAR/CM

Grupo de Trabalho 7: Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

No contexto da distribuição de medicamentos agro veterinários, observa-se uma crescente incorporação de tecnologias logísticas e exigências rigorosas de qualidade, impulsionadas por demandas de rastreabilidade e segurança dos produtos (E-commerce Brasil, 2025). Para garantir a integridade dos medicamentos, distribuidoras têm investido em sistemas avançados de rastreamento, controle de temperatura e monitoramento em tempo real, garantindo a integridade dos medicamentos durante o transporte e o armazenamento (Roche Farma Brasil, 2024). No entanto, para além da inovação logística, torna-se imprescindível adotar métodos eficazes de gestão de estoques, os quais impactam diretamente na eficiência operacional e na capacidade de resposta às demandas do setor agropecuário.

A classificação ABC emerge como eixo central deste trabalho, pois permite identificar, priorizar e estruturar os sistemas de controle de estoques com base na criticidade e no valor agregado de cada item. Fundamentada no Princípio de Pareto, a técnica classifica os itens de estoque em três categorias – A, B e C – de acordo com sua representatividade em termos de custo ou demanda, possibilitando o desenvolvimento de políticas diferenciadas de controle, conforme a importância econômica dos itens (Ching, 2010; Dias, 2023). De maneira geral, os itens da classe A representam cerca de 20% do total de itens, mas respondem por aproximadamente 80% do valor do estoque. A classe B corresponde a cerca de 30% dos itens, com impacto de 15% sobre o valor

¹ - Engenheira de Produção Agroindustrial – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

² - Doutora – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

³ - Doutora – e-mail: bruna.geronimo@unespar.edu.br

⁴ - Doutora – e-mail: marcia.morais@unespar.edu.br

⁵ - Doutora – e-mail: tania.coelho@ies.unespar.edu.br

⁶ - Doutora – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

total, enquanto a classe C compreende aproximadamente 50% ou mais dos itens, porém representa apenas 5% do valor do estoque (Martins; Alt, 2022). A utilização da classificação ABC é essencial para a aplicação seletiva de recursos na gestão de estoques, otimizando os controles dos itens mais relevantes e contribuindo para a redução os custos operacionais.

A literatura contemporânea evidencia que a adoção da classificação ABC pode ser determinante para o desenho de sistemas de controle de estoques mais eficazes, sobretudo em empresas de pequeno e médio porte, que enfrentam limitações quanto à automação e estruturação de seus processos logísticos (Ballou, 2021; Silva *et al.*, 2020). A ausência de critérios bem definidos para controle pode resultar em falhas como rupturas de estoque, acúmulo desnecessário de produtos, obsolescência de itens e baixa rotatividade, comprometendo a qualidade do serviço e a sustentabilidade do negócio.

Dessa forma, o presente estudo está orientado à aplicação prática da classificação ABC como instrumento de análise e tomada de decisão para o aprimoramento dos sistemas de controle de estoques em distribuidora de medicamentos agro veterinários. Tal abordagem justifica-se pela necessidade de aprimorar a gestão do inventário, reduzir perdas, garantir a disponibilidade dos produtos críticos e aumentar a competitividade da empresa diante das exigências do mercado agropecuário brasileiro.

2. OBJETIVOS

O estudo em questão teve como objetivo geral aplicar a metodologia de classificação ABC em uma distribuidora de medicamentos agro veterinários localizada no município de Londrina (PR), a fim de subsidiar a seleção de sistemas de controle de estoques mais adequados à criticidade e ao comportamento de consumo dos produtos de cada classe.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso com abordagem mista, envolvendo métodos quantitativos e qualitativos. Classifica-se como exploratória e descritiva, ao buscar compreender a realidade operacional de uma distribuidora de medicamentos agro veterinários em Londrina (PR). A coleta de dados ocorreu em duas etapas: extração de informações históricas de vendas e movimentações no sistema TOTVS (Microsiga), e observação direta das rotinas no setor de estoques, visando identificar práticas e gargalos no controle de inventário.

Os produtos foram inicialmente agrupados por famílias e analisados com base nas vendas dos últimos cinco anos.

Para estimar a demanda futura, foi adotado o método da Média Móvel Simples (MMS), técnica estatística que suaviza variações pontuais e projeta o consumo médio com base em períodos anteriores. Com esses dados, aplicou-se a classificação ABC segundo a utilização anual em valores monetários (Tubino, 2009; Dias, 2023). A metodologia permitiu identificar os itens de maior (classe A), médio (classe B) e menor impacto financeiro (classe C), possibilitando a proposição de sistemas de controle diferenciados conforme a criticidade e giro de cada classe de produtos.

4. RESULTADOS

A aplicação da classificação ABC evidenciou que os itens da classe A representam 20,6% dos produtos, mas representam 73,8% do valor monetário do estoque, indicando sua elevada relevância econômica. A classe B compõem 33,3% do portfólio e concentram 21% do valor, enquanto os itens da classe C abrangem 46,6% dos produtos, mas correspondem a apenas 5,3% do valor do estoque. Tais resultados confirmam o Princípio de Pareto (80/20), destacam a necessidade de controle mais rigoroso e frequente sobre os itens da classe A, especialmente em períodos de alta demanda, como nas campanhas sazonais de vacinação, quando a disponibilidade desses itens se torna estratégica para a operação da distribuidora, conforme ilustrado na Figura 1.

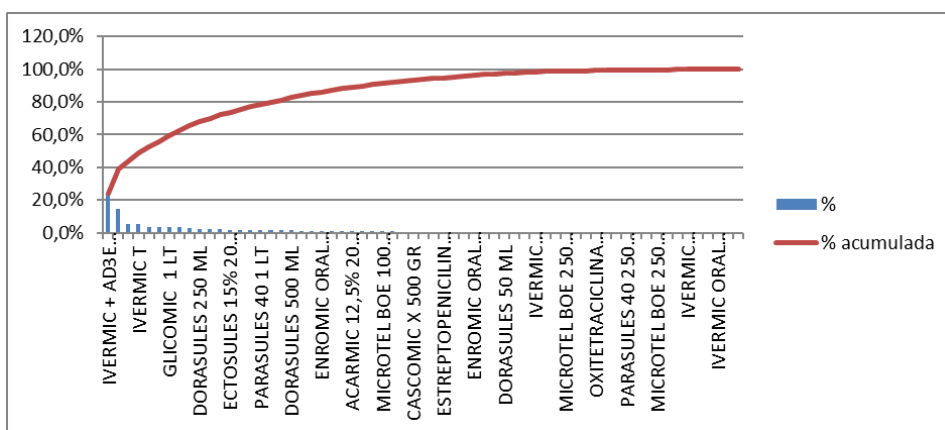


Figura 1: Curva ABC dos medicamentos distribuídos.

Fonte: Autores, 2024.

Entre os itens classificados como A, destacam-se: Ivermic + AD3E 500ml, Ivermic T, Glicomic 1100ml e Dorasules 250ml. Esses itens concentram o maior valor investido em estoque e apresentam alta rotatividade, o que justifica atenção especial em sua gestão.

A curva ABC revelou um desequilíbrio entre o número de itens e seu valor agregado, refletindo uma característica comum em operações logísticas pouco sistematizadas (CHING, 2010). A concentração de valor em poucos itens reforça a necessidade de estratégias diferenciadas de controle conforme a criticidade dos produtos. No caso analisado, a ausência de um modelo formal de reposição contribui para perdas por vencimento e indisponibilidade em períodos críticos, como apontado nos relatos operacionais e observações em campo.

5. DISCUSSÃO

Com base na classificação ABC, foram recomendadas estratégias diferenciadas de controle de estoques alinhadas ao perfil de criticidade e rotatividade dos itens. Para os itens da classe A, com alto valor agregado e elevada rotatividade, adotou-se o sistema de revisão contínua, que permite o monitoramento constante do estoque e aciona automaticamente a reposição ao atingir o ponto de pedido, garantindo maior agilidade e evitando rupturas (Dias, 2023; Ballou, 2021). Para os produtos da classe B, de importância intermediária, sugeriu-se o sistema de revisão periódica, que realiza verificações periódicas em intervalos fixos e possibilita ajustes nos pedidos conforme as variações da demanda, equilibrando controle e custos operacionais (DIAS, 2023). Já os itens da classe C, com baixo giro e menor impacto financeiro, foram associados ao sistema de duas gavetas, método visual e de fácil execução, em que a reposição é acionada ao esvaziar o primeiro compartimento, sendo ideal para empresas com recursos mais limitados (Ritzman; Krajewski, 2004).

Como apoio à operacionalização dos sistemas propostos, foi desenvolvida uma planilha de controle de estoques, com campos específicos para registro diário das movimentações. As informações contemplam a data de recebimento dos produtos, o código do item, o estoque inicial (saldo do dia anterior), as quantidades de entrada e saída, e o estoque final do dia. Essa ferramenta permite acompanhar com precisão a dinâmica dos estoques, identificar padrões de consumo e apoiar a tomada de decisão a respeito da frequência de reposição, seja em ciclos fixos ou variáveis. Ressalta-se, ainda, a importância da realização de contagens periódicas (inventários cíclicos ou totais) como forma de garantir a acuracidade dos registros e a eficácia do sistema de controle implantado.

6. CONCLUSÃO

O estudo evidenciou a relevância da utilização de técnicas sistemáticas de gestão de estoques em ambientes com baixa automação, como a distribuidora analisada. A aplicação da classificação ABC mostrou-se eficiente na identificação dos itens de maior impacto financeiro, permitindo a segmentação estratégica do estoque e a proposição de sistemas de controle alinhados à criticidade de cada classe: revisão contínua para produtos A, revisão periódica para B e sistema de duas gavetas para C. Essas recomendações, fundamentadas em autores reconhecidos, foram adaptadas à realidade operacional da empresa.

A principal contribuição prática está na estruturação de um modelo de controle mais racional e condizente com a dinâmica do setor, com potencial para reduzir perdas, aumentar a disponibilidade de produtos e fortalecer a confiança dos clientes. Ressalta-se, ainda, a importância da adoção de metodologias como a FIFO (*First In, First Out*), que se trata de uma sequência de entrada de itens no estoque de forma a sempre priorizar que saiam antes aqueles que chegaram primeiro, evitando a obsolescência dos medicamentos. Entre as limitações, destacam-se a ausência de dados em tempo real e a baixa digitalização, o que dificulta a automação dos controles. Recomenda-se, para pesquisas futuras, avaliar o impacto econômico da implementação dos sistemas propostos e incorporar indicadores de desempenho logístico para monitoramento contínuo.

7. REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.

CHING, Hong Yuh. *Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: supply chain*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Marco Aurélio P. *Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

E-COMMERCE BRASIL. *Eficiência logística e inovação tecnológica são os pilares da competitividade do setor farmacêutico*. 2025. Disponível em:
<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/eficiencia-logistica-e-inovacao-tecnologica-sao-os-pilares-da-competitividade-do-setor-farmaceutico>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

RITZMAN, Larry Philip; KRAJEWSKI, Lee Jozef. Administração da produção e operações. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ROCHE FARMA BRASIL. Roche foca em segurança e inovação na logística de fármacos. 2024. Disponível em: <https://frotacia.com.br/roche-foca-em-seguranca-e-inovacao-na-logistica-de-farmacos/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SILVA, Luciano Fernandes da; LIMA, Rafael Marques; MOREIRA, Flávio Santos. Aplicação da classificação ABC na gestão de estoques em pequenas empresas: estudo de caso em uma distribuidora do setor de saúde animal. Revista Gestão Industrial, v. 16, n. 1, p. 29–44, 2020.

TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

CONECTANDO SABERES: PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE CURSOS DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Márcia de Fátima Moraes¹ - Unespar/CM
Andréa Machado Groff² - Unespar/CM
Bruna Maria Gerônimo³ - Unespar/CM
Célia Kimie Matsuda⁴ - Unespar/CM
Claudilaine Caldas de Oliveira⁵ - Unespar/CM
Rony Peterson da Rocha⁶ - Unespar/CM
Rubya Vieira de Mello Campos⁷ - Unespar/CM
Tânia Maria Coelho⁸ - Unespar/CM

Grupo de Trabalho 7: Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

A relação entre Universidade e Educação Básica é um tema central nas discussões contemporâneas sobre educação pública, cidadania científica e democratização do conhecimento. A aproximação entre Universidade e Educação Básica tem se consolidado como um eixo estratégico nas políticas públicas de educação superior no Brasil, especialmente à luz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior. Esse movimento busca fortalecer a função social das universidades e ampliar sua interlocução com a sociedade, promovendo uma formação mais integral e contextualizada para os estudantes (BRASIL, 2018).

Os cursos de Engenharia de Produção têm potencial estratégico para atuarem como importantes mediadores na integração entre universidade e educação básica, sobretudo devido a sua natureza multidisciplinar, que permite a articulação entre conhecimentos técnicos, científicos e sociais. A natureza dos cursos de Engenharia de Produção favorece o desenvolvimento de práticas integradoras inovadoras que contribuem para a construção de pontes entre o saber acadêmico e as vivências escolares do ensino médio, promovendo a disseminação da ciência, o estímulo à

¹ Doutorado – e-mail: marcia.morais@unespar.edu.br

² Doutorado – e-mail: andrea.groff@unespar.edu.br

³ Doutorado – e-mail: bruna.geronimo@unespar.edu.br

⁴ Doutorado – e-mail: celia.matsuda@unespar.edu.br

⁵ Doutorado – e-mail: claudilaine.oliveira@ies.unespar.edu.br

⁶ Doutorado – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

⁷ Doutorado – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

⁸ Doutorado – e-mail: tania.coelho@ies.unespar.edu.br

cultura investigativa e a orientação profissional. Além disso, essa aproximação amplia o alcance social da universidade, favorecendo a democratização do acesso ao conhecimento e a construção de trajetórias educacionais mais inclusivas e significativas (Demo, 2020; Lima; Pimenta, 2020; UNESCO, 2022).

A Engenharia de Produção, com sua natureza multidisciplinar e aplicabilidade prática em diversos setores da economia, tem sido o foco de diversas iniciativas que buscam integrar cursos de graduação com Escolas de Ensino Médio no Brasil. Essas ações visam despertar o interesse dos estudantes por áreas técnicas e científicas, além de promover uma formação mais contextualizada e alinhada às demandas do mercado.

2. OBJETIVOS

O estudo em questão teve como objetivo geral explorar práticas de integração realizadas por cursos de Engenharia de Produção com Escolas de Ensino Médio no Brasil.

3. METODOLOGIA

A pesquisa apresentou caráter exploratório, qualitativo e descritivo, com base em levantamento de dados secundários obtidos por meio da análise de *websites* institucionais e relatórios de atividades de universidades públicas e privadas localizadas em todas as regiões do Brasil. Foram incluídos apenas os projetos vinculados a cursos de Engenharia de Produção oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e que demonstrassem, de forma explícita, ações voltadas à interação com o ensino médio.

A metodologia envolveu uma revisão sistematizada da literatura e das práticas institucionais a partir de três fontes principais: (i) levantamento em artigos científicos, relatórios de extensão e anais de eventos acadêmicos; (ii) consulta a portais de universidades com cursos reconhecidos de Engenharia de Produção; e (iii) análise de experiências registradas em repositórios institucionais e bases acadêmicas como *Scielo* e *Google Acadêmico*.

Neste método abordado foram identificadas e analisadas iniciativas distintas, incluindo projetos extensionistas, programas de iniciação científica júnior, oficinas interativas e feiras de profissões, representando instituições das cinco regiões do país.

4. RESULTADOS

As práticas de integração entre cursos de Engenharia de Produção e Escolas de Ensino Médio identificadas neste estudo foram agrupadas nas seguintes categorias:

1) Feiras de Profissões e Mostras Científicas: Prática bastante disseminada em universidades como UNESP (2023), com eventos periódicos voltados à apresentação dos cursos, demonstrações práticas, visita a laboratórios e palestras sobre o mercado de trabalho. Exemplo: “Semana de Engenharia de Produção para Escolas” (UNIFEI, 2022) promove atividades lúdicas para explicar conceitos como logística, planejamento e sustentabilidade;

2) Projetos de Extensão com Intervenção Direta em Escolas: Projetos como “Engenharia vai à Escola” (UFSJ, 2023), “EP na Comunidade” (UNIFEI, 2022) e “Produção nas Escolas” (UNIRIO, 2023) envolvem estudantes universitários que desenvolvem oficinas e atividades didáticas em escolas públicas, com temas como Produção sustentável, Empreendedorismo juvenil, entre outros;

3) Oficinas e Minicursos Temáticos: Ações voltadas à introdução de conceitos de Engenharia e tecnologias acessíveis a jovens. Oficinas sobre produção de sabão ecológico, simulação de linha de produção com LEGO, jogos de simulação de fábrica e outros, têm sido utilizadas com bons resultados em projetos da UFPR (2023) e UFRJ (2023);

4) Visitas Técnicas Guiadas ao Campus e Laboratórios: Universidades como UFRGS (2023), UFS (2023) e UNICAMP (2024) promovem roteiros de visita com oficinas temáticas nos laboratórios do curso, além de momentos de diálogo com professores e acadêmicos. Essas ações fortalecem o vínculo emocional e simbólico dos estudantes com a universidade;

5) Programas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-EM/CNPq): Permitem que estudantes do ensino médio participem de projetos científicos sob orientação de docentes e discentes do ensino superior. O Curso de Engenharia de Produção da UFSC (2023), por exemplo, mantém projetos de pesquisa com estudantes de escolas técnicas estaduais, fomentando o letramento científico;

6) Parcerias com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação: Cursos como o da UFERSA (2023) e do IFCE (2023) articulam convênios com as redes públicas para promover semanas temáticas, formação de professores e desenvolvimento de material didático interdisciplinar, inserindo a Engenharia como área transversal no currículo escolar;

7) Projetos Multidisciplinares: Projetos como “Engenharia Verde” (UTFPR, 2023)

promovem oficinas com materiais recicláveis e discussões sobre consumo consciente, aplicando o conteúdo da Engenharia de Produção em temas ambientais;

8) Gamificação e Ambientes Virtuais: Universidades como UFABC (2023) e UNIVASF (2023) vêm implementando jogos digitais e simuladores para explicar conceitos da engenharia de forma interativa. Em alguns casos, os próprios estudantes do curso desenvolvem esses recursos como projetos de extensão tecnológica.

5. DISCUSSÃO

É notório que os cursos de Engenharia de Produção vêm desenvolvendo diversas iniciativas que visam integrar o conhecimento acadêmico com os desafios e demandas da educação básica, sobretudo no ensino médio. A aproximação com as Escolas de Ensino Médio tem ocorrido por meio de feiras e mostras científicas, projetos de extensão, programas de iniciação científica júnior, oficinas e minicursos, visitas técnicas guiadas, parcerias com Secretarias de Educação, projetos multidisciplinares, práticas de gamificação e atividades em ambientes virtuais. As práticas identificadas neste estudo servirão de base para a elaboração de um portfólio de ações voltadas à integração do Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial da UNESPAR/Campus de Campo Mourão com Escolas de Ensino Médio do Município de Campo Mourão com as escolas do município. Além disto, também poderão contribuir para a consolidação de políticas de extensão mais conectadas à realidade local e para o fortalecimento do papel social da Engenharia de Produção como vetor de transformação social.

6. CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado, observou-se que cursos de Engenharia de Produção em diferentes regiões do Brasil vêm desempenhando um papel relevante na aproximação entre universidade e educação básica, especialmente por meio de ações que promovem o diálogo entre saberes acadêmicos e escolares.

As iniciativas analisadas evidenciam a capacidade desses cursos de atuarem como ponte entre o conhecimento técnico e os desafios educacionais do ensino médio, contribuindo para a democratização da ciência, o estímulo à cultura investigativa e a orientação profissional. Além

disso, essas práticas têm se mostrado eficazes em despertar o interesse dos estudantes pelas áreas da engenharia, proporcionando a oportunidade de vivenciar atividades práticas que resultam em um aumento significativo no número de ingressantes em cursos da área.

A sistematização dessas práticas oferece subsídios concretos para o planejamento de ações similares no contexto do Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial da UNESPAR/Campus de Campo Mourão, reforçando o compromisso com a função social da universidade e com a formação cidadã e crítica dos estudantes.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Brasília: MEC, 2018.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa: pesquisa como princípio científico e educativo*. 24. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

IFCE – INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. Portal institucional. Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://ifce.edu.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. *Ensino Médio e Universidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2020.

UFABC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Portal institucional*. Santo André, 2023. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br>. Acesso em: 02 de junho de 2025.

UFERSA – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. *Portal institucional*. Mossoró, 2023. Disponível em: <https://portal.ufersa.edu.br>. Acesso em: 02 de junho de 2025.

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Portal institucional*. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.ufpr.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Projeto “Ciência para Todos”*, 2023. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 03 de junho de 2025.

UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Portal institucional*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ufrj.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Portal institucional*. São Cristóvão, 2023. Disponível em: <https://www.ufs.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. PIBIC-EM. *Relatórios de Atividades*, 2023. Disponível em: <https://www.ufsc.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei. *Projeto “Engenharia vai à Escola”*, 2023. Disponível em: www.ufsj.edu.br. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UNESCO. *Reimagining our futures together: a new social contract for education*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>. Acesso em: 03 de junho de 2025.

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Portal institucional*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.unesp.br>. Acesso em: 03 de junho de 2025.

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Portal institucional*. Campinas, 2024. Disponível em: <https://www.unicamp.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá. *Relatório de Projetos de Extensão 2022*. Disponível em: www.unifei.edu.br. Acesso em: 03 de junho de 2025.

UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Produção nas Escolas – Projeto de Extensão*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.unirio.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UNIVASF – UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. *Portal institucional*. Petrolina, 2023. Disponível em: <https://www.univasf.edu.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal Do Paraná. *Projeto Engenharia Verde – Campus Medianeira*. Medianeira, 2023. Disponível em: <https://medianeira.utfpr.edu.br>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

LEAN MANUFACTURING E DMAIC APLICADOS A GESTÃO LOGÍSTICA DE ARMAZÉNS: ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA

Thiago Vicente Vaz Martins¹ – UNESPAR/CM
Gislaine Aparecida Pericaro² – UNESPAR/CM
Rony Peterson da Rocha³ – UNESPAR/CM
Bruna Maria Gerônimo⁴ – UNESPAR/CM
Solange Regina dos Santos⁵ – UNESPAR/CM
Dirceu Scaldelai⁶ – UNESPAR/CM

Grupo de Trabalho: 7- Engenharia de Produção

1. INTRODUÇÃO

A gestão eficiente dos armazéns de insumos agrícolas é essencial para o desempenho das cadeias produtivas do agronegócio, especialmente em cooperativas agroindustriais que operam em larga escala. A diversidade de produtos, a heterogeneidade das estruturas físicas e a ausência de processos padronizados são fatores que comprometem a fluidez operacional, gerando retrabalho, perdas e redução da competitividade (BALLOU, 2006; BOWERSOX; CLOSS; COOPER, 2014).

Nesse cenário, a adoção de abordagens modernas de gestão, como o *Lean Manufacturing*, tem se mostrado eficaz na eliminação de desperdícios, no aumento da produtividade e na promoção da melhoria contínua (WOMACK; JONES, 1996). Essa filosofia, originalmente desenvolvida no Sistema Toyota de Produção, é aplicável a ambientes logísticos por meio da identificação e eliminação de atividades que não agregam valor ao cliente (OHNO, 1997).

A aplicação do *Lean Manufacturing* pode ser potencializada com o suporte do método DMAIC, sigla para as fases Definir, Medir, Analisar, Melhorar e Controlar. Este método provém da metodologia Seis Sigma e busca orientar a resolução de problemas e a melhoria de processos com base em dados estruturados e raciocínio lógico. A etapa *Definir* estabelece o problema e delimita o escopo do projeto. Em *Medir*, são coletados dados e definidos os indicadores de desempenho. A fase *Analisar* visa identificar as causas raízes dos problemas. Na etapa *Melhorar*,

¹ - Pós-graduando – e-mail: vazthiago@hotmail.com

² - Doutorado – e-mail: gislaine.pericaro@ies.unespar.edu.br

³ - Doutorado – e-mail: rony.rocha@unespar.edu.br

⁴ - Doutorado – e-mail: bruna.geronimo@ies.unespar.edu.br

⁵ - Doutorado – e-mail: solange.regina@ies.unespar.edu.br

⁶ - Doutorado – e-mail: dirceu.scaldelai@ies.unespar.edu.br

são implementadas as soluções, enquanto *Controlar* assegura a sustentação dos resultados por meio de monitoramento contínuo (PYZDEK; KELLER, 2014).

Para dar suporte técnico à aplicação do DMAIC e do *Lean Manufacturing*, empregam-se ferramentas da qualidade como o Diagrama de Ishikawa, a técnica dos 5 Porquês, a Matriz GUT e o Mapeamento do Fluxo de Valor (VSM). Essas ferramentas permitem a visualização das causas dos problemas, a priorização de ações e a identificação de desperdícios ao longo do fluxo logístico. A aplicação combinada dessas metodologias e instrumentos se revela estratégica para ambientes que demandam agilidade, padronização e sustentabilidade operacional (GEORGE, 2003).

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo aplicar os princípios do *Lean Manufacturing*, integrados ao método *DMAIC*, nos armazéns de insumos de uma cooperativa agroindustrial, visando identificar e propor melhorias estruturais e operacionais que promovam a padronização, modernização e maior eficiência, segurança e sustentabilidade das atividades logísticas de armazenagem.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória e aplicada, voltada à análise e à melhoria dos processos logísticos em armazéns de insumos de uma cooperativa agroindustrial. O estudo teve como objetivo compreender e intervir nas operações de recebimento, armazenagem, controle de estoque e expedição, buscando a eliminação de desperdícios e a padronização de atividades por meio da aplicação do *Lean Manufacturing* e do método DMAIC.

Os procedimentos metodológicos adotados incluíram levantamento bibliográfico, análise documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas com os colaboradores envolvidos nas atividades logísticas dos armazéns. A pesquisa de campo foi realizada em três unidades distintas da cooperativa (regional, urbana e rural), entre janeiro e fevereiro de 2025, totalizando seis semanas de coleta de dados, durante as quais foram realizadas 10 visitas técnicas para observação das atividades de recebimento, armazenagem, controle de estoque e expedição. Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se entrevistas com sete gerentes de armazéns e a aplicação de formulários estruturados a 124 colaboradores, incluindo operadores de

empilhadeira, conferentes e almoxarifes. Também foram analisados relatórios operacionais internos e registros de não conformidades.

A análise dos dados foi guiada pelas etapas do método DMAIC (Definir, Medir, Analisar, Melhorar e Controlar), sendo cada fase apoiada por ferramentas da qualidade. Para identificar as causas dos principais problemas, foram aplicados o Diagrama de Ishikawa e a técnica dos 5 Porquês. A priorização das não conformidades foi conduzida por meio da Matriz GUT, considerando os critérios de Gravidade, Urgência e Tendência. Na fase “Melhorar” do ciclo DMAIC, incorporou-se o programa 5S como estratégia de organização e padronização dos ambientes operacionais. O Mapeamento do Fluxo de Valor (VSM) permitiu a identificação de gargalos e desperdícios nas etapas logísticas, enquanto indicadores-chave de desempenho (KPIs), como tempo de recebimento, taxa de retrabalho, nível de ocupação do espaço e índice de não conformidades, foram utilizados para subsidiar o diagnóstico e monitorar os resultados das ações propostas.

4. RESULTADOS

A análise dos dados coletados revelou gargalos operacionais significativos nos armazéns de insumos da cooperativa, especialmente nas etapas de recebimento, conferência e movimentação interna. Entre os principais problemas identificados pelos colaboradores estão o retrabalho causado por documentação incorreta, o espaço de armazenagem inadequado, falhas na conferência de notas fiscais e a exposição dos insumos à poeira. Esses problemas foram quantificados e priorizados por meio da Matriz GUT, destacando-se o retrabalho com escore médio de 4,3, seguido pelo espaço de armazenagem (4,1), conferência (3,8) e exposição ao pó (3,5). No Mapeamento do Fluxo de Valor (VSM), observou-se que atividades manuais de conferência representavam aproximadamente 25% do *lead time* total, enquanto a movimentação interna sem roteamento definido correspondia a 20%. Além disso, o tempo de espera nas docas representava 15% do tempo total, e o transporte até a área de armazenagem, 10%. Esses dados evidenciaram a presença de desperdícios significativos que impactavam diretamente na eficiência logística.

Nesse sentido, foram propostas intervenções com base nas ferramentas do *Lean Manufacturing* e DMAIC, destacando-se: a realocação das áreas de espera para proximidade das docas; a introdução de etiquetas com código de barras vinculadas ao sistema WMS; a realização de treinamentos rápidos com operadores e; a implementação do programa 5S. Como resultado

dessas ações, observaram-se melhorias expressivas nos principais indicadores logísticos: o tempo médio de recebimento foi reduzido em 20%, passando de 8,5 para 6,8 horas. A taxa de retrabalho caiu de 12,3% para 4,5%, representando uma redução de 63,4%. A ocupação do espaço físico aumentou de 68% para 85%, demonstrando maior eficiência no uso das estruturas. O percentual de não conformidades também apresentou queda acentuada, de 5,8% para 1,2%.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a aplicação do método DMAIC, aliado aos princípios do *Lean Manufacturing*, evidenciam a efetividade dessas abordagens na identificação e eliminação de desperdícios logísticos em ambientes cooperativos. A significativa redução no tempo de recebimento e nas taxas de retrabalho demonstra que a padronização das operações e a reorganização física dos armazéns são capazes de gerar ganhos tangíveis em eficiência e produtividade, como apontam Womack e Jones (1996) ao tratarem da importância do fluxo contínuo e da eliminação de atividades que não agregam valor.

A utilização estruturada das ferramentas da qualidade – Diagrama de Ishikawa, 5 Porquês, Matriz GUT e VSM – foi fundamental para compreender as causas raízes dos problemas e priorizar ações de melhoria. Essa abordagem está em consonância com George (2003), ao destacar que a robustez analítica do Seis Sigma, representada pelo método DMAIC, potencializa os resultados quando combinada à filosofia enxuta do *Lean Manufacturing*.

A implantação do programa 5S na fase “Melhorar” contribuiu diretamente para o aumento da ocupação do espaço e para a diminuição das não conformidades. O reforço da disciplina operacional e da cultura de organização trouxe impactos positivos tanto na produtividade quanto na segurança, aspectos frequentemente destacados na literatura como fundamentais para a sustentabilidade de melhorias logísticas (OHNO, 1997; PYZDEK; KELLER, 2014).

Outro ponto relevante diz respeito à aplicação prática do VSM, que possibilitou quantificar etapas improdutivas e evidenciar oportunidades de otimização no fluxo de materiais. A partir disso, intervenções específicas, como o redesenho do *layout* e a introdução de tecnologias de rastreamento, reforçaram o papel da gestão baseada em dados, característica essencial nas estratégias *Lean Six Sigma*.

Ainda que os resultados sejam positivos, é importante reconhecer que a replicabilidade das melhorias depende da continuidade do monitoramento dos indicadores e do comprometimento das equipes com os padrões estabelecidos. A etapa “Controlar”, última do ciclo DMAIC,

mostrou-se essencial para consolidar os avanços e criar um sistema de auditorias internas capaz de garantir a sustentabilidade das transformações implementadas.

6. CONCLUSÃO

A aplicação integrada do *Lean Manufacturing* com o método DMAIC nos armazéns de insumos de uma cooperativa agroindustrial mostrou-se eficaz na melhoria dos processos logísticos, com redução de desperdícios, aumento da eficiência operacional e melhor organização dos espaços. A abordagem permitiu identificar falhas sistêmicas, atuar em suas causas e implementar intervenções baseadas em dados e boas práticas de gestão da qualidade. Entre os principais ganhos observados estão a diminuição do tempo de recebimento, a redução de retrabalho e não conformidades, além do aproveitamento mais eficiente do espaço físico. A adoção do programa 5S, especialmente na fase “Melhorar” do DMAIC, foi fundamental para fortalecer a organização dos armazéns e promover uma cultura de disciplina e padronização. Como encaminhamento, recomenda-se à cooperativa a manutenção do monitoramento contínuo dos indicadores-chave de desempenho, por meio de auditorias periódicas e *feedback* das equipes operacionais. Também se sugere a ampliação gradual da metodologia para outros armazéns e setores, com as devidas adaptações às realidades locais, a fim de consolidar uma cultura organizacional voltada à excelência operacional e à sustentabilidade logística.

7. AGRADECIMENTOS

Os autores manifestam seus agradecimentos à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), à Fundação Araucária, à Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR), ao Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC), à Agência de Inovação Tecnológica – AGITEC/UNESPAR e ao Núcleo de Inovação e Pesquisa em Matemática Aplicada e Engenharia – NUMENG, do qual os docentes autores deste trabalho são membros efetivos, desempenhando atividades essenciais para o fomento da pesquisa aplicada, da inovação e da excelência científica no estado do Paraná. Agradecem também à Coordenação do Curso Gratuito de Pós-Graduação em Melhorias e Otimização da Produção e Operações, vinculado ao Colegiado de Engenharia de Produção Agroindustrial da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Campo Mourão, pelo apoio institucional e pela viabilização das atividades que resultaram neste trabalho.

8. REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald H. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby. *Gestão logística da cadeia de suprimentos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GEORGE, Michael L. *Lean Six Sigma: combining Six Sigma quality with Lean production speed*. New York: McGraw-Hill, 2003.

OHNO, Taiichi. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

PYZDEK, Thomas; KELLER, Paul A. *The Six Sigma handbook: a complete guide for Green Belts, Black Belts, and managers at all levels*. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 2014.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T. *A mentalidade enxuta nas empresas: elimine o desperdício e crie riqueza*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

LOGÍSTICA AGROINDUSTRIAL: INDICADORES DE DESEMPENHO APLICÁVEIS A CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Márcia de Fátima Morais¹ - Unespar/CM

Caroline da Silva Neves² - Unespar/CM

Grupo de Trabalho 7: Engenharia de Produção

1 INTRODUÇÃO

A logística é um componente essencial da cadeia de suprimentos, responsável por garantir o fluxo eficiente de bens, serviços e informações desde a origem até o consumo final. Segundo Ballou (2021), trata-se do processo de planejamento, implementação e controle do fluxo físico de produtos e materiais, com foco em atender as exigências dos clientes em termos de prazo, custo e qualidade.

No segmento agroindustrial, a logística adquire um papel ainda mais complexo devido à natureza perecível dos produtos, às exigências regulatórias rigorosas e à sazonalidade da produção. De acordo com Braga (2018) e Batalha (2007), a logística agroindustrial compreende atividades de armazenagem, transporte e distribuição em uma cadeia de valor caracterizada por alta vulnerabilidade às variações climáticas e de mercado.

Os Centros de Distribuição são infraestruturas essenciais para garantir a eficiência da cadeia logística, atuando como pontos intermediários entre a produção e o consumo. Em especial nos Centros de Distribuição de Alimentos, torna-se crucial implementar práticas de monitoramento e controle por meio de indicadores de desempenho logísticos, que permitam avaliar a eficácia das operações e orientar decisões gerenciais. Como destacam Chopra e Meindl (2022), o uso de indicadores de desempenho permite alinhar a logística às estratégias organizacionais, promovendo agilidade, confiabilidade e sustentabilidade nas entregas.

Dado que as empresas do segmento agroindustrial operam em mercados altamente competitivos, e que o setor agroindustrial demanda abordagens logísticas específicas, em função de suas características singulares, como perecibilidade, sazonalidade, rastreabilidade, entre outras, investigar indicadores de desempenho logístico aplicáveis à gestão de Centros de Distribuição de Alimento é uma importante questão para a manutenção da posição competitiva destas empresas.

¹ Doutorado – e-mail: marcia.morais@unespar.edu.br

² Especialização – e-mail: caroline_neves09@hotmail.com

2 OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo geral identificar os principais indicadores de desempenho logístico aplicáveis à gestão de Centros de Distribuição de Alimentos, com base nas particularidades do setor agroindustrial.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, baseada em revisão bibliográfica. Foram analisadas publicações científicas, manuais técnicos e relatórios de desempenho de empresas do setor agroindustrial. O estudo seguiu três etapas: i) levantamento da literatura; ii) categorização dos indicadores logísticos, e iii) análise qualitativa dos indicadores no contexto agroindustrial. As bases de dados utilizadas incluíram o Portal Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e o Google Scholar, priorizando publicações entre 2018 e 2025, com foco em logística agroindustrial, centros de distribuição de alimentos e indicadores de desempenho.

4 RESULTADOS

Este estudo identificou seis indicadores amplamente utilizados na avaliação do desempenho logístico em centros de distribuição de alimentos. Estes indicadores de desempenho logísticos, bem como suas finalidades, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores de Desempenho

Indicador	Finalidade do Indicador
Tempo de Ciclo do Pedido	Medir o tempo total entre o pedido e a entrega
Acuracidade do Inventário	Avaliar a exatidão dos registros de estoque
Giro de Estoque	Mensurar a frequência de renovação dos estoques
Nível de Serviço ao Cliente	Verificar a satisfação e confiabilidade da entrega
Taxa de Ruptura	Identificar indisponibilidades de produtos em estoque
Tempo Médio de Armazenagem	Avaliar a eficiência do uso do espaço e do tempo

Fonte: Elaborado pelas Autoras

Esses indicadores são essenciais para a melhoria contínua dos processos logísticos, pois permitem monitorar aspectos como custos, qualidade, prazos de entrega e níveis de serviço, embasando intervenções gerenciais eficazes (TEIXEIRA *et al.*, 2021). Por exemplo, o Tempo de Ciclo do Pedido indica a eficiência da operação, enquanto a Acuracidade do Inventário ajuda a otimizar a gestão do estoque, evitar perdas e garantir a disponibilidade dos produtos (BALLOU, 2021).

Outros indicadores de desempenho utilizados são o Tempo de Entrega no Prazo, a Taxa de Pedidos Completos, os Custos de Armazenagem e Transporte, a Taxa de Devolução, os Índices de Avarias no Transporte e o Custo de Transporte como Porcentagem da Receita (CHING, 2010).

Além disso, o setor agroindustrial exige atenção especial a indicadores relacionados à conservação e perecibilidade dos produtos, como o Índice de Perdas por Vencimento e a Conformidade de Temperatura, fundamentais para garantir a integridade da cadeia de frio (DIAS, 2023). Esses indicadores asseguram que produtos perecíveis, como carnes, laticínios e hortifrutigranjeiros, mantenham sua qualidade durante o armazenamento e o transporte.

A Rastreabilidade de Lotes, por sua vez, é um indicador estratégico para a segurança alimentar, permitindo identificar rapidamente a origem de produtos contaminados e facilitar ações corretivas em caso de recall (MARTINS; ALT, 2021). Conforme Novaes (2007), a rastreabilidade é essencial em cadeias logísticas de alto risco, como a de alimentos, pois está diretamente ligada à confiabilidade do serviço prestado.

Do ponto de vista operacional, indicadores como a Taxa de Ocupação do Armazém, os Pedidos Processados por Hora e a Produtividade por Operador permitem avaliar a eficiência do uso dos recursos físicos e humanos no centro de distribuição (BALLOU, 2021). Já no aspecto estratégico, o Nível de Serviço ao Cliente destaca-se como um dos principais indicadores de performance logística, pois relaciona pontualidade e integridade na entrega dos pedidos, influenciando diretamente a satisfação do consumidor final (CHOPRA; MEINDL, 2022).

Por fim, indicadores de sustentabilidade logística, como emissões de CO₂ por tonelada transportada e consumo energético por pallet movimentado, têm ganhado espaço em CDs de alimentos, refletindo a crescente preocupação com a logística verde e o impacto ambiental das operações (SOLIANI; INNOCENTINI; DO CARMO, 2019).

5 DISCUSSÃO

O setor agroindustrial demanda abordagens logísticas específicas, dadas as suas características singulares, conforme segue: i) Perecibilidade: Exige controle rigoroso de temperatura e tempo de armazenagem, sendo que indicadores como TTIs (Indicadores de Tempo-Temperatura) e gestão da cadeia fria são decisivos para frutas e hortaliças; ii) Sazonalidade: Impacta diretamente o planejamento da demanda e a capacidade de estocagem, conforme modelos logísticos que

consideram variabilidade sazonal inerente à agricultura; iii) Rastreabilidade: Fundamental para segurança alimentar, com uso de RFID (Identificação por Radiofrequência), códigos de barras e normas como ISO 22005, garantindo visibilidade em toda a cadeia; v) Regulamentação Sanitária: Implica processos rastreáveis e documentados, com adoção de HACCP (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) e conformidade regulatória. Adicionalmente, a crescente preocupação com a sustentabilidade tem promovido inclusão de indicadores ambientais e sociais; revisões recentes apontam que frameworks multicapital e práticas de logística sustentável reduzem desperdício e promovem vantagem competitiva (NARDI *et al.*, 2020; ERA *et al.*, 2022; AKRAM *et al.*, 2023; AMAMOU *et al.*, 2025).

Dessa forma, a partir de referências como Ballou (2021), Brito e Rocha (2021), Teixeira *et al.* (2021) e Chopra e Meindl (2022) e tendências recentes que apontam para a incorporação crescente de critérios sustentáveis na gestão logística, propõe-se uma estrutura de avaliação de desempenho em três eixos: i) Operacional: Tempo de ciclo, acuracidade do inventário, giro de estoque, entre outros; ii) Estratégico: Custo logístico, confiabilidade na entrega, satisfação do cliente, entre outros; e iii) Sustentável: Emissões de CO₂, eficiência energética, perdas alimentares, entre outros.

6 CONCLUSÃO

Os indicadores de desempenho logístico são ferramentas essenciais para a gestão eficiente de centros de distribuição de alimentos agroindustriais. Este estudo demonstrou que, além dos indicadores tradicionais, é necessário incorporar variáveis relacionadas à perecibilidade, rastreabilidade e sustentabilidade das operações. A integração entre indicadores operacionais, estratégicos e sustentáveis representa uma abordagem robusta para enfrentar os desafios logísticos do setor de alimentos, contribuindo para cadeias mais resilientes e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A adoção de indicadores logísticos não deve ser encarada como um fim em si mesmo, mas como parte de um processo sistêmico de melhoria contínua e alinhamento estratégico. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de diagnósticos empíricos em CDs agroindustriais de diferentes portes e regiões, com foco na aplicação prática e nos ganhos obtidos com a adoção de indicadores de desempenho logísticos. Para futuras pesquisas, sugere-se a aplicação empírica da estrutura proposta em CDs reais, com foco em benchmarking entre empresas do setor.

7 REFERÊNCIAS

- AKRAM, Hafiz Waqas; AKHTAR, Syed; AHMAD, Asif; ANWAR, Imran; SULAIMAN, Muhammad Azrin Bin Abu Bakar. Developing a conceptual framework model for effective perishable food cold-supply-chain management based on structured literature review. *Sustainability*, v. 15, n. 6, p. 4907, 2023.
- AMAMOU, Abdelaziz; CHABOUH, Salah; SIDHOM, Lotfi; ZOUARI, Aymen; MAMI, Adel. Agri-Food Supply Chain Sustainability Indicators from a Multi-Capital Perspective: A Systematic Review. *Sustainability*, v. 17, n. 9, p. 4174, 2025.
- BALLOU, Ronald Henry. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.
- BATALHA, Mario Otávio. Gestão Agroindustrial. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRAGA, Maria Fernanda de Oliveira. Logística Agroindustrial. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.
- BRITO, Jadson Rafael Soares de; ROCHA, Miriam Karla. Análise de indicadores de desempenho logístico em uma distribuidora de produtos alimentícios localizada na cidade de Mossoró. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Potiguar (UnP), Mossoró, 2021.
- CHING, Hong Yuh. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: supply chain. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Administração da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação. 7. ed. São Paulo: Pearson Education, 2022.
- DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- ERA, Lucas; MACHADO, Sandra; KAWAMOTO JÚNIOR, Luiz. Food Supply Chain Traceability: A multiple case study from Alto Tietê (Brazil). *Chemical Process*, v. 10, n. 24, 2022.
- MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- NARDI, Vanessa Aparecida Mendes; AULER, Débora Pitó; TEIXEIRA, Rodrigo. Food safety in global supply chains: a literature review. *Journal of Food Science*, v. 85, n. 4, p. 1056–1065, 2020.
- NOVAES, Antonio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- OLIVEIRA, José Roberto de; LIMA, Lucas Carvalho de. Indicadores logísticos: análise dos principais KPIs aplicados a centros de distribuição. *Revista Interface Tecnológica*, v. 19, n. 2, p. 130–144, 2022.
- SOLIANI, Rafael Dias; INNOCENTINI, Márcia Denadai Marques; DO CARMO, Marcelo Costa. Redução das emissões de CO₂ por meio da logística colaborativa: uma análise do transporte de soja e fertilizantes nos portos de Santos e Paranaguá. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 11, n. 4, p. 106–130, 2019.
- TEIXEIRA, Ariane Oliveira; FERMINO, Guilherme Almeida; SANTOS, Lechan Colares; KATO-CRUZ, Erika Mayumi; RODRIGUES, Valdecir Cahoni. Indicadores de desempenho: revisão sistemática no âmbito logístico. *Anais do Emprad*, São Paulo, 2021.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PROCESSO PRODUTIVO DA AREIA HIGIÊNICA À BASE DE MANDIOCA

Alan Renato de Souza ¹ - UNESPAR
Diogo de Oliveira Martins ² - UNESPAR
Nayra Rodrigues da Silva ³ - UNESPAR
Andréa Machado Groff ⁴ - UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 07 Engenharia de Produção

RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre o processo produtivo da areia sanitária para gatos feita à base de mandioca, destacando seu potencial biodegradável. O aumento da população de gatos no Brasil, especialmente entre pessoas que vivem sozinhas e em apartamentos, impulsiona a busca por soluções higiênicas de fácil manutenção. A areia sanitária à base de mandioca é uma alternativa sustentável e eficiente, por ser biodegradável e por formar torrões firmes o que facilita o processo de limpeza. O processo de fabricação envolve diversas etapas como a torrefação, o peneiramento, o resfriamento e o envase. O presente estudo consistiu em descrever o processo produtivo da areia sanitária à base de mandioca e compará-la à areia sanitária de argila esmectita em aspectos como formação de torrões e absorção de líquidos. Constatou-se que a areia sanitária à base de mandioca formou torrões sólidos com boa absorção e sem esfarelamento, além de permitir, devido a sua coloração clara, a visualização de alterações na cor da urina dos animais. Cabe salientar que, para o Engenheiro de Produção Agroindustrial, é importante conhecer os processos produtivos bem como as normas envolvidas a fim de garantir a qualidade e a segurança dos produtos.

Palavras-chave: Areia Higiênica. Farinha de mandioca. Gatos.

RESUMEN

El artículo presenta un estudio sobre la producción y eficacia de la arena para gatos elaborada a partir de yuca, destacando su potencial biodegradable y sus ventajas frente a otros tipos, como la arcilla. El aumento de la población de gatos en Brasil, especialmente entre personas que viven solas y en departamentos, está impulsando la búsqueda de soluciones higiénicas de fácil mantenimiento. La arena de yuca es una alternativa sostenible y eficiente, ya que es biodegradable, transparente (lo que facilita el seguimiento de la salud del animal) y forma grumos firmes al absorber la orina, lo que facilita su limpieza. El proceso de fabricación implica pasos como tostado, tamizado, enfriamiento y embotellado, utilizando equipos industriales

¹ – Graduando de Engenharia de Produção Agroindustrial - EPA – e-mail: renatoalan21@gmail.com

² – Graduando de EPA – e-mail: diogodeolmartins@hotmail.com

³ – Graduanda de EPA – e-mail: nayra9036@gmail.com

⁴ – Professora – Curso de EPA – e-mail: andrea.groff@ies.unespar.edu.br

adecuados. Las pruebas de laboratorio compararon la arena de yuca con la arcilla esmectita en aspectos como la formación de grumos, la durabilidad, la absorción de líquidos y la visibilidad del tinte. La arena de yuca demostró un mejor desempeño, formando grumos sólidos, con buena absorción y sin desmoronarse, además de permitir la visualización de cambios en el color de la orina, en comparación con la arena a base de arcilla. El estudio destaca la importancia de los estándares de calidad y seguridad de estos productos y muestra cómo el conocimiento del proceso productivo es relevante para la formación de ingenieros de producción agroindustrial.

Palabras clave: Arena higiénica. Gatos. Producción de harina de yuca.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com o levantamento do Instituto Pet Brasil, divulgado em maio de 2025, a população de gatos no Brasil atingiu 30,8 milhões, representando um aumento de 5,4% em relação a 2022, quando havia 29,2 milhões. Esse aumento pode ser explicado pelo gato ser um animal de baixa manutenção, tendo uma fácil adaptação a ambientes pequenos e fechados, sendo carinhosos e muitos dóceis (Sollitto, 2022).

Segundo Silva, Ratão e Vasconcellos (2022), a maioria dos tutores de gatos usa granulados ou areias sanitárias a fim de estimular que o animal defeque ou urine sempre no mesmo local, porém, para a escolha do produto mais apropriado é importante considerar fatores como custo, biodegradabilidade, rendimento, preferências dos gatos e odor no ambiente.

As areias sanitárias podem ser elaboradas em diversas composições como a base de madeira, argilas, a base de trigo, sílica, de rochas calcárias e de mandioca e proporcionam uma ação rápida e eficaz na absorção de líquidos e odores (Oliveira, 2014).

Entre as vantagens da utilização da areia sanitária feita à base de mandioca estão: ser 100% biodegradável, podendo ser descartada diretamente no vaso sanitário e ser de cor clara, o que facilita o controle e observação de como está a saúde do felino pela cor da urina e das fezes (Keidann, 2011). Além destes aspectos, pode-se destacar a facilidade de limpeza e manutenção do material, já que esta, após o uso pelo felino, forma torrões, facilitando assim a limpeza e remoção deste com o auxílio de uma pá (BRT, 2011).

Sendo assim, o presente artigo teve como objetivo descrever o processo de fabricação da areia higiénica à base de mandioca, tendo em vista que conhecer os processos produtivos é de suma importância à formação do Engenheiro de Produção Agroindustrial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PROCESSO DE FABRICAÇÃO DA AREIA HIGIÊNICA À BASE DE MANDIOCA

O processo produtivo da areia higiênica à base de mandioca é dividido em cinco etapas, conforme apresentado a seguir:

Torrefação: é a etapa em que a farinha de mandioca entra úmida e sai como seca, nesta etapa a temperatura chega a 90° C (Bezerra, 2006) A Figura 1 apresenta um modelo de forno para torrefação.



Figura 1: Forno contínuo a vapor para torrefação.

Fonte: UNIPREST.

Peneiramento: é definido como a separação de materiais granulares utilizando-se uma superfície perfurada. Esse pode ter dois objetivos: i) separar as partículas de um sólido granular de maneira homogênea e ii) obter porções com partículas de tamanhos similares. Para o segundo objetivo, a alternativa mais econômica e simples é o peneiramento, utilizando peneiras padronizadas com malhas precisas, que formam uma série com aberturas decrescentes. Normalmente, as peneiras escolhidas são empilhadas e colocadas sobre um vibrador, em que o material a ser separado é colocado na peneira superior, que tem a malha mais aberta. As partículas mais finas, que passam por todas as malhas, são coletadas em um recipiente no final do sistema. Após um tempo determinado, o material retido em cada peneira é removido e pesado (Chisté; Cohen, 2006). De acordo com Bezerra (2006), a granulometria para uso *pet* deverá ser maior que 2 mm. A Figura 2 apresenta um modelo de peneira vibratória pneumática.



Figura 2: Peneira vibratória pneumática.

Fonte: MVL.

“Após o esfarelamento/peneiragem, a massa é colocada, em bateladas, no forno para eliminação do excesso de água e gelatinizar parcialmente o amido [...]. Em seguida, a farinha vai sendo colocada em pequenas quantidades em outro forno para uniformização da massa e torração final.” (Chisté; Cohen, 2006).

Resfriamento: Nessa etapa o material que foi aquecido até 90° C começa a perder a temperatura para ser armazenado, utilizando-se equipamento conforme o apresentado na Figura 3.



Figura 3: Forno de resfriamento contínuo.

Fonte: Kontinuer.

Envase: nesta etapa o produto segue para uma máquina embaladora automática (Figura 4), podendo ser acondicionado em pacotes de 2 e 4 kg e em fardos de 10 ou 16 kg (Bezerra, 2006).



Figura 4: Embaladora automática.

Fonte: Concetti North America Corp.

Cabe salientar que no processo de fabricação da areia à base de mandioca são gerados poucos resíduos e que estes podem ser reaproveitados no próprio processo ou seguirem para outras finalidades como alimentação animal ou indústrias de colas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia pode ser definida como um conjunto de métodos, procedimentos, normas e técnicas utilizados em uma atividade ou disciplina com o objetivo de encontrar a abordagem mais racional para investigar uma questão e buscar respostas, visando assim a construção de conhecimento (OLIVEIRA, 2023).

Esse artigo pode ser classificado, quanto aos meios, como pesquisa bibliográfica: “É o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.” (Vergara, 2011). Quanto aos fins é classificada como descritiva que, segundo Vergara (2011), é aquela que procura conhecer, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

Para a análise da areia sanitária à base de mandioca, foi usado um pacote de 2 kg de uma determinada marca, com granulometria de 2 mm. Segundo a ABNT nº 10, o produto apresenta-se com cor creme que é derivado da variação natural da variedade da raiz da mandioca, notou-se pouco ou quase nenhum odor que foi relevante para esse estudo, com presença de uma pequena quantidade de pó. Para comparar a areia à base de mandioca uma areia à base de argila esmectita,

usou-se um pacote de 4 kg de uma determinada marca, com a mesma granulometria da amostra a base de mandioca. Foram utilizadas amostras de 500 g de cada, conforme apresentadas na Figura 5.



Figura 5: Amostras de areia a base mandioca e a base de argila.

Fonte: Autores (2024).

Foram analisados os seguintes aspectos: formação de torrões e teste de saturação. Para análise dos torrões foram utilizados uma bandeja multiuso, um béquer para armazenamento d'água e uma seringa de plástico para a ação de gotejamento. Com o auxílio da seringa foram adicionados 5 ml de água em cada uma das amostras e observada a formação do torrão. Após 5 minutos da adição foi observado se o torrão permanecia firme. Para o teste de saturação foram adicionados em um béquer, a quantidade de 62 g de cada produto e adicionados 90 ml de água de forma corrente, esse teste tem como ponto de observação quanto tempo leva para a água ser absorvida pelas areias. Os testes foram realizados no Laboratório de Química da Universidade Estadual do Paraná *Campus* de Campo Mourão

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização dos testes, pode-se observar as diferenças de resultados para cada tipo de amostra estudada, conforme a seguir.

Quanto à capacidade de formação de torrões observou-se que a areia à base de mandioca forma o torrão nos primeiros 5 minutos e, após esse período, o torrão permanece firme, sem esfarelar e sem odor, nota-se que a absorção do líquido é praticamente instantânea, não ocorrendo espalhamento por grande área da superfície, conforme apresentado na Figura 6.



Figura 6: Amostra da areia sanitária (100% mandioca) após o teste do torrão.

Fonte: Autores (2024).

Para a areia sanitária de argila esmectita, observou-se que o torrão se forma após os 5 minutos e que a absorção não é imediata, sendo que a água se espalha pela superfície para depois ser absorvida, diferente do que aconteceu no teste com a amostra de areia à base de mandioca. Notou-se ainda que, após os 5 minutos de teste, o torrão permaneceu firme, mas apresentou algum tipo de esfarelamento sendo o odor foi pouco significativo. A Figura 7 apresenta o torrão formado após contato da água com a areia a base de argila.



Figura 7: Amostra da areia sanitária (100% esmectita) após o teste do torrão.

Fonte: Autores (2024).

A Tabela 1 apresenta os resultados referentes aos testes de saturação.

Tabela 1: Teste de saturação com jato d'água das amostras de areia sanitária.

Areia	Saturação (minutos)	Volume de saturação ml
À base de mandioca	10	90
Argila esmectita	10	70

Fonte: Autores

Constatou-se que na areia sanitária à base de mandioca a areia penetra de forma rápida, por conta do tamanho dos grânulos e da quantidade de amido. Quando observado na amostra de argila, nota-se que a água não penetra de forma fácil, mesmo após 10 min, a quantidade aplicada de 95 ml não é absorvida totalmente, conforme observa-se na Figura 8.



Figura 8: Amostras das areias sanitárias após o teste de saturação com jato d'água.

Fonte: Autores (2024).

Após o tempo de 10 minutos pode-se observar que a areia a base de mandioca forma uma massa, ela fica macia e com pouco aspecto molhado, permanecendo úmida, mas não despedaçando. Quando comparada com a amostra de argila, nota-se que ela forma a mesma massa, mas com aspecto argiloso e úmido desmanchando de forma fácil, conforme observado na Figura 9.



Figura 9: Aspecto da massa formada após o teste de jato d'água.

Fonte: Autores (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como finalidade conhecer o processo de fabricação da areia sanitária à base de mandioca e por meios de testes, comparar com outro tipo de areia sanitária (argila). Verificou-se que a areia à base de mandioca mantém torrões sólidos, com pouco esfarelamento e tem como vantagem a cor clara o que possibilita a percepção de alterações na coloração da urina e das fezes dos gatos. Para estudos futuros sugere-se que sejam analisadas características como a capacidade de absorver urina, a durabilidade do produto e o controle de odores.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, V. S. **Farinhas de mandioca seca e mista**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/120197/1/00079010.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRT. Areia para gatos. 2011. Acesso em: 28 jul. 2024, às 10:00.

CHISTÉ, Renan Campos; COHEN, Kelly de Oliveira. **Efeito do processo de fabricação da farinha de mandioca**. Embrapa Amazonia Oriental. Belém, PA. 2006. Acesso em 13 de agosto de 2024.

CONCETTI. Imagem de uma máquina embaladora automática. Disponível em <https://www.concetti.com/pt/as-nossas-maquinas/maquinas-de-formacao-ffs-para-sacos/maquina-ensacadeira-automatica-continua/> Acesso em 10 de agosto de 2024.

KEIDANN, A. **Areia sanitária para gatos a base de mandioca**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://wallig.bolichodobicho.com.br/areia-sanitaria-para-gatos-a-base-de-mandioca/>>. Acesso em 13 de agosto de 2024.

KONTINUER. Imagem de um forno de resfriamento contínuo. Disponível em <https://www.kontinuer.com/pt/equipamentos/esfriadores-de-farinha/> Acesso em 10 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, C. C. **Metodologia Científica em Engenharia de Produção. Slides de aula**. Disciplina de Metodologia Científica e Tecnológica em Engenharia de Produção. Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial, Campus de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Campo Mourão/PR. 2023.

OLIVEIRA, Hildernado Martinelli. **Incorporação dos resíduos provenientes do beneficiamento de rochas ornamentais na produção de areia sanitária**. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB, 2014. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, A. F. N.; RATÃO, M. E. R.; VASCONCELLOS, R. S. Avaliação qualitativa de granulados sanitários para gatos. ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 31, 2022. Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2022;

SOLLITTO, André. **Porque brasileiros têm preferido escolher gatos como companheiros do lar**. Veja, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/por-que-brasileiros-tem-preferido-escolher-gatos-como-companheiros-do-lar/> Acesso em 07 de junho de 2025.

UNIPREST. Imagem de um forno contínuo a vapor. Disponível em <https://uniprest.ind.br/produtos/info/forno-continuo-a-vapor/> Acesso em 10 de agosto de 2024.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 08

GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

COORDENAÇÃO VERTICAL EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS: MECANISMOS DE GOVERNANÇA ENTRE COOPERATIVAS E PRODUTORES RURAIS NO PARANÁ

Jheine Oliveira Bessa Franco¹ – Unespar
José Paulo de Souza² – UEM

GRUPO DE TRABALHO: 8: Gestão do Agronegócio

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender os mecanismos de coordenação vertical adotados por cooperativas do agronegócio nos Sistemas Agroindustriais (SAGs) de suínos, aves e peixes, com foco nas relações com os produtores associados. A pesquisa adota a Economia dos Custos de Transação (ECT) como referencial teórico, considerando atributos como especificidade dos ativos, frequência e incerteza das transações. Com base em entrevistas realizadas com dirigentes de cooperativas e produtores em três mesorregiões do Paraná, identificaram-se mecanismos formais e informais de governança, como contratos de parceria, assistência técnica, incentivos produtivos e confiança relacional. Os resultados indicam que, diante das exigências técnicas e sanitárias dos mercados finais, a coordenação vertical torna-se essencial para reduzir os custos de transação e garantir a continuidade das relações. A estrutura de governança híbrida observada se aproxima da integração vertical, especialmente diante da alta especificidade dos ativos e da dependência gerada nos produtores. O estudo contribui ao evidenciar como as cooperativas constroem arranjos institucionais adaptativos para coordenar transações complexas em ambientes agroindustriais.

Palavras-chave: Economia dos Custos de Transação; Cooperativa Agroindustriais; Coordenação Vertical; Sistemas Agroindustriais; Governança.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender los mecanismos de coordinación vertical adoptados por cooperativas agroindustriales en los Sistemas Agroindustriales (SAGs) de porcinos, aves y peces, con énfasis en las relaciones con los productores asociados. La investigación se basa en la Economía de los Costos de Transacción (ECT) como marco teórico, considerando atributos como la especificidad de los activos, la frecuencia y la incertidumbre de las transacciones. A partir de entrevistas con dirigentes cooperativistas y productores en tres mesorregiones del estado de Paraná (Brasil), se identificaron mecanismos formales e informales de gobernanza, como contratos de asociación, asistencia técnica, incentivos productivos y confianza relacional. Los resultados indican que, ante las exigencias técnicas y sanitarias de los mercados finales, la coordinación vertical es esencial para reducir los costos de transacción y garantizar la continuidad de las relaciones. La estructura de gobernanza híbrida observada se asemeja a una integración vertical, especialmente debido a la alta especificidad de los activos y a la dependencia generada en los productores. El estudio contribuye al evidenciar cómo las cooperativas construyen arreglos institucionales adaptativos para coordinar transacciones complejas en entornos agroindustriales.

¹ - Doutora em Administração – e-mail: jheine.franco@unespar.edu.br

² - Doutor em Administração – e-mail: jpsouza@uem.edu.br

Palabras clave: *Economía de los Costos de Transacción; Cooperativas Agroindustriales; Coordinación Vertical; Sistemas Agroindustriales; Gobernanza.*

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas do agronegócio desempenham papel fundamental na organização da produção agropecuária no Brasil, especialmente no apoio a produtores de pequeno e médio porte. Elas contribuem para a agregação de valor, acesso a mercados e fornecimento de insumos e serviços técnicos, configurando-se como instrumentos relevantes para o fortalecimento dos sistemas agroindustriais (SAGs) (Bialoskorski Neto, 2012; Zylbersztajn, 2002). A estrutura cooperativa, baseada na propriedade coletiva e gestão democrática, diferencia-se das firmas capitalistas tradicionais, apresentando desafios específicos na coordenação de suas atividades, sobretudo em relações verticais com os associados.

Ao diversificarem para setores inseridos em complexas cadeias agroindustriais, as cooperativas passam a enfrentar exigências rigorosas de qualidade, regularidade no fornecimento e conformidade sanitária, o que demanda o desenvolvimento de mecanismos eficazes de coordenação com seus associados. Essa coordenação é essencial para alinhar os interesses das partes, mitigar riscos contratuais e garantir a eficiência das transações. A escolha de instrumentos apropriados de governança torna-se ainda mais relevante em contextos de alta especificidade de ativos e incerteza, condições típicas dos SAGs de proteína animal (Williamson, 1985).

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo compreender os mecanismos de coordenação vertical adotados por cooperativas do agronegócio nos SAGs de suínos, aves e peixes, com foco nas relações com os produtores associados. Para tanto, buscou-se descrever os atributos das transações entre cooperativas e associados e identificar os instrumentos formais e informais utilizados pelas cooperativas para coordenar a produção dos associados.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa se justifica pela aplicação da Economia dos Custos de Transação (ECT), que fornece um arcabouço consistente para explicar a escolha de estruturas de governança em função dos atributos das transações (Williamson, 1985). Já no caso das cooperativas do agronegócio, essas transações podem envolver ativos específicos, alta frequência e incertezas, exigindo mecanismos de coordenação mais estruturados. Além disso, discute-se a complexidade das cooperativas como “formas organizacionais estranhas” (Ménard, 2007), dada a diversidade de arranjos de coordenação que adotam.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico sobre a ECT e suas aplicações às relações entre cooperativas e produtores. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. A seção 4 apresenta e discute os principais resultados empíricos. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Coordenação entre cooperativas do agronegócio e produtores rurais

As relações entre a cooperativa e seus associados são constituídas como de associação, em que a coordenação é horizontal e dependente de atributos sociais (Cook, 1995; Bialoskorski Neto, 2012). À medida que as cooperativas crescem geograficamente ou ampliam suas operações para lidar com a competição e a expansão de mercados, elas aumentam em tamanho e complexidade organizacional.

Logo, dilemas sobre como organizar os muitos participantes e quais adaptações são necessárias no sistema de governança, se constituem (Cechin et al., 2013; Hendrikse, 2004). Isso porque, os *outputs* dos associados são *inputs* das cooperativas indicando interdependências verticais (Martins; Souza, 2014; Cunico; Souza; Schiavi, 2021; Mirales; Souza, 2023).

À medida que diversificam suas atividades junto aos os associados, as cooperativas precisam investir em estruturas para viabilizar o escoamento da nova produção (Cechin et al., 2013; Gonçalves, 2016; Cielo, Rocha Júnior, Sanches-canevesi, 2020). Os associados também precisam realizar investimentos em suas propriedades para viabilizar a nova atividade (Martins; Souza, 2014; Gonçalves, 2016; Cunico; Souza; Schiavi, 2021). Nesse contexto, as características associativas baseadas em vínculos sociais podem não ser suficientes para coordenar as transações de forma eficiente (Cechin et al., 2013; Deng, 2015; Sykuta; Cook, 2001; Zylbersztajn, 2002).

Isso porque a inserção em SAGs complexas, como as de proteína animal, impõe a cooperativas e produtores exigências técnicas, sanitárias e ambientais, exigindo adaptação a mercados mais rigorosos e exigentes (Saes, 2009; Gonçalves, 2016; Cunico; Souza; Schiavi, 2021). Evidências indicam o uso de contratos formais entre associados e cooperativas como: integração na produção de peixe (Cunico; Souza; Schiavi, 2021); aves (Cechin, 2013; Guareski et al., 2019; Sartorelli; Machado; Silva, 2019; Cielo, Rocha Júnior, Sanches-Canevesi, 2020) suínos (Martins; Souza, 2014; Borges; Souza; Bánkuti, 2015).

Apesar da presença de contratos formais, a coordenação entre cooperativas e associados ocorre, em grande parte, por meio de acordos informais, o que mantém elevados os custos de negociação e resolução de conflitos (Martins; Souza, 2014; Borges; Souza; Bánkuti; 2015; Silveira, 2017; Souza; Bánkuti, 2017; Cunico; Souza; Schiavi, 2021). Torna-se, portanto, essencial adotar mecanismos formais de coordenação e estruturas de governança adequadas. Como destaca Farina (1999), é a capacidade de coordenar que sustenta a competitividade organizacional.

2.2 Economia dos Custos de Transação e Coordenação Vertical

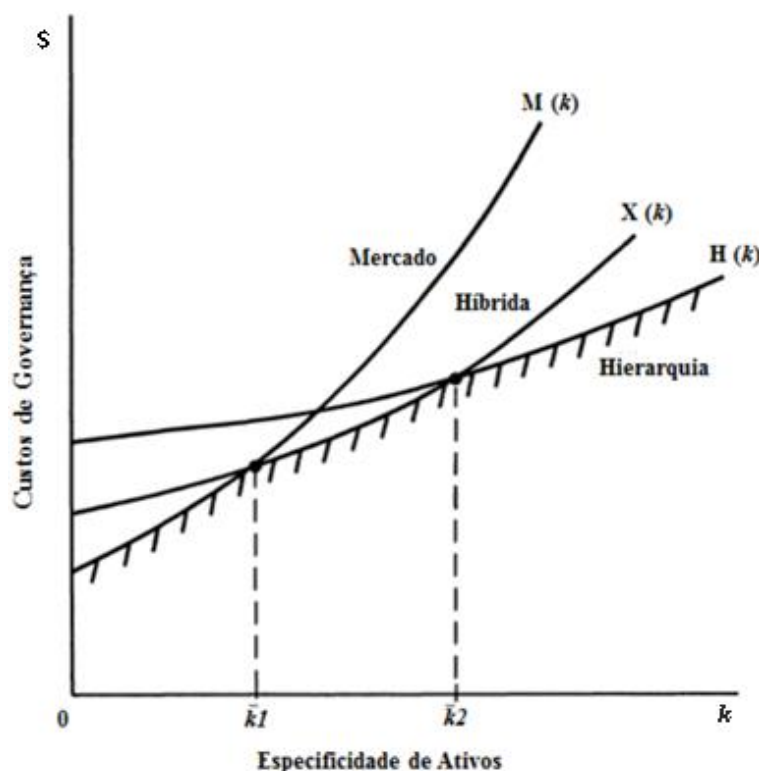
A Economia dos Custos de Transação (ECT), proposta inicialmente por Ronald Coase (1937) e desenvolvida por Oliver Williamson (1985), parte do reconhecimento de que realizar uma transação econômica não envolve apenas o preço do bem ou serviço, mas também uma série de custos relacionados à busca de informação, negociação, elaboração de contratos e monitoramento de seu cumprimento. Esses custos variam conforme o ambiente institucional e as características específicas da transação.

Williamson (1985) propõe três atributos fundamentais que afetam o custo de uma transação: frequência, incerteza e especificidade dos ativos. A frequência se refere à regularidade com que a transação ocorre; a incerteza envolve tanto aspectos ambientais (como variações de mercado ou condições climáticas) quanto comportamentais (como oportunismo das partes); e a especificidade dos ativos diz respeito ao grau em que os investimentos realizados são específicos àquela relação e não podem ser facilmente redirecionados a outros usos ou parceiros.

Conforme esses atributos se tornam mais acentuados, especialmente a especificidade dos ativos, os mecanismos de coordenação via mercado tornam-se menos eficazes e mais custosos, levando as organizações a adotar estruturas de governança alternativas, como contratos híbridos ou a integração vertical. Nas formas híbridas, como ocorre com frequência nas cooperativas do agronegócio, combinam-se elementos de mercado e hierarquia, por meio de contratos de parceria, monitoramento técnico, bonificações e penalidades, entre outros mecanismos (Ménard, 2004; 2007; Williamson, 1996).

Na Figura 1, observa-se o impacto dos custos de transação em diferentes estruturas de governança para atender às demandas de adaptação e controle, percorrendo desde o mercado (M) até a hierarquia (H), com base na especificidade do ativo (K).

Figura 1 - Custos de Governança como uma função de especificidade de ativos



Fonte: Williamson (1991, p. 284).

No caso das cooperativas do agronegócio, a coordenação vertical envolve a definição de regras e incentivos que alinhem o comportamento dos produtores às necessidades da cooperativa, especialmente nos estágios de produção que precedem o processamento industrial. A relação entre cooperativa e associado, embora amparada por princípios de solidariedade e participação democrática, frequentemente exige o uso de mecanismos contratuais e gerenciais que garantam o cumprimento de padrões técnicos e sanitários, assegurando a competitividade da cadeia produtiva (Cechin et al., 2013).

Essas relações, quando envolvem investimentos específicos e alta frequência de transações, exigem estruturas de governança que reduzam os riscos de comportamento oportunista e

aumentem a segurança da transação (Williamson, 1985). Ademais, aspectos informais como confiança, reputação e capital relacional também são relevantes, funcionando como mecanismos complementares à governança formal (Ménard, 2004).

Dessa forma, a ECT fornece uma estrutura analítica robusta para compreender como cooperativas do agronegócio, atuando em ambientes complexos e com grande necessidade de coordenação, estruturam suas relações com os produtores associados. No contexto dos SAGs de suínos, aves e peixes, essa abordagem permite investigar como os atributos das transações influenciam a escolha dos mecanismos de governança e os resultados organizacionais da relação cooperativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter descritivo e corte transversal (Triviños, 1987), com o objetivo de compreender os mecanismos de coordenação vertical entre cooperativas do agronegócio e produtores rurais associados nos Sistemas Agroindustriais (SAGs) de suínos, aves e peixes. A investigação foi fundamentada na análise dos atributos das transações e dos instrumentos de governança utilizados nas relações cooperativas, à luz da Economia dos Custos de Transação (ECT).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com dirigentes de quatro cooperativas do agronegócio e 35 produtores rurais associados, localizados em três mesorregiões do estado do Paraná: Norte Central, Sudoeste e Oeste. A escolha das cooperativas e produtores foi feita de forma intencional, com base nos seguintes critérios: (i) atuação em atividades agroindustriais com integração vertical (abate e processamento); (ii) adoção de mecanismos contratuais formais ou informais para coordenar a produção; (iii) disponibilidade e concordância dos participantes em contribuir com a pesquisa.

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Foram realizadas triangulações entre os diferentes respondentes (gestores e produtores) e entre regiões, a fim de garantir a validade e confiabilidade da interpretação. As categorias analíticas foram definidas com base nos conceitos da ECT, especialmente os atributos das transações (frequência, incerteza e especificidade de ativos) e as formas de governança adotadas (contratos, reputação, mecanismos de monitoramento, etc.).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Caracterização das Cooperativas e dos Associados

As quatro cooperativas do agronegócio estudadas atuam nos SAGs de suínos, aves e peixes, foco desse estudo, além de outras atividades e possuem significativa presença regional no Paraná. No Quadro 1, estão as informações que caracterizam as cooperativas estudadas.

Quadro 1 - Caracterização das cooperativas estudadas

COOPERATIVA	1	2	3	4
Tempo de atividade	54 anos	60 anos	59 anos	59 anos
Associados	10 mil	9 mil	10 mil	25 mil
Região	Sudoeste	Norte central	Oeste	Oeste
Recebimento e comercialização	soja, milho, trigo, aves, suíno, leite e eucalipto	soja, milho, trigo, café, aves e eucalipto	soja, milho e trigo, aves, peixes, suínos, leite e eucalipto	soja, milho, trigo, mandioca, leite, aves, peixes, suínos e eucalipto
Marca própria	sim	sim	sim	sim
abate	aves	não	Aves, peixe	aves, peixes
indústria	Sementes, rações e produtos à base de aves	Sementes, rações Pet Food (cães, gatos e peixes), Fiação, café	Sementes, ração, produtos à base de peixes e aves, linguiças, mortadela, salsicha, vegetais congelados, pão de queijo, pratos prontos e pizzas.	Sementes, ração, Produtos à base de peixes e aves, amido modificado de mandioca e rações
Parcerias	suínos	aves	suínos, leite*	-
Fornecimento ao Associado	Loja de Insumos agrícola, revenda de máquinas agrícolas e implementos, peças, acessórios e produtos veterinários e Postos de combustível	Loja de Insumos agrícola, revenda de máquinas agrícolas produtos veterinários e Postos de combustível	Loja de Insumos agrícola, revenda de máquinas agrícolas e implementos, peças, acessórios e produtos veterinários e Postos de combustível	Loja de Insumos agrícola, revenda de máquinas agrícolas e implementos, peças, acessórios e produtos veterinário e Postos de combustível
Supermercado	sim	não	sim	Sim

Fonte: elaborado pelos autores.

Os produtores entrevistados são, em sua maioria, pequenos e médios proprietários rurais que mantêm relação de longo prazo com a cooperativa. Além das atividades de lavoura, como grãos, a maioria deles participa das atividades integradas de proteína animal, tendo realizado investimentos específicos (como instalações físicas e capacitação técnica) para atender aos requisitos das cooperativas. No Quadro 2, estão as informações que caracterizam as os produtores que participaram do estudo.

Quadro 2 - Caracterização dos associados entrevistados

Cooperativa	Nº de entrevistados	Atividade inicial	Outras atividades	Tempo médio de associação (anos)	Tamanho da propriedade (ha)	Entrevistados
1	8	Grãos e leite	Aves e suíno	23,2	14,36	E1_A, E2_A, E3_A, E4_A, E5_A, E6_A, E7_A, E8_A
2	10	Café e grãos	Aves	37,21	15,0	E9_A, E10_A, E11_A, E12_A, E13_A, E14_A, E15_A, E16_A, E17_A, E18_A
3	9	Grãos e leite	Aves, suínos e peixe	29,95	28,6	E19_A, E20_A, E21_A, E22_A, E23_A, E24_A, E25_A, E26_A, E27_A
4	8	Grãos e leite	Aves, suínos e peixe	24,74	39,8	E28_A, E29_A, E30_A, E31_A, E32_A, E33_A, E34_A, E35_A

Fonte: elaborado pelos autores.

Atributos das Transações: Especificidade, Frequência e Incerteza

Os dados revelam que as transações entre cooperativas e os produtores associados nos SAGs estudados apresentam alta frequência, com entregas regulares e contratos com prazos indeterminados, firmando uma relação contínua. Essa regularidade favorece a construção de reputação e reduz os custos associados à verificação de desempenho, conforme propõe Williamson (1985). Tal regularidade também favorece relações duradouras, nas quais a confiança mútua assume papel complementar ao contrato formal (Ménard, 2004).

No que tange à especificidade dos ativos, os produtores relataram investimentos significativos e específicos para a atividade: galpões, tanques, silos, sistemas de ventilação e aquecimento, bem como capacitação para manejo técnico e biossegurança. Esses ativos não possuem valor significativo fora da relação com a cooperativa, configurando situação de alta dependência bilateral, como argumentam Martins; Souza (2014) e Cunico; Souza; Schiavi, (2021). Do lado das cooperativas, a especificidade se expressa na estrutura de abate e processamento, logística e assistência técnica. Essas evidências corroboram o alinhamento

discriminante proposto por Williamson (1985), segundo o qual transações com alta especificidade demandam governança híbrida ou hierárquica.

A incerteza, por sua vez, aparece sob dois aspectos principais: ambiente climático (impactando diretamente o desempenho zootécnico) e às exigências dos mercados finais (como mudanças nos padrões sanitários ou tecnológicos). Tais exigências, destacadas por Saes (2009), Gonçalves (2016) e Cunico; Souza; Schiavi (2021), reforçam a necessidade de mecanismos de adaptação e controle, sendo decisivas para a seleção da estrutura de governança. Além disso, incertezas comportamentais são mitigadas por meio de contratos de parceria, monitoramento constante por técnicos da cooperativa e incentivos baseados em desempenho.

O Quadro 3 traz os atributos das transações das SAGs deste estudo e as compara com outras atividades que os produtores tem em sua propriedade:

Quadro 3 - Atributos das Transações

Atividades	Ativos específicos	Frequência	Incerteza
Algodão, café, milho, soja e trigo	baixa	Ocasional	Climática e preço
Aves, peixes e suínos	média, alta: locacional, humanos, físicos dedicados e temporal	Recorrente	Climática, remuneração dos índices técnicos e retorno de investimentos

Fonte: elaborado pelos autores.

4.3 Mecanismos de Coordenação Vertical: Contratos e Governança Híbrida

Frente aos atributos observados, as cooperativas adotam mecanismos híbridos de governança, caracterizados por contratos formais de parceria ou integração, somados a instrumentos informais como confiança e reputação. Os contratos definem obrigações e critérios de bonificação e penalização, ajustados a indicadores de desempenho como conversão alimentar, mortalidade, ganho de peso e biosseguridade.

A natureza desses contratos revela-se **incompleta**, como prevê a ECT (Williamson, 1996), pois não são capazes de prever todas as contingências da relação. Em situações de falhas

(como problemas com rações ou mortalidade elevada), predominam negociações informais e flexíveis. Esse padrão foi amplamente relatado nos casos estudados, confirmando os achados de Martins e Souza (2014), Borges, Souza e Bánkuti (2015), e Silveira (2017). Ainda assim, observa-se que a estrutura contratual proporciona salvaguardas importantes para ambas as partes, diminuindo os incentivos ao oportunismo.

Além disso, a presença contínua de assistência técnica, o fornecimento de insumos produtivos (animais, ração, medicamentos) e o suporte financeiro para investimentos demonstram o papel ativo da cooperativa na coordenação da produção, característica próxima à integração vertical parcial, como indicam (Williamson, 1985).

Os resultados evidenciam que as cooperativas do agronegócio dos SAGs de suínos, aves e peixes adotam mecanismos de coordenação vertical compatíveis com os pressupostos da Economia dos Custos de Transação (ECT). As transações com os produtores associados envolvem alta especificidade de ativos, frequência elevada e incertezas relevantes, atributos que demandam estruturas de governança híbrida ou hierárquica (Williamson, 1985). Os produtores, ao realizarem melhorias estruturais e técnicas em suas propriedades, tornam-se fortemente dependentes da continuidade do vínculo com a cooperativa, o que corrobora a noção de dependência bilateral como elemento central nas transações com alta especificidade.

A presença de contratos formais, assistência técnica, fornecimento de insumos e suporte financeiro indica um grau significativo de controle da cooperativa que exerce autoridade sobre os padrões produtivos dos associados, mesmo preservando certo nível de autonomia destes. Tais arranjos configuram uma estrutura de governança adaptada às necessidades de coordenação, conforme preconiza Williamson (1985), especialmente em ambientes com alto grau de especificidade de ativos.

Observou-se ainda que, para além dos mecanismos contratuais, o relacionamento de longo prazo, a confiança e a reputação assumem papel central na coordenação da produção, reduzindo os custos associados à vigilância e à resolução de conflitos. No entanto, essa dependência também pode gerar assimetrias de poder em favor da cooperativa, especialmente quando os produtores realizam investimentos irreversíveis e se tornam menos capazes de sair da atividade ou migrar para outras organizações.

Os contratos de parceria, apesar de formais, são incompletos e frequentemente ajustados por acordos informais, especialmente diante de contingências. Essa flexibilidade, conforme apontado por Williamson (1996), é uma resposta eficiente aos altos custos de mensuração e monitoramento em contextos incertos.

Além disso, a comparação com outras atividades dos produtores mostra que os SAGs de proteína animal exigem níveis mais altos de coordenação, dada a complexidade técnica e sanitária envolvida (Saes, 2009; Cunico; Souza; Schiavi, 2021). A confiança, a reputação e o relacionamento de longo prazo também desempenham papel central na redução de custos de transação e reforço dos vínculos.

Dessa forma, as cooperativas constroem arranjos institucionais que combinam contratos, suporte técnico e mecanismos informais, assegurando a eficiência da coordenação vertical com seus associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender os mecanismos de coordenação vertical adotados por cooperativas do agronegócio nos Sistemas Agroindustriais (SAGs) de suínos, aves e peixes, com foco nas relações com os produtores associados. A partir do referencial teórico da Economia dos Custos de Transação (ECT), foram analisados os atributos das transações, especificidade de ativos, frequência e incerteza, e os instrumentos formais e informais utilizados pelas cooperativas para coordenar a produção.

Os resultados evidenciaram que as cooperativas adotam arranjos institucionais híbridos, combinando contratos formais de parceria com mecanismos informais como confiança e reputação. Tais estruturas de governança mostram-se adequadas às transações estudadas, caracterizadas por elevada especificidade dos ativos, alta frequência e incertezas técnicas e comportamentais. Nessas condições, contratos incompletos são complementados por assistência técnica, suporte financeiro e controle produtivo, aproximando-se de uma forma de integração vertical parcial.

Verificou-se ainda que a relação de dependência bilateral gerada pelos investimentos específicos reforça o vínculo entre cooperativa e produtor, ao mesmo tempo em que confere à cooperativa maior capacidade de exercer autoridade na definição de padrões e exigências. Essa

configuração confirma a relevância da coordenação vertical como instrumento para garantir eficiência, reduzir riscos contratuais e manter a competitividade em cadeias agroindustriais complexas.

O estudo contribui para o avanço da compreensão teórica e prática sobre governança em cooperativas agroindustriais, ao evidenciar como essas organizações adaptam seus mecanismos de coordenação às exigências dos mercados e às características das transações com seus associados. Como limitação, destaca-se o recorte geográfico da pesquisa, restrito ao estado do Paraná, o que sugere a realização de estudos comparativos em outras regiões do Brasil. Além disso, investigações futuras poderiam explorar as variações nos mecanismos de coordenação conforme o tipo de SAG ou o porte da propriedade, bem como a interação entre relações verticais e horizontais nas cooperativas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2012.

BORGES, W. J.; DE SOUZA, J. P.; BANKUTI, S. M. S. Competition: swine chain performance and efficiency. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 10, n. 3, p. 80-102, 2015.

CECHIN, A. *et al.* Decomposing the Member Relationship in Agricultural Cooperatives: Implications for Commitment. **Agribusiness**, v. 29, n. 1, p. 39–61, jan. 2013.

CIELO, I. D.; ROCHA JÚNIOR, W. F.; SANCHES-CANEVESI, F. C. Integração avícola no Oeste do Paraná: análise da relação contratual da ótica dos produtores. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 147-174, 2020.

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, v. 4, n. 16, p. 386–405, nov. 1937.

COOK, M. L. The Future of U.S. Agricultural Cooperatives: A Neo-Institutional Approach. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 77, n. 5, p. 1153–1159, 1995.

CUNICO, E.; SOUZA, J. P.; SCHIAMI, S. M. A. Análise das estruturas de governança e dos custos de transação num sistema agroindustrial piscícola. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 14, n. Supl. 1, p. 1-20, 2021.

DENG, W. Social Capital and Diversification of Cooperatives. **Tese** (Doutorado em Management) – Erasmus University Rotterdam. Rotterdam, p. 262. 2015.

GONÇALVES, C. **Agro-estratégias através do tempo**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil, 2016.

GUARESKI, A. H. P. *et al.* Sistema Contratual de Integração: Vantagens e Desvantagens percebidas pelos produtores de frangos de corte na região de Cafelândia - Paraná. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 11, p. 43–60, 2019.

HENDRIKSE, G. W. J. **Restructuring Agricultural Cooperatives**. Rotterdam: Erasmus University Rotterdam, 2004.

MARTINS, D. DE L. C. DA C.; SOUZA, J. P. DE. Atributos da transação e mensuração, e sua influência nas relações entre cooperados e cooperativas em sistemas agroindustriais suínos. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 3, p. 69–100, jun. 2014.

MÉNARD, C. The Economics of Hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)**, v. 160, p. 345–376, 2004.

MIRALES, E.; DE SOUZA, J. P. The Uncertainty of the TCE and MCE in the Agroindustrial System: a Study with Producers and Suppliers from Paraná. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, p. 1-19, 2023.

SAES, M. S. M. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase renda na agricultura: a produção de pequena escala**. São Paulo: Annablume, 2009.

SARTORELLI, A., MACHADO, J. A. D.; SILVA, L. X. Transações e estruturas de governança em organizações cooperativas na atividade leiteira do território Cantuquiriguaçu/PR. **Revista Grifos**, Vol. 28, n. 47, p. 9-32, 2019.

SILVEIRA, Tânia Maria Smaniotto et al. **Contratos de integração no sistema agroindustrial avícola nas cooperativas no Oeste do Paraná: formalidade e confiança**. 2017.

SOUZA, J. P. DE; BÁNKUTI, S. M. S. Transactions in coffee and milk agri-food value chains: why measure? In: MARTINO, G. (Org.). **It's a jungle out there – the strange animals of economic organization in agri-food value chains**. Netherlands: Wageningen Academic Publishers, 2017. p. 139–160.

SYKUTA, M. E.; COOK, M. L. A New Institutional Economics Approach to Contracts and Cooperatives. **SSRN Electronic Journal**, v. 83, n. 5, p. 1273–1279, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WILLIAMSON, O. E. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: FreePress, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 269-296. 1991.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: Suprema, p. 55-76, 2002.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

MULHERES RURAIS: QUAIS AS CARACTERÍSTICAS QUE O CENSO AGROPECUÁRIO TRAZ, REFERENTE AS SUAS PROPRIEDADES?

Julio Cesar Ferbônio Miguel¹ – Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD
Luciana Virginia Mario Bernardo² – Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD
Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha³ - Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD

GRUPO DE TRABALHO: 8 Gestão do Agronegócio

RESUMO

O trabalho feminino nas propriedades rurais quando associados a recursos econômicos, tradicionalmente, eram representadas por sua menor importância econômica. Ainda hoje, as mulheres precisam reafirmar sua importância frente às propriedades rurais, desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar as características referentes às propriedades rurais lideradas pelo sexo feminino. Para isso, fez-se uso de estatística descritiva para quantificar informações sobre as propriedades rurais lideradas por mulheres indicadas nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os Censos Agropecuários, demonstraram que o perfil das propriedades lideradas por mulheres passou por transformações na Região Centro-Oeste. Em 2006, registrou-se 30.329 estabelecimentos – representando 9,8% do total nacional, em 2017, houve o aumento das unidades para 56.780 unidades, correspondendo a 13,5% do total de propriedades existentes no Brasil. Os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, destacaram-se entre os estados da região, no aumento do número de propriedades. Estas informações, sinalizam que as mulheres vêm assumindo a gestão das propriedades, alterando seu papel no contexto rural, modificando o entendimento referente ao papel feminino restrito as tradicionais atividades desenvolvidas. Além disso, como características destas propriedades, identificou-se a predominância do desenvolvimento das atividades como a pecuária e as lavouras temporárias, sendo esta característica das atividades produtivas na região. Ainda, pode-se observar a limitação da declaração de não adoção de práticas agrícolas, baixa oferta de orientação técnica e a necessidade de políticas públicas que fomentem a diversificação produtiva e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Agronegócios. Sucessão rural.

RESUMEN

El trabajo de las mujeres en propiedades rurales, cuando se asociaba con recursos económicos, se caracterizaba tradicionalmente por su menor importancia económica. Incluso hoy, las mujeres necesitan reafirmar su importancia en las propiedades rurales; por lo tanto, el objetivo de este estudio fue analizar las características relacionadas con las propiedades rurales lideradas por mujeres. Para ello, se utilizó estadística descriptiva para cuantificar la información sobre las propiedades rurales lideradas por mujeres indicadas en los Censos Agropecuarios de 2006 y 2017. Los Censos Agropecuarios demostraron que el perfil de las propiedades lideradas por mujeres experimentó transformaciones en la Región Centro-Oeste. En 2006, se registraron 30.329 establecimientos, lo que representa el 9,8% del total nacional; en 2017, se registró un aumento en el número de unidades a 56.780 unidades, lo que corresponde al 13,5% del total de propiedades existentes en Brasil. Los estados de Mato Grosso do Sul y Goiás se destacaron entre los estados de la región en el aumento del número de propiedades. Esta información indica que las mujeres han asumido la gestión de las propiedades, transformando su rol en

¹ - Acadêmico de Ciências Contábeis-UFGD – e-mail: julio.ferbonio@gmail.com

² - Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócios-Unioeste, Mestre em Agronegócios-UFGD e Bacharel em Ciências Contábeis-UFGD – e-mail: lucianavbernardo@ufgd.edu.br

³ - Doutor em Geografia-UFGD, Mestre em Agronegócios-UFGD, Bacharel e Licenciado em Geografia-UFGD – e-mail: mayconds@hotmail.com

el contexto rural y modificando la percepción del rol de la mujer, restringido a las actividades tradicionales. Además, como características de estas propiedades, se identificó el predominio del desarrollo de actividades como la ganadería y los cultivos temporales, lo cual también es característico de las actividades productivas de la región. Asimismo, se observa la limitación de la declaración de no adopción de prácticas agrícolas, la escasa orientación técnica y la necesidad de políticas públicas que promuevan la diversificación y la sostenibilidad productivas.

Palabras clave: *Mujeres rurales; Unidades rurales; Producción rural.*

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre estiveram presentes no espaço rural e participaram da produção alimentar a partir do contexto familiar. Contudo, na maioria das vezes, passaram despercebidas suas contribuições (Delphy, 1983). Assim, as mulheres atuantes nas atividades laborais rurais foram caracterizadas no decorrer da história como invisíveis (Delphy, 1983; Nicourt, 2014). O aprimoramento das atividades desenvolvidas por estas mulheres, pode contribuir para melhorias em relação à segurança alimentar e a pobreza de países em desenvolvimento. Para isso, as mulheres precisam ter acesso aos recursos destinados às propriedades rurais (Organização Internacional do Trabalho, 2012). A mulher rural é considerada a “espinha dorsal das sociedades rurais” (FAO, 2017, p.1). Sua atuação pode contribuir com a diversificação produtiva sustentável, redução de perdas alimentares e de resíduos e influenciar a nutrição familiar, principalmente a infantil (FAO, 2017). Desta forma, o empoderamento das mulheres rurais está além dos benefícios para elas próprias, desdobram-se para a família e a comunidade em que estão inseridas (Waltz, 2016).

Considera-se que no caso de países em desenvolvimento, 43% do trabalho agrícola realizado em pequenas propriedades, são executados por mulheres. Contudo, sua produção é considerada entre 20% e 30% menos que os homens, devido à discriminação que enfrentam por ser mulher e pequena produtora rural. Estima-se que se não houvesse a exclusão, a produção alimentar poderia aumentar e reduzir a fome do mundo em 17% (Oxfam International, 2016). Na América Latina, o acesso à apropriação de terras por mulheres é limitado e a diferença deste acesso entre homens e mulheres é grande, sendo mais facilitado a posse da terra por parte dos homens (Deere; León de Leal, 2000; Bose et al., 2017). No Brasil, a terra tem demonstrado, no decorrer do tempo, seu carácter social expressivo, que garante a subordinação da mulher em relação ao homem, fruto do patriarcado existente no país (Saffioti, 1987). Contudo, as dificuldades encontradas por mulheres para atuar nas atividades laborais da propriedade rural,

não impossibilita sua atuação no setor agropecuário, sendo ainda, considerada a participação feminina, uma importante atuação.

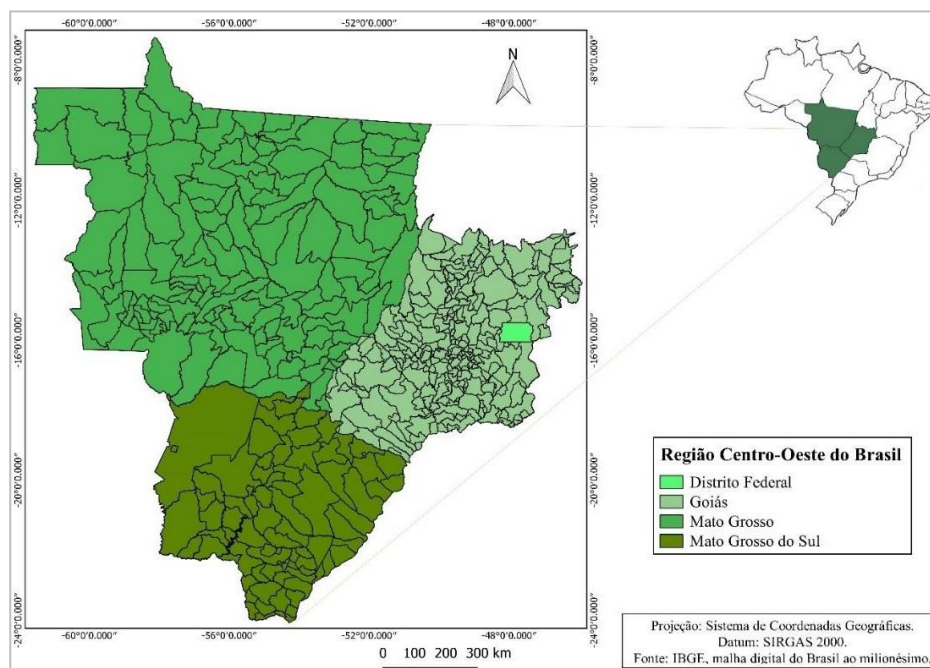
As mulheres no Brasil, representaram 13% dos agricultores, em 2013 (FAO, 2013). Em 2017, estimou-se que este percentual tenha crescido para 31% (Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio, 2018). Indicando que a participação feminina no setor está crescendo e ainda, pode ser expandida. Além disso, a atuação no agronegócio não se restringe a propriedade rural, as mulheres atuam nos elos das diferentes cadeias produtivas (Mesquita, 2014). Associadas às diferentes atividades da produção agrícola, agropecuária e extrativista, bem como, as questões sociais presente nas comunidades rurais. As mulheres são consideradas protagonistas no cenário da agricultura familiar, já que mais de 45% dos produtos são plantados e colhidos pelas mãos femininas. Por esses motivos, as mulheres são vistas como as principais responsáveis pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelo manejo ambiental adequado das águas e dos solos, assegurando uma melhor qualidade de vida para a família e a sociedade (Fantin, 2018). Assim, o objetivo do estudo foi analisar as características referentes às propriedades rurais lideradas pelo sexo feminino, na região Centro-Oeste.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do estudo referente as características das propriedades rurais lideradas por mulheres, foram adotados, como procedimentos metodológicos de natureza quantitativa e exploratória. Foram analisadas as informações relacionadas aos últimos Censos Agropecuários, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos anos de 2006 e 2017.

O estudo foi realizado na região Centro-Oeste brasileira (Figura 1). A região foi criada em 1942, após uma nova divisão regional do país, realizada pelo IBGE. Inicialmente suas atividades econômicas, estiveram associadas a mineração, contudo, após o declínio, a pecuária ganhou espaço, bem como a extração de erva-mate (Texeira; Hespanhol, 2006). Dado a continuidade da produção agropecuária, a economia da região continua influenciada pela produção agropecuária, de modo que em 2022, houve recorde produtivo de grãos, associado ao aumento produtivo da segunda safra de milho (BCB, 2023).

Figura 1: Localização da Mesorregião Centro-Oeste brasileira



Fonte: Elaborado por Bernardo et al. (2021).

A região possui como características a produção de *commodities*, via utilização de tecnologias agrícolas, pautada na mecanização, uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos (Santos, 2020).

Inicialmente foi identificado o percentual de propriedades por estado da mesorregião, lideradas por mulheres. Também foram identificadas as características econômicas e ambientais das propriedades, de modo a caracterizar as propriedades rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os dados do (IBGE, 2017), o número de estabelecimentos agropecuários liderados por mulheres em 2006 e 2017, pode-se observar que em todos os estados da região, houve o aumento destes estabelecimentos. O estado de Goiás (22.376 unidades) é o que possuiu o maior registro de estabelecimentos em 2017, mas a maior variação percentual, foi identificada em Mato Grosso do Sul (99,7%).

Tabela 1: Número de estabelecimentos liderados por mulheres e variação percentual entre 2006 e 2017

Unidade da Federação	2006	2017	Variação (%)
Mato Grosso do Sul	6.826	13.638	+99,7%
Mato Grosso	10.254	19.924	+94,3%
Goiás	12.793	22.376	+74,9%
Distrito Federal	456	842	+84,6%
Total	30.329	56.780	+87,2%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

Além disso, observa-se que em 2006, a região Centro-Oeste contabilizava 30.329 estabelecimentos agropecuários sob gestão feminina, representando 9,8% do total identificado no Brasil. Em 2017, esse número saltou para 56.780, correspondendo a 13,5% do total - um aumento de 26.451 estabelecimentos (+87,2%) em termos absolutos e de 3,7 pontos percentuais em termos relativos (IBGE, 2006; 2017). A variação percentual identificada indica que entre os dois últimos Censos Agropecuários houve o aumento no número de estabelecimentos liderados por mulheres na região (IBGE, 2017). Essa característica aparenta uma mudança estrutural nos padrões de liderança nas propriedades rurais. A crescente atuação de mulheres na administração de unidades produtivas rurais revela mudanças estruturais no campo, suscitando reflexões sobre sua autonomia financeira, possibilidades de acesso a políticas de crédito, oportunidades de formação e visibilidade social.

Conforme evidenciado por Alves et al. (2021), o aumento da participação feminina na liderança dos estabelecimentos agropecuários representa um indicador significativo das profundas transformações socioeconômicas que estão redefinindo os padrões de gênero no âmbito da gestão rural. As mudanças nas dinâmicas do mundo rural, com o avanço da pluriatividade (Schneider, 2001) e a valorização de outras formas de conhecimento e gestão (Sabourin et al., 2020), têm criado condições mais favoráveis para a atuação feminina (Carneiro; Maluf, 2019). Além disso, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à equidade de gênero também contribuiu para a visibilidade e o protagonismo das mulheres no campo (Grisa; Schneider, 2015; Siliprandi, 2015).

No que se refere a produção, nas propriedades lideradas pelas mulheres, na região Centro-Oeste, em ambos os anos de análise, as atividades que mais se destacam devido o número de estabelecimentos, i-pecuária e outros animais, ii-lavouras temporárias, iii-horticultura e floricultura, iv-lavouras permanentes e v-aquicultura. Destas atividades, são predominantes a pecuária e lavoura temporária, para os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. A exceção está no Distrito Federal, ao qual, em 2006, destacou-se pelo número de propriedades, a pecuária e a produção de horticultura e floricultura. Em 2017, há alteração do destaque, tendo como atividades produtivas em mais propriedades, a pecuária e a produção de lavoura temporária. Denota-se que estas atividades são comuns na região Centro-Oeste, independente do sexo da liderança (Tabela 2).

Tabela 2: Número de estabelecimentos por atividade econômica em 2006 e 2017

Atividade Econômica	Unidade da Federação	2006	2017	Variação Abs.	Variação %
Pecuária e outros animais	Mato Grosso do Sul	5.363	10.090	+4.727	+88,1%
	Mato Grosso	8.012	15.926	+7.914	+98,8%
	Goiás	10.622	18.975	+8.353	+78,6%
	Distrito Federal	186	363	+177	+95,2%
Lavouras temporárias	Mato Grosso do Sul	981	2.968	+1.987	+202,5%
	Mato Grosso	1.270	2.694	+1.424	+112,1%
	Goiás	1.348	2.348	+1.000	+74,2%
	Distrito Federal	98	211	+113	+115,3%
Horticultura e floricultura	Mato Grosso do Sul	296	255	-41	-13,9%
	Mato Grosso	432	410	-22	-5,1%
	Goiás	402	484	+82	+20,4%
	Distrito Federal	134	185	+51	+38,1%
Lavouras permanentes	Mato Grosso do Sul	77	225	+148	+192,2%
	Mato Grosso	271	608	+337	+124,4%
	Goiás	238	324	+86	+36,1%
	Distrito Federal	32	66	+34	+106,3%
Aquicultura	Mato Grosso do Sul	6	18	+12	+200,0%
	Mato Grosso	11	96	+85	+772,7%
	Goiás	19	68	+49	+257,9%
	Distrito Federal	4	10	+6	+150,0%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

Os dados indicam uma especialização produtiva nas propriedades rurais sob gestão feminina na região, evidenciando a persistência de estruturas produtivas historicamente estabelecidas, as quais apresentam limitada capacidade para inovações ou diversificação, sobretudo entre os grupos sociais menos favorecidos. No caso específico de Mato Grosso do Sul, a pesquisa confirma os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), segundo os quais, em 2017, 95,8% dos estabelecimentos com direção feminina estavam ligados à pecuária e à agricultura temporária, caracterizando uma dupla dominância dessas atividades no estado. Essa concentração de atividades se apresenta em Goiás, onde a participação conjunta dessas atividades atingiu 95,3% no mesmo ano, corroborando a tese de "hiper especialização produtiva" defendida por Souza et al. (2021) para o Matopiba goiano.

O Distrito Federal apresenta uma trajetória singular, que merece atenção. Entre 2006 e 2017, houve uma mudança no perfil produtivo das propriedades lideradas por mulheres, com a participação da horticultura e floricultura diminuindo de 29,4% para 22%, enquanto as lavouras temporárias cresceram de 21,5% para 25,1%. Segundo o trabalho de campo realizado por Castro et al. (2022) indica a possibilidade de tendência nesse processo de substituição de atividades produtivas, tendo em vista a identificação de conversão de 38% das propriedades hortícolas femininas para grãos entre 2010-2017.

Com relação ao recebimento de orientação técnica, observa-se que as informações identificadas retratam as dificuldades associadas a essa questão. Com exceção do Distrito Federal, todos os estados tiveram percentuais menores de propriedades com o recebimento de orientação técnica, em 2017, se comparado a 2006 (Tabela 3).

Tabela 3: Percentual de estabelecimentos que receberam orientação técnica em 2006 e 2017

Unidade da Federação	2006	2017	Variação (%)
Mato Grosso do Sul	26%	24%	-2%
Mato Grosso	21%	13%	-8%
Goiás	23%	16%	-7%
Distrito Federal	63%	77%	+14%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

A pouca oferta de atividades extensionistas pode impactar negativamente na produtividade e na modernização das práticas agrícolas, conforme demonstrado por Buainain e Batalha (2017, p. 143), 'a ausência de assistência técnica regular reduz em até 40% o potencial produtivo dos estabelecimentos familiares'. A baixa oferta destes serviços pode estar associada a fatores como cortes em programas de assistência técnica, como observado no período 2016-2019 quando os recursos para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foram reduzidos em 58% (Brasil, 2020), e menor investimento em formação continuada para a população rural (Schneider et al., 2019).

Esses resultados corroboram os achados de Gasques et al. (2021) e indicam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a expansão da capacitação técnica, garantindo que os avanços estruturais do setor sejam acompanhados por suporte técnico adequado.

Além disso, com relação às práticas agrícolas, ou seja, às técnicas e métodos utilizados no cultivo e manejo da terra para garantir produtividade, sustentabilidade e conservação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2021), foram observados a variação percentual entre os anos de 2006 e 2017. A declaração do não uso destas práticas é superior a 60% na maioria dos estados da região Centro-Oeste, com exceção ao Distrito Federal, para os anos de 2006 e 2017. Em Mato Grosso e Goiás, o percentual do não uso de práticas agrícolas aumenta, ente os anos de análise, passando de 70,9% para 77,6% em Mato Grosso e 67,3% para 73,4% em Goiás. Em Mato Grosso do Sul, há uma redução nestes percentuais de 66,8% para 62,5%, e no Distrito Federal, o percentual a redução é ainda maior de 33,6% para 21,6%.

Tabela 4: Práticas Agrícolas em estabelecimentos dirigidos por Mulheres em 2006 e 2017

Estado	Prática Agrícola	2006 (n)	2006 (%)	2017 (n)	2017 (%)	Variação (n)
Mato Grosso do Sul	Total Estabelecimentos	6.826	100%	13.638	100%	+6.812
	Plantio ao nível	1.117	16,4%	1.896	13,9%	+779
	Rotação de culturas	519	7,6%	1.334	9,8%	+815
	Proteção de encostas	352	5,2%	385	2,8%	+33
	Nenhuma prática	4.558	66,8%	8.525	62,5%	+3.967
Mato Grosso	Total Estabelecimentos	10.254	100%	19.924	100%	+9.670
	Plantio ao nível	1.108	10,8%	470	2,4%	-638
	Rotação de culturas	498	4,9%	1.430	7,2%	+932

	Proteção de encostas	730	7,1%	595	3,0%	-135
	Nenhuma prática	7.268	70,9%	15.460	77,6%	+8.192
Goiás	Total Estabelecimentos	12.793	100%	22.376	100%	+9.583
	Plantio ao nível	1.953	15,3%	1.238	5,5%	-715
	Rotação de culturas	569	4,4%	1.609	7,2%	+1.040
	Proteção de encostas	997	7,8%	817	3,7%	-180
	Nenhuma prática	8.614	67,3%	16.418	73,4%	+7.804
Distrito Federal	Total Estabelecimentos	456	100%	842	100%	+386
	Plantio ao nível	147	32,2%	115	13,7%	-32
	Rotação de culturas	170	37,3%	475	56,4%	+305
	Proteção de encostas	48	10,5%	66	7,8%	+18
	Nenhuma prática	153	33,6%	182	21,6%	+29

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

As práticas agrícolas representam o conjunto de técnicas e métodos empregados no cultivo e manejo da terra, visando garantir produtividade, sustentabilidade e conservação dos recursos naturais (EMBRAPA, 2021). No contexto atual de mudanças climáticas e crescente pressão sobre os ecossistemas, a adoção de práticas sustentáveis torna-se imperativa para garantir a segurança alimentar e a preservação ambiental (IPCC, 2022). Os casos de sucesso no Distrito Federal, com, por exemplo, 42% das propriedades com a adoção da rotação de culturas (IBGE, 2019, p. 89), demonstram que políticas públicas eficazes podem reverter os atuais padrões de degradação. Ações coordenada entre os governos, setor privado e academia, seguindo o modelo proposto pelo Plano ABC+ (MAPA, 2021), podem auxiliar a garantir um futuro sustentável para a agricultura brasileira.

As práticas agrícolas podem ser divididas em dois grandes grupos: conservacionistas e convencionais. As primeiras buscam harmonizar a produção com a preservação ambiental, enquanto as segundas, muitas vezes associadas ao modelo da Revolução Verde, priorizam a produtividade em detrimento da sustentabilidade (Altieri; Nicholls, 2020). Podem ser consideradas Práticas Conservacionistas, i-Plantio em nível: técnica que reduz a erosão e melhora a infiltração de água no solo. Estudos demonstram que essa prática pode diminuir a perda de solo em até 60% (Santos et al., 2020); ii-Rotação de culturas: alternar cultivos na mesma área melhora a fertilidade do solo e reduz pragas. Carvalho et al. (2019) observaram que essa prática aumenta

em 20% a matéria orgânica do solo; iii-Proteção de encostas e recuperação de pastagens: evita a degradação do solo. Segundo o MAPA (2021), a recuperação de pastagens pode aumentar a produtividade pecuária em 30%, reduzindo a necessidade de novos desmatamentos.

Podendo ser citado como Práticas Convencionais, as i-Queimadas, apesar de proibidas em muitas regiões, ainda são utilizadas para limpeza de terrenos. O INPE (2022) relata que 70% dos focos de incêndio no Cerrado estão associados à agropecuária. E ii-Uso intensivo de agrotóxicos, sendo o Brasil um dos maiores consumidores mundiais de pesticidas, tendo em vista a opção pela forma de produção, área produtiva e característica climática, contudo, este elemento pode contaminar os solos e recursos hídricos.

Os agrotóxicos, também denominados pesticidas ou defensivos agrícolas, são substâncias químicas ou biológicas utilizadas no controle de pragas, doenças e plantas daninhas na agricultura (Peres et al., 2021). A Tabela 5 indica que houve um aumento entre 2006 e 2017, no número de propriedades que fizeram uso de agrotóxicos na produção, com exceção ao Distrito Federal, que se pode dizer que manteve percentuais muito próximos. Por outro lado, a maioria dos estabelecimentos declaram não fazer uso, em todos os estados da região Centro-Oeste (IBGE).

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários digeridos por mulher que utilizaram agrotóxicos em 2006 e 2017

Estado	Ano	Total Estabelecimentos	Utilizaram Agrotóxicos	Uso	Não Utilizaram	Sem Uso
Mato Grosso do Sul	2006	6.826	689	10,1%	5.922	86,8%
	2017	13.638	1.996	14,6%	11.638	85,4%
Mato Grosso	2006	10.254	1.225	12,0%	8.763	85,5%
	2017	19.924	6.439	32,3%	13.464	67,7%
Goiás	2006	12.793	1.198	9,4%	11.087	86,7%
	2017	22.376	3.967	17,7%	18.397	82,3%
Distrito Federal	2006	456	138	30,3%	289	63,4%
	2017	842	245	29,1%	597	70,9%

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (2006; 2017).

O uso de agrotóxicos pode estar associado ao modelo agrícola produtivo, utilizado no Brasil (Pignati, 2017), além disso, outro fator, pode ser a ausência de assistência técnica associada a práticas agrícolas alternativas. Principalmente para mulheres, considerando que estas

têm menos acesso às informações associadas a práticas alternativas (IPEA, 2019; Almeida, 2019). E ainda, a vulnerabilidade socioeconômica, muitas agricultoras acabam adotando o uso de agrotóxicos como forma de garantir a produtividade imediata, mesmo conhecendo seus riscos (Porto, 2018). No âmbito ambiental, o aumento do uso desses produtos tem contaminado mananciais hídricos e reduzido a biodiversidade no Cerrado e na Amazônia (MAPA, 2021).

Por fim, é importante considerar que existe a necessidade da existência de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero na agricultura, como propõe o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil, 2020). Especificidades nas ações públicas pode auxiliar na promoção da transição para modelos produtivos tradicionais para modelos mais sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresentados demonstra que, embora historicamente tenham sido invisibilizadas e desvalorizadas, as mulheres sempre exerceram um papel central na produção de alimentos e na administração das propriedades rurais. Contudo, o trabalho desenvolvido pelas mulheres ao longo da história, foi necessário para a segurança alimentar. Na região Centro-Oeste, observa-se que houve o aumento do número de estabelecimentos sob liderança feminina entre os anos de 2006 e 2017. Este aumento de propriedades lideradas por mulheres, pode refletir uma transformação estrutural nos modelos tradicionais de gestão no espaço rural.

Ainda que os progressos sejam relevantes, a pesquisa aponta desafios persistentes. A oferta limitada de orientação técnica e a predominância de práticas convencionais – como o uso intensivo de agrotóxicos – indicam que o caminho para a prática da produção sustentável exige políticas públicas robustas e direcionadas. É importante promover iniciativas que ampliem o acesso à capacitação, incentivem a inovação e fortaleçam as práticas agrícolas e a, produção agroecológica ou orgânica. Essa transformação pode resultar não só no aumento da produtividade, mas também na melhoria das condições socioeconômicas e ambientais das comunidades rurais.

Em síntese, o empoderamento das mulheres no campo transcende a mera ampliação das funções produtivas. Ele representa uma mudança profunda que fortalece a agricultura familiar, promove a inclusão social e reconstrói o agronegócio rumo a um modelo mais justo, sustentável e inclusivo. Investir na valorização e no suporte a esses agentes transformadores revela-se,

portanto, não só uma questão de equidade, mas também uma estratégia fundamental para desenvolver um setor agropecuário resiliente, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos.

Como estudos futuros, acredita-se que após a publicação de um novo Censo Agropecuário, poderá ser incluído as observações referentes a atualização temporal, de modo a identificar padrões ou mudanças referente a questão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Relatório de atividades 2017**. São Paulo: ABAG, 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/relatorio-de-atividades-2017/>. Acesso em: 27 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO – ABAG. **Relatório de atividades 2022**. São Paulo: ABAG, 2022. Disponível em: <https://abag.com.br/relatorio-de-atividades-2022/>. Acesso em: 27 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO. **Agronegócio é um celeiro de oportunidades, mas é preciso ter informação para aproveitá-las**.

Disponível em: https://abmra.org.br/wp-content/uploads/2017/06/7_EDICAO_PESQUISA_HABITOS_DO_PRODUTOR_RURAL_A_BMRA_JUNHO_17.pdf.pdf. Acesso em: 29 de maio 2025.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia e a busca por sistemas agrícolas sustentáveis**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ALMEIDA, J. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ALVES, S. M. C.; OLIVEIRA, G. B. de; BEZERRA, D. P. Empoderamento feminino no campo: a trajetória das mulheres camponesas na Agrovila Paulo Freire, no município de Mossoró – RN. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 17, p. e135101723533, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i17.23533.

BCB – Banco Central do Brasil. **Região Centro-Oeste**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202302/br202302c3p.pdf>. Acesso em 28 maio 2025

BERNARDO, L.V.M.; FARINHA, M.J.U.S.; RUVIARO, C.F. Análise Locacional da Intoxicação Exógena por Agrotóxicos na Região Centro-Oeste Brasileira entre 2007 a 2013. **Geofronter**, v. 7, p. 1-17, 2021.

BOSE, P.; LARSON, A. M.; LASTARRIA-CORNHIEL, S.; RADEL, C.; SCHMINK, M.; SCHMOOK, B.; VÁZQUEZ-GARCÍA, V. Women's rights to land and communal forest tenure: A way forward for research and policy agenda in Latin America. **Wome's Studies International Forum**, 65, 53 – 59, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Relatório de Gestão do PNATER 2016-2019**. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA): Relatório das análises de amostras monitoradas no período de 2021 a 2023**. Brasília: ANVISA, 2023. 120 p. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/agrotoxicos/programa-de-analise-de-residuos-em-alimentos>. Acesso em: 27 de maio de 2025.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeias produtivas da agricultura familiar**. Brasília: IICA, 2017.

CARVALHO, A. M. et al. **Rotação de culturas e seus benefícios agroecológicos**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 14, n. 2, p. 45-58, 2019.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: CAVALCANTI, M. L. (org.). **A mulher no campo: identidade, trabalho e gênero**. Brasília: IPEA, 2019. p. 45-67.

CASTRO, M. T.; ARANA, A. R. A.; ULIANA, M. R.; COSTA, S. M. **Transformações produtivas no Distrito Federal: o caso do Núcleo Rural do PAD-DF**. Brasília: Editora UnB, 2022.

DEERE, C. D.; LEÓN DE LEAL, M. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina**. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores y Universidad Nacional de Colombia. 2000.

DELPHY, C. Agriculture et travail domestique: La réponse de la bergère à Engels. **Nouvelles Questions Féministes**. 5, 3–17, 1983.

EMBRAPA. **Manual de boas práticas agrícolas**. Brasília: Embrapa, 2021.

FAO - Food and Agriculture Organization. **Empowering women to end hunger and poverty**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/zhc/detail-events/en/c/471293/>. Acesso em: jan. 2024.

FAO - Food and Agriculture Organization. **No Brasil, 13% dos agricultores são mulheres**. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/230178/>>. Acesso em: jan. 2024.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Relatório Global de Empreendedorismo no Brasil**. 2018. Disponível em: https://www-gemconsortium-org.translate.goog/report?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 27 maio 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: análise comparativa com 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Agricultura e diversidades: gênero, raça, gerações e territórios**. Volume 2. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16910>. Acesso em: 28 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Monitoramento de queimadas e incêndios florestais**. São José dos Campos: INPE, 2022.

IPEA. **Políticas públicas para mulheres rurais**. Brasília: Ipea, 2019.

JONATHAN, Eva G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, v. 23, p. 65-85, 2011.

MACIEL, C. A.; DOMINGUES, C. R. A percepção de mulheres sobre a presença feminina no agronegócio. In: Encontro de Gestão e Negócios, 2016, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia-MG: EGEN, 2016. Disponível em: <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/gestao-agronegocio-2016-OK-91-106.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

MESQUITA, L. A. P. Relações de gênero na Comunidade Rancharia: o trabalho das mulheres na agricultura familiar. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, 5(1), 98-113, 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Manual de recuperação de pastagens**. Brasília: MAPA, 2021.

NICOURT, C. Le lent dévoilement du travail des agricultrices. **Vertigo: La revue électronique en science de l'environnement**, 14(1), 1–31, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Empoderar a mulher rural e eliminar a pobreza e a fome**. 2012. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/8_de_marco_factsheet_mulheres_rurais_779.pdf. Acesso em: dez. 2024.

OXFAM INTERNATIONAL. **Empowering women farmers to end hunger and poverty**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/grow/empowering-women-farmers-end-hunger-and-poverty>. Acesso em: maio. 2025.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

PERES, F. et al. **Agrotóxicos, saúde e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sg3mt/pdf/peres-9788575413173-03.pdf> . Acesso em: 27 maio 2025.

PIGNATI, W. et al. **Os riscos dos agrotóxicos para a saúde humana**. Agrotóxicos, saúde e ambiente. São Paulo: Hucitec, 2017.

PONTES, A. P. I.; ALENCAR, K. R. de C.; LOPES, M. L. B.; ARAÚJO, J. G. de; COSTA, D. L. P.; BRABO, M. F.; SANTOS, W. M. dos; SANTOS, M. A. S. dos. Caracterização socioprodutiva de mulheres que atuam no agronegócio na região de Paragominas, estado do Pará. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e3839, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.3839.

PORTO, M. F. S. "Mulheres e contaminação por agrotóxicos". **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, p. 1-12, 2018

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, R. S. (Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda. **DDR-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 3-35, 2020.

SANTOS, H. G. et al. **Técnicas de conservação do solo e água**. 3. ed. Brasília: Embrapa, 2020.

SOUZA, M. et al. Hiperespecialização produtiva no Matopiba. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 3, p. 89-104, 2021.

SPANEVELLO, R. M.; CAMARA, S. B.; ALMEIDA, D. M. de; BOSCARDIN, M. **Caracterização socioprodutiva de mulheres rurais no Noroeste do RS**. 2022. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6695>. Acesso em: 27 maio 2025.

SABOURIN, E.; LACERDA, R. de; MENDONÇA, M. de F. Gestão do desenvolvimento rural: saberes e práticas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, p. 1-18, 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SCHNEIDER, S. et al. **Extensão rural e políticas públicas no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

TEXEIRA, J.C.; HESPANHOL, A.N. A região centro-oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-1960. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros- Três Lagoas**, v. 1, n. 3, p.52-66, 2006.

WALTZ, A. The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural Southern Brazil. **Journal of Rural Studies**, 47, 31-40, 2017.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 08

GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

RESUMOS EXPANDIDOS

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A CONSERVAÇÃO DE NASCENTES

Samara Simon Christmann Ramlow¹ – Unespar

Leandro Yudi Akama² – Unespar

Lucélia Szymonek³ – Unespar

Eloisa Paula de Oliveira⁴ – Unespar

Jefferson de Queiroz Crispim⁵ – Unespar

Grupo de Trabalho: Gestão do Agronegócio

1. INTRODUÇÃO

A água é o recurso natural mais importante para garantir a sobrevivência da vida no planeta Terra. As nascentes, definidas pelo Código Florestal, são os afloramentos naturais do lençol freático que dão início a um curso d'água (BRASIL, 2012) e desempenham papel fundamental no fornecimento de água potável e na manutenção ambiental.

Porém, as nascentes de água estão sujeitas à escassez hídrica e são vulneráveis a diversas fontes de contaminação, seja em meio rural ou urbano, e necessitam de estratégias de proteção para garantir o equilíbrio dos ecossistemas, a sustentabilidade, o saneamento básico, e a saúde pública e a segurança alimentar, pensando-se na qualidade da água potável para o consumo humano.

Desta forma, esta pesquisa é do tipo teórica, que visa por meio da revisão bibliográfica e documental investigar a legislação brasileira existente quanto à conservação de nascentes. Logo, o estudo justifica-se pela importância da qualidade da água nas nascentes para o ecossistema, para o consumo e abastecimento humano e demais atividades, além de contribuir na aquisição de conhecimento para o Projeto de extensão Sanear, desenvolvido pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, UNESPAR - campus de Campo Mourão e financiada pela Fundação Araucária.

2. OBJETIVO

Com a presente pesquisa pretende-se conhecer as principais leis existentes sobre a conservação de nascentes no Brasil.

¹ Mestre em Geografia (UFSM), Acadêmica da Licenciatura em Geografia – e-mail: arqsamarasc@gmail.com

² Acadêmico da Licenciatura em Geografia – e-mail: akamaleandroyudi@gmail.com

³ Geógrafa (Unespar) – e-mail: lutikaazymonek@gmail.com

⁴ Doutora em Administração (POSITIVO), Docente de Administração na UNESPAR (campus de Campo Mourão) – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com

⁵ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), Docente de Geografia na UNESPAR (campus de Campo Mourão) – e-mail: jeffersom.crispim@unespar.edu.br

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa faz parte do projeto de extensão Sanear, do Laboratório de Pesquisa Geoambiental (LAPEGE), vinculado ao Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão.

Assim, a pesquisa parte de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa com enfoque exploratória e documental em leis e artigos sobre a temática da conservação de nascentes. Para a seleção das principais fontes de pesquisa utilizou-se a consulta em leis nacionais/ambientais (como a Constituição do Brasil de 1988, a Lei nº 12.651/2012 - Novo Código Florestal, a Lei nº 12.651/2012, a Lei nº 9.433/1997 – Plano Nacional dos Recursos Hídricos/PNRH, a Lei nº 14.653/2023, a Resolução do Conama nº 303/2002, entre outras) e no Portal de Periódicos da CAPES, inserindo o termo “conservação de nascentes” (321 resultados), e selecionaram-se poucos dos artigos com maior afinidade com a questão em estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as discussões, eventos e instrumentos legais e jurídicos criados para promover a conservação dos ecossistemas, da água, e garantir a sua potabilidade no Brasil e no mundo, ressalta-se que é uma responsabilidade governamental formular políticas ambientais para assegurar a qualidade e a conservação dos nossos recursos hídricos.

Em cenário mundial, para a ONU (2015), a água e o saneamento básico são essenciais para o desenvolvimento sustentável, para a redução da pobreza e crescimento econômico. Ressalta-se essa temática nas ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), que até 2030 no seu Objetivo 6 busca possibilitar o acesso universal e melhorar a qualidade de água potável e segura para todos, além de proteger os ecossistemas relacionados a água (ONU, 2015).

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu Artigo 225, dispõem que todos os cidadãos possuem o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado (essencial à qualidade de vida), competindo ao Poder Público preservar e restaurar os ecossistemas e promover políticas e educação ambiental para isso.

Neste sentido, cita-se o Novo Código Florestal, a Lei nº 12.651/2012 (BRASIL, 2012), que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável e a preservação da água e demais recursos naturais. A Lei discorre ainda sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) em qualquer curso d'água natural perene e intermitente, com raios de proteção das nascentes, e que sejam adotadas em áreas

rurais ou urbanas, seja pelo Poder Público ou proprietários, boas práticas de conservação da qualidade da água e que seja mantida a vegetação nas APP's. Sobre isso,

Particularizando sobre a APP de nascentes, pelo arcabouço legal, as áreas de nascentes são locais que atuam diretamente na manutenção da qualidade e quantidade de água. Agem sobre os mecanismos de recarga do lençol freático, sobre a regulação térmica da água, possibilitam maior pureza, filtragem dos escoamentos, ora contaminados por resíduos químicos de práticas agrícolas, regulam fluxos de sedimentos e nutrientes, bem como proporcionam melhores condições para espécies da fauna e flora (Silva *et al.*, 2008; Borges *et al.*, 2011 *apud* Barros *et al.*, 2018, p. 611).

Retomando, a Lei nº 9.433/1997 (BRASIL, 1997), conhecida como Lei das Águas (PNRH), é a base brasileira para a gestão sustentável e racional dos recursos hídricos. Ela reconhece que a água é um recurso natural limitado e bem de domínio público, que deve contar com a participação e gestão do Poder Público, usuários e das comunidades. Além disso, estabelece a importância de assegurar à atual e às futuras gerações a água com padrão de qualidade adequada ao seu respectivo uso.

Entretanto, observa-se que apesar de a PNRH apresentar os elementos essenciais para o desenvolvimento do gerenciamento sobre as águas, ela não define orientações sobre as questões de domínio e uso público e privado dos recursos hídricos e das nascentes (Holanda e Sales, 2022). A falta de subsídios como esses podem romper com o fluxo hídrico e afetar na dinâmica de uma bacia hidrográfica.

Ressalta-se também a Resolução nº 303/2002 (Conama, 2002), que define as áreas de APP no entorno das nascentes e as questões relacionadas à vegetação dessa área. Já a Lei nº 14.653/2023 (BRASIL, 2023) é mais recente, e propõe regras para as instalações necessárias à recuperação e proteção de nascentes. Ela enfatiza a questão de recomposição de vegetação nativa no entorno das nascentes.

E, sobre a importância da recuperação e proteção da cobertura vegetal nas áreas de nascentes, destaca-se que ela desempenha suas funções ecológicas e hidrológicas, como a regulação e armazenamento da quantidade de água da microbacia hidrográfica, o controle da erosão e transporte de sedimentos, e também influencia nos parâmetros físico-químicos dos cursos hídricos (Barros *et al.*, 2018).

Na questão de qualidade e potabilidade da água menciona-se que ela depende de fatores relacionados ao solo e geologia da área, além da precipitação e das atividades humanas realizadas no entorno. Sobre isso, a Portaria nº 2.914/2011 (Brasil, 2011), do Ministério da Saúde,

estabelece que todas as soluções alternativas individuais de abastecimento de água necessitam de ações de vigilância da qualidade da água para o consumo humano.

Destaca-se também que nos municípios é necessário o planejamento ambiental dos recursos hídricos por meio de instrumentos legais como o Plano Diretor, Planos de Bacia, o Cadastro Ambiental Rural, entre outros (Barros *et al.*, 2018). Os autores complementam que até as políticas de pagamentos por serviços ambientais (PSA) tem se revelado como de grande relevância para a recuperação, manejo e proteção das nascentes, do manejo do solo e consequentemente, de suas respectivas bacias hidrográficas.

5. CONCLUSÃO

Com tudo isso, notou-se que em todas as legislações pesquisadas e citadas percebe-se a preocupação com a conservação e manutenção da qualidade da água para o ecossistema e para o consumo humano. Elas pautam seus instrumentos legais principalmente nas questões da necessidade da cobertura vegetal do entorno das nascentes. Ou seja, o conceito de nascente está vinculado ao conceito das APP's.

Entretanto, não se verifica algo específico para as ações práticas de conservação de nascentes muito além da proteção da vegetação. Como visto, tem sua extrema importância, mas faltam instrumentos legais e ações educacionais e práticas para a garantia da potabilidade e qualidade das águas, principalmente em áreas rurais.

Portanto, destaca-se aqui a necessidade em contextos municipais e de comunidades rurais a inter-relação de ações entre o homem e o ambiente, visto que a proteção nem sempre é uma prioridade aos produtores rurais, ou falta a compreensão de que as diversas áreas de proteção podem atuar de forma conjunta na disponibilidade de água da propriedade (Barros *et al.*, 2018).

6. REFERÊNCIAS

BARROS, Kamila L. C. *et al.* A proteção de nascentes para conservação dos recursos hídricos em atenção à nova lei florestal. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, João Pessoa-PB, v. 5, n. 10, p. 607-624, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos**. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Estabelece o Código Florestal Brasileiro.** Brasília: DOU de 28/5/2012.

BRASIL. Lei nº 14.653, de 23 de agosto de 2023. **Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, e 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para disciplinar a intervenção e a implantação de instalações necessárias à recuperação e à proteção de nascentes.** Brasília: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução Conama nº 303, de 20 de março de 2002. **Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.** Ministério do Meio Ambiente, 2002.

HOLANDA, Débora M. C.; SALES, Marta C. L. Nascentes na legislação brasileira: implicações e consequências para o gerenciamento hídrico ambiental. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral-CE, v. 23, p. 470-482, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: 2015.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

REVISÃO DE LITERATURA: ESTRATÉGIAS DE OTIMIZAÇÃO PRODUTIVA NA AVICULTURA DE CORTE

Gustavo Bukowski Suchecki¹ – UNESPAR
Samuel Renan Borges Belinato² – UNESPAR
Janaína Gabrielle Moreira Campos Da Cunha Amarante³ – UNESPAR

Grupo de Trabalho: 8 Gestão do Agronegócio

1. INTRODUÇÃO

A avicultura de corte é um dos pilares do agronegócio brasileiro, representando cerca de 5,1 % do PIB total do país, considerando que o setor agropecuário correspondeu a 23,2 % do PIB nacional em 2024 (Cepea, 2024). O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, com 5,29 milhões de toneladas embarcadas em 2024, gerando US\$ 9,93 bilhões em receita. Sendo o setor responsável por mais de 4 milhões de empregos diretos e indiretos (Abpa, 2023).

Apesar dos avanços tecnológicos e da relevância internacional, pequenos produtores ainda enfrentam desafios relacionados à gestão de custos e à adoção de inovações, o que limita sua competitividade no mercado. Entre os principais entraves observados estão a baixa adoção de tecnologias, a ausência de padronização nos processos produtivos e a limitada gestão estratégica dos custos operacionais. Esses fatores contribuem para desperdícios de insumos, ineficiências operacionais e dificuldades na maximização da rentabilidade (Schneider, 2021).

Nesse cenário, a literatura acadêmica destaca a importância de compreender as dinâmicas produtivas e gerenciais na avicultura de corte, sobretudo em unidades de menor escala, como forma de aprimorar o desempenho operacional e reduzir perdas (Bezerra, 2021). Assim, este trabalho apresenta uma revisão teórica sobre inovação de processos, gestão de custos e eficiência operacional, com o objetivo de reunir estratégias discutidas na literatura que possam subsidiar melhorias no setor avícola, especialmente no contexto das pequenas propriedades.

2. OBJETIVOS

¹ - Bacharelado em Ciências Contábeis - UNESPAR – e-mail: gustavobukowskisuchecki@gmail.com

² - Mestre em Ciências Contábeis, professor colaborador na UNESPAR campus de Campo Mourão-PR – e-mail: samuel.belinato@unespar.edu.br

³ - Doutora em Administração, professora adjunta na UNESPAR campus de Campo Mourão-PR – e-mail: janaina.amarante@unespar.edu.br

2.1 Objetivo geral:

Apresentar uma revisão de literatura sobre conceitos e estratégias relacionados à inovação de processos, gestão de custos e eficiência operacional na avicultura de corte.

2.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar os principais desafios enfrentados por pequenos produtores no setor;
- b) Investigar abordagens teóricas sobre inovação aplicadas à pequena escala produtiva.
- c) Levantar estratégias discutidas na literatura para aprimoramento da produção avícola.

3. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão de literatura. A proposta consiste em examinar produções acadêmicas que abordam os temas da inovação de processos, gestão de custos e eficiência operacional na avicultura de corte, com ênfase nas especificidades das pequenas propriedades.

A seleção das fontes considerou a presença direta dos temas centrais nos títulos, resumos ou conteúdo. Foram priorizados estudos publicados entre 2019 e 2024, com foco em obras de reconhecida relevância na área. As consultas ocorreram por meio de bibliotecas digitais e mecanismos de busca acadêmica de acesso aberto, como Google Acadêmico, Periódicos CAPES e SciELO. Para orientar a identificação dos materiais, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: avicultura de corte, inovação de processos e eficiência operacional.

A análise do conteúdo foi conduzida de forma interpretativa, com a organização das informações a partir da identificação de temas recorrentes e alinhados aos eixos da pesquisa. Essa categorização temática livre permitiu articular os principais conceitos e estratégias discutidos na literatura, considerando sua aplicabilidade à realidade do setor avícola brasileiro, especialmente em unidades de menor escala.

4. RESULTADOS

A literatura recente sobre avicultura de corte destaca soluções práticas e tecnológicas voltadas à melhoria do desempenho produtivo, redução de perdas e aumento da sustentabilidade dos sistemas. Bezerra et al. (2021) desenvolveram um sistema semiautomatizado para controle da ambiência e fornecimento de ração em aviários de pequenos produtores da região Amazônica, com redução de desperdício e melhores condições térmicas para as aves.

Moraes e Pizzirani (2021) analisaram a aplicação de tecnologias automatizadas em sistemas avícolas, destacando que sensores e atuadores simples promovem maior controle do ambiente interno, sendo acessíveis e adaptáveis a propriedades de menor escala. Santos et al. (2023) abordaram o uso de dispositivos baseados em IoT e inteligência artificial, com ganhos na precisão das informações coletadas e na eficiência do acompanhamento produtivo. Pinto et al. (2021) aplicaram redes neurais artificiais para prever a absorção de água em carcaças de frango, obtendo alta acurácia, o que favorece o controle de qualidade industrial.

Sbardella et al. (2024) reuniram, em revisão técnica, soluções de pesquisas aplicadas, como climatização automatizada e manejo controlado, voltadas ao desempenho produtivo e à redução de falhas. Trassi et al. (2023) analisaram o balanceamento de linha em setor de corte de aves, identificando desequilíbrios na distribuição de tarefas e sugerindo mudanças no layout para otimizar a mão de obra e ampliar a produtividade.

Schneider (2021), ao estudar pequenas propriedades em Venâncio Aires, observou que a adoção gradual de tecnologias, mesmo em contextos com limitações estruturais, promove padronização das atividades e maior controle dos processos. Altevogt (2024) apresentou alternativas de manejo para matrizes leves e pesadas, demonstrando que ajustes na frequência de inseminações e nas condições de criação contribuem para melhores índices de fertilidade e maior previsibilidade na produção.

Por fim, Silva (2021) investigou causas de condenações em carcaças de frango em um abatedouro no Rio Grande do Sul. A análise indicou que falhas no manejo pré-abate e no transporte foram as principais responsáveis pelas perdas, destacando a importância de um controle rigoroso nessas etapas.

5. DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que a inovação de processos contribui para a eficiência produtiva na avicultura de corte, sobretudo em contextos de baixa escala e infraestrutura limitada. Soluções como automação de tarefas, controle ambiental e gestão informatizada, ainda que simples, mostraram-se eficazes na redução de desperdícios e no aumento da padronização das atividades (Bezerra et al., 2021; Moraes; Pizzirani, 2021).

As abordagens baseadas em tecnologias digitais, como IoT e inteligência artificial (Santos et al., 2023; Pinto et al., 2021), ampliam o potencial de controle e decisão nas granjas, demonstrando que mesmo modelos computacionais mais sofisticados podem ser aplicáveis,

desde que haja capacitação e estrutura mínima. Tais evidências reforçam o papel estratégico da inovação como vetor de competitividade e sustentabilidade para o setor.

Trabalhos como os de Trassi et al. (2023) e Sbardella et al. (2024) chamam atenção para a importância da organização dos fluxos produtivos. A má distribuição de tarefas e a ausência de padrões operacionais comprometem diretamente a produtividade, o que indica a necessidade de diagnósticos periódicos e intervenções técnicas mesmo em ambientes tradicionais.

Adicionalmente, Schneider (2021) demonstra que a adoção gradual de tecnologias é viável quando seus benefícios se tornam perceptíveis na rotina produtiva, evidenciando a importância de iniciativas que promovam conhecimento técnico e aproximem produtores das inovações.

Por fim, os estudos de Silva (2021) e Altevogt (2024) ampliam o escopo da discussão ao destacar falhas nos processos de manejo e reprodução como gargalos críticos. Esses achados alertam para o fato de que a eficiência não depende apenas de tecnologia, mas também de boas práticas e gestão qualificada em todas as etapas produtivas.

6. CONCLUSÃO

A revisão da literatura evidenciou que a inovação de processos é um componente estratégico para o avanço da avicultura de corte, especialmente em sistemas produtivos de pequeno e médio porte. As soluções tecnológicas identificadas, como sistemas semiautomatizados, sensores ambientais, algoritmos de inteligência artificial e redes neurais, demonstraram capacidade real de contribuir para a eficiência operacional, o controle de perdas e a padronização dos processos.

Além das inovações tecnológicas, os estudos destacam a importância de ajustes organizacionais e reprodutivos para a produtividade. A reestruturação de rotinas, o balanceamento de atividades e o manejo de matrizes foram apontados como práticas que impactam diretamente os resultados zootécnicos e econômicos das granjas.

Observou-se também que a adoção dessas práticas está condicionada a fatores como capacitação técnica, acesso a tecnologias e suporte institucional. Assim, a disseminação do conhecimento e oferta de alternativas compatíveis com diferentes realidades produtivas tornam-se fundamentais para consolidação de uma avicultura mais moderna e eficiente.

Este estudo contribui ao reunir e sistematizar as principais abordagens recentes sobre inovação e eficiência na avicultura de corte, oferecendo subsídios teóricos para futuras pesquisas, diagnósticos organizacionais e intervenções práticas no campo. As evidências sugerem que,

mesmo em contextos de menor escala, há um vasto potencial para avanços operacionais por meio de inovações tecnicamente viáveis e gerencialmente sustentáveis.

7. REFERÊNCIAS

ABPA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL. *Relatório Anual 2024*. São Paulo: ABPA, 2024. Disponível em: <https://abpa-br.org/mercado/relatorios-anuais/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

ALTEVOGT, Walter Edmundo. *Estratégias alternativas para aumentar a fertilidade de matrizes leves e pesadas*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2024.

BEZERRA, Rômulo Cavalcante et al. Sistema semiautomatizado para redução do desperdício de ração e otimização do conforto térmico no processo de criação avícola. *Revista Agropecuária Técnica*, v. 42, n. 1, p. 55–63, 2021.

MORAES, Caique Bueno de; PIZZIRANI, Flávia. As tecnologias de automatização e controle, aplicadas aos aviários. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2021, Jaguariúna. *Anais do 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica*. Jaguariúna: Faculdade de Jaguariúna, 2021.

PINTO, Mariana Camargo Leal et al. Utilização de algoritmos de aprendizagem de máquina para predição de absorção de água nas carcaças de frango. *Revista de Ciência e Tecnologia*, v. 33, n. 1, p. 89–100, 2021.

SANTOS, Isabela Gaya et al. Aplicação de IoT e Inteligência Artificial para gestão de aviários e melhorias do desempenho produtivo. *Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas*, v. 17, n. 3, p. 199–212, 2023.

SBARDELLA, Maicon et al. *Tecnologias para a produção de peixes, aves e suínos: soluções com base em pesquisa aplicada*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2024.

SCHNEIDER, Júnior André. O impacto das inovações tecnológicas na criação de aves por pequenos produtores rurais de Venâncio Aires. *Revista de Extensão Rural*, v. 28, n. 2, p. 223–236, 2021.

SILVA, Francine Pinheiro da. Análise de incidência de condenações totais e parciais em carcaças de frango de corte em um abatedouro frigorífico no Rio Grande do Sul. *Revista Científica de Medicina Veterinária*, v. 29, n. 1, p. 87–94, 2021.

TRASSI, Janaina et al. Mensuração do balanceamento de linha no setor de corte de aves de uma empresa frigorífica do Paraná. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 23, n. 4, p. 131–144, 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

TRANSPORTE DE COMMODITIES: UM ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE UMA FERROVIA PASSANDO POR CAMPO MOURAO/PR

Guilherme Senetra¹ – Unespar

1. INTRODUÇÃO

Conforme Martins (2025), o Brasil ocupa posição de destaque no cenário global como um dos maiores produtores e exportadores de commodities agrícolas, com ênfase em grãos como soja, milho e trigo. Esse protagonismo, no entanto, depende diretamente da eficiência de sua cadeia logística, que é responsável por conectar as áreas produtoras, muitas vezes localizadas no interior do país, aos portos exportadores situados no litoral. Nesse contexto, os custos logísticos exercem papel fundamental na competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, podendo representar uma parcela significativa do custo final da mercadoria.

De acordo com Ribeiro *et al* (2009), o estado do Paraná, especialmente, tem papel estratégico nesse cenário, sendo um dos maiores produtores de grãos do país e contando com infraestrutura agroindustrial consolidada. No entanto, o modal rodoviário ainda é predominante no escoamento da produção paranaense. Isso gera diversos desafios, como o aumento nos custos operacionais, o desgaste precoce da malha viária, maior consumo de combustíveis fósseis, e impactos ambientais e urbanos expressivos. Além disso, a dependência excessiva do transporte rodoviário torna o sistema vulnerável a fatores externos, como flutuações no preço dos combustíveis e condições climáticas adversas.

Diante desse cenário, a diversificação da matriz de transporte, com a ampliação do modal ferroviário, surge como alternativa viável e necessária. O transporte ferroviário é amplamente reconhecido por sua eficiência em longas distâncias, menor impacto ambiental e maior capacidade de carga. Porém, apesar de seu potencial, a malha ferroviária brasileira ainda apresenta limitações estruturais e cobertura geográfica restrita, especialmente em regiões que concentram grande volume de produção agrícola, como o Centro-Oeste e partes do Sul do país. (Souza e Sobrinho, 2025).

Este trabalho tem como objetivo propor um estudo de viabilidade para implantação de uma ferrovia que passe pelo município de Campo Mourão, localizado na região Centro-Oeste do

¹ - Graduando em Administração – e-mail: senetraguilherme@gmail.com

Paraná. A escolha da região se justifica por sua forte presença no setor agroindustrial, sua posição geográfica estratégica e sua integração com importantes cooperativas e corredores logísticos. A proposta visa analisar, sob os aspectos socioeconômicos, logísticos e estruturais, como uma ligação ferroviária poderia contribuir para o escoamento mais eficiente das commodities produzidas na região, além de fomentar o desenvolvimento regional sustentável.

2. OBJETIVOS

Em termos gerais, objetiva-se verificar a viabilidade técnica, econômica e logística da implantação de uma ferrovia que atenda ao município de Campo Mourão/PR, visando à melhoria do escoamento das commodities agrícolas da região e à diversificação da matriz de transporte utilizada no estado do Paraná.

Em termos específicos e operacionais, objetiva-se:

- a) Investigar as condições atuais da logística de transporte de grãos no estado do Paraná, com ênfase no uso do modal rodoviário;
- b) Levantar dados sobre a produção agroindustrial de Campo Mourão e seu entorno, identificando os principais fluxos logísticos e gargalos existentes;
- c) Estudar os impactos econômicos e ambientais associados a predominância do transporte rodoviário na região de Campo Mourão/PR;
- d) Avaliar os benefícios e desafios da implantação de um ramal ferroviário na região centro-oeste do Paraná, considerando custos, infraestrutura e integração com a malha nacional existente;
- e) Analisar experiências nacionais e internacionais de sucesso na utilização do modal ferroviário para o transporte de commodities na região;
- f) Propor alternativas logísticas que visem à sustentabilidade, redução de custos e à eficiência no transporte de grãos produzidos na região.

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada para responder ao objetivo central deste estudo será baseada em torno de uma revisão teórica e exploratória sobre logística, transporte multimodal e gestão da

cadeia de suprimentos, complementada por estudos de caso, dados estatísticos e análise técnica sobre infraestrutura ferroviária.

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica com base em autores relevantes na área, bem como em documentos técnicos e de políticas públicas que tratam da mobilidade de cargas. Em seguida, o estudo será complementado por uma análise documental e estatística com dados extraídos de fontes como IBGE, CONAB, Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná, DNIT, entre outros órgãos públicos e institutos de pesquisa.

Serão coletados e analisados de forma quantitativa e qualitativa dados da produção agroindustrial da região de Campo Mourão, o estudo irá investigar as condições atuais da logística de commodities Paranaense e seus gargalos, considerando como alternativa o modal ferroviário verificando viabilidade e os impactos socioeconômicos da solução apresentada, além disso abordará experiências nacionais e internacionais de sucesso na implementação de ferrovias voltadas ao agronegócio, como forma de enriquecer a análise e propor soluções concretas para o contexto da logística de exportação de commodities Paranaense.

4. RESULTADOS

Espera-se encontrar resultados positivos e satisfatórios referentes ao problema de pesquisa pois conforme a revisão da literatura, é evidente que há uma oportunidade de melhoria da cadeia logística nacional e é latente a necessidade de implementação e incentivo a novos modais de transporte, buscando economia no transporte, melhoramento do fluxo logístico e desenvolvimento econômico.

Segundo Novaes (2001), o transporte ferroviário é especialmente vantajoso em rotas de média e longa distância com grande volume de carga, como ocorre com as commodities agrícolas. Além disso, a integração de modais logísticos pode proporcionar maior racionalização na movimentação de mercadorias e reduzir gargalos operacionais.

Ballou (2006) enfatiza que a logística desempenha papel fundamental na geração de valor, contribuindo diretamente para a competitividade de produtos nos mercados nacional e internacional. A escolha do modal de transporte afeta não apenas os custos diretos, mas também a confiabilidade e a capacidade de resposta da cadeia de suprimentos. Por isso, é essencial considerar alternativas mais eficientes e sustentáveis para o escoamento da produção.

5. DISCUSSÃO

As condições atuais da logística de exportação de commodities paranaense mostram-se desfavoráveis à rentabilidade do setor de transporte, rodovias sucateadas, perigosas e em condições precárias fazem com que o preço do frete se torne cada vez mais oneroso aos *players* do agronegócio, devido as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do transporte de cargas. (Ribeiro *et al*, 2009).

A implementação de um ramal ferroviário em Campo Mourão tem o potencial de trazer diversas oportunidades de negócio e movimentar a economia do município e da região como um todo, desde o momento da construção do ramal ferroviário até a operação da ferrovia em si, um ramal ferroviário de cerca de 90 km saindo de Campo Mourão poderia se conectar a malha ferroviária que já existe passando pelo município de Maringá no norte do Paraná.

Conforme Ribeiro *et al* (2009), Maringá representa um grande entroncamento logístico para a região, a ferrovia que passa pelo município tem como destino o porto de Paranaguá, desta forma sendo uma importante via arterial no escoamento de produção agrícola. Anexo à ferrovia em Maringá existem diversos terminais ferroviários e empresas operando com *expertise* de anos, movimentando cargas tanto de commodities agrícolas como soja, farelo de soja e açúcar, como insumos agrícolas como fertilizantes e corretivos de solo.

Para efeito comparação entre realidades nacionais diferentes, podemos citar países de tamanho continental e com uma economia interna pujante como a China, onde a malha ferroviária é altamente desenvolvida, cargas são transportadas a longa distancias e os custos de transporte são otimizados, os Estados Unidos também representam um exemplo positivo para se considerar o modal ferroviário (Ferreira, Justo e Castilho, 2022), desta forma considerando ambos exemplos, nota-se que a adoção das estratégias implementadas nos referidos países, tem grande potencial de sucesso no Brasil, devido as semelhanças de extensão territorial e alta produtividade agrícola.

6. CONCLUSÃO

A infraestrutura logística brasileira, ainda apresenta lacunas estruturais que comprometem a fluidez do transporte, elevam os custos operacionais e reduzem a

competitividade dos produtos nacionais. Nesse sentido, a diversificação da matriz de transporte e a valorização do modal ferroviário aparecem como alternativas estratégicas.

Fleury, Wanke e Figueiredo (2009) reforçam que a logística deve ser vista como um diferencial competitivo, sobretudo quando aplicada a contextos regionais como o do estado do Paraná, que possui uma cadeia agroindustrial robusta, porém ainda muito dependente do transporte rodoviário.

No estado do Paraná praticamente toda produção de grãos que é exportada, tem seu escoamento dado pelo Porto de Paranaguá. Esse fato faz com que a commodity em questão seja carregada na fazenda em que foi produzida, levada até a indústria que dá o destino e a documentação necessária para o embarque e então transportada novamente para o destino, que seria o porto. Muitas vezes, esse e as indústrias não têm capacidade para administrar o volume de cargas que chegam, fazendo com que surjam filas, atrasando embarques, e demais consequências que podem acontecer devido a esse gargalo logístico.(Augustinho *et al*, 2021, p.3,4)

Dado este contexto, é evidente a necessidade do desenvolvimento e incentivo à novos modais de transporte de commodities por parte do poder público e o modal ferroviário aparece como uma alternativa altamente viável e desejável para que seja atingido tal objetivo.

7. REFERÊNCIAS

AUGUSTINHO, Gabriela Reis; KIERS, Carolina; COSTA, Vitor José da; SILVA, Juvancir da. **Transporte rodoviário da safra de soja paranaense e fatores que influenciam na competitividade**. Congresso Internacional de Administração, 2021, Ponta Grossa. Disponível em: https://admpg.com.br/2021/anais/arquivos/08062021_150857_610d7d11914fd.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Logística Empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FERREIRA, Levi Alves; JUSTO, Marcella Magalhães; CASTILHO, Victor Manuel Ferreira Nicolau. *Malha ferroviária: os desafios e soluções da logística de transporte no Brasil*. 2022. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) – Centro Universitário de Barra Mansa, Barra Mansa, 2022.

FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber. **Logística Empresarial: A Perspectiva Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Paulo Cesar dos Santos. **Integração física sul-americana: um estudo sobre a Rota de Integração Latino-Americana (RILA)**. 2025. 270 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RIBEIRO, Saulo; MANSANO, Fernanda Helen; GAMEIRO, Augusto Hauber; LOPES, Ricardo Luís. **Custo do transporte como ferramenta de gerenciamento logístico para a soja: o caso da rota Maringá – Paranaguá**. *Revista ADM.MADE*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 87–100, set./dez. 2009.

SOUZA, Raquel Rodrigues de; SOBRINHO, Osvaldo Esteves. **Análise comparativa entre a estrutura ferroviária e rodoviária na exportação de grãos do Brasil**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 6446–6458, maio 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 09

TECNOLOGIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ARTIGOS CIENTÍFICOS

**FAKE NEWS E GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA
DESINFORMAÇÃO NA IMAGEM INSTITUCIONAL E NAS DECISÕES
GOVERNAMENTAIS EM UMA PREFEITURA DA REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL
DO PARANÁ**

Celso Bunhak¹ – UNESPAR

Ellen Inácio de Omena² – UNESPAR

Flaviane Rainara de Carvalho³ – UNESPAR

Leonardo Augusto Scendrzyk Klepa⁴ – UNESPAR

Eloisa Paula de Oliveira⁵ – UNESPAR

Gabriel de Sá⁶ – UNESPAR

Adalberto Dias de Souza⁷ - UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 9: Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

RESUMO

A desinformação, impulsionada pela disseminação de *fake news*, tem se tornado um dos principais desafios contemporâneos para a administração pública, interferindo diretamente na credibilidade das instituições e na eficácia das políticas públicas. Esse fenômeno compromete a confiança dos cidadãos, gera instabilidade institucional e dificulta a comunicação entre o poder público e a sociedade. No contexto da Prefeitura, observa-se a fragilidade da comunicação institucional frente à propagação de boatos, a ausência de protocolos formais e a falta de preparo dos servidores para lidar com notícias falsas. Diante desse cenário, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os efeitos da desinformação na gestão municipal, com foco na comunicação institucional, identificando vulnerabilidades e propondo estratégias para o enfrentamento desse fenômeno. A metodologia adotada é de natureza aplicada, com abordagem mista, descritiva e exploratória. Foram utilizados questionários fechados com 11 perguntas a 45 servidores, questionários abertos com sete perguntas a quatorze vereadores ou assessores da Câmara Municipal, além da análise documental dos portais institucionais da prefeitura. A triangulação metodológica possibilitou o cruzamento de dados empíricos com a estrutura informacional da gestão. Os principais resultados revelam que a maioria dos participantes já enfrentou situações relacionadas a *fake news*, que geraram impactos como atrasos em projetos, desgaste da imagem institucional e insegurança informacional. Também foi constatado o uso limitado das redes sociais para esclarecimentos e a ausência de ações educativas voltadas à população. Conclui-se que o enfrentamento à desinformação exige planejamento estratégico, capacitação contínua dos servidores, criação de protocolos específicos e uso inteligente das redes sociais como instrumentos de escuta e transparência. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas voltadas à educação midiática e à governança informacional.

Palavras-chave: Administração Pública; *Fake News*; Comunicação Institucional; Gestão Municipal.

¹ - Graduando em Administração – e-mail: cbunhak@hotmail.com

² - Graduanda em Administração – e-mail: ellenomena2@gmail.com

³ - Graduanda em Administração – e-mail: flavianesraynara.c@gmail.com

⁴ - Graduando em Administração – e-mail: leonardoscendrzyk@gmail.com

⁵ - Doutora em Administração – e-mail: eloisa.oliveira@unespar.edu.br – Orientadora

⁶ - Mestre em Sociedade e Desenvolvimento – e-mail: gadesa234@gmail.com – Co-orientador

⁷ - Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Co-orientador

RESUMEN

La desinformación, impulsada por la difusión de noticias falsas (fake news), se ha convertido en uno de los principales desafíos contemporáneos para la administración pública, interfiriendo directamente en la credibilidad de las instituciones y en la eficacia de las políticas públicas. Este fenómeno compromete la confianza de los ciudadanos, genera inestabilidad institucional y dificulta la comunicación entre el poder público y la sociedad. En el contexto del Ayuntamiento, se observa la fragilidad de la comunicación institucional frente a la propagación de rumores, la ausencia de protocolos formales y la falta de preparación de los servidores para enfrentar noticias falsas. Ante este escenario, el objetivo principal de esta investigación es analizar los efectos de la desinformación en la gestión municipal, con enfoque en la comunicación institucional, identificando vulnerabilidades y proponiendo estrategias para enfrentar este fenómeno. La metodología adoptada es de naturaleza aplicada, con un enfoque mixto, descriptivo y exploratorio. Se utilizaron cuestionarios cerrados con 11 preguntas aplicadas a 45 servidores, cuestionarios abiertos con 7 preguntas dirigidas a 14 concejales o asesores del Concejo Municipal, además del análisis documental de los portales institucionales del ayuntamiento. La triangulación metodológica permitió el cruce de datos empíricos con la estructura informativa de la gestión. Los principales resultados revelan que la mayoría de los participantes ya enfrentó situaciones relacionadas con noticias falsas, las cuales generaron impactos como retrasos en proyectos, desgaste de la imagen institucional e inseguridad informativa. También se constató el uso limitado de las redes sociales para aclaraciones y la ausencia de acciones educativas dirigidas a la población. Se concluye que enfrentar la desinformación exige planificación estratégica, capacitación continua de los servidores, creación de protocolos específicos y uso inteligente de las redes sociales como instrumentos de escucha y transparencia. Además, se destaca la importancia de políticas públicas orientadas a la educación mediática y a la gobernanza informativa.

Palabras clave: Administración Pública; Noticias Falsas; Comunicación Institucional; Gestión Municipal.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a evolução das tecnologias digitais e a ascensão das redes sociais transformaram de maneira profunda o ecossistema comunicacional, gerando impactos significativos sobre a administração pública. Se, por um lado, essas ferramentas ampliaram o acesso à informação e à participação cidadã, por outro, trouxeram consigo um fenômeno preocupante e crescente: a disseminação sistemática de desinformação, as chamadas *fake news*, que comprometem a confiança nas instituições públicas e influenciam negativamente a formulação e execução de políticas públicas.

Parafraseando Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação compromete a confiança pública e enfraquece o pacto democrático, na medida em que distorce a realidade e prejudica a tomada de decisões fundamentadas em evidências. Trata-se de um fenômeno político-comunicacional que se aproveita de lacunas informativas, da baixa alfabetização midiática e do

uso intensivo das redes digitais para manipular narrativas, comprometer reputações e desestabilizar instituições democráticas. No contexto brasileiro, a situação se agrava diante da escassez de políticas públicas estruturadas nos municípios para o enfrentamento desse problema.

A administração pública, historicamente alicerçada em estruturas hierárquicas e comunicação verticalizada, tem sido desafiada a adotar práticas comunicacionais mais ágeis, horizontais e transparentes. Entretanto, como alertam Recuero (2020) e Marinho (2020), a comunicação institucional ainda opera sob uma lógica predominantemente informativa e pouco dialógica, voltada mais à publicidade de atos do que à escuta ativa da sociedade ou ao enfrentamento estratégico da desinformação. Isso a torna vulnerável às *fake news*, que desinformam e erodem a legitimidade do Estado e enfraquecem os vínculos de confiança entre governo e população (Karam, 2021).

No caso específico da Prefeitura¹ estudada, localizada na região centro-oeste do Paraná, observa-se que os canais oficiais de comunicação — como o Portal da Transparência, o site institucional e os perfis nas redes sociais — cumprem parcialmente seu papel informativo, mas carecem de iniciativas estruturadas para combater a desinformação. A ausência de seções específicas para esclarecimento de boatos, a inexistência de campanhas educativas permanentes e a falta de protocolos formais de resposta institucional agravam os efeitos das *fake news*, como demonstrado pelos dados empíricos coletados com servidores e assessores legislativos do município.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo central avaliar a presença, a eficácia e os limites das estratégias de comunicação institucional da Prefeitura no combate à desinformação, integrando a análise de portais públicos com a aplicação de questionários a agentes públicos. As perguntas norteadoras da pesquisa são: (1) Existem estratégias visíveis de combate à desinformação nas plataformas oficiais da prefeitura? (2) Como os servidores e assessores percebem o impacto da desinformação sobre a imagem pública e as decisões governamentais? (3) Quais medidas são sugeridas para fortalecer a comunicação institucional?

A justificativa da pesquisa reside na urgência de se fortalecer a governança local frente à crise informacional que afeta a administração pública. De acordo com Santos e Almeida (2021),

1 A cidade foi omitida por motivos éticos e de privacidade

“a governança transparente e participativa é um dos pilares da gestão pública moderna e depende de canais de comunicação institucional resilientes e confiáveis”. Para além da divulgação de informações, é necessário que os entes públicos incorporem práticas de mediação comunicacional, escuta cidadã e responsabilização ativa, conforme propõem Amaral e Cardoso (2020).

A relevância acadêmica e prática deste estudo está na sua proposta de integração entre comunicação institucional, políticas públicas e diretrizes de sustentabilidade institucional, à luz dos princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*). Como observa Silva (2022), “a desinformação é um fenômeno que afeta diretamente a qualidade das políticas públicas, criando obstáculos à sua formulação, execução e avaliação”. Portanto, enfrentar esse desafio requer ações proativas, como a capacitação de servidores, o desenvolvimento de protocolos específicos e o investimento em campanhas educativas com respaldo técnico e comunicacional.

A pesquisa adota uma metodologia mista e triangulada, conforme Gil (2019), combinando análise documental dos portais e redes sociais institucionais com a aplicação de questionários a 45 servidores públicos e 14 assessores/vereadores. Os dados foram sistematizados e interpretados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2016) e estatística descritiva. Os resultados revelam falhas na estrutura comunicacional, ausência de diretrizes específicas e baixa percepção de preparo institucional para lidar com a desinformação.

Dessa forma, este estudo pretende contribuir com o debate acadêmico e com a prática administrativa, ao propor recomendações concretas e sustentadas teoricamente para o fortalecimento da comunicação pública frente à crise da desinformação. A análise do caso da Prefeitura oferece subsídios para outras administrações locais que enfrentam desafios semelhantes, ressaltando a importância de políticas institucionais mais robustas, integradas e voltadas à promoção da transparência, da confiança pública e da integridade informacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Desinformação como Desafio Contemporâneo à Administração Pública

A desinformação, também conhecida como *fake news*, deixou de ser apenas uma anomalia comunicacional para se tornar uma ameaça estruturante à governança democrática, especialmente em tempos de intensa polarização e digitalização das relações sociais. Wardle e

Derakhshan (2017) definem a “desordem informacional” como um fenômeno que desestabiliza o espaço público ao misturar fatos, meias verdades e boatos em um fluxo contínuo e emocionalmente envolvente de conteúdo. Essa realidade impacta diretamente o setor público, que frequentemente se vê obrigado a responder a narrativas falsas com estruturas comunicacionais ainda frágeis.

A desinformação não apenas compromete a veracidade das informações em circulação, mas mina a confiança institucional, desorganiza os processos decisórios e dificulta a implementação de políticas públicas baseadas em evidências (Recuero, 2020). No contexto da chamada "sociedade em rede", como bem caracteriza Castells (2009), a velocidade e o alcance das *fake news* superam, com frequência, a capacidade de resposta das instituições estatais, tornando o combate à desinformação um imperativo de governança.

A comunicação pública exerce papel central na mediação entre Estado e sociedade. Moura e Matos (2021) defendem que ela não deve ser meramente informativa ou promocional, mas formadora de cidadania e promotora da escuta social. No entanto, como indica a literatura, grande parte dos entes públicos, sobretudo municipais, ainda opera sob uma lógica de comunicação tecnocrática e reativa, o que os torna vulneráveis à instabilidade causada pelas *fake news*. Nesse sentido, a governança informacional passa a integrar o conjunto das competências estratégicas da administração pública contemporânea. Para Santos e Almeida (2021), uma comunicação pública eficaz exige, além de canais estruturados, servidores capacitados e conscientes do seu papel como mediadores institucionais. A ausência de planejamento estratégico para o enfrentamento da desinformação revela não apenas falhas operacionais, mas também lacunas éticas e democráticas no exercício da função pública.

Quando olhamos para a transparência ativa, está se faz como um elemento essencial para fortalecer a legitimidade institucional e combater narrativas desinformativas. Conforme a Controladoria-Geral da União (CGU), o Estado deve não apenas disponibilizar informações, mas promovê-las de forma compreensível, acessível e responsiva. Contudo, como evidenciam os dados desta pesquisa e corroboram Patrus et al. (2022), a transparência ainda é frequentemente limitada à publicação de dados burocráticos, desconsiderando a linguagem do cidadão e a mediação social das informações.

A análise crítica de Recuero (2020) e Marinho (2020) aponta que o Estado deve assumir o papel de agente de verificação e mediação da verdade, principalmente por meio de campanhas educativas e políticas públicas de alfabetização midiática. Essa ação deve estar integrada a uma política comunicacional contínua e transversal, não restrita a momentos de crise.

O conceito de *accountability*, segundo Bovens (2007), envolve mais do que prestação de contas: exige a criação de mecanismos institucionais de escuta, resposta e responsabilização social. Isso inclui a capacidade de reagir à desinformação de forma coordenada, técnica e ética. A ausência de protocolos e setores específicos voltados à comunicação institucional fragiliza a confiança pública e amplia a sensação de desamparo informacional, sobretudo em cenários de crise. Portanto, integrar a lógica da *accountability* à comunicação pública é reconhecer que a informação é um bem público estratégico. Isso se torna ainda mais relevante no contexto das diretrizes ESG (*Environmental, Social and Governance*), que atribuem à administração pública a responsabilidade de garantir a transparência, a ética e a governança como dimensões indissociáveis da atuação estatal (OLIVEIRA, 2019; SOUZA; ALMEIDA, 2021).

Os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de uma reestruturação profunda na comunicação pública municipal. As sugestões oferecidas por servidores e assessores legislativos vão ao encontro do que defendem Amaral e Cardoso (2020): a criação de um sistema nacional e integrado de combate à desinformação, com protocolos oficiais, capacitação técnica, campanhas permanentes e canais de interação direta com o cidadão. Além disso, Patrus et al. (2022) enfatizam a importância da escuta ativa como fundamento da comunicação pública moderna. Sem ouvir a sociedade, sem dialogar com seus anseios e sem responder rapidamente às informações distorcidas que circulam, o Estado corre o risco de perder sua capacidade de liderança simbólica e de coordenação política.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como objetivo compreender e propor estratégias para o enfrentamento da desinformação na administração pública municipal, com foco na Prefeitura. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica robusta, de natureza aplicada, qualitativa, descritiva e exploratória, combinando análise documental e aplicação de questionários a servidores públicos e representantes do legislativo municipal.

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e descritiva, com enfoque na administração pública municipal. De acordo com Gil (2019), a pesquisa aplicada visa produzir conhecimentos orientados à resolução de problemas concretos, o que se revela pertinente diante da necessidade de enfrentar a desinformação nas gestões públicas locais. A abordagem qualitativa, como destaca Minayo (2001), é fundamental para apreender as percepções e significados atribuídos pelos sujeitos, especialmente em fenômenos sociais complexos como o impacto das fake news na imagem institucional.

O caráter exploratório da investigação justifica-se pela escassez de estudos sistematizados sobre protocolos institucionais de enfrentamento à desinformação em municípios de médio porte. Conforme Marconi e Lakatos (2017), pesquisas exploratórias são essenciais para levantar hipóteses e aprofundar temas emergentes. Simultaneamente, a pesquisa é descritiva, pois se propõe a observar, registrar e analisar com detalhe as práticas comunicacionais da Prefeitura, oferecendo um diagnóstico embasado sobre suas vulnerabilidades diante da propagação de notícias falsas.

O delineamento metodológico da pesquisa combinou os métodos hipotético-dedutivo, voltado à testagem de hipóteses a partir de observações empíricas, e o método comparativo, utilizado para estabelecer parâmetros entre diferentes esferas governamentais (Sartori e Cervo, 2007). A coleta de dados baseou-se na triangulação metodológica (Denzin e Lincoln, 2006), integrando múltiplas fontes para garantir maior confiabilidade aos resultados.

Três estratégias principais foram utilizadas: análise documental de 17 portais institucionais, com ênfase nos canais da Prefeitura, aplicação de questionários a servidores públicos e a vereadores/assessores parlamentares. A análise documental considerou critérios como acessibilidade, atualização, estrutura comunicacional e existência de mecanismos de combate à desinformação. Conforme Bardin (2011), esse tipo de análise permite compreender práticas organizacionais formais. Os estudos de Delmazo e Valente (2018) e Gomes (2021) reforçam que a ausência de canais informativos eficazes e políticas estruturadas de comunicação favorece a disseminação de *fake news* e compromete a confiança pública.

Foram aplicados questionários estruturados e semiestruturados a 45 servidores da administração municipal, distribuídos entre as áreas de saúde, educação, assistência social, administração e transporte. As perguntas exploraram a experiência com *fake news*, percepção da

confiança da população nas informações oficiais, existência de protocolos internos e sugestões para melhoria da comunicação institucional. O uso de questionários qualitativos permite captar percepções e valores dos participantes, sendo, segundo Triviños (1987), uma ferramenta eficaz para compreender posicionamentos simbólicos em contextos organizacionais. Frugoli et al. (2021) também destacam que compreender como os servidores percebem os impactos da desinformação é vital para o planejamento de políticas públicas efetivas.

Foi realizada uma segunda etapa de coleta de dados com 14 representantes do legislativo municipal (vereadores e assessores), que responderam a questionamentos sobre a existência de estratégias oficiais contra *fake news*, os impactos da desinformação nas decisões políticas e a reação popular diante de correções institucionais. A escolha desse grupo justifica-se por sua relevância no debate público e na mediação entre governo e sociedade, considerando, como observa Marques (2020), que a ausência de coordenação comunicacional agrava os efeitos da desinformação em contextos de crise.

A análise dos dados seguiu dois eixos complementares: um quantitativo, baseado em frequências e gráficos das respostas fechadas, e outro qualitativo, fundamentado na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo a categorização de temas como “fragilidade institucional” e “propostas de enfrentamento”. A integração desses métodos foi viabilizada pela triangulação metodológica, que articulou dados empíricos, documentação institucional e referencial teórico. Essa abordagem integrada, segundo Esteves e Queiroz (2024), é essencial para compreender a complexidade da desinformação e propor respostas eficazes. A amostra contemplou dois grupos estratégicos: 45 servidores públicos municipais, escolhidos pela diversidade de secretarias e exposição à desinformação no cotidiano, e 14 vereadores ou assessores parlamentares, selecionados por sua atuação direta na formulação de políticas e na interlocução com a população. A amostragem foi não probabilística e por conveniência, buscando captar experiências práticas e percepções relevantes para o diagnóstico institucional.

Entre as limitações do estudo, destacam-se o número reduzido de participantes do legislativo, a delimitação geográfica ao município e a indisponibilidade de documentos internos sobre comunicação institucional. No entanto, conforme argumenta Yin (2016), o uso de múltiplas fontes e a triangulação metodológica conferem solidez aos achados, que podem ser considerados representativos de contextos similares. Todos os participantes foram informados sobre os

objetivos da pesquisa, consentiram em participar voluntariamente e tiveram sua privacidade resguardada, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do CNS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fragilidade Institucional e Ausência de Protocolos

A análise dos portais institucionais da Prefeitura, assim como de sites estaduais e federais, revelou uma preocupante ausência de estrutura permanente voltada ao enfrentamento da desinformação. O Portal da Transparência e os perfis da prefeitura nas redes sociais demonstram foco predominantemente promocional, sem espaços dedicados a desmentidos públicos ou campanhas educativas. A falta de atualizações frequentes, de linguagem acessível e de canais específicos de esclarecimento de boatos agrava a situação.

Essa percepção institucional foi confirmada pelos dados da pesquisa empírica. Cerca de 90% dos servidores municipais declararam desconhecer qualquer protocolo formal de combate à *fake news*, assim como 100% dos vereadores e assessores entrevistados. Como destacam Silva e Almeida (2022) e Tavares e Faria (2020), a ausência de normativas formais leva a respostas improvisadas, reduzindo a capacidade de reação e gerando desorganização interna. Essa carência institucional compromete a governança e, segundo Castells (2009), enfraquece a legitimidade das ações públicas diante da lógica informacional em rede.

A pesquisa revelou que 75% dos servidores e 83% dos vereadores já presenciaram ou tiveram de lidar com situações concretas de desinformação que afetaram diretamente a gestão municipal. Foram relatadas interferências em campanhas de vacinação, atrasos em obras, boicotes a programas públicos e crise de imagem institucional. Esse cenário confirma a análise de Frugoli et al. (2021), para quem a desinformação atinge tanto a formulação quanto a execução das políticas públicas. Além disso, os servidores apontaram que áreas como saúde (31,7%), educação (24,4%) e assistência social (19,5%) são as mais vulneráveis aos efeitos da desinformação. Lima (2020) e Recuero (2021) observam que esses setores são particularmente suscetíveis por envolverem atendimento direto à população, políticas sensíveis e disputas narrativas entre ciência e senso comum.

A maioria dos participantes reconheceu que a circulação de boatos compromete a imagem da prefeitura. Mesmo diante de desmentidos oficiais, a desconfiança da população persiste,

reforçando o ciclo de descrédito. Gomes (2021) e Castells (2009) sustentam que a persistência de informações falsas não enfrentadas gera desgaste simbólico e fragiliza o vínculo entre governo e sociedade. A falta de campanhas de educação midiática e de canais eficazes de escuta e resposta contribui para esse quadro. Como apontam Freire e Costa (2021) e Bauman (2017), em tempos de incerteza, a população tende a confiar em mensagens emocionais e rápidas, frequentemente transmitidas por *fake news*, em detrimento de informações institucionais técnicas e lentas.

A comunicação institucional da Prefeitura ainda se mostra pouco preparada para lidar com as exigências da sociedade informacional. Os principais canais utilizados — site oficial, Instagram e Facebook — são atualizados com foco promocional, mas não cumprem papel educativo ou de combate à desinformação. Não há uso sistemático dessas plataformas para checagem pública de fatos nem estruturação de narrativas corretivas.

Vereadores / assessores e servidores confirmaram que também não existe canal institucional direto com o cidadão (como WhatsApp, chatbot ou ouvidoria digital) para esclarecimentos. Segundo Recuero (2020) e Wardle e Derakhshan (2017), o enfrentamento da desinformação deve ocorrer nos mesmos espaços onde ela se propaga — as redes sociais — por meio de estratégias de engajamento, linguagem acessível e monitoramento ativo.

Outro ponto crítico identificado foi o despreparo dos servidores públicos para lidar com *fake news* no cotidiano administrativo. A maioria dos entrevistados reconheceu não possuir formação, treinamento ou diretrizes específicas para agir diante de boatos. Essa lacuna impacta diretamente a eficiência institucional e contribui para a desarticulação da comunicação pública.

Pereira e Mendes (2022) ressaltam que a capacitação em enfrentamento da desinformação é hoje uma competência essencial para os agentes públicos. A ausência dessa formação reduz a segurança dos servidores em situações críticas, além de impedir que a administração atue como fonte legítima e confiável de informação (Castells, 2009).

Os dados da pesquisa também revelam que a Câmara Municipal está igualmente vulnerável. Os vereadores relataram episódios de *fake news* afetando diretamente a percepção pública sobre suas ações, influenciando decisões legislativas e gerando desgaste entre os parlamentares. No entanto, assim como no Executivo, não há protocolo formal de enfrentamento, nem equipe técnica dedicada à comunicação estratégica.

Segundo Costa e Lima (2022) e Silva e Freitas (2021), o Legislativo também deve integrar-se às estratégias de combate à desinformação, com definição de responsabilidades, monitoramento das redes e campanhas públicas informativas. A ausência de estrutura de comunicação limita a capacidade da Câmara de reagir em tempo hábil aos boatos, tornando-a refém da instabilidade narrativa. Tanto os servidores quanto os vereadores / assessores destacaram que a população tende a acreditar nas *fake news*, mesmo após desmentidos. Muitos relataram já ter recebido informações falsas sobre a prefeitura em grupos de WhatsApp e redes sociais. Como reforçam Wardle e Derakhshan (2017), o impacto da desinformação é amplificado quando ela circula entre redes de confiança (familiares, religiosas, profissionais), o que lhe confere credibilidade informal.

Esse ambiente aumenta a pressão sobre os agentes públicos e compromete a atuação da administração. Além disso, os próprios servidores, ao não receberem respaldo institucional, tornam-se reprodutores passivos das narrativas falsas, alimentando o ciclo da desconfiança.

Diante desse cenário, os participantes da pesquisa — tanto do Executivo quanto do Legislativo — apresentaram propostas concretas e viáveis para o enfrentamento das *fake news*. Entre elas, destacam-se a criação de protocolos formais com fluxos claros de resposta e desmentido; a capacitação periódica dos servidores e assessores em comunicação e segurança informacional; a realização de campanhas educativas com linguagem popular, utilizando rádios, escolas e redes sociais; o monitoramento contínuo das redes sociais com ferramentas de escuta ativa; a criação de canais diretos com o cidadão, como WhatsApp institucional, formulários digitais ou plantões telefônicos; e o fortalecimento das equipes de comunicação institucional, com pessoal técnico qualificado e domínio das plataformas digitais.

Essas propostas dialogam com as recomendações de Esteves e Queiroz (2024), Patrus et al. (2022), Marinho (2020) e Silva e Ramos (2023), que enfatizam a necessidade de modernizar a comunicação pública e integrar práticas de literacia midiática, escuta social e gestão de crises informacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou, de forma clara e fundamentada, que a desinformação representa uma ameaça concreta à administração pública municipal, impactando diretamente a

credibilidade institucional, a tomada de decisões administrativas e a execução de políticas públicas. A ausência de protocolos formais, a fragilidade dos canais de comunicação e a baixa capacitação dos servidores públicos demonstram que o poder público local ainda carece de instrumentos sistemáticos e eficazes para lidar com os desafios impostos pelas *fake news*.

A análise empírica revelou que mais de 75% dos servidores e 100% dos assessores legislativos já vivenciaram situações concretas relacionadas à propagação de notícias falsas. Esses números evidenciam a urgência da construção de uma resposta institucional estruturada e permanente, baseada em planejamento, formação e ação coordenada. Como observa Recuero (2020), a desinformação corrói os vínculos de confiança entre Estado e sociedade, prejudicando a legitimidade democrática e a eficácia das políticas públicas.

A avaliação dos portais institucionais — tanto municipais quanto estaduais e federais — confirmou que ainda há uma lacuna significativa na transparência ativa, com ausência de seções específicas para o combate à desinformação, baixa atualização de dados e comunicação tecnicista, centrada quase exclusivamente na divulgação de eventos e serviços. Essa abordagem vai de encontro aos princípios da governança informacional, que, segundo Castells (2009), devem pautar a administração pública no contexto da sociedade em rede, onde o fluxo de informação estrutura a opinião pública e influencia a governabilidade.

Além disso, a pesquisa mostrou que a comunicação institucional da Prefeitura se mostra predominantemente reativa, pouco responsiva e desarticulada frente aos ataques de desinformação. Conforme Moura e Matos (2021), a comunicação pública precisa ser estratégica e cidadã — não apenas informativa, mas também formadora de consciência coletiva e ponte entre o poder público e a população. A ausência de canais diretos de escuta e de campanhas educativas regulares aponta para uma fragilidade organizacional que compromete o engajamento social e aumenta o risco de rupturas na confiança institucional (Patrus et al., 2022).

Outro ponto crítico é a ausência de integração entre os diferentes entes federativos. Embora algumas iniciativas pontuais sejam identificadas em ministérios como o da Saúde e da Justiça, faltam políticas públicas articuladas, contínuas e pedagógicas no enfrentamento da desinformação, como defendem Amaral e Cardoso (2020), ao proporem a criação de um sistema nacional integrado de combate às *fake news* no setor público.

A ausência de capacitação técnica e comunicacional dos servidores também compromete a eficácia das ações governamentais. Como alertam Santos e Almeida (2021), uma comunicação pública efetiva depende tanto de estruturas institucionais bem definidas quanto de agentes capacitados e conscientes de seu papel na mediação entre o Estado e a sociedade. A falta de preparo para lidar com crises informacionais leva a respostas improvisadas e, muitas vezes, ineficazes. Diante desse cenário, este estudo propõe caminhos concretos, a partir das contribuições dos próprios servidores e assessores legislativos, e alicerçados na literatura especializada. Entre as propostas, destacam-se a criação de protocolos oficiais e intersetoriais de resposta à desinformação; a estruturação de setores especializados em comunicação institucional, com foco em checagem de fatos; a capacitação contínua dos servidores e lideranças políticas, com formação ética, digital e comunicacional; o desenvolvimento de campanhas permanentes de educação midiática, promovendo o letramento digital da população; o uso estratégico das redes sociais como canais de escuta ativa, transparência, desmentido e participação; e o estabelecimento de canais acessíveis com o cidadão, como WhatsApp, chatbots, formulários digitais e ouvidorias interativas.

Essas iniciativas dialogam diretamente com os princípios da accountability pública, conforme Bovens (2007), que vai além da prestação de contas formal e implica em garantir mecanismos eficazes de escuta social, resposta institucional e responsabilização cidadã. Além disso, tais medidas se alinham às diretrizes de ESG (Environmental, Social and Governance) na administração pública, como propõem Oliveira (2019) e Souza & Almeida (2021), que associam transparência, ética e responsabilidade social à boa governança.

Em síntese, os achados desta pesquisa reafirmam a necessidade de reposicionar a comunicação institucional no centro da estratégia de gestão pública, especialmente em municípios de médio porte como o aqui estudado. O enfrentamento às *fake news* deve deixar de ser episódico e reativo, para se tornar uma política pública estruturante, transversal e integrada aos processos de governança democrática. Combater a desinformação é, antes de tudo, um compromisso com a verdade, com a cidadania e com a sustentabilidade da administração pública em tempos de crise informacional. Trata-se, portanto, de uma tarefa ética, pedagógica e estratégica — essencial para o fortalecimento da democracia local e para a reconstrução da confiança pública no Estado.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M.; CARDOSO, E. **Políticas públicas e desinformação: por um sistema integrado de combate às fake news**. Revista de Comunicação Pública, v. 15, n. 2, p. 102-118, 2020.
- BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BOVENS, M. **Analysing and assessing accountability: a conceptual framework**. European Law Journal, v. 13, n. 4, p. 447-468, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).
- COSTA, C. F.; LIMA, A. P. **Crise informacional e instituições públicas: os limites da comunicação legislativa**. Revista de Administração e Políticas Públicas, v. 14, n. 2, p. 75-94, 2022.
- DERAKHSHAN, H.; WARDLE, C. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.
- ESTEVES, F. V.; QUEIROZ, R. C. Z. **Políticas públicas de educação digital para o enfrentamento das fake news**. Revista do Direito Público, v. 19, n. 2, p. 85-108, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2024.v19.n2.45037>. Acesso em: 09 abr. 2025.
- FREIRE, R.; COSTA, D. M. **Comunicação, fake news e esfera pública: desafios para a credibilidade institucional**. Revista Estudos de Comunicação, v. 34, n. 1, p. 45-63, 2021.
- FRUGOLI, D. F.; TENÓRIO, F. G.; SILVA, M. R. **Fake news e políticas públicas: os impactos da desinformação na saúde e na educação**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, n. 2, p. 220-239, 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES, J. F. **Comunicação pública e desinformação: desafios institucionais em tempos de crise**. Revista Gestão Pública e Cidadania, v. 26, n. 1, p. 45-68, 2021.
- LIMA, M. T. **Desinformação e serviços públicos: entre a imagem institucional e a percepção popular**. Revista Administração Pública em Foco, v. 8, n. 3, p. 101-120, 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARQUES, R. G. **Poder público e desinformação: o papel do legislativo no enfrentamento das fake news**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 33, p. 212-230, 2020.
- MARINHO, S. **Comunicação governamental em tempos de desinformação: desafios e possibilidades**. Revista Comunicação & Sociedade, v. 43, p. 157-176, 2020.

- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MOURA, M.; MATOS, H. **Comunicação pública como estratégia de cidadania: desafios diante da desinformação**. Revista Comunicação & Sociedade, v. 43, p. 245-265, 2021.
- OLIVEIRA, L. **Governança e ESG no setor público: desafios e oportunidades**. Cadernos de Gestão Pública, v. 14, n. 1, p. 55-72, 2019.
- PATRUS, R.; DAMASCENO, L. L.; SOUZA, M. **Governança pública e comunicação institucional: enfrentando a crise informacional com escuta social e transparência**. Revista de Administração Pública e Gestão Social, v. 14, n. 3, p. 280-295, 2022.
- PEREIRA, C. D.; MENDES, V. F. **Capacitação de servidores públicos para enfrentamento à desinformação: um imperativo institucional**. Revista Brasileira de Gestão Pública, v. 20, n. 2, p. 99-117, 2022.
- RECUERO, R. **Comunicação institucional e redes: o papel da escuta no enfrentamento à desinformação**. Revista de Estudos da Comunicação, v. 12, n. 2, p. 77-92, 2021.
- RECUERO, R. **Desinformação e redes sociais: efeitos sobre a confiança pública e a democracia**. Revista Contracampo, v. 39, n. 1, p. 92-110, 2020.
- SANTOS, L. R.; ALMEIDA, J. **Comunicação pública e desinformação: o papel dos servidores públicos na governança informacional**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Administração Pública, v. 10, n. 2, p. 160-178, 2021.
- SARTORI, G.; CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- SILVA, M. R.; RAMOS, E. M. **Governança informacional e políticas públicas: caminhos para o enfrentamento da desinformação**. Cadernos de Políticas Públicas, v. 10, n. 3, p. 59-78, 2023.
- SOUZA, M. G.; ALMEIDA, V. **ESG e gestão pública: convergências entre responsabilidade social, ambiental e transparência institucional**. Revista Brasileira de Governança Pública, v. 8, n. 2, p. 199-216, 2021.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade dos autores.”

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UMA ANÁLISE DO PORTAL DA PREFEITURA DE BARBOSA FERRAZ

Heloisa Maria Piveta Coutinho¹ – UNESPAR
Maria Carolina Floriano de Melo² – UNESPAR
Maria Gabriela de Souza Farias³ – UNESPAR
Caroline Aparecida dos Santos⁴ – UNESPAR
Eloisa Paula de Oliveira⁵ - UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 9: Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar se o Portal da Transparência da Prefeitura de Barbosa Ferraz disponibiliza informações claras, acessíveis e compreensíveis sobre gastos públicos e projetos em andamento. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos e empíricos, por meio da aplicação de um questionário junto à população local. Os resultados indicam que, embora a maioria dos respondentes tenha acessado o portal, seu uso ainda é restrito a informações básicas, com pouca exploração dos dados relacionados à gestão orçamentária. Identificaram-se também dificuldades quanto à organização, atualização e clareza das informações. A análise confirmou que o acesso a esses dados interfere na percepção dos cidadãos sobre a administração pública, reforçando a importância dos portais como ferramentas de controle social. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos com a Lei de Acesso à Informação, a efetivação da transparência ativa em municípios de pequeno porte ainda encontra limitações. Recomenda-se o aprimoramento dos canais de transparência e a promoção de ações que incentivem o uso cidadão dessas ferramentas.

Palavras-chave: Transparência pública. Portal da transparência. Administração municipal. Acesso à informação.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar si el portal de transparencia del Ayuntamiento de Barbosa Ferraz ofrece información clara, accesible y comprensible sobre el gasto público y los proyectos en ejecución. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, con procedimientos bibliográficos y empíricos, mediante la aplicación de un cuestionario a la población local. Los resultados indican que, aunque la mayoría de los encuestados ha accedido al portal, su uso se limita principalmente a la búsqueda de información básica, con poca exploración de los datos relacionados con la gestión presupuestaria. También se identificaron dificultades relacionadas con la organización, actualización y claridad de la información. El análisis confirmó que el acceso a estos datos influye en la percepción ciudadana sobre la gestión pública, lo que refuerza la importancia de los portales como herramientas de control social. Se concluye que, a pesar de los avances normativos con la Ley de Acceso a la Información, la implementación efectiva de la transparencia activa en municipios de pequeño porte todavía presenta limitaciones. Se recomienda mejorar los canales de transparencia y promover acciones que incentiven el uso ciudadano de estas herramientas.

Palabras clave: Transparencia pública. Portal de transparencia. Administración municipal. Acceso a la información.

¹ - Bacharelada em administração – e-mail: heloisam.piveta@gmail.com

² - Bacharelada em administração – e-mail: amelomaria20981@gmail.com

³ - Bacharelada em administração – e-mail: mariagabrieladesouzafarias@gmail.com

⁴ - Bacharelada em administração – e-mail: aparecidasantos_carol@hotmail.com

⁵ - Doutora em administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A transparência na administração pública constitui um dos pilares fundamentais da governança democrática, sendo essencial para o controle social, a prevenção da corrupção e o fortalecimento da confiança entre governo e sociedade (Abrucio, 2007; Matias-Pereira, 2010). Desse modo, os Portais de Transparência municipais surgem como ferramentas estratégicas para a disponibilização de informações sobre gastos e projetos públicos. No entanto, permanece o questionamento sobre a efetividade desses mecanismos: “as prefeituras disponibilizam informações claras sobre gastos e projetos públicos?” Baseando-se nessa dúvida, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica, fundamentada na aplicação de um questionário, a fim de observar a utilidade e clareza das informações disponibilizadas pelo município por meio de seu portal eletrônico.

A crescente demanda por uma administração pública mais aberta e responsável é um fenômeno de extrema importância atualmente, visto que a transparência não é apenas uma obrigação institucional, mas também um direito fundamental dos cidadãos. Como destacam Di Marco e Terzi (2022), “a transparência pública deve ser entendida não só como um dever dos órgãos governamentais, mas como um direito do cidadão, que tem a necessidade de acesso à informação clara e objetiva para realizar o controle social”.

Entretanto, como indicam pesquisas recentes, apesar dos avanços legislativos proporcionados pela Lei Complementar nº 131/2009 e pela Lei nº 12.527/2011, muitos portais municipais ainda apresentam dificuldades em garantir o acesso eficiente às informações. Estudos como o de Michener et al. (2018) revelam que menos da metade dos pedidos de acesso à informação recebe resposta no prazo legal, evidenciando falhas na implementação da transparência passiva e ativa nos entes subnacionais. Além disso, a pesquisa de Bianchini (2020) mostra que pequenos municípios enfrentam dificuldades ainda mais significativas, como ausência de setores específicos para gestão da transparência, dependência de empresas privadas para manutenção dos portais e baixa prioridade política para o tema.

Desta maneira, o presente artigo tem como propósito analisar, a partir da percepção dos cidadãos, se o portal de transparência de Barbosa Ferraz cumpre seu papel de facilitar o acesso à informação pública. Busca-se compreender em que medida esses instrumentos são de fato utilizados pela população e quais fatores contribuem para sua efetividade ou fragilidade enquanto canais de informação governamental.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo analisar a transparência no site da Prefeitura de Barbosa Ferraz, com ênfase no Portal da Transparência, considerando a importância da publicidade na gestão municipal e os dispositivos previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Em termos específicos e operacionais, objetiva-se:

- a) Verificar o grau de utilização do Portal de transparência por parte da população;
- b) Avaliar a clareza, navegabilidade e completude das informações sobre gastos e projetos públicos disponíveis nos portais
- c) Investigar a percepção dos cidadãos sobre a eficácia e a utilidade das informações acessadas por meio destes portais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A transparência pública é tida como um dos pilares da Democracia – que deriva do grego “*demos*” e “*kratos*”, significando “governo do povo” - e que se tornou essencial para a disponibilização de informações governamentais, bem como para prevenção de prática indevidas por parte da gestão. Ela está relacionada à disponibilização ativa de informações pelo poder público e ao atendimento das demandas da sociedade por acesso a dados claros, completos e compreensíveis sobre a utilização dos recursos públicos (SOARES; ROSA, 2022). No Brasil, o princípio da publicidade está garantido pela Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 37, que estabelece que os atos da administração pública devem ser públicos, salvo em casos de sigilo previstos em lei. Esse princípio foi reforçado por legislações específicas, como a Lei Complementar nº 131/2009, que dispõe sobre a transparência na gestão fiscal, e a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito de todo cidadão de acessar informações públicas produzidas ou gerenciadas por órgãos do Estado.

Segundo Michener, Contreras e Niskier (2018), apesar dos avanços legais, a implementação efetiva da LAI ainda apresenta desafios relevantes. Conforme retratado pelos autores, menos da metade dos pedidos de acesso à informação recebe resposta dentro do prazo legal, e muitos portais públicos carecem de usabilidade, clareza e atualização adequada. Essa

fragilidade na implementação da transparência ativa e passiva compromete a confiança pública e limita o exercício pleno da cidadania.

A inserção das tecnologias digitais no setor público — no chamado governo eletrônico — deu origem a novas possibilidades de interação entre cidadão e governo. Os portais de transparência passaram a ser o principal canal por onde os municípios disponibilizam dados sobre sua execução orçamentária, contratos, convênios e outras ações administrativas. No entanto, como aponta Bianchini (2020), muitas prefeituras, especialmente em municípios de pequeno porte, enfrentam dificuldades para estruturar portais com informações claras, acessíveis e organizadas, resultando em baixa efetividade desses mecanismos.

Outro aspecto importante é a percepção dos cidadãos sobre os portais de transparência. Di Marco e Terci (2022), ao analisarem a atuação dos Observatórios Sociais no Brasil, destacam que, embora os portais sejam considerados uma inovação importante, ainda carecem de aprimoramentos significativos, principalmente no que diz respeito à navegabilidade, linguagem acessível e disponibilidade de respostas às solicitações de informação.

Assim, a presente pesquisa se insere no campo de estudos que busca compreender como os portais de transparência vêm sendo utilizados pelas administrações municipais e qual é a percepção da população quanto à clareza e utilidade das informações neles contidas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação pode ser classificada como qualitativa, de natureza aplicada, utilizando os procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e empírica de campo, com o propósito de interpretar as percepções dos cidadãos sobre a transparência da gestão pública local e a eficácia dos portais eletrônicos como instrumentos de acesso à informação.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é caracterizada por investigar o mundo em seu ambiente natural, interpretando os fenômenos a partir dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos. Essa abordagem é adequada quando o objetivo é compreender percepções, experiências e contextos sociais — como é o caso da presente investigação, que busca analisar a forma como os cidadãos percebem a clareza e a utilidade dos portais de transparência municipal.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica consiste no exame de obras já publicadas com o objetivo de fundamentar teoricamente o problema de pesquisa. Neste

trabalho, essa etapa foi essencial para compreender os fundamentos legais da transparência pública, os avanços e as limitações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como as contribuições de estudos anteriores sobre portais de transparência e controle social.

Além disso, a pesquisa também é empírica, pois recorreu à coleta de dados primários por meio da aplicação de um questionário junto a cidadãos do município de Barbosa Ferraz. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa de campo visa obter dados diretamente da realidade, permitindo que o pesquisador observe fatos e fenômenos tal como ocorrem no ambiente estudado.

Visando a participação cidadã ativa, disponibilizamos um questionário para a população local acerca da possível experiência com o Portal da Transparência. Foi realizado por meio da plataforma Googleforms, com as seguintes perguntas:

1. Faixa Etária;
2. Gênero;
3. Estado Civil;
4. “Você já teve algum contato com o site da Prefeitura?”
5. “Se você já teve contato com o site da Prefeitura, do que se tratou o acesso?”
6. “Você sabia que é possível verificar dados como salários e prestações de contas no Site da Prefeitura?”
7. “Se você já teve acesso ao Site da Transparência Municipal, verificou alguma informação incorreta?”
8. “Você acha que ter acesso à dados como gastos e pagamentos interferem na sua visão da Gestão Municipal?”
9. “Existe alguma informação que você tenha procurado no Portal da Transparência e não encontrou?”

Assim, obtivemos 29 respondentes, os quais forneceram dados que serão apresentados no a seguir.

ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, além dos embasamentos teóricos, por meio de artigos selecionados, livros e leis, também acessamos o Portal da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz. Este portal é um site no qual a população pode encontrar diversas informações sobre o

caminhar do dinheiro público, tanto para visualizar questões salariais dos funcionários públicos, quanto para eventos e projetos que o município está realizando, até mesmo processos licitatórios.

O acesso ao Portal da Transparência se dá da seguinte maneira:

- 1- Pesquisar "Prefeitura de Barbosa Ferraz" no Google e acessar o primeiro link.
- 2- Ao entrar no link, as primeiras informações são sobre campanhas e/ou cursos oferecidos pela prefeitura; deve-se utilizar a barra de pesquisa no site – ou rolar a tela - para encontrar informações específicas, como licitações, informações sobre servidores ou detalhes de gastos públicos.
- 3- O portal geralmente oferece recursos de acessibilidade como alterar o tamanho da fonte, inverter cores e ajustar a leitura.
- 4- Também é possível explorar as categorias de serviço disponibilizadas no portal, localizando informações organizadas por tópicos.

Após seguir este roteiro as principais dificuldades enfrentadas no acesso ao Portal da Transparência foram:

- Falta de atualização regular;
- A ausência de detalhes nas informações publicadas, o que pode gerar informações incompletas;
- Lentidão no site;
- Dificuldade em contatar os responsáveis pelos portais para esclarecer dúvidas ou solicitar algum serviço.

A criação e o uso dos portais da transparência têm se mostrado essenciais para garantir o acesso da população às informações públicas e incentivar a participação dos cidadãos na administração municipal, como observado no site da prefeitura analisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se diz respeito à faixa etária, 14 dos respondentes, representando 48,3%, possuem de 21 à 26 anos, seguidos da seleção “15 à 20 anos” com 7 respondentes (24,1%) e de “39 anos ou mais” com 6 respondentes (20,7%). Na questão de gênero, temos a liderança do público

feminino com 75,9%, seguidos pelo masculinos com 20,7% e não-binário com 3,4%. Já em relação ao estado civil, 25 respondentes são solteiros (86,2%) e 4 casados (13,8%).

Quando questionados sobre ter tido contato com o site da prefeitura, 82,4% alegaram que sim e 17,2% disseram não terem esse contato com o portal. Em relação à possível influência dos gastos e pagamentos sobre a visão da gestão, 69% diz que ter acesso à esses dados podem sim interferir nesse quesito, enquanto 31% diz não ver essa relação. Os demais resultados obtidos através do questionário serão representados por gráficos gerados pelo próprio Googleforms.



Figura 01. Tipo de procura do site da prefeitura – autoria própria pelo GoogleForms



Figura 02. Acesso a informações salariais – autoria própria pelo GoogleForms

Se você já teve acesso ao Site da Transparência Municipal, verificou alguma informação incorreta?
29 respostas

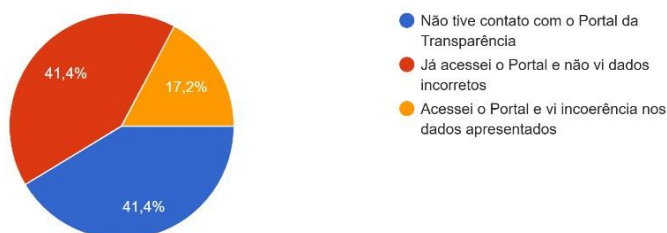


Figura 03. Informações incorretas – autoria própria pelo GoogleForms

Existe alguma informação que você tenha procurado no Portal da Transparência e não encontrou?
29 respostas

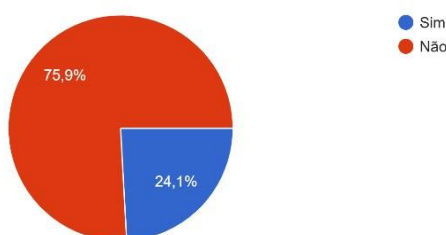


Figura 04. Informações não encontradas – autoria própria pelo GoogleForms

O fato de 82,4% dos participantes afirmarem já ter tido contato com o site da prefeitura indica um nível de acesso considerável à plataforma digital, ao menos em termos de navegação inicial. Esse dado, porém, deve ser relativizado pela amostra pequena e concentrada em um público com provável maior escolaridade e conectividade digital, o que está em conformidade com o que aponta Di Marco e Terci (2022): o uso dos portais ainda é bastante excludente, especialmente entre grupos com menor acesso à internet ou alfabetização digital.

Outro ponto de destaque foi a percepção da influência das informações sobre gastos e pagamentos na visão da gestão pública. Cerca de 69% dos respondentes reconhecem que o acesso a esses dados interfere na forma como avaliam a administração municipal. Esse achado confirma a discussão de Soares e Rosa (2022), segundo os quais a transparência contribui diretamente para a construção de uma gestão mais legítima e responsável perante os cidadãos.

No entanto, as respostas relacionadas à utilização específica do portal e à qualidade das informações acessadas apontam limitações. Muitos dos que acessaram o site o fizeram para consultas genéricas, como horário de funcionamento, editais ou concursos, conforme a Figura 01, o que sugere que o uso do portal como ferramenta de fiscalização ainda é limitado. Além disso, parte dos respondentes relatou dificuldades, como informações não encontradas (Figura 04) ou mesmo dados incorretos (Figura 03), o que vai ao encontro dos apontamentos de

Michener et al. (2018), que destacam a baixa efetividade da transparência ativa no Brasil, com portais incompletos, desatualizados ou de difícil navegação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar se o Portal da Transparência da Prefeitura de Barbosa Ferraz disponibiliza informações claras e acessíveis sobre gastos e projetos públicos. Com base na pesquisa bibliográfica e na aplicação de um questionário à população local, verificou-se que, embora a maioria dos respondentes tenha tido contato com o site da prefeitura, o uso do portal para fins de controle social ainda é limitado.

Os resultados indicam que há deficiências quanto à clareza das informações e à facilidade de acesso, confirmando apontamentos da literatura quanto às dificuldades enfrentadas por municípios de pequeno porte na efetivação da transparência ativa. A maioria dos participantes reconhece a importância do acesso aos dados públicos para a formação de opinião sobre a gestão municipal, o que reforça a relevância do portal como ferramenta de participação cidadã.

Dessa forma, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, ao evidenciar a percepção dos cidadãos quanto à funcionalidade e efetividade do portal. Recomenda-se a adoção de melhorias na apresentação das informações e o fortalecimento de mecanismos de participação social. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra e a comparação entre diferentes municípios, a fim de aprofundar a análise sobre a qualidade da transparência pública no contexto local.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do Estado brasileiro contemporâneo: institucionalidade, burocracia e políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp., p. 67-86, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6739>.

MATIAS-PEREIRA, José. *Transparência na administração pública: do discurso à prática*. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para determinar a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2009.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

DI MARCO, Cláudio Augusto Ferreira; TERCI, Eliana Tadeu. Transparência municipal e controle social: a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 313–330, abr./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v23i2.2885>.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 610–629, jul./ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170289>.

SOARES, Cristiano Sausen; ROSA, Fabricia Silva da. Transparência na gestão pública municipal: análise das informações divulgadas nos portais eletrônicos dos maiores municípios gaúchos. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS, v. 20, n. 58, p. 1–19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.10176>.

BIANCHINI, Cristiano. *Dificuldades no cumprimento das boas práticas de transparência online: um estudo de caso dos municípios do COREDE – Fronteira Oeste*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) – Universidade Federal de Santa Maria.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 09

TECNOLOGIA, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

RESUMOS EXPANDIDOS

AValiação de Aglomerado de Computadores de Placa Única que Utilizam Apache Flink

Pedro Henrique de Oliveira Costa¹ – Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Campo Mourão

Grupo de Trabalho: 9 - Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço da Internet das Coisas (IoT), cresce a demanda por soluções de processamento distribuído com baixo tempo de resposta. A computação em névoa surge como alternativa à nuvem, aproximando os recursos da origem dos dados. Este trabalho investiga o uso de aglomerados de computadores de placa única (SBC), como o Raspberry Pi, avaliando seu desempenho e consumo energético frente a servidores tradicionais.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o desempenho energético de aglomerados de computadores de placa única em comparação com servidores tradicionais. Especificamente, busca-se testar utilizando *benchmark* ambos os ambientes implementados com Apache Flink.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza quantitativa e exploratória, com foco em experimentação prática. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o que é IoT, computação em névoa e tecnologias de orquestração de contêineres. A metodologia envolveu a construção de dois aglomerados: um com SBCs Raspberry Pi e outro com servidores convencionais. Ambos foram configurados com Docker Swarm e Apache Flink para execução de tarefas de processamento de dados. Os resultados serão avaliados utilizando benchmarks.

4. RESULTADOS

A pesquisa encontra-se em sua fase inicial, porém de acordo com o aporte teórico já revisado, espera-se que a utilização de SBCs gere uma maior eficiência energética nos aglomerados de

¹Graduando em Ciências da Computação – e-mail: pcosta@alunos.utfpr.edu.br

computadores comparado a abordagem tradicional.

5. DISCUSSÃO

Nesta fase inicial da pesquisa, ainda não há resultados experimentais a serem analisados. No entanto, os trabalhos revisados indicam um crescente interesse pelo uso de computadores de placa única (SBCs) em ambientes de computação em névoa, especialmente quando combinados com orquestração de containers (como Kubernetes e Docker Swarm) e aplicações em tempo real. Estudos como os de Farrel et al. (2023) e Talabani et al. (2024) demonstram que SBCs, apesar de suas limitações em termos de poder computacional, podem oferecer escalabilidade e eficiência energética quando bem configurados. Além disso, pesquisas como as de Krpić et al. (2024) mostram que otimizações específicas podem melhorar o desempenho em arquiteturas heterogêneas como big.LITTLE. Com base nessas evidências, espera-se que a proposta de um cluster de SBCs para aplicações em computação em névoa possa fornecer uma alternativa viável e de baixo custo, embora dependente de um balanceamento criterioso entre desempenho, consumo e complexidade operacional.

6. CONCLUSÃO

Até o momento, este trabalho apresenta uma análise preliminar sobre o uso de computadores de placa única (SBCs) em clusters para aplicações em computação em névoa. Com base na literatura revisada, observa-se que há potencial para desenvolver soluções de baixo custo, escaláveis e eficientes energeticamente, especialmente quando combinadas com tecnologias como Kubernetes, Docker Swarm e frameworks de processamento distribuído. Os próximos passos envolvem a implementação e avaliação experimental da arquitetura proposta, de modo a validar os benefícios esperados e identificar eventuais limitações práticas. Futuras pesquisas poderão explorar aspectos como segurança, tolerância a falhas e otimização de desempenho em diferentes contextos de uso.

7. REFERÊNCIAS

FARREL, Gabrielle Evan et al. Scalable edge computing cluster using a set of Raspberry Pi: a framework. In: **INTERNATIONAL CONFERENCE ON SUSTAINABLE INFORMATION ENGINEERING AND TECHNOLOGY (SIET)**, 8., 2023, Badung. *Anais...* New York: Association for Computing Machinery, 2023. p. 287–296. Disponível em:

<https://doi.org/10.1145/3626641.3626936>. Acesso em: 19 maio 2025.

TALABANI, Sara Dana Kabl et al. Scalable data management in dataspace: benchmarking MongoDB sharding. In: **IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIG DATA (BIGDATA)**, 2024, [S. l.]. *Anais...* [S. l.]: IEEE, 2024. p. 5532–5541.

KRPIĆ, Zdravko; LOINA, Luka; SUŠAC, Filip. Optimizing HPL performance on big.LITTLE architectures: a case study with Odroid-MC1 using ATLAS and OpenBLAS. In: **MIPRO ICT AND ELECTRONICS CONVENTION (MIPRO)**, 47., 2024, [S. l.]. *Anais...* [S. l.]: IEEE, 2024. p. 898–903.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INCLUSÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA FACILIDADE DE ACESSO ÀS PLATAFORMAS DE COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL

Diovani Caique Oliveira Joanna¹ – Unespar

Fabio Andre Ledo² – Unespar

Fernando Henrique Pimentel da Silva³ – Unespar

Guilherme Senetra⁴ – Unespar

Leonofre Albuquerque de Andrade⁵ – Unespar

Marco Antonio Almeida Santos⁶ – Unespar

Eloisa Paula de Oliveira⁷ (Orientadora) - Unespar

Grupo de Trabalho: 9: Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

A transformação digital no setor público brasileiro tem avançado significativamente, especialmente no que diz respeito às plataformas de compras e licitações governamentais, a modernização dos processos de licitação começou com o pregão eletrônico, estabelecido pela Lei nº 10.520/2002 e regulamentado pelo Decreto nº 5.450/2005. Conforme citam Camelo, Nóbrega e Torres (2025), a digitalização dos processos de licitação representaram um marco significativo na evolução da administração pública no Brasil, esta transição contribuiu para diminuição da burocracia e proporcionou avanços consideráveis na eficiência das contratações governamentais, além de promover um ambiente mais competitivo, acessível e transparente para todos os participantes.

Além da digitalização dos serviços públicos nas plataformas de compras, podemos citar um dos reflexos desta prática, que é a maior inclusão digital. A questão da inclusão digital é uma preocupação global e atual, e mesmo após a digitalização das plataformas de Compras Públicas, ainda deve-se considerar a preocupação e a necessidade de adequação destas aos critérios de inclusão, que para este estudo serão delimitadas por três critérios: acessibilidade, usabilidade e transparência. Tratando das técnicas de inclusão digital, Bonilla e Pretto (2011) citam a questão da acessibilidade como ferramenta para inclusão digital, a acessibilidade trata de práticas que garantam o acesso de todos, inclusive portadores de deficiência, seja ela física, visual ou auditiva.

¹ - Graduando em Administração – e-mail: diovanecaique12395@gmail.com

² - Graduando em Administração – e-mail: fabio.ledo@escola.pr.gov.br

³ - Graduando em Administração – e-mail: fhs.pimentel@gmail.com

⁴ - Graduando em Administração – e-mail: senetraguilherme@gmail.com

⁵ - Graduando em Administração – e-mail: leuhh28@gmail.com

⁶ - Graduando em Administração – e-mail: maalmeidaunespar29@gmail.com

⁷ - Doutora em Administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com – Orientador

A usabilidade se refere, segundo Winckler e Pimenta (2002, pg 85), à “qualidade do uso de uma interface”. Já o critério da transparência é definido pela lei 12527 de 2011 em seu artigo 6º como:

- I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade (BRASIL, 2011, p 1)

O presente artigo, considerando estes três critérios, irá analisar e comparar três plataformas de Compras Públicas e verificar em que nível elas estão adequadas a estes critérios, apontando onde há acertos e onde há falhas, desta forma, dando referencias para possíveis melhorias nas plataformas, de maneira que atendam às necessidades de inclusão digital.

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral analisar e comparar as plataformas públicas de compras governamentais Federal Brasileira, Estadual Paranaense e Municipal de Campo Mourão/PR, sobre a luz dos critérios de acessibilidade, usabilidade e transparência.

Como objetivos específicos, buscou-se:

- Verificar o cumprimento de diretrizes de acessibilidade digital;
- Avaliar a clareza, organização e facilidade de navegação das plataformas;
- Verificar aplicação de práticas voltadas à transparência da informação;
- Propor melhorias com base nos pontos críticos identificados.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, com abordagem de estudo de caso múltiplo. Foram utilizados como critérios de análise de acessibilidade e usabilidade os princípios da *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG 2.1), normas da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e a lei de Transparência da informação (Lei nº 12527,2011).

Para sistematizar a análise, foi proposto um checklist original com quinze indicadores qualitativos e quantitativos divididos em três categorias: acessibilidade, usabilidade e transparência. A avaliação foi realizada entre março e abril de 2025, utilizando navegação direta, observações sistemáticas e registro dos elementos de interação de cada portal.

4. RESULTADOS

Analisando sobre o critério de acessibilidade, ambos portais federal e municipal tiveram desempenho satisfatório e o portal estadual apresentou deficiências como não ter versão para leitores de tela e demora no tempo de carregamento da página em comparação com os outros portais. Referente ao critério de usabilidade, o portal municipal apresentou melhor desempenho por ser mais intuitivo e mais direto para o usuário encontrar a informação desejada, na sequência o portal federal com desempenho intermediário e por último o portal estadual apresentando deficiências como necessidade de cliques até chegar na informação desejada e o tempo necessário para encontrar um edital. Sobre transparência, o portal municipal novamente apresentou melhor desempenho pois atendeu todos os requisitos analisados, já os portais federal e estadual não apresentaram visivelmente data de atualização dos dados, comprometendo a confiabilidade da informação que está disponibilizada na tela. O quadro 1 apresenta o checklist utilizado para a pesquisa e a avaliação realizada.

Quadro 1 – Resultados do checklist aplicado nos portais escolhidos

Item	Descrição	Federal	Estadual	Municipal
Acessibilidade	A1 O site possui versão compatível com leitores de tela?	sim	não	sim
	A2 Há opção de aumento de fonte ou contraste?	sim	sim	sim
	A3 O site carrega corretamente em dispositivos móveis?	sim	sim	sim
	A4 Há alternativa em Libras ou ícones acessíveis?	sim	sim	sim
	A5 Tempo médio de carregamento da página inicial (segundos)	1.0	5.0	1.0
Usabilidade	U1 Layout é intuitivo e fácil de navegar?	sim	sim	sim
	U2 Menu principal é claro e bem-organizado?	sim	sim	sim
	Quantidade média de cliques até chegar à informação de uma licitação específica	6	10	2
	U4 Tempo médio para encontrar um edital (em minutos)	3.0	5.0	2.0
	U5 O site apresenta erros de navegação ou links quebrados?	não	sim	não
Transparência	T1 Há informações públicas claras sobre licitações ativas e encerradas?	sim	sim	sim
	T2 Os editais são fáceis de localizar e baixar?	sim	sim	sim
	T3 Há divulgação de resultados, contratos assinados e fornecedores vencedores?	sim	sim	sim
	T4 Os textos são objetivos e de fácil compreensão para o cidadão comum?	sim	sim	sim
	T5 Há datas de atualização visíveis nas páginas?	não	não	sim

Fonte: Elaborada pelos autores, 2025

No geral, o portal municipal apresentou melhor desempenho, superando os outros portais em todos os critérios analisados, seguido pelo portal federal com pontuação intermediária, e o portal estadual figurando como o mais deficitário após as análises.

5. DISCUSSÃO

Os resultados mostram uma clara assimetria entre as esferas administrativas. Enquanto o governo municipal oferta um serviço rápido e acessível, os portais federais e estaduais ainda enfrentam algumas limitações técnicas e estruturais, mesmo sendo governos maiores tanto em estrutura quando em orçamento, em comparação ao governo municipal.

Isso evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da inclusão digital, aplicando nas gestões Federal e Estadual sob à luz do exemplo da gestão do portal municipal de Campo Mourão/PR, para que desta forma, todas as esferas administrativas ofertem serviços padronizados e de maior qualidade aos cidadãos. Segundo Camelo, Nóbrega e Torres (2025), “a expansão de plataformas pode trazer vantagens para o ambiente das contratações públicas, mas também gera riscos e desafios que precisam ser bem compreendidos”.

6. CONCLUSÃO

O estudo demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir acessibilidade e usabilidade plena nas plataformas públicas de compras, principalmente em nível estadual. A padronização, a capacitação técnica e o investimento em tecnologias acessíveis são fundamentais para melhorar a experiência do usuário, promover transparência e garantir o direito à informação. Como recomendação, sugere-se que órgãos públicos incorporem avaliações contínuas de acessibilidade em suas plataformas e fomentem parcerias com universidades e instituições técnicas para o aprimoramento dos sistemas digitais governamentais.

Para melhorar os portais de Compras Públicas, é essencial investir em interfaces mais intuitivas e padronizadas, com mecanismos de busca eficientes e tutoriais acessíveis. A adoção das diretrizes WCAG 2.1 deve garantir recursos como contraste adequado, navegação por teclado e versões responsivas. Além disso, recomenda-se a publicação de dados abertos e trilhas de auditoria claras para fortalecer a transparência. A participação dos usuários nos testes e no envio de sugestões pode contribuir para a evolução contínua das plataformas.

7. REFERÊNCIAS

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8tz9z>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXLVIII, n. 221, p. 1, 18 nov. 2011

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

CAMELO, Bradson; NÓBREGA, Marcos; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Uso de plataformas privadas nas licitações brasileiras**. Revista INCP, ano III, ed. 003, p. 31–43, abr. 2025.

CONSÓRCIO W3C. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1**. Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG21/>. Acesso em: 10 maio 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Portal de Compras do Governo Federal**. Comprasnet.gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/>. Acesso em: 10 maio 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Portal Compras Paraná**. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras/Pagina/Compras-Parana-Consulta-de-Editais-e-Licitacoes/>. Acesso em: 10 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Portal da Transparência e Licitações**. Disponível em: <https://campomourao.atende.net/transparencia/item/compras#conteudo>. Acesso em: 10 maio 2025.

Winckler, M., Pimenta, M. (2002). **Avaliação de Usabilidade de sites Web**. Escola de Informática Da SBC-Sul, Porto Alegre, 2002.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INOVAÇÃO: PRINCIPAIS CONCEITOS

Henrique Custodio de Oliveira Biscaia¹ – Unespar

Rogério Silveira Tonet² – Unespar

Marcos Junio Ferreira de Jesus³ – Unespar

Grupo de Trabalho 9: Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

A Inovação tornou-se, nas últimas décadas, um elemento essencial para a sustentabilidade, o desenvolvimento e a competitividade das organizações. No atual contexto de transformações rápidas, impulsionando pela globalização, pela evolução tecnológica e pela complexidade dos mercados, inovar deixou de ser uma escolha estratégica e passou a ser uma necessidade para a sobrevivência empresarial. No entanto, mais do que simplesmente gerar ideias ou produtos, inovar envolve compreender como o conhecimento é produzido, estruturado e aplicado nas organizações – o que remete diretamente à reflexão epistemológica da inovação.

Buscando compreender os fundamentos do conhecimento aplicado ao desenvolvimento de processos, produtos e serviços inovadores. Segundo Baregheh, Rowley e Sambrook (2009), a inovação é um processo multiestágio que transforma ideias em soluções que geram progresso, diferenciação e competitividade. O'Connor et.al. (2008) complementam, afirmando que inovar de forma eficaz exige um sistema de gestão que torne o processo inovativo contínuo, sistemático e sustentável dentro das organizações. Por outro lado, autores como Bernuy et.al (2013) destacam que o conhecimento tecnológico tem uma natureza distinta do conhecimento científico, pois não se limita à observação da realidade, mas se orienta para a criação de soluções práticas que não existem na natureza.

Apesar da crescente importância da inovação nos ambientes empresariais, percebe-se que ainda existem lacunas na compreensão sobre como o conhecimento inovativo é produzido e aplicado de forma eficaz. Muitas empresas enfrentam dificuldades em transformar conhecimento em soluções concretas e sustentáveis, seja por limitações na gestão, seja pela falta de integração entre os saberes científicos, tecnológicos e organizacionais.

¹ - Graduando em administração – e-mail: henrique.biscaia.21@unespar.edu.br

² - Doutor em Administração – e-mail: rogerio.tonet@unespar.edu.br

³ - Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar como a epistemologia da inovação contribui para a compreensão e o aprimoramento dos processos de inovação nas empresas.

2.2 Objetivos Específicos:

- Compreender os fundamentos da epistemologia da inovação e sua diferença em relação à epistemologia científica;
- Identificar o conhecimento tecnológico é produzido e aplicado no contexto empresarial.
- caminhos e práticas que favoreçam uma gestão da inovação mais eficiente, integrada e sustentável.

3. METODOLOGIA.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de materiais acadêmicos, como artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos institucionais. O levantamento teórico foi direcionado para autores que abordam os conceitos de inovação, epistemologia do conhecimento tecnológico, gestão da inovação e desenvolvimento organizacional.

4. RESULTADOS

Nesta pesquisa, os principais resultados dizem a respeito à identificação de diferentes compreensões sobre a epistemologia e à forma como o conhecimento é produzido, organizado e aplicado no contexto empresarial. A partir da revisão da literatura, observou-se que a inovação é frequentemente tratada como um processo sistemático, dinâmico e multidimensional, que envolve tanto aspectos técnicos quanto culturais e organizacionais.

Autores como Baregheh, Rowley e Sambrook (2009) propõem uma visão da inovação como processo multiestágio, o que contribui para entender sua complexibilidade prática. O'Connor et al. (2008) reforçam a necessidade de uma gestão estruturada da inovação como forma de garantir a competitividade.

A análise da literatura também mostrou que ainda existem lacunas da integração entre os saberes técnicos-científico e as práticas organizacionais de inovação, o que pode explicar por que muitas empresas enfrentam dificuldades em transformar ideias em soluções concretas.

5. DISCUSSÃO

A análise dos autores consultados permite perceber que a epistemologia da inovação ainda é um campo em construção, marcado por abordagens fragmentadas e, muitas vezes, pouco conectadas à prática empresarial. Embora haja consenso sobre a importância da inovação como fator estratégico, os modelos existentes variam entre perspectivas técnico-operacionais e visões mais sistêmicas e interdisciplinares.

Os achados sugerem que a epistemologia da inovação exige um esforço de articulação entre o conhecimento teórico e aplicação prática, algo ainda pouco desenvolvido em muitas empresas. A contribuição de Bernuy et al. (2013) é significativa ao apontar que o conhecimento tecnológico não segue a mesma lógica da ciência tradicional, pois sua finalidade é a criação de soluções, e não a explicação de fenômenos naturais. Essa distinção tem implicações importantes para a forma como gestores e instituições educacionais devem abordar a formação e a aplicação do conhecimento inovador.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a epistemologia da inovação contribui para a compreensão e o aprimoramento dos processos de inovação nas empresas. A partir da revisão bibliográfica, foi possível identificar que a inovação, além de um processo operacional, envolve uma base epistemológica que estrutura a produção e a aplicação do conhecimento nas organizações.

Os resultados indicam que a inovação deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que integra aspectos técnicos, culturais, estratégicos e sociais. Modelos de gestão que consideram apenas a dimensão prática da inovação tendem a ser limitados, especialmente em contextos complexos. A epistemologia da inovação, por sua vez, oferece uma abordagem mais ampla, que permite refletir sobre como o conhecimento é formado, validado e utilizado nas práticas empresariais.

Conclui-se, portanto, que uma gestão da inovação mais eficaz exige não apenas métodos e ferramentas, mas também uma compreensão crítica do conhecimento que sustenta tais práticas. Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo da epistemologia da inovação em setores não industriais, bem como analisem empiricamente a aplicação desses conceitos em organizações reais, a fim de contribuir com a formulação de modelos mais integrados e adaptáveis à realidade do mercado contemporâneo.

7. REFERÊNCIAS

BAREGHEH, Anahita; ROWLEY, Jennifer; SAMBROOK, Sally. **Towards a multidisciplinary definition of innovation.** *Management Decision*, v. 47, n. 8, p. 1323–1339, 2009.

BERNUY, Miguel Angel Chincaro et al. **Desenvolvimento de inovação tecnológica no setor produtivo no contexto da epistemologia do conhecimento tecnológico e as estruturas de ensino.** In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA (COBENGE)*, 41., 2013, Gramado. *Anais...* Gramado: ABENGE, 2013. p. 1-12.

LOPES, Daniel Paulino Teixeira; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. **Inovação: conceitos, metodologias e aplicabilidade. Articulando um construto à formulação de políticas públicas – uma reflexão sobre a Lei de Inovação de Minas Gerais.** *Revista Pensar a Prática*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2010.

O’CONNOR, Gina C. et al. **Grasping the dynamics of the innovation process: A configurational approach.** *Journal of Product Innovation Management*, v. 25, n. 6, p. 547–565, 2008.

SILVA, Débora Oliveira da; BAGNO, Raoni Barros; SALERNO, Mario Sergio. **Modelos para a gestão da inovação: revisão e análise da literatura.** *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 577-594, jul./set. 2014.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INOVAÇÃO EM MOVIMENTO: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CONCEITUAL AO LONGO DO TEMPO

Bruno Henrique Gonçalves¹ – UNESPAR
Milena da Silva Vaciliev² – UNESPAR
Rogério Silveira Tonet³ – UNESPAR
Jheine Oliveira Bessa Franco⁴ – UNESPAR

GT 9: Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

O conceito de inovação passou por mudanças teóricas e transformações práticas em sua aplicação ao longo do tempo, deixando de ser uma ideia estática para ser compreendido como um processo dinâmico, capaz de reconfigurar mercados, organizações e a sociedade. Este trabalho investiga a trajetória histórica e conceitual da inovação, desde as contribuições seminais de Schumpeter (1964, [1911]), que associou o empreendedorismo à “destruição criadora”, até abordagens contemporâneas que destacam seu caráter relacional e contextual. A evolução conceitual é observada em contribuições como a teoria da difusão de Rogers (1983), o acoplamento entre ciência, tecnologia e mercado proposto por Freeman (1979), e nas abordagens sistêmicas de Kline e Rosenberg (1986), Manual de Oslo (1997) e Tether (2003) destacando a inovação como um conceito relativo, condicionado ao tempo, ao espaço e ao contexto sociotécnico em que ocorre.

Compreender essa evolução não é apenas um exercício acadêmico, é necessário para a gestão estratégica nas organizações e para a formulação de políticas públicas eficazes no século XXI.

2. OBJETIVOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo deste artigo é mapear os principais autores, teorias e marcos históricos que contribuíram para a construção do conceito de inovação, desde as formulações seminais de Joseph Schumpeter até as abordagens contemporâneas.

¹ - Graduando em Administração – e-mail: brunopj97@gmail.com

² - Graduando em Administração – e-mail: milenavaciliev@gmail.com

³ - Doutor em Administração – e-mail: rogerio.tonet@unespar.edu.br

⁴ - Doutora em Administração - e-mail: jheine.franco@unespar.edu.br

Busca-se, em seguida, compreender como esse conceito foi sendo transformado ao longo do tempo, analisando suas diferentes interpretações e aplicações. Por fim, pretende-se discutir de que forma a inovação tem sido incorporada pelas organizações, acompanhando as mudanças nas práticas produtivas, e nos impactos que esse conceito passou a exercer sobre essas práticas, assim influenciando sua consolidação como elemento necessário para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

3. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão documental e análise conceitual. O objetivo central foi analisar a evolução histórica e conceitual da inovação, desde as formulações pioneiras até as abordagens contemporâneas. O procedimento metodológico baseou-se, primeiramente, na pesquisa documental, conforme Marconi e Lakatos (2003), se caracteriza pelo uso de documentos constituindo o que se denomina de fontes primárias de dados dos materiais, o que justifica a extração e interpretação de obras seminais e contemporâneas sobre o tema inovação.

A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de síntese conceitual, sendo ela uma das etapas da representação temática da informação e consiste, na identificação, compreensão e seleção de conceitos que possam representar o conteúdo (MELO; BRÄSCHER, 2014, p. 68). Os autores foram agrupados segundo diferentes fases e abordagens teóricas, o que destaca pontos de convergência, divergência e a progressão das ideias ao longo do tempo.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise da trajetória conceitual e dos modelos teóricos da inovação se inicia através de Joseph Schumpeter, em "Capitalismo, Socialismo e Democracia" (1961) e "Teoria do Desenvolvimento Econômico" (1964), posicionando a inovação como o motor central do desenvolvimento capitalista. Sua concepção de "destruição criadora" refere-se à introdução de novas combinações produtivas como produtos, métodos, mercados ou estruturas industriais (Schumpeter, 1964, p. 76). Para Schumpeter, a inovação não surge primariamente das necessidades espontâneas dos consumidores, mas é iniciada pelo produtor, cuja função é realizar essas novas combinações (Schumpeter, 1964, p. 83), enfatizando que o lucro empresarial está ligado a capacidade de empregar os recursos existentes de maneira diferente e vantajosa.

Complementando essa perspectiva, Freeman (1979) introduziu o conceito de “*coupling*” entre ciência, tecnologia e mercado. Ele argumenta que a inovação resulta de um diálogo contínuo entre esses elementos, ao longo de processos de pesquisa, desenvolvimento e design experimental (Freeman, 1979, p. 211). Isso reforça a ideia de que a inovação não é apenas um lampejo de gênio, mas um processo que demanda um entendimento profundo das necessidades dos usuários e das potencialidades tecnológicas, corroborando a importância da ideia do empreendedorismo Schumpeteriano, mas inserindo-o em um contexto mais amplo de interações.

Críticas à linearidade de Schumpeter foram feitas por Kline e Rosenberg (1986) argumentando que a inovação é um processo “complexo, incerto, desordenado e sujeito a múltiplas influências” (Kline; Rosenberg, 1986, p. 275). não limitando a inovação a introdução de um produto ou processo, mas envolve uma série de mudanças inter-relacionadas que abrangem o ambiente como um todo (Kline & Rosenberg, 1986, p. 275). Essa perspectiva sublinha a necessidade de uma coordenação estreita entre conhecimento técnico e julgamento de mercado.

Everett Rogers (2003), por sua vez, trouxe a dimensão social e temporal ao discutir a difusão de inovações. Segundo ele, uma inovação é “algo percebido como novo” por um indivíduo ou grupo, e sua adoção depende de características como vantagem relativa, compatibilidade, complexidade, experimentabilidade e observabilidade (Rogers, 2003 apud Campos et al., 2023). Sua teoria descreve a disseminação de inovações por perfis sociais, dos inovadores aos retardatários, destacando o papel das redes de comunicação.

Nesse mesmo sentido, Tether (2003, apud Campos et al., 2023) argumenta que a inovação é um conceito relativo e não absoluto, pois depende do tempo, espaço e contexto sociotécnico em que ocorre. Para o autor, algo só pode ser considerado inovador se for percebido como novo ou significativamente aprimorado por um determinado grupo de consumidores. Essa perspectiva reforça a importância de considerar as condições culturais, tecnológicas e mercadológicas ao analisar a inovação, evitando generalizações que possam comprometer a validade da análise.

Entretanto, a amplitude de algumas definições gera debates. A crítica apontada no material base de Ruttan (1959), que teria definido inovação de forma muito abrangente como “qualquer coisa nova” na ciência, tecnologia ou arte, levanta a questão da operacionalização do conceito. Observando que, apesar de Schumpeter distinguir inovação de invenção e destacá-la como motor

do desenvolvimento econômico, não ofereceu uma teoria sólida sobre os ciclos de surgimento das inovações (Ruttan, 1959, p. 599). Isso evidencia a importância de definições mais precisas, para evitar ambiguidades conceituais.

As abordagens contemporâneas apresentam a visão da inovação como um processo resultante da interação entre múltiplos agentes. O Manual de Oslo (1997) introduziu a noção de Sistemas Nacionais de Inovação, deslocando o foco das empresas para as interações entre instituições, como empresas, universidades, centros de pesquisa e governo. Segundo o manual, a inovação envolve produtos e processos novos ou significativamente aprimorados, incluindo também inovações organizacionais, que impactam o desempenho das empresas (Manual de Oslo, 1997, p. 20).

6. CONCLUSÃO

Em síntese, a compreensão da inovação evoluiu de um foco na disrupção econômica impulsionada pelo empresário para uma visão multifacetada que incorpora a complexidade dos sistemas de conhecimento, as interações entre múltiplos atores, a dinâmica social da difusão e a importância do acoplamento entre tecnologia e mercado. Reconhecer essa evolução é importante tanto para a gestão estratégica nas organizações, que precisam cultivar capacidades dinâmicas e fomentar a colaboração, quanto para a formulação de políticas públicas, que devem visar à construção de ecossistemas robustos e inclusivos que facilitem a geração, difusão e absorção de inovações em todos os setores da sociedade.

7. REFERÊNCIAS

CAMPOS, Juliana Alves et al. **A importância da inovação nas organizações: um estudo sobre o impacto da criatividade no desenvolvimento organizacional**. Revista Secretariado Executivo, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2772>. Acesso em: 06 de Junho. 2025.

FREEMAN, C. *The determinants of innovation: Market demand, technology, and the response to social problems*. *Futures*, v. 11, n. 5, p. 411-420, out. 1979. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0016328779901101>. Acesso em: 07 de Junho. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1239>. Acesso em: 07 de Junho. 2025.

MELO, Maria Antônia Fonseca; BRÄSCHER, Marisa. **Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de Dahlberg e Hjørland**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 67-80, jan./abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 2. ed. Paris: OCDE, 1997.

RUTTAN, Vernon W. *Usher and Schumpeter on invention, innovation, and technological change*. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford: Oxford University Press, v. 73, n. 4, p. 596–606, nov. 1959.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KLINE, Stephen J.; ROSENBERG, Nathan. *An overview of innovation. The positive sum strategy: Harnessing technology for economic growth*. Washington, DC: National Academy Press, 1986. p. 275-305. Disponível em: <https://fenix.iseg.ulisboa.pt/downloadFile/1407508027548318/Kline%20and%20Rosenberg%20%281986%29%20An%20overview%20of%20innovation.pdf>. Acesso em: 01 de Junho. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUA POSSÍVEL INFLUÊNCIA NA GESTÃO DAS EMPRESAS

Giovana Da Silva Foregatti¹ – Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão, Paraná.
Bianca Biondaro Santos² – Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão, Paraná.
Eloisa Paula De Oliveira³ – Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão, Paraná.
Adalberto Dias De Souza⁴ – Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão, Paraná.

Grupo de Trabalho: 09 Tecnologia, Transformação Digital e Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

O mundo passou por diversas mudanças aceleradas, impulsionadas por novas tecnologias e maior acesso à informação. Isso alterou a forma de produção de bens e serviços, levando à ideia de substituir a mão de obra humana por máquinas em busca de maior eficiência. Com o passar dos anos, as empresas passaram a exigir níveis mais altos de produtividade.

As inovações tecnológicas cresceram no meio social e produtivo, tornando-se essenciais para o desenvolvimento industrial. Segundo Coltre e Martins (2018), esse crescimento ocorreu por meio de várias etapas e mudanças sociais e econômicas. A inteligência artificial (IA) transformou o mercado de trabalho e os processos de manufatura, gerando inovações, aumento de produção em menos tempo e uso otimizado de recursos — proporcionando assim uma vantagem competitiva. Grandes empresas com recursos e infraestrutura têm adotado essas tecnologias para impulsionar seu crescimento.

Diante disso, este artigo sintetiza informações sobre a influência da IA destacando as principais dificuldades e oportunidades desse novo modelo, especialmente no contexto das micro e pequenas empresas brasileiras.

2. OBJETIVOS

Analisar as possíveis influências do uso da IA na gestão de MPes do Paraná, identificando vantagens, desvantagens e a percepção dos empreendedores sobre sua adoção.

3. METODOLOGIA

¹ - Discente – e-mail: giovana_foregatti@hotmail.com
² - Discente – e-mail: santosbiancabiondaro@gmail.com
³ - Docente – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com
⁴ - Docente – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

Esta pesquisa é de natureza aplicada, com foco em gerar conhecimento que permita aplicar o uso da inteligência artificial na rotina das empresas, buscando solucionar problemas antigos. Segundo Vergara (1998), a pesquisa aplicada visa resolver problemas concretos, sendo classificada quanto aos fins e aos meios.

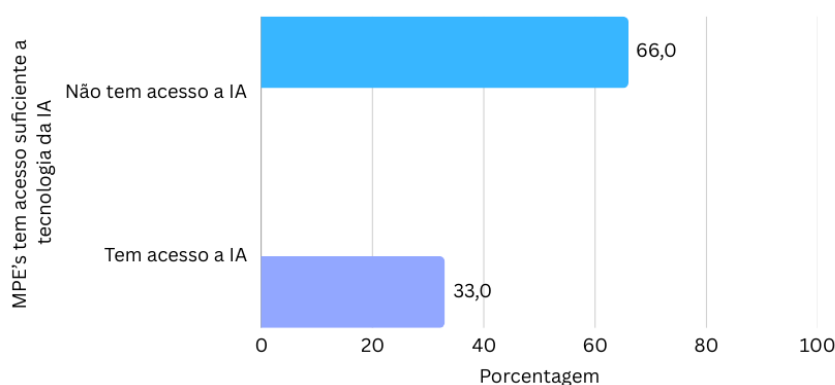
Ela é também exploratória e descritiva, pois trata de um tema ainda pouco utilizado em micro e pequenas empresas do Paraná. Foram apresentadas duas questões: o grau de expectativa quanto aos resultados (positivos e/ou negativos) da IA no empreendimento, e a importância atribuída ao uso de programas baseados em IA na gestão organizacional.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário, respondido conforme a situação atual da empresa. A análise foi quantitativa, e o questionário foi aplicado por meio de um link enviado às empresas.

4. RESULTADOS

O formulário aplicado teve seu público-alvo as Micro e Pequenas Empresas do estado do Paraná sendo dos ramos comércio e prestação de serviço. Nesta pesquisa a campo foi selecionada 3 empresas das cidades de Campo Mourão, Fênix e Araruna. Todas as respostas foram obtidas a partir do gerente ou proprietário.

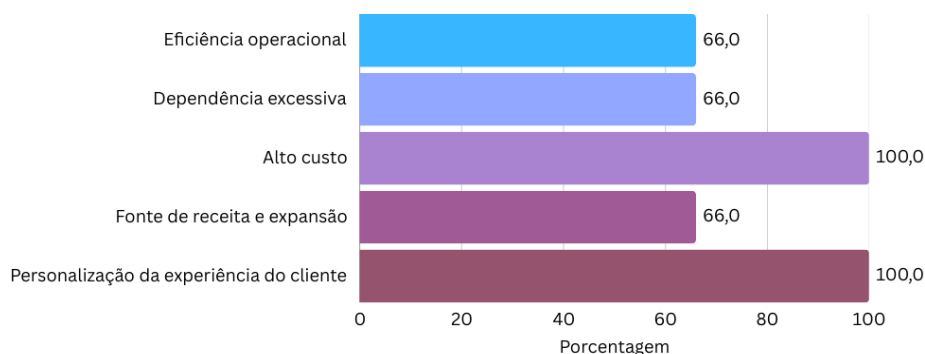
Gráfico 1 – MPE's tem acesso suficiente a tecnologia da IA



Fonte: Autoria própria (2023)

Mais de 66% dos empreendedores indicaram que as MPEs ainda não têm acesso suficiente à tecnologia de IA na gestão. Isso mostra que as informações sobre IA não são facilmente acessíveis para pequenos empresários e que o custo ainda é elevado. No entanto, alguns apontaram que as redes sociais têm sido uma fonte importante de informação sobre a tecnologia.

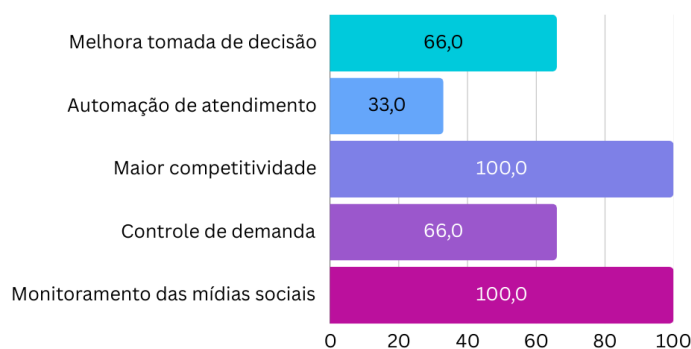
Gráfico 2 – Grau da expectativa com os resultados que podem ser gerados futuramente com a IA



Fonte: Autoria própria (2023)

Mais de 50% dos empresários acreditam que a IA pode gerar economia de tempo e recursos. Apesar da visão positiva, há preocupação com a dependência da tecnologia e os desafios financeiros. Todos os empresários apontaram que a IA impacta diretamente nos custos, o que pode dificultar a gestão financeira. Já o potencial de expansão de negócios e identificação de novas receitas teve respostas equilibradas.

Gráfico 3 – Grau de importância no uso de programa da IA na gestão organizacional

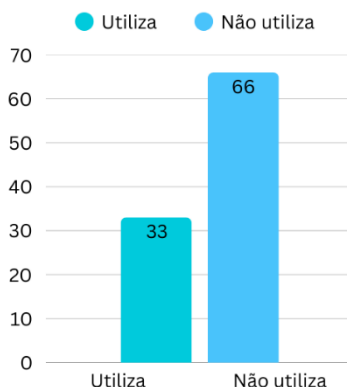


Fonte: Autoria própria (2023)

Já na importância no uso dos programas baseados na IA no processo de gestão organizacional, 70% acreditam que a IA é importante para a tomada de decisão, por permitir uma informação mais precisa. A automação do atendimento, com assistentes virtuais também foi considerada importante. A implementação da IA traz maior competitividade, agiliza processos e

amplia o alcance das empresas. Na gestão de estoque e planejamento a IA é vista como ferramenta essencial.

Gráfico 4 – Uso de outras ferramentas ou técnicas de gestão na empresa



Fonte: Autoria própria (2023)

Entretanto o questionário sobre o uso de outras ferramentas ou técnicas e IA, 66% indicaram que não utilizam nenhum recurso tecnológico avançado. E 33% utilizam o pacote Office, em especial o Excel, para controle de dados e planilhas. Embora a ferramenta atenda às necessidades ela se torna trabalhosa quando cresce a demanda.

5. DISCUSSÃO

Analisando em como deve ser a visão das empresas em relação a inteligência artificial Santos et al. (2018) apresenta que as empresas precisam estar adaptadas para encarar de frente essas novas tecnologias que o mercado impõe, capaz de melhorar a qualidade, a eficiência e a eficácia dos recursos. Do ponto de vista estratégico, Borges et al. (2020) descreve a correlação existente entre a IA e a estratégia como uma associação que acrescentará valor comercial. A este respeito. Corroborando esta linha de pensamento, Agrawal et al. (2018) afirmam que as empresas que anteciparem as suas estratégias de previsão mais cedo, obterão um maior volume de dados dos seus clientes, podendo, assim, melhorar rapidamente o seu desempenho.

6. CONCLUSÃO

Este artigo teve como principal objetivo mostrar como a inteligência artificial impacta na gestão das micro e pequenas empresas (MPEs) de Campo Mourão. Para isso, foi realizada uma revisão sobre IA considerando que ainda é um tema muito atual.

Foram abordados conceitos-chave como definição, objetivos, mudanças, implantação, novas ferramentas e empreendedorismo. As micro e pequenas empresas ainda demonstram certa resistência quanto ao investimento em IA, influenciadas por fatores como custo, falta de informação, dificuldades de gestão e acesso limitado à tecnologia.

No entanto, os estudos mostraram que a IA é um tema em constante transformação, trazendo novas ferramentas e sistemas que podem ser aplicados em várias áreas do mercado. Por ser uma pesquisa aplicada, o estudo visa resolver problemas concretos e gerar conhecimento que permita, futuramente, utilizar a IA na gestão das MPEs.

Assim, o artigo oferece uma visão dos microempreendedores sobre o uso da IA mostrando como essa tecnologia pode ajudar as empresas a compreenderem melhor seus problemas e o funcionamento do mercado, além de abrir caminho para retorno financeiro e redução de custos — o que pode tornar viável a adoção dessa tecnologia no dia a dia empresarial.

7. REFERÊNCIAS

- AGRAWAL, A. JUSHUA GANS & AVI GOLDFARD (2018). **Prediction Machines:** The Simple Economics of Artificial Intelligence, Harvard Business Review Press, 272 pages.
- BORGES, A. F. S., LAURINDO, F. J. B., SPÍNOLA, M. M., GONÇALVES, R. F., & MATTOS, C. A. (2021). **The strategic use of artificial intelligence in the digital era:** Systematic literature review and future research directions. *International Journal of Information Management*, 57(August 2020), 102225. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2020.102225>.
- COLTRE, J.; MARTINS, L. M. **A indústria 4.0 na gestão estratégica:** desafios e oportunidades para as empresas brasileiras. *Terra & Cultura: caderno de ensino e pesquisa*, v.34, n. especial, 2018.
- SANTOS, BEATRICE PAIVA, A. ALBERTO, T.D.F.M. LIMA, F.M.B. CHARRUASANTOS. **Indústria 4.0:** desafios e oportunidades. *Revista Produção e Desenvolvimento*, v. 4, n. 1, p. 111-124, 2018.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 87 p.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

O USO DE CÂMERAS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM PROFISSIONAIS DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Donizete Oliveira¹ – UNESPAR
Guilherme Bonifacio Izaia² – UNESPAR
Helen Caroline³ – UNESPAR
Jaqueline Aparecida⁴ – UNESPAR
Luana Raísa⁵ – UNESPAR
Eloisa Paula de Oliveira⁶ – UNESPAR
Gabriel de Sá⁷ – UNESPAR
Adalberto Dias de Souza⁸ – UNESPAR

Grupo de Trabalho: GT 9 – Tecnologia, Transformação Digital e Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

A utilização da inteligência artificial está se tornando cada vez mais presente em diversas áreas da sociedade, e um dos setores que têm reconhecido esse potencial é a segurança pública. Com o crescimento acelerado da população e o aumento das infrações em várias regiões do Brasil, as autoridades enfrentam o desafio de encontrar soluções mais eficazes e preventivas para garantir a segurança dos cidadãos. As câmeras com inteligência artificial têm se destacado como uma ferramenta inovadora utilizada pela segurança pública, com o objetivo de analisar características faciais de indivíduos em imagens ou vídeos, comparando-as com bancos de dados. O intuito é identificar e rastrear infratores, melhorar a segurança em espaços públicos e auxiliar nas investigações e monitoramento. Este recurso tem sido adotado por diversos órgãos públicos, oferecendo ganhos em agilidade, precisão e otimização dos recursos, no entanto, também desperta debates sobre privacidade, proteção de dados e ética no uso dessas tecnologias.

Segundo Russell e Norvig (2021), a IA pode ser entendida como um conjunto de técnicas e sistemas capazes de simular processos de raciocínio, percepção e tomada de decisão humanos.

Na área da segurança pública, essas tecnologias são aplicadas na análise de dados visuais captados por câmeras, possibilitando a identificação automática de pessoas e padrões de comportamento. O reconhecimento facial consiste na identificação de indivíduos com base na

¹ Graduando de Administração - e-mail: donizete111@gmail.com

² Graduando de Administração - e-mail: guilhermeizaia14@gmail.com

³ Graduanda de Administração - e-mail: hcarolineoliveira2016@gmail.com

⁴ Graduanda de Administração - e-mail: Jaque.Almeida2408@gmail.com

⁵ Graduanda de Administração - e-mail: luanaruf0517@gmail.com

⁶ Doutora em Administração - e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com Orientadora

⁷ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento – e-mail: gadesa234@gmail.com Co-orientador

⁸ Doutor em Geografia - e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com Co-orientador

análise biométrica das características faciais, utilizando algoritmos que comparam essas informações a bancos de dados previamente cadastrados (SANTOS; SILVA; ALMEIDA, 2022). No Brasil a aplicação dessas tecnologias deve ser analisada à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), que estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais. A legislação determina que o uso de informações biométricas, como imagens faciais, deve atender aos princípios da finalidade, necessidade e transparência, além de garantir a segurança dos dados e a proteção dos direitos dos titulares.

A implementação de câmeras com inteligência artificial no monitoramento de espaços públicos tem gerado intensos questionamentos sobre os impactos técnicos, éticos e sociais dessa inovação.

2. OBJETIVOS

O Objetivo deste trabalho é analisar a percepção de profissionais do setor de Tecnologia da Informação (TI) da administração pública municipal sobre o uso de câmeras com inteligência artificial na segurança pública. Para tanto foi necessário: a) Compreender os benefícios e riscos percebidos; b) Verificar a existência de protocolos éticos, e; c) Investigar a percepção sobre a aceitação pública e a necessidade de regulamentação.

3. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Os dados foram colhidos por meio da aplicação de um questionário semiestruturado a quatro profissionais do setor de tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal¹, contendo as seguintes questões:

- O senhor(a) já teve contato com tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública? Como foi a experiência?
- Acredita que esse tipo de ferramenta pode contribuir de forma significativa para a identificação de procurados?
- Em sua visão, quais são os principais benefícios e riscos do uso de IA no policiamento?
- Há algum protocolo para uso ético e responsável dessas tecnologias em sua instituição?
- Qual é a opinião da população sobre esse tipo de monitoramento, segundo sua percepção?
- O senhor(a) conhece casos de erros ou injustiças relacionados a essa tecnologia?
- Como você avalia a necessidade de uma lei específica para regulamentar o uso de IA na segurança pública?

¹ A prefeitura não será identificada para preservar a privacidade dos participantes.

- Existe algum controle externo (como Ministério Público ou Ouvidorias) sobre o uso dessas ferramentas?

As respostas foram organizadas e analisadas com base no método de análise de conteúdo, considerando sete categorias principais: o contato prévio com a tecnologia, a contribuição da inteligência artificial para a segurança, os benefícios e riscos percebidos, a existência de protocolos éticos e de uso responsável, a percepção da opinião pública, casos de erro e a necessidade de legislação e controle. A partir dessas categorias, foi possível identificar pontos de convergência e divergência entre os participantes, o que permitiu uma compreensão mais aprofundada das experiências, percepções e preocupações em relação ao uso de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública.

4. RESULTADOS

Todos os participantes relataram já terem tido contato com tecnologias de reconhecimento facial, seja em ambientes públicos, privados ou digitais. As percepções foram, em sua maioria, positivas, demonstrando aceitação e familiaridade com a ferramenta. Em relação à contribuição da IA para a segurança, os participantes acreditam que esta é eficaz na identificação de pessoas procuradas. Este fato auxilia a aumentar a eficiência das operações policiais otimizando o tempo gasto na tarefa, deixando-a mais ágil e precisa.

Os principais benefícios apontados pelos respondentes foram:

- Agilidade nas investigações;
- Maior precisão na identificação de suspeitos;
- Otimização de recursos públicos;
- Qualidade na coleta e análise de dados.

Enquanto as maiores preocupações, ou riscos relatados tratam de:

- Riscos de erro nos sistemas, exigindo acompanhamento humano constante;
- Uso indevido de dados pessoais;
- Desinformação da população sobre os limites e funcionamento da tecnologia.

Não é de conhecimento dos respondentes da pesquisa de que a prefeitura possua protocolos específicos para o uso ético da IA. Essa ausência é percebida como um risco tanto por técnicos quanto pela população, que demandam regulamentações claras.

Segundo os profissionais, a população se mostra favorável ao uso da tecnologia, mas se preocupa com garantias sobre a proteção dos dados pessoais, fiscalização e limites éticos. Uma das citações

que ilustra bem essa percepção foi: “*Não quero drones vigiando as janelas da minha casa.*” Nenhum dos participantes relatou conhecer diretamente falhas, erros ou injustiças associadas ao uso da IA na segurança pública, mas mencionaram ter conhecimento de relatos sobre isso, o que leva a ressaltar a importância da supervisão humana.

Em relação à necessidade de legislação e controle, todos afirmaram que é necessário criar uma legislação específica para regulamentar o uso de IA na segurança pública, considerando:

- Proteção de dados pessoais (em alinhamento com a LGPD);
- Fiscalização por órgãos independentes;
- Garantias de direitos fundamentais e da privacidade.

Assim, as respostas indicam que os profissionais têm familiaridade e aceitação com o uso da IA na segurança pública, reconhecendo seus benefícios em agilidade e precisão. No entanto, apontam riscos como erros, uso indevido de dados e falta de regulamentação. A ausência de protocolos éticos é vista como preocupante. Espera-se que esses profissionais contribuam para um uso mais seguro, ético e regulamentado da tecnologia, respeitando os direitos da população.

5. DISCUSSÃO

As câmeras com inteligência artificial são importantes para a segurança pública, melhorando a identificação de suspeitos e auxiliando nas investigações. No entanto, o uso dessa tecnologia levanta preocupações relacionadas à privacidade e à proteção dos dados dos cidadãos.

Este tema se torna ainda mais relevante diante do contexto atual, com o crescimento das grandes cidades e o aumento das infrações em diversas regiões, tornando a segurança pública cada vez mais desafiadora. As soluções inovadoras, como a inteligência artificial, têm um grande potencial para transformar a segurança pública, mas é essencial que essa transformação ocorra de forma ética, transparente e com evidências, garantindo um equilíbrio entre o interesse coletivo e a proteção dos direitos individuais.

De acordo com Silva e Almeida (2020), embora a IA traga melhorias significativas para a segurança pública, como o aumento da eficácia na prevenção e resolução de crimes, seu uso também exige que as administrações públicas desenvolvam políticas claras de governança, protocolos de uso responsável e mecanismos de fiscalização externa.

Os dados coletados na pesquisa corroboram com essa perspectiva. Por um lado, os entrevistados reconhecem os benefícios da IA, como maior agilidade na identificação de indivíduos e precisão na entrega de dados. Por outro, manifestam preocupações quanto à falta de regulamentação, ausência de protocolos éticos e inexistência de controle externo efetivo sobre o uso das

tecnologias. Esses achados estão alinhados com a literatura científica, que aponta a urgência de desenvolver marcos legais e políticas públicas específicas para que o uso de câmeras com IA seja seguro, ético e eficaz (FLORIDI et al., 2018; SANTOS; SILVA; ALMEIDA, 2022).

Floridi et al. (2018) destacam que a adoção de sistemas baseados em IA exige a construção de um arcabouço ético robusto, capaz de garantir que seu uso respeite os direitos fundamentais dos cidadãos. O autor alerta para problemas como a falta de transparência dos algoritmos, o viés dos dados utilizados e a possibilidade de uso indevido das informações coletadas.

Uma das limitações desta pesquisa foi o acesso à informação, visto que detalhes sobre a implantação das câmeras é um fator estratégico de segurança pública.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que, apesar de haver aceitação e confiança no potencial da inteligência artificial, ainda há falta de preparo técnico, normativo e institucional para sua aplicação segura na área da segurança pública. A ausência de protocolos éticos, de regulamentação específica e de controle externo são lacunas que precisam ser preenchidas com urgência, para que a tecnologia seja uma aliada e não uma ameaça aos direitos fundamentais. Há aceitação e expectativa positiva sobre os ganhos da IA, mas o setor público ainda carece de preparo técnico, normativo e institucional. Apesar da amostra reduzida, esta pesquisa contribui para a reflexão sobre o uso ético da inteligência artificial no setor público municipal, destacando a necessidade de uma aplicação responsável da tecnologia, que requer a criação de políticas públicas, protocolos claros e mecanismos de fiscalização eficazes.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Inteligência artificial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

SANTOS, M. F.; SILVA, R. C.; ALMEIDA, L. M. Reconhecimento facial no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Direito, Tecnologia e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 112-130, 2022.

SILVA, T. A.; ALMEIDA, R. Cidades inteligentes e segurança pública: o papel da inteligência artificial na vigilância urbana. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 20, n. 1, p. 88-102, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

SMART SPECIALISATION: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

Cristiane Silva do Espírito Santo¹ – UEM
Rogério Silveira Tonet² – UNESPAR
Adalberto Dias de Souza³ - UNESPAR
Solange Regina dos Santos⁴ - UNESPAR

Grupo de Trabalho 9: Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a crescente concentração de investimentos em inovação em pólos específicos tem gerado desafios relevantes para o desenvolvimento econômico equilibrado. Esse cenário tem induzido a uma reflexão sobre a necessidade de estratégias regionais alinhadas às vantagens competitivas intrínsecas de cada território. Nesse contexto, emerge a Smart Specialisation Strategy (S3), um conceito proposto no âmbito da União Europeia como parte de uma nova política de inovação. Defendida por autores como Dominique Foray e aplicada por instituições como a Comissão Europeia e o Joint Research Centre (JRC), essa abordagem busca romper com modelos tradicionais de desenvolvimento, que muitas vezes reproduzem ineficiências, promovem imitações improdutivas ou dependem de um planejamento centralizado.

A S3 parte do princípio de que cada região possui ativos e competências únicas, que devem ser descobertos e potencializados por meio de um Processo de Descoberta Empreendedora (PDE). Este processo baseia-se na colaboração ativa entre governo, empresas, universidades e sociedade civil. Diferentemente de estratégias genéricas de inovação, a S3 propõe uma abordagem contextualizada, focada na construção de vantagens competitivas locais, o que exige do Estado um papel de facilitador e articulador, e não de planejador onisciente.

Apesar de sua ampla difusão no cenário europeu, ainda existem lacunas no entendimento e na implementação eficaz da S3, especialmente em contextos fora da Europa ou em regiões com menor capacidade institucional. Essas lacunas incluem desafios relacionados à mobilização de

¹ - Graduada em Administração – e-mail: pg608458@uem.br

² - Doutor em Administração – e-mail: rogerio.tonet@unespar.edu.br

³ - Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

⁴ - Pós-Doutora em Matemática – e-mail: solange.regina@unespar.edu.br

atores e à gestão de uma natureza híbrida (top-down/bottom-up) que a S3 exige. Este estudo visa aprofundar a compreensão conceitual da Smart Specialisation Strategy, analisando as perspectivas de diversos autores sobre seus fundamentos e implicações, e refletir sobre sua viabilidade como política pública em cenários regionais distintos.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar os fundamentos conceituais, a evolução e os desafios da implementação da Smart Specialisation como estratégia de desenvolvimento regional baseada na inovação.

Objetivos Específicos:

Identificar os principais elementos que compõem o conceito de Smart Specialisation Strategy.

Compreender como o conceito foi transformado em política pública.

3. METODOLOGIA

Este trabalho, em sua etapa preliminar, adota uma abordagem conceitual, fundamentada na literatura especializada, visando aprofundar a compreensão dos pilares da Smart Specialisation Strategy (S3) e sua implementação como instrumento de política pública para a inovação regional. A investigação abrange a trajetória evolutiva do conceito e estabelece comparações com estudos análogos.

Como procedimento metodológico, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, esses documentos foram selecionados por sua relevância teórica, sendo considerados referências fundamentais no desenvolvimento do conceito. A análise dos textos foi feita de forma interpretativa, buscando identificar categorias centrais como: contexto de origem, princípios estruturais, papel do processo de descoberta empreendedora (EDP).

4. DISCUSSÃO

A Estratégia de Smart Specialisation Strategy (S3) emerge, na literatura analisada, como uma profunda revisão das premissas que historicamente guiaram as políticas de inovação e desenvolvimento regional. Em vez de uma mera atualização de ferramentas, e estrutura

conceitual da S3, delineado principalmente por Dominique Foray (2009) e corroborado por outras fontes, propõe uma mudança teórica e prática na relação entre Estado, mercado e sociedade civil na busca por crescimento e competitividade.

A Smart Specialisation Strategy (S3) fundamenta-se na premissa de que a identificação e o desenvolvimento de vantagens competitivas regionais em P&D e inovação são cruciais para o crescimento. Nesse contexto, o Processo de Descoberta Empreendedora (PDE) emerge como o mecanismo central para a operacionalização da S3, conforme articulado por Foray, David e Hall (2011, p.10). Eles definem o PDE como um processo de baixo para cima (bottom-up), não burocrático ou de previsão, que busca revelar as vantagens competitivas de P&D e inovação de uma região através do “conhecimento empreendedor”. Este conhecimento, segundo Foray (2014, p. 499), transcende a dimensão puramente técnica, incorporando a compreensão das dinâmicas de mercado e das condições para o lançamento de novas atividades.

Essa perspectiva contrasta diretamente com modelos anteriores de planejamento centralizado e a abordagem de escolha de vencedores (ou “campeões nacionais”), cujas limitações são reconhecidas no contexto da Comissão Europeia (Foray; David; Hall, 2011, p. 2). Rodrik (2004, p. *apud* Foray, 2014, p. 507) argumenta que a função do governo deixa de ser a de um 'planejador onisciente' para se tornar a de um facilitador que avalia o potencial descoberto pelo setor privado e capacita os atores mais aptos a concretizá-lo. A S3, portanto, intervém para corrigir falhas de mercado e de coordenação que inibem o processo espontâneo de especialização, justificando a necessidade de uma política ativa.

A implementação da S3, no entanto, não é um processo puramente orgânico. O estudo de Pinto, D'Emery, Nogueira e Laranja (2019, p. 305) sobre Pernambuco exemplifica essa complexidade ao descrever a S3 como uma "dupla dialética entre um processo planejado top-down e na participação profunda bottom-up dos atores". Isso indica que, embora a descoberta empreendedora seja fundamentalmente impulsionada pela base, a política de S3 exige uma orientação estratégica "top-down" para estruturar e otimizar os investimentos. Foray reforça essa necessidade ao apontar a importância de investimentos contínuos em educação superior e conexões com regiões inovadoras como elementos estratégicos para proteger contra a inércia.

Para a S3 ser eficaz, a colaboração da "quádrupla hélice" (academia, indústria, governo e sociedade civil), inerente ao PDE, demanda a eliminação de barreiras de comunicação e coordenação interdepartamental. A crítica à fragmentação governamental ecoa a necessidade de uma "colaboração horizontal e vertical", semelhante àquela buscada em contextos como a Indústria 4.0. Tal integração é crucial para assegurar o uso "eficiente, eficaz e sinérgico dos investimentos públicos", transformando a política de inovação em um esforço sistêmico e colaborativo.

Essa distinção é crucial para Foray, que critica severamente o "comportamento de ovelha" de regiões que tentam imitar os líderes em campos de alta tecnologia. Essa prática gera "sistemas subcríticos" e uma "uniformização insalubre da base de conhecimento", levando à "duplicação dispendiosa dos esforços de P&D", conforme também observado pela Comissão Europeia (2019). Em contraste, a S3 enfatiza a descoberta do que torna uma base de conhecimento local "original e de alguma forma única" (Foray, David & Hall, 2011).

5. RESULTADOS

A análise conceitual sobre a Smart Specialisation Strategy (S3) e a integração da experiência empírica de Pernambuco revelaram um conjunto de resultados que confirmam a natureza transformadora dessa abordagem na política de inovação e desenvolvimento regional.

Primeiramente, verificou-se que a S3 representa uma mudança conceitual em relação aos modelos tradicionais. Diferentemente das abordagens lineares, genéricas ou centralizadas que frequentemente guiavam as políticas de inovação no passado, a S3 propõe um modelo que valoriza o contexto local, a colaboração e a evidência gerada no próprio território. A experiência de Pernambuco, apresentada no estudo de caso, ilustra a natureza híbrida e dialética da S3, um dos resultados práticos mais relevantes. O caso demonstrou que a implementação da S3 não é um processo puramente orgânico de descobertas de base, mas opera numa "dupla dialética" entre uma orientação estratégica (top-down) e a participação profunda e a descoberta (bottom-up) dos atores locais. Essa dinâmica é crucial para a adaptação da S3 a contextos com limitações estruturais, reforçando sua universalidade e adaptabilidade a regiões em diferentes estágios de desenvolvimento, conforme previsto por Foray e pela OCDE.

Contudo, a análise também revelou desafios recorrentes na implementação prática da S3. Estes incluem dificuldades na mobilização efetiva dos atores, a resistência política a processos participativos, a carência de dados regionais confiáveis e a necessidade imperativa de superar a atuação desarticulada dentro das estruturas governamentais. Não obstante esses desafios, o caso de Pernambuco sugere que, com a articulação interinstitucional e a flexibilidade metodológica adequadas, a S3 tem o potencial de gerar impactos positivos significativos em indicadores de P&D e inovação. Em última instância, a S3 contribui para a construção de uma governança mais colaborativa e para o fortalecimento da capacidade institucional regional, consolidando-se como um vetor de transformação.

6. CONCLUSÃO

A análise da literatura sobre a Estratégia de Especialização Inteligente (S3), complementada pela integração de uma experiência empírica brasileira, reforça que esta estrutura representa uma transformação nas políticas de inovação e desenvolvimento regional. Longe de ser uma mera atualização metodológica, a S3 propõe uma ruptura fundamental com abordagens tradicionais, as quais se mostraram ineficazes ao promover o planejamento centralizado.

A experiência de Pernambuco fornece uma validação empírica crucial, destacando a natureza híbrida da implementação da S3. O caso ilustra que a estratégia opera numa "dupla dialética" entre a orientação "top-down" e a participação "bottom-up", sendo a articulação desses níveis um fator crítico para o sucesso. Apesar dos desafios inerentes à mobilização de atores, à superação da "abordagem de silo" e à carência de dados – desafios comuns em diversos contextos, incluindo os de países em desenvolvimento –, Pernambuco demonstrou que a S3 é adaptável e pode gerar impactos positivos tangíveis em indicadores de P&D e inovação.

Este trabalho, contribui para preencher a lacuna na literatura sobre a viabilidade e os impactos da S3 em ambientes fora da União Europeia. Espera-se que os resultados e a discussão apresentados forneçam insumos valiosos para o desenho e a implementação de políticas de inovação regional, especialmente no Brasil e em outros países em desenvolvimento, que buscam trilhar um caminho de crescimento baseado em suas capacidades intrínsecas e na inovação inteligente.

7. REFERÊNCIAS

FORAY, D. Understanding “Smart Specialisation”. In: PONTIKAKIS, D.; KYRIAKOU, D.; VAN BAVEL, R. (Eds.). **The Question of R&D Specialisation: Perspectives and policy implications**. Luxembourg: Publications of the European Communities, 2009. p. 14–26.

FORAY, D.; DAVID, P. A.; HALL, B. H. **Smart Specialisation: From Academic Idea to Political Instrument, the Surprising Career of a Concept and the Difficulties Involved in its Implementation**. Management of Technology & Entrepreneurship Institute Working Paper, MTEI-WP-2011-001. Lausanne: École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2011.

FORAY, D. **From smart specialisation to smart specialisation policy**. European Journal of Innovation Management, v. 17, n. 4, p. 492-507, 2014.

PINTO, H.; D'EMERY, R.; NOGUEIRA, C.; LARANJA, M. **Especialização inteligente e a descoberta empreendedora em Pernambuco: perspectivas dos atores de inovação de confecções e de automotivo-TI**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, v. 18, n. 2, p. 299-330, jul./dez. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **A Policy Brief from the Policy Learning Platform on Research and innovation**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2019. Disponível em: <https://www.interregeurope.eu/sites/default/files/inline/INDUSTRY_4.0_Policy_Brief.pdf> Acesso em: 02/06/2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

SOBERANIA TERRITORIAL E DISPUTAS PELO 5G: GEOPOLÍTICA DA INOVAÇÃO EM UM MUNDO CONECTADO

DANIEL JOSÉ DA CONCEIÇÃO PINTO¹ - UNESPAR
ROGÉRIO SILVEIRA TONET² - UNESPAR
MARCOS JÚNIOR FERREIRA DE JESUS³ - UNESPAR

Grupo de Trabalho: 09 – Tecnologia, Transformação Digital e a Inteligência Artificial

1. INTRODUÇÃO

No século XXI, a inovação tecnológica tornou-se elemento central na reconfiguração das relações internacionais, das dinâmicas territoriais e dos modos de vida contemporâneos. A escolha do tema “Soberania Territorial e Disputas pelo 5G: Geopolítica da Inovação em um Mundo Conectado” revela-se estratégica para compreender os rumos da sociedade digital global e seus impactos sobre os territórios. A implantação da tecnologia 5G vai além da dimensão técnica de conectividade: ela representa uma nova infraestrutura crítica para a economia, segurança, defesa e saúde, configurando-se como objeto de disputa geopolítica (BRUNO, 2020). Países como Estados Unidos e China lideram essa corrida tecnológica, estabelecendo uma tensão global que repercute especialmente nas nações em desenvolvimento, as quais enfrentam o dilema entre adotar modelos externos de infraestrutura digital e preservar sua soberania informacional (ZUBOFF, 2020).

A disputa pelo 5G ultrapassa o debate técnico e impõe profundas reflexões sobre autonomia, regulação e desigualdades estruturais. Em países periféricos, a dependência tecnológica, a escassez de políticas públicas de inovação e a concentração de mercado nas mãos de poucas big techs agravam a exclusão digital e intensificam as vulnerabilidades socioeconômicas (CASTELLS, 2018). A ausência de infraestrutura própria e a adoção de padrões tecnológicos exógenos podem comprometer não apenas a privacidade e a segurança cibernética, mas também a soberania territorial no século XXI, agora associada ao controle dos fluxos de dados e da comunicação digital (SILVEIRA, 2021). Assim, refletir sobre o avanço do 5G é também debater modelos de desenvolvimento tecnológico: se serão inclusivos e soberanos ou guiados por assimetrias informacionais, dependência externa e colonialidade digital (MBEMBE, 2021).

¹ - Graduando em Geografia – e-mail: danieljosedaconceicao0@gmail.com

² - Doutor em Administração – e-mail: rogerio.tonet@unespar.edu.br

³ - Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com

Do ponto de vista acadêmico, a proposta deste estudo insere-se no campo da Geografia ao articular a geopolítica, a geografia política e a geografia das redes com a tecnopolítica. A emergência do 5G exige da Geografia uma ampliação de seu escopo analítico, incorporando novas materialidades do território, como os fluxos de dados, as infraestruturas digitais e as lógicas informacionais (SANTOS, 2006). Com isso, é possível renovar o instrumental teórico e metodológico da disciplina, aproximando-a de áreas como ciência política, sociologia digital e economia da inovação. Tal visão crítica e interdisciplinar é essencial para a formação de futuros educadores e pesquisadores, especialmente nos cursos de licenciatura, pois permite compreender como as tecnologias moldam os territórios vividos e os espaços escolares, além de promover debates sobre justiça tecnológica, cidadania digital e soberania dos dados

2. OBJETIVOS

GERAL

Este trabalho visa compreender os impactos da implantação da tecnologia 5G sobre a soberania territorial dos Estados, analisando como essa inovação tecnológica contribui para a reconfiguração das disputas geopolíticas globais e para a construção de novas territorialidades digitais no século XXI.

ESPECIFICOS

Pesquisar de que maneira as infraestruturas digitais associadas ao 5G influenciam a dinâmica das disputas territoriais e o reposicionamento estratégico das nações no cenário geopolítico contemporâneo.

Discutir o papel do 5G como vetor de transformação nos conceitos tradicionais de território, considerando a emergência de fluxos imateriais, conectividade global e vigilância digital como dimensões fundamentais da soberania no mundo conectado.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa será desenvolvida por meio de uma visão qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, tendo como objetivo compreender as inter-relações entre inovação tecnológica, soberania territorial e reconfigurações geopolíticas no contexto da implantação da tecnologia 5G. A escolha dessa abordagem justifica-se pela complexidade e pelo caráter interpretativo do objeto de estudo, que envolve dimensões técnicas, políticas, informacionais e

territoriais. Os procedimentos metodológicos adotados incluem o levantamento bibliográfico. O levantamento bibliográfico contemplará obras acadêmicas como livros, artigos científicos e teses que discutem soberania digital, geopolítica da inovação, redes de comunicação e território na era da informação. A pesquisa não prevê aplicação de questionários ou entrevistas, concentrando-se na análise crítica de dados secundários publicamente disponíveis, sem delimitação de amostra estatística. A análise será guiada por técnicas de análise de conteúdo e análise temática, buscando identificar padrões, discursos e contradições nas fontes consultadas.

4. DISCUSSÃO

A consolidação do 5G como infraestrutura crítica evidencia a necessidade de repensar o território sob uma perspectiva digital. A soberania territorial, antes ligada ao controle físico do espaço, assume contornos cibernéticos, nos quais a proteção das redes e fluxos de dados torna-se central (CASTELLS, 2000; HAESBAERT, 2014). Nesse cenário, a disputa entre potências como Estados Unidos e China pelo domínio do 5G mostra que a inovação tecnológica é também uma disputa geopolítica estratégica (CHESNAIS, 1996), pois o 5G viabiliza tecnologias emergentes como inteligência artificial, internet das coisas e defesa cibernética. Nos países em desenvolvimento, persiste uma lógica centro-periferia (SANTOS, 2000; DARDOT; LAVAL, 2017), marcada pela dependência de tecnologias estrangeiras e pela fragilidade regulatória. Esses países enfrentam limitações estruturais e institucionais que dificultam a implementação autônoma do 5G, tornando-os vulneráveis a interferências externas e riscos cibernéticos. A ausência de marcos legais sólidos para proteção de dados e soberania digital reforça essa vulnerabilidade, comprometendo tanto a segurança nacional quanto a capacidade de governança sobre suas próprias infraestruturas. Além disso, essa desigualdade se reproduz internamente, com a concentração dos investimentos em grandes centros urbanos e a exclusão de áreas periféricas e rurais, o que agrava disparidades históricas e compromete o acesso equitativo à inovação (HARVEY, 2005). Como mostram os dados analisados, muitos países do Sul Global ainda carecem de políticas públicas eficazes para inclusão digital e proteção informacional, o que amplia a imposição de modelos exógenos e enfraquece a capacidade de resposta soberana (GADELHA, 2018). A análise territorial crítica do 5G, portanto, revela como a inovação, longe de ser neutra, reforça desigualdades globais e locais, exigindo uma ação estratégica dos Estados para garantir autonomia e justiça socioespacial (LEMONS, 2019; SASSEN, 2013; GRAHAM; MARVIN, 2001).

5. RESULTADOS

A implantação da tecnologia 5G revela-se como um marco geopolítico que redefine a soberania territorial no século XXI, ao incorporar redes digitais, fluxos de dados e infraestruturas invisíveis ao conceito tradicional de território. Isso transforma o modo como os Estados exercem soberania, agora também sobre o espaço digital e informacional. A rivalidade entre Estados Unidos e China destaca-se como o principal eixo da disputa global pelo domínio do 5G, influenciando diretamente as escolhas tecnológicas de diversos países. Os dados indicam que a Huawei lidera a participação global na infraestrutura 5G, principalmente em países da Ásia, África e América Latina, enquanto Ericsson e Nokia dominam o mercado europeu. Essa competição não se limita à tecnologia, mas reflete uma corrida geopolítica pelo controle de mercados estratégicos. Além disso, países em desenvolvimento enfrentam sérias limitações para a adoção autônoma do 5G, devido à dependência de fornecedores estrangeiros, falta de infraestrutura adequada e ausência de políticas públicas focadas na soberania digital. Isso gera um abismo tecnológico claro entre países desenvolvidos, que possuem maior infraestrutura, autonomia tecnológica e políticas robustas de cibersegurança, e países emergentes ou subdesenvolvidos, que apresentam índices muito inferiores nesses aspectos. Quanto à distribuição territorial da infraestrutura 5G, observa-se forte concentração nas áreas urbanas, onde cerca de 70% das antenas e data centers estão instalados, deixando as regiões rurais com apenas 10% dessa infraestrutura. Essa desigualdade espacial aprofunda as disparidades históricas, marginalizando áreas periféricas e rurais, o que impacta diretamente o acesso à informação, à educação, à saúde e à segurança. A pesquisa também evidenciou a fragilidade legal e institucional dos países em desenvolvimento no que tange à regulação da tecnologia 5G, com a ausência de marcos legais para proteção de dados, segurança cibernética e soberania digital. Essa lacuna aumenta a vulnerabilidade diante da espionagem, manipulação e dependência tecnológica, impedindo a construção de uma governança digital autônoma e inclusiva.

6. CONCLUSÃO

A implantação do 5G representa uma transformação significativa na noção de soberania territorial, que hoje ultrapassa o controle físico do espaço para incluir o domínio sobre redes digitais, dados e segurança cibernética. A disputa geopolítica entre grandes potências, especialmente Estados Unidos e China, evidencia como essa tecnologia se tornou estratégica não só para o avanço tecnológico, mas também para a influência política global. Países em

desenvolvimento enfrentam desafios importantes, como dependência tecnológica e ausência de políticas públicas eficazes, que limitam sua autonomia e capacidade de controlar suas infraestruturas digitais

7. REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2017.
- HARVEY, David. Condicionamentos espaciais da produção capitalista. São Paulo: Annablume, 2006.
- LESSIG, Lawrence. Code and other laws of cyberspace. New York: Basic Books, 1999.
- MOROZOV, Evgeny. The net delusion: The dark side of internet freedom. New York: PublicAffairs, 2013.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SOJA, Edward W. Postmetropolis: Critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell, 2010.
- ZITTRAIN, Jonathan. The future of the Internet and how to stop it. New Haven: Yale University Press, 2008.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 10

MARKETING

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO NET PROMOTER SCORE (NPS) DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE MATO GROSSO DO SUL

Maria Fernanda Rodrigues¹ – UFGD

Fábio Mascarenhas Dutra² – UFGD

GRUPO DE TRABALHO: 10 Marketing

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal analisar o *Net Promoter Score* (NPS) em uma cooperativa de crédito de Mato Grosso do Sul no período entre novembro de 2023 e dezembro de 2024. A pesquisa partiu da premissa de que as análises baseadas no NPS permitem não apenas compreender o nível de satisfação dos associados, mas também identificar como o ambiente de trabalho interno pode influenciar a demanda pelos serviços da instituição. A questão central que norteou a investigação foi compreender de que forma os resultados obtidos através do NPS impactam as decisões dos clientes na cooperativa de crédito, buscando verificar se a satisfação dos associados. A metodologia adotada foi a pesquisa documental, com abordagem descritiva e qualitativa. Os dados foram coletados a partir da carteira de NPS de uma agência de Cooperativa de Crédito localizada em Mato Grosso do Sul, abrangendo o período de novembro de 2023 a dezembro de 2024. A análise envolveu o levantamento de dados estatísticos por meio da Análise NPS, incluindo segmentos como agronegócio, visão jurídica, Pessoas Físicas (níveis I, II, III e IV), além da análise mensal geral. Complementarmente, realizou-se a coleta e análise qualitativa das respostas abertas fornecidas pelos associados classificados como detratores, neutros e promotores, obtidas por meio da escala de 0 a 10 utilizada na pesquisa de NPS para uma compreensão mais aprofundada da satisfação e fidelidade. Os resultados obtidos indicam que a aplicação do método NPS na Cooperativa de Crédito estudada em Mato Grosso do Sul revela que uma gestão eficaz organizacional, satisfaz os associados e impacta positivamente na recomendação e na fidelização dos associados, permitindo que a instituição cresça e se mantenha na zona de classificação de excelência.

Palavras-chave: Associados. Produtos. Atendimento. Satisfação.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo principal analizar el Net Promoter Score (NPS) en una cooperativa de crédito de Mato Grosso do Sul en el período comprendido entre noviembre de 2023 y diciembre de 2024. La investigación partió de la premisa de que los análisis basados en el NPS permiten no solo comprender el nivel de satisfacción de los asociados, sino también identificar cómo el ambiente laboral interno puede influir en la demanda de los servicios ofrecidos por la institución. La pregunta central que orientó el estudio fue entender de qué manera los resultados obtenidos a través del NPS impactan en las decisiones de los clientes dentro de la cooperativa de crédito, buscando verificar si la satisfacción de los clientes/asociados está influenciada por el clima organizacional. La metodología empleada fue una investigación documental, de carácter descriptivo y enfoque cualitativo. Los datos se recopilaron a partir de la cartera de NPS de una agencia de cooperativa de crédito ubicada en el estado de Mato Grosso do Sul, abarcando el período de noviembre de 2023 a diciembre de

¹ - Graduanda em Administração – e-mail: rodrigues.mariafernanda@yahoo.com.br

² - Administrador, Mestre e Doutor em Agronegócios – e-mail: fabiodutra@ufgd.edu.br

2024. El análisis comprendió el levantamiento de datos estadísticos a través del análisis de NPS, considerando segmentos como agronegocios, asesoría jurídica, personas físicas (niveles I, II, III y IV), además del análisis mensual general. Complementariamente, se realizó la recopilación y el análisis cualitativo de las respuestas abiertas proporcionadas por los asociados clasificados como detractores, neutrales y promotores, utilizando la escala de 0 a 10 aplicada en la encuesta de NPS, con el fin de lograr una comprensión más profunda de la satisfacción y fidelización de los clientes. Los resultados indican que la aplicación del método NPS en la cooperativa de crédito estudiada en Mato Grosso do Sul demuestra que una gestión eficaz, que fomenta un clima organizacional positivo y satisface a sus asociados, impacta positivamente en la recomendación y en la fidelización de los clientes, permitiendo que la institución crezca y se mantenga en la zona de clasificación de excelencia.

Palabras clave: Asociados. Productos. Servicio. Satisfacción.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa buscou analisar os resultados de satisfação dos clientes com a utilização da métrica de *Net Promoter Score* (NPS) em uma Cooperativa de Crédito de Mato Grosso do Sul. As análises baseadas no NPS permitem que essas instituições obtenham *insights* para fidelizar e satisfazer seus associados (Rufino; Ciribele, 2019).

A NPS é uma ferramenta que permite analisar os pontos fortes e fragilidades nos serviços prestados, com isso possibilita a formulação de estratégia direcionadas a melhoria contínua do atendimento e fortalecimento do relacionamento (Araújo, 2016).

Na atualidade, as instituições estão cada vez mais externas para a experiência do cliente. Por meio do NPS, é possível mapear os níveis de contentamento e buscar melhorias que promovam a fidelização e o alcance de metas estratégicas (Lopes, 2017). Ter a compreensão para entender a necessidade do cliente é um fato relevante para o crescimento das empresas, que atuam em um mercado desafiador e competitivo (Costa, 2023).

O sistema produtivo bancário tem passado por transformações devido a competitividade no mercado nas últimas décadas. Dessa forma, garantir a qualidade dos produtos e serviços passou a ser uma exigência fundamental, não mais apenas como um diferencial competitivo. Mas, com esforço para oferecer um atendimento de excelência ao cliente, que se configura como desafio estratégico necessário, sobretudo em segmentos marcados por intensa concorrência como setor bancário (Souza, 2011).

Diante deste cenário, investigou dados estatísticos por meio do NPS em uma Cooperativa de Crédito. A hipótese aqui descrita nos orienta para uma análise de dados estatísticos a partir do resultado do NPS, que permite identificar a satisfação e fidelização dos associados, evidenciando que métodos métricos para avaliar a satisfação e fidelidade em uma Cooperativa de Crédito, impacta positivamente e diretamente na recomendação e na liderança dos clientes.

Por isso, torna-se necessário realizar avaliações periódicas de satisfação, utilizando ferramentas como o NPS, que auxiliam na identificação de aspectos internos, que influenciam as decisões dos clientes. A importância desta investigação reside no fato de contribuir com uma compreensão mais aprofundada sobre como o NPS pode ser aplicado de maneira eficiente nas cooperativas de crédito.

É necessário, portanto, que haja um planejamento estratégico focado em um atendimento individualizado, considerando que cada associado que busca soluções financeiras específicas ao procurar uma cooperativa (Bento et al., 2022).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o *Net Promoter Score* (NPS) em uma cooperativa de crédito de Mato Grosso do Sul no período entre novembro de 2023 e dezembro de 2024.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cooperativismo no Brasil

A partir da década de 1970, a representação política do cooperativismo no Brasil passou a ser exercida, de forma predominante, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Com o tempo, no entanto, outras entidades passaram a disputar esse espaço, como a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a União Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária (UNICRAB). É importante destacar que o processo de consolidação dessa representação política teve início entre as décadas de 1940 e 1970, refletindo o amadurecimento do movimento cooperativista no país (Vasconcelos Junior, 2024).

Em 2001, o Parlamento francês aprovou uma nova legislação que regulamentava as Sociedades Cooperativas de Interesse Coletivo (SCIC). A elaboração dessa lei contou com o apoio técnico e institucional de entidades cooperativas como as Cooperativas de Utilização de Material Agrícola (CUMA) e as Sociedades Cooperativas e Participativas (SCOP) (Coop Fr.,

2023). Apesar da inovação, as SCIC enfrentaram dificuldades iniciais para se consolidar. Durante quase dez anos, seu reconhecimento foi limitado, ganhando força apenas após 2010, quando passaram a apoiar projetos cooperativos variados (Draperi; Margado, 2016).

O cooperativismo, inicialmente difundido a partir da Inglaterra, chegou ao Brasil ainda no século XIX. As primeiras experiências ocorreram entre imigrantes alemães e italianos, que se organizaram para produzir e comercializar seus produtos de maneira conjunta. No século XX, o cooperativismo brasileiro se diversificou, abrangendo áreas como crédito, saúde, educação e agricultura. Hoje, o Brasil figura entre os países com maior número de cooperativas, somando mais de 7 mil organizações e cerca de 15 milhões de associados (Fiorini; Zampar, 2015).

Quadro 1 – As principais cooperativas do Brasil

COOPERATIVAS	ANO QUE SURTIU NO BRASIL	ESTADO
Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista de Campinas.	1887	São Paulo
Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.	1889	Minas Gerais
Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira	1891	São Paulo
Cooperativa Militar de Consumo	1894	Rio de Janeiro
Cooperativa de Consumo de Camagibe	1895	Pernambuco
Caixas Rurais Raiffeisen	1902	Rio Grande do Sul

Fonte: OCB, 2014.

De acordo com Vasconcelos Junior (2024), o pesquisador Fábio Luz Filho, em seus estudos realizados em 1960, concentrou-se nas iniciativas cooperativistas que surgiram entre 1895 e 1902 nos estados de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Seu trabalho traz uma investigação aprofundada sobre o desenvolvimento dessas cooperativas, abordando aspectos como número de associados, receitas obtidas, áreas de atuação e propondo uma periodização baseada na legislação vigente da época.

As primeiras décadas do século XX são consideradas um período embrionário para o cooperativismo no Brasil. Nesse contexto, legislações como as de 1932 e a Constituição de 1934 passaram a atribuir ao cooperativismo um papel mais estruturado dentro da economia nacional (Reis; Wizniewsky, 2018).

Passadas três décadas, foi fundada em 4 de julho de 1964 a Associação Brasileira das Cooperativas (Abcoop), representando um marco de reorganização do movimento cooperativista em São Paulo, especialmente em decorrência de divergências com a Ucesp. Gervásio Inoue, vice-presidente da Ucesp e líder da Cooperativa Agrícola de Cotia, liderou o processo de criação da nova entidade nacional. No mesmo período, surgiu também a Acapesp, destinada à representação estadual do cooperativismo agropecuário (Taniguti, 2015).

Net Promoter Score (NPS)

A *Net Promoter Score (NPS)* é uma métrica que foi desenvolvido por Fred Reichheld, diretor da *Bain e Company* no final de 2003, e tinha como objetivo de mensurar a satisfação e/ou fidelização dos clientes, e a lealdade das relações interpessoais entre os consumidores e as empresas (Rufino; Ciribele, 2019).

Os autores Mizutani (2016) e Cossa (2016) relatam que a ideia foi elaborada a partir de análises de casos que buscavam descobrir quais indagações mostravam uma maior correlação estatística em situações de recompra e recomendações para amigos, colegas e familiares. Através dessa investigação, foi possível verificar que a pergunta mais eficaz entre as que foram formuladas foi: “Qual a probabilidade de você indicar a empresa X a um amigo ou colega?” O objetivo dessa questão é incentivar o cliente a refletir sobre sua experiência, uma vez que ninguém sugere algo negativo a um amigo, colega ou familiar.

Ainda neste contexto, Mizutanni (2016, p. 51) e Cossa (2016, p. 11) descrevem que os resultados apurados e analisados pelo método NPS “possibilitam que as instituições classifiquem os seus clientes em 3 tipos: promotores, neutros e detratores. Para obter o indicador NPS, deve ser calculado o percentual de clientes promotores (P) e subtraí-lo do percentual de clientes detratores (D)”. De forma esquemática, tem-se: $NPS = P - D$

Para classificar os clientes como promotores, neutros ou detratores, utiliza-se uma escala baseada em suas avaliações. Os promotores atribuem notas entre 9 e 10 à empresa, demonstrando

não apenas alto nível de satisfação, mas também propensão a repetir a compra e a recomendar a marca a outras pessoas, como amigos e familiares, consumidores fiéis, que se tornam verdadeiros divulgadores espontâneos dos produtos ou serviços da empresa (Lima et al., 2018). Os neutros são clientes entre notas 7 ou 8. Eles estão razoavelmente satisfeitos, mas sua lealdade é limitada (Reichheld; Markey, 2012).

Por fim, os detratores são identificados por atribuírem notas iguais ou inferiores a 6. Esse grupo representa clientes insatisfeitos, com baixa probabilidade de manter um relacionamento contínuo com a empresa, podendo até compartilhar experiências negativas com terceiros (Mizutani, 2016).



Figura 1: Classificação dos clientes segundo a metodologia NPS.

Fonte: Tracksale, (2019).

O indicador NPS varia de -100 a 100 e o enquadramento de classificação das empresas se divide em quatro áreas: Zona Crítica (entre -100 e 0), Zona de Aperfeiçoamento (entre 1 e 50), Zona de Qualidade (entre 51 e 75) e Zona de Excelência (entre 76 e 100) (Tracksale, 2019). Conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Zonas de classificação segundo a metodologia NPS

NPS	Zonas de classificação do NPS
Entre 76 e 100	Zonas de Excelências
Entre 51 e 75	Zonas de Qualidade
Entre 1 e 50	Zonas de Aperfeiçoamento
Entre -100 e 0	Zonas de Crítica

Fonte: Tracksale, (2019).

Na chamada zona crítica, é perceptível que a quantidade de clientes insatisfeitos supera a de satisfeitos. Já na zona de aperfeiçoamento, observa-se um equilíbrio entre os cliente promotores e os detratores. Na zona de qualidade, há uma predominância de associados promotores, indicando que a empresa já oferece um bom padrão de atendimento e está atenta às necessidades do público. Por fim, na zona de excelência, a organização alcança reconhecimento no mercado como referência em satisfação do cliente, graças à qualidade superior de seus serviços e à fidelização conquistada ao longo do tempo (Tracksale, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada pesquisa documental que teve abordagem descritiva e qualitativa, por meio de uma Revisão de Literatura para contextualizar sobre o Cooperativo no Brasil e analisar a métrica NPS para obter resultados de satisfação dos clientes. Os dados foram coletados das carteiras dos associados entre os meses de novembro 2023 a dezembro de 2024 para discutir o quanto estes métodos métricos são necessários para a satisfação e fidelização.

Para apresentação e análise de resultados. Os respondentes desta pesquisa foram 900 associados de ambos os sexos masculino e feminino, a faixa etária dos participantes variam entre 25 a 70 anos.

Assim, foram analisados os associados, de alguma forma, que contribuíssem para os resultados de satisfação e fidelidade na Cooperativa de Crédito de Mato Grosso do Sul.

Foi feito levantamento por meio de quatro gráficos para mostrar a análise de satisfação dos clientes como: Análise NPS da visão do agronegócio, Análise da NPS da visão jurídica, Análise da NPS de Pessoas Físicas de I, II, III e IV e Análise da NPS mensal geral.

Os participantes da pesquisa foram associados ativos da agência que utilizaram seus serviços financeiros durante o período analisado. Conforme solicitação da empresa seus dados foram mantidos em sigilo, para respeitar sua integridade comercial, com ética e responsabilidade.

A coleta de dados qualitativos das respostas dos detratores, neutros e promotores, se refere a *Net Promoter Score* (Pontuação do Promotor Líquido) é realizado por uma escala de 0 – 10 para aplicações de um subscritor métrico, numa pesquisa mais aprofundada sobre a satisfação e fidelidade dos participantes.

A plataforma da NPS disponibiliza duas perguntas ao cliente, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Perguntas adaptadas conforme a metodologia NPS

Pergunta Nº	Pergunta realizada
1	0 a 10 qual a probabilidade de você recomendar a Cooperativa de Crédito de MS para um parente, amigo ou colega?
2	Qual foi o motivo para nota que você deu ao serviço?

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

DESENVOLVIMENTO

Foi realizada pesquisa documental para analisar a satisfação dos clientes em uma agencia de Cooperativas de Crédito de Mato Grosso do Sul, por meio desta análise poderá ser verificado o grau de satisfação dos clientes pela métrica NPS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do grau de satisfação dos clientes de uma Cooperativa de Crédito de Mato Grosso do Sul por meio da NPS é necessária para que se possa melhorar as funções organizacionais e conseguir atender as necessidades dos associados. Por meio da apresentação e análise dos resultados de 900 associados, pode ser possível observar o grau de satisfação, e por fim, buscar estratégias para excelência na análise de resultados do NPS dos pontos fortes e fragilidades nos serviços prestados.

Os gráficos ilustrados a seguir demonstram o grau de satisfação dos clientes e os benefícios na implantação de um sistema NPS nas cooperativas de créditos. A métrica da NPS foi entre 0 a 100% de satisfação, durante novembro de 2023 a dezembro de 2024.

O gráfico 1 representa a análise da métrica de NPS (Familiar, Grande Produtor e Médio Produtor) da Cooperativa de Crédito, descrevendo a visão geral da satisfação dos clientes. Pode-se observar que só dois dos índices de satisfação foram contabilizados o do Grande Produtor de novembro de 2023 a dezembro de 2024 foi de 100% de satisfação. Do Médio Produtor de novembro de 2023 a outubro de 2024 foi de 60% de satisfação, logo após houve um acréscimo, em dezembro de 2024 foi para 100% de satisfação dos clientes. A linha amarela representa o Grande Produtor e a linha cinza representa o Médio Produtor.

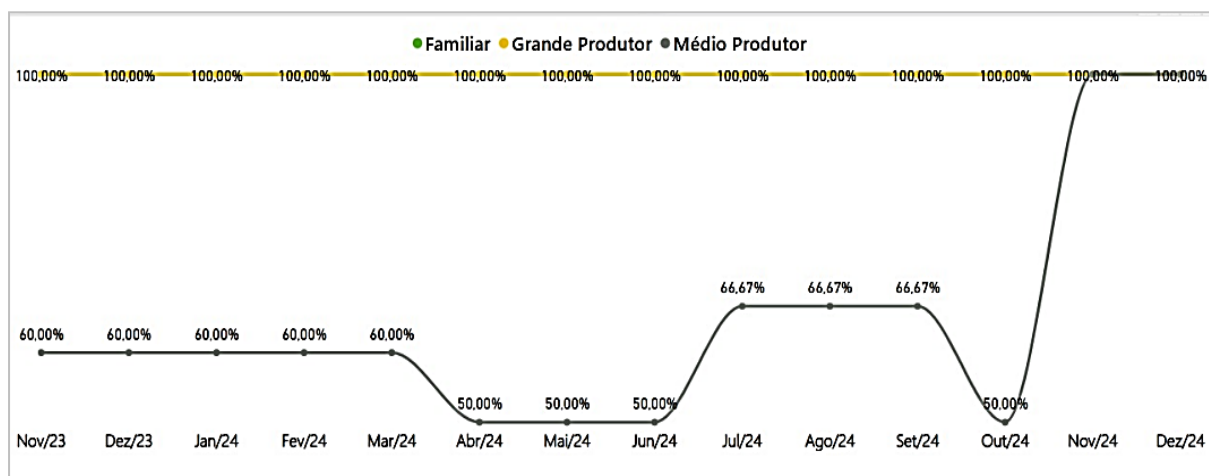


Gráfico 1: Análise NPS da visão do agronegócio.

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Neste Gráfico 1, se observa que foi classificada como zona de excelência, apresentou 100% de satisfação dos clientes. Com este resultado pode-se verificar o quanto os clientes estão satisfeitos com a prestação de serviços rurais praticados pela Cooperativa de Crédito de MS. O autor Dreher (2020) afirma que a avaliação pelo NPS é uma maneira de analisar nível de satisfação pós-compra do cliente, e se atentar a fazer melhorias no atendimento, para fidelização nos serviços prestados das empresas.

O Gráfico 2 representa análise da Média, Micro e Pequena empresa. Pode-se observar a análise da Média empresa entre os meses de junho e julho de 2024 foi de 100% de satisfação. E a análise da Micro empresa entre novembro de 2023 foi de 73,33% de satisfação, fevereiro de 2024 foi de 76,92% de satisfação, em junho de 2024 foi para 34% de satisfação, em agosto foi para 54,55% de satisfação e fechou em dezembro de 2024 com 61,11% de satisfação e a análise da Pequena empresa pela NPS em novembro de 2023 foi de 66,67% de satisfação e em maio de 2023 foi de 75% de satisfação e de julho a dezembro 2024 foi de 100% de satisfação.

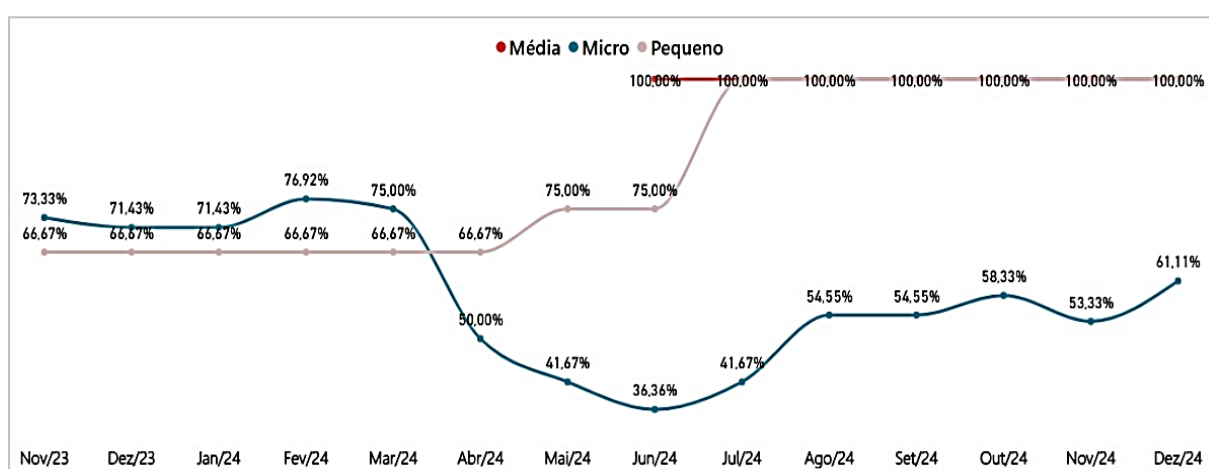


Gráfico 2: Análise da NPS da visão jurídica.

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Neste gráfico 2, observa-se que os clientes da análise do médio e pequeno produtor foram classificados como zona de excelência e a análise do micro produtor foi classificada como zona de qualidade. Os colaboradores devem verificar o que está ocorrendo na gestão dos serviços com os micros empresários da Cooperativa de Crédito. E a partir disso, montar uma estratégia para alcançar a satisfação desses clientes. Pois, os autores Rodrigues e Mendes (2023) relatam que as pesquisas NPS são uma forma de a empresa entender os sentimentos do cliente e poder idealizá-los e fidelizar a longo prazo. Dessa forma, Reichheld e Markey (2012) explica que a NPS pode captar clientes potenciais e satisfeitos, que irão indicar a empresa para novos clientes e segundo Lopes (2017) a satisfação do cliente influencia diretamente no desempenho organizacional de uma empresa.

O Gráfico 3 representa os produtos e serviços oferecidos as pessoas físicas. Para clientes de PF I são ofertados os serviços de seguros e consórcios; os clientes PF II são ofertados os serviços de investimentos, aplicações e empréstimos, os clientes de PF III são ofertados os cartões de crédito e débito e aos clientes PF IV são ofertadas as contas correntes. Hayes (2018) afirma que com uso do método NPS, pode-se perceber o problema, com isso, fazer intervenção imediata e tomar medidas para solução-problema, evitando insatisfação e descrédito do cliente.

Pode-se observar que o índice da NPS para os clientes PFI em novembro de 2023 foi de 93,33% de satisfação e em dezembro o índice caiu para 84,62% de satisfação. Para os clientes PFII o índice da NPS em novembro de 2023 foi de 77,27% de satisfação e fechou em dezembro de 2024 com aumento de 86,96% de satisfação. Para os clientes PF III os índices de da NPS em novembro de 2023 foi de 100% de satisfação, porém em dezembro de 2024 houve uma queda 90,91% de satisfação. E os clientes PF IV foram os que tiveram melhor resultado de satisfação entre novembro de 2023 a dezembro de 2024 de 100% de satisfação.

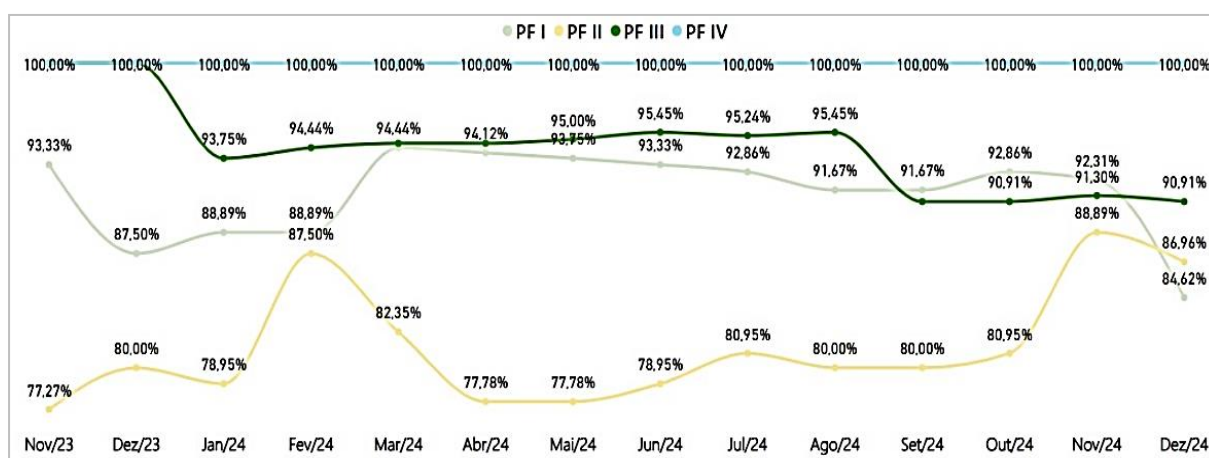


Gráfico 3: Análise da NPS de Pessoas Físicas de I, II, III e IV

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Neste gráfico 3, pode-se verificar que os serviços como seguros e consórcios dos clientes (PFI) foram com menor índice de satisfação durante o período investigado, sendo que se nota altos e baixos nos índices de satisfação. Os serviços como investimentos, aplicações e empréstimos dos clientes (PFII) oscilaram muito durante o período investigado, mas mesmo

assim, encerrou mês de dezembro de 2024 com acréscimo no índice de satisfação. Os serviços de cartões de crédito e débito dos clientes (PFIII) começaram com alto grau de satisfação, mas ao decorrer do ano de 2024 teve uma queda no índice de satisfação dos clientes. Por fim, o serviço de conta corrente dos clientes (PFIV) permaneceu estável com 100% de satisfação durante o período investigado acima. É possível afirmar que os clientes estão na classificação como zona de excelência. Baehre et al. (2022) afirma em seu estudo que indiretamente o NPS, faz com que os colaboradores sejam responsáveis pela fidelidade e compra dos clientes, está alinhado com qualidade no atendimento, satisfação do cliente e probabilidade de crescimento da empresa e para Ferreira (2016) a qualidade no serviço de atendimento ao cliente, quando bem executada promove a satisfação, fidelidade e classificação de excelência.

O Gráfico 4 mostra a análise apresentada pela NPS de novembro de 2023 a dezembro de 2024 (mensalmente). Nota-se que em novembro de 2023 o índice de satisfação dos clientes foi de (85,39%), em janeiro de 2024 foi para (84,27%), março de 2024 (87,36%), junho foi para (81,82%), agosto foi de (85,88%), novembro de 2024 foi de (86,96%) e dezembro de 2024 foi de (85,86%).

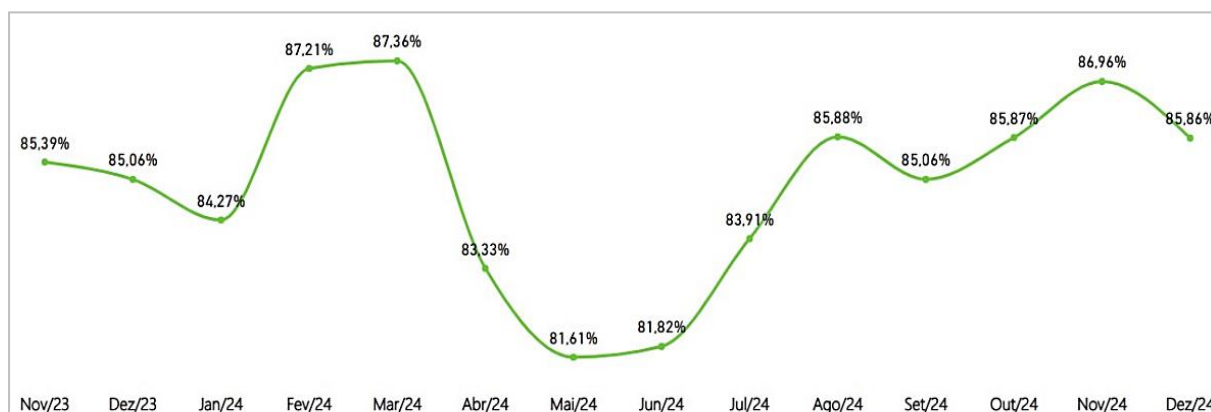


Gráfico 4: Análise da NPS mensal geral

Fonte: Sicred arquivo pessoal, 2025.

No Gráfico 4 observa-se que os níveis de satisfação mensurado pelo NPS oscilaram muito durante novembro de 2024 a dezembro de 2025. Os meses de maior índice de satisfação foram fevereiro e março de 2024 com 87,21% de satisfação e os meses com menor índice foi entre maio

e junho de 2024 com 81,61% de satisfação. Contudo, a zona de classificação foi de excelência. De forma semelhante, Lopes (2017) observou em seu estudo que 82% da análise NPS dos clientes foram promotores, e se encontra na zona de excelência. Porém, sempre se deve buscar melhorias no atendimento e aperfeiçoamento nos serviços e produtos que atendem a expectativa dos clientes e satisfação.

Diante destes dados considera-se que realizando uma gestão com produtos que satisfazem os clientes associados, a empresa sempre irá crescer e se manter na zona de classificação de excelência. Dessa forma, Mendéz e Fiorese (2023) afirmam que a ferramenta NPS para avaliar a satisfação tem se mostrado essencial para analisar as métricas de clientes neutros, detratores e promotores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a importância estratégica da aplicação do *Net Promoter Score* (NPS) como ferramenta de diagnóstico da satisfação dos associados em uma Cooperativa de Crédito de Mato Grosso do Sul. Fazendo a análise minuciosa dos dados obtidos, nos segmentos dos serviços prestado nos perfis dos clientes, demonstrou que, de modo geral a Cooperativa de Crédito mantém elevados níveis de satisfação e ficando na classificação da zona de excelência.

Os resultados demonstraram que o segmento de grandes produtores e determinadas categorias de empresas atingiram a totalidade de satisfação, podendo refletir sobre alinhamento entre oferta de produtos e serviços e as necessidades desses grupos. Por outro lado, as oscilações observadas e identificadas nos segmentos de microempresas e nos serviços para pessoas físicas, como na oferta de seguros e consórcios, indicam a necessidade de estratégias para melhorias e fortalecimento em relação a esse público alvo.

O estudo confirmou que a utilização do NPS permite não apenas mensurar o grau de satisfação dos associados, mas também identificar pontos críticos que demandam intervenções imediatas. Essa capacidade diagnóstica favorece a elaboração de ações direcionadas para o aperfeiçoamento dos processos organizacionais, impactando diretamente na fidelização e excelência no atendimento na cooperativa.

Sendo assim, os achados corroboram a literatura, que destaca o NPS como método eficaz para captar a satisfação dos associados, e poder identificar promotores, detratores e neutros para estimular e orientar uma cultura organizacional a classificação de excelência. É necessário assegurar a qualidade nos serviços e a competitividade da Cooperativa de Crédito. Por fim, recomenda-se que sejam realizados estudos futuros, com avaliação do período de análise e a inclusão de novas variáveis, para aprofundar a compreensão sobre fatores determinantes de satisfação e lealdade dos associados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A.G.G. **A importância do processo de entrega de valor aos clientes como vantagem competitiva na construção da fidelidade**. 2016, 30f. Bacharel (Curso de Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2016.
- AZEVEDO, J. G.; OLIVEIRA, L. M. S.; SANTOS, A. C. M. S. DOS. **A efetividade da metodologia Net Promoter Score (NPS) para a lealdade e satisfação do cliente**. 2022, 19f. Pós Graduação (Curso de Administração) – Faculdade do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INESP), Jacaré/SP, 2022.
- BAEHRE, S.; O'DWYER, M.; O'MALLEY, L.; STORY, V. M. Customer mindset metrics: A systematic evaluation of the net promoter score (NPS) vs. alternative calculation methods. **Journal of Business Research**, v. 149, p. 353–362, 2022.
- COOP FR. **Panorama des entreprises coopératives**. Edition 2022. Paris: Coop Fr. 2023.
- COSSA, G. C. **O net promoter score e as métricas tradicionais de satisfação e lealdade do cliente na previsão do desempenho financeiro**. Lisboa: UNL, 2016. 64f. Dissertação (Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Especialização em Marketing Research e CRM) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.
- COSTA, A. de S. C.; SANTANA, L. C. de; TRIGO, A. C. Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações. **Revista de Iniciação Científica–RIC**; Cairu, v. 2, n. 2, p. 155-172, 2015.
- DRAPERI, J. F.; MARGADO, A. Les Scic, des entreprises au service des hommes et des territoires. **Recma**, v. 2, n. 340, p. 23-35. 2016.
- DREHER, A. N. C. **A satisfação dos associados de uma cooperativa de crédito do sudoeste do Paraná**. 2020. 36f. Pós Graduação (Curso de Gestão Contábil e Financeira) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Pato Branco/PR, 2020.

FARIA, R. V. de.; MENDES, M. G. Análise do grau de satisfação dos clientes em uma cooperativa de crédito: estudo de caso utilizando o método NPS - Net Promoter Score no Sicoob de Varjão de Minas - MG. **Revista do Fórum Gerencial**, v.3, n.1, 2021.

FERREIRA, F. M. **Aplicação e análise do Net Promoter Score (NPS) em uma fundação de apoio**. Viçosa-MG, 2016.

FIORINI, C.; ZAMPAR, A. **Cooperativismo e empreendedorismo**. Ed. Pandorga, 312 p. 2015.

HAYES, B. **Medindo a satisfação e a fidelidade do cliente: design de pesquisa, uso e métodos de análise estatística**. Rio de Janeiro: Campus, 2018.

LIMA, V. Z. de et al. O comprometimento e seus efeitos sobre a satisfação de clientes, a intenção em defender a marca e a intenção de recompra em serviços de ensino. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, 2018.

LOPES, O. L. **Avaliação do grau de satisfação dos associados de uma cooperativa de crédito financeiro**. 2017. 62f. Bacharel (Curso de Engenharia de Produção) - Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, João Monlevade/SP, 2017.

MENDÉS, M. D. L.; FIORESE, L. Análise do engajamento dos clientes de uma cooperativa de crédito. **Convibra**, São Paulo: Pantex de Pesquisa Ltda. 2023.

MIZUTANI, B. S. **Implementação do net promoter score em uma empresa de varejo online**. São Paulo: POLI-USP, 2016. 127f. Bacharel (Curso em Engenharia de Produção) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MORAES, S.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista - interesse pela comunidade. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 2, n. 22, p. 232-262. 2021.

REICHHELD, F. F.; MARKEY, R. **A pergunta definitiva 2.0: como as empresas que implementam o net promoter score prosperam em um mundo voltado aso clientes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REIS, M. B. dos; WIZNIEWSKY, C. R. F. A territorialização do cooperativismo no âmbito legal. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 36, n. 1, p. 131-141, 2018.

RODRIGUES, M. O. A. B.; MENDES, M. G. Avaliação do grau de satisfação dos associados do “Sicoob Credivaz” na agência de Lagamar (MG) por meio do método Net Promoter Score. **Anais do COMINE**, v. 3, s/n, 2023.

RUFINO, F. B.; CIRIBELI, J. P. **A aplicação da metodologia Net Promoter Score (NPS) no centro universitário governador Ozanam Coelho - Unifagoc como instrumento de autoavaliação institucional**, Ubá/MG, p. 1-17, 2019.

SISTEMA DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (OCB). Caminhos para um mundo melhor. **Revista Saber Cooperar**. Ano XI, n. 43, 2024. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/arquivos/sabercooperar24/>. Acesso em: 03 fev. 2025

SOUSA, D. L. **A excelência no atendimento ao cliente: um desafio estratégico em serviços bancários.** 2011.

TANIGUTI G. T. **Intitulada “Cotia: imigração, política e cultura”.** São Paulo, FFLCH/USP, 2015. 345p.

TRACKSALE. **Gestão de CX orientada por dados: impulse a Experiência do Cliente com a Track.co,** 2019. Disponível em: <https://tracksale.co>. Acesso em: 20 fev. 2025.

VASCONCELOS JUNIOR, N. Trajetória e desafios da representação do cooperativismo no Brasil: uma análise entre 1944 e 1969. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas RGC*, Santa Maria, v. 11, n. 21, 2024.

VASCONCELOS JUNIOR, N. Valdiki Moura: uma vida dedicada ao cooperativismo. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, 9(18), 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

AVALIAÇÃO E PONTOS DE MELHORIA DO MARKETPLACE SHOPEE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE VENDEDORES BRASILEIROS

Alana Regiane Bueno de Andrade¹ – Unespar
Leiana Fungari Golanoski Tonete² – Unespar
Gustavo Knach Angelo³ – Unespar
Álvaro Leonel de Oliveira Castro⁴ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: 10 Marketing

RESUMO

Este artigo tem como objetivo diagnosticar pontos fortes e aspectos que demandam aprimoramento na plataforma de marketplace Shopee, com base na percepção de vendedores que atuam ativamente nesse ambiente digital. A pesquisa parte da compreensão de que os vendedores, ao utilizarem os serviços da Shopee, desempenham também o papel de consumidores organizacionais, sendo, portanto, influenciados por fatores semelhantes aos observados no comportamento de compra B2B. A fundamentação teórica está ancorada em autores que abordam o marketing digital, o comportamento do consumidor online e a dinâmica dos marketplaces, com destaque para os modelos de decisão de compra e as propostas de valor associadas às plataformas. Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, conduzido por meio da aplicação de questionário semi-estruturado a uma amostra não probabilística de vendedores cadastrados na Shopee. Os resultados indicam que a plataforma é reconhecida por sua interface amigável, alcance ampliado e ferramentas de visibilidade comercial. No entanto, os participantes também apontam fragilidades relevantes, especialmente relacionadas à logística, à política de reembolsos, ao suporte ao vendedor e à transparência na comunicação. Tais fatores geram insatisfação e comprometem a confiança dos vendedores em sua relação com a plataforma. A partir dessas evidências, o estudo propõe reflexões sobre a necessidade de aprimoramento dos serviços oferecidos pela Shopee, de forma a fortalecer a fidelização dos vendedores e ampliar a competitividade da plataforma no cenário do comércio eletrônico brasileiro.

Palavras-chave: E-commerce; Marketplace; Shopee.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo diagnosticar los puntos fuertes y los aspectos que requieren mejora en la plataforma de marketplace Shopee, desde la perspectiva de los vendedores que operan activamente en este entorno digital. La investigación parte del entendimiento de que los vendedores, al utilizar los servicios de Shopee, también asumen el rol de consumidores organizacionales, siendo influenciados por factores similares a los observados en el comportamiento de compra B2B. El marco teórico se basa en autores que abordan el marketing digital, el comportamiento del consumidor en línea y la dinámica de los marketplaces, con énfasis en los modelos de decisión de compra y las propuestas de valor asociadas a estas plataformas. Metodológicamente, se trata de un estudio de carácter exploratorio y descriptivo, con enfoque cuantitativo y cualitativo, realizado a través de la aplicación de un cuestionario semiestructurado a una muestra no probabilística de vendedores registrados en Shopee. Los resultados

¹ - Bacharel em Administração – e-mail: alana.regiane@gmail.com

² - Bacharel em Ciências Econômicas – e-mail: leiana.tonete.23@estudante.unespar.edu.br

³ - Bacharel em Ciências Econômicas – e-mail: Gustavo.angelo.22@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Doutor em Administração – e-mail: alvaro.leonel@unespar.edu.br

indican que la plataforma es valorada por su interfaz amigable, su amplio alcance y sus herramientas de visibilidad comercial. No obstante, los participantes también señalan debilidades relevantes, especialmente relacionadas con la logística, la política de reembolsos, el soporte al vendedor y la transparencia en la comunicación. Estos factores generan insatisfacción y comprometen la confianza de los vendedores en su relación con la plataforma. A partir de estas evidencias, el estudio propone reflexiones sobre la necesidad de mejorar los servicios ofrecidos por Shopee, con el fin de fortalecer la fidelización de los vendedores y aumentar la competitividad de la plataforma en el contexto del comercio electrónico brasileño.

Palabras clave: E-commerce; Marketplace; Shopee.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O crescimento do e-commerce e a popularização dos marketplaces alteraram significativamente a dinâmica de compra e venda no ambiente digital. Dentre as plataformas que ganharam destaque no Brasil, a Shopee tem se consolidado como uma alternativa atrativa para pequenos e médios empreendedores, devido ao seu modelo acessível, estratégias de marketing agressivas e suporte logístico.

O consumidor, passa a adquirir certo empoderamento, ou seja, impulsionado pela internet e mídias sociais, acaba transformando sua relação entre empresa e cliente. Isso significa que, agora o consumidor passa a ter voz ativa e suas experiências de consumo moldam a reputação das marcas. O marketing, diante desse cenário, precisa se adaptar, focando no gerenciamento de conteúdo e no estímulo ao compartilhamento de experiências, especialmente no comércio eletrônico, para construir relacionamento sólido e duradouros com os clientes.

Hoje, com a internet, os consumidores pesquisam online antes de comprar, tornando categórico que essas empresas sejam encontradas nesse momento.

Para Linhares (2023), um marketplace atende a dois clientes distintos: o vendedor, que necessita de suporte e capacitação para comercializar seus produtos na plataforma, e o consumidor final, que busca um atendimento de qualidade ao adquirir esses produtos. Do ponto de vista do vendedor, a seleção de um marketplace não é um problema de decisão bem definido ou estruturado. A presença de múltiplos critérios e o envolvimento de múltiplos tomadores de decisão expandem as decisões de uma para várias dimensões; assim, aumenta a complexidade do processo de solução (Büyükožkan, 2004).

Diante desse cenário, o e-commerce transformou radicalmente o mercado consumidor, oferecendo plataformas para compra e venda de produtos ou serviços online, com a opção de entrega em um local físico escolhido pelo cliente. Uma modalidade comum de e-commerce é o

marketplace, uma loja virtual que reúne vários fornecedores, ampliando a variedade de preços e alcançando um público consumidor mais diversificado (Cohen, 2020).

Para Farias, Silva e Junior (2022) uma das vantagens do marketplace, além do investimento inicial menor e o maior alcance, já que não é necessário criar e manter um e-commerce próprio, é que a plataforma já possui um modelo de sucesso consolidado.

Nesse sentido, a decisão pela plataforma de marketplace ao qual o lojista irá expor seus produtos se apresenta como uma escolha estratégica para maximizar o alcance, minimizar custos e assegurar uma operação estável e segura no mercado digital.

Uma dessas plataformas é a Shopee, que se destaca como marketplace por seus preços competitivos, interface intuitiva, ampla variedade de produtos, suporte logístico eficiente e ferramentas de marketing que aumentam a visibilidade dos vendedores.

Diante deste contexto, este estudo visa diagnosticar pontos fortes e de melhoria que podem ser adotados pela Shopee, a partir do ponto de vista dos vendedores participantes da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O marketing digital, é para Casas (2021), fator que revolucionou a forma como empresas interagem com seus clientes. Diferente do marketing tradicional que segue um modelo unidirecional, o marketing digital permite a cocriação, por meio de uma abordagem facilitada pelas tecnologias online, que transforma o relacionamento das empresas e seus respectivos clientes.

Turchi (2018) defende que as empresas precisam adaptar suas estratégias para serem encontradas online e estabelecer um diálogo com os consumidores, que buscam cada vez mais interação e engajamento, além da simples aquisição de produtos.

A mudança no comportamento do consumidor impulsionou os grandes varejistas a adotarem o comércio eletrônico como um importante canal de vendas (Révillion; Lessa; Gomes Neto, 2020). O e-commerce revolucionou o comércio global, oferecendo vantagens significativas em relação às lojas físicas. Sua abrangência global, disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, custos operacionais reduzidos, gestão eficiente de estoque, marketing direcionado e

flexibilidade para empreendedores e consumidores o consolidaram como a modalidade de comércio mais promissora da era digital (Gabriel, Kiso, 2020).

A pesquisa do Perfil do e-commerce Brasileiro, realizada pela BigDataCorp (2024) destaca o progresso do setor, evidenciando a resiliência e prosperidade do setor, que se consolidou como uma opção segura e conveniente para os consumidores. Em 2023, o ecommerce registrou um crescimento notável, com um aumento de 16,53% no número de lojas virtuais, ultrapassando 1,9 milhão, reflexo da crescente adesão ao comércio digital.

Conforme Gabriel e Kiso (2020) o comércio eletrônico se divide em quatro modelos principais: **B2C (Business to Consumer)**: Quando a empresa vende diretamente para o consumidor final, como lojas online que vendem roupas ou eletrônicos para pessoas físicas.; **B2B (Business to Business)**: Quando uma empresa vende para outra empresa, como um fornecedor de matéria-prima vendendo para uma fábrica; **C2C (Consumer to Consumer)**: Quando o consumidor vende para outro consumidor, geralmente por meio de plataformas como OLX ou Mercado Livre; **C2B (Consumer to Business)**: Quando o consumidor oferece produtos ou serviços para uma empresa, como influenciadores digitais sendo pagos para divulgar marcas ou freelancers prestando serviços.

Como sinalizam (Farias, Silva, Souza Junior, 2022) o marketplace, também conhecido como shopping virtual, é um modelo de e-commerce que facilita a transação entre vendedores e compradores, funcionando como um intermediário em um ambiente online seguro e eficiente.

Farias, Silva e Souza Junior (2022) defendem que esse modelo de negócio permite que os vendedores se concentrem em seus produtos e marketing, sem se preocupar com questões técnicas, no entanto, essa conveniência tem um preço: a marca do marketplace tende a ser mais proeminente, ofuscando a identidade do vendedor, e as comissões sobre as vendas podem reduzir a margem de lucro. Em contrapartida, os marketplaces oferecem um alcance muito maior do que uma loja independente, especialmente no início, graças a seus investimentos em marketing e otimização, atraindo um grande volume de clientes e utilizando algoritmos para exibir produtos relevantes, aumentando as chances de venda.

Para obter sucesso em marketplaces, é crucial implementar estratégias eficazes que abrangem diversas áreas no escopo do marketing digital. Uma tática fundamental é a gestão da reputação online, incentivando e gerenciando avaliações positivas de clientes, que funcionam

como indicadores da qualidade dos produtos e serviços, influenciando a decisão de compra de potenciais consumidores.

Para Diniz (2019), as avaliações dos clientes são um recurso valioso para a gestão de produtos e da experiência do consumidor, pois fornecem insights sobre a percepção da qualidade e podem auxiliar na tomada de decisões estratégicas, como a descontinuação de itens com baixa aceitação ou a otimização daqueles com bom desempenho. De acordo com Mazzini (2024), oferecer fretes competitivos é essencial, pois taxas elevadas de envio figuram entre os principais motivos para o abandono do carrinho de compras. Implementar opções como frete gratuito pode não apenas reduzir essa taxa de abandono, mas também fortalecer a fidelização e a retenção de clientes. Otimizar as páginas de produtos com técnicas de Search Engine Optimization (SEO), criar descrições originais e informativas com boas imagens, que transmitam confiança e valor ao consumidor, também são estratégias importantes (Perina, 2021).

É possível compreender que concluir que os marketplaces proporcionam uma vantagem competitiva significativa aos e-commerces, atuando como um hub eficiente que conecta vendedores e compradores, através da redução dos custos de busca de informações. Ao facilitarem a comparação de preços e produtos em tempo real, essas plataformas otimizam o processo de transação comercial. Essa eficiência operacional resulta em ganhos diretos, como a diminuição da intermediação, e indiretos, como a alocação estratégica de recursos em tecnologia e a ampliação do mix de produtos. Também fomenta a confiança e oferece oportunidades em termos de precificação e conveniência, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para o sucesso no comércio eletrônico (Silva et al., 2019).

Por fim, ao analisarmos o comportamento do consumidor online no sentido do e-commerce e marketplace, segundo (Guimarães; Oliveira; Silva, 2019), tem suscitado novas hipóteses sobre a relação entre o ser humano e a tecnologia, além de levantar questões sobre a influência do marketing digital no poder de compra e nos padrões de consumo.

Para Banov (2017), os fatores intrínsecos e extrínsecos que impulsionam a decisão de compra se mantêm consistentes entre o varejo físico e o comércio eletrônico. A distinção reside na experiência proporcionada: o ambiente virtual oferece maior conveniência, variedade de opções, facilidade de comparação de preços e identificação de promoções.

Embora o foco tradicional do comportamento do consumidor recaia sobre o consumidor final, a dinâmica se estende também ao contexto B2B, em que empresas, como os vendedores do marketplace, assumem o papel de "consumidores". Assim como os indivíduos, esses vendedores passam por etapas semelhantes ao escolherem uma plataforma para comercializar seus produtos, buscando a que melhor atenda às suas necessidades e expectativas. Conforme Santos (2023), a relação entre os vendedores e as plataformas de marketplace é de consumo, pois o lojista, ao utilizar a plataforma, torna-se consumidor do serviço oferecido, enquanto atua como prestador de serviço para os terceiros que adquirem seus produtos.

Também se faz necessário enxergarmos o vendedor como usuário da plataforma, pois segundo Sun (2010), a aceitação e o uso continuado de diferentes tipos de marketplaces no e-commerce são temas de suma importância para desenvolvedores e pesquisadores do setor. A compreensão dos fatores que levam os vendedores a adotar e permanecer utilizando um marketplace específico permite o desenvolvimento de soluções mais eficazes e personalizadas, que atendam às expectativas e necessidades dos consumidores, garantindo assim a fidelização e o crescimento da plataforma.

Segundo Kumar et al. (2021), o estabelecimento de relações duradouras e sustentáveis entre vendedores e marketplaces online é crucial para que essas plataformas ofereçam um serviço impecável e satisfatório em cada pedido recebido. Para Büyüközkan (2004), apesar dos vendedores e consumidores finais terem objetivos diferentes, se um marketplace que tem boa performance em determinadas áreas significativas, ele apresentará vantagens para ambos, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Proposta de Valor dos Marketplaces

Vantagens para o comprador	Vantagens para o vendedor
Baixos custos de transação Descoberta de fornecedores facilitada Processos mais simples e rápidos Transparência nos processos de gerenciamento	Baixos custos de transação Descoberta facilitada de compradores Simplificação no processamento de pedidos e redução de erros
Possibilidade de integração com sistemas ERP Integração do gerenciamento da cadeia de suprimentos	Marketing Aprimorado Atualização de especificações/preço online Possibilidade de marketing direcionado Capacidade de previsão aprimorada

Informações de entrega internas aprimoradas Serviços internos de back office aprimorados Melhores preços Transparência no mercado Comunidades de compras Mecanismos de busca mais sofisticados Maior eficácia da Tecnologia da Informação Custos e Complexidade reduzidos Aumento da funcionalidade, flexibilidade responsividade Aumento da produtividade Compartilhamento de informações necessárias para sistemas just in time	Relacionamento com o cliente aprimorado Relacionamento mais próximo com o cliente Canal alternativo para alcançar o cliente Conhecimento do cliente Facilitação de Back-office Logística de abordagem agregada Possibilidade de faturamento externo Possibilidade de gerenciamento remoto do estoque Acesso a novo potencial de receitas Maior alcance de mercado Possibilidade de postagem anônima de excesso de estoque Maior eficácia da Tecnologia da Informação Custos e Complexidade reduzidos Aumento da funcionalidade, flexibilidade e responsividade Aumento da produtividade

Fonte: Adaptado de Büyüközkan (2004, tradução dos autores)

Assim, podemos nos basear nos aspectos de comportamento do consumidor virtual, na proposta de valor dos marketplaces, bem como nos fatores de influência e etapas da decisão de compra que foram mencionados anteriormente, para traçar uma perspectiva da escolha dos lojistas em vender na plataforma de marketplace Shopee. Como discutido por Kumar et al. (2021), há uma lacuna de estudos sobre o comportamento e experiência do vendedor no escopo dos marketplaces online, sendo um assunto que ainda não foi explorado de maneira satisfatória na literatura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória, e, para Gil, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (2008, p.27).

O estudo também possui um caráter descritivo, que como explica Gil (2008) tem como objetivo a descrição detalhada das características de uma população ou fenômeno específico, além da identificação e análise das relações existentes entre as variáveis relevantes.

A população desta pesquisa é composta por vendedores brasileiros, formalmente cadastrados na plataforma de marketplace Shopee, que atuam ativamente na venda de produtos físicos ou digitais, independentemente da categoria ou nicho de mercado em que atuam. A abrangência geográfica inclui todo o território nacional, considerando tanto vendedores individuais quanto empresas que utilizam a plataforma para comercializar seus produtos. A amostragem, um total de 68 respondentes, foi realizada por conveniência, uma técnica não probabilística que, como elucidado por Flick (2013), seleciona elementos da população com base na sua acessibilidade ao pesquisador.

Como método de coleta de dados, foi utilizado a aplicação de questionário semi-estruturado com perguntas fechadas para mensurar a percepção dos respondentes sobre as asserções, bem como perguntas abertas para que eles pudessem explicar o ponto de vista sobre tais questionamentos. Flick (2013) ressalta que esta é uma técnica particularmente útil em pesquisas descritivas, permitindo a coleta de dados sobre a distribuição de opiniões e atitudes em relação a um determinado tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas respostas de 68 vendedores que utilizam a plataforma Shopee, apresenta-se um perfil desses usuários (Quadro 2), levando em consideração gênero, idade, e variáveis relacionadas à atividade comercial online, com foco na atuação dentro da plataforma.

Quadro 2 - Caracterização dos respondentes

Caracterização	Variáveis	Percentual
Sexo	Masculino	42,6%
	Feminino	57,4%
Idade	De 18 a 24 anos	13,2%
	De 25 a 34 anos	51,5%
	De 35 a 44 anos	20,6%
	De 45 a 54 anos	8,8%
	Acima de 55 anos	5,9%
Tempo de experiência em vendas online	Menos de 01 ano	23,5%
	De 01 a 02 anos	22,1%
	De 03 a 04 anos	36,8%
	De 05 anos ou mais	17,6%
Principal categoria de produtos vendidos na ~~Shopee~~	Moda e Acessórios	23,5%
	Eletrônicos	5,9%
	Beleza e Saúde	7,4%
	Casa e Decoração	14,7%
	Artigos Artesanais	19,1%
	Outros	29,4%
Número de funcionários na loja	1 (apenas eu)	67,6%
	2 - 5	27,9%
	6 - 10	4,4%
Valor do ticket médio	Até R\$ 50	45,6%
	R\$ 51 - R\$ 100	30,9%
	R\$ 101 - R\$ 200	7,4%
	R\$ 201 - R\$ 300	7,4%
	Acima de R\$ 300	8,8%
Modalidade de vendas	Pessoa Física (CPF)	47,1%
	Pessoa Jurídica (CNPJ)	52,9%
Utiliza outras plataformas de vendas	Não	36,8%
	Mercado Livre	39,7%
	Outros	26,5%

Fonte: Dados da pesquisa.

No contexto de pontos a serem aperfeiçoados, a logística se apresenta como um ponto crítico a ser melhorado pela Shopee, impactando a satisfação dos vendedores e a eficiência da plataforma. As respostas abertas do questionário revelam insatisfações recorrentes com extravios de pedidos, entregas falsas e problemas com transportadoras parceiras. Comentários como "Falta melhorar a logística, anda tem muitos pedidos extraviados e também muitos pacotes que os entregadores colocam como entregue, mas não são (R19)" e "Questão de logística, muitos vendedores têm baixas nas vendas, devido aos preços oferecidos por determinadas

transportadoras (R30)" evidenciam a preocupação dos vendedores com a qualidade e a confiabilidade do sistema logístico da Shopee. A ineficiência na entrega de produtos gera prejuízos financeiros, atrasos nas vendas e insatisfação dos clientes, comprometendo a reputação dos vendedores e a credibilidade da plataforma.

Para reverter esse quadro, a Shopee deve investir em melhorias na sua rede logística, como a ampliação da malha de atendimento, a otimização dos processos de entrega e a seleção de transportadoras parceiras mais confiáveis. A implementação de sistemas de rastreamento mais eficazes e a disponibilização de canais de comunicação mais transparentes com os vendedores também são essenciais para aumentar a confiabilidade e a eficiência da logística da Shopee. A empresa deve, ainda, considerar a possibilidade de oferecer opções de frete mais competitivas e flexíveis, que atendam às necessidades de diferentes perfis de vendedores e contribuam para a redução dos custos de envio.

Ainda nesse contexto, houveram relatos sobre a ocorrência de golpes na plataforma. Um vendedor expressa que "Tirar a opção do vendedor sobre o reembolso ajudou a aumentar golpes na plataforma e a Shopee leva meses para reembolsar o vendedor quando provamos que estamos certos (R12)", demonstrando a insatisfação com as políticas de reembolso e a sensação de vulnerabilidade diante de golpes. Outro vendedor relata que "Devolução de mercadorias dos clientes é muito falha, muitos conseguem aplicar golpes (R32)", reforçando a preocupação com a segurança nas transações e a necessidade de mecanismos mais eficazes de proteção contra fraudes. Destaca-se também a insegurança em relação à falta de suporte em casos de contestações de clientes, como exemplificado pela resposta: "Um suporte melhor aos vendedores em relação às solicitações de reembolso dos compradores (R9)". Esse depoimento sugere que os vendedores se sentem vulneráveis quando há conflitos com compradores, e que o suporte da Shopee não tem sido suficiente para mediar esses conflitos de forma justa e eficiente. Tais relatos apontam para a necessidade da Shopee reavaliar suas políticas e processos, com o intuito de garantir maior segurança e confiança para os vendedores. A implementação de mecanismos mais rigorosos de verificação de contas de compradores, a agilização do processo de reembolso para vendedores em casos de golpes comprovados, e o aprimoramento das políticas de devolução de produtos são medidas essenciais para minimizar a ocorrência de fraudes e aumentar a confiança dos vendedores na plataforma.

Outro desafio da Shopee reside na necessidade de aprimorar o suporte oferecido aos vendedores. A pesquisa revelou uma insatisfação considerável com a qualidade do suporte, com

41,2% dos respondentes discordando da afirmação "O serviço pós-venda e suporte ao vendedor da Shopee tem sido eficiente e satisfatório". Essa insatisfação se reflete em diversas respostas abertas, nas quais os vendedores apontam a dificuldade em obter soluções eficazes e a falta de preparo dos atendentes como principais problemas. Comentários como "O suporte é muito ruim. Os atendentes nunca entendem o que você questiona (R22)" e "O atendimento da Shopee é simplesmente uma lástima! Parece que os atendentes estão trabalhando obrigados e sem salários (R28)", ilustram a frustração dos vendedores com o atendimento recebido.

Para reverter esse quadro, a Shopee deve investir em canais de atendimento mais eficazes, com atendentes mais capacitados para resolver os problemas dos vendedores de forma rápida e assertiva. A plataforma pode oferecer treinamento específico para seus atendentes, com foco nas demandas e necessidades dos vendedores, e disponibilizar recursos online mais completos e acessíveis, como tutoriais, FAQs e uma base de conhecimento abrangente. A plataforma também deve considerar a criação de canais de atendimento diversificados, como chat online, e-mail, telefone e suporte personalizado para vendedores com grande volume de vendas, a fim de atender às diferentes necessidades de seus usuários.

Apesar de ser um fator importante na decisão de compra para alguns vendedores, as taxas e comissões cobradas pela Shopee também se configuram como um ponto de atenção e possível insatisfação. Embora 60,3% dos respondentes tenham concordado total ou parcialmente com a afirmação "Eu buscava reduzir custos e complexidade na gestão das minhas vendas online", evidenciando a atratividade da plataforma nesse quesito, a análise das respostas abertas revela uma preocupação com o valor das taxas e comissões. Comentários como "Diminuir as taxas do vendedor (R7)", "Taxas mais justas e menos abusivas (R10)" e "Tudo! As taxas muitas vezes cortam quase, se não mais que metade do valor do produto em diversos casos (R14)", demonstram que a percepção de taxas elevadas pode impactar a rentabilidade e a satisfação dos vendedores, especialmente aqueles com menor margem de lucro. Um vendedor, por exemplo, relata que "hoje já estamos com a taxa de quase 50% em cima de cada produto vendido (depende do preço) (R52)", o que o obriga a fazer escolhas difíceis entre aumentar os preços e arriscar perder vendas ou reduzir sua margem de lucro.

Diante disso, a Shopee deve considerar a implementação de uma política de taxas mais competitiva e transparente, com opções flexíveis que se adaptem às necessidades de diferentes perfis de vendedores. A plataforma pode oferecer taxas diferenciadas para vendedores com alto volume de vendas, categorias de produtos específicas ou que participem de programas de

fidelização. Além disso, a Shopee deve investir em comunicação transparente, esclarecendo os critérios de cobrança das taxas e demonstrando os benefícios e serviços que justificam os custos para os vendedores.

A comunicação da Shopee com seus vendedores, apesar de alguns avanços, ainda apresenta deficiências que geram insatisfação e incertezas. A pesquisa revelou que 63,2% dos vendedores perceberam mudanças negativas nas condições e benefícios oferecidos ao longo do tempo, especialmente em relação ao aumento de taxas e à redução de incentivos, demonstrando falta de clareza na comunicação sobre as políticas da plataforma. Além disso, 54,7% dos respondentes discordaram da afirmação "Recebi incentivos ou benefícios para começar a vender na Shopee", indicando uma divulgação inadequada das vantagens oferecidas pela plataforma. Comentários como "mudar todos os critérios da Shopee, principalmente esses funcionários que só sabem mandar mensagem repetida (R17)", reforçam a necessidade de uma comunicação mais clara, personalizada e eficiente. Para superar esses desafios, a Shopee deve investir em canais de comunicação diversificados, linguagem acessível e conteúdo relevante para cada perfil de vendedor, além de priorizar a transparência na comunicação de mudanças e a divulgação dos benefícios oferecidos.

Em suma, a Shopee se destaca como um marketplace com grande potencial no cenário do e-commerce brasileiro, impulsionado por sua ampla visibilidade, facilidade de uso e ferramentas de marketing eficazes. A plataforma tem conquistado a preferência de vendedores que buscam expandir seus negócios online, oferecendo um ambiente acessível e intuitivo para a gestão de lojas virtuais. No entanto, a pesquisa revelou pontos cruciais que demandam atenção e aprimoramento por parte da Shopee. A logística, o suporte ao vendedor, as taxas cobradas e a comunicação com os usuários são aspectos que precisam ser revistos e otimizados para garantir a satisfação e a fidelização dos vendedores. A Shopee deve se empenhar em oferecer um serviço de entrega mais confiável e eficiente, um suporte mais responsivo e capacitado, uma política de taxas mais justa e transparente, e uma comunicação mais clara e eficaz com seus usuários. Ao implementar melhorias nesses aspectos, a Shopee poderá fortalecer sua posição no mercado, construir um relacionamento mais sólido com seus vendedores e contribuir para o desenvolvimento do e-commerce no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de um marketplace específico como canal de vendas é uma decisão estratégica para os vendedores, que buscam plataformas que atendam às suas necessidades e expectativas, impulsionem seus negócios e maximizem seus lucros. Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo diagnosticar pontos fortes e de melhoria que podem ser adotados pela Shopee, a partir do ponto de vista dos vendedores participantes da pesquisa.

O comércio eletrônico brasileiro tem apresentado um crescimento exponencial nos últimos anos, impulsionado pela expansão do acesso à internet e pela mudança de hábitos de consumo da população. Nesse cenário, os marketplaces, como a Shopee, têm se destacado como importantes canais de venda, conectando vendedores e compradores em um ambiente virtual dinâmico e competitivo.

O estudo revelou insights relevantes com potencial para impulsionar futuras pesquisas e aprimorar a experiência dos vendedores em marketplaces. A descoberta de que a facilidade de uso e as ferramentas de marketing são fatores decisivos na escolha da Shopee abre portas para estudos comparativos com outras plataformas como Mercado Livre, Amazon e Magalu. Analisar a usabilidade, as ferramentas e os recursos oferecidos por cada plataforma, sob a perspectiva dos vendedores, poderia gerar um guia comparativo robusto e auxiliar na tomada de decisão sobre qual marketplace melhor atende às necessidades de cada negócio.

REFERÊNCIAS

- ABCOMM. **Principais indicadores do e-commerce**: 2023. Disponível em: <<https://dados.abcomm.org/numeros-do-e-commerce-brasileiro>>. Acesso em: 26 maio 2024.
- BANOV, M. R. **Comportamento do consumidor**: vencendo desafios. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2017. E-book. ISBN 9788522127153.
- BIG DATA CORP. **Perfil do e-commerce brasileiro 2024**. Disponível em: <<https://bigdatacorp.com.br/perfil-do-e-commerce-10-edicao/>>. Acesso em: 26 maio 2024.
- BÜYÜKÖZKAN, Gülçin. Multi-criteria decision making for e-marketplace selection. **Internet Research**, v. 14, n. 2, p. 139–154, 2004. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/10662240410530853/full/pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- CASAROTO, C. Conheça as 7 etapas do processo de decisão de compra e como orientar o consumidor. **RockContent**, 2022. Disponível em: <<https://rockcontent.com.br/blog/processo-de-decisao-de-compra/>>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- CASAS, A. L. L. **Administração de Marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CASAS, A. L. L. **Administração de Marketing**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020151.

CASAS, A. L. L. **Marketing Digital**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771103.

COHEN, M. **Os mercados e uma mudança no comportamento do consumidor**. 2020. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51702/51702.PDF>> . Acesso em: 25 maio 2024.

DINIZ, A. **Compras online**: o que influencia a decisão de compra do internauta? . @mediapost , 2019. Disponível em: <<https://www.mediapost.com.br/blog/decisao-de-compra-do-internauta/>> . Acesso em: 15 jul. 2024.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes . Porto Alegre: Penso, 2013.

GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na Era Digital**: conceitos, plataformas e estratégias .Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597025859.

GIL, AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2023.

GIL, AC **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A R; OLIVEIRA, E A; SILVA, J F. Ocomportamento do consumidor virtual na plataforma Mercado Livre . **Revista Fafibe On-Line** , v. 1, 2019.

KUMAR, A.; FINLEY, B.; BRAUD, T; TARKOMA, S.; HUI, P. Sketching an AI Marketplace: Tech, Economic, and Regulatory Aspects. **IEEE Access**, 2021.

HAWKINS, Del. Comportamento do consumidor . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788595152373.

LINHARES, M. **O que ninguém irá te contar sobre criar e gerenciar um marketplace no Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/o-que-ninguem-ira-te-contar-sobre-criar-e-gerenciar-um-marketplace-no-brasil>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MAZZINI, C. **Dia do Frete Grátis**: explorando a importância e o impacto nas decisões de compra online. InfraCommerce , 2024. Disponível em: <<https://www.infracommerce.com.br/infra-blog/dia-do-frete-gratis-explorando-a-importancia-e-o-impacto-nas-decisoes-de-compra-on-line/>> . Acesso em: 15 jul. 2024.

PERINA, G. 6 estratégias para se destacar nos marketplaces. **E-commerce Brasil** , 2021. Disponível em : <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/6-estrategias-para-se-destacar-nos-marketplaces>> . Acesso em: 16 jul. 2024.

RÉVILLION, A S P.; LESSA, B S.; NETO, R G.; **Marketing digital**. 1 ed. Porto Alegre: Grupo A, 2020.

SILVA, NS de ACD et al. **E-marketplaces:** canais potenciais de desempenho de vendas online para e-commerces. Caderno de Administração , v. 2, 2019.

SANTOS, R. Relação de lojista e plataforma de vendas é de consumo, decide TJ-SP. **Consultor Jurídico**, 2023. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-jul-26/relacao-entre-lojista-plataforma-vendas-consumo-tj-sp/>> . Acesso em: 19 jul. 2024.

SOLOMON, MR **O comportamento do consumidor:** comprando, possuindo e sendo . 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

SUN , H. Sellers' trust and continuous use of online marketplaces. **Journal of the Association for Information Systems**, 2010.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ESCOLHENDO A SHOPEE: UMA INVESTIGAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO DOS VENDEDORES DA PLATAFORMA

Alana Regiane Bueno de Andrade¹ – Unespar
Maria Eduarda Souza Dias² – Unespar
Beatris Fernanda Miranda³ – Unespar
Álvaro Leonel de Oliveira Castro⁴ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO: 10 Marketing

RESUMO

O crescimento dos marketplaces como canais de venda virtuais tem transformado a dinâmica do comércio eletrônico, exigindo que os vendedores adotem critérios estratégicos na escolha dessas plataformas. Este estudo tem como objetivo investigar os principais fatores que influenciam a decisão dos vendedores ao optarem pela Shopee como canal de vendas, utilizando como referencial teórico o modelo de decisão de compra de Kotler e Keller (2018), composto por cinco estágios: reconhecimento do problema, busca de informações, avaliação de alternativas, decisão de compra e comportamento pós-compra. A fundamentação teórica baseia-se ainda nos conceitos de comportamento do consumidor, adaptados à perspectiva dos vendedores enquanto usuários das funcionalidades da plataforma. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado a 68 vendedores brasileiros cadastrados na Shopee, com análise estatística descritiva dos resultados. Os dados indicam que a visibilidade dos produtos, a interface amigável e as ferramentas de marketing da plataforma foram fatores decisivos na escolha pela Shopee. A facilidade de cadastro e o alcance de mercado também figuram como elementos de destaque. Por outro lado, aspectos como a redução de incentivos ao longo do tempo e a percepção de fragilidades no suporte ao vendedor indicam pontos de insatisfação e oportunidades de melhoria. Os achados permitem compreender o processo decisório dos vendedores no ambiente digital e oferecem subsídios para o aperfeiçoamento das estratégias de relacionamento da Shopee com seu público comercial.

Palavras-chave: Shopee. Processo de Decisão. Comportamento do Consumidor.

RESUMEN

El crecimiento de los marketplaces como canales de venta virtual ha transformado la dinámica del comercio electrónico, exigiendo que los vendedores adopten criterios estratégicos en la elección de estas plataformas. Este estudio tiene como objetivo investigar los principales factores que influyen en la decisión de los vendedores al optar por Shopee como canal de ventas, utilizando como referencia teórica el modelo de decisión de compra de Kotler y Keller (2018), compuesto por cinco etapas: reconocimiento del problema, búsqueda de información,

¹ - Bacharel em Administração – e-mail: alana.regiane@gmail.com

² - Bacharel em Ciências Contábeis – e-mail: maria.dias.22@estudante.unespar.edu.br

³ - Bacharel em Administração – e-mail: beatris.miranda.21@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Doutor em Administração – e-mail: alvaro.leonel@unespar.edu.br

evaluación de alternativas, decisión de compra y comportamiento poscompra. La fundamentación teórica también se basa en los conceptos de comportamiento del consumidor, adaptados a la perspectiva de los vendedores como usuarios de las funcionalidades de la plataforma. La investigación es de carácter exploratorio y descriptivo, con un enfoque cuantitativo. La recolección de datos se realizó mediante un cuestionario aplicado a 68 vendedores brasileños registrados en Shopee, con análisis estadístico descriptivo de los resultados. Los datos indican que la visibilidad de los productos, la interfaz intuitiva y las herramientas de marketing de la plataforma fueron factores decisivos en la elección de Shopee. La facilidad de registro y el alcance del mercado también se destacan como elementos importantes. Por otro lado, aspectos como la reducción de incentivos a lo largo del tiempo y la percepción de debilidades en el soporte al vendedor señalan puntos de insatisfacción y oportunidades de mejora. Los hallazgos permiten comprender el proceso de decisión de los vendedores en el entorno digital y ofrecen aportes para mejorar las estrategias de relación de Shopee con su público comercial.

Palabras clave: *Shopee. Proceso de Decisión. Comportamiento del Consumidor.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário comercial mundial testemunhou no último século o rompimento dos limites das fronteiras nacionais, graças a tecnologia que possibilitou a troca de conhecimentos, informações e por consequência a comercialização sem a necessidade da presença física para a realização desse câmbio, tornando o mercado mais abrangente e competitivo.

Nesse ambiente dinâmico e competitivo, surgiu o comércio eletrônico (E-commerce) o novo modelo de transações comerciais do século XXI, podendo ser classificado como troca de bens ou serviços por meios eletrônicos, principalmente a internet. Com a manifestação desse estilo de venda os marketplaces emergiram como canais de venda proeminentes, atuando como plataformas que conectam vendedores e compradores em um espaço virtual, sendo uma loja virtual que agrupa vários fornecedores de mercadorias distintas e similares em um só lugar, criando uma plataforma adequada para diversos públicos e com uma enorme variedade de preços.

Os empreendedores devem se adaptar a essa nova modalidade de comercialização, devendo escolher bem o marketplace que for utilizar como estratégia de alavancar seu comércio, pois como a Mercado Pago (2021) elenca, a escolha correta da sua plataforma de vendas aumenta a visibilidade, com um maior alcance dos produtos fornecidos e uma maior retenção de clientes, pois é mais cômodo ficar comprando em uma mesma plataforma do que em várias, logo maior probabilidade do consumidor voltar a compra na loja.

A Shopee é uma plataforma de origem singapurense, pertencente à Sea Limited, que se destaca por oferecer preços competitivos, interface intuitiva e ferramentas de marketing voltadas

à visibilidade dos vendedores. Presente no Brasil desde 2019, consolidou-se durante a pandemia de Covid-19. De acordo com pesquisa realizada pela Shopee em parceria com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), cerca de 3 milhões de lojistas brasileiros estão registrados na plataforma, sendo que 90% das vendas são realizadas por vendedores locais; entre eles, 1 em cada 3 encontrou na Shopee sua primeira oportunidade de vender online e 40% ampliaram suas operações ao ingressarem no marketplace (Shopee, 2024).

Embora as pesquisas frequentemente se concentrem no comportamento do consumidor final, é fundamental reconhecer que os vendedores que utilizam essas plataformas também se configuram como "consumidores", neste caso, dos serviços oferecidos pelo marketplace, pois a relação entre os comerciantes e as plataformas de marketplace é de consumo, já que o lojista consome o serviço da plataforma para comercializar seus produtos.

Considerando o que foi exposto, este estudo visa investigar os principais motivos que levam os vendedores a escolherem a plataforma Shopee como canal de vendas no cenário do comércio utilizando o modelo proposto por Kotler e Keller (2018) a decisão de compra, que envolve cinco etapas principais: reconhecimento da necessidade, busca de informações, avaliação das alternativas, decisão de compra e comportamento pós-compra.

Esse estudo se justifica na compreensão das motivações e os critérios que influenciam os vendedores na seleção de uma plataforma de e-commerce justamente com as preferências dos lojistas para que haja o desenvolvimento ferramentas eficazes que facilitem as operações dos vendedores, aumentando a eficiência. Além de aumentar os estudos nesse campo, já que a dinâmica entre vendedores e plataformas ainda é pouco explorada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

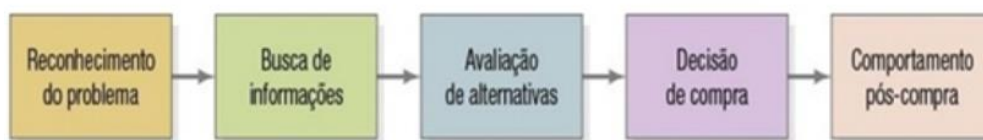
O estudo do comportamento do consumidor, tem por finalidade investigar os possíveis fatores que levam o consumidor a realizar uma compra e mostrar as etapas que antecedem essa decisão. Segundo Hawkins (2018), o estudo do comportamento do consumidor abrange como os indivíduos, grupos e organizações escolhem, adquirem, utilizam e descartam produtos, serviços, experiências ou ideias para satisfazer suas necessidades; bem como os impactos que essas escolhas geram tanto para o consumidor quanto para a sociedade. Para o autor se trata de um processo complexo, pois são inúmeros os fatores que podem influenciar o consumidor, que pode ser motivado devido a fatores internos, como percepção, motivação, aprendizagem, memória e

atitudes; quanto fatores externos, a exemplo da demografia, ciclo de vida, estilos de vida, influências sociais e culturais (Banov, 2017).

A tarefa do profissional de marketing é entender o que acontece no consciente do comprador entre a chegada do estímulo externo e a decisão de compra (Kotler, Keller, 2018, p. 172). Casarotto (2022) enfatiza que com tantos fatores de influência, os processos de decisão de compra tendem a ser muito particulares, sendo possível dividir o processo em etapas comuns, mas o caminho que cada consumidor percorre é individual. A jornada de compra é um processo de amadurecimento individualizado, no qual o consumidor percorre um caminho único para escolher e adquirir um produto ou serviço, sendo que o tempo e esforço investidos nessa jornada variam de acordo com a relevância e o valor percebido do produto para a vida do indivíduo.

Para Kotler e Keller (2018), o modelo tradicional de cinco etapas (reconhecimento do problema, busca de informações, avaliação de alternativas, decisão de compra e comportamento pós-compra) ajuda a mapear esse processo, que se estende além da compra em si. Para os autores, apesar de alguns consumidores comprarem passivamente, o marketing deve atuar em todas as etapas da decisão.

Figura 1 - Modelo das cinco etapas do processo de compra do consumidor



Fonte: Kotler e Keller (2018)

O primeiro estágio, denominado reconhecimento do problema, refere-se ao momento em que o consumidor identifica uma diferença relevante entre seu estado atual e um estado desejado. Como afirma Solomon (2016, p. 48), “o reconhecimento do problema ocorre no que a Ford chama de ‘funil superior’, quando experimentamos uma diferença significativa entre nosso estado de coisas atual e algum estado que desejamos”. Kotler e Keller (2018) complementam que essa percepção pode ser desencadeada por fatores internos, como fome ou sede, ou externos, como um estímulo publicitário.

O segundo estágio trata-se da busca de informações, e tem início após o reconhecimento da necessidade. O consumidor passa a procurar dados que o auxiliem a identificar possíveis soluções, recorrendo à memória (busca interna) ou a fontes externas, como amigos, sites, especialistas e mídias sociais. Kotler e Keller (2018) classificam essas fontes em quatro

categorias: pessoais, comerciais, públicas e experimentais. Solomon (2016) acrescenta que cerca de 60% dos consumidores iniciam suas buscas por meio de mecanismos de pesquisa e 40% complementam com conteúdos em blogs, vídeos e redes sociais, priorizando experiências de outros consumidores mais do que especificações técnicas.

No terceiro estágio, o qual refere-se a avaliação de alternativas, o consumidor compara as opções disponíveis com base em critérios que considera relevantes. Solomon (2016) destaca que, diante da variedade de ofertas no mercado, essa etapa tende a ser complexa, e os consumidores atribuem maior peso aos atributos nos quais os produtos mais se diferenciam. Para Kotler e Keller (2018), as crenças (ideias descritivas) e atitudes (avaliações positivas ou negativas) moldadas por experiências anteriores influenciam significativamente essa etapa, sendo as atitudes relativamente estáveis e de difícil alteração.

O quarto estágio consiste na decisão de compra, sendo a escolha efetiva da marca, produto, local de compra, forma de pagamento e momento da aquisição. Ainda que o consumidor tenha avaliado racionalmente as opções, essa decisão pode ser influenciada por fatores situacionais inesperados e pela opinião de terceiros. Kotler e Keller (2018) observam que, frequentemente, o consumidor recorre a heurísticas – atalhos mentais que simplificam o processo decisório – influenciadas por familiaridade com a marca, tempo disponível e contexto social. O risco percebido também é um elemento importante, sendo atenuado pela busca de informações adicionais ou pela preferência por marcas já conhecidas.

Por fim, o quinto estágio é o pós-compra, refere-se à avaliação que o consumidor faz após a aquisição. Conforme Kotler e Keller (2018), essa etapa é influenciada pela correspondência entre expectativa e desempenho do produto. Quando há discrepância negativa, pode ocorrer dissonância cognitiva, o que exige estratégias de reforço por parte do marketing. A satisfação é essencial para a recompra e recomendação do produto. Se o desempenho superar as expectativas, o consumidor tende a sentir-se encantado; se corresponder, estará satisfeito; e se não atender, ocorrerá insatisfação, o que pode levar a reclamações ou abandono da marca.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa análise buscou investigar o processo decisivo da escolha pela plataforma Shopee como ferramenta de Marketplace. Para compreender esse objetivo foi examinado os cinco estágios do processo de decisão de compra, (1) Reconhecimento do problema; (2) Busca de

informações; (3) Avaliação de alternativas; (4) Decisão de compra; (5) Comportamento pós compra, buscando melhorar a experiência de venda e o relacionamento com a Shopee.

A presente pesquisa é classificada como exploratória, pois não foram encontrados estudos que investigassem o processo de decisão de compra pela perspectiva dos vendedores em marketplaces, definido se como um fenômeno ainda pouco explorado na literatura. Para Gil, “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (2008, p.27).

O estudo possui caráter descritivo, com o objetivo de detalhar características de um fenômeno e analisar as relações entre variáveis (Gil, 2008). A abordagem é quantitativa, baseada na coleta de dados numéricos e aplicação de análises estatísticas descritivas, o que permite identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis (Flick, 2013). Essa abordagem é eficaz para mensurar a frequência de fenômenos, estabelecer relações causais e generalizar os resultados (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010).

A população dessa análise é composta por 68 vendedores brasileiros de todo o território nacional, que estão formalmente cadastrados na Shopee que vendem produtos independente da categoria ou nicho de comércio. Foi realizado a aplicação de um questionário, considerando critérios como acessibilidade ou disponibilidade para contato e participação, sendo utilizados grupos do Facebook (dentre outros canais) que congregam um número expressivo de vendedores da Shopee, para a disseminação do questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identificação da necessidade é o gatilho que inicia o processo de decisão de compra, segundo Kotler e Keller (2018). É quando o consumidor percebe que precisa de algo e começa a buscar soluções para satisfazer essa necessidade. O Quadro 1 apresenta dados da pesquisa.

Quadro 1 – Reconhecimento do Problema

Afirmativa	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Neutro	4 - Concordo parcialmente	5 - Concordo totalmente
Busca por plataforma que facilitasse descoberta de produtos	1,5%	2,9%	8,8%	17,6%	69,1%
Necessidade de otimizar logística e estoque	10,3%	5,9%	36,8%	19,1%	27,9%

Redução de custos e complexidade na gestão de vendas	11,8%	5,9%	22,1%	27,9%	32,4%
Busca por maior alcance de mercado	4,4%	0,0%	5,9%	8,8%	80,9%

Fonte: Dados da pesquisa

A afirmação de que 69% dos respondentes buscavam uma plataforma que facilitasse a descoberta de seus produtos por potenciais compradores se relaciona diretamente com o estágio de reconhecimento do problema no processo de decisão de compra. Isso significa que a maioria dos vendedores que optaram pela Shopee reconheceram a necessidade de ampliar o alcance de seus produtos e aumentar suas vendas por meio de uma plataforma que oferecesse maior visibilidade. A Shopee, como um marketplace, atua como um facilitador nesse processo, conectando vendedores a um grande número de potenciais compradores. A escolha pela Shopee como plataforma de vendas indica que esses vendedores identificaram a necessidade de superar o desafio da visibilidade e atingir um público maior, o que a Shopee proporciona.

Os dados sugerem que a Shopee possui um potencial ainda não totalmente explorado ou percebido pelos vendedores em relação à otimização logística e gestão de estoque. O alto índice de neutralidade a pergunta “Eu precisava de uma plataforma que me ajudasse a otimizar minha logística e gestão de estoque” indica que muitos vendedores ainda não utilizam ou não conhecem as ferramentas e recursos da plataforma para essas funções. Isso pode apontar para a necessidade de a Shopee investir em comunicação e treinamento para melhor apresentar e destacar as funcionalidades que podem auxiliar os vendedores na otimização da logística e gestão de estoque. Por outro lado, a concordância total de 27,9% demonstra que parte dos vendedores já reconhece e utiliza esses recursos, o que pode servir como base para estudos de caso e exemplos de sucesso a serem divulgados pela plataforma.

A expressiva concordância (total e parcial) dos vendedores, somando 60,3%, à afirmação “Eu buscava reduzir custos e complexidade na gestão das minhas vendas online” demonstra que a Shopee tem se consolidado como uma solução atrativa para aqueles que buscam simplificar e otimizar suas operações no comércio eletrônico. A busca por redução de custos e simplificação na gestão revela a preocupação dos vendedores com a eficiência e a rentabilidade de seus negócios online. É provável que ferramentas como a centralização de operações, automação de tarefas, gestão de pedidos e controle de estoque, disponibilizadas pela plataforma, estejam contribuindo para essa percepção positiva. No entanto, a presença de uma parcela que não

concordou totalmente sugere que ainda há espaço para a Shopee aprimorar seus serviços e ferramentas, buscando uma maior redução de custos e simplificação.

A expressiva maioria de 80% dos respondentes afirmou buscar uma plataforma com maior alcance de mercado para seus produtos, demonstrando a importância do alcance e da visibilidade para o sucesso nas vendas online. Essa busca por maior alcance, segundo Kotler e Keller (2018), caracteriza o estágio de reconhecimento do problema, no qual o comprador identifica uma necessidade a partir de estímulos internos ou externos. No caso dos vendedores, o estímulo para encontrar uma plataforma com maior alcance advém da necessidade de expandir seus negócios, alcançar novos clientes e aumentar as vendas. Kotler e Armstrong (2015) reforçam a importância de compreender as necessidades e desejos do consumidor para o desenvolvimento de produtos e programas de marketing eficazes.

A busca por informações é uma etapa crucial no processo de decisão de compra, como destaca Kotler e Keller (2018). Nessa fase, o consumidor procura ativamente por dados que o ajudem a compreender melhor suas necessidades e avaliar as opções disponíveis para satisfazê-las. O Quadro 2 apresenta dados da pesquisa.

Quadro 2 – Busca de Informações

Afirmativa	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Neutro	4 - Concordo parcialmente	5 - Concordo totalmente
Ler avaliações e comentários sobre	26,5%	11,8%	16,2%	16,2%	29,4%
Comparou a Shopee com outras plataformas	14,7%	2,9%	8,8%	30,9%	42,6%
Informações sobre ferramentas da Shopee	7,4%	4,4%	13,2%	20,6%	54,4%
Investigou a reputação e confiança da plataforma	13,2%	2,9%	10,3%	26,5%	47,1%

Fonte: Dados da pesquisa

A divergência nas respostas à afirmação "Li avaliações e comentários sobre a Shopee em sites e fóruns online", com 26,5% discordando totalmente e 29,4% concordando totalmente, revela diferentes comportamentos na etapa de busca de informações. No caso da Shopee, a discordância de uma parcela significativa dos respondentes sugere que esses vendedores podem ter baseado sua decisão em outros fatores, como recomendações de conhecidos, experiência prévia com a plataforma como compradores ou campanhas de marketing. Já a concordância total de outro grupo indica que as avaliações e comentários em sites e fóruns online desempenharam um papel relevante na sua decisão, refletindo uma busca ativa por informações e uma tendência a valorizar a opinião de outros usuários.

A predominância de respostas "concordo totalmente" (42,6%) e "concordo parcialmente" (30,9%) à afirmação "Comparei a Shopee com outras plataformas de vendas online antes de escolher", indica que a etapa de busca de informações teve grande relevância na decisão da maioria dos vendedores. Segundo Kotler e Keller (2018), durante o processo de decisão de compra, o consumidor compara as marcas que conhece com base em atributos como preço, qualidade, funcionalidades e reputação. Essa comparação auxilia na escolha da marca que melhor atende às necessidades e expectativas do consumidor.

A concordância total de 54,4% dos respondentes à afirmação "Busquei saber se a Shopee oferecia ferramentas e funcionalidades que facilitassem minhas vendas", reforça a importância da etapa de busca de informações no processo de decisão, especialmente na escolha de uma plataforma de vendas online. Kotler e Keller (2018) destacam que, nessa fase, o consumidor busca ativamente informações sobre as características e os benefícios dos produtos ou serviços que podem atender às suas necessidades. No caso da Shopee, o interesse dos vendedores em conhecer as ferramentas e funcionalidades da plataforma demonstra a busca por soluções que otimizem e simplifiquem a gestão de suas vendas online. Essa procura por informações específicas sobre as funcionalidades revela uma consciência sobre a importância de escolher uma plataforma que ofereça recursos adequados às suas necessidades e que contribua para o sucesso do seu negócio.

A busca por informações sobre a reputação da Shopee, com concordância total de 47,1% e parcial de 26,5% dos respondentes, destaca a importância da confiança na escolha de uma plataforma de vendas online. Kotler e Keller (2018) enfatizam a influência do risco percebido na decisão de compra, o que leva os consumidores a buscarem informações que confirmem a confiabilidade e a segurança da marca. No caso da Shopee, a procura por informações sobre sua reputação sugere que os vendedores consideraram fatores como a credibilidade da plataforma, a segurança nas transações, o cumprimento dos prazos e o respeito aos direitos do consumidor. A confiança na plataforma é um fator crucial para a decisão de investir e estabelecer um negócio online, uma vez que os vendedores buscam um ambiente seguro e confiável para operar e expandir seus negócios.

Na terceira etapa chamada avaliação de alternativas, o comprador, no caso o vendedor que está consumindo a plataforma, busca analisar de forma sistemática as opções de Marketplace para saber qual delas se encaixa mais no perfil da empresa e que de o resultado esperado. Neste

estudo de opções o estabelecimento procura comparar os benefícios, características e custos de cada uma. Como mostrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Avaliação das alternativas

Afirmativa	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Neutro	4 - Concordo parcialmente	5 - Concordo totalmente
Taxas e comissões influenciaram na escolha	20,6%	7,4%	19,1%	26,5%	26,5%
Shopee pareceu mais conveniente e fácil de usar	7,4%	4,4%	17,6%	26,6%	44,1%
Consumidores estão habituados com a Shopee	1,5%	5,9%	14,7%	22,1%	55,9%
Ferramentas de marketing foram atrativas	17,6%	7,4%	13,2%	27,9%	33,8%

Fonte: Dados da pesquisa

Com base na pergunta "As taxas e comissões da Shopee foram um fator importante na minha decisão", expõem a complexidade da avaliação de alternativa no desenvolvimento da decisão de compra como descrito por Kotler e Keller (2018). Nessa fase, o comprador compara as características do produto ou serviço com as opções da concorrência e vê se o preço vale o que está sendo oferecido. Na circunstância da Shopee, as taxas e comissões, tem um real impacto na escolha da plataforma com (53%) de concordância parcial e total, entretanto não é a questão decisiva, sendo possível ver pelo valor da discordância com (28%) das respostas ou até mesmo da neutralidade com (19,1%). Com a questão das dissonâncias das respostas pode se estabelecer que, pelo menos para a Shopee, a questão de taxas e comissões não é sua maior atratividade e valor, sendo uma questão a ser considerada no futuro para melhorias.

Analizando a pergunta "A Shopee me pareceu mais conveniente e fácil de usar do que outras plataformas" da pesquisa, é perceptível a forte concordância tanto parcial quanto total de 70,6% dos vendedores, destacando a importância da usabilidade e conveniência na etapa de avaliação de alternativas, conforme descrito por Kotler e Keller (2018). Nesse estágio mostra que os consumidores observam não apenas as características básicas do produto ou serviço, mas também a acessibilidade e praticidade na hora da utilização da ferramenta. A procura de uma plataforma mais fácil de utilizar vem da necessidade dos vendedores, principalmente dos que estão a pouco tempo no e-commerce, pois seu foco está mais na administração e divulgação, não na complexidade de um sistema operacional.

Com base na questão de familiaridade dos consumidores da plataforma, é possível observar que mais da metade dos avaliados escolheram a Shopee pela sua popularidade com o

público. Essa questão mostra que os vendedores se importam com a relevância da marca no mercado e sua presença nas Mídias, buscando colocar seus produtos em plataformas que alcancem o maior público-alvo possível e que já estabeleceram habitualidade no acesso dos compradores, pois mostra uma facilidade no momento de persuasão de compra, visto que há uma confiança na plataforma e por consequência haverá na loja que a utiliza.

A análise das respostas à afirmação "As ferramentas de marketing e promoção oferecidas pela Shopee me atraíram", apresenta uma divergência de opiniões entre os vendedores, mesmo que a maioria concorde que o marketing da Shopee foi um fator relevante, uma porcentagem relativa discorda ou se mantém neutra sobre isso. Essa questão demonstra que a publicidade e promoções da plataforma, como campanhas promocionais, cupons de descontos e anúncios é um fator de avaliação que os vendedores avaliam, pois buscam se destacar da concorrência e por consequência dar visibilidade para seus produtos. Entretanto, a discordância de uma parte dos vendedores sugere que as ferramentas publicitárias e promoção pode não ser notadas como fundamental para todos. Percebendo que alguns vendedores priorizam outros aspectos da plataforma, como taxas, a logística ou facilidade de uso.

Na etapa de decisão de compra (Quadro 4), o consumidor da plataforma escolhe o produto ou serviço que atende melhor as suas estratégias e necessidades dos fatores como preço, qualidade, conveniência e marca. Conforme Kotler e Keller (2018), tal decisão pode ser afetada por elementos como a opinião de terceiros, imprevistos e a avaliação do risco associado.

Quadro 4 – Decisão de compra

Afirmativa	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Neutro	4 - Concordo parcialmente	5 - Concordo totalmente
Ambiente da Shopee é seguro e confiável	4,4%	10,3%	19,1%	32,4%	33,8%
Cadastro/configuração foram simples	4,4%	2,9%	10,3%	33,8%	48,5%
Integração com outras plataformas influenciou	21,1%	10,3%	27,9%	22,1%	17,6%
Recebeu incentivos para vender na Shopee	57,4%	7,4%	10,3%	14,7%	10,3%

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a pergunta "Senti que a Shopee oferecia um ambiente seguro e confiável para realizar minhas vendas", é perceptível que a plataforma passa confiança e segurança para seus usuários, como visto pela concordância tanto total como parcial (66,2%). Essa sensação de segurança é fundamental para que os vendedores queiram investir nas plataformas, pois sem o sentimento de confiança que não cairiam em uma fraude ou problemas com pagamentos jamais

haveria a iniciativa de confiar seu comércio a esse sistema. A disposição pela Shopee é possível pela sua reputação e política transparente, além de prováveis experiências com compras utilizando-se dela.

Com base na afirmação "O processo de cadastro e configuração da loja na Shopee foi simples e rápido", expõem um dos, se não o, principal ponto forte da plataforma na etapa da decisão de compra. A facilidade e rapidez no cadastro e configuração da loja proporcionam uma experiência inicial positiva, minimizando barreiras e motivando os vendedores a utilizarem a plataforma. Para quem busca uma solução ágil e intuitiva para vendas online, especialmente iniciantes em e-commerce, essa simplicidade é um fator determinante. Ao tirar os problemas iniciais, geralmente envolvendo a extrema burocracia e dificuldade de atrelar sua empresa na plataforma, a Shopee permite que os vendedores se concentrem em atividades mais estratégicas para seus negócios, como a divulgação de produtos e o atendimento aos clientes.

Em decorrência das respostas da afirmação "A possibilidade de integrar minha loja da Shopee com outras plataformas ou ferramentas que eu já utilizava foi um fator importante na minha decisão", mostra que a integração com outras ferramentas ou plataformas não quase nenhum impacto na tomada de decisão, com apenas (39,7%) de concordância total e parcial. Esses dados podem ser explicados que grande parte dos vendedores não priorizam a utilização de diversas plataformas ou que todas as ferramentas que precisa já se encontram na Shopee. Entretanto mesmo com pouca consideração é interessante investigar aqueles que levaram em conta essa integração devendo-se refletir essas diferenças e oferecer opções de integração flexíveis e personalizadas, que se adaptem aos diferentes perfis de vendedores e contribuam para o sucesso de seus negócios na plataforma.

A grande taxa de respostas que discordam totalmente (57,4%) da questão "Recebi incentivos ou benefícios para começar a vender na Shopee", indica que a Shopee pode estar perdendo uma chance de atrair novos vendedores, pois a ausência desses benefícios, como isenção de taxas ou cupons, pode levar vendedores, especialmente os com poucos investimentos, a optarem por concorrentes com ofertas mais atrativas. Entretanto, isso contrasta com o início da Shopee no Brasil, outubro de 2019, quando não cobrava taxas, oferecia frete grátis sem valor mínimo, cupons mais generosos, maior subsídio no frete, programas de incentivo com marketing gratuito e suporte personalizado. A partir de julho de 2021, a Shopee implementou comissões e taxas, e os benefícios como frete grátis e cupons tornaram-se mais restritivos, com o suporte passando a ser mais focado em recursos online.



O processo se encerra com o comportamento pós-compra (Quadro 5), quando o consumidor reflete sua experiência com o produto. Para Kotler e Keller (2018), a satisfação pós-compra irá depender do quão próximo estão as expectativas do consumidor e o desempenho do produto. Se o desempenho superar as expectativas, o cliente fica encantado; se atender, fica satisfeito; se não atender, fica insatisfeito. Clientes satisfeitos tendem a comprar novamente e recomendar, enquanto clientes insatisfeitos podem abandonar, devolver o produto ou reclamar.

Quadro 5 – Pós-compra

Afirmativa	1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	3 - Neutro	4 - Concordo parcialmente	5 - Concordo totalmente
Está satisfeito e recomendaria a Shopee	8,8%	5,9%	23,5%	29,4%	32,4%
Serviço pós-venda e suporte foram eficientes	30,9%	10,3%	17,6%	33,8%	7,4%
Shopee aumentou a produtividade e relacionamento	17,6%	11,8%	27,9%	29,4%	13,2%
Condições e benefícios pioraram com o tempo	10,3%	4,4%	22,1%	25,0%	38,2%

Fonte: Dados da pesquisa

Com base nos resultados da afirmação "Estou satisfeito com minha decisão de vender na Shopee e recomendo para outros vendedores", mostra que mais da metade dos vendedores estão satisfeitos com a escolha de plataforma, com (61,8%) de concordância parcial ou total. Isso aponta que a plataforma escolhida tem obtido êxito em manter seus consumidores contentes, sendo essa uma etapa crucial no comportamento pós-compra, como descrito por Kotler e Keller (2018). Pois vendedores que foram agrados tendem a recomendar a marca para os outros e assim auxiliando no crescimento da plataforma. Entretanto, essa discordância tanto parcial quanto total (14,7%) acende um alerta para problemas ou situações que desagrade os vendedores, assim devendo ser investigado.

Os resultados da afirmação "O serviço pós-venda e suporte ao vendedor da Shopee tem sido eficiente e satisfatório", revelam opiniões divididas com (41,2%) dos vendedores concordando parcial ou totalmente e (41,2%) discordam total ou parcialmente e (17,6%) se mostram neutros. Esses dados indicam que, embora uma parte considere o serviço eficaz, há insatisfações relevantes, o que representa uma oportunidade de melhoria para a plataforma. A neutralidade pode indicar falta de contato ou indiferença em relação ao suporte. A insatisfação se evidencia no chat aberto, onde há reclamações como "O atendimento da Shopee é uma lástima" e "Os atendentes não entendem as solicitações" evidenciam frustração generalizada e

recorrente. Diante disso, é interessante que a Shopee invista em canais de atendimento mais eficazes e com profissionais capacitados, buscando a maior satisfação dos consumidores.

A análise das respostas para a afirmação "A Shopee tem me ajudado a aumentar minha produtividade e aprimorar meu relacionamento com os clientes", demonstra uma percepção dividida entre os vendedores. Pois embora (42,6%) reconheçam impactos positivos, (30,4%) discordam e (27,9%) permanecem neutros, indicando que o potencial da plataforma ainda não é plenamente explorado ou percebido. A Shopee disponibiliza diversas ferramentas para impulsionar a produtividade e o relacionamento com os clientes como automação de pedidos e estoque, comunicação integrada e programas de fidelização, mas os dados sugerem que nem todos os vendedores estão utilizando esses recursos de forma eficaz ou têm acesso facilitado.

A discordância pode estar ligada à falta de conhecimento ou à dificuldade de uso das ferramentas, além de que elas podem não atender adequadamente às necessidades dos vendedores. Já a neutralidade pode indicar indecisão ou falta de familiaridade com os recursos oferecidos. Diante disso, a Shopee tem a oportunidade de aprimorar suas ferramentas, tornando-as mais intuitivas e acessíveis, além de investir em ações de comunicação e capacitação para que os vendedores compreendam e aproveitem melhor as funcionalidades da plataforma, maximizando a produtividade e fortalecendo os vínculos com os clientes.

Sobre a "Redução de incentivos e benefícios", é evidente que as condições e benefícios oferecidos pela Shopee pioraram ao longo do tempo é compartilhada por (63,2%) dos vendedores, o que representa um alerta importante para o comportamento pós-compra e a sustentabilidade da plataforma. Essa visão negativa pode estar ligada ao aumento das taxas de comissão e processamento, à redução de subsídios como o frete grátis e à diminuição de incentivos para novos vendedores. No início, a Shopee adotou uma estratégia agressiva para atrair usuários, oferecendo condições bastante vantajosas, o que elevou as expectativas dos vendedores. No entanto, com a expansão da base de usuários e a necessidade de garantir a viabilidade do negócio, a plataforma ajustou suas políticas, o que gerou descontentamento entre os vendedores. Essas mudanças resultaram em insatisfação e podem levar os vendedores a investirem menos na plataforma ou até migrarem para concorrentes com melhores condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marketplaces vem ganhando destaque ultimamente se tornando um importante canal de venda, conectando vendedores e compradores em um ambiente virtual dinâmico e competitivo. Para os vendedores a escolha de um marketplace específico para realizar suas vendas é uma decisão importante e estratégica, pois essa escolha poderá impulsionar suas vendas e maximizar seu lucro. Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo investigar os principais motivos que levam os vendedores a escolherem a plataforma Shopee como canal de vendas no cenário do comércio utilizando o modelo proposto por Kotler e Keller (2018).

A investigação dos cinco estágios do processo de decisão de compra buscou aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a escolha dos vendedores pela Shopee. A análise de cada etapa permitiu identificar as motivações, os critérios de avaliação e as expectativas dos vendedores em relação à plataforma.

Os resultados revelaram que fatores como a facilidade de uso da plataforma, as ferramentas de marketing e a crescente base de usuários da Shopee são determinantes na decisão dos vendedores. Ao analisar o processo decisório como um todo, o estudo considerou o modelo proposto por Kotler e Keller (2018) para explicar como os vendedores escolhem a Shopee como canal de vendas, fornecendo insights para a plataforma e para outros vendedores que buscam sucesso no e-commerce. A compreensão detalhada do processo decisório dos vendedores permite que a Shopee otimize suas estratégias, melhore a experiência do usuário e fortaleça sua posição no mercado. A pesquisa, ainda, atrai a atenção para o papel dos vendedores como clientes da plataforma, podendo trazer contribuições gerenciais em termos de melhoria na dinâmica da relação entre os marketplaces e os vendedores.

REFERÊNCIAS

BANOV, M. R. **Comportamento do consumidor: vencendo desafios**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2017. E-book.

CASAROTTO, C. Conheça as 7 etapas do processo de decisão de compra e como orientar o consumidor. **RockContent**, 2022. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/processo-de-decisao-de-compra/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAWKINS, D. I. **Comportamento do consumidor**. 13. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary, **Princípios de Marketing**. 15. ed. São. Paulo: Prentice Hall, 2015.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. Tradução de Sônia Midori Yamamoto.

MERCADO PAGO. Quais são as vantagens e desvantagens de vender em marketplaces. 2021. Disponível em: <https://empreendedores.mercadopago.com.br/quais-as-vantagens-e-desvantagens-de-vender-em-marketplaces>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SHOPEE. Um terço dos vendedores brasileiros da Shopee conseguiu vender online no app. 2024. Disponível em: <https://shopee.com.br/blog/3-em-cada-10-vendedores-brasileiros-da-shopee-tem-o-ecommerce-como-principal-renda/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ESTRATÉGIAS DE MARKETING EM LOJAS DO SETOR DO AGRONEGÓCIO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jussara de Matos Maillard¹ – Universidade Estadual do Paraná.
Jheine Oliveira Bessa Franco² – Universidade Estadual do Paraná.

GRUPO DE TRABALHO: 10 Marketing

RESUMO

O agronegócio representa uma das principais forças econômicas do Brasil, exigindo estratégias mercadológicas adaptadas às suas especificidades. Este estudo tem como objetivo analisar as estratégias de marketing utilizadas por lojas do setor do agronegócio, com base em uma revisão bibliográfica. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, investigou conceitos e práticas do marketing nesse setor. Os resultados demonstram que fatores como relacionamento direto com o vendedor, localização da loja, qualidade dos produtos, flexibilidade de pagamento e presença digital são determinantes para o sucesso das estratégias mercadológicas no agronegócio. Conclui-se que, para gerar valor e fidelizar clientes, é essencial compreender o comportamento do consumidor rural e integrar práticas tradicionais e digitais de marketing.

Palavras-chave: Estratégia; Marketing; Lojas do Agronegócio.

RESUMEN

El agronegocio representa una de las principales fuerzas económicas de Brasil, lo que exige estrategias de marketing adaptadas a sus especificidades. Este estudio tiene como objetivo analizar las estrategias de marketing utilizadas por tiendas del sector agropecuario, con base en una revisión bibliográfica. La investigación, de naturaleza cualitativa y carácter exploratorio-descriptivo, investigó conceptos y prácticas del marketing en este sector. Los resultados demuestran que factores como la relación directa con el vendedor, la ubicación de la tienda, la calidad de los productos, la flexibilidad de pago y la presencia digital son determinantes para el éxito de las estrategias de marketing en el agronegocio. Se concluye que, para generar valor y fidelizar a los clientes, es esencial comprender el comportamiento del consumidor rural e integrar prácticas tradicionales y digitales de marketing.

Palabras clave: Estrategia; Marketing; Tiendas del Agronegocio.

INTRODUÇÃO

Empresas de equipamentos e máquinas agrícolas desempenham um papel fundamental no agronegócio dando apoio aos produtores rurais nas atividades executadas no campo. A comercialização de equipamentos agrícolas, consultorias e capacitação, financiamentos e seguros

¹ - Graduanda em Administração – e-mail: jussara18891@gmail.com

² - Doutora em Administração – e-mail: jheine.franco@unespar.edu.br

são alguns dos serviços ofertados para apoiar o agronegócio e colaborar com sua eficiência ao otimizar a produção. Além disso, a preocupação com a qualidade dos produtos e o uso de equipamentos mais modernos ajudaram no crescimento e no desenvolvimento sustentável do setor (Smaniotto; Baptista, 2023).

No entanto, alterações no comportamento de compra do consumidor, novas políticas de sustentabilidade, limitações de crédito e crescentes exigências do mercado nacional e global podem levar as lojas do setor do agronegócio a enfrentarem dificuldades na fidelização e captação de clientes (Smaniotto; Baptista, 2023). Esse movimento evidencia a importância de entender como o marketing está sendo utilizado nesse setor específico.

O setor agrícola enfrenta desafios oriundos das mudanças nas exigências de mercado, políticas de sustentabilidade, restrições de crédito e alterações no comportamento do consumidor. Neste contexto, o marketing assume papel estratégico ao possibilitar o alinhamento entre os serviços ofertados e as expectativas dos clientes, fortalecendo o relacionamento, agregando valor e promovendo a fidelização (Kotler; Armstrong, 2015).

Para mais, é papel do marketing estudar a percepção do cliente sobre um produto ou serviço, pois a forma como o cliente vê, sente e o interpreta determina diretamente se ele vai comprá-lo, recomendá-lo ou abandoná-lo. Mesmo que um produto seja tecnicamente superior, se o cliente não o percebe dessa forma, o valor percebido será baixo, podendo afetar o volume de vendas (Kotler; Keller, 2012). Entendendo melhor o papel fundamental do agronegócio brasileiro e a existência de desafios para o avanço do desenvolvimento do setor agrícola, esse artigo busca **compreender as estratégias de marketing realizadas em lojas do setor do agronegócio**. Com esse propósito, o tema foi explorado com base em estudos previamente realizados.

O agronegócio é um dos principais pilares da economia brasileira, representando 25% do PIB em 2022 e colocando o país como o terceiro maior exportador mundial de produtos agropecuários (CNA, 2024). O Paraná destaca-se nesse cenário, sendo o segundo maior produtor nacional de soja em 2024 (IPARDES, 2025) e sede de grandes cooperativas como a Coamo, localizada em Campo Mourão, cidade com forte vocação agrícola. Nesse contexto, as lojas do setor do agronegócio desempenham papel essencial ao fornecer máquinas, insumos e suporte técnico aos produtores.

Apesar da relevância do setor, o mercado enfrenta desafios como a queda de 20% na venda de máquinas agrícolas em 2024, impactada pela limitação de crédito e alta da taxa Selic (CNN Brasil, 2025). Além disso, a crescente importação de máquinas da China e Índia aumentou a

concorrência, levantando preocupações sobre a qualidade da assistência técnica e a competitividade da indústria nacional (Brasilagro, 2025).

Para se destacar nesse cenário competitivo e volátil, as empresas precisam elaborar estratégias de marketing adaptadas às especificidades do setor agropecuário. Conforme Araújo (2022) o agronegócio possui especificidades como sazonalidade da produção, influência de fatores biológicos, rápida perecibilidade, influência de elementos e fatores climáticos, dispersão da produção, baixo valor agregado dos produtos, diversidade da qualidade e sazonalidade de consumo. Portanto, o marketing torna-se uma ferramenta estratégica para compreender os desafios do setor, as expectativas do público-alvo e agregar valor às soluções oferecidas.

Diante disso, este estudo justifica-se pela relevância econômica do agronegócio e pela necessidade de compreender as estratégias de marketing adotadas nesse ramo. Isso pode auxiliar empreendedores do setor a aprimorar suas práticas mercadológicas e alcançar melhores resultados em um mercado cada vez mais competitivo.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva em que, segundo Triviños (1987) pesquisas descritivas visam a formulação e o refinamento preliminar de conceitos e constructos teóricos, servindo como base para a estruturação metodológica de investigações descritivas. O trabalho possui natureza qualitativa, priorizando a compreensão dos processos em detrimento dos resultados finais, valoriza a perspectiva dos participantes, adota um delineamento metodológico aberto e flexível, e busca interpretar a realidade de maneira holística e contextualizada (Araújo; Oliveira, 1997). Por fim, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e discussão teórica em que o material de apoio foi levantado em livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses, relatórios, e outros documentos escritos, como indica Gil (2002).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceito de Marketing

De acordo com Kotler e Armstrong (2015) o objetivo principal do marketing é atender as necessidades e desejos dos clientes e elevar o posicionamento da marca no mercado. Essa visão é ampliada por Kotler e Keller (2012) ao definirem o marketing como o ato de “suprir necessidades gerando lucro” e, através dele, indivíduos e empresas conseguem obter os bens e

serviços que necessitam e desejam por meio de criação, oferta e troca de produtos de valor. Essa abordagem destaca que o marketing vai além da simples venda de produtos, envolvendo estratégias integradas que visam entender as necessidades dos consumidores e oferecer soluções que gerem valor para ambos os lados da relação: empresa e cliente.

No entanto, os consumidores não adquirem apenas os bens e serviços que necessitam, mas também aqueles que, ao serem influenciados pelo ambiente e pela mídia, acreditam possuir maiores qualidades desejadas e que trarão uma maior satisfação (Dias, 2011). Através desse entendimento, as empresas podem elaborar estratégias que visem explorar os gatilhos emocionais de potenciais clientes para atraí-los e conquistá-los.

Para Dias (2011) o marketing é uma ferramenta estratégica que consiste em um conjunto de técnicas que visam entender, atrair, conquistar e fidelizar clientes. O mesmo engloba vários conceitos centrais como necessidades, desejos e demandas, mercado-alvo, posicionamento e segmentação, ofertas, canais, valor e satisfação, concorrência, entre outros.

O marketing ainda pode ser entendido em duas vertentes: social e gerencial. O marketing social possui foco em atender as necessidades dos consumidores enquanto o marketing gerencial tem seu foco no planejamento e execução de ações estratégicas dentro de mercados-alvos para alcançar metas organizacionais (Kotler; Keller, 2012).

Para desenvolver uma estratégia de marketing, uma organização deve selecionar a combinação certa de mercado(s)-alvo e mix de marketing a fim de criar vantagem competitiva. O mix de marketing (também chamado de 4Ps) são ferramentas utilizadas pela empresa para atingir seus objetivos junto ao público-alvo (Kotler; Keller, 2012). Ele compreende os componentes preço, produto, praça e promoção.

Com a finalidade de atingir um objetivo empresarial específico, como aumentar as vendas, melhorar a imagem de uma marca ou lançar um novo produto no mercado, estratégia de marketing pode ser definida como um conjunto de ações planejadas e o raciocínio pelo qual uma empresa espera atingir seus objetivos (Kotler, 2021). Trata-se de um plano direcionado para identificar oportunidades, entender o público-alvo e posicionar a oferta de maneira competitiva.

Está a cargo dos profissionais de marketing descobrir como, por que compram e por que indivíduos deixam de realizar suas compras (Mazon, 2023). O comportamento do consumidor é um campo de estudo que reúne diferentes áreas do conhecimento para entender os fatores que influenciam as escolhas e atitudes dos compradores. A compreensão desse comportamento tem

como objetivo ajudar as empresas a criar ofertas de marketing mais adequadas ao perfil e às necessidades dos consumidores (Las Casas, 2024).

Para compreender como as empresas podem gerar valor, atrair e fidelizar clientes no competitivo mercado do agronegócio, é fundamental analisar as principais estratégias e práticas de marketing aplicadas nesse contexto:

Marketing de relacionamento

O marketing de relacionamento busca construir vínculos duradouros com os clientes existentes, focando na fidelização em vez de apenas atrair novos consumidores (Kotler; Keller, 2012). Essa estratégia envolve ações como pós-venda, programas de fidelidade e atendimento personalizado, visando gerar valor e fortalecer a relação com o cliente (Kotler; Armstrong, 2015). Essa estratégia é especialmente útil quando o mercado está saturado ou competitivo, e conquistar novos consumidores se torna mais caro ou difícil e, ainda, através dessa abordagem é possível criar uma relação de confiança, cooperação e benefício mútuo em que todos os envolvidos saem ganhando (Kotler; Keller, 2012).

Marketing digital

Para Las Casas (2024) o marketing digital consiste em um conjunto de transações *on-lines* realizadas entre produtor e consumidor para concretizar a venda de um produto ou serviço. Essa ferramenta dispõe diversas estratégias para promover uma empresa no universo digital, como marketing de conteúdo, *email-marketing*, redes sociais e outros.

Os avanços tecnológicos, especialmente na internet, promoveram transformações significativas nas estratégias de marketing adotadas pelas empresas, visto que o marketing digital se configura como uma das ferramentas amplamente utilizadas pelas organizações para divulgar suas marcas, produtos, serviços e fortalecer sua presença no mercado. A presença no digital pode ser observada em anúncios online, uso de redes sociais, marketing de conteúdo, otimização para mecanismos de busca (SEO), e-mail marketing, entre outras.

Força de vendas

A força de vendas de uma empresa é caracterizada pelo conjunto de recursos humanos treinados e capacitados para se comunicarem com o consumidor durante as relações de troca de valor entre empresa e cliente com o objetivo de concretizar a venda. A administração dessa estratégia é essencial para aumentar a participação de mercado, tanto em visibilidade como na captação de clientes e consolidação das vendas (Las Casas, 2024).

Para Kotler e Keller (2012) força de vendas é um componente essencial na implementação das estratégias de marketing de uma empresa, e essa vai além da simples tarefa de vender produtos ao desempenhar um papel crucial na construção de relacionamentos duradouros com os clientes e na criação de valor para a organização.

Serviços agregados

Segundo Kotler e Keller (2012), os fabricantes de equipamentos, como tratores, independentemente do porte ou da natureza do produto, devem oferecer serviços de suporte e assistência, uma vez que esses elementos têm se consolidado como fatores estratégicos para a obtenção de vantagem competitiva. Os autores ainda destacam que os bens podem ser valorizados por meio da oferta de serviços diferenciados, como facilidade de pedido, entrega, instalação, treinamento, orientação ao cliente e manutenção. “Algumas fabricantes de equipamentos, como a Caterpillar e a John Deere, extraem uma considerável porcentagem de seu lucro desses serviços” (Kotler; Keller, 2012, p.430).

Gerenciamento de Comunicação

Kotler e Keller (2012) afirmam que o gerenciamento da comunicação de massa envolve o uso estratégico de ferramentas como publicidade, promoção de vendas, eventos de marca e relações públicas. Essas ações devem ser integradas e coordenadas para garantir que a mensagem da empresa chegue de forma clara e eficaz ao público-alvo. A comunicação em massa tem papel central na construção da imagem da marca, no estímulo à compra e no fortalecimento do relacionamento com os consumidores.

Segundo Las Casas (2024) a promoção de vendas, como um componente do mix promocional, foca tanto em incentivos imediatos quanto em estratégias de engajamento e fortalecimento da marca. Essa ferramenta de estímulo de consumo consiste na aplicação de diversas atividades que visam divulgar o produto ou serviço, como: preços promocionais, amostras, prêmios e vale brindes, cupons, exposição e feiras, recompensas pela preferência, promoções cruzadas ou vinculadas, garantias, descontos especiais, semanas especiais, aniversários, liquidações, entre outros (Las Casas, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Kotler e Armstrong (2015), o objetivo principal do marketing é identificar e atender as necessidades e desejos dos clientes, ao mesmo tempo em que fortalece o posicionamento da marca no mercado. No contexto do agronegócio o marketing desempenha

função estratégica ao promover produtos e serviços agropecuários, contribuindo para a construção de uma imagem positiva e confiável das empresas. Faria, Brito e Lima (2023) destacam que, nesse setor, o marketing é vinculado ao fortalecimento das relações entre empresa e cliente, sobretudo para que o produtor rural compreenda as vantagens de adquirir determinado produto ou serviço. Assim, para a elaboração de estratégias direcionadas a esse mercado-alvo é fundamental compreender os fatores que influenciam a aquisição de bens e serviços pelos produtores rurais.

Alguns estudos evidenciaram que para grande parte dos produtores rurais o fator que exerce maior influência sobre a compra é o contato constante e direto com o vendedor ou representante em loja, associado a capacidade técnica desse em fornecer informações importantes sobre os produtos e serviços ofertados (Pittol; Borges, 2013; Smaniotto; Baptista, 2023; Allebrandt et al, 2018). O contato com um vendedor capacitado pode promover maiores informações, esclarecer dúvidas, transmitir confiança e contribuir para bom relacionamento entre empresa-cliente e a fidelização. A participação em feiras e eventos, dias de campo e palestras também são meios satisfatórios de levar novas informações e esclarecer as dúvidas dos produtores rurais (Pittol; Borges, 2013; Allebrandt et al, 2018).

Outros fatores como qualidade, durabilidade, diversidade de produtos ofertados, pontualidade nas entregas das mercadorias, preços dos produtos, prazos de pagamento e flexibilidade nas condições de pagamento possuem influência sobre a aquisição do produto ou serviço (Pittol; Borges, 2013; Smaniotto; Baptista, 2023; Allebrandt et al, 2018). Ademais, para alguns produtores rurais a localização do estabelecimento é considerada um fator importante a depender do produto ou quantidade necessária (Pittol; Borges, 2013). Tais aspectos operacionais e logísticos devem ser considerados na formulação de estratégias mercadológicas eficazes, alinhadas ao comportamento do público-alvo rural.

Jacobowski et al. (2020) reforçam a importância dessas variáveis ao identificar que 73% das lojas agrícolas brasileiras consideram a localização um fator estratégico, enquanto 93% adotam estratégias de fidelização. Tal pesquisa destaca que práticas como descontos personalizados, brindes exclusivos, participação em confraternizações e atendimento constante são amplamente utilizadas para fortalecer o vínculo com o consumidor rural. Além disso, os autores apontam que a escolha de locais amplos, acessíveis e com alto fluxo de circulação, bem como o uso de marketing digital e rádios locais como canais de comunicação contínua, compõem um conjunto

de ações eficazes para estreitar o relacionamento com o cliente e aumentar a visibilidade da marca.

Ferreira et al (2019) defendem que o marketing agrega valor ao agronegócio brasileiro, contribuindo para sua atratividade global e exigindo uma gestão estratégica atenta às mudanças do mercado. No entanto, como alertam Gabbi et al (2021), muitas empresas ainda apresentam pouca variação em suas estratégias de marketing e não compreendem integralmente os hábitos e necessidades dos consumidores rurais, o que limita sua competitividade.

Já Faria, Brito e Lima (2023) e Campos e Marjotta-Maistro (2022) destacam que, mesmo com a ampliação do uso de tecnologias, o composto de marketing tradicional (4Ps) ainda é amplamente utilizado no agronegócio. Esses autores ressaltam que a efetividade das estratégias depende da capacidade de integrar o mix de marketing com os objetivos organizacionais e de segmentar o mercado com precisão. Nesse sentido, o uso consciente dos 4Ps pode favorecer o alinhamento entre oferta e demanda, resultando em maior satisfação dos clientes e melhores resultados comerciais.

Moreira et al. (2024) realizaram um estudo sobre o uso de estratégias de marketing digital em empresas agrícolas. Os autores identificaram que todas as empresas analisadas possuem sites e utilizam redes sociais, especialmente Facebook, WhatsApp e Instagram. A maioria (90%) investe em marketing de conteúdo voltado ao setor, enquanto apenas 10% utilizam publicidade paga. Apenas 30% interagem com seguidores e 50% utilizam *chatbots* para atendimento. O estudo conclui que, embora ainda existam limitações, as empresas do setor agrícola estão cada vez mais empenhadas em adotar o marketing digital como parte de sua estratégia de comunicação e relacionamento com o cliente.

Tais estratégias demonstram como o marketing no setor agrícola deve considerar tanto os aspectos racionais da compra quanto os fatores relacionais e culturais que influenciam a fidelização.

Kotler e Armstrong (2015) e Kotler e Keller (2012) afirmam que o marketing não é apenas promoção ou venda, mas um processo de criação de valor por meio da identificação de necessidades, troca e relacionamento. Isso respalda a ideia de que o marketing, nas lojas do ramo do agronegócio, precisa ir além da oferta de produtos e envolver atendimento consultivo, pós-venda qualificado, fidelização e comunicação ativa, como defendido na discussão. Como apontam Kotler e Keller (2012), o marketing consiste na criação de valor mútuo entre empresa e

cliente, o que, no setor agrícola, exige estratégias orientadas não apenas à transação, mas ao relacionamento de longo prazo.

O marketing de relacionamento é destacado como essencial em contextos de alta competitividade, quando o custo de aquisição de novos clientes é elevado. A fidelização, o pós-venda ativo e a criação de confiança são centrais (Kotler e Keller, 2012; Kotler e Armstrong, 2015). As práticas relatadas nas pesquisas (descontos personalizados, brindes, confraternizações, visitas do vendedor). Essas práticas se conectam ao conceito de marketing de relacionamento, que visa à fidelização do cliente por meio de vínculo contínuo e entrega de valor consistente (Kotler e Keller, 2012).

A definição clássica do mix de marketing (4Ps) continua sendo um ponto de partida para o planejamento estratégico. No entanto, no agronegócio, a segmentação precisa ser sensível às especificidades do produtor rural, como sazonalidade, dispersão geográfica e grau de tecnificação (Dias, 2011; Faria; Brito; Lima, 2023). O uso de localização estratégica, canais como rádio, presença em feiras e conhecimento técnico do vendedor mostra que essas empresas adaptam o mix às realidades locais. Conforme Faria, Brito e Lima (2023), a adaptação do mix de marketing às metas organizacionais e às características do público-alvo é essencial para aumentar a efetividade estratégica no cenário competitivo do agronegócio.

Portanto, para se destacar em um mercado competitivo e com alta complexidade como o das lojas do ramo do agronegócio, as empresas devem combinar ações tradicionais e relacionais com conhecimento técnico, proximidade física e atendimento personalizado. Estratégias de fidelização, localização acessível, marketing de conteúdo e canais de comunicação locais, como o rádio, revelam-se como práticas particularmente eficazes. Além disso, compreender a percepção do cliente, seus hábitos de consumo e sua relação com a tecnologia são elementos fundamentais para que as ações de marketing gerem valor real, promovam confiança e estimulem a recompra.

6. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo compreender as estratégias de marketing adotadas por lojas do setor do agronegócio, a partir de uma revisão bibliográfica. A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, com foco nos principais conceitos teóricos que fundamentam o marketing.

Dessa forma, observou-se que as práticas e estratégias do marketing em lojas do setor do agronegócio, devem ir além da simples venda de produtos, adotando práticas que criem valor real para o cliente rural por meio de: relacionamento de longo, adaptação do mix de marketing (4Ps) às especificidades do agronegócio e do produtor rural e o uso de estratégias personalizadas como: descontos, visitas técnicas, participação em feiras e uso de mídias regionais. Além disso, fatores como localização da loja, flexibilidade de pagamento e uso de mídias locais contribuem para fortalecer o vínculo com o produtor rural e estimular sua fidelização.

Portanto, para ser eficaz no contexto do agronegócio, o marketing precisa combinar atendimento consultivo, comunicação ativa e segmentação adequada, promovendo não apenas transações, mas relações duradouras e de confiança com os clientes. Como limitação, destaca-se o fato de o estudo ter uma abordagem exclusivamente teórica. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de campo com gestores e produtores rurais para verificar, na prática, a eficácia das estratégias discutidas.

7. REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Diego T.; PEFFEFER, Igor; ZAMPIERI, Luiz H.; BECKERS, Marcelo L.; et al. Fator influenciador do produtor na escolha da empresa para compra de insumos agrícolas. In: **SEAGRO 12º SEMANA ACADÊMICA DE AGRONOMIA**, 6 a 8 jun, 2018.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. São Paulo, 1997.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 6. Ed. Barueri/SP. Editora Atlas, 2022.

BRASIL, Confederação da Agricultura e Pecuária. **Panorama do agro**. Site CNA do Brasil. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programas de apoio ao estudante**. Site do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/programas>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASILAGRO. Setor de máquinas agrícolas caiu 20% em 2024, diz Anfavea. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/setor-de-maquinas-agricolas-caiu-20-em-2024-diz-anfavea.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAMPOS, Sabrina dos Santos; MARJOTTA_MAISTRO, Marta Cristina. Estratégias de marketing no agronegócio: Análise da adoção por diferentes categorias de produtores. *Iheringia, Série Botânica.*, v. 77, 2022.

DIAS, Sérgio R. **Marketing: estratégia e valor**. São Paulo. Editora Saraiva, 2006.

FARIA, Denilda C. de; BRITO, Juscelino C. de; LIMA, Mônica de S. O mix de marketing no agronegócio. **Revista Foco Interdisciplinary Studies**, mai, 2023.

FERREIRA, N. C. F. et al. Influência e Desafios do Marketing no Agronegócio Brasileiro. *Biodiversidade*, v. 18, n. 1, 2019.

GABBI, N. al. ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE SERVIÇO PARA A EMPRESA AGROSANTA1. **Disciplinarum Scientia| Sociais Aplicadas**, v. 18, n. 2, p. 79-95, 2022.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná terá maior crescimento da produção agrícola entre estados do sul e sudeste em 2025. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-maior-crescimento-da-producao-agricola-entre-estados-do-Sul-e-Sudeste-em-2025>. Acesso em: 12 de jun. 2025.

JACUBOWSKI, Daniel A. da S.; LIMA, Jesildo M. de; VEJA, Juliander; ZANATTA, Jocias M. Visão dos gestores: as estratégias de marketing adotadas por lojas agropecuárias. **Jornal Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 4, mai, 2020.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar o mercado. Rio de Janeiro. Editora: Alta Books, 2021.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. Ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2015.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de marketing**. 14. Ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2012.

LAS CASAS, Alexandre L. **Administração de marketing**. 2. Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2024.

MARTINS, Carlos. A educação no século XXI. In: COSTA, Renato (org.). **Novos desafios educacionais**. 3. ed. São Paulo: Editora Saber, 2020. p. 100-120.

MAZON, Fernando S. Comportamento do consumidor: uma revisão teórica sobre conceitos e campos de estudos. **Perspectiva, Erechim**. v. 47, n. 178, p. 31-43, jun, 2023.

MOREIRA, Wallas S; SILVA, Karolayne F; GONÇALVES, Thiago S; JESUS, Janile S. R de. Estratégias de marketing digital em empresas agrícolas no município de Confresa-MT. **Revista PesquisAgro, Confresa (MT)**, v. 8, n. 1, p. 103-111, janeiro-dezembro, 2024.

PITTOL, Elisane; BORGES, Gustavo da Rosa. Fatores que influenciam produtores rurais de Anta Gorda a escolherem uma loja agropecuária de insumos agrícolas. **Revista Destaques Acadêmicos**, CGO/Univates v. 5, n. 1, 2013.

SMANIOTTO, Gustavo; BAPTISTA, Fabiana H. Fatores que influenciam a fidelização do cliente de máquinas agrícolas. **RECIMA21 -Revista Científica Multidisciplinar**, nov, 2023.



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa científica em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Editora Atlas, 1987.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060

O MARKETING COMO ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA CLÍNICA ODONTOLÓGICA DE PEQUENO PORTE

Jéssica Miyuki Kussano¹ – UNESPAR, Campo Mourão/PR
Cristiane Marques de Mello² – UNESPAR, Campo Mourão/PR

GRUPO DE TRABALHO: 10 Marketing

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal investigar a contribuição do marketing para pequenas empresas no ramo da odontologia, com foco na captação e fidelização de pacientes. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e na realização de uma entrevista semiestruturada com um cirurgião-dentista proprietário de uma clínica odontológica. A análise dos dados revelou que estratégias de marketing digital, especialmente o uso de redes sociais como Instagram, Facebook e WhatsApp, têm sido eficazes para ampliar a visibilidade dos serviços prestados, atrair novos pacientes e fortalecer a imagem profissional. Além disso, observou-se que o atendimento humanizado e a segmentação estratégica dos serviços contribuem significativamente para a fidelização do público. A pesquisa conclui que a integração entre ações digitais e relacionais, aliada à gestão ética e personalizada da marca, constitui um diferencial competitivo relevante para a sustentabilidade de clínicas odontológicas de pequeno porte.

Palavras-chave: Marketing Odontológico. Pequenas Empresas. Fidelização. Marketing Digital.

RESUMEN

O texto do resumo na versão em Este estudio tiene como objetivo principal investigar la contribución del marketing para las pequeñas empresas en el área de la odontología, con énfasis en la captación y fidelización de pacientes. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica y en la realización de una entrevista semiestructurada con un cirujano dentista propietario de una clínica odontológica. El análisis de los datos reveló que las estrategias de marketing digital, especialmente el uso de redes sociales como Instagram, Facebook y WhatsApp, han sido eficaces para ampliar la visibilidad de los servicios ofrecidos, atraer nuevos pacientes y fortalecer la imagen profesional. Además, se observó que la atención humanizada y la segmentación estratégica de los servicios contribuyen significativamente a la fidelización del público. La investigación concluye que la integración entre acciones digitales y relacionales, aliada a una gestión ética y personalizada de la marca, constituye un diferencial competitivo relevante para la sostenibilidad de clínicas odontológicas de pequeño porte.

Palabras clave: Marketing Odontológico. Pequeñas Empresas. Fidelización. Marketing Digital.

¹ - Graduanda em Administração pela Universidade Estadual do Paraná/Unespar – e-mail: jeh_kussano@hotmail.com

² - Doutora em Administração. Orientadora. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unespar – e-mail: mellcris@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção e manutenção da imagem organizacional não deve ser vista como uma preocupação exclusiva de grandes corporações. Pequenas empresas, incluindo clínicas odontológicas, também necessitam de estratégias de marketing para fortalecer seu posicionamento e manter um relacionamento duradouro com seus pacientes. No contexto atual, onde a competitividade se intensifica, o marketing torna-se um instrumento indispensável para atrair, conquistar e fidelizar clientes. Kotler (2012) destaca que o marketing vai além da simples venda de produtos e serviços — trata-se de entender e atender às necessidades do público-alvo, criando valor para o cliente e estabelecendo conexões duradouras.

No caso da odontologia, o marketing deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica que contribui não apenas para a captação de novos pacientes, mas também para a consolidação de uma imagem profissional ética e confiável. Levitt (1983) argumenta que a diferenciação nos serviços é essencial para o sucesso das organizações, sendo o marketing um dos principais meios para essa diferenciação, especialmente em setores como o da saúde, onde a confiança do cliente é um ativo fundamental.

Considerar o consultório odontológico como uma empresa é um passo essencial para sua sustentabilidade no mercado. Nesse sentido, o uso de mídias sociais, sem necessariamente grandes investimentos financeiros, pode representar uma oportunidade de visibilidade e aproximação com o público, desde que seja realizado de forma planejada, estratégica e dentro dos parâmetros éticos estabelecidos pelo Código de Ética Odontológica (BRAGANÇA et al., 2016).

Além disso, é fundamental que os profissionais da área da saúde desenvolvam competências em gestão e marketing, utilizando essas ferramentas com responsabilidade e coerência (ERNANI JÚNIOR; SILVA; GONÇALVES, 2015). Compreender o comportamento do consumidor de serviços odontológicos e as estratégias de comunicação eficazes pode impactar diretamente na fidelização dos pacientes e no crescimento sustentável do negócio.

Como objetivo geral, esse trabalho visa investigar a importância do marketing para pequenas empresas do ramo odontológico, com foco em sua contribuição na divulgação de produtos e serviços prestados. Para alcance desse objetivo, propõem-se: analisar de que forma o marketing influencia as vendas de serviços em clínicas odontológicas; identificar as

competências necessárias para a construção e fortalecimento da marca profissional na área da odontologia; e investigar como o marketing pode contribuir para a fidelização dos pacientes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo discute a relevância do marketing no contexto das pequenas empresas odontológicas, com foco nas estratégias que contribuem para a atração, retenção e fidelização de pacientes. A literatura especializada tem destacado que, em um mercado cada vez mais competitivo, a gestão eficaz da comunicação e da imagem profissional torna-se um diferencial estratégico (KOTLER; KELLER, 2021; OLIVEIRA; FREITAS, 2022).

A importância do marketing

O termo "marketing" deriva do inglês e, em português, é geralmente compreendido como “mercadologia”. Paranhos et al. (2011, p. 221) o definem como “o conjunto de estudos e medidas que provêm estrategicamente o lançamento e a sustentação de um produto ou serviço no mercado consumidor, garantindo o bom êxito comercial da iniciativa”. Tradicionalmente, pequenas empresas atuavam com alcance limitado e dependiam quase exclusivamente da recomendação boca a boca. No entanto, com o avanço das tecnologias digitais, surgiram oportunidades significativas para a expansão da presença de marca e o fortalecimento da comunicação com o público-alvo (CINTRA, 2010).

Churchill e Peter (2020) apontam que o marketing contemporâneo ultrapassa a função de promover produtos: ele envolve o entendimento aprofundado do consumidor e a criação de valor sustentável. Isso é particularmente importante em serviços odontológicos, onde a percepção de qualidade e confiança influencia diretamente na decisão do paciente. Silva Lopes Júnior (2020) destaca que, embora o marketing tenha se originado de relações interpessoais próximas, a evolução para a comunicação em massa transformou os vínculos entre clientes e prestadores de serviço, exigindo novas abordagens de relacionamento.

A crescente concorrência entre cirurgiões-dentistas tem exigido diferenciação, não apenas pela competência técnica, mas também por competências gerenciais e mercadológicas (BRITTO, 2018). O marketing em odontologia atua nesse cenário como ferramenta de gestão estratégica, contribuindo para oferecer soluções personalizadas, satisfazer expectativas dos pacientes e garantir a sustentabilidade do consultório. Entretanto, é essencial que sua aplicação respeite os

princípios éticos definidos pelo Código de Ética Odontológica (TORRES, 2018; BRAGANÇA et al., 2016).

Autores como Tadajewski (2009) e Gamble (2011) reforçam que o marketing evoluiu de um modelo voltado exclusivamente para vendas para um modelo relacional, centrado na criação de valor e na fidelização. A proposta de valor, nesse sentido, deve comunicar claramente ao paciente os diferenciais da clínica, promovendo uma imagem profissional de confiança e competência (KOTLER; KELLER, 2021).

Ribeiro (2016) argumenta que a qualidade técnica, embora essencial, não é mais suficiente para garantir a fidelidade do paciente. É necessário considerar todos os elementos que compõem a experiência de atendimento. Isso inclui o ambiente da clínica, a forma de comunicação, a percepção de acolhimento e os valores transmitidos pela marca. Araújo (2019) reforça que o consultório deve ser gerido como uma empresa, com metas claras e estratégias planejadas para atrair e manter clientes. A percepção do paciente sobre a experiência no consultório pode transformar um serviço tradicionalmente visto como de “demanda negativa” em uma oportunidade de relacionamento duradouro.

Além disso, Oliveira e Freitas (2022) ressaltam que o marketing digital é atualmente uma das ferramentas mais acessíveis e eficazes para pequenas empresas, permitindo segmentação precisa, análise de desempenho em tempo real e custos reduzidos de comunicação.

Contribuições para a fidelização de pacientes

A fidelização é uma das funções mais estratégicas do marketing em serviços de saúde. Paranhos et al. (2011) destacam o papel do marketing interno como ferramenta de baixo custo e alto impacto, especialmente eficaz em clínicas de pequeno porte. O cirurgião-dentista, como gestor do seu próprio negócio, deve dominar as ferramentas de comunicação e aplicá-las de forma ética e eficiente.

A fidelização está fortemente associada à experiência positiva do paciente. Britto e Wever (2018) enfatizam que o desenvolvimento de características como criatividade, inovação e empatia são essenciais para despertar o interesse do consumidor e transformar a experiência do atendimento em um diferencial competitivo. Lenzi e Gonçalves (2015) alertam para situações críticas no ambiente clínico, como o manejo de pacientes em dor ou em desequilíbrio emocional, que exigem preparo técnico e sensibilidade para garantir a satisfação e confiança.

As redes sociais surgem como canais estratégicos de comunicação com o público, permitindo ampla visibilidade com baixo custo. Garbin et al. (2018) advertem, entretanto, para a necessidade de seguir rigorosamente o Código de Ética Odontológica na produção e veiculação de conteúdos digitais.

Em suma, a fidelização de pacientes não é apenas resultado da qualidade técnica, mas também de um conjunto de ações planejadas que envolvem marketing, gestão da experiência do cliente e atendimento humanizado. A sustentabilidade do negócio odontológico depende, cada vez mais, da capacidade do profissional em atuar como gestor e comunicador da sua própria marca.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender de que maneira o marketing contribui para o desenvolvimento e a sustentabilidade de pequenas empresas no setor odontológico, com foco na captação e fidelização de pacientes.

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: (1) revisão bibliográfica, (2) elaboração e aplicação de questionário, e (3) realização de entrevista semiestruturada com o profissional da área.

A etapa inicial consistiu em uma revisão bibliográfica com o propósito de embasar teoricamente a investigação. A busca foi realizada em bases de dados científicas reconhecidas, como SciELO e SPELL, utilizando-se os seguintes descritores: *odontologia*, *marketing* e *gestão*. Foram selecionados artigos, livros e publicações científicas dos últimos quinze anos, priorizando produções relevantes ao tema proposto, que abordassem a aplicação do marketing em serviços de saúde, com ênfase em clínicas odontológicas.

Para a coleta de dados empíricos, optou-se pela realização de uma entrevista semiestruturada, direcionada ao dentista e proprietário de uma clínica odontológica, buscando compreender a aplicação prática das estratégias de marketing no contexto do consultório. Segundo Manzini (2004), a entrevista semiestruturada permite aprofundar um tema específico a partir de um roteiro pré-definido, mas com abertura para incluir novas questões durante o diálogo, conforme o desenrolar da conversa. Essa flexibilidade proporciona uma coleta mais rica e contextualizada de informações.

O roteiro da entrevista foi composto por perguntas objetivas e subjetivas, relacionadas à percepção do profissional sobre marketing, ferramentas utilizadas, estratégias adotadas, formas de relacionamento com os pacientes e impactos observados no desempenho da clínica. O questionário foi aplicado presencialmente entre os dias 10 de setembro e 15 de outubro de 2024, após consentimento do entrevistado e autorização formal para utilização dos dados na pesquisa.

Todos os procedimentos foram realizados seguindo critérios éticos, garantindo o sigilo e a integridade das informações fornecidas. A entrevista foi registrada em áudio e posteriormente transcrita para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio da entrevista semiestruturada, realizada em 30 de setembro de 2024 com um cirurgião-dentista e proprietário de consultório odontológico, possibilitou compreender a aplicação prática do marketing no contexto das pequenas empresas de saúde.

O entrevistado formou-se em Odontologia pela Unicesumar e iniciou sua trajetória profissional atuando em consultórios de terceiros, prática comum entre recém-formados. Ele relata: *“No início é sempre um desafio, mas com o passar do tempo fui adquirindo conhecimentos e a confiança dos meus pacientes”*, confirmando a relevância do relacionamento como ativo estratégico. Essa etapa inicial permitiu-lhe desenvolver habilidades técnicas e, sobretudo, conquistar a confiança dos pacientes — fator essencial para a construção de uma base de clientes estável, como apontam Ribeiro (2016) e Araújo (2019).

Após quatro anos de experiência, inaugurou seu próprio consultório em 2023, oferecendo serviços em clínica geral, implantes, lentes de contato dentais, extrações e harmonização facial. Ele esclarece: *“A única parte que não trabalho é a parte de ortodontia”*, o que demonstra uma escolha consciente por nichos específicos de mercado, reforçando sua proposta de valor e fortalecendo sua marca, conforme Levitt (1983) e Kotler (2012).

No que se refere às ferramentas de divulgação, o dentista afirma: *“Uso para a divulgação nas redes sociais os aplicativos do Instagram, Facebook e WhatsApp”*. Ele adota um modelo híbrido de gestão de conteúdo: *“Eu e a minha secretária tiramos fotos da nossa rotina e encaminhamos para ele [profissional de marketing] editar e criar a parte de divulgação”*. Essa abordagem evidencia uma consciência empresarial alinhada à terceirização estratégica de

funções, visando profissionalizar a comunicação sem comprometer o foco na atividade principal, conforme discutido por Oliveira e Freitas (2022) e Cintra (2010).

Além do marketing digital, o entrevistado enfatiza a importância contínua do atendimento personalizado: *“Busco acolher o paciente, avalio e vejo qual a necessidade do mesmo e qual o tratamento ideal para cada paciente”*. Tal postura está em consonância com Britto e Wever (2018), que apontam a empatia e a humanização como elementos fundamentais para a fidelização e diferenciação no mercado odontológico.

Ele também ressalta o impacto das redes sociais na atração de novos pacientes: *“As redes sociais têm um papel fundamental na divulgação do nosso trabalho [...] têm contribuído diretamente para o aumento nas vendas e para o fechamento de novos procedimentos”*. Essa afirmação confirma os apontamentos de Churchill e Peter (2020) e Kotler e Keller (2021) sobre o marketing como instrumento de criação de valor e visibilidade da marca.

Por fim, destaca-se a relevância do marketing tradicional: *“Por estar em uma cidade pequena, o marketing boca a boca ainda exerce grande influência e continua sendo uma forma muito eficaz de atrair e fidelizar pacientes”*. Essa perspectiva reforça a coexistência de estratégias digitais e relacionais no ambiente odontológico, especialmente em cidades de menor porte, conforme Silva Lopes Júnior (2020) e Tadajewski (2009).

Dessa forma, os dados da entrevista corroboram os principais conceitos abordados na fundamentação teórica, demonstrando como o marketing — digital e relacional — pode ser utilizado de forma estratégica, ética e personalizada para fortalecer a imagem profissional e fidelizar pacientes em clínicas odontológicas de pequeno porte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a contribuição do marketing para pequenas empresas no ramo da odontologia, especialmente no que se refere à captação e fidelização de pacientes. Os resultados demonstraram que o uso estratégico do marketing, mesmo em estruturas empresariais de pequeno porte, pode gerar impactos significativos no posicionamento da marca, na visibilidade do consultório e na criação de vínculos duradouros com os pacientes.

Com base na revisão bibliográfica e na entrevista realizada com o dentista proprietário de uma clínica, foi possível observar que o marketing digital, aliado ao bom atendimento e à ética profissional, desempenha um papel fundamental na construção da imagem e no fortalecimento

da confiança do público. A experiência do profissional entrevistado evidenciou que, mesmo em cidades pequenas, o uso adequado de redes sociais, quando alinhado a estratégias bem definidas, pode expandir a presença da empresa e potencializar a atração de novos clientes. Ademais, o marketing tradicional, como o "boca a boca", ainda mantém relevância e atua de forma complementar às estratégias digitais.

Entre as principais contribuições deste artigo, destacam-se: (a) a demonstração de que o marketing é uma ferramenta acessível e eficaz para pequenas clínicas odontológicas, independentemente de seu porte ou localização; (b) a ênfase na integração entre atendimento humanizado, ética profissional e comunicação estratégica como fatores-chave para a fidelização de pacientes; (c) a exemplificação prática, por meio de um estudo de caso, de como pequenas empresas podem operacionalizar suas ações de marketing com poucos recursos e, ainda assim, obter bons resultados.

Contudo, esta pesquisa apresenta algumas limitações. A principal delas refere-se ao caráter exploratório e à abrangência restrita a um único entrevistado, o que limita a generalização dos resultados. Além disso, a natureza ampla do tema marketing pode diluir os enfoques mais específicos, dificultando a delimitação de estratégias conforme diferentes especialidades odontológicas ou perfis de público-alvo.

Dessa forma, recomenda-se, para pesquisas futuras: a realização de estudos de caso múltiplos, com clínicas de diferentes regiões e perfis de atuação, a fim de enriquecer a análise comparativa; a condução de pesquisas quantitativas, que permitam mensurar o impacto de ações específicas de marketing no desempenho econômico e na satisfação dos pacientes; e a ampliação da revisão teórica com foco em segmentações específicas do marketing (como marketing de conteúdo, marketing de relacionamento, marketing sensorial, entre outros) aplicados ao contexto odontológico.

Em síntese, o marketing revela-se como uma competência essencial para o cirurgião-dentista contemporâneo, que, além da excelência técnica, deve dominar também estratégias de comunicação, gestão e posicionamento. Investir em marketing não significa apenas divulgar serviços, mas sim criar valor, estabelecer vínculos e promover experiências positivas e memoráveis aos pacientes — elementos decisivos para o sucesso sustentável de qualquer negócio na área da saúde.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. C. de. **Gestão e marketing em odontologia: como alcançar o sucesso profissional**. São Paulo: Napoleão, 2019.
- BRAGANÇA, M. S. et al. Ética e marketing na odontologia: uma revisão de literatura. **Revista da Faculdade de Odontologia – UFJF**, v. 2, n. 1, p. 25–31, 2016.
- BRITTO, J. A. S. Marketing e empreendedorismo na odontologia: uma abordagem sobre estratégias de mercado. **Revista Saúde e Ciência**, v. 7, n. 2, p. 89–95, 2018.
- BRITTO, J. A. S.; WEVER, D. A. Criatividade e inovação no marketing de serviços odontológicos. **Revista Científica da Faculdade de Odontologia do Recife**, v. 5, n. 1, p. 45–52, 2018.
- CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. **Marketing: criando valor para os clientes**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
- CINTRA, J. P. S. **Marketing digital para pequenas empresas: a nova forma de competir com grandes**. São Paulo: Atlas, 2010.
- GAMBLE, J. R. Marketing and the meaning of life, and death: the role of marketing in society. **Journal of Macromarketing**, v. 31, n. 2, p. 117–121, 2011.
- GARBIN, C. A. S. et al. Marketing e ética na odontologia: o uso das redes sociais e a imagem profissional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1–7, 2018.
- JÚNIOR, E.; SILVA, S.; GONÇALVES, J. **Marketing em serviços odontológicos: práticas e resultados a partir da percepção dos profissionais**. **Revista da UI_IPSantarém**, Santarém, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v3.i2.14348>. Acesso em: 15 dezembro 2024.
- KOTLER, P. **Administração de marketing: a bíblia do marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 16. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
- LENZI, M. A. B.; GONÇALVES, M. C. C. Marketing odontológico: fidelização do cliente como diferencial competitivo. **Revista Ciências Empresariais**, v. 6, n. 2, p. 201–210, 2015.
- LEVITT, T. A miopia em marketing. **Harvard Business Review**, v. 61, n. 5, p. 59–70, 1983.
- MANZINI, Eduardo José. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, Bauru, v. 2, p. 10, 2004.
- OLIVEIRA, J. C.; FREITAS, L. P. Estratégias de marketing digital e fidelização em serviços de saúde. **Revista Brasileira de Marketing em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 39–52, 2022.
- PARANHOS, L. R. et al. Marketing na odontologia: ética e publicidade. **Revista ABO Nacional**, v. 19, n. 3, p. 220–224, 2011.
- RIBEIRO, E. B. Qualidade no atendimento odontológico e marketing de relacionamento. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 73, n. 1, p. 22–27, 2016.

SILVA LOPES JÚNIOR, L. O. O marketing de relacionamento e a evolução da comunicação com o cliente. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 8, n. 1, p. 112–127, 2020.

TADAJEWSKI, M. The philosophy of marketing theory: historical and future directions. **Marketing Theory**, v. 9, n. 4, p. 497–512, 2009.

TORRES, P. A. S. Ética na odontologia: publicidade, marketing e responsabilidade profissional. **Revista da Associação Brasileira de Ética Odontológica**, v. 6, n. 1, p. 12–19, 2018.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS PREFEITURAS DA COMCAM

Bruno Willian Gonçalves¹ – Unespar – Campo Mourão
Fernanda Dezotti Kuligowski² – Unespar – Campo Mourão
Leandro Pinto de Souza Júnior³ – Unespar – Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 10 Marketing

RESUMO

Nos últimos anos, as redes sociais se tornaram ferramentas essenciais para a comunicação pública, permitindo maior interação entre governos e cidadãos. No contexto das prefeituras da região de Campo Mourão, essa transformação digital representa uma oportunidade para fortalecer a transparência, a eficiência e a participação popular na administração municipal. Este estudo busca avaliar como as cinco prefeituras das cidades mais populosas da associação de municípios da COMCAM utilizam as redes sociais para informar a população, promover engajamento e garantir que os conteúdos compartilhados sejam relevantes e de interesse público. A análise envolveu a identificação das plataformas mais usadas, a medição do engajamento dos cidadãos e a verificação da frequência e qualidade das postagens realizadas. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando análise de conteúdo das postagens realizadas pelas prefeituras selecionadas. Os resultados apontam que muitas prefeituras seguem uma estratégia básica buscando maior engajamento, porém não as prefeituras não mantêm um fluxo de postagens em horário fixo; há pouca ou quase nenhuma interação direta com a população, baseando-se apenas em conteúdos informativos e focando suas postagens em eventos, não mantendo a importância na mesma medida para a educação, saúde e outros critérios estabelecidos no estudo. Pela unidirecionalidade apresentada pelas cinco prefeituras mais populosas da COMCAM, é um fato que essa pobre interação origina um desperdício no potencial de comunicação com os cidadãos, que se atendida, seria benéfico para os cidadãos e as prefeituras, melhorando o engajamento, transparência e confiança.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Prefeituras. População. Redes Sociais.

RESUMEN

En los últimos años, las redes sociales se han convertido en una herramienta esencial para la comunicación pública, permitiendo una mayor interacción entre gobiernos y ciudadanía. En el contexto de los ayuntamientos de la región de Campo Mourão, esta transformación digital representa una oportunidad para fortalecer la transparencia, la eficiencia y la participación ciudadana en la administración municipal. Este estudio busca evaluar cómo los cinco ayuntamientos de las ciudades más pobladas de la asociación de municipios COMCAM utilizan las redes sociales para informar a la población, promover la participación ciudadana y garantizar que el contenido compartido sea relevante y de interés público. El análisis implicó identificar las plataformas más utilizadas, medir la participación ciudadana y verificar la frecuencia y calidad de las publicaciones. Para ello, se realizó un estudio descriptivo con un enfoque cualitativo y cuantitativo, mediante el análisis de contenido de las publicaciones de los ayuntamientos seleccionados. Los resultados indican que muchos ayuntamientos

¹ - Graduando em Administração – e-mail: bruno.wg2@gmail.com

² - Graduanda em Administração – e-mail: fernanda-dezottidk@hotmail.com

³ - Graduando em Administração – e-mail: leandrosouzajunior@hotmail.com

siguen una estrategia básica para lograr una mayor participación, pero no mantienen un flujo de publicaciones en un horario fijo; la interacción directa con la población es escasa o prácticamente nula, basándose únicamente en contenido informativo y centrando sus publicaciones en eventos, sin mantener la misma importancia para la educación, la salud y otros criterios establecidos en el estudio. Debido a la unidireccionalidad que presentan los cinco municipios más poblados de la COMCAM, es un hecho que esta pobre interacción resulta en un desperdicio de potencial de comunicación con la ciudadanía, que de cumplirse, sería beneficioso para la ciudadanía y los municipios, mejorando el engagement, la transparencia y la confianza.

Palabras clave: Comunicación pública. Ayuntamientos. Población. Redes sociales.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O avanço tecnológico a cada ano potencializa grandes mudanças em menores quantidades de tempo, nestas condições, é inevitável que as organizações sigam estas transformações, caso contrário serão deixadas de lado. Com a incorporação cada vez mais presente da tecnologia nos serviços públicos, este presente estudo busca entender como é o papel das redes sociais como ferramentas de comunicação pública nas prefeituras das cidades mais populosas da COMCAM.

Mcquail (2012) apresenta a comunicação pública como um espaço de comunicação de massa na qual a intenção é comunicar assuntos relevantes, válidos e de interesse geral. Junto disso, o Art. 37 da Constituição Federal, de 1988 apresenta: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”. Neste estudo, além de analisar como é a utilização das redes sociais como ferramentas de comunicação pública pelas prefeituras da COMCAM, é importante entender se, de fato, as prefeituras estão comunicando assuntos relevantes e mantendo os princípios da administração pública.

O artigo tem como objetivo principal analisar a eficiência da comunicação das prefeituras das cinco cidades mais populosas da COMCAM para com os cidadãos. Para a obtenção dos resultados, o presente estudo teve como foco os seguintes objetivos: (1) Mapear as redes sociais mais utilizadas pelas prefeituras e mensurar a média do engajamento em um certo período de tempo; (2) Avaliar o engajamento da população com as postagens da prefeitura; (3) Analisar a frequência e o tipo de conteúdo postado nas redes sociais

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Comunicação pública é compreendida por Mcquail (2012) como uma complexa rede de transações informais que ocorrem em um espaço público, e este espaço, em um significado mais amplo e moderno, são espaços onde canais comunicam assuntos de interesse geral e válidos, utilizando de uma comunicação aberta e livre. Pelos fundamentos constituídos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, a administração pública deve seguir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entretanto, não necessariamente são todos os serviços públicos que estejam de fato seguindo esses princípios à risca na realidade.

Diante do constante crescimento tecnológico e crescimento desta migração dos serviços públicos para a internet, as formas de comunicação atualmente estão cada vez mais frequentes pelas redes sociais e sites na internet. A comunicação utilizada é muito importante, para entender se estão sendo cumpridos os princípios da administração pública, se há clareza nas informações, se são de fato informações úteis e relevantes, se há alguma intenção de persuadir o leitor a realizar alguma ação e entre outros.

Uma das situações mais recorrentes em redes sociais de órgãos públicos é a unidirecionalidade por parte dos perfis destes órgãos, caso este que o Governo Federal, foco de estudo de Corso e Pires (2018), por meio das redes sociais X (antigo Twitter) e Facebook, foi possível notar que o Governo Federal não demonstrava considerar opiniões dos usuários seguidores quanto as postagens do perfil, mantendo uma comunicação unidirecional com a população. Essa comunicação unidirecional é uma questão para se atentar, porque nesses casos, podem haver falhas que a população nota ou informações que desejam, mas que o órgão público não demonstra interesse. Apontam também essa unidirecionalidade, Viegas et al (2022, p. 342) “O modelo autocentrado de comunicação, em maior ou menor medida, aparece em outras instituições vinculadas ao Estado [...]”. Outro problema que pode decorrer é a forma de comunicação utilizada, a qual dependendo da forma pode gerar um ruído de comunicação, visto por Viegas et al (2022, p. 343) “[...] linguagem difícil para a maior parte da população, que pode significar muito pouco ao cidadão e mesmo à sociedade organizada, mas não especializada no tema, o que dificulta a transparência efetiva desses órgãos”.

Leite, Carvalho e Heringer (2020) citam Soares e Monteiro (2015), os quais têm a percepção da ineficiência dos órgãos públicos no uso das mídias sociais, que poderiam promover maiores interações com o público e com isto aumentar a exposição da organização no ambiente virtual. Tendo como foco de estudo de caso o Facebook da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Leite, Carvalho e Heringer (2020, p. 64) percebem a interação da

população como: “[...] a participação ocorre trivializada por meio de curtidas, reações, compartilhamentos e comentários, notadamente, por meio de curtidas e compartilhamentos”.

A importância da interação da população com as decisões e processos governamentais é citada por Taylor, Draai e Jakoet-Salie, (2020, apud Silva e Vicentin, 2024, p. 2): “A participação pública, ou seja, cidadãos ativamente envolvidos nas decisões e processos governamentais, está intimamente ligada à democracia”. A participação do cidadão nos processos decisórios da administração pública potencializa a formulação de políticas mais eficazes, ao mesmo tempo que atende as demandas da sociedade. O atendimento das opiniões públicas contribui para a utilização planejada, eficiente e inteligente dos recursos públicos e para a implementação de ações alinhadas às reais necessidades do povo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo se trata de uma pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, baseada na coleta de dados primários obtidos diretamente das redes sociais oficiais (Facebook e Instagram) das cinco prefeituras mais populosas da COMCAM. A coleta esperada era a análise direta de 20 publicações em cada plataforma por cidade, totalizando 200 postagens analisadas, porém o município de Goioerê não possui um perfil na rede social Facebook totalizando 180 publicações.

Cada publicação foi classificada em uma das seguintes categorias temáticas: Assistência Social, Educação, Emprego, Esporte, Eventos, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde e Segurança. Além disso, foram observadas variáveis como o número de comentários, existência de interações da prefeitura aos comentários, número de compartilhamentos (quando disponível), periodicidade de publicações e o percentual da população seguidora de cada página.

A análise das postagens buscou identificar padrões de comunicação, temas prioritários para cada prefeitura, níveis de engajamento com a população e o uso efetivo das redes como canal de diálogo público e acessível. Os dados foram organizados em planilhas e tratados com base em frequências, percentuais e observações qualitativas sobre a interação e o conteúdo das publicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises aplicadas às redes sociais Facebook e Instagram das prefeituras de Campo

Mourão, Campina da Lagoa, Goioerê, Terra Boa e Ubiratã permitiu compreender como esses municípios, os mais populosos da COMCAM, utilizam-se das mídias sociais para passar informações diversas para a comunidade.

Para a realização da coleta de dados foram estabelecidas nove categorias como representado no quadro 1 e 2, a seguir com as vinte últimas publicações de cada município da amostra em suas respectivas redes sociais supracitadas, porém com exceção da página do Facebook de Goioerê que não possui uma página oficial.

Quadro 1 – Categorias de publicação por município no Facebook.

	CAMPINA DA LAGOA	CAMPO MOURÃO	TERRA BOA	UBIRATÃ	TOTAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3	2	0	0	5
EDUCAÇÃO	1	0	2	2	5
EMPREGO	0	1	0	1	2
ESPORTE	5	2	0	0	7
EVENTOS	5	6	7	11	29
INFRAESTRUTURA	1	3	2	2	8
MEIO-AMBIENTE	0	0	1	0	1
SAÚDE	4	2	5	3	14
SEGURANÇA	1	4	3	1	9

Fonte: Autores, 2025.

Quadro 2 – Categorias de publicação por município no Instagram

	CAMPINA DA LAGOA	CAMPO MOURÃO	GOIOERÊ	TERRA BOA	UBIRATÃ	TOTAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2	2	0	1	0	5
EDUCAÇÃO	1	0	0	2	2	5
EMPREGO	0	1	3	0	1	5
ESPORTE	3	1	2	0	0	6
EVENTOS	5	7	2	4	11	29
INFRAESTRUTURA	2	2	5	0	2	11

MEIO AMBIENTE	1	1	1	1	0	4
SAÚDE	5	3	6	5	3	22
SEGURANÇA	1	3	1	7	1	13

Fonte: Autores, 2025.

Observa-se em ambos os quadros que as prefeituras têm utilizado suas redes sociais para promover seus eventos e avisos sobre saúde, por outro lado, pouco se levanta falas a respeito de educação e meio-ambiente que demonstra menor prioridade na visão macro a respeito da orientação das páginas destes municípios. Dentre estes, Campo Mourão apresentou uma distribuição mais equilibrada entre as categorias, enquanto Ubiratã publicou no período estipulado direcionou seus posts aos eventos da cidade, Goioerê no Instagram demonstrou um grande foco em infraestrutura e saúde, Campina da Lagoa procurou promover tanto seus eventos quanto a área da saúde e Terra Boa apresentou foco em saúde e segurança dentro do escopo da revisão.

Quando posto em perspectiva o número de seguidores no Facebook e no Instagram quanto a densidade demográfica local, chegamos aos dados apresentados a seguir no quadro 3 e 4 respectivamente.

Quadro 3 – Relação entre população do município e seguidores no Facebook.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	SEGUIDORES	PERCENTUAL
CAMPO MOURÃO	99.432	40000	40,23
GOIOERÊ	28.437	0	0,00
UBIRATÃ	24.749	15000	60,61
TERRA BOA	17.568	9000	51,23
CAMPINA DA LAGOA	15.723	8100	51,52

Fonte: Autores, 2025.

Quadro 4 – Relação entre população do município e seguidores no Instagram.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	SEGUIDORES	PERCENTUAL
CAMPO MOURÃO	99.432	39000	39,22
GOIOERÊ	28.437	4110	14,45
UBIRATÃ	24.749	7935	32,06
TERRA BOA	17.568	7682	43,73

CAMPINA DA LAGOA	15.723	7100	45,16

Fonte: Autores, 2025.

Estabelecidos parâmetros de comparação, é perceptível que em pontos percentuais a cidade de Ubitatã concentra um dos maiores percentuais de sua população em suas redes sociais e a julgar pelo tipo de publicação predominante ser eventos da cidade. Importante ressaltar que estes números não representam a totalidade de seguidores pertencentes àquele município e que não existem limitações para a quantidade de seguidores, uma vez que uma prefeitura pode ter mais seguidores em suas redes sociais do que população a depender do trabalho realizado.

Ao analisar todas as publicações disponíveis na amostra é perceptível a ausência de interações com curtidas ou respostas aos comentários deixados pelos cidadãos com apenas 2 das 80 publicações do Facebook e em 6 das 100 publicações analisadas no Instagram. Os dados detalhados que embasam essa observação estão disponíveis no Anexo A onde cada publicação foi analisada e planilhada com base em seus comentários, curtidas e compartilhamentos (quando disponíveis estes dados).

Com base na análise empírica realizada é perceptível que as prefeituras não conversam entre os órgãos que compõem o município para divulgar eventos da comunidade como projetos de escolas ou das secretarias que são divulgados individualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais desempenham um papel relevante na comunicação das prefeituras, mas ainda há desafios a serem superados para que seu uso seja mais eficiente. Observa-se a necessidade de um modelo de comunicação mais comunicativo e interativo por parte das prefeituras. Questões como a linguagem acessível, a diversidade de conteúdos abordados e a interação com os cidadãos devem ser priorizadas para que essas plataformas cumpram melhor sua função informativa.

Uma comunicação digital mais estratégica e inclusiva pode fortalecer o vínculo entre a gestão pública e a sociedade, promovendo maior alcance, engajamento e participação dos cidadãos nos assuntos municipais.

No que tange o direcionamento estratégico das publicações questionado por Corso e Pires (2018) as prefeituras esboçam preocupação com o engajamento, uma vez que a temática mais abordada que são os eventos também são as postagens que mais geram engajamento, no

entanto não aparentam ser pensadas para este fim específico dado a falta de um padrão específico de horário e programação.

Já com relação a forma da comunicação vai de encontro com o estudo de Heringer (2019) as páginas analisadas não costumam responder ou curtir comentários da comunidade e essa unidirecionalidade da comunicação caracteriza um governo digital (*e-gov*) 1.0 que carece de interações mais profundas com sua população a fim de promover transparência, confiança e engajamento para com a comunidade.

O presente estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A primeira é a amostra de municípios selecionados, embora a COMCAM seja composta por 25 cidades, a análise concentrou-se nas cinco com maior população, com o objetivo de delimitar o escopo da pesquisa e permitir e viabilizar o maior aprofundamento na coleta e análise dos dados. Além disso, a ausência de um recorte temporal fixo constitui outra limitação, já que foram examinadas apenas as 20 publicações mais recentes de cada prefeitura no Facebook e no Instagram, sem levar em consideração quantas postagens são feitas ao mês e a frequência de publicação.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação da escala de análise, com um número maior de municípios a serem estudados e maior detalhamento nas categorias de conteúdo. Além disso, entrevistas com os responsáveis pelas redes sociais das prefeituras, tanto da região estudada quanto de outras localidades, podem trazer consigo novas perspectivas sobre a gestão de redes sociais. Outra possibilidade é a realização de estudos com recortes temporais distintos ou abordagens sazonais, a fim de identificar padrões mensais ou periódicos na publicação de determinados temas ao longo do ano ou dos anos.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: IBGE, 2022. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/\[nome-do-municipio\].html](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/[nome-do-municipio].html). Acesso em: 10 maio 2025.

VIEGAS, R. R.; ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. G.; TEIXEIRA, M. A. C.; BORALI, N. A comunicação dos tribunais de contas e ministérios públicos nas redes sociais: os desafios da accountability na democracia digital. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 3, p. 324-348, 2022.

HERINGER, L. P.; CARVALHO, R. B.; LEITE, R. S. Governo eletrônico e o uso de redes sociais na comunicação com os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS): estudo de caso do Facebook da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, p. 52-68, 2019

MARTINS, A.; SILVA, J.; PEREIRA, M. Efeitos das redes sociais nos resultados dos programas governamentais: uma revisão sistemática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 123–145, jan./mar. 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA. Prefeitura de Campina da Lagoa. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/PrefeituradeCampinadaLagoa>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA. Prefeitura de Campina da Lagoa. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituradecampinadalagoa>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. Prefeitura de Campo Mourão. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituracampomourao>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. Prefeitura de Campo Mourão. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituracampomourao>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ. Prefeitura de Goioerê. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituramunicipaldegoioere>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA. Prefeitura de Terra Boa. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituradeterraboa>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA. Prefeitura de Terra Boa. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituradeterraboa>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ. Prefeitura de Ubitatã. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituraubirata>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ. Prefeitura de Ubitatã. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/prefeituraubirata>. Acesso em: 17 maio 2025.

RODRIGUES DA SILVA, M.; VICENTIN, I. C. Mapeamento sistemático da produção científica recente em comunicação governamental. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 47, e2024117, 2024.

MCQUAIL, D. **Atuação da mídia**: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. p.17. ISBN 9788563899316. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563899316/>. Acesso em: 18 maio 2025.

PIRES, M. C. S. **O governo federal e suas interações digitais: uma análise da comunicação estratégica nas redes sociais Facebook e Twitter.** 2018. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) – Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2018.

ANEXOS

ANEXO A – Dados detalhados das interações nas redes sociais das prefeituras. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1eUcpYNmAn13WviVpmHo-o9mW_yH_KJ0CgUG YsGoe8Gc/edit?usp=sharing

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 10

MARKETING

RESUMOS EXPANDIDOS

MARKETING DIGITAL: REDES SOCIAIS INFLUENCIAM NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS MORADORES DE CAMPO MOURÃO?

Felipe Rodrigues Ferreira¹ – Unespar – *Campus* de Campo Mourão
Adalberto Dias de Souza² – Unespar – *Campus* de Campo Mourão
Marcos Junio Ferreira de Jesus³ – Unespar – *Campus* de Campo Mourão
Eloisa Paula de Oliveira⁴ – Unespar – *Campus* de Campo Mourão

Grupo de Trabalho: 10 - Marketing

1. INTRODUÇÃO

O avanço da internet e das tecnologias digitais provocou transformações significativas na forma como os consumidores se relacionam com marcas, produtos e serviços. No cenário recente, as redes sociais – Facebook, Instagram e WhatsApp – deixaram de ser apenas espaços de socialização digital para se tornarem canais estratégicos de marketing e vendas. Essa mudança afeta diretamente o comportamento de compra, uma vez que os consumidores estão cada vez mais expostos a anúncios personalizados, conteúdos patrocinados e interações diretas com empresas em tempo real.

Cintra (2010) afirma que, o marketing on-line é um processo destinado a vender produtos e serviços para um público-alvo usuário de internet e sistemas de informação on-line, junto com ferramentas e serviços on-line, de forma estratégica e coerente com o programa de marketing da empresa. Por tanto, podemos entender marketing digital como um meio mais prático de vender seus produtos perante as redes sociais.

Em Campo Mourão, cidade do interior do Paraná, a realidade não é diferente. A crescente digitalização dos hábitos de consumo despertou o interesse por compreender como o marketing digital influencia a tomada de decisão dos consumidores locais. Nesse contexto, torna-se essencial investigar a eficácia das campanhas veiculadas nas redes sociais, assim como a percepção dos consumidores em relação à clareza, objetividade e qualidade dos anúncios.

Apesar da ampla disseminação do marketing digital, ainda há lacunas na compreensão de seus efeitos em cidades de pequeno e médio porte, onde a dinâmica entre consumidores e empresas pode ser distinta da vivenciada em grandes centros urbanos. Dessa forma, o presente

¹ Graduando em Administração – e-mail: feliper2ferreira@gmail.com

² Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Orientador

³ Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com – Coorientador

⁴ Doutora em Administração – e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com – Coorientadora

estudo busca preencher essa lacuna, analisando especificamente como os moradores de Campo Mourão respondem às estratégias digitais empregadas por empresas locais, com foco na influência que essas ações exercem sobre a intenção de compra.

Para isso, o trabalho parte de uma revisão da literatura sobre marketing digital, comportamento do consumidor e os fatores que moldam suas decisões. Autores como Kotler, Las Casas e Christopoulos são referência na discussão teórica, sustentando a importância do alinhamento entre estratégias de comunicação e as necessidades do público-alvo. A pesquisa propõe, ainda, avaliar os desafios e oportunidades enfrentados por empresas locais ao adotarem estratégias digitais como meio de alcançar e converter clientes.

2. OBJETIVOS

Analisar de que forma o marketing digital, por meio das redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp), influencia o comportamento de compra dos consumidores do município de Campo Mourão – PR.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem descritiva e quantitativa, utilizando a escala Likert nos seguintes parâmetros: 1) significa DISCORDO TOTALMENTE; 2) significa DISCORDO; 3) significa NÃO SEI; 4) significa CONCORDO e, 5) significa CONCORDO TOTALMENTE; para mensurar a opinião dos participantes sobre anúncios online. O instrumento foi aplicado via formulário eletrônico no Google Forms, no qual foi enviado individualmente aos participantes da pesquisa através do WhatsApp.

O formulário eletrônico foi dividido em duas partes: uma sobre percepção da qualidade das propagandas e outra sobre intenção de compra. A amostra foi composta por 21 colaboradores da empresa Paraná Diesel, localizada em Campo Mourão, cidade com população de 90 mil habitantes, no estado do Paraná. A coleta ocorreu em novembro de 2023, e os dados foram analisados estatisticamente com base nos percentuais de concordância.

4. RESULTADOS

A pesquisa foi aplicada a 21 colaboradores da empresa Paraná Diesel LTDA, com o objetivo de mensurar a influência dos anúncios online no comportamento de compra, utilizando a escala Likert. Sobre a percepção da qualidade dos anúncios 76,2% dos respondentes

concordaram que os anúncios são objetivos, transmitindo a mensagem de forma clara e direta, 71,4% afirmaram que os anúncios são de fácil entendimento, 71,4% consideraram que os anúncios online são claros e apenas 42,8% concordaram que os anúncios possuem alta qualidade, enquanto 33,3% não souberam opinar, indicando uma percepção ambígua.

Esses dados demonstram que, embora os anúncios sejam compreendidos e objetivos, sua **qualidade visual e de conteúdo** ainda pode ser aprimorada. Essa defasagem aponta para a necessidade de maiores investimentos em design, linguagem visual e branding para melhoria da percepção visual dos clientes em relação aos anúncios online.

Já para a influência na intenção de compra 61,9% dos participantes afirmaram que provavelmente comprariam algo após visualizar um anúncio nas redes sociais, . 61,9% também disseram que seriam influenciados a experimentar produtos com base nesses anúncios e 57,1% dos participantes afirmaram que recomendariam produtos ou estabelecimentos com base nos anúncios digitais.

Os resultados apresentados indicam que as redes sociais exercem um papel significativo na jornada de compra dos consumidores, especialmente quando as campanhas são bem direcionadas e apresentam conteúdos relevantes, influenciando positivamente o consumidor a recomendar produtos ou estabelecimentos.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que as redes sociais exercem influência direta e significativa sobre o comportamento de compra dos consumidores de Campo Mourão. A percepção dos participantes sobre os anúncios online foi majoritariamente positiva quanto à clareza, objetividade e facilidade de compreensão, fatores apontados por autores como Las Casas (2014) e Christopoulos (2014) como essenciais para a efetividade da comunicação digital. No entanto, a percepção de qualidade das propagandas apresentou maior dispersão nas respostas, revelando uma oportunidade de melhoria nas peças publicitárias digitais. Isso confirma o que diz Kotler (2007) para que haja impacto efetivo nas decisões de compra, não basta apenas veicular anúncios, é preciso que eles sejam estrategicamente construídos com base no perfil e nas motivações do consumidor.

Outra perspectiva relevante foi o fato de 61,9% dos participantes afirmarem que provavelmente comprariam um produto após visualizar um anúncio online. Essa taxa reforça o argumento de Kinder (2010) sobre a superioridade do marketing digital em termos de

segmentação e conversão, quando comparado ao marketing tradicional. O engajamento com as marcas também foi refletido na disposição de recomendar produtos, evidenciando o poder do marketing boca a boca nas redes sociais, conforme discutido por Las Casas (2014).

No campo prático, os resultados indicam que empresas locais podem aumentar sua competitividade e conversão se investirem na profissionalização de suas campanhas digitais, otimizando linguagem, design, frequência e segmentação dos anúncios. Além disso, destaca-se a importância do monitoramento contínuo das campanhas — prática destacada por Neves et al. (2021) — como forma de garantir efetividade e adaptação às mudanças de comportamento do consumidor.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a restrição da amostra à empresa Paraná Diesel, o que limita a generalização dos resultados. Além disso, o curto prazo para a execução da pesquisa impediu uma coleta mais ampla e diversificada. Ainda assim, os dados obtidos fornecem importantes diretrizes para futuras pesquisas, que poderão explorar o comportamento de compra digital em outras empresas e setores econômicos da cidade ou da região.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a influência do marketing digital, por meio das redes sociais, no comportamento de compra dos moradores de Campo Mourão. Com base nos dados obtidos na empresa Paraná Diesel LTDA, foi possível confirmar que os anúncios online impactam significativamente as decisões de consumo dos indivíduos, especialmente quando são claros, objetivos e compreensíveis.

Os resultados demonstraram que mais de 60% dos participantes consideram as propagandas nas redes sociais influentes em suas decisões de compra e afirmaram ser propensos a recomendar produtos com base nessas campanhas. Além disso, características como clareza, objetividade e facilidade de compreensão foram amplamente reconhecidas pelos respondentes, ainda que a qualidade visual dos anúncios tenha sido percebida como um aspecto que pode ser melhorado.

Esses resultados inferem diretamente aos objetivos da pesquisa e destacam a necessidade de empresas locais investirem na profissionalização das estratégias digitais, especialmente em design, segmentação de público e monitoramento de resultados. O marketing digital, quando bem aplicado, mostra-se como ferramenta poderosa de conexão, conversão e

fidelização de clientes, conforme sustentado por autores como Kotler (2007), Las Casas (2014) e Neves et al. (2021).

Entretanto, o estudo apresenta algumas limitações, como o tamanho reduzido da amostra e a restrição a uma única empresa, o que sugere cautela na generalização dos resultados. Para pesquisas futuras, recomenda-se expandir a amostragem para diferentes setores do comércio local e utilizar métodos mistos (quantitativos e qualitativos), a fim de obter uma compreensão mais profunda das motivações e barreiras no hábito de compra do consumidor.

Em resumo, os resultados evidenciam o potencial do marketing digital como um aliado estratégico no ambiente empresarial, especialmente em contextos locais, onde a adaptação e o conhecimento do público-alvo são diferenciais competitivos essenciais.

7. REFERÊNCIAS

CHRISTOPOULOS, T. Sobre uma bancada com 5 metros de extensão uma impressora 3D, cabos emaranhados, placas de circuitos eletrônicos e óculos de realidade virtual. *Info Exame*, São Paulo: abril, 2014.

CINTRA, Flavia Cristina. *Marketing Digital: a era da tecnologia on-line*. Universidade de Franca. 2010.

KINDER, Francis Herbert. *Marketing digital e marketing tradicional: uma análise comparativa*. 2012. 72 f. Relatório de Estágio (Mestrado em Negócios Internacionais) – Universidade do Mundo, Escola de Economia e Gestão, 2012.

KOTLER, Philip. *Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos*. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. *Marketing: conceitos, exercícios, casos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. *Cocriação de valor: conectando a empresa com os consumidores através das redes sociais e ferramentas colaborativas*. São Paulo: Atlas, 2014.

NEVES, Daniela; FERNANDES, Silvia; CARVALHO, Fátima. Desafios da Covid-19 nas empresas: breve análise de desempenho do marketing digital. *Faculdade de Economia, Universidade do Algarve*, 2021.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A PRÁTICA ESPORTIVA DE BEACH TENNIS E A POSSIBILIDADE DE ESTUDO NA ÓTICA DA *CONSUMER CULTURE THEORY*

Jéssica Batista¹ – Universidade Estadual do Paraná

Álvaro Leonel de Oliveira Castro² – Universidade Estadual do Paraná

Grupo de Trabalho: 10 Marketing

1. INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo, a atuação dos administradores exige estratégias, habilidades e conhecimento acadêmico para impulsionar o desenvolvimento organizacional. O marketing, como área funcional da Administração, vai além das vendas e busca conectar empresas ao público por meio da identificação de necessidades e criação de valor (KOTLER, 2021). Para isso, é essencial compreender o comportamento do consumidor, analisando como as pessoas escolhem, usam e descartam produtos e serviços (KASSARJIAN; GOODSTEIN, 2010).

No caso do Beach Tennis (BT), esporte em crescimento global, o consumo de produtos e serviços relacionados vai além da função prática, agregando valores culturais, identitários e sociais. A *Consumer Culture Theory* (CCT), proposta por Arnould e Thompson (2005), analisa o consumo como fenômeno cultural influenciado por fatores socioculturais e históricos. Assim, os praticantes de BT constroem estilos de vida e pertencimento por meio do esporte (FEATHERSTONE, 1995).

Com mais de 1,8 milhões de praticantes no mundo (CBT, 2024), o BT representa uma oportunidade de estudo para a Administração e o Marketing, especialmente na gestão de centros esportivos e estratégias voltadas ao público consumidor. A CCT se mostra relevante para compreender as motivações e o engajamento nesse contexto, oferecendo caminhos para ações mais eficazes e culturalmente alinhadas (VERA; GOSLING; SHIGAKI, 2016).

2. OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a prática esportiva do Beach Tennis e os potenciais elementos que poderiam ser explorados no prisma da CCT, visando identificar aspectos culturais e sociais afins à modalidade. Isso permitiria estabelecer as bases

¹ - Tecnóloga em Estética e Cosmética. Graduada em Administração – e-mail: srtjessicaah@gmail.com

² - Doutor em Administração – e-mail: alvaro.leonel@unespar.edu.br

teóricas e conceituais necessárias para estudos futuros que abordem o tema em uma perspectiva empírica, bem como encontrar informações relevantes para esta prática esportiva.

3. METODOLOGIA

O estudo possui caráter teórico e exploratório, e poderá contribuir para o aprofundamento do assunto à luz da CCT, e as possíveis motivações e impactos socioculturais relacionados à prática do BT que estão envolvidos. No momento a pesquisa baseia-se, em revisão bibliográfica de autores que discutem o comportamento do consumidor, a cultura do consumo e o papel do esporte como fenômeno social.

Para embasar teoricamente esta pesquisa, adotou-se o método de revisão narrativa, conforme descrito por Fernandes et al. (2023). Essa metodologia permite a elaboração de uma visão ampla dos temas tratados, priorizando a articulação crítica e a análise reflexiva da literatura. Foram utilizadas artigos científicos e publicações em periódicos como fontes.

4. RESULTADOS

O esporte é um fenômeno de destaque na sociedade atual, com grande notoriedade na mídia e impacto econômico global (SILVA, 2020). “A popularidade da prática do futebol no Brasil fica bem evidenciada quando se trata do amor do brasileiro pelo esporte” (RODRIGUES et al., 2015, p. 10). O voleibol também é considerado um esporte de grande alcance e aceitação por parte da população brasileira, sendo considerado o segundo esporte nacional (MEZZAROBBA; PIRES, 2011).

Apesar do futebol e voleibol serem os esportes mais populares no Brasil, os esportes não convencionais também têm ganhado seu espaço. O futevôlei por exemplo, tem tido grande crescimento no Brasil, é um esporte que se caracteriza por usar os pés, coxas, peito, ombro e cabeça, conhecido por usar os fundamentos do futebol em uma quadra semelhante ao voleibol (RETT; CLARO, 2021). O padel também tem se expandido no Brasil e no Paraná. Segundo a Confederação Brasileira de Padel (COBRAPA), o esporte é praticado em duplas, com uma bola semelhante à de tênis, porém com peso ajustado, em uma quadra de 20m por 10m cercada por paredes e telas. Seu diferencial está na interação com as paredes, que mantêm a bola em jogo, tornando os pontos mais dinâmicos e emocionantes.

Tanto o futevôlei como o padel são exemplos de esportes que começaram a ganhar destaque no Brasil e no Paraná. Conforme André Freitas, segundo melhor jogador de Padel do País

atualmente, o padel é praticado por aproximadamente 60 mil pessoas amadoras ou profissionais no Brasil, sendo mais de 50 mil jogadores do sul do país, tendo uma constante crescente (LANCE!, 2025).

O BT é um esporte relativamente novo que vem ganhando espaço no Brasil e no Paraná ao longo de quase duas décadas. Originado a partir de adaptações de esportes como o tênis de campo e o vôlei de praia, o BT atualmente é praticado em diversos espaços, como praias, academias, clubes e parques, ultrapassando os limites das cidades litorâneas. De acordo com a International Tennis Federation (ITF), mais de 1,8 milhões de pessoas praticam o esporte em todos os continentes, independentemente de gênero e idade (CBT, 2024).

No Brasil, a modalidade teve início no estado do Rio de Janeiro em 2008, e desde então se consolidou e se espalhou por todos os estados do país, tornando o Brasil uma das maiores forças do mundo nesse esporte. O BT trouxe várias oportunidades para empreendedores atentos as necessidades do mercado, pois a demanda cresceu absurdamente em poucos anos. “O esporte é um grande alvo de empreendedores, que enxergam em seus muitos benefícios (saúde, lazer etc.) maneiras de tornarem rentáveis seus produtos e serviços, estejam eles diretamente ou indiretamente ligados à prática do mesmo.” (CHAVEZ, 2019, p.11).

O Beach Tennis cresceu significativamente durante o período da pandemia de COVID-19, por poder ser praticado ao ar livre e sem contato físico, muitas pessoas aderiram a esse esporte como forma de socialização, qualidade de vida e de cuidado com a saúde. Desde então, o esporte continuo expandido e se tornando popular nacionalmente.

5. DISCUSSÃO

O estudo baseado na revisão teórica indica que a pratica esportiva do Beach Tennis pode ser ancorada na perspectiva de consumo e cultura. Funcionando como elemento de construção de identidade, socialização e estilo de vida entre seus praticantes. A análise teórica, observada pela *Consumer Culture Theory*, sugere que o consumo relacionado ao Beach Tennis está associado a valores simbólicos, como bem-estar, pertencimento e distinção social. Além disso, há indícios de que o Beach Tennis, é mais do que um esporte, são experiências e significados que impactam o comportamento do consumidor.

A revisão de literatura demonstra que o consumo, em especial no âmbito esportivo, é influenciado por fatores simbólicos, identitários e culturais, que vão além da lógica puramente utilitarista, conforme apontam autores Arnould e Thompson (2005). O Beach Tennis, revela-se

como um campo relevante para investigar dinâmicas de consumo ligadas ao estilo de vida, bem-estar, socialização e distinção social, aspectos explorados pela *Consumer Culture Theory*. Contudo, esta etapa preliminar embasa teoricamente a próxima fase do estudo, a pesquisa empírica, permitindo um olhar crítico e fundamentado sobre os fenômenos que envolvem o consumo esportivo contemporâneo.

6. CONCLUSÃO

O estudo com o objetivo de realizar uma revisão de literatura sobre a prática esportiva do Beach Tennis e os potenciais elementos que poderiam ser explorados no prisma da CCT, evidencia que o Beach Tennis ultrapassa os limites de uma simples prática esportiva, configurando-se como um fenômeno cultural contemporâneo marcado por elementos de pertencimento e busca por bem-estar. Sob a ótica da CCT, identifica-se seu potencial para embasar estratégias de marketing, gestão esportiva e análises sobre o comportamento do consumidor. Assim, a pesquisa contribui para o aprofundamento das relações entre cultura de consumo e práticas esportivas emergentes, incentivando investigações futuras de cunho empírico sobre o Beach Tennis nesse contexto.

7. REFERÊNCIAS

ARNOULD, Eric J.; Thompson, Craig J. Teoria da Cultura do Consumidor (CCT): Vinte anos de pesquisa. *Jornal de Pesquisa do Consumidor*, v. 31, n. 4, p. 868–882, 2005.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PADEL (COBRAPA). **Site institucional**. Disponível em: <https://www.cobrapa.com.br/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS. História do Beach Tennis. Disponível em: <https://www.cbt-tenis.com.br/beachtennis/attached/93>. Acessado em: 18 de outubro de 2024.

CHAVES, Rodrigo Noronha. **Empreendedorismo no esporte Amador de Praia**. Rio de Janeiro, jun. 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46533/46533.PDF>. Data de acesso: 05/04/2024.

FEATHERSTONE, M. *Cultura De Consumo E Pós-Modernidade*. São Paulo: Nobel, 1995.

FERNANDES, J. M. B.; VIEIRA, L. T.; CASTELHANO, M. C. C. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 3, n. 1, p. 1–7, 2023.

KASSARJIAN, Harold H.; GOODSTEIN, Ronald C. The emergence of consumer research. The Sage Handbook of Marketing Theory, Sage, London, p. 59-73, 2010.

KOTLER, Philip. Marketing Para O Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. *E-book*. p.20. ISBN 9786555202458.

MEZZAROBBA, Cristiano; PIRES, Giovani de Lorenzi. Breve panorama histórico do voleibol: do seu surgimento à espetacularização esportiva. **Atividade Física, Lazer & Qualidade de Vida: revista de educação física**, 2011.

LANCE!. **Padel: Brasil já registra a marca de 60 mil participantes da nova modalidade.** Rio de Janeiro, 02 ago. 2023. 15h42. Disponível em: <https://www.lance.com.br/mais-esportes/padel-brasil-ja-registra-a-marca-de-60-mil-participantes-da-nova-modalidade.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RETT, João Pedro Salviato; CLARO, Renan Floret Turini. Futevôlei. **Revista MotriSaúde**, v. 3, n. 1, p. 13-13, 2021.

RODRIGUES, Mateus Carvalho et al. **O futebol como uma modalidade esportiva popular no brasil e as lesões mais incidentes nessa prática/football as a popular sports mode in brazil and lesions more incidents that practice.** Saúde em foco, v. 2, n. 2, p. 14-28, 2015

SILVA, Sabrina Miguel da. **Esportes não convencionais na escola: uma proposta de sistematização para os anos finais do Ensino Fundamental.** 2020.

VERA, Luciana Alves Rodas; GOSLING, Marlusa de Sevilha.; SHIGAKI, Helena Belintani. Teoria da Cultura do Consumo: possibilidades, limitações e caminhos em estudos de marketing no Brasil. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 15–32, 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 11

SUSTENTABILIDADE EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO

RESUMOS EXPANDIDOS

DEXTRINA DE AMIDO OXIDADO COM ALTO TEOR DE SÓLIDOS: APLICAÇÃO INDUSTRIAL

Tânia Maria Coelho¹ – Unespar/CM
Ederaldo Luiz Beline² – Unespar/CM
Fernando Henrique Lermen³ – Unespar/PGua
Gustavo de Souza Matias⁴ – Unespar/PGua
Marcia de Fátima Moraes⁵ – Unespar/CM
Nabi Assad Filho⁶ – Unespar/CM
Rubya Vieira de Mello Campos⁷ – Unespar/CM
Valderice Junkes⁸ – Unespar/PGua

Grupo de Trabalho 11: Sustentabilidade em ambientes de inovação

INTRODUÇÃO

Amidos, biopolímeros vegetais, são amplamente utilizados industrialmente, mas suas limitações na forma nativa (baixa solubilidade, alta viscosidade, baixa estabilidade térmica) restringem sua aplicação[1,2,4]. A **modificação química**, como a oxidação, é uma estratégia eficaz para aprimorar suas propriedades. A produção de dextrina com alto teor de sólidos, através de degradação controlada do amido (pirolítica ou oxidativa), resulta em polímeros de menor massa molar e maior solubilidade, ideais para adesivos e ligantes. O amido de mandioca é promissor devido à sua pureza e estrutura granular[3,6]. Na indústria papelreira, amidos modificados são cruciais como agentes de colagem e aditivos de resistência, com a oxidação sendo particularmente relevante por reduzir a viscosidade e aumentar a estabilidade[5]. O uso de amido oxidado promove processos mais eficientes e sustentáveis. Esta pesquisa se justifica pelo aprimoramento do amido de mandioca, uma matéria-prima nacional estratégica, de baixo custo e sustentável, com vistas à otimização de suas propriedades para o setor papelreiro.

OBJETIVOS

¹ - Doutorado – e-mail: tania.coelho@ies.unespar.edu.br

² - Mestrado – e-mail: ederaldo.beline@unespar.edu.br

³ - Doutorado – e-mail: fernando.lermen@unespar.edu.br

⁴ - Doutorado – e-mail: gustavo.matias@unespar.edu.br

⁵ - Doutorado – e-mail: marcia.morais@unespar.edu.br

⁶ - Mestrado – e-mail: nabi.filho@unespar.edu.br

⁷ - Doutorado – e-mail: rubya.campos@unespar.edu.br

⁸ - Mestrado – e-mail: valderice.junkes@unespar.edu.br

Este estudo teve como objetivo **desenvolver uma solução de dextrina com alto teor de sólidos**, obtida a partir de **amido nativo de mandioca modificado por oxidação e tratamento térmico**, visando otimizar suas propriedades físico-químicas para a indústria papelreira.

METODOLOGIA EXPERIMENTAL

Este estudo, de **abordagem metodológica mista (quantitativa e qualitativa) e exploratória**, combinou pesquisa bibliográfica e experimental[15]. O objetivo foi produzir dextrina de amido de mandioca com alto teor de sólidos, modificada por aquecimento em presença de solução catalítica, para uso na indústria papelreira. De acordo com Fennema [8], essas modificações resultam da quebra parcial das cadeias de amilose e amilopectina, que ocorre durante o processo de dextrinização.

O **amido nativo de mandioca** foi a matéria-prima, e os reagentes de oxidação incluíram **hipoclorito de sódio (NaClO)**, **peróxido de hidrogênio (H₂O₂)**, **hidróxido de sódio (NaOH)** e **ácido clorídrico (HCl)**.

A **modificação química** ocorreu por oxidação alcalina, com dispersão do amido em água (30-40% sólidos), pH ajustado (9,5-10,5 com NaOH), e adição de NaClO (0,8%, 2,0%, 5,0% de cloro ativo) e H₂O₂. A reação foi mantida a 30-35°C, sob agitação, por 1 a 3 horas, seguida de neutralização do pH com HCl, filtração, lavagem e secagem a 40°C [6].

O **processo de dextrinização** envolveu tratamento térmico do amido oxidado em estufa a 150°C, simulando hidrólise ácida. As amostras secas foram dissolvidas em água sob aquecimento para formar soluções com diferentes teores de sólidos[7].

As **análises físico-químicas** incluíram a determinação da concentração de sólidos e da **viscosidade cinemática** (Copo Ford, NBR 16477:2016), buscando o maior teor de sólidos com menor tempo de escoamento[9].

Nos **testes de aplicação**, as soluções de dextrina foram aplicadas em substratos de papel via extrusora para avaliar aderência, tempo de secagem e integridade da superfície.

Preparação das Amostras

O desenvolvimento experimental iniciou-se com a pesagem de 500g de amido de mandioca, dividido em cinco amostras, cada uma tratada com volumes específicos de água destilada, peróxido de hidrogênio e ácido clorídrico. Após agitação e homogeneização, as amostras foram

armazenadas por 24 horas para oxidação controlada e depois secas em estufa a 120°C por 24 horas.

RESULTADOS

Para a avaliação das propriedades, preparamos soluções de amido oxidado em duas concentrações distintas: **10% e 40% (m/m)**, que foram solubilizadas em água destilada sob aquecimento. Após resfriamento, as soluções foram submetidas à análise de **viscosidade cinemática**, utilizando o Copo Ford conforme a norma NBR 16477:2016. Os tempos de escoamento obtidos confirmaram a **relação direta entre a concentração de amido e sua viscosidade**: a solução a 10% (m/m) apresentou um tempo de escoamento de **6,11 segundos**, enquanto a solução a 40% (m/m) registrou **10,81 segundos**. Esses dados demonstram a capacidade de produzir amido oxidado com um **alto teor de sólidos** mantendo características adequadas para avaliação[10,14].

DISCUSSÃO

A oxidação do amido de mandioca com peróxido de hidrogênio (H_2O_2) promoveu uma depolimerização eficaz das cadeias de amilose e amilopectina. Essa modificação resultou em uma redução significativa da viscosidade das soluções, um achado notável, especialmente quando comparamos as soluções de alta concentração (como as de 40% m/m). A quebra das ligações glicosídicas aumenta a mobilidade das cadeias polissacarídicas em solução, o que se manifesta como uma diminuição da resistência ao fluxo[11].

A menor viscosidade em altas concentrações de sólidos representa uma vantagem crucial para diversas aplicações industriais, particularmente na indústria de papel e celulose. Essa característica facilita a aplicação e a distribuição homogênea do amido em processos que demandam eficiência e controle[12]. A propriedade do amido oxidado de ter suas características reológicas ajustáveis, como observado, amplia seu leque de uso tecnológico e contribui diretamente para o desenvolvimento de processos industriais mais eficientes e sustentáveis[13]. Além disso, a combinação da redução da viscosidade com a manutenção de um alto teor de sólidos é benéfica, pois favorece um **menor tempo de secagem**, maior rendimento operacional e melhor eficiência no processo de colagem do papel.

Em síntese, a modificação oxidativa do amido de mandioca se configura como uma **alternativa tecnicamente viável** para a produção de dextrinas com características ideais para uso em adesivos e colas industriais, que exigem um equilíbrio preciso entre viscosidade e teor de sólidos. Os resultados preliminares são promissores e indicam o potencial significativo desse material. A pesquisa segue em andamento, e **novas análises serão realizadas** para aprofundar a avaliação das propriedades e explorar outras aplicações potenciais do material desenvolvido.

CONCLUSÃO

A presente investigação demonstrou que a **modificação oxidativa do amido de mandioca**, empregando peróxido de hidrogênio (H_2O_2) e ácido clorídrico (HCl) como agentes de reação, constitui uma **estratégia eficaz para a obtenção de dextrinas com elevado teor de sólidos e propriedades reológicas otimizadas** para aplicações na indústria papelreira.

As análises de viscosidade cinemática, conduzidas conforme a norma NBR 16477:2016 (método Copo Ford), evidenciaram que, apesar do esperado aumento da viscosidade com a concentração — a solução a 10% (m/m) apresentou 6,11 segundos de tempo de escoamento e a 40% (m/m) registrou 10,81 segundos — a **ação oxidativa conferiu maior fluidez às amostras, mesmo em concentrações elevadas**. Essa característica é um atributo crítico para processos industriais que demandam eficiência na aplicação e rápida secagem.

Conclui-se, portanto, que o **amido de mandioca oxidado emerge como uma alternativa sustentável e tecnicamente viável** para a substituição parcial ou total de adesivos sintéticos na colagem de papel. Esta abordagem não apenas valoriza fontes renováveis, mas também contribui significativamente para a redução dos impactos ambientais associados à utilização de derivados petroquímicos.

Apesar dos resultados promissores, esta pesquisa apresenta algumas limitações, como a restrição do estudo a análises reológicas básicas e à aplicação em um único tipo de substrato. Para aprofundar a compreensão das potencialidades da dextrina de amido oxidado com alto teor de sólidos, recomenda-se que futuras investigações explorem a performance do material em diferentes condições industriais, bem como a análise de outras propriedades físico-químicas relevantes, como adesividade, resistência mecânica e estabilidade térmica em longo prazo. Além disso, estudos comparativos com outros amidos e agentes oxidantes podem contribuir para o

avanco do conhecimento sobre formulações sustentáveis e de alto desempenho para a indústria papelreira e correlatas.

REFERÊNCIAS

1. CAVALCANTI, N. B. et al. Amidos modificados: aspectos tecnológicos e aplicações industriais. *Rev. Bras. Prod. Agroind.*, v. 12, n. 1, p. 1–13, 2010.
2. FENNEMA, O. R. *Química de alimentos*. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2010.
3. LEITE, M. T. et al. Propriedades físico-químicas de amidos modificados de mandioca para aplicação industrial. *Ciênc. Agrotec.*, v. 35, n. 3, p. 478–486, 2011.
4. JANE, J. L. Starch Properties, Modifications, and Applications. In: NIAZI, M. B. K. (ed.). *Advanced Processing, Properties, and Applications of Starch and Other Bio-based Polymers*. Amsterdam: Elsevier, 2020. p. 23–45.
5. TESTER, R. F.; KARKALAS, J.; QI, X. Starch—composition, fine structure and architecture. *J. Cereal Sci.*, v. 39, n. 2, p. 151–165, 2004.
6. OLIVEIRA, D. A. et al. Produção de adesivos à base de amido para aplicação em papel: efeito da modificação química. *Polímeros: Ciênc. Tecnol.*, v. 20, n. 6, p. 390–396, 2010.
7. MAAS, R. H. W. et al. Hydrothermal modification of starches: A review. *Carbohydr. Polym.*, v. 181, p. 386–403, 2018.
8. FENNEMA, O. R. *Food Chemistry*. 4th ed. Boca Raton: CRC Press, 2008.
9. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 16477: Tintas – Determinação da viscosidade cinemática com copo Ford*. Rio de Janeiro, 2016.
10. MARTINEZ-BUSTOS, R. et al. Modificação de amido de mandioca com peróxido de hidrogênio e ácido láctico visando o desenvolvimento da propriedade de expansão. *Rev. Raízes Amidos Trop.*, v. 6, p. 126-133, 2010.
11. PELLOSI, J. C. et al. Oxidação em amido de aveia com peróxido de hidrogênio. [s.d.]. Disponível em: [repositório da UFPel](https://repositorio.ufpel.br/). Acesso em: 02 jun. 2025.
12. LAZZAROTTO, S. C. *Aplicação do amido de mandioca nas indústrias*. Técnico Comunicado - Embrapa. [s.d.].
13. DEMIATE, I. M.; DUPAS, D. F.; CEREDA, M. P. Oxidação dos amidos de mandioca e de milho comum fermentados: desenvolvimento da propriedade de expansão. *Ciênc. Tecnol. Alimentos*, v. 27, n. 4, p. 794-799, 2007.

14. SILVA, J. M. et al. Amido de mandioca modificado por oxidação: propriedades físicas e químicas e perfil de textura de géis. *Res. Soc. Dev.*, v. 9, n. 10, e9089108238, 2020.
15. Venkatesh, V., Brown, S. A., & Bala, H. (2013). Bridging the qualitative-quantitative divide: Guidelines for conducting mixed methods research in information systems. *MIS quarterly*, 21-54.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PRATO DO CARNEIRO NO BURACO: UM LEVANTAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Marla Dias da Rocha¹ - Unespar
Raquel Lage Tuma² - Unespar

Grupo de Trabalho: 11 Sustentabilidade em ambiente de Inovação.

INTRODUÇÃO

A Festa Nacional do Carneiro no Buraco, tradicional em Campo Mourão-PR, apresenta uma oportunidade relevante para promover a sustentabilidade na região. No entanto, a falta de estudos sobre a gestão de resíduos sólidos no evento evidencia a necessidade de uma abordagem mais estruturada. Este estudo contribui para a identificação de melhorias contínuas, alinhando as práticas do evento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um pacto global da ONU que trata de desafios como erradicação da pobreza e gestão ambiental.

O objetivo da pesquisa foi analisar a gestão de resíduos durante a 28ª edição da festa em 2023, mapeando os tipos de resíduos gerados, avaliando a separação e destinação e identificando desafios. Os resultados possibilitaram a formulação de estratégias para reduzir, reutilizar e reciclar resíduos, minimizando impactos ambientais e promovendo a economia circular. Espera-se que este trabalho sirva como referência para eventos similares, incentivando a cultura da sustentabilidade.

O estudo também abordou o contexto histórico do prato e do evento, que atrai mais de 150 mil visitantes. A descentralização do almoço em 2023, servido em oito entidades distintas, levantou questões sobre a gestão de resíduos em larga escala. Segundo Getz (2007), eventos sustentáveis devem conciliar entretenimento e responsabilidade socioambiental, buscando reduzir impactos negativos e ampliar benefícios sociais e econômicos. Essa abordagem se alinha ao turismo sustentável, que busca equilibrar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e cultural. A incorporação da tecnologia pode auxiliar na gestão de resíduos, com aplicativos para informar pontos de coleta e descarte correto, além de tecnologias para compactação e uso de materiais biodegradáveis. Dessa forma, a festa pode se tornar um exemplo de evento sustentável, valorizando a cultura local e promovendo um futuro mais justo.

¹ Graduada em Turismo e Mestranda em História Pública – Unespar, Campus de Campo Mourão – e-mail: marla_rocha_29@hotmail.com

² Docente do Colegiado de Turismo–Unespar, Campus de Campo Mourão-e-mail: raquel.tuma@unespar.edu.br

A pesquisa focou na gestão de resíduos sólidos, contextualizando a história do prato e desenvolvendo estratégias para futuras edições, visando que a festa seja reconhecida não só pela tradição, mas também pela sustentabilidade. O estudo também abordou o conceito de ESG (Environmental, Social, and Governance), enfatizando a importância da gestão de resíduos, compostagem e upcycling para um evento mais responsável.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a gestão dos resíduos sólidos gerados e propor melhorias alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) durante a 28ª edição da Festa Nacional do Carneiro no Buraco, em 2023, na cidade de Campo Mourão-PR, e os objetivos específicos foram: investigar a forma adequada para o descarte e/ou separação dos resíduos sólidos, levantar o histórico da 28ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco e propor ações de sustentabilidade para o evento da 28ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco

METODOLOGIA

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, combinando os métodos exploratórios e descritivos, conforme Dencker (2001). A etapa exploratória permitiu um aprofundamento das ideias e intuições sobre o objeto de pesquisa, enquanto a descritiva utilizou observação sistemática para examinar o descarte e separação de resíduos sólidos, conforme Minayo (2014).

A coleta de dados ocorreu em 9 de julho de 2023, entre 11h30 e 14h00, durante a degustação do prato principal. Foram utilizados registros fotográficos e roteiros descritivos, complementados por entrevistas informais com participantes e organizadores. O planejamento da pesquisa, incluindo a elaboração e aprovação do roteiro de observação, ocorreu ao longo de duas semanas (26 de junho a 7 de julho). A investigação exploratória também envolveu levantamento bibliográfico e entrevistas com organizadores experientes.

A descentralização do evento, com o almoço servido em oito entidades, dificultou um monitoramento unificado da gestão de resíduos. O estudo concentrou-se nas equipes da Santa Casa e do Motoclube Cachorros do Asfalto, selecionadas por indicação e pelo maior volume de vendas. A análise dos dados proporcionou uma visão abrangente sobre a gestão de resíduos sólidos, examinando espaços de descarte, manipulação de alimentos e materiais utilizados. O foco esteve na identificação de lacunas e na formulação de sugestões alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

RESULTADOS:

A pesquisa sobre a 28ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco identificou desafios na gestão de resíduos sólidos, agravados pela descentralização do evento. Foram observadas falhas na separação de resíduos, ausência de lixeiras apropriadas, desperdício de água e deficiências na inclusão e acessibilidade, a infraestrutura inadequada comprometeu práticas sustentáveis, violando princípios do ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Para reduzir impactos, recomenda-se a implementação de educação ambiental, reforço na coleta seletiva e parcerias com cooperativas de reciclagem, visando transformar o evento em um modelo de sustentabilidade.

Imagem 01- Sacos pretos



Autor: Autoria Própria

Imagem 02- resíduos misturados



Autor: Autoria Própria

Imagem 03- lixeira inadequada



Autor: Autoria Própria

Imagem 04- materiais descartáveis



Autor: Autoria Própria

DISCUSSÃO

A gestão de resíduos na 28ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco em Campo Mourão apresenta desafios e oportunidades para um evento mais sustentável. A falta de lixeiras adequadas,

sinalização para coleta seletiva e separação de resíduos orgânicos e inorgânicos contradizem o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), dificultando a economia circular. Além disso, a descentralização do evento complicou a gestão integrada dos resíduos, impactando a eficiência da coleta e destinação, o desperdício de água, devido à falta de manutenção, contraria o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), enquanto a carência de acessibilidade, como intérpretes de Libras e instalações adaptadas, vai contra o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Para tornar o evento mais inclusivo e sustentável, é essencial investir em educação ambiental, coleta seletiva e parcerias com cooperativas de reciclagem, alinhando-se ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

O estudo teve limitações, como a restrição de acesso ao preparo do prato principal e a observação parcial das entidades envolvidas, dificultando uma avaliação abrangente. No entanto, a festa tem grande potencial para ser um modelo sustentável, desde que a organização adote uma abordagem mais estratégica e colaborativa, envolvendo academia, órgãos públicos e sociedade civil.

CONCLUSÃO:

A pesquisa realizada na 28ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco em Campo Mourão identificou desafios e oportunidades para aprimorar a sustentabilidade do evento. O objetivo de analisar a gestão de resíduos e propor melhorias alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi cumprido por meio de observação sistemática, os principais achados incluem a falta de lixeiras e sinalização para coleta seletiva, resultando na mistura de resíduos orgânicos e inorgânicos, além da descentralização do evento, que dificultou uma gestão unificada. O desperdício de água devido à manutenção inadequada contradiz o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), enquanto a ausência de infraestrutura acessível, como intérpretes de Libras, desafia o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Para reduzir esses impactos, foram sugeridas ações como a instalação de pontos de coleta seletiva, campanhas de educação ambiental e parcerias com cooperativas de reciclagem. Tais iniciativas contribuiriam para o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 11

(Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Futuras pesquisas podem explorar a viabilidade de um plano centralizado de gestão de resíduos, mesmo em um formato descentralizado. Também seria relevante investigar a percepção dos participantes sobre sustentabilidade e avaliar os custos e benefícios de um evento "resíduo zero". A implementação dessas melhorias pode transformar a festa em um modelo de evento sustentável e referência nacional.

REFERÊNCIAS:

DENCKER; Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2001.

ELKINGTON; John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Gabriola Island: New Society Publishers, 1997.

GETZ, Donald. Sustainable event management: a practical approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 26, n. 3, p. 382-399, 2018.

MINAYO; Maria cecilia. de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO. Carneiro no Buraco: guardião do fogo e acendimento dos buracos marcaram o sábado. 10 jul. 2016. Disponível em: <https://blogdoraoni.com/carneiro-no-buraco-guardia-do-fogo-e-acendimento-dos-buracos-marcaram-o-sabado/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso em: 16 jun. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 12

**COMUNIDADE: PROJETEK
UNESPAR/UTFPR/COMCAM/
CONDESCOM –
ENGENHARIAS E
ARQUITETURA**

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA BIM NA SEGURANÇA VIÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO EM SEMÁFOROS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

Ana Paula Grigoli¹ – Unespar
Guilherme Senetra² – Unespar
Guilherme Tarelli Machado³ – Unespar
Thalline Esser⁴ – Unespar
Adalberto Dias de Souza⁵ – Unespar
Diogo Danilo de Almeida Pereira⁶ – Unespar

GRUPO DE TRABALHO 12: - Comunidade: Projetek UNESPAR / UTFPR / COMCAM / CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura

RESUMO

Este estudo investiga o uso da tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) ou (Modelagem de informações para a construção) como ferramenta estratégica para o planejamento urbano voltado à segurança viária, tendo como foco a implementação de câmeras de vigilância em semáforos no município de Campo Mourão, Paraná. A partir da crescente complexidade das cidades e da demanda por soluções inteligentes de mobilidade e fiscalização, o estudo propõe a utilização do BIM para mapear áreas críticas, simular cenários e planejar, com precisão, intervenções urbanas voltadas à segurança no trânsito. Com base em uma abordagem qualitativa e aplicada, e por meio de revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso, a pesquisa se fundamenta em autores como Eastman et al. (2011), Azhar (2011), Succar (2009), Pereira e Almeida (2020) e Costa et al. (2022). Esses autores demonstram que o BIM é capaz de integrar dados geoespaciais, modelagem tridimensional e tecnologias emergentes como IoT (Internet das Coisas) e GIS (Geoprocessamento), promovendo decisões baseadas em dados e melhoria na gestão da infraestrutura viária. Os resultados apontam que o uso do BIM possibilita a simulação de posicionamento de semáforos e câmeras, antecipando conflitos e interferências. A experiência com o Programa Projetek Paraná/Unespar (PPU), o qual apoia municípios paranaenses na elaboração de projetos técnicos com uso de BIM e evidencia o potencial da tecnologia para promover melhorias estruturais, administrativas e operacionais. Assim conclui-se que a aplicação do BIM na segurança viária urbana é viável e desejável, especialmente em municípios de pequeno e médio porte. A tecnologia oferece suporte técnico para a modernização da infraestrutura urbana e potencializa políticas públicas voltadas à mobilidade sustentável e inteligente, aproximando o planejamento urbano das reais necessidades da população.

Palavras-chave: Building Information Modeling (BIM), Segurança viária, Administração Pública e Planejamento urbano inteligente.

¹ - Graduando em Administração – e-mail: grigoliana@gmail.com

² - Graduando em Administração – e-mail: senetraguilherme@gmail.com

³ - Graduando em Administração – e-mail: guilhermetarelli9@gmail.com

⁴ - Graduando em Administração – e-mail: thallinesser@gmail.com

⁵ - Doutor em Administração e Geografia – orientador – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

⁶ - Mestre e doutorando em Engenharia civil – e-mail: Diogocrtt@gmail.com

RESUMEN

Este artículo investiga el uso de la tecnología BIM (Building Information Modeling) como herramienta estratégica para la planificación urbana orientada a la seguridad vial, centrado en la implementación de cámaras de vigilancia en semáforos en la ciudad de Campo Mourão, Paraná, Brasil. Frente a la creciente complejidad urbana y la necesidad de soluciones inteligentes en movilidad y fiscalización, el estudio propone el uso del BIM para mapear áreas críticas, simular escenarios y planificar con precisión intervenciones de tránsito. Mediante un enfoque cualitativo y aplicado, basado en revisión bibliográfica, análisis documental y estudio de caso, la investigación se apoya en autores como Eastman et al. (2011), Azhar (2011), Succar (2009), Pereira y Almeida (2020) y Costa et al. (2022). Estos estudios muestran que el BIM puede integrar datos geoespaciales, modelado tridimensional y tecnologías emergentes como IoT y GIS, favoreciendo decisiones basadas en datos y mejorando la gestión de la infraestructura vial. Los resultados revelan que el uso del BIM permite simular la ubicación de semáforos y cámaras, anticipando conflictos e interferencias. La experiencia del Programa PROJETEK/PARANÁ/UNESPAR (PPU), que apoya a municipios del estado de Paraná en la elaboración de proyectos técnicos con BIM, evidencia el potencial de esta metodología para promover mejoras estructurales, administrativas y operacionales. Se concluye que la aplicación del BIM en la seguridad vial urbana es viable y recomendable, especialmente en municipios de pequeño y mediano porte. La tecnología brinda apoyo técnico para modernizar la infraestructura urbana y fortalece políticas públicas enfocadas en la movilidad sostenible e inteligente, acercando la planificación a las necesidades reales de la población.

Palabras clave: *Building Information Modeling (BIM), Seguridad vial, Administración pública y Planificación urbana inteligente.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crescente complexidade atual dos centros urbanos e a demanda por soluções eficazes de mobilidade e segurança viária têm impulsionado a adoção de tecnologias inovadoras no planejamento e na gestão das cidades. Nesse contexto, o uso do *Building Information Modeling* (BIM) surge como uma ferramenta estratégica, capaz de integrar dados e facilitar a tomada de decisões com maior precisão, transparência e eficiência.

Este estudo propõe analisar a aplicabilidade da tecnologia BIM na segurança viária, com foco na implementação de câmeras de vigilância em semáforos no município de Campo Mourão/PR. A pesquisa parte da premissa de que a modelagem digital pode contribuir significativamente para a identificação de pontos críticos, otimização da alocação de dispositivos de monitoramento e aperfeiçoamento da infraestrutura urbana voltada ao controle do tráfego.

Ao considerar os desafios enfrentados pelos municípios de pequeno e médio porte na elaboração de projetos técnicos e na adoção de tecnologias inteligentes, o trabalho destaca a relevância de iniciativas como o Programa PPU, que promove a modernização da gestão pública por meio da capacitação e do uso da tecnologia BIM.

Dessa forma, o estudo não apenas busca avaliar a viabilidade técnica da tecnologia, mas também contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de segurança viária e inovação urbana, contribuindo para a promoção de um ambiente mais seguro, conectado e eficiente no espaço das cidades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, a tecnologia BIM vem se consolidando como uma ferramenta essencial no planejamento e gestão de obras públicas e privadas, por proporcionar maior controle, visualização e integração de informações em projetos de infraestrutura (EASTMAN et al., 2011). O BIM permite a modelagem digital de construções com dados precisos e integrados, favorecendo a tomada de decisão e a eficiência operacional ao longo de todo o ciclo de vida de um projeto (AZHAR, 2011).

No contexto da infraestrutura viária, o BIM tem sido incorporado como uma solução inovadora para planejamento urbano e monitoramento de tráfego. Segundo Succar (2009), a maturidade do uso do BIM em obras de infraestrutura contribui para uma maior integração entre sistemas de segurança, sensores e dispositivos de vigilância, promovendo cidades mais inteligentes e seguras.

A segurança viária é uma preocupação crescente nos centros urbanos. O uso de tecnologias integradas, como câmeras de vigilância conectadas a sistemas inteligentes de monitoramento, tem sido uma tendência adotada para promover a redução de acidentes, a fiscalização eficiente e o controle do tráfego (PEREIRA; ALMEIDA, 2020). Nesse cenário, a integração desses dispositivos em um modelo BIM pode facilitar a visualização da cobertura das câmeras, pontos cegos e possíveis falhas na segurança do trânsito.

De acordo com Costa et al. (2022), o uso do BIM em projetos urbanos permite simular cenários e testar estratégias antes da implementação, o que é particularmente relevante na instalação de equipamentos de segurança, como câmeras em semáforos. Essa abordagem pode contribuir com a otimização da alocação dos dispositivos, garantindo maior eficácia na vigilância e no controle do tráfego urbano para maior segurança de motoristas e pedestres.

Além disso, estudos como o de Rodrigues e Batista (2021) apontam que o BIM, aliado a ferramentas de Geoprocessamento e Internet das Coisas (IoT), amplia as possibilidades de gestão

integrada da infraestrutura urbana, incluindo semáforos, câmeras e sensores de tráfego, permitindo intervenções mais rápidas e baseadas em dados em tempo real.

Portanto, a utilização do BIM na segurança viária, especialmente na implementação de câmeras de vigilância, representa uma importante inovação no planejamento urbano, agregando valor, tanto ao setor público quanto à sociedade, ao promover mais segurança, eficiência e transparência nos processos de gestão da cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adota uma abordagem aplicada e qualitativa, com delineamento exploratório-descritivo, voltada à análise da utilização da tecnologia *Building Information Modeling (BIM)*, como instrumento de apoio ao planejamento urbano e à segurança viária. Mais especificamente, investiga-se o potencial do BIM na implantação de semáforos inteligentes e dispositivos de controle de tráfego em municípios de pequeno e médio porte. O estudo parte da atuação do Programa PROJETEK/PARANÁ/UNESPAR, uma parceria entre o governo do estado do Paraná e as universidades públicas paranaenses que buscam apoiar tecnicamente os municípios, por meio da elaboração de projetos executivos com o uso de BIM.

A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender contextos institucionais e operacionais que envolvam a adoção de tecnologias no setor público (MINAYO, 2011). Os procedimentos envolveram análise documental e bibliográfica, com consulta a normativas como o Decreto nº 10.306/2020 e a Lei nº 14.133/2021. A fundamentação teórica está alicerçada em autores como Eastman et al. (2014), Azhar et al. (2008), Christopher (2011), e Pereira e Almeida (2020), que discutem tanto o potencial técnico do BIM quanto sua aplicação em contextos urbanos e de mobilidade.

A pesquisa utilizou como estudo de caso o município de Campo Mourão/PR, cuja estrutura urbana e características viárias foram analisadas para simulação de intervenções de segurança viária com base em modelagem digital.

DESENVOLVIMENTO

A utilização da tecnologia BIM para além da arquitetura tradicional, vem ganhando espaço em áreas como planejamento urbano, mobilidade e segurança viária. O modelo digital permite integrar dados topográficos, mapas urbanos e infraestrutura existente, possibilitando

análises de tráfego, mapeamento de pontos de conflito, simulação de fluxos e avaliação da viabilidade técnica para a implantação de equipamentos como semáforos, câmeras de monitoramento e lombadas eletrônicas.

Eastman et al. (2014) destacam que o BIM permite a integração entre modelos 3D e dados operacionais, o que facilita a gestão de ativos urbanos. No contexto viário, isso se traduz na capacidade de posicionar, simular e validar, por meio de modelos computacionais, a localização ideal de semáforos, levando em conta o fluxo de veículos, pedestres e a geometria do cruzamento. Pereira e Almeida (2020) reforçam que a segurança no trânsito deve considerar fatores estruturais e tecnológicos, e que o uso de câmeras e sensores pode ser potencializado com planejamento integrado à modelagem urbana.

Além disso, a integração entre BIM e GIS, conforme discutido por Barcelos et al. (2022), permite sobrepor dados geoespaciais às informações do modelo digital, favorecendo decisões mais precisas e contextualizadas. No caso de Campo Mourão, foi possível identificar interseções críticas com alto volume de tráfego, onde a instalação de câmeras de monitoramento em semáforos teria impacto direto na redução de acidentes e na organização da mobilidade urbana. Com este mapeamento, a tecnologia tem o potencial de auxiliar a Administração Pública a garantir a segurança dos cidadãos nestes locais.

No levantamento empírico visitamos em Campo Mourão, o cruzamento da Avenida Irmãos Pereira com a Avenida Miguel Luis Pereira (Trecho urbanizado da PRC 487), local de intenso fluxo de veículos, por se tratar de acesso a bairros importantes como, o centro da cidade e devido a característica do município de ser um importante entroncamento viário no estado. Assim o local acaba sendo uma passagem obrigatória de veículos que se deslocam do Sul do Paraná para regiões ao norte do estado e Centro Oeste do Brasil.

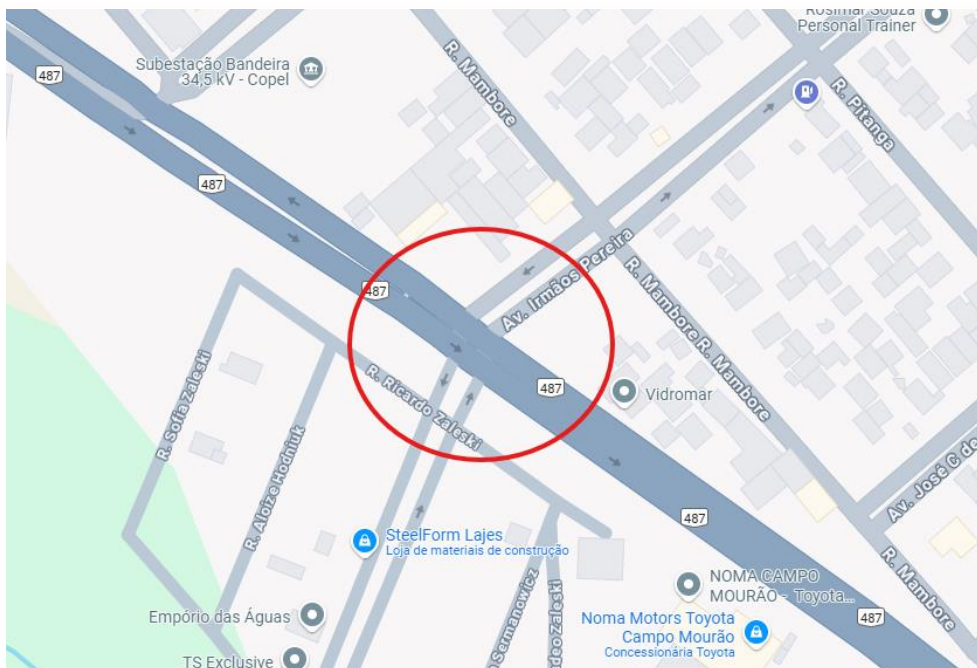


Figura 1:Localização do cruzamento de vias visitado em Campo Mourão

Fonte: Google Maps, 2025.

Na figura 1, é evidenciada a dimensão do cruzamento analisado, onde há a interseção de duas avenidas, sendo uma delas o trecho urbanizado da PRC-487, identificado na figura como 487, no local há a intersecção de 02 pistas de rolagem com 02 faixas cada, totalizando 08 faixas ou fluxos de veículos se cruzando em um único ponto, que caracteriza o local como de alto fluxo de veículos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a aplicação do BIM na segurança viária urbana é tecnicamente viável e apresenta benefícios operacionais e sociais. Conforme revisão da literatura, a simulação de implantação de câmeras de monitoramento em semáforos em pontos críticos de Campo Mourão, com base no modelo tridimensional do centro urbano, tem o potencial de permitir antever interferências físicas, ajustar projetos de sinalização, prever acessibilidade e planejar rotas alternativas durante as obras.

No local visitado, ficou evidente a necessidade da câmera de monitoramento, por ser um local de alto fluxo de veículos, o dispositivo se torna estratégico para coibir desrespeito a sinalização e leis de trânsito e desta forma garantir um trânsito seguro para todos.



Figura 2: Câmera instalada no cruzamento de vias visitado em Campo Mourão

Fonte: Foto tirada pelos autores, 2025.

Na figura 2 é mostrado a disposição da câmera de segurança instalada no local visitado. A configuração da câmera atrás dos veículos permite identificar o veículo caso ele avance sobre a faixa de contenção, evitando que os veículos consequentemente avancem sobre a faixa de rolagem interseccionada e, desta forma, prevenindo acidentes.

Neste sentido, o BIM contribui no planejamento de instalação destes dispositivos de segurança, garantindo que sejam instalados em locais estratégicos para assegurar a segurança viária.

Estudos como o de Bezerra et al. (2022) evidenciam que a adoção de tecnologias inteligentes na infraestrutura urbana contribui para a transparência administrativa e para a qualidade do serviço prestado. Além disso, os modelos digitais gerados podem ser reaproveitados em projetos futuros e integrados a sistemas de gestão pública, como plataformas de monitoramento de tráfego e controle de iluminação viária.

A partir da experiência do PROJETEK/PARANÁ/UNESPAR, recomenda-se a ampliação do escopo dos Escritórios de Projetos Executivos para incluir rotineiramente iniciativas voltadas à segurança viária, como parte das ações de planejamento urbano e mobilidade sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a aplicação do *Building Information Modeling (BIM)* na segurança viária representa uma estratégia promissora para o aprimoramento da infraestrutura urbana, especialmente em municípios de pequeno e médio porte como Campo Mourão/PR. A integração entre modelagem digital, georreferenciamento e dispositivos inteligentes, como câmeras de vigilância em semáforos, oferece ganhos expressivos em planejamento, monitoramento e gestão do tráfego urbano.

Por meio do estudo da literatura, verificou-se que o uso do BIM permite antecipar interferências, aperfeiçoar a localização de equipamentos de segurança e contribuir para a redução de acidentes e melhoria da fluidez no trânsito. Além disso, a adoção dessa tecnologia fortalece a transparência dos processos públicos e possibilita a reutilização de modelos em futuros projetos, promovendo maior eficiência administrativa.

Além dos benefícios técnicos, a utilização do BIM na segurança viária pode representar um avanço significativo no campo das políticas públicas baseadas em evidências. Quando integrado a bancos de dados urbanos e ferramentas de análise espacial, o BIM oferece suporte para decisões mais assertivas e fundamentadas, que podem priorizar investimentos com base em indicadores reais de risco, fluxo e vulnerabilidade viária. Essa abordagem pode ser especialmente útil em municípios que enfrentam limitações orçamentárias, pois permite aplicar recursos públicos de forma mais eficiente e direcionada, priorizando os pontos de maior impacto social e urbano.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o potencial educativo e institucional que o uso do BIM pode gerar dentro das administrações públicas. A adoção dessa tecnologia estimula a capacitação técnica de servidores, fomenta a cultura de inovação nos departamentos de engenharia e planejamento urbano e promove a valorização da inteligência territorial como ferramenta de governança. Essa transformação, embora gradual, é essencial para que a gestão pública avance rumo a modelos mais transparentes, participativos e tecnologicamente preparados para os desafios das cidades contemporâneas, sobretudo em áreas sensíveis como a mobilidade e a segurança no trânsito.

O envolvimento de programas institucionais como o Projetek / Paraná/Unespar, reforça a importância da articulação entre universidades, governo e municípios para a disseminação de

boas práticas e inovação tecnológica. Como recomendação, sugere-se a ampliação da adoção do BIM nas ações de mobilidade urbana, associando-o a outras tecnologias como IoT e GIS, e a inclusão sistemática de estratégias de segurança viária nos projetos executivos municipais.

Portanto, o estudo evidencia que o BIM pode ser um aliado estratégico no planejamento de cidades mais seguras, inteligentes e sustentáveis, com impactos positivos tanto para a gestão pública quanto para a qualidade de vida da população.

Como limitações do estudo, podemos citar a falta de acesso à dados oficiais, como o projeto de instalação das câmeras de vigilância nos semáforos, projeto este que em Campo Mourão é denominado de Muralha Digital, que poderia trazer mais dados e análises quantitativas ao estudo.

Os elementos pesquisados neste estudo podem ser replicados em qualquer município, desde que haja as condições analisadas, como cruzamentos de via com alto fluxo de veículos e semáforos instalados, ao mesmo tempo, que o planejamento de cidades inteligentes, deve ser inerente a qualquer gestão pública, independentemente do tamanho e características do município.

Para estudos futuros sobre o assunto, recomendamos uma análise contemplando dados oficiais como contagem de veículos, desta forma, adicionando uma dimensão quantitativa ao estudo, podendo analisar se as estratégias com o BIM foram eficientes ou não.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA-PR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (Ageuni) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia – Projetek, Utilizando de Tecnologia BIM - Modelagem De Informação Da Construção.



REFERÊNCIAS

- AZHAR, Salman. **Building Information Modeling (BIM): Trends, Benefits, Risks, and Challenges for the AEC Industry**. *Leadership and Management in Engineering*, v. 11, n. 3, p. 241–252, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre a utilização do Building Information Modeling – BIM**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 abr. 2021.
- COSTA, Luan T.; SANTOS, Amanda B.; PEREIRA, Ricardo H. **O uso do BIM como ferramenta de apoio à gestão urbana inteligente: uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 14, e20220020, 2022.
- EASTMAN, Chuck et al. **BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors**. 2. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MIRANDA, L. F.; MATOS, R. A. **A implantação do BIM no setor público: desafios e perspectivas**. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 15, n. 1, p. 45–58, 2015.
- OLIVEIRA, V. M. A. de et al. **Tecnologia BIM e políticas públicas para pequenos municípios no Estado do Paraná**. In: I CONLAPE – Congresso Latino-Americano de Ensino, Pesquisa e Extensão; V SECISA
- PEREIRA, Vinícius C.; ALMEIDA, Joana M. **Tecnologias para segurança no trânsito: análise do uso de câmeras inteligentes em ambientes urbanos**. *Cadernos de Segurança Pública*, v. 12, n. 1, p. 85–102, 2020.

RODRIGUES, André L.; BATISTA, Marina F. **BIM e IoT aplicados à gestão de mobilidade urbana: estudo de caso em cidades médias brasileiras.** Revista Tecnológica, v. 34, n. 2, p. 115–128, 2021.

SUCCAR, Bilal. **Building information modelling framework: A research and delivery foundation for industry stakeholders.** Automation in Construction, v. 18, n. 3, p. 357–375, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

AGENDA 2030 ESG E SUA RELAÇÃO COM O USO DA TECNOLOGIA BIM

Adalberto Dias de Souza¹ – Universidade Estadual do Paraná
Ana Paula Hikari Yakuda² – Universidade Estadual do Paraná
Elcio Henrique Borges da Rocha³ – Universidade Estadual do Paraná
Maria Helena Ramos Lira⁴ – Universidade Estadual do Paraná
Stephani Maria Proença de Almeida⁵ – Universidade Estadual do Paraná
Eloisa Paula de Oliveira⁶ – Universidade Estadual do Paraná
Marcos Junio Ferreira de Jesus⁷ – Universidade Estadual do Paraná
Rogério Silveira Tonet⁸ – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: 12 Comunidade: Projetek UNESPAR / UTFPR / COMCAM / CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura

RESUMO

A Agenda 2030, com os critérios ESG, têm sido assuntos bastante discutidos na atualidade, pois seus conceitos abordam e incentivam as práticas sustentáveis para melhor desempenho da sociedade. Visando esses resultados em gestões públicas, na área de projetos para construção civil é trazido em pauta a utilização da metodologia BIM, a qual possui tecnologias capazes de evitar retrabalhos, reduzir erros e minimizar custos. Tais fatores contribuem positivamente para a sustentabilidade e evitam impactos negativos na comunidade. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compreender como esta metodologia pode contribuir com a Agenda 2030 e as diretrizes ESG promovendo práticas sustentáveis. Para tanto, foi realizada uma pesquisa básica de caráter qualitativo, com levantamento bibliográfico sobre os assuntos inerentes ao tema. Enquanto resultados pode-se ver que a tecnologia BIM quando adequadamente implantada demonstrou bons resultados (como a diminuição do retrabalho e de custos de obra). Todavia, o nível de maturidade da implementação da tecnologia BIM em municípios brasileiros ainda se encontra baixa, visto que, existem fatores que impedem essa incorporação, o que ocasiona o domínio do uso do BIM apenas nas regiões mais social e economicamente desenvolvidas.

Palavras-chave: Agenda 2030. ESG. Gestão Pública. Gestão Municipal. Metodologia BIM.

RESUMEN

La Agenda 2030 y los criterios ESG han sido muy discutidos en la actualidad, ya que sus conceptos abordan y fomentan prácticas sostenibles para mejorar el rendimiento de la sociedad. Para conseguir estos resultados en la administración pública, en el ámbito de los proyectos de

¹ Doutor em Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Orientador

² Graduanda em Administração – e-mail: anahikari0.0@gmail.com

³ Graduando em Ciências Contábeis – e-mail: elciohenrique.rocha@gmail.com

⁴ Graduanda em Administração – e-mail: liramariahelena277@gmail.com

⁵ Graduanda em Administração – e-mail: stephanymarri@gmail.com

⁶ Doutora em Administração – e-mail: eloisa.oliveira@unespar.edu.br – Co-orientadora

⁷ Doutor em Administração – e-mail: marcos_junio@hotmail.com – Co-orientador

⁸ Doutor em Administração – e-mail: rogerio.tonet@unespar.edu.br – Co-orientador

construcción civil está en el orden del día el uso de la metodología BIM, que cuenta con tecnologías capaces de evitar repeticiones, reducir errores y minimizar costes. Estos factores contribuyen positivamente a la sostenibilidad y evitan impactos negativos en la comunidad. El objetivo de este trabajo es entender cómo esta metodología puede contribuir a la Agenda 2030 y a las directrices ESG promoviendo prácticas sostenibles. Para ello, se realizó un estudio cualitativo básico, con un estudio bibliográfico sobre los temas inherentes al tema. Como resultado, puede verse que la tecnología BIM, cuando se aplica correctamente, ha dado buenos resultados (como la reducción de las repeticiones y de los costes de construcción). Sin embargo, el nivel de madurez de la implantación de la tecnología BIM en los municipios brasileños aún es bajo, ya que existen factores que impiden esta incorporación, lo que hace que el uso de BIM sólo domine en las regiones más desarrolladas social y económicamente.

Palabras clave: Agenda 2030. ESG. Gestión Pública. Gestión Municipal. Metodología BIM.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No setor público a área da construção civil se depara com várias dificuldades, principalmente no que diz respeito ao modo como as obras são planejadas, gerenciadas e realizadas. Tais questões levam frequentemente a gastos desnecessários, atrasos e interrupções, prejudicando o progresso e a capacidade de satisfazer as necessidades da comunidade. Nesse contexto, é crucial implementar abordagens que tornem os procedimentos mais eficazes, claros e ecologicamente corretos. Desse modo, a inclusão de tecnologias inovadoras surge como uma tática essencial para otimizar a administração pública, além de fomentar ações que gerem vantagens sociais, financeiras e ecológicas.

Em nosso país, a gestão de obras públicas ainda apresenta falhas e descasos que comprometem seu andamento, um exemplo é o estado do Paraná, que, segundo inspeções realizadas em 2017, em 30 municípios do estado, foram listadas 448 obras paralisadas, de diferentes categorias (Martins, 2020). E, conforme exposto pelo autor, a falta de recurso próprio e o descumprimento das obrigações de empresas prestadoras de serviço são os principais motivos das paralisações das obras (Martins, 2020).

A busca por uma gestão pública mais eficiente, transparente e sustentável tem motivado cada vez mais o uso de tecnologias inovadoras nos setores de Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação (AECO). Dentre essas novidades, o *Building Information Modeling*, ou BIM, se destaca. Essa ferramenta permite criar e gerenciar modelos digitais integrados, que abrangem todas as fases de uma obra (Pacheco, 2022).

Reforçando as ações pontuais, muitos autores já apontaram que o avanço da implementação do BIM em um país está bastante relacionado ao apoio do governo, seja por meio da criação de diretrizes e padronizações, ou pela exigência do uso do BIM em obras públicas. Apesar de existir um aparato legal já estabelecido (Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21)), é visível que a taxa de adoção ainda é baixa. Por outro lado, a nova Lei de Licitações, que foi publicada em 2021, só começou a valer em dezembro de 2023, então sua obrigatoriedade ainda é recente.

Considerando os desafios enfrentados pela gestão pública, no âmbito da construção civil, o presente artigo tem como propósito analisar de que forma a tecnologia BIM pode colaborar para a implementação de medidas sustentáveis acerca da Agenda 2030 e os princípios ESG.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao longo da história, o mundo vem presenciando diversas mudanças com o decorrer do tempo, sejam elas, avanços tecnológicos, evoluções socioeconômicas ou transformações no ambiente natural. Atualmente, as problemáticas que estão recebendo cada vez mais atenção são relacionadas às questões ambientais e as buscas por adaptações mais sustentáveis, visto que se faz necessário que haja o equilíbrio entre a satisfação das necessidades humanas e a disposição destas no planeta.

Carvalho et. al (2007), declarou igualmente sobre como a questão ecológica tem sido destaque em diversas áreas e complementou afirmando que a existência humana está relacionada com essa problemática de forma ampla e complexa.

Sabe-se que as dificuldades ambientais têm estado cada vez mais presentes no cenário mundial, sendo preocupação dos governos e empresas. Capra (1996), enfatiza dizendo que um dos grandes desafios do século é a construção de “comunidades sustentáveis”, sendo elas ambientes que podemos usufruir sem danificar para as gerações posteriores.

Bonsiepe (1978, *apud* Casagrande, 2004, n.p.) demonstra como os produtos, em geral, resultam em impacto ambiental:

1. Destruição de recursos naturais em geral;
2. Exaustão dos recursos naturais explorados por mineração;
3. Produção de resíduos resultantes do processo de manufatura;
4. Produção de excesso de embalagens;

5. Produção de resíduos resultantes do uso do produto;
6. Produção de resíduos resultantes de descarte, pós-uso do produto.

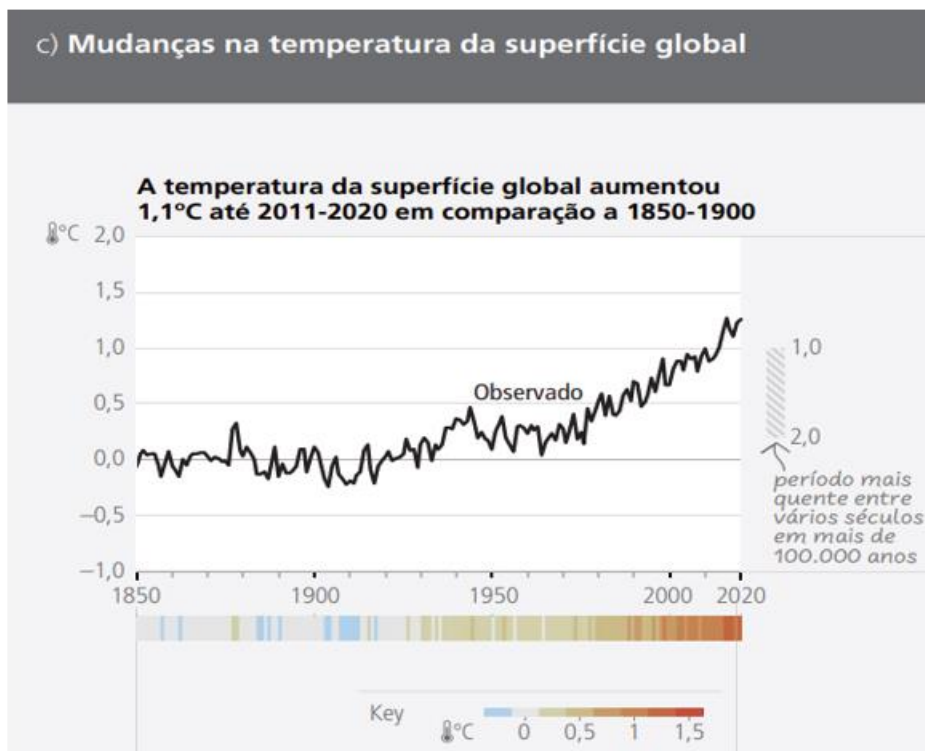


Figura 1: Gráfico das mudanças de temperatura da superfície global

Fonte: IPCC, 2023.

Conforme ilustrado pelo gráfico 1, houve um aumento de temperatura considerável desde o ano de 1850 até o ano de 2020, também pode-se observar que após a década de 1950 houve um aumento gradativo da temperatura. Pode-se destacar a elevação térmica de 1,1 °C que ocorreu durante os anos de 2011 a 2020, um número alto quando em comparação aos anos de 1850 a 1900, enfatizando que este é o período mais quente dos últimos 100.000 anos.

Podemos concluir que estes aumentos aconteceram devido a um fator “externo” na natureza, no caso, a intervenção das criações humanas. Inovações industriais, tecnológicas, agrícolas, entre outros, são ações que influenciaram no agravamento do aquecimento global.

Desenvolvimento Sustentável

Segundo Casagrande (2004), o “ecodesenvolvimento” e o “desenvolvimento sustentável”, tiveram seus conceitos afunilados, chegando em um ponto em comum, a necessidade do equilíbrio entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Philipi (2001, *apud* Carvalho et al., 2007), enfatiza que o conceito-chave do desenvolvimento sustentável está ligado à compreensão do que seja o conceito “sustentável”, identificando como fará este acontecer e quem serão as pessoas ou elementos beneficiados por ele.

Desta forma, com o propósito de obter o equilíbrio ecológico, e consequentemente, garantir a conservação da vida humana, o desenvolvimento sustentável promove a inovação no segmento de métodos e técnicas que conciliam operações humanas e o ecossistema. (Carvalho, et al., 2007).

Portanto, o desenvolvimento sustentável surge como princípio fundamental que busca alinhar as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Na próxima seção, será apresentada a Agenda 2030, iniciativa global que surgiu para enfrentar os desafios relacionados à sustentabilidade no século XXI.

Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Antecedente à Agenda 2030, nos anos de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) havia idealizado um plano de ação global, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Foi um plano de metas que beneficiam desenvolvimentos em todos os países. A ODM teve a sua finalização no ano de 2015, e apesar de seus resultados positivos, a ONU decidiu que precisaria de um novo planejamento, no qual tivesse uma maior abrangência em relação às dificuldades do cenário da época, surgindo assim, a Agenda 2030. (GT Agenda, s.d.).

A Agenda 2030, é um plano estratégico de amplitude global, que tem como principal objetivo, promover o desenvolvimento sustentável. Foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, e oficialmente adotado pelos 193 países membros. Para isso, foram criados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que deram continuidade nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de forma mais abrangente, abordando as questões econômicas, sociais e sustentáveis. (CREA-RJ, 2024).



Figura 2: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: SDG Compass, acesso em: 18/03/2025.

A figura 2 apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles segundo o SDG Compass:

Objetivo 1: eliminação da pobreza, em todas as localidades;

Objetivo 2: erradicar a fome e a insegurança alimentar; e desenvolver uma agricultura ecológica;

Objetivo 3: garantir saúde e bem-estar a toda população;

Objetivo 4: garantir educação inclusiva e de qualidade, proporcionando oportunidades de aprendizagem a todos;

Objetivo 5: atingir a igualdade de gênero;

Objetivo 6: assegurar que todos tenham acesso à água potável e saneamento;

Objetivo 7: certificar o acesso à energia;

Objetivo 8: prover crescimento econômico sustentável e trabalho digno;

Objetivo 9: edificar infraestruturas resilientes, estimular industrializações sustentáveis e inovações.

Objetivo 10: redução das desigualdades de países e entre eles;

Objetivo 11: tornar as cidades ambientes sustentáveis, seguros, inclusivos e sustentáveis;

Objetivo 12: reforçar produção e consumo sustentáveis;

Objetivo 13: combater mudança climática e seus impactos;

Objetivo 14: utilizar oceanos, mares, recursos marinhos de forma sustentável e realizar a sua conservação;

Objetivo 15: proteger os ecossistemas terrestres;

Objetivo 16: promover a paz e justiça nas sociedades;

Objetivo 17: fortalecer as parcerias e os meios de implementação do desenvolvimento ecológico.

ESG (Ambiental, Social e Governança)

O ESG (Environmental, Social and Governance) - em português Ambiental, Social e Governança, é um conceito que passou a ser utilizado oficialmente em 2004, a partir da parceria “*Who Cares Wins*” Pacto Global com o Banco Central. (Pacto Global, s.d.).

A proposta do ESG nasceu da iniciativa do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que propôs aos CEOs de algumas instituições financeiras uma reflexão sobre a incorporação de aspectos sociais, ambientais e de governança nas práticas do mercado de capitais. (Pacto Global, s.d.).

Sendo assim, podemos observar que os critérios do ESG (Ambiental, Social e Governança), possui um grande alcance mundial, que pode incentivar que mais países adotem práticas sustentáveis e consequentemente, um maior atingimento do cumprimento de metas da Agenda 2030.

Agenda 2030 e Metodologia BIM

Segundo Carvalho et. al. (2017), diversas indústrias vêm demonstrando resultados com altos índices de impactos negativos no ambiente, e uma delas é a da Arquitetura, Engenharia e

Construção (AEC). No continente europeu, as construções foram responsáveis por 40% de energia utilizada, 36% de gás carbônico liberado (CO₂) e 25% dos resíduos gerados por ano.

No Brasil, em 2018, foi divulgado que 6,9 milhões de famílias não possuíam moradia para residir, enquanto, havia cerca de 6,0 milhões de propriedades desocupadas (Odilla, Passarinho, Barrucho, 2018). Segundo Pereira e Freire (2022), a metodologia BIM, em casos como estes, demonstra resultados como melhores soluções técnicas com um custo mais baixo e, conseqüentemente, auxílios em funções sociais, proporcionando o cumprimento da ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Destaca-se que, considerando os benefícios que a metodologia BIM propõe, como um incentivo da sua utilização em obras públicas, o Governo Federal, no dia 22 de janeiro de 2024, publicou o Decreto nº 11.888. O artigo 1º do decreto institui que: “[...] dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* no Brasil - Estratégia *BIM* BR, instituída com o objetivo de promover um ambiente adequado ao investimento em *BIM* e a sua difusão no País.”.

No estado do Paraná, também houve essa iniciativa através do SEIL/DGI, sendo intitulada “Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas” e formalizada por meio do Decreto Estadual nº 3.080/2019. O artigo 2º deste Decreto institui que:

- I - fomentar o uso do BIM e seus benefícios;
- II - coordenar a estruturação do setor público estadual para a adoção do BIM, por meio dos planos de implantação institucionais e seus respectivos projetos pilotos;
- III - criar condições favoráveis ao investimento, público e privado, no fomento e implantação do BIM;
- IV - estimular e promover a capacitação em BIM;
- V - propor atos normativos que estabeleça parâmetros para as compras e as contratações públicas estaduais com uso do BIM;
- VI - desenvolver normas técnicas, guias e padrões para adoção do BIM no âmbito do Governo do Estado do Paraná;
- VII - estimular o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias relacionadas ao BIM; e
- VIII - incentivar a concorrência no mercado por meio de padrões neutros de interoperabilidade BIM.

Por isso, acredita-se que essa obrigatoriedade incentive o uso do BIM. No entanto, em um país com as dimensões do Brasil, é necessário que medidas mais específicas sejam adotadas para que essa implementação aconteça de forma mais ampla. Entre essas medidas podemos citar: i) apoio do governo na compra de softwares em grande escala por meio de Atas de Registro de Preços Nacional; ii) capacitações oferecidas aos municípios em parceria com instituições federais de ensino; e iii) a disponibilização de materiais técnicos com modelos de documentos para contratação de projetos e obras (Re; Lima; Azenha, 2024).

O processo de elaboração virtual, *Building Information Modeling* (BIM) em português - Modelagem de Informação da Construção, é uma metodologia presente na área da construção civil que permite a visualização tridimensionalmente de projetos, permitindo a visualização de cada detalhe da edificação.

Uma das vantagens desta metodologia é a sua versatilidade, visto que o seu uso não se encontra limitado a um visualizador só. Araújo e Silva (2023, p. 74) afirmam que:

“Essa metodologia pode ser utilizada não apenas por profissionais ligados na elaboração de projetos, mas por todos aqueles envolvidos no processo de planejamento, gerenciamento, execução e fiscalização da obra. Caracterizando-se pelo uso variado de ferramentas de softwares pelo qual possibilita, em tempo real, funcionar como um banco de informações, sendo estes fomentados incondicionalmente pelos projetistas, sobre a direção dos seus gestores e acessível a todos os profissionais que estão atuando na elaboração e fiscalização do projeto”. (Araújo e Silva, 2023, p. 74).

De acordo com Staub e Fischer (2006, *apud* Araújo e Silva, 2023, p. 78), a metodologia BIM possui um modelo 4D, que demonstra diversas possibilidades relacionadas à obra apresentada durante a sua fase inicial, o que contribui em um planejamento, e principalmente, uma prevenção de erros durante a construção da obra.

Durante et. al (2024), também fala sobre os benefícios da utilização da tecnologia BIM, um deles é na elaboração de orçamentos, onde a plataforma permite que os quantitativos que serão utilizados, sejam adquiridos de forma ágil e mais precisa, resultando em eficiência e evitando aditivos adicionais, que normalmente acontecem a partir de falhas de planilhas de engenharia comuns.

Sendo assim, é notável que a metodologia BIM oferece um conjunto de soluções para questões de equilíbrio ambiental na área da construção civil, incluindo obras públicas. Sua aplicação pode

potencializar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo um ambiente eficiente, sustentável e socialmente responsável, conforme veremos nos tópicos adiante.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa classificada como básica, buscou aprofundar o conhecimento sobre os temas Agenda 2030, ESG (Ambiental, Social e Governança) e metodologia BIM, relacionando estes com as dificuldades enfrentadas pela gestão pública, evidenciando como estas abordagens podem influenciar positivamente na execução de obras públicas e estimular as práticas sustentáveis.

Para que estes pudessem ser alcançados, o estudo utilizou o método de revisão bibliográfica. Segundo Vergara (1998), este tipo de pesquisa é considerado um estudo sistematizado que se desenvolve a partir de estudos e materiais já elaborados, podendo ser de fonte primária ou secundária.

De acordo com Gil (2002), a principal vantagem deste método é a maior dimensão de conteúdo que ele oferece, uma vez que o pesquisador tem acesso a resultados de várias pesquisas, diferente do que ocorreria se estivesse analisando somente uma diretamente.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada em dados secundários, cuja abordagem é denominada quali-quantitativa, uma vez que ela combina desde a interpretação de gráficos — por exemplo, as “Mudanças de temperatura da superfície global” do IPCC e o “Limitadores na adoção do BIM” de Re; Lima; Azenha, (2024), como também, procura aprofundar o conhecimento sobre os assuntos Agenda 2030, critérios ESG e Metodologia BIM, analisando artigos, conceitos e pesquisas.

DESENVOLVIMENTO

O presente artigo, foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos Agenda 2030, ESG (Ambiental, Social e Governança) e Metodologia BIM, com base em conteúdos encontrados em pesquisas e artigos.

Quanto ao estudo de caso, foi analisado o realizado no artigo “Maturidade BIM nas prefeituras do Brasil: uma análise do cenário atual do BIM no setor público municipal”, de domínio de Re; Lima; Azenha, (2024), da Universidade do Minho. Neste, os autores realizaram uma pesquisa sobre qual o nível de maturidade BIM em municípios brasileiros, utilizando a matriz de maturidade BIM de Siebelink para o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O BIM tem se mostrado efetivo em diminuir o retrabalho nas obras, algo muito comum nesse setor, que são oriundos, principalmente da utilização de métodos com menos recursos, como o *Computer Aided Design* (CAD), em que se utiliza modelos 2D, diferente do BIM, que é o seu sucessor. Oliveira *et al.* (2024), durante sua pesquisa, revelou que 83% dos escritórios que usaram o BIM tiveram baixas nas revisões para aprovação de projetos, com 1 a 5 revisões, os 55% dos que usavam métodos tradicionais precisavam de 6 a 10, mostrando que o BIM é de extrema importância para reduzir o retrabalho nos projetos, como também na economia de tempo.

Diante de seus benefícios para a AECO (Arquitetura, Engenharia, Construção e Operações), o BIM tem se sido pouco fomentado pela construção civil brasileira, visto que 37% das obras públicas que deveriam estar em execução, foram classificadas paralisadas ou inacabadas, principalmente por contratação com base em projetos deficientes (TCU, 2019), demonstrando que ainda se tem uma baixa adesão a metodologias mais avançadas, como o BIM 4D.

Um dos diversos fatores que corroboram pela baixa utilização do BIM, e que se mostraram “muito limitadoras” na adoção BIM nas obras municipais, que são, principalmente, as restrições orçamentárias para aquisição de equipamentos, softwares, pessoal, treinamento, e dificuldade encontrar pessoal qualificado, fora outros desafios que, mesmo que vistos por menor frequência, perpetuam na baixa utilização do BIM, como é mostrado no gráfico abaixo:

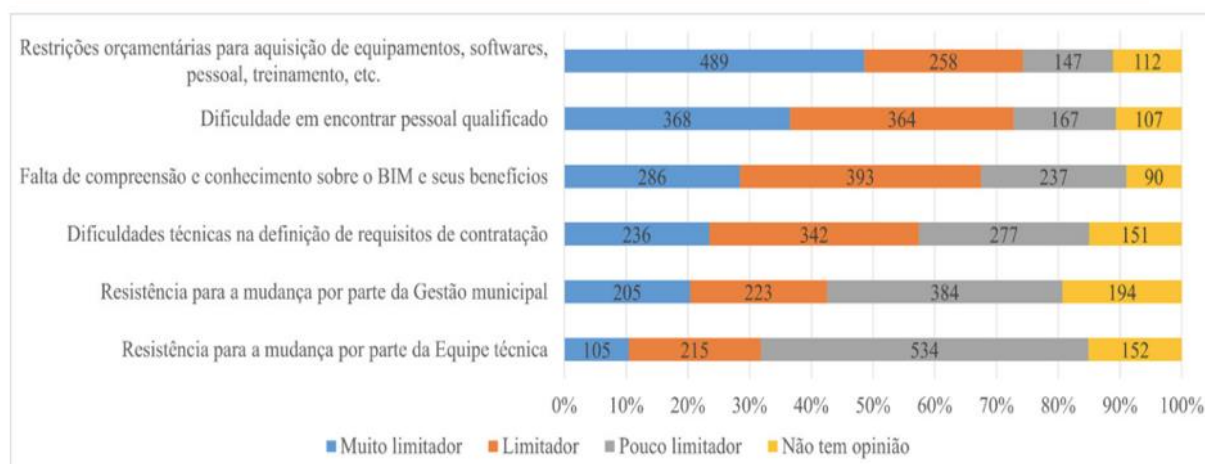


Figura 3 – Limitadores na adoção do BIM

Fonte: Re; Lima; Azenha, 2024, p. 328.

Diante da parcela de participantes, Re; Lima; Azenha, (2024) notaram em suas pesquisas que os municípios estão no nível 1 (Inicial) de maturidade, enquanto alguns municípios estão no nível 2 (gerenciado) nos subcritérios Visão e Objetivos BIM e Suporte da gestão, apresentando que as organizações possuem a percepção clara da importância da adesão BIM. Estes subcritérios que são base para análise do nível de maturidade BIM está logo abaixo:

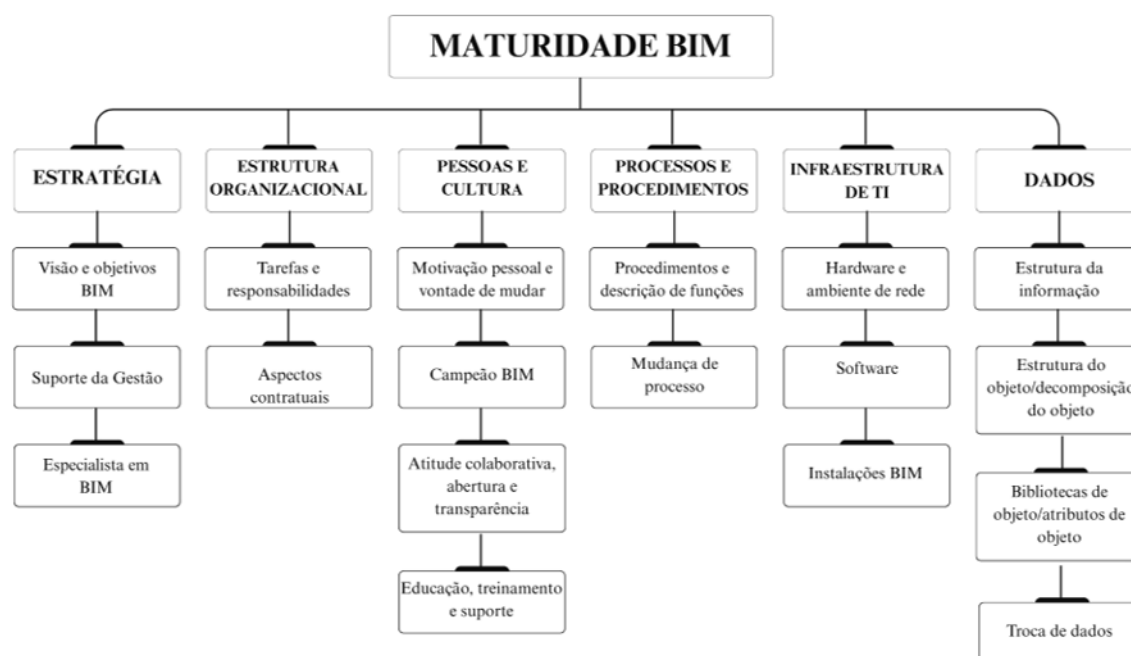


Figura 4: Critérios e subcritérios da Matriz de Maturidade BIM: análise setorial.

Fonte: Adaptado de Re; Lima; Azenha, 2024, p. 325.

Além disso, em 68% dos municípios, que são aqueles com mais de 20 mil habitantes, demonstraram que são os que têm níveis mais baixo de maturidade BIM, destacando ausência (nível 0) no subcritério Campeão BIM, porém, nem os municípios com mais de 500 mil habitantes também enfrentam muitas dificuldades, pois incorporam nível 1 (Inicial) em apenas 5 critérios.

Ademais, é preciso que esforços sejam tomados para aumentar o uso do BIM nos municípios, principalmente para que sua disseminação seja feita de forma homogênea e igualitária, pois o que tange a obra de Duran (2020), existe esse grau de maturidade BIM pelas regiões do país, mas que acontece de uma forma desigual.

A pesquisa analisou uma amostra de 45 licitações públicas de todo o Brasil. Os resultados mostram que regiões mais desenvolvidas, como Sudoeste e Sul, são as que têm mais participações nas licitações, enquanto as regiões Nordeste e Norte tiveram números menos expressivos, o que pode ser relacionado à diferença do desenvolvimento econômico de cada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo cada vez mais exigente e necessitado de ações que englobam questões como sustentabilidade e humanização, a metodologia ESG tem se mostrado essencial. Cada vez mais estamos lidando com essas questões, que são fundamentais e precisam ser aplicadas em nossa sociedade com mais abrangência e serem garantidas, para cumprir as demandas sociais, ambientais e governamentais.

Diante disso, as práticas ESG deveriam se aplicar em todas as áreas, visto que ele emprega valor para a sociedade e preservar o meio ambiente, porém, esses costumes estão sendo pouco aplicados, e o Brasil precisa fazer esforços para que possa promover boas práticas de gestão.

Vis-à-vis a crescente demanda em atender essas necessidades, o Brasil vem bolando estratégias para alcançar esse objetivo, e uma dela é a adoção do BIM, principalmente para a construção pública, que como visto no decorrer do artigo, é de extrema importância para mitigar as lacunas

que permeiam no âmbito AECO, trazendo consigo vários benefícios para seus utilizadores e para as edificações, mas, algo tão elementar está sendo pouco aplicado.

Ademais, ainda vivemos um contexto em que o uso do BIM é pouco fomentado nas construções, evidenciando que os municípios de estados estão adotando o BIM de forma irregular, onde o BIM é mais aparente em regiões com maior desenvolvimento econômico, resultando em pouco proveito das suas vantagens por parte da população, enquanto que a outra desfruta de seus benefícios.

Em suma, o Brasil desenvolveu estratégias para a disseminação do BIM em solo brasileiro, como o BIM BR, porém, só se teve interesse em amadurecer o BIM no Brasil a pouco tempo. Por isso, cabe ao Governo que promova cada vez mais estratégias que consigam difundir a metodologia BIM de forma mais eficiente, promovendo o BIM de forma linear entre as regiões e municípios, a sua importância para o setor de construção civil, como também capacitar cada vez mais profissionais que saibam usar o BIM, promovendo parcerias para promover esse treinamento. Dessa forma, espera-se que o BIM se consolide como uma prática indispensável, moldando como a construção pública é vista no Brasil, fazem o Brasil cada vez mais se alinhar com os princípios ESG e com o futuro e a inovação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA-PR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (Ageuni) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia – Projetek, Utilizando de Tecnologia BIM - Modelagem De Informação Da Construção.



REFERÊNCIAS

Agenda 2030 da ONU e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Crea-RJ, 2024.** Disponível em: <https://www.crea-rj.org.br/agenda-2030-da-onu-e-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/#:~:text=A%20Agenda%202030%20da%20ONU,de%20vida%20das%20pr%C3%B3ximas%20gera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 10 de mar. 2025.

ARAÚJO, Maria Naiane Ferreira de; SILVA, João Marcus Pereira de Lima e. A utilização da metodologia BIM no planejamento e fiscalização de obras públicas. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, v. 5, n. 1, p. 73-82, 2023.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, J. P.; BRAGANÇA, Luís.; MATEUS, Ricardo. Potencial de integração do BIM na simplificação da avaliação de sustentabilidade através do SBTool PT-H. 2017.

CASAGRANDE JR, Eloy Fassi. Inovação tecnológica e sustentabilidade: possíveis ferramentas para uma necessária interface. **Revista Educação & Tecnologia**, n. 8, 2004.

CARVALHO, Marisa et al. Complexidade e sustentabilidade gerando o ecodesing nas organizações sociais. **Revista UFSC, Florianópolis**, v. 3, n. 1, 2007.

DURAN, Rhaissa. **Avaliação dos Objetivos BIM nas licitações públicas brasileiras**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2020, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2020.

DURANTE, Luciane Cleonice. Absorção do Building Information Modeling (BIM) na gestão municipal do Estado de Mato Grosso, Brasil. *E&S Engineering and Science*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/eng/article/view/16829>. Acesso em: 13 de mai. 2025.

Estratégia Bim PR: Paraná Rumo À Inovação Digital nas Obras Públicas. Instituição **SEIL PR**. 2024. Disponível em: <https://www.boaspraticasods.pr.gov.br/Iniciativa/ESTRATEGIA-BIM-PR-PARANA-RUMO-INOVACAO-DIGITAL-NAS-OBRAS-PUBLICAS>. Acesso em: 09 de abr. 2025.

Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* no Brasil - Estratégia BIM BR. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/building-information-modelling-bim>. Acesso em: 09 de abr. 2025.

FREIRE, Fábio; PEREIRA, Diogo Danilo de Almeida; CHIROLI, Daiane Maria de Genaro. A CONTRIBUIÇÃO DA MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO (BIM) PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Revista Técnico-Científica**, n. 28, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002

MARTINS, Yago dos Santos. **Paralisação de Obras Públicas: estudo de caso no estado do Paraná por intermédio de relatório de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

O que é a Agenda 2030. **GT Agenda 2030**. Disponível em:
<https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>. Acesso em: 10 de mar. 2025.

ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARRUCHO, Luís. Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. **BBC News**, Londres, maio de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>. Acesso em: 04 de abr. 2025.

OLIVEIRA, Wadylla Lopes; VAZ, Jeily Gomes; SANTANA, Leonardo Moreira; VERONESE, Renato Baiochi Alves. Avaliação do Uso da Metodologia Bim nos Escritórios de Engenharia e Arquitetura: uma revisão de literatura. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2024. DOI: 10.61164/rmm.v10i1.2943. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2943>.

Principais desafios para implementação do BIM. **Universidade Trisul**, 2021. Disponível em: <https://www.universidadetrisul.com.br/solucoes-construtivas/principais-desafios-para-implementacao-do-bim>. Acesso em: 06 de mai. 2025.

PACHECO, Lucas de Jesus. **Implantação do Bim em Pequenas Prefeituras: um estudo de caso em Malhador-SE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão, 2022.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). **Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese**. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III ao Sexto Relatório de Avaliação do IPCC. Tradução de SJR Assessoria e Tradução LTDA. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Pacto Global da ONU no Brasil, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 12 de mar. 2025.

RE, Talita Dal'Bosco; LIMA, Rui M.; AZENHA, Miguel. Maturidade BIM nas prefeituras do Brasil: uma análise do cenário atual do BIM no setor público municipal. In: **CONGRESSO PORTUGUÊS DE BUILDING INFORMATION MODELLING**, 5., 2024, Guimarães. Anais [...]. Guimarães: UMinho Editora, 2024. p. 321–331.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1998.

WGB Engenharia. A Importância do Projeto BIM na Construção Moderna. **WGB Engenharia de Empreendimentos**, 2024. Disponível em: <https://www.wgbengenharia.com/a-importancia-do-projeto-bim-na-construcao-mo>

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

**CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA BIM PARA A INOVAÇÃO E
SUSTENTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PREFEITURAS
MUNICIPAIS E ÓRGÃOS PÚBLICOS DO PARANÁ: PROJETEK
PARANÁ/UNESPAR**

SOUZA, Adalberto Dias de¹ – Unespar
PAVAN, Andrieli Lemes² – Unespar
JESUS, Marcos Junio Ferreira de³ – Unespar
OLIVEIRA, Eloisa Paula de⁴ – Unespar
CRISPIM, Jefferson de Queiroz⁵ – Unespar
SANTOS, Solange Regina dos⁶ – Unespar
ROCHA, Rony Peterson da⁷ – Unespar

**GRUPO DE TRABALHO 12: Comunidade: Projetek UNESPAR / UTFPR / COMCAM /
CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura**

RESUMO

O presente artigo aborda o tema da inovação e sustentabilidade na elaboração de projetos públicos por meio da adoção da tecnologia BIM (*Building Information Modeling*), com foco na experiência do Projetek Paraná/Unespar. O problema de pesquisa parte da necessidade de modernização da gestão pública municipal, especialmente em municípios de pequeno porte, que enfrentam limitações técnicas e financeiras para desenvolver projetos de engenharia e arquitetura de forma eficiente e sustentável. O objetivo geral do estudo é analisar as contribuições do Projetek Paraná/Unespar na elaboração de projetos técnicos para prefeituras e órgãos públicos do Paraná, destacando o uso da tecnologia BIM como ferramenta de inovação e transformação social. A metodologia adotada foi quali quantitativa, combinando levantamento empírico com análise documental e estudo de caso. O recorte espacial abrangeu a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná e a Região da AMLIPA, com recorte temporal entre 2022 e 2024. As atividades foram organizadas em fases: diagnóstico, planejamento, elaboração de projetos e acompanhamento técnico. Os principais resultados indicam que, até outubro de 2024, o Projetek Unespar entregou 87 projetos técnicos a 59 municípios, gerando uma economia estimada de R\$ 8,8 milhões aos cofres públicos. Além disso, o projeto contribuiu para a formação acadêmica e técnica de estudantes e recém-formados, promovendo a integração entre universidade e sociedade. O reconhecimento nacional, como o Prêmio Excelência em Competitividade 2024, reforça a relevância da iniciativa como política pública inovadora.

Palavra-chave: Gestão pública; Tecnologia BIM; Projetek Paraná; Projetek Unespar.

¹ - Doutor em Administração e Geografia - coordenador - e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

² - Arquiteta e graduanda em Enga. civil - e-mail: andrielipavan@hotmail.com

³ - Doutor em Administração - e-mail: marcos_junio@hotmail.com

⁴ - Doutora em Administração - e-mail: eloisapauladeoliveira@gmail.com

⁵ - Doutor em Geografia - e-mail: jefferson.crispim@unespar.edu.br

⁶ - Pós-doutora em Matemática - e-mail: solange.regina@unespar.edu.br

⁷ - Doutor em Enga. de Produção e Graduando em Engenharia Civil – rony.rocha@unespar.edu.br

RESUMEN

El presente artículo aborda el tema de la innovación y sostenibilidad en la elaboración de proyectos públicos mediante la adopción de la tecnología BIM (Building Information Modeling), centrándose en la experiencia del Projetek Paraná/Unespar. El problema de investigación parte de la necesidad de modernización de la gestión pública municipal, especialmente en municipios pequeños que enfrentan limitaciones técnicas y financieras para desarrollar proyectos de ingeniería y arquitectura de manera eficiente y sostenible. El objetivo general del estudio es analizar las contribuciones del Projetek Paraná/Unespar en la elaboración de proyectos técnicos para alcaldías y organismos públicos de Paraná, destacando el uso de la tecnología BIM como herramienta de innovación y transformación social. La metodología adoptada fue cuali-cuantitativa, combinando levantamiento empírico con análisis documental y estudio de caso. El recorte espacial abarcó la Mesorregión Centro Occidental de Paraná y la Región de AMLIPA, con un recorte temporal entre 2022 y 2024. Las actividades se organizaron en fases: diagnóstico, planificación, elaboración de proyectos y acompañamiento técnico. Los principales resultados indican que, hasta octubre de 2024, Projetek Unespar entregó 87 proyectos técnicos a 59 municipios, generando un ahorro estimado de 8,8 millones de reales para las arcas públicas. Además, el proyecto contribuyó a la formación académica y técnica de estudiantes y recién graduados, promoviendo la integración entre la universidad y la sociedad. El reconocimiento nacional, como el Premio Excelencia en Competitividad 2024, refuerza la relevancia de la iniciativa como una política pública innovadora.

Palabras clave: Gestión pública; Tecnología BIM; Projetek Paraná; Projetek Unespar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A emergência de soluções inovadoras na área da construção civil, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade e à eficiência da gestão pública, tornou a incorporação de tecnologias como o *Building Information Modeling* (BIM) uma prioridade estratégica para instituições de ensino e órgãos governamentais.

O *Building Information Modeling* (BIM) configura-se como um processo digital que viabiliza a criação, a gestão e o compartilhamento de informações relacionadas a uma edificação ao longo de todo o seu ciclo de vida, abrangendo desde a fase de planejamento e elaboração do projeto até a execução da obra. Trata-se, portanto, não apenas de um *software*, mas de uma metodologia colaborativa que integra modelos tridimensionais inteligentes com dados técnicos e operacionais. Essa abordagem permite a atuação conjunta de arquitetos, engenheiros, construtores e demais profissionais em uma plataforma unificada, favorecendo a tomada de decisões mais eficientes e fundamentadas.

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), por meio do Projeto PROJETEK Paraná, busca promover a modernização de seus Escritórios de Projetos de Engenharia e Arquitetura, com vistas a atender às demandas de prefeituras e órgãos públicos do estado, impulsionando a qualidade dos projetos e fortalecendo a interação entre universidade e sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao revisitarmos temas abordados em algumas obras utópicas (mas também consideradas por alguns como distópicas) tais como, "Admirável Mundo Novo" e "Cidades Inteligentes" e fazermos uma releitura do texto da Estratégia Nacional de Disseminação da Tecnologia BIM no Brasil, juntamente com a iniciativa BIM no Paraná, podemos constatar que ambas possuem relevância significativa para a gestão pública municipal no Brasil, especialmente no contexto de inovação tecnológica e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (ZAPP, 2024).

Huxley (1932) em Admirável Mundo Novo nos oferece uma visão crítica sobre os impactos da tecnologia na sociedade. Embora seja uma obra de ficção distópica, ela nos alerta sobre os riscos de um uso descontrolado e eticamente questionável da tecnologia. Para os gestores públicos municipais, essa reflexão é essencial para garantir que as inovações tecnológicas sejam implementadas de forma responsável, visando o bem-estar da população e evitando possíveis consequências negativas.

Em Cidades Inteligentes, Moreira (2022) destaca como a tecnologia pode ser utilizada para transformar a administração urbana. A gestão pública municipal pode se beneficiar enormemente da implementação de tecnologias avançadas, como sensores, sistemas de monitoramento e análise de dados, para melhorar a eficiência dos serviços públicos, reduzir custos e aumentar a transparência. A adoção de práticas inteligentes pode facilitar a tomada de decisões informadas e promover um desenvolvimento urbano sustentável.

Aliadas à temática acima, a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM no Brasil e a iniciativa BIM no Paraná exemplificam como a tecnologia pode ser aplicada na prática para transformar a indústria da construção e a gestão de obras públicas. Para os municípios, a adoção do BIM pode melhorar significativamente a gestão de projetos de infraestrutura, permitindo uma colaboração mais eficiente entre os diversos participantes do empreendimento.

O BIM possibilita a antecipação de possíveis problemas, a realização de análises e simulações, e a criação de modelos digitais detalhados que facilitam a operação e manutenção das construções ao longo de seu ciclo de vida.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há inúmeros desafios a serem enfrentados e superados pelas gestões públicas atualmente, dentre os quais destacamos alguns seguir.

Muitos municípios enfrentam restrições orçamentárias que comprometem a inovação e a qualidade dos serviços públicos, agravadas por desafios como a baixa qualificação dos servidores, a carência de transparência na gestão dos recursos, falhas no planejamento e controle de projetos, e a dificuldade de adaptação às mudanças tecnológicas e sociais. A modernização da administração pública demanda profissionais capacitados, uso de ferramentas tecnológicas para transparência e controle, além de políticas públicas eficazes que acompanhem a transformação digital e as novas exigências sociais (MATIAS-PEREIRA, 2010; ABREU et al., 2020).

Para superar os desafios estruturais da gestão pública municipal no Brasil, é essencial adotar uma abordagem integrada, capaz de articular múltiplas dimensões da administração pública. Destaca-se a capacitação contínua dos servidores, com programas voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, alinhando os profissionais às melhores práticas de governança e tecnologias emergentes (MATIAS-PEREIRA, 2010).

O fortalecimento da transparência e do controle, por meio de auditorias, portais e sistemas digitais, eleva a confiança pública e promove maior *accountability* (ABREU et al., 2020). Igualmente importante é a adoção do planejamento estratégico e da avaliação de desempenho, que orientam decisões baseadas em evidências e otimizam recursos.

A incorporação de tecnologias, como o *Building Information Modelling* (BIM) e soluções de cidades inteligentes, contribui para a eficiência, automação e sustentabilidade na gestão (LIMA; FERREIRA, 2021).

Soma-se a isso a formação de parcerias com setores diversos, que amplia capacidades locais e traz expertise, além da participação social qualificada, por meio de canais digitais e consultas públicas, o que fortalece a legitimidade e a efetividade das políticas públicas.

Especificamente no tocante a tecnologia BIM, a mesma tem sido incorporada progressivamente nas políticas públicas brasileiras com o objetivo de aumentar a eficiência,

transparência e qualidade das obras públicas. Tanto o governo federal quanto o governo do estado do Paraná instituíram decretos que estabelecem diretrizes para a adoção obrigatória do BIM na administração pública.

A Estratégia Nacional de Disseminação do BIM no Brasil foi formalizada por meio do Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018, com atualizações no Decreto nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024 (BRASIL, 2018; 2024). Essa política pública tem como objetivo estimular um ambiente adequado para a implantação do BIM, promover sua difusão e ampliar a capacitação técnica no setor.

O Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, especifica a obrigatoriedade da utilização do BIM em obras e serviços de engenharia realizados pela administração pública federal (BRASIL, 2020). Assim, a implementação foi estruturada em três fases.

A Estratégia Nacional de Disseminação do BIM foi instituída pelo Decreto nº 9.377/2018 e atualizada pelo Decreto nº 11.888/2024, com o objetivo de incentivar a adoção do BIM e ampliar a capacitação técnica no setor público da construção civil (BRASIL, 2018; 2024). A obrigatoriedade do uso do BIM em obras públicas federais foi definida pelo Decreto nº 10.306/2020, com implantação em três fases: projetos (2021), execução (2024) e ciclo de vida completo da edificação (2028) (BRASIL, 2020).

No Paraná, a política estadual foi regulamentada pelos Decretos nº 3.080/2019 e nº 12.862/2022, com metas para digitalização da construção até 2025 (PARANÁ, 2019; 2022). O Decreto nº 10.086/2022 determinou fases de adoção estadual, do projeto à manutenção, com uso de Ambiente Comum de Dados (PARANÁ, 2022). A execução das ações é coordenada pelo CG-BIM e GTEC-BIM (BIM PR, 2023). Ambas as estratégias visam modernizar a gestão de obras públicas, com ganhos em precisão, redução de custos e mais transparência (BIM BR, 2023).

O uso do BIM se alinha às melhores práticas internacionais e torna a administração pública mais capaz de responder às exigências por eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos (ALTOQI, 2022).

Assim, as ações previstas pelo Projetek PR/Unespar foram realizadas ao longo do período novembro/2022 a outubro/2024, sendo que está previsto para o segundo semestre de

2025, o início das atividades relacionadas a fase 2 deste projeto de extensão para os anos 2025 a 2027.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização das atividades de extensão propostas neste projeto, o trabalho foi estruturado em quatro fases principais: Fase 1 – Diagnóstico e Planejamento; Fase 2 – Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura; Fase 3 – Execução dos Trabalhos; e Fase 4 – Acompanhamento e Suporte Técnico. Além disso, a metodologia incluiu procedimentos de pesquisa quali quantitativa, com recortes territorial e temporal definidos, e análise empírica baseada na coleta e interpretação de dados.

Na Fase 1 – Diagnóstico e Planejamento, foram realizadas visitas técnicas aos municípios participantes para levantamento das principais demandas e desafios locais. Com base nessas informações, elaborou-se um cronograma detalhado, com etapas, prazos e responsáveis. Também foi conduzida uma análise de viabilidade técnica e financeira, avaliando a capacidade de atendimento das demandas com os recursos disponíveis.

A Fase 2 – Elaboração de Projetos envolveu o uso de softwares BIM, como *Revit* (Autodesk) e *QiBuilder*, para modelagem integrada dos projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo disciplinas como estrutura, elétrica e hidráulica. A coordenação de BIM realizou reuniões com a equipe para distribuir as atividades, ajustar prazos e definir parâmetros técnicos. Durante essa fase, buscou-se garantir a compatibilização dos modelos e a coerência técnica entre os projetos.

Nas Fases 3 e 4 – Execução dos Trabalhos e Acompanhamento e Suporte, a equipe deu continuidade à elaboração dos projetos conforme os padrões estabelecidos. As reuniões de acompanhamento permitiram alinhar o desenvolvimento das atividades às diretrizes técnicas definidas anteriormente, mantendo a qualidade e o cronograma previsto.

A metodologia desta ação de extensão envolveu também os seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa a saber.

Foi realizado também levantamento empírico sobre o tema. Como explica GIL (2002) essa pesquisa pode ser feita a partir de coleta de dados com uma ou mais instituições, acerca do problema estudado.

O recorte espacial da pesquisa foi a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná. Também utilizou como recorte secundário a Região da AMLIPA - Associação dos Municípios do Litoral do Paraná. O recorte temporal foram os anos de 2022 a 2024. Após a coleta foi realizada adequada tabulação e análise dos dados coletados, visando se obter conclusões assertivas sobre os mesmos.

A abordagem da pesquisa foi quali quantitativa, isto é, foram combinados elementos da pesquisa quantitativa e da qualitativa. A análise dos dados foi realizada a partir de sua quantificação, utilizando-se de gráficos e tabelas, e também a partir de suas explicações e motivos de forma mais subjetiva, como a pesquisa qualitativa.

DESENVOLVIMENTO

O Projetek Paraná é uma iniciativa estratégica do Governo do Estado do Paraná em parceria com a SETI, Fundação Araucária e universidades estaduais, voltada ao apoio técnico de municípios com até 30 mil habitantes. No âmbito da UNESPAR, o projeto se concretizou por meio da criação de Escritórios de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura nos campi de Campo Mourão e Paranaguá, os quais operam com base na tecnologia BIM. (SETI, 2024).

Durante o período de novembro de 2022 a outubro de 2024, a equipe multidisciplinar do Projetek PR/Unespar, composta por docentes, bolsistas técnicos e bolsistas de iniciação científica desenvolveu diversos projetos técnicos de impacto significativo para os municípios atendidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação dos Escritórios de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura nas universidades estaduais do Paraná tem possibilitado o desenvolvimento de projetos técnicos por equipes formadas por docentes, egressos e estudantes, utilizando a metodologia BIM – Building Information Modeling. Essa abordagem promove maior precisão, controle e economia nas obras públicas (PARANÁ, 2021b). Até abril de 2025, o Projeto Projetek entregou 87 projetos a 59 municípios, gerando uma economia estimada de R\$ 8,8 milhões, valor relevante diante da ausência de estrutura técnica em muitas dessas prefeituras, que normalmente dependeriam de serviços terceirizados mais onerosos (PARANÁ, 2024a).

O Projetek Paraná, além de apoiar os municípios, também fortalece a formação acadêmica e a qualificação de jovens profissionais, por meio de bolsas financiadas pelo Fundo Paraná e Fundação Araucária, promovendo a integração entre universidade e demandas sociais (PARANÁ, 2024b). Em 2024, o programa recebeu o Prêmio Excelência em Competitividade do Centro de Liderança Pública (CLP), sendo reconhecido como referência em política pública para o desenvolvimento regional e fortalecimento da governança local (CLP, 2024; PARANÁ, 2024c; SETI, 2024). Assim, o Projetek consolida-se como uma política inovadora que articula ensino, pesquisa e extensão, promovendo desenvolvimento sustentável e uso eficiente dos recursos públicos (SETI, 2024).

Desde seu início, o Projetek Paraná/Unespar tem gerado impacto significativo ao disponibilizar projetos de engenharia e arquitetura para prefeituras e para a própria universidade, reunindo esforços de docentes, técnicos e estudantes na oferta de assessoria técnica a municípios com baixa capacidade instalada (SETI, 2024). Com dados dos núcleos de Campo Mourão e Paranaguá, observa-se que o Projetek Unespar se consolida como referência regional em extensão universitária com impacto social. Os principais indicadores de desempenho estão sistematizados na Figura 1 – Infográfico de Resultados do Projetek Unespar, com dados referentes ao período de novembro de 2022 a outubro de 2024.

Resultados do Projetek Unespar

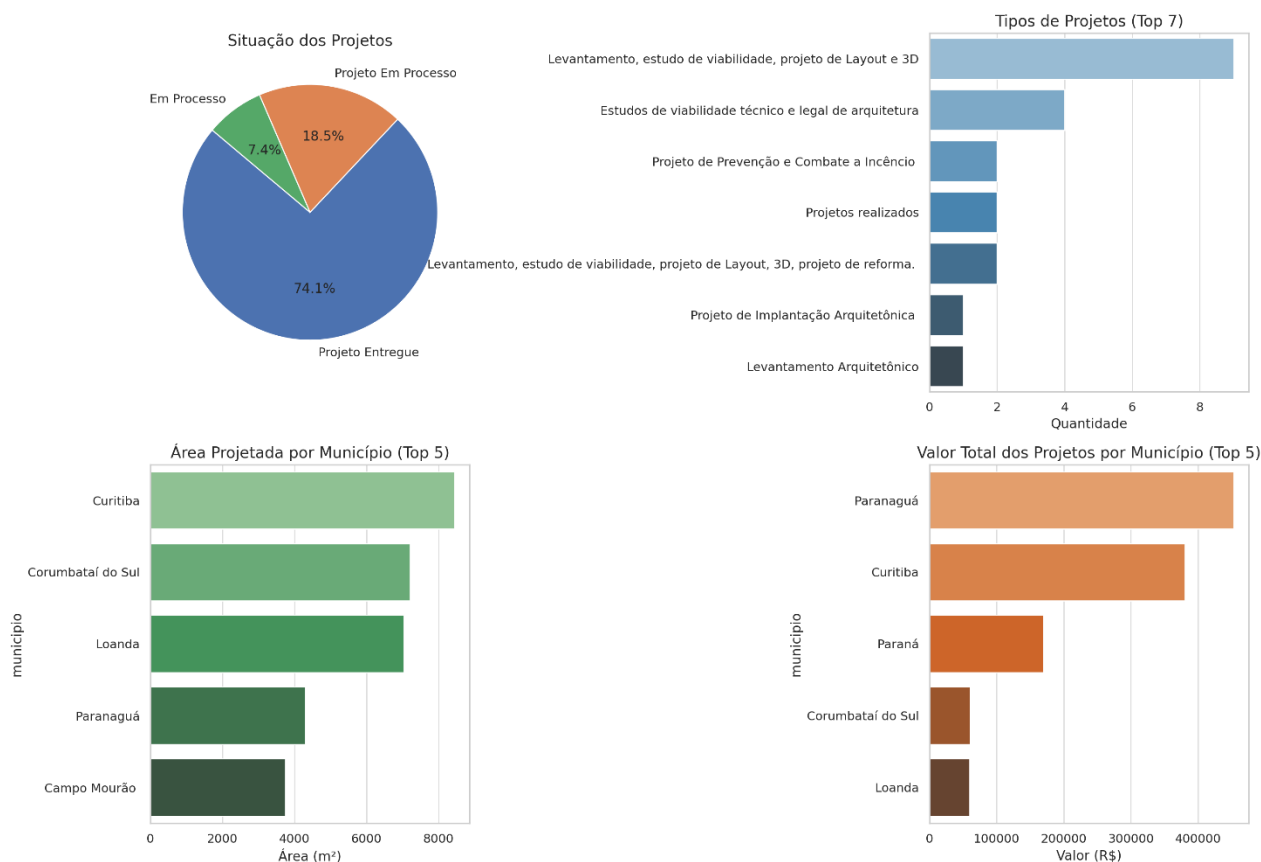


Figura 1 – Infográfico de Resultados do Projetek Unespar

Fonte: Dados coletados pelo autor (2024).

O Projetek PR/Unespar tem se destacado não apenas pelo volume e pela qualidade dos projetos desenvolvidos, mas também por seu expressivo impacto social e por sua contribuição à formação acadêmica de estudantes, pautada em uma abordagem crítica, ética e comprometida com o desenvolvimento regional. A atuação integrada entre docentes, técnicos e discentes tem possibilitado avanços significativos no atendimento às demandas de municípios com menor capacidade técnica instalada.

O infográfico apresentado na Figura 1 sintetiza, de maneira clara e acessível, os principais resultados alcançados pelo Projetek Unespar. Quatro dimensões centrais foram destacadas para demonstrar o impacto da iniciativa: a situação dos projetos (entregues ou em andamento), a

tipologia das ações realizadas, a área total projetada por município e o valor estimado das propostas técnicas desenvolvidas.

Alguns dos projetos elaborados no âmbito do Projetek PR/Unespar ilustram bem essa diversidade de ações. Em Corumbataí do Sul, por exemplo, foi realizada a ampliação do Colégio Estadual local, com projeto de implantação arquitetônica para uma área de 1.574,43 m² e orçamento estimado em R\$ 27.643,25, já entregue à prefeitura. Ainda no mesmo município, foi elaborado o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) para o Colégio Estadual e o Colégio Municipal, abrangendo uma área de 5.642,1 m² e com valor estimado de R\$ 32.724,00. Esse projeto encontra-se atualmente em fase de finalização.

No município de Barbosa Ferraz, a equipe técnica elaborou o projeto de PPCI para um barracão industrial, com área de 1.070,35 m² e custo estimado em R\$ 6.208,03, o qual já foi entregue. Em Campo Mourão, foi realizado o levantamento arquitetônico do prédio do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região, com área total de 1.372,5 m² e orçamento de R\$ 9.882,00, também já entregue.

Esses dados nos permitem constatar que o Projetek PR/Unespar está demonstrando ser uma iniciativa importante para superar as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras de pequenos municípios do Paraná. A colaboração entre academia e administração pública tem sido essencial para o sucesso do projeto, promovendo a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Durante o período de novembro de 2022 a outubro de 2024, a equipe multidisciplinar do Projetek UNESPAR, composta por docentes, bolsistas de iniciação científica e técnica, desenvolveu diversos projetos técnicos de impacto significativo para os municípios atendidos, conforme demonstramos nas figuras a seguir.

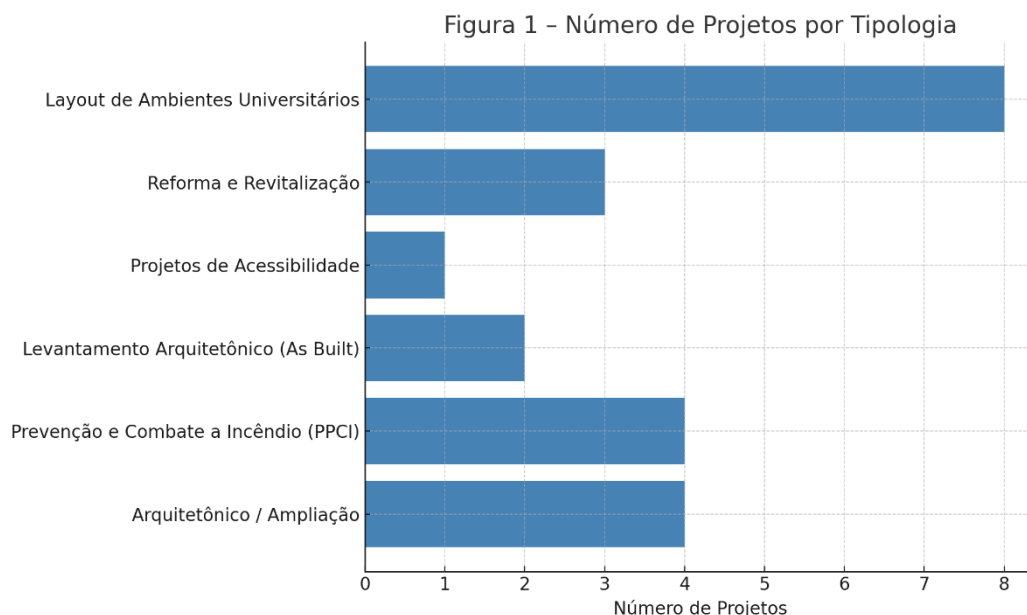


Figura 2 – Número de Projetos por Tipologia

Fonte: Os autores, 2025.

A Figura 2 apresenta a distribuição dos projetos elaborados pela equipe do Projetek PR/Unespar de acordo com sua tipologia. Como podemos observar para a elaboração de projetos de maior complexidade, tais como projetos de acessibilidade e complementares há que se ter um tempo maior de experiência para realização dos mesmos, haja visto estarmos trabalhando com profissionais ainda em desenvolvimento de experiência na equipe.

A Figura 2 evidencia a área total projetada por município, destacando a abrangência das ações em diferentes regiões do estado.

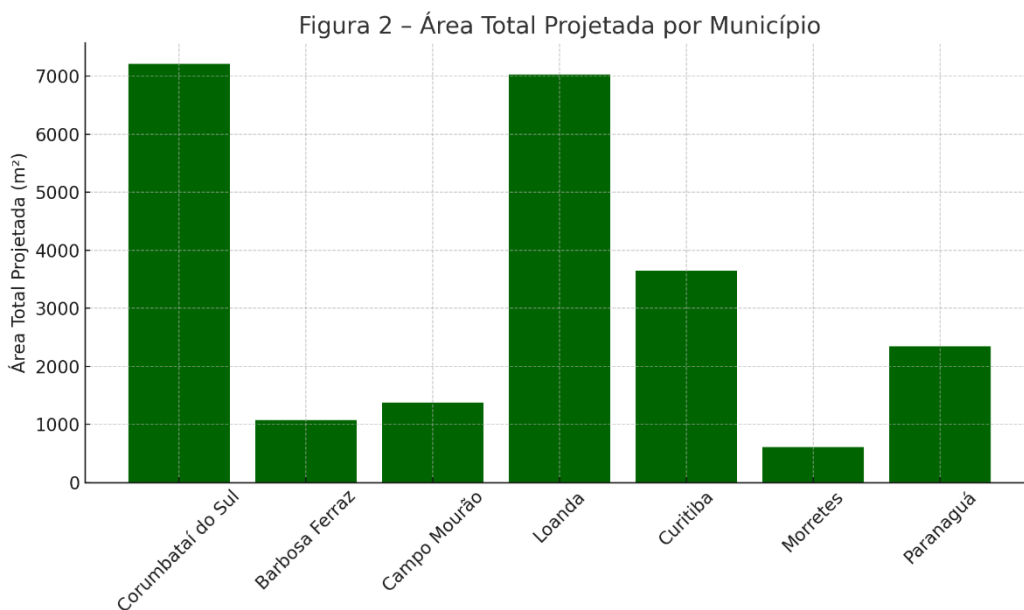


Figura 3 – Área Total Projetada por Município

Fonte: Os autores, 2025.

Como podemos observar nos gráficos acima e anteriores, o Projetek PR/Unespar representa uma iniciativa sólida e transformadora no âmbito da extensão universitária, unindo ensino, pesquisa, extensão e compromisso social o que é evidenciado na Figura 2 demonstrando os municípios atendidos. Por meio da atuação colaborativa entre professores, estudantes e técnicos, o projeto tem contribuído significativamente para o fortalecimento da infraestrutura pública para elaboração e suporte a projetos de engenharia e arquitetura em municípios paranaenses, especialmente aqueles com menor capacidade técnica e institucional.

A Figura 3 demonstra o resultado geral das ações do Projetek Paraná, nos permitindo assim estabelecermos um paralelo com os resultados alcançados pelo Projetek Paraná e pelo Projetek Paraná/Unespar (SETI, 2024).

Os dados analisados revelam não apenas a abrangência territorial das ações, mas também sua profundidade social e técnica. Juntos, os integrantes das equipes do Projetek Paraná elaboraram mais de 130 projetos, atendendo mais de 50 municípios paranaenses, com uma estimativa de investimentos que ultrapassará R\$ 200 milhões. Essa produção reflete o impacto prático do conhecimento acadêmico aplicado às necessidades reais da população, promovendo

melhorias em escolas, centros comunitários, unidades de saúde, praças, entre outros equipamentos urbanos essenciais (SETI, 2024).

No que tange ao Projetek PR/Unespar, além de seu alcance social, o projeto desempenha um papel pedagógico fundamental na formação crítica, ética e comprometida dos técnicos e estudantes envolvidos, fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade. O reconhecimento crescente da iniciativa por parte de gestores públicos e da própria comunidade acadêmica é um indicativo claro de sua relevância estratégica no cenário do desenvolvimento regional sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projetek Unespar representa uma iniciativa sólida e transformadora no âmbito da extensão universitária, unindo ensino, pesquisa, extensão e compromisso social. Por meio da atuação colaborativa entre professores, estudantes e técnicos da Unespar, o projeto tem contribuído significativamente para o fortalecimento da infraestrutura pública de municípios paranaenses, especialmente aqueles com menor capacidade técnica e institucional.

No que tange ao Projetek PR/Unespar, além de seu alcance social o projeto desempenha um papel pedagógico fundamental na formação crítica, ética e comprometida dos estudantes envolvidos, fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade. O reconhecimento crescente da iniciativa por parte de gestores públicos e da própria comunidade acadêmica é um indicativo claro de sua relevância estratégica no cenário do desenvolvimento regional sustentável.

Dessa forma, as ações do Projetek Paraná vêm se consolidando como referência em extensão universitária com impacto social, sendo exemplo de como a universidade pública pode agir diretamente na construção de soluções para os desafios concretos enfrentados pelas cidades e suas populações (SETI, 2024).

Diante dos resultados expressivos alcançados pelo Projetek Unespar, recomendamos a sua continuidade e ampliação como política permanente de extensão universitária e cooperação interinstitucional no estado do Paraná. O projeto tem demonstrado ser uma ferramenta altamente eficaz para o fortalecimento da capacidade técnica de prefeituras, especialmente de pequeno e

médio porte, que frequentemente carecem de profissionais especializados e recursos para elaboração de projetos de infraestrutura urbana.

Assim, o Projetek Unespar configura-se não apenas como uma ação de extensão pontual, mas como uma política pública inovadora de apoio técnico aos municípios, fortalecendo a democracia, a gestão pública e as condições de vida no território paranaense.

Dessa forma, recomendamos a continuidade das ações deste projeto de pesquisa-extensão, bem como a ampliação como política permanente de extensão universitária e cooperação interinstitucional para com os municípios no estado do Paraná.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA-PR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (Ageuni) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia – Projetek, Utilizando de Tecnologia BIM - Modelagem De Informação Da Construção.



REFERÊNCIAS

ABREU, Américo et al. *Gestão pública municipal: desafios e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018. Institui a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling*. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 94, p. 3, 18 maio 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9377.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020. Estabelece a utilização do *Building Information Modelling* na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 65, p. 4, 3 abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10306.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.888, de 24 de janeiro de 2024. Altera o Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019, e o Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, para instituir a Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* no Brasil - Estratégia BIM BR e o Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* no Brasil - Estratégia BIM BR. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 18, p. 1, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.888-de-24-de-janeiro-de-2024-539333508>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Centro de Estudos e Debates Estratégicos. **Cidades inteligentes**: uma abordagem humana e sustentável. Brasília, DF: Edições Câmara, 2021. (Série Cadernos de Altos Estudos). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/cidades_inteligentes.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. **Prêmio Excelência em Competitividade**: boas práticas semifinalistas de 2024. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://clp.org.br/premio-excelencia-em-competitividade-boas-praticas-semifinalistas-de-2024/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2014.

LIMA, Ana Paula; FERREIRA, Guilherme. *Inovação na gestão pública: cidades inteligentes e transformação digital*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

MATIAS-PEREIRA, José. *Gestão pública contemporânea: novos paradigmas para o Estado brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado das Cidades. *Projetek: Escritórios de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura*. Curitiba, 2021b.

PARANÁ. Secretaria de Estado das Cidades. *Relatório de Resultados – Projetek*. Curitiba, 2024a.

PARANÁ. Secretaria de Estado das Cidades. *Projetek Paraná: Resultados e Impactos*. Curitiba, 2024b.

PARANÁ. Secretaria de Estado das Cidades. *Projetek recebe prêmio nacional de competitividade*. Curitiba, 2024c.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Escritório de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura – Projetek*. Curitiba, 2021a. Disponível em:

<https://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Escritorio-de-Projetos-Executivos-de-Engenharia-e-Arquitetura-Projetek>. Acesso em: 2 maio 2025.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Estado investe R\$ 7 milhões em bolsas do Projetek, que ajuda pequenos municípios com obras. Curitiba, 2021b. Disponível em:

<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Estado-investe-R-7-milhoes-em-bolsas-do-Projetek-que-ajuda-pequenos-municipios-com-obras>. Acesso em: 2 maio 2025.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Com Projetek das universidades estaduais, Paraná ganha Prêmio Excelência em Competitividade. Curitiba, 2024c. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Com-Projetek-das-universidades-estaduais-Parana-ganha-Premio-Excelencia-em-Competitividade>. Acesso em: 2 maio 2025.

SETI – SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ. Projetek Paraná: uma política pública inovadora. Curitiba, 2024.

SETI – SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ. Projetek Paraná/Unespar: Relatório de Atividades e Resultados 2022–2024. Curitiba: SETI, 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Com apoio do Estado, 59 municípios economizam R\$ 8,8 milhões em projetos**. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-apoio-do-Estado-59-municipios-economizam-R-88-milhoes-em-projetos>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Com programa Projetek, Paraná é semifinalista do Prêmio Excelência em Competitividade**. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Curitiba, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Com-programa-Projetek-Parana-e-semifinalista-do-Premio-Excelencia-em-Competitividade>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Com Projetek das universidades estaduais, Paraná ganha Prêmio Excelência em Competitividade**. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-Projetek-das-universidades-estaduais-Parana-ganha-Premio-Excelencia-em-Competitividade>. Acesso em: 22 ago. 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Escritório de Projetos Executivos de Engenharia e Arquitetura – Projetek**. Curitiba: SETI, 2021. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Escritorio-de-Projetos-Executivos-de-Engenharia-e-Arquitetura-Projetek>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Estado investe R\$ 7 milhões em bolsas do Projetek, que ajuda pequenos municípios com obras**. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 4 nov. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-investe-R-7-milhoes-em-bolsas-do-Projetek-que-ajuda-pequenos-municipios-com-obras>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado das Cidades. **Aumenta o número de Instituições que compõem Estratégia BIM PR**. BIM PR, [Curitiba], 20 maio 2022. Disponível em: <https://www.bim.pr.gov.br/Noticia/Aumenta-o-numero-de-Instituicoes-que-compoem-Estrategia-BIM-PR>. Acesso em: 6 jun. 2025.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado das Cidades. **Paraná regulamenta nova Lei de Licitações e Contratos**. BIM PR, [Curitiba], 25 out. 2022. Disponível em:

<https://www.bim.pr.gov.br/Noticia/Parana-regulamenta-nova-Lei-de-Licitacoes-e-Contratos>. Acesso em: 6 jun. 2025.

POTENCIAL uso do BIM na fiscalização de obras públicas. **Revista do TCU**, Brasília, DF, n. 132, p. 80-87, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1302>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ZAPP, L. O.; MAGALHÃES, R. M.; SCHEER, S. Análise comparativa dos esforços e papéis de governo na adoção do BIM no Brasil e em países pioneiros. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 109-126, 2024. DOI: 10.11606/gtp.v19i3.219536. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/219536>. Acesso em: 15 ago. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

GESTÃO DE FROTAS VEICULARES PÚBLICAS: UM ESTUDO DO IMPACTO NAS DIRETRIZES ESG, NA PREFEITURA MUNICIPAL “DELTA”

Celso Bunhak¹ – UNESPAR

Henrique Custódio de Oliveira Biscaia² – UNESPAR

Adalberto Dias de Souza³ – UNESPAR

Marcos Junio F. de Jesus⁴ – UNESPAR

Eloisa Paula de Oliveira⁵ – UNESPAR

Sergio Luiz Maybuk⁶ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO: 12 Comunidade: Projektek UNESPAR / UTFPR / COMCAM / CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura

RESUMO

Este artigo analisa a gestão de frotas veiculares na administração pública, com foco nos impactos econômicos, sociais e ambientais à luz das diretrizes ESG (Environmental, Social and Governance). A gestão eficiente de frotas vai além da manutenção: envolve uso estratégico, controle de custos e compromisso com a sustentabilidade. A pesquisa foi realizada com base na frota pública do município de Delta, evidenciando a ausência de práticas alinhadas aos princípios ESG. A investigação utilizou questionários e entrevistas com servidores envolvidos diretamente na operação da frota. Os resultados apontam deficiências como ausência de políticas preventivas, pouca capacitação técnica, falta de controle da manutenção e limitações estruturais, como orçamento restrito e baixa motivação dos colaboradores. Além disso, identificou-se que a maioria dos servidores desconhece diretrizes formais de gestão, o que compromete a eficiência e a transparência. A adoção de práticas sustentáveis, como uso de veículos menos poluentes e treinamentos voltados à responsabilidade ambiental, é vista como uma oportunidade para melhorar a gestão, reduzir custos operacionais e promover maior responsabilidade social. Conclui-se que, para tornar a gestão de frotas mais eficiente e sustentável, é necessário investir em políticas de manutenção preventiva, capacitação contínua e adoção de tecnologias limpas, promovendo uma administração pública mais moderna e alinhada às expectativas da sociedade.

Palavras-chave: Gestão de Frotas. ESG. Delta, Sustentabilidade, Veículos Públicos.

RESUMEN

Este artículo analiza la gestión de flotas vehiculares en la administración pública, con énfasis en los impactos económicos, sociales y ambientales a la luz de las directrices ESG (Environmental, Social and Governance). Una gestión eficiente de flotas va más allá del mantenimiento: implica el uso estratégico, el control de costos y el compromiso con la sostenibilidad. La investigación se llevó a cabo con base en la flota pública del municipio de

¹ - Graduando em Administração – e-mail: cbunhak@hotmail.com

² - Graduando em Administração – e-mail: henrique.oliveirab2149@gmail.com

³ - Doutor Administração e Geografia – e-mail – adalbertodias.unespar@gmail.com

⁴ - formação acadêmica – e-mail – autor4@unespar.edu.br

⁵ - formação acadêmica – e-mail – autor5@unespar.edu.br – Orientador se houver

⁶ - formação acadêmica – e-mail – autor5@unespar.edu.br – Orientador se houver

Delta, evidenciando la ausencia de prácticas alineadas con los principios ESG. La investigación utilizó cuestionarios y entrevistas con funcionarios directamente involucrados en la operación de la flota. Los resultados señalan deficiencias como la falta de políticas preventivas, escasa capacitación técnica, ausencia de control del mantenimiento y limitaciones estructurales como presupuestos restringidos y baja motivación de los colaboradores. Además, se identificó que la mayoría de los servidores desconoce directrices formales de gestión, lo cual compromete la eficiencia y la transparencia. La adopción de prácticas sostenibles, como el uso de vehículos menos contaminantes y la formación orientada a la responsabilidad ambiental, se ve como una oportunidad para mejorar la gestión, reducir los costos operativos y promover una mayor responsabilidad social. Se concluye que, para lograr una gestión de flotas más eficiente y sostenible, es necesario invertir en políticas de mantenimiento preventivo, capacitación continua y adopción de tecnologías limpias, promoviendo una administración pública más moderna y alineada con las expectativas de la sociedad.

Palabras clave: Gestión de Flotas. ESG. Delta. Sostenibilidad. Vehículos Públicos.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A gestão de frotas veiculares é uma área essencial e complexa na administração pública, refletindo diretamente nos custos operacionais, na eficiência dos serviços e na imagem da instituição perante a sociedade. O gerenciamento adequado de uma frota não se resume a manter os veículos em funcionamento, mas sim a implementar políticas que garantam o uso eficiente e sustentável dos recursos, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Nos últimos anos, a crescente pressão para que as instituições públicas adotem práticas sustentáveis alinhadas aos princípios ESG tem tornado este tema cada vez mais relevante.

A falta de uma política de manutenção preventiva é apontada por especialistas como uma das principais causas de ineficiência na gestão de frotas. Segundo Mello (2018), a ausência de ações preventivas leva a um aumento significativo dos custos operacionais, já que os veículos se tornam mais suscetíveis a falhas mecânicas que poderiam ser evitadas com manutenções programadas. Este “efeito cascata” compromete o orçamento destinado a outras áreas e afeta a eficiência dos serviços públicos. Além disso, veículos mal conservados tendem a emitir mais poluentes, agravando problemas ambientais como a degradação do ar e o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

De acordo com Almeida (2019), os impactos econômicos de uma gestão ineficaz de frotas são evidentes na administração pública. A falta de planejamento e políticas claras aumenta significativamente os custos de operação e manutenção, resultando em um uso ineficiente dos

recursos públicos. Silva e Pereira (2021) ressaltam que a má gestão de frotas compromete a segurança dos condutores e da população, especialmente em veículos utilizados para serviços essenciais, como ambulâncias e transporte escolar. A falta de manutenção nesses veículos representa um risco à vida das pessoas e prejudica a qualidade dos serviços, afetando negativamente a percepção pública da administração.

Outro fator crítico na gestão de frotas é a ausência de investimentos em tecnologias de monitoramento e controle. Segundo Costa (2020), a falta de ferramentas modernas, como sistemas de telemetria, dificulta o acompanhamento do uso dos veículos e impede ações preventivas que poderiam reduzir os custos de manutenção e prolongar a vida útil da frota. Além disso, Rodrigues e Santos (2021) destacam que o monitoramento eficiente permite uma supervisão rigorosa, inibindo o uso indevido e contribuindo para a transparência e responsabilidade no uso dos recursos públicos.

A incorporação das diretrizes ESG na gestão de frotas emerge como uma solução viável para enfrentar os desafios contemporâneos. ESG é uma abordagem que visa garantir práticas sustentáveis e responsáveis, focando em três pilares: meio ambiente (Environmental), responsabilidade social (Social) e governança corporativa (Governance). Oliveira (2019) destaca que a adoção dessas diretrizes pode melhorar significativamente a imagem da administração pública, promovendo uma gestão mais eficiente e comprometida com o futuro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão de frotas veiculares tem sido um dos grandes desafios das administrações públicas ao longo dos anos, especialmente devido aos seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Gerir uma frota não se resume a garantir que os veículos estejam funcionando, mas também envolve o uso responsável e sustentável dos recursos disponíveis. Segundo Mello (2018), quando a manutenção preventiva não é devidamente realizada, os custos operacionais tendem a aumentar significativamente, causando um efeito cascata de despesas adicionais. Isso impacta diretamente os cofres públicos, além de afetar a segurança dos condutores e gerar danos ao meio ambiente, já que veículos mal conservados emitem mais poluentes e são menos eficientes.

De acordo com Almeida (2019), a má gestão de frotas na administração pública pode trazer graves consequências econômicas, levando ao aumento dos custos de operação e

manutenção. Silva e Pereira (2021) destacam que, além dos impactos econômicos, a má gestão de frotas também compromete a segurança dos condutores e da população, especialmente quando se trata de veículos utilizados em serviços essenciais, como ambulâncias e transporte escolar.

A importância de uma gestão eficiente de frotas é destacada por autores como Marques e Pereira (2020), que afirmam que uma frota bem administrada é um pilar essencial para a prestação de serviços públicos de qualidade. Além de reduzir custos operacionais, a gestão adequada das frotas públicas contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente em áreas urbanas onde os serviços públicos, como transporte e coleta de lixo, são críticos para o funcionamento da cidade. Barros e Souza (2018) reforçam que a gestão sustentável de frotas urbanas não é apenas uma questão financeira, mas também de responsabilidade ambiental e social.

No entanto, a falta de manutenção preventiva, conforme descrito por Lima (2018), pode resultar no desgaste prematuro dos veículos, aumentando os custos de reparo e reduzindo a eficiência operacional. O estudo de Pereira (2019) mostra que políticas de manutenção preventiva bem implementadas podem reduzir significativamente os custos operacionais e melhorar a eficiência geral da frota pública.

A negligência na gestão de frotas também tem implicações importantes para a implementação das diretrizes ESG (Environmental, Social, Governance), que são cada vez mais reconhecidas como essenciais tanto no setor público quanto no privado. Segundo Oliveira (2019), a adoção das diretrizes ESG pode melhorar significativamente a reputação da administração pública, além de promover uma gestão mais responsável e eficiente.

O uso sustentável de veículos e a responsabilidade na sua manutenção refletem diretamente em como a sociedade percebe o compromisso ambiental de uma instituição. No entanto, no caso da Delta, a falta de cuidados com a frota prejudicou consideravelmente a aplicação dessas práticas, expondo fragilidades na administração municipal e evidenciando uma gestão desalinhada com a sustentabilidade e a transparência esperadas atualmente.

Além disso, estudos mostram que a implementação de ESG não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também de viabilidade econômica. Ferreira et al. (2021) sugerem que a adoção de práticas sustentáveis, como o uso de veículos híbridos e elétricos, pode resultar

em uma economia significativa de combustível, além de melhorar a eficiência geral das operações da frota.

A adoção das diretrizes ESG na gestão de frotas veiculares públicas representa uma oportunidade crucial para promover sustentabilidade, eficiência e segurança nas operações da administração pública. Entretanto, como observado no caso da Delta, a falta de cuidado adequado com a frota comprometeu a eficiência dos serviços prestados, gerou custos elevados e colocou em risco a segurança dos servidores e da população. Para que as diretrizes ESG sejam implementadas com sucesso, é necessário um compromisso firme da administração pública com a transparência, a responsabilidade e a sustentabilidade. Investir em programas de manutenção preventiva, adotar tecnologias mais limpas, como veículos elétricos e híbridos, e treinar adequadamente os servidores são medidas essenciais para melhorar a gestão da frota e promover uma administração pública mais eficiente, sustentável e voltada para o futuro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou uma abordagem quantitativa e descritiva para investigar a gestão de frotas veiculares na administração pública de Delta, com foco nos impactos econômicos, sociais e ambientais e nas práticas relacionadas às diretrizes ESG (Environmental, Social, and Governance). Para capturar a percepção dos servidores e compreender as práticas e desafios da gestão, optou-se por uma pesquisa descritiva, complementada por uma análise qualitativa dos dados coletados. A seguir, detalham-se as etapas e as justificativas para cada escolha metodológica, além de sua relação com a literatura.

A pesquisa descritiva foi escolhida devido ao objetivo de mapear a situação atual da gestão de frotas veiculares, especialmente nos setores que dependem intensivamente da frota para suas operações diárias. Para Costa (2020), a falta de políticas claras de manutenção e controle sobre o uso dos veículos municipais leva a perdas significativas de eficiência e a um aumento nos custos de operação. A abordagem quantitativa complementa esse tipo de pesquisa, oferecendo uma base sólida e objetiva para a análise das percepções dos servidores sobre o uso da frota pública.

A amostra foi composta por 41 servidores municipais com envolvimento direto na utilização ou na gestão da frota. Essa amostra incluiu servidores de diversas secretarias e órgãos da administração municipal, que utilizam a frota pública para atividades essenciais e específicas.

Barros e Souza (2018) destacam que a gestão de frotas urbanas é uma questão de responsabilidade não apenas financeira, mas também social e ambiental, pois o uso inadequado dos veículos compromete tanto o orçamento quanto a qualidade de vida da população.

O questionário estruturado foi desenvolvido e aplicado via *Google Forms*. Segundo Souza et al. (2020), a plataforma oferece praticidade na coleta e anonimato, o que incentiva respostas mais honestas e minimiza o viés de resposta. O questionário contém sete perguntas de múltipla escolha, que cobrem as principais áreas de gestão de frotas.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas: quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos foram processados no *Google Forms*, o qual forneceu gráficos e tabelas de frequência para visualizar os percentuais de resposta. Para Barros e Souza (2018), a análise quantitativa facilita a compreensão de tendências e padrões, fornecendo uma base objetiva para avaliar os desafios da gestão de frotas.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho constitui um estudo de caso sobre a gestão da frota veicular da Prefeitura Municipal de Delta, com foco nos impactos econômicos, sociais e ambientais, e na aplicação das diretrizes ESG (*Environmental, Social and Governance*). A frota pública é essencial para setores como Saúde, Educação, Infraestrutura, Assistência Social e Meio Ambiente, e seu bom funcionamento afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados à população.

NOTA: O nome “Delta” foi hipoteticamente para referir-se à prefeitura municipal objeto neste estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil Funcional e Distribuição de Cargos

No que tange à distribuição de cargos e funções, observa-se uma prevalência de **26,8% de motoristas**, que representam a maior parte dos respondentes e são usuários diretos da frota municipal. Este dado é significativo, pois motoristas estão em contato direto com os veículos e são mais afetados pelas condições de manutenção e gestão da frota. Segundo Souza et al. (2020), “a experiência direta e as condições de trabalho afetam profundamente a percepção dos

servidores sobre a qualidade e a eficácia dos serviços públicos”, o que justifica a relevância das respostas desses profissionais no levantamento das necessidades e deficiências da frota.

Além dos motoristas, **14,6% dos participantes** desempenham a função de auxiliar administrativo, seguida por **9,8% de agentes administrativos**. Esses profissionais possuem uma visão intermediária da operação e da administração, oferecendo insights sobre o impacto das políticas de gestão e de manutenção no funcionamento diário da frota. De acordo com Costa (2020), “a falta de políticas claras e a ausência de controle eficiente no uso dos recursos resultam em uma má alocação dos recursos públicos e em maiores custos operacionais”. Esta percepção reforça a necessidade de políticas de manutenção preventivas para garantir a eficiência operacional.

Outras funções, como auxiliar de almoxarifado, limpeza e outros cargos variados, aparecem com percentuais menores. A variedade de funções entre os respondentes sugere que a percepção da má gestão da frota não se limita aos motoristas, mas é uma preocupação que permeia diferentes níveis e áreas da administração pública, indicando uma insatisfação generalizada. Como Mello (2018) observa, “a ausência de uma política de manutenção preventiva e de planejamento resulta em custos adicionais que impactam diretamente os cofres públicos e reduzem a qualidade dos serviços prestados”.



Gráfico 1: Qual é o seu cargo ou função atual na administração pública municipal?

Necessidade de Treinamento para Manuseio dos Veículos

A análise sobre a adequação do treinamento dos servidores que manuseiam os veículos da frota municipal revela que uma parcela significativa dos respondentes considera insuficiente a formação oferecida. De acordo com os dados, **68,3% dos servidores** apontaram a necessidade de treinamentos em manutenção preventiva, e **51,2%** mencionaram a importância de capacitação em condução econômica, que visa ao uso racional dos recursos e à preservação dos veículos.

Esses resultados indicam uma lacuna crítica na capacitação dos funcionários, algo que Silva e Pereira (2021) consideram essencial para a segurança e a eficiência da operação veicular. Os autores afirmam que “a falta de treinamento adequado aumenta os riscos operacionais e eleva os custos de manutenção, uma vez que os motoristas não estão capacitados para utilizar os veículos de forma responsável e segura”.

Esse ponto é reforçado por Lima (2018), que destaca que treinamentos periódicos em condução e em técnicas de manutenção preventiva são indispensáveis para evitar o desgaste prematuro dos veículos e reduzir os custos operacionais.

Além disso, os servidores mencionaram a importância de treinamentos em ética e responsabilidade no uso dos veículos (48,8%), o que sugere a necessidade de fomentar uma cultura de responsabilidade e de conscientização sobre o uso da frota. Essa percepção está alinhada com os princípios das diretrizes ESG, que promovem uma gestão socialmente responsável e sustentável (Oliveira, 2019).

A ausência de treinamentos específicos contribui para a falta de cuidados com a frota, refletindo uma gestão que ainda não prioriza a capacitação como um elemento essencial da eficiência operacional.

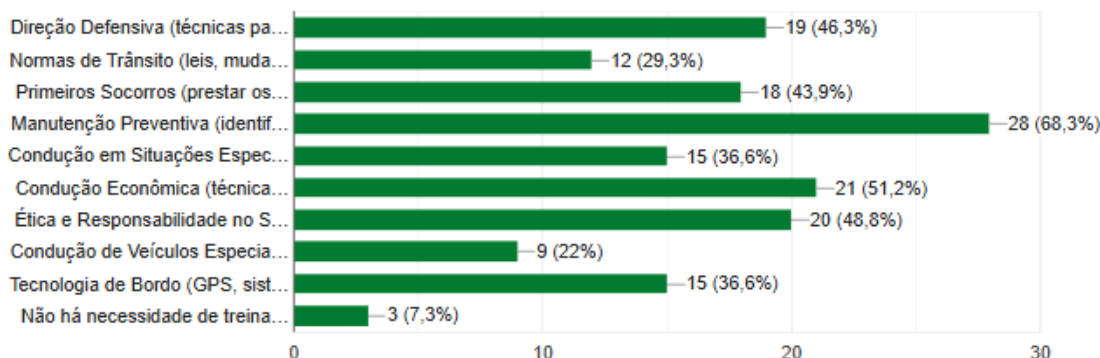


Gráfico 2: Você considera que há falta de treinamento adequado para os servidores responsáveis pelo manuseio dos veículos da frota municipal? Se sim, que tipo de treinamento você acredita que seria necessário?

Principais Desafios na Gestão dos Recursos Relacionados aos Veículos

Ao identificar os principais desafios enfrentados na gestão da frota, os servidores apontaram a manutenção inadequada como o maior problema, com **43,9% das respostas**, seguida por questões de orçamento insuficiente (19,5%) e problemas com fornecedores (26,8%). Esses dados indicam que a administração enfrenta barreiras financeiras e estruturais significativas para manter a frota em condições operacionais adequadas, o que afeta diretamente a prestação dos serviços públicos.

A manutenção inadequada, apontada como o principal desafio, reflete a falta de políticas preventivas e de um planejamento eficaz, conforme discutido por Mello (2018), que argumenta que “a ausência de manutenção preventiva e de planejamento gera um efeito cascata de despesas e falhas, impactando a eficiência operacional e o orçamento público”. A falta de orçamento adequado para cobrir as necessidades da frota também reflete uma gestão que não prioriza a sustentabilidade financeira, um ponto crucial para a implementação das diretrizes ESG (Oliveira, 2019).

Além disso, a questão dos problemas com fornecedores, que representa um percentual significativo das respostas, aponta para dificuldades logísticas e de suporte que comprometem a manutenção regular dos veículos. Marques e Pereira (2020) destacam que “a escolha de fornecedores qualificados e o estabelecimento de parcerias estratégicas são essenciais para garantir a eficiência operacional e a qualidade dos serviços”, sugerindo que a administração

pública poderia melhorar esses aspectos para assegurar o fornecimento constante de peças e serviços de qualidade para a frota.

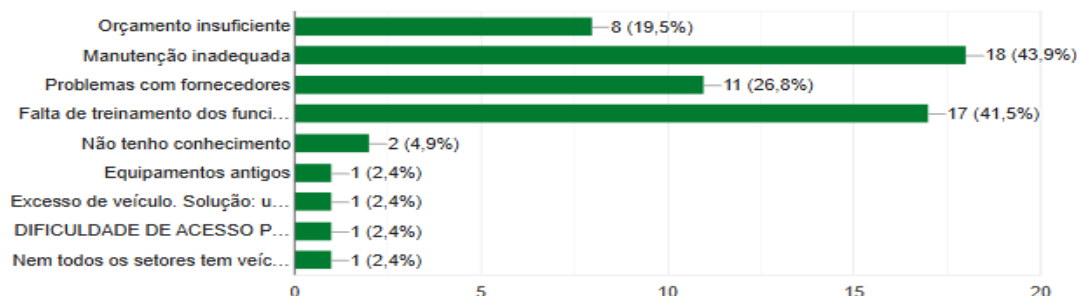


Gráfico 3: Em sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados na gestão dos recursos relacionados aos veículos municipais?

Outro ponto crítico é a falta de capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e operação da frota, uma questão frequentemente negligenciada, mas que impacta diretamente a eficiência dos processos. Segundo Santos e Almeida (2021), "a ausência de treinamento adequado para os gestores e operadores de frota resulta em falhas no planejamento, execução e monitoramento das atividades, gerando desperdícios e aumento nos custos operacionais". Investir em programas de capacitação contínua não apenas melhoraria a capacidade de identificar problemas e propor soluções, como também fortaleceria a adesão às políticas de manutenção preventiva e sustentabilidade, contribuindo para a superação dos desafios destacados.

As principais limitações deste estudo incluem a restrição no número de participantes, uma vez que a amostra se limitou a 41 servidores municipais, o que pode não refletir integralmente a realidade da gestão de frotas em Delta. Além disso, a coleta de dados por meio de questionários, embora eficiente, apresentou limitações quanto à profundidade das informações obtidas. A dificuldade no acesso a dados mais detalhados sobre orçamento, fornecedores e políticas internas também restringiu a análise em algumas áreas. Por fim, a escassez de estudos específicos voltados à aplicação das diretrizes ESG em frotas públicas dificultou a comparação dos resultados com outras realidades similares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo examinou a gestão de frotas de veículos na administração pública de Delta, com um foco especial nos impactos econômicos, sociais e ambientais que envolvem a aplicação ou a ausência das diretrizes ESG. A pesquisa evidenciou que, embora haja uma compreensão geral sobre a importância de uma gestão eficiente de frotas, a realidade do município é marcada por lacunas significativas nas práticas preventivas de manutenção, supervisão e capacitação dos servidores envolvidos. Essas falhas resultam em custos operacionais elevados, comprometeram a segurança e diminuíram a transparência nos serviços prestados.

Os servidores identificaram a falta de treinamentos específicos, como manutenção preventiva e condução econômica, como fatores críticos para melhorar a eficiência da frota. A ausência de supervisão constante também foi considerada um entrave importante, uma vez que essa falha permite que práticas ineficazes no uso e cuidado com os veículos persigam sem correções imediatas. Problemas como o orçamento insuficiente e as dificuldades com fornecedores foram destacados como questões que necessitam de atenção para que se possa alcançar uma gestão mais eficaz e responsável.

Diante desses desafios, a implementação de políticas de manutenção preventiva se mostra essencial. A prática de manutenção preventiva reduz o desgaste prematuro dos veículos, evita custos de reparo emergencial e prolonga a vida útil da frota, permitindo que a administração pública aproveite ao máximo os recursos investidos.

A gestão da Delta pode, ainda, beneficiar-se da introdução de tecnologias de monitoramento, como sistemas de telemetria, que permitem o acompanhamento em tempo real do uso dos veículos e possibilitam uma tomada de decisões mais rápida e baseada em dados precisos. Essa tecnologia pode também garantir maior transparência para a população, fortalecendo a confiança na gestão pública.

A adoção de treinamentos contínuos em áreas como condução econômica e ética no uso dos veículos deve ser considerada prioritária. A condução econômica, que visa reduzir o consumo de combustível e o desgaste mecânico, traz benefícios diretos para o orçamento público e o meio ambiente. Treinamentos sobre ética e responsabilidade no uso dos veículos reforçam a importância da conscientização dos servidores, promovendo um uso adequado e responsável dos recursos públicos. A capacitação também fortalece a motivação dos servidores, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para desempenhar suas funções de forma eficaz e segura.

A aplicação das diretrizes ESG na gestão de frotas pode trazer uma série de benefícios significativos. No pilar ambiental, o uso de veículos elétricos e híbridos reduz a emissão de gases de efeito estufa e alinha a administração pública com metas globais de sustentabilidade. Socialmente, essa prática melhora as condições de trabalho dos servidores e aumenta a qualidade dos serviços prestados à população, especialmente em áreas sensíveis como saúde e educação. No campo da governança, as diretrizes ESG incentivam práticas de transparência e responsabilidade, o que fortalece a relação de confiança entre a administração pública e a sociedade.

Para o município de Delta, o desenvolvimento de uma política de gestão de frotas sustentável e eficaz exige um compromisso firme com a modernização de práticas e com a transparência. Em um cenário onde a pressão por práticas responsáveis e sustentáveis é crescente, a administração pública tem uma oportunidade de liderar pelo exemplo, adotando tecnologias limpas, treinamentos contínuos e políticas preventivas.

Essa mudança permitirá não apenas uma redução nos custos, mas também um aumento na eficiência e uma melhoria significativa na imagem institucional da administração.

O estudo conclui que a gestão de frotas em Delta pode ser significativamente aprimorada pela implementação das diretrizes ESG e pelo comprometimento com políticas de longo prazo. A aplicação dessas diretrizes e das práticas recomendadas neste estudo representa um avanço importante para uma administração pública que valoriza a eficiência, a sustentabilidade e a responsabilidade com o bem público.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. (2019). **Gestão de frotas na administração pública**. Revista de Administração Pública, 53(2), 120-135.
- BARROS, T. S., & Souza, R. M. (2018). **Gestão Sustentável de Frotas Urbanas**. Revista Brasileira de Administração Pública, 12(3), 89-104.
- CHEN, J., Müller, K., & Zhang, H. (2020). **Electric Vehicles in Public Fleets: A Comparative Study between Europe and the United States**. International Journal of Transport Economics, 18(1), 45-59.
- COSTA, P. R. **Desafios na Gestão de Frotas Municipais: Um Estudo de Caso em São Paulo**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, n. 3, p. 340-357, 2020.
- LIMA, F. A. **Manutenção Preventiva de Frotas: Estratégias para Redução de Custos**. Gestão e Negócios, v. 7, n. 2, p. 78-92, 2018.

MARQUES, A., & Pereira, L. **Gestão de frotas públicas: Estratégias para eficiência e sustentabilidade.** Revista Brasileira de Administração Pública, 12(3), 45-67, 2020.

MELLO, T. R. **Custos Operacionais na Administração Pública: A Importância da Manutenção Preventiva.** Revista de Economia e Administração Pública, v. 15, n. 4, p. 512-530, 2018.

MENDES, L. A.; CARVALHO, J. F. Impacto Ambiental da Frota Veicular Municipal: Estudo de Caso. Revista de Sustentabilidade, v. 9, n. 2, p. 98-113, 2018.

NOGUEIRA, M. P. **Veículos Elétricos e Híbridos: Alternativas para a Sustentabilidade Urbana.** Revista de Tecnologia e Sociedade, v. 14, n. 1, p. 26-39, 2020.

OLIVEIRA, T. **O papel das diretrizes ESG na gestão pública.** Gestão & Sustentabilidade, 10(3), 89-101. PEREIRA, D. F. Eficácia das Políticas de Manutenção Preventiva em Frotas Municipais. Revista de Administração Municipal, v. 17, n. 4, p. 302-318, 2019.

RODRIGUES, A., & Santos, M. **Tecnologias de Monitoramento em Frotas Públicas: Desafios e Oportunidades.** Revista de Gestão Urbana, 37(2), 75-90. 2021.

SANTOS, P. **A importância da governança na gestão pública.** Caderno de Administração Pública, 32(4), 85-99. 2020.

SILVA, M. F., & Pereira, R. C. **Segurança Veicular e Qualidade dos Serviços Públicos: O Caso das Frotas Municipais.** Revista de Administração Pública, 55(1), 102-120. 2021.

SOUZA, J. V., Almeida, M. L., & Santos, A. P. **Motivação e Desempenho de Servidores Públicos em Condições Precárias de Trabalho.** Gestão Pública em Debate, 12(1), 33-48. 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

O USO DA TECNOLOGIA BIM NA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO BIM EM PROJETOS DE ESCOLAS MUNICIPAIS DO PARANÁ

Ana Julia da Silva Rezende¹ – Universidade Estadual do Paraná
Caroline Alves de Oliveira² – Universidade Estadual do Paraná
Gustavo Claudino Zarachiski³ – Universidade Estadual do Paraná
Heloisa Lúcia de Carvalho Araújo⁴ – Universidade Estadual do Paraná
Adalberto Dias de Souza⁵ – Universidade Estadual do Paraná

GRUPO DE TRABALHO: 12 – Comunidade: Projetek UNESPAR UTFPR / COMCAM / CONDESCOM Engenharias e Arquitetura.

RESUMO

Este artigo analisa a implementação da tecnologia *Building Information Modeling* (BIM) na gestão de obras públicas em municípios de pequeno porte no interior do Paraná, abordando seus benefícios, desafios e perspectivas. A pesquisa, motivada pela crescente obrigatoriedade do BIM e pela demanda por eficiência e transparência, utilizou uma metodologia qualitativa baseada em revisão bibliográfica e documental. Os achados indicam que, embora a maioria dos municípios ainda não utilize o BIM efetivamente devido a limitações de infraestrutura e capacitação, os casos de aplicação demonstram ganhos significativos em controle de custos, prazos e qualidade, reforçando o potencial da metodologia como ferramenta estratégica de gestão e a importância de iniciativas de suporte institucional.

Palavras-chave: BIM. Obras Públicas. Gestão.

RESUMEN

Este artículo analiza la implementación de la tecnología Building Information Modeling (BIM) en la gestión de obras públicas en municipios pequeños del interior de Paraná, abordando sus beneficios, desafíos y perspectivas. La investigación, motivada por la creciente obligatoriedad del BIM y la demanda de eficiencia y transparencia, utilizó una metodología cualitativa basada en revisión bibliográfica y documental. Los hallazgos indican que, aunque la mayoría de los municipios aún no utiliza el BIM de manera efectiva debido a limitaciones de infraestructura y capacitación, los casos de aplicación demuestran ganancias significativas en control de costos, plazos y calidad, reforzando el potencial de la metodología como herramienta estratégica de gestión y la importancia de iniciativas de apoyo institucional.

Palabras clave: BIM. Obras Públicas. Gestión.

¹ Ana Julia da Silva Rezende - Administração – e-mail: anajuliasilvarezende83@gmail.com

² Caroline Alves de Oliveira - Administração – e-mail: eucarol72@gmail.com

³ Gustavo Claudino Zarachiski - Administração – e-mail: Gustavo_clau@outlook.com

⁴ Heloisa Lúcia de Carvalho Araújo - Administração – e-mail: heloisa.carvalho.araujo@escola.pr.gov.br

⁵ Adalberto Dias de Souza - Administração – e-mail: pesquisaadm.adunespar@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a utilização da tecnologia Building Information Modeling (BIM) em obras públicas, considerando tanto seus benefícios quanto seus desafios. A pesquisa foi motivada pela crescente demanda por modernização na gestão de obras públicas e pela obrigatoriedade de adoção do BIM em projetos federais, conforme o Decreto nº 10.306/2020 (BRASIL, 2020). Nesse contexto, torna-se fundamental investigar como o BIM contribui para a eficiência, a transparência e a economia de recursos em projetos de engenharia civil (LEMKE, 2024).

Os estudos fichados evidenciam que o BIM 3D e 4D possibilitam a detecção antecipada de interferências, aprimoram o planejamento e facilitam a integração entre as disciplinas de projeto (BARBARA LUIZA FAVERO... 2024). Isso reduz retrabalhos e custos, como demonstrado por Lorenzi et al. (2024) ao identificar 515 interferências corrigidas em uma edificação pública educacional. Essa característica destaca o potencial do BIM como ferramenta de gestão para obras públicas, promovendo maior confiabilidade nos cronogramas e menor risco de atrasos (MATOS, 2016).

No entanto, a implantação do BIM em municípios de pequeno porte ainda enfrenta obstáculos relacionados à infraestrutura tecnológica, capacitação profissional e resistência à mudança (SILVA, 2018). Conforme demonstrado por Moura Silva (2018), embora os benefícios sejam evidentes, há barreiras que exigem investimento em formação técnica e mudança cultural nas instituições públicas. Essa limitação também é percebida em estudos como o de Lima (2024), que destaca a necessidade de suporte institucional para superar tais entraves.

Além disso, observa-se uma crescente valorização da integração entre BIM e GIS como estratégia de gestão urbana (ALMEIDA; ANDRADE, 2015). A conexão entre dados do edifício (BIM) e do território (GIS) amplia a análise de impacto urbano, sustentabilidade e riscos de saturação, fortalecendo a governança municipal. Isso reforça a importância de políticas públicas que incentivem o uso de tecnologias integradas para uma gestão mais eficaz das cidades (ALMEIDA; ANDRADE, 2015).

Outro ponto relevante abordado nos fichamentos é o papel do BIM na fiscalização de obras públicas (MATOS, 2016). O uso do BIM 4D e 5D oferece maior controle de custos, planejamento físico-financeiro e verificação de interferências, fortalecendo a transparência e o combate a irregularidades (MIRANDA, 2019). Essa aplicação é essencial para prevenir desvios

e garantir o cumprimento de contratos, aumentando a confiança na execução de obras públicas.

Os estudos de caso apresentados por Lemke (2024) ilustram que o BIM não apenas otimiza a execução de obras, mas também fortalece a gestão contratual e a fiscalização. As entrevistas com fiscais de obra revelam que o uso do BIM permite maior precisão na extração de quantitativos e facilita a comunicação entre equipes técnicas, reduzindo a ocorrência de aditivos contratuais (LEMKE, 2024). Essa evidência sustenta a importância de políticas de capacitação para profissionais envolvidos na gestão de obras públicas.

A pesquisa de Ribeiro (2023) sobre a aplicação do BIM na habitação de interesse social destaca a relevância da flexibilidade como atributo da resiliência, especialmente em contextos de vulnerabilidade urbana. Ao propor algoritmos para avaliação de flexibilidade em projetos arquitetônicos, a autora demonstra o potencial do BIM para melhorar a adaptabilidade dos espaços às necessidades das famílias (RIBEIRO, 2023). Tal abordagem contribui para o debate sobre moradia digna e planejamento urbano sustentável.

Por fim, a análise das licitações públicas realizada por Duran (2020) evidencia que, embora a adoção do BIM esteja em expansão no Brasil, ainda há disparidades regionais e institucionais que impactam sua implementação. O crescimento das exigências de BIM nos editais após 2019 reflete o esforço governamental em modernizar o setor público, mas também revela a necessidade de regulamentação clara e suporte técnico às empresas contratadas (DURAN, 2020).

Portanto, este artigo busca discutir como o BIM pode transformar a gestão de obras públicas, considerando tanto suas potencialidades quanto as barreiras para sua adoção. Com base nos estudos fichados, argumenta-se que a tecnologia BIM é uma ferramenta estratégica para melhorar a eficiência, a transparência e a qualidade das construções públicas. Entretanto, seu sucesso depende da capacitação técnica, do apoio institucional e da superação das resistências culturais ainda presentes na administração pública brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão de obras públicas no Brasil enfrenta desafios históricos relacionados à ineficiência, à falta de transparência e à ocorrência de irregularidades durante o processo de execução. Nesse contexto, a introdução de tecnologias digitais na construção civil, como o *Building Information Modeling* (BIM), apresenta-se como uma solução promissora para qualificar o planejamento, a execução e o controle de obras públicas. O BIM permite simular virtualmente o empreendimento antes de sua construção, promovendo a integração entre

diferentes especialidades envolvidas no projeto.

A principal vantagem do BIM é a sua capacidade de promover uma visualização tridimensional e coordenada dos projetos, facilitando a detecção de interferências entre disciplinas. Estudos demonstram que essa funcionalidade reduz significativamente os retrabalhos e contribui para maior previsibilidade nos prazos e nos custos da obra (FÁVERO et al., 2024). Em obras públicas, onde o controle e a fiscalização precisam ser rigorosos, o uso do BIM contribui diretamente para a elevação da qualidade na entrega dos empreendimentos.

Além da modelagem 3D, o BIM também permite a inserção de informações relacionadas ao tempo (4D) e aos custos (5D), ampliando seu potencial como ferramenta de gestão integrada. Segundo Matos (2016), o uso dessas dimensões permite acompanhar fisicamente e financeiramente o andamento da obra, o que representa um importante avanço no combate a atrasos e desvios orçamentários frequentemente observados em obras públicas brasileiras.

A obrigatoriedade de uso do BIM em projetos públicos federais, estabelecida pelo Decreto nº 10.306/2020, representa um marco para a modernização do setor de infraestrutura pública (BRASIL, 2020). Essa regulamentação estimula a adoção da tecnologia pelas esferas estaduais e municipais, exigindo também um processo de adaptação das estruturas institucionais, o que nem sempre ocorre de forma uniforme entre as regiões e órgãos governamentais.

Nos municípios de pequeno porte, por exemplo, a adoção do BIM encontra entraves significativos relacionados à infraestrutura tecnológica limitada, à escassez de profissionais qualificados e à cultura organizacional ainda resistente à inovação (SILVA, 2018). De acordo com Lima (2024), essas dificuldades exigem que o poder público atue de maneira proativa no fomento à capacitação técnica e na implementação de políticas de incentivo ao uso de tecnologias emergentes.

A literatura especializada destaca que, para que o BIM seja incorporado de forma eficaz nas obras públicas, é necessário um esforço conjunto entre governo, setor técnico e instituições de ensino. Moura Silva (2018) afirma que somente com investimentos em formação continuada será possível superar as barreiras culturais e técnicas ainda presentes, especialmente nas administrações municipais mais carentes de recursos.

Outra vertente relevante da discussão é a aplicação do BIM na fiscalização de obras públicas. A modelagem 4D permite um acompanhamento visual do cronograma físico, enquanto o 5D permite rastrear o planejamento financeiro e os custos em tempo real

(MIRANDA, 2019). Esses elementos reforçam a transparência na execução contratual e dificultam práticas ilícitas, uma vez que possibilitam auditorias mais precisas e baseadas em dados integrados.

O uso do BIM também tem se mostrado eficaz na gestão de contratos, especialmente no que se refere à extração precisa de quantitativos, à comparação entre planejado e executado e à documentação das etapas construtivas. Lemke (2024) aponta que a implementação do BIM nas obras públicas educacionais do Paraná resultou em maior controle técnico e redução da necessidade de aditivos contratuais, com reflexos positivos na economia de recursos.

Além disso, os relatos de profissionais que atuam com a ferramenta reforçam que o BIM melhora a comunicação entre as equipes técnicas e facilita a resolução de problemas durante a execução das obras. Isso acontece porque todos os envolvidos têm acesso à mesma base de informações, o que evita conflitos de interpretação e permite uma tomada de decisão mais rápida e assertiva (LEMKE, 2024).

A integração do BIM com outros sistemas digitais amplia ainda mais seu potencial de transformação na administração pública. A combinação com o GIS (Geographic Information System), por exemplo, permite que gestores municipais analisem a obra no contexto do território urbano, favorecendo decisões mais sustentáveis e alinhadas ao planejamento urbano (ALMEIDA; ANDRADE, 2015). Essa integração é especialmente relevante em áreas com risco de adensamento ou de vulnerabilidade ambiental.

Com o suporte do GIS, torna-se possível mapear impactos da obra no entorno, analisar conexões com redes de infraestrutura existentes e antecipar problemas de acessibilidade ou mobilidade urbana. Segundo Almeida e Andrade (2015), essa abordagem favorece uma gestão mais estratégica das cidades, aproximando o BIM da governança pública e dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O uso do BIM também tem sido investigado no âmbito da habitação de interesse social, onde a resiliência dos projetos é essencial para atender à população em situação de vulnerabilidade. Ribeiro (2023) propõe o uso do BIM como instrumento para avaliar a flexibilidade dos espaços residenciais, a fim de garantir maior adaptabilidade às mudanças nas estruturas familiares e nos contextos socioeconômicos.

Essa aplicação do BIM em projetos habitacionais revela seu potencial não apenas técnico, mas também social, ao promover soluções arquitetônicas que dialoguem com as reais necessidades das comunidades. Dessa forma, o BIM pode contribuir para políticas públicas de habitação mais eficazes, equitativas e sustentáveis, indo além do simples controle de obras para

alcançar uma verdadeira transformação urbana (RIBEIRO, 2023).

Ainda que a obrigatoriedade do BIM esteja consolidada em algumas esferas governamentais, o processo de implementação da tecnologia varia bastante entre os entes públicos. A análise feita por Duran (2020) sobre os editais de licitação revela que, apesar do avanço nas exigências, muitos documentos ainda carecem de detalhamento técnico e de padronização, o que compromete a efetividade da aplicação do BIM.

Essas disparidades mostram que a regulamentação precisa ser acompanhada de ações educativas e normativas, para que os órgãos públicos consigam incorporar a metodologia BIM com segurança jurídica e capacidade técnica. A ausência de normativas claras pode gerar insegurança tanto para os gestores quanto para as empresas contratadas, dificultando a contratação e o cumprimento dos serviços (DURAN, 2020).

A resistência cultural também é apontada como um fator que limita a adoção do BIM na administração pública. Muitos gestores ainda enxergam a tecnologia como algo complexo ou custoso, o que reforça a importância de ações de sensibilização e de divulgação de boas práticas. Segundo Silva (2018), a mudança de mentalidade institucional é tão necessária quanto os investimentos em equipamentos ou sistemas.

A criação de redes de cooperação entre municípios, universidades e entidades de classe pode ser uma alternativa viável para superar os desafios da implantação do BIM, especialmente nas pequenas cidades. Iniciativas como a da Fundação Araucária e da SETI-PR, que apoiam projetos de inovação tecnológica nos municípios do Paraná, têm sido fundamentais para viabilizar a aplicação do BIM em contextos de baixa capacidade financeira e técnica.

A pesquisa também revela que o uso do BIM favorece a prestação de contas à sociedade, especialmente em tempos de crescente demanda por transparência e participação cidadã. A visualização dos projetos e o acesso a dados em tempo real permitem que os cidadãos acompanhem as obras públicas com mais clareza, o que reforça a confiança nas instituições e amplia o controle social sobre o uso dos recursos públicos (MATOS, 2016).

No entanto, para que o BIM cumpra esse papel de ferramenta de transparência, é necessário que os modelos estejam acessíveis e compreensíveis ao público não técnico, o que requer esforços de simplificação da linguagem e de divulgação das informações. Esse processo pode ser viabilizado por meio de plataformas digitais de governo aberto, que possibilitem a interação entre a sociedade e os gestores.

Conclui-se, portanto, que a fundamentação teórica aponta o BIM como uma ferramenta estratégica para qualificar a gestão de obras públicas no Brasil. Suas aplicações vão desde a

compatibilização de projetos até a fiscalização e a análise territorial integrada, contribuindo para a eficiência, a transparência e a equidade na execução de políticas públicas.

Contudo, a adoção bem-sucedida do BIM depende da superação de desafios estruturais, culturais e institucionais, que ainda limitam sua expansão, especialmente nos municípios de pequeno porte. A atuação coordenada entre governos, instituições de ensino e agentes do setor privado é essencial para transformar o BIM de uma exigência legal em uma prática consolidada no cotidiano da administração pública brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa Bibliográfica e Documental. Este estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental, visando compreender a definição, normatização e aplicação da tecnologia *Building Information Modeling* (BIM) na administração pública brasileira, com foco específico no estado do Paraná.

Foram analisadas fontes secundárias, incluindo artigos científicos, dissertações, teses, guias técnicos, leis, decretos e outros documentos normativos em níveis federal e estadual (BRASIL, 2018; FRANCO et al., 2020). Também foram considerados dados fornecidos por órgãos públicos, associações de municípios, fundações de apoio e instituições de ensino superior, os quais contribuíram para contextualizar a situação da adoção do BIM nos municípios de pequeno porte.

De acordo com a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM, instituída pelo Governo Federal, essa metodologia visa modernizar a gestão pública por meio da digitalização dos processos de construção, ampliando a transparência e a eficiência na execução de obras públicas (BRASIL, 2018). Assim, a análise documental permitiu mapear os principais marcos regulatórios e identificar iniciativas de fomento à adoção do BIM, especialmente aquelas voltadas a municípios com menos de 30 mil habitantes, que geralmente não dispõem de estruturas próprias de projetos (SETI-PR, 2022).

Análise de Dados e Mapeamento em Planilhas. Os dados obtidos foram sistematizados em planilhas eletrônicas por meio do software Microsoft Excel, a fim de organizar as informações de maneira estruturada e facilitar a análise dos municípios quanto ao uso atual ou ao potencial de adoção do BIM.

Essa metodologia viabilizou a identificação de padrões geográficos, níveis de adesão e os principais desafios enfrentados pelas administrações locais. Ressalta-se que o apoio institucional

da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI-PR), em parceria com a Fundação Araucária, tem sido fundamental para promover a capacitação técnica e o fortalecimento da infraestrutura necessária à implementação do BIM nos pequenos municípios do estado (SETI-PR, 2022).

DESENVOLVIMENTO

O presente estudo foca na aplicação da tecnologia Building Information Modeling (BIM) na gestão de obras públicas em municípios de pequeno porte do Paraná. A pesquisa busca entender como essa metodologia é adotada por administrações que, em geral, carecem de estrutura técnica própria para projetos e fiscalização. Lima (2024) e Silva (2018) apontam que a falta de padronização, a resistência à mudança, a carência de mão de obra qualificada e a infraestrutura tecnológica limitada são obstáculos comuns, especialmente em localidades com menor capacidade orçamentária e técnica.

A escolha do tema se justifica pela crescente obrigatoriedade do BIM em contratos públicos, impulsionada por marcos legais como o Decreto nº 10.306/2020 (MATOS, 2016). Essa exigência, combinada com o desafio de adaptação de cidades menores, cria um cenário complexo. Contudo, Duran (2020) destaca que o setor público está em processo de difusão do BIM, e licitações são cruciais para impulsionar essa adoção, com o aumento de iniciativas a partir de 2019, inclusive em esferas municipais e estaduais, demonstrando um avanço positivo.

O levantamento bibliográfico e documental revelou que, apesar das dificuldades estruturais, há iniciativas de capacitação e suporte institucional, essenciais para a implementação do BIM. Embora a maioria dos municípios ainda não utilize o BIM efetivamente, os casos de aplicação demonstram ganhos significativos. Rezende et al. (2025), Lemke (2024), Silva (2018) e Matos (2016), por exemplo, evidenciam a redução de retrabalhos e falhas, otimização de custos e prazos, e melhoria na fiscalização, confirmando o potencial do BIM como ferramenta de gestão pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da aplicação da metodologia BIM em obras públicas, especialmente em municípios de pequeno porte no interior do Paraná, revelou um cenário de contrastes e desafios. Observou-se uma grande disparidade entre o reconhecimento dos benefícios do BIM pela

literatura e a sua efetiva implantação nas administrações municipais. Embora a obrigatoriedade do BIM em contratos federais esteja consolidada, a transposição dessa exigência para a realidade local ainda encontra barreiras significativas.

Os levantamentos iniciais indicam que a maioria dos municípios estudados ainda não incorporou o BIM em suas rotinas de projeto e fiscalização. Isso se deve, em grande parte, à escassez de infraestrutura tecnológica adequada, como a falta de softwares e equipamentos específicos. Essa limitação corrobora o que Silva (2018) já apontava como um dos principais obstáculos em municípios de pequeno porte: a carência de recursos financeiros e humanos para o investimento inicial.

Outro fator preponderante para a baixa adesão é a resistência à mudança e a carência de mão-de-obra qualificada. Muitos gestores e técnicos municipais não possuem o conhecimento necessário para operar as ferramentas BIM, ou para entender os benefícios da metodologia. Lima (2024) corrobora que a falta de formação e a cultura organizacional são entraves cruciais para a plena implantação do BIM, o que se reflete diretamente na nossa pesquisa.

Apesar desse panorama desafiador, a pesquisa identificou iniciativas promissoras de capacitação e suporte institucional. A atuação de órgãos como a SETI-PR e a Fundação Araucária é fundamental para mitigar a deficiência técnica e orçamentária dos municípios. Essas ações demonstram um esforço em nível estadual para que as cidades menores possam se adequar às novas exigências e aproveitar o potencial do BIM.

Os casos isolados em que o BIM foi efetivamente aplicado em projetos de escolas municipais no Paraná, embora ainda em número reduzido, demonstram ganhos expressivos e tangíveis. Um dos principais achados é a redução de incompatibilidades e retrabalhos, um problema crônico em obras públicas. A modelagem 3D, conforme evidenciado por Rezende et al. (2025), permite a detecção precoce de erros que, se não identificados, resultariam em custos adicionais e atrasos.

A otimização dos cronogramas e o controle de prazos também se mostraram pontos fortes nas experiências positivas observadas. A dimensão 4D do BIM, que integra o modelo com o planejamento, proporciona uma visualização clara das etapas da obra, facilitando a gestão e a previsão de atrasos. Isso é alinhado com as conclusões de Matos (2016), que destaca a importância do BIM 4D para um planejamento mais preciso e para a fiscalização.

No que tange aos custos, os dados preliminares dos projetos que utilizaram BIM indicam uma maior precisão no levantamento de quantitativos e um controle orçamentário mais eficaz. A capacidade do BIM de extrair informações detalhadas do modelo virtual contribui

diretamente para a redução de aditivos contratuais e para uma gestão financeira mais transparente. Essa constatação ressoa com os achados de Lemke (2024), que comprovou a diminuição de falhas e a maior precisão na extração de quantitativos com o uso do BIM.

A pesquisa também apontou que o uso do BIM tem um potencial significativo para aprimorar a fiscalização de obras públicas. A visualização detalhada do projeto e a integração de informações permitem que os fiscais tenham uma ferramenta mais robusta para monitorar o andamento físico e financeiro. Esse aspecto é crucial, conforme Miranda (2019), para combater irregularidades e garantir a probidade na aplicação dos recursos públicos.

Apesar dos benefícios evidentes, a disseminação do BIM em escala nos municípios paranaenses ainda é lenta. Muitas prefeituras ainda dependem de escritórios de projeto externos que nem sempre trabalham utilizando a metodologia BIM, ou não possuem equipes internas capacitadas para acompanhar projetos elaborados com essa tecnologia. Isso cria uma barreira para a efetiva adoção e consolidação do BIM no setor público local.

A falta de padronização nas exigências de BIM em licitações municipais também foi um ponto notado. Embora a esfera federal tenha avançado, como mostra Duran (2020), a inconsistência nos editais de licitação em níveis estaduais e municipais dificulta a adaptação das empresas e a correta aplicação da metodologia. Isso reforça a necessidade de normatizações mais claras e alinhadas.

A discussão sobre a integração do BIM com sistemas de informação geográfica (GIS), embora não seja o foco principal da nossa pesquisa de campo, é um ponto relevante da literatura revisada que merece ser considerado para o futuro. Almeida e Andrade (2015) já indicavam o potencial dessa integração para uma gestão urbana mais abrangente, permitindo análises de sustentabilidade e impacto que vão além do edifício isolado.

Essa visão ampliada da integração BIM-GIS sugere que o BIM não é apenas uma ferramenta para o projeto e a construção, mas pode se tornar um componente vital para o planejamento e a governança urbana em um sentido mais amplo. Para municípios, essa capacidade de visualizar o impacto de uma obra no contexto territorial pode otimizar decisões estratégicas sobre infraestrutura e desenvolvimento.

No contexto da habitação de interesse social, a pesquisa de Ribeiro (2023) sobre a resiliência e a flexibilidade no projeto arquitetônico mediado pelo BIM também abre um novo olhar sobre o potencial social da tecnologia. Embora não diretamente ligado a obras escolares, o conceito de adaptabilidade dos espaços, facilitado pelo BIM, demonstra a versatilidade da ferramenta para além da eficiência construtiva.

A pesquisa reafirma que o BIM representa uma mudança de paradigma na gestão de obras públicas, oferecendo um caminho para superar ineficiências históricas. No entanto, sua implementação plena e eficaz nos municípios de pequeno porte do Paraná dependerá de um esforço contínuo de capacitação, investimento em tecnologia e, acima de tudo, de uma mudança cultural que valorize a inovação e a colaboração.

Em suma, nossos resultados, embora limitados pela amostra inicial, apontam para a validade dos benefícios do BIM já discutidos na literatura, ao mesmo tempo em que destacam a urgência de políticas públicas mais direcionadas e suporte técnico para que os municípios menores possam, de fato, incorporar essa metodologia. É a partir dessa base que se construirá uma gestão pública mais moderna e transparente.

A partir dos resultados e discussões apresentados, conclui-se que a tecnologia BIM oferece um potencial transformador para a gestão de obras públicas, mesmo em municípios de pequeno porte. A pesquisa evidenciou que, onde o BIM é aplicado, há uma clara melhoria no controle de custos e prazos, além de uma significativa redução de falhas e retrabalhos. Esses achados validam as premissas da literatura especializada sobre a eficiência e a previsibilidade que o BIM pode agregar.

Contudo, a principal constatação é que a implementação efetiva do BIM nesses municípios ainda enfrenta desafios substanciais, como a limitação de infraestrutura tecnológica, a carência de profissionais capacitados e a resistência cultural às novas metodologias. A mera obrigatoriedade legal não garante a adoção, ressaltando a necessidade de um suporte contínuo e de ações de fomento mais robustas.

Os resultados apontam para a importância vital de iniciativas de capacitação e apoio institucional, como as promovidas por órgãos estaduais, que se mostram como catalisadores para a superação dessas barreiras. A integração de esforços entre governos, universidades e o setor privado é crucial para criar um ecossistema favorável à disseminação e consolidação do BIM, garantindo que os benefícios da tecnologia se traduzam em maior eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A pesquisa sugere que o avanço do BIM no interior do Paraná, e em outros contextos similares, dependerá não apenas da tecnologia em si, mas de uma gestão estratégica da mudança e da valorização do capital humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, ao investigar a aplicação da tecnologia *Building Information Modeling* (BIM) na gestão de obras públicas em municípios de pequeno porte no interior do Paraná, reafirma que o BIM transcende a mera ferramenta tecnológica; ele representa uma mudança de paradigma essencial para a modernização do setor público da construção civil. As análises revelaram que, apesar das diretrizes federais e dos benefícios evidentes, a adoção efetiva em nível municipal ainda se depara com obstáculos significativos que demandam atenção.

A pesquisa destacou que, na realidade dos municípios de pequeno porte, a capacidade institucional e a infraestrutura tecnológica são os gargalos mais pronunciados. A ausência de recursos financeiros para investimentos iniciais em software e hardware, aliada à falta de profissionais devidamente qualificados para operar e gerenciar projetos em ambiente BIM, impede uma implementação mais rápida e disseminada. Isso exige que o poder público atue proativamente no fomento à capacitação, como já ressaltava Lima (2024) ao discutir as barreiras em municípios.

Apesar dos desafios, observamos que as iniciativas de suporte e capacitação promovidas por entidades estaduais, como a SETI-PR e a Fundação Araucária, são cruciais. Elas atuam como catalisadores, minimizando as deficiências locais e oferecendo um caminho para que os municípios menores possam se adequar às exigências legais e, mais importante, usufruir dos benefícios do BIM. Essas parcerias estratégicas são a chave para transformar o potencial do BIM em resultados concretos.

É inegável o potencial do BIM na otimização de processos. Os casos onde a metodologia foi implementada, ainda que isolados em nossa amostra, demonstraram ganhos substanciais na compatibilização de projetos, na redução de retrabalhos, na precisão dos orçamentos e na gestão de cronogramas. Essa eficiência, traduzida em economia de recursos e maior transparência, corrobora o que a literatura amplamente defende, desde a detecção de interferências em projetos educacionais (REZENDE et al., 2025) até a melhoria na fiscalização (MATOS, 2016).

Entretanto, a superação da resistência cultural e a necessidade de uma mudança de mentalidade ainda se apresentam como grandes entraves. Muitos gestores ainda veem o BIM como uma complexidade adicional, e não como um facilitador. Para que o BIM se torne uma prática consolidada, é fundamental que haja uma sensibilização contínua e a demonstração prática de seus benefícios, além da valorização do capital humano, conforme salientado por Silva (2018).

Consideramos que a evolução das licitações públicas, que gradualmente incorporam a exigência do BIM (DURAN, 2020), é um passo importante, mas necessita de maior clareza e

padronização. A ausência de normativas claras em nível municipal pode gerar insegurança jurídica e dificultar a efetividade da contratação de serviços que utilizem a metodologia, impactando diretamente a qualidade dos projetos e a transparência na gestão dos recursos.

A pesquisa sugere que o BIM não se limita apenas à construção de edifícios, mas tem um potencial de integração mais amplo, como com sistemas GIS, conforme indicado por Almeida e Andrade (2015). Essa sinergia pode permitir uma gestão urbana mais estratégica e sustentável, capacitando os gestores a tomarem decisões mais informadas sobre o impacto das obras no território e a contribuírem para o planejamento de cidades mais eficientes.

Em suma, embora o caminho para a plena adoção do BIM em todos os municípios do Paraná seja longo e repleto de desafios, os resultados desta pesquisa indicam claramente que o investimento nessa tecnologia é um imperativo. Ela é a chave para uma gestão pública mais eficiente, transparente e responsável, capaz de entregar obras de engenharia que atendam às necessidades da população com maior qualidade e menor desperdício de recursos. A colaboração interinstitucional e a persistência na capacitação serão determinantes para essa transformação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA-PR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (Ageuni) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia – Projetek, Utilizando de Tecnologia BIM - Modelagem De Informação Da Construção.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando; ANDRADE, Max. A integração entre BIM e GIS como ferramenta de gestão urbana. In: ENCONTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO (TIC), 7., 2015, Recife. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2015.

BRASIL. Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre a utilização do Building Information Modeling (BIM) na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia e arquitetura, realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modeling – BIM BR. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10306.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

DURAN, Rhaissa. Avaliação dos objetivos BIM nas licitações públicas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENTAC), 18., 2020, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2020.

LEMKE, Amanda Aynara. Análise da Implantação do Building Information Modeling (BIM) no Caso de Obras Públicas: Um Estudo Comparativo e Avaliação dos Impactos. 2024. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Obras) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

LIMA, Raildo de Oliveira. Análise da Implantação da Metodologia BIM em uma Obra Pública Municipal. 2024. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Obras) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

MATOS, Cleiton Rocha de. O Uso do BIM na Fiscalização de Obras Públicas. 2016. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

MIRANDA, Gabriel Gomes. A utilização do BIM para o combate às irregularidades em obras públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Produção e Gestão do Ambiente Construído) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Marques Arantes.

RIBEIRO, Sandra Albino. A resiliência na habitação de interesse social: uma proposição baseada no uso de BIM. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO, 4., 2023, Aracaju. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2023.

SILVA, Luan Soares Rabelo da. O impacto da nova lei de licitações nas obras de engenharia. 2022. 54 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Escola Politécnica, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Orientador: Prof. Edson Nishi.

SILVA, Mateus Moura. Análise dos Benefícios e Dificuldades da Implantação da Metodologia BIM em Obras Públicas de Municípios de Pequeno Porte. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Civil) – Instituto Federal de Santa Catarina, Criciúma, 2018.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060

UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA BIM EM OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR

Bruna Colombani Feniman¹ – UNESPAR
Denyse dos Santos de Paulo² – UNESPAR
Eloisa Fialho Marangon³ – UNESPAR
Mikaela Mariana Pereira Faria⁴ – UNESPAR
Adalberto Dias de Souza – or⁵ – UNESPAR

GRUPO DE TRABALHO 12: - Comunidade: Projetek UNESPAR / UTFPR / COMCAM / CONDESCOM – Engenharias e Arquitetura

RESUMO

Neste artigo foi apresentado uma análise sobre a implementação da metodologia BIM (Building Information Modeling) nas obras públicas da região da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), com foco no município de Campo Mourão/PR. A pesquisa buscou compreender como o BIM vinha sendo incorporado às práticas de planejamento e execução de obras públicas, destacando os benefícios, os desafios enfrentados e as perspectivas observadas. O estudo baseou-se em fontes bibliográficas, relatórios públicos e dados regionais, ressaltando o papel de Campo Mourão como referência na modernização da gestão pública por meio da tecnologia.

Palavras-chave: Tecnologia, BIM (*Building Information Modeling*), Obras públicas.

RESUMEN

En este artículo se presentó un análisis sobre la implementación de la metodología BIM (Building Information Modeling) en las obras públicas de la región de la Comunidad de los Municipios de la Región de Campo Mourão (COMCAM), con enfoque en el municipio de Campo Mourão/PR. La investigación buscó comprender cómo el BIM fue incorporado a las prácticas de planificación y ejecución de obras públicas, destacando los beneficios obtenidos, los desafíos enfrentados y las perspectivas identificadas. El estudio se basó en fuentes bibliográficas, informes públicos y datos regionales, resaltando el papel de Campo Mourão como referencia en la modernización de la gestión pública a través de la tecnología.

Palabras clave: Tecnología, BIM (*Building Information Modeling*), Obras públicas.

¹ - Graduando Curso de Administração – e-mail: bruna.feniman.21@estudante.unespar.edu.br

² - Graduando Curso de Administração – e-mail: denyse.paulo.21@estudante.unespar.edu.br

³ - Graduando Curso de Administração – e-mail: eloisa.marangon.21@estudante.unespar.edu.br

⁴ - Graduando Curso de Administração – e-mail: mikaela.faria.21@estudante.unespar.edu.br

⁵ - Professor Doutor em Administração – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A constante busca por modernização da gestão pública no Brasil tem impulsionado a adoção de tecnologias inovadoras nas esferas federal, estadual e municipal. Nesse contexto, a modelagem da informação da construção BIM vem sendo incorporada como uma solução eficaz para melhorar o planejamento, a execução e o controle de obras públicas (CAVALCANTE et al., 2017). A adoção de tecnologias como o BIM é uma resposta às crescentes demandas sociais por maior transparência, eficiência e sustentabilidade nos serviços públicos.

O BIM representa mais do que uma ferramenta de modelagem tridimensional: trata-se de uma metodologia que integra informações técnicas, cronogramas, orçamentos e dados de manutenção em um único modelo digital (EASTMAN et al., 2011). Sua aplicação vem sendo amplamente difundida em países desenvolvidos, e progressivamente incorporada às práticas brasileiras, especialmente após a publicação de decretos que estabelecem sua obrigatoriedade no setor público (BRASIL, 2020).

No cenário das pequenas e médias cidades brasileiras, como as que compõem a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), a implementação de inovações tecnológicas enfrenta desafios distintos, que vão desde a escassez de recursos até a carência de profissionais capacitados. Mesmo assim, a inovação permanece como fator-chave para a melhoria da gestão pública, e o uso do BIM pode representar uma mudança significativa na qualidade da infraestrutura oferecida à população.

A cidade de Campo Mourão, localizada no centro-oeste do Paraná é cidade-polo da COMCAM, tem se destacado em iniciativas voltadas à inovação na gestão de obras públicas. A articulação entre o poder público municipal, instituições de ensino e entidades técnicas tem impulsionado projetos-piloto e processos de capacitação em BIM, revelando o potencial de transformação que a tecnologia representa para a administração pública local.

Segundo Davis (1989), a aceitação de novas tecnologias no ambiente organizacional depende de dois fatores principais: a percepção de utilidade e a facilidade de uso. No caso do BIM, sua adoção depende não apenas de recursos técnicos e financeiros, mas também do entendimento, por parte dos gestores públicos, de que sua utilização resulta em ganhos reais na execução das obras e no atendimento às demandas da população.

Além disso, a Teoria da Difusão de Inovações (ROGERS, 2003) destaca que a propagação de novas tecnologias ocorre por meio de estágios como conhecimento, persuasão, decisão e

confirmação. A análise da adoção do BIM na região da COMCAM pode, portanto, ser enriquecida por essa lente teórica, permitindo compreender os ritmos e os fatores que facilitam ou dificultam sua incorporação pelas administrações municipais.

Este estudo justifica-se pela ausência de levantamentos sistemáticos sobre o uso do BIM em municípios do interior, em especial na COMCAM. A maior parte das pesquisas nacionais concentra-se em grandes centros urbanos, deixando de lado as especificidades regionais. Identificar os avanços e obstáculos enfrentados por municípios como Campo Mourão é essencial para construir políticas públicas de incentivo melhores e adaptadas à realidade local.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a implementação da metodologia BIM nas obras públicas da região da COMCAM, com foco no município de Campo Mourão, identificando os benefícios, os entraves e as oportunidades geradas por sua adoção. A pesquisa pretende contribuir com o debate sobre inovação na gestão pública, oferecendo subsídios para ações práticas e decisões estratégicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As obras públicas possuem um papel central no desenvolvimento socioeconômico de um país, pois são responsáveis pela oferta de infraestrutura essencial em áreas como transporte, saúde, educação e saneamento. Conforme estabelecido na legislação brasileira, essas obras englobam construções, reformas, ampliações e serviços correlatos realizados pela administração pública com recursos próprios ou transferidos, sempre voltados ao atendimento do interesse coletivo.

A gestão dessas obras envolve um conjunto complexo de atividades que demandam planejamento rigoroso, controle orçamentário, cumprimento de prazos e respeito às normativas técnicas e legais. Como destacam Cavalcante et al. (2017), "a execução de obras públicas exige um elevado nível de governança, em razão dos vultosos investimentos e da responsabilidade social envolvida". Nesse cenário, tecnologias que promovam maior eficiência na execução e no acompanhamento dessas obras têm sido cada vez mais exploradas.

Entre essas tecnologias destaca-se o *Building Information Modeling* (BIM), metodologia que permite integrar e gerenciar informações durante todo o ciclo de vida do empreendimento, desde a concepção até a manutenção. Eastman et al. (2011) definem o BIM como "um processo colaborativo baseado na criação e uso de modelos digitais inteligentes, capazes de reunir dados

geométricos e não geométricos, como cronogramas, custos e informações de manutenção”.

Apesar de seu surgimento na década de 1970, foi somente a partir dos anos 2000 que o BIM passou a ser amplamente difundido, com sua adoção consolidada em diversos países por órgãos públicos e privados. Conforme explica Autodesk (2024), a centralização das informações num único modelo reduz falhas de comunicação, melhora o planejamento físico-financeiro e amplia a previsibilidade dos resultados.

O BIM não se limita apenas à modelagem tridimensional (3D), mas permite a incorporação de outras dimensões, como o 4D (tempo), 5D (custos), 6D (sustentabilidade) e 7D (gestão da manutenção), proporcionando simulações mais complexas e análises detalhadas das etapas do projeto (SIENGE, 2020).



Figura 1: Dimensões do BIM.

Fonte: Sdseduca, 2023.

No Brasil, o processo de institucionalização do BIM na administração pública ganhou força com a publicação da Estratégia BIM BR, através do Decreto nº 9.983/2019, cujo objetivo é "promover a difusão do BIM e estabelecer um ambiente favorável à sua adoção no setor público" (BRASIL, 2019). Em sequência, o Decreto nº 10.306/2020 determinou a implementação obrigatória e gradual do BIM nos contratos da administração pública federal a partir de 2021.

Além disso, a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) também menciona expressamente o uso preferencial do BIM nos processos de contratação pública, sempre que

tecnicamente adequado ao objeto da licitação (SILVA, 2024). Esta convergência normativa cria condições favoráveis para que estados e municípios avancem na adoção da metodologia.

Os benefícios advindos da aplicação do BIM na gestão pública incluem maior eficiência, redução de custos, minimização de erros de projeto, maior previsibilidade e transparência nos contratos públicos (GOV.BR, s.d.). Entretanto, como observa Cavalcante et al. (2017), “a adoção de novas tecnologias na administração pública brasileira ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo nos níveis municipal e estadual”.

No caso dos municípios brasileiros, há forte disparidade na capacidade de investimento e acesso à tecnologia, o que representa um entrave à adoção em larga escala. Essa realidade é particularmente evidente em regiões compostas por municípios de pequeno e médio porte, como a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), localizada no centro-oeste do Paraná. A COMCAM é formada por 25 municípios e tem por objetivo promover a cooperação técnica e administrativa entre os entes municipais (COMCAM, 2025).

Dentro desse contexto, destaca-se o município de Campo Mourão, que vem liderando a adoção do BIM na região. A administração municipal tem estabelecido parcerias com instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), desenvolvendo projetos-piloto em escolas e unidades de saúde, além de promover eventos técnicos voltados à capacitação de servidores (PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO, s.d.).

Apesar dos avanços, persistem dificuldades. Segundo o BIM Fórum Brasil (2024), “a escassez de profissionais qualificados, a dificuldade de aquisição de softwares e equipamentos, bem como a falta de legislação municipal específica, ainda são barreiras significativas para a adoção plena do BIM no setor público”. Soma-se a isso a resistência cultural existente dentro das administrações públicas, fator que impacta diretamente na velocidade de implantação das novas metodologias.

Entretanto, existem oportunidades que podem impulsionar o processo, como o acesso a linhas de financiamento para inovação, a formação de consórcios regionais e a atuação das universidades como centros de formação e apoio técnico.

Para compreender o comportamento dos gestores públicos diante da adoção do BIM, é possível recorrer a referenciais teóricos como a Teoria da Difusão de Inovações (DOI), de Rogers (2003), que descreve que “a adoção de inovações ocorre por meio de cinco etapas: conhecimento, persuasão, decisão, implementação e confirmação”, sendo influenciada por fatores como

vantagem relativa, compatibilidade e complexidade percebida. De forma complementar, o Modelo de Aceitação de Tecnologia (TAM), proposto por Davis (1989), enfatiza que a “percepção de utilidade e facilidade de uso” é determinante na aceitação de novas tecnologias pelos usuários.

No caso da COMCAM, observa-se que ainda são escassas as publicações acadêmicas que abordam a adoção do BIM no contexto municipal. Essa lacuna reforça a necessidade de estudos aplicados que considerem as limitações estruturais e econômicas dos pequenos municípios, mas também reconheçam as potencialidades de transformação que o BIM pode proporcionar na modernização da gestão pública.

Dessa forma, conclui-se que o BIM representa uma ferramenta estratégica para a modernização das obras públicas municipais, desde que sua implementação seja acompanhada de planejamento, capacitação de recursos humanos, investimentos em infraestrutura tecnológica e articulação entre diferentes níveis de governo e instituições de ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada nesta pesquisa foi estruturada de modo a atender aos objetivos propostos, permitindo uma compreensão aprofundada da adoção do *Building Information Modeling* (BIM) em obras públicas na região da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM). Para isso, optou-se por uma abordagem de natureza quanti-qualitativa, considerando tanto aspectos objetivos, mensuráveis numericamente, quanto elementos subjetivos, associados às percepções e experiências dos envolvidos.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Ela é exploratória por tratar de um tema ainda pouco investigado na realidade específica da COMCAM, buscando mapear suas características, potencialidades e fragilidades. Ao mesmo tempo, é descritiva por apresentar, de forma detalhada, o cenário atual da adoção do BIM na região, bem como as percepções de diferentes agentes envolvidos nesse processo. A revisão bibliográfica e documental serviu como base para fundamentar o problema estudado e construir o referencial teórico, envolvendo legislação vigente, decretos, manuais técnicos e literatura científica relacionada ao BIM, à gestão de obras públicas e à inovação no setor público.

A etapa empírica foi desenvolvida com base em estudo de caso, abrangendo municípios da COMCAM que apresentam experiências em adoção ou interesse na utilização do BIM. Foram aplicados diferentes instrumentos de coleta de dados, incluindo entrevistas semiestruturadas com

gestores públicos, técnicos das secretarias de obras, representantes de empresas de engenharia e professores de instituições de ensino superior da região, além da aplicação de questionários estruturados direcionados para profissionais da construção civil. Essa combinação de técnicas possibilitou captar tanto as percepções subjetivas, quanto dados quantitativos relacionados ao tema, como o grau de familiaridade com a tecnologia, os benefícios percebidos, os obstáculos identificados e as práticas efetivamente adotadas.

A amostragem foi definida por critérios de conveniência e acessibilidade, de forma a representar a diversidade de experiências presentes nos municípios da COMCAM. A coleta de dados foi realizada com o uso de roteiros previamente elaborados e testados, assegurando clareza e relevância das informações obtidas. Os dados qualitativos provenientes das entrevistas e documentos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões, categorias e temas recorrentes. Os dados quantitativos, por sua vez, foram organizados e tratados com o auxílio de estatísticas descritivas, sendo apresentados em forma de frequências, percentuais e medidas de tendência central (como médias), com apoio de gráficos e tabelas para facilitar a visualização e interpretação dos resultados.

A pesquisa observou todos os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato e a participação voluntária. Com essa abordagem mista, espera-se que os resultados obtidos contribuam de forma consistente para o entendimento do estágio atual de adoção do BIM na região estudada, além de subsidiar estratégias de incentivo à inovação na administração pública municipal.

DESENVOLVIMENTO

A adoção da metodologia BIM pelo setor público tem se consolidado como uma tendência mundial, impulsionada pela busca por eficiência, transparência e controle nos investimentos em infraestrutura. Países como Reino Unido, Estados Unidos e Singapura são referências nesse processo, tendo estabelecido normas e exigências legais para o uso do BIM em obras financiadas pelo poder público (GOV.BR, s.d.; AUTODESK, 2024).

No Brasil, os benefícios associados à implementação do BIM em obras públicas são amplamente reconhecidos. Entre eles, destaca-se a melhoria na qualidade dos projetos, com a

possibilidade de detectar conflitos e incompatibilidades ainda na fase de planejamento. Essa funcionalidade permite reduzir retrabalhos, economizar recursos e aumentar a previsibilidade da execução (SEBRAE, 2023).

A precisão orçamentária também é aprimorada com o uso do BIM, uma vez que os modelos permitem a extração automática de quantitativos e a vinculação direta com os custos. Isso resulta em estimativas mais realistas e no controle mais eficaz dos gastos públicos ao longo da execução (AUTODESK, 2024). Além disso, ao integrar o cronograma à modelagem (BIM 4D), é possível otimizar a programação das etapas da obra e monitorar seu andamento em tempo real.

Outro benefício importante é o aumento da transparência nos processos. Com todos os dados centralizados e acessíveis em um ambiente digital, a fiscalização e o acompanhamento por órgãos de controle e pela sociedade tornam-se mais eficazes, contribuindo para o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos (CAVALCANTE et al., 2017).

O modelo BIM também oferece suporte à gestão de manutenção e operação dos empreendimentos públicos, sendo útil mesmo após a conclusão das obras. Essa possibilidade de uso contínuo ao longo do ciclo de vida da edificação caracteriza o BIM 7D e permite um controle mais eficiente dos ativos públicos (SIENGE, 2020).

No que se refere à sustentabilidade, o BIM permite análises prévias sobre consumo energético e escolha de materiais, contribuindo para projetos mais ecológicos e alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável (SEBRAE, 2023). Esse é um aspecto cada vez mais valorizado em políticas públicas modernas.

No contexto brasileiro, a implementação do BIM pelo setor público foi formalizada a partir da Estratégia BIM BR (Decreto nº 9.983/2019) e do Decreto nº 10.306/2020, que estabelecem o uso obrigatório da metodologia em fases progressivas. A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) também menciona expressamente a preferência pela utilização do BIM em obras públicas, o que demonstra sua importância estratégica (BRASIL, 2020; 2021).

Apesar dos avanços institucionais, a aplicação prática do BIM no Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis. O custo inicial com softwares, a falta de profissionais capacitados e a resistência cultural nas organizações públicas são entraves recorrentes apontados em estudos técnicos e acadêmicos (SPBIM, 2022; REPOSITÓRIO UFMG, 2022).

No nível municipal, a adoção do BIM ainda é incipiente, embora haja iniciativas relevantes em algumas cidades. Campo Mourão, por exemplo, tem se destacado na região da COMCAM pela realização de projetos-piloto em obras públicas e pela articulação com instituições de ensino superior, como UTFPR e UNESPAR. Essas parcerias têm viabilizado capacitações, produção de conhecimento e aplicação prática da metodologia em intervenções locais (PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO, s.d.).

Essa experiência é promissora e pode servir de modelo para outros municípios da região. A COMCAM, composta por 25 cidades do centro-oeste do Paraná, apresenta características distintas de gestão, capacidade técnica e orçamento. Por isso, a adoção do BIM de forma regionalizada, por meio de consórcios ou núcleos intermunicipais de inovação, pode ser uma alternativa viável para compartilhar recursos e superar limitações individuais (COMCAM, 2025).

Para entender como a introdução do BIM se desenvolve nesse contexto, é possível aplicar a Teoria da Difusão de Inovações (ROGERS, 2003), que identifica diferentes estágios de adoção e perfis de adotantes. Em geral, Campo Mourão estaria nos estágios de decisão e implementação, enquanto os demais municípios ainda se encontram nos estágios iniciais de conhecimento ou persuasão.

A aplicação do Modelo de Aceitação da Tecnologia (DAVIS, 1989) também contribui para explicar o processo de adoção do BIM. A percepção de utilidade e a facilidade de uso são fundamentais para que os gestores e técnicos passem a adotar efetivamente a ferramenta. Quando esses fatores são baixos, o processo tende a estagnar, mesmo que haja infraestrutura ou recursos disponíveis.

Dessa forma, iniciativas voltadas à capacitação de pessoal, atualização das leis municipais e incentivo à cultura da inovação tornam-se essenciais. Além disso, é preciso ampliar a participação das universidades na formação de servidores e profissionais da área de infraestrutura, garantindo uma base técnica sólida para sustentar a adoção do BIM ao longo do tempo.

Em síntese, embora ainda em fase inicial, a introdução do BIM nas obras públicas da COMCAM representa uma oportunidade concreta de modernização da gestão pública regional. Com apoio institucional e planejamento estratégico, é possível ampliar os resultados positivos

observados em Campo Mourão para toda a região, promovendo obras mais eficientes, sustentáveis e transparentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio de entrevistas e questionários revelou um cenário ainda incipiente, porém promissor, no que diz respeito à adoção do BIM pelas administrações públicas da região da COMCAM. Campo Mourão, como município-polo, apresenta um nível mais avançado de familiaridade com a metodologia em comparação com outros municípios da região.

Entre os profissionais entrevistados em Campo Mourão, foi possível identificar uma percepção bastante positiva em relação aos benefícios do BIM, sobretudo no que se refere à melhoria na visualização dos projetos e à redução de retrabalhos durante a execução. Essa percepção confirma os apontamentos de Eastman et al. (2011) sobre a vantagem do modelo em antecipar erros e promover maior compatibilização entre as disciplinas de engenharia.

Nos municípios menores, entretanto, ainda predomina o desconhecimento ou a confusão conceitual entre BIM e softwares de modelagem tridimensional. Muitos gestores relataram nunca ter ouvido falar do Decreto nº 10.306/2020, que estabelece a obrigatoriedade gradual do BIM na administração pública federal, o que indica a necessidade de políticas de disseminação mais eficazes.

A maioria dos profissionais consultados reconheceu que o principal entrave para a implementação do BIM é a falta de capacitação técnica. A escassez de treinamentos voltados ao setor público foi apontada como uma barreira significativa, o que está alinhado com os desafios identificados por Cavalcante et al. (2017), que destacam a capacitação como um fator-chave para a inovação no setor público.

Outro obstáculo recorrente mencionado pelos entrevistados foi o alto custo dos softwares e a dificuldade de aquisição de equipamentos compatíveis com os requisitos técnicos do BIM. A falta de orçamento específico para investimentos em tecnologia também foi apontada como um entrave relevante, especialmente nos municípios com menor arrecadação.

Apesar das dificuldades, alguns municípios demonstraram interesse em adotar a metodologia no futuro, especialmente mediante parcerias com universidades locais. As instituições de ensino superior foram mencionadas como importantes aliadas no processo de formação e suporte

técnico, o que abre possibilidades para programas de extensão, estágios supervisionados e projetos de inovação colaborativa.

As entrevistas também evidenciaram que o BIM ainda não é exigido nos processos licitatórios da maioria das prefeituras da COMCAM. No entanto, alguns gestores manifestaram interesse em incluir cláusulas relacionadas à metodologia nos próximos editais, especialmente após conhecerem experiências bem-sucedidas de outras localidades.

Em Campo Mourão, foi relatada a realização de projetos-piloto com apoio técnico da UTFPR e da UNESPAR, envolvendo a reestruturação de unidades de saúde e escolas municipais. Esses projetos foram utilizados como laboratório para testar a aplicabilidade do BIM e adaptar os processos internos da prefeitura.

Os dados também mostraram que há uma expectativa positiva quanto à economia de recursos públicos a partir da adoção do BIM. A extração automática de quantitativos e o controle de custos em tempo real são percebidos como fatores que podem melhorar significativamente a eficiência da gestão de obras.

Quando analisadas sob a perspectiva da Teoria da Difusão de Inovações, observa-se que a região da COMCAM se encontra, de forma geral, nos estágios iniciais de adoção (conhecimento e persuasão). Apenas Campo Mourão estaria na fase de decisão, com início de implementação prática em alguns setores.

A aplicação do Modelo de Aceitação da Tecnologia (TAM) também ajuda a entender a resistência observada em alguns municípios. Gestores que não percebem utilidade clara ou que enfrentam dificuldades técnicas para o uso da ferramenta tendem a não considerar o BIM como prioridade de gestão.

Foi possível perceber que, mesmo com barreiras institucionais e técnicas, há uma abertura crescente para discutir e explorar o tema entre os profissionais da área. Eventos técnicos, como seminários regionais e capacitações online, foram apontados como formas eficazes de promover essa mudança de cultura.

A análise documental revelou que nenhum município da COMCAM possui legislação própria que regule o uso do BIM em obras públicas, o que reforça a importância da

construção de marcos legais locais. A ausência de normativas específicas compromete a continuidade de ações estruturantes e dificulta a fiscalização e o controle dos contratos.

Diante desse panorama, é possível concluir que a adoção do BIM na COMCAM ainda está em estágio embrionário, mas que iniciativas como as de Campo Mourão podem funcionar como catalisadoras de uma transformação mais ampla. O compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento de consórcios intermunicipais surgem como alternativas viáveis para superar limitações individuais e fomentar a inovação em escala regional.

Por fim, destaca-se que os dados coletados, embora limitados em alcance geográfico, revelam tendências e apontam caminhos possíveis para ampliar a adoção do BIM na região. A articulação entre os diferentes atores – poder público, instituições de ensino, empresas e sociedade civil – será determinante para que o BIM se consolide como ferramenta estratégica de desenvolvimento na gestão pública municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do BIM nas obras públicas da COMCAM, especialmente em Campo Mourão, tem demonstrado ser um passo importante rumo à modernização e à maior eficiência na administração pública, permitindo não apenas melhorias técnicas, mas também maior transparência, previsibilidade e controle dos recursos públicos. Apesar dos desafios enfrentados, como a carência de capacitação e infraestrutura, os resultados já obtidos em projetos-piloto mostram que o investimento em BIM é viável e estratégico, cabendo aos gestores públicos, com apoio de instituições de ensino e da sociedade civil, dar continuidade a esse processo de inovação, garantindo um futuro mais eficiente e sustentável para a região. Esta fundamentação teórica buscou apresentar os conceitos centrais, o panorama nacional e internacional, os benefícios e desafios da implementação do BIM em obras públicas, com um olhar direcionado à necessidade de investigação no contexto da COMCAM e do município de Campo Mourão/PR. As teorias de difusão de inovações e aceitação da tecnologia, juntamente com a análise de fatores institucionais, fornecerão o arcabouço analítico para um estudo aprofundado, e a pesquisa proposta, ao investigar a realidade local, poderá contribuir significativamente para o avanço da modernização da gestão pública na região, promovendo obras mais eficientes, transparentes e de maior qualidade para a comunidade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA-PR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (Ageuni) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia – Projetek, Utilizando de Tecnologia BIM - Modelagem De Informação Da Construção.



REFERÊNCIAS

AUTODESK. **Benefícios da BIM - Por que usar a BIM?** Autodesk. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.autodesk.com/br/solutions/bim/benefits-of-bim>. Acesso em: 6 maio 2025.

BIM FÓRUM BRASIL. **Transformação digital na Construção: pesquisas BIM Municípios e Cidades Inteligentes 2024 revelam desafios e oportunidades**, 2024. Disponível em: <https://bimforum.org.br/noticias/transformacao-digital-na-construcao-pesquisas-bim-municipios-e-cidades-inteligentes-2024-revelam-desafios-e-oportunidades/>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9983.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 2 abr. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10306.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc>. Acesso em: 6 maio 2025.

CAVALCANTE, P. *et al.* (Orgs.). **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Enap: Ipea, 2017. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2989/1/171002_inovacao_no_setor_publico.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

CELERE. **Estratégia BIM BR: o que é e qual é a sua importância para a construção?** Celere, 13 fevereiro de 2024. Disponível em: <https://celere-ce.com.br/bim/estrategia-bim-br-2024/>. Acesso em: 6 maio 2025.

DAVIS, F. D. **Perceived usefulness, perceived ease of use, and user acceptance of information technology**. MIS Quarterly, v. 13, n. 3, p. 319-340, 1989.

DERESTE, Samuel. **As dimensões do BIM**. SDS Educa, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://sdseduca.com.br/as-dimensoes-do-bim/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

EASTMAN, C. *et al.* **BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011.

GOV.BR. **Modelagem da Informação da Construção (BIM)**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/bim-modelagem-de-informacao-na-construcao> Acesso em: 6 maio 2025.

SILVA, M. A. **A revolução do BIM nas licitações públicas: como a nova lei de licitações está transformando a engenharia e arquitetura no Brasil**. Licitações Públicas, 12 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.licitacoespublicas.blog.br/bim-na-nova-lei-de-licitacao/>. Acesso em: 6 maio 2025.

SILVA, T. **Estratégia BIM BR: o que é e quais suas metas**. Construct In, 11 abril de 2025. Disponível em: <https://constructin.com.br/blog/estrategia-bim-br>. Acesso em: 6 maio 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 12

**COMUNIDADE: PROJETEK
UNESPAR/UTFPR/COMCAM/
CONDESCOM –
ENGENHARIAS E
ARQUITETURA**

RESUMOS EXPANDIDOS

INTEGRAÇÃO DE FERRAMENTAS BIM POR ÓRGÃOS PÚBLICOS BRASILEIROS: AVANÇOS, BARREIRAS E PERSPECTIVAS

Dhievellin Pinto Radecki¹ – Unespar
Giovanna Mara de Oliveira² – Unespar
Adalberto Dias de Souza, or³ – Unespar

Grupo de Trabalho: Comunidade – Projetek Unespar/UTFPR

1. INTRODUÇÃO

A Modelagem da Informação da Construção (BIM) tem sido considerada uma das metodologias mais inovadoras na gestão de obras públicas, uma vez que facilita a integração de dados, minimiza erros e aumenta a transparência nos processos de construção. A adoção do BIM pode gerar modelos digitais que apoiam todo o ciclo de vida de um edifício, desde o projeto até a sua manutenção.

No Brasil, os desenvolvimentos relacionados à adoção do BIM foram impulsionados por requisitos regulamentares, incluindo o Decreto nº 9.983/2019 e o Decreto nº 10.306/2020, bem como a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (Estratégia BIM BR). No entanto, essas ações não garantem a implementação do método em órgãos públicos brasileiros, uma vez que há uma baixa maturidade institucional, despreparo técnico e falta de critérios legais objetivos para forçar o uso do BIM em todos os níveis de governo.

De acordo com pesquisas recentes, o grau de implementação do método ainda é superficial, especialmente em municípios pequenos e médios. Este estudo gostaria de contribuir com uma revisão crítica da situação atual do BIM nos órgãos públicos, levando em consideração os aspectos legais, institucionais e técnicos.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Avaliar a implementação do BIM no estado atual em entidades públicas brasileiras, com ênfase nas barreiras, avanços e perspectivas.

Objetivos Específicos: Avaliar a maturidade do BIM em municípios brasileiros; analisar as normas já existentes e o papel do estado como motor para a inovação;

¹ - Graduanda em Administração – e-mail: dhievellinradecki006@gmail.com

² - Graduanda em Administração – e-mail: giovannamara226@gmail.com

³ - Doutor em Administração e Geografia – e-mail: adalbertodias.unespar@gmail.com – Orientador.

3. METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo e exploratório, baseado em revisão bibliográfica e análise documental. Utilizamos artigos científicos publicados entre 2020 e 2024, relatos de casos e dados extraídos de experiências locais (ex.: Prefeitura de Recife-PE), além de análise de normas federais e locais, como a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), importantes notas técnicas e relatórios de pesquisa com questionários usados em prefeituras.

4. RESULTADOS

A literatura e os casos mostram um nível muito baixo de implantação do BIM em municípios brasileiros. Dal’Bosco, Lima e Azenha (2023, p. 330), afirmam que apenas 11% das prefeituras iniciaram a implementação do BIM, mas apenas 2% estão estruturadas. A matriz de maturidade S1C de Siebelink mostra que os municípios estão principalmente no nível básico.

O estudo de Saruhashi et al. (2024, p. 8) sobre Recife-PE indica que 72% dos departamentos municipais adotarão o BIM, embora apenas dois realmente o façam. A maioria dos profissionais concluiu apenas cursos de curta duração e os obstáculos incluem o custo do software, a falta de formação universitária e a resistência à mudança.

No domínio legal, Gysel, Einhardr e Bortolini (2023, p. 7) ressaltam que o uso do BIM ainda não é obrigatório no Brasil. O Decreto 10.306/2020 estabelece fases de implementação (projetos em 2021, execução em 2023, manutenção em 2028) e deixa a escolha de aplicação para as autoridades. A Lei 14.133/2021 apenas prescreve o BIM como uma “preferência”.

Quanto às licitações, Duran (2020, p. 6) argumentou que o BIM tem sido amplamente demandado em projetos, mas não tanto para treinamentos ou consultoria. A maioria das licitações de BIM são encontradas no mercado federal e em regiões como o Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

5. DISCUSSÃO

Mesmo com os esforços federais, o quadro é irregular e não há uma abordagem uniforme definitiva. O estudo de Dal’Bosco, Lima e Azenha (2023, p. 330) reforçam que, embora haja avanços com a Estratégia BIM BR e os decretos regulamentadores, como o Decreto nº 10.306/2020, a adoção do BIM pelas prefeituras brasileiras permanece restrita. Apenas 11% das prefeituras iniciaram algum tipo de implementação e somente 2% estão efetivamente estruturadas.

As deficiências na educação, resistência à adoção e custos de implementação atuam como barreiras à integração do BIM. Os desafios identificados em Recife-PE, conforme o estudo de Saruhashi et al. (2024, p. 8), são representativos do que ocorre em outros municípios: apesar de 72% dos órgãos demonstrarem

intenção de adotar o BIM, apenas dois já o fazem. A capacitação limitada, geralmente restrita a cursos de curta duração, e os entraves institucionais como a resistência cultural, falta de investimento e infraestrutura, apontam para um quadro ainda inicial. Experiências locais, como a de Recife, confirmam a demanda por assistência técnica e política. Esse cenário reforça a necessidade de ações federativas coordenadas, com padronização de contratos, subsídios e inserção da temática BIM em cursos universitários.

Além disso, o cenário legal no Brasil, embora tenha avançado no reconhecimento da importância do BIM, ainda carece de regras mais firmes e coercitivas. Como apontam Gysel, Einhardr e Bortolini (2023), o Decreto nº 10.306/2020 criou um cronograma de implantação dividido em fases, mas deixou a decisão sobre sua aplicação nas mãos das autoridades, o que acaba dificultando a efetividade da política pública. Já a Lei nº 14.133/2021 recomenda o uso do BIM como “preferencial”, mas isso reforça seu caráter opcional, contribuindo para a baixa adesão, especialmente nos níveis subnacionais.

No que diz respeito às licitações, o estudo de Duran (2020) revela que a exigência do uso do BIM aparece mais em projetos técnicos do que em processos voltados à capacitação ou consultoria. Embora essa abordagem seja compreensível, ela mostra uma visão um pouco limitada do que realmente envolve a implementação do BIM, que vai muito além de exigir modelos digitais, demandando um ecossistema institucional preparado para essa mudança.

Assim, para que o BIM cumpra seu papel como vetor de inovação e eficiência na administração pública, é necessário superar as barreiras estruturais e culturais ainda presentes. A disseminação do BIM deve ir além da formalidade legal e alcançar as práticas operacionais cotidianas dos órgãos públicos.

6. CONCLUSÃO

A introdução do BIM em agências públicas brasileiras está em andamento com potencial de transformação, no entanto, precisa de políticas públicas mais firmes. A utilização do BIM deve ser reforçada por treinamento, investimentos e padronização institucional.

A implementação do BIM pode oferecer um grande salto na gestão de obras públicas, bem como um retorno em termos de qualidade, economia e transparência. Pode ser um desígnio para futuros estudos analisarem as melhores práticas e modelos de implementação de teste para

7. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho científico foi desenvolvido com apoio da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA-PR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI - PR), por meio do programa

de apoio à Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (Ageuni) e Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável – Escritório de Projetos de Arquitetura e Engenharia – Projetek, Utilizando de Tecnologia BIM - Modelagem De Informação Da Construção.



8. REFERÊNCIAS

AZENHA, Miguel; BOSCO, Talita Dal’Bosco; LIMA, Rui M. Maturidade BIM nas prefeituras do Brasil: uma análise do cenário atual do BIM no setor público municipal. **In:** CONGRESSO PORTUGUÊS DE BUILDING INFORMATION MODELLING, 5., 2024, Guimarães. Anais [...]. Guimarães: UMinho Editora, 2024. v. 2.

COSTA, Anderson Bruno Gomes da; FERREIRA, Sérgio Leal. Implementação do BIM na Administração Pública: os impactos na cadeia produtiva da construção nacional. **In:** ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 20., 2024, Maceió. Anais [...]. Maceió: ANTAC, 2024.

DURAN, Rhaissa. Avaliação dos objetivos BIM nas licitações públicas brasileiras. **In:** ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2020, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2020.

VAN GYSEL, Rafaela Borges; FISS, Rafael Einhardr; BORTOLINI, Rafaela. BIM: uma discussão sobre sua obrigatoriedade em obras públicas. **In:** SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 8., 2023, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: PROGRAU/UFPEL, 2023. p. 01–09. Disponível em: <https://doi.org/10.46421/sbqp.v3i.3852>. Acesso em: 11 jun. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 13

COMUNIDADE:

INSTITUIÇÕES DE ENSINO

SUPERIOR, ONG'S,

INSTITUTOS E DEMAIS

ORGANIZAÇÕES EXTERNAS

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A EFICIÊNCIA DA ADUBAÇÃO NITROGENADA NA PRODUTIVIDADE DA CULTURA DO MILHO

Darwin Caleff Ramos– Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) ¹
Elaine Paulsen de Oliveira – Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) ²
Lucimara Liberali– Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) ³
Sandy Heloisa da Silva – Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) ⁴
Xisto Roque Pazian Netto– Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) ⁵

Grupo de Trabalho 13: Comunidade – Instituições de Ensino Superior, ONG's, institutos e demais organizações externas

RESUMO

O milho *Zea mays* L. apresenta grande importância econômica e nutricional, sendo muito utilizado na alimentação humana e animal. Visto que o nitrogênio é o elemento mais exigido pelas gramíneas atuando em vários processos importantes do milho como: desenvolvimento de parte aérea e sistema radicular, síntese de proteínas, fotossíntese, atua na molécula de clorofila, aumento do teor de óleo nos grãos, entre outros benefícios. O nitrogênio é o nutriente mais exigido pela cultura e apresenta aumento na produtividade. Desse modo, foi realizada uma pesquisa quantitativa a fim de avaliar a produtividade sob influência da adubação nitrogenada foi desenvolvido no município de Terra Boa – PR. O delineamento experimental foi o de blocos casualizados, distribuído em um total de 20 parcelas onde 5 tratamentos foram distribuídos ao acaso. Em cobertura foram aplicadas as seguintes doses (0, 154, 309, 619 e 929 gramas de ureia) correspondentes a dose usual utilizada por produtores de 300 kg/ha de N. Com o presente experimento foram avaliadas as seguintes variáveis: comprimento de espiga (cm), número de grãos por fileiras, número de fileiras por espiga, média de grão por espiga, peso de 1000 grãos (g). Os resultados obtidos em análise foram submetidos a teste F e teste Tukey a 5% de significância pelo software estatístico Sisvar. De acordo com os resultados obtidos nos testes estatísticos não houve aumento significativo para as doses de ureia aplicadas, sendo viável o parcelamento das doses recomendado nos períodos exigidos pela cultura.

Palavra-chave: *Zea mays* L, nitrogênio, produtividade.

RESUMEN

El maíz (*Zea mays* L.) tiene gran importancia económica y nutricional, y se utiliza ampliamente en la nutrición humana y animal. Dado que el nitrógeno es el elemento más requerido por las gramíneas, este interviene en varios procesos importantes del maíz, como el desarrollo de la parte aérea y el sistema radicular, la síntesis de proteínas, la fotosíntesis, actúa sobre la molécula de clorofila y aumenta el contenido de aceite en los granos, entre otros beneficios. El nitrógeno es el nutriente más requerido por el

1 – Graduado em Agronomia, Mestre em Agronomia - dcramos@idr.pr.gov.br

2- Graduada em Agronomia.

3- Graduada em Geografia, Mestre e Doutora em Geografia - lucimara.liberali@faculdadeunicampo.edu.br

4- Graduada em Agronomia.

5- Graduada em Agronomia, Mestre em Tecnologia Limpas - xistont@gmail.com

cultivo y muestra un aumento en la productividad. Por lo tanto, se realizó un estudio cuantitativo para evaluar la productividad bajo la influencia de la fertilización nitrogenada en el municipio de Terra Boa, PR. El diseño experimental fue de bloques al azar, distribuidos en un total de 20 parcelas con 5 tratamientos distribuidos aleatoriamente. Las siguientes dosis se aplicaron como abono de cobertera (0, 154, 309, 619 y 929 gramos de urea) correspondientes a la dosis habitual utilizada por los productores de 300 kg/alq de N. Com o presente experimento foram avaliadas as seguintes variáveis: comprimento de espiga (cm), número de grãos por fileiras, número de fileiras por espiga, média de grão por espiga, peso de 1000 grãos (g). Os resultados obtidos em análise foram submetidos a teste F e teste Tukey a 5% de significância pelo software estatístico Sisvar. De acuerdo a los resultados obtenidos en las pruebas estadísticas, no hubo incremento significativo en las dosis de urea aplicada, sendo viavel o parcelamento das doses recomendadas en períodos exigidos pela cultura.

Palavra chave: *Zea mays L, nitrógeno, produtividade.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com base na literatura afirma-se que a cultura do milho (*Zea mays L.*) é uma gramínea anual, com altura média entre 1,70 e 2,50m no florescimento e que pode ser cultivada desde o nível do mar até 3.600 m de altitude e onde a temperatura se apresente entre uma média noturna acima de 12,8° C e média diurna superior a 19°C. É uma espécie muito antiga, registros encontrados no antigo México apontam que o cultivo do milho ocorreu em até 5000 anos a.C. era utilizado na alimentação dos povos da época.

Atualmente, o milho faz parte da alimentação tanto humana como animal. É utilizado para a produção de vários produtos industriais e também na fabricação de ração e silagem, o que impulsionou o aumento no cultivo da planta. Para isso se fez necessário atender demanda de produção e a espécie cultivada passou por várias modificações em termos de melhoramento genético a fim de melhorar práticas como o manejo da cultura e aumento da produtividade.

Se tratando de cenário mundial o milho é a commodity mais produzida do mundo, no ano de 2020 foi produzido cerca de 36,7% da produção agrícola, sendo os maiores produtores o Estados Unidos, China e Brasil. Já no Brasil o milho é a segunda cultura mais produzida ultrapassando a margem de 100 milhões de toneladas.

O aumento da capacidade de produção é expressivo comparando aos anos anteriores, isso ocorreu justamente devido ao avanço tecnológico que atingiu principalmente o campo com programas de melhoramento genético e melhor gerenciamento de medidas e práticas adotadas na lavoura. De acordo com a literatura observa-se que a adubação nitrogenada exerce um papel fundamento no desenvolvimento da cultura sendo necessário levar em considerações os parâmetros como; à necessidade da planta, tipo de solo e fertilidade.

É um fator determinante quando o objetivo é obter uma máxima produtividade, já que o nitrogênio é visto como um nutriente essencial para o crescimento das plantas, contribuindo para a formação das proteínas, essencial para as reações enzimáticas, participa da fotossíntese, aumenta o peso das espigas e aumenta o teor de óleo no grão e para que isso ocorra se faz necessária uma boa nutrição de plantas.

Desse modo, o presente estudo teve como finalidade avaliar a influência da adubação nitrogenada na produtividade da cultura do milho sob diferentes doses de nitrogênio. Visto que o nitrogênio é o elemento mais exigido, atuando em vários processos importantes do milho como: desenvolvimento de parte aérea e sistema radicular, síntese de proteínas, fotossíntese, atua na molécula de clorofila, aumento do teor de óleo nos grãos, entre outros benefícios. Portanto o nitrogênio é o nutriente mais exigido pela cultura e influência no aumento da produtividade.

Para tanto foi realizada uma pesquisa quantitativa a fim de avaliar a produtividade sob influência da adubação nitrogenada foi desenvolvido no município de Terra Boa – PR. O delineamento experimental foi o de blocos casualizados, distribuído em um total de 20 parcelas onde 5 tratamentos foram distribuídos ao acaso. Em cobertura foram aplicadas as seguintes doses (0, 154, 309, 619 e 929 gramas de ureia) correspondentes a dose usual utilizada por produtores de 300 kg/alq de N. Com o presente experimento foram avaliadas as seguintes variáveis: comprimento de espiga (cm), número de grãos por fileiras, número de fileiras por espiga, média de grão por espiga, peso de 1000 grãos (g).

Os resultados demonstraram que os estudos não apresentaram aumento significativo nas doses de ureias aplicadas, sendo viável o parcelamento das doses recomendado nos períodos exigidos pela cultura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cultura do milho (*Zea Mays*) é um dos principais cereais cultivados no Brasil, classificada como uma planta anual, monocotiledônea e pertencente à família das Poáceas e ao grupo das plantas C4. É uma cultura que possui uma boa adaptação as diferentes condições climáticas e ambientais (COSTA et al., 2020). Porém de acordo com a Embrapa, a temperatura ideal para o desenvolvimento da cultura da emergência à floração, está compreendida entre 24 e 30°C. Já nas temperaturas médias diurnas de 25°C, 21°C e 18°C, notou-se que o milho apresentou uma maior produção de em relação à matéria seca e rendimento de grãos na temperatura de 21°C.

Enquanto que a queda do rendimento sob temperaturas elevadas se obteve devido ao curto período de tempo de enchimento de grãos, em virtude da diminuição do ciclo da planta (EMBRAPA, 2006).

É uma cultura que se destaca economicamente devida suas diversas formas de utilização que vai da alimentação animal até a indústria de alta tecnologia, além de possuir um alto volume de produção em todo o mundo (FRAZÃO et al., 2014).

O Brasil está entre os maiores produtores mundial de milho, ocupa a terceira posição que ainda é considerada baixa ao comparar com a produção dos maiores produtores, sendo eles Estados Unidos e China. A grande produção seria explicada com o uso considerável de adubos nitrogenados (FRAZÃO et al., 2014).

No Brasil o milho é cultivado normalmente em dois períodos do ano, safra e safrinha, cultivados em todas as regiões do país, mas em diferentes épocas do ano devido às condições climáticas de cada região. Com base nisso, no verão o cultivo acontece na primavera/verão e atinge a maioria das regiões e chamado de primeira safra. Nas regiões Norte e Nordeste o cultivo é chamado de segunda safra e é realizado a partir do mês de janeiro por haver uma maior concentração de chuva. Já na região Centro-Sul, a semeadura acontece após a colheita da soja, e está concentrada no verão/outono, denominado de safrinha (CONTINI et al., 2019).

A cultura do milho é altamente exigente em nitrogênio, o que torna esse nutriente o mais limitante à sua produção quando não suprido de forma adequada durante os estádios iniciais de desenvolvimento (V4- V6) (COSTA et al., 2012).

As exigências de nitrogênio irão variar de acordo com os estádios fenológicos em que a planta se encontra, ele é muito importante no estágio inicial de desenvolvimento da planta (duas semanas após a emergência), por ser a fase em que o sistema radicular está se desenvolvendo e o nitrogênio estimula sua proliferação e consequentemente desenvolvimento da parte aérea. Faz-se necessário também no processo de diferenciação floral, no qual resulta no desenvolvimento da panícula e da espiga, logo define o potencial de produção (Fancelli, 1997).

O nitrogênio é o principal componente dos aminoácidos e das proteínas, encontrado nas moléculas de clorofila, responsáveis por controlar a fotossíntese, entendida como a reação de captura de energia solar pelas plantas, sendo extremamente necessário para o processo da fotossíntese e produção de proteínas (Reetz, Harold, 2017), proporcionando uma vegetação mais verde e abundante, aumento na folhagem, rápido crescimento e auxílio aos microrganismos do solo para a decomposição da matéria orgânica (Malavolta, 2006).

Uma vez que há deficiência de N ocorre diminuição da duração das folhas verdes (metabolicamente ativas) interferindo na produção de massa seca (MALAVOLTA et al., 1976).

O N também afeta o crescimento do sistema radicular, o tamanho das espigas, o número e massa de grãos e sanidade de grão, além de componentes da produtividade como a massa de 1000 grãos e número de espigas por planta (MELGAR et al., 1991); a altura de plantas (DAVIDE, 1967); o comprimento da espiga (BALKO e RUSSEL, 1980); o diâmetro do colmo (PEREIRA FILHO, 1977); a inserção da espiga, e o número de plantas acamadas e quebradas (GODOY JÚNIOR e GRANER, 1964).

A deficiência de nitrogênio reduz a densidade de grãos entre 9 e 25% e a produtividade de grãos, entre 14 e 80%, porque esse elemento, além de afetar a determinação do número de células endospermicas e de grânulos de amido, pode reduzir a fonte de foto-assimilados, devido à diminuição do índice e duração de área foliar (NEHMI et al., 2004).

O nitrogênio (N) é o nutriente mais exigido pela cultura do milho, responsável por exercer várias funções como; o acumulo de proteínas, produtividade dos grãos, aumento do peso da espiga e porcentagem de óleo. Está associado ao crescimento vegetativo, faz parte dos mecanismos da fotossíntese, presente nas moléculas de clorofila, aminoácidos, DN, citocromos e todas as enzimas e coenzimas. Os fertilizantes nitrogenados são produzidos, sobretudo a partir de N₂ e combustíveis fósseis não renováveis. Quando esses fertilizantes são utilizados em excessivas quantidades ou em situações desfavoráveis, podem ser perdidos através da lixiviação ou volatilização, e, eventualmente, podem se converter em poluentes ambientais (GAZOLA et al., 2014).

O nitrogênio é absorvido no solo de várias formas diferentes e é um elemento que se altera muito rapidamente facilitando as perdas por volatilização ou lixiviação. A lixiviação é uma das reações mais importantes que ocorre com o N em áreas de alta precipitação pluvial. Devido às perdas do N por lixiviação de NO₃ em solos agrícolas, é recomendado que a maior parte da aplicação do fertilizante de N seja realizado em cobertura, em um período imediatamente anterior ao de maior demanda das culturas pelo N (MOTA et al., 2015).

As altas produtividades na cultura do milho podem ser alcançadas devido a grandes doses de adubação nitrogenada, sendo o mais utilizado a ureia. Mesmo estando associado a vários benefícios o uso deve ser realizado com os devidos cuidados uma vez que podem ocorrer perdas de N por lixiviação e volatilização, podendo ser ocasionado por condições ambientais (MADEIRA et al., 2018).

CANTARELLA (1993) cita que, embora a absorção do N pelo milho seja mais intensa dos 40 aos 60 dias após a emergência, a planta ainda absorve cerca de 50% do N de que necessita após o início do florescimento, e afirma que é provável que haja vantagens em uma aplicação tardia de parte do N nos casos de aplicação de doses altas de fertilizantes, solos muito arenosos ou áreas irrigadas.

Observa-se ainda que o parcelamento e a época de aplicação do adubo nitrogenado constituem-se em alternativas para aumentar a eficiência da adubação com N pela cultura do milho e mitigar as perdas. Isso é respaldado pelo maior aproveitamento do N, resultante da sincronização entre as aplicações e o período de alta demanda do nutriente (AMADO et al., 2002; SILVA et al., 2005). SOUZA et al. (2001).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado o embasamento a fim de entender a complexidade do tema e encontrar os materiais e elementos necessários para o desenvolvimento do projeto, o método de pesquisa.

O estudo foi realizado no município de Terra Boa – PR, apoiado numa abordagem quantitativa a fim de avaliar a produtividade sob influência da adubação nitrogenada. O delineamento experimental foi o de blocos casualizados, distribuído em um total de 20 parcelas onde 5 tratamentos foram distribuídos ao acaso.

O experimento foi conduzido a campo, na área experimental da Faculdade União de Campo Mourão, no qual o campus está localizado no município de Terra Boa - PR. O clima do município está descrito como subtropical úmido, sendo os verões quentes e úmidos, invernos frios e secos uma característica predominante. O solo da região está classificado como Latossolo Vermelho Escuro, Roxo, Argiloso Vermelho-Amarelo, Areia Quartzosa e solo Litólico, onde ambos estão descritos como solos desenvolvidos, de fácil infiltração e aplicável ao desenvolvimento de diversas (Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná, 1981).

Ao realizar um experimento prático a campo para avaliar a textura do solo no qual foi umedecido uma porção de solo e manuseado para observar através do tato suas características, portanto foi possível determinar que se trata de um solo com uma grande quantidade de areia em sua composição por se tratar de um material áspero, pouco pegajoso e de difícil manuseio para fazer rolos alongados.

Para o preparo do solo da área foi utilizado os implementos; subsolador e grade niveladora, a fim de quebrar a compactação do solo e nivelá-lo, em sequência serão feitas as demarcações com estacas no campo para a divisão das parcelas. O projeto experimental foi desenvolvido numa área total de 750 m², será dividida em 20 parcelas, sendo essas distribuídas em parcelas 5x5 m². Para facilitar o manejo, entre as parcelas possuirá corredores com 1 metro de largura, resultando em 500 m² de área para plantio. O delineamento experimental utilizado será o em blocos casualizados, com sorteios dos tratamentos com o objetivo de diminuir o potencial de erro.

No experimento foi avaliado o potencial de produção sob diferentes doses de N (ureia) no cultivo de milho a condições de campo, como descrito no croqui (figura 1). A primeira aplicação de adubação foi realizada na base antecedente ao plantio, o formulado utilizado será 08-20-20, dose usual de 250 kg/ha, para o experimento será utilizado 12,5 kg, 625 gramas em cada parcela. O plantio foi realizado manualmente abrindo sulcos para a adubação de base e posteriormente o plantio. De acordo com as medidas das parcelas e espaçamento utilizado, cada parcela possuirá 110 sulcos, portanto, foi aplicado 5,68 gramas por cova.

Para o plantio foi realizados capina para controle de plantas daninhas, foi utilizado o híbrido safrinha 3440PWU da Pioneer Sementes, para o plantio foi considerado o espaçamento de 0,50 m entre plantas. Após 37 dias do plantio foi realizada a adubação de cobertura nos cinco tratamentos avaliados, para tanto foi considerado uma dose usual de 300 kg de ureia por alqueire, sendo T1 a testemunha; neste não será realizado adubação de cobertura e observou sintomas de deficiência de nitrogênio, T2 foi aplicado 0,309g de ureia, T3 meia dose, 0,154 gramas, T4 uma dose dupla, 0,619 gramas e na T5 uma dose tripla, 0,929 gramas de ureia. A adubação de cobertura será realizada a lanço e distribuída nas parcelas manualmente.

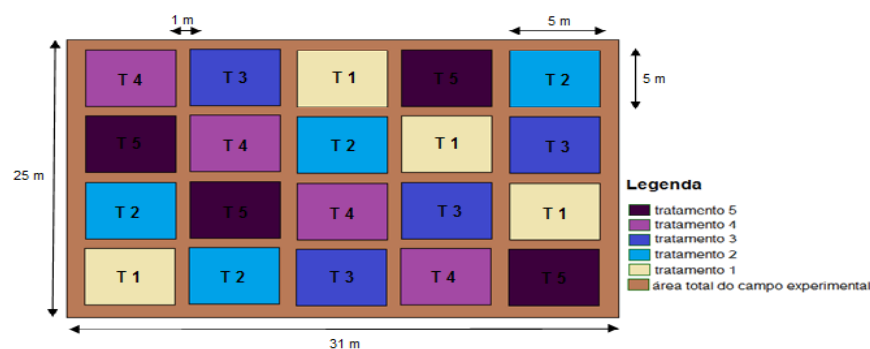


Figura 1. Croqui do campo experimental e as distribuições dos tratamentos

O estudo estatístico foi desenvolvido com aplicação do teste F para as variáveis: número de fileiras presentes por espigas e número de grão por fileiras e o teste de Tukey foi aplicado para comparação das médias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em monitoramento a área experimental pode-se observar uma diferença perceptível de coloração nas folhas, altura de plantas e inserção de espiga entre os tratamentos. No período anterior a adubação as plantas no geral apresentaram tons de verde claro que permaneceu no tratamento 1 após a adubação por ser a testemunha e não ter recebido uma dose de adubação em cobertura. Os demais tratamentos mesmo sendo com pequena dose apresentaram uma melhora na coloração rapidamente após a aplicação.

Segundo Fancelli (1997), O desenvolvimento da parte aérea em relação à adubação nitrogenada irá depender do estágio fonológico da planta, sendo um deles cerca de duas semanas após a emergência que é um momento decisivo para o desenvolvimento radicular e parte área. Em relação à coloração das folhas Malavolta (2006), apresentou que o nitrogênio proporciona uma vegetação mais verde e abundante, aumento na folhagem, rápido crescimento e auxilio os microrganismos do solo para a decomposição da matéria orgânica e em sua deficiência.

Malavolta (1976), diz que ocorre diminuição da duração das folhas verdes que estão metabolicamente ativas interferindo na produção de massa seca. E segundo Reetz e Harold, (2017) o nitrogênio é o principal componente dos aminoácidos e das proteínas, encontrado nas moléculas de clorofila, responsáveis por controlar a fotossíntese, entendida como a reação de captura de energia solar pelas plantas, sendo extremamente necessário para o processo da fotossíntese e produção de proteínas.

Ao analisar altura de inserção de espiga também apresentou diferenças entre os tratamentos; 1, 2 e 3 apresentaram a inserção de 80 á 90 cm do solo já os tratamentos 4 e 5, de 1m a 1,20 m do solo como já tinha sido observado por Silva, (2013). Ao aplicar o teste F para as variáveis: número de fileiras presentes por espigas e número de grão por fileiras não podemos concluir que houve diferença significativa para os tratamentos rejeitamos H_0 , houve significância para os blocos. O teste de Tukey foi aplicado para comparação das médias e confirmou que não houve diferença significativa entre elas como observado na tabela 1

O número de fileiras por espiga em decorrência das diferentes doses de N não apresentou resultados satisfatórios, porém de acordo com Fernandes et al. (2005); Valderrama et al. (2011) está característica é exclusiva da característica genética do genótipo da planta, Cruz et al. (2008) também observaram que a diferença significativa entre essa variável foi em decorrência das cultivares utilizada e não pelas doses de fertilizantes nitrogenados

Tabela 1 – Número de fileiras por espiga em diferentes doses de N.

Dose de adubação	Nº de fileiras
Testemunha	16,28 c
Dose usual	16,79 c
Meia dose	16,47 c
Dose dupla	16,67 c
Dose tripla	16,13 c
Coeficiente de variação (%)	2,39

O número de fileiras por espiga em decorrência das diferentes doses de N não apresentou resultados satisfatórios, porém de acordo com Fernandes et al. 2005; Valderrama et al. 2011 está característica é exclusiva da característica genética do genótipo da planta, Cruz et al. (2008) também observaram que a diferença significativa entre essa variável foi em decorrência das cultivares utilizada e não pelas doses de fertilizantes nitrogenados.

A EMBRAPA (2006), também justificou que o período de crescimento e desenvolvimento do milho é limitado pela água, temperatura e radiação solar ou luminosidade. A cultura do milho necessita que os índices dos fatores climáticos, especialmente a temperatura, precipitação pluviométrica e foto período, atinjam níveis considerados ótimos, para que o seu potencial genético de produção se expresse ao máximo.

Para a variável analisada, número de grãos por fileiras que também não houve diferença estatística significativa como visto na tabela 3. Segundo Schröder et al. (2000) e Fancelli e Dourado Neto (2004) a definição da característica de quantidade grãos em fileiras ocorre com intensidade no estágio de quatro folhas, sendo necessário, nesse período, fornecimento adequado de nitrogênio, a adubação em cobertura foi realizada em v6 devido à ausência de chuva.

Em observação aos resultados de estudos anteriores nota-se que número de grãos por fileira aumentou significativamente com o emprego das doses de N aplicadas em diferentes estádios da cultura, ou seja, de maneira parcelada como obteve Oliveira e Caires, (2003).

A média de grãos por espiga, tabela 2, em decorrência da adubação também não apresentou significância para os tratamentos e blocos e ao aplicar o teste de Tukey mesmo que a dose tripla tenha apresentado uma média maior ainda assim se aproximou da meia dose e da testemunha. Meira et al. (2009), explicou que um dos principais fatores responsáveis pelas variações existentes nas produtividades, está relacionado ao manejo inadequado de fertilizantes, principalmente os fertilizantes nitrogenados, onde devido sua alta mobilidade no solo, ocasiona dificuldade de manejo, além de sua exigência em maior quantidade pela cultura.

Tabela 2 – Média de grãos por espiga em diferentes doses de N.

Dose de adubação	Média de grãos/espiga
Testemunha	424,56 c
Dose usual	412,27 c
Meia dose	425,27 c
Dose dupla	420,27 c
Dose tripla	427,55 c
Coeficiente de variação (%)	6.94

O valor médio para peso de 1000 sementes não apresentou significância estatística em ambos os testes, a testemunha apresentou a maior média, seguida da dose tripla, porém muito próximas e sem significância(tabela 3).

De acordo com Ohland et al. (2005), o peso da massa de grãos é uma característica influenciada pelo genótipo, pela disponibilidade de nutrientes e pelas condições climáticas durante os estádios de enchimento dos grãos. Alguns estudos apresentam dados de que o nitrogênio é sim importante e com aumento significativo na massa de 1.000 grãos de milho quando se aumentou a dose de N (Sangoi e Almeida 1994; Oliveira e Caires 2003; Fernandes et al. 2005; Queiroz et al. 2011).

Porém, após o florescimento da cultura do milho, qualquer tipo de estresse ao qual a planta seja submetida, de natureza biótica ou abiótica, pode afetar significativamente a massa de grãos entretanto, apesar da importância da massa de 1.000 grãos para a definição da produtividade do milho em resposta à adubação nitrogenada, tal resposta pode variar com as condições experimentais, especialmente, aquelas em nível de campo.

Tabela 3 – Peso de mil grãos em diferentes doses de N.

Dose de adubação	PMS
Testemunha	302,5 c
Dose usual	280,0 c
Meia dose	290,0 c
Dose dupla	277,5 c
Dose tripla	295,0 c
Coeficiente de variação (%)	6,88

A variável, comprimento da espiga apresentou uma pequena diferença entre as médias onde a maior média está representada pela letra b e a menor média pela letra c, porém mantiveram-se próximas sem significância estatística.

Na tabela 4, pode-se observar que o tratamento que apresentou a maior média foi à dose tripla, com 0,929 gramas de ureia. Os demais tratamentos apresentaram médias com diferença porém próximos.

Tabela 4- Comprimento da espiga com diferentes doses de N (cm).

Dose de adubação	TAM da espiga
Testemunha	12,55 bc
Dose usual	12,04 c
Meia dose	12,36 bc
Dose dupla	12,82 bc
Dose tripla	13,70 b
Coeficiente de variação (%)	5,56

De acordo com Melgar et al., 1991, a deficiência de N afeta o crescimento do sistema radicular, o tamanho das espigas, o número e massa de grãos e sanidade de grão, além de

componentes da produtividade como a massa de 1000 grãos e número de espigas por planta, assim como Balko e Russel, (1980).

Observa-se que estatisticamente não houve significância nas variáveis analisadas em decorrências dos tratamentos assim como Gonçalves (2018), com base na literatura explorada percebe-se que o nitrogênio é um elemento de rápida ação no solo, podendo ser perdido facilmente por volatilização e lixiviação por ser muito solúvel de acordo com Amado et al., (2002); Silva et al., (2005), também pode ocorrer perdas por desnitrificação e imobilização (QUEIROZ et al., 2011).

Prochnow, Casarin e Stipp, (2010) declararam que para minimizar as perdas por lixiviação e desnitrificação, recomenda-se aplicar a adubação nitrogenada quando as plantas se encontram com um sistema radicular desenvolvido o suficiente para absorvê-lo. Anterior a isso, Rodrigues e Kiehl, 1992; Black et al., 1987 em estudo concluíram que a utilização da ureia sob a presença de solos úmidos reduz a volatilização da amônia após a ação enzimática no solo.

Em análise ao estudo publicado pela Embrapa (2006), a cultura do milho apresenta diferentes períodos de intensa absorção, sendo no desenvolvimento vegetativo, quando é definido o número potencial de grão e o segundo no reprodutivo ou na formação da espiga, quando o potencial produtivo é atingido, ressaltou ainda que durante todo desenvolvimento da cultura condições de estresse devem ser mínimas para que se alcance altos níveis de produção. Destacou ainda que a capacidade de absorção da cultura deva ser associada às eventuais perdas por lixiviação que está principalmente associada a fertilizantes nitrogenados. Em solos de textura média e argilosa estudos comprovaram que o parcelamento da adubação nitrogenada em cobertura realizada em duas, três ou mais vezes não apresentaram aumento significativo na produção em comparação a aplicação em uma única dose.

Já em solos arenosos, de acordo com Ernani (1999) e Bortolini (2000) apresentam uma maior facilidade de perdas de N devido às características do solo com poros maiores, descreveu ainda que o aproveitamento em dose única possa ser menor que 80% e ressaltou a importância de se realizar um manejo mais criterioso em solos arenosos com doses parceladas.

Com base no estudo de Souza et al. (2001) o parcelamento e a época de aplicação do adubo nitrogenado constituem-se em alternativas para aumentar a eficiência da adubação com N

pela cultura do milho e mitigar as perdas, Fornasieri (2007) mais tarde concordou que o parcelamento da adubação em cobertura aumenta eficiência da prática.

De acordo com os estudos realizados pela Comissão de química e fertilidade do solo – RS/SC (2016) o parcelamento da adubação nitrogenada em cobertura pode ser aplicado 50% da dose quando as plantas estão no estágio fenológico V4 a V6 e os outros 50% da dose quando as plantas estão em estágio V8 a V9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho buscamos avaliar o potencial produtivo da cultura do milho sob diferentes doses de ureia aplicadas em cobertura, no entanto as variáveis observadas no experimento não apresentaram aumento significativo sob influência das doses de nitrogênio aplicadas, sem significância estatística. Portanto os tratamentos não influenciaram no potencial produtivo, sendo viável o parcelamento das doses recomendado nos períodos exigidos pela cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Estevam Munhoz (2016). Fertilizantes de eficiência aumentada: uso de ureia de liberação controlada ou com inibidores em sistemas agrícolas sustentáveis. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura.

CAIRES, Eduardo Fávero; MILLA, Robert. Solos e Nutrição de Plantas: adubação nitrogenada em cobertura para o cultivo de milho com alto potencial produtivo em sistema de plantio direto de longa duração. Bragantia, Campinas, v. 75, n. 1, p. 87-95, abr. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Embrapa Milho e Sorgo. Manejo da cultura do Milho, 1 ed. Sete Lagoas – MG, 2006, p. 10-11

FARINELLI, Rogério; LEMOS, Leandro Borges. Produtividade e eficiência agrônômica do milho em função da adubação nitrogenada e manejos do solo. Revista Brasileira de Milho e Sorgo, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 135-146, jun. 2010.

Fontes de fertilizantes nitrogenados para a cultura do milho / autor Rodrigo Silva Mendonça. Sete Lagoas - MG, 2015.

Gonçalves, Eduardo Oliveira. Adubação nitrogenada em lavoura de milho (Zea Mays L.). Eduardo Oliveira Gonçalves – Patrocínio: Centro Universitário do Cerrado Patrocínio, 2018

NUNES, José Luis da Silva et al. A verdade sobre a nutrição de plantas: secretaria de estado de meio ambiente, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação. Semadesc. Campo Grande - MS, p. 1-2 out. 2015.

OLIVEIRA, Diemerson Rodrigues de. Adubação nitrogenada na cultura do milho. 2015. 28 f. TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Produção de Grãos, À Universidade Estadual de Goiás, Posse, 2015. Cap. 7.

OKUMURA, Ricardo Shigueru; MARIANO, Daiane de Cinque; ZACCHEO, Paulo Vicente Contador. Uso de fertilizante nitrogenado na cultura do milho: uma revisão. Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada nas Ciências Agrárias, Guarapuava-Pr, v. 4, n. 2, p. 226-244, ago. 2011.

PARANÁ. Richardson de Souza. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (ed.). Prognóstico Agropecuário: milho 2022/2023. Milho 2022/2023. 2022. Gisele Barão da Silva. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/vol_14_n_46_2022_milho.pdf. > Acesso em: 29 nov. 2023.

RAMPIM, Leandro; VIECELLI, Clair Aparecida; NASU, Érica das Graças Carvalho; TOILLIER, Sandra Luisa; LANA, Maria do Carmo. Adubação nitrogenada em cobertura na cultura do milho em solo arenoso. Cultivando O Saber, Cascavel, v. 4, n. 3, p. 58-66, abr. 2010.

SANTOS, Alex Nunes dos. Influência da adubação nitrogenada nos diferentes estádios vegetativos do milho. 2019. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Faculdade da Amazônia, Vilhena, 2019. Cap. 11.

SICHOCK, Diego; GOTT, Roney Mendes; FUGA, Cícero Augusto Guimarães; AQUINO, Leonardo Angelo; RUAS, Renato Adriane Alves; NUNES, Pedro Henrique Marques Paula. Resposta do milho safrinha às doses de nitrogênio e de fósforo. Revista Brasileira de Milho e Sorgo, Rio Paranaíba - Mg., v. 13, n. 1, p. 48-58, 2014.

ZUFFO, Alan Mario AGUILERA, Jorge González (2018), Solos nos biomas brasileiros. Ponta Grossa (PR): Atena Editora.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

**Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável**

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 13

COMUNIDADE:

INSTITUIÇÕES DE ENSINO

SUPERIOR, ONG'S,

INSTITUTOS E DEMAIS

ORGANIZAÇÕES EXTERNAS

RESUMOS EXPANDIDOS

A MORTE E O LUTO NO CONTEXTO HOSPITALAR: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HOSPITALAR PARA O CUIDADO INTEGRAL

Adailton Luduvico Da Silva¹ – Faculdade União de Campo Mourão

Sarah Casali Cordeiro² – Faculdade União de Campo Mourão

Lais dos Santos Fantinati³ – Faculdade União de Campo Mourão

Grupo de Trabalho: Grupo de Trabalho: 13 Instituições de Ensino Superior, ONG's, institutos e demais organizações externas

1. INTRODUÇÃO

O conceito de morte tem influência de diversos fatores, como a perspectiva biológica, filosóficas, jurídicas, sociais e tecnológicas. A morte biológica é entendida como a cessação irreversível de todos os processos biológicos, marcando a perda definitiva da unidade do organismo humano (SANTOS, 1997). A morte simbólica é caracterizada pelas diversas perdas que o sujeito passa durante o desenvolvimento, diante das características e atividades que se perde para iniciar cada nova fase do desenvolvimento (KOVÁCS, 1996). Parkes (1998) aponta o luto como uma resposta emocional frente a ruptura de um vínculo, sendo uma importante transição psicossocial.

A morte e o luto permanecem como realidades evitadas na contemporaneidade, especialmente no ambiente hospitalar, onde a vida é o foco central. No entanto, a morte é inevitável e precisa ser abordada com dignidade e sensibilidade. Conforme apontam Combinato e Queiroz (2006), a morte deixou de ser um evento familiar e comunitário para se tornar um acontecimento escondido nos hospitais. A Psicologia Hospitalar, nesse cenário, assume como função essencial o acolhimento e escuta das experiências de sofrimento, contribuindo para um cuidado integral que valorize não apenas o corpo, mas também a subjetividade do paciente.

No hospital, o morrer é frequentemente enfrentado em condições de solidão e despersonalização. Essa experiência intensifica a dor psíquica dos pacientes e impacta profundamente os familiares e os profissionais da saúde.

¹ Graduado em Filosofia (FAVI – Curitiba, 2008), Teologia (Studium Theologicum – Curitiba, 2015) e Ciências da Educação (Universidade Pedagógica – Moçambique, 2015). Acadêmico de Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO, Campo Mourão. – e-mail: ad.luduvico@yahoo.com.br

² Graduada em Psicologia pela UEM, especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, pós-graduada em Humanização e Cuidados Paliativos pela UNINTER – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

³ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos Educativos pela UEM – e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

2. OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo refletir sobre como a morte e o luto são vivenciados no contexto hospitalar, abordando tanto os desafios contemporâneos quanto o papel da Psicologia Hospitalar como espaço de cuidado e intervenção. Como objetivos específicos temos: compreender o papel da Psicologia Hospitalar pode contribuir para que o morrer e o processo de luto sejam vividos com dignidade e discutir a medicalização do sofrimento e suas implicações para o luto na sociedade atual.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória sobre a temática da morte e luto no contexto da Psicologia Hospitalar. A pesquisa adota o método de revisão narrativa de literatura, uma abordagem amplamente utilizada nas ciências da saúde e humanas, por permitir a exploração ampla, interpretativa e crítica de temas complexos (RIBEIRO; MILANEZ, 2016). Essa escolha se justifica diante da complexidade subjetiva do tema, possibilitando a articulação de diferentes referenciais teóricos, vivências clínicas e contribuições interdisciplinares como da psicologia, medicina, bioética e ciências humanas.

Segundo os autores, essa forma de revisão "não tem uma metodologia definida para a busca e a seleção dos artigos, e seu critério é o ponto de vista do autor" (RIBEIRO; MILANEZ, 2016, p. 2). Dessa forma, a revisão narrativa permite não apenas reunir conhecimento existente sobre um tema, mas também propor reflexões e articulações que contribuam para o aprofundamento conceitual e prático, o que é essencial quando se trata de aspectos subjetivos, simbólicos e culturais, como os que envolvem o processo de morrer.

4. RESULTADOS

A análise da literatura revelou que a morte no hospital tende a ser vivida como fracasso, tanto pelos profissionais quanto pelos pacientes e familiares. Kovács (2003) afirma que o tecnicismo da medicina moderna negligencia o sujeito em sofrimento, promovendo uma cultura de negação da morte e da dor.

A morte biológica é compreendida, conforme Santos (1997), como a cessação irreversível de todos os processos vitais. No entanto, ela não esgota o fenômeno do morrer, que também envolve aspectos simbólicos, como a morte subjetiva descrita por Kovács (2003), em que o

paciente, diante do sofrimento prolongado, perde o sentido de viver. Essa morte simbólica é vivida no afastamento dos vínculos, na perda de autonomia e no isolamento hospitalar.

O luto, por sua vez, manifesta-se como resposta natural à perda. Stroebe e Schut (apud Caye e Garavelo, 2024) propuseram o Modelo do Processo Dual, que compreende o luto como oscilação entre momentos de restauração e enfrentamento da dor e momentos de distanciamento e restauração, permitindo ao sujeito vivenciar suas experiências cotidianas. O aspecto mais inovador do modelo é o conceito de oscilação, que legitima a alternância entre a vivência do luto e o distanciamento temporário dele. Essa proposta rompe com visões mais lineares e rígidas, como os modelos de estágios.

5. DISCUSSÃO

O hospital, espaço originalmente destinado ao cuidado, muitas vezes desumaniza o processo de morrer. Lima et al. (2024) destacam os impactos psíquicos da hospitalização, sobretudo em UTIs, que podem gerar ansiedade, depressão, insônia e sensação de abandono. Além disso, Roberto e Vilas Boas (2025) apontam que 82,5% dos pacientes internados demonstram estresse psicológico, sendo que quase 70% expressam angústia e medo.

A cultura contemporânea intensifica esse sofrimento ao medicalizar o luto. Conforme apontado por Alcântara e Ferreira (2023), a medicalização do luto pode resultar na supressão de manifestações emocionais legítimas, transformando o luto em um processo silencioso e solitário. Essa perspectiva destaca a importância de reconhecer o luto como uma experiência humana fundamental que necessita de tempo e espaço para ser vivida plenamente. Essa tendência à medicalização está intimamente ligada à cultura da performance, em que o sofrimento precisa ser ocultado para que o sujeito continue sendo produtivo. Assim, o luto passa a ser visto não como parte natural da vida, mas como algo a ser superado rapidamente ou evitado. Como observam as autoras, Alcântara e Ferreira (2023), existe uma pressão social para que a dor não ultrapasse o limite do aceitável e, elas também, discutem que a medicalização tem sido apresentada como a principal estratégia para lidar com o luto, evidenciando como a lógica mercantil dos medicamentos influencia a vivência subjetiva das pessoas. Esse modelo, ao padronizar o sofrimento, dificulta que o luto seja elaborado de forma singular, reduzindo-o a uma experiência homogênea e desconsiderando as particularidades de cada sujeito, o que reforça um

modelo que patologiza o sofrimento e impede sua expressão saudável. A consequência disso é a banalização da morte e o empobrecimento dos rituais simbólicos que ajudam a elaborar o luto.

A atuação do psicólogo hospitalar é, nesse cenário, fundamental. Carvalho e Martins (2015) afirmam que a escuta sensível pode auxiliar o paciente a ressignificar sua experiência de morte e os familiares a atravessar o luto com acolhimento. Já Medeiros e Lustosa (2011) alertam que o luto mal-elaborado entre profissionais de saúde pode tornar-se problema de saúde pública. Ao proporcionar espaços de escuta à equipe, o psicólogo ajuda a elaborar as perdas acumuladas e a ressignificar a experiência de cuidado diante de vidas que se vão.

Por fim, cabe ressaltar que o luto hospitalar, seja vivenciado por familiares ou por profissionais, demanda ações institucionalizadas de acolhimento, orientação e cuidado emocional. A presença da psicologia hospitalar se revela imprescindível para suavizar o sofrimento, prevenir quadros de luto complicado e promover a humanização das relações diante da morte. Como afirmam Rocha et al. (2022, p.5), “a relevância do trabalho da psicologia no contexto de luto objetiva auxiliar os indivíduos na elaboração dos sentimentos vivenciados diante da morte, utilizando-se da escuta psicológica”. Assim, é papel ético e técnico da psicologia hospitalar sustentar, com empatia e competência, todos os sujeitos afetados pela experiência da perda.

6. CONCLUSÃO

A Psicologia Hospitalar revela-se indispensável na ressignificação da morte e do luto, oferecendo suporte emocional, escuta qualificada e intervenções que respeitem a subjetividade do paciente e de todos os envolvidos. Ao reconhecer que a morte não é apenas a cessação das funções biológicas, mas também um evento simbólico que afeta a identidade e o sentido de vida, o psicólogo contribui para que a finitude seja vivida com dignidade e o luto compreendido como uma resposta legítima à perda.

Promover a humanização do cuidado implica reconhecer a subjetividade do paciente, valorizar a dignidade no processo de morrer e respeitar os tempos e modos de cada pessoa vivenciar o luto. Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da morte e do luto no ambiente hospitalar requer não apenas competências técnicas, mas sobretudo sensibilidade humana, empatia e formação contínua. A psicologia hospitalar, ao integrar ciência e cuidado, corpo e subjetividade, técnica e escuta, revela-se como uma ferramenta indispensável para transformar o

hospital não apenas em um lugar de cura, mas também de sentido, acolhimento e respeito à finitude da vida.

7. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. M. S.; FERREIRA, I. N. P. A medicalização do luto. *Leitura Flutuante*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 54–65, 2023.

CARVALHO, J. S.; MARTINS, A. M. A morte no contexto hospitalar: revisão de literatura nacional sobre a atuação do psicólogo. *Revista da SBPH*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 129-142, 2015.

CAYE, R. S; GARAVELO L. M. C. *O enfrentamento do luto pela abordagem teórica do modelo do processo dual*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade La Salle, Canoas, 2024.

COMBINATO, D. S.; QUEIROZ, M. de S. Morte: uma visão psicossocial. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 11, n. 2, p. 209–216, 2006.

KOVÁCS, M. J. *Vida e morte: Laços da existência*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1996.

KOVÁCS, M. J. *Educação para a morte: temas e reflexões*. 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003

LIMA, L. G. A. et al. Os impactos psicológicos da internação em unidades de terapia intensiva: uma revisão integrativa de literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 12, 2024.

MEDEIROS, L. A.; LUSTOSA, M. A. A difícil tarefa de falar sobre a morte no hospital. *Revista da SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 203-210, 2011.

PARKES, C. M. *Luto: estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus, 1998.

RIBEIRO, J. P.; MILANEZ, M. A. Revisão narrativa: uma alternativa para o ensaio teórico. *Revista Saúde e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-8, 2016.

ROBERTO, T. M. L.; VILAS BOAS, T. R. Impacto da hospitalização prolongada na saúde mental do indivíduo. *Práticas em Psicologia Hospitalar*. Rio de Janeiro: Epitaya, 2025.

ROCHA, T. A. B. et al. A vivência do luto em familiares de pacientes internados pela COVID-19. *Revista da SBPH*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 3-13, 2022.

SANTOS, M. C. C. L. dos. Conceito médico-forense de morte. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 100, p. 342–369, 1997.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: UM OBSTÁCULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES SUSTENTÁVEIS

Michele Cristina da Silva¹ – Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO)

Joze Palani Guarez² – Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO)

Grupo de Trabalho: 13 Instituições de Ensino Superior, ONG's, institutos e demais organizações externas

1. INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana garante que os direitos fundamentais do trabalhador sejam respeitados e preservados em um meio ambiente laboral sadio e harmônico. Nesse contexto, surge o assédio moral como um grande obstáculo à efetivação desses direitos (VEIGA FILHO *et al*, 2020).

O assédio moral é um fenômeno que se manifesta em comportamentos abusivos, humilhantes ou intimidadores que prejudicam a saúde física e mental dos trabalhadores. As consequências são sentidas não apenas nos ambientes profissionais, mas em toda a sociedade, levando ao aumento do estresse, à redução da produtividade, à deterioração dos relacionamentos e até problemas de saúde pública. Nesses casos, devem ser implementadas medidas preventivas e políticas eficazes para combater o assédio ético e promover um ambiente de trabalho saudável e respeitoso (OLIVEIRA, 2017).

Esse estudo se justifica pela necessidade de compreender as dinâmicas do assédio moral no trabalho e suas consequências não apenas para as vítimas diretas, mas também para o ambiente organizacional e para a sociedade como um todo. Assim, ao propor uma reflexão sobre práticas laborais que afetam diretamente a dignidade humana e a saúde dos trabalhadores, bem como investigar o assédio moral no ambiente de trabalho e propor estratégias de prevenção e enfrentamento, o presente artigo contribui para a construção de organizações mais humanas, éticas e sustentáveis, nas quais o respeito e o bem-estar coletivo sejam valores centrais para o desenvolvimento social.

¹Graduada em Direito pela Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) – e-mail: michelecrisina1206@gmail.com

² Graduada em Direito. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Empresarial. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento. Docente na Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – e-mail: joze.guarez@faculdadeunicampo.edu.br - orientadora

2. OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo geral analisar o assédio moral no ambiente de trabalho, suas manifestações, impactos psicossociais e as medidas preventivas que podem ser adotadas para a construção de relações laborais mais saudáveis e éticas.

Especificamente, busca-se compreender o conceito, as formas recorrentes de assédio moral no ambiente organizacional contemporâneo; identificar os principais efeitos dessa prática na saúde física e mental dos trabalhadores; discutir a importância da atuação das organizações na prevenção dessa conduta; e apresentar estratégias que contribuam para o desenvolvimento de ambientes profissionais baseados no respeito.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica que tem como objetivo a análise e interpretação de obras e estudos já existentes sobre um determinado tema. Este tipo de pesquisa busca compreender as contribuições teóricas e os avanços no campo de estudo, possibilitando uma reflexão mais ampla sobre o assunto em questão. No caso do estudo sobre assédio moral nas relações de trabalho, a pesquisa bibliográfica se concentrou em livros e artigos acadêmicos (GIL, 2008, p. 44).

4. RESULTADOS

A crescente competitividade no mercado de trabalho, o uso de tecnologias que facilitam a vigilância e o controle sobre os trabalhadores, a falta de um apoio psicológico adequado no ambiente de trabalho e a pressão por resultados rápidos podem ser vistos como fatores que exacerbam o assédio moral. Além disso, com o aumento do trabalho remoto e das comunicações digitais, novas formas de assédio (como o assédio moral virtual) têm surgido, criando novos desafios para a legislação e para a gestão de recursos humanos (OLIVEIRA, 2004).

O assédio pode assumir várias formas, mas todas elas têm em comum o objetivo de prejudicar emocional ou psicologicamente a vítima, com consequências que podem ser devastadoras. Independentemente do tipo de assédio, é fundamental que as vítimas tenham acesso a recursos de apoio e que as organizações e sociedades desenvolvam medidas preventivas para acabar completamente com esses comportamentos, criando ambientes mais seguros, inclusivos e respeitosos para todos (LEITE, 2022).

5. DISCUSSÃO

De acordo com a agência de notícias do Conselho Nacional de Justiça “entre 2020 e 2024, a Justiça do Trabalho, em todas as suas instâncias, recebeu 458.164 novas ações envolvendo pedidos de indenização por dano moral decorrente de assédio moral no trabalho. Entre 2023 e 2024, esse número cresceu 28%, passando de 91.049 para 116.739 processos.”

Uma pesquisa realizada em 2024 pela consultoria KPMG (2025) constatou que 30% dos trabalhadores que responderam a pesquisa já haviam sofrido algum tipo de assédio nos últimos 12 meses.

Em seus trabalhos, Maria Helena Diniz (2022) ressalta a relevância de estabelecer uma cultura organizacional preventiva para combater o assédio moral no local de trabalho. Ela destaca que o papel da organização não se restringe apenas a evitar o assédio moral, mas também a fomentar um ambiente que promova o respeito à dignidade humana dos funcionários.

De acordo com Diniz (2022), a empresa deve implementar políticas transparentes de convivência e respeito, disponibilizando canais de reclamação, proporcionando treinamentos de sensibilização e penalizando severamente comportamentos que possam ser caracterizados como assédio moral. Ela também enfatiza que a prevenção deve ser incorporada à administração organizacional, fazendo parte do planejamento estratégico do negócio.

Figueiredo (2020) argumenta que a prevenção do assédio moral requer uma transformação cultural nas empresas, com a adoção de princípios éticos e a fomentação de um ambiente de respeito recíproco. Figueiredo defende que, para evitar o assédio moral, é necessário que a empresa implemente práticas que promovam uma comunicação interpessoal saudável e diminuam as disparidades de poder no local de trabalho. Para a autora, é crucial que o empregador estabeleça programas de conscientização e sensibilização sobre o que caracteriza o assédio moral, assegurando também que as vítimas possuam meios de denúncia seguros de retaliações.

6. CONCLUSÃO

O assédio moral tem o potencial de causar danos duradouros à saúde mental e emocional da vítima, afetando sua qualidade de vida e desempenho profissional. Combater o assédio moral exige uma postura ativa de conscientização, prevenção e responsabilização, tanto por parte dos indivíduos quanto das organizações, a fim de criar ambientes saudáveis e respeitosos para todos.

Ao término do estudo, foi possível verificar que os dados apresentados confirmam que o assédio moral no Brasil permanece um problema significativo. O número de denúncias e processos trabalhistas relacionados a assédio moral continua a crescer, embora muitos casos ainda não sejam reportados devido ao medo de retaliação.

O reconhecimento crescente da gravidade desse problema e as ações de conscientização e prevenção nos ambientes de trabalho são passos importantes para combater o assédio moral, mas ainda há muito a ser feito para garantir ambientes de trabalho mais seguros e respeitosos no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

- CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. *Em cinco anos, Justiça do Trabalho julgou mais de 450 mil casos de assédio moral*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/em-cinco-anos-justica-do-trabalho-julgou-mais-de-450-mil-casos-de-assedio-moral>. Acesso em: 10 jun.2025.
- DINIZ, Maria Helena. *Manual de Direito Civil*. 4. ed. São Paulo: 2022.
- FIGUEIREDO, Lidiane. *Assédio moral nas relações de trabalho*. São Paulo: Atlas, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KPMG. Mapa do Assédio no Brasil 2024. Disponível em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2024/11/pesquisa-mapa-assedio-brasil-2024.html>, acesso em: 08/05/2025.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. *Curso de direito do trabalho*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- HELOANI, Roberto. Assédio Moral - *Um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho*. Revista Administração de Empresas, São Paulo, v. 3, n. 1, jan./jun. 2004.
- OLIVEIRA, Euler Sinoir de. Assédio Moral no Trabalho. *Revista Jurídica Amatra*, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 147-176, mar. 2004.
- OLIVEIRA, Marcos Roberto de. *Assédio Moral no trabalho*. Monografia. 33 fls. Universidade Presidente Antônio Carlos. Barbacena, 2017.
- VEIGA FILHO, Rodolfo Mário P.; SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça dos. *Assédio Moral Organizacional – Presencial e Virtual - 1ª Edição 2020*. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

O PADRÃO ESTÉTICO COMO FERRAMENTA DE OPRESSÃO FEMININA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS DOS IDEAIS DE BELEZA NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE E NA SAÚDE MENTAL FEMININA

Marieli dos Santos Malta¹ - Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO)

Grupo de Trabalho: 13 Comunidade – Instituições de Ensino Superior, ONG's, institutos e demais organizações externas.

1. INTRODUÇÃO

O padrão de beleza, construído historicamente como ferramenta de dominação e opressão feminina, constitui-se como central na discussão do presente trabalho. É fundamental a compreender o papel desempenhado pela sociedade ao longo da história em disseminar ideias de padrões estéticos às mulheres, bem como na instauração do padrão de beleza atual, e seus impactos na construção da subjetividade e na saúde mental das mulheres.

Segundo Wolf (1992), os padrões de beleza impostos socialmente constituem-se como ferramentas de opressão e dominação feminina pelo capitalismo em resposta aos avanços feministas das últimas décadas. Uma vez que os mitos da feminilidade e a maternidade foram abandonados, criou-se um ideal de beleza inalcançável às mulheres, como novo mito que desse conta do que os antigos não puderam.

Nesse sentido, a construção da subjetividade, a partir de uma perspectiva psicanalítica, se dá na relação com o outro para estruturação psíquica do sujeito, compreendendo-o como complexo e dinâmico a partir das relações sociais e pelo atravessamento da cultura (MANSANO, 2009).

Diante da discussão proposta no decorrer deste trabalho, foi possível compreender que as transformações na sociedade dos últimos anos propiciaram uma mudança na forma de opressão feminina, que passou a ocorrer por meio dos ideais de beleza inalcançáveis e em constantes mudanças, acarretando significativos impactos na constituição da subjetividade e na saúde mental feminina.

¹ Graduada em Psicologia pela Faculdade Unicampo em 2023 - e-mail: marieli.malta@gmail.com

2. OBJETIVOS

Identificar como o padrão estético imposto às mulheres se estabelece como ferramenta de opressão feminina na atualidade, a partir da construção de um ideal de beleza a ser alcançado, bem como os impactos na constituição da subjetividade e na saúde mental feminina.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, compreendida enquanto o estudo de aspectos da realidade para conhecimento e explicação da dinâmica que se constitui nas relações sociais, não podendo ser reduzida a operacionalização de variáveis (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O embasamento epistemológico e o procedimento foram realizados por meio de uma pesquisa bibliográfica, definida como a realização do levantamento de referências teóricas por meios eletrônicos, com as palavras-chave (padrão de beleza, ideal de beleza, subjetividade) de artigos científicos, livros, dissertações e teses, que tratam da temática discutida no referido trabalho (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A partir de uma abordagem sócio-histórica, o estudo foi elaborado superando a visão reducionista do homem, compreendendo-o em sua totalidade e em sua relação com meio em que está inserido, sendo ao mesmo tempo produto e produtor da história e da cultura em que se insere (FREITAS, 2002). Nesse sentido, esta concepção auxilia na compreensão dos impactos causados pelo padrão estético e ideal de beleza na constituição da subjetividade feminina.

4. RESULTADOS

Os padrões de beleza não estão separados da sociedade, pois são construídos socialmente e acompanham as mudanças de acordo com o período histórico, econômico e social. A valorização de determinados tipos físicos e corporais já sofreu diversas alterações à medida que a sociedade muda; eles passam a ser valorizados ou não de acordo com os grupos sociais e período histórico em que as mulheres estão inseridas (MACHADO, 2022).

Esse conceito mutável e subjetivo é observado na história desde os tempos mais remotos, na Grécia Antiga, onde a valorização se dava no equilíbrio das medidas corporais e em sua harmonia. Já no período Medieval, o corpo gordo era visto como símbolo de fartura, o corpo

feminino valorizado era o das mulheres corpulentas e com quadris avantajados, que significavam saúde e beleza, havendo a recusa por um corpo extremamente magro que representava a doença. Por outro lado, na mesma época, com o advento da igreja católica, o corpo também era tratado como ligado ao sagrado e divino. Esse período marca o início da valorização da castidade e da pureza feminina, passando a atuar como opressor dos comportamentos das mulheres (MACHADO, 2022).

Na sequência, segundo Machado (2022), o período do Renascimento foi marcado por mudanças significativas, passando a atribuir maior valorização aos corpos sedutores, com contornos e silhuetas. No século XIX, com a ascensão da classe burguesa, manteve-se a exigência de um corpo magro e esbelto às mulheres, ampliando-se as dietas, principalmente pela maior exposição do corpo e pela intensificação do culto ao corpo magro no século XX.

As mudanças ocorreram de forma intensificada, os costumes sociais se transformaram e os padrões de beleza se ajustam aos novos padrões sociais. Na atualidade, a imagem adquire ainda maior relevância, com a exaltação do corpo malhado, magro e eternamente jovem, resultando na intensificação da insatisfação e inferioridade das mulheres em relação aos seus corpos. A concepção predominante passou a ser a de um corpo maleável, que pode ser moldado e transformado de acordo com os desejos dos indivíduos (ESTEVES, 2012).

5. DISCUSSÃO

Esses fatos evidenciam as constantes mudanças exigidas para moldar os corpos femininos, tendo como base a objetificação e opressão descritas por Beauvoir (1949). Conforme a referida autora, “O ideal da beleza feminina é variável; mas certas exigências permanecem constantes [...] exige-se que seu corpo ofereça as qualidades inertes e passivas de um objeto, porquanto a mulher se destina a ser possuída” (1949, p. 199).

Assim, a beleza passou a ter função de controle social, que anteriormente se estabelecia pela feminilidade, como sistema monetário determinado pela política e sustentado por um conjunto de crenças voltadas à manutenção do domínio masculino. O lucro do mercado se dá a partir do condicionamento feminino aos padrões de beleza para controlar a relação das mulheres e reprimir ameaças dos movimentos feministas (WOLF, 2019 *apud* ASSIS; LOPES, 2022).

A busca por completude e felicidade a partir da beleza divulgada pela mídia pode ser compreendida enquanto encobridora de uma falta, conforme a teoria psicanalítica, a qual é constitutiva do indivíduo. Esses mecanismos mantêm as pessoas constantemente insatisfeitas com seus corpos, resultando em uma busca inalcançável por meio de produtos e métodos estéticos que causam sofrimento psíquico ao não serem atingidos (PIMENTEL, 2008).

Dessa forma, o investimento no próprio corpo como forma de ressignificá-lo e de elaborar a falta faz com que algumas mulheres recorram a beleza como possibilidade de se sentirem completas. A cultura, nesse sentido, passa a remeter o indivíduo ao seu lugar ideal que o aprisiona em sua própria imagem (PIMENTEL, 2008).

Em relação a subjetividade, Guattari e Rolnik (1996) *apud* Mansano (2009) discutem que ela é produzida a partir das relações do sujeito com o mundo e modelada a partir dessas relações que geram efeitos no corpo e nas maneiras de viver. A partir de um processo de produção em que participam diferentes componentes, os quais são resultado das interações com o meio, estão presentes os valores e ideais que são registrados e passam a orientar as relações do sujeito.

Nesse sentido, as exigências impostas às mulheres para atingir ao padrão de beleza utópico divulgado pelas mídias não são marcadas apenas por riscos a saúde física que se submete a diferentes métodos estéticos, mas também nos inúmeros impactos à saúde mental na busca de adequação social e insatisfação constante (LOPES *et al* 2022).

6. CONCLUSÃO

Diante dos fatos, evidencia-se que os impactos dos padrões de beleza criados para o corpo feminino atuam como ferramenta de opressão, uma vez que aprisiona a mulher a características estéticas e de formas de ser, resultando em uma incessante busca para adequação dos corpos a partir do assujeitamento a diferentes intervenções de remodelamento corporal.

Os aspectos físicos passaram a ser disseminados enquanto parâmetros de felicidade, alimentando a ilusão de uma completude feminina ao se encaixar esteticamente em busca de uma beleza. Como ressaltado por Wolf (1992), em que essas ideias disseminados pela sociedade capitalista criam ideais inalcançáveis às mulheres, mantendo a insatisfação constante com o próprio corpo, uma vez que se tornam ideias de felicidade e sucesso.

A constituição da subjetividade, que se dá na relação com o outro e nas relações sociais, com o atravessamento da cultura, é impactada pela forma como a sociedade constrói a identidade feminina, a partir de um sistema que dissemina aspectos físicos e estéticos como únicos objetivos das mulheres na sociedade, o que resulta em graves impactos à sua saúde mental, uma vez que está imersa em uma sociedade que julga sua capacidade e estabelece a felicidade e o sucesso com base na objetificação do seu corpo.

7. REFERÊNCIAS

- ASSIS, Laryssa Louzada. LOPES, Kariza Dias. O mito da beleza: novas formas de caça às bruxas. In: PEDRUZZI, Alana das Neves, *et al* (Org.) *Filosofias Emergentes: Diálogos com Silvia Federici*. Rio Grande: FURG, 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949.
- ESTEVES, Rosita. Padrão de beleza: (des)equilíbrios. In: CARLI, Ana Mery Sehbe De. Venzon, Bernadete Lenita Susin (Org). *Moda, sustentabilidade e emergências*. 1. ed. Editora EDUCS, 2012.
- FREITAS, Maria Tereza Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 7-30, jul. 2002.
- GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- LOPES, Gabriela de Souza. et al. O ideal de beleza e os prejuízos a saúde mental. 2022.
- MACHADO, Ana Carolina. Magreza compulsória: a construção do padrão de beleza e a aversão ao corpo gordo. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em história) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.
- MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n.2, 2009.
- NETO, Inacio Brandi; CAMPOS, Ivanir Glória de. A influência da mídia sobre o ser humano na relação com o corpo e a autoimagem de adolescentes. *Caderno de Educação Física e Esporte*, v. 9, n. 1, p. 73-86, 2010.
- PIMENTEL, Déborah. Beleza pura. *Estudos Psicanalíticos*, Belo Horizonte, n.31, p. 43-49, out. 2008
- WOLF, N. *O Mito da beleza: como os padrões são usados contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 14

OUTROS TEMAS EMERGENTES

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A ESCOLA COMO ESPAÇO ONDE O MUNDO ACONTECE EM MINIATURA: O PSICÓLOGO ESCOLAR E A ARTE DE ESCUTAR O INVISÍVEL

Ana Carolina Pio¹ – Unicampo

Ana Luiza de Medeiros Costa² – Unicampo

Paulo Henrique Silva Bardan Do Vale³ – Unicampo

Lais dos Santos Fantinati⁴ – Unicampo

Sarah Casali Cordeiro⁵ – Unicampo

Bruno Urbano da Silva⁶ – Unicampo

GRUPO DE TRABALHO: 14 Outros temas emergentes

RESUMO

Este artigo apresenta as experiências vivenciadas durante o Estágio Básico em Psicologia Escolar realizado no Colégio Estadual de Campo Mourão, no Paraná, buscando refletir criticamente sobre os atravessamentos subjetivos e institucionais que constituem o cotidiano escolar na educação pública. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, adotou-se uma abordagem que valoriza a compreensão dos sentidos atribuídos pelos estudantes à atividade escolar, considerando as complexas relações entre as dimensões social, afetiva e institucional que permeiam o processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa teve como objetivo principal analisar como a escuta, o acolhimento e a mediação podem atuar como ferramentas fundamentais para a promoção de uma aprendizagem significativa e para a construção de vínculos mais humanizados dentro do ambiente escolar. Para tanto, utilizou-se uma metodologia qualitativa, baseada na observação participante e em registros reflexivos no diário de campo, que permitiram captar as nuances das interações e as expressões dos estudantes no cotidiano da escola. Os resultados revelaram que o desinteresse e a dispersão frequentemente observados entre os estudantes não devem ser interpretados como meras falhas ou problemas individuais, mas sim como manifestações profundas da ausência de sentido pessoal na atividade de estudo, do cansaço físico e emocional decorrente da dupla jornada de trabalho e estudo, e das condições institucionais que frequentemente fragilizam a relação dos alunos com o espaço escolar. Observou-se que as dificuldades de aprendizagem e a falta de engajamento têm raízes nas contradições sociais e culturais que atravessam o contexto educacional. A atuação do psicólogo escolar, quando orientada por uma escuta sensível e um compromisso ético-político com a transformação das condições objetivas e subjetivas da escola, mostrou-se capaz de potencializar a criação de espaços de diálogo, acolhimento e pertencimento. Essa postura contribui para reencantar a experiência educativa, resgatando o sentido da aprendizagem como processo de desenvolvimento integral, crítico e autônomo. Este trabalho destaca, portanto, a importância de uma Psicologia Escolar crítica e comprometida, que ultrapasse o diagnóstico individualizado e a medicalização

¹ - Acadêmica de Psicologia – e-mail: aninhaabreupio@gmail.com

² - Acadêmica de Psicologia – e-mail: anadocpsi@gmail.com

³ - Acadêmico de Psicologia – e-mail: paulobardan2010@gmail.com

⁴ - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá – e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁵ - Graduada em Psicologia pela UEM, Especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, Pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos pela Uninter – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

⁶ - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Pós-Graduado em Neuropsicologia pela Unopar – e-mail: bruno.silva@faculdadeunicampo.edu.br – Orientador

das dificuldades escolares, para atuar como mediadora de mudanças estruturais e afetivas. A experiência relatada evidencia que é possível, por meio da escuta e da mediação, construir pontes que aproximem estudantes, professores e a instituição, transformando a escola em um território onde o conhecimento ganha sentido e onde se cultivam sonhos, resistências e potenciais para o futuro.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Sentido da atividade de estudo. Escuta. Mediação pedagógica. Pertencimento.

RESUMEN

Este artículo presenta las experiencias vividas durante la Pasantía Básica en Psicología Escolar realizada en el Colegio Estatal de Campo Mourão, Paraná, con el propósito de reflexionar críticamente sobre los atravesamientos subjetivos e institucionales que constituyen la cotidianidad escolar en la educación pública. A partir de la Psicología Histórico-Cultural, se adoptó un enfoque que valora la comprensión de los sentidos atribuidos por los estudiantes a la actividad escolar, considerando las complejas relaciones entre las dimensiones social, afectiva e institucional que atraviesan el proceso de enseñanza-aprendizaje. La investigación tuvo como objetivo principal analizar cómo la escucha, la acogida y la mediación pueden actuar como herramientas fundamentales para la promoción de un aprendizaje significativo y para la construcción de vínculos más humanizados dentro del ambiente escolar. Para ello, se utilizó una metodología cualitativa, basada en la observación participante y en registros reflexivos en un diario de campo, que permitieron captar las particularidades de las interacciones y las expresiones de los estudiantes en la vida cotidiana de la escuela. Los resultados revelaron que el desinterés y la dispersión frecuentemente observados entre los estudiantes no deben ser interpretados como meras fallas o problemas individuales, sino como manifestaciones profundas de la ausencia de sentido personal en la actividad de estudio, del cansancio físico y emocional derivado de la doble jornada de trabajo y estudio, y de las condiciones institucionales que a menudo debilitan la relación de los alumnos con el espacio escolar. Se observó que las dificultades de aprendizaje y la falta de compromiso tienen raíces en las contradicciones sociales y culturales que atraviesan el contexto educativo. La actuación del psicólogo escolar, cuando orientada por una escucha sensible y un compromiso ético-político con la transformación de las condiciones objetivas y subjetivas de la escuela, mostró ser capaz de potenciar la creación de espacios de diálogo, acogida y pertenencia. Esta postura contribuye a reencantar la experiencia educativa, rescatando el sentido del aprendizaje como proceso de desarrollo integral, crítico y autónomo. Este trabajo destaca, por lo tanto, la importancia de una Psicología Escolar crítica y comprometida, que supere el diagnóstico individualizado y la medicalización de las dificultades escolares, para actuar como mediadora de cambios estructurales y afectivos. La experiencia relatada evidencia que es posible, a través de la escucha y la mediación, construir puentes que acerquen a estudiantes, profesores e institución, transformando la escuela en un territorio donde el conocimiento cobra sentido y donde se cultivan sueños, resistencias y potencialidades para el futuro.

Palabras clave: Psicología Escolar. Sentido de la actividad de estudio. Escucha. Mediación pedagógica. Pertenencia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciamos este artigo trazendo a compreensão de que a escola pública brasileira é mais do que um espaço de transmissão de conteúdos: ela é, sobretudo, um território simbólico onde se desenrolam múltiplas tramas sociais, afetivas e políticas. A escolha pelo Colégio Estadual de Campo Mourão como campo de estágio não foi apenas circunstancial, mas profundamente significativa, pois se trata de uma instituição pública que carrega em seus muros e corredores as marcas das contradições sociais do nosso tempo. Inserir-se nesse espaço enquanto estagiário de Psicologia Escolar foi, antes de tudo, aceitar o convite para uma escuta radical, comprometida e transformadora.

A Psicologia Escolar, historicamente atravessada por práticas de medicalização, individualização dos problemas escolares e atuação desvinculada da realidade institucional, vem se reposicionando nas últimas décadas a partir de uma perspectiva crítica. Nesse novo posicionamento, o psicólogo escolar é convocado a abandonar o lugar do “perito do comportamento” e a assumir o papel de mediador, de facilitador de diálogos, de leitor sensível das múltiplas vozes que habitam a escola. É nesse sentido que este artigo foi construído: como testemunho de uma experiência que buscou escutar para além das palavras, acolher o que muitas vezes se apresenta em silêncio e intervir não para corrigir sujeitos, mas para problematizar contextos.

A proposta inicial do estágio, conforme estabelecido pelo plano de trabalho, era observar a dinâmica institucional e realizar intervenções com base nas demandas identificadas. No entanto, desde os primeiros contatos com a escola, percebemos que a escuta ativa e a presença sensível já configuravam, por si só, uma forma potente de intervenção. Cada conversa com um estudante, cada desabafo de um professor, cada silêncio compartilhado no pátio ou no corredor se revelou uma oportunidade de compreender a complexidade do cotidiano escolar. A Psicologia, nesse cenário, não se limitou ao consultório nem à sala de atendimento, mas se fez presente no café compartilhado com a coordenação, na escuta das queixas informais e na observação atenta do ritmo próprio da escola.

O objetivo geral deste trabalho consiste em contribuir para o reencantamento da escola como espaço de construção de sentidos e vínculos, rompendo com a lógica da fragmentação e da desumanização. Os objetivos específicos, por sua vez, visam aprofundar a análise crítica da experiência educativa, fomentar o diálogo entre os diferentes atores escolares e

valorizar a subjetividade dos estudantes como ponto de partida para qualquer ação transformadora. O problema que nos moveu desde o início pode ser formulado em uma pergunta simples, mas carregada de implicações: por que tantos estudantes não se reconhecem mais na escola?

A hipótese que orienta esta reflexão é a de que o esvaziamento do sentido da atividade de estudo, aliado à precarização das condições de trabalho e estudo, impacta diretamente na forma como os sujeitos se relacionam com o espaço escolar. Frente a isso, acredita-se que a atuação do psicólogo escolar, pautada na escuta, no diálogo e na mediação crítica, pode contribuir significativamente para a reconfiguração dessas relações. Como metodologia, adotamos a pesquisa qualitativa, ancorada na observação participante e na análise crítica das interações escolares, com base na Psicologia Histórico-Cultural.

Este artigo é, portanto, uma tentativa de devolver à escola o seu caráter de espaço de formação integral, de território de afetos, de lugar onde a Psicologia pode, sim, fazer diferença – não ao impor verdades, mas ao construir caminhos junto com aqueles que vivem e resistem cotidianamente nesse cenário tão desafiador quanto potente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre Psicologia e escola é marcada por transformações profundas. Inicialmente centrada em diagnósticos individuais e na identificação de déficits, a Psicologia Escolar foi muitas vezes utilizada como ferramenta para justificar o fracasso escolar através da patologização do aluno. Como aponta Patto (1999), a escola pública brasileira frequentemente reproduz desigualdades sociais ao responsabilizar o aluno por dificuldades que, na verdade, têm raízes estruturais. O fracasso escolar é, muitas vezes, atribuído ao sujeito – e não às condições em que ele está inserido.

A partir da década de 1980, esse paradigma começou a ser questionado por psicólogos comprometidos com uma perspectiva crítica e socialmente engajada. Nesse movimento, a Psicologia Escolar deixou de se limitar ao consultório e passou a ocupar os espaços coletivos da escola, considerando os fatores institucionais, sociais e históricos que influenciam o processo educativo. Meira e Tanamachi (2003) destacam que o papel do psicólogo escolar não deve ser o de adaptar o aluno à escola, mas sim o de transformar a própria instituição a partir de práticas comprometidas com a escuta, a participação e a construção coletiva.

Nesse contexto, a Psicologia Histórico-Cultural oferece uma base teórica sólida para repensar a prática do psicólogo escolar. Fundamentada nas obras de Lev Vigotski, A. N. Leontiev e A. R. Luria, essa abordagem compreende o desenvolvimento humano como um processo dialético e mediado historicamente. Para Vigotski (2000), a aprendizagem não é um fenômeno isolado e interno, mas uma construção social mediada por instrumentos culturais e relações interpessoais.

Processo de Aprendizagem na Perspectiva Histórico-Cultural

A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), proposta por Vigotski (2000), evidencia que o desenvolvimento cognitivo é potencializado por meio da interação com adultos ou pares mais experientes. Assim, o processo de ensino não deve ser meramente transmissivo, mas organizador do pensamento e mediador do desenvolvimento. A aprendizagem, nesse modelo, precede o desenvolvimento e o impulsiona, sendo fundamental para a formação das funções psicológicas superiores.

Leontiev (1983), por sua vez, destaca a centralidade da atividade como categoria fundante da consciência. A relação do sujeito com o mundo e a apropriação do conhecimento são determinadas pelas motivações que orientam suas ações. Na escola, isso significa que o sentido pessoal atribuído à atividade de estudo tem papel determinante na aprendizagem. Se o estudante não encontra relevância naquilo que estuda, a atividade pedagógica perde seu potencial formativo.

Essa tese é corroborada pelos estudos de Flávia Asbahr (2011), que investigou os sentidos atribuídos à atividade de estudo por alunos do ensino fundamental. A autora constata que muitos estudantes não veem sentido no que estudam, reduzindo a escola a um espaço meramente instrumental. Asbahr (2011) afirma que para que a aprendizagem escolar se efetive, as ações de estudo dos estudantes precisam carregar um sentido pessoal que dialogue com os motivos e os significados sociais da atividade de estudo. Quando essa conexão não ocorre, o processo educativo se torna esvaziado, e o fracasso escolar, muitas vezes, é uma consequência inevitável.

Fragmentação do Sentido da Atividade de Estudo

A fragmentação do sentido da atividade de estudo se expressa na visão utilitarista que muitos alunos têm da escola: estudar para evitar a marginalização, garantir um diploma ou

atender expectativas externas. Esse esvaziamento do sentido formativo compromete o desenvolvimento do pensamento teórico e crítico, conforme almejado pela proposta histórico-cultural. Como reforçam Tuleski e Eidt (2007), as dificuldades de aprendizagem não devem ser vistas como falhas individuais, mas como expressões de um sistema educativo que muitas vezes ignora as mediações necessárias para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A Importância da Escuta e da Participação dos Estudante

Para reverter esse cenário, é urgente reorganizar o processo pedagógico a partir da escuta ativa dos estudantes. A Psicologia Escolar crítica propõe que o psicólogo atue como facilitador de processos de escuta e diálogo, promovendo práticas inclusivas e reflexivas que envolvam toda a comunidade escolar. Como defendem Meira e Tanamachi (2003), o lugar do psicólogo escolar deve ser construído em articulação com os sujeitos da escola e comprometido com a transformação institucional.

A escuta, nesse sentido, não é apenas uma técnica, mas uma postura ética e política. Ela permite que as queixas escolares sejam ressignificadas como expressões legítimas de sofrimento, resistência ou desejo. A escuta possibilita também a valorização das narrativas dos estudantes e dos educadores, promovendo práticas pedagógicas mais conectadas com a realidade vivida.

Como ressaltam Tuleski e Eidt (2007), mediadores apropriados e consistentes podem exercer um papel transformador e revolucionário no processo de aprendizagem. Sendo assim, a escuta qualificada e a mediação sensível são caminhos possíveis para que a escola recupere sua função social de formação crítica e emancipatória. A Psicologia Escolar, nesse contexto, pode atuar como uma ponte entre sujeitos e instituições, entre o sofrimento e a transformação, entre o silêncio e a possibilidade de dizer e de ser ouvido.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir da observação participante no contexto do Colégio Estadual de Campo Mourão, durante o Estágio Básico em Psicologia Escolar. A escolha dessa abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de apreender a complexidade das interações humanas no ambiente escolar, com seus aspectos subjetivos, culturais e sociais, os quais não se restringem a dados quantitativos ou mensurações objetivas.

A observação participante permitiu uma imersão no cotidiano da escola, possibilitando captar nuances que muitas vezes passam despercebidas nas abordagens tradicionais. Durante as atividades de estágio, foram realizadas observações sistemáticas das dinâmicas de sala de aula, interações entre alunos, professores e demais profissionais, bem como dos espaços comuns, como pátios e corredores. Essa observação buscou identificar elementos que interferem na relação dos estudantes com o processo educativo, tais como tensões, resistências, formas de comunicação, expressões afetivas e estratégias de enfrentamento.

Além das observações, foram promovidos momentos de escuta ativa por meio de conversas informais e entrevistas não estruturadas com estudantes e profissionais da escola. Essas interações foram fundamentais para captar relatos pessoais, percepções e sentimentos que enriquecem a compreensão da realidade escolar, aproximando-se das vozes dos sujeitos envolvidos. A escuta foi entendida aqui não apenas como uma coleta de informações, mas como uma prática interventiva, capaz de criar vínculos e espaços de acolhimento.

A análise dos dados foi realizada a partir da abordagem da Psicologia Histórico-Cultural, considerando que as práticas e experiências individuais são inseparáveis dos contextos sociais e culturais em que se inserem. Desse modo, buscou-se interpretar os fenômenos observados à luz das contradições sociais que permeiam a escola pública, reconhecendo que as dificuldades apresentadas pelos estudantes refletem, em grande medida, questões estruturais e históricas.

A ética foi cuidadosamente observada em todas as etapas da pesquisa, garantindo o anonimato e o respeito às vozes dos participantes. O estágio contou com autorização formal da instituição escolar, e o consentimento informado dos estudantes e profissionais que participaram das entrevistas e das interações.

Por fim, cabe destacar que os procedimentos metodológicos aqui adotados não se limitaram à coleta de dados, mas se configuraram como parte integrante da intervenção psicológica, reforçando o compromisso crítico e transformador que norteia este trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste trabalho é pautado nas observações realizadas junto à turma do 2º ano do Colégio Estadual de Campo Mourão, que revelaram um cenário multifacetado, onde se entrelaçam tensões, resistências e possibilidades de transformação. A escola se apresenta como um microcosmo das contradições sociais que atravessam a realidade brasileira, e as experiências

vivenciadas durante o estágio confirmam que o processo educativo vai muito além da simples transmissão de conteúdos.

Desde o início das observações, ficou evidente que o comportamento disperso dos estudantes não poderia ser reduzido a uma mera questão de desinteresse ou indisciplina. Ao contrário, esse comportamento revela as complexas dificuldades enfrentadas por esses jovens, que muitas vezes acumulam jornadas exaustivas entre trabalho e estudo, como apontado pela reflexão crítica fundamentada em Vigotski (2000). A exaustão física e emocional aparece como uma barreira real ao engajamento escolar, destacando a importância de compreendermos o sujeito escolar em sua totalidade, incluindo suas condições de vida e suas histórias.

Outro ponto crucial que emergiu foi a influência das diferentes posturas docentes sobre a participação e motivação dos alunos. A rigidez e a falta de acolhimento mostraram-se fatores que reforçam o afastamento dos estudantes, enquanto a escuta sensível e o respeito às suas vozes favoreceram uma maior abertura e disposição para o diálogo. Esta constatação corrobora as ideias de Meira e Tanamachi (2003), que defendem a Psicologia Escolar como agente de transformação das relações institucionais, promovendo espaços de diálogo e escuta ativa.

Os relatos dos alunos acerca da escola como mero instrumento para evitar a marginalização social ou garantir um emprego reforçam o esvaziamento do sentido da atividade de estudo, como discutido por Asbahr (2011). Tal percepção utilitarista da escola compromete a apropriação crítica do conhecimento e dificulta a construção de autonomia, mostrando a necessidade urgente de práticas pedagógicas que conectem o conteúdo escolar à realidade concreta dos estudantes, conferindo-lhe significado e relevância.

Sob o olhar da Psicologia Histórico-Cultural, especialmente nas contribuições de Leontiev (1983) e Vigotski (2000), o estudo deve ser compreendido como uma atividade que transcende a memorização e decorre do desenvolvimento do pensamento crítico e da ampliação dos horizontes cognitivos. Para isso, o conhecimento precisa tocar o aluno profundamente, acendendo uma luz que o motive a atravessar a ponte do aprendizado. No entanto, a realidade observada indica que, muitas vezes, a escola fala uma língua incompreensível ou inacessível para os estudantes, o que dificulta sua participação efetiva no processo educativo.

Além disso, conforme apontado por Tuleski e Eidt (2007), as dificuldades de aprendizagem, dispersão e desatenção não podem ser vistas como problemas exclusivos dos

alunos, mas sim como manifestações de um sistema educativo que falha em criar conexões significativas e espaços de pertencimento. Esses "gritos silenciosos" indicam a necessidade de uma Psicologia Escolar que se coloque como mediadora crítica, que escute mais e rotule menos, que valorize as subjetividades e que busque transformar as condições objetivas que dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o estágio realizado não apenas permitiu a coleta de dados e observações, mas se configurou como um espaço de intervenção reflexiva, em que a escuta atenta e o diálogo tornaram-se ferramentas essenciais para compreender e, em alguma medida, transformar a realidade escolar. Este processo evidencia a potência da Psicologia Escolar comprometida com a construção de sentidos, vínculos e cidadania, mesmo diante de um cenário marcado por desafios estruturais e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações realizadas ao longo do estágio revelaram um conjunto de elementos que apontam para a complexidade das relações estabelecidas no ambiente escolar e suas implicações para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes. Entre os resultados mais evidentes, destaca-se o comportamento disperso e a desmotivação, que a princípio poderiam ser interpretados como simples “falta de interesse”, mas que, a partir de uma análise mais cuidadosa, se mostram sintomas de uma realidade social e emocional muito mais profunda.

O relato dos estudantes, permeado por conversas informais sobre temas como drogas, alcoolismo e as dificuldades cotidianas, evidenciou conflitos que ultrapassam os limites da sala de aula e se refletem diretamente na postura adotada diante dos estudos. Essa constatação reforça a crítica feita por Patto (2000) sobre a tendência da escola pública em individualizar as dificuldades dos alunos, negligenciando o contexto social que as produz. Assim, o que se vê são jovens carregando em suas mochilas, não apenas materiais escolares, mas também o peso de suas histórias, responsabilidades e exaustão, conforme apontado por Vigotski (2000).

Outro resultado importante foi a percepção da influência significativa que as posturas docentes exercem sobre o engajamento dos estudantes. Professores que adotavam uma postura rígida e pouco acolhedora reforçavam o afastamento dos alunos, enquanto aqueles que promoviam espaços de escuta e diálogo favoreciam uma atenção mais significativa e uma relação mais próxima com os estudantes. Este achado corrobora as perspectivas defendidas por Meira e

Tanamachi (2003), que entendem a Psicologia Escolar como um espaço de mediação e transformação das relações institucionais.

Os relatos sobre o sentido atribuído à escola foram particularmente reveladores. A visão utilitarista predominante, que enxerga a escola como mero meio para evitar a marginalização social ou garantir um emprego, traduz o esvaziamento do sentido da atividade de estudo destacado por Asbahr (2011). Essa desconexão entre o conteúdo escolar e a realidade dos estudantes dificulta a construção de autonomia e pensamento crítico, evidenciando uma organização pedagógica que falha em fazer o conhecimento dialogar com a vida dos alunos.

A análise à luz da Psicologia Histórico-Cultural reforça que a atividade de estudo deve ser compreendida como um processo dinâmico, que não se limita à memorização, mas visa o desenvolvimento integral do sujeito. Leontiev (1983) e Vigotski (2000) destacam que o aprendizado verdadeiro ocorre quando o conhecimento torna-se significativo, criando pontes que ampliam os horizontes do estudante. No entanto, a realidade observada indica que essas pontes frequentemente se encontram desmoronadas, tornando a escola um espaço de desconexão e afastamento.

Além disso, as dificuldades de aprendizagem e a dispersão observadas não podem ser atribuídas exclusivamente às limitações dos estudantes, mas devem ser compreendidas como “gritos silenciosos” de um sistema que falha em construir sentidos e pertencimento, conforme apontam Tuleski e Eidt (2007). Essa compreensão exige uma atuação da Psicologia Escolar que ultrapasse o diagnóstico e o rótulo, investindo na escuta e na mediação crítica para transformar as condições objetivas e subjetivas do ambiente escolar.

Portanto, os resultados do estágio apontam para a necessidade urgente de repensar as práticas pedagógicas e institucionais, promovendo uma escola que valorize a escuta, acolha as singularidades e construa sentidos compartilhados. A Psicologia Escolar, nesse contexto, emerge como uma força transformadora, capaz de mediar a complexidade das relações escolares e contribuir para um ambiente mais humano, inclusivo e significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada durante o estágio em Psicologia Escolar no Colégio Estadual de Campo Mourão revelou a escola como um espaço carregado de desafios, mas também de

potências para a transformação. O cenário observado, marcado por dispersões, tensões e resistências, é também atravessado por possibilidades de escuta, acolhimento e construção de vínculos que dão sentido ao processo educativo.

Ficou claro que o comportamento disperso e a desmotivação dos estudantes não são meros sintomas de desinteresse, mas expressões profundas das contradições sociais e das condições de vida que pesam sobre seus ombros. Reconhecer essa realidade é fundamental para que a Psicologia Escolar possa exercer seu papel para além do diagnóstico e da rotulação, assumindo uma postura de mediação crítica, diálogo e transformação.

A escuta sensível, a valorização das narrativas dos estudantes e a construção de espaços institucionais que promovam o diálogo e o respeito mútuo se apresentam como caminhos essenciais para resgatar o sentido da atividade de estudo. Como indicam Vigotski (2000), Leontiev (1983) e outros autores da Psicologia Histórico-Cultural, o aprendizado acontece quando o conhecimento se torna ponte para o desenvolvimento integral, para a autonomia e para a ampliação dos horizontes.

Assim, este trabalho reafirma a importância de uma Psicologia Escolar que esteja comprometida não com a mera adaptação dos sujeitos às condições dadas, mas com a transformação dessas condições, contribuindo para que a escola se torne, verdadeiramente, um território de formação humana, de cidadania e de sonhos. É nesse terreno, por vezes árido, que se pode semear a esperança e colher os frutos de uma educação crítica, inclusiva e significativa.

Por fim, ressalta-se que o caminho é desafiador e exige empenho constante, mas é justamente nesse desafio que reside a potência da Psicologia Escolar enquanto instrumento de transformação social e educacional. O desafio é grande, é verdade, mas é nele que mora também a potência: fazer da escola um espaço onde se criam sentidos, se formam cidadãos e se semeiam sonhos, ainda que o terreno, às vezes, pareça árido. Que este relato possa inspirar práticas que escutem, acolham e transformem, dando voz e vez aos sujeitos que vivem e resistem na escola pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, F. da S. F. “Por que aprender isso, professora?”: sentido pessoal e atividade de estudo

na Psicologia Histórico-Cultural. São Paulo: UNESP, 2017.

LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1983.

MEIRA, M. E. M.; TANAMACHI, E. R. Psicologia Escolar: práticas críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. São Paulo: USP, 2000.

TULESKI, S. C.; EIDT, N. M. Repensando os distúrbios de aprendizagem a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 3, p. 531-540, 2007.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

DE OLHO NO FUTURO: COMO A ANÁLISE DA PeNSE NOS ANOS DE 2009-2019 NAS ESCOLAS DE CURITIBA PODE ESTRUTURAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Matheus Mendes Pascoal¹ – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão
Talyan Clavisso Pereira² – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão
Tamiris Tainara Derr³ – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão
Marina Pereira Mori⁴ – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão
Sandra Garcia Neves⁵ – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

GRUPO DE TRABALHO: 14

RESUMO

O presente trabalho visa analisar como os estudantes e sujeitos usuários das políticas públicas e educacionais compreendem e se relacionam com as ações e programas sociais desenvolvidos e relacionados com os fatores familiares que podem impactar na educação como a violência escolar e psicológica que contribuem para a evasão escolar e outros índices que podem ser analisados através dos indicadores da pesquisa nacional em saúde escolar (PeNSE). Recorremos, portanto, à análise de artigos e levantamento de dados quantitativos e qualitativos, para compreensão do comportamento psicológico dos estudantes através das políticas educacionais e psicologia política. O material construído e analisado abarca as seguintes categorias: Aspectos para Análise da Psicologia Política; Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE); Comportamento e Violência; Características da (PeNSE) e Violência Escolar. Durante a adolescência ocorre muitas modificações nos hábitos, desenvolvimentos e transformações nas fases de desenvolvimento humano e construção da identidade, que depende dos momentos vivenciados, pois a sociedade influencia para a construção da identidade pessoal, as relações sociais, sofrimentos durante a vida, impacta psicologicamente e fisicamente a formação do adolescente. Um dos temas debatidos é a violência escolar que é crescente em diversos países, no Brasil a violência é destaque no ambiente familiar e social, levando a insegurança, desistência dos estudos e outros fatores.

Palavras-chave: Pesquisa Nacional de Saúde Escolar; PeNSE; Comportamento e Violência; Violência Escolar.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar cómo los estudiantes y sujetos usuarios de políticas públicas y educativas comprenden y se relacionan con las acciones y programas sociales desarrollados y relacionados con los factores familiares que pueden impactar la educación, como la violencia escolar y psicológica que contribuyen a la deserción escolar y otros índices que pueden ser analizados a través de indicadores de la encuesta nacional de salud escolar (PeNSE). Por ello, recurrimos al análisis de artículos y a la recopilación de datos

¹ - Mestre em Sociedade e Desenvolvimento – e-mail: matheus_mendes15@hotmail.com

² - Mestre em Sociedade e Desenvolvimento – e-mail: talyanclavisso@hotmail.com

³ - Mestranda em Sociedade e Desenvolvimento – e-mail: talyanclavisso@hotmail.com

⁴ - Mestranda em Sociedade e Desenvolvimento – e-mail: morimarinapereira@gmail.com

⁵ - Doutora em Educação – e-mail: sandra.neves@ies.unespar.edu.br

cuantitativos y cualitativos para comprender el comportamiento psicológico de los estudiantes a través de las políticas educativas y la psicología política. El material construido y analizado abarca las siguientes categorías: Aspectos para el Análisis de la Psicología Política; Encuesta Nacional de Salud Escolar (PeNSE); Comportamiento y Violencia; Características de la (PeNSE) Violencia Escolar. Durante la adolescencia se producen muchos cambios en los hábitos, desarrollos y transformaciones en las fases del desarrollo humano y construcción de la identidad, que dependen de los momentos vividos, pues la sociedad influye en la construcción de la identidad personal, las relaciones sociales, el sufrimiento durante la vida, impacta psicológica y físicamente en la formación del adolescente. Uno de los temas abordados es la violencia escolar, que está en aumento en varios países. En Brasil, la violencia tiene una presencia destacada en el entorno familiar y social, generando inseguridad, deserción escolar y otros factores.

Palabras clave: Encuesta Nacional de Salud Escolar; PENSAR; Comportamiento y Violencia; Violencia escolar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O propósito central neste artigo é analisar a percepção e a relação dos estudantes sujeitos usuários das políticas públicas e educacionais associado aos fatores sociais e familiares que possam influenciar na educação. Neste estudo destacamos a análise aprofundada dos impactos da violência escolar e psicológica de estudantes do 9º ano e alguns elementos críticos que contribuem para a evasão e o baixo rendimento escolar na perspectiva dos indicadores da Pesquisa Nacional em Saúde Escolar (PeNSE) com objetivo de analisar dados relevantes da PeNSE no contexto da violência escolar, apresentando como objetivos específicos: compreender como as experiências vividas pelos estudantes interferem na incidência da violência escolar; identificar as áreas de intervenção para contribuição no desenvolvimento de políticas públicas; refletir sobre a complexa interseção entre as políticas públicas e educacionais e as experiências vividas pelos estudantes no âmbito familiar.

Para alcançarmos esses objetivos fundamentamos nossa pesquisa em revisão analítica de artigos científicos e na coleta de dados tanto quantitativos quanto qualitativos. Com isso, compreenderemos como a violência escolar influenciam diretamente na permanência dos estudantes no ambiente educacional, e também nos proporciona refletirmos sobre a complexa interseção entre as políticas públicas e educacionais e as experiências vividas pelos estudantes no âmbito familiar.

Neste estudo, analisamos os dados estatísticos da Pesquisa Nacional em Saúde Escola (PeNSE) utilizando de uma abordagem metodológica que busca, além de quantificar os fenômenos relacionados à evasão escolar e à violência, compreender os aspectos qualitativos que permeiam a vivência desses estudantes, principalmente a violência escolar, muitas vezes proveniente do contexto familiar e que pode ser um fator determinante na decisão dos estudantes em abandonar os estudos. A compreensão dessa relação é crucial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e de combate a esse fenômeno, bem como para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas desse público.

Nessa pesquisa adotaremos uma abordagem quali-quantitativa, ou seja, combinaremos métodos quantitativos e qualitativos com intuito de analisarmos abrangente e aprofundadamente o tema. Inicialmente, revisamos sistematicamente a literatura sobre violência escola na PeNSE, exploramos artigos acadêmicos, documentos governamentais e relatórios técnicos relacionados à psicologia política, políticas educacionais, violência escolar e pesquisas nacionais em saúde escolar. Referente a coleta de dados, limitamos àqueles relacionados ao comportamento dos estudantes, à violência escolar e às características do ambiente familiar, com intuito de compreendermos as nuances psicológicas subjacentes às experiências vivenciadas. Nossa análise de dados se deu por meio de técnicas estatísticas para os dados quantitativos e análise de conteúdo para os dados qualitativos. Ao final, apresentamos algumas conclusões embasadas e recomendações práticas para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, visando a criação de um ambiente escolar mais saudável e propício ao pleno desenvolvimento dos estudantes.

Observamos lacunas existentes na literatura e nas pesquisas empíricas sobre como os elementos analisados condizente com a violência se entrelaçam e impactam diretamente nos índices de evasão escolar e portanto, demanda uma investigação mais aprofundada. Buscamos com esse estudo contribuir para a formulação de pesquisas para fornecer subsídios nas políticas educacionais, construindo um ambiente escolar mais seguro e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para abordarmos sobre o comportamento dos estudantes do 9º utilizaremos a PeNSE especificamente quando trata dos seguintes temas: características gerais, contexto familiar, saúde

mental, segurança e violências. Nossa pesquisa teve abordagem metodológica quanti-qualitativa, de revisão bibliográfica dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) entre os anos de 2015 e 2019 do estado do Paraná e de 2009, 2012, 2015 e 2019 do município de Curitiba/PR. A PeNSE é realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde com apoio do Ministério da Educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Revisamos sistematicamente a literatura e exploramos artigos acadêmicos, documentos governamentais e relatórios técnicos relacionados à psicologia política, políticas educacionais, violência escolar e pesquisas nacionais em saúde escolar. Utilizamos análise de conteúdo como instrumento, pois, essa técnica é definida por regras de organização, categorização e tratamento de dados, dentro de um processo de elaboração de resultados, orientado em duas premissas: organização pelas características do material e análise conforme objetivos traçados (Castro, Sarriera, 2011).

A análise de conteúdo proposta por Bardin é relevante quando associada a pesquisas em Psicologia Política por sua flexibilidade de adaptação, dentre as fronteiras da linguística tradicional e a hermenêutica, associado a maneira como o pesquisador descreve sua mediação entre os dados brutos e evidentes e a transformação pela interpretação dos resultados organizados. Desta forma, considera o ser humano uma realidade objetiva dentro de uma sociedade, mas também sua realidade subjetiva, em uma perspectiva de atividade, sujeito de vivências, analisa sob uma circunstância de que não são variáveis isoladas, mas fazem parte de um contexto da realidade (Castro, Sarriera, 2011). As fases de análise de conteúdo são divididas em três etapas:

1) pré-análise: analisamos os dados disponíveis na página da PeNSE realizando uma leitura flutuante sobre os dados e temáticas apresentados entre os anos de 2015 e 2019 do estado do Paraná e de 2009, 2012, 2015 e 2019 do município de Curitiba/PR. Esta primeira etapa possibilitou o conhecimento dos indicadores gerais apresentados na pesquisa e o preparo do material para a fase posterior.

2) A exploração do material: Identificamos que a PeNSE está organizada em um conjunto de indicadores comparáveis dos temas abordados na pesquisa, organizados em 14 temáticas. Nesta fase categorizamos os dados brutos, selecionando as temáticas de relevância para a

discussão acerca da violência escolar, sendo elas: características gerais, contexto familiar, saúde mental e segurança e violências.

3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: acerca da violência no contexto familiar e educacional os dados elencados, formulamos tabelas para melhor análise comparativa dos dados anuais e nesta fase, com base na análise interpretativa dos autores sustentada por uma revisão bibliográfica, sendo possível o tratamento dos resultados, possibilitando um diálogo entre as temáticas e uma compreensão dos fatores relevantes para a discussão da problemática apresentada no artigo. Com isso, dentre as variáveis analisadas na pesquisa estão os aspectos socioeconômicos; contexto social e familiar; fatores para doenças crônicas não transmissíveis (tabagismo, sedentarismo, consumo de álcool); experimentação e consumo de drogas; saúde sexual e reprodutiva; violência, segurança e acidentes; percepção da imagem corporal; uso de serviços de saúde; dentre outros pois estes fatores influenciam na vida do sujeito e em sua vivência social.

Destacamos que a PeNSE é uma pesquisa realizada com estudantes que frequentam escolas públicas e privadas. A pesquisa não é representativa dos adolescentes brasileiros de modo generalizado, mas sim, dos que frequentam a escola. A pesquisa realizada no ano de 2015 divergente das anteriores, pois, surgiu da necessidade de realizar o monitoramento de idades, incluindo a faixa etária de 16-17 anos, permitindo-se a comparação de resultados com os de pesquisas realizadas em outros países. Portanto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar dados relevantes da PeNSE no contexto da violência escolar, considerando esse tema como de grande importância para os campos da educação e da psicologia. Recorremos, portanto, à análise de artigos e levantamento de dados para compreensão do comportamento violento/psicológico dos estudantes, através das políticas educacionais e da psicologia política.

DESENVOLVIMENTO

Durante a adolescência ocorrem modificações na consolidação de hábitos. Nesta fase do desenvolvimento ocorrem muitas transformações importantes e os adolescentes vivenciam e experimentam comportamentos que podem ser considerados como fatores de risco para o uso do tabaco, álcool, alimentação inadequada, sedentarismo, fatores de risco para saúde tanto física quanto mental, afetando sua vivência (Oliveira et al, 2017). A construção da identidade do indivíduo ocorre durante toda sua vida e depende da sua cultura e da sociedade em que está

inserido. Porém em alguns momentos observamos crises de identidade que acontecem com a maioria dos adolescentes, resultando em aspectos de sua identidade pessoal e social (Lepre, 2003).

Dentre as diversas características da adolescência, um tema relevante a ser discutido é a violência, pois o comportamento violento é modulado por meio da sociedade e de suas relações sociais e sofrimentos que durante a vida a pessoa possa viver, seja física, psicológica e demais tipos de violência (Castro et al, 2011). Segundo Marty (2006) é frequente a violência estar dentre os diversos fatores que impactam a formação do adolescente, porém nem sempre é aquela atuada, e sim a dita “comum” ao próprio processo adolescente e sua construção social. Segundo Almeida et al (2012), a violência entre os adolescentes é um problema grave enfrentado nas escolas, complexo e caracterizado como violência juvenil, desperta crescente pesquisas pelo menos nas três últimas décadas. Entre as caracterizações da violência, é destacado o bullying, insulto, intimidação e outras facetas que podem ser observadas no contexto escolar sobre a violência (Almeida et al, 2012).

A violência escolar tem sido um fator de crescimento em diversos países, a exemplo do Brasil. Este fenômeno nos permite compreender o contexto da violência com destaque no cenário escolar pois, depois do ambiente familiar, é o espaço de maior convívio social destes indivíduos (Nesello et al, p.120, 2014). Os dados mais incidentes de violência neste contexto são descritos por Castro et al (2011, p. 1056):

Os dados sobre violência entre escolares de todas as capitais brasileiras mostram episódios de embriaguez (22,1%), uso de drogas ilícitas (8,7%), insegurança no trajeto casa-escola (6,4%), insegurança na escola (5,5%), briga com agressão física (12,9%), agressão física por um adulto da família (9,5%), envolvimento em brigas nas quais houve uso de arma branca (6,1%) e de fogo (4,0%).

Segundo Romeiro et al (2021) os principais fatores relacionados a violência escolar estão em perfis associados ao sexo masculino, consumo de drogas lícitas e ilícitas, residir em locais violentos, baixa adesão em presença na escola, conflitos familiares, pouca supervisão parental e sintomas depressivos. A violência escolar pode afetar de maneira negativa o desempenho acadêmico referente a frequência escolar, causando danos físicos e psicológicos, aumentando a sensação de insegurança no ambiente e em sua ida e retorno para o domicílio (Romeiro et al, 2021) A violência no contexto da escola pública não tem recebido atenção devida, afeta inclusive

as relações entre professores e alunos, vários atos violentos passam a serem banalizados e o desrespeito predominante (Silva, Sales, 2010).

Segundo Malta et al (2014) a insegurança é um quesito relevante no trajeto casa-escola pois impacta diretamente o estudante sendo um fator que pode levar a desistência dos estudos no ensino fundamental, médio ou graduação. O sentimento de pertencimento e segurança é essencial para que o estudante possua melhor adesão à presença escolar, fazendo-se necessária a questão da segurança no ambiente escolar vivenciado em todo trajeto. A insegurança é um dado que aparece com maior frequência nas escolas públicas, podendo refletir as desigualdades sociais e uma distribuição desigual da violência. Muitas destas escolas se localizam em locais de risco, com incidentes casos de violência ao seu entorno podendo justificar a maior percepção de violência e envolvimento dos escolares nestas situações do contexto social. Os casos de violência escolar mais recentes no Brasil se configuram como na mudança da educação e perspectivas do contexto de violência escolar e as diversas formas de enfrentamento a violência escolar enfrentadas no país e implementar um sistema de monitoramento eficaz contra a violência (Amarante, 2023). É necessário, portanto, o mapeamento dos fatores associados e os tipos de violência no contexto escolar a uma realidade local como analisado neste artigo baseado nos dados da PeNSE para contribuir, baseado nas problemáticas evidenciadas, na formulação de políticas visando um aprimoramento no desenvolvimento humano e educacional dos adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na apresentação dos resultados da pesquisa dos anos de 2015 e 2019 observa-se uma mudança significativa das questões levantadas no ano de 2015 para o ano de 2019. Casos de agressão de âmbito familiar e escolar houve um aumento de 6,1% e 15,2% respectivamente. Questão relevante, pois há uma associação da violência vivida no contexto familiar e o impacto que esta conduta pode trazer como reprodução de comportamento vivenciado (SILVA et al, 2021). Esta condição pode resultar no aparecimento de outros dados associados a violência no ano de 2019 resultando no assédio, ameaças e ofensas, humilhação em redes sociais, bullying e briga escolar.

Tabela 1 – Agressão física e psicológica – PeNSE – Paraná (2015/2019)

Pesquisa Nacional de Saúde Escolar no Paraná (2015/2019)	2015	2019
AGRESSÃO FÍSICA E PSICOLÓGICA		
Foram agredidos (as) fisicamente por um adulto da família	14,0%	20,1%
Sentiram-se humilhados por provocações de colegas da escola, na maior parte do tempo ou sempre	8,8%	24,0%
Alguém tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do corpo contra a vontade	N/A	13,5%
Se sentiram ameaçados, ofendidos ou humilhados nas redes sociais ou aplicativo de celular	N/A	14,1%
Esculacharam, zombaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram algum(a) colega da escola, tanto que ele(a) ficou magoado	N/A	12,1%
Envolveram-se em alguma briga com luta física	N/A	13,7%
NOS 12 MESES ANTERIORES À PESQUISA		
Responderam terem sido forçados (as) a ter relação sexual	4,3%	6,8%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, s/p¹. Tabela elaborada pelos autores.

Outro fator analisado é o aumento do abuso sexual de 2,5% que responderam terem sido forçados (as) a ter relação sexual nos últimos 12 meses antes da pesquisa. Associado a isto, uma porcentagem de 13,5% de respostas em “Alguém tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do corpo contra a vontade” no ano de 2015. Quanto às questões de prevenção, observa-se que 84,3% dos adolescentes receberam orientações na escola sobre doenças sexualmente transmissíveis, porém houve uma queda quanto a orientações relacionadas à prevenção da gravidez de 1,9%. Estes dados demonstram um papel relevante da escola nas discussões de conscientização e promoção da saúde deste público. As crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam transtornos psicopatológicos significativos na formação de seu “eu”, entre essas alterações são destacadas a hipersexualização, abuso de substâncias, fugas do lar, isolamento social, agressividade, mudanças de comportamentos, perda de sono, até tentativas de suicídio. O baixo rendimento escolar e a inadequação a este ambiente são um dos resultados destes comportamentos (Habigzang, 2008).

¹ Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=resultados> >. Acesso em: 30 nov. 2023

Tabela 2 – Consumo de bebida alcoólica e drogas ilícitas – PeNSE – Paraná (2015/2019)

Pesquisa Nacional de Saúde Escolar no Paraná (2015/2019)	2015	2019
CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA		
Já tomaram uma dose de bebida alcoólica	64,2%	70,2%
Ao menos uma dose nos 30 dias anteriores à pesquisa	30,2%	Não possui avaliação
Sofreram algum episódio de embriaguez na vida	25,9%	51,1%
Consumiram bebidas alcoólicas pelo menos um dia	Não possui avaliação	34,5%
CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS		
Experimentaram drogas ilícitas	12,2%	19,0%
Consumiram drogas ilícitas nos últimos 30 dias anteriores à data da pesquisa	5,5%	Não possui avaliação

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, s/p. Tabela elaborada pelos autores.

Como citado acima, fatores associados à violência como o abuso de substâncias são apresentados nos dados da PeNSE analisados. O aumento do consumo de bebidas alcoólicas é significativo, principalmente no aumento de 25,2% relataram terem sofrido um episódio de embriaguez na vida e acesso a pelo menos uma dose de bebida alcoólica em 6%, caracterizando o aumento do consumo neste público. Consequentemente, o uso de drogas ilícitas (aumento de 6,8%) e tabaco como cigarro eletrônico é um problema significativo no contexto atual. Estas questões implicam problema de saúde pública, além de uma análise psicológica, pois esta fase é caracterizada por apresentar dificuldades de lidar com situações de estresse. Segundo Cardoso e Malbergier (2014) o círculo social nesta fase apresenta uma relação crescente com o acesso e consumo de substâncias. Ter amigos que usam álcool ou drogas aumenta a associação para o uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas, além de associação entre eles. Esta questão da socialização pode-se observar nas questões quanto se já se sentiram sozinhos na maior parte das vezes ou sempre (18,1% em 2015) e não tinham amigos próximos (3,9% em 2015 e 3,2% em 2019) que revelam que um número muito reduzido não apresenta um círculo social.

Desta forma, considerando a análise dos dados acima para compreensão do contexto da violência escolar a nível estadual, é imprescindível a análise em um contexto municipal como comparativo de dados e da realidade regional possibilitando melhor inferência e análise.

1. CARACTERÍSTICAS DA PeNSE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (2009, 2012, 2015 E 2019) E A VIOLÊNCIA ESCOLAR

Na Tabela 01 e 02 apresentamos os dados da PeNSE voltados ao Estado do Paraná dos anos de 2015 e 2019 e na tabela 03 apresentamos dados voltados ao município de Curitiba/PR dos anos de 2009, 2012, 2015 e 2019, ambas as tabelas apresentam dados significativos para análise da violência escolar.

Tabela 03 - Pesquisa Nacional de Saúde Escolar do município Curitiba-PR 2009-2019

Pesquisa Nacional de Saúde Escolar no Município de Curitiba-PR (2009-2019)	2009 (total homens e mulheres)	2012 (total homens e mulheres)	2015 (total homens e mulheres)	2019 (total homens e mulheres)
TEMA 1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS	-	-	-	-
Posse de celular	77,5 %	88,6%	92,5%	88,3%
Posse de computador e notebook em casa	76,8 %	89,9%	89,8%	75,2%
Posse de internet em casa	64,5%	86,1%	92,3%	97,0%
Mãe com ensino fundamental incompleto	22,3%	22,6%	15,7%	9,5%
Mãe com ensino médio incompleto	25,6%	27,9%	25,5%	29,8%
Mãe possui ensino superior completo	16,8%	17,9%	24,8%	26,9%
Mora com pai e mãe	62,5%	62,4%	61,2%	58,3%
Mora só com mãe	27,1%	28,1%	29,7%	30,4%
TEMA 2 – CONTEXTO FAMILIAR	-	-	-	-
Sabiam o que estava fazendo no tempo livre	59,8%	77,5%	83,6%	86,4%
Faltaram aula sem permissão dos pais	17,9%	23,8%	17,4%	17,1%

Pais entenderam problemas e preocupações dos filhos	Não possui avaliação	64,3%	63,3%	68,7%
Colegas de trabalho trataram bem ou foram prestativos	73%	79,6%	85,2%	86,9%
Sofreram bullying	33,9%	38,1%	46,1%	40,4%
TEMA 3 – SAÚDE MENTAL				
Não possuem amigos próximos	Não possui avaliação	3,1%	3,7%	2,6%
TEMA 10 – SEGURANÇA E VIOLÊNCIAS				
Não compareceram à escola por falta de segurança no caminho de casa para escola nos últimos 30 dias da pesquisa	5%	7,9%	7,6%	11,2%
Não compareceram à aula por falta de segurança no caminho da casa para escola	4,6%	6,6%	6,9%	8,2%
Não compareceram a escola devido a falta de segurança no caminho da escola ou casa	7,2%	8,5%	10,2%	12,6%
Estiveram envolvidos em luta física nos últimos 30 dias	17,6%	Não possui avaliação	Não possui avaliação	13,6%
Estiveram envolvidos em brigas nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa levantada	8%	8%	7,8%	5%
Foram agredidos por um adulto da família	9,9%	11%	12,7%	Não possui avaliação

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, s/p. Tabela elaborada pelos autores.

Na apresentação dos resultados da pesquisa dos anos de 2015 e 2019 observamos mudança significativa nos itens de investigação do ano de 2015 para o ano de 2019. Houve um aumento nos casos de agressão de âmbito familiar e escolar de 6,1% e 15,2% respectivamente. Dado relevante, pois, há associação da violência vivida no contexto familiar com o impacto que esta conduta pode trazer como reprodução de comportamento vivenciado pelos adolescentes (Silva et al, 2021). Esta condição pode resultar no aparecimento de outros dados associados a

violência no ano de 2019 resultando no assédio, ameaças e ofensas, humilhação em redes sociais, bullying e briga escolar.

Outro fator que analisamos é o aumento do abuso sexual, pois, 2,5% dos adolescentes responderam terem sido forçados (as) a ter relação sexual nos últimos 12 meses antes da pesquisa. Associada a isto, uma porcentagem de 13,5% de respostas em “Alguém tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do corpo contra a vontade” no ano de 2015. Quanto aos itens relacionados a prevenção, observamos que 84,3% dos adolescentes receberam orientações na escola sobre doenças sexualmente transmissíveis, porém houve uma queda quanto a orientações relacionadas à prevenção da gravidez de 1,9%. Estes dados demonstram a função fundamental da escola nas discussões de conscientização e promoção da saúde deste público. As crianças e os adolescentes vítimas de abuso sexual apresentam transtornos psicopatológicos significativos na formação de seu “eu”, entre essas alterações são destacadas a hipersexualização, abuso de substâncias, fugas do lar, isolamento social, agressividade, mudanças de comportamentos, perda de sono, até tentativas de suicídio. O baixo rendimento escolar e a inadequação a este ambiente é um dos resultados destes comportamentos (Habigzang, 2008).

Como citamos, fatores associados à violência como o abuso de substâncias são apresentados nos dados da PeNSE analisados. O aumento do consumo de bebidas alcoólicas é significativo, principalmente no aumento de 25,2% terem sofrido um episódio de embriaguez na vida e acesso a pelo menos uma dose de bebida alcoólica em 6%, caracterizando o aumento do consumo neste público. Consequentemente, o uso de drogas ilícitas (aumento de 6,8%) e tabaco como cigarro eletrônico é um problema significativo no contexto atual. Estes comportamentos implicam problemas de saúde pública, além de uma análise psicológica, pois esta fase é caracterizada por apresentar dificuldades de lidar com situações de estresse. Segundo Cardoso e Malbergier (2014) o círculo social nesta fase apresenta uma relação crescente com o acesso e consumo de substâncias. Ter amigos que usam álcool ou drogas aumenta a associação para o uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas, além de associação entre eles. Esta questão da socialização pode-se observar nas questões quanto se já se sentiram sozinhos na maior parte das vezes ou sempre (18,1% em 2015) e não tinham amigos próximos (3,9% em 2015 e 3,2% em 2019) que revelam que um número muito reduzido não apresenta um círculo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos dados da PeNSE do período de 2009-2019 concluímos que a violência e a educação nas escolas é um determinante social que impacta diretamente na vida de muitos adolescentes e de seus estilos de vida. Os dados apontados pela pesquisa demonstram graves impactos na vida e saúde mental.

Observamos influências dos preceitos psicanalíticos sob os adolescentes na atualidade, onde toda construção da adolescência é influenciada pelas amizades, família e o meio onde insere-se nos diversos ambientes onde convive, negligenciando evidentemente a construção da reflexões sobre esta fase, uma ausência na busca de compreensão deste processo como agregante a construção do ser humano é necessária, não apenas como consequência a mudanças biológicas, mas sim um momento de formação de suas emoções, concepções e hábitos de vida, sendo seu contexto social, familiar e escolar relevante nessa construção.

A violência como comportamento dos adolescentes é um fator que impacta diretamente na qualidade de vida da família em que o jovem é inserido, pois a formação do adolescente não é somente trabalho da escola e sim um trabalho conjunto família e escola, as consequências psicológicas que da vítima de violência principalmente no público adolescente gerado é grave, comprometendo a qualidade de vida e tornando as vulneráveis. Os adolescentes vítimas de violência durante sua trajetória de vida podem desenvolver transtornos psicológicos como: baixa autoestima, comportamento agressivo, baixa autossuficiência podendo ainda gerar depressão e ansiedade, além de transtorno alimentar e casos mais graves o suicídio.

Não se restringindo somente a agressões, mas qualquer ato que prejudique na vida de outras pessoas afetando as regras de convívio social, relações sociais e impactando na qualidade de vida. É uma questão de saúde pública e impacta na vida do indivíduo e comunidade. Podendo ser evidenciada nos diversos aspectos de brigas, manifestada através de agressões físicas, verbais, com utilização de armas brancas ou armas de fogo. A problemática ganhou relevância com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente que garante os direitos da criança e adolescente para a promoção em saúde e qualidade de vida, tornando obrigatória a notificação em casos de suspeita a violência.

Os dados demonstram que podemos pensar em uma reestruturação das políticas públicas para esse público e os efeitos no nível local e onde podemos concentrar nossas energias para

mudar essa realidade. Apesar das limitações de resultados para comparação dos anos apresentados, temos como resultado da análise que a violência pode impactar negativamente permanência dos jovens e adolescentes no ambiente escolar e consequentemente seu desempenho acadêmico e orientações relevantes para sua formação é afetado, acometendo seu desenvolvimento psicossocial e possibilidades de mudanças e visões complexas de compreensão do viés que a escola e o ensino superior possibilitam aos estudantes. Sugerimos para os trabalhos futuros pesquisas relacionadas a violência e educação, já que futuramente terá novamente a avaliação do PeNSE, é fundamental estudos para verificar pontos de melhoria, onde podemos concentrar nossos esforços para contribuição e melhoria na educação de maneira interdisciplinar ideias inovadoras e projetos em conjunto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de et al. **Psicologia Política: debates e embates de um campo interdisciplinar**. 22. ed, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www5.each.usp.br/wp-content/uploads/2019/01/psicologia_politica.pdf>. Acesso em: 8 out 2023.

AMARANTE, Suely. Violência escolar e possíveis estratégias de enfrentamento. **FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 01/09/2023 Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-escolar-e-possiveis-estrategias-de-enfrentamento>> acesso em 31 out 2023.

ALENCAR, Heloisa Moulin de; Yves de La Taille. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. **Revista Arquivos de Psicologia**, v.59, n.2, p.217-231, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v59n2/v59n2a11.pdf> Acesso em: 23 nov. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed, Presses Universitaires de France, Editora: Livraria Martins Fontes, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 8 out 2023.

CARDOSO, Luciana Roberta Donola; MALBERGIER, André. A influência dos amigos no consumo de drogas entre adolescentes. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 31, p. 65-74, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/MvH6GVHMmy9TfrdCfhvRqNP/> Acesso em: 08 out. 2023.

CASTRO, Marta de Lima et al. Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças, MT. **Revista Saúde Pública Scielo**, v.45, n.06, p.1055-1061, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/T5ypr9ZfXDLQLcQYGkYNJCs/?lang=pt> Acesso em 17 out.2023.

CASTRO, Thiago Gomes de; ABS, Daniel; SARRIERA, Jorge Castellá. Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. Psicologia: ciência e profissão, v. 31, p. 814-825, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FT97F8CvRpQLF3W46vTdK8d/> Acesso em 17 out. 2023.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.57, n.05, p. 611-614, 2004, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 out 2023.

CONSELHO, FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica CFP nº 08/2023 A PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/05/nota-tecnica-violencia-nas-escolas.pdf> Acesso em 31 out. 2023.

ELIAS, Joana Isabel da Silva Santos. **Prática desportiva, qualidade de vida, violência escolar, composição e satisfação corporal dos adolescentes algarvios**. 2014. 112f. Tese de Doutorado em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 2014.

FERNANDES, João Azevedo. **Selvagens Bebedeiras: Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial**. 2004. 392 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FERREIRA, Alan Cristian Marinho et al. A produção científica baseada na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Revista Mineira de Enfermagem**, v.26, p.01-10, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/38671>. Acesso em: 8 out 2023.

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, p. 338-344, 2008 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/7pNTLhMQStyTMvjbZCVwCVL/?lang=pt> Acesso em: 8 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – 2019** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/10056/59685>. Acesso em: 8 out 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2009-2019**. 46. ed, Brasília: Ministério da Saúde e Ministério da Economia, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf>. Acesso em: 8 out 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tema 1 – Características Gerais; Tema 2 – Contexto Familiar; Tema 3 – Saúde Mental; Tema 10 – Segurança e Violências. Séries históricas**. Curitiba Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=series-historicas/>. Acesso em: 8 out 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar Tabelas – 2009-2019 – Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do Ensino Fundamental – Municípios das Capitais** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 8 out 2023.

LEPRE, Rita Melissa. Adolescência e construção da identidade, **DocPlayer**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20743719-Adolescencia-e-construcao-da-identidade-rita-melissa-lepre.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

LOUREIRO, Ana Carla Amorin Moura; QUEIROZ, Sávio Silveira de. A Concepção de Violência Segundo Atores do Cotidiano de Uma Escola Particular – Uma Análise Psicológica. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v.25, n.04, p.546-557, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/kXYrCfFBVxZcwYDY8BSZ9jj/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 08 nov. 2023.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Situações de violência vivenciadas por estudantes nas capitais brasileiras e no Distrito Federal: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escola (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.17, n.1, p.158-171, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/HChqfnLZQwPrTzNfRbYRzVS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 08 nov. 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O método em Psicologia Política. **Revista Periódico Eletrônico em Psicologia**, v.13, n.28, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300011#:~:text=A%20psicologia%20pol%C3%ADtica%20busca%20reconstruir,em%20sua%20exterioridade%20e%20interioridade. Acesso em: 8 out 2023.

MONTERO, Maritza. Para que Psicologia Política? In: SILVA, Alessandro Soares da; CORRÊA, Felipe (org). **No interstício das disciplinaridades: a Psicologia Política**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARTY, François. ADOLESCÊNCIA, VIOLÊNCIA E SOCIEDADE. **Revista Ágora**, v.09, n.01, p.119-131, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/VqFYvwLSk438C6g7PrsQk8F/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 23 nov. 2023.

NESELLO et al. Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. **Revista Brasileira de saúde materno infantil (SciELO)**, v.14, n.02, p.117-136 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/nLZm37hJg3drFxsMSTTCLbm/#> Acesso em 05 nov 2023.

OLIVEIRA, Max Moura de et al.. Características da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE. **Revista de Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v.26, n.3, p. 605-616, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/PYkxjBTZy3hLcbLmpLpGPXS/#>. Acesso em: 8 out 2023.

PIZZINATO, Adolfo; HERNÁNDEZ, Aline Reis Calvo; SEIXAS, Conceição; MACHADO, Frederico Viana. Ódio, violência e colonialidade: questões para a Psicologia Política. **Revista Psicologia Política**, v.19, n.46, 2019. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300003.

Acesso em: 8 out 2023.

ROSA, Pablo Ornelas. Uso abusivo de drogas: da subjetividade à legitimação através do poder psiquiátrico. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v.1, n.1, p.27-32, 2010. Disponível em:

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232010000100005 Acesso em: 08 nov. 2023.

PIZZINATO, Adolfo; HERNÁNDEZ, Aline Reis Calvo; SEIXAS, Conceição; MACHADO, Frederico Viana; MACHADO, Frederico Viana. Revista Psicologia Política: reflexões psicopolíticas sobre violências, maioridade penal, luta política e precarização das condições de trabalho na sociedade brasileira. **Revista de Psicologia Política**, v.16, n.36, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200001.

Acesso em: 8 out 2023.

ROMEI

SILVA, Alessandro Soares da. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Revista de Psicologia Política** v.12, n.25, 2012.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300004 acesso em 05 nov. 2023.

SILVA, Georgia Rodrigues Reis et al. A influência da violência familiar e entre pares na prática do bullying por adolescentes escolares. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n.03, p. 4933-4943, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/yyDS4xFjTVpz3szVmW4jzRD/abstract/?lang=pt> acesso em 05 nov. 2023.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e; SALLES, Leila Maria Ferreira. A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção. **Revista Educativa (SciELO)**, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/er/a/58prxNcd4bFt6cLF9swktFL#> Acesso 05 nov. 2023.

SILVA, Julyana Gall da; TEIXEIRA, Maria Luiza de Oliveira; FERREIRA, Márcia de Assunção. Alimentação na adolescência e as relações com a saúde do adolescente. **Revista Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 23, p. 1095-1103, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/4V3SxBrzWSBCXc7PVR5YVDP/?format=pdf&lang=pt> acesso em 05 nov. 2023.

RO, Juliana Souza et al. Violência física e fatores associados em participantes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Revista Ciências. Saúde Coletiva (SciELO)**, v.26, n.2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n2/611-624/> acesso em 05 nov. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

EDUCAÇÃO EM PEQUENAS CIDADES: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE

Lucas da Silva Salmeron¹ – Unespar – Campus de Campo Mourão
Angela Maria Endlich² – UEM

GRUPO DE TRABALHO: 14: Outros temas emergentes

RESUMO

As pequenas cidades compõem uma grande parte da rede urbana brasileira. Contudo, o interesse acadêmico por essas realidades ainda é relativamente recente. Esse movimento de valorização no campo da pesquisa também deve se fazer refletir no processo de ensino e aprendizagem, especialmente no ensino de Geografia. Diante disso, o presente texto tem como proposta analisar o que vem sendo produzido sobre o tema das pequenas cidades no contexto educacional, tendo como foco as experiências didático-pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e uma análise dos Cadernos do PDE, com a finalidade de identificar e examinar as produções que abordam de algum modo o estudo das pequenas cidades. Esses trabalhos foram organizados em categorias temáticas, que serão discutidas ao longo deste artigo. A partir das contribuições dos professores participantes do PDE, torna-se evidente que há múltiplas abordagens possíveis sobre o urbano, assim como uma diversidade de estratégias didáticas e metodológicas que podem ser desenvolvidas com os estudantes para compreender e problematizar as dinâmicas das cidades de menor porte. Essas experiências mostram a potência do espaço local como eixo estruturante no ensino de Geografia, favorecendo uma aprendizagem contextualizada, crítica e relacionada com a vivência dos educandos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Pequenas Cidades. Programa de Desenvolvimento Educacional. Metodologias de ensino.

RESUMEN

Las pequeñas ciudades conforman gran parte de la red urbana brasileña. Sin embargo, el interés académico por estas realidades aún es relativamente reciente. Este movimiento de valorización en el ámbito de la investigación también debe reflejarse en el proceso de enseñanza y aprendizaje, especialmente en la enseñanza de la Geografía. En este contexto, el presente texto tiene como objetivo analizar lo que se ha producido sobre el tema de las pequeñas ciudades en el contexto educativo, enfocándose en las experiencias didáctico-pedagógicas desarrolladas en el marco del Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Para ello, se realizó una investigación bibliográfica y un análisis de los Cuadernos del PDE, con el fin de identificar y examinar los trabajos que abordan de algún modo el estudio de las pequeñas ciudades. Estos proyectos fueron organizados en categorías temáticas, que se discutirán a lo largo de este artículo. A partir de las contribuciones de los docentes que participaron en el PDE, se hace evidente que existen múltiples enfoques posibles sobre lo urbano, así como una diversidad de estrategias didácticas y metodológicas que pueden desarrollarse con los estudiantes para

¹ - Doutor em Geografia (UEM) – e-mail: lucas.salmeron@unespar.edu.br

² - Doutora em Geografia (UEM) – e-mail: amendlich@hotmail.com

comprender y problematizar las dinámicas de las ciudades de menor tamaño. Estas experiencias demuestran el potencial del espacio local como eje estructurador en la enseñanza de la Geografía, favoreciendo un aprendizaje contextualizado, crítico y vinculado a la vivencia de los educandos.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía. Pequeñas Ciudades. Programa de Desenvolvimento Educacional. Metodologías de enseñanza.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As grandes cidades e metrópoles recebem grande parte da atenção de pesquisadores no cenário acadêmico. Contudo, o Brasil possui uma vasta complexidade e diversidade das realidades urbanas. Tais realidade exigem que a abordagem do ensino de Geografia na Educação Básica contemple também as características e dinâmicas das pequenas cidades.

Nesse contexto, a análise das potencialidades que as pequenas cidades oferecem para o ensino da Geografia, constitui um eixo central para a elaboração deste artigo. A preocupação com o universo urbano brasileiro, de modo geral, manifesta-se tanto no âmbito das investigações acadêmicas quanto nos próprios delineamentos curriculares e planejamentos pedagógicos. Todavia, é imperativo que essa preocupação, conforme destacado por Fernandes (2018), seja direcionada para o urbano em sua totalidade, englobando de maneira explícita as pequenas cidades no debate.

Com base nessa preocupação com a presença das pequenas cidades no ensino de Geografia, o presente artigo tem como objetivo apresentar algumas contribuições decorrentes dos resultados da tese de doutorado intitulada “A Geografia urbana enquanto possibilidade para a Educação Geográfica: o potencial educativo das pequenas cidades” (Salmeron, 2024). O objetivo central é apresentar, por meio da análise do caso específico do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, as atividades e práticas que foram desenvolvidas por professora em pequenas cidades, como um meio de entender como esses docentes abordaram tais realidades em seus projetos.

Para tanto, foram realizadas análises dos cadernos do PDE, de modo a compreender de que maneira os docentes da rede básica de ensino realizaram intervenções pedagógicas considerando as especificidades das pequenas cidades em seus projetos. Tais análises concentram-se nos projetos desenvolvidos nos anos de 2014 e 2016, os quais correspondem aos

registros mais recentes disponíveis para consulta no Portal Dia a Dia da Educação, do Governo do Paraná durante a realização da pesquisa.

AS PEQUENAS CIDADES COMO ESPAÇOS DE ESTUDO NO PDE

A discussão conceitual sobre as pequenas cidades revela-se uma tarefa complexa, uma vez que não há um único conceito único que se aplique às diferentes realidades urbanas, tanto em escala global quanto no contexto brasileiro. Embora o critério numérico seja amplamente utilizado em diversos países, ele não é, por si só, suficiente para definir o que caracteriza uma cidade como pequena.

Cabe destacar ainda que o estudo das pequenas cidades no meio acadêmico é relativamente recente. A investigação dessas localidades, enquanto objeto de interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, passou a ganhar maior visibilidade apenas nas últimas duas ou três décadas, período em que tais realidades passaram a ser abordadas com mais profundidade em pesquisas de mestrado, doutorado e demais produções científicas.

Assim, tratar das pequenas cidades implica analisar um conjunto de estudos mais recentes, diferentemente das pesquisas voltadas às grandes cidades e regiões metropolitanas, que historicamente têm ocupado posição central nas investigações na temática urbana. Ressalta-se, no entanto, que o reconhecimento da importância dos estudos sobre as pequenas cidades não busca minimizar a relevância das pesquisas centradas nas metrópoles, cujas contribuições continuam sendo fundamentais para a compreensão da dinâmica urbana.

Conforme questiona Endlich (2017), ao se discutir o que caracteriza uma cidade como pequena, está-se fazendo referência à sua população, à extensão territorial ou aos seus aspectos funcionais e ao papel que desempenha na rede urbana? A autora destaca que é preciso considerar que existem essas três possibilidades quanto a essa atividade comparativa, que é classificar e enquadrar uma localidade quanto ao seu tamanho demográfico, territorial e funcional.

Como destaca Fresca (2010), é a inserção da cidade em uma rede urbana ou região que trará melhores condições para entendê-las como tal. É preciso entender seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como pequena. Em complemento a esta visão, a pequena cidade:

[...] não pode ser considerada isoladamente, deve estar relacionada a outras variáveis, tais como: a localização geográfica; os papéis desempenhados na rede urbana; suas relações com outras cidades e com o campo; e a estrutura territorial da cidade. Mesmo considerando todos estes atributos, é provável se deparar com diferentes números e conteúdos que variam de país para país, de região para região, de cidade para cidade, revelando a complexidade em se traçar generalizações quando se estuda esta tipologia de cidade (Moreira Junior, 2014, p. 45).

Tão importante quanto entender a importância das pequenas cidades no seu sentido conceitual e na sua inserção na rede urbana, é também tornar possível o estudo dessas no âmbito escolar. Estudar estes espaços se trata de uma forma do aluno educando conhecer de forma crítica, por meio de um olhar geográfico, a própria realidade no qual está inserido. Tal estudo precisa ser realizado de forma integrada, sempre realizando a devida relação entre as diferentes escalas geográficas de análise, de forma que não se estude o local apenas pelo local em si, mas em suas interações com a rede urbana como um todo.

É nesse contexto que se analisa a presença das pequenas cidades enquanto espaços de estudos e projetos que se desenvolveram nas práticas docentes pelo programa do PDE. O PDE é uma política pública do Estado do Paraná, regulamentado pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010 que visa estabelecer o diálogo entre os professores do ensino superior e os docentes da educação básica, por meio de atividades teórico-práticas orientadas, cujo resultado é a produção de conhecimentos e mudanças qualitativas na prática da escola pública paranaense.

De acordo com o Art. 1º da Lei Complementar nº 103/2004, o PDE tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná:

O PDE é um Programa de Capacitação Continuada implantado como uma política educacional de caráter permanente, que prevê o ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual de Ensino para a participação em processo de formação continuada com duração de 2 (dois) anos, tendo como meta qualitativa a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas estaduais de Educação Básica (Paraná, Art. 1º, parágrafo único).

No decorrer do programa, os professores participantes produzem e implementam as chamadas “Produções Didático-Pedagógicas”, que são materiais produzidos pelos próprios docentes e seus orientadores de uma Instituição de Ensino Superior sobre a temática que escolhem trabalhar. Ao final, os participantes do programa sistematizam estas experiências resultantes de uma intervenção no âmbito escolar em forma de um artigo científico.

Neste contexto, a fim de verificar as metodologias e estratégias didáticas utilizadas pelos professores em suas pesquisas do PDE, que tiveram sua concretização em pequenas cidades de todo o Paraná, aqui pretende-se apresentar algumas destas propostas já realizadas.

Para a presente análise, foram consideradas as produções didático-pedagógicas que, em algum momento da pesquisa, trabalharam com a cidade ou com a realidade local dos estudantes das pequenas cidades. Os trabalhos foram organizados em categorias temáticas que compartilham elementos em comum, todas relacionadas a estratégias didáticas aplicadas no contexto de pequenas cidades paranaenses.

As categorias identificadas foram: cartografia e o uso de geotecnologias no ensino de Geografia; estudos da paisagem local; meio ambiente e análises ambientais; estudos urbanos no ensino; e metodologias diversas aplicadas ao ensino de Geografia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este trabalho, a metodologia empregada para a análise das produções Didático-pedagógicas dos professores do PDE foi a análise documental, somado a pesquisa bibliográfica de autores que versam sobre a temática. Neste contexto, a fim de verificar metodologias e estratégias didáticas utilizadas pelos professores em suas pesquisas do PDE, que tiveram sua concretização em pequenas cidades de todo o Paraná, aqui pretende-se apresentar algumas destas propostas já realizadas.

Esta análise documental dos cadernos do PDE é um meio de entender como os docentes da rede básica de ensino realizaram diferentes intervenções pedagógicas considerado as realidades das pequenas cidades em seus projetos. A análise destes documentos do PDE que segue refere-se aos projetos desenvolvidos no ano de 2014 e no ano de 2016, os últimos dois anos que se tem registro para consulta no Portal do Dia a Dia da Educação do Governo do Paraná¹².

Essas são, portanto, as produções mais recentes acessíveis no referido portal até a data de escrita da presente pesquisa, não se tratando de uma análise de todos os materiais já produzidos até o momento. Como já ressaltado, os trabalhos foram agrupados em diferentes categorias, que serão debatidas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A **primeira categoria** de trabalhos analisados, totalizando dez trabalhos, é intitulada “A cartografia e a utilização das geotecnologias no ensino de geografia”. Nessa categoria aparecem trabalhos que focaram no uso da cartografia, mapas e geotecnologias aplicadas ao ensino de Geografia escolar. A linguagem cartográfica foi amplamente abordada, pois permite a espacialização e interpretação de fenômenos geográficos por meio de croquis, mapas, geoprocessamento e maquetes, como destaca Francischett (2001).

Andreia Cristina Bueno, no projeto intitulado “Utilização de imagens de satélites como meio do processo de ensino-aprendizagem” analisou as transformações do espaço geográfico do município de Ibaiti através dos conceitos de paisagem e lugar, utilizando das imagens de satélites e fotografias aéreas. O professor Ivanil Alves Cabral, em “Alfabetização Cartográfica: o uso de mapas como recurso metodológico no ensino de Geografia”, se propôs a incentivar a leitura, a produção e a interpretação da linguagem cartográfica na sala de aula do município de Tapejara, desenvolvendo diversas atividades práticas como a construção de maquete, jogos geográficos, entre outras.

A professora Anilda Salete da Silva desenvolveu também uma série de atividades que visaram suprir as dificuldades dos alunos no que se refere aos conteúdos cartográficos, buscando estimular a leitura e interpretação de mapas para entender a realidade local e global, com o projeto intitulado “Cartografia no ensino da Geografia: importância da leitura e interpretação de mapas”, desenvolvido no município de Salto do Lontra. Arlei Francisco Bertuo, em “A linguagem cartográfica na construção do conhecimento geográfico com alunos do 6º ano da Escola Estadual do Bairro Itaipu – Ensino Fundamental”, também no município em questão, objetivou, a partir da realidade cotidiana dos educandos, analisar os fenômenos espaciais e suas inter-relações por meio de atividades desenvolvidas em sala de aula, no pátio da escola e no bairro onde a mesma se encontra inserida.

O professor Everaldo Roberto Parra desenvolveu o projeto “Novas Tecnologias Aplicadas à Alfabetização Cartográfica”, em Rio Branco do Ivaí, que teve por objetivo ampliar a compreensão e o estudo da cartografia por meio das novas tecnologias, tais como o celular, GPS, os aplicativos Google Maps e Google Earth, dentre outros. Glaucia Alberti, também utilizando de ferramentas da cartografia e de tecnologias relativas ao sensoriamento remoto,

buscou desenvolver o conhecimento e a interpretação do espaço do entorno da escola no projeto “O entorno da escola: a linguagem cartográfica e a compreensão do espaço”, em Itaperuçu.

João Aparecido Pereira Garcia, no projeto “Etnocartografia do distrito de Caetano Mendes no município de Tibagi - PR”, realizou um mapeamento das localidades em que os alunos moram, pois, como se trata de um colégio do campo, e os professores lotados na escola em que se desenvolveu o projeto serem de diferentes cidades e não conhecerem a realidade dos alunos, foi proposto então a construção de um mapa localizando os locais que os alunos habitam.

A professora Márcia Kunz Scheidt, na pesquisa “O Uso das Tecnologias no Ensino da Geografia: aplicação no Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis – Missal – PR”, trabalhou com o uso de diferentes geotecnologias para explorar o município de Missal e o espaço local dos educandos. Já Maria Janete de Lima Queiróz, no município de Nova Londrina, objetivou que os discentes aprendessem a ler e obter informações em diferentes tipos de mapa, que lhes permitissem localizar objetos e endereços para se deslocarem por cidades e bairros, conferir trajetos dos meios de transportes, planejar viagem ou se situar em locais públicos.

Por fim, Sandra Freitas de Carvalho Ferreira, em “A cartografia como instrumento na aproximação do espaço de vivência do aluno”, buscou trabalhar com a linguagem cartográfica enquanto um instrumento de aproximação do espaço cotidiano dos educandos, no qual diferentes recursos foram utilizados nas aulas, tais como os mapas, imagens de satélite, poesias, fotografias, vídeos, imagens, pesquisas nas certidões de nascimento dos alunos, consultas em sites como IBGE e Iparades, entre outras atividades realizadas.

A **segunda categoria** é intitulada “Estudos da paisagem do município”, e refere-se aos trabalhos que privilegiaram de algum modo o conceito de paisagem nos projetos desenvolvidos pelos professores. A professora Angela Maria Felipe Garcia, com o projeto “Carregando a cruz da avaliação: reflexões acerca do processo avaliativo no aprendizado do conceito de paisagem geográfica”, trabalhou instrumentos avaliativos articulados ao conceito de paisagem, buscando que os alunos compreendessem as transformações no município de Santa Mônica. Cesar Érico Moraes, em “O uso de paisagens com potencialidades turísticas do município de Cândói – PR: uma contribuição para o ensino da Geografia”, propôs o estudo *in loco* das paisagens turísticas, elaborando um roteiro de turismo geoeseducativo.

Já a professora Márcia Cristina Colussi desenvolveu um projeto voltado ao envolvimento dos estudantes nas discussões sobre as transformações da paisagem em Alto Paraná, relacionando-as a diferentes períodos da história local. Conceição Aparecida Zanatto dos Santos,

no projeto “O estudo da paisagem e as dificuldades de aprendizagem no ensino de Geografia”, buscou identificar obstáculos à aprendizagem e propôs intervenções com base em conceitos geográficos e atividades de campo em Araruna.

Shirlei Bueno de Oliveira, com o projeto realizado em São Sebastião da Amoreira, propôs a leitura da paisagem com base nos saberes e vivências dos alunos, utilizando mapas, fotografias, músicas, aulas de campo e mapas mentais. Tais produções apresentadas demonstram a centralidade do conceito de paisagem na educação geográfica, com ênfase no espaço local como eixo articulador das práticas pedagógicas desenvolvidas. A leitura da paisagem, neste contexto, pode levar à aprendizagem e compreensão do espaço das pequenas cidades, buscando compreender a construção, as transformações e as especificidades do espaço local dos alunos.

A **terceira categoria** organizada foi “Meio ambiente e análises ambientais”, e referem-se àqueles que trabalharam com a temática do meio ambiente ou que realizaram análises ambientais junto aos alunos, como por exemplo levantamento de impactos ambientais, estudo de bacias hidrográficas, dentre outros a serem elencados. Foram seis trabalhos elencados na temática em questão.

A professora Margarida Cássia Campos, no projeto “A aula de campo como metodologia para compreensão das questões ambientais no ensino de Geografia”, desenvolveu atividades voltadas à reflexão sobre problemas ambientais em Ibiporã, incluindo a produção de objetos com materiais recicláveis e a criação de um glossário ambiental ilustrado.

Carmem Fátima Reis Schmid, com o projeto “Estudo das potencialidades econômicas e dos impactos ambientais na Bacia do Córrego Tubinho, município de Santa Mônica – PR”, buscou compreender o aproveitamento econômico da bacia e os impactos ambientais decorrentes, promovendo uma abordagem contextualizada sobre bacias hidrográficas. Vanderléia Pick Novak, no projeto “Impacto Ambiental e interdisciplinaridade no manancial da Microbacia do Rio Vila Nova, do Município de Manguaçu – PR”, analisou os impactos ambientais na microbacia e propôs ações interdisciplinares voltadas à educação ambiental e combate à poluição.

A docente Lúcia de Melo, em “Análise sobre o meio ambiente do município de Itambé – Paraná, utilizando a técnica de geo-fotografia”, utilizou imagens georreferenciadas para promover a reflexão sobre desenvolvimento sustentável e transformação do espaço geográfico

local. Luciana Cristina Martins, com “Imagens de Satélites aplicadas à Educação Ambiental no Ensino de Geografia”, também trabalhou com imagens de satélite para analisar as interações entre processos ambientais no município de Ribeirão do Pinhal. Por fim, Valdeci Carlos Budzilo, no projeto “Problemas ambientais do núcleo urbano de Reserva”, estimulou a conscientização ambiental dos alunos por meio da produção de um mapa de vulnerabilidade ambiental do município de Reserva – PR.

As produções apresentadas evidenciam o esforço dos docentes em promover a consciência ambiental entre os estudantes, por meio de atividades teóricas e práticas que articulam o conteúdo escolar à realidade socioambiental dos municípios trabalhados.

A **quarta categoria** apresentada, sob o título “Estudos urbanos no ensino” refere-se às produções didático-pedagógicas que tiveram como foco o urbano nas salas de aula. Todos os trabalhos até aqui apresentados em algum momento privilegiaram a cidade ou o município em seus projetos, mas a presente categoria aborda os trabalhos cujo foco exclusivo foi o estudo do urbano em seus diferentes aspectos.

Como corroboram Callai e Moraes (2017, p. 89): “Compreender a dinâmica da vida urbana é condição para compreender a dinâmica do conjunto da sociedade”. Portanto, trata-se de um conteúdo que sempre se faz presente nos currículos, políticas públicas e no exercício dos professores em sala de aula. Diante disso, é preciso formular a argumentação para que esse conteúdo seja abordado de modo a contribuir para uma educação geográfica e uma educação para cidadania, como bem é colocado pelas autoras citadas.

Neste sentido, foram nove o número de trabalhos do PDE que priorizaram as cidades e o urbano enquanto escala de análise para os seus projetos. O professor Edson Luis Mello de Assis, no projeto “A cidade na sala de aula e a aula na cidade: o trabalho de campo como metodologia de ensino de Geografia”, realizou o estudo dos problemas de urbanização e planejamento urbano de Cantagalo, por meio de aulas teóricas sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, complementadas com atividades de campo.

Maria Aparecida Leite Papaite, em “O espaço geográfico do município de Moreira Sales – o espaço geográfico local”, propôs atividades que levassem os alunos a refletirem sobre o espaço de vivência, sua ocupação histórica e as transformações ocorridas em Moreira Sales. A docente Realda Terra Fernandes, no projeto “Cidadania, cidade e os problemas urbanos –

exemplo: São Miguel do Iguaçu – (PR)”, abordou os principais problemas socioambientais da cidade e incentivou debates sobre cidadania e espaço urbano.

Já Maria Aparecida Leite, com “O estudo da cidade: diferentes linguagens no ensino da Geografia”, explorou o espaço urbano de Mariluz por meio de linguagens diversas, como músicas, poesias, filmes, imagens e visitas monitoradas, para compreender a produção e ocupação do espaço urbano. Celia Bartnik, no projeto “O direito à cidade em Nova Esperança do Sudoeste – PR: legislações urbanas x realidade”, promoveu o estudo do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor local, além de trabalhos de campo para observar as condições de vida nos bairros da cidade.

O professor Ivanir Buratto, em “O espaço urbano da cidade de Marmeleiro/PR”, propôs o estudo das transformações urbanas de Marmeleiro, destacando sua formação, atividades econômicas, dinâmica populacional e diversidade cultural. Jaime Benedito da Costa, com o projeto “Marilândia do Sul em números: experiências com amostragem em recenseamento”, coordenou um censo por amostragem com cerca de 100 famílias de Marilândia do Sul, comparando os dados levantados com o censo do IBGE de 2010 e divulgando os resultados por meio de um mini atlas com gráficos e tabelas.

Lúcia Romanichen Suchodolak, em “Pitanga: urbanização e lugares de contraste”, trabalhou com o crescimento e dinâmica urbana de Pitanga, promovendo a observação do espaço vivido e a noção de pertencimento e responsabilidade dos alunos. E Roseny Gomes Nunes, com o projeto “O lugar como espaço vivido: estudo de caso no município de Goioerê”, explorou o conceito de lugar a partir das vivências dos alunos, promovendo atividades como leitura de mapas, elaboração de mapa mental e painel de fotografias para analisar as transformações do município e os vínculos afetivos com o espaço.

Tais propostas didático-pedagógicas evidenciam o esforço em aproximar os conteúdos escolares da realidade urbana e local dos estudantes, promovendo reflexões sobre o espaço vivido, a cidadania e os processos de transformação das cidades. Estudar as cidades nas salas de aula é fundamental, e não deve se descartar as possibilidades de estudo do município do educando sempre que possível.

Por fim, a **quinta categoria** foi denominada “As diferentes metodologias aplicadas ao ensino de geografia”, e agrupou os trabalhos que realizaram estudos de seus municípios, e que

utilizaram de diferenciadas metodologias para realização desses projetos. Sabe-se, pois, que ensinar Geografia não se refere apenas aos conteúdos a serem trabalhados, mas também à forma como ele será ensinado, ou seja, das propostas didáticas que o professor encaminhará em sala de aula.

Nesse sentido, é preciso que o professor busque novas formas de “[...] aprender-fazer, usando-se de novas metodologias, que levem o aluno a construir sua identidade com o lugar e o desperte para entender as relações existentes em uma sociedade [...].” (Silva; Coelho, 2019, p. 45). É nesse cenário que se apresenta aqui as produções dos professores do PDE que buscaram inovar nas metodologias utilizadas na aula de Geografia.

Fabiana Martins Martin Zoratto, em “Aula de Campo como instrumento didático-pedagógico para o ensino de Geografia”, desenvolveu atividades de campo no município de Assis Chateaubriand com o objetivo de analisar características do espaço rural e urbano, especialmente no que diz respeito à segregação residencial e desigualdade social observada na paisagem urbana. A professora Irene dos Reis, no projeto “Atividades Pedagógicas Potencializadoras no Ensino de Geografia”, buscou desenvolver estratégias didáticas baseadas na realidade local dos alunos. As atividades ocorreram em Laranjeiras do Sul e incluíram uso de imagens de satélite, ensaios fotográficos, computadores, e trabalho de campo nos arredores da escola e na cidade.

Joseane Scheila Coutinho, em “Alternativas metodológicas para o Ensino da Geografia nos Anos Finais do Ensino Fundamental”, desenvolveu atividades no município de Cerro Azul utilizando metodologias diversificadas como música, fotografias, aulas lúdicas e aulas de campo. O foco foi ampliar a noção espacial e as inter-relações entre os aspectos econômicos, culturais, políticos e socioambientais do espaço.

A docente Silvana de Fátima Gutervil, em “O uso da imagem para tratar das relações campo/cidade”, trabalhou com imagens e fotografias para que os alunos de Goioxim conhecessem a realidade local e construíssem conceitos geográficos a partir da análise do espaço vivido. Valdenice Pedroso, no projeto “As imagens e as tecnologias como suporte ao ensino de Geografia”, desenvolveu atividades com imagens e recursos tecnológicos no município de Pitanga, incentivando os alunos a compreenderem a dimensão espaço-temporal de sua cidade.

Ademir Giotti, em “Leitura das paisagens da história e geografia local da Ilha do Mel através do uso do celular dos próprios alunos de uma escola do campo”, realizou aulas de campo utilizando os celulares dos estudantes para fotografar e registrar as paisagens da Ilha do Mel, com

foco no reconhecimento das paisagens históricas e naturais do local. Gessi Carneiro Sebastião, no projeto “A fotografia como recurso didático na leitura do espaço geográfico”, promoveu o uso da fotografia tiradas pelos próprios alunos e utilizadas como material para leitura do espaço geográfico e de análise da paisagem urbana do bairro Alto Recreio, em Quedas do Iguaçu.

Luzia Maria Batista Sacchi, em “O uso de imagens para o ensino de Geografia: estudo do meio na cidade de Astorga-PR”, realizou aulas de campo no município em questão, promovendo a observação e análise da paisagem urbana, com foco nas transformações espaciais ao longo do tempo, a partir do uso de fotografias. Mauricio Homiak, em projeto realizado no município de Guamiranga, trabalhou com a caracterização do espaço agrário utilizando fotografias, vídeos de história oral e entrevistas com agricultores. Os dados e imagens resultaram na elaboração de um documentário sobre a agricultura local.

Sueli Catucci Ramos, em “A importância da fotografia para ensinar Geografia do Lugar de vivência do sujeito”, propôs o uso de tecnologias móveis como o celular para capturar imagens da cidade de Rancho Alegre. Os registros fotográficos foram organizados em um mosaico de imagens sobre um mapa da cidade, valorizando a leitura da paisagem local.

E, por fim, a docente Suely Mileski, em “O papel do lúdico no ensino da geografia: a arte de ensinar e aprender à luz da teoria da aprendizagem significativa”, realizou atividades no município de Marilândia do Sul com foco no ensino lúdico da Geografia, abordando conteúdos como relevo, clima, hidrografia, paisagem e urbanização, sempre relacionados ao espaço vivido dos alunos e à formação cidadã.

Ao tratar dessas diferentes metodologias em sala de aula, é importante destacar a necessidade de uma formação sólida do professor de Geografia, capaz de articular o que se ensina com as metodologias a serem utilizadas, bem como com a realidade local dos estudantes. A análise dos trabalhos realizados no âmbito do PDE evidencia a relevância de investir na formação continuada dos docentes, pois ela fortalece a prática pedagógica dos mesmos, e possibilita diferentes abordagens a serem empregadas nas realidades socioespaciais dos educandos.

Cabe ressaltar que a análise aqui realizada priorizou as produções que abordaram de forma mais direta o trabalho com a escala local, e que, em algum momento, abordaram suas cidades ou mesmo o município como um todo em suas práticas, principalmente no contexto das pequenas cidades paranaenses. No entanto, haviam outras produções didático-pedagógicas que aconteceram em escolas de pequenas cidades, mas que trataram sobre outros conteúdos da Geografia, que não perpassaram pela escala local, e, portanto, aqui não foram mencionados.

Como resultado da análise destes trabalhos, após observar sobre o que tratavam e de que forma aconteceram em sala de aula, foi possível perceber que existem variadas práticas que acontecem nestes pequenos núcleos urbanos. Práticas estas, inclusive, que podem ser reproduzidas em outras realidades, pois não se trata de atividades a serem desenvolvidas apenas nestas cidades, mas que podem ser adaptadas conforme critério do professor e utilizadas em outros estudos, por outros professores.

Logo, torna-se imperativo garantir a autonomia do professor para que ele possa estabelecer as devidas conexões entre os conteúdos e a realidade dos estudantes, para que assim se torne possível pensar nas melhores estratégias didáticas para trabalhar esses conteúdos conforme o contexto em que atua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário defender a ideia de que o estudo das pequenas cidades desempenha um papel de suma importância na formação dos estudantes e na construção de uma consciência espacial e cidadã. Essa compreensão do espaço local, de suas especificidades e interações com outras escalas e contextos contribui não apenas para o entendimento da realidade dos discentes, mas também para aquilo que é o objetivo da Geografia enquanto disciplina: desenvolvimento de um o pensamento geográfico e cidadão.

É fundamental superar o ensino da realidade urbana do país com o foco exclusivo nas grandes metrópoles, e passar, portanto, a integrar outros espaços nestes estudos, tais como o das pequenas cidades e de suas discussões geográficas nas salas de aula. Ainda, ressalta-se que o estudo das pequenas cidades não deve se destinar apenas aos alunos que vivem nessas localidades, mas que todos os alunos possam compreender a complexidade da rede urbana e suas diversas formas de organização do espaço.

Uma das possibilidades nessa tentativa de ir além dos conteúdos relacionados apenas às grandes cidades, é o estudo de caso dos materiais produzidos pelos professores no PDE. Contatou-se que a realidade local em pequenas cidades foi contemplada de formas diversas pelos professores que desenvolveram seus projetos no programa, demonstrando que existem inúmeras formas e metodologias de abordar essas realidades nas aulas de Geografia. Prosseguir com políticas de formação continuada como foi esse programa é, pois, fundamental.

A análise dos materiais do PDE revelou uma gama de possibilidades desenvolvidas pelos professores que estão na linha de frente das escolas. Evidencia-se, dessa forma, as potencialidades de transcender os limites impostos apenas pelos livros didáticos e pelos currículos escolares, que muitas vezes negligenciam a relevância dessa temática (Salmeron, 2024).

É importante reiterar que, muitas vezes, os professores de Geografia enfrentam a ausência de materiais didáticos específicos que abordem a realidade local ou a ampla e diversificada realidade urbana do Brasil. Nesse sentido, as produções desenvolvidas no âmbito do PDE tornam-se referências importantes, oferecendo caminhos metodológicos e inspirações à práticas pedagógicas para aqueles que desejam integrar o estudo das suas cidades aos conteúdos escolares.

Trabalhar com as pequenas cidades e com o espaço vivido pelos alunos torna-se, portanto, uma necessidade cada vez mais urgente nas salas de aula, especialmente em um cenário onde a valorização das múltiplas realidades socioespaciais deve ser prioridade. Assim, valorizar o ensino voltado ao local não significa restringir o olhar a uma realidade em específico, mas partir de uma realidade para a compreensão de outras escalas de análise, favorecendo aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

- CALLAI, Helena Copetti; MORAES, Maristela Maria. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial, p. 82-100, 2017. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4771/2416>> Acesso em: Mar. 2020.
- ENDLICH, Angela Maria. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues (org). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Campo Mourão: FECILCAM, 2017. Cap. 02, p. 33-54.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carvenalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças, v.8, n.1, p. 13 - 31. Jan./Jun. 2018.
- FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A Cartografia no Ensino de Geografia: a aprendizagem mediada**. 2001. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.
- FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, número especial, p. 75 a 81. Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398>> Acesso em: Mar. 2020.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As cidades pequenas como componente curricular para a geografia escolar. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, vol. 2, n. 23, p. 20-37. abr/2016. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/3956/3350>> Acesso em 3 nov. 2020.

PARANÁ. **Lei Complementar 130 de 14 de Julho de 2010**. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. Diário Oficial nº. 8262 de 14 de Julho de 2010. Disponível em: <
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56184&indice=1&totalRegistros=2>>. Acesso em: ago. 2021.

SALMERON, Lucas da Silva. **A geografia urbana enquanto possibilidade para a educação geográfica: o potencial educativo das pequenas cidades**. 2024. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

SILVA, Ana Kácia Gomes; COELHO, Alex Almeida. Ensino de Geografia ou educação geográfica: metodologias diferenciadas no ensino de Geografia em uma escola da cidade de Eirunepé-AM. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 8, n. 16, Out-Dez./2019, p. 41-54. Disponível em: <
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/7545>> Acesso em: out. 2021.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ENTRE PERMANECER E DESISTIR: UM OLHAR INICIAL SOBRE A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NA UNESPAR/CAMPO MOURÃO

Aparecida da Penha dos Santos¹

GRUPO DE TRABALHO: 14 Outros temas emergentes

RESUMO

A decisão de iniciar um curso superior, nunca foi fácil e nos últimos tempos tem sido uma decisão ainda mais complexa para os estudantes, principalmente para os que estão em nível superior, pois muitas das vezes necessitam optar pelo trabalho em detrimento dos estudos, para o sustento da família. Diante do exposto a presente pesquisa pretende entender, por meio de uma pesquisa exploratória, o que leva os estudantes do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), a desistirem do curso. Os dados serão levantados por meio de pesquisas já existentes na literatura, com posterior levantamento de dados, por meio de contatos diretos com os estudantes evadidos dos anos de 2022-2023, sendo previstos vários meios de comunicação: via google forms, telefones, e-mails, aplicativos de comunicação, dentre outras formas que se fizerem necessárias. Os resultados aqui apresentados são preliminares e mais detalhes serão refinados e apresentados em um outro estudo, a posteriori. No entanto os resultados preliminares já ensejam uma boa base de reflexão sobre a evasão do tão logo a análise seja finalizada, por esta razão o presente estudo será publicado em poderão servir como ferramenta de gestão do curso objeto de análise que trarão as respostas e as razões para a evasão curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Palavras-chave: Evasão. Estudos. Ensino Superior.

RESUMEN

La decisión de iniciar un curso de grado nunca ha sido fácil y, en los últimos tiempos, se ha vuelto aún más compleja para los estudiantes, especialmente para aquellos que ya están en la educación superior, ya que muchas veces deben optar por el trabajo en detrimento de los estudios, para contribuir al sustento de la familia. Ante esta realidad, la presente investigación tiene como objetivo comprender, mediante un estudio exploratorio, qué lleva a los estudiantes del curso de grado en Administración de la Universidad Estatal de Paraná (UNESPAR) a abandonar sus estudios. Los datos serán recolectados a partir de estudios ya existentes en la literatura, seguidos de una recopilación de información mediante contactos directos con los estudiantes que abandonaron el curso durante los años 2022 y 2023. Se prevé el uso de varios canales de comunicación: formularios de Google, llamadas telefónicas, correos electrónicos, aplicaciones de mensajería, entre otros medios que se consideren necesarios. Los datos serán tratados tanto de forma cualitativa como cuantitativa. Los resultados aquí presentados son preliminares, y mayores detalles serán afinados y presentados en otro estudio, abordando desde los efectos hasta las causas. No obstante, estos resultados iniciales ya ofrecen una base sólida para reflexionar sobre la deserción en el curso de grado en Administración de la Universidad Estatal de Paraná (UNESPAR).

Palabras clave: Deserción. Estudios. Educación Superior.

¹ - Administradora, Contadora, Mestre em Administração – e-mail: autor1@unespar.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A evasão no ensino superior não é um fenômeno novo e local, mas de dimensões continentais e vem sendo estudado desde a segunda década do século passado. Tal evasão traz prejuízos consideráveis para as instituições de ensino, para os estudantes e para a sociedade. No que se refere às instituições de ensino o prejuízo se configura pelo esforço financeiro em manter a área acadêmico/científica com equipes de alto performance (Professores e Pesquisadores) com uma demanda cada vez menor de estudantes, já os prejuízos para os estudantes jazem no seu perfil profissional futuro, criando uma massa de pessoas com conhecimento com pouca base científica que leva ao terceiro aspecto, que é o nascimento de uma sociedade sem base científica, pois se observa que o desenvolvimento de uma sociedade está imbricado à qualidade e frequência dos estudantes às universidades.

Sabe-se que a manutenção dos estudantes dentro dos Campi universitários é a razão da existência das Instituições de Ensino Superior (IES), e na década de 1990, os estudos de Hossler et al. (1999), indicavam que a retenção de estudantes é aspecto extremamente importante para a manutenção e a sustentabilidade financeira e acadêmica das instituições. Sob este prisma tanto as IES particulares quanto as públicas possuem gargalos a serem sanados, uma vez que nas IES particulares trata-se de sua própria sobrevivência no mercado e nas públicas, sem o seu ativo principal, que são os estudantes, as universidades possuem problemas para conseguirem investimentos em infraestrutura, tecnologia e, principalmente, em equipes de alto desempenho, como professores qualificados e pesquisadores.

Observa-se no contexto supramencionado, ademais, que os estudantes ao deixarem de estudar representa um desvio no desenvolvimento de suas carreiras profissionais, pois sem adquirirem a base científica necessária, pode limitar suas oportunidades de emprego e progresso profissional, assim sob este prisma Bean e Metzner (1985) salientam que os estudantes que deixam a universidade sem concluir seus cursos frequentemente enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, pois a ausência de um diploma pode ser vista como uma falta de comprometimento ou de habilidades essenciais, para o desempenho adequado das atividades e al aspecto pode impactar, inclusive na economia, reduzir a competitividade e a capacidade de inovação das organizações.

A sociedade como um todo também sofre com a evasão no ensino superior, pois conforme argumenta Astin (1984), sociedades com altas taxas de conclusão no ensino superior tendem

a ser mais desenvolvidas, com melhores indicadores de saúde, prosperidade econômica e coesão social, uma vez que sociedades mais avançadas em termos de qualificação educacional pode levar a um aumento na capacidade de resolver problemas complexos e de promover avanços tecnológicos e sociais, por outro lado uma massa de indivíduos com conhecimento incompleto pode não contribuir plenamente para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Nos últimos anos, vários desafios foram identificados no ensino superior, tendo uma elevada percentagem de estudantes que abandona a universidade no primeiro ano (BAALMANN, 2024). Este problema, no Brasil foi agravado no contexto da desregulamentação das condições de ensino e aprendizagem à distância física devido à pandemia da COVID-19. Por outro lado, durante os anos da pandemia, as instituições de ensino, sob pressão para adaptar os seus procedimentos de ensino, têm feito esforços significativos para aumentar a integração da tecnologia no ensino e para atualizar as competências dos seus professores na utilização de recursos didáticos virtuais.

A melhoria dos processos de ensino e aprendizagem exige um comportamento proativo por parte de professores e alunos e sob este aspecto, é claramente visível a necessidade de conhecimentos científicos que sustentem procedimentos de ensino que envolvam a promoção intencional de diversas variáveis cognitivo-motivacionais que influenciam a aprendizagem. Nestes esforços é possível encontrar apoio no aparecimento persistente de novos recursos tecnológicos que melhoram as comunicações, o acesso e a disponibilidade do conhecimento (TINTO, 1993).

O docente desempenha um papel fundamental ao incorporar modelos de comportamentos e verbalizações de pensamentos durante o ensino das suas disciplinas e nas diversas interações com os seus alunos que estejam relacionados ao uso adequado de competências para desenvolver processos de aprendizagem nos estudos universitários, pois em ambos os aspectos, nas últimas décadas, a investigação proporcionou desenvolvimentos notáveis no conhecimento das variáveis cognitivas, sociais e motivacionais que estão na base do desempenho académico, prova disto são as metodologias ativas adotadas em diversas disciplinas e formas de ensino na contemporaneidade.

Diante do exposto percebe-se a importância de se estudar as razões que levam os estudantes a evadirem-se dos bancos universitários, em específico do curso de Administração da UNESPAR – Campus Campo Mourão, cujo curso longo, vem formando profissionais que

atuam nas mais diversas organizações públicas e privadas da região e do país, assim crê-se que os resultados poderão indicar gargalos a serem sanados para que haja uma redução do número de desistentes do referido curso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade como um todo, sofre com a evasão no ensino superior, pois a grande massa de indivíduos com conhecimentos incompletos, tendem a não contribuir plenamente para o desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que a educação superior é um pilar fundamental para a criação de uma sociedade baseada no conhecimento, e a frequência às universidades está diretamente ligada ao desenvolvimento socioeconômico e à inovação, seja a educação de forma presencial ou não.

A evasão tem sido uma preocupação constante das universidades e faculdades tanto brasileiras quando ao redor do globo terrestre, pois todos os anos, um número significativo de estudantes abandona o ensino superior, isto tanto em ensino presenciais quanto a distância. Descobrir e mitigar esta causa tem sido um grande desafio para os gestores educacionais, tanto em organizações públicas quando em organizações privadas.

A preocupação sai dos campi universitários e se estabelece na seara governamental, onde os governos federais, em especial o brasileiro, procuram mecanismos para melhor entender e mitigar o problema, já que a ausência dos estudantes nos bancos escolares das universidades pode gerar um país sem avanços de toda sorte. Para tanto o governo brasileiro realiza censos e no mais recente publicado (2022) por meio do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação no Brasil, observa-se como a evasão no ensino superior tem se comportado ao longo dos últimos anos, conforme aponta o gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Indicadores da trajetória dos estudantes no Ensino Superior – Brasil 2013-2022

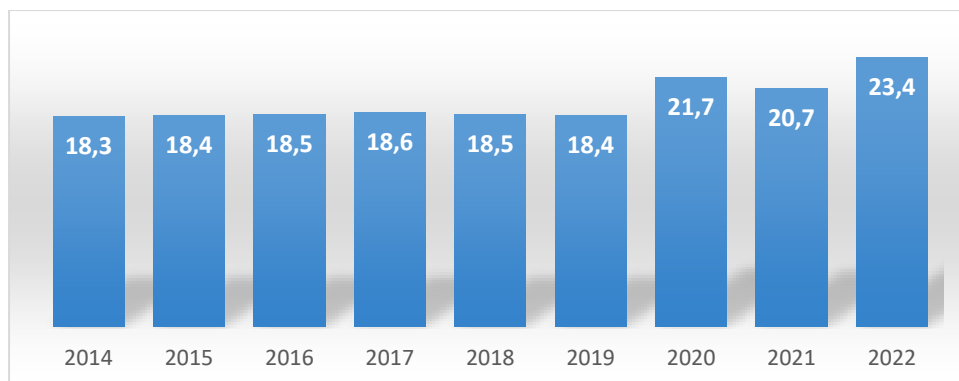


Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Superior 2022.

Como se nota nestes dados a desistência acumulada deu um salto de 11% em 2013 para 58% em 2022, o que denota que a COVID-19, por si só, não foi o fator decisivo para a evasão dos acadêmicos, pois o salto vertiginoso que se apresenta, pode ser notado desde o ano de 2018 quando quebrou a barreira dos 50%, em dados acumulados.

Os dados da evasão pura, por outro lado conforme apontado pela SEMESP (2024), com base nos dados do INEP (2024) foram os seguintes:

Gráfico: Evasão percentual no Ensino Superior brasileiro – Instituições Públicas Presenciais – 2014-2022.



Fonte: INEP/SEMESP (2024).

Os dados indicam que a evasão anual do ensino superior é bastante significativa subindo quase 3 pontos percentuais de 2021 para 2022 (de 20,7% para 23,4%). Quando se fala de EAD o número é ainda mais significativo, pois o mesmo estudo indica que superou a barreira dos 30% de evasão na seara pública (objetivo deste estudo) no ano de 2022.

Para entender um pouco melhor sobre estes aspectos da evasão, é importante ressaltar pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas, uma delas é de Tinto (1975), o qual alega que a evasão ocorre de várias maneiras, alguns alunos falham academicamente, logo reprovam, outros são transferidos para outra instituição e há aqueles que desistem de estudar. O autor enfatiza que a partir de meados da década de 1970, houve uma mudança de ênfase da Psicologia para a Sociologia, sendo que mais recentemente, a ênfase se concentrou no ambiente institucional e sua relação com a integração dos estudantes aos ambientes universitários, além de que grande parte da literatura descreve as diferenças entre os alunos que desistem de estudar e os que persistem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi idealizada visando identificar as razões que levam os estudantes da Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão a evadirem-se dos cursos, neste estudo em específico, no curso de Administração, desta forma a seguir apresenta-se a metodologia de forma condensada a ser adotada para consecução dos objetivos do projeto.

Trata-se de um estudo de caso a ser conduzido na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Campo Mourão, de cunho exploratório, conforme preceitua Richardson (1989), pois pretende-se descobrir algo ainda não pesquisado na IES com estas características específicas e o corte será transversal, pois limitar-se-á a analisar as percepções dos envolvidos nos fatos no momento em que ocorreram, que foram os estudantes evadidos do curso de Administração nos anos de 2022 e 2023.

A população objeto de estudo serão os estudantes que evadiram do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus Campo Mourão nos anos de 2022 e

2023 e os dados serão coletados mediante questionário via Google Forms, contatos telefônicos, contatos via aplicativos de voz e texto. A base técnica será norteadada desde estudos realizados por Tinto (1975) até os formatos de identificação das desistências adotadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em publicações mais recentes.

Os tratamentos dos dados serão realizados de forma quantitativa, que é a preparação e organização dos resultados obtidos dos questionários, ligações telefônicas, contatos via aplicativos, dentre outras. Utilizar-se-á também da abordagem dos dados de forma qualitativa, que dar-se-á pela interpretação e análise dos dados.

Por fim espera-se identificar os motivos que levaram os estudantes do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná a evadirem-se do curso. Deve-se explicitar qual foi o percurso metodológico seguido para se chegar ao resultado da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Pesquisadores geraram teorias da experiência de estudantes universitários que produziram recomendações visando melhorar as taxas de retenção e graduação entre estudantes universitários. Essas teorias podem ser classificadas nas categorias de saída de alunos e sucesso de alunos. As teorias de saída de alunos examinam principalmente a saída da faculdade/universidades e fazem recomendações para reduzir as taxas de saída. As teorias de sucesso de alunos têm procurado, de acordo com Bean e Metzner (1985):

- a) Identificar as condições que promovem o sucesso de alunos.
- b) Desenvolver recomendações para políticas, programas e práticas para apoiar o sucesso de alunos.
- c) Propor estruturas teóricas e modelos de implementação para ajudar as instituições a melhorar as taxas de sucesso de alunos.

Os autores Bean e Metzner(1985) propuseram um modelo alternativo de retenção que compara a evasão de alunos à rotatividade de funcionários, considerando variáveis externas que afetam a decisão do aluno, e os referidos autores destacam que alunos não tradicionais são menos impactados pelo envolvimento no campus e mais pelas questões financeiras. Sendo que o modelo

proposto não diferencia entre tipos de abandono e enfatiza a socialização como um fator crítico para a retenção, incluindo a influência do ambiente e das variáveis sociopsicológicas.

Sob este prisma Padilla (1996) introduziu o “Modelo Local de Estudantes Minoritários Bem-sucedidos”, identificando quatro barreiras principais ao sucesso: descontinuidade, falta de nutrição, falta de presença no campus e falta de recursos. Ele argumenta que os alunos bem-sucedidos superam essas barreiras usando seu conhecimento e ações adequadas e destaca a importância das instituições em fornecer suporte específico para ajudar os estudantes a transporem estes desafios. Ainda sob esta vertente Rendón (1994) sugeriu o “modelo de validação” que enfatiza a criação de uma cultura de cuidado e sucesso nas instituições de ensino superior. A teoria da validação sugere que os alunos são melhor apoiados quando recebem uma variedade de serviços que promovem conexões com a instituição, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Astin (1984), pesquisando os motivos da desistência dos estudos desenvolveu a “Teoria do Envolvimento do Aluno”, que sugere que a quantidade de esforço que um aluno investe em suas experiências acadêmicas e sociais está diretamente relacionada à retenção. Seu Modelo de Entrada-Ambiente-Saída, descreve como as características pré-existentes dos alunos (entradas), o ambiente da instituição e as saídas (resultados) interagem para influenciar a experiência universitária dos alunos.

Um dos modelos mais propalados no Brasil é o “Modelo de Integração Estudantil” de Tinto (1975-1993), que propõe que a integração acadêmica e social dos alunos é importante para sua retenção e o autor ainda argumenta que o nível de integração dos alunos na vida do campus, tanto acadêmica quanto socialmente, influencia suas decisões de permanecer na instituição ou sair. O autor também enfatiza a necessidade de entender a dinâmica de raça, classe e cultura, especialmente para alunos de minorias e de faculdades comunitárias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo, multifacetado e possui extrema necessidade de acompanhamento quer seja pelas próprias IES ou para os próprios governos, pois a falta de ação em entender esta questão pode reverberar em problemas multifatoriais e de alta relevância para a gestão educacional. No presente estudo buscou-se compreender os principais motivos que levaram estudantes do curso de Administração da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus Campo Mourão, a abandonarem a graduação nos anos de 2022 e 2023. Para isso, foram coletados depoimentos de ex-alunos por meio de contato direto, que apontaram suas razões individuais para a evasão, um resumo destes dados pode ser observado a seguir, no quadro 1:

Quadro 1 – motivos que levaram a evasão do curso

Categoria de Motivos da Evasão	Frequência
Necessidade de trabalhar em período integral	8
Problemas de saúde	2
Mudança de cidade/estado/emprego	4
Falta de apoio institucional/acadêmico	1
Greves	1
Filhos/responsabilidades familiares	1
Dificuldades com a metodologia de ensino	1
Curso não era o desejado	1

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme demonstra os dados, observa-se que a **necessidade de trabalhar em período integral** foi o fator mais recorrente entre os estudantes, sendo citado por aproximadamente 42% dos respondentes, sendo que este dado indica que uma parte significativa dos alunos enfrenta dificuldades em conciliar o trabalho com os estudos, situação que se agrava diante da ausência de bolsas, estágios remunerados ou políticas eficazes de assistência estudantil, reforçando a hipótese de que o perfil socioeconômico da maioria dos evadidos está diretamente relacionado à necessidade de geração de renda.

Outro fator relevante diz respeito à **mobilidade geográfica**: mudanças de cidade, estado ou emprego, os quais foram mencionadas por cerca de 16% dos participantes, indicado que a instabilidade residencial e profissional desses estudantes, em muitos casos, impede a continuidade dos estudos presenciais, o que sinaliza a importância de repensar a oferta curricular, com alternativas mais flexíveis, como disciplinas online ou híbridas.

Outros fatores citados incluem **problemas de saúde, greves institucionais, falta de apoio acadêmico**, desmotivação com a profissão, **dificuldades com a metodologia de ensino, filhos e responsabilidades familiares, tais fatores**, embora menos frequentes, individualmente, esses elementos somam-se ao quadro geral de vulnerabilidade e contribuem para a decisão de abandonar o curso.

Os resultados preliminares aqui apresentados, embora limitados em número de participantes, oferecem uma base bem satisfatória de reflexão, uma vez que evidenciam a necessidade urgente de ações institucionais voltadas à permanência estudantil, dentre as como políticas de assistência, apoio psicológico e pedagógico, flexibilização curricular e fortalecimento da orientação acadêmica e vocacional e a continuidade deste estudo poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento de estratégias eficazes no enfrentamento da evasão no ensino superior público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares aqui apresentados, embora limitados em número de participantes, oferecem uma base bem satisfatória de reflexão, uma vez que evidenciam a necessidade urgente de ações institucionais voltadas à permanência estudantil, dentre as como políticas de assistência, apoio psicológico e pedagógico, flexibilização curricular e fortalecimento da orientação acadêmica e vocacional e a continuidade deste estudo poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento de estratégias eficazes no enfrentamento da evasão no ensino superior público.

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) já conta com diversas iniciativas voltadas para a mitigação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente aquelas de cunho socioeconômico, dentre elas, os programas de bolsas de estudo e auxílio, que desempenham um papel fundamental na permanência estudantil. Tais programas não apenas contribuem

financeiramente, como também possibilitam que o aluno concilie o trabalho com os estudos, uma vez que muitos cursos, como o abordado nesta pesquisa, são ofertados no período noturno.

Cabe salientar que ações, como a supracitadas, demonstram o compromisso da universidade com a inclusão social e a democratização do ensino superior público e de qualidade. Cabe ressaltar, contudo, que a presente análise é preliminar e faz parte de um processo de investigação em andamento, desta forma, uma abordagem mais ampla e aprofundada sobre a temática será apresentada futuramente, tão logo a pesquisa esteja concluída, contemplando de forma mais abrangente os motivos de evasão e os programas institucionais voltados ao apoio estudantil, visando dentre outros aspectos, a diminuição da evasão.

REFERÊNCIAS

ASTIN, A. W. **Student involvement:** A developmental theory for higher education. Journal of College Student Personnel, 1984: 25(4), 297-308. Disponível em:
<https://psycnet.apa.org/record/1985-18630-001> . Acessado em maio/2025.

BAALMANN, T. **Health-Related Quality of Life, Success Probability and Students' Dropout Intentions: Evidence from a German Longitudinal Study**, Res High Educ, n. 65, p. 153–180, 2024. Disponível em:
https://ideas.repec.org/a/spr/reihed/v65y2024i1d10.1007_s11162-023-09738-7.html . Acessado em maio/2025.

BEAN, J., METZNER, B. (1985). **A conceptual model of nontraditional undergraduate student attrition**. Review of Educational Research, 1985: 55, 485-540. Disponível em
<http://dx.doi.org/10.3102/00346543055004485> . Acessado em maio/2025.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of test**. Psychometrika. 1951.

CRONBACH, L. J.; GLESER, G. C.; NANDA, H.; RAJARATNAM, N. **The dependability of behavioral measurements:** Theory for generalizability of scores and profiles. New York: John Wiley. 1972.

HOSSLER, D., SCHMIT, J. and Vesper, N. **Going to College:** How Social, Economic, and Educational Factors Influence the Decisions Students Make, Johns Hopkins University, Baltimore, MD, 1999. Disponível em:
<https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=2633181> Acessado em maio, 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acessado em: Junho/Julho/2024.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2024**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf>. Acessado em julho-agosto/2024.

PADILLA, R. V. **The unfolding matrix**: A technique for qualitative data acquisition and analysis. American Journal of Educational Research, 1996: vol.31(3), 273-284. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED397130.pdf> . Acessado em agosto/2024.

RENDÓN, L. I. **Validating culturally diverse students**: Toward a new model of learning and student development. Innovative Higher Education, 1994: vol. 19 (1), 33-51. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Validating-culturally-diverse-students%3A-Toward-a-of-Rend%C3%B3n/6f178099e903dcb9d58d92fe43f6d3e9dae9e769> . Acesso em agosto/2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, Métodos e Técnicas**. Ed. Atlas, 2º Ed., São Paulo. 1989.

SANTOS, A.P. **O planejamento e processo decisório estratégico nas organizações: estudo comparativo de casos sobre a dicotomia entre teoria acadêmica e prática organizacional**. Projeto de tese de Doutorado. Universidade Positivo. Curitiba, 2016.

TINTO, V. **Dropout from higher education**: A theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research, 1975, vol. 45(1), 89-125. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/00346543045001089> Acessado em: Junho/2024.

TINTO, V. **Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition**. 2nd edition. University of Chicago Press, 1993.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

ENTRE VÍNCULOS E DESAFIOS: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA ESCOLAR NO AMBIENTE DO CURSO TÉCNICO EM ESTÉTICA

Erica Toscano Aggio¹ – Unicampo
Jhessica Eloize de Cristo² – Unicampo
Luan Henrique de Sousa³ – Unicampo
Valéria Mansano Olipa⁴ – Unicampo
Lais dos Santos Fantinati⁵ – Unicampo
Sarah Casali Cordeiro⁶ – Unicampo
Bruno Urbano da Silva⁷ – Unicampo

GRUPO DE TRABALHO: 14 Outros temas emergentes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação da Psicologia Escolar no contexto do curso técnico em Estética na cidade de Campo Mourão, por meio de observações e relatos de estágio realizados na instituição. A Psicologia Escolar, enquanto campo de intervenção que busca promover o desenvolvimento integral dos estudantes, assume papel fundamental no apoio ao processo de ensino-aprendizagem, principalmente em cursos técnicos que agregam demandas pedagógicas e socioemocionais específicas. A partir da observação direta das práticas docentes e das interações entre professoras e estudantes, foram identificadas diferentes dinâmicas de vínculo afetivo e suas influências na aprendizagem significativa. Nas aulas de Anatomia e Psicologia, notou-se um ambiente acolhedor, caracterizado pelo diálogo aberto, escuta ativa e respeito mútuo, favorecendo o engajamento e a participação ativa das alunas. Essas práticas se alinham com os pressupostos teóricos de Wallon (2007), Damásio (1994) e Freire (1996), que ressaltam a importância da afetividade, empatia e diálogo na construção do conhecimento e no desenvolvimento da autonomia crítica dos alunos. Por outro lado, observou-se também a presença de práticas autoritárias e desestimulantes em aulas de outra disciplina, conduzidas por um professor cujo comportamento rígido e falta de receptividade às dúvidas geraram um ambiente frio e pouco propício à aprendizagem. Essa dicotomia evidencia a influência direta da postura docente sobre o clima da sala de aula, impactando a motivação, autoestima e sensação de pertencimento das alunas. Relatos das estudantes revelaram sentimentos de desvalorização, insegurança e desinteresse, destacando a necessidade urgente de intervenções que promovam um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Além disso, foi identificada a importância da Psicologia

¹ - Acadêmica de Psicologia – e-mail: ericaaggio@yahoo.com.br

² - Acadêmica de Psicologia – e-mail: jhessicaeloize.cristo@hotmail.com

³ - Acadêmico de Psicologia – e-mail: lhs.sousa2001@gmail.com

⁴ - Acadêmica de Psicologia – e-mail: valeria_molipa@hotmail.com

⁵ - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá– e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁶ - Graduada em Psicologia pela UEM, Especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, Pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos pela Uninter – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

⁷ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Pós-Graduado em Neuropsicologia pela Unopar – e-mail: bruno.silva@faculdadeunicampo.edu.br – Orientador

Escolar em acolher demandas específicas, como o acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais especiais, e em promover intervenções direcionadas à saúde mental e ao bem-estar no ambiente profissional, conforme sugerido pela proposta de intervenção sobre a relação entre trabalho, saúde mental e realização. A Psicologia Escolar se apresenta, assim, como um espaço fundamental para o diálogo entre aspectos pedagógicos, emocionais e sociais, contribuindo para a formação integral dos estudantes do curso técnico. Este estudo reforça a necessidade de práticas educativas que valorizem a afetividade e a escuta ativa, em oposição a métodos autoritários, para favorecer o desenvolvimento pleno dos alunos, especialmente em contextos técnicos e profissionalizantes. Ressalta-se, ainda, o papel do psicólogo escolar como agente mediador e facilitador dessas transformações, promovendo a inclusão, o protagonismo estudantil e a construção de um ambiente escolar mais humanizado e eficaz.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Estágio. Curso Técnico. Relações Interpessoais. Evasão Escolar.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la actuación de la Psicología Escolar en el contexto del curso técnico en Estética del Colegio Estatal de Campo Mourão, a partir de observaciones y relatos de prácticas realizadas en la institución. La Psicología Escolar, como campo de intervención que busca promover el desarrollo integral de los estudiantes, desempeña un papel fundamental en el apoyo al proceso de enseñanza-aprendizaje, especialmente en cursos técnicos que implican demandas pedagógicas y socioemocionales específicas. A partir de la observación directa de las prácticas docentes y las interacciones entre profesoras y estudiantes, se identificaron diferentes dinámicas de vínculo afectivo y sus influencias en el aprendizaje significativo. En las clases de Anatomía y Psicología, se observó un ambiente acogedor, caracterizado por un diálogo abierto, escucha activa y respeto mutuo, favoreciendo el compromiso y la participación activa de las alumnas. Estas prácticas se alinean con los postulados teóricos de Wallon (2007), Damásio (1994) y Freire (1996), que resaltan la importancia de la afectividad, la empatía y el diálogo en la construcción del conocimiento y el desarrollo de la autonomía crítica de los alumnos. Por otro lado, también se observaron prácticas autoritarias y poco estimulantes en las clases de Legislación, impartidas por un profesor cuya conducta rígida y falta de receptividad a las dudas generaron un ambiente frío y poco propicio para el aprendizaje. Esta dicotomía evidencia la influencia directa de la postura docente sobre el clima del aula, afectando la motivación, autoestima y sensación de pertenencia de las alumnas. Los relatos de las estudiantes revelaron sentimientos de desvalorización, inseguridad y desinterés, destacando la necesidad urgente de intervenciones que promuevan un ambiente más inclusivo y respetuoso. Además, se identificó la importancia de la Psicología Escolar para acoger demandas específicas, como el acompañamiento de estudiantes con necesidades educativas especiales, y para promover intervenciones dirigidas a la salud mental y el bienestar en el ámbito profesional, tal como se sugiere en la propuesta de intervención sobre la relación entre trabajo, salud mental y realización. La Psicología Escolar se presenta así como un espacio fundamental para el diálogo entre aspectos pedagógicos, emocionales y sociales, contribuyendo a la formación integral de los estudiantes del curso técnico. Este estudio refuerza

la necesidad de prácticas educativas que valoricen la afectividad y la escucha activa, en oposición a métodos autoritarios, para favorecer el desarrollo pleno de los alumnos, especialmente en contextos técnicos y profesionalizantes. Se destaca, además, el papel del psicólogo escolar como agente mediador y facilitador de estas transformaciones, promoviendo la inclusión, el protagonismo estudiantil y la construcción de un ambiente escolar más humanizado y efectivo.

Palabras clave: Formateo. Artículo científico. Producción académico-científica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Psicologia Escolar tem expandido seu campo de atuação para além do tradicional acompanhamento clínico ou diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, assumindo um papel cada vez mais institucional, crítico e participativo dentro das escolas. Essa abordagem amplia o olhar para as dinâmicas pedagógicas, relações interpessoais e fatores socioemocionais que interferem no processo educativo. Nesse contexto, este artigo apresenta reflexões oriundas das vivências de estágio em Psicologia Escolar realizadas em turmas do curso técnico em Estética, ofertado por uma instituição pública de ensino na cidade de Campo Mourão – PR.

A escolha por investigar esse espaço se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre a atuação do psicólogo escolar em ambientes de educação profissionalizante, frequentemente negligenciados nos estudos da área. Os cursos técnicos carregam especificidades que os diferenciam do ensino regular, como a formação voltada para o mundo do trabalho, a diversidade de faixas etárias e realidades socioeconômicas, além de exigirem maior articulação entre teoria e prática. Tais elementos demandam estratégias pedagógicas e psicossociais que considerem a realidade concreta dos estudantes e promovam um ambiente escolar saudável, acolhedor e significativo.

Ao longo das observações realizadas, foram identificadas diversas situações que evidenciam tanto práticas docentes positivas, pautadas pelo vínculo, diálogo e respeito, quanto condutas autoritárias que dificultam a construção de uma aprendizagem crítica e participativa. Nesse cenário, a afetividade se revelou um fator central para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, em consonância com autores como Wallon (2007), Freire (1996) e Damásio (1994), que ressaltam a importância da relação afetiva entre educadores e educandos.

Este artigo tem como objetivo principal discutir, à luz da Psicologia Escolar e de referenciais teóricos pertinentes, as experiências de estágio vivenciadas em salas do curso técnico em Estética, analisando as interações entre professores e alunos, as estratégias pedagógicas utilizadas e as demandas emocionais emergentes. A intenção é contribuir para o fortalecimento de uma prática psicológica escolar comprometida com a escuta, a inclusão e a construção coletiva do conhecimento, especialmente em espaços ainda pouco explorados, como os cursos técnicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicologia Escolar e seu desenvolvimento no Brasil

A Psicologia Escolar é um campo de atuação e investigação voltado à compreensão e intervenção em questões que atravessam o contexto educacional, tanto no âmbito institucional quanto nas relações entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. No Brasil, esse campo foi historicamente marcado por uma atuação centrada na avaliação psicométrica, voltada à classificação de alunos a partir de testes psicológicos, reforçando lógicas excludentes e medicalizantes (Antunes, 2008).

Durante décadas, a Psicologia Escolar esteve atrelada a um modelo clínico tradicional, baseado na identificação de supostos déficits individuais dos estudantes. Essa abordagem, ancorada em uma lógica patologizante, negligenciava os fatores sociais, econômicos, históricos e institucionais que atravessam o processo educativo. Com o tempo, críticas a essa perspectiva impulsionaram transformações no campo, levando à construção de uma Psicologia Escolar crítica, que propõe intervenções voltadas à coletividade, à escuta ativa e à problematização das condições de aprendizagem (Patto, 1990).

Na atualidade, essa vertente crítica busca intervir nas práticas escolares, promovendo a reflexão coletiva de professores, estudantes e demais agentes institucionais. Nesse sentido, o psicólogo escolar atua como um mediador de processos, problematizando práticas cristalizadas e estimulando a participação de todos os sujeitos na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e democrático (Antunes, 2008).

A História do Curso Técnico

A educação profissional no Brasil possui origens que remontam ao período colonial, quando a formação prática era restrita às camadas populares, enquanto a elite se destinava ao

ensino formal e teórico. No século XIX, surgem as primeiras instituições dedicadas à formação técnica, como o Imperial Instituto dos Menores e o Liceu de Artes e Ofícios, voltadas à qualificação da mão de obra operária (Cunha, 2000).

Com a industrialização e as transformações do mundo do trabalho, o ensino técnico consolidou-se como estratégia de preparação de trabalhadores para funções específicas, frequentemente desvinculado da formação crítica e cidadã. Ao longo do século XX, políticas públicas voltadas à expansão da educação profissional contribuíram para sua consolidação no sistema educacional brasileiro, especialmente com a criação de instituições federais e estaduais de ensino técnico (Cunha, 2000).

Atualmente, os cursos técnicos integram a proposta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que busca articular formação técnica e conhecimentos gerais. Essa abordagem pretende superar a dicotomia entre trabalho e formação humana, ampliando as possibilidades de inserção social e profissional dos estudantes. No entanto, a fragmentação do ensino técnico ainda é uma realidade, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as dimensões subjetivas e sociais da aprendizagem, como propõe a Psicologia Escolar crítica.

A Importância do Vínculo Afetivo na Sala de Aula

O processo educativo envolve dimensões cognitivas, sociais e afetivas, sendo o vínculo estabelecido entre educadores e educandos um fator determinante para a construção do conhecimento. Wallon (2007) enfatiza que o desenvolvimento humano é integrado e que os afetos desempenham papel central na constituição do sujeito e na sua relação com o saber.

O ambiente escolar, marcado por relações interpessoais constantes, constitui-se como espaço privilegiado para o fortalecimento de vínculos afetivos. Professores que estabelecem relações empáticas, acolhedoras e respeitadas com seus alunos favorecem o engajamento, a motivação e o sentimento de pertencimento dos estudantes à escola (Schneider; Alves, 2023). Isso é particularmente relevante em cursos técnicos, nos quais os estudantes, muitas vezes, conciliam estudos com atividades laborais, enfrentando múltiplos desafios que podem impactar seu rendimento e permanência.

Assim, a Psicologia Escolar pode contribuir significativamente para a promoção de um ambiente afetivo positivo, mediando conflitos, escutando demandas e fortalecendo a cooperação entre os sujeitos escolares. O trabalho com vínculos afetivos se revela, portanto, uma estratégia essencial para a efetivação do direito à educação e para a construção de uma escola mais justa e humanizada.

Autoridade e Autoritarismo na Sala de Aula

A relação entre educador e educando envolve, inevitavelmente, a questão da autoridade. No entanto, é fundamental distinguir autoridade de autoritarismo. A autoridade legítima é aquela que se fundamenta na confiança, no respeito mútuo e na coerência entre discurso e prática. Já o autoritarismo se caracteriza pelo exercício do poder de forma impositiva, repressiva e desconsiderando a escuta do outro. No contexto escolar, o exercício autoritário da docência pode gerar medo, silenciamento e afastamento dos estudantes, comprometendo o processo de aprendizagem. Em contrapartida, quando o educador assume uma postura ética, dialógica e acolhedora, constrói-se um ambiente propício à participação, à autonomia e à aprendizagem significativa (Campos, 2014).

A Psicologia Escolar, nesse cenário, tem papel importante na mediação de relações e na formação continuada dos profissionais da educação, promovendo reflexões sobre práticas autoritárias e incentivando a construção de um ambiente escolar democrático. Essa discussão é especialmente pertinente no ensino técnico, em que os desafios da prática pedagógica frequentemente se entrelaçam com exigências do mercado e com a heterogeneidade das trajetórias dos estudantes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, que teve como objetivo analisar a dinâmica das relações pedagógicas e afetivas na sala de aula do curso técnico em Estética, no contexto de estágio em Psicologia Escolar.

A coleta de dados foi realizada pelos estagiários por meio de observações participantes, durante o estágio supervisionado em um colégio de Campo Mourão, ao longo de quatro semanas. As observações ocorreram em diferentes turmas do curso técnico de Estética, contemplando aulas teóricas e práticas das disciplinas de Anatomia, Psicologia e Legislação.

Foi adotada a técnica de observação direta, registrando-se as interações entre professor e alunas, a dinâmica das aulas, o ambiente emocional e os relatos das estudantes. Além disso, foram realizadas conversas informais com alunas e professores para melhor compreensão do contexto observado.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo buscando identificar os principais temas relacionados à afetividade, vínculo, autoritarismo e práticas pedagógicas no ambiente escolar. A fundamentação teórica que sustentou a interpretação dos dados foi baseada em autores como Wallon (2007), Damásio (1994), Freire (1996), Arroyo (2011) e Campos (2014).

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato dos participantes e o consentimento para realização do estágio e da pesquisa observacional.

DESENVOLVIMENTO

Durante as observações realizadas pelos estagiários no curso técnico de Estética, ficou evidente a importância do vínculo afetivo entre professoras e alunas para a construção de um ambiente propício à aprendizagem significativa. Na aula de Anatomia, por exemplo, a postura dinâmica e didática da professora, que utilizava metáforas e exemplos práticos, aliada a uma relação de respeito e confiança, favoreceu a participação ativa das estudantes. Conforme Wallon (2007), o vínculo afetivo é fundamental para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma eficaz, pois a afetividade atua como mediadora entre o aluno e o conhecimento. Damásio (1994) reforça que essa relação não se restringe à infância, mas permanece essencial em todos os níveis educacionais, manifestando-se por meio de respeito mútuo, empatia e escuta ativa. Além disso, a partir da perspectiva de Paulo Freire (1996), o ensino que valoriza o diálogo e a presença afetiva cria possibilidades para o desenvolvimento da criatividade, criticidade e autonomia dos estudantes, como foi observado no ambiente acolhedor da sala de Anatomia.

Em contrapartida, as aulas conduzidas pelo professor de Legislação evidenciaram os prejuízos decorrentes de práticas autoritárias e da ausência do vínculo afetivo. O relato das alunas aos estagiários, apontou uma postura ríspida e distante do docente, que não estimulava a participação, respondendo às dúvidas com arrogância e desinteresse. Tal ambiente se caracteriza, segundo Wallon (2007), pela desconexão dos alunos com o processo educativo, tornando as

tarefas mecânicas e desprovidas de significado. Freire (1996) adverte que a falta de acolhimento transforma a sala de aula em um espaço frio e hostil, e como consequência, isso dificulta a expressão e participação ativa dos estudantes. Damásio (1994) complementa afirmando que o desconforto emocional reduz a capacidade cognitiva do aluno, prejudicando atenção e assimilação dos conteúdos. Nesse contexto, o autoritarismo e a ausência de diálogo, conforme Campos (2014) e Furlani (1991), fragilizam a formação crítica e a autonomia, promovendo um sentimento de não pertencimento que pode levar à evasão escolar.

Em contraste, a aula de Psicologia demonstrou a relevância de um espaço democrático e acolhedor para o desenvolvimento do protagonismo discente. A docente favoreceu o engajamento das alunas ao estabelecer uma relação pautada na escuta ativa e no respeito mútuo, permitindo que as estudantes expressassem suas vivências profissionais e emocionais. Essa prática pedagógica alinhada à autoridade legítima, conforme Furlani (1991), possibilita a construção de saberes a partir da troca e valorização das experiências, promovendo um ambiente leve e participativo. A abordagem favoreceu a externalização de sentimentos de frustração e desvalorização, evidenciando a escola como espaço de escuta e acolhimento crítico, fundamental para a formação cidadã.

Por fim, a proposta de intervenção apresentada pelos estagiários sob orientação da professora supervisora do estágio, voltada para a relação entre trabalho, saúde mental e realização profissional, reflete uma compreensão aprofundada das demandas das alunas e a intenção de promover uma educação emancipadora. Essa iniciativa aponta para o papel da Psicologia Escolar como agente facilitador da reflexão crítica e do fortalecimento da saúde emocional no ambiente educacional e profissional, alinhando-se aos princípios de uma prática pedagógica que valoriza o diálogo, a afetividade e o protagonismo estudantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações realizadas pelos estagiários do Estágio Básico em Psicologia Escolar no curso técnico de Estética evidenciaram que o estabelecimento do vínculo afetivo entre professores e alunos é um fator decisivo para a promoção de um ambiente de aprendizagem significativo e humanizado. Nas aulas conduzidas com postura acolhedora e dialogante, como na disciplina de Anatomia, as estudantes demonstraram maior engajamento, participação ativa e compreensão dos conteúdos. Tal fato corrobora as teorias de Wallon (2007), que enfatizam a

afetividade como mediadora do processo educacional, e Damásio (1994), que relaciona o bem-estar emocional à capacidade cognitiva. A afetividade no ensino cria um ambiente de segurança psicológica que favorece o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, conforme defendido por Paulo Freire (1996).

Por outro lado, os relatos das alunas e as observações sobre a disciplina de Legislação revelaram uma prática pedagógica autoritária e pouco dialogada, marcada pela rigidez do professor e pela ausência de escuta ativa. Esse ambiente, marcado pela falta de empatia e pela comunicação agressiva, gerou desmotivação, silêncio e distanciamento, prejudicando a aprendizagem e o interesse das estudantes. Tais aspectos confirmam os alertas de Campos (2014) e Furlani (1991) sobre os impactos negativos do autoritarismo na formação crítica e na construção do pertencimento escolar. O ambiente escolar, quando marcado por relações hierárquicas rígidas, limita o desenvolvimento do protagonismo estudantil e pode contribuir para a evasão.

A aula de Psicologia apresentou um contraste importante, destacando a relevância da escuta ativa e do acolhimento para que as alunas pudessem manifestar suas experiências e dificuldades, sobretudo em relação ao ambiente profissional. Essa dinâmica evidencia a escola como espaço potencial de reflexão crítica e suporte emocional, papel que a Psicologia Escolar deve reforçar para fortalecer a saúde mental e o desenvolvimento integral dos estudantes. A proposta de intervenção relacionada à saúde mental e ao trabalho reafirma a necessidade de práticas educativas que considerem a dimensão afetiva e social dos alunos, alinhadas a uma perspectiva emancipadora do ensino.

Em síntese, os resultados indicam que a qualidade das relações interpessoais na sala de aula — especialmente o vínculo afetivo e a escuta — é fundamental para o sucesso educativo e para a construção de um ambiente democrático e inclusivo. O contraste entre práticas pedagógicas acolhedoras e autoritárias evidencia o impacto direto dessas abordagens na motivação, participação e aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, a Psicologia Escolar tem um papel estratégico para intervir na promoção de ambientes educacionais mais justos, humanizados e que respeitem as diferenças, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes de cursos técnicos, como o de Estética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo produto da prática dos estagiários do Estágio Básico em Psicologia Escolar, evidenciou a importância da afetividade e do vínculo estabelecido entre professores e alunos no contexto do curso técnico em Estética para a construção de um ambiente de aprendizagem significativo e motivador. Observou-se que práticas pedagógicas pautadas no diálogo, na escuta ativa e no respeito mútuo favorecem o engajamento dos estudantes, o desenvolvimento da autonomia e a construção do pensamento crítico, alinhando-se aos princípios da Psicologia Escolar e das teorias educacionais contemporâneas.

Por outro lado, as experiências em que prevaleceram posturas autoritárias e a ausência de acolhimento demonstraram o impacto negativo sobre a participação dos alunos, sua motivação e sua capacidade de aprendizagem. Tais resultados reforçam a necessidade de formação docente contínua que valorize não apenas o domínio dos conteúdos, mas também as habilidades socioemocionais e relacionais, essenciais para a promoção de uma educação inclusiva e humanizada.

Assim, conclui-se que a atuação do psicólogo escolar pode contribuir significativamente para o fortalecimento das relações interpessoais no ambiente educacional, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e colaborando para a construção de uma prática pedagógica mais democrática, acolhedora e eficiente. A escola, enquanto espaço de formação e socialização, deve estar atenta às demandas emocionais e sociais dos alunos, sobretudo em cursos técnicos, onde as particularidades do ensino e da formação profissional requerem uma abordagem multidimensional.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre as práticas pedagógicas em cursos técnicos e a intervenção do psicólogo escolar, visando ampliar o conhecimento e aprimorar as estratégias de apoio ao processo educacional, garantindo ambientes escolares mais inclusivos, respeitosos e estimulantes para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. In: *Revista semestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional*. V. 12, p. 469-475, 2008.

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2011.

CAMPOS, Lorena de Paula. Autoridade, autoritarismo e suas implicações no âmbito escolar.

Intercursos, Ituiutaba, v. 13, n. 1, p. 15-30, jan./jun. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, ago. 2000.

DAMÁSIO, Antonio R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. *Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?* São Paulo: Editora Cortez, 1991.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

SCHNEIDER, Eduarda Cassiane; ALVES, André Luciano. *A importância do vínculo afetivo na aprendizagem escolar*. [S. l.]: Seven Editora, 2023.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR COM ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Mariana Rispár Panagá¹ – Unicampo
Sirley da Silva Santos² – Unicampo
Lais dos Santos Fantinati³ – Unicampo
Sarah Casali Cordeiro⁴ – Unicampo
Bruno Urbano da Silva⁵ – Unicampo

GRUPO DE TRABALHO: 14 Outros temas emergentes

RESUMO

Este trabalho apresenta o Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, realizado em um colégio estadual da cidade de Campo Mourão, com ênfase na atuação junto à turma do 3º ano do Ensino Médio do período da noite. O foco da experiência foi compreender e intervir diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos, como evasão escolar, desmotivação, baixa autoestima e fragilidade do vínculo afetivo com a instituição. A problemática que norteou o estágio foi: de que maneira a Psicologia Escolar pode contribuir para o desenvolvimento pessoal e a permanência dos estudantes na escola? O objetivo geral consistiu em observar a dinâmica relacional da turma e desenvolver intervenções que favorecessem o autoconhecimento, o fortalecimento dos laços escolares e a reflexão sobre o futuro acadêmico e profissional. Partiu-se da hipótese de que ações fundamentadas na escuta ativa, no acolhimento e no estímulo à participação poderiam influenciar positivamente a motivação dos alunos, contribuindo para sua permanência na escola. A metodologia empregada foi qualitativa, com abordagem quali-quantitativa, combinando técnicas de observação participante, registros reflexivos e aplicação de dinâmicas grupais como estratégias de intervenção. As atividades foram planejadas com base em referenciais da Psicologia Escolar Crítica, buscando compreender os alunos em seu contexto social, institucional e histórico, e não apenas a partir de suas características individuais. Os principais resultados evidenciaram a importância de práticas integrativas, colaborativas e dialógicas no ambiente escolar. Constatou-se que muitos estudantes vivenciam sentimentos de exclusão, insegurança e desamparo, os quais se refletem no comportamento em sala de aula e na relação com os conteúdos escolares. As intervenções realizadas promoveram espaços de fala, troca de experiências e fortalecimento da identidade estudantil, criando oportunidades para que os alunos refletissem sobre seus projetos de vida e se sentissem mais pertencentes ao espaço escolar. A experiência possibilitou identificar o papel fundamental do psicólogo escolar como mediador das relações humanas na escola, atuando de forma ética e comprometida com a promoção do bem-estar, da escuta qualificada e da transformação das práticas escolares. Conclui-

¹ - Acadêmica de Psicologia – e-mail: marianarrp2@gmail.com

² - Acadêmica de em Psicologia – e-mail: sssantos07@hotmail.com

³ - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá– e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁴ - Graduada em Psicologia pela UEM, Especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, Pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos pela Uninter – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

⁵ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Pós-Graduado em Neuropsicologia pela Unopar – e-mail: bruno.silva@faculdadeunicampo.edu.br – Orientador

se que a Psicologia Escolar pode exercer uma função estratégica na construção de ambientes educacionais mais inclusivos, democráticos e afetivamente seguros, contribuindo não apenas para a permanência dos alunos, mas para a valorização de suas histórias, potencialidades e subjetividades.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Evasão Escolar. Motivação. Intervenção Psicológica. Vínculo Escolar.

RESUMEN

Este trabajo presenta la experiencia del Estudio Supervisado en Psicología Escolar y Educacional, realizado en una escuela pública estatal de la ciudad de Campo Mourão, con énfasis en el trabajo junto al 3º año de la Enseñanza Media. El foco de la práctica fue comprender e intervenir ante las dificultades enfrentadas por los estudiantes, tales como la deserción escolar, la desmotivación, la baja autoestima y la fragilidad del vínculo afectivo con la institución. La pregunta orientadora del estudio fue: ¿de qué manera la Psicología Escolar puede contribuir al desarrollo personal y a la permanencia de los estudiantes en la escuela? El objetivo general consistió en observar la dinámica relacional del grupo y desarrollar intervenciones que favorecieran el autoconocimiento, el fortalecimiento de los lazos escolares y la reflexión sobre el futuro académico y profesional. Se partió de la hipótesis de que acciones fundamentadas en la escucha activa, en la acogida y en el estímulo a la participación podrían influir positivamente en la motivación de los alumnos, contribuyendo a su permanencia en el espacio escolar. La metodología adoptada fue cualitativa, con enfoque cuali-cuantitativo, combinando técnicas de observación participante, registros reflexivos y dinámicas grupales como estrategias de intervención. Las actividades fueron planificadas a partir de los fundamentos de la Psicología Escolar Crítica, buscando comprender a los estudiantes dentro de su contexto social, institucional e histórico, y no solamente a partir de sus características individuales. Los principales resultados demostraron la importancia de prácticas integradoras, colaborativas y dialógicas en el ambiente educativo. Se constató que muchos estudiantes experimentan sentimientos de exclusión, inseguridad y desamparo, los cuales se reflejan en su comportamiento en clase y en su relación con los contenidos escolares. Las intervenciones desarrolladas promovieron espacios de diálogo, intercambio de experiencias y fortalecimiento de la identidad estudiantil, creando oportunidades para que los jóvenes reflexionaran sobre sus proyectos de vida y se sintieran más integrados al entorno escolar. La experiencia permitió identificar el papel fundamental del psicólogo escolar como mediador de las relaciones humanas en la escuela, actuando de forma ética y comprometida con el bienestar, la escucha calificada y la transformación de las prácticas educativas. Se concluye que la Psicología Escolar puede ejercer una función estratégica en la construcción de ambientes escolares más inclusivos, democráticos y afectivamente seguros, contribuyendo no solo a la permanencia de los estudiantes, sino también a la valorización de sus historias, potencialidades y subjetividades.

Palabras clave: Psicología Escolar. Deserción Escolar. Motivación. Intervención Psicológica. Vínculo Escolar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As considerações iniciais deste trabalho apresentam a contextualização do tema da Psicologia Escolar e sua atuação frente aos desafios enfrentados pelos alunos do Ensino Médio, em especial aqueles relacionados à evasão escolar, à desmotivação e à fragilidade do vínculo com a escola. O presente estudo tem como finalidade analisar a importância da intervenção psicológica na promoção do desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes, bem como identificar estratégias que possam contribuir para sua permanência e sucesso escolar. O tema central deste artigo aborda o papel do psicólogo escolar na mediação das dificuldades emocionais e sociais que impactam o desempenho e a continuidade dos alunos no ambiente educacional.

O problema de pesquisa que orienta esta investigação é: como a Psicologia Escolar pode contribuir para o desenvolvimento e permanência dos estudantes na escola? Para responder a essa questão, o estudo se propõe a observar a dinâmica da turma do 3º ano B do Ensino Médio, realizar intervenções que promovam o autoconhecimento e a reflexão sobre o futuro profissional dos alunos, além de fortalecer o vínculo entre estudantes, educadores e a instituição escolar.

O objetivo geral consiste em compreender e intervir nas dificuldades apresentadas pelos estudantes, visando a melhoria da motivação e do desempenho acadêmico. Entre os objetivos específicos destacam-se: identificar fatores que contribuem para a evasão escolar, promover a escuta ativa dos alunos e aplicar atividades que favoreçam a construção do vínculo escolar. A hipótese levantada pressupõe que a intervenção psicológica pautada na escuta ativa e no fortalecimento das relações interpessoais dentro da escola pode influenciar positivamente a motivação dos estudantes e seu comprometimento com a trajetória educacional.

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na relevância de se oferecer suporte psicológico aos alunos em um momento crucial de sua vida acadêmica e pessoal, quando enfrentam desafios que podem impactar diretamente sua continuidade escolar e escolhas futuras. Dessa forma, a Psicologia Escolar emerge como uma área fundamental para a promoção do bem-estar, prevenção da evasão e para a construção de um ambiente educativo mais acolhedor e inclusivo.

Em termos metodológicos, esta pesquisa tem natureza aplicada, pois busca aplicar conhecimentos para resolver problemas concretos vivenciados no contexto escolar. Adota uma abordagem quali-quantitativa, integrando a compreensão aprofundada dos fenômenos a partir da

observação qualitativa e a análise de dados quantitativos coletados. Os procedimentos técnicos para coleta de dados incluíram a observação participante, realizada ao longo do estágio supervisionado, e intervenções diretas com os alunos, por meio de atividades reflexivas e rodas de conversa, que possibilitaram a escuta ativa e a coleta de relatos sobre suas experiências e percepções. Complementarmente, registros sistemáticos foram realizados para documentar as dinâmicas da turma e os efeitos das intervenções. Dessa maneira, o presente estudo alia fundamentação teórica e práticas empíricas para investigar e intervir nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes, com o intuito de contribuir para o fortalecimento do vínculo escolar e a promoção da permanência na escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre a Psicologia e a escola é marcada por uma trajetória histórica densa, que envolve aproximações, distanciamentos e reformulações conceituais e práticas. No Brasil, essa articulação começou a ganhar corpo a partir da década de 1930, quando a Psicologia ainda estava vinculada aos cursos de Filosofia e Pedagogia, contexto que favoreceu sua inserção no campo educacional. Essa aproximação inicial foi pautada por uma visão de aplicação direta de conhecimentos psicológicos ao campo da educação, com a expectativa de que a Psicologia pudesse oferecer respostas às dificuldades escolares, muitas vezes centradas no aluno.

Segundo Meira e Antunes (2003), a Psicologia da Educação surgiu como “uma área de conhecimentos que se propunha a estudar questões importantes que interessavam à educação escolar” e só se consolidou como prática profissional na década de 1940, momento em que se delineia o papel do psicólogo escolar como aquele responsável por “resolver problemas escolares”. Esse modelo inicial, amplamente difundido, consolidava uma visão tecnicista da Psicologia na escola, em que o psicólogo era convocado a intervir sobre o aluno tido como “problemático”, muitas vezes com uma abordagem medicalizante e individualizante.

Contudo, com o tempo, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, esse modelo começou a ser criticado por psicólogos e estudiosos do campo educacional, dando lugar a uma concepção mais crítica da Psicologia Escolar. Essa transformação implicou, também, uma diferenciação entre Psicologia Escolar e Psicologia Educacional, ainda que essas áreas mantenham uma relação de complementaridade. A Psicologia Escolar passou a ser entendida como o campo de atuação direta no ambiente educacional, envolvendo intervenções junto aos

sujeitos e práticas escolares, enquanto a Psicologia Educacional consolidou-se como subárea voltada à produção de conhecimento teórico sobre os processos psicológicos implicados na educação.

De acordo com Antunes (2008), a Psicologia Educacional é uma subárea da Psicologia que se dedica a compreender o fenômeno psicológico constitutivo do processo educativo. Ou seja, ela investiga como ocorrem o desenvolvimento, a aprendizagem, a motivação, a cognição, as emoções e outros aspectos psicológicos que influenciam o ato de ensinar e aprender. Seu objetivo é fornecer subsídios teóricos que sustentem práticas pedagógicas mais eficazes, sensíveis e democráticas. Conforme o autor, a produção de saberes da Psicologia Educacional tem como vocação a melhoria contínua das práticas escolares e o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, não a partir de diagnósticos clínicos, mas da compreensão do contexto social e institucional onde tais dificuldades se manifestam.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar, ao se afastar de um modelo clínico centrado no aluno, passa a adotar uma postura crítica e contextualizada. Franco (2001) é uma das autoras que apontam essa necessária mudança de paradigma: para ela, a atuação do psicólogo escolar deve ir além da lógica de diagnóstico e tratamento individual, voltando-se para a análise das práticas escolares em sua totalidade. Isso implica considerar os determinantes sociais, culturais e históricos que atravessam o cotidiano escolar, reconhecendo que as dificuldades de aprendizagem muitas vezes expressam contradições do próprio sistema educacional. O psicólogo, assim, deve atuar como mediador, promovendo espaços de reflexão coletiva entre professores, gestores, estudantes e famílias, e colaborando para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

A crítica à visão medicalizante também é compartilhada por Patto (1990), cuja obra clássica “A produção do fracasso escolar” apresenta uma análise contundente sobre como o sistema educacional reproduz exclusões e responsabiliza individualmente os alunos pelo insucesso escolar. Para a autora, o fracasso escolar é historicamente produzido pela própria escola, que se organiza de maneira excludente, elitista e descolada das realidades socioculturais dos estudantes. O aluno que não se ajusta ao modelo hegemônico de ensino é frequentemente rotulado como incapaz, desinteressado ou com algum tipo de transtorno, sem que se leve em consideração o papel da escola na construção dessas trajetórias de fracasso. A Psicologia Escolar, portanto, deve

se posicionar de forma crítica frente a essas naturalizações, promovendo um olhar mais sensível, coletivo e ético sobre os sujeitos escolares.

Um dos desdobramentos das práticas excludentes no contexto escolar é a evasão escolar, fenômeno que representa um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea. A evasão diz respeito à saída precoce do estudante do sistema escolar, antes da conclusão de uma etapa de ensino. Embora muitas vezes seja atribuída a causas individuais — como desmotivação, baixa capacidade intelectual ou problemas familiares — a evasão escolar, sob uma perspectiva crítica, deve ser compreendida como expressão das contradições sociais e educacionais que atravessam a escola.

A Psicologia Escolar Crítica propõe uma leitura desse fenômeno que desloca a responsabilidade do indivíduo para o coletivo e para o sistema. Franco (2001) destaca que a evasão muitas vezes reflete uma escola que falha em oferecer pertencimento, acolhimento e práticas significativas para os estudantes. Quando o ambiente escolar não reconhece as singularidades dos alunos, não dialoga com suas vivências e não propõe metodologias condizentes com sua realidade, o risco de evasão se intensifica. Nesse contexto, o papel do psicólogo escolar é contribuir com ações que fortaleçam o vínculo dos alunos com a escola, escutando suas demandas, promovendo espaços de diálogo e incentivando transformações na organização escolar.

Patto (1990) reforça esse ponto ao argumentar que a evasão é frequentemente o ponto final de um longo processo de fracasso escolar, em que o estudante vai, pouco a pouco, se afastando cognitivamente e emocionalmente da escola. A evasão, nesse sentido, não é um evento súbito, mas resultado de um acúmulo de exclusões, invisibilizações e experiências negativas com a instituição escolar. Cabe ao psicólogo escolar, então, agir preventivamente, identificando sinais de afastamento, propondo intervenções junto à comunidade escolar e articulando estratégias interdisciplinares que considerem os contextos sociais e familiares dos alunos.

Dessa forma, a Psicologia Escolar, ancorada em uma abordagem crítica, deve promover ações que contribuam não apenas para a permanência dos estudantes na escola, mas para a construção de um ambiente educacional que seja verdadeiramente inclusivo, democrático e transformador. Isso exige um compromisso ético com os princípios de justiça social, equidade e

valorização da diversidade. O psicólogo não atua apenas como técnico, mas como agente político, capaz de questionar estruturas opressoras e propor novos caminhos para a educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada no contexto do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional foi de natureza aplicada, pois teve como finalidade intervir em uma realidade concreta, promovendo transformações no ambiente escolar por meio da atuação psicológica. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, com elementos quantitativos, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa. A escolha por esse tipo de abordagem se justifica pela necessidade de compreender a realidade educacional em sua complexidade, considerando não apenas os dados objetivos, como frequência de participação e número de alunos envolvidos, mas principalmente os aspectos subjetivos e relacionais envolvidos nas vivências escolares.

Os procedimentos técnicos utilizados englobaram a observação participante, o registro de diário de campo e a realização de intervenções grupais com os estudantes do 3º ano Ensino Médio, de um Colégio da rede Estadual de Campo Mourão. A observação participante permitiu compreender as dinâmicas da turma, as interações entre os estudantes, bem como os modos de atuação dos professores e da equipe pedagógica. Por meio do diário de campo, foram registradas impressões, comportamentos e falas significativas que possibilitaram uma análise mais aprofundada do contexto escolar.

As intervenções consistiram em encontros planejados com os alunos, nos quais foram desenvolvidas atividades com foco no autoconhecimento, projeto de vida e orientação profissional, utilizando técnicas de grupo, rodas de conversa e dinâmicas de sensibilização. Essas ações tinham como objetivo fomentar a reflexão dos estudantes sobre suas trajetórias, motivações e expectativas em relação ao futuro, contribuindo para o fortalecimento do vínculo com a escola e para a prevenção da evasão escolar.

A escolha dos métodos e instrumentos foi fundamentada na perspectiva crítica da Psicologia Escolar, conforme as contribuições de Franco (2001) e Patto (1990), que defendem uma atuação voltada para o enfrentamento das desigualdades educacionais e para a promoção de práticas mais inclusivas e democráticas no espaço escolar. Dessa forma, os procedimentos metodológicos

adotados buscaram articular teoria e prática, garantindo uma escuta ativa das demandas escolares e promovendo intervenções significativas a partir das necessidades observadas.

DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento do Estágio Básico em Psicologia Escolar, a atuação das estagiárias com a orientação da professora supervisora, foi voltada para a observação detalhada das dinâmicas da turma do 3º ano Ensino Médio de um Colégio Estadual de Campo Mourão, bem como para a realização de intervenções que pudessem promover a reflexão e o fortalecimento dos vínculos dos alunos com o ambiente escolar. A turma, composta por estudantes em fase crucial de transição para a vida adulta e profissional, apresentava sinais claros de desmotivação, evasão e fragilidade no vínculo com a escola, questões que motivaram a investigação e as ações propostas.

A observação participante possibilitou às alunas estagiárias identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes, entre elas a falta de engajamento nas atividades escolares, o baixo rendimento acadêmico e a evasão silenciosa, manifestada pela ausência frequente e pelo desinteresse explícito em relação ao processo de aprendizagem. Além disso, foi possível perceber a importância do relacionamento entre alunos e professores, onde a escuta e a empatia surgiram como elementos essenciais para a criação de um ambiente acolhedor e motivador.

As intervenções grupais foram planejadas com antecedência pelas estagiárias em supervisão de estágio, e buscaram criar espaços seguros para que os estudantes pudessem expressar suas angústias, dúvidas e expectativas, sobretudo no que diz respeito ao futuro profissional e à continuidade dos estudos. Por meio de dinâmicas de grupo, rodas de conversa e atividades de autoconhecimento, os alunos foram estimulados a refletir sobre seus interesses, habilidades e valores, promovendo maior consciência sobre as escolhas que precisam fazer para alcançar seus objetivos. O acesso às informações expressas pelos alunos só foi possível porque as estagiárias construíram vínculo com os alunos durante as observações ativas. Essa metodologia contribuiu para a construção de um vínculo mais sólido também com a escola, evidenciando a importância da Psicologia Escolar como agente facilitador de processos de desenvolvimento e permanência escolar.

Além disso, o trabalho contemplou a articulação com a equipe pedagógica, envolvendo professores e gestores em diálogos sobre as necessidades da turma e estratégias para a promoção

da permanência e do sucesso escolar. Essa interação entre as estagiárias e a equipe da escola permitiu identificar práticas pedagógicas que podem ser revistas e adaptadas para melhor atender às demandas dos estudantes, reforçando o caráter coletivo e interdisciplinar da atuação psicológica no contexto educacional.

O desenvolvimento da pesquisa demonstrou às alunas pela práxis, ou seja, pelo saber teórico e pela prática de estágio que a atuação do psicólogo escolar transcende o atendimento individual e clínico, assumindo um papel mais amplo, crítico e propositivo, que considera as condições sociais, culturais e institucionais que influenciam o processo educacional. Assim, a Psicologia Escolar se consolida como uma ferramenta essencial para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo, justo e democrático, no qual todos os sujeitos possam encontrar espaço para aprender, crescer e se desenvolver.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos ao longo do Estágio Básico em Psicologia Escolar evidenciaram a complexidade dos fatores que influenciam a evasão e a desmotivação dos estudantes da turma do 3º ano do Ensino Médio do período noturno de um colégio da rede estadual da cidade de Campo Mourão. A observação e as intervenções realizadas revelaram que as dificuldades enfrentadas pelos alunos vão além das questões individuais, estando profundamente enraizadas nas práticas e relações institucionais da escola, assim como nas condições sociais que os estudantes vivenciam fora do ambiente escolar.

Foi possível identificar que muitos alunos manifestam uma percepção de distanciamento entre o conteúdo escolar e suas reais expectativas e interesses, o que contribui para a falta de engajamento e a evasão silenciosa, pois dessa forma, a atividade de estudo esvazia-se de sentido para o aluno. Esse afastamento está relacionado à percepção de que a escola não dialoga com suas experiências e necessidades, reforçando um ambiente pouco acolhedor e pouco significativo para eles. Essas observações corroboram as ideias de Franco (2001) e Patto (1990), que apontam para a necessidade de uma Psicologia Escolar crítica, capaz de considerar os multideterminantes sociais, culturais, econômicos e institucionais que influenciam o processo educativo e a permanência dos alunos, e não apenas fatores isolados.

As intervenções realizadas, fundamentadas na escuta ativa e no fortalecimento do vínculo escolar, mostraram-se promissoras para o desenvolvimento da motivação dos estudantes. Atividades de autoconhecimento e rodas de conversa propiciaram espaços de segurança e

conforto para que os alunos refletissem sobre suas trajetórias pessoais e acadêmicas, além de discutirem suas expectativas para o futuro profissional. Essa abordagem colaborou para a construção de um vínculo mais forte entre os alunos e a escola, reforçando a importância de práticas integrativas e coletivas para a prevenção da evasão escolar.

Além disso, a colaboração com a equipe pedagógica permitiu a reflexão conjunta sobre as práticas educativas, evidenciando a necessidade de adaptações que promovam maior inclusão e valorização da diversidade cultural e social dos estudantes. Essa interação também destacou o papel do psicólogo escolar como mediador e agente de transformação, alinhado com a perspectiva crítica defendida pelos autores citados, que ultrapassa a visão medicalizante e individualizante da dificuldade escolar.

Por fim, a análise dos dados indica que o sucesso da permanência escolar está diretamente relacionado a um ambiente educativo que reconheça e acolha as especificidades dos alunos, promovendo uma educação que vá além da simples transmissão de conteúdos, mas que traga sentido às vivências e contextos sociais dos estudantes. Nesse sentido, a Psicologia Escolar se mostra fundamental para fomentar práticas educativas que contribuam para a redução da evasão e para a construção de um ambiente escolar mais justo, inclusivo e motivador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho reforçam que a atuação da Psicologia Escolar junto à turma do 3º ano do Ensino Médio do período noturno o colégio da rede estadual de Campo Mourão revelou-se essencial para compreender e enfrentar as dificuldades relacionadas à evasão e à desmotivação dos estudantes. A partir da observação participante e das intervenções realizadas, foi possível constatar que a simples individualização dos problemas não é suficiente para explicar ou solucionar os desafios enfrentados. É fundamental adotar uma abordagem crítica que considere as condições sociais, culturais e institucionais que influenciam o processo educativo e a permanência dos alunos na escola.

Os objetivos propostos foram atingidos, visto que as intervenções promoveram momentos de reflexão, autoconhecimento e fortalecimento do vínculo escolar, elementos que demonstraram impacto positivo na motivação dos estudantes. A hipótese de que a escuta ativa e a criação de espaços de diálogo contribuem para melhorar o engajamento dos alunos foi confirmada pelas respostas observadas durante as atividades. A experiência do estágio também evidenciou a importância do psicólogo escolar como mediador entre alunos, professores e demais membros

da comunidade escolar, atuando para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos estudantes.

Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o campo de atuação da Psicologia Escolar, investigando outras turmas e contextos, bem como aprofundem a análise das práticas pedagógicas e institucionais que possam colaborar para a superação da evasão e fortalecer a permanência escolar. Sugere-se também o desenvolvimento de programas contínuos de intervenção psicológica que integrem ações com alunos, famílias, professores e gestores, fortalecendo a rede de apoio escolar e promovendo um ambiente educativo mais acolhedor e democrático.

Por fim, este estudo reforça a relevância da Psicologia Escolar enquanto instrumento de transformação social, capaz de contribuir para a redução das desigualdades no ambiente educacional e para a construção de uma escola que acolha, valorize e motive todos os seus estudantes, ampliando assim suas possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469–475, dez. 2008.
- FRANCO, M. C. L. A psicologia escolar no Brasil: apontamentos sobre sua constituição. In: ANDRADE, M. F. P.; SOUZA, V. M. R. (org.). *Psicologia escolar: campo profissional e práticas sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 55–76.
- MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (org.). *Psicologia escolar: práticas críticas*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. v. 1.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Samara Krupek Donaire Universidade Estadual do Paraná – campus de Campo Mourão¹
Débora Francischini Boian Universidade Estadual do Paraná – campus de Campo Mourão²

GRUPO DE TRABALHO 14: Outros temas emergentes

RESUMO

O trabalho pedagógico com alunos que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma formação continuada de modo a capacitar os professores a compreenderem as especificidades desse diagnóstico, a planejarem estratégias de ensino diferenciadas e a promoverem ambientes de aprendizagem inclusivos. Diante disso, objetivou-se investigar a relevância da formação de professores para a atuação com alunos com TEA na Educação Básica. Buscou-se responder a seguinte questão-problematizadora: Qual a relevância da formação de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica? A pesquisa desenvolveu-se com uma abordagem de cunho qualitativo, por meio de revisão bibliográfica, com base em dados coletados no Google Acadêmico e no Scielo, no período de, 2019 a 2024. A análise dos artigos evidenciou que, embora a formação continuada seja um elemento crucial para o avanço da educação inclusiva, ainda existem inúmeros desafios que precisam ser enfrentados. Percebe-se que esses desafios estão relacionados a falta de políticas públicas efetivas voltadas para a inclusão de alunos com deficiência e a falta de suporte que, muitas vezes, deixam os professores do ensino regular sem o preparo necessário para atender às demandas pedagógicas de alunos com TEA. Diante desse cenário, conclui-se que há uma necessidade de reformular o sistema de ensino brasileiro, buscando medidas que garantam a qualificação dos professores e a qualidade de ensino na educação básica, de modo a efetivar a educação inclusiva.

Palavras-chave: Formação Continuada; Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação Básica.

RESUMEN

El trabajo pedagógico con alumnos con Trastorno del Espectro Autista (TEA) requiere una formación continua que permita a los docentes comprender las especificidades de este diagnóstico, planificar estrategias de enseñanza diferenciadas y promover entornos de aprendizaje inclusivos. Teniendo esto en cuenta, el objetivo fue investigar la relevancia de la formación del profesorado para el trabajo con alumnos con TEA en educación primaria. Se buscó responder a la siguiente pregunta: ¿Cuál es la relevancia de la formación docente para la inclusión de alumnos con Trastorno del Espectro Autista en la educación primaria? La investigación se desarrolló con un enfoque cualitativo, a través de una revisión bibliográfica,

¹ Graduada do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná- Campus de Campo Mourão e atua na área de Educação Especial como assistente terapêutica pela uniclínica- Araruna-pr. e-mail: samaradonaire.sd03@gmail.com

² Mestre em educação-professora colaboradora do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná- Campus de Campo Mourão. e-mail: debora.boian@unespar.edu.br

basada en datos recogidos en Google Scholar y Scielo, desde 2019 hasta 2024. El análisis de los artículos mostró que, aunque la formación continua es un elemento crucial para el avance de la educación inclusiva, todavía existen numerosos desafíos que deben ser enfrentados. Estos desafíos están relacionados con la falta de políticas públicas efectivas dirigidas a la inclusión de alumnos con discapacidad y la falta de apoyo que muchas veces deja a los profesores regulares sin la preparación necesaria para atender las demandas pedagógicas de los alumnos con TEA. Ante este escenario, se puede concluir que es necesario reformular el sistema educativo brasileño, buscando medidas que garanticen la cualificación de los profesores y la calidad de la enseñanza en la educación básica, para que la educación inclusiva sea una realidad.

Palabras clave: Educación Permanente; Inclusión Escolar; Trastorno del Espectro Autista (TEA); Educación Básica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O crescente número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), no Brasil, revela a necessidade de repensar práticas pedagógicas e assegurar o direito à educação inclusiva. Os dados do Censo Escolar de 2022 apontam que 429.521 alunos com TEA estão matriculados em escolas regulares brasileiras e, apesar dos avanços legais, como a Lei nº 12.764/2012, que assegura direitos aos educandos com TEA, as práticas pedagógicas ainda enfrentam dificuldades para concretizar a uma educação inclusão de forma efetiva.

No cotidiano escolar, é comum os profissionais da educação relatarem não se sentirem preparados para lidar com as especificidades dos alunos com TEA, revelando assim, uma das lacunas na formação inicial e na formação continuada dos professores. Diante dessa realidade, parte-se da seguinte questão-problematizadora: Qual é a relevância da formação de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica?

Alves (2007) e Virgínio (2009) apontam que a formação docente, no Brasil, foi historicamente marcada por abordagens tradicionais e tecnicistas, necessitando, atualmente, de uma perspectiva crítica e reflexiva capaz de atender à diversidade. Neste contexto, esse estudo objetivou-se investigar a relevância da formação de professores para a atuação com alunos com TEA na Educação Básica. Para atingir tal objetivo, realizou-se um estudo qualitativo, de caráter bibliográfico, buscando pesquisas que tratam sobre tema.

O trabalho apresenta-se da seguinte maneira: primeiramente, fundamenta-se sobre a formação continuada de professores e sua relevância para a qualidade da Educação Básica; em seguida, apresenta-se sobre o Transtorno do Espectro Autista e suas implicações educacionais; e por fim, analisa-se sobre pesquisas recentes sobre formação docente voltada ao trabalho com estudantes com TEA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Alves (2007), a formação de professores, no Brasil, é marcada por momentos históricos devido às mudanças sociais, políticas e econômicas. As práticas docentes receberam influências das ideias pedagógicas, essas aconteceram em diferentes períodos, um desses marcos se refere à Escola Nova, no início do século XX. De acordo com Saviani (1997) citado por Alves (2007), neste movimento escolanovista, cabia ao professor organizar as situações em sala de aula, de modo a permitir o aprendizado do aluno de forma espontânea, na valorização dos processos de ensino e aprendizagem, na qual, visava o caráter humanista, em contradição à escola tradicional.

Ademais, o outro movimento que surgiu foi o modelo tecnicista, entre os anos de 1955 e 1961. Segundo Alves (2007), com o crescimento do parque industrial, também houve mudanças na educação brasileira, isto é, o ensino passou atender as demandas do mercado de trabalho com as tecnologias, tendo em vista maior centralização de poder e padronização de ensino.

[...] período áureo do tecnicismo no Brasil, tanto a pesquisa como os programas de formação/seleção de professores passam a valorizar os aspectos didático-metodológicos, sobretudo as tecnologias de ensino, nomeadamente os métodos e técnicas especiais de ensino (Fiorentini; Souza Junior; Melo, 1998, p. 313).

Segundo Alves (2007), nesse viés pedagógico tecnicista, a formação de docente ocorreu objetivando o domínio de técnicas e habilidades específicas com ênfase na transmissão de conhecimentos e métodos padronizados, em que a formação crítica e reflexiva passou a ser negligenciada pela educação brasileira.

Após esse movimento, como consta Alves (2007), surgiu o viés crítico-social, com base na Pedagogia Histórico-Crítica, no final da década 1970, e início dos anos 1980. Essa pedagogia busca articular a teoria com a prática, compreendendo e buscando transformações da realidade social e histórica da sociedade em que estamos inseridos. Ela busca valorizar o conhecimento

científico, que não é visto como algo neutro, mas com posicionamento crítico e reflexivo como resultado de um processo histórico e social.

Desse modo, de acordo com Alves (2007), a Pedagogia Histórico-Crítica desempenhou um papel fundamental na compreensão das relações de poder na educação e na crítica aos demais viés pedagógicos, influenciando assim, na formação de professores em que suas práticas pedagógicas relacionassem teoria e prática, pautadas no contexto histórico, social e cultural na qual a escola se faz presente.

Entre as contribuições dessas teorias, sem dúvida, pelo que foi exposto anteriormente, está o fornecimento de instrumentos teórico-conceituais e metodológicos de investigação sobre os professores, procurando captar o que fazem, como pensam, no que acreditam, como se relacionam com o trabalho, quais suas histórias de vida e que aspectos contribuem para sua constituição profissional. Um importante resultado de tudo isso foi um aumento da percepção da complexidade do processo de formação do professor e de seu trabalho (Alves, 2007, p.270).

Conforme Virgínio (2009), a formação de professores não pode se limitar a relacionar à prática docente com técnicas de ensino. Em outras palavras, na formação de professores é imprescindível pensar para além da sala de aula, de modo a preparar os docentes para atuarem como profissionais da educação, na busca por desenvolver um pensamento crítico e reflexivo, estimulando assim, a pesquisa e a investigação, visando aprimorar as práticas pedagógicas e contribuindo para a construção de uma escola democrática e inclusiva.

A formação deve capacitar os professores a refletirem e mudarem suas práticas pedagógicas partindo das suas vivências nos processos de ensino e aprendizagens, além de buscarem adaptações no currículo e seus conteúdos, levando em conta as necessidades dos alunos e às características que envolvem todo o contexto escolar a qual está inserido. É nesse sentido que a formação continuada surge com a função de colocar o professor em movimento constante de reflexão e mudanças da sua prática pedagógica, como discute-se, a seguir (Virgínio, 2009).

A formação inicial de professores, embora fundamental, ainda se mostra insuficiente para preparar os docentes para os desafios na sala de aula. A diversidade, as mudanças sociais e as demandas por uma educação de qualidade exigem que os profissionais busquem sempre novas formações. Sendo assim, a formação continuada torna-se essencial para o desenvolvimento profissional e para a garantia de uma educação que atende às especificidades dos alunos (Silva, 2024).

A formação continuada dos professores da Educação Básica precisa dar suporte para enfrentar os desafios da sala de aula, deve-se fornecer as bases teóricas para que na prática sejam contempladas as diferentes situações que se fazem presentes no cotidiano, sobretudo ao que se refere a diversidade de alunos, seus modos de aprender e se desenvolver, surgindo assim, a necessidade de adaptar conteúdos e abordagens de ensino, de modo a possibilitar um ambiente de aprendizado inclusivo. Isso acaba por exigir não apenas uma formação inicial, mas, também continuada (Silva, 2024).

Sendo assim, a inclusão exige mudanças não apenas nas práticas pedagógicas, mas também na organização da escola, na gestão escolar, no processo de ensino, elaborando o Plano Educacional Individualizado (PEI), realizando a adaptação de materiais e o uso de diferentes metodologias de modo a gerar um ambiente de aprendizagem, independente dos diagnósticos dos educandos.

Nesse contexto de formação continuada e o processo de inclusão, busca-se discorrer sobre o Transtorno Espectro Autista (TEA), relacionado à necessidade de capacitar os professores para o processo de inclusão no ambiente escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de aprofundar o tema e analisar os artigos que tratam sobre a formação de professores para atuar com alunos com TEA na Educação Básica, teve-se como base os artigos do banco de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO-Brasil) e do Google Acadêmico. Para a busca desses trabalhos, utilizou-se os seguintes descritores: Formação Continuada; Autismo; TEA; Ensino Regular. Levando em conta, a quantidade de publicações que discutem sobre o TEA relacionado à educação, foram selecionados os artigos publicados nos últimos cinco anos (2019-2024), em Língua Portuguesa, que abordam a temática.

Considerando que foram encontrados trinta e quatro (34) artigos publicados nos respectivos anos, levando em conta os seus títulos, foram selecionados cinco (5) artigos para o objetivo proposto. A escolha deu-se pela leitura dos resumos, nas quais os estudos realizados abordaram sobre a formação de professores para trabalhar com alunos com TEA.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: o diagnóstico e o social

Segundo o DSM-5(2014), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por déficits referentes à comunicação e a interação social, se manifestando em diversos contextos relacionados às dificuldades ao nível de comunicação verbal e não verbal. Seus sintomas se manifestam nos primeiros meses de vida, variam de acordo com cada indivíduo e aparecem, geralmente, antes dos três anos de idade.

“O autismo não é um transtorno com uma causa, mas um grupo de transtornos relacionados com muitas causas diferentes” (Autism Speaks *apud* Brasil, 2019, p.12). O mesmo documento esclarece que, o TEA é um conjunto de sintomas e suas as manifestações variam amplamente em termos de tipologia e gravidade. De modo geral, o diagnóstico envolve as dificuldades de interação social, de desenvolvimento da linguagem e de distúrbios comportamentais.

Tendo em vista que o Transtorno do Espectro Autista está relacionado com diferentes causas e sintomas, com base no Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais 5.^a edição ou DSM-5(2014), há níveis de suporte do TEA com demandas distintas, a depender do que o indivíduo necessita de ajuda em seu dia a dia.

O *Nível de suporte 1* é denominado como, “Exigindo apoio”. Ao que se refere à comunicação social, as pessoas dentro do espectro nesse nível podem ter dificuldades para começar uma conversa ou iniciar uma interação social; às vezes, pode parecer que elas não se interessam muito em interagir com outras pessoas; suas respostas às tentativas dos outros de se comunicar podem ser estranhas ou inesperadas. Além disso, pode haver os comportamentos restritos e repetitivos que se referem a rigidez cognitiva, isso pode impactar significativamente o funcionamento em um ou mais contextos. Assim, a pessoa com TEA nível de suporte 1 pode ter dificuldade para mudar de atividade e enfrentar desafios na organização e no planejamento, o que compromete as vivências do cotidiano (DSM- 5, 2014).

O *Nível de suporte 2* é designado como, “Exigindo apoio substancial”. No que tange a comunicação social, os indivíduos apresentam dificuldades graves nas habilidades de comunicação social, tanto verbal quanto não verbal, nas quais resultam em problemas evidentes de interação, mesmo com apoio. A pessoa demonstra limitações para iniciar interações sociais e responde de forma limitada ou incomum quando outros tentam se aproximar. Ademais, em

relação aos comportamentos restritos e repetitivos, cabe destacar a inflexibilidade comportamental e a dificuldade em lidar com mudanças, juntamente com comportamentos restritos ou repetitivos que são notáveis ao observador e impactam o funcionamento em diferentes contextos. O indivíduo com TEA nível de suporte 2 pode sentir desconforto ou encontrar dificuldade em ajustar seu foco ou ações, conforme as demandas do contexto que está inserida (DMS- 5, 2014).

O *Nível de suporte 3* é identificado como, “Exigindo apoio muito substancial”. Nesse sentido, na comunicação social a pessoa apresenta dificuldades significativas nesse meio, tanto verbal quanto não verbal, nas quais causam prejuízos intensos no funcionamento, com pouca iniciativa para interações e respostas mínimas a tentativas de contato social. Dentro desse espectro, os comportamentos restritos e repetitivos destacam a inflexibilidade de comportamento, dificuldade em aceitar mudanças e tendem a repetir as mesmas ações ou ideias de forma constante. Essa rigidez em seus comportamentos pode afetar significativamente suas vidas em diversos aspectos, como a rotina, interação social e aprendizado (DSM- 5, 2014).

Com base no DSM-5(2014), os níveis de suporte são fundamentais para classificar a pessoa dentro do Transtorno Espectro Autista, indicando o quanto ela precisa de apoio para executar ações em seu cotidiano. Diante disso, para o diagnóstico do TEA é indispensável uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes profissionais da área da saúde, nas quais poderão realizar avaliações neuropsicológicas, com aplicações de escalas específicas e, em alguns casos, exames genéticos, a depender do histórico de vida do investigado. A entrevista detalhada com os pais ou responsáveis é fundamental para complementar o processo avaliativo (Mendes; Silva Júnior, 2020).

No processo de avaliação e diagnóstico do TEA é analisado o comprometimento qualitativo da interação social, na qual envolve: dificuldade significativa em usar comportamentos não verbais, como contato visual, expressões faciais, postura corporal e gestos para facilitar a interação social; dificuldade em estabelecer relacionamentos adequados ao seu nível de desenvolvimento com outras crianças da mesma idade, entre outros. Comprometimento qualitativo da comunicação: Atraso ou ausência total no desenvolvimento da linguagem falada, sem compensação por meio de outras formas de comunicação, como gestos ou mímicas. Comportamentos e interesses restritos e repetitivos: Foco intenso e incomum em interesses específicos e estereotipados. Rigidez em seguir rotinas ou rituais sem função prática.

Movimentos repetitivos e padronizados, como agitar as mãos ou realizar gestos complexos com o corpo (DSM- 5, 2014).

De acordo com Zeppone, Volpon e Del Ciampo (2012), a importância de diagnosticar e intervir precocemente é de contribuir para que cada indivíduo desenvolva suas potencialidades de maneira significativa. Franco (2007) destaca que essa intervenção precoce também é essencial para incluir o indivíduo em seu meio (social, familiar e escolar) para a sua autonomia. Assim, a criança, neste processo, desenvolve suas habilidades físicas, sociais e motoras com o suporte emocional a ela e a família.

A priori, tendo em vista o conhecimento sobre o TEA e suas implicações sociais na vida de quem recebe o diagnóstico e das pessoas que estão a sua volta, historicamente, as comunidades de familiares e pessoas autistas lutaram pelos seus direitos, a fim de garantir a inclusão na sociedade e uma qualidade de vida, um exemplo disso foi a militante Berenice Piana, mãe de um menino com TEA, que propôs um projeto, na qual se tornou a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), que passou a reconhecer a pessoa com TEA, como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

A Lei nº 12.764 de 2012 é denominada como Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, nela são estabelecidas diferentes diretrizes que trazem os direitos e a inclusão social, como por exemplo: garantir o acesso à educação com o direito à matrícula no ensino regular, garantir o atendimento educacional especializado, a possibilidade de profissional de apoio se aluno necessitar, o acesso a ações e serviços de saúde, incluindo o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional (Brasil, 2012).

Ademais, cabe destacar que essa Lei nº 12. 764 de dezembro de 2012, no Art. 2 em seu parágrafo VII menciona-se sobre a formação e a capacitação de profissionais e familiares para garantir a qualidade do atendimento às pessoas com autismo. Além disso, pontua-se no Art. 7, que se uma escola negar a matrícula de um aluno por ele ter TEA ou outra deficiência, a pessoa pela escola pagará uma multa de 3 a 20 salários-mínimos, reforçando assim, o direito desse aluno estar inserido em uma escola regular, como todas as outras crianças (Brasil, 2012).

Partindo da importância sobre o acesso e permanência na escola do aluno com autismo, cabe destacar que esse transtorno se trata de um espectro, isto é, as características e os níveis de

suporte mudam de acordo com o sujeito. Nesse sentido, a seguir, analisa-se os artigos científicos sobre a formação continuada de professores para trabalhar com alunos com TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo intitulado “*A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema*”, de Santos (2020), teve por objetivo apresentar uma breve discussão a respeito da formação do profissional da educação com foco na educação especial, especialmente na educação inclusiva. A metodologia adotada foi uma abordagem qualitativa estruturada por meio de uma revisão bibliográfica de materiais acadêmicos que discutem a formação de professores para a educação especial e inclusiva. Foram analisados livros, artigos científicos e documentos oficiais, selecionados com base em sua relevância e atualidade. A análise foi orientada por referenciais teóricos voltados à construção de ambientes escolares inclusivos e à superação de práticas pedagógicas excludentes. O autor discute que a formação docente deve contemplar políticas públicas como a LDB nº 9.394/96 e a Resolução nº 01/2002 do Conselho Nacional de Educação. Destaca, ainda, a importância de capacitar os professores para atender às especificidades de alunos com deficiência, especialmente com TEA, com competências no ensino, pesquisa e aspectos socioculturais.

O artigo “*Inclusão Escolar e Formação de Professores: Desafios e Possibilidades*”, de Silva (2021), buscou discutir a formação docente para a inclusão escolar por meio de uma revisão bibliográfica. A pesquisa foi de caráter qualitativo, com levantamento de publicações entre 2015 e 2020, abordando a formação docente, inclusão e acessibilidade no ensino regular. Foram utilizadas fontes como artigos científicos, teses, dissertações e documentos acadêmicos disponíveis em bases como Google Acadêmico e SciELO. A autora evidencia, em análise documental de 1994 a 2018, que as políticas públicas de inclusão e formação de professores ainda apresentam lacunas significativas. Embora a Declaração de Salamanca (1994) tenha impulsionado o processo de inclusão, apenas 40% dos documentos analisados abordavam a qualificação docente. A inclusão tem se limitado à acessibilidade física, negligenciando a preparação pedagógica para o trabalho com alunos com TEA. Dentre os desafios destacados estão a ausência de professores especializados, formação inicial e continuada inadequadas e a carência de cursos voltados à prática da inclusão.

Já o artigo “*Desafios para a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva*”, de Moura (2021), também se fundamenta em revisão bibliográfica, analisando artigos

científicos, livros e documentos disponíveis entre 2015 e 2020 nas bases SciELO e Google Acadêmico. Os temas centrais envolvem a formação docente para a inclusão, os desafios enfrentados por professores e a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas. Moura destaca que, apesar de documentos como a Declaração de Salamanca e políticas públicas de formação continuada em Educação Especial reconhecerem a importância da formação docente para a inclusão, há pouca articulação entre os conteúdos dos cursos e a prática pedagógica real. Tal desconexão resulta em uma formação descontextualizada, que não contribui efetivamente para a construção de práticas inclusivas.

O artigo *“Formação dos Professores e a Inclusão Escolar de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA): A necessidade de Ações Iminentes”*, de Silva (2021), teve como objetivo analisar os desafios e possibilidades enfrentados pelos professores no processo de inclusão de estudantes com TEA na educação infantil regular. A metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com uso de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses, coletadas nas bases CAPES/MEC e SciELO. Os dados analisados indicam que, embora haja políticas e programas voltados à formação docente, como os implementados pelo MEC desde 2003 (incluindo AEE, braile e libras), ainda há carência de preparo específico para o atendimento a alunos com TEA. O autor destaca a importância de ações articuladas que envolvam políticas públicas eficazes, revisão dos projetos pedagógicos (PPP), uso de recursos didáticos adequados e o engajamento de gestores, famílias e comunidades escolares.

Por fim, o artigo *“Formação Continuada dos Professores no Contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado”*, de Queiroz (2021), teve por objetivo conhecer a formação dos professores que atuam no AEE nas escolas com salas de recursos multifuncionais da Secretaria Municipal de Ensino de Manaus (SEMED). A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, com coleta de dados realizada por meio de questionário semiestruturado com 19 professores. A autora enfatiza que, embora a Resolução nº 4/2009 (Art. 12º) preveja a formação inicial e continuada de professores para a Educação Especial, ainda existem lacunas significativas na preparação desses profissionais. Ressalta também que, mesmo com as ações do MEC, o sistema educacional brasileiro não contempla de forma efetiva as especificidades da prática inclusiva, especialmente no atendimento a alunos com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

Os estudos analisados evidenciam que ainda existem desafios significativos na formação docente para a educação inclusiva, especialmente no que diz respeito à atuação com alunos com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Santos (2020) destaca que, embora existam políticas públicas relevantes, como a LDB (9394/96) e resoluções do CNE, ainda há carência de formação adequada que contemple a diversidade e promova práticas pedagógicas inclusivas. Silva (2021), por sua vez, aponta que a maioria das políticas se concentrou na acessibilidade física, deixando lacunas na formação pedagógica específica, com apenas 40% dos documentos analisados abordando a qualificação docente.

Moura (2021) ressalta a desarticulação entre teoria e prática nos cursos de formação, o que compromete a efetividade das ações inclusivas. Outra pesquisa de Silva (2021) foca nos estudantes com TEA e revela a escassez de preparo específico dos professores, mesmo com políticas implementadas pelo MEC. Já Queiroz (2021) traz uma análise empírica da atuação de docentes no AEE, indicando que a formação continuada oferecida ainda é insuficiente diante das demandas reais da prática pedagógica inclusiva.

De modo geral, os artigos analisados apontam para a necessidade de reformulação dos currículos de formação inicial e continuada de professores, de modo a integrar teoria e prática, garantir preparo específico e valorizar a educação inclusiva como um amálgama na formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na questão-problematizadora: Qual é a relevância da formação de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na Educação Básica? As pesquisas demonstram a necessidade de formação inicial e continuada dos professores com políticas públicas efetivas que valorizem a diversidade e a equidade à prática inclusiva no ambiente escolar. Isso exige não apenas o processo de inclusão, mas de forma e meios que atendam as especificidades de cada aluno, para uma aprendizagem significativa frente às práticas pedagógicas.

A formação de professores deve oferecer bases teóricas que permitam compreender o desenvolvimento humano e os processos educativos, além disso, também possibilitar o conhecimento prático por meio de estratégias que permitam a adaptação de conteúdos e metodologias de ensino. As pesquisas atuais e futuras podem contribuir para explorar de forma

ampla no que tange a importância da formação de professores para atuar com TEA na Educação Básica, destacando a qualidade de ensino e a formação específica. Portanto, a educação inclusiva exige a colaboração de todos os envolvidos para garantir um ensino que compreenda as diferenças na sociedade e sua relevância no meio em que estamos inseridos, referentes às questões culturais, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo de Diretrizes para o Cuidado da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Presidência da República-Casa Civil. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em nov. 2024.

BRASIL. INEP. **Apresentação coletiva: resultados do Censo Escolar 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em nov. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em nov. 2024.

MOURA, Gabriela Sousa Aquino. **Desafios para a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva**. Universidade Federal de Uberlândia Curso de Pedagogia a Distância. Uberlândia – MG, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33588/3/DesafiosForma%20a7%20a3oProfe%20sores.pdf>. Acesso em nov. 2024.

QUEIROZ, Júlia Graziela Bernardino de; GUERRERO, Elaine Maria Bessa Rebelo. Formação Continuada Dos Professores no Contexto da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Educação Especial em Debate**. V. 6. n. 11, p. 48-69, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/30784>. Acesso em nov. 2024.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; LIMA, Paulo Gomes. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Revista Docent Discunt**. Engenheiro Coelho, SP, volume 01, número 1, p. 63-70, 2º semestre de 2020. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1315>. Acesso em set. 2024.

SILVA, Fabiana Marques. **Inclusão Escolar e Formação de Professores: Desafios e Possibilidades**. Universidade Federal de Uberlândia Curso de Pedagogia a Distância, Uberlândia 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33454/4/Inclus%c3%a3oEscolarForma%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em nov. 2024.

SILVA, Hortência Lopes. **Formação dos Professores e a Inclusão Escolar de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (Tea): A necessidade de Ações Iminentes**. Maceió/AL, 2021. Disponível em:
<https://raimundomarinho.edu.br/rdta/files/original/2db21740d0955050756a5ae44a1dce4423aa4f89.pdf>. Acesso em nov. 2024.

SILVA, Luciano Ferreira. A formação continuada de professores da educação básica no brasil: realidades e necessidades. **Revista OWL**. Vol. 2, n. 1, Campina Grande, jan. 2024. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/142/141>. Acesso em set.2024.

VIRGINIO, Maria Helena da Silva. **Análise dos conceitos de formação docente do contexto educativo- formativo brasileiro**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4794/1/arquivototal.pdf>. Acesso em set. 2024.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

PESQUISAS INTERDICÍPLINARES EM FOCO: PERSPECTIVAS EMERGENTES E DESAFIADORAS¹

Maria Izabel Rodrigues Tognato² – Unespar, *Campus* de Campo Mourão-PR, Brasil
Clarice Bomdaruk³ – PPGSeD/Colégio Estadual São Judas Tadeu-E.F.M.P (Ensino Fundamental, Médio e Profissional)

Luciane dos Santos Moraes⁴ – Centro Municipal de Educação Infantil Jessé Murback
Adrielly Sontag⁵ – PPGSeD/ Escola Municipal Castro Alves

Daiany Carla Fróes Eduardo⁶ – PPGSeD/Colégio Estadual Arthur de Azevedo (Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante)

GRUPO DE TRABALHO:

RESUMO

Este trabalho visa a apresentar resultados de diferentes investigações sob o viés da interdisciplinaridade, enquanto perspectiva de pesquisa, defendidas no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, tomando como objetos de pesquisa os temas, a saber: a) a saúde mental docente; b) o desenvolvimento da linguagem da criança e sua relação com o uso de telas digitais; c) o papel das Metodologias Ativas de aprendizagem como estratégia de ensino; e, d) a perspectiva da Cultura *Maker* para o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa na Educação Básica. No que diz respeito ao problema de pesquisa, para este trabalho, destacamos o seguinte questionamento: quais são os desafios encontrados por estas pesquisas em relação aos temas investigados na rede pública de ensino? Para tanto, pautamos nossas investigações na perspectiva da pesquisa interdisciplinar, vinculada à Teoria da Complexidade, na Teoria Histórico-Cultural, nas Metodologias Ativas e na Cultura *Maker*. No que se refere aos procedimentos metodológicos, quanto à natureza de pesquisa deste trabalho, atemos as discussões propostas para esta apresentação na abordagem qualitativo-interpretativista. Em relação aos instrumentos de coleta e geração de dados, além de estudos bibliográficos, utilizamos questionários *online* via *Google Forms* junto a professores da Educação Básica, da Educação Infantil, profissionais de diferentes áreas, estudantes e pais de estudantes, sendo, portanto, pesquisas de caráter exploratório. Para as análises, fundamentamos nossos estudos em alguns dos princípios da Teoria da Complexidade, como o hologramático, envolvendo as relações entre as partes e o todo, e o da recursividade, considerando-se o ciclo recursivo de contribuições entre os elementos que compõem os contextos investigados, bem como em alguns procedimentos de análise do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), tomando por base os estudos da Escola de Genebra, como o uso de SOT (Segmentos de Orientação Temática – temas) e STT

¹ Estas pesquisas foram defendidas no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD – da Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Izabel Rodrigues Tognato.

² - Mestra pela UEL, Universidade Estadual de Londrina-PR, Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP e Pós-Doutora pela UNIGE, Universidade de Genebra, Suíça – e-mail: maria.tognato@ies.unespar.edu.br

³ - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – e-mail: clarabomdaruk@hotmail.com

⁴ - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – e-mail: neilumat@gmail.com

⁵ - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – e-mail: adriellysontag@gmail.com

⁶ - Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD pela Unespar – *Campus* de Campo Mourão-PR – e-mail: daiany.eduardo@escola.pr.gov.br

(Segmentos de Tratamento Temático – subtemas). Os resultados apontam para uma maior compreensão acerca das temáticas tratadas nas pesquisas indicando-nos alguns aspectos sociais e culturais aos quais devemos depositar atenção no entendimento, seja em relação à saúde mental docente, ao uso de telas digitais por crianças e sua influência no desenvolvimento de sua linguagem, ao papel das Metodologias Ativas ou à Cultura Maker. Tais estudos têm nos proporcionado discussões e reflexões significativas possibilitando-nos ressignificar nossas práticas formativas em nossos contextos de atuação profissional.

Palavras-chave: Pesquisa interdisciplinar. Educação. Saúde mental docente. Metodologias ativas. Cultura maker.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar los resultados de diferentes investigaciones desde la perspectiva de la interdisciplinariedad como perspectiva de investigación, defendida en el Programa de Postgrado Interdisciplinar Sociedad y Desarrollo, tomando como objetos de investigación los siguientes temas: a) la salud mental de los profesores; b) el desarrollo del lenguaje de los niños y su relación con el uso de pantallas digitales; c) el papel de las Metodologías Activas de Aprendizaje como estrategia de enseñanza; y d) la perspectiva de la Cultura Maker para la enseñanza y aprendizaje de la Lengua Portuguesa en la Educación Básica. En cuanto al problema de investigación, para este trabajo destacamos la siguiente pregunta: ¿cuáles son los desafíos encontrados por esta investigación en relación a los temas investigados en el sistema público de enseñanza? Para ello, basamos nuestras investigaciones en la perspectiva de la investigación interdisciplinar, vinculada a la Teoría de la Complejidad, Teoría Histórico-Cultural, Metodologías Activas y Cultura Maker. En cuanto a los procedimientos metodológicos, en función de la naturaleza de la investigación de este trabajo, las discusiones propuestas para esta presentación se basan en un enfoque cualitativo-interpretativo. En cuanto a los instrumentos utilizados para la recolección y generación de datos, además de los estudios bibliográficos, utilizamos cuestionarios online a través de Google Forms con profesores de enseñanza primaria y educación infantil, profesionales de diferentes áreas, alumnos y padres de alumnos, realizando esta investigación exploratoria. Para los análisis, nos basamos en algunos de los principios de la Teoría de la Complejidad, como el holograma, involucrando las relaciones entre las partes y el todo, y la recursividad, considerando el ciclo recursivo de contribuciones entre los elementos que componen los contextos investigados, así como en algunos de los procedimientos de análisis del Interaccionismo Sociodiscursivo (IDS), basados en los estudios de la Escuela de Ginebra, como el uso de SOT (Segmentos de Orientación Temática - temas) y STT (Segmentos de Tratamiento Temático - subtemas). Los resultados apuntan a una mayor comprensión de los temas tratados en la investigación, indicando algunos aspectos sociales y culturales a los que debemos prestar atención en nuestra comprensión, ya sea en relación con la salud mental de los profesores, el uso de pantallas digitales por parte de los niños y su influencia en el desarrollo de su lenguaje, el papel de las Metodologías Activas o la Cultura Maker. Estos estudios nos han aportado discusiones y reflexiones significativas, permitiéndonos ressignificar nuestras prácticas formativas en nuestros contextos profesionales.

Palabras clave: Investigación interdisciplinaria. Educación. Salud mental docente. Metodologías activas. Cultura maker.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo de nossas experiências como professoras e pesquisadoras, temos notado

algumas situações emergentes na realidade educacional e que nos motivaram a desenvolver algumas pesquisas envolvendo temas sociais e educacionais importantes, tais como: a) a saúde mental docente, que vêm sendo afetada não somente pelo acúmulo de tarefas, que tem sido superior a sua capacidade física e mental, mas também por pressões estabelecidas por um sistema imposto, ocasionando o sofrimento/adoecimento docente; b) o uso de telas digitais e suas influências no desenvolvimento da linguagem da criança no sentido de investigar os aspectos interdisciplinares que perpassam os processos socioculturais constitutivos da formação humana e social da criança; c) o papel social das Metodologias Ativas (MA) de aprendizagem como estratégia de ensino em função de novas demandas sociais e culturais; e, d) a perspectiva da Cultura *Maker* (CM) para o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino. Por essas razões, buscamos discutir alguns aspectos culturais e sociais que permeiam os contextos investigados, a partir dos resultados dos resultados de diferentes investigações, por nós realizadas, sob o viés da pesquisa interdisciplinar, enquanto perspectiva de pesquisa, tomando como objetos de pesquisa os temas supracitados.

Assim, no que diz respeito ao problema de pesquisa e como um questionamento norteador para este trabalho, destacamos a seguinte pergunta de pesquisa: quais são os desafios encontrados por estas pesquisas em relação aos temas investigados na rede pública estadual de ensino? Nesse sentido, para este trabalho, visamos a apontar os desafios apresentados por tais estudos com o intuito de discorrer sobre os vários aspectos que possam constituir e/ou influenciar nossos objetos de investigação e que perpassam pelos campos da formação humana, dos processos e contextos socioculturais nos quais os sujeitos se inserem, como a escola, a família, os processos educativos e as relações de trabalho, dentre outros.

Nessa perspectiva, este trabalho justifica-se na medida em que contribui para refletirmos e ressignificarmos nossas compreensões acerca das temáticas tratadas pela importância da interdisciplinaridade, enquanto dimensão de pesquisa, bem como dos desafios apresentados, a partir dos resultados de nossas pesquisas. Para tanto, pautamos nossos estudos na perspectiva da pesquisa interdisciplinar (Alvarenga, 2011; Santos, 2012), vinculada à Teoria da Complexidade (Morin, 2005, 2018), na Teoria Histórico-Cultural (Vigotski, 2009), nas MA (Bacich, 2018; Bacich; Moran, 2018; Moran, 2018, 2019) e na CM (Dewey, 2009; Dougherty, 2016). A nosso ver, entender a perspectiva da pesquisa interdisciplinar nos auxilia na ampliação de conhecimentos e na compreensão da realidade.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, quanto à natureza de pesquisa deste trabalho, atemos as discussões propostas para esta apresentação na abordagem qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Em relação aos instrumentos de coleta e geração de dados, além de estudos bibliográficos, utilizamos questionários *online* via *Google Forms* junto a professores da Educação Básica, da Educação Infantil, profissionais de diferentes áreas, estudantes e pais de estudantes, sendo, portanto, pesquisas de caráter exploratório. Para as análises, fundamentamos nossos estudos em alguns dos princípios da Teoria da Complexidade, como o hologramático, envolvendo as relações entre as partes e o todo, e o da recursividade, considerando-se o ciclo recursivo de contribuições entre os elementos que compõem os contextos investigados, bem como em alguns procedimentos de análise do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (Bronckart, 1997[2009]), tomando por base os estudos da Escola de Genebra, como o uso de SOT (Segmentos de Orientação Temática – temas) e STT (Segmentos de Tratamento Temático – subtemas) (Bulea, 2010).

Em relação à organização textual, primeiramente, discorreremos teoricamente sobre as temáticas norteadoras deste trabalho. Em seguida, trataremos das pesquisas que constituem esta apresentação, no sentido de discutir os resultados obtidos com tais investigações. Por fim, abordaremos as considerações finais, a fim de concluirmos esta proposta de trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desenvolver estudos pelo viés da pesquisa interdisciplinar (Alvarenga *et al.*, 2011; Santos, 2012), de modo a investigar os aspectos oriundos de campos teóricos distintos que possam constituir e/ou influenciar as questões relacionadas a diferentes objetos de pesquisa tem sido uma prática desafiadora. No caso das pesquisas pertencentes a este trabalho, investigar a saúde mental docente, o desenvolvimento da linguagem na criança em período de educação infantil e sua relação com o uso de telas digitais, bem como as MA e a CM na rede estadual de ensino, articulando conceitos oriundos de diferentes campos teóricos do saber, tem sido algo desafiador, porém, fundamental para entendermos melhor as realidades e os processos socioculturais nos quais nos inserimos. Com isso, temos constatado a emergência em entender tais contextos e a importância de disseminar os resultados de nossos estudos, pois explicitam demandas educacionais que influenciam os contextos investigados. Nesse sentido, corroboramos com Alvarenga *et al.* (2011, p. 21), ao destacar a importância da interdisciplinaridade, enquanto concepção de pesquisa, considerando a importância da atuação “nas fronteiras disciplinares e na

(re)ligação de saberes. Além disso, a “imbricação entre disciplinas diversas ao redor de um mesmo objetivo de estudo” nos auxilia a estudar um determinado fenômeno, a partir da sua integração (Santos, 2012, p.133).

Em relação à primeira pesquisa constitutiva deste trabalho, sobre a saúde mental docente (XXXX, 2023), tomamos por base os estudos de Andrade *et al.* (2007) acerca do sofrimento dos trabalhadores em decorrência da natureza das suas atividades. Com a chegada do capitalismo, as discussões sobre as relações entre trabalho e saúde/doença ganharam mais espaço, a partir da segunda metade do século XX. Para estes autores, tais preocupações começaram a ser intensificadas na última década mostrando que a saúde no trabalho e a sua garantia em relação aos trabalhadores não é uma questão isolada, mas determinada por múltiplos fatores que engendram a vida em sociedade. Trata-se de um desvelamento de ações que acabam influenciando as condições no ambiente de trabalho. No que diz respeito aos profissionais da educação, em especial, os docentes, a historicidade acerca da articulação entre trabalho e saúde docente aponta para a seriedade da problemática sinalizando evidências do padecimento dos professores e professoras que não mais se ocultam, denunciando uma tensão que já não admitem ser relegada a outro plano (Andrade *et al.*, 2007).

Os desafios que afetam e preocupam os profissionais da educação não são uma temática nova, uma vez que estão intrinsecamente ligados à origem da profissão, ao seu desenvolvimento histórico e a sua valorização na sociedade. Com isso, reconhecemos o sofrimento e os conflitos pelos quais a escola tem passado como consequência de uma sociedade complexa que parece não ter entendido ainda o papel da educação na formação humana e no seu próprio desenvolvimento. Além disso, tomando por base nossa experiência de trabalho, temos notado uma sensação de desânimo entre os professores e a falta de tempo para seu autocuidado. Por essas razões, é necessário que a sociedade priorize a educação, valorizando a profissão docente, a fim de que os profissionais possam realizar seu trabalho de modo mais efetivo. Isso posto, há que se considerar a importância da valorização da profissão docente como elemento fundamental e contribuição aos avanços sociais, culturais e educacionais

O adoecimento dos professores, seja mental ou físico, suscita um temor de perder a capacidade de serem produtivos e criativos em suas práticas pedagógicas formativas e profissionais, o que, frequentemente, leva à evasão da interação com a comunidade escolar, à automedicação e à internalização da culpa pelo seu próprio estado doentio, em uma perspectiva

individualizada de sua posição na sociedade. O processo de adoecimento, muitas vezes, passa despercebido pela comunidade escolar, ganhando visibilidade apenas quando o professor precisa se afastar de suas funções devido à licença médica. No entanto, o que chama a atenção não é tanto a ausência do professor devido à doença, mas sim o fato de estar de licença e a preocupação em relação a quem assumirá suas responsabilidades. O foco acaba sendo mais na exigência do atestado médico, do que na razão pela qual os professores estão adoecendo. A situação de trabalho do professor tem acumulado mais tarefas do que, muitas vezes, sua capacidade física e emocional suporta, rotina esta que tem ocasionado o adoecimento no trabalho docente. Neste contexto, os docentes têm vivenciado diferentes situações desfavoráveis, desenvolvendo estratégias de enfrentamento para amenizar o sofrimento, transformando suas angústias em força propulsora de mudança em sua prática profissional.

No que tange à segunda pesquisa acerca do desenvolvimento da linguagem da criança (XXXX, 2023), esta tem sido uma preocupação constante por parte de muitos pesquisadores, pois, como defende Bronckart (1997[1999]), na perspectiva do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), a linguagem é considerada fundamental ao desenvolvimento humano e atividade humana em seus diferentes contextos sociais é mediatizada pela linguagem. Assim, a esta concepção, vinculamos uma outra preocupação que é o uso de telas digitais por crianças, que, se usado inapropriadamente, pode influenciar o desenvolvimento da linguagem da criança. Para tanto, fundamentamos este estudo na Teoria Histórico-Cultural proposta por Vygotsky (2009), na perspectiva do Interacionismo Social, a qual propõe que o sujeito somente se desenvolve na interação com o outro. Assim, para analisarmos a influência do uso de telas digitais por crianças pequenas, é fundamental compreender como ocorre o desenvolvimento psíquico infantil nos primeiros anos de vida. Nessa perspectiva, consideramos as relações entre o contexto familiar e o contexto educacional, no qual as crianças participantes desta pesquisa se inserem, destacando a importância de entendermos os contextos envolvidos nesta investigação, mais especificamente, os aspectos relacionados ao contexto familiar, no sentido de apontar as contribuições desta experiência para um debate social em torno da temática proposta.

No que diz respeito à terceira investigação acerca das MA (XXXX, 2024), no contexto rede pública estadual de ensino, também nos pautamos na Teoria Histórico-Cultural (Vigotski, 2009) e na perspectiva das MA (Bacich; Moran, 2018). Assim, vinculando tais perspectivas ao campo da pesquisa interdisciplinar, consideramos o fato de que o ambiente escolar é essencial

não somente para a construção do conhecimento científico, mas também para o desenvolvimento aspectos interdisciplinares necessários à formação humana e social do sujeito, bem como a sua inserção, ao pertencimento e a sua atuação na sociedade. No que concerne à origem das MA, tomamos por base os estudos de Papale *et al.* (2021, p.41), que defende “o surgimento das metodologias ativas como proposta para idealizar um processo de ensinar e aprender tem seu viés na busca da participação ativa de todos os integrantes, centralizado nas realidades em que estão introduzidos”. Nesse sentido, Moran (2018, p.4) define tal perspectiva como a “ênfase no protagonismo do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo”. Trata-se de um movimento por meio do qual o aluno trilha o próprio percurso de construção de conhecimento de modo que o motive a aprender para se tornar mais livre e autônomo (Moran, 2018).

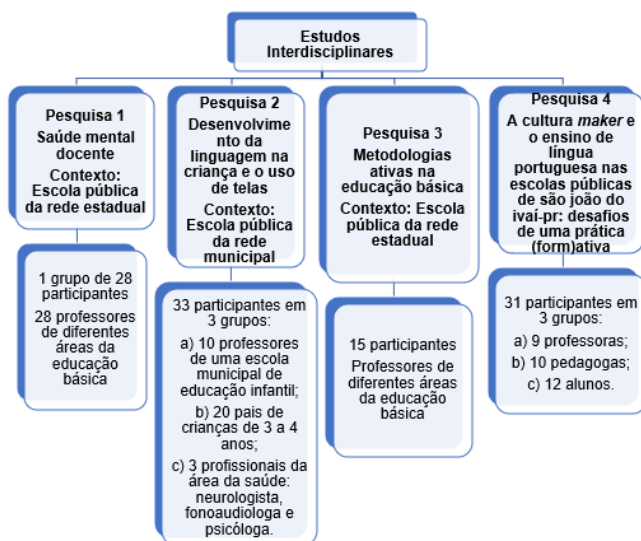
Em relação à quarta pesquisa, acerca da CM, que surgiu nos Estados Unidos no início dos anos 2000, trata-se de um movimento que valoriza a criatividade, a inovação e o aprendizado prático. Suas raízes podem ser encontradas em uma combinação de iniciativas pelo uso da expressão “faça você mesmo” (*Do It Yourself* - DIY) e da cultura de inovação tecnológica que se expandiu rapidamente em ambientes informais, como garagens e oficinas. O Movimento *Maker* ganhou destaque com o lançamento da *Make Magazine* em 2005 e as feiras anuais *MakerFaire*, que atraem milhares de entusiastas interessados em criar, modificar e compartilhar suas invenções (Dougherty, 2013, 2016). Essa cultura é caracterizada pela ênfase no aprendizado prático, na experimentação e na colaboração entre seus participantes. Nessa perspectiva, a educação contemporânea vem incorporando elementos da CM em seu currículo, promovendo a denominada “educação mão na massa”. O método de trabalho independente representa uma abordagem pedagógica que valoriza a autonomia e a responsabilidade dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem, incentivando sua autoconfiança, promovendo habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e profissional. Neste método, encontramos a concepção de que os estudantes, ao assumirem um papel ativo em seu aprendizado, desenvolvem habilidades de investigação, análise crítica e autodisciplina.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que concerne à metodologia, quanto à natureza de pesquisa para este trabalho, o recorte das pesquisas apresentadas aqui possuem um caráter qualitativo-interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008). Em relação aos instrumentos de coleta e geração de dados, além de

estudos bibliográficos, as pesquisas mencionadas neste trabalho utilizaram questionários *online* via *Google Forms* junto a professores da rede estadual de ensino, da Educação Infantil, profissionais de diferentes áreas e pais de estudantes, tendo também, portanto, um caráter exploratório.

Figura 1 – Plano global dos grupos de participantes das pesquisas deste trabalho



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Quanto ao tratamento dos dados, para as análises, fundamentamos nossos estudos em alguns dos princípios da Teoria da Complexidade, como o hologramático, envolvendo as relações entre as partes e o todo, e o da recursividade, considerando-se o ciclo recursivo de contribuições entre os elementos que compõem os contextos investigados, bem como em alguns procedimentos de análise do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (Bronckart, 1997[2009]), com base nos estudos da Escola de Genebra, como o uso de SOT (Segmentos de Orientação Temática – temas) e STT (Segmentos de Tratamento Temático) (Bulea, 2010).

DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne à primeira pesquisa sobre a saúde mental docente, quanto às dificuldades e/ou desafios encontrados na prática profissional dos participantes (XXXXXX, 2023), em situação de trabalho, que podem ocasionar sofrimento/adoecimento docente e que fazem parte de uma das perguntas do questionário aplicado aos professores, os temas apresentados e o número de ocorrência em cada um, apontando os fatores que predominam neste processo de adoecimento mental docente são ilustrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Desafios evocados nas percepções dos participantes quanto trabalho docente

Temas	Subtemas	Número de Ocorrência
Fatores que afetam a saúde mental docente. (Questões 9 e 10 do questionário <i>online</i>)	a - Indisciplina dos alunos.	9
	b - Excesso de responsabilidades e exigências.	11
	c - Conflitos interpessoais.	1
	d - Falta de comprometimento dos alunos e pais.	3
	e - Falta de apoio técnico e pedagógico.	1
	f - Pressão psicológica	1
	g - Assuntos de família.	1
	h - Violência e drogas.	1
Dificuldades/desafios da profissão docente e o seu sofrimento/adoecimento (Questões 11 e 12 do questionário <i>online</i>)	a - Indisciplina.	8
	b - Políticas públicas ineficientes.	3
	c - Falta de reconhecimento profissional.	3
	d - Falta de comprometimento de pais e alunos.	5
	e - Excesso de obrigações.	7

Fonte: Elaborado pelas autoras, , com base em XXXX (2023).

Os dados acima evidenciam dois aspectos predominantes no processo de adoecimento mental docente que são a indisciplina dos alunos e o excesso de atribuições e demandas ao trabalho do professor, conforme destacados em negrito. No que tange aos sentimentos relacionados a esta prática profissional docente, sistematizamos um mapa mental das percepções e sentimentos compartilhados por educadores. Os dados revelam sentimentos complexos de angústias, frustrações e desafios que permeiam o ambiente educacional, oferecendo uma visão perspicaz das preocupações que influenciam diretamente a vivência desses profissionais. Estas análises nos permitiram uma compreensão aprofundada dessas experiências, estabelecendo as bases para a reflexão sobre as questões cruciais que moldam a prática docente, apontando-nos elementos para uma reflexão não apenas em relação aos sentimentos individuais dos professores, mas também às lacunas sistêmicas que desafiam a sustentabilidade emocional na esfera educacional. Ao reconhecer as angústias associadas à ansiedade, exaustão e falta de reconhecimento e ao confrontar desafios como a indisciplina e a falta de comprometimento, abrimos caminho para a necessidade de intervenções significativas. Tais análises validam as experiências dos educadores, apontando para a necessidade premente de estratégias que promovam a saúde mental e a qualidade de vida, transformando a sala de aula e a situação de trabalho docente em um ambiente mais enriquecedor e sustentável. Dentre os sentimentos supracitados, destacamos a frustração, como um sentimento recorrente, principalmente vinculada ao desinteresse e à falta de comprometimento dos alunos como mostra este excerto: “É frustrante porque hoje estou doente por motivo da profissão e tudo que passamos em sala de aula,

principalmente a falta de respeito e disciplina”. Essa frustração pode ser exacerbada pela falta de apoio tanto dos alunos quanto da instituição.

No que diz respeito à segunda pesquisa sobre o uso de telas e o desenvolvimento da linguagem na Educação Infantil, a pesquisa buscou encontrar ou mesmo apontar os pontos que podem influenciar o desenvolvimento de crianças menores de 5 anos. Para isso, utilizamos três questionários *online*, via *Google Forms*, junto a profissionais de diferentes áreas ligadas à educação e à área da saúde no Centro Municipal de Educação Infantil Jessé Murback, bem como aos pais das crianças vinculadas a este Centro, no município de Mamborê, no Estado do Paraná. Esta investigação nos permitiu concluir que o uso excessivo de telas digitais pode afetar o desenvolvimento cognitivo, linguagem e saúde física das crianças. Com isso, e, a partir do que foi estudado, é recomendado limitar o tempo de uso de tela às crianças desta fase da Educação Infantil e oferecer alternativas saudáveis buscando a interação e socialização com familiares ou as escolas. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)¹. Com isso, ressaltando o intuito de alertar a sociedade e contribuir para o melhor desenvolvimento das crianças quanto ao uso de telas, a nosso ver, a discussão teórica, a descrição do contexto investigado e a análise dos dados obtidos nos permitiram entender de maneira mais ampla que a interação ou a falta de interação com outros indivíduos podem influenciar ou constituir a formação das crianças.

Ao longo de nossa investigação, tivemos alguns desafios como unir campos da psicologia, da tecnologia, da fonoaudiologia para elaborar, discutir ou mesmo dissertar, buscando um resultado mais amplo sobre nossa temática. Por outro lado, as contribuições advindas de outras áreas nos auxiliaram no apontamento de possíveis soluções com vistas ao desenvolvimento da linguagem na criança, como o campo da Psicologia, no alicerce ao diálogo teórico entre a análise dos dados e outras áreas que contribuíram de forma menos direta, possibilitando-nos entender ideias e reflexões importantes para nosso trabalho, trazendo-nos discussões necessárias sobre o papel da interação na formação do sujeito. Em relação aos questionários aplicados, a maioria dos participantes indica que no uso de telas digitais por crianças pode haver pontos negativos e positivos sendo necessário o cuidado ou vigilância do

¹ A SBP apresenta recomendações que deveriam ser seguidas para não haver comprometimento no desenvolvimento das crianças, como estas orientações: as crianças com idade entre dois e cinco anos, devem ter um uso limitado das mídias digitais de, no máximo, uma hora por dia de programas de excelente qualidade, monitorado pelo responsável, com atenção para a classificação indicativa do conteúdo acessado e não utilizar dispositivos durante as refeições e próximo ao horário de dormir (Brito, 2022 apud XXXXX, 2023). O ideal é que crianças de 0 a 2 anos de idade não façam uso de telas. A SBP está disponível em: <https://www.sbp.com.br/>

adulto responsável quanto aos conteúdos visualizados e ao tempo de permanência frente às telas, pois a supervisão e o exemplo dos pais são fundamentais para um desenvolvimento saudável. Esta coleta e geração de dados contribuiu para que os participantes pudessem refletir sobre alguns aspectos importantes para a formação da criança e o uso de telas digitais.

No que diz respeito à terceira pesquisa, quanto aos desafios/dificuldades sobre o uso das MA no Ensino Médio (XXXX, 2024) buscamos identificar os temas evocados nas percepções dos docentes, bem como as ocorrências dos subtemas encontrados, no sentido de reconhecer sua predominância. Assim, destacamos os dados obtidos como apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 – Desafios e dificuldades na preparação e implementação da MA evocados nas percepções dos docentes participantes da pesquisa

SOT (TEMAS)	STT (SUBTEMAS) (PARTICIPANTE/NÚMERO DE OCORRÊNCIA)
Desafios/dificuldades na preparação, produção e implementação das Metodologias Ativas	- Necessidade do uso da tecnologia (P1/1) - Falta de conhecimento de tecnologia por parte dos professores (P1/1) - Resistência do professor em utilizar recursos digitais (P1/1) - Dificuldade em aceitar o "novo" por parte dos estudantes (P1, P2, P3, P8/4) - Falta de recursos tecnológicos para a implementação (P1/1) - Pouca flexibilidade do currículo (P2/1) - Falta de tempo para preparação de atividades (P3, P4, P5, P6, P7, P9, P10/7) - Falta de recursos e materiais escolares (P4, P5/2) - Falta de recursos humanos (P5/1) - Falta de formação para docentes (P5, P10/2) - Falta de colaboração e cooperação dos alunos (P7, /1)

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em XXXX (2025).

Os dados acima revelam uma predominância da falta de tempo para a preparação de atividades ou o planejamento didático e a dificuldade em conceber o “novo” por parte dos estudantes, o que nos indica, por um lado, a ausência de condições objetivas ao trabalho de ensino e, por outro lado, um impedimento para que a aprendizagem ocorra, uma vez que os estudantes rejeitam o que pode ser novo, muitas vezes. Além disso, a falta de formação docente também é apontada como uma necessidade dos docentes para o enfrentamento dos desafios que têm surgido conforme as demandas e as mudanças do sistema educacional. Na sequência, no que tange à quarta pesquisa, acerca da perspectiva da CM (XXXX, No prelo, 2025), apresentamos os resultados de análises dos dados obtidos com as professoras participantes da pesquisa sobre os desafios das práticas formativas na CM], conforme ilustra o Quadro 3.

Quadro 3 – Desafios das práticas formativas na cultura *maker*

Tema	Subtemas
Desafios das práticas formativas na Cultura <i>Maker</i> no ensino de língua portuguesa na escola	• Identificação de problemas e soluções • Construção e compartilhamento de resultados • Dificuldade para preparar • Tempo e organização • A falta de interesse de alguns alunos • Demanda de acesso à tecnologia, materiais e espaço adequados, o que nem sempre está disponível em todas as escolas. • Avaliação de atividades pode ser desafiadora, pois envolve avaliar não apenas o produto final, mas também o processo de aprendizagem, a criatividade e a colaboração. • Demanda de empenho da parte dos alunos e professores.

Fonte: Elaborado pelas autoras (XXXX, no prelo).

Os desafios evidenciados revelam que, apesar das contribuições da CM, existem barreiras que dificultam sua implementação no ensino de Língua Portuguesa. Dentre os principais obstáculos estão a falta de infraestrutura adequada, a falta de tempo para a preparação das atividades e a desmotivação dos alunos. Tais dificuldades podem ser amenizadas por meio de investimentos em formação continuada de professores, melhorias na infraestrutura escolar, adaptação dos currículos para melhor implementação e em estratégias avaliativas mais efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar dos desafios que afetam e preocupam os profissionais da educação é complexo, uma vez que o trabalho docente é constituído por diversos elementos, envolvendo recursos didático-pedagógicos, formação por meio de outros professores e pesquisadores, autores, sujeitos e suas interações, dimensões e processos sociais e histórico, sentimentos e emoções. Por tudo isso, há que se valorizar o profissional da educação, pois, além do conhecimento e todo um processo de formação e percurso de experiência, o professor desenvolve um trabalho humanizador na sociedade e em seu desenvolvimento. Diante disso, retomamos a questão central e norteadora deste trabalho, acerca dos desafios encontrados em relação aos temas investigados na rede pública estadual de ensino por nossas pesquisas, de modo a respondê-la.

Quanto à primeira pesquisa sobre saúde mental docente: desafios de uma prática profissional, destacamos a dimensão subjetiva e institucional do sofrimento docente, evidenciando os dados que revelam a falta de escuta e acolhimento no ambiente escolar, o impacto do excesso de tarefas e das pressões institucionais sobre a saúde psíquica, e a importância de políticas e práticas que promovam o cuidado no contexto educacional. Os dados coletados por meio de questionários e relatos espontâneos revelaram sentimentos de solidão, sobrecarga e desamparo institucional. Em contrapartida, também mostraram que o simples ato de escutar o

professor, reconhecendo-o como sujeito, configura-se como uma ação promotora de saúde. Estes resultados apontam para a urgência de políticas públicas e ações no interior das escolas que primem o cuidado integral, o reconhecimento profissional e a humanização das relações no ambiente escolar. Com isso, destacamos a importância de práticas institucionais que propiciem não apenas o bem-estar físico, mas também emocional e subjetivo dos docentes. A nosso ver, valorizar quem educa é, sobretudo, reconhecer os impactos de um sistema escolar que muitas vezes silencia as dores daqueles que sustentam a base da formação social.

No que tange à segunda pesquisa, sobre o uso de telas digitais no desenvolvimento da linguagem da criança, trata-se de uma temática abrangente e que envolve o papel social das políticas públicas voltadas aos direitos da criança de se desenvolver, brincar e aprender, o que é complexo e requer compromisso e engajamento não somente por parte do professor, mas também dos pais e de toda a sociedade. Entretanto, no caminho percorrido nesta pesquisa, um grande desafio nos foi evidenciado, a ausência de trabalhos com foco na aquisição da linguagem e do uso de telas no processo de desenvolvimento infantil. Ou seja, para além de alertar e conscientizar professores, outros profissionais e pais das crianças sobre as influências que o uso de telas digitais pode ter no desenvolvimento da linguagem na criança, influenciando seu ato de brincar e a interação social com seu meio, defendemos que é de suma importância investigar e analisar as experiências e/ou vivências sociais das crianças em seus contextos familiares, as práticas formativas, a fim de auxiliá-las em seu processo de formação e desenvolvimento.

No que concerne à terceira pesquisa, acerca das MA no Ensino Médio, destacamos os desafios para os espaços de aprendizagem como uma temática relevante ao contexto educacional, uma vez que nos possibilita pensar sobre as transformações sociais, culturais e tecnológicas que exigem novas formas de ensinar e aprender. Nesse cenário, as MA despontam como uma alternativa promissora por priorizarem o protagonismo estudantil e a construção do conhecimento de maneira significativa e colaborativa. No entanto, embora essas abordagens estejam em evidência nos discursos educacionais contemporâneos, sua efetiva implementação ainda enfrenta desafios importantes, de acordo com os dados analisados, especialmente no Ensino Médio da rede pública estadual, tais como: as necessidades para a implementação das MA nas escolas como a falta de tempo para a preparação de atividades e de recursos como materiais escolares, tecnologias e *internet*, bem como de formação docente, o excesso de trabalho do professor e grande quantidade de alunos por sala e as condições objetivas para os avanços na

aprendizagem dos alunos proporcionados pela implementação das MA, além da inclusão das MA nos documentos da escola e em cursos de formação docente.

Em relação à quarta pesquisa, referente à perspectiva da CM e sua implementação na Educação Básica, considerando a inserção dos recursos educacionais digitais cada vez mais frequente nas escolas públicas, identificamos alguns desafios, a saber: o sentimento de solidão dos professores ao terem que buscar novas estratégias pedagógicas, a falta e a necessidade de formação docente adequada para implementar tais ferramentas em sua prática pedagógica, como aspecto fundamental para a qualidade do trabalho do professor, a necessidade de maior aprofundamento desta perspectiva da CM, dificuldades estruturais e limitações quanto ao tempo de planejamento, ausência de recursos e materiais adequados para a implementação desta proposta de ensino e aprendizagem, bem como de métodos avaliativos mais flexíveis e condizentes com os princípios da aprendizagem ativa. Desse modo, compreender os desafios enfrentados pelos educadores na aplicação de tais práticas formativas é um passo necessário para aprimorar políticas públicas de formação docente e de estruturação das condições de trabalho na escola, de forma que favoreçam o uso efetivo dessas metodologias.

Ademais, integrar diferentes áreas do conhecimento com o intuito de se entender melhor nossos objetos de pesquisa pelo viés da pesquisa interdisciplinar, permite-nos obter uma compreensão mais abrangente das perspectivas tratadas. Assim, ao identificar os desafios/dificuldades que perpassam as temáticas abordadas e os contextos investigados pela pesquisa interdisciplinar contribui entendermos a complexidade das abordagens metodológicas de ensino, o contexto sócio-histórico mais amplo em que se inserem e as demandas impostas ao contexto educacional que impedem a realização de um trabalho de ensino mais efetivo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. de *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.

ANDRADE, C. R.; PEREIRA, L. Z.; CKAGNAZAROFF, I. B. Elementos de satisfação e insatisfação no trabalho operacional: revisitando Herzberg. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 7, n. 1, p. 67-89, 2007.

BACICH, L. Formação continuada de professores para o uso de metodologias ativas. In:

BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 129-152.

BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p.

XXXXXX. A saúde mental docente: desafios de uma prática profissional. 131f. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008. (**Série Estratégias de Ensino**; n. 8.).

BRONCKART, J.-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução de Anna Rachell Macho e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1997[2009].

BULEA, E. **Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade**. Tradução de Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin e Lena Lúcia Espinola Rodrigues Figueirêdo. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DEWEY, J. **Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education**, WLC Books, New York, NY. 2009.

DOUGHERTY, D. The maker mindset. In: HONEY, M.; KANTER, D. E. (org.). **Design, make, play: growing the next generation of STEM innovators**. New York: Routledge, 2013.

DOUGHERTY, D. **Free to Make: how the maker movement is changing our schools, our jobs and our minds**. Berkley, California: North Atlantic Books, 2016.

XXXXXXX. A cultura *maker* e o ensino de língua portuguesa nas escolas públicas: desafios de uma prática (form)ativa. 208f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, NO PRELO, 2025.

XXXXXXX. Uso de telas digitais por crianças de um centro de educação infantil. 100f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, Paraná, 2023.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORAN, J. M. **Metodologias ativas de bolso**: como os alunos podem aprender de forma ativa, simplificada e profunda. São Paulo: Brasil, 2019.

MORIN, E.. **Ciência com consciência**. Ed. Revista e modificada pelo autor. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350 p.

MORIN, E.. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 24. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

PAPALE, D. R.; ANDRADE, T. L.; RIGO, S. J.; ALMEIDA, C. M. M. Pressupostos das metodologias ativas apoiadas nas tecnologias da informação e comunicação e sua implementação na Educação à Distância. **RITECiMa**, Foz do Iguaçu, v.1, p.40-53, 2021.

SANTOS, M.. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

XXXXXX. As metodologias ativas no ensino médio: desafios para os espaços de aprendizagem. Título da dissertação. 170f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

VIGOTSKI, Lev. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



GRUPO DE TRABALHO 14

OUTROS TEMAS EMERGENTES

RESUMOS EXPANDIDOS

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA EM PSICOLOGIA: EXPERIÊNCIA DE SENSIBILIZAÇÃO E PROPOSTA DE CURSO

Jaine de Lima Viturino Siqueira¹ – Unicampo
Matheus Vinícius Fonceca Pereira² – Unicampo
Talita Butzke Bússolo³ – Unicampo
Marcelo Martins⁴ – Unicampo
Laís dos Santos Fantinati⁵ – Unicampo
Sarah Casali Cordeiro⁶ – Unicampo
Bruno Urbano da Silva⁷ – Unicampo

Grupo de Trabalho: 14 Outros temas emergentes

1. INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) fundamentada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promove uma mudança significativa na compreensão da deficiência, reforçando a abordagem biopsicossocial. No caso da deficiência auditiva, esta é caracterizada por perda unilateral total, ou perda bilateral com média de 41dB ou mais, conforme audiograma em frequências específicas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de brasileiros têm algum grau de surdez (IBGE, 2022, in Moreno, 2023). Apesar do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação desde a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), pessoas surdas ainda enfrentam significativas barreiras de acesso em serviços públicos e privados.

Neste contexto, o presente trabalho tem como propósito refletir sobre a importância da Libras na formação acadêmica, com foco na sensibilização de futuros profissionais de Psicologia para as demandas da população com deficiência auditiva.

2. OBJETIVOS

¹ Acadêmica do curso de Psicologia – e-mail: limaviturinosiqueira@gmail.com

² Acadêmico do curso de Psicologia – e-mail: matheusviniciuscm@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Psicologia – e-mail: talitabussolo@gmail.com

⁴ Acadêmico do curso de Psicologia – e-mail: ma_simartins@hotmail.com

⁵ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá – e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁶ Graduada em Psicologia pela UEM, Especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, Pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos pela Uninter – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

⁷ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Pós-Graduado em Neuropsicologia pela Unopar – e-mail: bruno.silva@faculdadeunicampo.edu.br – Orientador

O objetivo geral do presente trabalho configura-se refletir sobre a relevância da Libras na formação de alunos de Psicologia, promovendo ações de sensibilização e inclusão. Como objetivos específicos podemos listar: a) Promover uma palestra com foco na inclusão de pessoas surdas; b) Estimular o interesse pelo aprendizado da Libras entre os discentes; c) Propor a implementação de um curso de Libras voltado à formação acadêmica.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza qualitativa e documental, com levantamento bibliográfico realizado por meio de buscadores eletrônicos e bases científicas, priorizando produções publicadas nos últimos dez anos.

A proposta surgiu a partir de discussões em sala de aula sobre acessibilidade e inclusão, levando o grupo a decidir pela realização de uma palestra sobre a comunidade surda. Foram convidados dois palestrantes com experiência na temática: uma pedagoga especialista em educação bilíngue e um estudante de pedagogia surdo. Como desdobramento da ação, foi articulada a criação de um curso de Libras para os alunos do curso de Psicologia da Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO.

4. RESULTADOS

A palestra ocorreu no dia 30 de novembro de 2023, com a participação de Greice Kelly Sonsin, diretora da Escola Bilíngue para Surdos Espaço Aberto, e Alisson de Oliveira Bortolotti, aluno de Pedagogia e estagiário da mesma instituição. O evento foi bem recebido pelos estudantes, que demonstraram grande interesse no tema.

Como resultado concreto, firmou-se o compromisso para a abertura de um curso de Libras com início previsto para o primeiro semestre de 2024, destinado inicialmente aos alunos do curso de Psicologia. A ação gerou engajamento e sensibilização quanto à necessidade de comunicação inclusiva e respeito à diversidade.

5. DISCUSSÃO

A iniciativa evidenciou a importância de ações práticas de sensibilização e formação no contexto universitário, principalmente no curso de graduação em Psicologia. Embora a legislação avance no reconhecimento de direitos da população surda, a efetiva inclusão depende da formação de profissionais conscientes, capacitados e comprometidos com a acessibilidade.

A atuação do psicólogo, mesmo que indiretamente envolvido em ações de comunicação, é essencial na promoção de práticas inclusivas e no enfrentamento das barreiras sociais impostas às pessoas com deficiência. A experiência relatada contribui para a construção de um currículo mais sensível às demandas da diversidade humana, promovendo o respeito e o acolhimento como valores fundamentais na formação dos alunos.

6. CONCLUSÃO

A realização da palestra voltada à comunidade surda e a proposta de implementação de um curso de Libras para os alunos de Psicologia da UNICAMPO revelaram-se como ações fundamentais para a promoção da inclusão e da acessibilidade no contexto acadêmico. Por meio dessa experiência, foi possível observar o impacto positivo que atividades de sensibilização podem ter na formação profissional, especialmente em áreas como a Psicologia, que exige do futuro profissional não apenas competências técnicas, mas também um olhar ético, empático e comprometido com as demandas da diversidade humana.

O contato direto com pessoas surdas e com profissionais atuantes na educação bilíngue oportunizou aos alunos uma vivência concreta sobre os desafios enfrentados por essa população, muitos dos quais ainda são invisibilizados no cotidiano acadêmico e nos serviços públicos. Essa experiência despertou reflexões significativas sobre a responsabilidade dos psicólogos na promoção da inclusão, destacando a necessidade de uma atuação que vá além da clínica tradicional, envolvendo também o engajamento em causas sociais e políticas públicas voltadas aos direitos das pessoas com deficiência.

A parceria com a Escola Bilíngue para Surdos Espaço Aberto demonstrou a importância do diálogo entre instituições de ensino superior e entidades especializadas, promovendo trocas de saberes e experiências que enriquecem a formação acadêmica. O interesse dos alunos do curso de Psicologia pelo curso de Libras evidencia uma demanda concreta por formação complementar na área da acessibilidade comunicacional, o que pode contribuir significativamente para a qualificação do atendimento psicológico a pessoas surdas.

Diante disso, recomenda-se que esse tipo de ação seja institucionalizado como parte da formação universitária, com a inclusão de disciplinas optativas ou mesmo obrigatórias de Libras no currículo dos cursos da área da saúde, educação e ciências humanas. Além disso, sugere-se a ampliação do projeto para outros cursos da instituição, bem como a criação de grupos

permanentes de estudos e práticas sobre inclusão e acessibilidade, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

Outras possibilidades de desdobramento podem incluir: a) A realização de oficinas práticas de sensibilização com foco na cultura surda; b) A promoção de eventos periódicos com participação de pessoas surdas e intérpretes de Libras; c) A elaboração de materiais acessíveis para uso nas atividades acadêmicas e institucionais; d) A construção de parcerias interinstitucionais com centros de referência em educação bilíngue.

Por fim, conclui-se que esta iniciativa extrapola os limites de um projeto pontual e se configura como um marco importante no processo de construção de uma universidade mais acessível, justa e comprometida com os princípios da equidade. O investimento em ações de inclusão como esta não apenas qualifica a formação dos estudantes, como também contribui para a transformação social, aproximando a academia das reais necessidades da população.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

MORENO, S. O Brasil tem mais de 10 milhões de pessoas surdas, segundo o IBGE. *Rádio Agência Nacional*, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-07/brasil-tem-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-surdas-segundo-o-ibge>. Acesso em: 15 nov. 2023.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

A UTILIZAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: DEMANDAS DA GERAÇÃO Z E DESAFIOS DO MERCADO DE TRABALHO

Erica Toscano Aggio¹ – Unicampo
Jaine de Lima Viturino Siqueira² – Unicampo
Jhessica Eloize de Cristo³ – Unicampo
Luan Henrique de Souza⁴ – Unicampo
Matheus Vinícius Fonceca Pereira⁵ – Unicampo
Talita Butzke Bússolo⁶ – Unicampo
Laís dos Santos Fantinati⁷ – Unicampo
Sarah Casali Cordeiro⁸ – Unicampo

Grupo de Trabalho: 14 Outros temas emergentes

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa está focada em demonstrar como os testes psicológicos podem servir de instrumento para auxiliar jovens e adolescentes no direcionamento profissional, fazendo conexão com sua personalidade, habilidades, predisposição, aptidões e interesses. Pretende ainda reforçar a importância do papel do psicólogo nesse processo de descobertas e clarificações. Para tal, foi feito um estudo teórico através de artigos acadêmicos, revistas eletrônicas, obras literárias e consultas a publicações do Conselho Federal de Psicologia para esboçar a relevância dos testes psicológicos no processo de escolha profissional.

Desde muito cedo, nossas crianças são constantemente interrogadas sobre o que pretendem ser quando crescer. Esse questionamento vem carregado de um peso simbólico significativo, já que o termo "ser" está atrelado à profissão pretendida e não à existência pessoal do indivíduo. À medida que o adolescente se aproxima da vida adulta, esse questionamento se torna mais frequente e, conseqüentemente, a ansiedade em fazer a escolha correta se torna ainda maior.

¹ - Acadêmica do curso de Psicologia – e-mail: ericaaggio@yahoo.com.br

² - Acadêmica do curso de Psicologia – e-mail: limaviturinosiqueira@gmail.com

³ - Acadêmica do curso de Psicologia – e-mail: jhessicaeloize.cristo@hotmail.com

⁴ - Acadêmico do curso de Psicologia – e-mail: lhs.sousa2001@gmail.com

⁵ - Acadêmico do curso de Psicologia – e-mail: matheusviniciuscm@gmail.com

⁶ - Acadêmica do curso de Psicologia – e-mail: talitabussolo@gmail.com

⁷ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá– e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁸ Graduada em Psicologia pela UEM, Especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, Pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos pela Uninter – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

Esse momento de escolha também vem atrelado à grande expectativa dos pais ou familiares e da sociedade à qual o indivíduo está inserido. O adolescente passa então a receber centenas de sugestões de qual profissão escolher, qual faculdade cursar e quais atividades exercer. Porém, na maioria das vezes, essas sugestões são baseadas na escolha daqueles que já exercem tais profissões, na lucratividade, nas possibilidades, no tempo, no desejo dos seus tutores e outros aspectos que são irrelevantes se não for considerado o desejo e a aptidão do adolescente.

Todavia, a escolha da profissão não é a única preocupação dos futuros profissionais. Para Neto (2022), um dos principais obstáculos enfrentados por esses jovens é a incompatibilidade entre as expectativas criadas durante a formação acadêmica e as exigências reais do mercado de trabalho. O equilíbrio entre a satisfação pessoal e a realização profissional também se apresenta como um aspecto desafiador. Nesse cenário é que se faz importante a utilização de testes psicológicos de observação e descrição das características do sujeito (CFP, 2018). A orientação profissional, guiada por um psicólogo estruturado e atento à subjetividade do indivíduo, leva o sujeito a se conhecer, no sentido de possibilitar uma escolha mais lúcida, madura e ajustada. Alinha as expectativas do candidato com o mercado de trabalho, desfaz mitos e ilusões sobre as profissões pretendidas, diminui a ansiedade e a pressão pela escolha e contribui para o desenvolvimento do autoconhecimento.

2. OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a importância dos testes psicológicos como ferramentas de orientação profissional para adolescentes da geração Z frente às exigências do mercado de trabalho. Como objetivos específicos temos a) Investigar os testes psicológicos mais utilizados no contexto da orientação profissional; b) Compreender as demandas e características da geração Z em relação ao mundo do trabalho; c) Relacionar a atuação do psicólogo ao processo de escolha e amadurecimento profissional.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi produzido a partir de revisão de literatura física e virtual de trabalhos produzidos entre 2018 e 2024, incluindo normativas do Conselho Federal de Psicologia. O tipo de pesquisa adotado foi qualitativo, de caráter exploratório, com levantamento bibliográfico e análise documental. A busca foi orientada por palavras-chave relacionadas ao tema como "orientação profissional", "testes psicológicos" e "geração Z". Foram selecionadas fontes

acadêmicas, publicações de conselhos de classe e artigos científicos disponíveis em bases como SciELO, PePSIC e sites institucionais.

Para melhor organização, a análise seguiu os seguintes eixos temáticos: adolescência e mercado de trabalho; profissões mais buscadas pela geração Z; conflitos geracionais na escolha profissional; história e evolução dos testes psicológicos; técnicas e instrumentos comumente utilizados na orientação profissional; importância do psicólogo e aplicação dos testes em diferentes contextos.

4. RESULTADOS

Os resultados da análise apontam que a geração Z, composta por jovens que cresceram imersos na tecnologia e com forte valorização da qualidade de vida, busca um tipo de orientação profissional que vá além da simples escolha de carreira. Esses jovens demonstram interesse em áreas que permitam flexibilidade, propósito e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Dentre os testes psicológicos mais utilizados, destacam-se o Teste de Palográfico, o Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5), o Quati e o G36, todos reconhecidos pelo SATEPSI (CFP, 2022).

Observou-se que o uso desses instrumentos, aliado a entrevistas e dinâmicas, contribui para o autoconhecimento, identificação de aptidões e enfrentamento de angústias relacionadas à escolha profissional. O ambiente escolar aparece como o principal espaço para essa prática, embora haja demanda crescente em clínicas, projetos sociais e consultorias de carreira. Além disso, os conflitos entre expectativas pessoais e familiares, bem como a pressão social pelo sucesso, reforçam a importância da atuação ética e sensível do psicólogo.

5. DISCUSSÃO

A geração Z, nascida entre meados da década de 1990 e o início de 2010, cresceu em um contexto de rápidas transformações tecnológicas e sociais, o que influenciou diretamente suas expectativas quanto à vida profissional. Esse grupo tem se mostrado mais preocupado com o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho, valorizando ambientes flexíveis, propósitos alinhados aos seus valores e qualidade de vida (SILVA; RIBEIRO, 2020). Os testes psicológicos de orientação profissional, nesse sentido, tornam-se instrumentos valiosos para auxiliar esses jovens na tomada de decisão mais consciente e autêntica, possibilitando que conheçam suas habilidades, interesses e estilos de personalidade com maior profundidade (LEITE; VIANA; SILVA, 2024).

Além disso, o papel do psicólogo é fundamental nesse processo, pois é ele quem conduz a entrevista inicial, aplica os testes, interpreta os resultados e oferece uma devolutiva coerente com a subjetividade do sujeito. A escuta qualificada e a capacidade de análise do profissional são essenciais para que a orientação não seja mecanicista, mas sim, sensível às nuances da história de vida, do contexto sociocultural e das expectativas do adolescente (NETO, 2022). A prática psicológica deve estar comprometida com uma postura ética, respeitando a singularidade de cada indivíduo, e isso se reflete na escolha criteriosa dos instrumentos e na forma como os dados são analisados (CFP, 2018).

Outro aspecto importante identificado na literatura diz respeito à tensão entre gerações no ambiente familiar e escolar. Muitos adolescentes enfrentam pressões para seguir carreiras consideradas mais “promissoras” economicamente ou socialmente valorizadas, o que pode gerar conflitos e frustrações. A geração Z, no entanto, tende a buscar realização imediata e propósito, desafiando expectativas convencionais de sucesso (LIMA; REIS, 2019). Nesse contexto, os testes funcionam como mediadores no diálogo entre o desejo individual e as exigências externas, auxiliando o jovem a construir uma escolha mais autônoma e informada.

Cabe ainda destacar que a aplicação dos testes deve considerar sua validade científica. O Conselho Federal de Psicologia criou o SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – que regulamenta quais instrumentos estão aprovados para uso profissional, garantindo sua precisão técnica e relevância teórica (CFP, 2022). A escolha de testes inadequados ou desatualizados pode comprometer a orientação e, consequentemente, afetar negativamente o processo de autoconhecimento e decisão vocacional.

Por fim, a orientação profissional não se restringe à fase da adolescência, mas pode ser utilizada em diferentes momentos da vida, como em transições de carreira, recolocações no mercado de trabalho ou mesmo em situações de aposentadoria. A atuação do psicólogo, por meio de instrumentos válidos e com olhar atento à subjetividade do sujeito, contribui para a construção de trajetórias mais conscientes, coerentes e satisfatórias (RODRIGUES; AMARAL, 2021).

6. CONCLUSÃO

Os testes psicométricos de orientação profissional são ferramentas eficazes que, quando aplicadas corretamente, oferecem um diferencial significativo para quem deseja se conhecer melhor e ingressar ou reingressar de forma mais segura no mercado de trabalho. A geração Z tem se beneficiado amplamente desses instrumentos, especialmente por buscar conciliar sucesso

profissional e realização pessoal, o que exige um equilíbrio entre ambos. Embora seu uso seja mais comum entre adolescentes em fase de escolha da primeira profissão, os testes psicológicos também se mostram úteis em diferentes contextos da vida adulta. Quando conduzidos por profissionais qualificados, esses instrumentos contribuem para decisões mais conscientes e alinhadas aos objetivos e valores individuais.

7. REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Referencial técnico para atuação de psicólogos(os) em orientação profissional e de carreira*. Brasília, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)*. Brasília, 2022.

LEITE, A. C.; VIANA, R. G.; SILVA, M. T. O uso de testes psicológicos na orientação profissional de adolescentes da geração Z. *Revista Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 28, n. 1, p. 112-123, 2024.

LIMA, F. R.; REIS, T. M. Conflitos geracionais e escolhas profissionais: desafios para a orientação na contemporaneidade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 45-56, 2019.

NETO, J. P. Desafios da orientação profissional frente às demandas da geração Z. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 78-89, 2022.

RODRIGUES, M. F.; AMARAL, C. G. A orientação profissional como estratégia ao longo da vida: uma perspectiva contemporânea. *Revista Psicologia em Foco*, v. 18, n. 3, p. 55-69, 2021.

SILVA, D. F.; RIBEIRO, J. A. Valores e escolhas profissionais da geração Z: um estudo exploratório. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 19, n. 2, p. 90-102, 2020.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

CONSCIÊNCIA, EMOÇÕES E FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO FILME “DIVERTIDAMENTE”

Valéria Mansano Olipa¹ – Unicampo
Erica Toscano Aggio² – Unicampo
Lais dos Santos Fantinati³ – Unicampo
Sarah Casali Cordeiro⁴ – Unicampo
Bruno Urbano da Silva⁵ – Unicampo

Grupo de Trabalho: 14 Outros temas emergentes

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada nos estudos de Lev Vygotsky, apresenta uma concepção de consciência como produto das relações sociais e do contexto histórico-cultural. Essa abordagem considera que as funções psicológicas superiores — como pensamento, linguagem, atenção e emoção — não são inatas, mas se desenvolvem por meio da mediação simbólica e da internalização de práticas sociais. Essa perspectiva se mostra relevante especialmente no campo educacional, permitindo compreender como o psiquismo humano é constituído socialmente. O presente trabalho busca discutir o conceito de consciência, emoções e funções psicológicas superiores na perspectiva histórico-cultural, ilustrando esses conceitos a partir da análise do filme “Divertidamente”, de forma crítica e reflexiva.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar como o desenvolvimento da consciência e das emoções é compreendido pela Psicologia Histórico-Cultural. Como objetivos específicos, destacam-se: a) Apresentar o conceito de consciência na teoria de Vigotski; b) Discutir a formação das funções psicológicas superiores e o papel da educação nesse processo; c) Analisar criticamente o filme “Divertidamente” à luz dos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural.

¹ - Acadêmica de Psicologia – e-mail: valeria_molipa@hotmail.com

² - Acadêmica de Psicologia – e-mail: ericaaggio@yahoo.com.br

³ - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá– e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁴ - Graduada em Psicologia pela UEM, Especialista em Psicologia da Saúde pela UEM, Pós-graduação em Humanização e Cuidados Paliativos pela Uninter – e-mail: psi.sarahc@gmail.com - Orientadora

⁵ - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Pós-Graduado em Neuropsicologia pela Unopar – e-mail: bruno.silva@faculdadeunicampo.edu.br – Orientador

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, de natureza exploratória, com abordagem teórico-reflexiva. O procedimento metodológico consistiu em levantamento bibliográfico sobre a Psicologia Histórico-Cultural, com ênfase em autores como Vigotski (2017), Martins (2011) e Aita e Tuleski (2017). Como instrumento de análise, foi utilizada a interpretação crítica do conteúdo do filme “Divertidamente” (Inside Out), com base nos conceitos de consciência, emoção e funções psicológicas superiores. A análise foi orientada por categorias teóricas da psicologia histórico-cultural, considerando também os aspectos simbólicos e narrativos presentes na obra cinematográfica.

4. RESULTADOS

O estudo evidenciou que, assim como destacam Aita e Tuleski (2017) para a Psicologia Histórico-Cultural a consciência não é uma estrutura inata, mas um processo em constante desenvolvimento, mediado pela linguagem e pelas interações sociais. Para Vigotski (2017) as funções psicológicas superiores se desenvolvem no plano interpsicológico (entre sujeitos) e são, posteriormente, internalizadas (plano intrapsicológico). A linguagem, nesse processo, atua como ferramenta psicológica fundamental. A análise do filme “Divertidamente” ilustra esses conceitos ao mostrar como as emoções de Riley, a personagem principal, interagem e influenciam seu comportamento e formação de memórias. As “ilhas da personalidade”, os “núcleos de memória” e os “momentos de internalização” apresentados no filme remetem a aspectos essenciais da teoria vigotskiana.

5. DISCUSSÃO

A discussão sobre a consciência e as funções psicológicas superiores à luz da Psicologia Histórico-Cultural permite uma análise profunda das implicações teóricas e práticas desse referencial para a compreensão do desenvolvimento humano, especialmente em contextos educacionais. Conforme argumentado por Vigotski (2017) e seus colaboradores, as funções psicológicas superiores – como pensamento abstrato, atenção consciente, memória voluntária e linguagem – são construídas historicamente por meio da mediação social e simbólica. Isso significa que tais funções não emergem de forma natural ou espontânea, mas são formadas nas interações sociais e internalizadas pelo sujeito ao longo de seu desenvolvimento (Aita; Tuleski, 2017).

No contexto educacional, essa perspectiva adquire uma relevância ainda maior. Martins (2011) destaca que a escolarização sistemática é essencial para a formação dessas funções, pois é por meio do ensino intencional de conteúdos científicos e teóricos que os indivíduos se apropriam de ferramentas simbólicas complexas. Isso reforça a ideia de que a consciência e o pensamento crítico não são produtos apenas da experiência cotidiana, mas demandam condições pedagógicas específicas, capazes de estimular e desenvolver o psiquismo.

A análise do filme “Divertidamente” serve como recurso didático e ilustrativo para aproximar os conceitos da Psicologia Histórico-Cultural do cotidiano. Ainda que utilize uma linguagem metafórica e lúdica, o filme retrata aspectos importantes sobre a constituição da personalidade e o papel das emoções no desenvolvimento da consciência. Quando se observa a trajetória da personagem Riley, percebe-se como suas emoções – inicialmente organizadas de forma linear e hierárquica – tornam-se mais complexas e integradas à medida que ela vivencia experiências marcantes, como a mudança de cidade e o início da adolescência.

Essa complexificação emocional, simbolizada pela interação entre alegria e tristeza, pode ser compreendida à luz da ideia vigotskiana de que as emoções também são construções histórico-culturais e, portanto, são passíveis de desenvolvimento (MARTINS, 2011). A internalização das experiências vividas por Riley é mediada por signos – como a linguagem, os símbolos e os significados atribuídos às lembranças –, o que reforça a concepção de que o desenvolvimento da consciência é dinâmico, dialético e influenciado pelas práticas sociais.

A metáfora da “sala de controle”, onde as emoções disputam espaço e atuam na organização da memória e do comportamento, dialoga com a noção de que a consciência é uma instância reguladora, construída a partir da interação com o mundo externo e com os outros. A separação entre plano interpsicológico (relacional) e intrapsicológico (individual) proposta por Vygotsky é bem representada pela dinâmica entre as emoções, que inicialmente agem de forma independente, mas que, com o tempo, aprendem a cooperar, possibilitando respostas emocionais mais integradas e sofisticadas.

Outro ponto relevante é a representação do esquecimento e do inconsciente como dimensões do funcionamento mental. Embora o filme trate esses temas de forma simbólica, eles contribuem para a compreensão de que nem todas as experiências são mantidas ativamente na consciência, mas que o desenvolvimento psíquico envolve seleção, organização e reelaboração constante das vivências.

Portanto, a discussão permite afirmar que a Psicologia Histórico-Cultural oferece uma estrutura teórica robusta para compreender a formação da consciência como um processo social e histórico, mediado pela linguagem, pela cultura e pela educação. A análise do filme “Divertidamente” reforça essas ideias ao apresentar, ainda que de forma ficcional, como as emoções, memórias e experiências contribuem para a construção da identidade e do pensamento humano ao longo da vida.

6. CONCLUSÃO

A Psicologia Histórico-Cultural contribui para uma compreensão crítica e dialética do desenvolvimento humano, especialmente no que diz respeito à formação da consciência e das emoções. Por meio da análise do filme “Divertidamente”, foi possível ilustrar como esses conceitos se manifestam na vida cotidiana e no imaginário cultural. A consciência é, portanto, uma construção histórica, mediada pela linguagem e pela interação social, em constante transformação. As emoções, enquanto funções psicológicas superiores, também são moldadas pela cultura e desempenham papel central na formação da personalidade. Este estudo reforça a importância de abordagens educativas que considerem a totalidade do sujeito e seus processos culturais e afetivos, valorizando o papel da escola e da linguagem na constituição do psiquismo humano.

7. REFERÊNCIAS

AITA, Eliane B.; TULESKI, Solange C. O desenvolvimento da consciência e das funções psicológicas superiores sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, Três Lagoas, v. 4, n. 7, p. 97-111, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/3195>. Acesso em: 08 jun. 2025.

MARTINS, Lígia Marcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 283-283, 2011. Disponível em: https://formacaodocente.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/martins_ligia_-_o_desenvolvimento_do_psiquismo_e_a_educacao_escolar.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKI, Lev Semionovitch; LURIA, Aleksandr Romanovich; LEONTIEV, Aleksei



VI SECISA - 2025

Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas

Inovação e Transformação Social:
Criando valor para um mundo sustentável

01 a 03 de julho - ISSN 2447-6285



Nikolaevich (orgs.). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 16. ed. São Paulo: Ícone, 2017. p. 103–118.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Site do evento: <https://campomourao.unespar.edu.br/secisa>

Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Campo Mourão - Paraná - Brasil - CEP 87.302-060

CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O AEE E O APOIO MULTIPROFISSIONAL NO DESENVOLVIMENTO PLENO

Marina Pereira Mori¹ – Universidade Estadual do Paraná
Matheus Mendes Pascoal² – Universidade Estadual do Paraná
Sandra Garcia Neves³ – Universidade Estadual do Paraná

Grupo de Trabalho: 14

1. INTRODUÇÃO

A construção da educação inclusiva no Brasil resulta de lutas sociais, avanços legais e mudanças nas práticas pedagógicas. Seu objetivo é assegurar o direito à educação de qualidade para todos, com equidade e valorização da diversidade. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) torna-se fundamental para garantir a participação e o desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Amparado por marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e outras normativas, o AEE promove a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, articulando-se com políticas intersetoriais de educação e saúde. Teoricamente, este trabalho baseia-se na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky, que entende o desenvolvimento humano como um processo mediado social e culturalmente, destacando a importância das interações e da mediação no processo de aprendizagem.

2. OBJETIVOS

Geral:

Analisar a fundamentação legal e teórica do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação inclusiva brasileira.

Específico:

Apresentar os marcos da educação inclusiva no Brasil

Discutir a importância da articulação intersetorial entre saúde e educação

Demonstrar como a atuação da equipe multiprofissional nos CAEEs, aliada a formação de professores promove superação de deficiências,

¹ - Mestranda em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar Campus de Campo Mourão – e-mail: morimarinapereira@gmail.com

² - Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar Campus de Campo Mourão – e-mail: matheus_mendes15@hotmail.com

³ - Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – e-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, cujo objetivo é aprofundar a compreensão sobre os fundamentos legais e teóricos que sustentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação inclusiva brasileira relacionadas à inclusão escolar.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizados o levantamento legal e a análise documental, que regulam e orientam a educação inclusiva no Brasil. O referencial teórico adotado baseia-se na Psicologia Histórico-Cultural, especialmente nas contribuições de Lev S. Vygotsky, que oferece suporte conceitual à compreensão da aprendizagem como processo mediado socialmente, essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e significativas.

4. RESULTADOS

A análise das legislações brasileiras, alinhada à teoria de Vygotsky, confirma que o Brasil possui um forte arcabouço legal que garante a educação inclusiva. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é essencial para assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência na escola regular, oferecendo recursos e mediações pedagógicas específicas. Os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs) desempenham papel fundamental, integrando suporte pedagógico e atendimento multiprofissional. A concepção atual de deficiência supera o modelo biomédico, reconhecendo as barreiras sociais como os principais entraves à aprendizagem. Apesar dos avanços legais, ainda existem desafios na formação de profissionais, na adequação dos espaços e na superação de barreiras atitudinais para efetivar a inclusão.

5. DISCUSSÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 eleva a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, a ser promovido visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para a pessoa com deficiência o artigo 208, inciso III, assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino, evidenciado um compromisso constitucional com a educação.

Esta prerrogativa implica garantir não apenas acesso à escola, mas também às atividades educacionais e de saúde que favoreçam o pleno desenvolvimento da criança, como prevê entre as políticas públicas da Educação e Saúde que favoreçam o pleno desenvolvimento como prevê articulação intersetorial. A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) reitera o direito à educação especial como modalidade transversal, destinada a perpassar todos os níveis e etapas da educação básica.

O artigo 58 da LDB explicita que o atendimento deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, com oferta de serviços de apoio especializados. Entre esses serviços, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado pelo Decreto nº 7.611/2011, que estabelece que esse atendimento deve ser complementar à escolarização e prestado de forma individualizada, conforme as necessidades específicas dos estudantes com deficiência. O público do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é composto por estudantes da educação básica que têm Deficiência, Transtornos Globais do desenvolvimento (como o Transtorno do Espectro Autista - TEA) e/ou Altas Habilidades/Superdotação, e que necessitam de recursos e estratégias específicas para o desenvolvimento de suas potencialidades e para sua plena participação na escola comum.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) propõe a substituição do modelo segregador por um paradigma de escola inclusiva, articulada com serviços de apoio especializados, entre os quais se destacam os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Nesses centros, o AEE pode ser oferecido por uma equipe pedagógica especializada, composta por professores com formação em Educação Especial, além de contar com uma equipe multiprofissional, geralmente composta por psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos e assistentes sociais, cuja atuação é fundamental para a elaboração de estratégias educacionais integradas ao desenvolvimento global da criança.

A atuação dessa equipe multidisciplinar visa garantir a articulação entre as necessidades de saúde, desenvolvimento social e aprendizagem, de modo a favorecer o acesso da criança com deficiência tanto às atividades pedagógicas quanto aos atendimentos clínicos de que necessita. Essa abordagem integral, respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reconhece que a aprendizagem é influenciada por múltiplos fatores e que o apoio educacional especializado deve caminhar lado a lado com o cuidado intersetorial, garantindo o desenvolvimento das potencialidades da criança em sua totalidade.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), internalizada pelo Brasil com status constitucional (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009), reforça o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva em todos os níveis, ao acesso igualitário aos serviços de saúde e à provisão de acomodações razoáveis. A combinação dessas diretrizes aponta para a necessidade de uma educação que respeite a diversidade, elimine barreiras à participação e promova ajustes pedagógicos e estruturais necessários.

A base teórica para essa concepção pode ser fortalecida pelas contribuições de Lev S. Vygotsky, que ao desenvolver a teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento humano, propõe que a aprendizagem e o desenvolvimento são processos mediados socialmente. Vygotsky (1993) afirma que as limitações impostas por uma deficiência não se restringem ao aspecto biológico, sendo amplificadas ou minimizadas pelas condições sociais, culturais e educacionais em que o indivíduo está inserido. Assim, o papel da mediação, especialmente a mediação pedagógica qualificada, com formação continuada dos professores, torna-se central para a promoção da aprendizagem, especialmente de estudantes com deficiência, sendo que os CAEEs também proporcionam essas formações.

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento se dá na chamada Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), espaço entre o que o sujeito já realiza de forma autônoma e o que pode realizar com o apoio de um mediador. Nesse sentido, o professor do AEE e a equipe multidisciplinar desempenham um papel fundamental ao construir pontes entre o sujeito e o objeto do conhecimento, adaptando os meios de acesso e favorecendo a ampliação das capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e motoras. O conceito de deficiência secundária, cunhado por Vygotsky, reforça que o impacto de uma deficiência primária (biológica) depende da qualidade das experiências e interações sociais mediadas, sendo, portanto, passível de transformação por meio de uma prática pedagógica intencional, contextualizada e inclusiva.

Os CAEEs, ao reunirem em um mesmo espaço serviços de apoio pedagógico e clínico, representam uma instância privilegiada de articulação entre saúde e educação. Sua função extrapola o atendimento direto à criança, envolvendo também a formação de professores da rede regular, o acompanhamento das práticas escolares, a orientação às famílias e o fortalecimento da rede de proteção social da criança com deficiência.

Dessa forma, a inclusão educacional da criança com deficiência exige uma perspectiva sistêmica e interdisciplinar, que integre ações educativas, clínicas e sociais. As normativas brasileiras, aliadas à fundamentação teórica vygotskiana, apontam que é possível garantir o acesso

qualificado às atividades de ensino, por meio da oferta de um AEE articulado com equipes multiprofissionais e pautado em princípios éticos, políticos e pedagógicos de inclusão, equidade e justiça social.

6. CONCLUSÃO

Ao mobilizar esse referencial teórico e legal, esta pesquisa busca analisar o papel do AEE na efetivação da educação inclusiva, destacando ainda a importância da atuação das equipes multiprofissionais nos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs) e da articulação entre os setores da educação e da saúde. Essa abordagem visa não apenas garantir o cumprimento das normativas vigentes, mas também refletir sobre práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e contribuam para o desenvolvimento integral de todos os educandos.

7. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 1 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 16 abr. 2025.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm . Acesso em: 20 abr. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso em: 25 abr. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm . Acesso em: 25 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 28 abr. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

**ESTILOS PARENTAIS, TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO E
SAÚDE MENTAL ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO DA
UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS “CUIDADO! AQUI FAZEMOS ARTE!” E DA
LEI 14.819/2024**

Fabiola Martins da Silva¹ – Universidade Estadual do Paraná
Juliana dos Santos² – Universidade Estadual do Paraná
Isabella Michalski dos Santos³ – Centro Universitário Integrado
Lais dos Santos Fantinati⁴ – Faculdade Unicampo
Sandra Garcia Neves⁵ – Universidade Estadual do Paraná

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental infantil tornou-se pauta central nas discussões educacionais e de políticas públicas especialmente diante do aumento expressivo de diagnósticos de transtornos do neurodesenvolvimento, (transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)). Essas condições, além de impactarem diretamente no desempenho e na socialização das crianças, também influenciam a saúde mental dos professores e das famílias, gerando sobrecarga emocional e demandando estratégias de acolhimento e intervenção que possibilitem cuidado dentro deste cenário. O Projeto “Cuidado! Aqui Fazemos Arte!” Surge como possibilidade de intervenção, promovendo ações psicossociais no contexto escolar do município de Corumbataí do Sul (PR). Fundamentado na Teoria Histórico-Cultural de Vygotski, (1998) o projeto propõe práticas artísticas e lúdico-pedagógicas para a promoção do bem-estar e fortalecimento dos vínculos escolares e familiares. Este trabalho parte da experiência do projeto e da recente promulgação da Lei nº 14.819/2024, que institui a *Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares*, para discutir os efeitos dos estilos parentais, do aumento dos diagnósticos e das questões relacionadas a saúde mental da comunidade escolar.

¹ - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado – e-mail: fm62816@gmail.com

² - Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná – e-mail: julianasrsantos1@gmail.com

³ - Graduada em Psicologia no Centro Universitário Integrado – e-mail: isa.mi.santos@gmail.com

⁴ - Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Integrado e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Processos educativos pela UEM-Maringá– e-mail: lais.fantinati@faculdadeunicampo.edu.br - Orientadora

⁵ Graduada em Psicologia e Pedagogia e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – e-mail: sandra.neves@unespar.edu.br – coorientadora

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral analisar como os estilos parentais e os transtornos do neurodesenvolvimento influenciam a saúde mental no contexto escolar, considerando os estudos e experiências desenvolvidas no “Projeto Cuidado! Aqui Fazemos Arte!” e as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.819/2024. Como objetivo específico buscamos investigar a relação entre os estilos parentais e o desenvolvimento emocional e escolar das crianças, discutir o impacto dos diagnósticos neuropsiquiátricos no cotidiano da comunidade escolar e apontar estratégias intersetoriais que contribuam para a promoção da saúde mental nas escolas públicas situadas em contextos de vulnerabilidade social.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo articula dados empíricos produzidos no contexto do “Projeto Cuidado! Aqui Fazemos Arte!” com a literatura científica nacional e internacional sobre “estilos parentais”, “saúde mental infantil” e “transtornos do neurodesenvolvimento”. A seleção de fontes incluiu artigos, dissertações e teses publicadas entre 2013 e 2024, disponíveis nas bases SciELO, Google Acadêmico e no Banco de Teses da CAPES. A análise dos materiais foi sistematizada por meio do protocolo adaptado de Matsukura e Guadanhim (2012). O referencial teórico baseia-se na Teoria Histórico-Cultural de Vygotski (1998) e nas diretrizes da Lei nº 14.819/2024.

4. RESULTADOS

Os estudos analisados demonstram que práticas parentais baseadas em diálogo, escuta e afeto estão diretamente associadas ao fortalecimento emocional e escolar das crianças. Em contrapartida, estilos coercitivos ou negligentes estão relacionados a maiores índices de evasão, desregulação emocional e dificuldades de aprendizagem (Darling e Steinberg, 1993; Fonsêca, Damásio e Koller, 2014). A literatura também aponta para o crescimento exponencial dos diagnósticos neuropsiquiátricos na infância, o que evidencia tanto avanços em termos de identificação precoce quanto riscos de medicalização de condutas não patológicas. O “Projeto

Cuidado! Aqui Fazemos Arte! ” Surge nesse contexto, como possibilidade para o enfrentamento ao sofrimento psíquico e cuidado psicossocial da comunidade escolar, por meio de práticas artísticas e lúdicas que possibilitem à criança expressar emoções, ressignificar experiências e reconstruir vínculos sociais. A articulação entre escola, família e território se apresenta como elemento-chave para a implementação da lei 14.819 de 16 de janeiro de 2024.

5. DISCUSSÃO

A análise dos referenciais evidencia a necessidade de se repensar a lógica escolar diante da complexidade do sofrimento psíquico infantil. É importante compreender a prevalência de uma abordagem centrada em diagnósticos e classificações, ainda que relevante em certos contextos, não pode substituir a escuta sensível e o reconhecimento das condições socioculturais que atravessam a infância em comunidades marcadas pela vulnerabilidade social. Os efeitos da exclusão educacional e da negligência institucional são agravados, dificultando a construção de trajetórias escolares saudáveis (Souza; Fiorati, 2019). Nesse cenário, práticas educativas que se baseiam exclusivamente na normatização do comportamento ou na medicalização de condutas tendem a invisibilizar o sofrimento das crianças e reforçar a rotulação (Nakamura; Barbarini, 2019).

É nesse contexto que o “Projeto Cuidado! Aqui Fazemos Arte!” vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, por meio do Edital nº 01/2024/SETI/UEF, se consolida como uma possibilidade de intervenção psicossocial comprometida com a promoção da saúde mental no ambiente escolar, ao articular ações lúdico-pedagógicas, expressivas e intersetoriais. O projeto propõem práticas relacionadas com os princípios da Lei nº 14.819/2024, que apresenta uma política nacional voltada ao cuidado integral da comunidade escolar. Fundamentado na Teoria Histórico-Cultural, o projeto reconhece a escola como espaço de humanização e desenvolvimento subjetivo, e a arte como linguagem potente para expressar, elaborar e ressignificar experiências. Assim, iniciativas como essa reafirmam o papel da escola como território de cuidado, escuta e construção coletiva de sentido, superando a lógica da patologização e fortalecendo práticas inclusivas, democráticas e sensíveis à subjetividade de cada criança e adolescente.

6. CONCLUSÃO

Compreender a saúde mental escolar a partir da articulação entre estilos parentais, diagnósticos neuropsiquiátricos e práticas institucionais permite lançar luz sobre os desafios contemporâneos da educação. A literatura evidencia que práticas parentais responsivas e estratégias educativas baseadas na ludicidade e na arte favorecem a construção de vínculos, o desenvolvimento emocional e a promoção do bem-estar. A implementação da Lei nº 14.819/2024 é um passo fundamental para a construção de políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção da saúde mental nas comunidades escolares, assim, o “Projeto Cuidado! Aqui Fazemos Arte!” Demonstra, em sua prática, que a escola pode para além da medicalização e da fragmentação das intervenções se transformar em espaço de escuta, acolhimento e expressão por meio do lúdico e das artes ao propor uma abordagem integral, sensível e que visa a escuta ativa e o cuidado da comunidade escolar.

A aplicação de questionários de saúde mental validados junto a estudantes, professores e familiares após a realização da implementação da lei, pode contribuir para mensurar mudanças na percepção de bem-estar, na qualidade das relações e na construção de sentido no espaço escolar, bem como, sistematizar o impacto das ações desenvolvidas. Além disso, investigações mais aprofundadas sobre os efeitos da implementação da Lei nº 14.819/2024 em diferentes regiões, com foco na escuta dos sujeitos diretamente envolvidos, podem fornecer dados fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 161, n. 12, p. 1, 17 jan. 2024.

DARLING, Nancy; STEINBERG, Laurence. Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, Washington, v. 113, n. 3, p. 487–496, 1993.

FONSÊCA, Regina Lúcia; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo; KOLLER, Silvia Helena. Estilos parentais, práticas educativas e desenvolvimento infantil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 233–241, jul./set. 2014.

MATSUKURA, Thaís Silvia; GUADANHIM, Maria A. Inserção social de crianças com deficiência intelectual: perspectivas metodológicas para análise documental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 2, p. 203–222, mai./ago. 2012.

NAKAMURA, Eliane; BARBARINI, Natália. A medicalização da infância na escola: entre diagnósticos e práticas escolares. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 109–126, jan./abr. 2019.

SOUZA, Lídia M.; PANÚNCIO-PINTO, Mirela P. M.; FIORATI, Regina C. Promoção da saúde mental na infância: articulações possíveis entre educação e saúde. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, e 240005, 2019.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

FRANCISCO, MILL E TOCQUEVILLE: QUANDO O PAPA É MAIS LIBERAL QUE SEUS CRÍTICOS

Bruno Renato Sluzala¹ – UNESPAR
Jorge Leandro Delconte Ferreira² – UNESPAR

1. INTRODUÇÃO

No cenário atual de polarização ideológica, o Papa Francisco tem sido acusado por setores liberais de romper com a tradição ocidental, especialmente após a publicação da encíclica *Laudato Si'* (2015), centrada no cuidado da casa comum. Críticos argumentam que o documento abandona a argumentação rigorosa e oferece uma crítica moral sem apresentar alternativas substanciais, representando uma ruptura com a tradição racionalista ocidental (Capaldi, 2017).

Este trabalho parte da hipótese de que tais críticas decorrem da perda de densidade moral do liberalismo contemporâneo. Para isso, propõe-se um diálogo hermenêutico entre a *Laudato Si'* e os pensamentos de John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, autores centrais do liberalismo clássico do século XIX. A proposta aqui defendida é que os fundamentos morais da liberdade, da justiça e do bem comum, centrais para esses autores, encontram notável convergência com a visão de mundo expressa por Francisco, tornando legítima a provocação: o Papa seria hoje mais liberal que seus críticos?

2. OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise hermenêutica da encíclica *Laudato Si'*, confrontando as críticas ideológicas frequentemente dirigidas ao Papa Francisco com os fundamentos éticos do liberalismo clássico, tal como formulados por autores como John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville.

Para alcançar o propósito central do trabalho, inicialmente é contextualizado o pensamento e as influências que moldaram a visão social e moral de Francisco. Em seguida, pretende-se mapear as principais críticas contemporâneas que associam a encíclica a discursos antiliberais. A partir disso, o estudo apresenta os elementos centrais das obras de Mill e Tocqueville, com destaque

¹ Bacharel em Ciências Econômicas – e-mail: bruno.sluzala@gmail.com

² PhD em Economia. Mestre em Administração. Graduado em Ciências Contábeis. jorge.ferreira@ies.unespar.edu.br

para sua concepção de liberdade vinculada à responsabilidade cívica, à justiça social e à moderação do poder. Por fim, procura-se identificar convergências entre os valores propostos na *Laudato Si'* e os princípios do liberalismo ético do século XIX, com vistas a demonstrar que a proposta papal dialoga com, e em certa medida atualiza, essa tradição.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base no método hermenêutico, adequado à proposta de interpretar criticamente textos fundantes da tradição cristã e do liberalismo clássico. A hermenêutica, ao permitir a reconstrução de sentidos a partir do contexto e da tradição, mostra-se especialmente apropriada para confrontar discursos ideologizados com conteúdo ético profundo. Foram analisados, como fontes primárias, a encíclica *Laudato Si'* (2015), bem como as obras *Sobre a liberdade* e *Princípios de economia política*, de John Stuart Mill, e *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville. Esses textos foram examinados em sua dimensão ética, política e filosófica.

O corpus foi complementado por autores da tradição cristã, como Tomás de Aquino e pensadores da Escola de Salamanca, além de estudos acadêmicos contemporâneos que discutem a recepção, o enquadramento ideológico e os impactos da encíclica. Entre esses, destacam-se as contribuições de Jamieson (2015), que discute as implicações políticas da *Laudato Si'*; Kling, Norgaard e Wenzel (2022), que analisam suas críticas à economia de mercado; Ladini e Faggiana (2024), que avaliam seus efeitos empíricos sobre atitudes políticas; Landrigan et al. (2024), que tratam de sua repercussão científica transdisciplinar; e Roca e Corcoran (2021), que enfocam o papel da educação e da comunicação em sua difusão ética e cultural. A triangulação desses referenciais permite construir uma leitura crítica capaz de revelar tensões e convergências éticas entre a encíclica e os autores liberais estudados.

4. RESULTADOS

A análise comparativa revelou que diversos princípios estruturantes da *Laudato Si'* – como a crítica ao produtivismo, a valorização dos bens comuns, a defesa da função social da propriedade e a justiça intergeracional – apresentam ressonâncias significativas com fundamentos do liberalismo clássico de viés ético. O conceito de “estado estacionário”, defendido por Mill, antecipa, sob perspectiva secular, a crítica de Francisco ao crescimento econômico ilimitado e à lógica da acumulação irrestrita. Já Tocqueville antecipa, com notável sensibilidade, os riscos da

tecnocracia, da massificação e da erosão dos laços comunitários – pontos centrais da crítica papal à cultura do descarte e ao individualismo exacerbado.

Além disso, observou-se que a *Laudato Si'* não constitui uma ruptura com a doutrina social da Igreja, mas sim uma atualização coerente com sua tradição ética. A análise revelou que a proposta de Francisco está profundamente enraizada em noções como bem comum, subsidiariedade, responsabilidade moral e crítica aos excessos do mercado – noções também caras ao liberalismo do século XIX. O diálogo entre os textos evidencia que a encíclica compartilha com Mill e Tocqueville a preocupação com a formação de sujeitos morais, a limitação de poderes concentrados e a busca de uma sociedade livre, mas orientada por valores coletivos. Essas aproximações são sistematizadas no Quadro 1, que resume algumas convergências éticas identificadas ao longo da análise.

Quadro 1 – Convergências éticas entre Papa Francisco, Mill e Tocqueville

Categoria	Papa Francisco (<i>Laudato Si'</i>)	John Stuart Mill	Alexis de Tocqueville
Crescimento econômico	Crítica o crescimento ilimitado – propõe limites éticos	Estado estacionário como horizonte desejável	Alerta para riscos da industrialização desmedida
Liberdade	Associada ao bem comum e à justiça social	Liberdade com responsabilidade moral	Liberdade vinculada à virtude cívica
Propriedade	Deve cumprir função social	Reconhece limites éticos da propriedade	Destaca riscos da concentração patrimonial
Individualismo	Denuncia o individualismo consumista	Valoriza autonomia com consciência moral	Crítica o enfraquecimento dos vínculos sociais

Fonte: Elaborada pelos autores, 2025.

Estudos recentes reforçam essa leitura. Jamieson (2015) mostra como interpretações ideologizadas desvirtuam a proposta papal, ao ignorar sua fundamentação ética e espiritual; Kling, Norgaard e Wenzel (2022) evidenciam o distanciamento entre o neoliberalismo contemporâneo e o liberalismo moral clássico, ressaltando o esvaziamento das noções de limite e bem comum; e Ladini e Faggiana (2024) demonstram, com base em pesquisa empírica, que o discurso do Papa Francisco tem efeitos concretos sobre atitudes políticas relacionadas à justiça social. Essas evidências sugerem que a *Laudato Si'* não apenas compartilha princípios com o

liberalismo ético do século XIX, mas também oferece uma chave interpretativa para sua atualização em contextos de crise ecológica, econômica e moral.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitem afirmar que a *Laudato Si'* representa menos uma ruptura com o pensamento liberal do que uma crítica à sua versão empobrecida, reduzida a imperativos de mercado e crescimento indefinido. O Papa Francisco propõe uma reconciliação entre liberdade e responsabilidade, economia e ética, desenvolvimento e limites – temas já presentes em autores como Mill e Tocqueville, ainda que formulados em contextos históricos distintos. A aproximação entre esses discursos revela que as tensões entre tradição cristã e pensamento liberal não são estruturais, mas circunstanciais – frequentemente alimentadas por leituras ideológicas que obscurecem a dimensão ética compartilhada por ambos.

Estudos contemporâneos reforçam essa interpretação. Roca e Corcoran (2021) destacam que a eficácia da proposta papal depende da capacidade das instituições educacionais e comunicacionais em promover uma conversão cultural que vá além de políticas instrumentais. Já Landrigan et al. (2024) posicionam a *Laudato Si'* como um documento com impacto transdisciplinar, que transcende o campo religioso e entra no debate científico sobre os rumos da civilização contemporânea. Nessa perspectiva, a encíclica opera como um ponto de encontro entre fé e razão pública, contribuindo para restaurar um diálogo ético entre diferentes tradições intelectuais em prol de uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

6. CONCLUSÃO

Os resultados da análise sugerem que as críticas contemporâneas à *Laudato Si'* – especialmente aquelas oriundas de setores liberais – baseiam-se em uma leitura empobrecida tanto da encíclica quanto do próprio liberalismo. Longe de romper com a tradição ocidental, o Papa Francisco retoma, em chave teológico-ética, valores estruturantes do liberalismo clássico: a liberdade vinculada à responsabilidade, a centralidade do bem comum, os limites éticos do mercado e a valorização da vida comunitária. A aproximação hermenêutica com os pensamentos de Mill e Tocqueville permite reconhecer que, apesar de diferenças históricas e discursivas, há convergências significativas entre essas visões quanto à necessidade de subordinar o progresso técnico e econômico a critérios éticos mais elevados.

Nesse sentido, a *Laudato Si'* se revela não como um manifesto ideológico, mas como uma proposta de reabilitação moral do discurso político contemporâneo, capaz de dialogar com tradições liberais, religiosas e científicas. Ao recolocar a questão ecológica no horizonte da justiça e da solidariedade intergeracional, Francisco oferece uma contribuição original à busca por modelos de desenvolvimento sustentáveis e integradores. A encíclica, longe de um rompimento, propõe uma reconexão entre fé, razão pública e ética do limite – elementos esquecidos por boa parte do liberalismo atual. Em um tempo marcado por crises ecológicas, sociais e espirituais, essa convergência entre espiritualidade e racionalidade política constitui um convite à reconstrução de um projeto civilizacional mais justo, solidário e sustentável.

7. REFERÊNCIAS

BENTO XVI. *Caritas in veritate*. Vaticano, 2009.

CAPALDI, N. A critique of Pope Francis's *Laudato Si'*. *Seattle University Law Review*, v. 40, n. 4, p. 1261–1272, 2017.

DE SOTO, D. *De Iustitia et Iure*. Salamanca, 1553.

FRANCISCO. *Laudato Si': carta encíclica sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, 2015.

JAMIESON, D. Theology and politics in *Laudato Si'*. *American Journal of International Law*, v. 109, p. 218–223, 2015.

KLING, G.; NORGGGAARD, R.; WENZEL, C. The economics of Pope Francis: the promise of markets and the poverty of intervention. *International Journal of Development Issues*, v. 21, n. 3, p. 379–391, 2022.

LADINI, R.; FAGGIANA, G. Pope Francis as an influential leader? How papal statements affect public attitudes toward anti-poverty measures. *Politics and Religion*, v. 17, p. 1–28, 2024.

LANDRIGAN, P. J. et al. *Laudato Si'* and the emerging contribution of Catholic research. *The Lancet Planetary Health*, v. 8, n. 3, p. e178–e180, 2024.

MILL, J. S. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MILL, J. S. *Sobre a liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROCA, M. F. L.; CORCORAN, P. B. Ecology meets integral ecology meets media ecology: education for *Laudato Si'*. *Journal of Communication and Religion*, v. 44, n. 2, p. 69–84, 2021.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.

TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América*. Brasília: Edipro, 2019.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”

IDENTIDADE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03 E PRÁTICAS DOCENTES

Ana Ofélia Ferreira de Souza ¹ – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Grupo de Trabalho: 14 – Outros temas emergentes.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei 10.639/03 representou um marco na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Esta legislação busca o reconhecimento da identidade negra, a valorização da diversidade e o combate ao racismo. Na educação infantil, essa abordagem é ainda mais importante, pois é nesse período que se formam as primeiras referências culturais e identitárias das crianças. A literatura aponta a importância de práticas pedagógicas antirracistas que promovam representatividade, autoestima e respeito às diferenças (GOMES, 2005; HOOKS, 2013; MUNANGA, 2014). Este trabalho, portanto, busca compreender como a cultura afro-brasileira tem sido incorporada nas práticas pedagógicas da educação infantil, considerando os avanços e desafios na efetivação da lei.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Investigar de que forma a cultura afro-brasileira está presente nas práticas pedagógicas da educação infantil, com base na efetivação da Lei 10.639/03. Objetivos específicos:

- Identificar como professoras da rede pública percebem e aplicam a Lei 10.639/03 em suas práticas
- Analisar planos de aula com foco em temáticas afro-brasileiras;
- Refletir sobre os desafios e possibilidades para uma educação infantil antirracista.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem descritiva. Os procedimentos metodológicos envolveram análise documental de planos de aula de turmas da educação infantil e aplicação de questionário online a professoras da rede pública. A análise dos dados será

¹ Mestranda no PPGHP - anaofeliaferreira30@yahoo.com

orientada pelos princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), articulando os dados coletados às reflexões teóricas sobre educação antirracista, diversidade cultural e infância. O estudo respeita os princípios éticos da pesquisa em educação, assegurando anonimato e consentimento livre das participantes.

- Procedimentos (levantamento bibliográfico, estudo de caso, pesquisa de campo, etc.)
- Ferramentas e instrumentos usados (questionários, entrevistas, análise documental, etc.)

RESULTADOS

A pesquisa encontra-se em fase inicial, mas os conhecimentos parciais obtidos por meio da análise de textos e estudos sobre o tema apontam para uma necessidade urgente de fortalecimento das práticas antirracistas na educação infantil. As análises revelam que, embora a Lei 10.639/03 tenha promovido avanços, sua aplicação ainda é limitada e, muitas vezes, restrita a datas comemorativas. Não basta apenas implantar a legislação é necessário criar condições concretas para que os profissionais da educação possam atuar com consciência crítica e compromisso ético. A formação continuada de professores surge, portanto, como elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial

DISCUSSÃO

Os achados parciais dialogam com estudos como os de Gomes (2005) e Munanga (2014), que destacam a importância da formação docente para a efetivação de práticas antirracistas. A autora Hooks (2013) aponta que a educação libertadora começa pelo reconhecimento do outro em sua dignidade e identidade. A baixa frequência de atividades contínuas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira pode reforçar a invisibilidade histórica das populações negras. O desafio, portanto, está na superação da abordagem pontual e na incorporação cotidiana da diversidade nas práticas pedagógicas da infância.

CONCLUSÃO

A pesquisa reafirma a importância da Lei 10.639/03 como instrumento de transformação social e construção de uma educação infantil mais justa e representativa. Para que isso ocorra de forma efetiva, é essencial investir na formação inicial e continuada de professores, bem como na produção de materiais pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial. A efetivação da

lei na educação infantil não deve se restringir a datas comemorativas, mas ser incorporada como eixo estruturante do currículo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 19-34, 2005.

BRASIL. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **O que é racismo?**. São Paulo: Autêntica, 2014.

SILVA, Gislaine G. C. M. da. Representatividade negra na educação infantil: caminhos para uma prática antirracista. **Revista Mais Educação**, v. 4, n. 5, 2021.

“O conteúdo integral expresso neste trabalho é de total responsabilidade do(s) autor(es).”